RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Com Arguição de Incidentes de Prejulgado e de Uniformização de Jurisprudência

Processo TC: 6016/2015 (Apensos: TC 9974/2015[1] e TC 3043/2015[2])
Assunto: Prestação de Contas Anual
Responsável: José Renato Casagrande - Governador
Exercício: 2014
Relator: Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges

Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo,

O **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES)**, no cumprimento do seu dever constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), com fundamento nos art. 157, 164, 165, 174 e 175 da Lei Complementar estadual 621/2012[3] e nos art. 119, 395, 402,

---

1 Embargos de Declaração.

2 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) consolidado do Poder Executivo estadual.

3 Art. 157. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas disporá de prazo em dobro para interposição de recurso.
[...]
Art. 164. De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, cabe recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, para apreciação do Plenário, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte, pelo interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista nesta Lei Complementar.
Parágrafo único. Se o recurso versar sobre item específico do acórdão, os demais itens não sofrem o efeito suspensivo, caso em que deverá ser dado prosseguimento a execução das decisões.
Art. 165. O recurso de reconsideração, interposto por petição dirigida ao Tribunal de Contas, conterá:
I - os nomes e a qualificação das partes;
II - os fundamentos de fato e de direito;
III - o pedido de nova decisão.
[...]
TÍTULO IX
DA JURISPRUDÊNCIA E DOS INCIDENTES PROCESSUAIS
[...]
CAPÍTULO II

405 e 406 da Resolução TC 261/2013[4], Regimento Interno do TCEES, vem interpor **RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO** em face do **Parecer Prévio TC 50/2015**, prolatado na Prestação de Contas Anual TC 6016/2015, complementado pelo **Parecer Prévio TC 7/2016**, emitido nos Embargos de Declaração TC 9974/2015, por meio dos quais o TCEES recomenda à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales) a **aprovação sem ressalvas** da prestação de contas anual de 2014 do

---

DOS PREJULGADOS E DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA
Seção I
Dos Prejulgados

Art. 174. Por iniciativa de Conselheiro, Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, poderá o Plenário, mediante decisão normativa, pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecida a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, observada a forma estabelecida no Regimento Interno.
Parágrafo único. Não poderá atuar como Relator o Conselheiro ou Auditor que suscitar a matéria.

Seção II
Da Uniformização de Jurisprudência

Art. 175. Ao apreciar processo em que seja suscitada divergência entre deliberações anteriores do Tribunal de Contas, poderá o colegiado, a requerimento de Conselheiro, Auditor, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ou responsável, decidir pela apreciação preliminar da controvérsia.
Parágrafo único. Reconhecida a existência da divergência, o Relator solicitará a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, submetendo em seguida a questão à deliberação do Plenário.

[4] Art. 119. Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador cabe recurso de reconsideração, no prazo previsto neste Regimento.
§ 1º A distribuição do recurso far-se-á por sorteio de novo Relator, excetuado o Conselheiro que tenha proferido voto vencedor na deliberação recorrida.
§ 2º É facultado ao Relator do recurso solicitar a nomeação de nova comissão técnica.
[...]
Art. 395. O recurso deverá revestir-se das seguintes formalidades:
I - ser interposto por escrito;
II - ser apresentado dentro do respectivo prazo;
III - conter a qualificação indispensável à identificação do recorrente;
IV - ser firmado por quem tenha legitimidade e seja parte interessada;
V - conter o pedido, a causa de pedir e fundamento jurídico;
VI - conter os documentos que o instruirão, quando for o caso.
[...]
Art. 402. Interposto o recurso pelo Ministério Público junto ao Tribunal, serão notificados os demais interessados para se manifestarem, nos termos do art. 156 da Lei Orgânica do Tribunal, nos seguintes prazos:
I - trinta dias, nos casos de pedido de reexame e recurso de reconsideração;
II - dez dias, nos casos de agravo;
III - cinco dias, nos casos de embargos de declaração.
Art. 403. A audiência do Ministério Público junto ao Tribunal é obrigatória em todos os recursos, exceto nos embargos de declaração, observado o disposto no § 1º do art. 155 da Lei Orgânica do Tribunal.
Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput aqueles previstos na Lei Complementar nº 46/1994, e do parágrafo único do artigo 13 da Lei Orgânica do Tribunal.
[...]
Art. 405. Da decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, caberá recurso de reconsideração ao Plenário, podendo ser formulado uma só vez e por escrito.
§ 1º Além das hipóteses previstas no caput, caberá recurso de reconsideração das deliberações tomadas nos pareceres prévios dos chefes do Poder Executivo.
§ 2º O recurso de reconsideração poderá ser interposto pelo responsável, pelo interessado, pelo sucessor ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de trinta dias, contados na forma prevista na Lei Orgânica do Tribunal.
§ 3º O recurso de reconsideração terá efeito suspensivo.
§ 4º Se o recurso versar sobre item específico do acórdão, os demais itens não serão atingidos pelo efeito suspensivo, caso em que deverá ser dado prosseguimento à execução das decisões em procedimento apartado.
Art. 406. Admitido o recurso interposto pelo responsável ou pelo interessado, o Relator encaminhará para manifestação da unidade técnica competente.
§ 1º Encerrada a instrução, os autos serão remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para emissão de parecer escrito.
§ 2º Após, os autos serão remetidos ao Relator para prolação de voto.

então chefe do Poder Executivo estadual **Sr. José Renato Casagrande**, elaborada e apresentada pelo **Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes**, bem como expede **recomendações** ao atual chefe do Poder Executivo estadual, **Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes**, ao **Poder Judiciário** e ao **Ministério Público Estadual**.

SUMÁRIO

SUMÁRIO **4**

1 HISTÓRICO PROCESSUAL **11**

1.1 **30/04/2015:** Poder Executivo encaminha a prestação de contas anual 2014 do governador à Assembleia Legislativa 11

1.2 **07/05/2015:** Ministério Público de Contas requer ao Tribunal de Contas a inclusão de pontos de auditoria na prestação de contas anual 2014 do governador 12

1.3 **20/05/2015:** Assembleia Legislativa encaminha a prestação de contas anual 2014 do governador ao Tribunal de Contas 15

1.4 **21/05/2015:** Comissão Técnica emite a Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015 atestando a regularidade formal da prestação de contas anual 2014 do governador 16

1.5 **09/06/2015:** 9ª Secretaria de Controle Externo emite a Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 constatando movimentação indevida de recursos orçamentários no exercício de 2014 por meio da abertura de créditos suplementares mediante decretos do governador 25

1.6 **16/06/2015:** Tribunal de Contas expede "Recomendação" ao Poder Executivo estadual para que passe a observar as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e deixe de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro como sendo receita previdenciária do RPPS 41

1.7 **18/06/2015:** Comissão Técnica emite o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 propondo a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual 2014 do governador 47

1.8 **22/06/2015:** Ministério Público de Contas requisita ao Poder Executivo estadual informações técnicas complementares com o objetivo de subsidiar a elaboração do parecer ministerial 83

1.9 **27/07/2015:** Deputado relator das contas de governo na Assembleia Legislativa requer ao Ministério Público de Contas a suspensão da apreciação da prestação de contas anual 2014 do governador por parte do Tribunal de Contas 86

1.10 **30/07/2015:** Poder Executivo estadual descumpre a Decisão TC 3935/2015 ao publicar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre de 2015 mantendo no Sigefes o registro do aporte para cobertura do déficit financeiro como receita intraorçamentária do RPPS 87

1.11 **08/07/2015:** Ministério Público de Contas emite o Parecer PPJC 3684/2015 pugnando pela necessidade de complementação da instrução processual da prestação de contas anual 2014 do governador 125

1.11.1 Preliminar de mérito 125
1.11.2 Mérito 143
1.11.3 Determinações e recomendações 147
1.11.4 Pedidos finais 153
1.11.5 Encaminhamentos 158
1.12 **16/07/2015:** Plenário do Tribunal de Contas emite o Parecer Prévio TC 50/2015 recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual 2014 do governador nos termos do voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges 159
1.12.1 Parecer Prévio TC 50/2015 – Prestação de contas anual 159
1.12.1.1 Voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges 159
1.12.1.1.1 Relatório 160
1.12.1.1.2 Fundamentação 162
1.12.1.1.2.1 Do parecer do Ministério Público Especial de Contas – PPJC 3684/2015 206
1.12.1.1.3 Conclusão 230
1.12.1.2 Voto do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo 230
1.12.1.2.1 Quanto às preliminares arguidas pelo Ministério Público de Contas 230
1.12.1.2.2 Quanto ao mérito 235
1.12.1.2.3 Conclusão 236
1.12.1.2.4 Anexo 1 238
1.12.1.3 Voto do conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto 240
1.12.1.4 Voto do conselheiro José Antônio Almeida Pimentel 241
1.12.1.5 Voto do conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun 243
1.12.1.5.1 Relatório 243
1.12.1.5.2 Fundamentação 247
1.12.1.5.3 Conclusão 255
1.12.1.6 Voto do conselheiro em substituição Marco Antônio da Silva 255
1.12.1.7 Dispositivo do Parecer Prévio TC 50/2015 259
1.13 **21/08/2015:** Ministério Público de Contas opõe Embargos de Declaração objetivando a correção de omissões e de contradições identificadas no Parecer Prévio TC 50/2015 261

1.13.1 Recomendação expressamente proposta pelo Ministério Público de Contas, acolhida à unanimidade pelo Plenário, mas não incluída no Parecer Prévio TC 50/2015 274

1.13.2 Recomendações expressamente propostas pela Comissão Técnica, acolhidas à unanimidade pelo Plenário, mas não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015 274

1.13.3 Recomendações logicamente advindas de irregularidades identificadas pela Comissão Técnica, demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, porém não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015 277

1.13.4 Recomendações e alertas expedidos pelo Tribunal de Contas ao Longo de 2014 nos demais processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), não registrados no Parecer Prévio TC 50/2015 279

1.13.5 Da oportunização de contraditório ao Poder Executivo estadual 284

1.14 **30/09/2015:** Unidade Técnica responsável pelo Monitoramento certifica o cumprimento da Decisão TC 3935/2015, a qual determinou ao Poder Executivo estadual que passasse a observar as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e deixasse de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro como sendo receita previdenciária do RPPS 284

1.15 **16/02/2016:** Plenário do Tribunal de Contas emite o Parecer Prévio TC 7/2016 nos Embargos de Declaração TC 9974/2015, alterando parcialmente o Parecer Prévio TC 50/2015 292

1.15.1 Voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges 293

1.15.1.1 Relatório 293

1.15.1.2 Do conhecimento 302

1.15.1.3 Mérito 302

1.15.1.4 Conclusão 307

1.15.2 Voto-Vista do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo 309

1.15.2.1 Relatório 309

1.15.2.2 Fundamentação 312

1.15.2.3 Dispositivo 313

1.15.3 Dispositivo do Parecer Prévio TC 7/2016 315

2 FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO 319

2.1 Do Parecer Prévio TC 50/2015 – Prestação de Contas Anual do Governador 319

2.1.1 Quadro comparativo entre o Parecer PPJC 3684/2015 do Ministério Público de Contas e o Parecer Prévio TC 50/2015 321

2.1.1.1 Preliminar de mérito do Parecer PPJC 3684/2015 321

2.1.1.2 Mérito do Parecer PPJC 3684/2015 329

2.1.1.3 Determinações e Recomendações do Parecer PPJC 3684/2015 . 332

2.1.1.4 Pedidos finais do Parecer PPJC 3684/2015 341

2.1.1.5 Encaminhamentos do Parecer PPJC 3684/2015 347

2.2 Do Parecer Prévio TC 7/2016 – Embargos de Declaração 348

2.2.1 Quadro comparativo entre os Embargos de Declaração do Ministério Público de Contas e o Parecer Prévio TC 7/2016 349

2.2.1.1 Recomendação expressamente proposta pelo MPC, acolhida à unanimidade pelo Plenário, mas não incluída no Parecer Prévio TC 50/2015: 349

2.2.1.2 Recomendações expressamente propostas pela Comissão Técnica, acolhidas à unanimidade pelo Plenário, mas não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015 350

2.2.1.3 Recomendações logicamente advindas de irregularidades identificadas pela Comissão Técnica, demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCF 1/2015, porém não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015 356

2.2.1.4 Recomendações e alertas expedidos pelo Tribunal de Contas ao Longo de 2014 nos demais processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), não registrados no Parecer Prévio TC 50/2015 359

2.2.1.5 Da oportunização de contraditório ao Poder Executivo estadual .. 368

2.3 Preliminares recursais 369

2.3.1 Do requerimento de inclusão de pontos para análise na prestação de contas anual do governador, formulado pelo Ministério Público de Contas . 369

2.3.1.1 Requerimento do MPC 369

2.3.1.2 Razões recursais aos argumentos pertinentes às preliminares de mérito do Parecer Prévio TC 50/2015 378

2.3.1.2.1 Do argumento de que inexiste previsão regimental para apreciação de requerimento dessa natureza pelo Plenário do TCEES . 378

2.3.1.2.2 Do argumento de que o instrumento adequado para se requerer a inclusão de pontos na análise da prestação de contas seria a Representação 381

2.3.1.2.3 Do argumento de que Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015 tornou desnecessário o exame do Requerimento do MPC 393

2.3.1.2.4 Do argumento de que a proposta do MPC de negar executoriedade a ato normativo do TCEES (Resolução TC 238/2012) não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do governador 395

2.3.1.2.5 Do argumento de que não é razoável negar executoriedade a ato normativo do TCEES após o exercício findo 399

2.3.1.2.6 Do argumento de que a abertura de créditos suplementares para realização de despesas previdenciárias se submete a rito específico previsto na Lei Complementar estadual nº 282/2004 414

2.3.1.2.7 Do argumento de que a responsabilidade do chefe do Poder Executivo pela expedição de Decreto que abre crédito suplementar deve ser aferida na prestação de contas anual do ordenador de despesa solicitante do crédito.....424

2.3.1.2.8 Do Argumento de que não é razoável exigir o cumprimento da Instrução Normativa IN 28/2013 no seu primeiro ano de sua aplicação426

2.3.1.2.9 Do argumento de que o exame dos pontos de controle da Instrução Normativa IN 28/2013 por parte do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 supre a omissão do órgão de controle interno do Poder Executivo.....428

2.3.1.2.10 Do argumento de que não há necessidade de se aguardar o Relatório Final da CPI dos Empenhos em razão de os fatos terem sido considerados em sua totalidade pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 442

2.3.1.2.11 Do argumento de que os reflexos das despesas supostamente não empenhadas pelo Poder Executivo foram minuciosamente analisados pela Comissão Técnica 457

2.3.1.2.12 Do argumento de que o relator e a área técnica não identificaram pendências que autorizasse o sobrestamento do feito e, por isso, não se tem a situação concreta para a qual o legislador autorizou a prorrogação do prazo para emissão de Parecer Prévio 466

2.3.1.2.13 Do argumento de a ausência de parecer conclusivo do órgão de controle interno constitui obrigação do dirigente do controle interno alusiva ao exercício de 2015, não devendo gerar reflexos na prestação de contas de 2014 469

2.3.2 Da instauração dos incidentes de prejulgado 474

2.3.2.1 Incidentes de Prejulgado nº 1, 2 e 3: Percentual mínimo constitucional de 25% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).....477

2.3.2.1.1 Dos requisitos de admissibilidade para os incidentes de prejulgado nº 1, 2 e 3 480

2.3.2.1.2 Dos fundamentos para os incidentes de prejulgado nº 1, 2 e 3 480

2.3.2.2 Incidente de Prejulgado nº 4: competência para apreciação e julgamento de atos privativos do chefe do Poder Executivo 646

2.3.2.2.1 Dos requisitos de admissibilidade para o incidente de prejulgado nº 4 650

2.3.2.2.2 Dos fundamentos para o incidente de prejulgado nº 4 650

2.3.2.3 Incidente de Prejulgado nº 5: responsabilidade fiscal pelas despesas com pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas 660

2.3.2.3.1 Dos requisitos de admissibilidade para o incidente de prejulgado nº 5 662

2.3.2.3.2 Dos fundamentos para o incidente de prejulgado nº 5 662

2.3.3 Da instauração de Incidente de uniformização de jurisprudência: divergência na aplicação de Determinações e de Recomendações 755

2.4 Mérito recursal 767

2.4.1 Razões recursais aos argumentos pertinentes ao mérito do Parecer Prévio TC 50/2015 767

2.4.1.1 Do argumento de que a correta contabilização das despesas com pessoal em 2014 inviabilizaria a atuação do Pode Judiciário e do Ministério Público Estadual, sendo necessária a criação de normas de transição 772

2.4.1.2 Do argumento de que o juízo de valor sobre a prestação de contas anual do governador, para fins de emissão de Parecer Prévio, não deve considerar eventuais irregularidades aferidas nos processos de fiscalização (PPA, LDO, LOA, RGF e RREO) 781

2.4.1.3 Do argumento de que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado 786

2.4.1.4 Do argumento de que as Determinações propostas pelo Ministério Público de Contas no subitem 3.1.1, alíneas “f” e “g”, do Parecer PPJC 3684/2015 foram acolhidas apenas como Recomendação em razão de não constar nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade prevista nos art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 788

2.4.1.4.1 Da determinação contida na alínea “f” do item 3.1.1 Parecer PPC 3684/2015: 791

2.4.1.4.2 Da determinação contida na alínea “g” do item 3.1.1 Parecer PPC 3684/2015: 809

2.4.2 Do Descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).....814

2.4.3 Da inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas 983

3 PEDIDOS.....1075

ANEXO COM ROL DE DOCUMENTOS 1120

1 HISTÓRICO PROCESSUAL

Antes de abrir linhas no detalhamento do histórico processual, cumpre esclarecer que, conquanto a prestação de contas em exame se refira ao exercício financeiro de 2014, no intuito de demonstrar os reflexos de alguns procedimentos adotados pela Administração Pública estadual de forma continuada ao longo dos anos, a metodologia de exposição adotada por este *Parquet* de Contas neste Recurso de Reconsideração se serviu de dados coletados entre os exercícios de 2009 e 2016, permitindo uma visão intertemporal das gestões administrativas que se alternaram nesse período.

1.1 30/04/2015: Poder Executivo encaminha a prestação de contas anual 2014 do governador à Assembleia Legislativa

Em 30/04/2015, o governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo César Hartung Gomes protocolizou perante a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales) a **Mensagem nº 55/2015**[5], por meio da qual encaminhou a prestação de contas anual de 2014 do seu antecessor, Sr. José Renato Casagrande, em cumprimento ao art. 71, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo[6], e na forma dos art. 105 a 121 da Resolução TC 261/2013[7], Regimento Interno do TCEES (RITCEES), e da Instrução Normativa nº 28/2013[8] desta Corte de Contas.

---

5 Fl. 2 do Processo TC 6016/2015.

6 Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
[...]
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).
Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/CES.pdf. Acesso em: 27 abr. 2016.

7 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/REG%20INT-Res%20261-TCEES%20conforme%20ER%2006%20de%2013-04-2016.pdf. Acesso em: 27 abr. 2016.

8 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/028-2013-Composi%C3%A7%C3%A3o%20da%20PCA.pdf. Acesso em: 27 abr. 2016.

1.2 07/05/2015: Ministério Público de Contas requer ao Tribunal de Contas a inclusão de pontos de auditoria na prestação de contas anual 2014 do governador

Em 07/05/2015, o Ministério Público de Contas protocolizou Requerimento[9] a este Tribunal, autuado como "Outros Assuntos" sob o nº **TC 6099/2015**, pugnando pela inclusão de pontos na análise da prestação de contas anual do governador a ser empreendida pela Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador, a saber:

> O Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas, sem prejuízo da apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório autônomo e da sua consideração no parecer ministerial:
>
> **a)** Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:
>
> **I. PREVIDÊNCIA SOCIAL:** Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem de **R$ 245.725.000,00**[10] (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:
>
> - Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[11];
> - Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964[12];
> - Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008[13];

---

9 Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.

10 Resultante do somatório de R$ 245.275.000,00 da Reserva do Fundo Previdenciário e R$ 450.000,00 da Compensação Previdenciária desse mesmo fundo.

11 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

12 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
[...]

13 Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11, inclusive a totalidade dos créditos do ente

- Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008[14];
- Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[15].

II. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[16], contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

---

instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]
§ 2º É vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo, dentre elas consideradas: (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
III - a transferência de recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, no caso de RPPS com segregação da massa dos segurados; (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
Art. 14. É vedada a utilização de recursos previdenciários para custear ações de assistência social, de saúde, de assistência financeira de qualquer espécie e para concessão de verbas indenizatórias, ainda que decorrentes de acidente em serviço.

14 Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)
[...]
§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo.

15 Da Despesa com Pessoal
[...]
8. Nas situações em que houve a segregação das massas do RPPS, a parte financeira, via de regra deficitária, necessita dos aportes financeiros do tesouro do ente. Por outro lado, a parte previdenciária, no momento da segregação, tende a ser formada por servidores que ainda não estão usando os benefícios previdenciários, ou seja, não existem saídas de recursos, mas apenas receitas decorrentes de contribuições. Nessa situação, os recursos disponíveis na parte previdenciária não poderão ser utilizados para reduzir despesas com pessoal efetuadas pela parte financeira, deficitária, salientando que esta proibição consta, inclusive, da Portaria MPS 403/2008, art. 21.

16 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[17] (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[18];
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[19];
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[20];
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

b) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governado do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**[21], que consideram como destinado à

---

17 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

18 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

19 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

20 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

21 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;

c) Com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo desenvolvido por este Tribunal de Contas, desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame.

Vitória, 07 de maio de 2015.

1.3 20/05/2015: Assembleia Legislativa encaminha a prestação de contas anual 2014 do governador ao Tribunal de Contas

Em 20/05/2015, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales), Deputado Theodorico Ferraço, mediante ofício **OF. SGP Nº 250/2015**[22], de 19/05/2015, protocolizou perante o TCEES a prestação de contas anual do governador, composta pela Mensagem nº 55/2015, de 30/04/2015, e de um conjunto de arquivos gravados em mídia digital (DVD-R) [23], dando origem ao **Processo TC 6016/2015**.

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

22 Fl. 1 do Processo TC 6016/2015.

23 Fl. 3 do Processo TC 6016/2015.

1.4 21/05/2015: Comissão Técnica emite a Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015 atestando a regularidade formal da prestação de contas anual 2014 do governador

Deflagrando a análise da documentação encaminhada, em 21/05/2015 a Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador emitiu a **Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015**[24], elaborada de acordo com a **Nota Técnica Segex nº 003/2015**[25], atestando a **regularidade formal** dos arquivos digitais que integraram a prestação de contas. A peça técnica inaugural trouxe a relação dos documentos que compuseram a prestação de contas com a identificação e o rol de assinaturas dos responsáveis pela sua elaboração[26]:

> De acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa IN TC 28/2013 e suas alterações, a prestação de contas anual do jurisdicionado deve estar composta pelas peças e documentos especificados no Anexo 01 da IN supra.
>
> Verifica-se que todos os arquivos indicados na mensagem de encaminhamento estão gravados na mídia que acompanha a mensagem protocolizada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Theodorico Ferraço, em atendimento às exigências da IN TC 28/2013 e suas alterações.
>
> Os arquivos gravados na(s) mídia(s) digital(is) que integra(m) a prestação de contas anual, após avaliação procedida pela sistema "PCA - Validador e PDF", apresentaram as seguinte características:

[24] Fl. 7 a 15 do Processo TC 6016/2015.

[25] **NOTA TÉCNICA Nº 003/2015**

1 – As prestações de contas anuais relativas ao exercício de 2014, encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo na forma estabelecida pela Instrução Normativa TC 28/2013, serão recebidas e autuadas seguindo as instruções a seguir:
a) Os ofícios de encaminhamento das prestações de contas serão protocolizados e remetidos às Secretarias de Controle Externo responsáveis pela instrução dos processos, acompanhados das mídias contendo os arquivos eletrônicos que integram a prestação de contas anual do jurisdicionado, observando a distribuição de jurisdicionados por Secretaria, na forma da Portaria TC 41/2013.
b) A Secretaria de Controle Externo - SCE solicitará a autuação dos processos de contas, encaminhando ao Núcleo de Controle de Documentos - NCD o despacho padrão apresentado no Anexo 01 desta Nota Técnica, acompanhado do ofício de encaminhamento protocolizado pelo jurisdicionado.
c) O NCD autuará o processo de contas, indicando no campo de observações da etiqueta de autuação, o exercício referência da PCA e a data de vencimento das contas. Após autuação, o NDC deve inserir o despacho de autuação 2 enviado pela SCE como folha 01 do processo e a mensagem de encaminhamento como folha 02 e seguintes, movimentando o processo novamente para a SCE de origem.
d) As Secretarias de Controle Externo avaliarão o conteúdo das mídias eletrônicas com a utilização do sistema validador de mídias, emitindo o Relatório de Conformidade apresentado no Anexo 02 desta Nota Técnica. O Relatório de Conformidade deve ser assinado por Auditor de Controle Externo e dirigido ao Chefe da SCE nos autos do processo de contas.
e) **Serão admitidos como válidos, os arquivos eletrônicos que integram as prestações de contas dos jurisdicionados, desde que estejam assinados eletronicamente**.
[...]

[26] Todos os documentos foram devidamente assinados pelo governador do Estado, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, responsável pela elaboração da prestação de contas anual do seu antecessor, Sr. José Renato Casagrande.

Nome do arquivo	Tamanho (Kb)	Assinaturas Eletrônicas
01-01-MENSAG.pdf	118,01	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-02-RELGES-01.pdf	12485,74	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-02-RELGES.pdf	888,28	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-03-BALORC-01.pdf	91,95	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-03-BALORC-02.pdf	91,97	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-03-BALORC.pdf	105,61	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-04-BALFIN-01.pdf	121,71	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-04-BALFIN.pdf	121,51	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-05-BALPAT-01.pdf	152,24	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-05-BALPAT-02.pdf	134,92	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-05-BALPAT.pdf	154,25	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-06-DEMVAP-01.pdf	120,64	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-06-DEMVAP.pdf	120,9	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-07-DEMDIF-01.pdf	91,21	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-07-	113,32	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12)

DEMDIF.pdf		- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-08-DEMDFL.pdf	101,48	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-09-DEMFCA-01.pdf	117,68	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-09-DEMFCA.pdf	112,73	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-10-DEMPLI-01.pdf	103,01	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-10-DEMPLI.pdf	100,93	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-11-BALVER.pdf	346,6	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-12-BALEXO-01.pdf	177,6	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-12-BALEXO-02.pdf	132,97	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-12-BALEXO-03.pdf	183,29	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-12-BALEXO-04.pdf	177,88	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-12-BALEXO.pdf	313,99	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-13-BALEXE-01.pdf	174,54	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-13-BALEXE-02.pdf	132,38	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-13-BALEXE-03.pdf	182,57	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-13-BALEXE-04.pdf	176,76	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-13-BALEXE.pdf	305,94	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-14-DEMSAU.pdf	207,83	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-15-RELRAP.pdf	337,77	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-16-RAPCAN.pdf	172,29	- BRUNO PIRES DIAS (111.983.837-12) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-01.pdf	393,02	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10)
01-17-EXTBAN-02.pdf	151,23	- ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-03.pdf	151,24	- ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-04.pdf	149,4	- ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-05.pdf	543,9	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10)
01-17-EXTBAN-06.pdf	3644,65	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10)
01-17-EXTBAN-07.pdf	250,13	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-08.pdf	172,21	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-09.pdf	249,68	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-10.pdf	119,91	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-100.pdf	178,11	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-101.pdf	152,89	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-	168,34	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)

102.pdf		- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-103.pdf	178,41	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-104.pdf	248,12	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-105.pdf	719,25	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-106.pdf	218,56	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-107.pdf	260,83	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-108.pdf	171,28	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-109.pdf	128,27	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-11.pdf	170,24	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-110.pdf	228,23	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-111.pdf	130,19	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-112.pdf	250,35	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-113.pdf	129,36	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-114.pdf	220,24	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-115.pdf	140,73	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-116.pdf	186,11	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-117.pdf	180,93	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-118.pdf	102,83	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-119.pdf	90,13	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-12.pdf	247,51	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-120.pdf	89,75	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-121.pdf	92,37	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-122.pdf	89,84	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-123.pdf	90,3	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-124.pdf	90,88	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-125.pdf	90,07	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-126.pdf	124,24	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-127.pdf	70,61	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-128.pdf	70,86	- MARIA GORETTI ALCANTARA PINTO ROCHA (015.215.697-62) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-129.pdf	519,22	- TIAGO SOSSAI RIGO (095.686.227-64) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-13.pdf	127,02	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-130.pdf	2410,75	- TIAGO SOSSAI RIGO (095.686.227-64) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-131.pdf	10250,95	- TIAGO SOSSAI RIGO (095.686.227-64) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-132.pdf	20739,32	- TIAGO SOSSAI RIGO (095.686.227-64) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-133.pdf	1394,76	- TIAGO SOSSAI RIGO (095.686.227-64) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)

01-17-EXTBAN-134.pdf	3523,67	- RAQUEL SOARES DA SILVA SANTOS (054.809.877-80) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-135.pdf	1069,49	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-136.pdf	352,85	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-137.PDF	82	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-138.pdf	486,1	- RENATO CARLOS VIEIRA (772.650.767-53) - JEREMIAS PEREIRA DE SOUZA (317.406.697-20) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-139.pdf	317,39	- ROZANGELA PEREIRA MARINS (768.797.717-34) - ROZANGELA PEREIRA MARINS (768.797.717-34) - ROZANGELA PEREIRA MARINS (768.797.717-34) - ROZANGELA PEREIRA MARINS (768.797.717-34) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-14.pdf	193,36	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-140.pdf	183,33	- ROZANGELA PEREIRA MARINS (768.797.717-34) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-141.pdf	142,69	- ROSANI DE MORAES CAIADO (416.952.327-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-142.pdf	301,37	- ROSANI DE MORAES CAIADO (416.952.327-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-143.pdf	142,62	- ROSANI DE MORAES CAIADO (416.952.327-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-144.pdf	312,99	- ROSANI DE MORAES CAIADO (416.952.327-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-145.pdf	2041,39	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-146.pdf	129,91	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-147.pdf	124,92	- MARIA DA PENHA RODRIGUES AMARAL (077.536.687-06) - ANA FRANCISCA GONCALVES DA CRUZ (487.190.806-20) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-148.pdf	124,45	- MARIA DA PENHA RODRIGUES AMARAL (077.536.687-06) - ANA FRANCISCA GONCALVES DA CRUZ (487.190.806-20) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-149.pdf	913,74	- ANDREA NOGUEIRA DAVID BASTOS (828.140.667-49) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-15.pdf	231,64	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-150.pdf	906,81	- ANDREA NOGUEIRA DAVID BASTOS (828.140.667-49) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-151.pdf	906,83	- ANDREA NOGUEIRA DAVID BASTOS (828.140.667-49) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-152.pdf	495,3	- ANDREA NOGUEIRA DAVID BASTOS (828.140.667-49) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-153.pdf	352,46	- ANDREA NOGUEIRA DAVID BASTOS (828.140.667-49) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-154.pdf	141,41	- ANDREA NOGUEIRA DAVID BASTOS (828.140.667-49) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-155.pdf	580,01	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-156.pdf	572,14	- MARCIA CRAVO MACHADO (024.533.067-40) - LUCIANO SANTIAGO UCHOA (031.068.127-88) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-157.pdf	155	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-158.pdf	141,21	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-159.pdf	172,28	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-16.pdf	127,06	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-160.pdf	169,78	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-161.pdf	195,1	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-162.pdf	62,32	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)

01-17-EXTBAN-163.pdf	266,72	- CHARLESTON SPERANDIO DE SOUZA (863.478.707-97) - LUCIANO SANTIAGO UCHOA (031.068.127-88) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-164.pdf	418,55	- IVANY HERINGER BRAZ (421.393.177-34) - KATIA IEDA COSSETTI (726.463.227-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-165.pdf	302,87	- IVANY HERINGER BRAZ (421.393.177-34) - KATIA IEDA COSSETTI (726.463.227-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-166.pdf	185,98	- KATIA IEDA COSSETTI (726.463.227-04) - IVANY HERINGER BRAZ (421.393.177-34) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-167.pdf	203,14	- RENATA DE SOUZA PICOLI (112.528.177-46) - MICHELINE DO NASCIMENTO PITANGA (031.638.427-55) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-168.pdf	204,67	- RENATA DE SOUZA PICOLI (112.528.177-46) - MICHELINE DO NASCIMENTO PITANGA (031.638.427-55) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-169.pdf	9202,9	- MICHELINE DO NASCIMENTO PITANGA (031.638.427-55) - RENATA DE SOUZA PICOLI (112.528.177-46) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-17.pdf	278,24	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-170.pdf	5773,02	- MICHELINE DO NASCIMENTO PITANGA (031.638.427-55) - RENATA DE SOUZA PICOLI (112.528.177-46) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-171.pdf	216,62	- RENATA DE SOUZA PICOLI (112.528.177-46) - MICHELINE DO NASCIMENTO PITANGA (031.638.427-55) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-172.pdf	169,28	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-173.pdf	169,78	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-174.pdf	168,57	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-175.pdf	198,05	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-176.pdf	180,4	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-177.pdf	370,32	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-178.pdf	592,27	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-179.pdf	215,85	- CYBELI PANDINI GIURIZATTO ALMEIDA (997.680.547-00) - MARIA ANGELA MARTINELLI (418.439.597-04) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-18.pdf	163,05	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-180.pdf	196,23	- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-181.pdf	154,45	- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-182.pdf	195,14	- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-183.pdf	168,85	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14)
01-17-EXTBAN-184.pdf	195,12	- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-185.pdf	169,15	- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-186.pdf	1887,96	- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14)

		- NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14) - NAAMA ARAUJO MESQUITA (088.617.207-14)
01-17-EXTBAN-187.pdf	143,65	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-188.pdf	133,85	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-189.pdf	366,56	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-19.pdf	160,97	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-190.pdf	251,48	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-191.pdf	239,36	- KEPLER ALEXANDRO REIS JUNIOR (041.467.546-07) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - SELMA SOUZA SANTOS (071.298.917-00) - KEPLER ALEXANDRO REIS JUNIOR (041.467.546-07)
01-17-EXTBAN-192.pdf	3699,04	- FABIANO MARILY (938.098.087-68) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-193.pdf	508,91	- FABIANO MARILY (938.098.087-68) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-20.pdf	129,6	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-21.pdf	323,41	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-22.pdf	167,71	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-23.pdf	175,54	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-24.pdf	176,26	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-25.pdf	178,1	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-26.pdf	256,53	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-27.pdf	254,96	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-28.pdf	176,21	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-29.pdf	178,11	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-30.pdf	249,91	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-31.pdf	176,2	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-32.pdf	178,56	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-33.pdf	140,23	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-34.pdf	168,02	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-35.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-36.pdf	161,13	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-37.pdf	178,39	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-38.pdf	178,39	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-39.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-40.pdf	152,84	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-41.pdf	168,02	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-42.pdf	177,76	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-43.pdf	267,92	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-44.pdf	179,03	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)

01-17-EXTBAN-45.pdf	179,28	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-46.pdf	189,23	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-47.pdf	179,42	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-48.pdf	162,94	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-49.pdf	152,71	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-50.pdf	168,01	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-51.pdf	178,11	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-52.pdf	298,49	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-53.pdf	176,83	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-54.pdf	179,04	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-55.pdf	214,53	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-56.pdf	179,41	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-57.pdf	176,24	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-58.pdf	214,21	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-59.pdf	179,12	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-60.pdf	177,77	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-61.pdf	153	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-62.pdf	166,27	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-63.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-64.pdf	152,71	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-65.pdf	168,02	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-66.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-67.pdf	169,32	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49) - MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28)
01-17-EXTBAN-68.pdf	297,83	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-69.pdf	179,08	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-70.pdf	182,64	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-71.pdf	152,81	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-72.pdf	179,3	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-73.pdf	178,62	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-74.pdf	153,01	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-75.pdf	168,01	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-76.pdf	178,71	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-77.pdf	163	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-78.pdf	153,22	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-79.pdf	168,02	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)

01-17-EXTBAN-80.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-81.pdf	153,13	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-82.pdf	168,02	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-83.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-84.pdf	152,85	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-85.pdf	145,71	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-86.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-87.pdf	169,65	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-88.pdf	178,96	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-89.pdf	177,36	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-90.pdf	178,73	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-91.pdf	152,73	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-92.pdf	179,12	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-93.pdf	177,77	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-94.pdf	153,5	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-95.pdf	167,99	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-96.pdf	177,51	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-97.pdf	153,49	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-98.pdf	179,71	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN-99.pdf	179,95	- MIRELLA CARLA MENDES CHRIST (009.773.107-28) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-17-EXTBAN.pdf	218,98	- ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO (35.964.162/0001-24) | MARCIA ALMEIDA MACHADO (317.921.207-10) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-18-PDFUND.pdf	638,93	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-19-PCFSAU.pdf	882,17	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-20-RELPRE-01.pdf	1182,88	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-20-RELPRE.pdf	123,37	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-21-RELSCI.pdf	714,61	- MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER (874.242.746-00) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-22-RELOCI-01.pdf	361,39	- MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER (874.242.746-00) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-22-RELOCI-02.pdf	3466,86	- MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER (874.242.746-00) - PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
01-23-PROEXE.pdf	103,82	- PAULO CESAR HARTUNG GOMES (698.412.417-49)
Total	**130595,73**	**100%**

Conclusão[27]:

Considerando que os arquivos relacionados na mensagem de encaminhamento da prestação de contas anual do Governador estão devidamente gravados na(s) mídia(s) digital(is) que acompanha(m) a mensagem protocolizada, e atendem às exigências estabelecidas no Anexo 01 da IN TC 28/2013 e suas alterações.

Considerando que as características da documentação apresentada atendem às especificações técnicas mínimas aceitáveis, especificamente para o exercício a que se refere essa prestação de contas, conforme Nota Técnica SEGEX nº 003/2015, **o processo encontra-se apto para análise e instrução técnica na forma regimental**. (grifou-se)

27 Redigida de acordo com o **modelo padronizado** constante no Anexo 02 da Nota Técnica Segex nº 003/2015.

Na sequência, em **21/05/2015**, o ilustre conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges encaminhou o processo à **9ª Secretaria de Controle Externo** para análise na forma regimental[28].

1.5 09/06/2015: 9ª Secretaria de Controle Externo emite a Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 constatando movimentação indevida de recursos orçamentários no exercício de 2014 por meio da abertura de créditos suplementares mediante decretos do governador

Por sua vez, em 09/06/2015, nos autos do Processo **TC 6099/2015**, a 9ª Secretaria de Controle Externo emite a Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015, **constatando movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro**, autorizada por meio de decretos expedidos pelo governador do Estado, porém sugerindo, inexplicavelmente, que a análise da legalidade dos atos privativos do chefe do Poder Executivo estadual (decretos) fosse realizada fora da sua prestação de contas anual.

Na análise procedida pelo corpo técnico do TCEES, reproduzida em sua integralidade a seguir, a irregularidade demonstrada pelo MPC, arrimada no vasto acervo probatório colacionado, restou constatada com um grau de cognição e de detalhamento muito além do necessário para a configuração de meros **"indícios"**, suficiente, portanto, para legitimar a oitiva do chefe do Poder Executivo estadual nos termos do art. 113, § 2º do RITCEES[29]:

9ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
MANIFESTAÇÃO TÉCNICA PRELIMINAR MTP 438/2015

[28] Fl. 17 do Processo TC 6016/2015.

[29] Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.
§ 1º Esse prazo poderá ser ampliado em até cinco dias corridos, por deliberação do Plenário, mediante solicitação do Relator, observados os demais prazos.
§ 2º Havendo **indício** de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, **suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações**.

PROCESSO:	TC-6.099/2015
ASSUNTO:	SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO (REQUERIMENTO)
INTERESSADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS
JURISDICIONADO:	GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
UNIDADES GESTORAS:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO – IPAJM; SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU
RELATOR:	CONS. SERGIO MANOEL NADER BORGES

1. RELATORIO

Trata-se de requerimento formulado pelo Ministério Público Especial de Contas, objetivando a inclusão de pontos para a análise na apreciação da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao Exercício de 2014, especificamente quanto às funções de governo PREVIDENCIA SOCIAL e EDUCAÇÃO, sem prejuízo da apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório.

O teor do "requerimento" traz extensa argumentação, informações obtidas do portal da transparência do Poder Executivo Estadual e do órgão responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência do Estado - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), exposição das razões e fundamentos para a formulação dos pedidos, vazados nos seguintes termos:

> O Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas, sem prejuízo da **apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório** autônomo e da sua consideração no parecer ministerial:
>
> **a)** Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise**:**
>
> **I. PREVIDÊNCIA SOCIAL:** Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:
>
> - Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004;
> - Art. 43, *caput*, da Lei Federal nº 4.320/1964;
> - Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008;
> - Art. 21, *caput* e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008;
> - Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN.

II. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal, contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994;
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

b) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governado do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**, que consideram como destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando de forma indevida e artificial o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;

c) Com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo desenvolvido por este Tribunal de Contas, desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame.

Mediante despacho do Cons. Sergio Manoel Nader Borges, relator das Contas do Governador de 2014, foi providenciada a autuação do feito como “solicitação de fiscalização”, vindo a essa unidade para manifestação.

2. ANALISE PRELIMINAR

Preliminarmente, e com as devidas vênias, impõe-se registrar que a análise das Prestações de Contas Anuais de Governadores do Estado não consta do rol de competências atribuídas à 9ª Secretaria de Controle Externo pelo Regimento Interno deste Tribunal (*art. 47, inciso I, alínea "c", do RITCEES*). De acordo com o disposto no art. 112 do RITCEES[30] essa competência foi atribuída à Comissão Técnica designada por ato do Presidente do Tribunal, por indicação do Relator, *in casu*, materializada por meio da Portaria N nº 036, de 28.08.2014 e suas alterações.

De acordo com o disposto no *art. 71, inciso V, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso VI, e art. 92 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012*, o Ministério Público Especial de Contas não está entre os legitimados para a iniciativa de inspeções e auditorias do Tribunal de Contas, circunstância que inviabilizaria o conhecimento do pedido com essa natureza.

A Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014, foram protocolizadas neste Tribunal e autuadas sob o **processo TC 6.016/2015** e um representativo número de Auditores desta unidade técnica foram designados para a composição da Comissão Técnica e estão em dedicação integral e diretamente envolvidos com a análise das respectivas demonstrações contábeis e relatórios que compõem a prestação de contas. E com vistas ao atendimento do despacho do Relator passamos as considerações que se seguem.

Pois bem.

Vê-se do teor do requerimento que a pretensão ministerial, em síntese, diz respeito a:

> a) Inclusão de pontos na análise das contas do Governador do Estado, relativas ao Exercício de 2014;
>
> b) Apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório autônomo;
>
> c) A não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governador do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014;
>
> d) Que o Tribunal desenvolva mecanismos para viabilizar a participação popular no processo de apreciação da prestação de contas de Governadores do Estado, disponibilizando um espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro.

Para uma melhor compreensão e deslinde da matéria, passamos a exposição de nossas considerações na ordem inversa dos pedidos.

A análise do pedido contido na alínea "**d**" revela a necessidade de uma avaliação quanto à formação de um juízo de conveniência, oportunidade, necessidade e possibilidade de iniciativas para a adoção de medidas

[30] "Regimento Interno do TCE-ES, aprovado por meio da Resolução TC-261/2013.
Art. 112. O Relator indicará servidores para comporem comissão técnica, a ser designada por ato do Presidente, até a última sessão ordinária do mês de janeiro de cada exercício, **a qual será responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da prestação de contas e, se for o caso, dos relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios, com a finalidade de subsidiar o exame das contas, o levantamento de dados e a elaboração do relatório técnico.**" (nota de rodapé constante no documento original)

administrativas que não estariam sob a competência isolada desta unidade ou do Relator das Contas do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014. Razão pela qual, com as devidas vênias, impõe-se sugerir o encaminhamento da demanda à autoridade competente para tal avaliação.

A pretensão indicada na alínea **"c**" objetiva que o Tribunal de Contas deixe de aplicar as disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, para fins de apreciação das Prestações de Contas de Governador do Estado e dos Prefeitos, dada a sua extensão e o seu efeito abstrato no mundo jurídico, que decorre da competência legal do Tribunal de Contas expedir atos normativos que obrigam a sua observância pelos seus jurisdicionados, previamente submetidos a rito próprio de apreciação e deliberação (arts. 439 a 444 do RITCEES) do Plenário desta Corte.

A pretensão de negar executoriedade a ato normativo do próprio Tribunal de Contas, *com efeito abstrato e com repercussão geral, de exercício financeiro encerrado (2014),* impõe a formação de uma linha de raciocínio favorável, com fundamento no art. 439 do RITCEES[31], por sugerir a submissão da matéria à consideração superior, com vistas a verificar a necessidade (ou não) de submissão da matéria ao Plenário desta Corte.

2.1 INCLUSÃO DE PONTOS NA ANÁLISE DAS CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014 – SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

2.1.1 PREVIDENCIA SOCIAL

A análise da previdência social do Estado, em especial, o regime próprio de previdência (RPPS), a exemplo de exercícios anteriores, já constitui item de análise da prestação de contas anual do Governador do Estado. Ou seja, uma avaliação da previdência própria do Estado de forma consolidada contemplando: o equilíbrio financeiro e atuarial; gestão previdenciária; riscos atuariais, base cadastral de segurados; projeções atuariais, demonstrativos previdenciários, demonstrativos previdenciárias das despesas e receitas previdenciárias (LRF); aporte para a cobertura de insuficiências financeiras; dívida fiscal líquida previdenciária, análise dos investimentos da previdência estadual e da política de investimentos, dentre outras.

Uma análise analítica da movimentação dos créditos orçamentários do RPPS pode ocorrer nas contas anuais do órgão responsável pela sua gestão - o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM). Nessas contas é que são analisadas e apreciadas a regularidade da movimentação de créditos orçamentários. No caso de eventuais impropriedades ou irregularidades, a matéria é apreciada observando-se o rito regimental.

Quadra registrar o que dispõe os artigos 63 e 64 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, no que se refere à abertura de créditos adicionais no âmbito do IPAJM, *verbis*:

> Art. 63 - **O Conselho Administrativo, órgão de deliberação** e orientação superior do IPAJM, terá a participação dos segurados civis, militares e aposentados, com formação superior, de

[31] "Art. 439. A apresentação de projeto concernente a Resolução e a Instrução Normativa é de iniciativa do Presidente e dos Conselheiros." (Nota de rodapé constante no documento original)

> reconhecida capacidade e experiência comprovada, nas áreas de administração, economia, finanças, atuária, contabilidade, direito ou engenharia, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, com a seguinte composição:
>
> [...]
>
> Art. 64 - **Compete ao Conselho Administrativo**, dentre outras atribuições correlatas, as seguintes:
>
> I - analisar e aprovar a proposta orçamentária anual do Instituto, encaminhada pelo Presidente Executivo, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
>
> II - analisar e **aprovar a proposta de abertura de crédito adicional**, **encaminhada pelo Presidente Executivo**, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
>
> III - analisar e deliberar sobre os programas de aplicações financeiras dos recursos dos fundos, bem como do patrimônio, submetidos pelo Presidente Executivo, propondo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
>
> [...]

A partir da análise preliminar da documentação, acostada pelo Ministério Público Especial de Contas, foi possível verificar o seguinte:

2.1.1.1 Movimentação de Recursos entre os Fundos Financeiro e Previdenciário

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Espírito Santo instituiu a segregação de massa de seus servidores, por meio da Lei Complementar nº. 282, de 22 de abril de 2004, separando os servidores públicos efetivos admitidos até 26 de abril de 2004 no Fundo Financeiro, e, os demais servidores, admitidos através de concurso público após essa data, no Fundo Previdenciário.

A Lei Geral dos RPPS delegou ao Ministério da Previdência a competência para estabelecimento de critérios gerais previstos na Lei Federal nº. 9.717/97:

> Art. 9º Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social:
>
> I – [...]
>
> II - o **estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta Lei**. (grifo nosso)

Nos termos da legislação federal, os Regimes Próprios de Previdência devem ter sua organização baseada em normas gerais de contabilidade e atuária:

> Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal **deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária,** de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

> I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço **utilizando-se parâmetros gerais**, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Lei Federal nº. 9.717/98) (grifo nosso)

Com base na competência conferida por meio do art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº. 9.717/98 ao Ministério da Previdência Social, o mesmo editou a Portaria MPS nº. 403/2008, estabelecendo as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de definir parâmetros para a segregação de massa e dá outras providências.

Com base no artigo 21 dessa regulamentação, o Ministério da Previdência estabeleceu que a segregação de massa deverá ser implementada perante a **separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações das massas** e **vedou qualquer espécie de transferência** de segurados, **recursos** ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário.

> Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo**, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes**. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013) (grifo nosso)
>
> § 1º. [...]
>
> § 2º Uma vez implementada a segregação da massa, **fica vedada qualquer espécie de transferência de** segurados, **recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário**, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo. (Portaria MPS nº. 403/2008) (grifo nosso)

Ressalta-se que o normativo **restringe a transferência de qualquer tipo de recursos entre os planos**, seja ele financeiro ou orçamentário.

Irregularidade Constatada

Considerando os dispositivos mencionados anteriormente e tendo em vista os decretos listados no quadro a seguir, **foi constatado que houve a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, por meio dos seguintes Decretos**: (grifou-se)

Decreto	DOE	Valor	Órgão	Tipo	Fonte de Recursos
1.982-S	17/09/2014	R$ 218.335.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.436-S	19/11/2014	R$ 15.900.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.751-S	18/12/2014	R$ 14.100.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação

No Decreto Nº. 1.982-S, de 16/09/2014, foram anulados recursos das dotações orçamentárias da unidade gestora do Fundo Previdenciário que totalizaram R$ 218.335.000,00 (duzentos e dezoito milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais) e que foram suplementadas nas dotações do Fundo Financeiro, sendo que, deste total, R$ 217.885.000,00 eram referentes à reserva de contingência do RPPS do **Fundo Previdenciário**.

Decreto Nº. 1.982-S, de 16/09/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
0.885	450.000,00	0.009	8.356.000,00
9.996	217.885.000,00	0.019	1.250.000,00
		0.059	5.200.000,00
		0.129	33.000,00
		0.139	1.093.000,00
		0.169	182.000,00
		0.189	36.000.000,00
		0.504	2.390.000,00
		0.619	4.000,00
		0.683	6.245.000,00
		0.684	40.500.000,00
		0.729	20.700.000,00
		0.739	3.150.000,00
		0.749	20.100.000,00
		0.759	67.100.000,00
		0.769	4.100.000,00
		0.809	430.000,00
		0.819	1.500.000,00
		0.869	2.000,00
TOTAL:	218.335.000,00	TOTAL:	218.335.000,00

Novamente, por meio do Decreto Nº. 2.436-S, de 18/11/2014, foram anulados recursos das dotações orçamentárias da unidade gestora do Fundo Previdenciário que totalizaram R$ 15.900.000,00 (quinze milhões e novecentos mil reais) e que foram suplementadas nas dotações do Fundo Financeiro, sendo que, desse total, R$ 13.290.000,00 (treze milhões e duzentos e noventa mil reais) eram referentes à reserva de contingência do RPPS do **Fundo Previdenciário**:

Decreto Nº. 2.436-S, de 18/11/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
0.119	250.000,00	0.028	5.500.000,00
0.139	215.000,00	0.029	350.000,00
0.169	230.000,00	0.089	20.000,00
0.189	1.330.000,00	0.109	32.000,00
0.244	300.000,00	0.129	23.000,00
0.259	285.000,00	0.379	50.000,00
9.996	13.290.000,00	0.399	380.000,00
		0.448	30.000,00
		0.519	220.000,00
		0.609	150.000,00
		0.779	15.000,00
		0.603	990.000,00
		0.684	2.000.000,00
		0.729	2.700.000,00
		0.749	2.400.000,00
		0.769	330.000,00
		0.809	230.000,00
		0.819	200.000,00
		0.869	280.000,00
TOTAL:	15.900.000,00	TOTAL:	15.900.000,00

Por fim, por meio do Decreto Nº. 2.751-S, de 18/12/2014, foram anulados recursos das dotações orçamentárias da unidade gestora do Fundo Previdenciário que totalizaram R$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais) e que foram suplementadas nas dotações do Fundo Financeiro, sendo que 100% desse valor referia-se à reserva de contingência do RPPS do **Fundo Previdenciário**:

Decreto Nº. 2.751-S, de 18/12/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
9.996	14.100.000,00	0.009	56.000,00
		0.119	30.000,00
		0.189	461.000,00
		0.259	111.000,00
		0.399	104.000,00
		0.504	28.000,00
		0.683	2.100.000,00
		0.684	7.500.000,00
		0.729	1.200.000,00
		0.749	310.000,00
		0.759	2.200.000,00
TOTAL:	14.100.000,00	TOTAL:	14.100.000,00

Irregularidade Constatada

Dessa forma, **foi possível constatar** a movimentação de recursos entre o Fundo Previdenciário e o Fundo Financeiro, **movimentações essas não permitidas quando da implementação da segregação de massas**. (grifou-se)

2.1.1.2 Reserva de Contingência

Na Lei Estadual nº. 10.164/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2014, foi fixada Reserva de Contingência no valor total de **R$ 470.045.554,00** (quatrocentos e setenta milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), distribuída nos orçamentos fiscal e de seguridade social, conforme quadro anexo à LOA.

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo Categorias Econômicas

Descrição	Esfera Fiscal	Esfera Seguridade Social
Reserva de Contingência	224.577.065,00	245.468.489,00
Orçamento Consolidado	**R$ 470.045.554,00**	

No quadro de detalhamento de despesas do orçamento do exercício de 2014, a reserva de contingência do orçamento fiscal foi alocada na unidade orçamentária Reserva de Contingência (99.101) e a Reserva de Contingência do orçamento da seguridade social foi alocada no IPAJM (600.201):

Quadro de Detalhamento da despesa do Orçamento do Exercício de 2014		
Unidade Orçamentária	Dotação Orçamentária	Valor
60201 - IPAJM	60.201.99.997.9999.9996 – Reserva do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	245.468.489,00
99101 – Reserva de Contingência	99.101.99.999.9999.9999 – Reserva de Contingência	224.577.065,00
TOTAL:		470.045.554,00

Há que se ressaltar **a diferença de finalidade entre as duas reservas**, visto que uma destina-se a cobertura de riscos e passivos contingentes podendo ser utilizada como fonte para abertura de créditos adicionais, e a outra, a do RPPS, destina-se a acumulação de recursos para pagamentos futuros de benefícios previdenciários[32]. A Portaria da Secretaria de Orçamento Federal define a primeira reserva:

> Art. 5º A dotação global denominada "**Reserva de Contingência**", permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a **ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais** e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, **será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo**. (Portaria SOF nº. 42, de 14 de abril de 1999) (grifo nosso)

A Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que os entes fixassem, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a forma de utilização e limite para a dotação de reserva de contingência prevista na lei orçamentária anual e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos:

> Art. 5º O **projeto de lei orçamentária anual**, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
>
> [...]
>
> III - **conterá reserva de contingência**, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
>
> a) (VETADO)
>
> b) **atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos**.

Para essa reserva, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, Lei Estadual nº. 10.067/2013, fixou um limite mínimo de 2% da receita corrente líquida.

> Art. 14. O valor da **reserva de contingência** será de, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida. (Lei Estadual nº. 10.067/2013) (grifo nosso)

[32] Não se destina à abertura de crédito suplementar para cobertura do déficit financeiro do Fundo Financeiro.

A diferenciação dessas reservas fica bem evidente, a partir do exercício de 2011, nas orientações da Portaria SOF/STN nº. 163/2001, quando estabeleceu que a **Reserva de Contingência a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais** e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101 de 2000 seria identificada nos orçamentos pelo código **"99.999.9999.xxxx.xxxx**" e a **Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS**, quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos **99.997.9999.xxxx.xxxx**":

> Art. 8º A dotação global denominada **Reserva de Contingência**, permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, **a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000**, sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, bem como **a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS,** quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos **"99.999.9999.xxxx.xxxx"** e "**99.997.9999.xxxx.xxxx"**, respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática, onde o "x" representa a codificação das ações correspondentes e dos respectivos detalhamentos. (38)(A) (40)(A)
>
> Parágrafo único. As Reservas referidas no caput serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código "9.9.99.99.99". (38)(A) (40)(A) **(Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001)**

Na parte III – Procedimentos Contábeis Específicos do Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, 5ª edição, válido para os exercícios de 2013 e 2014, p. 110, consta esclarecimento sobre a **finalidade da Reserva de Contingência do RPPS**, qual seja, **a formação de reserva para pagamento futuros de benefícios**, e, na fase de acumulação de recursos, esse superávit da previsão de receitas orçamentária é compensado com uma dotação na despesa fixada, denominada de reserva orçamentária do RPPS, que é codificada conforme Portaria Nº. 163/2001:

> **03.04.02.07 EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO**
>
> No Regime de Previdência Próprio do Servidor - RPPS, não raramente ocorre no momento de sua instituição e que tende a inverter durante o tempo em função das características peculiares de um RPPS, de a receita estimada ser superior à despesa fixada.
>
> Os recursos arrecadados **destinam-se à formação de ativos denominados de fundo para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras**. A contribuição do servidor pode ser entendida como uma poupança da qual ele, o servidor, se beneficiará ao se aposentar.
>
> **A parcela dos ingressos previstos que ultrapassar as despesas fixadas irá compor um superávit orçamentário inicial, comumente denominado de Reserva Orçamentária do RPPS destinado a garantir desembolsos futuros do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do ente respectivo**. Assim sendo, este superávit representará a fração de ingressos **que serão recebidos sem a expectativa de realização da despesa no ano corrente que**

se constituirá reserva orçamentária do exercício para suportar déficit futuros, onde as receitas previstas serão menores que as despesas em cada exercício. A constituição da reserva orçamentária do RPPS observará o disposto na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, utilizando ações e detalhamentos específicos do RPPS, combinadas com a natureza de despesa "9.9.99.99.99". (MCASP, 5ª ed.) (grifo nosso)

2.1.1.3 Abertura de Créditos Adicionais com recursos comprometidos

A Lei Federal nº. 4.320/64 (*art. 43, caput e § 1º*), autoriza a abertura de créditos suplementares e especiais **desde que existam recursos disponíveis e que estes não estejam comprometidos**[33].

> Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais ***depende da existência de recursos disponíveis*** *para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*
>
> § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, ***desde que não comprometidos***:
>
> I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
>
> II - os provenientes de excesso de arrecadação;
>
> III - **os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei**;
>
> IV- o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.
>
> § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.
>
> § 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

---

[33] O descumprimento do art. 43, §1º, da Lei federal 4.320/1964 constitui descumprimento da autorização legislativa conferida pelo art. 6º da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, Lei estadual 10.164/2014, configurando, portanto, abertura de crédito suplementar sem autorização legislativa, uma vez que o Pode Legislativo estadual não poderia conferir autorização para o chefe do Poder Executivo desobedecer a legislação federal:

> Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:
> I – até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total da Lei Orçamentária, de acordo com o disposto no § 4º do artigo 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.067/13, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17.3.1964;
> II – a conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do inciso II, § 1º, e §§ 3º e 4º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
> III – a conta de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2013, nos termos do inciso I, § 1º, e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
> IV – a conta do produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, conforme inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
> V – com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:
> a) amortização e encargos da dívida;
> b) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa, desde que mantido o mesmo valor aprovado para cada Poder;
> VI - anulando a reserva de contingência, para utilizar como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares.

> § 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Lei Federal nº. 4.320/64) (grifo nosso)

Acerca do conceito do que seriam "**recursos comprometidos**", Junior e Reis (2008)[34] esclarecem que as dotações orçamentárias **podem até estar disponíveis momentaneamente, mas isso não altera a sua situação de comprometida com despesas de natureza obrigatória,** incompatibilizando-as para serem objeto de anulação parcial de dotações:

> Deve-se, pois, ter em vista que tais **recursos somente poderão ser utilizados quando ainda não estejam comprometidos. De outro modo, não são recursos disponíveis**. Isto é claramente compreensível. É uma regra que não vem sendo seguida pelos gestores públicos, daí os problemas se avolumarem com grandes prejuízos para as populações, pois ações que gerariam benefícios diretos deixam de ser implementadas (grifou-se)
>
> Por **recursos comprometidos, deve-se entender aqueles que, em razão de contratos, convênios ou leis, atenderão a despesas obrigatórias**, tais como pessoal, amortização de empréstimos, juros, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como receitas vinculadas a caixas especiais (fundos especiais), **institucionalizadas para o atendimento de obrigações resultantes da execução de programas especiais de trabalho**, que têm, assim, receitas e despesas comprometidas com os respectivos objetivos específicos. (grifo nosso)

Irregularidade Constatada

Dessa forma, a **reserva de contingência do RPPS não pode servir como fonte para abertura de créditos adicionais**, visto que o seu **saldo orçamentário** fixado na lei orçamentária anual **encontra-se comprometido com a formação de reservas financeiras para o pagamento de benefícios futuros dos segurados do RPPS**. Entretanto, constatou-se que foram **anulados R$ 245.275.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais), correspondendo a 99,92% da previsão inicial (R$ 245.468.489,00), por meio dos seguintes decretos:

Decreto	DOE	Valor Total do Decreto	Valor da Anulação da Reserva do RPPS	Fonte de Recursos
1.982-S	17/09/2014	R$ 218.335.000,00	R$ 217.885.000,00	Anulação parcial de dotação
2.436-S	19/11/2014	R$ 15.900.000,00	R$ 13.290.000,00	Anulação parcial de dotação
2.751-S	18/12/2014	R$ 14.100.000,00	R$ 14.100.000,00	Anulação parcial de dotação
TOTAL:		**R$ 248.335.000,00**	**R$ 245.275.000,00**	-

Numa análise preliminar, foi possível concluir pela existência de "**indícios**" de que houve movimentação de créditos orçamentários entre os Fundos Previdenciário e Financeiro para reforço de dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de inativos e pensionistas, conquanto **não**

[34] "JUNIOR, José Teixeira Machado. REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada. 32 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2008. Pág. 114." (nota de rodapé constante no documento original)

constam do feito indícios de que as **transferências de recursos financeiros** entre os fundos tenham sido concretizadas.

Nesse contexto, e tendo em vista o que dispõe o art. 63 e 64 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[35], somos de opinião de que não seja razoável que o presente item componha ponto da **análise consolidada** das contas do Governador do Estado, por constituir-se de matéria específica que pode ser examinada nas contas anuais de gestão ou fiscalização do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), observando-se o rito previsto no Regimento Interno deste Tribunal para a identificação dos responsáveis, com a garantia do contraditório e a ampla defesa. Impondo-se, por conseguinte, a proposição de remessa do pedido de fiscalização ao juízo de admissibilidade do Relator dos processos relacionados ao órgão antes mencionado.

2.1.2 EDUCAÇÃO

As aplicações mínimas constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição da República) também constam do objeto de análise e apreciação das Contas do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014.

As análises empreendidas pela comissão técnica utilizam como referência os atos normativos expeditos pelo Tribunal de Contas, em especial, no que se refere à verificação das aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino, a Resolução TC-238/2012[36], de 15 de maio de 2012, que instituiu mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07.

As análises realizadas por este Tribunal de Contas (com pareceres do Ministério Público Especial de Contas) sobre os Demonstrativos das

---

35 Os artigos 63 e 64 da Lei Complementar estadual 282/2004 tratam do **procedimento interno** do IPAJM que resulta apenas em uma **proposta de abertura de crédito adicional**, não vinculando o seu atendimento por parte do ato de competência privativa do chefe do Poder Executivo, mormente quando o procedimento para elaboração de decretos envolve a participação de diversos órgãos da Administração Direta estadual (Secretaria de Economia e Planejamento - SEP, Secretaria da Fazenda - Sefaz), além de ser submetido à análise jurídica prévia e rigorosa por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE-ES), nos termos dos art. 3º, inciso IX, 15, inciso XIV, e 21, inciso V, da Lei Complementar estadual 88/1996:

> Art. 3º - A Procuradoria Geral do Estado, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, tem a seguinte competência fundamental:
> [...]
> IX - Prestar assessoramento técnico-legislativo ao Governador do Estado na elaboração de projetos de lei, **decretos**, vetos e atos normativos em geral;
> [...]
> Art. 15. Ao Centro de Estudos e Informações Jurídicas - CEI, sob a responsabilidade de um Procurador Chefe, compete: (Redação dada pela Lei Complementar n.º 666/2012)
> [...]
> XIV - elaborar pareceres nos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, nas minutas de decretos e em outros atos normativos, conforme regulamento; (Incluído pela Lei Complementar n.º 666/2012)
> [...]
> Art. 21. À Procuradoria de Consultoria Administrativa – PCA compete: (Redação pelo Decreto 2270-R/2009) (Redação dada pela Lei Complementar n.º 666/2012)
> [...]
> V - analisar os projetos de lei, minutas de decretos e outros atos normativos, relacionados com suas atribuições, conforme regulamento; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 666/2012).

36 O art. 21, §§ 4º e 5º da Resolução TC 238/2012 autorizam Estados e Municípios a utilizarem os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e os destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) com o pagamento de benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas.

Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) – Anexo 8 (LDB, art. 72), dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentárias (RREO), relativos ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2014, levaram em consideração as disposições da Resolução TC-238/2012, efetivada nos seguintes processos:

Processo	Assunto	Parecer do MPEC	Deliberação do TCE-ES
TC-3.244/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 1º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-7.493/2014 (Plenário)
TC-4.377/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 2º bimestre	Não consta parecer do MPEC	Despacho do Relator (ciência ao Executivo)
TC-7.128/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 3º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-7.494/2014 - Plenário
TC-8.927/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 4º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-1.268/2014 - Plenário
TC-12.038/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 5º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-1.268/2014 - Plenário
TC-1.590/2015	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 6º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Pendente de apreciação

Fonte: Sistema de Controle de Processos

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) tem sua apresentação decorrente do ordenamento jurídico. **O artigo 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O artigo 165, § 3º, da Constituição determina a publicação, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária**. Adicionalmente, o artigo 52 da LRF reafirma o prazo de publicação e informa o seu alcance. Constitui também fator determinante para a elaboração do demonstrativo o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao Ensino, as despesas com a MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

No transcurso do exercício financeiro, cabe ao Tribunal de Contas realizar a fiscalização e o acompanhamento da Gestão Fiscal, por meio dos relatórios definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais o demonstrativo acima descrito, avaliando-se a tendência de cumprimento (ou não) das aplicações mínimas constitucionais e que subsidiam a análise das contas anuais.

Vê-se, portanto, que as análises empreendidas nos relatórios resumidos de execução orçamentária, relativos aos bimestres do exercício de 2014, levaram em consideração as disposições da Resolução TC-238/2012. Essa é a orientação vigente deste Tribunal de Contas aos seus jurisdicionados.

3. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, impõe-se submeter à consideração superior a seguinte proposta de encaminhamento:

a) Cientificar o Ministério Público Especial de Contas que os temas "**Previdência Social do Estado**" e "**Aplicações Constitucionais mínimas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**" constituem objetos de análise e abordagem na Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2014, protocolizada nesta Corte em 19.05.2015 e autuada sob o processo TC-6.016/2015, abalizadas pelas normas constitucionais e legais vigentes aplicáveis a cada objeto analisado, inclusive pelos atos normativos vigentes expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

b) De submissão à Administração do Tribunal de Contas dos pedidos que dizem respeito a:

b.1) avaliação quanto ao juízo de conveniência, oportunidade, necessidade e possibilidade de adoção de medidas administrativas para o desenvolvimento de mecanismos para viabilizar a participação popular no processo de apreciação da prestações de contas de Governadores do Estado, disponibilizando um espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro;

b.2) A pretensão de negar executoriedade a dispositivos de ato normativo vigente do próprio Tribunal de Contas, com efeito concreto e abstrato e de repercussão geral, com reflexos nos atos praticados pelos jurisdicionados no exercício financeiro encerrado (2014), com vistas a verificar a necessidade (ou não) de submissão da matéria ao Plenário desta Corte;

c) **Indeferimento** da proposição de inclusão de item relacionado aos indícios de movimentação indevida de créditos orçamentários entre os Fundos Previdenciário e Financeiro do Regime Próprio de Previdência (RPPS) do Estado, sob a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), na análise consolidada das contas anuais do Governador do Estado, por representar assunto específico que pode ser examinado e apreciado nas contas anuais de gestão ou em fiscalização, observando-se o rito previsto no Regimento Interno do Tribunal para a identificação dos responsáveis; (grifou-se)

d) A proposição de remessa do pedido de fiscalização, no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), ao juízo de admissibilidade do Relator competente;

À Secretaria Geral de Controle Externo, propondo a remessa ao Gabinete do Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges.

Em 9 de junho de 2015.

De acordo com informações colhidas do portal do TCEES, o Processo TC 6099/2015, originado do Requerimento do MPC, encontra-se pendente de apreciação por parte deste órgão de controle externo e concluso ao ilustre conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges desde **25/05/2015**[37].

1.6 16/06/2015: Tribunal de Contas expede "Recomendação" ao Poder Executivo estadual para que passe a observar as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e deixe de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro como sendo receita previdenciária do RPPS

Nos autos do **Processo TC 1590/2015**, referente ao **Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2014**, em sessão realizada em 16/06/2015, o Plenário do TCEES prolatou a **Decisão TC 3935/2015**, recomendando ao chefe do Poder Executivo estadual Paulo Cesar Hartung Gomes, à secretária de estado da fazenda Ana Paula Vitali Janes Vescovi e ao secretário de estado de controle e transparência Marcelo Zenkner que passem a observar, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nos seguintes termos:

> **DECISÃO TC-3935/2015**
>
> **PROCESSO -** TC-1590/2015
>
> **ASSUNTO -** RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
>
> **RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE DE 2014 – INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RECOMENDAR – ENCAMINHAR CÓPIAS - APENSAR.**
>
> **DECIDE** o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto

[37] Disponível em: https://servicos.tce.es.gov.br/Publica/Processo/DetalharProcesso?idProcesso=1527073. Acesso em: 22 abr. 2016.

preenchimento da linha *"RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)"*, **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro *"APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR"* do mesmo Demonstrativo. (grifou-se)

DECIDE, ainda, **encaminhar** ao atual Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, à Secretaria de Estado da Fazenda, bem como à Secretaria de Estado de Controle e Transparência cópia do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF Nº 7/2015, para ciência.

DECIDE, por fim, sejam os autos encaminhados à 9ª Secretaria de Controle Externo para ser apensado, futuramente, à Prestação de Contas Anual do Governador.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

De acordo com informações colhidas do Sistema *e-tcees*[38], as respectivas notificações cumpridas foram juntadas aos autos em 22/06/2015 e em 23/06/2015, conforme imagem colacionada a seguir:

[38] Consulta realizada em 13/05/2015.

Processo / 01590/2015-3

☆ Acompanhar

RREO - P. EXECUTIVO ESTADUAL

No setor há 9 meses e 2 semanas

Validar informações do processo

Controle Externo

Situação: Autuado [Recebido]
Formato: Físico
Setor atual: SecexGoverno
Setor anterior: SEGEX
Recebimento: 29/07/2015 16:18
Autuação: 06/02/2015
Sigilo padrão: Não sigiloso
Possui objeto físico: Não
Protocolo autuado: 50209/2015-1
Data de protocolo: 02/02/2015 15:41
Relator: SERGIO MANOEL NADER BORGES
Unidade gestora: TCEES - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Interessado: GOVERNADORIA
Observação: EXERCICIO 2014 - 6º BIMESTRE
Migração: 15/04/2016 12:00

Documentos | Movimentações | Juntadas | Histórico

Protocolo	Assunto	Interessado	Juntada
57305/2015-8	Retorno de AR / Contrafé	ANA PAULA VITALI JANES VERCOVI	22/06/2015 16:14
57347/2015-1	Retorno de AR / Contrafé	MARCELO ZENKNER	23/06/2015 19:14
57354/2015-1	Retorno de AR / Contrafé	PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES	23/06/2015 19:14

O processo **TC 1590/2015** diz respeito à apuração de irregularidade ocorrida durante o exercício de 2014, motivo pelo qual o referido fato deve, por conseguinte, integrar a prestação de contas anual do governador, consoante se depreende do rol de responsáveis constante no preâmbulo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária REO 2/2015, elaborado pela 9ª Secretaria de Controle Externo:

9ª Secretaria de Controle Externo

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

REO 2/2015

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

6º BIMESTRE 2014
(Novembro-Dezembro)

Processo TC:	1590/2015
Assunto:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Agentes Responsáveis:	José Renato Casagrande Maurício Cezar Duque
Responsáveis pelo Encaminhamento:	Paulo César Hartung Gomes Ana Paula Vitali James Vescovi
Conselheiro Relator:	Sérgio Manoel Nader Borges
Equipe:	Beatriz Augusta Simmer Mariza de Souza Macedo
Secretário da 9ª SCE:	Marcelo Lima Fedeszen

Com intuito de esclarecer o alcance da Recomendação, a qual inclui, por óbvio, a alteração do registro contábil no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), reproduz-se a seguir o inteiro teor da análise empreendida pela 9ª

Secretaria de Controle Externo acerca da referida irregularidade. Note-se que, ao apresentar a metodologia correta de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, extraída do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, a equipe técnica do TCEES se serviu das informações constantes no Sigefes, uma vez que os demonstrativos fiscais devem espelhar os respectivos registros contábeis:

6 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – Anexo 4 (L.R.F., art. 53, inciso II)

[...]

Já em relação aos valores apurados para o **Plano Financeiro (fl. 9)**, as Receitas e Despesas Previdenciárias orçamentárias publicadas pelo Poder Executivo foram, respectivamente, nos valores de R$ 1.948.601.213,09 e R$ 2.086.585.774,09.

Irregularidade nº 1

Com o propósito de subsidiar a verificação da correta elaboração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), elaborou-se o demonstrativo constante do Apêndice B, tomando por base dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - Sigefes - (janeiro a dezembro de 2014) **considerando as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)**[39], no qual se pode verificar as Receitas Previdenciárias orçamentárias apresentaram o valor de R$ 638.976.462,89, **portanto divergente em R$ 1.309.624.750,20 a menor**. (grifou-se)

A diferença encontrada se deve ao fato do cálculo do TCEES não incluir, na linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)" o valor referente ao aporte de recursos financeiros para a cobertura de déficit do RPPS referente ao Poder Executivo no valor de R$ 1.309.624.750,20, conforme orientações do MDF 5º edição (p. 203) que disciplina que: "Não deverão ser incluídos, nessa linha, os repasses para cobertura de insuficiências financeiras, déficits financeiros ou atuariais, visto que o Resultado Previdenciário (item VII) deverá representar a totalidade da necessidade de financiamento do RPPS. **Os aportes de recursos para cobertura de insuficiências financeiras, déficits financeiros ou atuariais são demonstrados em tabela específica."**

Portanto a verificação do **Resultado Previdenciário** no período analisado (6º bimestre de 2014), apresentou **Déficit relativo ao Plano Financeiro** no montante de **R$ 1.447.609.311,20.**

Em referência ao total de recursos dos **Aportes Financeiros** do Estado para cobertura de insuficiências financeiras, formação de Reserva, cobertura de déficits financeiros ou atuariais, e outros aportes para o RPPS, seja no plano financeiro ou previdenciário, pode-se constatar, no **Plano**

[39] "Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF 5ª Edição." (nota de rodapé constante no documento original) Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MDF5/MDF_5edicao.pdf. Acesso em: 26 mai. 2016.

Financeiro, que as receitas previdenciárias foram insuficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas.

Irregularidade nº 2

Destaque-se que a contabilização das transferências de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo é feita por execução orçamentária. **Contudo, a Nota Técnica da STN nº 633/2011 estabelece que os repasses efetuados pelos entes deverão ser contabilizados como interferência financeira (de forma extraorçamentária) quando o RPPS apresentar déficit financeiro, o que ocorre nos demais Poderes/Órgãos**. (grifou-se)

Diante do exposto acima, o valor total dos recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras constante do quadro "Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor" efetivamente utilizados (acumulados até o 6º bimestre), foram no montante de **R$ 1.486.310.996,34.**

Por oportuno, recomenda-se que o Poder Executivo observe as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a elaboração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)" e do Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR".

A partir de então, a citada irregularidade constatada pelo TCEES passou a ser objeto de monitoramento por parte da unidade técnica responsável, nos termos dos art. 1º a 4º da Resolução TC 278/2014[40].

[40] Art. 1º O monitoramento das deliberações do TCEES observará o disposto nesta Resolução.
Art. 2º Denomina-se monitoramento a ação de verificação do cumprimento de determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
§ 1º Não será objeto de monitoramento a deliberação que não explicite as providências a serem adotadas pelo gestor ou sucessor, bem assim aquela que determinar genericamente o cumprimento de normas ou que deixe de fixar prazo para adoção de medidas com vistas a solucionar o problema apontado.
§ 2º A deliberação que, por inviabilidade técnica, não explicite as providências a serem adotadas, será objeto de monitoramento desde que tenha fixado prazo para adoção de medidas com vistas a solucionar o problema apontado.
Art. 3º A realização do monitoramento não interfere no andamento do processo no qual foram efetuadas as deliberações monitoradas, nem impede seu encerramento, a menos que o colegiado ou o relator tenham determinado expressamente o seu processamento nos próprios autos.
Art. 4º A unidade técnica realizará o monitoramento nas seguintes formas e situações:
I – mediante confirmação de cumprimento das deliberações, sem autuação de processo, quando as informações obtidas em consulta a sistemas informatizados ou em resposta a diligências forem suficientes para tal conclusão, não sendo necessária qualquer análise sobre o material recebido, nem elaboração de propostas de encaminhamento;
II – na instrução de tomadas ou prestações de contas, quando as informações e os documentos comprobatórios do cumprimento das deliberações forem inseridos nesses processos;
III – em processo de fiscalização, sempre que a verificação do cumprimento das deliberações exigir trabalho de campo e for compatível com o objeto fiscalizado, caso essa inclusão seja oportuna e vantajosa, a critério da unidade técnica;
IV – por intermédio do instrumento de fiscalização previsto no art. 194 do Regimento Interno, formalizado em processo de fiscalização, quando a verificação do cumprimento das deliberações exigir trabalho de campo ou a complexidade da matéria recomendar a designação de equipe de fiscalização, não havendo compatibilidade com outras fiscalizações programadas;
V – por intermédio do instrumento de fiscalização previsto no art. 194 do Regimento Interno, formalizado em processo de fiscalização, nos casos em que a verificação do cumprimento das deliberações não exija trabalho de campo, sendo necessária, porém, a elaboração de instrução para análise de documentação recebida e proposição de adoção de medidas corretivas ou punitivas pelo Tribunal, desde que a relevância e a urgência das deliberações monitoradas

Em face da fragmentação por data da ocorrência dos eventos - opção metodológica utilizada neste **Histórico** processual - confira o desenlace desta irregularidade, consultando os seguintes pontos, à frente:

- ***1.10 30/07/2015****: Poder Executivo estadual descumpre a Decisão TC 3935/2015 ao publicar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre de 2015 mantendo no Sigefes o registro do aporte para cobertura do déficit financeiro como receita intraorçamentária do RPPS*;

- ***1.14 30/09/2015****: Unidade Técnica responsável pelo Monitoramento certifica o cumprimento da Decisão TC 3935/2015, a qual determinou ao Poder Executivo estadual que passasse a observar as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e deixasse de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro como sendo receita previdenciária do RPPS.*

1.7 18/06/2015: Comissão Técnica emite o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 propondo a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual 2014 do governador

Em 18/06/2015, o Coordenador da Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador retornou os autos ao conselheiro relator Sergio Manoel Nader Boges com a inclusão do **Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo RTCG 01/2015**, elaborado pela referida comissão, constituída mediante Portarias-N nº 036, de 28/08/2014, e Portaria-N nº 007, de 27/02/2015[41].

desaconselhema verificação no âmbito das contas do órgão ou entidade.
§ 1º O monitoramento das deliberações do TCEES ocorrerá, preferencialmente, por meio de diligências interna e externa.
§ 2º Na hipótese do inciso I, quando confirmado o descumprimento das deliberações, a aplicação da sanção e das demais providências ocorrerá no processo que originou a decisão monitorada.
§ 3º Constatado o não cumprimento das deliberações, será aplicada a sanção prevista no art. 389, inciso IV e § 1º, do Regimento Interno, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

41 [...]
Fl. 20 do Processo TC 6016/2015.

Materializado em 580 folhas[42] (fl. 21 a 601), o extenso relatório técnico encontra-se dividido em dez capítulos, a saber:

1. INTRODUÇÃO (fl. 41 a 81);
2. CENÁRIO ECONÔMICO E ADMINISTRATIVO DO ESTADO (fl. 82 a 127);
3. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (fl. 128 a 229);
4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (230 a 307);
5. LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (fl. 308 a 413);
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS (fl. 414 a 455);
7. PREVIDÊNCIA ESTADUAL (fl. 456 a 531);
8. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (fl. 532 a 546);
9. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES (fl. 547 a 549); e
10. CONCLUSÃO TÉCNICA (fl. 551 a 601).

O capítulo reservado à conclusão técnica trouxe um resumo da análise empreendida pela Comissão Técnica nos seguintes termos:

> **10 CONCLUSÃO TÉCNICA**
>
> **10.1 INTRODUÇÃO**
>
> O universo de assuntos que envolvem a análise técnica da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado gera um volume de informações demasiadamente extenso, todavia imprescindível. Dessa forma, os resultados obtidos pelo desenvolvimento dos trabalhos feitos por esta Comissão Técnica ficam expostos ao longo do presente Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo.
>
> Portanto, com a finalidade de destacar os resultados da análise técnica, consolidaram-se as conclusões de cada assunto nesta seção, de forma sumarizada e sintetizada, evidenciando os itens de maior relevância e os que de alguma forma apresentaram divergências, inconsistências e/ou impropriedades observados em cada seção deste relatório técnico. **São apresentadas, também, as conclusões referentes ao cumprimento dos limites constitucionais de educação e saúde por sua importância e magnitude dentro do contexto abordado**. (grifou-se)
>
> **10.2 CENÁRIO ECONÔMICO E ADMINISTRATIVO DO ESTADO**
>
> Em um cenário desanimador, o Brasil apresentou um fraco desempenho da economia em 2014. O ano foi marcado por inúmeros fatos que contribuíram

[42] Fl. 21 a 601 do Processo TC 6016/2015.

para o quadro de aprofundamento da crise econômica, tais como, incertezas com relação às eleições, as despesas com a Copa do Mundo, declínio de investimentos, aumento de juros, falta de controle de gastos do Estado, dentre outros.

Observando o cenário de 2014 do Estado, verificou-se que, apesar da variação decrescente do Brasil nos últimos trimestres, a soma de todos os bens e serviços produzidos no Espírito Santo evoluiu positivamente, apresentando uma variação positiva de 7,2% no quarto trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior. O Estado cresce acima da média nacional há várias décadas, e, boa parte deste crescimento deve-se ao desempenho das *commodities*, o que engloba minério de ferro, aço, celulose, e, mais recentemente, petróleo e gás.

A atuação da Indústria Capixaba conseguiu se destacar devido, em grande parte, ao crescimento da fabricação de minérios de ferro pelotizados ou sintetizados pela indústria extrativa.

Destaque também para as atividades portuárias, de exportação e importação, para a indústria de celulose e de rochas ornamentais (mármore e granito, sendo o Estado o maior produtor e processador do Brasil), a exploração de petróleo (segundo maior) e gás natural (maior do país), além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café (segundo maior).

No setor de Serviços, o Estado apresentou, no acumulado de 2014, um incremento de 2,6%, representando o menor crescimento anual desde o início da Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMS-IBGE) em 2012.

Com relação aos Empregos Formais, analisando os dados do mês de dezembro de 2014, observou-se um decréscimo nos postos de trabalho, principalmente, na área de indústria de transformação, construção civil e serviços. O saldo líquido em dezembro de 2013 diminuiu de -5.782 para -8.803 postos com relação a dezembro de 2014, ou seja, diminuiu em 52% o número de postos de trabalho.

10.3 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

10.3.1 LDO 2013

A avaliação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Governo do Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2014, contidas na Lei nº 10.067 de 07 de agosto de 2013, permitem as seguintes constatações:

1. Em consulta ao site da Assembleia Legislativa (www.al.es.gov.br), constatou-se o cumprimento do prazo de encaminhamento à Assembleia Legislativa, pelo Governo do Estado do Projeto de Lei referente à LDO, previsto no art. 2º da Lei Complementar estadual nº 07/90, de 06/07/1990, posto que a data de protocolo do projeto de lei foi 30 de abril de 2013.

2. A LDO Exercício 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado em 8 de agosto de 2013 e protocolizada neste Tribunal de Contas em 15 de janeiro de 2014, cumprindo, portanto, o prazo estabelecido pelo art. 133, inciso I, da Resolução TC nº 261/2013, que indica que a citada lei deve ser protocolizada até 30 de janeiro de cada ano.

3. A elaboração da LDO Exercício 2014 atende aos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

    - Quanto à observância da LDO Exercício 2014 aos preceitos da LRF, verifica o atendimento aos dispositivos legais da Lei Complementar nº 101/00, artigos 4º, 9º § 4º e 48, caput e parágrafo único.

4. A elaboração da LDO Exercício 2014 atende parcialmente aos requisitos exigidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.

    - Quanto à observância da LDO Exercício 2014 aos preceitos constitucionais, verifica-se o atendimento aos dispositivos legais das Constituições Federal e Estadual. (Art. 165, § 2º, e art. 169 § 1º, inciso II da Constituição Federal e art. 150, § 2º, e art. 154 §1º, inciso II da Constituição do Estado). Entretanto, constata-se o não atendimento ao disposto no art. 168 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e art. 153 da Constituição Estadual (redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012 - DOE 19.04.2012), pois o § 3º do artigo 49 da LDO Exercício 2014, não inclui a Defensoria Pública ao estabelecer aos prazos de entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais.

5. Quanto ao Anexo de Riscos Fiscais (ARF) e o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrantes da LDO Exercício 2014, verifica-se que os demonstrativos apresentados foram elaborados em conformidade com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º), bem como adotaram o modelo proposto pela STN na Portaria nº 637/STN, de 18 de outubro de 2012 (aprova o Manual de Demonstrativos Fiscais – 5º edição – para o Exercício de 2013), vigentes à época da elaboração da LDO Exercício 2014.

6. A LDO Exercício 2014 projetou uma Receita Total para o exercício de 2014 o montante de R$ 14.263.817.000,00. Já a LOA Exercício 2014 apresentou uma receita total estimada no valor de R$ 15.502.548.363,00. Portanto, a receita total estimada na LOA foi 8,7% maior que a projetada na LDO. Tal divergência ocorreu porque os valores foram previstos em épocas diferentes (o da LDO até agosto de 2013, e o da LOA até dezembro de 2013).

7. Quanto à fidedignidade dos parâmetros econômicos, a análise da LDO Exercício 2014 utilizou como fonte de informações os Relatórios de inflação do Banco Central do Brasil, a LDO Exercício 2014 da União e os Relatórios de Análises do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), e conclui-se que os parâmetros econômicos constantes na LDO Exercício 2014 foram condizentes com os índices econômicos vigentes à época da elaboração da LDO Exercício 2014.

8. Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 1º, da LRF, constata-se que o Demonstrativo I (Metas Anuais) apresenta as metas anuais em valores correntes e constantes relativas a receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública (dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida) para o exercício de 2014 e para os dois exercícios seguintes 2015 e 2016.

- O Demonstrativo I (Metas Anuais) do Anexo de Metas Fiscais estabelece, para o exercício de 2014, meta do resultado primário negativo (equivalente a 0,48% do PIB/ES), meta do resultado nominal positivo (equivalente a 1,39% do PIB/ES) e o montante da dívida consolidada líquida (equivalente a 4,89% do PIB/ES).
- Quanto ao Resultado Primário o Demonstrativo estabelece como meta um déficit, equivalente a 0,48% do PIB/ES, evidenciando que a previsão dos gastos orçamentários do governo irá exceder o valor da arrecadação do estado no exercício de 2014.
- Quanto ao Resultado Nominal o Demonstrativo estabelece como meta um resultado positivo, equivalente a 1,39% do PIB/ES, indicando que haverá um incremento do endividamento do estado na ordem de R$ 1.381.352 mil, em valores correntes.
- Quanto a Dívida Consolidada Líquida e Dívida Pública Consolidada (ou Fundada), verifica-se que o Demonstrativo estabelece como meta uma dívida pública consolidada para 2014 na ordem de R$ 7.575.628 mil, em valores correntes e uma dívida consolidada líquida na ordem de R$ 4.844.031 mil, em valores correntes.

9. Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso I da LRF, constata-se que o Demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) apresenta a explanação a respeito dos resultados obtidos no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo a comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2012, acompanhado de análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, em atendimento as orientações da STN.
    - Quanto aos parâmetros básicos utilizados para se compor o referido Demonstrativo, constatou-se que as metas previstas na LDO Exercício 2012 conferem com os dados do demonstrativo, caracterizando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.
10. Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso II da LRF, constata-se que o Demonstrativo III (Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores) apresenta inicialmente uma explanação geral a respeito da elaboração dos cálculos de projeções das metas fiscais dos exercícios de 2014, 2015 e 2016. O demonstrativo apresenta as informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes em valores correntes e constantes.
11. Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso III da LRF, constata-se que o Demonstrativo IV (Evolução do Patrimônio Líquido) apresenta a evolução do Patrimônio Líquido com tendência de aumento no patrimônio líquido do Ente e do Regime previdenciário nos últimos três exercícios (2010, 2011 e 2012). Os parâmetros utilizados, quanto aos exercícios de 2010 e 2011, conferem com o Demonstrativo IV publicado na LDO anterior (Lei nº 9.680, de 27.07.2011 - LDO 2012), demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

12. Em continuidade à demonstração da evolução do patrimônio líquido segundo o artigo 4º, § 2°, inciso III da LRF, constata-se que o Demonstrativo V (Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos) apresenta as receitas realizadas referente à alienação de bens móveis e imóveis do estado nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, destacando em nota explicativa que os recursos de alienação de ativos encontram-se em disponibilidade financeira (banco), ou seja, tais recursos não foram gastos, portanto são inexistentes as despesas executados resultante da aplicação dos recursos obtidos com a alienação dos ativos. Os parâmetros utilizados, quanto aos exercícios de 2010 e 2011, conferem com o Demonstrativo V publicado na LDO anterior (Lei nº 9.680, de 27.07.2011 - LDO 2012), demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

13. O Demonstrativo VI (Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS), que visa a atender o estabelecido no art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a", da LRF, apresenta as receitas e as despesas previdenciárias, discriminando as intraorçamentárias, bem como classificando-as por categoria econômica nos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

    - Quanto aos exercícios de 2010 e 2011, constata-se que os valores conferem com o Demonstrativo VI publicado na LDO anterior (Lei nº 9.680, de 27.07.2011 - LDO 2012), demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

    - O Demonstrativo apresenta a Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário até 2.088 em conformidade com o Anexo XIII do RREO, publicado pelo Executivo Estadual, com período de referência de 2012 a 2088 (RREO 6º Bim/2012, Processo TC nº 1888/2013), evidenciando que o estado considerou que eventuais mudanças no cenário socioeconômico não justificaram revisão das variáveis consideradas nas projeções atuariais.

14. Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso V da LRF, constata-se que o Demonstrativo VII (Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita) não evidencia as medidas de compensação para a renúncia de receitas conforme inciso II do art. 14 da LRF, contudo, as justificativas apresentadas no Demonstrativo VII, da LDO Exercício 2014 seguiram as orientações da Decisão Plenária TC - 1294/2013, referente ao Processo TC - 622/2012 (LDO Exercício 2012) e busca demonstrar que o valor renunciado foi considerado na estimativa da receita da Lei Orçamentária Anual, de forma, também, a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, atendendo assim ao disposto no artigo 14, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

    - Quanto ao atendimento ao disposto no caput do art. 14 da LRF, verifica-se que o Demonstrativo informa a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, quais sejam, 2014: R$ 901.778, 2015: R$ 949.573 e 2016: R$ 1.000.850, demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à evidenciação do impacto orçamentário-financeiro.

15. Em continuidade ao estabelecido no art. 4°, § 2°, inciso V, da LRF, o Demonstrativo VIII (Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado) registra o saldo final da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2014 no montante de R$ 216,2 milhões.

16. Quanto à observância do conteúdo do anexo de riscos fiscais ao artigo 4º, § 3º, da LRF, constatou-se que o Anexo de Riscos Fiscais - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências identifica e estima os riscos fiscais do Estado no montante de R$ 63.659 mil, referente à soma dos Passivos Contingentes e o mesmo valor para as respectivas Providências a serem tomadas.

    - Os passivos contingentes identificados como riscos fiscais, no Estado encontram-se relacionados às pendências referentes aos Processos de liquidação da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – Comdusa - e da Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais – Codespe -, e pendências de Débitos Previdenciários do Estado junto à Receita Federal. As providências a serem tomadas em relação aos respectivos riscos fiscais identificadas pelo Estado referem-se à destinação de repasse de recursos pelo Tesouro Estadual a ser previsto na LOA Exercício 2014 como reserva de contingência.

    - O valor de Reserva de Contingência do orçamento fiscal (LOA Exercício 2014) alcançou o montante de R$ 224.577.065,00, portanto, suficiente para cobrir os passivos contingentes previstos no Anexo de Riscos Fiscais.

17. Quanto à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento, LDO (Lei nº 10.067/2014) e PPA (Lei nº 9.781/2012), constata-se que as prioridades e metas definidas na LDO Exercício 2014 são compatíveis com as diretrizes estratégicas e o anexo I constantes no PPA-2012/2015.

Recomenda-se, na elaboração das próximas LDO´s, nos termos acatados pela Decisão TC-7727/2014 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1224/2014 (relativo à análise da LDO do exercício 2014):

- a inclusão da Defensoria Pública ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012- DOE 19.4.2012).

- que nas situações em que haja necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes.

- seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN.
- seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição.

Recomenda-se, ainda, nos termos acatados pela Decisão TC-7727/2014 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1224/2014 (relativo à análise da LDO do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF.

10.3.2 LOA 2013

A avaliação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo do Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2014 (Lei nº 10.164 de 3 de janeiro de 2014), permitem as seguintes constatações:

1. Em consulta ao site da Assembleia Legislativa (www.al.es.gov.br), constatou-se o cumprimento do prazo de encaminhamento à Assembleia Legislativa, pelo Governo do Estado, do Projeto de Lei referente à LOA, exercício 2014, previsto no art. 3º da Lei Complementar estadual nº 07/90, de 06/07/1990, posto que a data de protocolo do projeto de lei foi 30 de setembro de 2013.
2. A LOA Exercício 2014 foi publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 6 de janeiro de 2014 e protocolizada neste Tribunal de Contas em 15 de janeiro de 2014, cumprindo, portanto, o prazo estabelecido pelo art. 133, inciso I, da Resolução TC nº 261/2013, que indica que a citada lei deve ser protocolizada até 30 de janeiro de cada ano.
3. A relação de precatórios foi protocolizada neste Tribunal de Contas em 15 de janeiro de 2014, cumprindo, portanto, o prazo estabelecido pelo art. 133, inciso III, da Resolução TC nº 261/2013.
4. Quanto à observância da Lei Orçamentária Anual (LOA) aos preceitos constitucionais, verifica-se o atendimento aos dispositivos legais das Constituições Federal e Estadual (art. 165, III, §§ 5º e 8º, da Constituição Federal e art. 150, III, §§ 5º e 8º, da Constituição Estadual). Entretanto, constata-se o atendimento parcial quanto ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE, pois o Demonstrativo apresentado não tem o caráter regionalizado exigido pela legislação, uma vez que não apresenta, de forma regionalizada, o efeito, sobre as receitas e

despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia concedidas pelo Estado.

5. Quanto à observância da Lei Orçamentária Anual (LOA) aos preceitos da LRF, verifica-se o atendimento aos dispositivos legais da Lei Complementar nº 101/00, artigo 5º. Entretanto, constata-se o atendimento parcial quanto ao disposto no art. 5º, inciso II, da LRF, pois o Demonstrativo apresentado não tem o caráter regionalizado de que trata o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, pois não apresenta, de forma regionalizada, o efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia concedidas pelo Estado. Quanto às medidas de compensação a renúncias de receita, verifica-se que o Anexo VI apresentado na LOA é o mesmo demonstrativo da LDO Exercício 2014.

6. Quanto à observância da Lei Orçamentária Anual (LOA) a Lei Federal nº 4.320/64, verifica-se o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei.

7. Quanto à compatibilidade da LOA com as orientações e diretrizes orçamentárias estabelecidas na LDO Exercício 2014 (Lei nº 10.067 de 07 de agosto de 2013), verifica-se que a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA exercício de 2014) está compatível com as orientações e diretrizes orçamentárias estabelecidas na LDO Exercício 2014. Entretanto, a LOA foi detalhada somente até o Grupo de Natureza da Despesa, e não até a modalidade de aplicação, em desacordo com as orientações do artigo 6º, caput e §§ 4º e 5º, da LDO Exercício 2014, e com as disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001.

8. Quanto a Compatibilidade entre os Instrumentos de Planejamento, verifica-se que há compatibilidade entre os instrumentos de planejamento, LOA (Lei nº 10.164/2014), LDO (Lei nº 10.067/2014) e PPA (Lei nº 9.781/2012), pois a administração pública estadual define, no PPA 2012/2015, as Diretrizes Estratégicas para o quadriênio em 10 (dez) eixos estratégicos. A LDO Exercício 2014 define que as prioridades e metas devem contemplar no mínimo os temas definidos no parágrafo único do artigo 3º da Lei 10.067/2014, os quais apresentam-se compatíveis com o PPA 2012/2015. Por fim, a LOA Exercício 2014 apresenta os Programas de Governo no Demonstrativo das Despesas por Programa de forma compatível com as prioridades e metas definidas na LDO e com as Diretrizes Estratégicas estabelecidas no PPA 2012/2015.

9. A LOA Exercício 2014, elaborada conforme as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO Exercício 2014), estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 15.502.548.363,00, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, englobando os Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta – Autarquias e Fundações.

10. A despesa do orçamento de investimentos das empresas foi fixada pelo art. 7º da LOA em R$ 271.008.063,00, destacados do orçamento fiscal e da seguridade social, cujas fontes de receitas, definidas no artigo 8º da LOA, decorrerão da geração de recursos próprios e de operações de crédito internas.

11. A LOA Exercício 2014 estima que 83% da receita prevista será oriunda de recursos do Tesouro e, 17%, de recursos de outras fontes.

12. As receitas tributárias, principal fonte de arrecadação do Estado, foram computadas em R$ 10.271.008.910,00, representando 68% do total previsto para as Receitas Correntes (R$ 15.109.831.625,00).

13. Entre as receitas de capital, destacam-se as Operações de Crédito computadas no valor de R$ 1.677.787.365,00, representando 77% do total previsto para as Receitas de Capital (R$ 2.172.540.429,00).

14. O desdobramento das Despesas fixadas evidencia que a maior destinação da despesa, para o exercício de 2014 encontra-se nas despesas correntes com 73%. E, entre as Despesas Correntes, o item "Pessoal e Encargos Sociais" responde pela maior destinação com 48% do total do orçamento, seguida das "Outras despesas correntes" com 23% do total do orçamento para 2014.

15. As Despesas de Capital representam 24% do total do orçamento. Entre as despesas de capital, o item "Investimentos" responde pela maior destinação com 17% do total do orçamento para 2014.

16. A "Reserva de Contingência", no valor de R$ 470.045.554,00 contempla: a Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal, no valor de R$ 224.577.065,00, em atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e a Reserva de Contingência do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 245.468.489,00.

17. A destinação de recursos do orçamento fiscal demonstra que os órgãos com maior participação no orçamento são: Encargos Gerais do Estado (14,35%) e Secretaria de Estado da Educação (12,79%).

18. A destinação de recursos do orçamento da Seguridade Social demonstra que os órgãos com maior participação são: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (13,91%), e Secretaria de Estado da Saúde (12,36%).

19. Entre as 28 funções, destacadas no orçamento Fiscal e Seguridade Social, apenas as funções saúde, educação, previdência social e encargos especiais apresentam participação no orçamento acima de 10% em relação ao total do orçamento.

20. Na comparação da despesa por órgão entre 2013/2014, excluindo-se o Poder Executivo, constata-se que, em valores correntes, a LOA Exercício 2014 prevê, em relação à LOA Exercício 2013, aumento nominal de despesa na ordem de 7% para a Assembleia, 7% para o Tribunal de Contas, 12% para o Ministério Público e 10% para o Poder Judiciário.

21. Quanto ao Cumprimento da "Regra de Ouro Constitucional", verifica-se que as receitas de Operações de Crédito previstas, de R$ 1.677.787.365,00, são inferiores às Despesas de Capital fixadas, de R$ 3.670.762,293,00, estando adequado ao princípio conhecido como "regra de ouro", previsto no inciso III do art. 167 da CF quando da previsão do orçamento.

22. A LOA Exercício 2014 evidencia que a reserva de contingência fixada no valor de R$ 224.577.065,00, equivalente a 2% da Receita Corrente

Líquida (RCL) de R$ 1.228.853.248,001, está em conformidade com o artigo 14 da Lei nº 10.067/2013 (LDO Exercício 2014), bem como está classificada no Grupo de Natureza de Despesa (GND) 9, conforme estabelecido no § 3º do art. 6º da LDO Exercício 2014.

23. A análise da relação "despesa juros e encargos da dívida x receitas correntes" evidencia que o pagamento de juros e encargos da dívida pública equivale a 3,01% das receitas correntes para o exercício de 2014.

24. A análise da relação "dívida ativa x receita" evidencia que a receita da dívida ativa representa 0,49% da receita total, e que a receita da dívida ativa tributária representa 0,70% da receita tributária, informando que as dívidas são de expressão percentual desprezível em relação à receita. Entretanto, que, apesar de desprezível em termos percentuais, a dívida deve ser cobrada por força do artigo 11 da LRF, que estabelece, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

25. A análise da Carga Tributária Per Capita evidencia que a carga tributária per capita anual no Estado cresceu 3,75% entre o ano 2013 (quando cada habitante do Estado pagava, em média, R$ 2.548,21 em tributos) e 2014 (quando esse valor atingiu a média de R$ 2.643,73).

26. A análise da Dívida Pública informa que os juros e encargos da dívida pública representam 4,00% das despesas correntes e 2,93% da despesa total. A amortização da dívida pública, por sua vez, representa 11,03% das despesas de capital e 2,61% da despesa total. Juntos, os juros e encargos da dívida (2,93%) e sua amortização (2,61%), correspondem a 5,54% da despesa total no orçamento do exercício de 2014.

Recomenda-se, ainda, na elaboração das próximas LOAs, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014):

- que inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001.

- que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE.

Recomenda-se, ainda, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145

da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF.

10.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo deste item é apresentar os resultados da análise do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2014, que, por sua vez, tem o intuito de verificar, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados financeiro e orçamentário em 31/12/2014.



Ressaltamos que a opinião sobre a situação financeira e patrimonial do Estado se restringe à análise das informações prestadas nos demonstrativos enviados na Prestação de Contas Anual do Governador, referente ao exercício de 2014, tendo em vista que a verificação da materialidade dos saldos contábeis é feita nas auditorias, alvo das fiscalizações empreendidas nas unidades gestoras que contribuíram para a consolidação das demonstrações financeiras e que prestam contas de forma independente.

Relatamos a seguir as constatações obtidas na análise dos demonstrativos contábeis encaminhados na Prestação de Contas Anual de 2014, divididas por cada item evidenciado neste capítulo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- A Lei Orçamentária Anual estimou as receitas em R$ 15.502.548.363,00 e fixou as despesas em igual valor;
- As Receitas Orçamentárias não foram atualizadas, enquanto que as despesas evoluíram em R$ 1.411.127.356,99. O acréscimo proveio do superávit financeiro apurado no exercício anterior (R$ 1.171.191.295,99) e dos créditos especiais reabertos (R$ 239.937.061,00), o que resultou na dotação orçamentária atualizada de R$ 16.913.675.719,99;
- A partir de 2012, o Estado contabilizou as transferências constitucionais aos municípios pelo método de deduções das receitas realizadas, com base na Portaria-conjunta nº 02, de 13 de julho de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SOF (MCASP, 5ª Edição, p. 32);
- As receitas orçamentárias arrecadadas (excluídas as intraorçamentárias), em 2014 atingiram a importância de R$ 13.128.353.075,31, enquanto que, em 2013, alcançaram o valor de R$ 11.884.106.059,97. O comportamento da receita apresentou uma evolução de R$ 1.244.247.015,34 e representou uma variação positiva de 10,47%, em relação ao exercício anterior;
- As receitas correntes somaram R$ 12.153.157.054,74 e corresponderam a 92,57% do total das receitas arrecadas (R$ 13.128.353.075,31);
- As receitas tributárias, no valor de R$ 10.285.973.537,13, corresponderam a 84,63% das receitas correntes (R$ 12.153.157.054,74). Dentre as receitas tributárias destacam-se

aquelas decorrentes do ICMS-FUNDAP (R$ 780.644.501,78) e das compensações financeiras da exploração do petróleo – Royalties (R$ 1.779.036.139,64);

- Com a Resolução do Senado Federal nº 13/2012, a alíquota do ICMS FUNDAP passou de 12% para 4%. O efeito financeiro dessa Resolução fez com que o ICMS-FUNDAP de 2014 (R$ 780.644.501,78) tivesse uma retração de 12,27% em relação ao exercício 2013 (R$ 889.876.630,81), o que resultou o decréscimo de R$ 109.232.129,03;
- A arrecadação de Royalties no país somou 18,53 bilhões de reais, conforme dados informados no Relatório da ANP - Agência Nacional do Petróleo (Site: http://www.anp.gov.br, relatório ANP, crédito em 22/12/2014, acessado em 03/06/15). O Espírito Santo arrecadou R$ 1,77 bilhão de reais, composto pelos valores creditados até 22/12/2014 de royalties no valor de R$ 837,62 milhões e da participação especial no valor de R$ 941,42 milhões;
- Em 2014, as despesas orçamentárias realizadas (excluídas as intraorçamentárias) somaram R$ 13.264.463.975,19, enquanto que, em 2013, alcançaram o valor de R$ 12.106.629.960,31. O comportamento da despesa, em relação ao exercício anterior, acresceu de R$ 1.157.834.014,88 e representou uma evolução de 9,56%;
- As despesas correntes somaram R$ 10.598.603.917,88 e representaram 79,90% das despesas orçamentárias empenhadas em 2014 (R$ 13.264.463.975,19), equivalendo a um aumento de 14,46% em relação ao exercício anterior (R$ 9.259.861.759,04). As despesas com pessoal e encargos representaram 50,43% das despesas correntes;
- As despesas de capital foram de R$ 2.526.001.273,31. O grupo mais representativo foi o de Investimentos, que representou 14,12% das despesas. Foi verificada uma redução de 11,27% em relação a 2013, da qual foi influenciada pela redução expressiva no grupo das Inversões Financeiras e da Amortização da Dívida;
- A Amortização/refinanciamento da dívida pública que, no exercício, era de origem interna (R$ 139.858.784,00), representou 1,05% do total das despesas empenhadas (R$ 13.264.463.975,00).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- O § 1º do art. 3º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, estabeleceu que, sem prejuízo da legislação vigente, a contabilidade no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá observar as orientações contidas na 5ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- A Norma de Contabilidade – NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de

Contabilidade – CFC nº 1.133/08, exigiu da Administração Pública a publicação e disponibilização dos demonstrativos para a sociedade, na forma estabelecida no item 11.

- Embora as demonstrações financeiras tenham sido encaminhadas ao TCEES, na Prestação de Contas Anual, em atendimento ao anexo 01 da Instrução Normativa 28/2013 e suas alterações, nas duas formas de apresentação: consolidada e não consolidada, constatamos que as demonstrações contábeis consolidadas não foram publicadas no Diário Oficial de 31/03/15;

- O Quadro do superávit/déficit financeiro do Balanço Patrimonial também não foi publicado no Diário Oficial de 31/03/15;

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- A estrutura do Balanço Orçamentário foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração orientada com base na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 004;

- O demonstrativo evidenciou o desequilíbrio entre receita prevista (R$ 15.502.548.363,00) e despesa fixada (R$ 16.913.675.719,99). O desequilíbrio de R$ 1.411.127.356,99 foi motivado pela abertura dos créditos adicionais, sendo: o superávit financeiro apurado no exercício anterior foi de R$ 1.171.191.295,99 e os créditos especiais reabertos no valor de R$ 239.937.061,00;

- Dos créditos abertos (R$ 1.171.190.295,99), 39% corresponderam ao superávit financeiro apurado no exercício anterior (R$ 2.997.726.128,72).

- O Balanço demonstrou um déficit orçamentário de R$ 152.173.022,97. O superávit corrente (R$ 1.538.451.366,89) foi absorvido pelo déficit de capital (R$ 1.690.624.389,86).

BALANÇO FINANCEIRO

- A estrutura do Balanço Financeiro foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração consta na orientação contida na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 06;

- As operações intragovernamentais foram excluídas dessa demonstração, na forma prevista pelo art. 50, § 1º, da LRF (Lei 101/2000);

- O aporte de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS somou R$ 1.486.310.996,34, sendo que a parte relativa ao Poder Executivo correspondeu a R$ 1.309.624.750,20 e aos demais poderes e órgãos R$ 176.686.246,14;

- O saldo inicial demonstrado no Balanço Financeiro (R$ 4.033.756.752,97) não correspondeu ao saldo das disponibilidades que se transferiram de 2013 para 2014 (R$

3.977.240.472,17). A diferença de R$ 56.516.280,80 se referiu à incorporação dos saldos financeiros relacionados às Unidades Gestoras 700102 (Sentenças Judiciárias – precatórios municipais) e 700103 (Sentenças Judiciárias – penas pecuniárias), vinculadas ao Poder Judiciário, conforme Nota Explicativa nº 07;

- O saldo das disponibilidades de caixa para o exercício seguinte foi de R$ 3.940.828.996,28. 57,05% desse valor correspondem ao saldo apurado na conta contábil 1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e equivalentes de caixa (R$ 2.248.160.143,07);
- O saldo dos restos a pagar até 2014 é de R$ 521.514.954,00 e está detalhado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (arquivo 01-08-DEMDFL);
- O total das inscrições de restos a pagar totalizou R$ 474.166.035,86 (RAP Processados no valor de R$ 196.550.323,08 e RAP Não Processados no valor de R$ 277.615.712,78). Constatamos que estes valores estão devidamente registrados nas contas contábeis 6.3.2.7.0.00.00 e 6.3.1.7.0.00.00, conforme balancete de verificação (arquivo 01-11-BALVER);
- Os pagamentos dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizaram R$ 481.424.286,00, sendo: a importância de R$ 170.634.846,18 (Processados) e de R$ 310.789.439,82 (Não processados);
- Relatório do Controle interno (arquivo 01-22-RELOCI-02) informou no item 3.2 o seguinte:

  > [...]
  >
  > A inscrição das despesas em restos a pagar do exercício de 2014, processados e não processados, no valor de R$ 474.166 mil, teve como base a despesa efetivamente contabilizada no SIGEFES e ocorreu em conformidade com as regras estabelecidas no Decreto nº 3.689-R, de 31/10/2014, que regulamentou os procedimentos contábeis para o encerramento do exercício.
  >
  > Entretanto, destaca-se o montante de aproximadamente R$ 296 milhões de restos a pagar não processados, não foram registrados contabilmente no exercício de 2014 que **se encontra em apuração** de valores e de responsabilidade, **em diversas sindicâncias abertas** pelas Unidades Gestoras, conforme determina o art. 10 do Decreto nº, 3.755-R de 02/01/2015, regulamentado pela Portaria SECONT nº. 001-R de 09/01/2015. (grifo nosso).

- O Balanço Financeiro revelou um resultado financeiro deficitário de R$ 92.927.756,69. Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo ao saldo inicial de 2014 (R$ 56.516.280,80) e se relacionou à incorporação dos saldos que provieram de 2013, nas Unidades Gestoras 700102 (Sentenças Judiciárias – Precatórios Municipais) e 700103 (Sentenças Judiciárias –

Penas Pecuniárias - Nota Explicativa nº 7), e pela adoção de novos critérios na apuração do demonstrativo.

BALANÇO PATRIMONIAL

- A estrutura do Balanço Patrimonial foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração consta na orientação contida na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 04;
- De acordo com a Portaria STN 438/12, o Balanço Patrimonial compôs-se pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro;
- No demonstrativo contábil, 80,59% dos recursos aplicados no Ativo (17.442.331.557,07) estão registrados no grupo de contas do Não Circulante (R$ 14.056.738.385,04). Desse valor, o saldo contábil líquido da dívida ativa correspondeu ao valor de R$ 2.025.321.518,09, o saldo das participações permanentes somou R$ 2.963.823.855,89 e o do Imobilizado representou R$ 6.869.926.338,11;
- Em 2014, o estoque da dívida ativa representou 59,70% do ativo total do Estado. Ao analisar a relação entre a receita de dívida ativa com as inscrições realizadas no mesmo exercício, verifica-se que o percentual de recebimentos girou em torno de 11,25%.
- O total da dívida ativa tributária e não tributária somou R$ 10.412.211.866,93. Desse total, 80,55% são considerados passíveis de perda, ou seja, não realizáveis. Ressalta-se que a possível perda ocorrerá por ocasião do recebimento futuro do crédito tributário;
- O Parecer Prévio TC-056/2014 na prestação de contas anual do Governador, referente ao exercício de 2013, recomendou "o registro de ajustes da dívida ativa de acordo com os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP". A Nota explicativa nº 9 ao Balanço Patrimonial (arquivo 01-05-BALPAT-01) informou que o Governo do Estado desenvolveu a metodologia de cálculo e registrou o ajuste a valor recuperável da perda de dívida ativa. Tendo em vista que a Sefaz fez o cálculo do ajuste da dívida ativa a valor recuperável com base na orientação contida no MPCASP, consideramos atendida a recomendação do Parecer Prévio TC - 056/2014;
- O saldo das Participações Societárias no Balanço Patrimonial (arquivo 01-05-BALPAT) atingiu o valor de R$ 2.917.967.827,57 e no Balancete de Verificação (arquivo 01-11-BALVER) foi de R$ 2.920.142.074,22. A diferença de R$ 2.174.246,65 se referiu à exclusão da participação societária da Ceasa (empresa estatal dependente) no Balanço Consolidado (Tópico 05.09.00 do MCASP);

- O saldo das imobilizações técnicas no Balanço Patrimonial será representado pelo valor líquido, ou seja, deduzido da depreciação e amortização acumulada, conforme dispõe o tópico 05.05.04 da 5ª Edição do MCASP – Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público;

- Da relação dos precatórios consolidados (arquivo 01-20-RELPRE-01), constatamos que, das 30 ações dos precatórios da trimestralidade, foi registrada a provisão do precatório da trimestralidade número 200.970.000.523. Para os demais, não provisionados (29 ações), não foram divulgadas notas explicativas nas demonstrações contábeis de 2014;

- Em 2014, a diferença entre o Ativo Financeiro (R$ 4.238.925.377,35) e Passivo Financeiro (R$ 937.447.436,12) resultou em superávit no valor de R$ 3.301.477.941,23, conforme demonstrado no anexo "Quadro Demonstrativo de Superávit/Déficit Financeiro", anexo ao Balanço Patrimonial. Esse superávit constitui uma das fontes de recursos para financiar a abertura de créditos especiais e suplementares no exercício de 2015 (inciso I, §1º, do artigo 43 da Lei 4.320/64);

- O resultado do exercício evidenciado no Balanço Patrimonial foi negativo de R$ 6.176.517.051,97;

- Apesar dos índices de endividamento e liquidez apurados com base nos saldos dos grupos de contas do Balanço Patrimonial demonstrarem uma boa liquidez imediata (3,58) e um baixo endividamento (0,45), apurou-se que a liquidez geral ficou abaixo de "1" (0,96), ou seja, o Estado teria que lançar mão dos recursos classificados no grupo de investimentos e imobilizados para saldar compromissos contratados, pois os recursos disponíveis e créditos realizáveis a curto e longo prazo não seriam suficientes para pagar as obrigações assumidas pelo Estado.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

- A estrutura do demonstrativo foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração consta na orientação contida na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 05;

- O objetivo deste demonstrativo é apurar o resultado patrimonial do exercício pela diferença entre as variações patrimoniais ativas e passivas;

- As receitas correntes (R$ 10.284.458.718,06) foram as que mais influenciaram as variações aumentativas e corresponderam a 52,81%, enquanto que as transferências intergovernamentais (R$ 5.051.348.299,51) contribuíram com 25,94%;

- As variações patrimoniais diminutivas foram representadas principalmente pelas variações e perdas de Ativo R$ 8.918.220.479,80 (34,77%), seguido pelas transferências concedidas no valor de R$ 5.794.528.223,36 (22,59%) e pelos

gastos com pessoal e encargos no valor de R$ 5.120.482.485,13 (19,96%);

- Da comparação entre as variações aumentativas (R$ 19.473.304.877,38) e diminutivas (R$ 25.649.821.929,35), constatamos o resultado patrimonial deficitário de R$ 6.176.517.051,97.
- O déficit, acima apurado, foi causado principalmente pelo registro da provisão para "Perda da Dívida Ativa" no valor de R$ 8.386.890.348,84.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público;
- A Portaria STN nº 733/14 tornou facultativa a apresentação desse demonstrativo no exercício de 2014. Entretanto, o mesmo foi encaminhado ao TCEES para atender o item 09 do Anexo 01 da Instrução Normativa TC nº 28/13 e suas alterações;
- O saldo em espécie para o exercício seguinte (R$ 3.940.828.996,28), apurado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, correspondeu àquele registrado no Balanço Financeiro e Patrimonial cujo detalhamento das contas está evidenciado na Nota Explicativa nº 06 ao Balanço financeiro;
- A apuração do fluxo líquido de caixa foi negativa de R$ 92.927.756,69 e correspondeu ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido será obrigatória para as empresas estatais dependentes e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas e tem como objetivo evidenciar as variações ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade;
- A Portaria STN nº 733/14 tornou facultativa a apresentação deste demonstrativo no exercício de 2014. Entretanto, o mesmo foi encaminhado para atender o item 10 do Anexo 01 da Instrução Normativa TC nº 28/13 e suas alterações;
- Na consolidação da Demonstração das Mutações Patrimoniais foi excluído o valor de R$ 2.347.503,79. Esse valor se referiu à parcela da Participação Permanente da Ceasa (empresa estatal dependente), no valor de R$ 2.174.246,65, e à contabilização na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R$ 173.257,14, conforme Nota Explicativa nº 3.

Por fim, considerando o que dispõe o artigo 1º, inciso XXXVI, da Lei Complementar n. 621/12 e artigo 207, inciso V, da Resolução TC n. 261/13, recomendamos o que se segue:

1) Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6;

2) Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que:

   a) após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo , em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09;

   b) a regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado.

3) Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08;

4) Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos “precatórios da trimestralidade”, que, caso as ações não tenham tramitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1).

10.5 LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 LRF

10.5.1 RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, instrumento de transparência que permite o acompanhamento do equilíbrio das contas públicas, deverá especificar e demonstrar o conteúdo discriminado nos artigos 48 a 49, 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme orientação e disposição do Manual de Demonstrativos Fiscais para o exercício de 2014, instituído pela Portaria STN nº 637/12 e alterado pelas portarias STN nº 537, de 18 de setembro de 2013, e STN nº 465, de 19 de agosto de 2013.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO deverá ser publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, abrangendo todos os Poderes e o Ministério Público.

Conforme definido pelo artigo 2º da Resolução TCEES nº 162, de 23 de janeiro de 2001, o RREO deverá ser encaminhado (cópia) pelo Poder

Executivo ao Tribunal de Contas, até o 35º (trigésimo quinto) dia após o encerramento de cada bimestre.

Esta subcomissão, quanto à análise dos demonstrativos que compõem o RREO, decidiu pela utilização das informações apuradas pela 9ª Secretaria de Controle Externo e acostadas nos autos dos Processos TC-3244/2014 (1º bimestre), TC-4377/2014 (2º bimestre), TC-7128/2014 (3º bimestre), TC-8927/2014 (4º bimestre), TC-12038/2014 (5º bimestre) e TC-1590/2015 (6º bimestre).

Integralidade

Quanto à integralidade das peças que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e seus respectivos anexos, observou-se o estrito respeito ao disposto nos artigos 48, 52 e 53 da Lei Complementar 101/00.

Publicação

Analisando os Diários Oficiais do Estado no ano de 2014 e início de 2015, a unidade técnica responsável (9ª Secretaria de Controle Externo) verificou que foram publicados tempestivamente os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do exercício em análise.

Remessa

Constatou-se que o encaminhamento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária foi protocolizado dentro do prazo estabelecido pelo artigo 2º da Resolução TC-162/01, qual seja, até 35 (trinta e cinco) dias após o encerramento do período a que corresponder, exceto quanto a remessa intempestiva no 2º Bimestre, não prejudicando, entretanto, a análise do Relatório do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Confrontação dos RREOs Publicados pelo Poder Executivo com os apurados pelo TCEES

Verificou-se que os relatórios de análise dos RREOs elaborados bimestralmente pela 9ª Secretaria de Controle Externo, apresentaram, em alguns demonstrativos, pequenas divergências entre os valores apurados pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante dados extraídos do Siafem, com os publicados pelo Executivo Estadual. No entanto, conforme entendimento técnico daquela Secretaria, as divergências apuradas não chegam a consubstanciar um prejuízo ao erário ou grave infração à norma legal.

Ressalta-se que os valores apurados pela equipe técnica da 9ª Secretaria de Controle Externo, na análise dos demonstrativos relativos ao exercício de 2014, foram validados somente com base nas informações registradas e extraídas do Sigefes à época da apuração dos dados.

Metas Fiscais RREO

O cumprimento das Metas Fiscais foi acompanhado com base nas informações divulgadas nos anexos do RREO e RGF, averiguando-se a execução (e também a tendência bimestral) destas referências ao longo do

exercício de 2014, tendo como parâmetro os valores correntes estipulados no Anexo de Metas Fiscais, constante na LDO exercício 2014.

Análise dos Demonstrativos que Compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária

a) Balanço Orçamentário – Anexo 1 (LRF, art. 52, inc. I , alíneas "a" e "b" do inc. II e § 1º)

Para o exercício financeiro de 2014, o Balanço Orçamentário apresentou déficit orçamentário no montante de R$ 152.173.022,97.

A Receita Total ultrapassou em 5,19% à meta estabelecida na LDO. Já a Despesa Total superou a meta prevista, tendo sido executada com um aumento de 13,04%.

b) Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção - Anexo 2 (LRF, art. 52, inc. II , alínea "c")

No contexto deste anexo da LRF, o qual demonstra a execução orçamentária das despesas por Funções de Governo, informa-se que as despesas empenhadas e executadas, apuradas no encerramento do exercício financeiro, foram no mesmo montante de R$ 15.156.024.058,83, ou seja, as despesas empenhadas foram executadas integralmente.

A representatividade percentual das despesas por funções de governo, apontou que "Saúde" teve a maior representação, com 15,56% da despesa liquidada (inclusas as intraorçamentárias), seguida das funções "Previdência Social" com 14,25%, "Educação" com 13,79%, "Segurança Pública" e "Encargos Especiais" com 11,88% e 10,14% de representação respectivamente.

c) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Anexo 3 (LRF, art. 53, inc. I)

A Receita Corrente Líquida, parâmetro utilizado para os limites estabelecidos pela LRF, apresentou o valor de R$ 11.798.288.624,35 (apurado pelo Executivo Estadual e confirmado pelo TCEES), referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

Analisando a evolução da Receita Corrente Líquida em 2014, verifica-se que houve um crescimento nominal da ordem de 11,71% em relação ao ano anterior (2013).

Nos últimos dez anos, a RCL saiu do patamar de R$ 7.949.438.106,60, em 2005, para R$ 11.798.288.624,35 em 2014, representando um aumento de 48,41%, em valores constantes de dez/2014.

d) Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Este anexo do Relatório Resumido de Execução foi tratado no item "7 – Previdência Estadual" deste Relatório.

e) Demonstrativo do Resultado Nominal – Anexo 5 (LRF, art.53, inc. III)

Verifica-se, pelo demonstrativo de Resultado Nominal apurado pelo TCEES, que a Dívida Fiscal Líquida apurada até 31 de dezembro de 2014, foi na ordem de R$ 2.605.983.389,72 e, destaca-se que, na comparação da dívida fiscal líquida de 2014 com a dívida fiscal líquida do exercício anterior, pode-se constatar um aumento no montante da dívida, correspondente ao valor de R$ 751.496.641,81.

A Meta Anual de Resultado Nominal, prevista no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício em referência, foi fixada no valor positivo de R$ 1.381.352.000,00, indicando uma expectativa de crescimento da dívida fiscal líquida do Estado em 2014. A realização, contudo, demonstrou um aumento, porém em magnitude menor ao esperado da dívida fiscal líquida no exercício de 2014.

f) Demonstrativo do Resultado Primário – Anexo 6 (LRF, art. 53, inc. III)

No Demonstrativo de Resultado Primário, destacamos que a Meta Fiscal de Resultado Primário estabelecida na Lei nº 10.067/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), não foi atingida. O Poder Executivo alcançou, no citado exercício, Déficit Primário de R$ 494.585.752,78, ultrapassando em 5% a meta fixada na LDO, que, para 2014, definiu déficit de R$ 471.020.000,00. Contudo, cabem as seguintes considerações:

- O Poder Legislativo autorizou por meio da LDO a meta deficitária para o resultado primário do exercício 2014 no montante de R$ 471.020.000,00;
- Destacamos que a diferença em 5% da meta fixada na LDO, ocorrida entre a meta estabelecida e o resultado primário alcançado, no montante de R$ 23.565.752,70, corresponde a 0,17% do total da Receita Primária do exercício;
- Para fins do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, constatou-se que, até o 5º bimestre, os Resultados Primários apurados se enquadravam dentro do parâmetro estabelecido pela meta fiscal, indicando que a Receita Primária realizada comportaria o cumprimento da meta estabelecida na LDO;
- Constatou-se que quase a totalidade da despesa de capital é proveniente das despesas de investimento, no montante de R$ 1.872.417.155,44 (99,22% do total). Desse montante, verifica-se que parte foi financiada com recursos das operações de crédito, no valor de R$ 855.352.694,27. Ressalta-se que a realização de investimentos públicos (despesa primária) financiados com recursos originados da contratação de operações de crédito (receitas financeiras – não primárias) tem reflexos no desempenho fiscal, em especial, quanto à meta de resultado primário, pois, de um lado, não há um aumento da receita primária total, mas, por outro, verifica-se que a realização desses investimentos são integralmente considerados no cômputo da despesa total;
- Na despesa total empenhada, foram incorporados os créditos adicionais por superávit financeiro de exercícios anteriores no montante de R$ 1,171 milhões, ou seja, despesas que não utilizaram as fontes de receitas do exercício de 2014 e que, portanto, não decorre do esforço fiscal do exercício financeiro em análise. Como os créditos adicionais não são deduzidos das

despesas primárias, a incorporação desses créditos adicionais traz efeitos negativos ao resultado primário, no conceito da LDO. Se o resultado primário fosse calculado desconsiderando a despesa com os créditos adicionais abertos por superávit financeiro, o valor apurado representaria um superávit primário na ordem de R$ 676,6 milhões, que representaria um incremento de 243% acima da meta inicialmente prevista da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- Os limites legais estabelecidos pela LRF são parâmetros estruturais, que não devem ser desrespeitados em nenhuma hipótese. Sua violação indica comprometimento direto da responsabilidade fiscal. As metas fiscais, em contraposição, apontam níveis ótimos a serem perseguidos de acordo com a conjuntura;

- Considerando o resultado nominal verificado no exercício indicando o incremento da dívida fiscal líquida em nível inferior ao legalmente autorizado, torna-se possível a formação de um juízo de que o resultado primário deficitário acima (em 5%) daquele previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, por si só, não representa evidência apta para caracterizar uma insuficiência de desempenho fiscal do ente estatal.

g) Demonstrativos dos Restos a Pagar por Poder e Órgão – Anexo 7 (LRF, art. 53, inc. V)

Os saldos a pagar até o 6º bimestre de 2014, relativos à RAP Processados e Não Processados Liquidados e RAP Não-Processados, foram respectivamente nos montantes de R$ 40.032.222,16 e R$ 10.446.502,49, incluídos os valores de RAP intraorçamentários.

h) Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 (Lei nº 9.394, de 20/12/96)

Este anexo do Relatório Resumido de Execução será tratado no Capítulo 6 - Limites Constitucionais, deste Relatório.

i) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - Anexo 9 (LRF, art. 53, § 1º, Inc. I)

O montante executado das despesas de capital líquidas, no valor de R$ 2.115.668.544,73, manteve-se acima das receitas de operações de crédito realizadas, que foram na ordem de R$ R$ 855.352.694,27, verificando-se o cumprimento deste dispositivo legal.

j) Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

Este anexo do Relatório Resumido de Execução será tratado no Capítulo 7 – Previdência Estadual, deste Relatório.

k) Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos - Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Na avaliação do cumprimento desse demonstrativo, foi apurado um montante de R$ 2.086.218,03, referente às receitas de capital provenientes da alienação de ativos, e, de acordo com informação em nota explicativa na publicação deste anexo, encontram-se em disponibilidades financeiras (banco), não tendo sido gastos com tais recursos.

l) Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Anexo 12 (E.C. nº 29)

Este anexo do Relatório Resumido de Execução será tratado no Capítulo 6 – Limites Constitucionais, deste Relatório.

m) Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas – Anexo 13 (Lei 11.079, de 30/12/2004, arts. 22 e 28)

No demonstrativo publicado para o 6º bimestre de 2014, constam valores declarados pelo Estado sobre compromissos de despesas derivadas de parcerias público-privadas estimadas com base no contrato nº 019/2013, registrando que foram executadas despesas no exercício de 2014 no valor de R$ 5.422.627,00, correspondente a 0,05% da Receita Corrente Líquida, portanto dentro do limite estabelecido.

n) Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo 14 (LRF, art. 48)

Em análise ao presente demonstrativo, verifica-se que os valores estão compatíveis e sintetizam as informações prestadas nos demais demonstrativos.

10.5.2 RELATÓRIO GESTÃO FISCAL – RGF

A análise dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos, relativos ao exercício de 2014, permite-nos concluir que:

- todos os Poderes/Órgãos referidos no artigo 20 da LRF publicaram integralmente seus respectivos relatórios de gestão fiscal, em obediência às orientações da 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, parte IV, e ao disposto no artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- todos os Poderes/Órgãos referidos no artigo 20 da LRF publicaram seus respectivos relatórios dentro do prazo estabelecido pelo artigo 55, § 2º, da Lei Complementar 101, qual seja, até trinta (30) dias após o encerramento do quadrimestre.
- todos os Poderes/Órgãos referidos no artigo 20 da LRF encaminharam os Relatórios de Gestão Fiscal ao TCEES dentro do prazo estabelecido pelo artigo 3º da Resolução TC-162/01, qual seja, até 35 (trinta e cinco) dias após o encerramento do período a que corresponder, com exceção do Poder Executivo, no 1º quadrimestre e do Poder Judiciário no 3º quadrimestre, os quais encaminharam os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal um dia após o enceramento do prazo, não prejudicando, entretanto, as análises dos respectivos Relatórios.

- os demonstrativos do relatório de gestão fiscal publicado pelos Poderes e Órgãos referidos no artigo 20 da LRF e o referente ao Ente Estadual, apresentam todas as assinaturas exigidas pelo artigo 54 da LRF.

- os relatórios de análise dos RGFs, elaborados pela 9ª Secretaria de Controle Externo, apresentaram, em alguns demonstrativos, algumas divergências entre os valores apurados pelo Tribunal de Contas do Estado e os publicados pelos Poderes/Órgãos Estaduais. Conforme entendimento daquela Secretaria, essas divergências não chegam a consubstanciar um prejuízo ao erário ou grave infração à norma legal.

- partir de janeiro de 2014, com a entrada em operação do novo Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, houve uma redução temporária na comparabilidade das informações do Estado de 2013 para 2014 como resultado da aplicação prospectiva de uma nova norma contábil-financeira, qual seja, a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais de Contabilidade.

- em 2014, o Estado do Espírito Santo (Ente Consolidado) aplicou 53,91% (R$ 6.361.005.038,27) da RCL em Despesa com Pessoal, respeitando o limite máximo de 60% disposto no inciso II do artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ 7.078.973.174,61), o limite prudencial (57%) estabelecido no parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ 6.725.024.515,88), e o "limite" de alerta (54%), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ 6.371.075.857,15).

- em 2014, o Poder Executivo estadual aplicou 44,82% (R$ 5.288.335.391,06) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 49% (R$ 5.781.161.425,93) estabelecido para o Poder Executivo estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "c", da LRF, e o limite prudencial de 46,55% (R$ 5.492.103.354,63), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF. Contudo, encontra-se acima do "limite" de Alerta de 44,10% (R$ 5.203.045.283,34), conforme disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF. Registre-se que foi encaminhado "Alerta" ao Poder Executivo no 2º quadrimestre, conforme Processo TC-9144/2014 (Decisão TC-1265/2015 - Plenário), e na análise do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014, foi recomendada a emissão de "Alerta", conforme Processo TC - 1591/2015.

- em 2014, a Assembleia Legislativa estadual aplicou 1,18% (R$ 139.363.377,42) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 1,70% (R$ 200.570.906,61) estabelecido para a Assembleia Legislativa estadual em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "a", da LRF, o limite prudencial de 1,615% (R$ 190.542.361,28), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF, bem como o "Limite" de Alerta de 1,53% (R$ 180.513.815,95), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 do mesmo diploma legal.

- em 2014, o Tribunal de Contas do Estado aplicou 0,817% (R$ 96.389.870,19) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 1,30% (R$ 153.377.752,12) estabelecido para o

Tribunal de Contas do Estado, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "a", da LRF, o limite prudencial de 1,235% (R$ 145.708.864,51), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF, bem como o "Limite" de Alerta de 1,17% (R$ 138.039.976,90), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 do mesmo diploma legal.

- em 2014, o Poder Judiciário estadual aplicou 5,44% (R$ 642.032.803,81) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 6,00% (R$ 707.897.317,46) estabelecido para o Poder Judiciário estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "b", da LRF, bem como o limite prudencial de 5,70% (R$ 672.542.451,59), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF. Contudo, encontra-se acima do "limite" de Alerta de 5,40% (R$ 637.107.585,71), conforme disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF. Registre-se que foi encaminhado "Alerta" ao Poder Judiciário no 3º quadrimestre, conforme fls. 56/57 do Processo TC-1715/2015 (Decisão TC - 1261/2014 - Plenário).

- em 2014, o Ministério Público estadual aplicou 1,65% (R$ 194.883.595,79) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 2,00% (R$ 235.965.772,49) estabelecido para o Ministério Público estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "d", da LRF, o limite prudencial de 1,90% (R$ 224.167.483,86), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF, bem como o "Limite" de Alerta de 1,80% (R$ 212.369.195,24), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 do mesmo diploma legal.

- a evolução do percentual da Despesa com Pessoal do Estado e a evolução da Receita Corrente Líquida nos últimos dez anos demonstra que o percentual da Despesa com Pessoal saiu do patamar de 38,39% em 2005 e alcançou 53,91% em 2014, elevando o percentual da despesa com pessoal em 15,52%.

- na comparação com os demais Estados da região sudeste, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a 1ª posição dentre os Estados do sudeste que tiveram maior comprometimento da RCL com gastos de pessoal em 2014.

- a Dívida Consolidada Líquida – DCL, apurada pelo TCEES ao final do exercício de 2014, apresentou um montante de R$ 3.182.321.111,88, correspondendo a 26,97% da RCL, ficando, assim, abaixo do limite estabelecido pelo Senado Federal (Resolução 40/2001), que é de até 200% da RCL. Apresentou, também, a Dívida Consolidada Líquida Previdenciária no montante de R$ 479.054.734,292, negativa.

- o Anexo de Metas Fiscais constante da LDO estabeleceu uma meta da Dívida Consolidada Líquida para 2014, em valores correntes, no montante de R$ 4.844.031.000,00, indicando uma expectativa de crescimento da Dívida Consolidada Líquida do Estado no exercício. A realização, contudo, evidenciou uma Dívida Consolidada Líquida no valor de R$ 3.182.321.111,88, ao final de 2014, portanto, valor inferior a meta estabelecida na LDO.

- o percentual da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a RCL apresentou redução significativa no período de 2005 a 2009 e um

crescimento entre 2010 e 2014, chegando ao patamar de 26,97% em 2014.

- na comparação com os demais Estados da Federação, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a 23ª posição dentre os Estados que tiveram maior percentual da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL.
- as Garantias concedidas pelo Tesouro Estadual até o 3º quadrimestre de 2014 foi de 0,17% da Receita Corrente Líquida, estando, portanto, abaixo do limite de 22% da RCL, fixado pela Resolução nº 43/2001 e suas alterações.
- na comparação com os demais Estados da região sudeste, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a terceira posição dentre os Estados do sudeste que tiveram maior percentual de Garantias e Contragarantias de Valores sobre a RCL, denotando uma situação favorável para o Estado.
- as Operações de Crédito Internas e Externas, apuradas pelo TCEES ao final do exercício de 2014, apresentaram o montante de R$ 755.466.815,45, o que corresponde a 6,40% da RCL apurada no período, estando, portanto, abaixo do limite máximo de 16% estabelecido pela Resolução nº 43/2001, artigo 7º, do Senado Federal.
- não houve Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO no exercício de 2014.
- somando os valores não sujeitos ao limite para fins de contratação, na ordem de R$ 99.885.878,82, aos valores sujeitos ao limite (R$ 755.466.815,45), obtêm-se um valor total de R$ 855.352.694,27 a ser considerado para contratação de novas operações de crédito, valor esse que representa 7,25% da RCL.
- no exercício de 2014 as operações de crédito contratadas pelo Estado apresentou uma leve redução de 6,96% em 2013 para 6,40% em 2014.
- na comparação com os demais Estados da região sudeste, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a 2ª posição dentre os Estados do sudeste que tiveram maior percentual das Operações de Créditos sobre a RCL, ficando atrás, somente, do Estado do Rio de Janeiro.
- em relação à Disponibilidade de Caixa, verifica-se que todos os Poderes/Órgãos relacionados no art. 20 da LRF possuíam liquidez para arcar com seus compromissos financeiros do exercício 2014, tanto para os recursos vinculados quanto para os não vinculados.
- os Demonstrativos dos Restos a Pagar dos Poderes/Órgãos relacionados no art. 20 da LRF evidenciam que as obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte (2015), inscritas em restos a pagar não processados do exercício em análise, têm suficiente disponibilidade de caixa no exercício em análise (2014).
- o Demonstrativo Simplificado constante do Relatório de Gestão Fiscal de cada Poder, Órgão relacionado no art. 20 da LRF e do

Ente Estadual (consolidado), relativo ao 3º quadrimestre de 2014, apresenta, de forma resumida, todos os demonstrativos que compõem o RGF.

- em 2014, a análise da transparência na gestão fiscal foi realizada nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos Poderes e Órgãos relacionados no art. 20 da LRF no 3º quadrimestre (Processo TC-1591/2015, TC-1211/2015, TC-2324/2015, TC-1715/2015 e TC-1281/2015), tomando por base o conteúdo disponibilizado pelos Poderes e Órgãos nos seus respectivos sites de transparência, constatando que ainda há necessidade de aperfeiçoamento no nível de informação e de acesso oferecido nos portais de transparência. Contudo, houve um avanço no nível de informações disponíveis em comparação com a análise anterior (2013). Especificamente quanto ao Poder Executivo, recomendou-se que o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado (RGF) fosse divulgado no Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo.

10.6 LIMITES CONSTITUCIONAIS

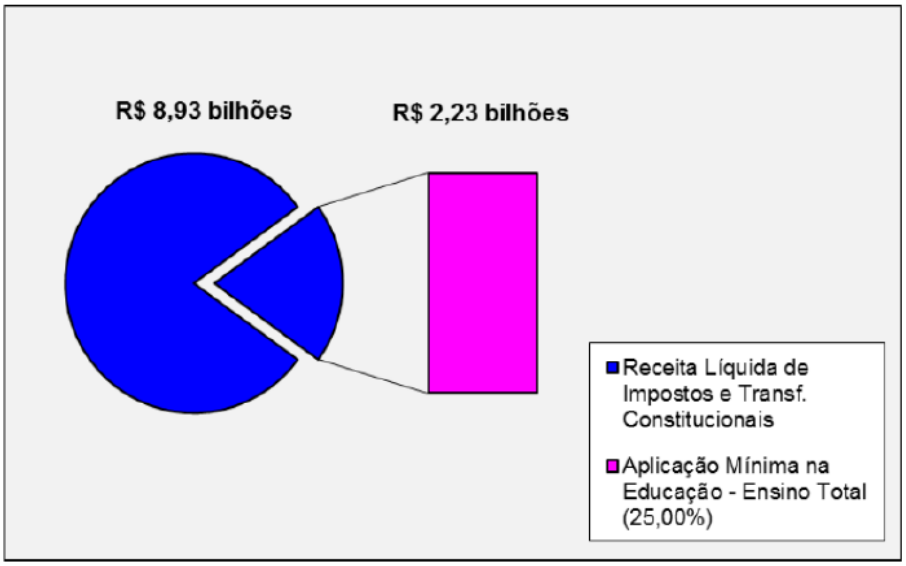
10.6.1 EDUCAÇÃO

Do exposto, a Comissão Técnica das Contas do Governo Estadual, responsável pela análise do cumprimento dos limites constitucionais de educação, tem a concluir que:

Aplicação Efetiva com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Total

Quanto à aplicação com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total), constata-se que o Governo do Estado deveria aplicar, no mínimo, a importância de R$ 2.231.461.809,35 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e nove reais e trinta e cinco centavos) correspondentes a 25,00% das receitas líquidas de impostos e das transferências constitucionais. Entretanto, em face dos exames, verifica-se uma aplicação de R$ 2.637.382.109,30 (dois bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, cento e nove reais e trinta centavos) equivalentes a 29,55% da referida base de cálculo.

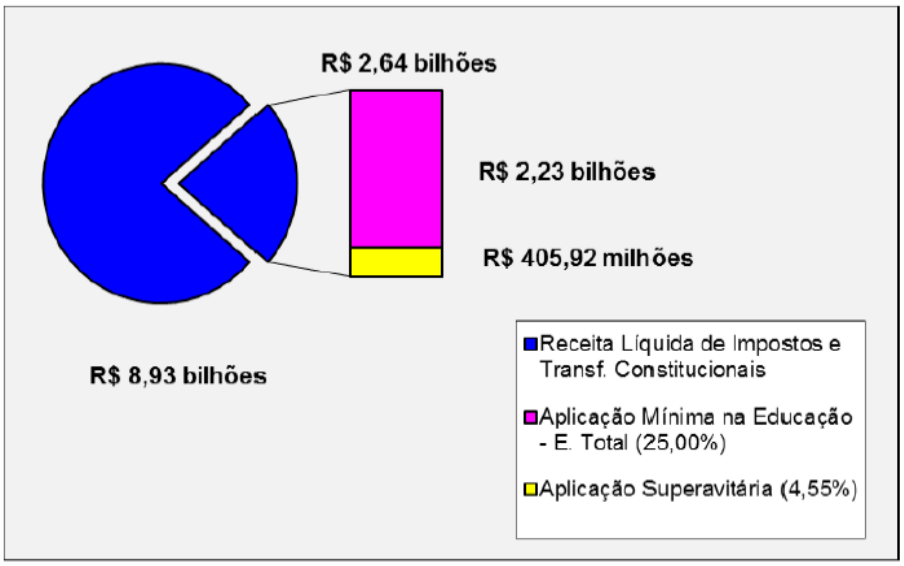
LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO
ENSINO TOTAL – EXERCÍCIO 2014



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014.

Em resumo, o Governo do Estado aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total), no exercício de 2014, a importância a maior de R$ 405.920.299,95 (quatrocentos e cinco milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), além do mínimo legalmente exigido, equivalente ao percentual superavitário de 4,55% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais.

VALOR APLICADO NA EDUCAÇÃO – ENSINO TOTAL
EXERCÍCIO 2014



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014.

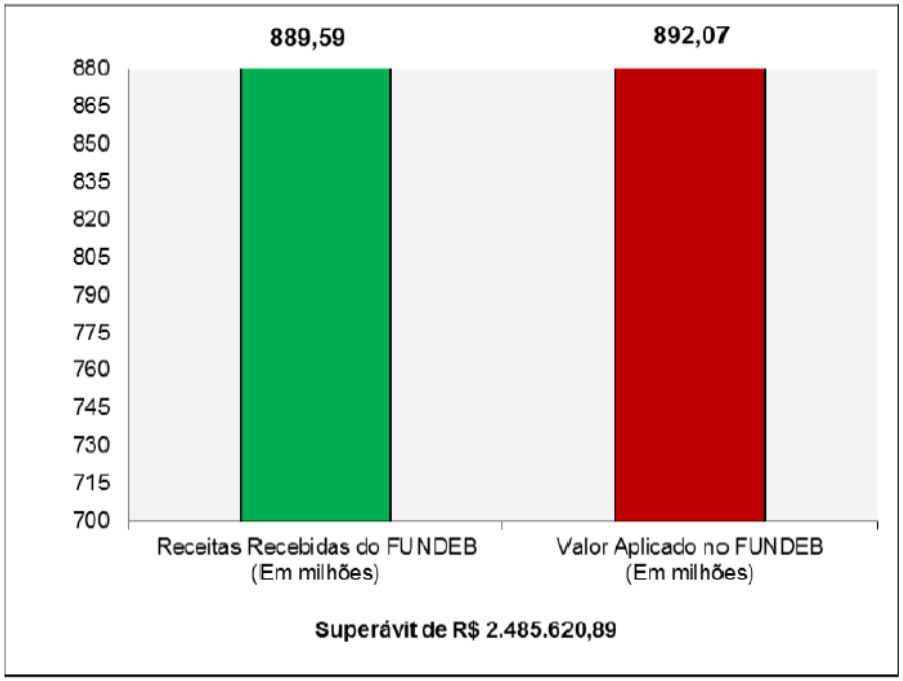
Dessa forma, ao aplicar 29,55% das receitas provenientes de impostos e das transferências constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total) fica evidenciado que o Governo do Estado cumpriu o que determina o artigo 212, caput, da Constituição da República e o artigo 69 da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Aplicação Efetiva dos Recursos do FUNDEB com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Ao Governo do Estado caberia a aplicação mínima no FUNDEB do montante de R$ 889.589.375,31 (oitocentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), correspondentes a 100,00% das receitas recebidas do FUNDEB.

Constatou-se uma aplicação efetiva no exercício de 2014 de R$ 886.113.600,04 (oitocentos e oitenta e seis milhões, cento e treze mil, seiscentos reais e quatro centavos), equivalentes a 99,61% dessa mesma base de cálculo, e o saldo financeiro de R$ 5.961.396,16 (cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), na abertura de crédito suplementar no primeiro trimestre de 2015, demonstrando uma aplicação total no FUNDEB da ordem de R$ 892.074.996,20 (oitocentos e noventa e dois milhões, setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos), superavitária em 0,28% às receitas recebidas do FUNDEB.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB
EXERCÍCIO 2014 E PRIMEIRO TRIMESTRE 2015



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014 - Dec. Estadual nº 404-S de 25/02/2015.

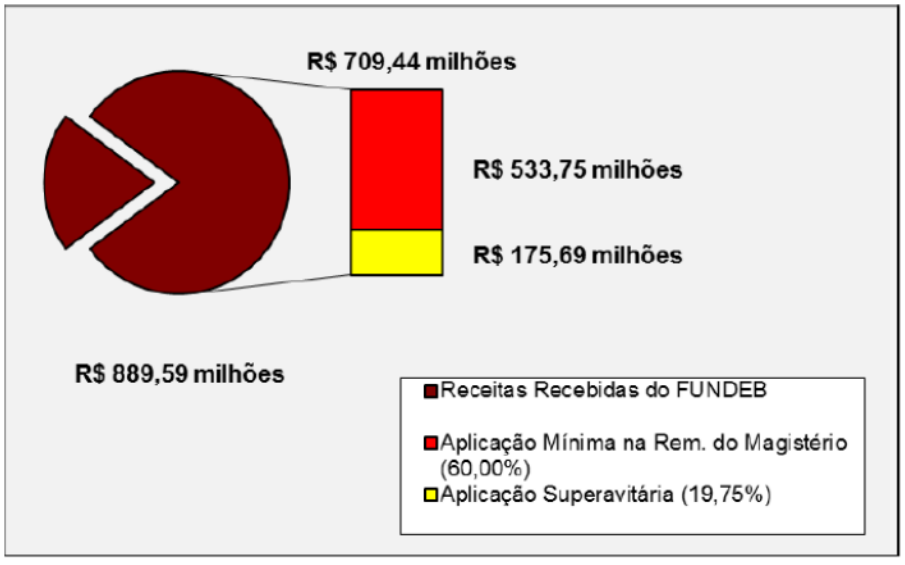
Note-se, que o montante de R$ 5.961.396,16 aplicado no primeiro trimestre de 2015, referente ao exercício de 2014, deverá ser expurgado da análise das contas do exercício de 2015, a se realizar em 2016.

Dessa forma, fica evidenciado que o Governo do Estado, no exercício de 2014, cumpriu o que determina o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

Aplicação Efetiva com a Remuneração dos Profissionais do Magistério

Com relação à aplicação do percentual legal mínimo de 60% da receita proveniente da cota-parte do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério, verifica-se que o Governo do Estado deveria aplicar o montante de R$ 533.753.625,19 (quinhentos e trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos). Todavia, constata-se uma aplicação de R$ 709.441.898,14 (setecentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e catorze centavos), equivalentes ao percentual de 79,75%, resultando uma aplicação superavitária de R$ 175.688.272,95 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), equivalentes ao percentual excedente de 19,75% das receitas recebidas do FUNDEB.

APLICAÇÃO COM A REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO
EXERCÍCIO 2014



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014.

Assim, face à legislação aplicável à espécie, constata-se que o Governo Estadual cumpriu plenamente o limite prescrito no artigo 60, inciso XII do caput, dos ADCT c/c o artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007.

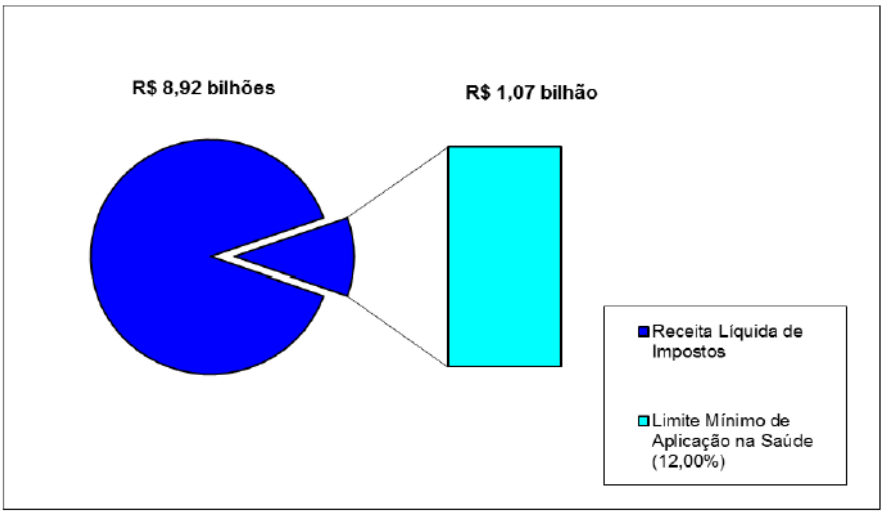
10.6.2 SAÚDE

Do exposto, a Comissão Técnica das Contas do Governo Estadual, responsável pela análise do cumprimento dos limites constitucionais de Saúde, tem a concluir que:

Aplicação Efetiva com Ações e Serviços Públicos de Saúde

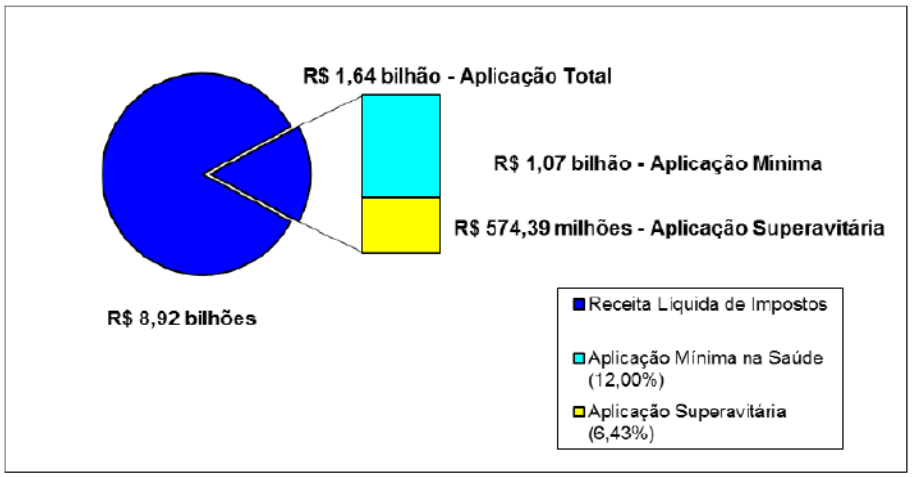
Quanto à aplicação com Ações e Serviços Públicos de Saúde, constata-se que o Governo do Estado deveria aplicar, no mínimo, a importância de R$ 1.071.101.668,49 (um bilhão, setenta e um milhões, cento e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), correspondentes a 12,00 % das receitas líquidas de impostos e das transferências constitucionais. Entretanto, em face dos exames, verifica-se uma aplicação de R$ 1.645.495.665,60 (um bilhão, seiscentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), equivalente a 18,43 % da mesma base.

Limite Constitucional de Aplicação com Ações e Serviços Públicos de Saúde



Em resumo, o Governo do Estado aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, no exercício de 2014, a importância a maior de R$ 574.393.997,11 (quinhentos e setenta e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte e um reais, oitenta e seis centavos), além do mínimo legalmente exigido, equivalente ao percentual superavitário de 6,43 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais.

Valor Aplicado nas Ações e Serviços Públicos com Saúde



Dessa forma, ao aplicar 18,43 % das receitas provenientes de impostos e das transferências constitucionais em Ações e Serviços Públicos de Saúde, ficou evidenciado que o Governo do Estado cumpriu o que determina o artigo 198, § 2º, inciso II e § 3º, inciso I, da Constituição da República, regulamentado pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 141/2012.

10.7 PREVIDÊNCIA ESTADUAL

A gestão previdenciária do Estado do Espírito Santo é efetuada com a segregação da massa de segurados em dois fundos de previdência: Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, conforme a LC nº 282/04.

O Estado do ES instituiu a Previdência Complementar, normatizada pela Lei Complementar n° 711, de 02 de setembro de 2013, autorizando o Poder Executivo a criar uma entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, estruturada na forma de fundação de direito privado sem fins lucrativos e dotada de autonomia administrativa, financeira e gerencial, que teria como objetivo administrar os planos de previdência complementar para os servidores estaduais, nos termos das Leis Complementares Federais nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Apesar da Emenda Constitucional nº 41/2003 e a LC 282/04 terem vedado a existência de mais de uma unidade gestora do RPPS no Estado, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espirito Santo (IPAJM), ainda não responde integralmente pela gestão previdenciária estadual.

Segundo informações do balanço atuarial relativo ao plano previdenciário, as Provisões Matemáticas Previdenciárias na data-base de 2014, que corresponde aos recursos necessários para garantir os pagamentos dos benefícios estabelecidos pelo Plano Previdenciário, por intermédio da diferença entre valor atual dos encargos assumidos pela Entidade em relação aos beneficiários de aposentadorias e pensões, e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas aos cofres do Fundo Previdenciário, referem-se ao montante de R$ 819.017.636,65.

As reservas matemáticas do plano previdenciário foram no montante de R$ 1.344.142.832,31, representando então os valores provisionados pela

unidade gestora do RPPS para que seja possível honrar os compromissos sob sua responsabilidade. Como o fundo previdenciário é no momento superavitário e o montante de benefícios concedidos ainda não é expressivo quanto à cobertura financeira de segurados, existe nessa condição, uma sobra financeira provisionada de valor da reserva técnica em relação às Provisões Matemáticas Previdenciárias apuradas (somatório de benefícios concedidos e a conceder, dentre outras provisões).

Já no balanço atuarial elaborado para o plano financeiro, as Reservas Matemáticas foram no valor de R$ 73.001.973,77, sendo também provisionados no mesmo valor (Provisões Matemáticas Previdenciárias), para que seja possível honrar os compromissos sob sua responsabilidade. Sendo o fundo financeiro deficitário, a reserva técnica de ativos financeiros, advinda de contribuições previdenciárias e de aportes financeiros, foi constituída no mesmo montante de benefícios concedidos provisionados.

Em relação à projeção atuarial de receitas e despesas previdenciárias do Plano Financeiro, para o período de 2015 a 2090, pode-se observar uma situação de desequilíbrio atuarial (receitas previdenciárias menores que despesas previdenciárias) até 2075, quando, a partir desse ano, configura-se uma expectativa de equilíbrio previdenciário. Segundo essa projeção para a geração atual de servidores, constata-se visualmente que a tendência de queda das despesas previdenciárias, a partir de 2035, em vista da proximidade de extinção da massa atual de segurados do Fundo Financeiro, foi determinante para esta projeção futura de equilíbrio atuarial até 2090.

Já em relação às projeções atuariais do Plano Previdenciário, das receitas e despesas previdenciárias até 2090, observa-se uma situação de equilíbrio atuarial, contrária ao Plano Financeiro, com o dimensionamento ascendente de receitas previdenciárias. Visualiza-se também um comportamento estável dos montantes relativos às despesas previdenciárias relativas ao Plano Previdenciário.

Conforme verificação das informações previdenciárias disponibilizadas no Relatório Resumido de Execução Orçamentárias (RREO) - Demonstrativos das Despesas e Receitas Previdenciárias – Anexo 4 (L.R.F., art. 53, inciso II), relativo ao 6º bimestre de 2014, com valores acumulados de 2014, no Plano Previdenciário (atualmente superavitário), as Receitas e Despesas Previdenciárias orçamentárias foram, respectivamente, nos valores de R$ 407.022.069,32 e R$ 3.098.924,86, verificando-se a ocorrência de Superávit relativo ao Plano Previdenciário no montante de R$ 403.923.144,46.

Já em relação aos valores apurados para o Plano Financeiro (atualmente deficitário), as Receitas e Despesas Previdenciárias orçamentárias publicadas pelo Poder Executivo foram, respectivamente, nos valores de R$ 638.976.462,89 e R$ 2.086.585.774,09. Portanto, a verificação do Resultado Previdenciário no período analisado (6º bimestre de 2014), apresentou déficit relativo ao Plano Financeiro no montante de R$ 1.447.609.311,20.

No que se refere à Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (RREO, Demonstrativo do Resultado Nominal - Anexo 5, L.R.F., art. 53, inciso III), calculada a partir da dedução dos valores referentes à Disponibilidade de Caixa Bruta, aos Investimentos e aos Demais Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados do Regime Previdenciário, destaca-se que, para o 6º bimestre de 2014, apresentou o valor negativo de R$

539.465.852,96, significando que, para o cálculo do saldo líquido do endividamento previdenciário, o total dos valores referentes à Disponibilidade de Caixa Bruta, mais os Investimentos e Demais Haveres Financeiros, líquidos dos RAP Processados do Regime Previdenciário, foi superior ao total da Dívida Consolidada Previdenciária apresentada. Dessa forma, a compreensão do resultado fiscal líquido previdenciário, apesar de ser negativo, implica que as disponibilidades financeiras foram superiores à Dívida Consolidada Previdenciária e aos Passivos Reconhecidos.

A Carteira de Investimentos do ES-PREVIDÊNCIA, referente à 31/12/2014, possui R$ 1.362.436.812,42 em aplicações no segmento de renda fixa e R$ 67.072.159,81 aplicados no segmento de renda variável, perfazendo o montante total investido de R$ 1.429.508.972,23.

Em relação aos investimentos previdenciários, o IPAJM tinha o objetivo de buscar rentabilizar seus ativos a taxas próximas da sua meta atuarial (taxa real de juros de 6% a.a.) e, para 2014, a Meta Atuarial atingiu 12,79%, em função da rentabilidade acumulada ao longo do ano. A rentabilidade alcançada com os investimentos dos ativos financeiros dos Fundos foi de 12,25 % no ano de 2014, ficando dessa forma, muito próxima do parâmetro de referência que é a Meta Atuarial atingida (12,79%).

Em verificação ao gerenciamento do portfólio de aplicações financeiras, no segmento de renda fixa, observa-se que 95,3% dos recursos encontram-se aplicados em renda fixa (títulos públicos federais, fundos de investimento em renda fixa e fundos de investimento em direitos creditórios) e apenas 4,69% em renda variável (fundos de ações).

Conforme dados financeiros ainda mais detalhados, o Fundo Previdenciário alocou o maior montante (R$ 1,34 bilhão) em aplicações, nos segmentos de renda fixa e variável, representando 93,77% do Patrimônio Líquido Previdenciário.

Em percentuais quantitativos, o fundo previdenciário responde por 93,77% dos recursos previdenciários aplicados, seguido pelo fundo financeiro, com 5,01%.

O Parecer Prévio nº 56/2014 – Plenário deste Tribunal, relativo às Contas do Governador 2013 (Processo TC n° 3068/2014) apresentou uma recomendação na temática de Previdência. Reavaliando então os resultados de 2014 pode-se considerar que foi houve uma readequação atuarial da projeção do resultado previdenciário em razão da demanda previdenciária atual.

10.8 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

De acordo com a Instrução Normativa TC 33/2014, depreende-se que o parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado deve estar minimamente instruído com aspectos que dizem respeito ao cumprimento dos princípios que norteiam a Administração pública, ao esforço para a Administração atingir os objetivos que se seguem nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e se executou uma gestão fiscal responsável, revelada pelo equilíbrio orçamentário e financeiro do exercício, a observância das normas constitucionais e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o cumprimento do limite com operações de crédito, com as despesas com pessoal, com o saldo positivo

do resultado primário, com a diminuição da dívida consolidada – comparada com a receita corrente líquida – com o cumprimento dos limites constitucionais (saúde e educação) e com o atendimento das exigências específicas de último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

Assim, com base nesses aspectos de natureza contábil, financeira, patrimonial e fiscal, o órgão central do sistema de controle interno está licenciado para emitir parecer sobre a prestação anual de contas oferecida pelo Governador do Estado de forma que, conclusivamente, poderia garantir a opinião de que as demonstrações financeiras consolidadas se apresentam adequadamente, adequadamente com ressalvas ou inadequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere.



No entanto, o que se averígua no relatório apresentado pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado é uma referência às constatações e/ou ressalvas apuradas por ocasião do exame levado a efeito nos atos e fatos administrativo-contábeis, econômico-patrimoniais e financeiros consolidados nos balanços gerais do Estado do Espírito Santo no exercício financeiro de 2014, de forma que o parecer conclusivo não atendeu o Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/2014, porque a equipe responsável pela elaboração do relatório de controle interno absteve-se de opinar de maneira conclusiva sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado no exercício de 2014.

Com relação ao subitem 8.3.1.1 Verificação dos Procedimentos de Controle deste relatório, propõe-se ao Plenário a recomendação (Artigo 1º, inciso XXXVI, da Lei Complementar 621/12 c/c artigo 207, inciso V, da Resolução TC 261/13) dos responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno quanto à obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas.

10.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os critérios técnicos que nortearam as presentes constatações coadunam integralmente com as disposições constitucionais e legais pertinentes à matéria, segundo disposições resolutivas e/ou decisórias emanadas do colegiado desta Corte de Contas, e encontram-se detalhadamente descritos nos itens específicos de cada assunto aqui analisado, inseridos nas diversas seções deste Relatório Técnico.

Faz-se importante ressaltar que as constatações aqui apresentadas, além do compêndio legal e resolutivo supracitado, tiveram por fundamentação documental os seguintes elementos:

- Demonstrativos elaborados pelo Governo do Estado e constantes da Prestação de Contas sob análise;
- Consultas específicas ao Sigefes, seja pertinente aos demonstrativos contábeis gerados, seja com referência aos documentos originários das transações de receitas, despesas, ativos e passivos; e
- Relatórios das fiscalizações procedidas por esta Corte de Contas, pertinentes ao exercício de 2014.

Cumpre, ainda, destacar que essas conclusões estão diretamente influenciadas pela fidedignidade e/ou impropriedades detectadas na análise contábil dos balanços gerais, cujos ajustes não tenham sido passíveis de mensuração e/ou caracterização por parte desta Comissão Técnica.



Em face do exposto, esta Comissão Técnica opina no sentido de que seja emitido Parecer Prévio à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo pela **APROVAÇÃO** da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. José Renato Casagrande, relativas ao exercício de 2014, na forma aqui apresentada, nos termos do artigo 313, inciso IV, c/c os artigos 105 e 118, caput, do Regimento Interno desta Casa (Resolução TC nº 261/2013).

Essas, Senhor Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, são as observações e conclusões a que pôde chegar esta Comissão Técnica, esperando ter colocado à disposição de V. Ex.ª os elementos necessários à elaboração de vosso Relatório e Voto sobre as Contas do Governador do Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2014.

Vitória, 18 de junho de 2015.

1.8 22/06/2015: Ministério Público de Contas requisita ao Poder Executivo estadual informações técnicas complementares com o objetivo de subsidiar a elaboração do parecer ministerial

Em 22/06/2015, os autos foram encaminhados pelo conselheiro relator ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer no prazo de sete dias **corridos**, nos termos do art. 114 do Regimento Interno do TCEES[43]. No entanto, diante da extensão, complexidade e gravidade de alguns pontos tangenciados pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015, este *Parquet* entendeu necessário requisitar documentos e informações complementares à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), mediante Ofício MPC 312/2015[44], datado de **24/06/2015**, e à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), por meio do Ofício MPC 313/2015[45], expedido nessa mesma data.

[43] Art. 114. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos.

[44] Fl. 1032 e 1033 do Processo TC 6016/2015.

[45] Fl. 1201 e 1202 do Processo TC 6016/2015.

Em resposta, a Sefaz encaminhou o ofício OF/SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015[46], de **25/06/2015**, acompanhado dos documentos solicitados. Por sua vez, a Secont também atendeu à solicitação do MPC por meio do ofício OF/Nº 219/GAB/SECONT[47], datado de **25/06/2015**, igualmente escoltado por farta documentação.

Adicionalmente, foram analisados por este Órgão Ministerial os seguintes documentos:

a) Nota Técnica Secont nº 008/2013[48], de **23/04/2013**, ressaltando a necessidade de manifestação da Procuradoria Geral do Estado acerca da legalidade da inclusão dos aportes previdenciários dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas nas despesas com pessoal do Poder Executivo; e respectivo Parecer da Procuradoria Geral do Estado[49], de **30/05/2014**, atestando a **ilegalidade** da inclusão dos aportes previdenciários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas nas despesas com pessoal do Poder Executivo e reconhecendo que o TCEES assumiu a função de legislador ao excepcionar determinados órgãos da integral aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) Parecer da Procuradoria Geral do Estado[50], de **16/03/2015**, concluindo que, para fins de aplicação do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a contração da obrigação de despesa se dá no momento do aperfeiçoamento do negócio jurídico, ou seja, com a assinatura do contrato administrativo ou instrumento congênere; e Nota Técnica Secont 002/2015[51], de **10/04/2015**, relatando que levantamento preliminar constatou a existência de insuficiência financeira no exercício

[46] Fl. 1034 e 1036 do Processo TC 6016/2015.
[47] Fl. 1203 e 1205 do Processo TC 6016/2015.
[48] Fl. 1624 e 1635 do Processo TC 6016/2015.
[49] Fl. 1609 e 1623 do Processo TC 6016/2015.
[50] Fl. 1637 e 1651 do Processo TC 6016/2015.
[51] Fl. 1652 e 1662 do Processo TC 6016/2015.

de 2014 no valor de **R$ 27.493.173,55** (vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais, e cinquenta e cinco centavos);

c) Parecer da Procuradoria Geral do Estado[52], de **14/04/2015**, e Ofício OF/Nº 0358/2015/SEDURB/GABSEC[53], de **06/05/2015**, ambos versando sobre despesas realizadas pela Secretaria de Estado de Saneamento Básico, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) sem disponibilidade financeira;

d) Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proferida nos autos do Recurso Administrativo em Pedido de Providências nº 200810000017819[54], interposto pelo Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, por meio do qual o CNJ expediu recomendação aos Tribunais de Justiça para que observassem a disciplina do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 e das normas gerais para consolidação das contas públicas veiculadas no manual editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no tocante à fórmula de cálculo e parcelas que integram a despesa total com pessoal, exceto quanto à matéria objeto da ADI nº 3889;

e) Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prolatada nos autos do Pedido de Providência nº 0.00.000.0000188/2010-76[55], requerido pelo Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, mediante o qual o CNMP recomendou a todas as unidades ministeriais, enquanto não julgada definitivamente a ADI nº 3889, que observem o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas gerais previstas no Manual da Secretaria do Tesouro Nacional, quanto à fórmula do cálculo e parcelas que integram a despesa total com pessoal;

52 Fl. 1668 e 1675 do Processo TC 6016/2015.
53 Fl. 1664 do Processo TC 6016/2015.
54 Fl. 1680 e 1685 do Processo TC 6016/2015.
55 Fl. 1687 e 1695 do Processo TC 6016/2015.

f) Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas publicados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2014[56];

g) Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28 (Relatório e Parecer Conclusivo)[57];

1.9 27/07/2015: Deputado relator das contas de governo na Assembleia Legislativa requer ao Ministério Público de Contas a suspensão da apreciação da prestação de contas anual 2014 do governador por parte do Tribunal de Contas

Em 27/07/2015, servindo-se do ofício Gab-ES 044/2015[58], também de **27/06/2015**, o Deputado Euclerio Sampaio, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), na qualidade de relator para as contas de governo 2014 e de relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga indícios de irregularidade na realização de despesas por parte do Poder Executivo (CPI dos Empenhos), dirigiu-se a este *Parquet* de Contas pleiteando a suspensão da apreciação das contas do governador até o envio pela Ales ao TCEES de todos os relatórios referentes aos trabalhos da CPI.

56 Fl. 1697 e 1700 do Processo TC 6016/2015.
57 Fl. 1702 e 1827 do Processo TC 6016/2015.
58 Fl. 1537 do Processo TC 6016/2015.

TCEES PROC.Nº 6016/2015
Fl.: 1537
Servidor

EXCELENTISSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PUBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO – EXMO Dr. LUIS HENRIQUE ANASTACIO DA SILVA.

Vitória-ES, 27 de junho de 2015,

Oficio Gab-ES. 044/2015.

Venho através do presente, na qualidade de Deputado Estadual, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos da ALES, Presidente da CPI dos Empenhos e Relator designado das contas do Governo (Governo Renato Casagrande) referente ao exercício de 2014, e em face de fatos graves que constam do relatório conclusivo **(em especial fls. 57)** realizado pela Secretária de Estado da Justiça, encaminhar cópia do mesmo para que sejam adotas as providências pertinentes, tendo em vista inclusive a proximidade do julgamento das referidas contas pelo TCES.

Isto posto, necessário se faz, a suspensão da apreciação das referidas contas pelo TCES, até manifestação desse Douto Ministério Publico de Contas e envio pela ALES de todos os relatórios referente a cancelamento de empenos.

Vitória-ES, 27 de junho de 2015.

EUCLÉRIO SAMPAIO
Relator da CPI dos Empenhos
Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
Relator das Contas de Governo – exercício 2014

1.10 30/07/2015: Poder Executivo estadual descumpre a Decisão TC 3935/2015 ao publicar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º

bimestre de 2015 mantendo no Sigefes o registro do aporte para cobertura do déficit financeiro como receita intraorçamentária do RPPS

Em 30/07/2015, após ter sido regularmente notificado da Decisão TC 3935/2015, o Poder Executivo estadual publicou o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Fundo Financeiro[59], integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 3º bimestre de 2015, **com dados divergentes dos constantes no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (Sigefes)**, resultando na divulgação de informações inverídicas à sociedade e descumprindo, portanto, a Recomendação para que fossem observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ***"desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") como receita previdenciária do RPPS"***.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS publicado pelo Poder Executivo, integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre de 2015 (bimestre maio-junho), reproduzido a seguir, informa ter utilizado, como fonte das informações publicadas, dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes):

[59] Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/03B2015/04%20-%20ANEXO%204%20-%20RPPS%20-%203_BIM_2015_FINANCEIRO.pdf. Acesso em: 25 mai. 2016.

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 07, de 29 de julho de 2015
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PLANO FINANCEIRO

JANEIRO A JUNHO DE 2015 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	**0,00**	**0,00**	**128.410.199,02**	**115.519.269,18**
RECEITAS CORRENTES	**0,00**	**0,00**	**128.410.199,02**	**115.519.269,18**
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	119.200.201,95	115.493.124,18
Pessoal Civil	0,00	0,00	92.264.485,96	88.129.484,78
Ativo	0,00	0,00	64.858.275,05	60.662.252,94
Inativo	0,00	0,00	19.951.492,17	19.275.307,49
Pensionista	0,00	0,00	7.454.718,74	8.191.924,35
Pessoal Militar	0,00	0,00	26.935.715,99	27.363.639,40
Ativo	0,00	0,00	18.803.626,53	18.813.536,05
Inativo	0,00	0,00	6.864.026,69	7.142.086,50
Pensionista	0,00	0,00	1.268.062,77	1.408.016,85
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	455.703,73	-6.111.989,16
Receita Patrimonial	0,00	0,00	4.375.168,84	3.532.608,68
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	4.375.168,84	3.532.608,68
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Servicos	0,00	0,00	0,00	565,64
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	4.379.124,50	2.604.959,84
Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	4.074.460,87	2.490.383,98
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	304.663,63	114.575,86
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienacão de Bens. Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	**0,00**	**0,00**	**168.197.972,96**	**163.752.374,45**
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS -(III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**296.608.171,98**	**279.271.643,63**

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRAORCAMENTÁRIAS) (IV)	**2.186.893.953,00**	**2.186.893.953,00**	**2.182.699.083,58**	**1.819.278.629,20**	**1.083.386.103,87**	**1.026.377.209,58**
ADMINISTRACÃO	**22.101.00**	**97.101.00**	**57.452.18**	**10.626.31**	**57.452.18**	**10.626.31**
Despesas Correntes	22.101,00	97.101,00	57.452,18	10.626,31	57.452,18	10.626,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	**2.186.871.852.00**	**2.186.796.852.00**	**2.182.641.631.40**	**1.819.268.002.89**	**1.083.328.651.69**	**1.026.366.583.27**
Pessoal Civil	1.525.033.530,00	1.524.437.830,00	1.522.968.085,74	1.339.981.123,12	805.608.573,45	725.205.513,66
Aposentadorias	1.220.827.597.00	1.220.354.897.00	1.219.696.107.76	1.098.432.196.27	662.301.260.78	590.755.348.72
Pensões	304.205.933,00	304.082.933,00	303.271.977,98	241.548.926,85	143.307.312,67	134.450.164,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	498.927.535.00	498.927.535.00	498.923.254.23	392.787.750.97	244.447.360.52	226.058.010.00
Reformas	387.924.174,00	387.888.174,00	387.883.893,23	294.518.277,29	186.550.720,93	172.691.295,10
Pensões	111.003.361.00	111.039.361.00	111.039.361.00	98.269.473.68	57.896.639.59	53.366.714.90
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	162.910.787,00	163.431.487,00	160.750.291,43	86.499.128,80	33.272.717,72	75.103.059,61
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	162.910.787.00	163.431.487.00	160.750.291.43	86.499.128.80	33.272.717.72	75.103.059.61
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORCAMENTÁRIAS) (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	**2.186.893.953,00**	**2.186.893.953,00**	**2.182.699.083,58**	**1.819.278.629,20**	**1.083.386.103,87**	**1.026.377.209,58**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	**- 2.186.893.953,00**	**- 2.186.893.953,00**	**-1.886.090.911,60**	**-1.540.006.985,57**	**-786.777.931,89**	**-747.105.565,95**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	**788.600.276.01**
Plano Financeiro	**788.600.276,01**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (oriundos de todos os poderes)	788.600.276.01
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Até o Bimestre/2015	Em 31 de dezembro de 2014
CAIXA	0.00	0.00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	50.434,58	94.616,72
INVESTIMENTOS	78.322.415.00	71.586.808.02
OUTROS BENS E DIREITOS	33.258.819,00	1.215.271,66

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	**0,00**	**0,00**	**168.197.972,96**	**163.752.374,45**
Receita de Contribuições Patronal	0.00	0.00	168.196.230.40	163.752.374.45
Pessoal Civil	0,00	0,00	130.591.262,19	126.597.381,49
Ativo	0.00	0.00	130.591.262.19	126.597.381.49
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0.00	0.00	37.604.968.21	37.154.992.96
Ativo	0,00	0,00	37.604.968,21	37.154.992,96
Inativo	0.00	0.00	0.00	0.00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Servicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	1.742,56	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienacão de Bens. Direitos e Ativos	0.00	0.00	0.00	0.00
Amortizacão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	**0,00**	**0,00**	**168.197.972,96**	**163.752.374,45**

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XI + XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

Notas Explicativas:

1 - Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição, aprovado por meio da Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014, o presente demonstrativo contempla somente os valores pertinentes ao Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

2 - Na linha "Outros Bens e Direitos" da planilha Bens e Direitos do RPPS, estão informados todos os demais ativos do Plano Financeiro que não se enquadram como Caixa, Bancos Conta Movimento e Investimentos Financeiros.

3 - Não estão sendo demonstrados os valores das previsões inicial e atualizada da receita em virtude de tais valores terem sido carregados de forma equivocada no Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM).

4 - O demonstrativo não contempla o montante de R$ 37.546.867,10 transferido ao IPAJM pelo Plano Financeiro até o mês de Junho/2015 como taxa de administração, por se tratar de operação de natureza extraorçamentária.

5 - Em observância a prevalência da essência sobre a forma, nas linhas "*Total das Receitas Previdenciárias RPPS (VI) = (IV + V)*" e "*Total das Receitas Previdenciárias Intraorçamentárias (X)=(VIII + IX)*" não estão computados os valores R$ 696.905.148,95 (coluna até o Bimestre/2015) e R$ 648.032.680,38 (coluna até o Bimestre/2014) em virtude de tais valores referirem-se ao "*Aporte para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS*". Desta forma, o valor de R$ 696.905.148,95, referente ao aporte realizado até junho/2015 do Poder Executivo está sendo computado na linha " *Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (oriundos de todos os Poderes)*".

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ - ES
Contador CRC ES nº 15974/0-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

No entanto, conquanto o Poder Executivo tenha declarado ter utilizado dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), o Ministério Público de Contas constatou que, ao contrário do que afirmado no demonstrativo, **o aporte para cobertura do déficit financeiro continua sendo registrado no Sigefes como receita intraorçamentária do RPPS, descumprindo, portanto, a Decisão TC 3935/2015**, consoante se colhe do relatório das receitas do Fundo Financeiro (unidade gestora UG 600210) arrecadadas até o ***"Mês 14/2015"* –** mês contábil referente ao encerramento do exercício financeiro –, extraído em 25/05/2016 do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), colacionado a seguir.

Essa constatação desafia a **Nota Explicativa nº 5**, segundo a qual o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS – Fundo Financeiro fora elaborado ***"em observância à prevalência da essência sobre a forma"*** em alusão à correta aplicação dos princípios de contabilidade nos termos do § 2º do art. 1º da Resolução CFC 750/1993[60], do Conselho Federal de Contabilidade.

[60] Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE (PC) os enunciados por esta Resolução.
§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).
§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Unidade Gestora Fundo Financeiro

Governo do Estado do Espírito Santo

REC.02 - Por UG -Receita Orçada/Arrecadada Bruta/Deduções/Líquida - UG 600210 - Mês 14 / 2015

25/05/2016

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
RECEITA BRUTA	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.055.719.589,34**	**0,00**	**-315.106,21**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.055.404.483,13**
1 - RECEITAS CORRENTES	**311.782.836,00**	**0,00**	**311.782.836,00**	**0,00**	**284.285.841,47**	**0,00**	**-315.106,21**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**283.970.735,26**
12 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	**276.463.979,00**	**0,00**	**276.463.979,00**	**0,00**	**260.857.353,68**	**0,00**	**-314.537,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**260.542.815,91**
121 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	276.463.979,00	0,00	276.463.979,00	0,00	260.857.353,68	0,00	-314.537,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.542.815,91
121029 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS REGIME PROPRIO	276.463.979,00	0,00	276.463.979,00	0,00	260.835.428,15	0,00	-314.537,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.520.890,38
12102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO CIVIL	2.893.369,00	0,00	2.893.369,00	0,00	1.388.400,19	0,00	-47.007,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.341.393,06
12102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12102907 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	153.186.687,00	0,00	153.186.687,00	0,00	140.770.718,68	0,00	-187.492,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.583.226,67
12102908 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	41.306.060,00	0,00	41.306.060,00	0,00	45.699.671,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.699.671,38
12102909 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	42.319.902,00	0,00	42.319.902,00	0,00	40.915.447,45	0,00	-80.038,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.835.408,82
12102910 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	15.680.809,00	0,00	15.680.809,00	0,00	14.308.333,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.308.333,27
12102911 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	17.985.780,00	0,00	17.985.780,00	0,00	15.132.537,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.132.537,03
12102912 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA MILITAR	3.091.372,00	0,00	3.091.372,00	0,00	2.620.320,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.620.320,15
121049 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53
12104901 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53

13 - RECEITA PATRIMONIAL	**25.625.392,00**	**0,00**	**25.625.392,00**	**0,00**	**9.778.710,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.778.710,95**
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	25.625.392,00	0,00	25.625.392,00	0,00	9.778.710,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.778.710,95
132810 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	25.625.392,00	0,00	25.625.392,00	0,00	9.524.355,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.524.355,43
13281000 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	25.625.392,00	0,00	25.625.392,00	0,00	9.524.355,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.524.355,43

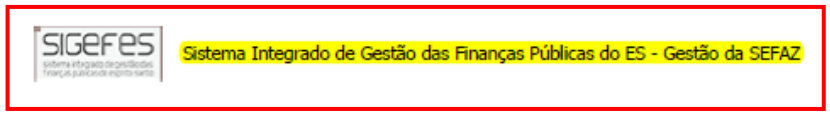
SIGEFES Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
132820 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52
13282000 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52
16 - RECEITA DE SERVICOS	**3.763.657,00**	**0,00**	**3.763.657,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
160 - RECEITA DE SERVICOS	3.763.657,00	0,00	3.763.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160013 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.763.657,00	0,00	3.763.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16001399 - OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	3.763.657,00	0,00	3.763.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**5.929.808,00**	**0,00**	**5.929.808,00**	**0,00**	**13.649.776,84**	**0,00**	**-568,44**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.649.208,40**
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	12.464,00	0,00	12.464,00	0,00	341.212,81	0,00	-568,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.644,37
191229 - MULTAS/JUROS MORA CONTR REG PROP PREV	16,00	0,00	16,00	0,00	174.748,97	0,00	-568,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,53

19122901 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIBUICAO PATRONAL	16,00	0,00	16,00	0,00	84.673,20	0,00	-568,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.104,76
19122902 - MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV	0,00	0,00	0,00	0,00	90.075,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.075,77
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	11.741,00	0,00	11.741,00	0,00	166.463,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.463,84
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	11.741,00	0,00	11.741,00	0,00	166.463,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.463,84
191999 - OUTRAS MULTAS	707,00	0,00	707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19199999 - OUTRAS MULTAS	707,00	0,00	707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.807.265,00	0,00	5.807.265,00	0,00	12.951.575,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.951.575,55
192207 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27
19220799 - OUTRAS RECUPERACOES DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27
192208 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77
19220800 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77
192210 - COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE RGPS E RPPS	5.807.265,00	0,00	5.807.265,00	0,00	12.815.106,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.815.106,51
19221001 - COMPENSACOES FINANC ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIP	5.807.265,00	0,00	5.807.265,00	0,00	12.815.106,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.815.106,51
193 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75

Ministério Público de Contas
Rua José Alexandre Buaiz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES
CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7600
www.mpc.es.gov.br

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
193299 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75
19329999 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75
199 - RECEITAS DIVERSAS	110.079,00	0,00	110.079,00	0,00	335.510,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.510,73
199099 - OUTRAS RECEITAS	110.079,00	0,00	110.079,00	0,00	335.510,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.510,73
19909999 - OUTRAS RECEITAS	110.079,00	0,00	110.079,00	0,00	335.510,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.510,73
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**1.886.416.474,00**	**0,00**	**1.886.416.474,00**	**0,00**	**1.771.433.747,87**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.771.433.747,87**
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	**1.886.318.104,00**	**0,00**	**1.886.318.104,00**	**0,00**	**1.771.431.935,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.771.431.935,37**
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.886.318.104,00	0,00	1.886.318.104,00	0,00	1.771.431.935,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771.431.935,37
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	1.886.318.104,00	0,00	1.886.318.104,00	0,00	1.771.431.935,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771.431.935,37
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	300.121.950,00	0,00	300.121.950,00	0,00	281.452.420,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.452.420,91
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	91.575.645,00	0,00	91.575.645,00	0,00	91.396.811,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.396.811,34
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.494.620.509,00	0,00	1.494.620.509,00	0,00	1.398.582.703,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.398.582.703,12
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**98.370,00**	**0,00**	**98.370,00**	**0,00**	**1.812,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.812,50**
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	98.370,00	0,00	98.370,00	0,00	1.812,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,50
791229 - MULTAS / JUROS MORA DA CONTRIB. PARA RPPS	98.370,00	0,00	98.370,00	0,00	1.812,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,50
79122901 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	48.748,00	0,00	48.748,00	0,00	1.812,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,50
79122902 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB DO SERVIDOR	49.622,00	0,00	49.622,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.055.719.589,34**	**0,00**	**-315.106,21**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.055.404.483,13**


SIGEFES
Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

Observe-se que o aporte para cobertura do déficit previdenciário do RPPS encontra-se registrado sob a denominação ***"72102913 – CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL"***, contabilizando o total líquido arrecadado de **R$ 1.398.582.703,12** (um bilhão, trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e três reais e doze centavos).

Essa informação pôde ser facilmente confirmada mediante consulta ao portal da transparência do governo do Estado[61], onde se verificou que, a título de ***"CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL"***, foram arrecadados exatamente os mesmos **R$ 1.398.582.703,12** (um bilhão, trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e três reais e doze centavos), o equivalente a 94,05% da receita intraorçamentária prevista, demonstrando, **de forma inequívoca**, que, ao continuar contabilizando o aporte para cobertura do déficit financeiro como receita do RPPS, à revelia da Recomendação expedida por esta Corte de Contas, o Poder Executivo estadual considera a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) uma obrigação de natureza meramente formal – ao contrário do que sustentou por meio da justificativa apresentada na Nota Explicativa nº 5 –, desvirtuando completamente a finalidade desse importante instrumento de transparência previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), concebido com objetivo de demonstrar à sociedade a responsabilidade na gestão fiscal:

[61] Disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_receitas/ReceitasAlinea.asp?ano=2015&tipo=diario&cat=7&org=72&esp=721&rbc=7210. Acesso em: 25 mai. 2016.

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Receitas

Acumuladas por Ano | Categoria | Espécie | Alínea / Subalínea

Dados atualizados em: **25/05/2016**

Ano: **2015**

Categoria: **RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS**

Origem: **RECEITA DE CONTRIBUICOES**

Espécie: **CONTRIBUICOES SOCIAIS**

Rubrica: **CONTRIBUICOES SOCIAIS**

Total Previsto:	**R$ 2.052.941.076,00**
Total Realizado:	**R$ 1.986.973.305,91**

Alínea	Subalínea	Valor Previsto	Valor Arrecadado	% Arrecadado
CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.487.078.809,00	1.398.582.703,12	94,05
CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	445.959.260,00	456.556.003,40	102,38
CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	119.903.007,00	131.834.599,39	109,95

Por sua vez, compulsando o Demonstrativo do Balanço Orçamentário publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre de 2015, verifica-se que os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro foram mantidos como receita do RPPS, evidenciando não apenas o descumprimento da Decisão TC 3935/2015, mas também uma outra irregularidade: **ausência de uniformidade na demonstração das informações contábeis**.

Conquanto a **Decisão TC 3935/2015** tenha se reportado ao Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Fundo Financeiro do RPPS, a "Recomendação" para que o Poder Executivo estadual deixasse de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do RRPS (aporte) como receita previdenciária do RPPS não deve se restringir apenas ao demonstrativo mencionado, **devendo ser aplicada a todos os demonstrativos que contemplem a referida receita, a exemplo do Balanço Orçamentário**, uma vez que a irregularidade está relacionada à **natureza dos recursos** (aporte não é receita do RPPS), de modo que a correção da sua forma de contabilização deve alcançar todos os demonstrativos fiscais e não apenas o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Fundo Financeiro do RPPS (instrumento de transparência onde a irregularidade foi originalmente detectada), **sob pena de se condescender com a contrafação das demonstrações dos registros contábeis, possibilitando a dissimulação da real situação financeira do Estado.**

A seguir, o Balanço Orçamentário publicado no RREO do 3º bimestre de 2015, onde observa uma previsão de arrecadação de receita intraorçamentária oriunda de contribuições sociais no valor de **R$ 2.052.941.076,00** (dois bilhões, cinquenta e dois milhões, novecentos e quarenta e um mil e setenta e seis reais):

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 07, 29 de julho de 2015
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015 / BIMESTRE MAIO -JUNHO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) Em Reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**13.948.355.251,00**	**13.948.355.251,00**	**2.059.640.263,32**	**14,77**	**6.099.068.165,47**	**43,73**	**7.849.287.085,53**
RECEITAS CORRENTES	12.160.960.150,00	12.160.705.150,00	2.028.394.326,90	16,68	5.951.322.093,38	48,94	6.209.383.056,62
RECEITA TRIBUTARIA	6.836.544.097,00	6.836.544.097,00	1.147.975.355,56	16,79	3.348.941.220,74	48,99	3.487.602.876,26
IMPOSTOS	6.260.425.687,00	6.260.425.687,00	1.061.775.370,61	16,96	3.106.818.209,37	49,63	3.153.607.477,63
TAXAS	576.118.410,00	576.118.410,00	86.199.984,95	14,96	242.123.011,37	42,03	333.995.398,63
RECEITA DE CONTRIBUICOES	360.388.722,00	360.388.722,00	60.909.368,14	16,90	165.413.121,15	45,90	194.975.600,85
CONTRIBUICOES SOCIAIS	360.388.722,00	360.388.722,00	60.909.368,14	16,90	165.413.121,15	45,90	194.975.600,85
RECEITA PATRIMONIAL	373.491.125,00	373.491.125,00	93.867.361,43	25,13	274.202.023,37	73,42	99.289.101,63
RECEITAS IMOBILIARIAS	98.787,00	98.787,00	51.838,68	52,48	153.674,00	155,56	(54.887,00)
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	373.332.338,00	373.332.338,00	93.782.105,54	25,12	273.776.667,57	73,33	99.555.670,43
RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	60.000,00	60.000,00	33.417,21	55,70	102.950,90	171,58	(42.950,90)
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-	-	-	168.730,90	-	(168.730,90)
RECEITA AGROPECUARIA	376.537,00	376.537,00	27.287,62	7,25	90.655,80	24,08	285.881,20
RECEITA DE PRODUCAO VEGETAL	324.601,00	324.601,00	10.287,62	3,17	73.655,80	22,69	250.945,20
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	51.936,00	51.936,00	17.000,00	32,73	17.000,00	32,73	34.936,00
RECEITA INDUSTRIAL	9.613.557,00	9.613.557,00	1.237.431,97	12,87	4.015.469,80	41,77	5.598.087,20
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	9.613.557,00	9.613.557,00	1.237.431,97	12,87	4.015.469,80	41,77	5.598.087,20
RECEITA DE SERVICOS	98.025.362,00	98.025.362,00	7.723.638,00	7,88	20.815.926,92	21,24	77.209.435,08
RECEITA DE SERVICOS	98.025.362,00	98.025.362,00	7.723.638,00	7,88	20.815.926,92	21,24	77.209.435,08

TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.170.752.478,00	4.170.497.478,00	686.572.456,12	16,46	2.040.070.690,16	48,92	2.130.426.787,84
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.137.910.601,00	4.137.910.601,00	685.257.587,50	16,56	2.036.578.540,22	49,22	2.101.332.060,78
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	4.736.982,00	4.736.982,00	-	0,00	-	-	4.736.982,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	28.104.895,00	27.849.895,00	1.314.868,62	4,72	3.492.149,94	12,54	24.357.745,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	311.768.272,00	311.768.272,00	30.081.428,06	9,65	97.772.985,44	31,36	213.995.286,56
MULTAS E JUROS DE MORA	112.514.674,00	112.514.674,00	15.841.656,24	14,08	45.874.423,38	40,77	66.640.250,62
INDENIZACOES E RESTITUICOES	54.137.649,00	54.137.649,00	4.235.218,78	7,82	17.723.143,52	32,74	36.414.505,48
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	83.928.245,00	83.928.245,00	3.793.028,14	4,52	14.120.479,29	16,82	69.807.765,71
RECEITAS DIVERSAS	61.187.704,00	61.187.704,00	6.211.524,90	10,15	20.054.939,25	32,78	41.132.764,75
RECEITAS DE CAPITAL	1.787.395.101,00	1.787.650.101,00	31.245.936,42	1,75	147.746.072,09	8,26	1.639.904.028,91
OPERACOES DE CREDITO	1.578.838.000,00	1.578.838.000,00	21.409.811,65	1,36	110.553.103,48	7,00	1.468.284.896,52
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	1.254.256.000,00	1.254.256.000,00	21.409.811,65	1,71	110.553.103,48	8,81	1.143.702.896,52
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	324.582.000,00	324.582.000,00	-	0,00	-	-	324.582.000,00
ALIENACAO DE BENS	2.221.146,00	2.221.146,00	4.927,92	0,22	17.512,75	0,79	2.203.633,25
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	2.131.144,00	2.131.144,00	170,00	0,01	845,25	0,04	2.130.298,75
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	90.002,00	90.002,00	4.757,92	5,29	16.667,50	18,52	73.334,50
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	150.140.883,00	150.395.883,00	69.297,20	0,05	11.076.330,47	7,36	139.319.552,53
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.382.041,00	30.382.041,00	-	0,00	6.773.881,12	22,30	23.608.159,88
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	3.290.852,00	3.290.852,00	-	0,00	-	-	3.290.852,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	-	-	-	-	436.670,15	-	(436.670,15)
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	116.467.990,00	116.722.990,00	69.297,20	0,06	3.865.779,20	3,31	112.857.210,80
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	56.195.072,00	56.195.072,00	9.761.899,65	17,37	26.099.125,39	46,44	30.095.946,61
RESTITUICOES	-	-	1.479.275,07	-	2.274.135,64	-	(2.274.135,64)
OUTRAS RECEITAS	56.195.072,00	56.195.072,00	8.282.624,58	14,74	23.824.989,75	42,40	32.370.082,25
RECEITAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS (II)	**2.074.986.943,00**	**2.074.986.943,00**	**340.316.857,82**	**16,40**	**965.777.570,14**	**46,54**	**1.109.209.372,86**
RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	2.074.986.943,00	2.074.986.943,00	340.316.857,82	16,40	965.777.570,14	46,54	1.109.209.372,86
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.052.941.076,00	2.052.941.076,00	338.139.740,50	16,47	957.676.334,31	46,65	1.095.264.741,69
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076,00	2.052.941.076,00	338.139.740,50	16,47	957.676.334,31	46,65	1.095.264.741,69
RECEITA INDUSTRIAL	12.884.499,00	12.884.499,00	1.252.618,13	9,72	3.838.248,12	29,79	9.046.250,88
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	12.884.499,00	12.884.499,00	1.252.618,13	9,72	3.838.248,12	29,79	9.046.250,88
RECEITA DE SERVICOS	8.947.231,00	8.947.231,00	799.307,81	8,93	4.100.447,39	45,83	4.846.783,61
RECEITA DE SERVICOS	8.947.231,00	8.947.231,00	799.307,81	8,93	4.100.447,39	45,83	4.846.783,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.137,00	214.137,00	125.191,38	58,46	162.540,32	75,90	51.596,68
MULTAS E JUROS DE MORA	197.050,00	197.050,00	1.319,09	0,67	1.799,68	0,91	195.250,32
INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.087,00	17.087,00	123.872,29	724,95	160.740,64	940,72	(143.653,64)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**16.023.342.194,00**	**16.023.342.194,00**	**2.399.957.121,14**	**14,98**	**7.064.845.735,61**	**44,09**	**8.958.496.458,39**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-	-	-	-
OUTRA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-	-	-	-
OUTRA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III) + (IV)	**16.023.342.194,00**	**16.023.342.194,00**	**2.399.957.121,14**	**14,98**	**7.064.845.735,61**	**44,09**	**8.958.496.458,39**
DÉFICIT (VI)				-		-	
TOTAL (VII) = (V) + (VI)	**16.023.342.194,00**	**16.023.342.194,00**	**2.399.957.121,14**	**14,98**	**7.064.845.735,61**	**44,09**	**8.958.496.458,39**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	301.710.249,89		-	72.634.728,44	24,07	229.075.521,45
SUPERÁVIT FINANCEIRO	-	301.710.249,89		-	72.634.728,44	24,07	229.075.521,45
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-		-	-	-	-

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG em 21/07/2015 17:09

Conforme demonstrado a seguir, o total das receitas intraoçamentárias oriundas de contribuições sociais, cuja previsão inicial de arrecadação fora estimada na Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de **R$ 2.052.941.076,00** (dois bilhões, cinquenta e dois milhões, novecentos e quarenta e um mil e setenta e seis reais), possui três fontes de recursos, sendo uma delas denominada de ***"CONTR PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL"***, referente a uma **receita previdenciária fictícia** criada artificialmente para cobrir uma **despesa previdenciária inexistente**[62], no valor total de **R$ 1.487.078.809,00** (um bilhão, quatrocentos e oitenta e sete milhões, setenta e oito mil, oitocentos e nove reais).

Foi justamente essa receita previdenciária fictícia o objeto da "Recomendação" contida na Decisão TC 3935/2015, no sentido de que o Poder Executivo não deve considerá-la como receita previdenciária do RPPS[63]. *Verbis*:

> **DECIDE** o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha *"RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)"*, **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro *"APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR"* do mesmo Demonstrativo. (grifou-se)

Trecho do demonstrativo de previsão de arrecadação da Receita da Seguridade Social, extraído da LOA 2015 (Lei estadual 10.347/2015), publicada somente em **09/02/2015**, comprova que o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS, ocultado sob a denominação de ***"CONTR PREVID PARA AMORT DEFICIT***

---

62 Os motivos que levaram o Poder Executivo a criar uma receia fictícia destinada a cobrir uma despesa inexistente foram abordados no Parecer PPJC 3684/2015 e serão tratados novamente ao longo deste Recurso de Reconsideração.

63 Por consectário lógico da desconsideração do aporte como receita previdenciária intraorçamentária, a respectiva despesa orçamentária também deixa de existir, corroborando a tese do MPC que se trata de receita fictícia para cobertura de despesa inexistente.

ATUARIAL", permanece integrando as receitas intraorçamentárias provenientes das contribuições sociais:

Categoria / Origem / Espécie / Rubrica / Alínea	RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00) TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
193 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA	10.127.722	10.127.722	
1931 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	10.127.722	10.127.722	
193115 - RECDIVATIVA DO IMPS/CIRCMERCPSERV-ICMS	10.127.722	10.127.722	
19311500 - RECDIVATIVA DO IMPS/CIRCMERCPSERV-ICMS	10.127.722	10.127.722	
199 - RECEITAS DIVERSAS	1.239.232	1.115.085	124.147
1990 - RECEITAS DIVERSAS	1.239.232	1.115.085	124.147
199009 - CORRECAO MONETARIA DE ICMS, IPVA E ITCD	1.095.085	1.095.085	
19900901 - CORRECAO MONETARIA - ICMS	889.981	889.981	
19900902 - CORRECAO MONETARIA - IPVA	172.530	172.530	
19900903 - CORRECAO MONETARIA - ITCD	22.026	22.026	
19900904 - CORRECAO MONETARIA - ICMS FUNDAP	10.548	10.548	
199099 - OUTRAS RECEITAS	144.147	20.000	124.147
19909999 - OUTRAS RECEITAS	144.147	20.000	124.147
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**2.321.110**	**2.321.110**	
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.321.110	2.321.110	
242 - TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.321.110	2.321.110	
2421 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO	2.321.110	2.321.110	
242101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.321.110	2.321.110	
24210101 - BLOCO INVESTIMENTOS NA REDE DE SERV.DE SAUDE	1.559.679	1.559.679	
24210199 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS	761.431	761.431	
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**2.053.155.213**		**2.053.155.213**
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.052.941.076		2.052.941.076
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076		2.052.941.076
7210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076		2.052.941.076
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	2.052.941.076		2.052.941.076
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	445.959.260		445.959.260
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	119.903.007		119.903.007
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.487.078.809		1.487.078.809
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.137		214.137
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	197.050		197.050
7912 - MULTAS E JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	197.050		197.050
791229 - MULTAS / JUROS MORA DA CONTRIB. PARA RPPS	197.050		197.050
79122901 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	96.559		96.559
79122902 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB DO SERVIDOR	100.491		100.491
792 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.087		17.087
7922 - RESTITUIÇÕES	17.087		17.087
792209 - RESSARCIMENTO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES A DISPOSIÇÃO EM OUTRO ÓRGÃO DO GOVERNO	17.087		17.087
79220900 - RESSARCIMENTO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES A DISPOSIÇÃO EM OUTRO ÓRGÃO DO GOVERNO	17.087		17.087
DEDUÇÕES			
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
FUNDEB			
RECEITA LÍQUIDA	**4.621.381.049**	**1.950.014.978**	**2.671.366.071**

Registre-se que a mesma irregularidade identificada no **6º bimestre de 2014** (gestão do governador José Renato Casagrande) ocorreu também no **1º bimestre de 2015** (gestão do governador Paulo Cesar Hartung Gomes), sendo, novamente, objeto da **Decisão TC 4794/2015**, prolatada nos autos do **Processo TC 4955/2015**, nos seguintes termos:

DECISÃO TC – 4794/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO – TC-4955/2015

ASSUNTO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) 1º BIMESTRE 2015 PODER EXECUTIVO ESTADUAL – INTERESSADO: GOVERNADORIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES E ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – ENCAMINHAR CÓPIAS – RECOMENDAR - MPEC.

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, por unanimidade, em sua 25ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que integra esta Decisão, encaminhar cópia do Relatório REO 03/2015, elaborado pela 9ª Secretaria de Controle Externo, e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 9/2015 ao Exmo. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Controle e Transparência, a fim de que tomem ciência.

DECIDE, ainda recomendar ao Executivo Estadual que:

1- Na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentárias orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identificar esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo; (grifou-se)

2- Na Elaboração das próximas Leis Orçamentárias, a separação orçamentária dos planos Previdenciário e Financeiro, conforme disposto na Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 (Publicada no D.O.U. de 11/12/2008 e republicada no D.O.U. de 12/12/2008);

3- Nos próximos bimestres, o disposto no § 2º do art. 49 da Lei 10.257/15 (LDO para 2015), quanto a publicação do relatório indicativo de realização da receita, para fins de verificação do estabelecido nos artigos 9º e 13 da Lei complementar Federal nº 101/00.

DECIDE por fim, determino o envio dos autos ao Ministério Público de Contas, para conhecimento e considerações que entender pertinentes, retornando os autos aos gabinete do relator.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Presidente

De acordo com informações colhidas do Sistema *e-tcees*, os gestores públicos estaduais foram devidamente notificados da Decisão TC 4794/2015:

Processo / 04955/2015-8

☆ Acompanhar

RREO - P. EXECUTIVO ESTADUAL

No setor há 6 meses e 3 dias

Validar informações do processo

Controle Externo

Situação: Autuado [Recebido]
Formato: Físico
Setor atual: SecexGoverno
Setor anterior: SEGEX
Recebimento: 10/11/2015 14:02
Autuação: 24/04/2015
Sigilo padrão: Não sigiloso
Possui objeto físico: Não
Protocolo autuado: 53471/2015-1
Data de protocolo: 01/04/2015 17:55
Relator: Sebastiao Carlos Ranna De Macedo
Unidade gestora: ES - Governo do Estado do Espírito Santo
Interessado: GOVERNADORIA
Observação: 1º BIMESTRE/2015
Migração: 15/04/2016 12:00

Documentos | Movimentações | Juntadas | Histórico

Protocolo	Assunto	Interessado	Juntada
60989/2015-1	Retorno de AR / Contrafé	ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI	21/08/2015 19:42
60991/2015-7	Retorno de AR / Contrafé	MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZANKNER	21/08/2015 19:42
60992/2015-1	Retorno de AR / Contrafé	PAULO CESAR HARTUNG GOMES	21/08/2015 19:42

Assim como ocorreu com a **Decisão TC 3935/2015**, a **Decisão TC 4794/2015** também passou a ser objeto de monitoramento por parte da 9ª Secretaria de

Controle Externo, unidade técnica responsável pela fiscalização das finanças estaduais, nos termos dos art. 1º a 4º da Resolução TC 278/2014[64].

No entanto, apesar do duplo monitoramento por parte do TCEES, **a irregularidade permaneceu durante todo o exercício financeiro de 2015 e continua no exercício de 2016**, conforme demonstram o **Balanço Orçamentário** constante no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do **1º bimestre de 2016**, publicado em **30/03/2016**, e a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 (Lei estadual 10.492/2016), publicada em **18/01/2016**, a qual estimou o valor da ***"CONTR PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL"*** em **R$ 1.884.471.000,00** (um bilhão, oitocentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e um mil reais), representando um **aumento de 26,72% em relação ao ano anterior (R$ 1.487.078.809,00)**:

64 Art. 1º O monitoramento das deliberações do TCEES observará o disposto nesta Resolução.
Art. 2º Denomina-se monitoramento a ação de verificação do cumprimento de determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
§ 1º Não será objeto de monitoramento a deliberação que não explicite as providências a serem adotadas pelo gestor ou sucessor, bem assim aquela que determinar genericamente o cumprimento de normas ou que deixe de fixar prazo para adoção de medidas com vistas a solucionar o problema apontado.
§ 2º A deliberação que, por inviabilidade técnica, não explicite as providências a serem adotadas, será objeto de monitoramento desde que tenha fixado prazo para adoção de medidas com vistas a solucionar o problema apontado.
Art. 3º A realização do monitoramento não interfere no andamento do processo no qual foram efetuadas as deliberações monitoradas, nem impede seu encerramento, a menos que o colegiado ou o relator tenham determinado expressamente o seu processamento nos próprios autos.
Art. 4º A unidade técnica realizará o monitoramento nas seguintes formas e situações:
I – mediante confirmação de cumprimento das deliberações, sem autuação de processo, quando as informações obtidas em consulta a sistemas informatizados ou em resposta a diligências forem suficientes para tal conclusão, não sendo necessária qualquer análise sobre o material recebido, nem elaboração de propostas de encaminhamento;
II – na instrução de tomadas ou prestações de contas, quando as informações e os documentos comprobatórios do cumprimento das deliberações forem inseridos nesses processos;
III – em processo de fiscalização, sempre que a verificação do cumprimento das deliberações exigir trabalho de campo e for compatível com o objeto fiscalizado, caso essa inclusão seja oportuna e vantajosa, a critério da unidade técnica;
IV – por intermédio do instrumento de fiscalização previsto no art. 194 do Regimento Interno, formalizado em processo de fiscalização, quando a verificação do cumprimento das deliberações exigir trabalho de campo ou a complexidade da matéria recomendar a designação de equipe de fiscalização, não havendo compatibilidade com outras fiscalizações programadas;
V – por intermédio do instrumento de fiscalização previsto no art. 194 do Regimento Interno, formalizado em processo de fiscalização, nos casos em que a verificação do cumprimento das deliberações não exija trabalho de campo, sendo necessária, porém, a elaboração de instrução para análise de documentação recebida e proposição de adoção de medidas corretivas ou punitivas pelo Tribunal, desde que a relevância e a urgência das deliberações monitoradas desaconselhema verificação no âmbito das contas do órgão ou entidade.
§ 1º O monitoramento das deliberações do TCEES ocorrerá, preferencialmente, por meio de diligências interna e externa.
§ 2º Na hipótese do inciso I, quando confirmado o descumprimento das deliberações, a aplicação da sanção e das demais providências ocorrerá no processo que originou a decisão monitorada.
§ 3º Constatado o não cumprimento das deliberações, será aplicada a sanção prevista no art. 389, inciso IV e § 1º, do Regimento Interno, sem prejuízo de outras providências cabíveis.
[...]

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 14, de 28 de março de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2016 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) Em Reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**14.510.495.636,00**	**14.510.495.636,00**	**2.031.728.844,40**	**14,00**	**2.031.728.844,40**	**14,00**	**12.478.766.791,60**
RECEITAS CORRENTES	12.995.866.036,00	12.995.866.036,00	1.991.879.372,66	15,33	1.991.879.372,66	15,33	11.003.986.663,34
RECEITA TRIBUTARIA	7.314.873.843,00	7.314.873.843,00	1.110.141.561,90	15,18	1.110.141.561,90	15,18	6.204.732.281,10
IMPOSTOS	6.690.230.440,00	6.690.230.440,00	1.038.659.845,93	15,53	1.038.659.845,93	15,53	5.651.570.594,07
TAXAS	624.643.403,00	624.643.403,00	71.481.715,97	11,44	71.481.715,97	11,44	553.161.687,03
RECEITA DE CONTRIBUICOES	381.182.206,00	381.182.206,00	44.593.079,05	11,70	44.593.079,05	11,70	336.589.126,95
CONTRIBUICOES SOCIAIS	381.182.206,00	381.182.206,00	44.593.079,05	11,70	44.593.079,05	11,70	336.589.126,95
RECEITA PATRIMONIAL	444.946.763,00	444.946.763,00	134.423.320,33	30,21	134.423.320,33	30,21	310.523.442,67
RECEITAS IMOBILIARIAS	201.095,00	201.095,00	116.640,63	58,00	116.640,63	58,00	84.454,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	444.745.668,00	444.745.668,00	134.246.709,98	30,19	134.246.709,98	30,19	310.498.958,02
RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	-	-	59.969,72		59.969,72		(59.969,72)
RECEITA AGROPECUARIA	600.000,00	600.000,00	88,20	0,01	88,20	0,01	599.911,80
RECEITA DE PRODUCAO VEGETAL	350.000,00	350.000,00	88,20	0,03	88,20	0,03	349.911,80
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	250.000,00	250.000,00	-	0,00	-	-	250.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	10.261.000,00	10.261.000,00	740.095,91	7,21	740.095,91	7,21	9.520.904,09
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	10.261.000,00	10.261.000,00	740.095,91	7,21	740.095,91	7,21	9.520.904,09
RECEITA DE SERVICOS	126.849.810,00	126.849.810,00	6.509.132,54	5,13	6.509.132,54	5,13	120.340.677,46
RECEITA DE SERVICOS	126.849.810,00	126.849.810,00	6.509.132,54	5,13	6.509.132,54	5,13	120.340.677,46

TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.443.502.527,00	4.443.502.527,00	659.427.191,72	14,84	659.427.191,72	14,84	3.784.075.335,28
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.393.311.527,00	4.393.311.527,00	656.714.929,86	14,95	656.714.929,86	14,95	3.736.596.597,14
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	5.452.183,00	5.452.183,00	389.047,58	7,14	389.047,58	7,14	5.063.135,42
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS			450,00		450,00		(450,00)
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	44.738.817,00	44.738.817,00	2.322.764,28	5,19	2.322.764,28	5,19	42.416.052,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	273.649.887,00	273.649.887,00	36.044.903,01	13,17	36.044.903,01	13,17	237.604.983,99
MULTAS E JUROS DE MORA	118.576.213,00	118.576.213,00	14.316.433,31	12,07	14.316.433,31	12,07	104.259.779,69
INDENIZACOES E RESTITUICOES	50.682.195,00	50.682.195,00	11.007.872,93	21,72	11.007.872,93	21,72	39.674.322,07
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	61.967.285,00	61.967.285,00	6.216.931,04	10,03	6.216.931,04	10,03	55.750.353,96
RECEITAS DIVERSAS	42.424.194,00	42.424.194,00	4.503.665,73	10,62	4.503.665,73	10,62	37.920.528,27
RECEITAS DE CAPITAL	1.514.629.600,00	1.514.629.600,00	39.849.471,74	2,63	39.849.471,74	2,63	1.474.780.128,26
OPERACOES DE CREDITO	1.148.368.000,00	1.148.368.000,00	29.929.702,50	2,61	29.929.702,50	2,61	1.118.438.297,50
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	947.742.000,00	947.742.000,00	18.000.000,00	1,90	18.000.000,00	1,90	929.742.000,00
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	200.626.000,00	200.626.000,00	11.929.702,50	5,95	11.929.702,50	5,95	188.696.297,50
ALIENACAO DE BENS	168.498,00	168.498,00	460.130,16	273,08	460.130,16	273,08	(291.632,16)
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	72.313,00	72.313,00	457.240,49	632,31	457.240,49	632,31	(384.927,49)
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	96.185,00	96.185,00	2.889,67	3,00	2.889,67	3,00	93.295,33
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	306.040.000,00	306.040.000,00	1.698.829,48	0,56	1.698.829,48	0,56	304.341.170,52
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.980.000,00	9.980.000,00	9.322,41	0,09	9.322,41	0,09	9.970.677,59
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.339.000,00	11.339.000,00	-	0,00	-	-	11.339.000,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	284.721.000,00	284.721.000,00	1.689.507,07	0,59	1.689.507,07	0,59	283.031.492,93
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	60.053.102,00	60.053.102,00	7.760.809,60	12,92	7.760.809,60	12,92	52.292.292,40
RESTITUICOES	-	-	58.211,39		58.211,39		(58.211,39)
OUTRAS RECEITAS	60.053.102,00	60.053.102,00	7.702.598,21	12,83	7.702.598,21	12,83	52.350.503,79
RECEITAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS (II)	**2.540.370.000,00**	**2.540.370.000,00**	**317.481.178,88**	**12,50**	**317.481.178,88**	**12,50**	**2.222.888.821,12**
RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	2.540.370.000,00	2.540.370.000,00	317.481.178,88	12,50	317.481.178,88	12,50	2.222.888.821,12
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.520.071.000,00	2.520.071.000,00	314.105.908,04	12,46	314.105.908,04	12,46	2.205.965.091,96
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.520.071.000,00	2.520.071.000,00	314.105.908,04	12,46	314.105.908,04	12,46	2.205.965.091,96
RECEITA INDUSTRIAL	12.445.000,00	12.445.000,00	2.074.734,07	16,67	2.074.734,07	16,67	10.370.265,93
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	12.445.000,00	12.445.000,00	2.074.734,07	16,67	2.074.734,07	16,67	10.370.265,93

RECEITA DE SERVICOS	7.839.000,00	7.839.000,00	1.056.356,38	13,48	1.056.356,38	13,48	6.782.643,62
RECEITA DE SERVICOS	7.839.000,00	7.839.000,00	1.056.356,38	13,48	1.056.356,38	13,48	6.782.643,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00	15.000,00	244.180,39	1627,87	244.180,39	1.627,87	(229.180,39)
MULTAS E JUROS DE MORA	14.000,00	14.000,00	161.960,82	1156,86	161.960,82	1.156,86	(147.960,82)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.000,00	1.000,00	82.219,57	8221,96	82.219,57	8.221,96	(81.219,57)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**17.050.865.636,00**	**17.050.865.636,00**	**2.349.210.023,28**	**13,78**	**2.349.210.023,28**	**13,78**	**14.701.655.612,72**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-		-		-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-		-		-
MOBILIÁRIA	-	-	-		-		-
CONTRATUAL	-	-	-		-		-
OUTRA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-		-		-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-		-		-
MOBILIÁRIA	-	-	-		-		-
CONTRATUAL	-	-	-		-		-
OUTRA OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-		-		-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III) + (IV)	**17.050.865.636,00**	**17.050.865.636,00**	**2.349.210.023,28**	**13,78**	**2.349.210.023,28**	**13,78**	**14.701.655.612,72**
DÉFICIT (VI)					-		
TOTAL (VII) = (V) + (VI)	**17.050.865.636,00**	**17.050.865.636,00**	**2.349.210.023,28**	**13,78**	**2.349.210.023,28**	**13,78**	**14.701.655.612,72**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	105.783.778,09		-	9.126.526,29	8,63	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO	-	105.783.778,09		-	9.126.526,29	8,63	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-			-		-

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG em 14/03/2016 11:27

Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016

Categoria / Origem / Espécie / Rubrica / Alínea	RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00)		
	TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
1918 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	61.000		61.000
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	61.000		61.000
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	61.000		61.000
1919 - MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	100.000	100.000	
[...]			
2471 - TRANSFCONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	2.830.000	2.830.000	
247199 - OUTRAS TRANSF CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENT	2.830.000	2.830.000	
24719900 - OUTRAS TRANSF CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENT	2.830.000	2.830.000	
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**2.520.086.000**		**2.520.086.000**
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.520.071.000		2.520.071.000
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.520.071.000		2.520.071.000
7210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.520.071.000		2.520.071.000
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	2.520.071.000		2.520.071.000
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	492.183.000		492.183.000
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	143.417.000		143.417.000
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.884.471.000		1.884.471.000
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000		15.000

Dados extraídos do Sistema de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes) revelam que durante todo o exercício financeiro de **2015** e pelo menos até maio de **2016**, os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro continuam sendo contabilizados como receita do RPPS, consoante se verifica nos seguintes relatórios das receitas da Unidade Gestora (UG) 600210 – Fundo Financeiro:

Unidade Gestora Fundo Financeiro

Governo do Estado do Espírito Santo

REC.02 - Por UG -Receita Orçada/Arrecadada Bruta/Deduções/Líquida - UG 600210 - Mês 14 / 2015

25/05/2016

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
RECEITA BRUTA	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.055.719.589,34**	**0,00**	**-315.106,21**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.055.404.483,13**
1 - RECEITAS CORRENTES	**311.782.836,00**	**0,00**	**311.782.836,00**	**0,00**	**284.285.841,47**	**0,00**	**-315.106,21**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**283.970.735,26**
12 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	**276.463.979,00**	**0,00**	**276.463.979,00**	**0,00**	**260.857.353,68**	**0,00**	**-314.537,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**260.542.815,91**
121 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	276.463.979,00	0,00	276.463.979,00	0,00	260.857.353,68	0,00	-314.537,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.542.815,91
121029 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS REGIME PROPRIO	276.463.979,00	0,00	276.463.979,00	0,00	260.835.428,15	0,00	-314.537,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.520.890,38
12102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO CIVIL	2.893.369,00	0,00	2.893.369,00	0,00	1.388.400,19	0,00	-47.007,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.341.393,06
12102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12102907 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	153.186.687,00	0,00	153.186.687,00	0,00	140.770.718,68	0,00	-187.492,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.583.226,67
12102908 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	41.306.060,00	0,00	41.306.060,00	0,00	45.699.671,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.699.671,38
12102909 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	42.319.902,00	0,00	42.319.902,00	0,00	40.915.447,45	0,00	-80.038,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.835.408,82
12102910 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	15.680.809,00	0,00	15.680.809,00	0,00	14.308.333,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.308.333,27
12102911 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	17.985.780,00	0,00	17.985.780,00	0,00	15.132.537,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.132.537,03
12102912 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA MILITAR	3.091.372,00	0,00	3.091.372,00	0,00	2.620.320,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.620.320,15
121049 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53
12104901 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.925,53

13 - RECEITA PATRIMONIAL	**25.625.392,00**	**0,00**	**25.625.392,00**	**0,00**	**9.778.710,95**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9.778.710,95**
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	25.625.392,00	0,00	25.625.392,00	0,00	9.778.710,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.778.710,95
132810 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	25.625.392,00	0,00	25.625.392,00	0,00	9.524.355,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.524.355,43
13281000 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	25.625.392,00	0,00	25.625.392,00	0,00	9.524.355,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.524.355,43

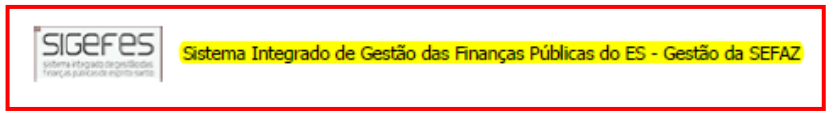
SIGEFES Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções		No Mês	Até o Mês
						No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês		
132820 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52
13282000 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.355,52
16 - RECEITA DE SERVICOS	**3.763.657,00**	**0,00**	**3.763.657,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
160 - RECEITA DE SERVICOS	3.763.657,00	0,00	3.763.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160013 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.763.657,00	0,00	3.763.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16001399 - OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	3.763.657,00	0,00	3.763.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**5.929.808,00**	**0,00**	**5.929.808,00**	**0,00**	**13.649.776,84**	**0,00**	**-568,44**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13.649.208,40**
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	12.464,00	0,00	12.464,00	0,00	341.212,81	0,00	-568,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.644,37
191229 - MULTAS/JUROS MORA CONTR REG PROP PREV	16,00	0,00	16,00	0,00	174.748,97	0,00	-568,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,53

19122901 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIBUICAO PATRONAL	16,00	0,00	16,00	0,00	84.673,20	0,00	-568,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.104,76
19122902 - MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV	0,00	0,00	0,00	0,00	90.075,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.075,77
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	11.741,00	0,00	11.741,00	0,00	166.463,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.463,84
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	11.741,00	0,00	11.741,00	0,00	166.463,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.463,84
191999 - OUTRAS MULTAS	707,00	0,00	707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19199999 - OUTRAS MULTAS	707,00	0,00	707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.807.265,00	0,00	5.807.265,00	0,00	12.951.575,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.951.575,55
192207 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27
19220799 - OUTRAS RECUPERACOES DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.543,27
192208 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77
19220800 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.925,77
192210 - COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE RGPS E RPPS	5.807.265,00	0,00	5.807.265,00	0,00	12.815.106,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.815.106,51
19221001 - COMPENSACOES FINANC ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIP	5.807.265,00	0,00	5.807.265,00	0,00	12.815.106,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.815.106,51
193 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75

Ministério Público de Contas
Rua José Alexandre Buaiz, 157 – Enseada do Suá - Vitória/ES
CEP 29.050-913 Fone: (27) 3334-7600
www.mpc.es.gov.br

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
193299 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75
19329999 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.477,75
199 - RECEITAS DIVERSAS	110.079,00	0,00	110.079,00	0,00	335.510,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.510,73
199099 - OUTRAS RECEITAS	110.079,00	0,00	110.079,00	0,00	335.510,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.510,73
19909999 - OUTRAS RECEITAS	110.079,00	0,00	110.079,00	0,00	335.510,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335.510,73
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**1.886.416.474,00**	**0,00**	**1.886.416.474,00**	**0,00**	**1.771.433.747,87**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.771.433.747,87**
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	**1.886.318.104,00**	**0,00**	**1.886.318.104,00**	**0,00**	**1.771.431.935,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.771.431.935,37**
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.886.318.104,00	0,00	1.886.318.104,00	0,00	1.771.431.935,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771.431.935,37
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	1.886.318.104,00	0,00	1.886.318.104,00	0,00	1.771.431.935,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771.431.935,37
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	300.121.950,00	0,00	300.121.950,00	0,00	281.452.420,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.452.420,91
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	91.575.645,00	0,00	91.575.645,00	0,00	91.396.811,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.396.811,34
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.494.620.509,00	0,00	1.494.620.509,00	0,00	1.398.582.703,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.398.582.703,12
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**98.370,00**	**0,00**	**98.370,00**	**0,00**	**1.812,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.812,50**
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	98.370,00	0,00	98.370,00	0,00	1.812,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,50
791229 - MULTAS / JUROS MORA DA CONTRIB. PARA RPPS	98.370,00	0,00	98.370,00	0,00	1.812,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,50
79122901 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	48.748,00	0,00	48.748,00	0,00	1.812,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,50
79122902 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB DO SERVIDOR	49.622,00	0,00	49.622,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.198.199.310,00**	**0,00**	**2.055.719.589,34**	**0,00**	**-315.106,21**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.055.404.483,13**


SIGEFES
Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

Unidade Gestora Fundo Financeiro

Governo do Estado do Espírito Santo

REC.02 - Por UG -Receita Orçada/Arrecadada Bruta/Deduções/Líquida - UG 600210 - Mês 14 / 2016

26/05/2016

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
RECEITA BRUTA	**2.606.836.206,00**	**0,00**	**2.606.836.206,00**	**0,00**	**865.876.052,17**	**0,00**	**-87.032,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**865.789.019,24**
1 - RECEITAS CORRENTES	**295.955.206,00**	**0,00**	**295.955.206,00**	**0,00**	**107.861.432,08**	**0,00**	**-87.032,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**107.774.399,15**
12 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	**276.149.206,00**	**0,00**	**276.149.206,00**	**0,00**	**94.182.068,27**	**0,00**	**-87.032,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**94.095.035,34**
121 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	276.149.206,00	0,00	276.149.206,00	0,00	94.182.068,27	0,00	-87.032,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.095.035,34
121029 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS REGIME PROPRIO	276.125.206,00	0,00	276.125.206,00	0,00	94.182.068,27	0,00	-87.032,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.095.035,34
12102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO CIVIL	941.000,00	0,00	941.000,00	0,00	845.353,98	0,00	-3.520,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841.833,74
12102907 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	153.512.206,00	0,00	153.512.206,00	0,00	48.949.333,82	0,00	-55.190,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.894.143,78
12102908 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	45.238.000,00	0,00	45.238.000,00	0,00	15.217.891,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.217.891,54
12102909 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	42.351.000,00	0,00	42.351.000,00	0,00	16.827.951,73	0,00	-28.322,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.799.629,08
12102910 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	15.021.000,00	0,00	15.021.000,00	0,00	5.506.082,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.506.082,37
12102911 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	16.332.000,00	0,00	16.332.000,00	0,00	5.967.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.967.050,00
12102912 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA MILITAR	2.730.000,00	0,00	2.730.000,00	0,00	868.404,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	868.404,83
121049 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	24.000,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12104901 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	24.000,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13 - RECEITA PATRIMONIAL	**10.078.000,00**	**0,00**	**10.078.000,00**	**0,00**	**3.025.564,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.025.564,20**
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	10.078.000,00	0,00	10.078.000,00	0,00	3.025.564,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025.564,20
132810 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	9.317.000,00	0,00	9.317.000,00	0,00	3.025.564,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025.564,20
13281000 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	9.317.000,00	0,00	9.317.000,00	0,00	3.025.564,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.025.564,20
132820 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	761.000,00	0,00	761.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13282000 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	761.000,00	0,00	761.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**9.728.000,00**	**0,00**	**9.728.000,00**	**0,00**	**10.653.799,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.653.799,61**
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	111.000,00	0,00	111.000,00	0,00	181.204,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.204,82
191229 - MULTAS/JUROS MORA CONTR REG PROP PREV	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	99.433,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.433,36
19122901 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIBUICAO PATRONAL	27.000,00	0,00	27.000,00	0,00	91.245,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.245,93
19122902 - MULTAS/JUROS CONTR. SERVIDOR REGIME PROP.PREV	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	8.187,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.187,43
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	61.000,00	0,00	61.000,00	0,00	81.771,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.771,46
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	61.000,00	0,00	61.000,00	0,00	81.771,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.771,46

192 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.146.000,00	0,00	9.146.000,00	0,00	10.339.959,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.339.959,43
192208 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	41.000,00	0,00	41.000,00	0,00	1.234.156,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.234.156,92
19220800 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	41.000,00	0,00	41.000,00	0,00	1.234.156,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.234.156,92
192210 - COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE RGPS E RPPS	9.105.000,00	0,00	9.105.000,00	0,00	9.105.802,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.105.802,51
19221001 - COMPENSACOES FINANC ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIP	9.105.000,00	0,00	9.105.000,00	0,00	9.105.802,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.105.802,51
199 - RECEITAS DIVERSAS	471.000,00	0,00	471.000,00	0,00	132.635,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.635,36
199099 - OUTRAS RECEITAS	471.000,00	0,00	471.000,00	0,00	132.635,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.635,36
19909999 - OUTRAS RECEITAS	471.000,00	0,00	471.000,00	0,00	132.635,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.635,36
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**2.310.881.000,00**	**0,00**	**2.310.881.000,00**	**0,00**	**758.014.620,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**758.014.620,09**
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	**2.310.868.000,00**	**0,00**	**2.310.868.000,00**	**0,00**	**757.852.659,27**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**757.852.659,27**
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.310.868.000,00	0,00	2.310.868.000,00	0,00	757.852.659,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757.852.659,27
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	2.310.868.000,00	0,00	2.310.868.000,00	0,00	757.852.659,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757.852.659,27
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	321.174.000,00	0,00	321.174.000,00	0,00	96.544.907,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.544.907,33
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	105.223.000,00	0,00	105.223.000,00	0,00	30.446.061,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.446.061,71
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.884.471.000,00	0,00	1.884.471.000,00	0,00	630.861.690,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.861.690,23
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**13.000,00**	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**161.960,82**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**161.960,82**
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	13.000,00	0,00	13.000,00	0,00	161.960,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.960,82
791229 - MULTAS / JUROS MORA DA CONTRIB. PARA RPPS	13.000,00	0,00	13.000,00	0,00	161.960,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.960,82

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções		No Mês	Até o Mês
						No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês		
79122901 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	13.000,00	0,00	13.000,00	0,00	161.960,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.960,82
DEDUÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total	**2.606.836.206,00**	**0,00**	**2.606.836.206,00**	**0,00**	**865.876.052,17**	**0,00**	**-87.032,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**865.789.019,24**

Portanto, enquanto as irregularidades constatadas pelo TCEES no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de **2014** (registro indevido do aporte como receita do RPPS e transferência orçamentária irregular do aporte por parte do Poder Executivo estadual) integram o objeto da prestação de contas anual do governador do exercício de **2014**, os fatos ocorridos nos exercícios de **2015** e de **2016,** nos quais se inclui o descumprimento das **Decisões TC 3935/2015** e **TC 4794/2015**, devem ser analisados nas respectivas prestações de contas anuais.

1.11 08/07/2015: Ministério Público de Contas emite o Parecer PPJC 3684/2015 pugnando pela necessidade de complementação da instrução processual da prestação de contas anual 2014 do governador

Dando prosseguimento ao trâmite processual, em 08/07/2015 o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PPJC 3684/2015[65] pugnando pela necessidade e complementação da prestação de contas em razão da apuração insuficiente dos fatos, manifestando-se no mérito pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas **no estado em que se encontravam**. Este *Parquet* sugeriu, ainda, a expedição de determinações e recomendações, além do encaminhamento de cópia integral do processo de prestação de contas do governador e do respectivo Parecer Prévio ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público Estadual (MPEES), consoante se colhe da conclusão do referido parecer, reproduzida a seguir com as notas de rodapé originais:

1.11.1 Preliminar de mérito

> **3 CONCLUSÃO**
>
> **3.1 PRELIMINAR DE MÉRITO**
>
> Ante o exposto,

[65] Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

CONSIDERANDO as razões aduzidas por este órgão ministerial em relação à análise empreendida no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo RTCG 01/2015 (fl. 21 a 601);

CONSIDERANDO os indícios de irregularidades identificados pelo Ministério Público de Contas e pela atual gestão do Poder Executivo no exercício financeiro de 2014, cuja ausência de apuração por parte deste Tribunal de Contas, salvo melhor juízo, constitui óbice invencível à apreciação deste feito;

CONSIDERANDO os documentos e informações complementares requisitados por este *Parquet* de Contas à Secretaria de Estado da Fazenda[66] (SEFAZ) (doc. 3) e à Secretaria de Estado de Controle e Transparência[67] (SECONT) (doc. 4) com o propósito de coligir elementos de natureza técnica que se mostram indispensáveis ao esclarecimento dos fatos e à consequente emissão de juízo de valor por parte deste órgão ministerial;

CONSIDERANDO que a documentação e informações encaminhadas pela SEFAZ demonstram que a disponibilidade de caixa do Poder Executivo na fonte de recursos "***71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)***", constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, considerada pelo Relatório Técnico do TCEES como contendo apenas recursos ordinários (não vinculados) (fl. 392/393[68]), contempla, na realidade, pelo menos em parte, recursos vinculados, a exemplo das multas previstas no art. 320 da Lei Federal 9.503/1997[69], Código de Trânsito Brasileiro, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), no valor total de **R$ 71.816.285,94** (setenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais, e noventa e quatro centavos) (doc. 3), carecendo, portanto, de análise adicional por parte do corpo técnico do TCEES;

CONSIDERANDO que a documentação e informações encaminhadas pela SECONT (doc. 4) atestam a realização de suplementação orçamentária à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para cobertura de despesas de exercícios anteriores, no valor total de **R$ 79.773.343,76**[70] (setenta e nove milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais, e setenta e seis centavos), com recursos provenientes de anulação parcial da Reserva de Contingência de 2015;

---

66 Remetidos com o Ofício OF/SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015, de 25 de junho de 2015.

67 Remetidos com o Ofício OF/Nº 219/GAB/SECONT, de 25 de junho de 2015.

68 Asseverou a área técnica:

"1º) Verifica-se que a Nota Explicativa 3 do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo equivoca-se ao iniciar o cálculo da Disponibilidade de Caixa Bruta dos recursos não vinculados com o valor de R$ 472.865.740,17, **tendo em vista que o valor a ser considerado como recursos livres do Poder Executivo é o declarado por ele na linha "TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) do Demonstrativo republicado, no montante de R$ 703.732.680,63**. Observa-se que a referida Nota Explicativa excluiu desse montante os valores de R$ 18.601.036,90 e R$ 212.265.903,56, constantes, respectivamente, nas linhas "Superávit Financeiro – Decreto 2829-5 de 17/08/11" e "Arrecadado pelo Órgão (exceto RPPS)" que compõem o total de recurso não vinculados do Demonstrativo republicado. Contudo, não é apresentada nenhuma justificativa plausível quanto a isso, à exceção da Nota Explicativa 4 citando que a disponibilidade de caixa líquida das autarquias é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência." (grifou-se)

69 Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

70 Decretos 763-S, de 27 de abril de 2015, e 1043-S, de 18 de junho de 2015.

CONSIDERANDO que as documentações complementares remetidas pela SEFAZ (doc. 3) e pela SECONT (doc. 4) também foram endereçadas pelos referidos órgãos ao Relator da prestação de contas anual do Governador, ilustre Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, conforme registrado nos respectivos ofícios de encaminhamento;

CONSIDERANDO outros documentos analisados pelo Ministério Público de Contas, dentre os quais se destacam:

a) Nota Técnica SECONT nº 008/2013, de 23 de abril de 2013, ressaltando a necessidade de manifestação da Procuradoria Geral do Estado acerca da legalidade da inclusão dos aportes previdenciários dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas nas despesas com pessoal do Poder Executivo (doc. 6);

b) Parecer da Procuradoria Geral do Estado[71], de 30 de maio de 2014, atestando a **ilegalidade** da inclusão dos aportes previdenciários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas nas despesas com pessoal do Poder Executivo e reconhecendo que o TCEES assumiu a função de legislador ao excepcionar determinados Poderes e Órgãos da integral aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (doc. 6);

c) Parecer da Procuradoria Geral do Estado[72], de 16 de março de 2015, concluindo que, para fins de aplicação do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a contração da obrigação de despesa se dá no momento do aperfeiçoamento do negócio jurídico, ou seja, com a assinatura do contrato administrativo ou instrumento congênere (doc. 7);

d) Nota Técnica SECONT 002/2015[73], de 10 de abril de 2015, relatando que levantamento preliminar constatou a existência de insuficiência financeira no exercício de 2014 no valor de **R$ 27.493.173,55** (vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais, e cinquenta e cinco centavos) (doc. 7);

e) Ofício Gab-ES 044/2015, de 27 de junho de 2015, endereçado a este *Parquet* pelo Deputado Euclerio Sampaio, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), Relator das Contas de Governo 2014 e Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Empenhos, pedindo a suspensão da apreciação das contas do Governador até o envio pela ALES ao TCEES de todos os relatórios referentes aos cancelamentos de empenhos (doc. 5);

f) Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 14 de abril de 2015, e Ofício OF/Nº 0358/2015/SEDURB/GABSEC, de 06 de maio de 2015, ambos versando sobre despesas realizadas pela Secretaria de Estado de Saneamento Básico, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) sem disponibilidade financeira (doc. 8);

---

71 Encartado nos autos do Processo SEP nº 64634051.

72 Encartado no Processo SEP nº 69493227.

73 Esta nota técnica foi considerada pelo Relatório Técnico das Contas de Governo RTCG 01/2015.

g) Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proferida nos autos do Recurso Administrativo em Pedido de Providências nº 200810000017819, interposto pelo Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, por meio do qual o CNJ expediu recomendação aos Tribunais de Justiça para que observassem a disciplina do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 e das normas gerais para consolidação das contas públicas veiculadas no manual editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no tocante à fórmula de cálculo e parcelas que integram a despesa total com pessoal, exceto quanto à matéria objeto da ADI nº 3889 (doc. 9);

h) Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prolatada nos autos do Pedido de Providência nº 0.00.000.0000188/2010-76, requerido pelo Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, mediante o qual o CNMP recomendou a todas as unidades ministeriais, enquanto não julgada definitivamente a ADI nº 3889, que observem o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas gerais previstas no Manual da Secretaria do Tesouro Nacional, quanto à fórmula do cálculo e parcelas que integram a despesa total com pessoal (doc. 10).

CONSIDERANDO a competência concorrente da União para editar normas sobre Direito Financeiro e Orçamento, nos termos do art. 24, incisos I e II, §§ 1º a 4º, da Constituição Federal[74], dispositivos que, diante do exercício da prerrogativa conferida à União de editar normas gerais, constituem óbice instransponível ao poder normativo dos tribunais de contas para dispor em sentido contrário à Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e aos demais normativos federais, em especial à padronização disciplinada pelas portarias e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do art. 50, § 2º, da LRF[75] e do art. 6º, inciso I, do Decreto Federal nº 6.976[76], de 07 de outubro de 2009;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa e inadiável de se submeter à criteriosa análise por parte do corpo técnico deste Tribunal de Contas os fatos supervenientes trazidos ao conhecimento deste órgão ministerial por meio da documentação anexa, notadamente os que evidenciam o reconhecimento, por parte da atual gestão do Poder Executivo estadual, de vultosas despesas realizadas no exercício de 2014 sem suficiência de recursos financeiros, conduta que, em tese, configura crime contra as

---

74 Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
II - orçamento;
[...]
§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

75 Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
[...]
§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

76 Art. 6º Integram o Sistema de Contabilidade Federal:
I - a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central; e

finanças públicas, cujo bem jurídico encontra-se tutelado pelo art. 359-C do Código Penal[77];

CONSIDERANDO a extrema gravidade da realização de **despesas sem prévio empenho** no valor total de **R$ 295.965.946,62** (duzentos e noventa e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais, e sessenta e dois centavos), apurados preliminarmente pelas unidades gestoras do Poder Executivo e registrados na Nota Explicativa nº 2 do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, publicado em 30 de janeiro de 2015, bem como na Nota Técnica SECONT nº 002/2015, de 10 de abril de 2015;

CONSIDERANDO que, com a continuidade e aprofundamento dos levantamentos, os valores de **despesas realizadas sem empenho** pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) nas fontes de recurso nº 104 (Ações e Serviços de Saúde) e nº 135 (SUS Produção) saltaram de **R$ 154.959.544,24** (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais, e vinte e quatro centavos) para **R$ 170.122.879,50**[78] (cento e setenta milhões, cento e vinte e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais, e cinquenta centavos), consubstanciando irregularidade sem precedentes no Estado do Espírito Santo, constatada oficialmente pela atual gestão da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e comunicada por meio do Ofício SESA nº 412/2015, consoante registro na Nota Explicativa nº 2, lançada no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo republicado em 18 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle (doc. 12), emitido pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), órgão central do controle interno do Poder Executivo estadual, elaborado em cumprimento ao art. 76 da Constituição Estadual[79], dispositivo reproduzido no art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, ao art. 105 do Regimento Interno do TCEES[80], e aos art. 2º e 11 da Instrução Normativa TCEES nº 28/2013[81],

---

77 Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

78 Números parciais.

79 Art. 76 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada, sistema do controle interno com a finalidade de:
I - avaliar o cumprimento das metes previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos, obrigações e haveres do Estado;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, de qualquer irregularidade e ilegalidade de que tiverem conhecimento.
§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei denunciar irregularidade ou ilegalidade ao Tribunal de Contas do Estado.

80 Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.

encontra-se **incompleto** e, portanto, **inconclusivo,** em razão da **não realização da análise de 22 pontos de controle**[82], tornando temerária e precipitada a apreciação das contas sem que a análise conclusiva dos referidos pontos seja apresentada pelo órgão de controle interno[83], sob pena de se fazer letra morta da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Federal nº 4.320/1964, e da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, diplomas normativos que fornecem as bases legais para os pontos de controle omissos;

---

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade de os ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres para julgamento.
§ 3º A composição das contas a que se refere o caput, observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal.
§ 4º As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados no ato normativo previsto no parágrafo anterior.

81 Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do ANEXO 01 desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no ANEXO 11 que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.
[...]
Art. 11 Os registros e fatos evidenciados nos documentos e nas demonstrações encaminhados a este Tribunal de Contas por imposição desta Instrução Normativa deverão ser apresentados em obediência às normas constitucionais e infraconstitucionais, observadas as normas brasileiras de contabilidade e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

82 a) LOA – vinculação de recursos (LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único);
b) Execução de receitas (relativo à arrecadação e ações de fiscalização, combate à sonegação, recuperação de créditos e os resultados alcançados) (LC 101/2000, art. 11);
c) Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);
d) Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);
e) Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);
f) Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);
g) Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);
h) Execução de despesas – vinculação (CRFB/88, art. 167, inc. IV);
i) Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura (CRFB/88, art. 167, inc. V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);
j) Créditos adicionais – decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);
k) Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências (CRFB/88, art. 167, inc. VI);
l) Autorização orçamentária para cobertura de déficit (CRFB/88, art. 167, inc. VIII);
m) Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza (CRFB/88, art. 167, inc. IX);
n) Créditos extraordinários – abertura (CRFB/88, art. 167, §3º);
o) Prestação de contas anual – execução orçamentária (LC 101/2000, art. 58);
p) Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista (CRFB/88, art. 173,§ 2º);
q) Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular (LC 101/2000, art. 11);
r) Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato (LC 101/2000, art. 21);
s) Despesas com pessoal – aumento despesas nos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato (LC101/2000, art. 21, parágrafo único);
t) Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO (CRFB/88, art. 169, § 1º);
u) Operações de crédito – concessão de garantias e contragarantias (LC 101/2000, art. 40. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18);
v) Operações de crédito – cláusulas contratuais vedadas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

83 A análise das contas públicas do chefe do Poder Executivo, atribuída ao órgão de controle interno, não pode ser substituída ou suprida pelo exame realizado pelo órgão de controle externo, mormente diante da competência indeclinável dos responsáveis pelo controle interno e da responsabilidade solidária a eles conferida pelo art. 76, § 1º, da Constituição Estadual e pelo art. 44 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 constatou que o órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado se absteve de opinar conclusivamente sobre as contas prestadas pelo Governador (fl. 598 e 599), eximindo-se da sua atribuição de concluir pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas, *verbis*:

> No entanto, o que se averígua no relatório apresentado pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado é uma referência às constatações e/ou ressalvas apuradas por ocasião do exame levado a efeito nos atos e fatos administrativo-contábeis, econômico-patrimoniais e financeiros consolidados nos balanços gerais do Estado do Espírito Santo no exercício financeiro de 2014, **de forma que o parecer conclusivo não atendeu o Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/2014, porque a equipe responsável pela elaboração do relatório de controle interno absteve-se de opinar de maneira conclusiva sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado no exercício de 2014.**

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 constatou que o órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado limitou-se, tão-somente, a fazer simples referências às constatações identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas (fl. 545 e 546), *verbis*:

> **8.3.1.3 Verificação da Análise do Parecer Conclusivo**
>
> O Anexo 11 – Relatório e Parecer Conclusivo do órgão central do sistema de controle interno da Instrução Normativa TC 33, de 16 de dezembro de 2014, **exige**, em seu item 5 – Parecer Conclusivo – que os responsáveis pelo órgão central do sistema de controle interno emitam opinião sobre a prestação de contas do Governador do Estado apresentada ao Poder Legislativo de forma conclusiva, no que se refere à posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício findado.
>
> Apesar de o ato exigir do órgão central do sistema de controle interno o parecer opinando conclusivamente sobre as contas apresentadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo Estadual para fins de elaborar o Parecer Prévio no TCEES, **vê-se, no entanto, que a equipe responsável pela preparação do relatório de controle interno se absteve de emitir parecer conclusivo, na forma exigida pelo Anexo 11 da Instrução Normativa 33/14, e se limitou a fazer referência às constatações identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, nos termos que se seguem:**
>
> > [...]
> >
> > As análises e auditorias realizadas, nas contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2014, com base no Anexo 11 da Instrução Normativa TCCES nº 28, permitem as seguintes constatações:
> >
> > a) No Balanço Orçamentário, o desequilíbrio causado no confronto da previsão atualizada da receita com a dotação atualizada, pela utilização de superávit financeiro e reabertura de créditos adicionais, no valor de R$ 1.411.127 mil, conforme o MCASP 5ª edição, não deveria ser registrado no campo do

déficit, pois, o balanço deveria ficar em situação de desequilíbrio nesse montante;

b) As transações e os saldos recíprocos entre entidades do Governo do Estado, assim como a participação na empresa estatal dependente (CEASA), não foram excluídos das demonstrações contábeis consolidadas, que foram publicadas;

c) Ausência de inclusão no demonstrativo da despesa com pessoal (metodologia do Poder Executivo) dos gastos relativos à substituição de mão-de-obra decorrente de contratos com as Organizações Sociais (OS) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esse fato carece de estudos e interpretação jurídica complementar, já comunicado a SEFAZ, quando das análises dos Relatórios da Gestão Fiscal, quadrimestrais;

d) Extrapolação do limite de alerta da despesa com pessoal (metodologia do TCEES, que inclui o aporte financeiro dos demais poderes no gasto com pessoal do Poder Executivo), sendo emitido PARECER DE ALERTA ao Poder Executivo por meio do Ofício PTC. DIL. Nº 109/2015 que encaminha Decisão TC 1265/2015 – Plenário, relativa à análise do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2014;

e) Descumprimento do o art. 42 da LRF em R$ 27.813.173,55 (metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional – STN), caso permaneça o montante de R$ 295 milhões sem cobertura de empenho, que está em fase de conclusão das sindicâncias abertas pelas Unidades Gestoras;

f) Descumprimento do Resultado Primário em R$ 23.565.752,78, superando o limite estabelecido na LDO de R$ 471.020.000,00 negativos.

Por fim, caso se confirme o montante de 295 milhões de despesas sem empenho, alguns índices serão alterados, podendo afetar alguns positivamente e outros negativamente.

CONSIDERANDO que o conflito de valores resultante da ponderação entre o cumprimento do prazo constitucional para análise das contas de governo do último ano de mandato do chefe do Poder Executivo estadual[84] e a apreciação exauriente das contas deve ser solucionado privilegiando-se o interesse público subjacente ao direito da sociedade de conhecer a verdade dos fatos, sob pena de se sobrepor a forma sobre os fins sociais da norma[85] e de reconhecer a insuficiência de elementos probatórios como artifício idôneo para se lograr a aprovação das contas públicas perante esta Corte de Contas[86], ignorando-se o ônus indeclinável do gestor de comprovar a regularidade de sua gestão, mormente quando a prestação de contas é elaborada e apresentada ao TCEES pelo gestor que lhe sucedeu, razão

84 A prestação de contas anual do último ano de mandato do Governador é julgada necessariamente na legislatura seguinte, pela nova composição da Assembleia Legislativa.

85 Conforme preceitua o art. 5º do Decreto-Lei nº 4.657/1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, "*na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum*".

86 A colocação reporta-se à "tática da terra arrasada", utilizada pela Rússia em conflitos militares no século passado. O estratagema, aplicado às transições de governo, consiste em não deixar elementos probatórios das irregularidades perpetradas, impossibilitando, com isso, que o próximo governante evidencie o ocorrido.

pela qual se torna oportuno e adequado ouvir ambas as partes sobre eventuais inconsistências identificadas;

CONSIDERANDO que o prazo constitucional de 60 dias para emissão de Parecer Prévio, previsto no art. 70, inciso I, da Carta Estadual[87], extrai sua gênese do propósito de que as prestações de contas anuais (PCA) do Governador sejam julgadas dentro da mesma legislatura, à exceção do último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando o julgamento é realizado pela nova composição parlamentar – como ocorre nesta PCA –, razão pela qual a vedação contida no parágrafo único do art. 117 do Regimento Interno do TCEES[88] deve ser interpretada com prudência, ponderando-se as situações do caso concreto, mormente diante da previsão de interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e da abertura de prazo para oitivas, grafadas, respectivamente, nos art. 106, § 1º[89], e 113, § 2º[90], ambos do citado diploma regimental;

CONSIDERANDO que, na visão deste *Parquet* Contas, a grande quantidade de fatos pendentes de esclarecimento não poderia ser contemplada com um Parecer Prévio pela aprovação das contas, conforme sugeriu a respeitável Comissão Técnica de Análise das Contas de Governo, composta por servidores selecionados pelo Conselheiro Relator do processo[91], observando-se previsão contida no art. 112 do Regimento Interno do TCEES[92];

CONSIDERANDO a existência de pedido de sobrestamento da análise da prestação de contas anual do Governador do Estado por parte da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), juiz natural do feito e em relação ao qual o Tribunal de Contas presta auxílio técnico por

---

87 Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).
[...]

88 Art. 117. Durante a apreciação das contas será assegurado aos Conselheiros e ao Ministério Público junto ao Tribunal o direito de vista do processo pelo prazo de vinte e quatro horas, que será concedida em comum quando solicitada por mais de um Conselheiro ou por um Conselheiro e um membro do Ministério Público junto ao Tribunal, permanecendo o processo, nesse caso, na Secretaria Geral das Sessões.
Parágrafo único. Será indeferido pelo Presidente, ouvido o Plenário, qualquer requerimento que possa implicar na impossibilidade de o Tribunal emitir parecer prévio no prazo constitucional.

89 Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
§ 1º O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal.
§ 2º Os documentos e informações necessários à regularização de que trata o parágrafo anterior serão aqueles apontados pelo Tribunal.

90 Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.
§ 1º Esse prazo poderá ser ampliado em até cinco dias corridos, por deliberação do Plenário, mediante solicitação do Relator, observados os demais prazos.
§ 2º Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações.

91 No âmbito do TCEES, a análise técnica da prestação de contas do chefe do Poder Executivo estadual submete-se a um procedimento diferenciado em relação à análise das contas dos demais chefes dos Poderes Executivos.

92 Art. 112. O Relator indicará servidores para comporem comissão técnica, a ser designada por ato do Presidente, até a última sessão ordinária do mês de janeiro de cada exercício, a qual será responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da prestação de contas e, se for o caso, dos relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios, com a finalidade de subsidiar o exame das contas, o levantamento de dados e a elaboração do relatório técnico.

meio da emissão de Parecer Prévio, consoante art. 56, inciso XI, e art. 71 da Constituição Estadual[93];

CONSIDERANDO que, com o intuito de esclarecer importantes indícios de irregularidade, o Ministério Público de Contas protocolou em **07/05/2015** – antes, portanto, do recebimento da Prestação de Contas Anual do Governador pelo TCEES, ocorrido em **20/05/2015**[94] –, requerimento de inclusão dos seguintes pontos, com indícios de graves irregularidades, na análise da prestação de contas anual do Governador do Estado:

- Abertura de crédito suplementar da ordem **R$ 245.725.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais) para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário; e na

- Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que o requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas, protocolado sob o nº 55124/2015-1 e autuado sob o nº **TC 6099/2015** (doc. 1), ainda se encontra pendente de apreciação por parte do Plenário desta Corte de Contas, conquanto conste no referido processo a Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015[95] **reconhecendo a ilegalidade dos decretos do Chefe do Poder Executivo Estadual que autorizaram a movimentação de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro no valor de R$ 248.335.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais)**, *verbis*:

---

93 Art. 56 É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, além de zelar pela preservação da sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes:
[...]
XI - julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
[...]
Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento;
[...]

94 Data do protocolo do Ofício OF.SGP Nº 250/2015, de 19 de maio de 2015, encartado na fl. 1 destes autos.

95 Fl. 210 do Processo TC 6099/2015.

Considerando os dispositivos mencionados anteriormente e tendo em vista os decretos listados no quadro a seguir, foi constatado que houve a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, por meio dos seguintes Decretos:

Decreto	DOE	Valor	Órgão	Tipo	Fonte de Recursos
1.982-S	17/09/2014	R$ 218.335.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.436-S	19/11/2014	R$ 15.900.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.751-S	18/12/2014	R$ 14.100.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação

CONSIDERANDO que, conquanto a irregularidade constatada pela Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 decorra de **ato privativo do Chefe do Poder Executivo Estadual**, praticado no exercício financeiro em exame, a referida peça técnica propõe, equivocadamente, o indeferimento da inclusão deste ponto na prestação de contas anual do Governador, remetendo sua apuração e responsabilização para as contas anuais de gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), proposição que, se levada a efeito, transferirá para terceiros a responsabilidade pela prática de ato privativo do chefe do Poder Executivo (alteração orçamentária, por intermédio de abertura de créditos adicionais, à Lei nº 10.164/2014 – Lei Orçamentária Anual que estimou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014), esvaziando de sentido a apreciação das contas de governo por parte deste órgão de controle externo;

CONSIDERANDO que, conquanto a Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 tenha informado que os temas "Previdência Social do Estado" e "Aplicações Constitucionais mínimas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" constituíram objetos de análise na Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, os inexpugnáveis pontos indicados pelo Ministério Público de Contas não foram enfrentados[96].

CONSIDERANDO que a movimentação orçamentária indevida de recursos do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, não identificada pelo órgão de controle interno do Poder Executivo em razão de a aferição dessa irregularidade estar incluída em um dos 22 pontos que deixaram de ser analisados em seu relatório e parecer conclusivo (doc. 12), restou confirmada pela Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 (doc. 1);

CONSIDERANDO que a eventual supressão da prerrogativa do Ministério Público de Contas prevista no art. 3º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 451/2008[97], de juntar documentos, produzir provas e requer medidas ou diligências que julgar necessárias, inclusive – e principalmente

96 Conquanto o Requerimento do MPC-ES tenha sido formulado antes da protocolização da PCA do Governador nesta Corte de Contas, o Relatório Técnico das Contas do Governador permanece silente e imaculado em relação aos indícios de irregularidade apresentados por este *Parquet*.

97 Art. 3º Compete aos Procuradores Especiais de Contas, além de outras atribuições estabelecidas na Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas:
I - promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa;
II - emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal na forma que dispuser a Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, com exceção dos processos administrativos internos;
III - interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei;
IV - juntar documentos, produzir provas e requerer medidas ou diligências que julgar necessárias;
V - comparecer às sessões do Tribunal Pleno;
VI - prover as medidas necessárias ao efetivo respeito ao ordenamento jurídico;

– na prestação de contas anual do Governador[98], inviabilizaria a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis realizada pelo *Parquet* de Contas perante este Tribunal, podendo gerar, inclusive, a nulidade dos atos subsequentes;

CONSIDERANDO que entre janeiro e junho de 2015 a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e a Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES) já empenharam, juntas, **R$ 446.564.722,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais)** no pagamento de benefícios previdenciários a servidores aposentados e pensionistas, recursos que estão sendo equivocadamente considerados como aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) neste exercício;

CONSIDERANDO que, neste momento, os recursos que estão deixando de ser repassados à educação continuam sendo contabilizados de forma indevida para fins de atingimento do percentual mínimo constitucional de 25% de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE);

CONSIDERANDO a iminência do envio à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) dos projetos de lei do plano plurianual (PPA 2016-2019) e da lei da lei orçamentária anual (LOA 2016);

CONSIDERANDO a exiguidade do prazo regimental e as limitações da estrutura administrativa deste *Parquet* de Contas, circunstâncias que, infelizmente, impossibilitaram o cumprimento do referido prazo;

E CONSIDERANDO, por fim, que o art. 106, § 1º, do Regimento Interno do TCEES[99], prescreve que o prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal, situação que, salvo melhor juízo, ainda não se aperfeiçoou;

O Ministério Público de Contas pugna a este Tribunal de Contas, **em sede de preliminar de mérito**, que:

a) Por constituir matéria prejudicial à apreciação desta prestação de contas anual do Governador, **submeta a julgamento** por parte do Plenário, como **primeira preliminar a ser analisada**, o **Processo TC 6099/2015**, referente ao Requerimento formulado em 07/05/2015 por meio do qual o Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 3º, incisos I, II, IV e VI, da Lei Complementar Estadual nº 451/2008[100], formulou os seguintes pedidos:

---

98 No âmbito do TCEES, a Prestação de Contas do Governador do Estado não se submete ao mesmo rito aplicado à apreciação das contas dos demais chefes dos poderes executivos municipais, circunstância que pode resultar em violação ao princípio da isonomia nos julgamentos realizados por esta Corte de Contas, caso o tratamento diferenciado não tenha como fundamento jurídico uma necessidade de ordem técnica plenamente justificável.

99 Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
§ 1º O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal.
§ 2º Os documentos e informações necessários à regularização de que trata o parágrafo anterior serão aqueles apontados pelo Tribunal.

100 Art. 3º Compete aos Procuradores Especiais de Contas, além de outras atribuições estabelecidas na Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas:
I - promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa;
II - emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal na forma que dispuser a Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, com exceção dos processos administrativos internos;

d) Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:

III. PREVIDÊNCIA SOCIAL: Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00**[101] (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:

- Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[102];
- Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964[103];
- Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008[104];
- Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008[105];

[...]
IV - juntar documentos, produzir provas e requerer medidas ou diligências que julgar necessárias;
[...]
VI - prover as medidas necessárias ao efetivo respeito ao ordenamento jurídico;

101 Resultante do somatório de R$ 245.275.000,00 da Reserva do Fundo Previdenciário e R$ 450.000,00 da Compensação Previdenciária desse mesmo fundo.

102 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

103 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
[...]

104 Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11 , inclusive a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]
§ 2º É vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo, dentre elas consideradas: (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
III - a transferência de recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, no caso de RPPS com segregação da massa dos segurados; (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]

105 Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)
[...]
§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo.

- Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[106].

IV. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[107], contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[108] (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[109];

---

106 Da Despesa com Pessoal
[...]
8. Nas situações em que houve a segregação das massas do RPPS, a parte financeira, via de regra deficitária, necessita dos aportes financeiros do tesouro do ente. Por outro lado, a parte previdenciária, no momento da segregação, tende a ser formada por servidores que ainda não estão usando os benefícios previdenciários, ou seja, não existem saídas de recursos, mas apenas receitas decorrentes de contribuições. Nessa situação, os recursos disponíveis na parte previdenciária não poderão ser utilizados para reduzir despesas com pessoal efetuadas pela parte financeira, deficitária, salientando que esta proibição consta, inclusive, da Portaria MPS 403/2008, art. 21.

107 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

108 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

109 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[110];
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[111];
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

e) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governador do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**[112], que consideram como destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas

---

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

110 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei no 11.494, de 2007.

111 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

112 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;

f) Com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo desenvolvido por este Tribunal de Contas, desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame.

b) Promova o **sobrestamento** deste processo de prestação de contas anual do Governador e a **interrupção** do prazo para emissão do Parecer Prévio, determinando:

I. **A complementação**, por parte da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), do Relatório Técnico de Análise e Avaliação (doc. 12) em relação aos 22 pontos de controle que deixaram de ser analisados[113] e à ausência de emissão do parecer conclusivo pelo órgão de controle interno do Poder Executivo[114], constatada inclusive pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 545, 546, 598 e 599), sem

[113] No Relatório e Parecer da SECONT referente à Prestação de Contas Anual do Governador de 2013 também deixaram de ser analisados os seguintes pontos:

- Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);
- Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);
- Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);
- Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);
- Existência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 16);
- Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);
- Execução de programas ou projetos de governo não incluídos na LOA (CRFB/88, art. 167, I);
- Existência de autorização legislativa para cobertura de déficit de empresas, fundações e fundos (CRFB/88, art. 167, inciso VIII);
- Realização de investimentos plurianuais sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão (CRFB/88, art. 167, § 1º);
- Realização de operação de crédito estando impossibilitado por descumprimento das regras estabelecidas (Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º);
- Realização de operação de crédito estando incorrendo nas vedações previstas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º);
- Inclusão de cláusulas vedadas nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

[114] O Parecer Conclusivo emitido pelo órgão de controle interno do Poder Executivo simplesmente não possui conclusão, situação que pode ser comparada à inconcebível hipótese de o Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas não concluir pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas do Governador.

os quais não é possível emitir juízo de valor acerca de temas relevantes para o julgamento desta prestação de contas, a exemplo da renúncia de receitas, abertura de créditos adicionais, despesas com pessoal e afetação das metas fiscais do Estado;

II. **O aguardo do relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)** instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) para aferição de possíveis irregularidades na emissão de empenhos por parte do Poder Executivo no exercício de 2014, em atenção ao pedido formulado pelo Poder Legislativo, juiz natural do julgamento da prestação de contas anual do Governador;

III. **A reabertura da instrução processual** para análise por parte da Comissão Técnica do TCEES, **nos autos desta PCA**, dos seguintes pontos:

1. **Abertura de crédito suplementar** para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:
    - Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004;
    - Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964;
    - Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008;
    - Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008;
    - Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN.
2. **Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino**, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), valor inclusive constatado pela Comissão Técnica[115]120 (fl. 430), passíveis de restituição por

[115] "Cabe registrar, que se observou em consulta ao SIGEFES 2014, conta contábil 351320100, fonte de recursos 0102 – MDE, **contribuição complementar, despesa com repasse para cobertura de déficit financeiro do RPPS relativo aos servidores da educação, no montante de R$ 531.847.451,17** (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, dezessete centavos), despesa essa fundamentada no artigo 21, parágrafos 4º e 6º da Resolução TC nº 238 de 15/05/2012 do TCEES." (grifou-se)

parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal, contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994;
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

3. **Análise da natureza dos recursos que integram as fontes de recurso "*71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)*" e "*12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11*"**, constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, tendo em vista que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 10/2015 considerou em seu cálculo que essas fontes são formadas apenas por recursos não vinculados, conquanto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), em resposta a requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas (doc. 3), demonstrou que a fonte 71 contém recursos vinculados, a exemplo das multas de trânsito arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), fonte 0271000002, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 69.091.145,14**, e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), fonte 0271000009, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 2.725.140,80**;

4. **Análise do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Empenhos**, instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo com o objetivo de apurar supostas irregularidades na emissão de empenhos durante o exercício financeiro de 2014;

IV. Confirmando-se os indícios de irregularidades, com fundamento no art. 113, § 2º, da Resolução TC 261/2013[116], promova a oitiva do Governador do Estado

[116] Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.
[...]

no exercício de 2014, Sr. José Renato Casagrande, bem como, caso entenda necessário, do atual Governador, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, responsável pela elaboração da prestação de contas em exame, dando-se prosseguimento à instrução processual com o posterior retorno do feito a este órgão ministerial para emissão de parecer complementar;

1.11.2 Mérito

3.2 MÉRITO

Quanto ao mérito, caso este colendo Tribunal de Contas delibere pelo não acolhimento dos pedidos de sobrestamento do feito para complementação da análise por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e reabertura da instrução processual, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no MS 33671[117], por não restar alternativa, o Ministério Público de Contas pugna pela emissão de Parecer Prévio **CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, **no estado em que ela se encontra**, elaborada pelo seu sucessor, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, pelos seguintes motivos:

a) Descumprimento do art. 212 da Constituição Federal[118], em razão da aplicação insuficiente de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) – foram aplicados **apenas**

---

§ 2º Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações.

117 "**Notícias STF**
Quarta-feira, 01 de julho de 2015
Negada liminar contra ato do TCU que deu prazo à presidente para se manifestar sobre contas de 2014
O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou a liminar pedida pelo deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE) no Mandado de Segurança (MS) 33671, impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União (TCU), que concedeu prazo de 30 dias à presidente Dilma Rousseff para que se pronuncie acerca de indícios de irregularidades nas contas do governo referentes a 2014.
Ao pedir a suspensão dos efeitos do ato da corte de contas, Jungmann alegou que a decisão do TCU afrontou o devido processo legal, em especial o prazo de 60 dias para a elaboração do parecer técnico necessário para que o Congresso Nacional aprecie as contas da presidente, embora não vincule a decisão dos parlamentares. Mas, de acordo com o ministro Barroso, à primeira vista, não há impossibilidade de haver contraditório no caso em questão.
"Ademais, parece-me que a medida encontra respaldo no artigo 224 do Regimento Interno do TCU, segundo o qual o relator [na corte de contas] pode 'solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade própria, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório'. Nessa linha, eventual extrapolação do prazo de sessenta dias previsto no artigo 71, I, da Constituição, justificável à luz das circunstâncias do caso concreto, não parece servir de óbice ao exercício do contraditório e da ampla defesa", afirmou o ministro do STF.
Em sua decisão, Barroso cita entendimento do ministro Celso de Mello no processo que tinha por objeto parecer prévio que rejeitava, sem contraditório, as contas do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes (Suspensão de Segurança 1197), em que o decano do STF afirma que "a ausência de caráter deliberativo do parecer prévio não dispensa o órgão de controle do dever de observar o contraditório e a ampla defesa".
VP/AD
Processos relacionados
MS 33671"

118 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

23,59% quando o **mínimo** exigido pela Constituição é 25% – decorrente da inclusão indevida nas despesas com MDE de **R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, e dezessete centavos)**, utilizados para pagamento de benefícios previdenciários a servidores públicos inativos e pensionistas durante o exercício de 2014, sujeitando, inclusive, o Estado do Espírito Santo à intervenção federal por violação ao princípio constitucional sensível previsto no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Carta da República[119];

b) Inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, procedimento que afronta os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[120], ocasionado, dentre outras consequências, a apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo das verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de pareceres atinentes aos limites de alerta[121], nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com

---

119 **Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para**:
[...]
VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
[...]
e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

120 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

121 Como se infere do enunciado do § 1º do art. 59 da LRF *("§ 1o Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:*"), a lei introduziu um instrumento novo no universo das competências dos tribunais de contas: o Alerta.
Então, como corolário, compreende-se que o legislador deixou a cargo dos tribunais de contas a fiscalização do cumprimento dos ditames da LRF.

fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF[122], em descompasso com as orientações emanadas pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

c) Ausência de elementos de convicção suficientes para formação do necessário juízo de convencimento acerca da verdade real de fatos relevantes ocorridos no exercício de 2014, **decorrente da apuração insuficiente dos seguintes pontos**:

- Realização de despesas sem prévio empenho, no valor aproximado **R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)**, e cancelamento indevido de empenhos, provocando, de forma absolutamente irregular, a não inclusão dos gastos nos demonstrativos ficais do Poder Executivo, além de impossibilitar o conhecimento da real disponibilidade de caixa

[122] Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
[...]
II – Estados: 60% (sessenta por cento);
[...]
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;
Art. 59. [...]
[...]
§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:
[...]
II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;
Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição.
§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.(Vide ADIN 2.238-5)
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
I - receber transferências voluntárias;
II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

do Estado ao final do exercício financeiro de 2014 e de gerar a necessidade de reconhecimento forçado (em âmbito administrativo ou judicial) dessas despesas no exercício seguinte; e

- Ausência de manifestação conclusiva e de análise de 22 importantes pontos de controle[123] no parecer do órgão de controle interno do Poder Executivo (doc. 12), ensejando a necessidade de sua complementação e **interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio,** consoante previsão contida no art. 106 do Regimento Interno do TCEES[124], devido ao não cumprimento dos requisitos legais e regulamentares constantes dos art. 2º e 11 da Instrução Normativa IN 28/2013[125], tendo em vista a possibilidade de

[123] a) LOA – vinculação de recursos (LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único);
b) Execução de receitas (relativo à arrecadação e ações de fiscalização, combate à sonegação, recuperação de créditos e os resultados alcançados) (LC 101/2000, art. 11);
c) Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);
d) Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);
e) Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);
f) Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);
g) Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);
h) Execução de despesas – vinculação (CRFB/88, art. 167, inc. IV);
i) Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura (CRFB/88, art. 167, inc. V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);
j) Créditos adicionais – decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);
k) Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências (CRFB/88, art. 167, inc. VI);
l) Autorização orçamentária para cobertura de déficit (CRFB/88, art. 167, inc. VIII);
m) Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza (CRFB/88, art. 167, inc. IX);
n) Créditos extraordinários – abertura (CRFB/88, art. 167, §3º);
o) Prestação de contas anual – execução orçamentária (LC 101/2000, art. 58);
p) Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista (CRFB/88, art. 173,§ 2º);
q) Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular (LC 101/2000, art. 11);
r) Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato (LC 101/2000, art. 21);
s) Despesas com pessoal – aumento despesas nos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato (LC101/2000, art. 21, parágrafo único);
t) Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO (CRFB/88, art. 169, § 1º);
u) Operações de crédito – concessão de garantias e contragarantias (LC 101/2000, art. 40. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18);
v) Operações de crédito – cláusulas contratuais vedadas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

[124] Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
§ 1º O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal.
§ 2º Os documentos e informações necessários à regularização de que trata o parágrafo anterior serão aqueles apontados pelo Tribunal.

[125] Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do ANEXO 01 desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no ANEXO 11 que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.
[...]
Art. 11 Os registros e fatos evidenciados nos documentos e nas demonstrações encaminhados a este Tribunal de Contas por imposição desta Instrução Normativa deverão ser apresentados em obediência às normas constitucionais e

que os referidos pontos ocultem graves irregularidades, notadamente no que tange à renúncia de receitas – não analisadas desde 2013 – bem como às despesas com pessoal;

1.11.3 Determinações e recomendações

3.3 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências:

3.3.1 Determine ao Poder Executivo:

a) Que se abstenha de incluir, nos projetos das leis orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e seguintes, previsão de receita destinada à "*amortização de déficit atuarial*", de modo a evitar que o Poder Legislativo seja induzido, uma vez mais, a inserir nas leis orçamentárias **receita fictícia para cobertura de despesa inexistente**, haja vista que os recursos recebidos pelo regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo, sob essa denominação, não são utilizados em plano de amortização para cobertura de déficit atuarial, mas sim para cobertura do **déficit financeiro mensal do Fundo Financeiro**, conforme constatado pela Comissão Técnica[126] (fl. 430), originário da segregação de massas realizada em 2004, pela Lei Complementar nº 282/2004;

b) Que se abstenha de incluir **na execução orçamentária** das unidades gestoras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas, para o exercício financeiro de 2016 e seguintes, recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do Fundo Financeiro (aporte), porquanto os mencionados recursos devem ser transferidos diretamente ao RPPS **de forma extraorçamentária**, conforme registrado pela Comissão Técnica[127] (fl. 507), pelo ente da federação, mediante **interferência financeira**, e não por meio de execução orçamentária de suas unidades gestoras;

c) Caso o total dos valores que deixaram de ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) em 2015 não sejam compensados dentro do próprio exercício, sem prejuízo das

---

infraconstitucionais, observadas as normas brasileiras de contabilidade e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

126 "Cabe registrar, que se observou em consulta ao SIGEFES 2014, conta contábil 351320100, fonte de recursos 0102 – MDE, contribuição complementar, despesa com repasse para cobertura de déficit financeiro do RPPS relativo aos servidores da educação, no montante de R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, dezessete centavos), despesa essa fundamentada no artigo 21, parágrafos 4º e 6º da Resolução TC nº 238 de 15/05/2012 do TCEES."

127 "Destaque-se que a contabilização das transferências de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo **é feita por execução orçamentária**. **Contudo, a Nota Técnica da STN nº 633/2011 estabelece que os repasses efetuados pelos entes deverão ser contabilizados como interferência financeira (de forma extraorçamentária) quando o RPPS apresentar déficit financeiro**, o que ocorre nos demais Poderes/Órgãos."

repercussões legais pelo descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, determine ao Poder Executivo estadual que, no exercício financeiro de 2016, acrescente aos 25% da despesa mínima com MDE o mesmo percentual que deixou de ser aplicado em 2015;

d) Que promova a imediata correção, no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), dos lançamentos contábeis das despesas destinadas à cobertura do déficit financeiro do RPPS no exercício de 2015 e anteriores – inclusive no portal da transparência do governo do Estado –, excluindo-as da Fonte de Recurso "*2 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino*", de modo a permitir que a sociedade e os órgãos de controle externo, estaduais e federais, tenham conhecimento dos números reais das despesas do Estado com educação;

e) Que, após promover a correção dos registros contábeis das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no SIGEFES:

I. Republique todos os demonstrativos fiscais afetados pela alteração, integrantes dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) já divulgados em 2015;

II. Passe a publicar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) com a correta contabilização das despesas destinadas à cobertura do déficit financeiro do RPPS;

f) Que passe a disponibilizar, por meio do portal da transparência do governo do Estado, **dados consolidados de todas as receitas e despesas de todos os Poderes do Estado**[128], conforme determinam os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentados pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, especialmente seu art. 4º[129], e demais normas aplicáveis;

g) Que passe a disponibilizar no portal da transparência do governo do Estado a íntegra dos documentos que compuseram a Prestação de Contas Anual (PCA) do Governador do Estado **a partir da data de envio da PCA ao Poder Legislativo**[130], de modo a permitir o acompanhamento, por parte da sociedade, dos processos de emissão do Parecer Prévio pelo TCEES e de julgamento pelo Poder Legislativo, bem como a análise e emissão de juízo de valor pelo cidadão acerca dos critérios utilizados pelos mencionados órgãos de controle externo;

---

[128] Atualmente, o Poder Executivo não divulga dados consolidados de todos os Poderes conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, dificultando o acesso à informação.

[129] Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:
I - disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado;
II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e
III - possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.

[130] A **disponibilização prévia** da documentação que compôs a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado constitui um avanço significativo para o aprimoramento do controle social da gestão pública.

h) Que providencie acesso aos bancos de dados do Sistema Integrado Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES) para o corpo de auditores de controle externo deste Tribunal de Contas, proporcionando-lhe a realização de consultas diretas à base de dados que permitam validar os relatórios contábeis gerados pelo referido sistema e apresentados ao TCEES por todas as unidades gestoras do Estado;

i) Que todas as inconsistências, irregularidades e ilegalidades detectadas na análise realizada pelo órgão de controle interno do Poder Executivo sejam consignadas na parte referente à conclusão do seu relatório e parecer conclusivo sobre a prestação de contas do Governador;

j) Que se abstenha de incluir nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, por ferir os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[131] (LRF), e ensejar, eventualmente, que os demais Poderes e órgãos incorram em descumprimento dos limites de despesas com pessoal previstos no art. 20, inciso II, da LRF[132];

3.3.2 Recomende ao Poder Executivo:

a) Que dê continuidade aos estudos que têm por objetivo analisar a viabilidade técnica, econômica e financeira de disponibilização de cópia do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES) a todos os municípios capixabas, mediante aquisição do código-fonte do sistema, medida que produzirá um avanço sem precedentes na história do controle interno das finanças públicas municipais, permitindo a este órgão de controle externo a integração e a consolidação de toda a atividade contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial **do Estado e**

131 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

132 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

dos municípios, gerando economia de recursos públicos para todos os jurisdicionados e ampliando o controle social;

3.3.3 Recomende aos Poderes Executivo e Legislativo:

a) Que **envidem esforços conjuntos** no sentido de promover, o mais breve possível, a recomposição integral do débito histórico com a educação capixaba, estimado em mais de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**, a exemplo da proposição de Emenda Constitucional[133] que amplie o percentual mínimo das despesas estaduais com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), de modo a assegurar expressamente no texto da Carta Estadual melhores condições de ensino às futuras gerações, sugerindo-se, como parâmetro inicial de estudo, que o percentual a ser acrescido aos 25% corresponda, **no mímino**, à média do percentual anual que deixou de ser aplicado em MDE ao longo dos anos em que ocorreu a manobra.

3.3.4 Recomende ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual

a) Que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica (fl. 463), a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas[134] (fl. 463 e

---

[133] Após Representação ofertada pelo Ministério Público de Contas contra a utilização de logomarcas como forma de identificação das gestões administrativas dos Poder Executivos estadual e municipais, o atual chefe do Poder Executivo estadual apresentou proposta de Emenda Constitucional que, após aprovada pela Assembleia Legislativa, deu nova redação ao § 1º do art. 32 da Constituição Estadual, *verbis*:

> *Art. 32 As administrações públicas direta e indireta de quaisquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, finalidade, interesse público, razoabilidade, proporcionalidade e motivação, e também aos seguintes: (Redação dada pela EC nº 73, de 30.11.2011 – DOE 1.12.2011).*
> *[...]*
> *§ 1º A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos terá caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar elementos que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidor público ou de partido político,* ***ficando a administração pública direta do Poder Executivo Estadual e Municipal proibida de utilizar logomarcas, slogans, jingles, cores, frases, imagens ou quaisquer outros símbolos que guardem associação com a figura do gestor público ou de períodos administrativos****. (Redação dada EC nº 100, de 19.5.2015 - DOE 20.5.2015)*

[134] "Referente a esta questão, fato comentar a existência de processos judiciais, movidos pelas associações dos magistrados do Tribunal de Justiça (processo 024.04.019300-5) e dos membros do Ministério Público do Estado (processo 024.04.020151-9), que visaram manter, junto ao TJ e ao MP, o controle e a gerência dos inativos destes órgãos.
Como já comentado, a LC 282/2004 conferiu ao Instituto a atribuição constitucional de gestor único de previdência estadual, inclusive das carreiras do Ministério Público e dos Magistrados, bem como os respectivos pensionistas.
Essas demandas judiciais questionaram o dispositivo legal que instituiu o IPAJM como órgão único para gerir a previdência social dos servidores estaduais, argumentando que isso interferiria na autonomia administrativa e financeira dos órgãos. A pretensão seria manter no Poder Judiciário Estadual e no Ministério Público a gestão da previdência de seus inativos e pensionistas.
Essa alternativa jurídica vai de encontro ao texto constitucional ao possibilitar a existência de mais de um órgão para gerir a previdência social dos servidores do estado do Espírito Santo, além de impedir a transparência de informações concernentes ao pagamento de benefícios previdenciários.
Somente com a Unidade Gestora Única, responsável pela concessão, pagamento e manutenção dos benefícios, será possível assegurar que as regras de cálculo, concessão e reajustamento serão aplicadas de modo uniforme para os servidores de todos os órgãos, categorias e Poderes. **Enquanto os benefícios continuarem sendo concedidos e pagos descentralizadamente, poderá haver maior margem para erros, privilégios e fraudes. Dessa forma, a fragmentação**

464), privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado[135] representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014 (doc. 1), **reavaliem** a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal[136], sob pena de que sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciárias (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008[137], exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria[138].

3.3.5 Recomende a Todos os Poderes e Órgãos

a) CONSIDERANDO que a disponibilidade de caixa líquida de recursos ordinários (não vinculados), declarada pelos Poderes Legislativo (**R$ 54.378.066,22**) e Judiciário (**R$ 200.845.158,90**), pelo Ministério Público (**R$ 36.492.946,47**) e pelo Tribunal de Contas (**R$ 28.202.146,08**) nos Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa que integraram os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2014 totalizou **R$ 319.918.317,67 (trezentos e dezenove milhões, novecentos e**

---

e a heterogeneidade sob os aspectos legal e institucional, com a existência de diferentes regras entre poderes, órgãos e categorias profissionais, prejudicam a administração e a transparência do sistema." (grifou-se)

135 A rigor, associação de direito privado representativa de servidores públicos não possui legitimidade para pleitear judicialmente alteração da estrutura administrativa do Estado, consistente na transferência parcial da gestão do RPPS para instituição distinta do gestor único assegurado pela Constituição Federal. Cabe-lhe, tão-somente, insurgir-se contra possíveis irregularidades praticadas no âmbito da atividade administrativa desempenhada pelo gestor único, no caso, o IPAJM. A mudança pretendida constitui prerrogativa do constituinte derivado, mediante processo legislativo de alteração da Carta da República a ser conduzido perante o Congresso Nacional. Logo, nem mesmo o legislador estadual poderia promover tamanha transformação, mesmo a partir de projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, a quem cabe, com exclusividade, gerir a previdência dos servidores públicos do ente da federação, incluindo todos os Poderes.

136 Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
[...]
§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, **e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

137 Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:
[...]
IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

138 Art. 4º O CRP será exigido nos seguintes casos:
I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
III - liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]

dezoito mil, trezentos e dezessete reais, e sessenta e sete centavos), recursos constituídos em parte por receitas arrecadadas pelos próprios órgãos; CONSIDERANDO que recursos ordinários podem ser alocados livremente para qualquer espécie de despesa, vinculada ou não vinculada; CONSIDERANDO que o princípio da solidariedade deve pautar a atuação coordenada dos Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo – que é *uno* – em benefício geral da população capixaba, a exemplo da louvável iniciativa do Poder Legislativo de disponibilizar seu superávit financeiro ao Poder Executivo, o qual fora utilizado no início de 2015 para cobrir insuficiência financeira do Fundo Estadual de Saúde (FES)[139]; CONSIDERANDO que o superávit financeiro não é incluído na proposta orçamentária do exercício seguinte dos Poderes e órgãos, representando um montante adicional de recursos aos orçamentos anuais dos Poderes e Órgãos, razão pela qual não são incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA); CONSIDERANDO que os recursos previstos na LOA são destinados à cobertura de todas as despesas do exercício; CONSIDERANDO o atual momento de grave crise financeira por que passa não só o Estado do Espírito Santo, mas todos os entes da federação; CONSIDERANDO que os Poderes e órgãos mencionados não possuem por finalidade a acumulação de recursos financeiros; CONSIDERANDO que a Reserva de Contingência prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) objetiva atender a todos os Poderes e órgãos do Estado; CONSIDERANDO a insuficiência financeira no Poder Executivo aferida ao final do exercício de 2014; E CONSIDERANDO, por fim, a eventual necessidade emergencial de alocação de recursos em áreas prioritárias como saúde, educação e segurança pública, após o esgotamento da Reserva de Contingência; **que envidem esforços conjuntos** no sentido de aprimorar os instrumentos de gestão orçamentária e de alocação de recursos públicos, de modo a viabilizar, se possível, que os superávits financeiros de recursos ordinários dos Poderes e órgãos possam ser remanejados para atender situações emergenciais de outros Poderes e órgãos ou, no caso de recursos vinculados, que sejam incluídos nas despesas orçamentárias do exercício seguinte dos órgãos arrecadadores, gerando, assim, uma economia de recursos para o caixa único do Estado, respeitadas as limitações constitucionais e legais;

b) Que, em cumprimento ao que determina o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal[140] (LRF), passem a incluir no cômputo da

---

139 A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) disponibilizou ao Tesouro do Estado, administrado pelo Poder Executivo, a quantia de R$ 1.982.277,13 (fonte 301000011) para cobrir despesas de exercícios anteriores do Fundo Estadual de Saúde (FES), as quais foram suplementadas mediante Decreto nº 672-S, de 07 de abril de 2015, publicado na edição de 08 de abril de 2015 do Diário Oficial dos Poderes do Estado. Essas informações constam na documentação requisitada à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT) pelo Ministério Público de Contas (doc. 4).

140 Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, **os inativos e os pensionistas**, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, **proventos da aposentadoria**, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, **bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência**.

despesa total com pessoal, publicada nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), os valores referentes a seus servidores inativos e pensionistas[141], inclusive a parte atinente ao aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RPPS, conforme prescreve o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em consonância com o entendimento esposado pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

c) Que republiquem todos os Demonstrativos da Despesa com Pessoal, integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), dos exercícios de 2014 e 2015, com a metodologia acima enunciada.

1.11.4 Pedidos finais

3.4 PEDIDOS FINAIS

Por fim, o Ministério Público de Contas pede a este egrégio Tribunal de Contas que:

a) Preceda à juntada ou apensamento aos presentes autos dos expedientes endereçados a esta Corte de Contas relacionados a esta prestação de contas anual do Governador;

b) Diante do objetivo desta colenda Corte de Contas de promover o aprimoramento contínuo da análise das prestações de contas de governo e considerando o grande número de pontos imprescindíveis ao adequado julgamento por parte do parlamento estadual que, até o presente momento, deixaram de ser apreciados pelo órgão de controle interno do Poder Executivo e pelo TCEES na prestação de contas em exame, este órgão ministerial recomenda ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que:

i. Como forma de promover a transparência no exercício da atividade de controle externo, passe a disponibilizar no portal da TCEES, a íntegra dos documentos que compuseram as Prestações de Contas do Governador dos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e seguintes;

ii. Determine a realização de auditoria para levantamento do total de recursos que deixou de ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) ao longo dos anos em razão da contabilização irregular do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa com MDE;

---

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

141 Consta no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, integrante do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2014, o registro de despesa bruta com pessoal Inativo e Pensionista no valor de R$ 6.149.673,26, referente às despesas com o extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE). Portanto, este valor não se refere aos servidores inativos e pensionistas do Poder Legislativo vinculados ao RPPS, gerido pelo IPAJM.

iii. Considerando a importância do **Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES)** para o controle das finanças públicas do Estado do Espírito Santo, bem como as dificuldades enfrentadas pelos auditores de controle externo desta Corte de Contas na instrução dos processos do exercício de 2014, promova a realização de **auditoria de sistema** no SIGEFES, de modo a verificar, dentre outros aspectos, sua integridade, confidencialidade, privacidade, acuidade, disponibilidade, auditabilidade, versatilidade, manutenibilidade, e eventuais vulnerabilidades, adotando-se como parâmetro normativo o Decreto Federal nº 7.185[142], de 27 de maio de 2010, que dispôs sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema **integrado** de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação[143], nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como as demais normas aplicáveis;

iv. Que se abstenha de aceitar relatórios e pareceres conclusivos emitidos pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo quando incompletos, interrompendo o prazo para emissão do Parecer Prévio e estabelecendo prazo para a complementação da análise, nos termos do art. 106 do Regimento Interno do TCEES[144];

v. Inclua na parte dispositiva do Parecer Prévio todas as recomendações sugeridas pela área técnica do TCEES, inclusive aquelas que dizem respeito ao parcial cumprimento dos preceptivos legais;

vi. Aprimore o procedimento de análise da prestação de contas anual (PCA) do Governador, submetendo o invólucro recebido a uma análise rigorosa das informações rotulares, principalmente quanto à confirmação quanto à veracidade do seu conteúdo;

vii. Considerando a complexidade e a extensão da análise da prestação de contas anual (PCA) do Governador do Estado, realize estudo visando à adequação do seu procedimento de apreciação, de modo a eliminar tratamentos subjetivos e sem isonomia em relação à

---

142 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm. Acesso em: 27 mai. 2015.

143 Destaca-se o art. 4º, I, do Decreto nº 7.1885/2010, em relação ao qual o Estado do Espírito Santo continua inadimplente, tendo em vista a ausência de disponibilização consolidada de informações de todos os Poderes:

Seção I
Das Características do Sistema

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:
I - disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado;
II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e
III - possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.

144 Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
§ 1º O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal.
§ 2º Os documentos e informações necessários à regularização de que trata o parágrafo anterior serão aqueles apontados pelo Tribunal.

apreciação das contas dos demais chefes dos Poderes Executivos municipais, a exemplo do que ocorre com a indicação, por parte do Relator, dos servidores que integrarão a Comissões Técnicas responsáveis pela análise da PCA do Governador, bem como de eventual recurso de reconsideração, prerrogativas contidas, respectivamente, nos art. 112 e 119, § 2º, do Regimento Interno do TCEES[145], procedimentos que, pelo seu subjetivismo e parcialidade, não guardam plena sintonia com o caráter objetivo e impessoal que deve nortear o exercício do controle externo, devendo-se assegurar, na medida do possível, principalmente em processos rotineiros como esta PCA, que a vinculação se dê em relação à determinada unidade técnica, integrada por seus "auditores naturais", sujeitos a rodízios periódicos[146], como ocorre em relação aos demais jurisdicionados, salvo situações excepcionais tecnicamente justificáveis[147];

viii. Recomende a seu corpo de auditores que, diante de eventual conflito entre normas federais e normas do TCEES, apresente as razões de ordem técnica que justificaram a opção pelo posicionamento adotado, de modo a refletir o pleno exercício de sua autonomia, honestidade intelectual e independência no exercício de suas atribuições funcionais[148], haja vista a insofismável

---

145 Art. 112. O Relator indicará servidores para comporem comissão técnica, a ser designada por ato do Presidente, até a última sessão ordinária do mês de janeiro de cada exercício, a qual será responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da prestação de contas e, se for o caso, dos relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios, com a finalidade de subsidiar o exame das contas, o levantamento de dados e a elaboração do relatório técnico.
§ 1º Caso não atendido o prazo previsto no caput deste artigo, o Plenário decidirá a respeito, podendo, inclusive, indicar outro Relator, na forma da parte final do art. 107 deste Regimento.
§ 2º A comissão referida no caput deste artigo terá um coordenador designado pelo Relator.
[...]
Art. 119. Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador cabe recurso de reconsideração, no prazo previsto neste Regimento.
§ 1º A distribuição do recurso far-se-á por sorteio de novo Relator, excetuado o Conselheiro que tenha proferido voto vencedor na deliberação recorrida.
§ 2º É facultado ao Relator do recurso solicitar a nomeação de nova comissão técnica.

146 Preconizam as Normas de Auditoria Governamental (NAG):
2506 – As unidades executoras das auditorias governamentais, no âmbito do TC, deverão sofrer periodicamente rodízio em suas áreas de atuação, a fim de serem mantidas a independência e a objetividade do TC.
[...]
3316 – Deve ser adotada a prática de rodízio periódico dos profissionais de auditoria em relação aos órgãos, áreas, fluxos operacionais, sistemas, programas, projetos, ações, atividades e metas a serem examinados, de modo a assegurar a sua independência.
[...]
4604.2.1 – O rodízio dos profissionais de auditoria governamental responsáveis pela execução dos serviços é obrigatório e constitui um dos requisitos de garantia de qualidade.

147 Como exemplo da possibilidade extraordinária de criação de comissão técnica de exceção, cita-se o trabalho realizado pela comissão multidisciplinar que elaborou o relatório de auditoria sobre a concessão do Sistema Rodovia do Sol, situação pontual e plenamente justificável.

148 Segundo estabelecem as Normas de Auditoria Governamental – NAG 330 (Disponível em http://wp.ufpel.edu.br/audin/files/2011/10/Normas-de-Auditoria-Governamental-IRB.pdf. Acesso em 08.07.2015.), os auditores gozam de autonomia e independência no exercício de suas atribuições:

> Normas de Auditoria Governamental – NAG 3300
> O **profissional de auditoria governamental deve ser e demonstrar que é independente em relação aos seus trabalhos e atividades**, conforme determinam estas NAGs.

possibilidade de o auditor/auditora de controle externo, legalmente, divergir do posicionamento exarado por esta Corte de Contas, desde que haja a devida motivação e fundamentação em normas válidas e vigentes, não estando obrigado a considerar regular fato que entenda não respaldado pelo ordenamento jurídico aplicável, nos

---

A independência profissional se caracteriza por uma atitude autônoma, sem preconceitos e interesses de qualquer natureza, isenta e imparcial, a ser mantida pelos profissionais de auditoria governamental, durante a realização do seu trabalho e toda a permanência nos quadros do TC. Isso é necessário, em função dele desempenhar uma profissão, que atua na defesa do interesse público.

3301 – Os profissionais de auditoria governamental são independentes quando podem exercer suas funções livre e objetivamente. A independência situa-se não apenas no livre e irrestrito acesso a informações, documentos e dependências dos entes, mas, principalmente, na liberdade de programar seus trabalhos, executá-los e comunicar os resultados, sem quaisquer tipos de interferências.

3302 – O profissional de auditoria governamental deve ser independente, não podendo deixar-se influenciar por fatores estranhos, preconceitos ou quaisquer outros elementos materiais, econômicos, financeiros ou afetivos que resultem perda, efetiva ou aparente, de sua independência. A independência permite aos profissionais de auditoria governamental exercerem análise imparcial, isenta e sem tendenciosidade.

3303 – O profissional de auditoria governamental deve proceder, com independência e objetividade, no exercício da auditoria governamental, qualquer que seja a forma de governo. Independência, tanto em relação ao Poder Legislativo, quanto ao Executivo, ao Judiciário e ao Ministério Público, é essencial para a execução da auditoria e para a credibilidade dos seus resultados.

3304 – A independência dos profissionais de auditoria governamental em relação aos demais servidores e empregados públicos deve ser claramente mencionada nas normas legais, nas regimentais e nos manuais de auditoria de cada TC, bem como formalizada mediante resoluções ou instruções normativas junto a todas as organizações, as áreas e as funções da Administração Pública.

3305 – Os profissionais de auditoria governamental devem ter apoio irrestrito dos membros do colegiado e do corpo diretivo do TC, de modo que possam executar seus trabalhos livres de interferências e com a colaboração dos entes auditados.

3306 – O profissional de auditoria governamental responsável pelo gerenciamento dos trabalhos de auditoria deve reportar-se diretamente a um profissional que ocupe função diretiva superior no TC ou aos membros do colegiado, com autoridade suficiente para propiciar independência e assegurar ampla e irrestrita cobertura à auditoria e atenção e consideração adequadas aos relatórios e às providências necessárias para implementação das recomendações neles contempladas.

3307 – O profissional de auditoria governamental que ocupe função diretiva ou gerencial da auditoria deve ter acesso direto aos membros do colegiado do TC e aos gestores da Administração Pública, pois a comunicação regular ajuda a assegurar a independência e fornece ao profissional de auditoria governamental e aos gestores meios para se manterem informados sobre questões de interesse mútuo.

É de se destacar ainda que, conforme Manual de Auditoria do TCU (Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fZdJdYJh79UJ:portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/fiscalizacao_controle/normas_auditoria/BTCU-ESPECIAL-12-de-05-07-2011%2520Normas%2520de%2520Auditoria.pdf+norma+de+auditoria+governamental+tcu&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 08.07.2015), a independência constitui um dos preceitos básicos da auditoria e também um dos princípios éticos que regem os membros e servidores dos Tribunais de Contas. Inclui-se no conceito de independência, descrito neste Manual, a honestidade intelectual:

INDEPENDÊNCIA, OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE

42. A credibilidade da auditoria no setor público baseia-se na objetividade dos auditores no cumprimento de suas responsabilidades profissionais. **A objetividade inclui ser independente, de fato e na aparência, manter uma atitude de imparcialidade, ter honestidade intelectual** e estar livre de conflitos de interesse.

43. O auditor deve manter-se afastado de quaisquer atividades que reduzam ou denotem reduzir sua autonomia e independência profissional, que não deve ser confundida com independência e autonomia funcional, bem como manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, evitando postura de superioridade, inferioridade ou preconceito relativo a indivíduos, entidades, projetos e programas; deve **ainda adotar atitudes e procedimentos objetivos e imparciais, em particular, nos seus relatórios, que deverão ser tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas** e organizados de acordo com as normas de auditoria, evitando que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e tratamento dos fatos levantados, bem como abster-se de emitir opinião preconcebida ou induzida por convicções político-partidária, religiosa ou ideológica.

termos preconizados pelas Normas de Auditoria Governamental;

ix. Considerando o exíguo prazo de sete dias corridos conferidos pelo art. 114 do Regimento Interno do TCEES[149] ao Ministério Público de Contas para elaboração de parecer sobre a prestação de contas anual do Governador, interstício considerado insuficiente para a análise do grande volume de informações, notadamente em relação a exercícios financeiros atípicos como o de 2014, estude a criação de mecanismos que propiciem um período mais dilatado para exame dos documentos submetidos ao crivo deste *Parquet* de Contas, sob pena de se inviabilizar o aperfeiçoamento da atuação ministerial;

x. Na apreciação da prestação de contas anual do Governador, considere o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como fator determinante para a rejeição das contas ou para a expedição de "determinação" – e não apenas de "recomendação" –, de modo a evitar que o descumprimento reiterado da LRF se perenize no Estado do Espírito Santo, a exemplo da inobservância dos art. 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF, aferidos pela Comissão Técnica nas prestações de contas do Governador nos exercícios de 2013 e de 2014, registrados respectivamente no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2014 (fl. 380 do Processo TC 3068/2014) e no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 (fl. 565), *verbis*:

> **RTCG 01/2014** (Contas de 2013)
>
> - **Seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico**, às informações que dão suporte ao demonstrativo previsto no art. 4º, § 2º, V, da LRF (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita), **notadamente quanto à relação dos beneficiários da renúncia de receita, por setor, com o valor do benefício a que cada um tem direito, cumprindo o disposto nos arts. 48, § único, II, e 48-A, I, da LRF**. (grifou-se)
>
> **RTCG 01/2015** (Contas de 2014)
>
> - Recomenda-se, ainda, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-

[149] Art. 114. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos.
Parágrafo único. Após a emissão do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, os autos serão conclusos ao Relator.

1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, **seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF**. (grifou-se)

1.11.5 Encaminhamentos

3.5 ENCAMINHAMENTOS

Por fim, independentemente do acolhimento das proposições lançadas neste parecer, o Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas que encaminhe cópia integral deste processo e do seu Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governador de 2014 ao **Ministério Público Federal (MPF)** e ao **Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPEES)** para fins de acompanhamento do fiel cumprimento do art. 212 da Constituição Federal[150] por parte do Estado do Espírito Santo durante o exercício de 2015 e seguintes, bem como de eventual adoção das medidas preventivas e corretivas que entenderem cabíveis no âmbito de atuação de cada *Parquet*, tendo em vista os robustos indicativos de descumprimento reiterado do princípio constitucional sensível esculpido no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Magna Carta[151], decorrente da não aplicação do percentual mínimo constitucional de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), cujo valor total de recursos públicos que deixaram de ser aplicados pelo Estado na educação entre janeiro de 2009 e junho de 2015[152] alcança a incrível cifra de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**, gerando uma dívida social histórica com a educação capixaba e um **prejuízo irreparável** ao ensino público ofertado à população.

---

150 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

151 Art. 34. **A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:**
[...]
VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
[...]
e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

152 Dados relativos a exercícios anteriores a 2009 ainda não estão disponíveis no Portal da Transparência do Poder Executivo estadual, razão pela qual o período analisado pelo MPC-ES contemplou apenas o período compreendido entre os exercícios de 2009 a 2015, circunstância que pode elevar ainda mais o desfalque identificado.

Vitória, 08 de julho de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

1.12 16/07/2015: Plenário do Tribunal de Contas emite o Parecer Prévio TC 50/2015 recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual 2014 do governador nos termos do voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges

Na sessão especial realizada em 16/07/2015, o Plenário do TCEES emitiu o **Parecer Prévio TC 50/2015**[153], recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação sem ressalvas das contas prestadas pelo **Sr. José Renato Casagrande**, referente ao exercício de 2014, nos termos do voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges, o qual fez incluir nos fundamentos do seu voto as manifestações dos demais conselheiros.

1.12.1 Parecer Prévio TC 50/2015 – Prestação de contas anual

PARECER PRÉVIO TC-050/2015 – PLENÁRIO

PROCESSO	**-** TC-6016/2015 (APENSO: TC-3043/2015)
JURISDICIONADO	**-** GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSUNTO	**-** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2014
RESPONSÁVEL	**-** JOSÉ RENATO CASAGRANDE

EMENTA

CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - EXERCÍCIO DE 2014 - CONFORMIDADE COM DISPOSIÇÕES LEGAIS - 1) REJEITAR PRELIMINARES - 2) PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO - 3) RECOMENDAÇÕES - 4) ARQUIVAR.

1.12.1.1 Voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges

[153] Fl. 2026 a 2217 do Processo TC 6016/2015.

1.12.1.1.1 Relatório

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES:

I – RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação das contas prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador, José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014, eis que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no cumprimento de determinação constitucional, aprecia e emite Parecer Prévio sobre as contas apresentadas pelo Governador do Estado do Espírito Santo à Assembleia Legislativa, para que esta proceda ao julgamento da ação governamental consolidada no Balanço Geral do Estado.

A Prestação de Contas Anual do Governador do Estado tem abrangência sobre a Administração Direta (poderes e órgãos constitucionais), autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes e consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas, consoante preceito do artigo 71, inciso I da Constituição Estadual e artigo 1º, inciso II da Lei Orgânica desta Corte.

Nos termos do artigo 107, da Resolução TC nº 261/2013, que prevê rodízio entre os Conselheiros, fui indicado Relator das Contas de Governo do exercício de 2014 na 7ª sessão ordinária realizada em 18 de março de 2014.

Ato contínuo foi designada Comissão Técnica de Análise das Contas do Governo do Estado do Espírito Santo, instituída pela Portaria N nº 36/2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico - DOE do TCEES de 29/08/2014, alterada pela Portaria N nº 07/2015, publicada no DOE do TCEES de 04/03/2015 e pela Portaria N nº 034/2015, publicada no DOE do TCEES de 08/04/2015, composta pelos seguintes servidores: Luiz Guilherme Vieira (entre 2002 e 2015 participou de 14 comissões); Acyr Rodrigues Pereira Júnior (entre 2002 e 2015 participou de 11 comissões); Beatriz Augusta Simmer (entre 2002 e 2015 participou de 3 comissões); Cesar Augusto Tononi de Matos (entre 2002 e 2015 participou de 7 comissões); Fernanda de Barros Coutinho (entre 2002 e 2015 participou de 1 comissão); José Carlos Viana Gonçalves (entre 2002 e 2015 participou de 10 comissões); Luís Gustavo Sampaio de Carvalho (entre 2002 e 2015 participou de 11 comissões); Luiz Emmanuel Kill Guerzert (entre 2002 e 2015 participou de 4 comissões); Marcelo Lima Fedeszen (entre 2002 e 2015 participou de 6 comissões); Pollyanna Brozovic Ferreira (entre 2002 e 2015 participou de 10 comissões); Marcia Andréia Nascimento (entre 2002 e 2015 participou de 4 comissões); Maria de Fatima Souza Barros (entre 2002 e 2015 participou de 1 comissão); Mariza de Souza Macedo (entre 2002 e 2015 participou de 2 comissões); Robert Luther Salviato Detoni (entre 2002 e 2015 participou de 10 comissões), aos quais dedico agradecimento especial pelo primoroso trabalho realizado, com eficácia e eficiência, engrandecendo esta Corte de Contas, razão pela qual submeto ao plenário a deliberação quanto a

anotação de elogio na ficha funcional dos servidores que integram a Comissão Técnica de Análise das Contas do Governo do Estado do Espírito Santo. Dedico, também, agradecimento especial a todos os servidores do meu gabinete.

A Prestação de Contas Anual do Governador foi encaminhada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado, em cumprimento à exigência estabelecida no artigo 91, inciso XVIII, da Constituição do Estado do Espírito Santo. O Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, por sua vez, encaminhou a este Tribunal, por meio do Ofício SGP nº 250/2015 protocolizado nesta Corte de Contas, em 20/05/2015, as Contas do Governo do Estado do Espírito Santo referentes ao exercício de 2014. Os documentos foram autuados nesta Corte de Contas como Processo TC nº 6016/2015, perfazendo um total de 01 volume físico composto do ofício de encaminhamento e de 01 DVD com os arquivos em mídia magnética da Prestação de Contas que, na sequência, foi encaminhado a este Conselheiro Relator e, posteriormente, à Comissão Técnica.

O Corpo Instrutivo deste Tribunal analisou os documentos que integram os presentes autos, em atendimento aos dispositivos constitucionais e demais textos legais pertinentes e, após minucioso exame e circunstanciado relatório, opinou no sentido de que seja emitido Parecer Prévio à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo pela **aprovação** da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. José Renato Casagrande, relativas ao exercício de 2014, conforme Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015:

> **10 CONCLUSÃO TÉCNICA**
>
> **10.1 INTRODUÇÃO**
>
> O universo de assuntos que envolvem a análise técnica da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado gera um volume de informações demasiadamente extenso, todavia imprescindível. Dessa forma, os resultados obtidos pelo desenvolvimento dos trabalhos feitos por esta Comissão Técnica ficam expostos ao longo do presente Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo.
>
> [...][154]

O Ministério Público Especial de Contas recebeu os autos dia **22/06/2015**, nos moldes do art. 114 do Regimento Interno desta Corte, que aduz:

> **Art. 114**. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos.
>
> **Parágrafo único.** Após a emissão do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, os autos serão conclusos ao Relator.

Todavia, somente em **09/07/2015** exarou o parecer PPJC 3684/2015, da lavra do Procurador, Heron Carlos Gomes de Oliveira, de fls. 605/805, bem

[154] A íntegra do item "10 CONCLUSÃO TÉCNICA" do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 já se encontra transcrita no subitem 1.6 deste Recurso de Reconsideração.

como anexou os documentos de fls. 806/1830, oportunidade em que opinou pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação da Prestação de Contas Anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, no exercício de 2014, concluindo do seguinte modo:

> **3 CONCLUSÃO**
>
> 3.1 PRELIMINAR DE MÉRITO
>
> Ante o exposto,
>
> **CONSIDERANDO** as razões aduzidas por este órgão ministerial em relação à análise empreendida no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo RTCG 01/2015 (fl. 21 a 601);
>
> [...][155]

É o relatório.

1.12.1.1.2 Fundamentação

II – FUNDAMENTAÇÃO

O extenso e relevante volume de informações que gravitam em torno da análise técnica da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, contidas nos autos TC 6016/2015, que possui nove volumes e cerca de duas mil páginas, faz com que os resultados obtidos pela Comissão Técnica fiquem dispersos ao longo do Relatório Técnico, que desde já passa a integrar parte de meu voto, como se nele estivesse transcrito.

É essencial pontuar que esta análise não alcança o exame de atos de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis de unidades gestoras, por dinheiros, bens e valores, cujas contas serão objeto de julgamento pelo Tribunal[156].

Tecidas tais considerações, **consolido as conclusões de cada assunto abordado pelo corpo técnico** e passo a destacar os pontos mais relevantes do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015:

1) Inicialmente, foi elaborada uma síntese do Relatório Técnico relativo ao exercício anterior (2013) com o escopo de estabelecer uma

---

155 A íntegra do item "3 CONCLUSÃO" do Parecer PPJC 3684/2015 já se encontra transcrita neste Recurso de Reconsideração.

156 Esclareça-se, no entanto, que o chefe do Poder Executivo responde pelo conjunto dos atos praticados pelos administradores que lhe são subordinados, a exemplo da responsabilidade objetiva do governador do Estado pelo atingimento dos limites mínimos constitucionais de despesas com saúde e com educação, despesas essas decorrentes do total dos empenhos emitidos pelos gestores da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), porquanto compete privativamente ao governador do Estado exercer, com auxílio dos secretários de estado, a direção superior da administração estadual, nos exatos termos do art. 91 da Constituição do Estado do Espírito Santo:

> **Seção II**
> **Das Atribuições do Governador do Estado**
>
> Art. 91 Compete privativamente ao Governador do Estado:
> I - exercer, com auxílio dos Secretários de Estado a direção superior da administração estadual;
> [...]

referência para os dados apurados em 2014, senão vejamos alguns pontos que merecem destaque:

No tocante a estrutura do Estado, a área técnica ressaltou que o ano de **2013 não foi empolgante** em termos de conquistas econômicas para o país, terminando o ano com baixo crescimento do PIB em relação aos anos anteriores e com baixo desempenho na balança comercial.

Para o Espírito Santo a economia também não evidenciou um ano de grandes conquistas com o PIB demonstrando uma retração de 1,1% e o saldo da balança comercial mostrando-se praticamente estável em relação a 2012. Ademais, o Estado passou por momentos de ajustes, resultado da perda de receitas com incentivos fiscais (FUNDAP) e pela disputa dos royalties do petróleo.

2) Na avaliação do cenário econômico e administrativo do Estado de 2014 destacamos:

Em um cenário desanimador, **o Brasil apresentou um fraco desempenho da economia em 2014**, tendo em vista que o ano foi marcado por inúmeros fatos que contribuíram para o quadro de aprofundamento da crise econômica.

Observando o cenário de 2014 do Estado, verificou-se que, apesar da variação decrescente do Brasil nos últimos trimestres, a soma de todos os bens e serviços produzidos no **Espírito Santo evoluiu positivamente**, apresentando uma variação positiva de 7,2% no quarto trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior. **O Estado cresce acima da média nacional há várias décadas** e, boa parte deste crescimento deve-se ao desempenho das *commodities*, o que engloba minério de ferro, aço, celulose, e, mais recentemente, petróleo e gás.

A atuação da Indústria Capixaba conseguiu se destacar, em grande parte, devido ao crescimento da fabricação de minérios de ferro pelotizados ou sintetizados pela indústria extrativa.

Destaque, também, para as atividades portuárias, de exportação e importação, para a indústria de celulose e de rochas ornamentais (mármore e granito, sendo o Estado o maior produtor e processador do Brasil), a exploração de petróleo (segundo maior) e gás natural (maior do país), além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café (segundo maior).

No setor de Serviços, o Estado apresentou, no acumulado de 2014, um incremento de 2,6%, representando o menor crescimento anual desde o início da Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMS-IBGE) em 2012.

Com relação aos Empregos Formais, analisando os dados do mês de dezembro de 2014, observou-se um decréscimo nos postos de trabalho, principalmente, na área de indústria de transformação, construção civil e serviços. O saldo líquido em dezembro de 2013 diminuiu de - 5.782 para - 8.803 postos com relação a dezembro de 2014, ou seja, diminuiu em 52% o número de postos de trabalho.

3) No que tange aos instrumentos de planejamento:

Inicialmente é importante esclarecer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) funciona como um elo entre a fase de planejamento do Governo (PPA) e a fase de viabilização da execução dos programas (LOA). Segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó[157] (2008), a função da LDO pode ser sintetizada da seguinte maneira:

> [...] estabelece, dentre os programas incluídos no PPA, quais – como e com qual intensidade – terão prioridade na programação e execução do orçamento subsequente e disciplina a elaboração e execução dos Orçamentos.

A Lei Orçamentária Anual, por sua vez, dentro do sistema de planejamento governamental, composto também pelo PPA e pela LDO, é a fase de viabilização da execução dos programas. Segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008), a Lei Orçamentária pode ser definida como "[...] a expressão monetária dos recursos que deverão ser mobilizados, no ano específico de sua vigência, para execução das políticas públicas e do programa de trabalho do governo[158]".

Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO

Tecidas tais considerações, importante ressaltar que em consulta ao site da Assembleia Legislativa (www.al.es.gov.br), constatou-se o cumprimento do prazo de encaminhamento à Assembleia Legislativa, pelo Governo do Estado do Projeto de Lei referente à LDO, previsto no art. 2º da Lei Complementar estadual nº 07/90, de 06/07/1990, posto que a data de protocolo do projeto de lei foi 30 de abril de 2013.

A LDO Exercício 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado em 8 de agosto de 2013 e protocolizada neste Tribunal de Contas em 15 de janeiro de 2014, cumprindo, portanto, o prazo estabelecido pelo art. 133, inciso I, da Resolução TC nº 261/2013, que indica que a citada lei deve ser protocolizada até 30 de janeiro de cada ano.

A elaboração da LDO Exercício 2014 atende aos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Além disso, quanto à observância da LDO Exercício 2014 aos preceitos da LRF, foi verificado o atendimento aos dispositivos legais da Lei Complementar nº 101/00, artigos 4º, 9º § 4º e 48, caput e parágrafo único.

Quanto à observância da LDO Exercício 2014 aos preceitos constitucionais, verifica-se o atendimento aos dispositivos legais das Constituições Federal e Estadual. (Art.165, § 2º, e art. 169 § 1º, inciso II da Constituição Federal e art. 150, § 2º, e art. 154 §1º, inciso II da Constituição do Estado). Entretanto, constata-se o não atendimento ao disposto no art.168 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e art. 153 da Constituição Estadual (redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012 - DOE 19.04.2012), pois o § 3º do artigo 49 da LDO Exercício 2014 não inclui a Defensoria Pública ao estabelecer os

[157] "ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008, p. 163." (nota de rodapé constante no documento original)

[158] "ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008, p. 190." (nota de rodapé constante no documento original)

prazos de entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais.

Quanto ao Anexo de Riscos Fiscais (ARF) e o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrantes da LDO Exercício 2014, verifica-se que os demonstrativos apresentados foram elaborados em conformidade com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º), **bem como adotaram o modelo proposto pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, na Portaria nº 637/STN, de 18 de outubro de 2012 (aprova o Manual de Demonstrativos Fiscais – 5º edição – para o Exercício de 2013), vigentes à época da elaboração da LDO Exercício 2014.**

A LDO projetou uma Receita Total de R$ 14.263.817.000,00 (quatorze bilhões, duzentos e sessenta e três milhões, oitocentos e dezessete mil reais) para o exercício de 2014. Por sua vez, a LOA Exercício 2014 apresentou receita total estimada no valor de R$ 15.502.548.363,00 (quinze bilhões, quinhentos e dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais). Portanto, a receita total estimada na LOA foi 8,7% maior que a projetada na LDO. Tal divergência ocorreu, pois os valores foram previstos em épocas diferentes (o da LDO até agosto de 2013, e o da LOA até dezembro de 2013).

Quanto à fidedignidade dos parâmetros econômicos, a análise da LDO Exercício 2014 utilizou como fonte de informações os Relatórios de inflação do Banco Central do Brasil, a LDO Exercício 2014 da União e os Relatórios de Análises do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Portanto, conclui-se que os parâmetros econômicos constantes na LDO Exercício 2014 foram condizentes com os índices econômicos vigentes à época da elaboração da LDO Exercício 2014.

Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 1º, da LRF, constata-se que o Demonstrativo I (Metas Anuais) apresenta as metas anuais em valores correntes e constantes relativas a receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública (dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida) para o exercício de 2014 e para os dois exercícios seguintes 2015 e 2016.

O Demonstrativo I (Metas Anuais) do Anexo de Metas Fiscais estabelece, para o exercício de 2014, meta do resultado primário negativo (equivalente a 0,48% do PIB/ES), meta do resultado nominal positivo (equivalente a 1,39% do PIB/ES) e o montante da dívida consolidada líquida (equivalente a 4,89% do PIB/ES).

Quanto ao Resultado Primário o Demonstrativo estabelece como meta um déficit, equivalente a 0,48% do PIB/ES, evidenciando que a previsão dos gastos orçamentários do governo irá exceder o valor da arrecadação do estado no exercício de 2014.

No que tange ao Resultado Nominal o Demonstrativo estabelece como meta um resultado positivo, equivalente a 1,39% do PIB/ES, indicando que haverá um incremento do endividamento do estado na ordem de R$ 1.381.352 mil (um bilhão, trezentos e oitenta e um milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais), em valores correntes.

Acerca da Dívida Consolidada Líquida e Dívida Pública Consolidada (ou Fundada), verifica-se que o Demonstrativo estabelece como meta uma dívida pública consolidada para 2014 na ordem de R$ 7.575.628 mil (sete bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil

reais), em valores correntes e uma dívida consolidada líquida na ordem de R$ 4.844.031 mil (quatro bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões e trinta e um mil reais), em valores correntes.

No tocante à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso I da LRF, constata-se que o Demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) apresenta a explanação a respeito dos resultados obtidos no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo a comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2012, acompanhado de análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, em atendimento as orientações da STN.

Quanto aos parâmetros básicos utilizados para se compor o referido Demonstrativo, constatou-se que as metas previstas na LDO Exercício 2012 conferem com os dados do demonstrativo, caracterizando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

A respeito da observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso II da LRF, constata-se que o Demonstrativo III (Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores) apresenta, inicialmente, explanação geral a respeito da elaboração dos cálculos de projeções das metas fiscais dos exercícios de 2014, 2015 e 2016. O demonstrativo apresenta as informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes em valores correntes e constantes.

No que se refere à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso III da LRF, constata-se que o Demonstrativo IV (Evolução do Patrimônio Líquido) apresenta a evolução do Patrimônio Líquido com tendência de aumento no patrimônio líquido do Ente e do Regime previdenciário nos últimos três exercícios (2010, 2011 e 2012). Os parâmetros utilizados, quanto aos exercícios de 2010 e 2011, conferem com o Demonstrativo IV publicado na LDO anterior (Lei nº 9.680, de 27.07.2011 - LDO 2012), demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

Em continuidade à demonstração da evolução do patrimônio líquido, segundo o artigo 4º, § 2°, inciso III da LRF, constata-se que o Demonstrativo V (Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos) apresenta as receitas realizadas referentes a alienação de bens móveis e imóveis do estado nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, destacando, em nota explicativa, que os recursos de alienação de ativos encontram-se em disponibilidade financeira (banco), ou seja, tais recursos não foram gastos, portanto são inexistentes as despesas executadas resultante da aplicação dos recursos obtidos com a alienação dos ativos. Os parâmetros utilizados quanto aos exercícios de 2010 e 2011 conferem com o Demonstrativo V publicado na LDO anterior (Lei nº 9.680, de 27.07.2011 - LDO 2012), demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

O Demonstrativo VI (Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS), que visa a atender o estabelecido no art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea “a”, da LRF, apresenta as receitas e as despesas previdenciárias, discriminando as intraorçamentárias, bem como

classificando-as por categoria econômica nos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Quanto aos exercícios de 2010 e 2011, constata-se que os valores conferem com o Demonstrativo VI publicado na LDO anterior (Lei nº 9.680, de 27.07.2011 - LDO 2012), demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

O Demonstrativo apresenta a Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário até 2088 em conformidade com o Anexo XIII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, publicado pelo Executivo Estadual, com período de referência de 2012 a 2088 (RREO 6º Bim/2012, Processo TC nº 1888/2013), evidenciando que o estado considerou que eventuais mudanças no cenário socioeconômico não justificaram revisão das variáveis consideradas nas projeções atuariais.

Quanto à observância do conteúdo do anexo de metas fiscais ao artigo 4º, § 2º, inciso V da LRF, constata-se que o Demonstrativo VII (Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita) não evidencia as medidas de compensação para a renúncia de receitas conforme inciso II do art. 14 da LRF, contudo, as justificativas apresentadas no Demonstrativo VII, da LDO Exercício 2014, seguiram as orientações da Decisão Plenária TC - 1294/2013, referente ao Processo TC - 622/2012 (LDO Exercício 2012) e busca demonstrar que o valor renunciado foi considerado na estimativa da receita da Lei Orçamentária Anual, de forma, também, a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, atendendo, assim, ao disposto no artigo 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao atendimento ao disposto no caput do art. 14 da LRF, verifica-se que o Demonstrativo informa a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, quais sejam, 2014: R$ 901.778 (novecentos e um milhões e setecentos e setenta e oito mil reais), 2015: R$ 949.573 (novecentos e quarenta e nove milhões e quinhentos e setenta e três mil reais) e 2016: R$ 1.000.850 (um bilhão e oitocentos e cinquenta mil reais), **demonstrando o cumprimento da LRF no que tange à evidenciação do impacto orçamentário-financeiro.**

Em continuidade ao estabelecido no art. 4°, § 2°, inciso V, da LRF, o Demonstrativo VIII (Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado) registra o saldo final da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2014 no montante de R$ 216,2 milhões.

Quanto à observância do conteúdo do anexo de riscos fiscais ao artigo 4º, § 3º, da LRF, constatou-se que o Anexo de Riscos Fiscais - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências identifica e estima os riscos fiscais do Estado no montante de R$ 63.659 mil (sessenta e três milhões e seiscentos e cinquenta e nove mil reais), referente à soma dos Passivos Contingentes e o mesmo valor para as respectivas Providências a serem tomadas.

Os passivos contingentes identificados como riscos fiscais, no Estado encontram-se relacionados às pendências referentes aos Processos de liquidação da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano – Comdusa - e da Companhia de Desenvolvimento de Projetos Especiais – Codespe -, e pendências de Débitos Previdenciários do Estado junto à

Receita Federal. As providências a serem tomadas em relação aos respectivos riscos fiscais identificadas pelo Estado referem-se à destinação de repasse de recursos pelo Tesouro Estadual a ser previsto na LOA Exercício 2014 como reserva de contingência.

O valor de Reserva de Contingência do orçamento fiscal (LOA Exercício 2014) alcançou o montante de R$ 224.577.065,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil e sessenta e cinco reais), portanto, suficiente para cobrir os passivos contingentes previstos no Anexo de Riscos Fiscais.

Quanto à compatibilidade entre os instrumentos de planejamento, LDO (Lei nº 10.067/2014) e PPA (Lei nº 9.781/2012), constata-se que as **prioridades e metas definidas na LDO Exercício 2014 são compatíveis com as diretrizes estratégicas e o anexo I constantes no PPA-2012/2015.**

Lei Orçamentária Anual – LOA

A avaliação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo do Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2014 (Lei nº 10.164 de 3 de janeiro de 2014), permitem as seguintes constatações:

Em consulta ao site da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (www.al.es.gov.br), verificou-se o cumprimento do prazo de encaminhamento à Assembleia Legislativa, pelo Governo do Estado, do Projeto de Lei referente à LOA, exercício 2014, previsto no art. 3º da Lei Complementar estadual nº 07/90, de 06/07/1990, posto que a data de protocolo do projeto de lei foi 30 de setembro de 2013.

A LOA Exercício 2014 foi publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 6 de janeiro de 2014 e protocolizada neste Tribunal de Contas em 15 de janeiro de 2014, cumprindo, portanto, o prazo estabelecido pelo art. 133, inciso I, da Resolução TC nº 261/2013, que indica que a citada lei deve ser protocolizada até 30 de janeiro de cada ano.

A relação de precatórios foi protocolizada neste Tribunal de Contas em 15 de janeiro de 2014, cumprindo, portanto, o prazo estabelecido pelo art. 133, inciso III, da Resolução TC nº 261/2013.

Quanto à observância da Lei Orçamentária Anual (LOA) aos preceitos constitucionais, verifica-se o atendimento aos dispositivos legais das Constituições Federal e Estadual (art. 165, III, §§ 5º e 8º, da Constituição Federal e art. 150, III, §§ 5º e 8º, da Constituição Estadual). Entretanto, constata-se o atendimento parcial quanto ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 150, § 6º, da Constituição Estadual, pois o Demonstrativo apresentado não tem o caráter regionalizado exigido pela legislação, uma vez que não apresenta, de forma regionalizada, o efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia concedidas pelo Estado.

No tocante à observância da Lei Orçamentária Anual (LOA) aos preceitos da LRF, verifica-se o atendimento aos dispositivos legais da Lei Complementar nº 101/00, artigo 5º. Entretanto, constata-se o atendimento parcial quanto ao disposto no art. 5º, inciso II, da LRF, pois o Demonstrativo apresentado não tem o caráter regionalizado de que trata o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, pois não apresenta, de forma regionalizada, o efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias,

remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia concedidas pelo Estado. Quanto às medidas de compensação a renúncias de receita, verifica-se que o Anexo VI apresentado na LOA é o mesmo demonstrativo da LDO Exercício 2014.

No que se refere à observância da Lei Orçamentária Anual (LOA) a Lei Federal nº 4.320/64, verifica-se o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei.

No que tange à compatibilidade da LOA com as orientações e diretrizes orçamentárias estabelecidas na LDO Exercício 2014 (Lei nº 10.067 de 07 de agosto de 2013), verifica-se que a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA exercício de 2014) está compatível com as orientações e diretrizes orçamentárias estabelecidas na LDO Exercício 2014. Entretanto, a LOA foi detalhada somente até o Grupo de Natureza da Despesa, e não até a modalidade de aplicação, em desacordo com as orientações do artigo 6º, caput e §§ 4º e 5º, da LDO Exercício 2014, e com as disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG (Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 163/2001.

Quanto a Compatibilidade entre os Instrumentos de Planejamento, verifica-se que há compatibilidade entre os instrumentos de planejamento, LOA (Lei nº 10.164/2014), LDO (Lei nº 10.067/2014) e PPA (Lei nº 9.781/2012), pois a administração pública estadual define, no PPA 2012/2015, as Diretrizes Estratégicas para o quadriênio em 10 (dez) eixos estratégicos. A LDO Exercício 2014 define que as prioridades e metas devem contemplar no mínimo os temas definidos no parágrafo único do artigo 3º da Lei 10.067/2014, os quais apresentam-se compatíveis com o PPA 2012/2015. Por fim, a LOA Exercício 2014 apresenta os Programas de Governo no Demonstrativo das Despesas por Programa de forma compatível com as prioridades e metas definidas na LDO e com as Diretrizes Estratégicas estabelecidas no PPA 2012/2015.

A LOA Exercício 2014, elaborada conforme as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO Exercício 2014), estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 15.502.548.363,00 (quinze bilhões, quinhentos e dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e trezentos e sessenta e três reais), compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, englobando os Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta – Autarquias e Fundações.

A despesa do orçamento de investimentos das empresas foi fixada pelo art. 7º da LOA em R$ 271.008.063,00 (duzentos e setenta e um milhões, oito mil e sessenta e três reais), destacados do orçamento fiscal e da seguridade social, cujas fontes de receitas, definidas no artigo 8º da LOA, decorrerão da geração de recursos próprios e de operações de crédito internas.

A LOA Exercício 2014 estima que 83% da receita prevista será oriunda de recursos do Tesouro e, 17%, de recursos de outras fontes.

As **receitas tributárias**, principal fonte de arrecadação do Estado, foram computadas em R$ 10.271.008.910,00 (dez bilhões, duzentos e setenta e um milhões, oito mil e novecentos e dez reais), representando 68% do total previsto para as Receitas Correntes (R$ 15.109.831.625,00 – quinze bilhões, cento e nove milhões, oitocentos e trinta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais).

Entre as **receitas de capital** destacam-se as Operações de Crédito computadas no valor de R$ 1.677.787.365,00 (um bilhão, seiscentos e setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais), representando 77% do total previsto para as Receitas de Capital (R$ 2.172.540.429,00 – dois bilhões, cento e setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e vinte e nove reais).

O desdobramento das Despesas fixadas evidencia que a maior destinação da despesa, para o exercício de 2014, encontra-se nas despesas correntes com 73%. E, entre as Despesas Correntes, o item "Pessoal e Encargos Sociais" responde pela maior destinação com 48% do total do orçamento, seguida das "Outras despesas correntes" com 23% do total do orçamento para 2014.

As Despesas de Capital representam 24% do total do orçamento. Entre as despesas de capital, **o item "Investimentos" responde pela maior destinação com 17% do total do orçamento para 2014.**

A "Reserva de Contingência", no valor de R$ 470.045.554,00 (quatrocentos e setenta milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais) contempla: a Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal, no valor de R$ 224.577.065,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil e sessenta e cinco reais), em atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e a Reserva de Contingência do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 245.468.489,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e nove reais).

A destinação de recursos do orçamento fiscal demonstra que os órgãos com maior participação no orçamento são: Encargos Gerais do Estado (14,35%) e Secretaria de Estado da Educação (12,79%).

A destinação de recursos do orçamento da Seguridade Social demonstra que os órgãos com maior participação são: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (13,91%), e Secretaria de Estado da Saúde (12,36%).

Entre as 28 funções, destacadas no orçamento Fiscal e Seguridade Social, apenas as funções saúde, educação, previdência social e encargos especiais apresentam participação no orçamento acima de 10% em relação ao total do orçamento.

Na comparação da despesa por órgão entre 2013/2014, excluindo-se o Poder Executivo, constata-se que, em valores correntes, a LOA Exercício 2014 prevê, em relação à LOA Exercício 2013, aumento nominal de despesa na ordem de 7% para a Assembleia, 7% para o Tribunal de Contas, 12% para o Ministério Público e 10% para o Poder Judiciário.

Regra de Ouro Constitucional

A Constituição Federal, em seu art. 167, inciso III, dispõe:

> Art. 167. São vedados:
>
> [...]

> III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
>
> [...]

Tal norma recebeu a alcunha doutrinária de "regra de ouro constitucional" e objetiva evitar o financiamento de todas as despesas correntes por meio de endividamento. Para tanto, a lei veda que o ente público realize operações de crédito em montante superior às despesas de capital.

Quanto ao Cumprimento da “Regra de Ouro Constitucional”, verifica-se que as receitas de Operações de Crédito previstas, de R$ 1.677.787.365,00 (um bilhão, seiscentos e setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais), são inferiores às Despesas de Capital fixadas, de R$ 3.670.762.293,00 (três bilhões, seiscentos e setenta milhões, setecentos e sessenta e dois mil e duzentos e noventa e três reais), **estando adequado ao princípio conhecido como “regra de ouro”, previsto no inciso III do art. 167 da CF/88 quando da previsão do orçamento.**

Nas análises adicionais sobre a LOA Exercício 2014, o corpo técnico apurou que a **reserva de contingência** fixada no valor de R$ 224.577.065,00, (duzentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil e sessenta e cinco reais) equivalente a 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) de R$ 1.228.853.248,0091 (um bilhão, duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e quarenta e oito reais), está em conformidade com o artigo 14 da Lei nº 10.067/2013 (LDO Exercício 2014), bem como está classificada no Grupo de Natureza de Despesa (GND) 9, conforme estabelecido no § 3º do art. 6º da LDO Exercício 2014.

A análise da relação “despesa juros e encargos da dívida x receitas correntes” evidencia que o pagamento de juros e encargos da dívida pública equivale a 3,01% das receitas correntes para o exercício de 2014.

A análise da relação “dívida ativa x receita” evidencia que a receita da dívida ativa representa 0,49% da receita total, e que a receita da dívida ativa tributária representa 0,70% da receita tributária, informando que as dívidas são de expressão percentual desprezível em relação à receita. Entretanto, apesar de desprezível em termos percentuais, a dívida deve ser cobrada por força do artigo 11 da LRF que estabelece, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

A análise da **Carga Tributária Per Capita** evidencia que a carga tributária per capita anual no Estado cresceu 3,75% entre o ano 2013 (quando cada habitante do Estado pagava, em média, R$ 2.548,21 – dois mil e quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos - em tributos) e 2014 (quando esse valor atingiu a média de R$ 2.643,73 – dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos).

A análise da Dívida Pública informa que os juros e encargos da dívida pública representam 4,00% das despesas correntes e 2,93% da despesa total. A amortização da dívida pública, por sua vez, representa 11,03% das despesas de capital e 2,61% da despesa total. Juntos, os juros e encargos

da dívida (2,93%) e sua amortização (2,61%), correspondem a 5,54% da despesa total no orçamento do exercício de 2014.

4) Na análise das demonstrações contábeis:

No Brasil, as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes estão disciplinadas pela Lei Federal nº 4.320/64, a qual determina que, ao final de cada exercício, os resultados gerais da Administração pública sejam apresentados à sociedade, através das demonstrações contábeis.

A Lei 2.583, de 12 de março de 1971 e suas alterações (conhecida como Código de Administração Financeira do Estado) estabelecem normas gerais sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil na Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Espírito Santo.

A Lei Complementar nº 101/00, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, disciplinou as normas ligadas às finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Importante destacar que, a partir de 2014, a execução das ações governamentais com reflexos nos demonstrativos contábeis passou a ser efetivada pelo Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, conforme determina o Decreto Estadual nº 3.444-R, de 26 de novembro de 2013.

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.440-R, de 21 de novembro de 2013, o órgão gestor do sistema será a Gerência de Contabilidade Geral do Estado – Gecog, auxiliado pela Subgerência de gestão do sistema – Susif.

O escopo deste item é apresentar os resultados da análise do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2014, que, por sua vez, tem o intuito de verificar a situação patrimonial e os resultados financeiro e orçamentário em 31/12/2014.

Execução Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual estimou as receitas em R$ 15.502.548.363,00 (quinze bilhões, quinhentos e dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais) e fixou as despesas em igual valor.

As Receitas Orçamentárias não foram atualizadas, enquanto que as despesas evoluíram em R$ 1.411.127.356,99 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, cento e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos). O acréscimo proveio do superávit financeiro apurado no exercício anterior (R$ 1.171.191.295,99 - um bilhão, cento e setenta e um milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos) e dos créditos especiais reabertos (R$ 239.937.061,00 - duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e sessenta e um reais), o que resultou na dotação orçamentária atualizada de R$ 16.913.675.719,99 (dezesseis bilhões, novecentos e treze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e noventa e nove centavos).

A partir de 2012, o Estado contabilizou as transferências constitucionais aos municípios pelo método de deduções das receitas realizadas, com base na Portaria-conjunta nº 02, de 13 de julho de 2012, da Secretaria do Tesouro

Nacional - STN e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SOF (MCASP, 5ª Edição, p. 32).

As receitas orçamentárias arrecadadas (excluídas as intraorçamentárias), em 2014, atingiram a importância de R$ 13.128.353.075,31 (treze bilhões, cento e vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), enquanto que, em 2013, alcançaram o valor de R$ 11.884.106.059,97 (onze bilhões, oitocentos e oitenta e quatro milhões, cento e seis mil e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos). O comportamento da receita apresentou uma evolução de R$ 1.244.247.015,34 (um bilhão, duzentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil e quinze reais e trinta e quatro centavos) e representou uma variação positiva de 10,47%, em relação ao exercício anterior.

As receitas correntes somaram R$ 12.153.157.054,74 (doze bilhões, cento e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) e corresponderam a 92,57% do total das receitas arrecadadas (R$ 13.128.353.075,31 - treze bilhões, cento e vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil e setenta e cinco reais e trinta e um centavos).

As receitas tributárias, no valor de R$ 10.285.973.537,13 (dez bilhões, duzentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e treze centavos), corresponderam a 84,63% das receitas correntes (R$ 12.153.157.054,74 - doze bilhões, cento e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos). Dentre as receitas tributárias destacam-se aquelas decorrentes do ICMS-FUNDAP (R$ 780.644.501,78 - setecentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e um reais e setenta e oito centavos) e das compensações financeiras da exploração do petróleo – Royalties (R$ 1.779.036.139,64 - um bilhão, setecentos e setenta e nove milhões, trinta e seis mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Com a Resolução do Senado Federal nº 13/2012, a alíquota do ICMS FUNDAP passou de 12% para 4%. O efeito financeiro dessa Resolução fez com que o ICMS-FUNDAP de 2014 (R$ 780.644.501,78 - setecentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e um reais e setenta e oito centavos) tivesse uma retração de 12,27% em relação ao exercício 2013 (R$ 889.876.630,81 - oitocentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta reais e oitenta e um centavos), o que resultou o decréscimo de R$ 109.232.129,03 (cento e nove milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e vinte e nove reais e três centavos).

A arrecadação de Royalties no país somou 18,53 bilhões de reais, conforme dados informados no Relatório da ANP - Agência Nacional do Petróleo (Site: http://www.anp.gov.br, relatório ANP, crédito em 22/12/2014, acessado em 03/06/15). O Espírito Santo arrecadou R$ 1,77 bilhão de reais, composto pelos valores creditados até 22/12/2014 de royalties no valor de R$ 837,62 milhões e da participação especial no valor de R$ 941,42 milhões.

Em 2014, as despesas orçamentárias realizadas (excluídas as intraorçamentárias) somaram R$ 13.264.463.975,19 (treze bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos), enquanto que,

em 2013, alcançaram o valor de R$ 12.106.629.960,31 (doze bilhões, cento e seis milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos). O comportamento da despesa, em relação ao exercício anterior, acresceu de R$ 1.157.834.014,88 (um bilhão, cento e cinquenta e sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e quatorze reais e oitenta e oito centavos) e representou uma evolução de 9,56%.

As despesas correntes somaram R$ 10.598.603.917,88 (dez bilhões, quinhentos e noventa e oito milhões, seiscentos e três mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) e representaram 79,90% das despesas orçamentárias empenhadas em 2014 (R$ 13.264.463.975,19 - treze bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos), equivalendo a um aumento de 14,46% em relação ao exercício anterior (R$ 9.259.861.759,04 - nove bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos). As despesas com pessoal e encargos representaram 50,43% das despesas correntes.

As despesas de capital foram de R$ 2.526.001.273,31 (dois bilhões, quinhentos e vinte e seis milhões, um mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e um centavos). O grupo mais representativo foi o de Investimentos, que representou 14,12% das despesas. Foi verificada uma redução de 11,27% em relação a 2013, que foi influenciada pela redução expressiva no grupo das Inversões Financeiras e da Amortização da Dívida.

A Amortização/refinanciamento da dívida pública que, no exercício, era de origem interna (R$ 139.858.784,00 - cento e trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais), representou 1,05% do total das despesas empenhadas (R$ 13.264.463.975,00 - treze bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta e cinco reais).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O § 1º do art. 3º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, estabeleceu que, sem prejuízo da legislação vigente, a contabilidade no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá observar as orientações contidas na 5ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Norma de Contabilidade – NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.133/08, exigiu da Administração Pública a publicação e disponibilização dos demonstrativos para a sociedade, na forma estabelecida no item 11.

Embora as demonstrações financeiras tenham sido encaminhadas ao TCEES, na Prestação de Contas Anual, em atendimento ao anexo 01 da Instrução Normativa 28/2013 e suas alterações, nas duas formas de apresentação: consolidada e não consolidada, foi constatado pelo corpo técnico que as demonstrações contábeis consolidadas não foram publicadas no Diário Oficial de 31/03/15.

O Quadro do superávit/déficit financeiro do Balanço Patrimonial também não foi publicado no Diário Oficial de 31/03/15.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas, dentro do exercício a que se referem.

A Portaria STN nº 438/12 alterou substancialmente o demonstrativo. As receitas, demonstradas por categoria econômica e origem, passaram a detalhar a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e o saldo que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas, demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza, passaram a discriminar a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Como dito anteriormente, a estrutura do Balanço Orçamentário foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração orientada com base na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 004.

O demonstrativo evidenciou o desequilíbrio entre receita prevista (R$ 15.502.548.363,00 - quinze bilhões, quinhentos e dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais) e despesa fixada (R$ 16.913.675.719,99 - dezesseis bilhões, novecentos e treze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e noventa e nove centavos). O desequilíbrio de R$ 1.411.127.356,99 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, cento e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos) foi motivado pela abertura dos créditos adicionais, sendo: o superávit financeiro apurado no exercício anterior foi de R$ 1.171.191.295,99 (um bilhão, cento e setenta e um milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos) e os créditos especiais reabertos no valor de R$ 239.937.061,00 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e sessenta e um reais).

Dos créditos abertos (R$ 1.171.190.295,99 - um bilhão, cento e setenta e um milhões, cento e noventa mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos), 39% corresponderam ao superávit financeiro apurado no exercício anterior (R$ 2.997.726.128,72 - dois bilhões, novecentos e noventa e sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, cento e vinte e oito reais e setenta e dois centavos).

O Balanço demonstrou um déficit orçamentário de R$ 152.173.022,97 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e setenta e três mil e vinte e dois reais e noventa e sete centavos). O superávit corrente (R$ 1.538.451.366,89 - um bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos) foi absorvido pelo déficit de capital (R$ 1.690.624.389,86 - um bilhão, seiscentos e noventa milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, conforme o artigo 103 da Lei nº 4.320/64 e Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT nº 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/08, demonstra as receitas e despesas orçamentárias e os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com o saldo do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte.

A estrutura do Balanço Financeiro foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração consta na orientação contida na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 06.

As operações intragovernamentais foram excluídas dessa demonstração, na forma prevista pelo art. 50, § 1º, da LRF (Lei 101/2000).

O aporte de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS somou R$ 1.486.310.996,34, sendo que a parte relativa ao Poder Executivo correspondeu a R$ 1.309.624.750,20 e aos demais poderes e órgãos R$ 176.686.246,14.

O saldo inicial demonstrado no Balanço Financeiro (R$ 4.033.756.752,97 - quatro bilhões, trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos) não correspondeu ao saldo das disponibilidades que se transferiram de 2013 para 2014 (R$ 3.977.240.472,17 - três bilhões, novecentos e setenta e sete milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos). A diferença de R$ 56.516.280,80 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta reais e oitenta centavos) se referiu à incorporação dos saldos financeiros relacionados às Unidades Gestoras 700102 (Sentenças Judiciárias – precatórios municipais) e 700103 (Sentenças Judiciárias – penas pecuniárias), vinculadas ao Poder Judiciário, conforme Nota Explicativa nº 07.

O saldo das disponibilidades de caixa para o exercício seguinte foi de R$ 3.940.828.996,28 (três bilhões, novecentos e quarenta milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos). 57,05% desse valor correspondem ao saldo apurado na conta contábil 1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e equivalentes de caixa (R$ 2.248.160.143,07 - dois bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, cento e sessenta mil, cento e quarenta e três reais e sete centavos).

O saldo dos restos a pagar até 2014 é de R$ 521.514.954,00 (quinhentos e vinte e um milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) e está detalhado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (arquivo 01-08-DEMDFL).

O somatório das inscrições de restos a pagar totalizou R$ 474.166.035,86 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis mil e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) (RAP Processados no valor de R$ 196.550.323,08 (cento e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e três reais e oito centavos) e RAP Não Processados no valor de R$ 277.615.712,78 (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e doze reais e setenta e oito centavos)). Constatamos que estes valores estão devidamente registrados nas contas contábeis 6.3.2.7.0.00.00 e 6.3.1.7.0.00.00, conforme balancete de verificação (arquivo 01-11-BALVER).

Os pagamentos dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizaram R$ 481.424.286,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais), sendo: a importância de R$ 170.634.846,18 (cento e setenta milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos) (Processados) e de R$ 310.789.439,82 (trezentos e dez milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos) (Não processados).

O Relatório do Controle interno (arquivo 01-22-RELOCI-02) informou no item 3.2 o seguinte:

> [...]
>
> A inscrição das despesas em restos a pagar do exercício de 2014, processados e não processados, no valor de R$ 474.166 mil, teve como base a despesa efetivamente contabilizada no SIGEFES e ocorreu em conformidade com as regras estabelecidas no Decreto nº 3.689-R, de 31/10/2014, que regulamentou os procedimentos contábeis para o encerramento do exercício.
>
> Entretanto, destaca-se o montante de aproximadamente R$ 296 milhões de restos a pagar não processados, não foram registrados contabilmente no exercício de 2014 que se encontra em apuração de valores e de responsabilidade, em diversas sindicâncias abertas pelas Unidades Gestoras, conforme determina o art. 10 do Decreto nº, 3.755-R de 02/01/2015, regulamentado pela Portaria SECONT nº. 001-R de 09/01/2015.

O Balanço Financeiro revelou um resultado financeiro deficitário de R$ 92.927.756,69 (noventa e dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos). Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo ao saldo inicial de 2014 (R$ 56.516.280,80 - cinquenta e seis milhões, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta reais e oitenta centavos) e se relacionou à incorporação dos saldos que provieram de 2013, nas Unidades Gestoras 700102 (Sentenças Judiciárias – Precatórios Municipais) e 700103 (Sentenças Judiciárias – Penas Pecuniárias - Nota Explicativa nº 7), e pela adoção de novos critérios na apuração do demonstrativo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Dentre os demonstrativos contábeis obrigatórios pela Lei 4.320/64 está o Balanço Patrimonial que apresenta, de forma sintética, os bens, direitos e obrigações que compõem o Patrimônio Estadual. Formalmente, o Balanço Patrimonial é apresentado em duas seções, quais sejam: Ativo, que aglutina os bens e direitos, e Passivo, que consolida as obrigações e o Patrimônio Líquido.

Nessa apresentação, podem ser identificados os resultados da gestão pública dos administradores com reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade cujos saldos representam, de forma acumulada, as consequências das ações administrativas dos diversos responsáveis pelo Estado ao longo dos anos e, em especial, quando comparados os saldos com Balanços de exercícios distintos.

Sendo assim, a estrutura do Balanço Patrimonial foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração consta na orientação contida na 5ª Edição do Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 04.

De acordo com a Portaria STN 438/12, o Balanço Patrimonial compôs-se pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

No demonstrativo contábil, 80,59% dos recursos aplicados no Ativo (R$ 17.442.331.557,07 - dezessete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) estão registrados no grupo de contas do Não Circulante (R$ 14.056.738.385,04 - quatorze bilhões, cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos). Desse valor, o saldo contábil líquido da dívida ativa correspondeu ao valor de R$ 2.025.321.518,09 (dois bilhões, vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e um mil, quinhentos e dezoito reais e nove centavos), o saldo das participações permanentes somou R$ 2.963.823.855,89 (dois bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) e o do Imobilizado representou R$ 6.869.926.338,11 (seis bilhões, oitocentos e sessenta e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e onze centavos).

Em 2014, o estoque da dívida ativa representou 59,70% do ativo total do Estado. Ao analisar a relação entre a receita de dívida ativa com as inscrições realizadas no mesmo exercício, verifica-se que o percentual de recebimentos girou em torno de 11,25%.

O total da dívida ativa tributária e não tributária somou R$ 10.412.211.866,93 (dez bilhões, quatrocentos e doze milhões, duzentos e onze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos). Desse total, 80,55% são considerados passíveis de perda, ou seja, não realizáveis. Ressalta-se que a possível perda ocorrerá por ocasião do recebimento futuro do crédito tributário.

O Parecer Prévio TC-056/2014 na Prestação de Contas Anual do Governador, referente ao exercício de 2013, recomendou "o registro de ajustes da dívida ativa de acordo com os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP". A Nota explicativa nº 9 ao Balanço Patrimonial (arquivo 01-05-BALPAT-01) informou que o Governo do Estado desenvolveu a metodologia de cálculo e registrou o ajuste a valor recuperável da perda de dívida ativa. Tendo em vista que a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ fez o cálculo do ajuste da dívida ativa a valor recuperável com base na orientação contida no MCASP, consideramos atendida a recomendação do Parecer Prévio TC - 056/2014.

O saldo das Participações Societárias no Balanço Patrimonial (arquivo 01-05-BALPAT) atingiu o valor de R$ 2.917.967.827,57 (dois bilhões, novecentos e dezessete milhões, novecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) e no Balancete de Verificação (arquivo 01-11-BALVER) foi de R$ 2.920.142.074,22 (dois bilhões, novecentos e vinte milhões, cento e quarenta e dois mil e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos). A diferença de R$ 2.174.246,65 (dois milhões, cento e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) se referiu à exclusão da participação societária da Ceasa (empresa estatal dependente) no Balanço Consolidado (Tópico 05.09.00 do MCASP).

O saldo das imobilizações técnicas no Balanço Patrimonial será representado pelo valor líquido, ou seja, deduzido da depreciação e amortização acumulada, conforme dispõe o tópico 05.05.04 da 5ª Edição do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Da relação dos precatórios consolidados (arquivo 01-20-RELPRE-01), foi constatado que, das 30 ações dos precatórios da trimestralidade, foi registrada a provisão do precatório da trimestralidade número 200.970.000.523. Para os demais, não provisionados (29 ações), não foram divulgadas notas explicativas nas demonstrações contábeis de 2014.

Em 2014, a diferença entre o Ativo Financeiro (R$ 4.238.925.377,35 - quatro bilhões, duzentos e trinta e oito milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos) e Passivo Financeiro (R$ 937.447.436,12 - novecentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e doze centavos) resultou em superávit no valor de R$ 3.301.477.941,23 (três bilhões, trezentos e um milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos), conforme demonstrado no anexo "Quadro Demonstrativo de Superávit/Déficit Financeiro", anexo ao Balanço Patrimonial. Esse superávit constitui uma das fontes de recursos para financiar a abertura de créditos especiais e suplementares no exercício de 2015 (inciso I, §1º, do artigo 43 da Lei 4.320/64).

O resultado do exercício evidenciado no Balanço Patrimonial foi negativo de R$ 6.176.517.051,97 (seis bilhões, cento e setenta e seis milhões, quinhentos e dezessete mil e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos).

Apesar dos índices de endividamento e liquidez apurados com base nos saldos dos grupos de contas do Balanço Patrimonial demonstrarem uma boa liquidez imediata (3,58) e um baixo endividamento (0,45), apurou-se que a liquidez geral ficou abaixo de "1" (0,96), ou seja, o Estado teria que lançar mão dos recursos classificados no grupo de investimentos e imobilizados para saldar compromissos contratados, pois os recursos disponíveis e créditos realizáveis a curto e longo prazo não seriam suficientes para pagar as obrigações assumidas pelo Estado.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O artigo 104 da Lei 4.320/64 dispõe que a Demonstração das Variações Patrimoniais-DVP evidenciará as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

As alterações ocorridas no patrimônio são provenientes das variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas decorrem das transações do setor público que aumentam ou diminuem o Patrimônio Líquido, e as qualitativas transcorrem daquelas que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o Patrimônio líquido.

A estrutura do demonstrativo foi alterada pela Portaria STN nº 438/12 e sua elaboração consta na orientação contida na 5ª Edição do MCASP e Instrução de Procedimento Contábil – IPC 05.

O objetivo deste demonstrativo é apurar o resultado patrimonial do exercício pela diferença entre as variações patrimoniais ativas e passivas.

As receitas correntes (R$ 10.284.458.718,06 - dez bilhões, duzentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e dezoito reais e seis centavos) foram as que mais influenciaram as variações aumentativas e corresponderam a 52,81%, enquanto que as transferências

intergovernamentais (R$ 5.051.348.299,51 - cinco bilhões, cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos) contribuíram com 25,94%.

As variações patrimoniais diminutivas foram representadas principalmente pelas variações e perdas de Ativo R$ 8.918.220.479,80 (oito bilhões, novecentos e dezoito milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos) (34,77%), seguido pelas transferências concedidas no valor de R$ 5.794.528.223,36 (cinco bilhões, setecentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos) (22,59%) e pelos gastos com pessoal e encargos no valor de R$ 5.120.482.485,13 (cinco bilhões, cento e vinte milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e treze centavos) (19,96%).

Da comparação entre as variações aumentativas (R$ 19.473.304.877,38 - dezenove bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos) e diminutivas (R$ 25.649.821.929,35 - vinte e cinco bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos), constatamos o resultado patrimonial deficitário de R$ 6.176.517.051,97 (seis bilhões, cento e setenta e seis milhões, quinhentos e dezessete mil e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos).

O déficit, acima apurado, foi causado principalmente pelo registro da provisão para “Perda da Dívida Ativa” no valor de R$ 8.386.890.348,84 (oito bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e noventa mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

A Portaria STN nº 733/14 tornou facultativa a apresentação desse demonstrativo no exercício de 2014. Entretanto, o mesmo foi encaminhado ao TCEES para atender o item 09 do Anexo 01 da Instrução Normativa TC nº 28/13 e suas alterações.

O saldo em espécie para o exercício seguinte (R$ 3.940.828.996,28 - três bilhões, novecentos e quarenta milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), apurado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, correspondeu àquele registrado no Balanço Financeiro e Patrimonial cujo detalhamento das contas está evidenciado na Nota Explicativa nº 06 ao Balanço financeiro.

A apuração do fluxo líquido de caixa foi negativa de R$ 92.927.756,69 (noventa e dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos) e correspondeu ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido será obrigatória para as empresas estatais dependentes e para os entes que as incorporarem no

processo de consolidação das contas e tem como objetivo evidenciar as variações ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade.

A Portaria STN nº 733/14 tornou facultativa a apresentação deste demonstrativo no exercício de 2014. Entretanto, o mesmo foi encaminhado para atender o item 10 do Anexo 01 da Instrução Normativa TC nº 28/13 e suas alterações.

Na consolidação da Demonstração das Mutações Patrimoniais foi excluído o valor de R$ 2.347.503,79 (dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e três reais e setenta e nove centavos). Esse valor se referiu à parcela da Participação Permanente da Ceasa (empresa estatal dependente), no valor de R$ 2.174.246,65 (dois milhões, cento e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), e à contabilização na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R$ 173.257,14 (cento e setenta e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), conforme Nota Explicativa nº 3.

5) No que se refere a Lei Complementar Nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados pela lei, pressuposto da "gestão fiscal responsável".

Nesse sentido, a LRF orienta sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, a limitação de empenho e movimentação financeira, a não geração de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, os critérios para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa. Orienta, ainda, sobre o cumprimento de metas de resultado primário ou nominal, sobre a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente, sobre a contratação de operações de crédito, disponibilidades de caixa, restos a pagar, dentre outras disposições, visando sempre à responsabilização do titular do Poder ou órgão no que se refere à gestão dos recursos e patrimônio públicos.

A LRF determina que o Ente deverá elaborar e publicar o Anexo de Riscos Fiscais (ARF) e o Anexo de Metas Fiscais (AMF), que acompanham a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e, periodicamente (bimestral e quadrimestralmente), o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Com os avanços provenientes da aplicação da LRF, principalmente quanto à transparência fiscal, cujos instrumentos básicos – os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e os Relatórios de Gestão Fiscal – previstos, respectivamente, nos artigos 52 e 55 da lei mencionada, consistem em inovação na sistemática do exercício do controle externo e possibilitam aos Tribunais de Contas acompanhar, periodicamente (bimestral, quadrimestral e semestralmente), aspectos importantes abrangidos na gestão fiscal.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, instrumento de transparência que permite o acompanhamento do equilíbrio das contas públicas, deverá especificar e demonstrar o conteúdo discriminado nos artigos 48 a 49, 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme orientação e disposição do Manual de Demonstrativos Fiscais para o exercício de 2014, instituído pela Portaria STN nº 637/12 e alterado pelas portarias STN nº 537, de 18 de setembro de 2013, e STN nº 465, de 19 de agosto de 2013.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO deverá ser publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, abrangendo todos os Poderes e o Ministério Público.

Conforme definido pelo artigo 2º da Resolução TCEES nº 162, de 23 de janeiro de 2001, o RREO deverá ser encaminhado (cópia) pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas, até o 35º (trigésimo quinto) dia após o encerramento de cada bimestre.

Integralidade

Quanto à integralidade das peças que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e seus respectivos anexos, observou-se o estrito respeito ao disposto nos artigos 48, 52 e 53 da Lei Complementar 101/00.

Publicação

Foram publicados tempestivamente os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do exercício em análise.

Remessa

Constatou-se que o encaminhamento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária foi protocolizado dentro do prazo estabelecido pelo artigo 2º da Resolução TC-162/01, qual seja, até 35 (trinta e cinco) dias após o encerramento do período a que corresponder, exceto quanto a remessa intempestiva no 2º Bimestre, não prejudicando, entretanto, a análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Confrontação dos RREOs publicados pelo Poder Executivo com os apurados pelo TCEES

Verificou-se que os relatórios de análise dos RREOs elaborados bimestralmente pela 9ª Secretaria de Controle Externo, apresentaram, em alguns demonstrativos, pequenas divergências entre os valores apurados pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante dados extraídos do Siafem, com os publicados pelo Executivo Estadual. No entanto, conforme entendimento técnico daquela Secretaria, as divergências apuradas não chegam a consubstanciar um prejuízo ao erário ou grave infração à norma legal.

Ressalta-se que os valores apurados pela equipe técnica da 9ª Secretaria de Controle Externo, na análise dos demonstrativos relativos ao exercício de 2014, foram validados somente com base nas informações registradas e extraídas do Sigefes à época da apuração dos dados.

Metas Fiscais – RREO

O cumprimento das Metas Fiscais foi acompanhado com base nas informações divulgadas nos anexos do RREO e RGF, averiguando-se a execução (e também a tendência bimestral) destas referências ao longo do exercício de 2014, tendo como parâmetro os valores correntes estipulados no Anexo de Metas Fiscais, constante na LDO exercício 2014.

Análise dos Demonstrativos que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária

a) Balanço Orçamentário – Anexo 1 (LRF, art. 52, inc. I , alíneas “a” e “b” do inc. II e § 1º)

Para o exercício financeiro de 2014, o Balanço Orçamentário apresentou déficit orçamentário no montante de R$ 152.173.022,97 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e setenta e três mil e vinte e dois reais e noventa e sete centavos).

A Receita Total ultrapassou em 5,19% à meta estabelecida na LDO. Já a Despesa Total superou a meta prevista, tendo sido executada com um aumento de 13,04%.

b) Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção - Anexo 2 (LRF, art. 52, inc. II , alínea “c”)

No contexto deste anexo da LRF, o qual demonstra a execução orçamentária das despesas por Funções de Governo, informa-se que as despesas empenhadas e executadas, apuradas no encerramento do exercício financeiro, foram no mesmo montante de R$ 15.156.024.058,83 (quinze bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, vinte e quatro mil e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos), ou seja, as despesas empenhadas foram executadas integralmente.

A representatividade percentual das despesas por funções de governo apontou que “Saúde” teve a maior representação, com 15,56% da despesa liquidada (inclusas as intraorçamentárias), seguida das funções “Previdência Social” com 14,25%, “Educação” com 13,79%, “Segurança Pública” e “Encargos Especiais” com 11,88% e 10,14% de representação respectivamente.

c) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Anexo 3 (LRF, art. 53, inc. I)

A Receita Corrente Líquida, parâmetro utilizado para os limites estabelecidos pela LRF, apresentou o valor de R$ 11.798.288.624,35 (onze bilhões, setecentos e noventa e oito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) (apurado pelo Executivo Estadual e confirmado pelo TCEES), referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

Analisando a evolução da Receita Corrente Líquida em 2014, verifica-se que houve um crescimento nominal da ordem de 11,71% em relação ao ano anterior (2013).

Nos últimos dez anos, a RCL saiu do patamar de R$ 7.949.438.106,60 (sete bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e oito

mil, cento e seis reais e sessenta centavos), em 2005, para R$ 11.798.288.624,35 (onze bilhões, setecentos e noventa e oito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) em 2014, representando um aumento de 48,41%, em valores constantes de dez/2014.

d) Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Este anexo do Relatório Resumido de Execução foi tratado no item "7 – Previdência Estadual".

e) Demonstrativo do Resultado Nominal – Anexo 5 (LRF, art.53, inc. III)

Verifica-se, pelo demonstrativo de Resultado Nominal apurado pelo TCEES, que a Dívida Fiscal Líquida apurada até 31 de dezembro de 2014, foi na ordem de R$ 2.605.983.389,72 (dois bilhões, seiscentos e cinco milhões, novecentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos) e, destaca-se que, na comparação da dívida fiscal líquida de 2014 com a dívida fiscal líquida do exercício anterior, pode-se constatar um aumento no montante da dívida, correspondente ao valor de R$ 751.496.641,81 (setecentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos).

A Meta Anual de Resultado Nominal, prevista no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício em referência, foi fixada no valor positivo de R$ 1.381.352.000,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e um milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais), indicando uma expectativa de crescimento da dívida fiscal líquida do Estado em 2014. A realização, contudo, demonstrou um aumento, porém, em magnitude menor ao esperado da dívida fiscal líquida no exercício de 2014.

f) Demonstrativo do Resultado Primário – Anexo 6 (LRF, art. 53, inc. III)

No Demonstrativo de Resultado Primário, foi destacado que a Meta Fiscal de Resultado Primário estabelecida na Lei nº 10.067/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) não foi atingida. O Poder Executivo alcançou, no citado exercício, Déficit Primário de R$ 494.585.752,78 (quatrocentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos), ultrapassando em 5% a meta fixada na LDO, que, para 2014, definiu déficit de R$ 471.020.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões, vinte mil reais). Contudo, sobre este ponto, cabem as seguintes considerações tecidas pelo corpo técnico:

O Poder Legislativo autorizou por meio da LDO a meta deficitária para o resultado primário do exercício 2014 no montante de R$ 471.020.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões, vinte mil reais).

A área técnica destacou que a diferença em 5% da meta fixada na LDO, ocorrida entre a meta estabelecida e o resultado primário alcançado, no montante de R$ 23.565.752,70 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos), corresponde a 0,17% do total da Receita Primária do exercício.

Para fins do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, constatou-se que, até o 5º bimestre, os Resultados Primários apurados se enquadravam dentro do parâmetro estabelecido pela meta fiscal, indicando que a Receita Primária realizada comportaria o cumprimento da meta estabelecida na LDO.

Constatou-se que quase a totalidade da despesa de capital é proveniente das despesas de investimento, no montante de R$1.872.417.155,44 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e dezessete mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) (99,22% do total). Desse montante, verifica-se que parte foi financiada com recursos das operações de crédito, no valor de R$ 855.352.694,27 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos). Ressalta-se que a realização de investimentos públicos (despesa primária) financiados com recursos originados da contratação de operações de crédito (receitas financeiras – não primárias) tem reflexos no desempenho fiscal, em especial, quanto à meta de resultado primário, pois, de um lado, não há um aumento da receita primária total, mas, por outro, verifica-se que a realização desses investimentos são integralmente considerados no cômputo da despesa total.

Na despesa total empenhada foram incorporados os créditos adicionais por superávit financeiro de exercícios anteriores no montante de R$ 1,171 milhões, ou seja, despesas que não utilizaram as fontes de receitas do exercício de 2014 e que, portanto, não decorre do esforço fiscal do exercício financeiro em análise. Como os créditos adicionais não são deduzidos das despesas primárias, a incorporação desses créditos adicionais traz efeitos negativos ao resultado primário, no conceito da LDO. Se o resultado primário fosse calculado desconsiderando a despesa com os créditos adicionais abertos por superávit financeiro, o valor apurado representaria um superávit primário na ordem de R$ 676,6 milhões, que representaria um incremento de 243% acima da meta inicialmente prevista da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os limites legais estabelecidos pela LRF são parâmetros estruturais que não devem ser desrespeitados em nenhuma hipótese. Sua violação indica comprometimento direto da responsabilidade fiscal. As metas fiscais, em contraposição, apontam níveis ótimos a serem perseguidos de acordo com a conjuntura.

Considerando o resultado nominal verificado no exercício indicando o incremento da dívida fiscal líquida em nível inferior ao legalmente autorizado, torna-se possível a formação de um juízo de que o resultado primário deficitário acima (em 5%) daquele previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, por si só, não representa evidência apta para caracterizar uma insuficiência de desempenho fiscal do ente estatal.

g) Demonstrativos dos Restos a Pagar por Poder e Órgão – Anexo 7 (LRF, art. 53, inc. V)

Os saldos a pagar até o 6º bimestre de 2014, relativos à RAP Processados e Não Processados Liquidados e RAP Não-Processados, foram respectivamente nos montantes de R$ 40.032.222,16 (quarenta milhões, trinta e dois mil, duzentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos) e R$ 10.446.502,49 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos

e dois reais e quarenta e nove centavos), incluídos os valores de RAP intraorçamentários.

h) Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 (Lei nº 9.394, de 20/12/96)

O anexo do Relatório Resumido de Execução será tratado no Capítulo 6 - Limites Constitucionais.

i) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - Anexo 9 (LRF, art. 53, § 1º, Inc. I)

O montante executado das despesas de capital líquidas, no valor de R$ 2.115.668.544,73 (dois bilhões, cento e quinze milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos), manteve-se acima das receitas de operações de crédito realizadas, que foram na ordem de R$ R$ 855.352.694,27 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos), verificando-se o cumprimento deste dispositivo legal.

j) Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I).

Este anexo do Relatório Resumido de Execução será tratado no Capítulo 7 – Previdência Estadual.

k) Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos - Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Na avaliação do cumprimento desse demonstrativo foi apurado um montante de R$ 2.086.218,03 (dois milhões, oitenta e seis mil, duzentos e dezoito reais e três centavos), referente às receitas de capital provenientes da alienação de ativos, e, de acordo com informação em nota explicativa na publicação deste anexo, encontram-se em disponibilidades financeiras (banco), não tendo sido gastos com tais recursos.

l) Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Anexo 12 (E.C. nº 29)

Este anexo do Relatório Resumido de Execução será tratado no Capítulo 6 – Limites Constitucionais.

m) Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas – Anexo 13 (Lei 11.079, de 30/12/2004, arts. 22 e 28)

No demonstrativo publicado para o 6º bimestre de 2014 constam valores declarados pelo Estado sobre compromissos de despesas derivadas de parcerias público-privadas estimadas com base no contrato nº 019/2013, registrando que foram executadas despesas no exercício de 2014 no valor de R$ 5.422.627,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, seiscentos e vinte e sete reais), correspondente a 0,05% da Receita Corrente Líquida, portanto dentro do limite estabelecido.

n) Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Anexo 14 (LRF, art.48).

Em análise ao presente demonstrativo, verifica-se que os valores estão compatíveis e sintetizam as informações prestadas nos demais demonstrativos.

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL – RGF

Acerca da análise dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos, relativos ao exercício de 2014, devem ser tecidas as seguintes exposições:

Todos os Poderes/Órgãos referidos no artigo 20 da LRF publicaram integralmente seus respectivos relatórios de gestão fiscal, em obediência às orientações da 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, parte IV, e ao disposto no artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todos os Poderes/Órgãos referidos no artigo 20 da LRF publicaram seus respectivos relatórios dentro do prazo estabelecido pelo artigo 55, § 2º, da Lei Complementar 101, qual seja, até trinta (30) dias após o encerramento do quadrimestre.

Todos os Poderes/Órgãos referidos no artigo 20 da LRF encaminharam os Relatórios de Gestão Fiscal ao TCEES dentro do prazo estabelecido pelo artigo 3º da Resolução TC-162/01, qual seja, até 35 (trinta e cinco) dias após o encerramento do período a que corresponder, com exceção do Poder Executivo, no 1º quadrimestre e do Poder Judiciário no 3º quadrimestre, os quais encaminharam os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal um dia após o enceramento do prazo, não prejudicando, entretanto, as análises dos respectivos Relatórios.

Os demonstrativos do relatório de gestão fiscal publicado pelos Poderes e Órgãos referidos no artigo 20 da LRF e o referente ao Ente Estadual apresentam todas as assinaturas exigidas pelo artigo 54 da LRF.

Os relatórios de análise dos RGFs, elaborados pela 9ª Secretaria de Controle Externo, apresentaram, em alguns demonstrativos, algumas divergências entre os valores apurados pelo Tribunal de Contas do Estado e os publicados pelos Poderes/Órgãos Estaduais. Conforme entendimento daquela Secretaria, essas divergências não chegam a consubstanciar um prejuízo ao erário ou grave infração à norma legal.

A partir de janeiro de 2014, com a entrada em operação do novo Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, houve uma redução temporária na comparabilidade das informações do Estado de 2013 para 2014 como resultado da aplicação prospectiva de uma nova norma contábil-financeira, qual seja, a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais de Contabilidade.

Em 2014, o Estado do Espírito Santo (Ente Consolidado) aplicou 53,91% (R$ 6.361.005.038,27 - seis bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, cinco mil e trinta e oito reais e vinte e sete centavos) da RCL em Despesa com Pessoal, respeitando o limite máximo de 60% disposto no inciso II do artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ 7.078.973.174,61 - sete bilhões, setenta e oito milhões, novecentos e setenta e três mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), o limite prudencial (57%) estabelecido no parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ 6.725.024.515,88 - seis bilhões, setecentos e vinte e cinco

milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), e o "limite" de alerta (54%), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (R$ 6.371.075.857,15 - seis bilhões, trezentos e setenta e um milhões, setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos).

Em 2014, o Poder Executivo estadual aplicou 44,82% (R$ 5.288.335.391,06 - cinco bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais e seis centavos) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 49% (R$ 5.781.161.425,93 - cinco bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, cento e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos) estabelecido para o Poder Executivo estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "c", da LRF, e o limite prudencial de 46,55% (R$ 5.492.103.354,63 - cinco bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, cento e três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF. Contudo, encontra-se acima do "limite" de Alerta de 44,10% (R$ 5.203.045.283,34 - cinco bilhões, duzentos e três milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), conforme disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF. Registre-se que foi encaminhado "Alerta" ao Poder Executivo no 2º quadrimestre, conforme Processo TC-9144/2014 (Decisão TC-1265/2015 - Plenário), e na análise do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014, foi recomendada a emissão de "Alerta", conforme Processo TC - 1591/2015.

Em 2014, a Assembleia Legislativa estadual aplicou 1,18% (R$ 139.363.377,42 - cento e trinta e nove milhões, trezentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 1,70% (R$ 200.570.906,61 - duzentos milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e seis reais e sessenta e um centavos) estabelecido para a Assembleia Legislativa estadual em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "a", da LRF, o limite prudencial de 1,615% (R$ 190.542.361,28 - cento e noventa milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF, bem como o "Limite" de Alerta de 1,53% (R$ 180.513.815,95 - cento e oitenta milhões, quinhentos e treze mil, oitocentos e quinze reais e noventa e cinco centavos), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 do mesmo diploma legal.

Em 2014, o Tribunal de Contas do Estado aplicou 0,817% (R$ 96.389.870,19 - noventa e seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta reais e dezenove centavos) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 1,30% (R$ 153.377.752,12 - cento e cinquenta e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos) estabelecido para o Tribunal de Contas do Estado, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "a", da LRF, o limite prudencial de 1,235% (R$ 145.708.864,51 - cento e quarenta e cinco milhões, setecentos e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF, bem como o "Limite" de Alerta de 1,17% (R$ 138.039.976,90 - cento e trinta e oito milhões, trinta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 do mesmo diploma legal.

Em 2014, o Poder Judiciário estadual aplicou 5,44% (R$ 642.032.803,81 - seiscentos e quarenta e dois milhões, trinta e dois mil, oitocentos e três reais e oitenta e um centavos) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 6,00% (R$ 707.897.317,46 - setecentos e sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos) estabelecido para o Poder Judiciário estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "b", da LRF, bem como o limite prudencial de 5,70% (R$ 672.542.451,59 - seiscentos e setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF. Contudo, encontra-se acima do "limite" de Alerta de 5,40% (R$ 637.107.585,71 - seiscentos e trinta e sete milhões, cento e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), conforme disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF. Registre-se que foi encaminhado "Alerta" ao Poder Judiciário no 3º quadrimestre, conforme fls. 56/57 do Processo TC-1715/2015 (Decisão TC - 1261/2014 - Plenário).

Em 2014, o Ministério Público Estadual aplicou 1,65% (R$ 194.883.595,79 - cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 2,00% (R$ 235.965.772,49 - duzentos e trinta e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos) estabelecido para o Ministério Público Estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "d", da LRF, o limite prudencial de 1,90% (R$ 224.167.483,86 - duzentos e vinte e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF, bem como o "Limite" de Alerta de 1,80% (R$ 212.369.195,24 - duzentos e doze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 do mesmo diploma legal.

A evolução do percentual da Despesa com Pessoal do Estado e a evolução da Receita Corrente Líquida nos últimos dez anos demonstra que o percentual da Despesa com Pessoal saiu do patamar de 38,39% em 2005 e alcançou 53,91% em 2014, elevando o percentual da despesa com pessoal em 15,52%.

Na comparação com os demais Estados da região sudeste, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a 1ª posição dentre os Estados do sudeste que tiveram maior comprometimento da RCL com gastos de pessoal em 2014.

A Dívida Consolidada Líquida – DCL, apurada pelo TCEES ao final do exercício de 2014, apresentou um montante de R$ 3.182.321.111,88 –(três bilhões, cento e oitenta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e onze reais e oitenta e oito centavos), correspondendo a 26,97% da RCL, ficando, assim, abaixo do limite estabelecido pelo Senado Federal (Resolução 40/2001), que é de até 200% da RCL. Apresentou, também, a Dívida Consolidada Líquida Previdenciária no montante de R$ 479.054.734,29 (quatrocentos e setenta e nove milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos), negativa.

O Anexo de Metas Fiscais constante da LDO estabeleceu uma meta da Dívida Consolidada Líquida para 2014, em valores correntes, no montante de R$ 4.844.031.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões, trinta e um mil reais), indicando uma expectativa de crescimento da

Dívida Consolidada Líquida do Estado no exercício. A realização, contudo, evidenciou uma Dívida Consolidada Líquida no valor de R$ 3.182.321.111,88 (três bilhões, cento e oitenta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e onze reais e oitenta e oito centavos), ao final de 2014, portanto, valor inferior à meta estabelecida na LDO.

O percentual da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a RCL apresentou redução significativa no período de 2005 a 2009 e um crescimento entre 2010 e 2014, chegando ao patamar de 26,97% em 2014.

Na comparação com os demais Estados da Federação, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a 23ª posição dentre os Estados que tiveram maior percentual da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL.

As Garantias concedidas pelo Tesouro Estadual até o 3º quadrimestre de 2014 foi de 0,17% da Receita Corrente Líquida, estando, portanto, abaixo do limite de 22% da RCL, fixado pela Resolução nº 43/2001 e suas alterações.

Na comparação com os demais Estados da região sudeste, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a terceira posição dentre os Estados do sudeste que tiveram maior percentual de Garantias e Contragarantias de Valores sobre a RCL, denotando uma situação favorável para o Estado.

As Operações de Crédito Internas e Externas, apuradas pelo TCEES ao final do exercício de 2014, apresentaram o montante de R$ 755.466.815,45 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), o que corresponde a 6,40% da RCL apurada no período, estando, portanto, abaixo do limite máximo de 16% estabelecido pela Resolução nº 43/2001, artigo 7º, do Senado Federal.

Não houve Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO no exercício de 2014.

Somando os valores não sujeitos ao limite para fins de contratação, na ordem de R$ 99.885.878,82 (noventa e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos), aos valores sujeitos ao limite (R$ 755.466.815,45 - setecentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), obtêm-se um valor total de R$ 855.352.694,27 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos) a ser considerado para contratação de novas operações de crédito, valor esse que representa 7,25% da RCL.

No exercício de 2014 as operações de crédito contratadas pelo Estado apresentou uma leve redução de 6,96% em 2013 para 6,40% em 2014.

Na comparação com os demais Estados da região sudeste, verifica-se que o Estado do Espírito Santo ocupa a 2ª posição dentre os Estados do sudeste que tiveram maior percentual das Operações de Créditos sobre a RCL, ficando atrás, somente, do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação à Disponibilidade de Caixa, verifica-se que todos os Poderes/Órgãos relacionados no art. 20 da LRF possuíam liquidez para arcar com seus compromissos financeiros do exercício 2014, tanto para os recursos vinculados quanto para os não vinculados.

Os Demonstrativos dos Restos a Pagar dos Poderes/Órgãos relacionados no art. 20 da LRF evidenciam que as obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte (2015), inscritas em restos a pagar não processados do exercício em análise, têm suficiente disponibilidade de caixa no exercício em análise (2014).

O Demonstrativo Simplificado constante do Relatório de Gestão Fiscal de cada Poder, Órgão relacionado no art. 20 da LRF e do Ente Estadual (consolidado), relativo ao 3º quadrimestre de 2014, apresenta, de forma resumida, todos os demonstrativos que compõem o RGF.

Em 2014, a análise da transparência na gestão fiscal foi realizada nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos Poderes e Órgãos relacionados no art. 20 da LRF no 3º quadrimestre (Processo TC-1591/2015, TC-1211/2015, TC-2324/2015, TC-1715/2015 e TC-1281/2015), tomando por base o conteúdo disponibilizado pelos Poderes e Órgãos nos seus respectivos sites de transparência, constatando que ainda há necessidade de aperfeiçoamento no nível de informação e de acesso oferecido nos portais de transparência. Contudo, houve um avanço no nível de informações disponíveis em comparação com a análise anterior (2013). Especificamente quanto ao Poder Executivo, recomendou-se que o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado (RGF) fosse divulgado no Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo.

6) No que tange aos Limites Constitucionais:

EDUCAÇÃO

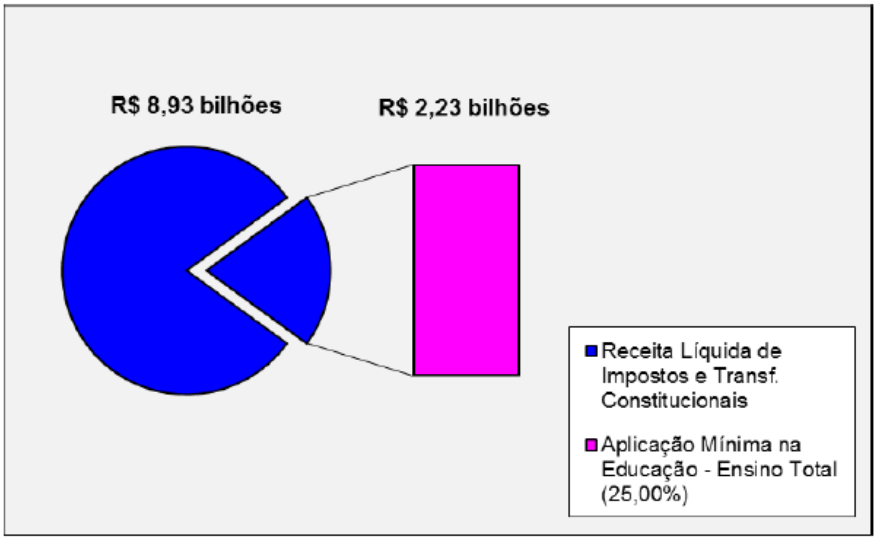
No que concerne à Educação, a legislação referencial base para a presente análise constituiu-se dos seguintes instrumentos legais:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, alterada pela Emenda Constitucional nº 53/2006;
- Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei Ordinária Federal nº 9.394/96 alterada pela Lei Ordinária Federal nº 12.796/13);
- Lei Ordinária Federal nº 9.424/96 (artigos 1º ao 8º e 13 revogados pela Lei Ordinária Federal nº 11.494/07), que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma que era prevista no artigo 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, antes da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 53/2006;
- Lei Ordinária Federal nº 11.494/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- Resolução TC nº 238, de 15 de maio de 2012 (publicada no DOE-ES em 16/05/2012, alterada pela Resolução nº 260/2013, DOE-ES de 22/05/2013) que Institui mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07.

Aplicação Efetiva com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Total

Quanto à aplicação com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total), constata-se que o Governo do Estado deveria aplicar, no mínimo, a importância de R$ 2.231.461.809,35 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e nove reais e trinta e cinco centavos) correspondentes a 25,00% das receitas líquidas de impostos e das transferências constitucionais. Entretanto, em face dos exames, verifica-se uma aplicação de R$ 2.637.382.109,30 (dois bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, cento e nove reais e trinta centavos) equivalentes a 29,55% da referida base de cálculo.

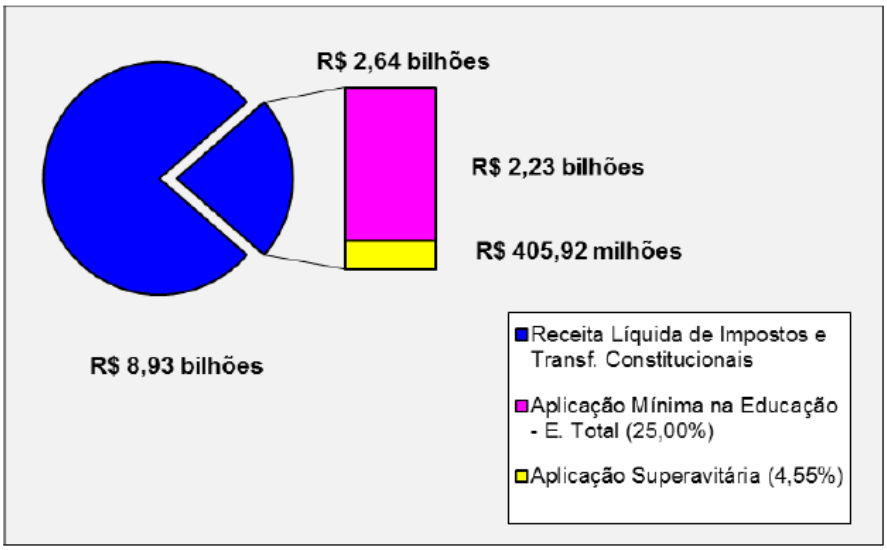
LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO
ENSINO TOTAL – EXERCÍCIO 2014



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014.

Em resumo, o Governo do Estado aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total), no exercício de 2014, a importância a maior de R$ 405.920.299,95 (quatrocentos e cinco milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), além do mínimo legalmente exigido, equivalente ao percentual superavitário de 4,55% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais.

VALOR APLICADO NA EDUCAÇÃO – ENSINO TOTAL
EXERCÍCIO 2014



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014.

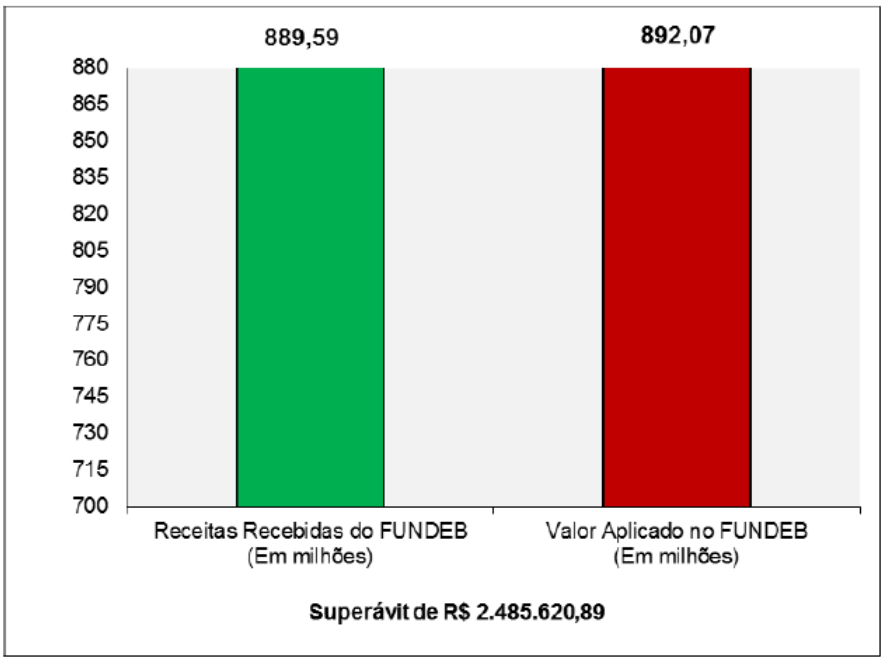
Dessa forma, ao aplicar 29,55% das receitas provenientes de impostos e das transferências constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total) **fica evidenciado que o Governo do Estado cumpriu o que determina o artigo 212, caput, da Constituição da República e o artigo 69 da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).**

Aplicação Efetiva dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Ao Governo do Estado caberia a aplicação mínima no FUNDEB do montante de R$ 889.589.375,31 (oitocentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), correspondentes a 100,00% das receitas recebidas do FUNDEB.

Constatou-se uma aplicação efetiva no exercício de 2014 de R$ 886.113.600,04 (oitocentos e oitenta e seis milhões, cento e treze mil, seiscentos reais e quatro centavos), equivalentes a 99,61% dessa mesma base de cálculo, e o saldo financeiro de R$ 5.961.396,16 (cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), na abertura de crédito suplementar no primeiro trimestre de 2015, demonstrando uma aplicação total no FUNDEB da ordem de R$ 892.074.996,20 (oitocentos e noventa e dois milhões, setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos), superavitária em 0,28% às receitas recebidas do FUNDEB.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB
EXERCÍCIO 2014 E PRIMEIRO TRIMESTRE 2015



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014 - Dec. Estadual nº 404-S de 25/02/2015.

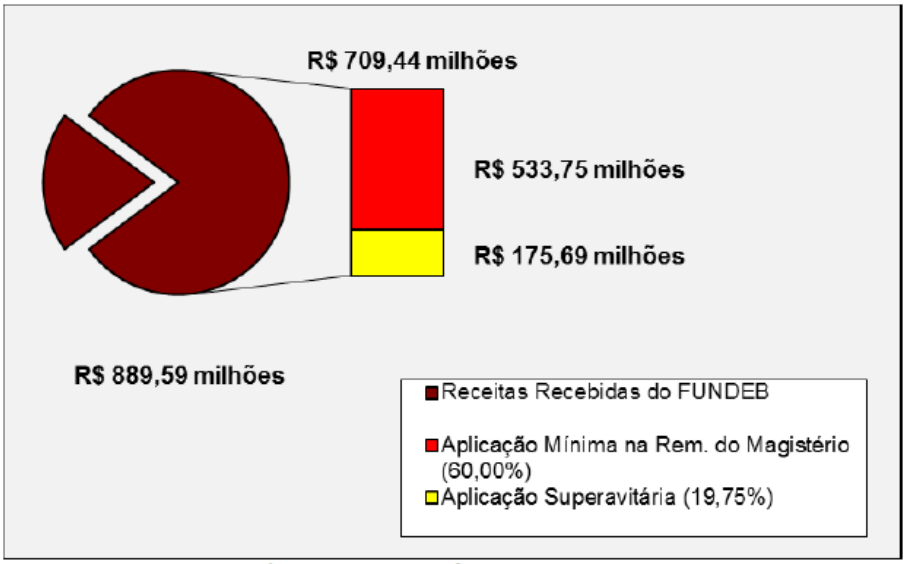
Note-se, que o montante de R$ 5.961.396,16 (cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos) aplicado no primeiro trimestre de 2015, referente ao exercício de 2014, deverá ser expurgado da análise das contas do exercício de 2015, a se realizar em 2016.

Dessa forma, fica evidenciado que o Governo do Estado, no exercício de 2014, cumpriu o que determina o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

Aplicação Efetiva com a Remuneração dos Profissionais do Magistério

Com relação à aplicação do percentual legal mínimo de 60% da receita proveniente da cota-parte do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério, verifica-se que o Governo do Estado deveria aplicar o montante de R$ 533.753.625,19 (quinhentos e trinta e três milhões, setecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos). Todavia, constata-se uma aplicação de R$ 709.441.898,14 (setecentos e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e catorze centavos), equivalentes ao percentual de 79,75%, resultando uma aplicação superavitária de R$ 175.688.272,95 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), equivalentes ao percentual excedente de 19,75% das receitas recebidas do FUNDEB.

APLICAÇÃO COM A REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO
EXERCÍCIO 2014



Fontes: Processo TC1590/2015 - RREO 6º Bim 2014.

Assim, face à legislação aplicável à espécie, constata-se que o Governo Estadual cumpriu plenamente o limite prescrito no artigo 60, inciso XII do caput, dos ADCT c/c o artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007.

SAÚDE

O arcabouço jurídico-legal do Sistema de Saúde inclui a Constituição da República, a Emenda Constitucional nº 29/00, que alterou os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição da República, e acrescentou artigo aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, e outras disposições de natureza infraconstitucional, tais como: as Leis Orgânicas da Saúde nºs 8.080/1990 e 8.142/1990, Lei Complementar Federal nº 141/2012, bem como, no campo infralegal, as Normas e Portarias ministeriais e as deliberações do Tribunal de Contas do Estado, em especial a Resolução TC-248/2012.

No que concerne à Saúde, o artigo 198, § 2º, da Constituição Federal, estabelece que:

> Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
>
> [...]
>
> § 2º - União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:
>
> [...]
>
> II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

> III - [...]

A EC-29/00, acrescentou ao artigo 198, o § 3º, que determina:

> Art. 198 - [...]
>
> § 3º - Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:
>
> I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º;
>
> II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;
>
> III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;
>
> IV – (revogado).

A Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, regulamentou o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal, dispondo que :

> Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

A Resolução Plenária TC-248/2012, com fundamento nos artigos 198 da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 141/2012, Lei Federal nº 8080/1990, estabeleceu as diretrizes operacionais para a aplicação da EC - 29/00, e dispõe, em seus artigos 6º, 7º e 8º, sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos da Saúde, conforme a seguir:

> Art. 6º Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 141/2012, considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no artigo 7º da Lei nº. 8.080/1990, e às seguintes diretrizes:
>
> I – sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;
>
> II – estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e
>
> III – sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.
>
> § 1º Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pelo Estado e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos Fundos de Saúde.

§ 2º O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta do Estado e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º A movimentação dos recursos repassados aos Fundos de Saúde do Estado e dos Municípios deve realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

Art. 7º Observadas as disposições do artigo 200 da Constituição Federal, do artigo 6º da Lei nº 8.080/1990, do artigo 2º da Lei Complementar nº 141/2012 e desta Resolução, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:

I – vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;

II – atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;

III – capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV – desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V – produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI – saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas na Lei Complementar;

VII – saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

VIII – manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX – investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X – remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

XI – ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

XII – gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

Parágrafo único As despesas elencadas neste artigo, quando realizadas com receitas oriundas de operações de crédito contratadas para financiá-las, no exercício em que ocorrerem, não integrarão o montante considerado para o cálculo do percentual mínimo constitucionalmente exigido, no caso do Estado e dos Municípios.

Art. 8º Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Resolução, aquelas decorrentes de:

I – pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

II – pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;

III – assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

IV – merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do artigo 7º desta Resolução;

V – saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI – limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII – preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII – ações de assistência social;

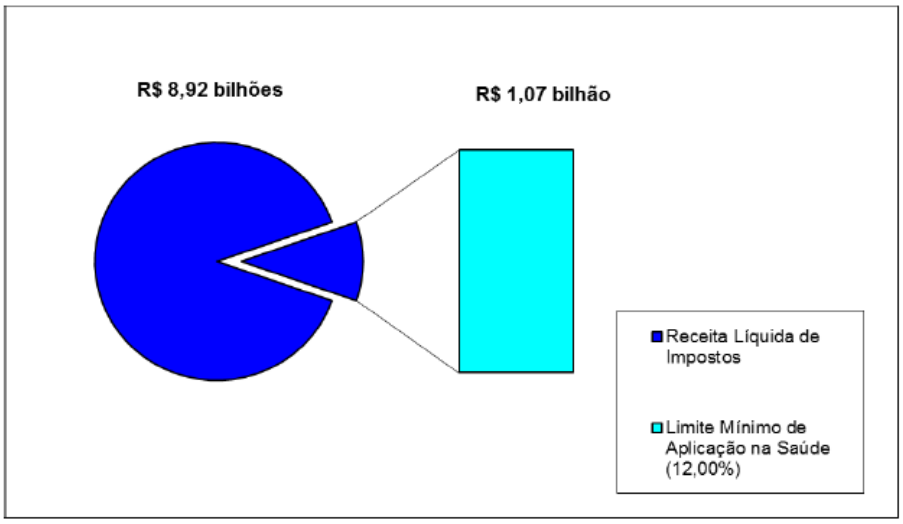
IX – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X – ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida nesta Resolução ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Aplicação Efetiva com Ações e Serviços Públicos de Saúde

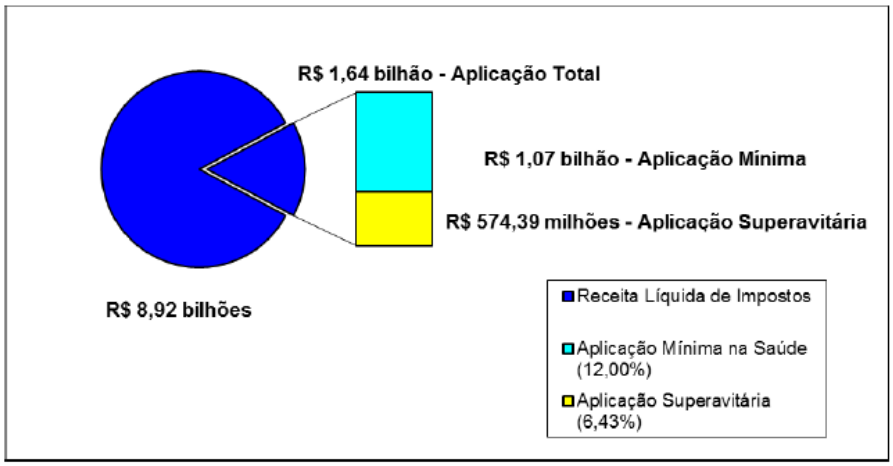
Quanto à aplicação com Ações e Serviços Públicos de Saúde, constata-se que o Governo do Estado deveria aplicar, no mínimo, a importância de R$ 1.071.101.668,49 (um bilhão, setenta e um milhões, cento e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), correspondentes a 12,00 % das receitas líquidas de impostos e das transferências constitucionais. Entretanto, em face dos exames, verifica-se uma aplicação de R$ 1.645.495.665,60 (um bilhão, seiscentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), equivalentes a 18,43 % da mesma base.

Limite Constitucional de Aplicação com Ações e Serviços Públicos de Saúde



Em resumo, o Governo do Estado aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, no exercício de 2014, a importância a maior de R$ 574.393.997,11 (quinhentos e setenta e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte e um reais, oitenta e seis centavos), além do mínimo legalmente exigido, equivalente ao percentual superavitário de 6,43 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais.

Valor Aplicado nas Ações e Serviços Públicos com Saúde



Dessa forma, ao aplicar 18,43 % das receitas provenientes de impostos e das transferências constitucionais em Ações e Serviços Públicos de Saúde, ficou evidenciado que **o Governo do Estado cumpriu o que determina o artigo 198, § 2º, inciso II e § 3º, inciso I, da Constituição da República, regulamentado pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 141/2012.**

7) Sobre a Previdência Estadual:

Conforme regramento constitucional e legislação federal aplicável, o Estado reestruturou por meio da Lei Complementar nº 282, publicada em 26 de abril de 2004, o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro dos Servidores do Estado do Espírito Santo, com o objetivo de unificar e reorganizar o Regime de Previdência dos servidores do Estado do Espírito Santo, atualmente designado pela sigla ES - PREVIDÊNCIA.

A gestão previdenciária do Estado do Espírito Santo é efetuada com a segregação da massa de segurados em dois fundos de previdência: Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, conforme a LC nº 282/04.

O Estado do ES instituiu a Previdência Complementar, normatizada pela Lei Complementar n° 711, de 02 de setembro de 2013, autorizando o Poder Executivo a criar uma entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, estruturada na forma de fundação de direito privado sem fins lucrativos e dotada de autonomia administrativa, financeira e gerencial, que teria como objetivo administrar os planos de previdência complementar para os servidores estaduais, nos termos das Leis Complementares Federais nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Apesar da Emenda Constitucional nº 41/2003 e a Lei Complementar 282/2004 terem vedado a existência de mais de uma unidade gestora do RPPS no Estado, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espirito Santo (IPAJM) ainda não responde integralmente pela gestão previdenciária estadual.

Segundo informações do balanço atuarial relativo ao plano previdenciário, as Provisões Matemáticas Previdenciárias na data-base de 2014, que corresponde aos recursos necessários para garantir os pagamentos dos benefícios estabelecidos pelo Plano Previdenciário, por intermédio da diferença entre valor atual dos encargos assumidos pela Entidade em relação aos beneficiários de aposentadorias e pensões, e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas aos cofres do Fundo Previdenciário, referem-se ao montante de R$ 819.017.636,65 (oitocentos e dezenove milhões, dezessete mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

As reservas matemáticas do plano previdenciário foram no montante de R$ 1.344.142.832,31 (um bilhão, trezentos e quarenta e quatro milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos), representando, então, os valores provisionados pela unidade gestora do RPPS para que seja possível honrar os compromissos sob sua responsabilidade. Como o fundo previdenciário é no momento superavitário e o montante de benefícios concedidos ainda não é expressivo quanto à cobertura financeira de segurados, existe nessa condição, uma sobra financeira provisionada de valor da reserva técnica em relação às Provisões Matemáticas Previdenciárias apuradas (somatório de benefícios concedidos e a conceder, dentre outras provisões).

Já no balanço atuarial elaborado para o plano financeiro, as Reservas Matemáticas foram no valor de R$ 73.001.973,77 (setenta e três milhões, um mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), sendo também provisionados no mesmo valor (Provisões Matemáticas Previdenciárias), para que seja possível honrar os compromissos sob sua responsabilidade. Sendo o fundo financeiro deficitário, a reserva técnica de ativos financeiros, advinda de contribuições previdenciárias e de aportes

financeiros, foi constituída no mesmo montante de benefícios concedidos provisionados.

Em relação à projeção atuarial de receitas e despesas previdenciárias do Plano Financeiro, para o período de 2015 a 2090, pode-se observar uma situação de desequilíbrio atuarial (receitas previdenciárias menores que despesas previdenciárias) até 2075, quando, a partir desse ano, configura-se uma expectativa de equilíbrio previdenciário. Segundo essa projeção para a geração atual de servidores, constata-se visualmente que a tendência de queda das despesas previdenciárias, a partir de 2035, em vista da proximidade de extinção da massa atual de segurados do Fundo Financeiro, foi determinante para esta projeção futura de equilíbrio atuarial até 2090.

Já em relação às projeções atuariais do Plano Previdenciário, das receitas e despesas previdenciárias até 2090, observa-se uma situação de equilíbrio atuarial, contrária ao Plano Financeiro, com o dimensionamento ascendente de receitas previdenciárias. Visualiza-se, também, um comportamento estável dos montantes relativos às despesas previdenciárias relativas ao Plano Previdenciário.

Conforme verificação das informações previdenciárias disponibilizadas no Relatório Resumido de Execução Orçamentárias (RREO) - Demonstrativos das Despesas e Receitas Previdenciárias – Anexo 4 (L.R.F., art. 53, inciso II), relativo ao 6º bimestre de 2014, com valores acumulados de 2014, no Plano Previdenciário (atualmente superavitário), as Receitas e Despesas Previdenciárias orçamentárias foram, respectivamente, nos valores de R$ 407.022.069,32 (quatrocentos e sete milhões, vinte e dois mil e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos) e R$ 3.098.924,86 (três milhões, noventa e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos), verificando-se a ocorrência de Superávit relativo ao Plano Previdenciário no montante de R$ 403.923.144,46 (quatrocentos e três milhões, novecentos e vinte e três mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Já em relação aos valores apurados para o Plano Financeiro (atualmente deficitário), as Receitas e Despesas Previdenciárias orçamentárias publicadas pelo Poder Executivo foram, respectivamente, nos valores de R$ 638.976.462,89 (seiscentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos) e R$ 2.086.585.774,09 (dois bilhões, oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e nove centavos).

Portanto, a verificação do Resultado Previdenciário no período analisado (6º bimestre de 2014), apresentou déficit relativo ao Plano Financeiro no montante de R$ 1.447.609.311,20 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e onze reais e vinte centavos).

No que se refere à Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (RREO, Demonstrativo do Resultado Nominal - Anexo 5, L.R.F., art. 53, inciso III), calculada a partir da dedução dos valores referentes à Disponibilidade de Caixa Bruta, aos Investimentos e aos Demais Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados do Regime Previdenciário, destaca-se que, para o 6º bimestre de 2014, apresentou o valor negativo de R$ 539.465.852,96 (quinhentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e

cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), significando que, para o cálculo do saldo líquido do endividamento previdenciário, o total dos valores referentes à Disponibilidade de Caixa Bruta, mais os Investimentos e Demais Haveres Financeiros, líquidos dos RAP Processados do Regime Previdenciário, foi superior ao total da Dívida Consolidada Previdenciária apresentada.

Dessa forma, a compreensão do resultado fiscal líquido previdenciário, apesar de ser negativo, implica que as disponibilidades financeiras foram superiores à Dívida Consolidada Previdenciária e aos Passivos Reconhecidos.

A Carteira de Investimentos do ES-PREVIDÊNCIA, referente à 31/12/2014, possui R$ 1.362.436.812,42 (um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e doze reais e quarenta e dois centavos) em aplicações no segmento de renda fixa e R$ 67.072.159,81 (sessenta e sete milhões, setenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos) aplicados no segmento de renda variável, perfazendo o montante total investido de R$ 1.429.508.972,23 (um bilhão, quatrocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e oito mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos).

Em relação aos investimentos previdenciários, o IPAJM tinha o objetivo de buscar rentabilizar seus ativos a taxas próximas da sua meta atuarial (taxa real de juros de 6% a.a.) e, para 2014, a Meta Atuarial atingiu 12,79%, em função da rentabilidade acumulada ao longo do ano. A rentabilidade alcançada com os investimentos dos ativos financeiros dos Fundos foi de 12,25 % no ano de 2014, ficando dessa forma, muito próxima do parâmetro de referência que é a Meta Atuarial atingida (12,79%).

Em verificação ao gerenciamento do portfólio de aplicações financeiras, no segmento de renda fixa, observa-se que 95,3% dos recursos encontram-se aplicados em renda fixa (títulos públicos federais, fundos de investimento em renda fixa e fundos de investimento em direitos creditórios) e apenas 4,69% em renda variável (fundos de ações).

Conforme dados financeiros ainda mais detalhados, o Fundo Previdenciário alocou o maior montante (R$ 1,34 bilhão) em aplicações, nos segmentos de renda fixa e variável, representando 93,77% do Patrimônio Líquido Previdenciário.

Em percentuais quantitativos, o fundo previdenciário responde por 93,77% dos recursos previdenciários aplicados, seguido pelo fundo financeiro, com 5,01%.

O Parecer Prévio nº 56/2014 – Plenário deste Tribunal, relativo às Contas do Governador 2013 (Processo TC n° 3068/2014), apresentou recomendação na temática de Previdência. Reavaliando os resultados de 2014 pode-se considerar que houve readequação atuarial da projeção do resultado previdenciário em razão da demanda previdenciária atual.

8 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; e

Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

E, por simetria constitucional, a Constituição do Estado do Espírito Santo reproduz a redação dada pela Lei Maior, conforme dispõe o artigo 76.

As competências atribuídas ao controle interno de cada Poder foram ampliadas pelo artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que determina ao Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e ao sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, a fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O órgão central do sistema de controle interno do Estado do Espírito Santo, cuja administração está a cargo da Secont – Secretaria de Estado de Controle e Transparência - foi reestruturado pela Lei Complementar nº 478, de 16 de março de 2009, e trouxe as prerrogativas adjudicadas a essa Pasta.

Imputam-se à Secretaria de Estado de Controle e Transparência as atribuições de assistir, direta e indiretamente, ao Governador do Estado no desempenho de suas funções quanto à defesa do patrimônio público, às informações estratégicas, à auditoria pública, à prevenção e ao combate à corrupção e à transparência da gestão pública no âmbito do Poder Executivo Estadual, por meio do conjunto de atividades sistêmicas consagradas no sistema de controle interno e portal da transparência.

Diante desse novo modelo de gestão, infere-se que a Secretaria de Estado de Controle e Transparência tem a incumbência de acompanhar a aplicação dos recursos, desenvolver ferramentas de prevenção e combate às diversas formas de mau uso das verbas orçamentárias e auxiliar os órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual na gestão dos controles internos atinentes aos atos e fatos administrativo-contábeis, econômico-patrimoniais e financeiros, de modo a salvaguardar o patrimônio público.

De acordo com a Instrução Normativa TC 33/2014, depreende-se que o parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado deve estar minimamente instruído com aspectos que dizem respeito ao cumprimento dos princípios que norteiam a Administração pública, ao esforço para a Administração atingir os objetivos que se seguem nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e se executou uma gestão fiscal responsável, revelada pelo equilíbrio orçamentário e financeiro do exercício, a observância das normas constitucionais e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o cumprimento do limite com operações de crédito, com as despesas com pessoal, com o saldo positivo do resultado primário, com a diminuição da dívida consolidada – comparada com a receita corrente líquida – com o cumprimento dos limites

constitucionais (saúde e educação) e com o atendimento das exigências específicas de último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

Assim, com base nesses aspectos de natureza contábil, financeira, patrimonial e fiscal, o órgão central do sistema de controle interno está licenciado para emitir parecer sobre a prestação anual de contas oferecida pelo Governador do Estado de forma que, conclusivamente, poderia garantir a opinião de que as demonstrações financeiras consolidadas se apresentam adequadamente, adequadamente com ressalvas ou inadequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere.

No entanto, o que se averígua no relatório apresentado pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado é uma referência às constatações e/ou ressalvas apuradas por ocasião do exame levado a efeito nos atos e fatos administrativo-contábeis, econômico-patrimoniais e financeiros consolidados nos balanços gerais do Estado do Espírito Santo no exercício financeiro de 2014, de forma que o parecer conclusivo não atendeu o Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/2014, porque a equipe responsável pela elaboração do relatório de controle interno absteve-se de opinar de maneira conclusiva sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado no exercício de 2014.

9 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Segue um Resumo Ilustrado do Cumprimento dos Limites Constitucionais e Legais com o objetivo de ser uma referência rápida de consulta aos elementos já elencados nos capítulos anteriores.

Resultado Financeiro e Fiscal

DESCRIÇÃO	VALORES (EM REAIS)	OBSERVAÇÕES
Superávit Financeiro	3.301.477.941,23	-
Resultado Primário	(494.585.752,78)	Meta Prevista na LDO/2014 era de (R$ 471.020.000,00)
Resultado Nominal	751.496.641,81	Meta Prevista na LDO/2014 era de R$ 1.381.352.000,00
Receita Corrente Líquida	11.798.288.624,35	

Limites: Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF/Resolução do Senado Federal e Constitucionais

DESPESA COM PESSOAL	% COMPROMETIMENTO 3º QUADRIMESTRE/2014		LIMITES (%) LRF		
	VALORES (EM REAIS)	%DP/RCL	Legal	PRUDENCIAL 95% do Limite Legal	ALERTA 90% do Limite Legal
Despesa com Pessoal Total	6.361.005.038,27	53,91%	60,00%	57,00%	54,00%
Poder Executivo	5.288.335.391,06	44,82%	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	235.753.247,61	2,00%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	139.363.377,42	1,18%	1,70%	1,615%	1,53%
Tribunal de Contas	96.389.870,19	0,817%	1,30%	1,235%	1,17%
Poder Judiciário	642.032.803,81	5,44%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	194.883.595,79	1,65%	2,00%	1,90%	1,80%

DÍVIDA	VALORES (EM REAIS)	% DÍVIDA/RCL	LIMITES LRF/RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/2001
Dívida Consolidada Líquida	3.182.321.111,88	26,97%	200% da RCL
Operações de Crédito	755.466.815,45	6,40%	16% da RCL
Garantias e Contragaratias	20.594.984,50	0,17%	22% até 32% da RCL
Antecipação de Receitas Orçamentárias - ARO	Não houve		7% da RCL

EDUCAÇÃO E SAÚDE	VALORES (EM REAIS)	% APLICADO DA RECEITA DE IMPOSTOS	LIMITES CONSTITUCIONAIS
Educação - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.637.382.109,30	29,55%	25%
Fundeb	892.074.996,20	Cumprido	
Remuneração de Magistério	709.441.898,14	79,75%	60%
Saúde - Ações e Serviços Públicos	1.645.495.665,60	18,43%	12%

Relatórios da Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF

8.3. RELATÓRIOS DA LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
Publicação (Artigo 55, § 2º da LRF)	**1º quadrimestre**	**2º quadrimestre**	**3º quadrimestre**
Consolidado do Estado	-	-	27/02/2015
Poder Executivo	30/05/2014	30/09/2014	30/01/2015
Assembleia Legislativa	28/05/2014	26/09/2014	29/01/2015
Tribunal de Contas	30/05/2014	30/09/2014	30/01/2015
Poder Judiciário	30/05/2014	30/09/2014	30/01/2015
Ministério Público	30/05/2014	30/09/2014	30/01/2015

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
Publicação (Artigo 52 da LRF)	**1º Bim**	**2º Bim**	**3º Bim**	**4º Bim**	**5º Bim**	**6º Bim**
Poder Executivo	28/03/2014	30/05/2014	30/07/2014	30/09/2014	28/11/2014	30/01/2015

1.12.1.1.2.1 Do parecer do Ministério Público Especial de Contas – PPJC 3684/2015

10 – DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS – PPJC 3684/2015

Inicialmente vale ressaltar que, na condição de Conselheiro Relator das Contas do Governador do Estado, no exercício de 2014, a análise será circunscrita aos limites de atuação delineados pela própria natureza do processo, qual seja, avaliação e formação de juízo que objetiva a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Estado do Espírito Santo relativas ao mencionado exercício.

Sendo assim, os pedidos ou propostas formulados pelo representante do Ministério Público Especial de Contas não relacionados ao limite de atuação temporal (ou seja, fora do exercício de 2014) não constituem matéria a ser apreciada nestes autos. Nesse sentido apresentam-se as propostas de melhorias de gestão dos processos de fiscalização realizados por este Tribunal; de alteração de Atos Normativos expedidos por esta Corte; de Emendas Regimentais; de expedição de determinações que possam invadir competências relacionadas ao processo legislativo; dentre outros que devem ser provocadas por meio de instrumentos próprios previstos no Regimento Interno dessa Corte.

É importante ressaltar que a fixação de prazos para o exato cumprimento da lei, fundamento constitucional para a expedição de determinações por parte do Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pressupõe a

existência de **casos concretos** a serem adequados aos termos da lei, uma vez que **não há permissivo legal para a expedição de determinações em abstrato**.

Do mesmo modo, não parece razoável a reabertura e rediscussão de tópicos que digam respeito às contas de exercícios anteriores já apreciadas em caráter definitivo por esta Corte de Contas e pela Assembleia Legislativa, todas previamente submetidas ao crivo ministerial e deliberadas em Plenário com a presença do *Parquet*.

Vale destacar que o acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal dos Poderes e Órgãos do Estado, inclusive sob o aspecto da transparência fiscal, são (e foram) regularmente realizados por este Tribunal, por meio de unidade técnica competente, e submetidos ao Plenário desta Corte, contando, inclusive, com a manifestação do Ministério Público Especial de Contas.

Assim ocorreu com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício 2014; a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício 2014; o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 1º ao 6º bimestres de 2014; e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º ao 3º quadrimestres de 2014, compostos de demonstrativos específicos, dentre os quais merecem destaque: os demonstrativos de metas fiscais e de riscos fiscais constantes na LDO; os demonstrativos de receitas e despesas em valores agregados e discriminados constantes na LOA; os demonstrativos do Resultado Nominal, do Resultado Primário e Das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento com Ensino (MDE) constantes no RREO; e os demonstrativos da Despesa com Pessoal, da Disponibilidade de Caixa e Dos Restos a Pagar constantes no RGF, que subsidiaram a elaboração do Relatório Técnico das Contas de Governador - RTCG 01/2015.

Tecidas tais premissas, passo a abordar as proposições elencadas pelo representante do Ministério Público Especial de Contas, ressaltando que todo conteúdo mencionado nos documentos apresentados pelo *Parquet*, mesmo que obtidos diretamente pelo órgão ministerial, relacionados aos elementos que compõem a presente Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, foram devidamente contemplados no relatório da Comissão Técnica.

No tocante às preliminares de mérito (subitem 3.1 do parecer ministerial):

Quanto à preliminar de sobrestamento do processo de apreciação de contas do Governador tendo em vista o pedido de "julgamento por parte do Plenário" do **Processo TC 6099/2015**, que diz respeito ao **requerimento** de inclusão de itens na análise das contas anuais do Governador, relativas ao exercício de 2014, que versam sobre o limite constitucional de aplicação em ensino e abertura de créditos suplementares para cobertura de despesas previdenciárias, seguem as considerações adiante:

A uma, inexiste previsão regimental para apreciação de requerimentos desta natureza pelo Plenário, muito menos de julgamento. O instrumento apropriado, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, seria a **representação**, com a observância dos requisitos legais.

A duas, convém ressaltar que a Comissão Técnica atestou a regularidade dos arquivos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado quando exarou a Análise Inicial de Conformidade, AIC nº 65/2015,

conforme verificado às fls. 07/15 destes autos. Pode-se inferir, portanto, que os documentos e informações constantes nestes autos estão aptos a possibilitar a apreciação pelo plenário desta Corte de Contas.

Dito isso, a proposição formulada pelo Ministério Público Especial de Contas com intuito de se negar executoriedade a Ato Normativo do TCE/ES, com **efeito abstrato,** a todos os jurisdicionados (estados e municípios), não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do Governador do Estado.

Nesse sentido, acolho integralmente a manifestação técnica exarada no Processo TC 6099/2015, senão vejamos:

> (...)
>
> De acordo com o disposto no art. 71, inciso V, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso VI, e art. 92 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, o Ministério Público Especial de Contas não está entre os legitimados para a iniciativa de inspeções e auditorias do Tribunal de Contas, circunstância que inviabilizaria o conhecimento do pedido com essa natureza.
>
> A Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014, foram protocolizadas neste Tribunal e autuadas sob o **processo TC-6.016/2015** e um representativo número de Auditores desta unidade técnica foram designados para a composição da Comissão Técnica e estão em dedicação integral e diretamente envolvidos com a análise das respectivas demonstrações contábeis e relatórios que compõem a prestação de contas. E com vistas ao atendimento do despacho do Relator passamos as considerações que se seguem.
>
> Pois bem.
>
> Vê-se do teor do requerimento que a pretensão ministerial, em síntese, diz respeito a:
>
> a) Inclusão de pontos na análise das contas do Governador do Estado, relativas ao Exercício de 2014;
>
> b) Apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório autônomo;
>
> c) A não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governador do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014;
>
> d) Que o Tribunal desenvolva mecanismos para viabilizar a participação popular no processo de apreciação da prestação de contas de Governadores do Estado, disponibilizando um espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro.
>
> Para uma melhor compreensão e deslinde da matéria, passamos a exposição de nossas considerações na ordem inversa dos pedidos.
>
> A análise do pedido contido na alínea "**d**" revela a necessidade de uma avaliação quanto à formação de um juízo de conveniência, oportunidade, necessidade e possibilidade de iniciativas para a adoção de medidas administrativas que não estariam sob a

competência isolada desta unidade ou do Relator das Contas do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014. Razão pela qual, com as devidas vênias, impõe-se sugerir o encaminhamento da demanda à autoridade competente para tal avaliação.

A pretensão indicada na alínea **"c**" objetiva que o Tribunal de Contas deixe de aplicar as disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, para fins de apreciação das Prestações de Contas de Governador do Estado e dos Prefeitos, dada a sua extensão e o seu efeito abstrato no mundo jurídico, que decorre da competência legal do Tribunal de Contas expedir atos normativos que obrigam a sua observância pelos seus jurisdicionados, previamente submetidos a rito próprio de apreciação e deliberação (arts. 439 a 444 do RITCEES) do Plenário desta Corte.

A pretensão de negar executoriedade a ato normativo do próprio Tribunal de Contas, *com efeito abstrato e com repercussão geral, de exercício financeiro encerrado (2014)*, impõe a formação de uma linha de raciocínio favorável, com fundamento no art. 439 do RITCEES[159], por sugerir a submissão da matéria à consideração superior, com vistas a verificar a necessidade (ou não) de submissão da matéria ao Plenário desta Corte.

2.1 INCLUSÃO DE PONTOS NA ANÁLISE DAS CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014 – SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

2.1 1 PREVIDENCIA SOCIAL

A análise da previdência social do Estado, em especial, o regime próprio de previdência (RPPS), a exemplo de exercícios anteriores, já constitui item de análise da prestação de contas anual do Governador do Estado. Ou seja, uma avaliação da previdência própria do Estado de forma consolidada contemplando: o equilíbrio financeiro e atuarial; gestão previdenciária; riscos atuariais, base cadastral de segurados; projeções atuariais, demonstrativos previdenciários, demonstrativos previdenciárias das despesas e receitas previdenciárias (LRF); aporte para a cobertura de insuficiências financeiras; dívida fiscal líquida previdenciária, análise dos investimentos da previdência estadual e da política de investimentos, dentre outras.

Uma análise analítica da movimentação dos créditos orçamentários do RPPS pode ocorrer nas contas anuais do órgão responsável pela sua gestão - o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM). Nessas contas é que são analisadas e apreciadas a regularidade da movimentação de créditos orçamentários. No caso de eventuais impropriedades ou irregularidades, a matéria é apreciada observando-se o rito regimental.

Quadra registrar o que dispõe os artigos 63 e 64 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, no que se refere à abertura de créditos adicionais no âmbito do IPAJM, *verbis*:

[159] "Art. 439. A apresentação de projeto concernente a Resolução e a Instrução Normativa é de iniciativa do Presidente e dos Conselheiros." (nota de rodapé constante no documento original)

Art. 63 - **O Conselho Administrativo, órgão de deliberação** e orientação superior do IPAJM, terá a participação dos segurados civis, militares e aposentados, com formação superior, de reconhecida capacidade e experiência comprovada, nas áreas de administração, economia, finanças, atuária, contabilidade, direito ou engenharia, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, com a seguinte composição:

[...]

Art. 64 - **Compete ao Conselho Administrativo**, dentre outras atribuições correlatas, as seguintes:

I - analisar e aprovar a proposta orçamentária anual do Instituto, encaminhada pelo Presidente Executivo, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;

II - analisar e **aprovar a proposta de abertura de crédito adicional**, **encaminhada pelo Presidente Executivo**, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;

III - analisar e deliberar sobre os programas de aplicações financeiras dos recursos dos fundos, bem como do patrimônio, submetidos pelo Presidente Executivo, propondo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;

[...]

A partir da análise preliminar da documentação, acostada pelo Ministério Público Especial de Contas, foi possível verificar o seguinte:

2.1.1.1 Movimentação de Recursos entre os Fundos Financeiro e Previdenciário

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Espírito Santo instituiu a segregação de massa de seus servidores, por meio da Lei Complementar nº. 282, de 22 de abril de 2004, separando os servidores públicos efetivos admitidos até 26 de abril de 2004 no Fundo Financeiro, e, os demais servidores, admitidos através de concurso público após essa data, no Fundo Previdenciário.

A Lei Geral dos RPPS delegou ao Ministério da Previdência a competência para estabelecimento de critérios gerais previstos na Lei Federal nº. 9.717/97:

Art. 9º Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social:

I – [...]

II - o **estabelecimento e a publicação dos parâmetros e das diretrizes gerais previstos nesta Lei**. (grifo nosso)

Nos termos da legislação federal, os Regimes Próprios de Previdência devem ter sua organização baseada em normas gerais de contabilidade e atuária:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal **deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e**

atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço **utilizando-se parâmetros gerais**, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Lei Federal nº. 9.717/98) (grifo nosso)

Com base na competência conferida por meio do art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº. 9.717/98 ao Ministério da Previdência Social, o mesmo editou a Portaria MPS nº. 403/2008, estabelecendo as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de definir parâmetros para a segregação de massa e dá outras providências.

Com base no artigo 21 dessa regulamentação, o Ministério da Previdência estabeleceu que a segregação de massa deverá ser implementada perante a **separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações das massas** e **vedou qualquer espécie de transferência** de segurados, **recursos** ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário.

Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo**, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes**. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013) (grifo nosso)

§ 1º. [...]

§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, **fica vedada qualquer espécie de transferência de** segurados, **recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário**, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo. (Portaria MPS nº. 403/2008) (grifo nosso)

Ressalta-se que o normativo **restringe a transferência de qualquer tipo de recursos entre os planos**, seja ele financeiro ou orçamentário.

Considerando os dispositivos mencionados anteriormente e tendo em vista os decretos listados no quadro a seguir, foi constatado que houve a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, por meio dos seguintes Decretos:

Decreto	DOE	Valor	Órgão	Tipo	Fonte de Recursos
1.982-S	17/09/2014	R$ 218.335.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.436-S	19/11/2014	R$ 15.900.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.751-S	18/12/2014	R$ 14.100.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação

No Decreto Nº. 1.982-S, de 16/09/2014, foram anulados recursos das dotações orçamentárias da unidade gestora do Fundo Previdenciário que totalizaram R$ 218.335.000,00 (duzentos e dezoito milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais) e que foram suplementadas nas

dotações do Fundo Financeiro, sendo que, deste total, R$ 217.885.000,00 eram referentes à reserva de contingência do RPPS do **Fundo Previdenciário.**

Decreto Nº. 1.982-S, de 16/09/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
0.885	**450.000,00**	0.009	8.356.000,00
9.996	**217.885.000,00**	0.019	1.250.000,00
		0.059	5.200.000,00
		0.129	33.000,00
		0.139	1.093.000,00
		0.169	182.000,00
		0.189	36.000.000,00
		0.504	2.390.000,00
		0.619	4.000,00
		0.683	6.245.000,00
		0.684	40.500.000,00
		0.729	20.700.000,00
		0.739	3.150.000,00
		0.749	20.100.000,00
		0.759	67.100.000,00
		0.769	4.100.000,00
		0.809	430.000,00
		0.819	1.500.000,00
		0.869	2.000,00
TOTAL:	**218.335.000,00**	**TOTAL:**	**218.335.000,00**

Novamente, por meio do Decreto Nº. 2.436-S, de 18/11/2014, foram anulados recursos das dotações orçamentárias da unidade gestora do Fundo Previdenciário que totalizaram R$ 15.900.000,00 (quinze milhões e novecentos mil reais) e que foram suplementadas nas dotações do Fundo Financeiro, sendo que, desse total, R$ 13.290.000,00 (treze milhões e duzentos e noventa mil reais) eram referentes à reserva de contingência do RPPS do **Fundo Previdenciário**:

Decreto Nº. 2.436-S, de 18/11/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
0.119	250.000,00	0.028	5.500.000,00
0.139	215.000,00	0.029	350.000,00
0.169	230.000,00	0.089	20.000,00
0.189	1.330.000,00	0.109	32.000,00
0.244	300.000,00	0.129	23.000,00
0.259	285.000,00	0.379	50.000,00
9.996	**13.290.000,00**	0.399	380.000,00
		0.448	30.000,00
		0.519	220.000,00
		0.609	150.000,00
		0.779	15.000,00
		0.603	990.000,00
		0.684	2.000.000,00
		0.729	2.700.000,00
		0.749	2.400.000,00
		0.769	330.000,00
		0.809	230.000,00
		0.819	200.000,00
		0.869	280.000,00
TOTAL:	**15.900.000,00**	**TOTAL:**	**15.900.000,00**

Por fim, por meio do Decreto Nº. 2.751-S, de 18/12/2014, foram anulados recursos das dotações orçamentárias da unidade gestora do Fundo Previdenciário que totalizaram R$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais) e que foram suplementadas nas dotações do Fundo Financeiro, sendo que 100% desse valor referia-se à reserva de contingência do RPPS do **Fundo Previdenciário**:

Decreto Nº. 2.751-S, de 18/12/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
9.996	14.100.000,00	0.009	56.000,00
		0.119	30.000,00
		0.189	461.000,00
		0.259	111.000,00
		0.399	104.000,00
		0.504	28.000,00
		0.683	2.100.000,00
		0.684	7.500.000,00
		0.729	1.200.000,00
		0.749	310.000,00
		0.759	2.200.000,00

Decreto Nº. 2.751-S, de 18/12/2014.			
Anulação (Ação de Governo)	Valor	Suplementação (Ação de Governo)	Valor
TOTAL:	14.100.000,00	TOTAL:	14.100.000,00

Dessa forma, foi possível constatar a movimentação de recursos entre o Fundo Previdenciário e o Fundo Financeiro, movimentações essas não permitidas quando da implementação da segregação de massas.

2.1.1.2 Reserva de Contingência

Na Lei Estadual nº. 10.164/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2014, foi fixada Reserva de Contingência no valor total de **R$ 470.045.554,00** (quatrocentos e setenta milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), distribuída nos orçamentos fiscal e de seguridade social, conforme quadro anexo à LOA.

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo Categorias Econômicas

Descrição	Esfera Fiscal	Esfera Seguridade Social
Reserva de Contingência	224.577.065,00	245.468.489,00
Orçamento Consolidado	**R$ 470.045.554,00**	

No quadro de detalhamento de despesas do orçamento do exercício de 2014, a reserva de contingência do orçamento fiscal foi alocada na unidade orçamentária Reserva de Contingência (99.101) e a Reserva de Contingência do orçamento da seguridade social foi alocada no IPAJM (600.201):

Quadro de Detalhamento da despesa do Orçamento do Exercício de 2014		
Unidade Orçamentária	Dotação Orçamentária	Valor
60201 - IPAJM	60.201.99.997.9999.9996 – Reserva do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	245.468.489,00
99101 – Reserva de Contingência	99.101.99.999.9999.9999 – Reserva de Contingência	224.577.065,00
TOTAL:		470.045.554,00

Há que se ressaltar **a diferença de finalidade entre as duas reservas**, visto que uma destina-se a cobertura de riscos e passivos contingentes podendo ser utilizada como fonte para abertura de créditos adicionais, e a outra, a do RPPS, destina-se a acumulação de recursos para pagamentos futuros de benefícios previdenciários. A Portaria da Secretaria de Orçamento Federal define a primeira reserva:

Art. 5º A dotação global denominada "**Reserva de Contingência**", permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a **ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais** e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, **será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo**. (Portaria SOF nº. 42, de 14 de abril de 1999) (grifo nosso)

A Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que os entes fixassem, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a forma de utilização e limite para a dotação de reserva de contingência prevista na lei orçamentária anual e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos:

Art. 5º O **projeto de lei orçamentária anual**, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

[...]

III - **conterá reserva de contingência**, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) **atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos**.

Para essa reserva, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, Lei Estadual nº. 10.067/2013, fixou um limite mínimo de 2% da receita corrente líquida.

Art. 14. O valor da **reserva de contingência** será de, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida. (Lei Estadual nº. 10.067/2013) (grifo nosso)

A diferenciação dessas reservas fica bem evidente, a partir do exercício de 2011, nas orientações da Portaria SOF/STN nº.

163/2001, quando estabeleceu que a **Reserva de Contingência a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais** e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar no 101 de 2000 seria identificada nos orçamentos pelo código **"99.999.9999.xxxx.xxxx**" e a **Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS**, quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos **99.997.9999.xxxx.xxxx**":

Art. 8º A dotação global denominada **Reserva de Contingência**, permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, **a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000**, sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, bem como **a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS,** quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos **"99.999.9999.xxxx.xxxx"** e "**99.997.9999.xxxx.xxxx"**, respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática, onde o "x" representa a codificação das ações correspondentes e dos respectivos detalhamentos. (38)(A) (40)(A)

Parágrafo único. As Reservas referidas no caput serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código "9.9.99.99.99". (38)(A) (40)(A) **(Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001)**

Na parte III – Procedimentos Contábeis Específicos do Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, 5ª edição, válido para os exercícios de 2013 e 2014, p. 110, consta esclarecimento sobre a **finalidade da Reserva de Contingência do RPPS**, qual seja, **a formação de reserva para pagamento futuros de benefícios**, e, na fase de acumulação de recursos, esse superávit da previsão de receitas orçamentária é compensado com uma dotação na despesa fixada, denominada de reserva orçamentária do RPPS, que é codificada conforme Portaria Nº. 163/2001:

03.04.02.07 EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

No Regime de Previdência Próprio do Servidor - RPPS, não raramente ocorre no momento de sua instituição e que tende a inverter durante o tempo em função das características peculiares de um RPPS, de a receita estimada ser superior à despesa fixada.

Os recursos arrecadados **destinam-se à formação de ativos denominados de fundo para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras**. A contribuição do servidor pode ser entendida como uma poupança da qual ele, o servidor, se beneficiará ao se aposentar.

A parcela dos ingressos previstos que ultrapassar as despesas fixadas irá compor um superávit orçamentário inicial, comumente denominado de Reserva Orçamentária do RPPS destinado a garantir desembolsos futuros do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do ente respectivo. Assim sendo, este

superávit representará a fração de ingressos **que serão recebidos sem a expectativa de realização da despesa no ano corrente que se constituirá reserva orçamentária do exercício para suportar déficit futuros**, onde as receitas previstas serão menores que as despesas em cada exercício. A constituição da reserva orçamentária do RPPS observará o disposto na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, utilizando ações e detalhamentos específicos do RPPS, combinadas com a natureza de despesa "9.9.99.99.99". (MCASP, 5ª ed.) (grifo nosso)

2.1.1.3 Abertura de Créditos Adicionais com recursos comprometidos

A Lei Federal nº. 4.320/64 (art. 43, caput e § 1º), autoriza a abertura de créditos suplementares e especiais **desde que existam recursos disponíveis e que estes não estejam comprometidos.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais **depende da existência de recursos disponíveis** para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, **desde que não comprometidos**:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - **os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei**;

IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Lei Federal nº. 4.320/64) (grifo nosso)

Acerca do conceito do que seriam "**recursos comprometidos**", Junior e Reis (2008)[160] esclarecem que as dotações orçamentárias **podem até estar disponíveis momentaneamente, mas isso não altera a sua situação de comprometida com despesas de natureza obrigatória,** incompatibilizando-as para serem objeto de anulação parcial de dotações:

[160] "JUNIOR, José Teixeira Machado. REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada. 32 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2008. Pág. 114." (nota de rodapé constante no documento original)

Deve-se, pois, ter em vista que tais **recursos somente poderão ser utilizados quando ainda não estejam comprometidos. De outro modo, não são recursos disponíveis**. Isto é claramente compreensível. É uma regra que não vem sendo seguida pelos gestores públicos, daí os problemas se avolumarem com grandes prejuízos para as populações, pois ações que gerariam benefícios diretos deixam de ser implementadas (grifou-se)

Por **recursos comprometidos, deve-se entender aqueles que, em razão de contratos, convênios ou leis, atenderão a despesas obrigatórias**, tais como pessoal, amortização de empréstimos, juros, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como receitas vinculadas a caixas especiais (fundos especiais), **institucionalizadas para o atendimento de obrigações resultantes da execução de programas especiais de trabalho**, que têm, assim, receitas e despesas comprometidas com os respectivos objetivos específicos. (grifo nosso)

Dessa forma, a **reserva de contingência do RPPS não pode servir como fonte para abertura de créditos adicionais**, visto que o seu **saldo orçamentário** fixado na lei orçamentária anual **encontra-se comprometido com a formação de reservas financeiras para o pagamento de benefícios futuros dos segurados do RPPS**. Entretanto, constatou-se que foram **anulados R$ 245.275.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais), correspondendo a 99,92% da previsão inicial (R$ 245.468.489,00), por meio dos seguintes decretos:

Decreto	DOE	Valor Total do Decreto	Valor da Anulação da Reserva do RPPS	Fonte de Recursos
1.982-S	17/09/2014	R$ 218.335.000,00	R$ 217.885.000,00	Anulação parcial de dotação
2.436-S	19/11/2014	R$ 15.900.000,00	R$ 13.290.000,00	Anulação parcial de dotação
2.751-S	18/12/2014	R$ 14.100.000,00	R$ 14.100.000,00	Anulação parcial de dotação
TOTAL:		**R$ 248.335.000,00**	**R$ 245.275.000,00**	-

Numa análise preliminar, foi possível concluir pela existência de "**indícios**" de que houve movimentação de créditos orçamentários entre os Fundos Previdenciário e Financeiro para reforço de dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de inativos e pensionistas, conquanto **não** constam do feito indícios de que as **transferências de recursos financeiros** entre os fundos tenham sido concretizadas.

Nesse contexto, e tendo em vista o que dispõe o art. 63 e 64 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, somos de opinião de que não seja razoável que o presente item componha ponto da **análise consolidada** das contas do Governador do Estado, por constituir-se de matéria específica que pode ser examinada nas contas anuais de gestão ou fiscalização do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), observando-se o rito previsto no Regimento Interno deste Tribunal para a identificação dos responsáveis, com a garantia do contraditório e a ampla defesa. Impondo-se, por conseguinte, a proposição de remessa do pedido de fiscalização ao juízo de admissibilidade do Relator dos processos relacionados ao órgão antes mencionado.

2.1.2 EDUCAÇÃO

As aplicações mínimas constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição da República) também constam do objeto de análise e apreciação das Contas do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014.

As análises empreendidas pela comissão técnica utilizam como referência os atos normativos expeditos pelo Tribunal de Contas, em especial, no que se refere à verificação das aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino, a Resolução TC-238/2012, de 15 de maio de 2012, que instituiu mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07.

As análises realizadas por este Tribunal de Contas (com pareceres do Ministério Público Especial de Contas) sobre os Demonstrativos das Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) – Anexo 8 (LDB, art. 72), dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentárias (RREO), relativos ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2014, levaram em consideração as disposições da Resolução TC-238/2012, efetivada nos seguintes processos:

Processo	Assunto	Parecer do MPEC	Deliberação do TCE-ES
TC-3.244/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 1º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-7.493/2014 (Plenário)
TC-4.377/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 2º bimestre	Não consta parecer do MPEC	Despacho do Relator (ciência ao Executivo)
TC-7.128/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 3º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-7.494/2014 - Plenário
TC-8.927/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 4º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-1.268/2014 - Plenário
TC-12.038/2014	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 5º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Decisão TC-1.268/2014 - Plenário
TC-1.590/2015	RREO – PODER EXECUTIVO ESTADUAL – 6º bimestre	Parecer anuindo com a Instrução Técnica	Pendente de apreciação

Fonte: Sistema de Controle de Processos

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) tem sua apresentação decorrente do ordenamento jurídico. **O artigo 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O artigo 165, § 3º, da Constituição determina a publicação, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária**. Adicionalmente, o artigo 52 da LRF reafirma o prazo de publicação e informa o seu alcance. Constitui também fator determinante para a elaboração do demonstrativo o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao Ensino, as despesas com a MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundeb

(Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

No transcurso do exercício financeiro, cabe ao Tribunal de Contas realizar a fiscalização e o acompanhamento da Gestão Fiscal, por meio dos relatórios definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais o demonstrativo acima descrito, avaliando-se a tendência de cumprimento (ou não) das aplicações mínimas constitucionais e que subsidiam a análise das contas anuais.

Vê-se, portanto, que as análises empreendidas nos relatórios resumidos de execução orçamentária, relativos aos bimestres do exercício de 2014, levaram em consideração as disposições da Resolução TC-238/2012. Essa é a orientação vigente deste Tribunal de Contas aos seus jurisdicionados.

1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, impõe-se submeter à consideração superior a seguinte proposta de encaminhamento:

a) Cientificar o Ministério Público Especial de Contas que os temas "**Previdência Social do Estado**" e "**Aplicações Constitucionais mínimas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**" constituem objetos de análise e abordagem na Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2014, protocolizada nesta Corte em 19.05.2015 e autuada sob o processo TC-6.016/2015, abalizadas pelas normas constitucionais e legais vigentes aplicáveis a cada objeto analisado, inclusive pelos atos normativos vigentes expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

b) De submissão à Administração do Tribunal de Contas dos pedidos que dizem respeito a:

b.1) avaliação quanto ao juízo de conveniência, oportunidade, necessidade e possibilidade de adoção de medidas administrativas para o desenvolvimento de mecanismos para viabilizar a participação popular no processo de apreciação da prestações de contas de Governadores do Estado, disponibilizando um espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro;

b.2) A pretensão de negar executoriedade a dispositivos de ato normativo vigente do próprio Tribunal de Contas, com efeito concreto e abstrato e de repercussão geral, com reflexos nos atos praticados pelos jurisdicionados no exercício financeiro encerrado (2014), com vistas a verificar a necessidade (ou não) de submissão da matéria ao Plenário desta Corte;

c) Indeferimento da proposição de inclusão de item relacionado aos indícios de movimentação indevida de créditos orçamentários entre os Fundos Previdenciário e Financeiro do Regime Próprio de Previdência (RPPS) do Estado, sob a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), na análise consolidada das contas anuais do

Governador do Estado, por representar assunto específico que pode ser examinado e apreciado nas contas anuais de gestão ou em fiscalização, observando-se o rito previsto no Regimento Interno do Tribunal para a identificação dos responsáveis;

d) A proposição de remessa do pedido de fiscalização, no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), ao juízo de admissibilidade do Relator competente;

À Secretaria Geral de Controle Externo, propondo a remessa ao Gabinete do Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges.

A verificação das aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino fez parte da análise realizada pela Comissão Técnica. Ademais, **não é razoável** negar executoriedade a Ato Normativo expedido por este Tribunal, em especial a Resolução TC 238/2012, que disciplina a fiscalização das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no âmbito deste Órgão de Controle Externo, **após o exercício findo,** visto que serviu de **orientação deste Tribunal de Contas aos seus jurisdicionados,** bem como atuou como **critério balizador para a apreciação das contas anuais dos Governadores deste exercício e anteriores** e, também, apreciação das contas de **Prefeitos deste Estado.**

Quanto às aplicações mínimas em Manutenção e Desenvolvimento da Educação a matéria é tratada pela Resolução TC 238/2012, que se encontra em vigor (devidamente apreciada por este Plenário sob a fiscalização do Ministério Público Especial de Contas), abrangendo a utilização e permissão para a realização e consideração de despesas com a contribuição complementar de aporte de recursos financeiros para o regime próprio de previdência de pessoal do Ensino.

A abertura de créditos suplementares relacionados às dotações para a realização de despesas previdenciárias submetem-se a rito específico previsto na Lei Complementar Estadual nº 282/2004, inclusive com submissão prévia ao Conselho Administrativo, órgão de deliberação e orientação superior do IPAJM e, portanto, deve ser avaliada no âmbito das contas de gestão da respectiva unidade gestora, inclusive com a identificação de todos os responsáveis, se for o caso.

Pelo exposto, **afasto esta preliminar de mérito**, observando que o processo TC 6099/2015 será encaminhado, oportunamente, ao Relator dos processos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) para adoção das providências, porventura, cabíveis.

Passo a abordar, então, a **preliminar de mérito de sobrestamento do processo de Prestação de Contas Anual do Governador e a interrupção do prazo para a emissão do Parecer Prévio,** tendo em vista as razões transcritas na manifestação do Ministério Público Especial de Contas, a saber:

> **I. A complementação**, por parte da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), do Relatório Técnico de Análise e Avaliação (doc. 12) em relação aos 22 pontos de controle que deixaram de ser analisados e à ausência de emissão do parecer conclusivo pelo órgão de controle interno do Poder Executivo, constatada inclusive pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 545, 546, 598 e 599), sem os quais não é possível emitir juízo de valor acerca de temas relevantes para o julgamento desta prestação de contas, a

exemplo da renúncia de receitas, abertura de créditos adicionais, despesas com pessoal e afetação das metas fiscais do Estado;

II. O aguardo do relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) para aferição de possíveis irregularidades na emissão de empenhos por parte do Poder Executivo no exercício de 2014, em atenção ao pedido formulado pelo Poder Legislativo, juiz natural do julgamento da prestação de contas anual do Governador;

III. A reabertura da instrução processual para análise por parte da Comissão Técnica do TCEES, **nos autos desta PCA**, dos seguintes pontos:

1. **Abertura de crédito suplementar** para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:

- Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004;
- Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964;
- Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008;
- Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008;
- Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN.

2. **Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino**, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), valor inclusive constatado pela Comissão Técnica (fl. 430), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal, contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994;
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

3. **Análise da natureza dos recursos que integram as fontes de recurso ““71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)” e “12 –**

Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11", constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, tendo em vista que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 10/2015 considerou em seu cálculo que essas fontes são formadas apenas por recursos não vinculados, conquanto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), em resposta a requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas (doc. 3), demonstrou que a fonte 71 contém recursos vinculados, a exemplo das multas de trânsito arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), fonte 0271000002, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 69.091.145,14**, e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), fonte 0271000009, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 2.725.140,80**;

4. **Análise do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Empenhos**, instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo com o objetivo de apurar supostas irregularidades na emissão de empenhos durante o exercício financeiro de 2014;

IV. Confirmando-se os indícios de irregularidades, com fundamento no art. 113, § 2º, da Resolução TC 261/2013, promova a oitiva do Governador do Estado no exercício de 2014, Sr. José Renato Casagrande, bem como, caso entenda necessário, do atual Governador, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, responsável pela elaboração da prestação de contas em exame, dando-se prosseguimento à instrução processual com o posterior retorno do feito a este órgão ministerial para emissão de parecer complementar;

Conforme disposto no art. 16 da Instrução Normativa TC 28/2013 e alterações, de 26.11.2013, o relatório e parecer conclusivo do órgão de controle interno passaram a ser exigidos a partir da prestação de contas anual relativa ao exercício de 2014. Sendo assim, está é a primeira oportunidade em que, por exigência normativa deste Tribunal, a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT) atuou em apoio ao Controle Externo na análise das contas anuais do Governador.

Desse modo, **não é razoável exigir extremo rigor** no primeiro ano de implantação da exigência. E, por este motivo, é que os **entes municipais contam com prazos mais flexíveis** para o cumprimento de tal exigência. Ademais, as limitações na primeira versão do relatório foram informadas pela própria SECONT.

Os pontos relacionados aos Instrumentos de Planejamento, a Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária, a Gestão Patrimonial e aos Limites Constitucionais e Legais que deixaram de ser avaliados no relatório e no parecer do órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado, por ocasião da remessa anual das contas oferecidas pelo Governo Estadual, **foram analisados em capítulos específicos no relatório técnico RTCG 01/2015.**

Portanto, as impropriedades do relatório do órgão central de controle interno não têm o condão de sobrestar esta análise de Prestação de Contas Anual do Governador do Estado. Além disso, o representante do Ministério Público Especial de Contas não colaciona evidências sobre a ocorrência de irregularidades relacionadas à eventual falha ou omissão do relatório da SECONT que mereçam um minucioso exame, razão pela qual adiro à

proposta do relatório da Comissão Técnica no tocante a **expedição de recomendações para as situações futuras**.

Não é demais lembrar que, não obstante a hipótese de ausência do relatório conclusivo do controle interno, o Tribunal de Contas deverá emitir pronunciamento acerca do mérito das contas do governador.

Quanto à conjectura relacionada à necessidade de aguardar o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que diz respeito às **supostas** despesas realizadas pelo Governo Estadual sem a existência de prévio empenho, ocorridas no exercício de 2014, amplamente divulgadas na mídia local, repiso que **tal assunto foi objeto de discussão na 3ª sessão ordinária do Plenário desta Corte, ocorrida em 24.02.2015,** oportunidade em que se decidiu pela apreciação do tema no contexto global da Prestação de Contas Anual do Governador Estado, no exercício de 2014.

Nesse sentido, os reflexos decorrentes das despesas **supostamente** não empenhadas, apuradas em levantamento **preliminar** da SECONT, e também informada no relatório do controle interno integrante dos autos da prestação de contas **foram considerados em sua totalidade na análise da gestão fiscal do exercício de 2014, em especial no item 5.3.8 que avalia a disponibilidade líquida de caixa do Poder Executivo e o Consolidado do Ente Federativo, empreendida pela Comissão Técnica.**

No mais, o modelo de organização administrativa adotado pelo Estado do Espírito Santo, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 3043/75 e suas alterações, **não** atribui competência ao Chefe do Poder Executivo para a prática de atos relacionados à ordenação de despesa, portanto, a decisão de empenhar, bem como de determinar o pagamento de despesa pública, cabe aos respectivos ordenadores de despesas das unidades gestoras em suas respectivas pastas e/ou secretarias.

No que tange ao pedido de reabertura da instrução processual, os argumentos trazidos pelo *Parquet* acerca da abertura de créditos suplementares, no âmbito do IPAJM, e a utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino para o aporte de recursos para o pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos e pensionistas, possuem a mesma identidade de matéria versada no processo TC 6099/2015, já abordado e refutado quando da análise da primeira preliminar formulada pelo Ministério Público Especial de Contas, motivo pelo qual reitero tais considerações para refutar esta proposição em exame.

Quanto à proposição de nova análise do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, em virtude de informações prestadas pela SEFAZ, em resposta a requerimento formulado pelo Ministério Público Especial de Contas, de que no montante da disponibilidade de caixa das fontes não vinculadas declaradas pelo próprio Poder Executivo haveria recursos vinculados, a exemplo das multas de trânsito arrecadadas pelo Departamento Estadual do Trânsito (DETRAN) e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), com disponibilidade de caixa líquida, de R$ 69.091.145,14 (sessenta e nove milhões, noventa e um mil, cento e quarenta e cinco reais e quatorze centavos) e R$ 2.725.140,80 (dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta reais e oitenta centavos), respectivamente, é essencial destacar que **tal questão foi minuciosamente analisada pela Comissão Técnica no item 5.3.9 do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo**, contemplando as autarquias, em decorrência das notas explicativas constantes no demonstrativo

publicado posteriormente à entrega da prestação de contas na Assembleia Legislativa e encaminhada a este Tribunal.

A tabela a seguir corrobora os argumentos acima mencionados, senão vejamos:

Tabela 5.3.1 – Disponibilidade de Caixa em 31/12/2014 considerando os valores constantes na Nota Explicativa nº 2 do Poder Executivo

Em R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS CONFORME NOTA EXPLICATIVA Nº 2.	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS NOTA EXPLICATIVA Nº2
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)
04 - Ações e Serviços de Saúde	80.963.345,37	71.922.430,42	99.177.182,92	(90.136.267,97)
35 - SUS - Produção	59.105.791,28	12.941.580,56	55.782.361,32	(9.618.150,60)
Total dos Recusos Vinculados (I)	1.236.806.224,15	211.570.383,31	160.875.794,34	864.360.046,50
Total dos Recusos não Vinculados (II)	703.732.680,63	198.059.485,96	135.090.152,28	370.583.042,39
Total Poder Executivo = (I + II)	1.940.538.904,78	409.629.869,27	295.965.946,62	1.234.943.088,89
Total Poder Legislativo	86.378.819,31	3.790.726,81	-	82.588.092,50
Assembleia Legislativa	57.363.267,98	2.977.321,56	-	54.385.946,42
Tribunal de Contas	29.015.551,33	813.405,25	-	28.202.146,08
Total Poder Judiciário	211.080.518,36	10.235.359,46	-	200.845.158,90
Valores Vinculados a Precatórios e Penas Pecuniárias	235.444.381,48	235.444.381,48	-	-
Total Ministério Público	36.947.251,94	454.305,47	-	36.492.946,47
Total = Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa (Anexo5 e 6)	2.510.389.875,87	659.554.642,49	295.965.946,62	1.554.869.286,76
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	1.430.433.479,35	2.516.433,38	-	1.427.917.045,97

Fonte: Nota Explicativa nº 2 do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo (Anexo 5) Processos TC-1591/2015, TC-1715/2015, TC-1211/2015, TC-2324/2015, TC-1281/2015, TC-1591/2015 e TC-3043/2015.

Conforme Tabela 5.3.7, constante do item 5.3.8 do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo (RTCG 01/2015), verifica-se que após considerar os valores declarados em Nota Explicativa do demonstrativo do Poder Executivo (“despesas realizadas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária”), o Total dos Recursos Não vinculados (II) apresenta o montante de R$ 370.583.042,39 (trezentos e setenta milhões, quinhentos e oitenta e três mil e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos).

Se considerarmos os valores apresentados pelo Ministério Público Especial de Contas e incluirmos a dedução dos valores das multas previstas no art. 320 da Lei Federal 9.503/199774 - Código de Trânsito Brasileiro, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), no valor total de R$ 71.816.285,94 (setenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), o Total dos Recursos Não vinculados (II) passa a apresentar o valor de R$ 298.766.756,45 (duzentos e noventa e oito milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Frise-se que a disponibilidade de caixa total do Poder Executivo (R$ 1.234.943.088,89 - um bilhão, duzentos e trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) não se altera, pois os valores das multas previstas no art. 320 da Lei Federal 9.503/199774 - Código de Trânsito Brasileiro, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e pelo Departamento

Estadual de Estradas de Rodagem (DER), no valor total de R$ 71.816.285,94 (setenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), após os ajustes de contabilização, passariam a compor o Total dos Recursos Vinculados (I).

Portanto, após a consideração dos valores das "despesas realizadas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária", bem como os ajustes quanto à alocação como recurso das multas previstas no art. 320 da Lei Federal 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), conclui-se, para fins estritamente fiscal da análise da Disponibilidade de Caixa, que o Poder Executivo, os demais poderes e órgãos relacionados no art. 20 da LRF, bem como o Ente Federativo **possuem liquidez para arcar com seus compromissos financeiros**.

A respeito do argumento colacionado pelo Ministério Público Especial de Contas quanto à reabertura de instrução em razão da análise de relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI dos empenhos), bem como a oitiva do Sr. José Renato Casagrande devem ser refutados, uma vez que estão presentes nestes autos de Prestação de Contas Anual do Governador do Estado do Espírito Santo (exercício 2014) os documentos e informações imprescindíveis à apreciação das contas, conforme atestado pela Comissão Técnica, razão pela qual o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI dos empenhos) e a oitiva do Sr. José Renato Casagrande deixam de ser necessários.

De igual modo é desnecessária a oitiva do Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, não somente por toda argumentação explanada até o momento, mas, também, em razão do processo em análise tratar da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado do Espírito Santo referente ao exercício de 2014.

De todo modo, **quando disponível** o relatório com o resultado definitivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá ser observado na análise das contas anuais dos ordenadores de despesas, que é considerada a ocasião oportuna para a individualização das condutas e a identificação dos responsáveis, se confirmados os indícios de irregularidades.

Diante dos argumentos acima elencados, **deixo de acolher tal preliminar.**

Tendo sido superadas as preliminares arguidas pelo Ministério Público Especial de Contas, passo a analisar as **Determinações** elaboradas pelo *Parquet*, direcionadas ao Poder Executivo, conforme **item 3.3.1** do Parecer Ministerial.

A possibilidade de expedição de determinação aos gestores decorre do permissivo contido no disposto no art. 71, inciso X, da Constituição Estadual[161], por simetria ao disposto no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, bem como, do art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, e **vincula obrigação concreta de fazer ou não fazer aos seus destinatários.** (grifou-se)

[161] Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
[...]
X - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se **verificada ilegalidade**; (g.n)

A possibilidade de o Tribunal de Contas determinar e assinar prazo aos órgãos e entidades para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei **pressupõe a existência de situação concreta** que configure irregularidade, assim como deve ser essa passível de regularização.

Convém ressaltar que este é o fundamento jurídico que repele a produção de determinações genéricas, assim como que não autoriza o Tribunal a se imiscuir no processo legislativo de cada ente. Além disso, também afasta o exercício do controle de legalidade ou constitucionalidade *in abstrato*, que somente poderá ser viabilizado por esta Corte de forma incidental, na apreciação de processos que contemplam casos concretos.

As recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas objetivam o aprimoramento do desempenho da gestão dos recursos públicos e a contribuição para as boas práticas administrativas dos órgãos e Entidades Jurisdicionados, nos moldes do art. 206, § 2º, c/c art. 329, § 7º, do Regimento Interno desta Corte de Contas, **não vinculando** obrigações concretas aos seus destinatários. (grifou-se)

Tais premissas permitem inferir que não é razoável expedir "determinações" com a finalidade de orientar, preventivamente, a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016, bem como a execução orçamentária do exercício de 2015 que já está em andamento. Tais temas poderão ser avaliados, se necessário, por meio de instrumentos fiscalizatórios específicos que escapam da competência deste Conselheiro Relator, **razão pela qual deixo de acolher as propostas de expedição das determinações dos subitens 3.3.1, alíneas "a" e "b".**

Afasto, de igual modo, a proposta do subitem 3.3.1, alíneas "c", "d" e "e", pois resta evidenciado que o critério de registro e aferição das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino está em consonância com as orientações de Ato Normativo deste Tribunal que dispõe sobre o tema (Resolução TC-238/2012).

Rejeito, também, a proposição de **determinação** do **subitem 3.3.1, alíneas "f" e "g", acolhendo-as como recomendação**, pois não consta nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade, requisito indispensável para assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porquanto consta das obrigações previstas no art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outrossim, embora pareçam pertinentes as propostas de melhoria de acesso ao **Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado do Espírito Santo (SIGEFES),** considero prematuro expedir determinações que vinculem obrigações aos atuais gestores do Poder Executivo, pois não constam nos autos evidências que permitam tal entendimento. Dito isso, pondero que esta proposta ultrapassa o mérito destes autos de Prestação de Contas Anual do Governador, pois se relaciona com a ação fiscalizatória realizada por este Tribunal, **razão pela qual rejeito a proposição constante na alínea "h".**

Rejeito, de igual modo, as propostas contidas nas alíneas "i" e "j", por acolher integralmente o relatório técnico de análise das contas. Vale repisar que a composição do relatório conclusivo do órgão central de controle interno sobre as contas anuais do Governador é matéria disciplinada em Ato Normativo, compelindo os jurisdicionados a sua observância (Instrução Normativa TC-28/2013 e alterações), tornando-se dispensável a expedição de determinação para o cumprimento de norma em abstrato.

Além disso, o critério de análise das despesas com pessoal dos Poderes e Órgãos do Estado está de acordo com as orientações decorrentes de Atos e Decisões Normativas deste Tribunal, no âmbito de seu poder regulamentar (artigo 3º da Lei complementar nº 621/2012), mantendo-se a uniformidade dos critérios adotados na apreciação das contas dos diversos exercícios anteriores, inclusive de Prefeitos deste Estado.

Após abordar as determinações pleiteadas pelo Ministério Público Especial de Contas, passo a sopesar as **recomendações** elaboradas pelo *Parquet*, **ao Poder Executivo**, conforme **subitem 3.3.2 do Parecer Ministerial**:

Utilizando-me da mesma linha de raciocínio abordada na análise da determinação proposta no subitem 3.3.1, alínea "h", embora pareça pertinente viabilizar o aprimoramento das técnicas de fiscalização deste órgão de Controle Externo, avalio que a proposta de recomendar aos atuais gestores do Poder Executivo a realização de estudos que objetivam a disponibilização do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado do Espírito Santo (SIGEFES) a todos os municípios **não é matéria relacionada ao mérito das presentes contas de governo**.

Ademais, a implementação de iniciativas desta natureza (que podem gerar despesas) dependem de circunstâncias afetas ao poder discricionário de cada ente, sendo, portanto, prematura a expedição de recomendação nesse sentido. Por este motivo, **deixo de acolher a recomendação contida no subitem 3.3.2 alínea "a"**.

Ao avaliar as **recomendações** elaboradas pelo *Parquet*, **aos Poderes Executivo e Legislativo**, conforme **subitem 3.3.3 do Parecer Ministerial**, seguem as ponderações que julgo pertinentes:

Pelos motivos anteriormente abordados, entendo pelo **não acolhimento da proposição do subitem 3.3.3, alínea "a",** que recomenda aos Poderes Executivo e Legislativo, no sentido de envidar esforços para a recomposição de **suposto** débito histórico de R$ 2,63 bilhões às contas vinculadas ao ensino para que seja acrescido ao percentual mínimo de 25% a média do percentual anual que **supostamente** deixou de ser aplicado em exercícios anteriores. No mais, os pronunciamentos definitivos deste Tribunal por meio dos Pareceres Prévios emitidos sobre as Contas Anuais dos Governadores de Estado de exercícios anteriores e submetidas ao julgamento da Assembleia Legislativa inviabilizam o acolhimento desta proposta.

A respeito das **recomendações** elaboradas pelo *Parquet*, aos **Poderes Judiciário e ao Ministério Público Estadual**, conforme **subitem 3.3.4 do Parecer Ministerial**, vale dizer:

Considerando os apontamentos do RTCG01/2015 acerca da gestão previdenciária (fl. 463), em que pese a existência de decisões judiciais que autorizem as circunstâncias que possam representar a gestão fragmentada do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, **aquiesço com a proposta de recomendação contida no subitem 3.3.4, alínea "a"** formulada pelo Ministério Público Especial de Contas.

Ao avaliar as **recomendações** elaboradas pelo Parquet, **a todos os Poderes e órgãos**, conforme **subitem 3.3.5 do Parecer Ministerial**, vale registrar:

Propõe o Ministério Público de Contas que todos os Poderes e Órgãos envidem esforços no sentido de aprimorar os instrumentos de gestão

orçamentária e de alocação de recursos públicos, de modo a viabilizar, se possível, que os superávits financeiros de recursos ordinários dos Poderes e órgãos possam ser remanejados para atender situações emergenciais de outros Poderes e órgãos ou, no caso de recursos vinculados, que sejam incluídos nas despesas orçamentárias do exercício seguinte dos órgãos arrecadadores, gerando assim, uma economia de recursos para o caixa único do Estado, respeitadas as limitações constitucionais e legais.

Pondero, mais uma vez, que **esta proposição não trata de assunto a ser apreciado nestes autos de Prestação de Contas Anual do Governador.**

A execução orçamentária e financeira dos Poderes e órgãos públicos é regulada por legislação específica sobre o tema. A gestão de eventuais disponibilidades financeiras ou superávit financeiros apurados no âmbito de cada poder ou órgão referidos no artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, é de competência individualizada de cada um dos Poderes e Órgãos, dada a sua autonomia orçamentária e financeira garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil, cabendo ao Tribunal de Contas o exercício do Controle Externo.

Por este motivo, não compete ao Tribunal de Contas do Estado se imiscuir no modelo discricionário de gestão das destinações de eventuais disponibilidades de caixa ou superávit financeiro, com exceção daquelas que decorram de comando legal. Sendo assim, **deixo de acolher a proposição contida no subitem 3.3.5, alínea "a".**

A proposta de recomendação abarcada subitem 3.3.5, alínea "b", atinente ao cômputo das despesas previdenciárias com inativos e pensionistas, inclusive o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, está em desacordo com o tratamento normatizado por este Tribunal de Contas, nos moldes da Resolução 189/2003 e da Decisão Plenária 006/2001, no âmbito do poder regulamentar desta Corte (artigo 3º da Lei complementar n. 621/2012), que se observa na análise quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal - RGF dos poderes e órgãos, devidamente submetidas ao parecer ministerial e acatadas pelo *parquet*. Por este motivo, **afasto a proposição contida no subitem 3.3.5, alínea "b",** e, por derradeiro, **rejeito a proposição contida no subitem 3.3.5, alínea "c"** (que versa sobre a republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal- RGF´s, considerando as despesas com inativos e pensionistas e seus aportes).

Restam, ainda, expor as considerações acerca dos **pedidos finais** elaborados pelo Parquet de Contas, conforme item 3.4, senão vejamos:

Divirjo do Parquet no que se refere ao pedido de juntada ou apensamento aos autos de expedientes endereçados a esta Corte de Contas relacionadas a esta Prestação de Contas Anual do Governador, **conforme subitem 3.4, alínea "a",** eis que, conforme dito anteriormente, os documentos e informações que integram estes autos de Prestação de Contas Anual do Governador do Estado são suficientes e possibilitam a apreciação pelo plenário desta Corte.

Acerca do pedido contido no **subitem 3.4, alínea "b", "i",** para que o TCEES promova a transparência no exercício da atividade de controle externo, disponibilizando, no seu portal, a íntegra dos documentos que compuseram as Prestações de Contas do Governador do Estado dos exercícios de 2010 a 2014 e seguintes, **proponho que seja submetido, em**

momento futuro e oportuno, à administração desta Corte para avaliar a viabilidade e possibilidade técnica.

De todo modo, deve ser registrado que já estão disponíveis no sítio eletrônico do TCEES os relatórios técnicos, pareceres ministeriais, votos e Pareceres Prévios sobre as Contas Anuais dos Governadores dos exercícios relacionados no parecer ministerial.

Utilizando-se a mesma linha de raciocínio delineada neste voto, **considero prejudicado o pedido referente ao subitem 3.4, alínea "b", "ii"**, que trata de realização de auditoria para levantamento do total de recursos que deixaram de ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino em exercícios anteriores, pelos motivos já apresentados, tendo em vista que tal proposição não é tema concernente à Prestação de Contas Anual do Governador.

No tocante à sugestão de auditoria de sistema no SIGEFES **(subitem 3.4, alínea "b", "iii"), proponho o encaminhamento, em momento posterior e oportuno, à Secretaria Geral de Controle Externo (SEGEX) deste Tribunal com o escopo de avaliar o interesse, conveniência e oportunidade** de eventual ação de controle externo por parte desta Corte.

Quanto aos pedidos relacionados nos subitens 3.4, alínea "b", "iv", "v", "vi", "vii", "viii" e "x", entendo **descabidas tais proposições**, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno deste Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução TC 261/2013, assim como em Atos Normativos próprios desta Corte, em especial a Instrução Normativa 28/2013 e alterações e, também, em Normas de Auditorias Governamentais (adotada por meio da Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual de Auditoria de Conformidade (aprovado pela Resolução TC 287/2015).

No que tange à **proposição contemplada pelo subitem 3.4, alínea 'b", "ix",** que diz respeito ao estabelecimento de prazo mais dilatado para a elaboração de parecer ministerial sobre as contas anuais futuras dos Governadores, revelando uma possível proposta de emenda do art. 114 do Regimento Interno deste Tribunal, **proponho a inclusão do tema em pauta da sessão administrativa do corpo deliberativo desta Corte para avaliação, a ser proposta e encaminhada em momento oportuno.**

Por ora, pendente, ainda, o pronunciamento desta Corte acerca do mérito, razão pela qual se revela **prematura a proposição de encaminhamento de cópia integral** do processo de Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, **impondo-se a negativa do encaminhamento pleiteado pelo *Parquet* no item 3.5**.

Portanto, considerando o afastamento das preliminares suscitadas pelo Ministério Público Especial de Contas, bem como considerando a análise das proposições elaboradas pelo *Parquet* e, ainda, diante de toda argumentação aduzida anteriormente, **acolho *in totum* os termos do Relatório Técnico das Contas do Governador – RTCG 01/2015**, pela **aprovação** da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. José Renato Casagrande, relativas ao exercício de 2014, motivo pelo qual deixo de acatar as razões expostas no Parecer do Ministério Público Especial de Contas - PPJC 3684/2015, com exceção das recomendações e encaminhamentos admitidos neste voto.

1.12.1.1.3 Conclusão

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto e de tudo o que dos autos consta, nos termos do artigo 71, I da Constituição Estadual c/c com os artigos 72 e 80, I, da LC 621/2012, bem como os artigos 105 e 118, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Resolução TC nº 261/2013), observando-se que o Balanço Geral do Estado do Espírito Santo representa adequadamente a posição contábil, financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual, **VOTO** para que esta Corte de Contas emita **PARECER PRÉVIO** recomendando à Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a **APROVAÇÃO** da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor **JOSÉ RENATO CASAGRANDE**, referente ao exercício de **2014**, nos termos do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 com as suas recomendações, com exceção daquelas que já foram objeto da análise, previamente, nos processos TC 1224/2014 e processo TC 1223/14, relativos a análise da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, respectivamente.

Recomendo, ainda, **a observância da proposição de recomendação contida no subitem 3.3.4, alínea "a"** do parecer ministerial.

O Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 é parte integrante deste voto, como se aqui estivesse transcrito.

1.12.1.2 Voto do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

VOTO

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO:

Integrantes da Comissão Técnica, aos quais dirijo especial cumprimento e gostaria de manifestar minha admiração, meu respeito e minha confiança na lisura da conduta dos trabalhos desenvolvidos por esta comissão, formada por auditores altamente capacitados, experientes, com independência funcional e, tão importante quanto, todos com independência intelectual.

Reitero os elogios e as manifestações de apoio aos já nominados componentes.

1.12.1.2.1 Quanto às preliminares arguidas pelo Ministério Público de Contas

Quanto às preliminares arguidas pelo Ministério Público de Contas

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ACERCA DAS CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2014

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 71, inciso I, prevê a competência do Tribunal de Contas da União para apreciar, mediante parecer prévio conclusivo, as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

Por força do que dispõe o art. 75 da Carta Política e por disposição da Constituição Estadual, idêntica atribuição foi entregue ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em relação às contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, à Assembleia Legislativa, até o dia 30 de abril de cada ano (art. 91, Inciso XVIII, da CE).

Além do texto constitucional, dispõe sobre o regime jurídico de apresentação e apreciação das contas prestadas pelo Governador, a LC 621/2012, em seus artigos 72 e seguintes, a partir dos quais se colhe a norma posta em relevo no § 1º do art. 72, ao prevê o seguinte:

> § 1º A composição das contas a que se refere o *caput* observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas.

Ao tratar da sobre a matéria, o Regimento Interno assim dispôs em seu art. 105, §§ 3º e 4º:

> **§ 3º** A composição das contas a que se refere o *caput,* observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal.
>
> § 4º As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados no ato normativo previsto no parágrafo anterior.

Nesse passo, a composição das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual foi detalhada na **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013**, nos termos do seu artigo 2º.

Conforme assinalado, o prazo para entrega das contas anuais à Assembleia Legislativa é até o dia 30 de abril do ano seguinte, ao exercício a que se refere, cabendo ao Tribunal de Contas promover o seu exame técnico e conclusivo, e sobre elas, emitir Parecer Prévio, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.

Ressalva o legislador como hipótese de prorrogação do marco limite para cumprimento dessa obrigação, por este órgão de controle, apenas, a situação em que o Tribunal verifique que as contas prestadas não apresentem todo o rol de documentos ou informações exigidos nas normas que disciplinam sua composição. Vide o que dispõe o art. 73 e seu parágrafo único, da LC 621/2012.

> Art. 73. Se as contas não forem encaminhadas ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua correta instrução, o Tribunal de Contas comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para fins de direito.

> Parágrafo único. O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal de Contas.

Pois bem, se as contas foram apresentadas e submetidas ao crivo da área técnica e ao Relator, sem que por estes fossem, até então, acusadas nenhuma pendência, não temos, no caso concreto, a situação para a qual o legislador autorizou a prorrogação do prazo de emissão de Parecer Prévio. DAÍ PORQUE ME PARECE DESCABIDA A PRETENSÃO DE SOBRESTAR O EXAME E EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO.

OUTRAS QUESTÕES PRÉVIAS PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Inicialmente, reforçando o que já assinalei acerca do regime legal de prestação de contas pelo governador do Estado, volto a destacar que, consoante o que dispõe o texto constitucional, a lei e os atos normativos pertinentes, somente ao Chefe do Poder Executivo compete a remessa dos elementos e informações que compõem as contas anuais do governo do Estado, sejam eles remetidos no prazo regulamentar, sejam eles encaminhados e pedido do Tribunal.

Ou seja, o **regime de composição**, o exame do controle interno e a remessa, enfim, o procedimento a ser observado deve ser aquele previsto na lei e em demais atos normativos **publicados até o início do exercício de incidência**, pois, iniciativa ou providências que fujam dessa compreensão legal condenariam os gestores públicos a ficarem sempre sujeitos a um dos mais duros obstáculos: o desafio de conviver constantemente com incerteza em relação às consequências de seus atos administrativos ou políticos. **E reforço esse argumento na qualidade de Relator das Contas de 2015, pois, qualquer proposta de mudança atual deve, necessariamente, permitir que o Governo atual tenha tempo para futuras adequações.**

Nesse mesmo diapasão, entendo irrazoável, cogitar-se da possibilidade de negar-se, subitamente e com efeitos retroativos, incidência de ato normativo deste Tribunal, para examinar atos relativos às contas de exercício encerrado, sob pena de perpetrar-se uma violação ao princípio da segurança jurídica e da confiança. (VIDE JULGADOS E DOUTRINA CONSTANTES ABAIXO)

SOBRE A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA

MS 22357 / DF - DISTRITO FEDERAL – STF – REL. MIN. GILMAR MENDES – 27.05.2004

Princípio da confiança como elemento do princípio da segurança jurídica. Presença de um componente de ética jurídica e sua aplicação nas relações jurídicas de direito público. Necessidade de estabilidade das situações criadas.

MS 24781 / DF - DISTRITO FEDERAL - STF – REL. MIN. GILMAR MENDE - 02/03/2011

A recente jurisprudência consolidada do STF passou a se manifestar no sentido de exigir que o TCU assegure a ampla defesa e o contraditório nos

casos em que o controle externo de legalidade, exercido pela Corte de Contas, para registro de aposentadorias e pensões, ultrapassar o prazo de cinco anos, **sob pena de ofensa ao** princípio da confiança – face subjetiva do princípio da segurança jurídica.

ASSEVERA O CONSTITUCIONALISTA **CLÈMERSON MERLIN CLÈVE**[162]:

É evidente que o fato de a sentença judicial implicar a nulidade ab initio da normativa impugnada favorece a emergência de não poucos problemas. Inexistindo prazo para a pronúncia da nulidade – já que a inconstitucionalidade decorre de vício, em princípio, insanável e, ademais, imune à prescrição -, considere-se o caso de uma lei cuja ilegitimidade foi reconhecida após o decurso de longo lapso temporal, tendo inclusive prestigiado a consolidação de um sem número de situações jurídicas. **É induvidoso que em semelhantes casos o dogma da nulidade absoluta deve sofrer certa dose de temperamento**, sob pena de sustentar a injustiça e a violação do princípio da confiança (2000, p. 250-251).

PARA **ROQUE ANTONIO CARRAZZA**[163],

(...) uma das funções mais relevantes do Direito é "conferir certeza à incerteza das relações sociais" (Becker), subtraindo do campo de atuação do Estado e dos particulares qualquer resquício de arbítrio. Como o Direito é a "imputação de efeitos a determinados fatos" (Kelsen), cada pessoa tem elementos para conhecer previamente as consequências de seus atos. Isto dá a todos a tranqüilidade para planejarem o porvir, já que se conhece o modus pelo qual as regras de conduta serão aplicadas. Por outro lado, a certeza de que serão respeitados o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito confere às pessoas a chamada "garantia do passado" – o que leva à irretroatividade do próprio Direito (2011, p. 456).

J.J. GOMES CANOTILHO[164] associa o princípio da segurança jurídica ao da proteção e confiança, que exigem: "(1) fiabilidade, clareza, racionalidade e transparência dos actos do poder; (2) de forma que em relação a eles o cidadão veja garantida a segurança nas suas disposições pessoais e nos efeitos jurídicos dos seus próprios actos" (7ª ed., 2003, p. 257).

E prossegue, com enfoque à segurança jurídica dos atos jurisdicionais: As idéias nucleares da segurança jurídica desenvolvem-se em torno de dois conceitos: (1) **estabilidade ou eficácia ex post da segurança jurídica**, dado que as decisões dos poderes públicos uma vez adoptadas, na forma e procedimentos legalmente exigidos, não devem poder ser arbitrariamente modificadas, sendo apenas razoável a alteração das mesmas quando ocorram pressupostos materiais particularmente relevantes; (2) **previsibilidade ou eficácia ex ante do princípio da segurança jurídica**

[162] "CLÈVE, Clèmerson Merlin. A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000." (nota de rodapé constante no documento original)

[163] "CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 27ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011." (nota de rodapé constante no documento original)

[164] "CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003. apud SANCHES, Liliane A modulação dos efeitos das decisões no controle de constitucionalidade em matéria tributária - RBDC n. 20 - jul./dez. 2012 -ISSN: 1678 – 9547 (versão impressa) – 1983 – 2303 (versão eletrônica). Acesso em: 13 jul. 2015.
Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Direito Constitucional Aplicado, Pós-Graduação Latu Sensu, da Escola Superior de Direito Constitucional, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista, sob a orientação da Professora Elaine Parpinelli Moreno Vessoni." (nota de rodapé constante no documento original)

que, fundamentalmente, se reconduz à exigência de certeza e calculabilidade, por parte dos cidadãos, em relação aos efeitos jurídicos dos actos normativos (CANOTILHO, 7ª ed., 2003, p. 264).

Sobre o Parecer do Controle Interno

Sobre a ausência de Parecer Conclusivo do órgão de Controle Interno completo, lembro que essa exigência passou a constar da composição das contas de governo a partir do exercício de 2014, e, diga-se de passagem, constitui obrigação que recaiu sobre o dirigente do Controle Interno do Estado, na gestão atual, a qual coube a preparação e a remessa da Prestação de Contas, razão pela qual não vejo motivo para a repercussão dessa inadequação procedimental nas contas em apreciação, eis que, a meu sentir, é questão que pode ser saneada com recomendação para que o Poder Executivo, doravante, proceda à sua elaboração nos termos das normas deste Tribunal. (conforme consta do voto do eminente Relator).

Sobre a sugestão de se aguardar o término dos trabalhos da CPI

No que se refere à sugestão de que se aguarde o término dos trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, para então promover a apreciação das presentes contas, vejo como hipótese absolutamente descabida, vez que o Tribunal de Contas, por força de mandamento constitucional derivada da vontade do constituinte originário, possui competência para realizar de modo autônomo o seu papel de examinar e emitir Parecer Prévio.

Sobre a possível existência de despesas não empenhadas

Quanto a possível existência de despesas não empenhadas, é imperioso assinalar primeiro que, de regra, o modelo institucional do ente federativo da esfera estadual não prevê hipótese de o Governador atuar como ordenador de despesa, do que implica que, mesmo tendo nessa condição agido, estar-se-ia diante de um caso que exigiria elementos probatórios da perpetração de tal conduta pelo agente governante, o que parece não existir nos autos.

Ademais, sabe-se que no ciclo da despesa pública o primeiro registro contábil que aparece é o referente ao empenho, conforme expressa disposição legal (lei 4.320/64). Ora, se a indicação é de que haveria despesas não empenhadas, de onde se retiraram esses números? Levantaram-se os dados de todos os contratos e contratações dos diversos órgãos ou entidades? Apurou-se a prestação de serviços de todas as empresas, a execução de todas as obras, além da entrega de produtos de todos fornecedores?

Admitindo-se que tudo isso teria sido feito, a mensuração teria se dado pelo estágio de execução do final do ano de 2014, ou partir da situação constatada em dias recentes?

É de sabença comum que compromissar a entrega de um produto ou de um serviço não significa dizer que as obrigações ajustadas irão ser cumpridas nos prazos firmados. É por isso que para se afirmar que houve uma despesa é preciso que se tenha a formalização da obrigação, o cumprimento desta pelo fornecedor ou prestador, e pelo menos o ateste pelo contratante. E isso é um dado verificável somente pela simples

existência de termo de ajuste. Se não houve a comprovada prestação de serviço ou entrega do produto, nunca haverá a despesa.

Por isso e por tudo mais aqui exposto, entendo que esse fato, que parece ser mais atribuível aos gestores de órgãos ou entidades, deve ser objeto de exame nas contas dos administradores de que fala o inciso II do art. 71 da CF.

1.12.1.2.2 Quanto ao mérito

Quanto ao mérito

Cabe ainda breve histórico sobre a previdência social brasileira e capixaba.

Sabemos que a população brasileira apresentava uma pirâmide populacional com base larga e ápice estreito, ou seja, tínhamos uma população com muitos jovens e poucos idosos. Em pouco mais de 50 anos esse quadro foi alterado. Houve um envelhecimento muito rápido da população. Pois bem, a sociedade brasileira não se preparou ainda para mudança tão drástica.

No Espírito Santo, a situação era semelhante. Alguma atitude deveria ser tomada. Então, em 2004, foi promulgada a lei complementar 282, segregando em dois fundos para fazer face ao pagamento dos inativos e pensionistas: um Fundo Previdenciário para os novos servidores e outro, o Fundo Financeiro, que herdou todas as mazelas de décadas.

Os estudos atuais apontam uma curva ascendente, aproximadamente, até o ano de 2030 a 2040, e após, reduzindo, até por volta do ano de 2060 ou 2070.

Portanto, não se pensa em penalizar os gestores dos últimos 12 anos, pois foram com ações firmes a partir da lei 282/04 que o quadro foi enfrentado.

Da mesma maneira, a situação fiscal brasileira passou por momentos de crise e descontrole que, a partir de 2000, com a edição da lei complementar 101, trouxe parâmetros que deveriam ter sua observância obrigatória. Faço destaque para a renegociação das dívidas dos entes federados que previram índices para juros e correção monetária de acordo com o contexto da época.

SOBRE ECONOMIA E DIREITO

A interface entre Direito e Economia provoca inesperada aproximação entre justiça e eficiência.

Sabemos que as condições macroeconômicas que vigoravam na ocasião (1999-2000) são bem diversas das condições atuais. Além disso, vários pontos trouxeram em seu bojo a regra da transitoriedade e do diferimento ao longo do tempo.

O direito convive com as demais disciplinas e deve ser entendido. Quem propiciou uma leitura interessante, vinculando Direito e Economia, foi o pensador alemão Max Weber.

A economia visaria fins e seria informada por uma ética da convicção. O Direito, no entanto, perseguiria a justiça, e uma ética da responsabilidade o matizaria.

Decisões judiciais poderiam desprezar a eficiência econômica, conquanto que os superiores cânones de justiça fossem respeitados. No entanto, dadas as inegáveis e indisfarçáveis relações entre Direito e política, percebe-se que o neoliberalismo supostamente triunfante pretenderia impor suas diretrizes à jurisprudência e à legislação. Por isso, entre outros, concebe-se uma nova leitura do Direito, e a aproximação entre Direito e Economia fomentaria campo conceitual muito útil.

Valor, utilidade e eficiência norteiam escolhas. Quando percebemos decisões jurídicas ou métodos normativos como opções, do juiz ou do legislador, conclui-se que essas decisões poderiam se orientar pelos cânones de valor, utilidade e eficiência, que se distanciam de concepções de justiça, teóricas e contemplativas. Admite-se também, bem entendido, que o alcance da Economia é limitado, dado que se centra em valor, utilidade e eficiência. Essa conclusão comprova que o pragmatismo é ponto comum na relação entre direito e economia.

No Brasil, há presentemente muita movimentação em torno de aproximação entre direito e economia, reflexo da saturação e do desgaste de um conceitualismo vazio de conteúdo prático, que tanto nos incomoda. Repudia-se o mundo imaginário que não transcende à diferenciação entre regras e princípios.

Sobre as conclusões da área técnica acerca da análise das contas prestadas pelo Governador, verifica-se, conforme demonstrativos, o cumprimento dos limites constitucionais e legais, em especial, os gastos com saúde e educação, limites com gastos com pessoal e parâmetros sobre a dívida consolidada líquida e operações de crédito, todos adequados à lei de responsabilidade fiscal, conforme **ITEM 9 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, fls. 1951 e 1952 do Processo TC 6016/2015.**

EFEITOS DA IMEDIATA ADOÇÃO DA PROPOSTA DO MPC

Caso seja admitida, por hipótese, a aplicação retroativa para 2014, da proposta do Ministério Público, teríamos inviabilizada a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual, com fortes consequências e prejuízos graves para a prestação jurisdicional e prestação dos serviços essenciais à população capixaba, conforme Quadro em Anexo.

QUADRO LIMITES COM E SEM APORTE - ANEXO 1 deste voto.

O que se propõe, neste voto, que o Tribunal de Contas promova os ajustes, com o devido respeito à segurança jurídica, modulando seus efeitos, com normas de transição exequíveis pelos órgãos e Poderes do Estado.

1.12.1.2.3 Conclusão

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, acompanho o Relator para afastar todas as preliminares.

Em relação aos demais aspectos, que foram objeto da manifestação do Ministério Público de Contas, devo assinalar, julgo que foram muito bem enfrentados e esclarecidos pelo eminente Relator e por demais Conselheiros que já se pronunciaram.

Dito isso, **VOTO** pela emissão de **PARECER PRÉVIO** pela APROVAÇÃO DAS CONTAS do exercício 2014, do senhor JOSÉ RENATO CASAGRANDE, eis que acompanho o Eminente Relator, inclusive quanto às recomendações.

1.12.1.2.4 Anexo 1

RESUMO

SIMULAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL - 2011 a 2014 - em % da RCL										
ENTIDADE			"SEM APORTE NOS DEMAIS PODERES" E COM APORTE DOS DEMAIS PODERES INCLUSO NO PODER EXECUTIVO E NO ENTE				"COM APORTE INCLUSO NOS DEMAIS PODERES" E NO ENTE, E SEM APORTE DOS DEMAIS PODERES NO EXECUTIVO			
Alerta	Prudencial	Máximo	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
ALES										
1,53	1,615	1,70	1,02%	0,95%	1,15%	1,18%	1,12%	1,06%	1,28%	1,34%
TCEES										
1,170	1,235	1,30	0,64%	0,69%	0,83%	0,82%	0,85%	0,89%	1,03%	1,01%
TJ										
5,40	5,70	6,00	4,85%	4,89%	5,59%	5,44%	5,48%	5,55%	6,46%	6,26%
MP										
1,80	1,90	2,00	1,60%	1,50%	1,71%	1,65%	1,86%	1,79%	2,09%	1,98%
EXECUTIVO										
44,10	46,55	49,00	37,67%	37,59%	44,00%	44,82%	36,47%	36,32%	42,42%	43,33%
ENTE			Não há impacto nos percentuais do Ente, pois, na metodologia do TCEES, o "Aporte dos demais Poderes" ou está incluso diretamente no Poder Executivo, ou, esta inclusos nos respectivos poderes.							
54,00	57,00	60,00	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%

Legenda: Ultrapassou o limite
Alerta
Prudencial
Legal (Máximo)

Nota: Tabela elaborada com base no Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo 1) de 2011 a 2014.

1) Conforme Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, o "Aporte" representa o somatório dos recursos repassados para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

a) O aporte do Executivo é contabilizado orçamentariamente.

b) O aporte dos demais Poderes é contabilizado extraorçamentariamente.

2) O Poder Executivo não observa a Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003 para efeito de publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal.

Vitória, 14 de abril de 2015

Equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES

1.12.1.3 Voto do conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

VOTO

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

Em que pese as disputas políticas, típicas do regime democrático serem absolutamente saudáveis, penso que não podem e não devem nortear as decisões dessa corte, embora alguns não acreditem que isso seja possível.

Feito esse registro, observo que o caso em tela se reveste de algumas características

Inicialmente as contas de um são prestadas por outro e após disputa eleitoral acirrada, em que o teor das referidas contas foi objeto de mútuas acusações.

A manifestação técnica traz conceitos que embora já empregados anteriormente podem e devem ser questionados, não para causar insegurança jurídica, mas para cumprir o papel dessa Corte de fazer uma análise equilibrada e isenta.

Lembro, por oportuno, que no caso em tela, nos limitamos a emissão de um parecer prévio, pois o julgamento propriamente dito, se dá por decisão da Assembleia Legislativa, conforme disposição constitucional.

Respeitando a independência do MP de Contas, não posso deixar de registrar, com muito pesar, a sua infelicidade em tecer duas considerações de ordem subjetiva, seja ao sugerir que a escolha da comissão foi por ato do relator, mitigando sua independência, seja por utilizar termos inapropriados ao questionar a honestidade intelectual da mesma.

Ora, a comissão é a mesma que a de muitos anos, com poucas modificações a cada ano por sugestão do relator e, em momento algum ocorreu a dependência sugerida. A atuação pode ser questionada por conceito ou metodologia, jamais por atos que não sejam republicanos.

A apaixonada defesa de nossas convicções não nos dá o direito de construir ilações desrespeitosas, para dizer o mínimo.

No campo técnico, contudo, também merece reparo as argumentações do ilustre procurador ao questionar a necessidade dos aportes dos inativos de cada poder serem contabilizados como limite em cada um. Realmente tem razão em que esse tema seja abordado, atendendo aos preceitos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Entretanto há necessidade, em nosso entendimento em se criar uma regra de transição, a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Contas. Não sendo portanto aplicável nas contas atuais

Nos mesmos moldes, o cálculo do aporte dos inativos com aplicação em Educação. Influenciando inclusive no mínimo constitucional a ser apurado. Nesse caso específico, vale ressaltar a existência de norma desse Tribunal permitindo essa interpretação ora combatida pelo MP. Entendemos como no caso anterior, da necessidade de uma regra de transição, conforme já existe em outros tribunais, seguindo o conceito que sempre defendo: Faz melhor, quem copia por último.

Com relação à ausência de parecer conclusivo do órgão de controle interno, é inadequada a cobrança ao gestor responsável pelas contas em análise, visto não ter o mesmo qualquer responsabilidade sobre o fato questionado.

Não poderia, entretanto, deixar de registrar duas situações que me parecem graves, que foram abordadas pelo digníssimo procurador em seu parecer.

Falo da alegada insuficiência financeira da ordem de 27 Milhões, e das despesas executadas sem empenho da ordem de 295 Milhões.

Inicialmente, vale ressaltar que a alegada insuficiência financeira encontrada, baseia-se em um conceito acerca da real disponibilidade de caixa.

Se é verdade que esta Corte tem aplicado o entendimento de que os recursos das Autarquias, que não sejam vinculados (aplicação definida por Lei) estejam contabilizados de forma total no Poder Executivo, a sua real disponibilidade dependeria de uma autorização legislativa, vide a existência de Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional. O que demonstra na prática que não é tão disponível assim

Lado outro, ainda me parece mais grave a possível existência de 295 milhões referentes às despesas realizadas sem empenho.

É, com certeza matéria que será objeto de apuração futura, seja em processo de contas de secretarias individuais, ou em autos apartados, caso fosse o caminho escolhido pelo Ministério Público de Contas se houvesse protocolado uma representação.

Em sendo verdade, não seria razoável que fosse essa Corte a garantir e respaldar a gravidade da situação.

O entendimento de que a possível existência de 295 milhões de despesas realizadas sem empenho, ainda que verdadeiras, não acarretaria quaisquer prejuízo a análise das presentes contas, deve prosperar, relativamente. Não há metodologia que sustente de forma cabal essa afirmativa em face da significância dos valores envolvidos

Ressalto, entretanto, mais uma vez, que há efetiva “necessidade de apuração”.

Esclareço, por fim, que o caminho processual pretendido pelo Ilustre Procurador, qual seja, o sobrestamento do feito, não encontra o devido amparo legal, seja pelo comando constitucional, seja pela previsão de nossa Lei Orgânica, seja pelo regimento Interno.

Pelo exposto, acompanho o Voto do Relator, em sua parte dispositiva em que propõe a emissão de um Parecer Prévio pela Aprovação das contas em análise requerendo que esse registro conste do Voto no sentido de preservar esta corte, que realiza seu trabalho com base nas informações existentes, muitas delas fornecidas pelo próprio ente auditado, e respeitando o prazo constitucional.

1.12.1.4 Voto do conselheiro José Antônio Almeida Pimentel

VOTO

O EXMO. SR. CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL:

Tratam os autos da apreciação das contas prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador, José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014, eis que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no cumprimento de determinação constitucional, aprecia e emite Parecer Prévio sobre as contas apresentadas pelo Governador do Estado do Espírito Santo à Assembleia Legislativa, para que esta proceda ao julgamento da ação governamental consolidada no Balanço Geral do Estado.

Os colegas que me antecederam, em suas manifestações já explicaram, com muita propriedade, as dúvidas que foram lançadas sobre o processo em pauta. Não quero ser repetitivo nem demorado, mas tecerei alguns comentários que entendo pertinentes.

Primeiramente, falarei sobre uma situação que entendo causar muita confusão, que é a questão de Contas de Governo e Contas de Gestão.

Assim, buscando definições simples sobre esses conteúdos, encontrei-as no próprio site da **ATRICON** - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil:

“As contas de governo retratam a situação das finanças da unidade federativa, englobando as contas de todos os poderes, como resultado do exercício financeiro: revelam a execução dos planos de governo, dos programas governamentais, bem como dos níveis de endividamento, limites de gasto mínimo e máximo previstos para saúde, educação, pessoal.

As contas de gestão, ao seu turno, devem vir acompanhadas de documentos físicos, notas fiscais, empenhos, liquidações, ordenamentos, a fim de demonstrar que o prestador lidou com fidedignidade com o dinheiro público.

Nesse contexto, é preciso perceber que o conteúdo das contas de gestão e das contas de governo é distinto: seria improvável pensar que as contas anuais do Presidente da República, dos Governadores de Estado (como é o caso) e dos Prefeitos Municipais viessem acompanhadas de notas fiscais, notas de empenho, liquidação de despesas e processos licitatórios.”

Feita esta distinção, quero dizer que toda e qualquer irregularidade na aplicação de recursos públicos pode e deve ser apurada pelos tribunais de contas, mas em seu devido processo.

Comento, agora, uma possível irregularidade que muito foi divulgada pela imprensa, e que consta também do Parecer do Ministério Público Especial de Contas, que são as possíveis despesas realizadas pelo Governo do Estado em 2014 e que não teriam sido devidamente empenhadas, em um total aproximado de 296 milhões de reais.

Dito isto, reforço o entendimento de que deve esta Corte apurar esta e todas as demais possíveis irregularidades apontadas ou que até mesmo venham ainda a ser trazidas ao conhecimento desta Casa, apenando devidamente todo e qualquer gestor que venha a ser por elas responsabilizado. Tudo no seu devido Processo.

Eu não posso concordar é com a suspensão de um processo, que tem prazo constitucional, para se decidir se devemos ou não apurar possíveis

irregularidades, que, conforme exposto, mesmo que configuradas, podem até não ser pertinentes a este Processo específico.

Feitas estas considerações, e com fundamento no Relatório Técnico elaborado por 14 técnicos especializados desta Corte, que por meses estudaram a prestação contas ora em comento, e sobre elas se posicionaram positivamente, **VOTO** no sentido de acompanhar o entendimento de Sua Excelência, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, Relator das presentes Contas.

1.12.1.5 Voto do conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

1.12.1.5.1 Relatório

VOTO

O EXMO. SR. CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN:

I RELATÓRIO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no cumprimento de determinação constitucional, aprecia e emite Parecer Prévio sobre as contas apresentadas pelo Governador do Estado do Espírito Santo à Assembleia Legislativa, referente ao exercício de 2014, para que esta proceda ao julgamento da ação governamental consolidada no Balanço Geral do Estado.

Estamos, portanto, a tratar de **Contas de Governo.**

De acordo com as *"**Diretrizes para o Aprimoramento dos Tribunais de Contas do Brasil**"*, elaboradas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, as **Contas de Governo** são **contas globais, prestadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo**, cujo principal objetivo é a análise dos planos de governo e sua correspondente execução, sob os crivos contábil, orçamentário, financeiro, operacional e patrimonial, havendo complexo de atos permeados por determinadas balizas, quais sejam, os limites constitucionais e legais de planejamento e execução do orçamento e das finanças públicas. Sujeitam-se a parecer prévio pelos Tribunais de Contas e a julgamento pelo Poder Legislativo (artigo 71, I CF)

Diferente das **Contas de Governo**, as **Contas de Gestão** são aquelas dos administradores e responsáveis por recursos ou por contrair obrigações públicas, marcadas pela generalização da figura do prestador ou ordenador, aquele que movimenta os recursos financeiros da entidade ou do órgão, emitindo ordem de serviço, atestando a prestação de serviços e o fornecimento de mercadorias, assinando notas fiscais e recibos, entre outros atos. Sujeitam-se a julgamento pelos Tribunais de Contas (artigo 71, II, CF).

O Regimento Interno deste Tribunal, nos arts. 105 e seguintes, estabelece que as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, serão

apreciadas **mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias,** a contar do seu regular recebimento.

A **9ª Secretaria de Controle Externo**, unidade técnica competente, procedeu ao **acompanhamento sistemático** da gestão fiscal consolidada do Estado e das contas das unidades gestoras, periodicamente, **no decorrer do exercício financeiro de 2014**, para fins de obtenção de subsídios para a elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais de Governo.

O Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, com a competência de fazer cumprir a incumbência de relatar as Contas do Governador do Estado do Espírito Santo, no exercício de 2014, **designou a Comissão Técnica de Análise das Contas do Governo do Estado do Espírito Santo**, instituída pela Portaria N nº 36/2014, publicada no DOE do TCEES de 29/08/2014, alterada pela Portaria N nº 07/2015, publicada no DOE do TCEES de 04/03/2015 e pela Portaria N nº 034/2015, publicada no DOE do TCEES de 08/04/2015, sob a coordenação do Sr. Luiz Guilherme Vieira e composta por:

- Acyr Rodrigues Pereira Júnior. Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.679
- Beatriz Augusta Simmer. Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.847
- Cesar Augusto Tononi de Matos. Auditor de Controle Externo. Matrícula 203.091
- Fernanda de Barros Coutinho. Assessor de Controle Externo. Matrícula 203.594
- Jose Carlos Viana Gonçalves. Auditor de Controle Externo. Matrícula 203.031
- Luiz Emmanuel Kill Guerzert. Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.584
- Luís Gustavo Sampaio de Carvalho. Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.63
- Marcia Andréia Nascimento. Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.585
- Mariza de Souza Macedo. Auditor de Controle Externo. Matrícula 203.535
- Marcelo Lima Fedeszen. Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.865
- Maria de Fátima Souza Barros. Auditor de Controle Externo. Matrícula 203.081
- Pollyanna Brozovic Ferreira . Auditora de Controle Externo. Matrícula 203.102
- Robert Luther Salviato Detoni . Auditor de Controle Externo. Matrícula 202.570

O Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo RTCG nº 01/2015, elaborado pela referida comissão, materializou-se em um extenso trabalho técnico de 580 laudas (fl. 21 a 601), encontrando-se dividido em dez capítulos:

- INTRODUÇÃO (fl. 41 a 81);
- CENÁRIO ECONÔMICO E ADMINISTRATIVO DO ESTADO (fl. 82 a 127);

- ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (fl. 128 a 229);
- ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (230 a 307);
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (fl. 308 a 413);
- LIMITES CONSTITUCIONAIS (fl. 414 a 455);
- PREVIDÊNCIA ESTADUAL (fl. 456 a 531);
- SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (fl. 532 a 546);
- QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES (fl. 547 a 549); e
- CONCLUSÃO TÉCNICA (fl. 551 a 601).

O capítulo reservado à conclusão técnica trouxe um resumo da análise empreendida pela Comissão nos seguintes termos:

> Os critérios técnicos que nortearam as presentes constatações coadunam integralmente com as disposições constitucionais e legais pertinentes à matéria, segundo disposições resolutivas e/ou decisórias emanadas do colegiado desta Corte de Contas, e encontram-se detalhadamente descritos nos itens específicos de cada assunto aqui analisado, inseridos nas diversas seções deste Relatório Técnico.
>
> Faz-se importante ressaltar que as constatações aqui apresentadas, além do compêndio legal e resolutivo supracitado, tiveram por fundamentação documental os seguintes elementos:
>
> - Demonstrativos elaborados pelo Governo do Estado e constantes da Prestação de Contas sob análise;
> - Consultas específicas ao Sigefes, seja pertinente aos demonstrativos contábeis gerados, seja com referência aos documentos originários das transações de receitas, despesas, ativos e passivos; e
> - Relatórios das fiscalizações procedidas por esta Corte de Contas, pertinentes ao exercício de 2014.
>
> Cumpre, ainda, destacar que essas conclusões estão diretamente influenciadas pela fidedignidade e/ou impropriedades detectadas na análise contábil dos balanços gerais, cujos ajustes não tenham sido passíveis de mensuração e/ou caracterização por parte desta Comissão Técnica.
>
> Em face do exposto, esta Comissão Técnica opina no sentido de que seja emitido Parecer Prévio à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo pela **APROVAÇÃO** da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. José Renato Casagrande, relativas ao exercício de 2014, na forma aqui apresentada, nos termos do artigo 313, inciso IV, c/c os artigos 105 e 118, caput, do Regimento Interno desta Casa (Resolução TC nº 261/2013).

Todavia, a conclusão da Comissão Técnica deste Tribunal não encontrou eco no Parecer PPJC nº 3684/2015, que de sua ultimação destaco os seguintes trechos:

> (...)

CONSIDERANDO os indícios de irregularidades identificados pelo Ministério Público de Contas e pela atual gestão do Poder Executivo no exercício financeiro de 2014, cuja ausência de apuração por parte deste Tribunal de Contas, salvo melhor juízo, constitui óbice invencível à apreciação deste feito;

(…)

CONSIDERANDO os documentos e informações complementares requisitados por este Parquet de Contas à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT) com o propósito de coligir elementos de natureza técnica que se mostram indispensáveis ao esclarecimento dos fatos e à consequente emissão de juízo de valor por parte deste órgão ministerial;

(…)

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa e inadiável de se submeter à criteriosa análise por parte do corpo técnico deste Tribunal de Contas os fatos supervenientes trazidos ao conhecimento deste órgão ministerial por meio da documentação anexa, notadamente os que evidenciam o reconhecimento, por parte da atual gestão do Poder Executivo estadual, de vultosas despesas realizadas no exercício de 2014 sem suficiência de recursos financeiros, conduta que, em tese, configura crime contra as finanças públicas, cujo bem jurídico encontra-se tutelado pelo art. 359-C do Código Penal;

(…)

CONSIDERANDO que, na visão deste Parquet Contas, a grande quantidade de fatos pendentes de esclarecimento não poderia ser contemplada com um Parecer Prévio pela aprovação das contas, conforme sugeriu a respeitável Comissão Técnica de Análise das Contas de Governo, composta por servidores selecionados pelo Conselheiro Relator do processo, observando-se previsão contida no art. 112 do Regimento Interno do TCEES.

(…)

Promova o sobrestamento deste processo de prestação de contas anual do Governador e a interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio.

(…)

Quanto ao mérito, caso este colendo Tribunal de Contas delibere pelo não acolhimento dos pedidos de sobrestamento do feito para complementação da análise por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e reabertura da instrução processual, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no MS 33671, por não restar alternativa, **o Ministério Público de Contas pugna pela emissão de Parecer Prévio CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, no estado em que ela se encontra.

(…)

E continua em seus **Pedidos Finais**:

(…)

Considerando a complexidade e a extensão da análise da prestação de contas anual (PCA) do Governador do Estado, realize estudo visando à adequação do seu procedimento de apreciação, de modo a eliminar tratamentos subjetivos e sem isonomia em relação à apreciação das contas dos demais chefes dos Poderes Executivos municipais, a exemplo do que ocorre com a indicação, por parte do Relator, dos servidores que integrarão as Comissões Técnicas responsáveis pela análise da PCA do Governador, bem como de eventual recurso de reconsideração, prerrogativas contidas, respectivamente, nos art. 112 e 119, § 2º, do Regimento Interno do TCEES, procedimentos que, pelo seu subjetivismo e parcialidade, não guardam plena sintonia com o caráter objetivo e impessoal que deve nortear o exercício do controle externo, devendo-se assegurar, na medida do possível, principalmente em processos rotineiros como esta PCA, que a vinculação se dê em relação à determinada unidade técnica , integrada por seus "auditores naturais", sujeitos a rodízios periódicos, como ocorre em relação aos demais jurisdicionados, salvo situações excepcionais tecnicamente justificáveis.

(…)

É o relatório.

1.12.1.5.2 Fundamentação

II FUNDAMENTAÇÃO

II.1 PRELIMINARES

COM AS CONCLUSÕES DO PARQUET, É IMPERIOSO IR MUITO ALÉM DO NATURAL E ROTINEIRO ENFRENTAMENTO DE MÉRITO DAS QUESTÕES LEVANTADAS. OS TERMOS UTILIZADOS PELO MESMO PARA DESQUALIFICAR O RELATÓRIO TÉCNICO DAS CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO RTCG NO 01/2015 NÃO ENCONTRAM PRECEDENTES NA HISTÓRIA DESTA CORTE DE CONTAS.

A ABSURDA ILAÇÃO ESTÁ CABALMENTE DEMONSTRADA NOS PEDIDOS FINAIS, onde o Representante do Ministério Público de Contas pede a este egrégio Tribunal de Contas que recomende a seu corpo de auditores que, diante de eventual conflito entre normas federais e normas do TCEES, apresente as razões de ordem técnica que justificam a opção pelo posicionamento adotado, de modo a refletir o pleno exercício de **sua autonomia, honestidade intelectual e independência** no exercício de suas atribuições funcionais.

E SEGUE APRESENTANDO, EM NOTA DE RODAPÉ, OS CONCEITOS DAS NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL – NAG 3300 PARA REFORÇAR A SUA GIGANTESCA IMAGINAÇÃO:

- **O profissional de auditoria governamental deve ser e demonstrar que é independente** em relação aos seus trabalhos e atividades, conforme determinam estas NAGs.
- **A independência profissional se caracteriza por uma atitude autônoma, sem preconceitos e interesses de qualquer natureza, isenta e imparcial**, a ser mantida pelos profissionais de auditoria governamental, durante a realização do seu trabalho e toda a permanência nos quadros do TC. Isso é necessário, em função dele desempenhar uma profissão, que atua na defesa do interesse público.
- **A credibilidade da auditoria no setor público baseia-se na objetividade dos auditores** no cumprimento de suas responsabilidades profissionais. **A objetividade inclui ser independente, de fato e na aparência, manter uma atitude de imparcialidade, ter honestidade intelectual e estar livre de conflitos de interesse**.
- **O auditor deve manter-se afastado de quaisquer atividades que reduzam ou denotem reduzir sua autonomia e independência profissional**, que não deve ser confundida com independência e autonomia funcional, bem como manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, evitando postura de superioridade, inferioridade ou preconceito relativo a indivíduos, entidades, projetos e programas; deve ainda adotar atitudes e procedimentos objetivos e imparciais, em particular, nos seus relatórios, que deverão ser tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria, **evitando que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e tratamento dos fatos levantados, bem como abster-se de emitir opinião preconcebida ou induzida por convicções político-partidária, religiosa ou ideológica.**

Pois bem.

TROCANDO EM MIÚDOS, O EMINENTE PROCURADOR PARECE QUERER INDUZIR ESTE PLENÁRIO À CONCLUSÃO DE QUE O TRABALHO REALIZADO PELA COMISSÃO TÉCNICA PADECE DE PARCIALIDADE, PELO FATO DA EQUIPE, COMO PRECONIZA O REGIMENTO INTERNO, TER SIDO ESCOLHIDA PELO RELATOR DAS CONTAS EM QUESTÃO.

É importante salientar que as regras questionadas pelo Parquet encontram-se presentes em Regimentos de diversas Cortes brasileiras como, por exemplo, nos preceitos regimentais do Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União apreciará as Contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar da data de seu recebimento (Art. 221 RITCU).

O relatório e o projeto do parecer prévio sobre as Contas do Presidente da República serão apresentados ao Plenário pelo relator dentro do prazo de cinquenta dias a contar do recebimento das contas pelo Tribunal (Art. 223

RITCU) e **os trabalhos voltados à instrução das contas a que se refere este capítulo observarão as diretrizes propostas pelo relator** e aprovadas pelo Plenário, bem como o plano de controle externo (Art. 225 RITCU).

PERCEBE-SE, ENTÃO, QUE NÃO HÁ INOVAÇÃO DESTA CORTE NO TOCANTE AO TEMA TRATADO, MUITO PELO CONTRÁRIO, HÁ UM COMANDO REGIMENTAL COM REGRAS CLARAS QUE SE FAZ PRESENTE SEM NUNCA TER SIDO QUESTIONADO.

POR ISSO, O ATAQUE DESFERIDO PELO EMINENTE PROCURADOR CONTRA O ARTIGO 112 DO REGIMENTO INTERNO DO TCEES NÃO DEVE PROSPERAR. OS ARGUMENTOS APRESENTADOS SÃO NA VERDADE UMA INFÂMIA: *"**subjetivismo e parcialidade**, não guardam plena sintonia com o caráter objetivo e impessoal que deve nortear o exercício do controle externo, **devendo-se assegurar**, na medida do possível, principalmente em processos rotineiros como esta PCA, **que a vinculação se dê em relação à** determinada unidade técnica, integrada por seus **"auditores naturais, sujeitos a rodízios periódicos"** ,*

AS ABSURDAS INSINUAÇÕES DEVEM, POIS, SER REPELIDAS COM VIGOR ABSOLUTO, SEM MEIAS PALAVRAS E RODEIOS.

OS AUDITORES DESTE TRIBUNAL NÃO SUCUMBIRAM AOS GRAVES MOMENTOS DE CRISE INSTITUCIONAL VIVIDA POR ESTA CORTE DE CONTAS. SÃO SOBREVIVENTES QUE RESISTIRAM ÀS TEMPESTADES COM HONRADEZ ABSOLUTA, COM CARÁTER DE FERRO E TENACIDADE INDOMÁVEL. SUPOR A PARCIALIDADE DE UM AUDITOR SEM PROVAS CABAIS JÁ SERIA UM GRANDE DISPARATE. PRESUMIR INIQUIDADE DE UMA EQUIPE DE CATORZE SERVIDORES É UMA AGRESSÃO DE PROPORÇÕES COLOSSAIS, CUJAS CONSEQUÊNCIAS PARA A REPUTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SÃO INIMAGINÁVEIS, VISTO QUE O PARQUET ATACA UM ÓRGÃO VITAL DA DECISÃO: A LEGITIMIDADE, QUE PRESSUPÕE INDEPENDÊNCIA.

Segundo Friedrich Nirtzsche, ser independente é uma questão que diz respeito a uma restrita minoria: é um privilégio dos fortes. Se o filósofo alemão estiver correto, estejamos, então, no centro dessa valorosa minoria, já que a independência é o principal pilar do controle externo.

ENTRETANTO, INDEPENDÊNCIA NÃO SE CONFUNDE COM ARROGÂNCIA E ONIPOTÊNCIA. ESSES INGREDIENTES ISOLAM E O QUE ISOLA, ENFRAQUECE. O TABU EQUIVOCADO DO CONTROLE AQUI E OS JURISDICIONADOS LÁ DEVE SER QUEBRADO. ALIÁS, A MEU VER, PRECONCEITO CABALMENTE SUPERADO PELO MPCE, QUANDO, NESTE CASO CONCRETO, INTERAGIU INTENSAMENTE COM DIVERSAS ESTRUTURAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

NO MEU ENTENDER, NÃO HÁ IMORALIDADE EM INTERAGIR COM OS AGENTES PÚBLICOS, MUITO PELO CONTRÁRIO, DEVEMOS FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, MAS COM UM ALERTA: CONTROLADOR E CONTROLADO SÃO COMO ÁGUA E ÓLEO, PODEM CONVIVER HARMONICAMENTE NUM MESMO AMBIENTE, MAS NÃO DEVEM SE MISTURAR.

A mesma lógica vale para dentro do Tribunal, por ser ele um órgão especial, onde o Estado investigador, acusador e julgador compartilham o mesmo espaço e, por consequência, devem observar a necessária segregação entre essas funções. Vale salientar que nenhuma outra estrutura republicana possui tamanho acúmulo de missões constitucionais.

Nessa seara, **a acusação é ato privativo do Tribunal de Contas, cuja realização depende do auditor, do relator e do colegiado. No direito administrativo é o equivalente ao *dominus litis* do direito penal. Já o MPEC não acusa, apenas propõe que o Tribunal de Contas acuse.**

Portanto, em um organismo constitucional que investiga, acusa e julga o dissenso é ato legitimo e necessário, pois o confronto de ideias e teses, via de regra, aperfeiçoa a decisão final. Digo mais, segundo Nelson Mandela *"as nossas diferenças são a nossa força enquanto espécie e enquanto comunidade mundial"*.

Como todos sabem, **EU DIVIRJO SEMANALMENTE DOS POSICIONAMENTOS TÉCNICOS E MINISTERIAIS DURANTE OS JULGAMENTOS NA 1ª CÂMARA E NO PLENÁRIO.** No ato do julgar, repousa sobre os ombros do magistrado de contas públicas a observação de vários fatores que se entrelaçam: ciência, consciência, conteúdo dos autos, contexto analisado, consequência calculada e coragem para decidir.

Por isso, **A COLISÃO DE TESES É ALGO A SER CELEBRADA. ENTRETANTO, É IMPRESCINDÍVEL QUE O DEBATE ACONTEÇA EM AMBIENTE DE RESPEITO E LEALDADE, ONDE HÁ O COMPROMISSO COM A REFLEXÃO, QUE PRESSUPÕE CONFRONTO DE IDEIAS E NÃO DE PESSOAS. NESSA ARENA, SÓ HÁ ESPAÇO PARA A LUTA QUE ENVOLVE INTERPRETAÇÃO DE REGRAS COM BASE EM JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA. AMBIENTE, A MEU VER, NÃO CONTEMPLADO NO PARECER MINISTERIAL.**

Com efeito.

SE É POSSÍVEL DUVIDAR DA IMPARCIALIDADE E DA QUALIDADE DO RTCG NO 01/2015, ELABORADO PELA REFERIDA COMISSÃO, QUE SE MATERIALIZOU EM UM EXTENSO TRABALHO TÉCNICO DE 580 LAUDAS, ENCONTRANDO-SE DIVIDIDO EM DEZ CAPÍTULOS, ELABORADO DURANTE OS ÚLTIMOS SEIS MESES, APROVADO À UNANIMIDADE DOS AUDITORES DA COMISSÃO TÉCNICA EM QUESTÃO, ESPECIALISTAS EM ECONOMIA, CONTABILIDADE E DIREITO, O QUE PENSAR DA CONSISTÊNCIA DO PARECER PPJC Nº 3684/2015 APRESENTADO A ESTE PLENÁRIO?

Em **22/06/2015**, os autos aportaram no Ministério Público de Contas para emissão de parecer. Naquele momento, o Parquet requisitou documentos e informações complementares à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), mediante Ofício MPC 312/2015, de **24/06/2015**, e à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), através do Ofício MPC 313/2015, expedido na mesma data.

Em resposta, a SEFAZ encaminhou o ofício OF/SEFAZ/GABSEC/No157/2015, de **25/06/2015**, acompanhado de documentos. Por sua vez, a SECONT também atendeu à solicitação do MPC, através do ofício OF/Nº219/GAB/SECONT, de **25/06/2015**, igualmente ladeado por farta documentação, a saber:

- Ofício SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015;

- Ofício Gab-ES, remetido pelo Dep. Euclerio Sampaio;
- Nota Técnica SECONT nº 008/2013, de 23/04/2013, e Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 30/05/2014, lavrado no Processo SEP nº 64634051;
- Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 16/03/2015, lançado no Processo SEP nº 69493227, e Nota Técnica SECONT 002/2015, de 10/04/2015;
- Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 14/04/2015, encartado no Processo SEP nº 66278988 e ofício OF/Nº 0358/2015/SEDURB/GABSEC;
- Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proferida nos autos do Recurso Administrativo em Pedido de Providências nº 200810000017819;
- Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prolatada nos autos do Pedido de Providência nº 0.00.000.0000188/2010-76;
- Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28 (Relatório e Parecer Conclusivo);
- Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas, publicados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2014;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos;

Alguns dos documentos enviados ao Representante do MPC objetivam a mudança de entendimento desta Corte de Contas em temas de elevada importância ao exercício do controle externo.

Por exemplo, o Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 16/03/2015, conclui que, para fins de aplicação do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a contração da obrigação de despesa se dá no momento do aperfeiçoamento do negócio jurídico, ou seja, com a assinatura do contrato administrativo ou instrumento congênere**. É razoável que a douta PGE pretenda contribuir com esta Corte para aclarar temas controversos da ciência do direito, mas quando o competente órgão almeja fazer o mesmo em matéria contábil, cuja interpretação está consolidada no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, o que é razoável e legítimo aproxima-se das raias do atrevimento.**

De acordo com os especialistas Antônio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Junior e Paulo Henrique Feijó, na obra "Entendendo Resultados Fiscais", enquanto não for constituído o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da LRF, compete à Secretaria do Tesouro Nacional a edição de normas de consolidação das contas públicas.

Nesse sentido, O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) emana orientações a todos os entes federados, para, entre outros aspectos, padronizar os demonstrativos fiscais nos três níveis de governo (p. 223).

Portanto, com todo respeito que dedico àquele indispensável órgão do executivo estadual, **o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo possui a perícia necessária para a interpretação das regras da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.**

Por fim, é oportuno registrar que a rapidez verificada no caso em tela, lamentavelmente, não é corriqueira na administração pública, ainda mais a de maior porte organizacional, como no caso da União e dos Estados, onde se tem distribuição setorizada, em que por vezes passam dias entre a entrada de um ofício no protocolo até o seu destino, para então prosseguir para os setores competentes para a colheita das informações solicitadas e posterior resposta ao remetente.

O próprio legislador quando previu tempo para o cumprimento de diligências, notificações e citações, o fez por reconhecer que tais trâmites demandam prazos razoáveis para que os jurisdicionados possam ultrapassar as burocracias internas e responder a tempo o requisitante, sem sofrer qualquer sanção.

Não é demais relembrar que o Parquet de Contas, não raras vezes em suas manifestações no Plenário desta Corte, questiona a "celeridade" com que algumas Prefeituras tramitam seus processos administrativos, havendo atos que em regra levariam certo tempo para serem executados, mas que acabam por ser praticados em pouquíssimos dias ou até mesmo em um único dia.

O Representante do Ministério Público de Contas já, inclusive, questionou, aqui neste Plenário, a legitimidade desses atos tão "céleres". É razoável entendermos, então, que esses gestores seriam dotados da mesma competência que a PGE e SECONT demonstraram no caso presente.

NÃO POSSO DEIXAR DE REGISTRAR, COM CERTA ESTRANHEZA, A TEMPESTIVIDADE DO ENVIO DA COMPLEXA DOCUMENTAÇÃO: APROXIMADAMENTE 24 HORAS. A MEU VER, A COMPETENTE RAPIDEZ DEVE SER MOTIVO DE ELOGIO POR PARTE DESTA CORTE, MUITO EMBORA, LAMENTAVELMENTE, NÃO SEJA USUAL NO COTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- **Do sobrestamento da apreciação das Contas em face da existência do processo TC 6099/2015**

Quanto à preliminar de sobrestamento da apreciação das contas em face da necessidade de análise anterior do processo TC 6099/2015, destaco que a Análise Inicial de Conformidade, AIC nº 65/2015, emitida pela Comissão Técnica e colacionada às fls. 7 a 15 dos autos, atestou a regularidade formal dos arquivos digitais que integraram a prestação de contas, de modo que nenhum outro documento seria necessário a ponto de obstar a apreciação das contas por este Plenário, tanto, que a Comissão concluiu seu trabalho no prazo regimental.

Além disso, a área técnica, por meio da Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015, exarada no bojo daqueles autos, foi exitosa ao informar que

> os temas "**Previdência Social do Estado**" e "**Aplicações Constitucionais mínimas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**" constituem objetos de análise e abordagem na Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2014, [...], abalizadas pelas normas constitucionais e legais vigentes aplicáveis a cada objeto analisado, inclusive pelos atos normativos vigentes expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Afasto, pois, a preliminar.

- **Do Parecer do Controle Interno do Estado, a cargo da SECONT**

Da mesma forma, ainda que se reconheça, como de fato o fez a Comissão Técnica, que o Parecer do Controle Interno do Estado não apresentou uma manifestação conclusiva acerca das contas ora sob análise, tal situação não impediu que a Comissão Técnica concluísse sua análise e nem mesmo comprometeu a execução dos trabalhos.

Isso porque bem destacou a Área Técnica, que foram realizadas ações fiscalizatórias em diversos órgãos e entidades vinculadas à Administração Estadual a fim de subsidiar a elaboração do relatório e parecer conclusivo sobre as contas apresentadas.

Considerando os resultados obtidos nas referidas análises e, ainda, olhando sob um contexto geral todos os atos praticados dentro de uma Prestação de Contas Anual, pode-se concluir que este ponto por si só não macula a análise destas contas, embora deva ensejar reprimendas à Secretaria de Estado de Controle e Transparência.

Convém destacar que o próprio Ministério Público de Contas, em outras oportunidades, ao se deparar com a falta de parecer do Controle Interno, entendeu que a irregularidade, embora relevante, não obstava a apreciação das contas por este Tribunal, conforme consta do PPJC 840/2001, emitido no processo TC 1702/2009, em 1º de fevereiro de 2011.

Nesse passo, entendo razoável o posicionamento da Comissão e reputo ser desproporcional a dimensão que pretende o MPEC impingir à questão em foco.

Rejeito a preliminar.

- **item 2.2 do Parecer PPJC 3684/2015**

No que tange ao **item 2.2 do Parecer PPJC 3684/2015**, - por meio do qual o *Parquet* de Contas combate a inclusão do pagamento de benefícios previdenciários no cômputo de Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) – insta defender a desnecessidade da reabertura da instrução processual também quanto a este tópico, invocado pelo MPC em sede de preliminar.

Explico: ao se confrontar os dados apresentados pelo Corpo Técnico e pelo Ministério Público de Contas a título de Despesas com MDE, é fácil constatar que estampam os mesmos números e valores, remanescendo tão somente controvérsia acerca da aplicação ou não da Resolução TC 238/2012 ao caso, o que ensejaria, conforme entendimento adotado, o cumprimento ou não do limite com gastos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim, recaindo a discussão sobre a existência de norma regulamentar em gozo de sua plena vigência e validade, originada de decisão dos membros desta Corte de Contas, não há o que se discutir, pois acertada está a conclusão alcançada pela Comissão Técnica responsável pela análise das Contas do Governo do Estado.

Aliás, chamo à atenção de Vossas Excelências para o fato de que, à exceção do Conselheiro Relator deste feito, **O REGRAMENTO APROVADO PELA RESOLUÇÃO TC 238/2012 FOI PROMULGADO PELA TOTALIDADE DOS MEMBROS QUE HOJE SE ENCONTRAM NESTE PLENÁRIO E QUE, À ÉPOCA E POR OCASIÃO DA ALTERAÇÃO**

PROMOVIDA PELA RESOLUÇÃO TC 260/2013, CONTOU COM O INDISPENSÁVEL CRIVO DOS EMINENTES PROCURADORES DE CONTAS, EXCELENTÍSSIMOS SENHORES LUÍS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA E HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA QUE, RESPECTIVAMENTE, APUSERAM SUAS ASSINATURAS NAQUELES ATOS.

Sendo assim, **cumpre a todos que hoje têm assento neste Plenário, por dever de fidelidade à Instituição que integram, a observância inarredável aos termos da Resolução 238/2012 e alterações emanadas deste Tribunal de Contas enquanto vigentes, sob pena de se perturbar a segurança jurídica e de ser deflagrada uma crise institucional e de credibilidade nunca vivenciada na história dessa Corte.**

É INACEITÁVEL ORIENTAR OS GESTORES A UM AGIR E, PELO MESMO MOTIVO, EXECRÁ-LOS DA VIDA PÚBLICA! DIGO ISSO PORQUE A ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA RESOLUÇÃO TC 260/2013 – A QUAL FOI SUBSCRITA TAMBÉM PELO PROCURADOR HERON – ESTENDEU A REGRA DO QUESTIONADO § 4º, DO ART. 21, DA RESOLUÇÃO TC 238 TAMBÉM AOS MUNICÍPIOS, ULTRAPASSANDO ESTA DISCUSSÃO DO ÂMBITO DAS CONTAS ESTADUAIS.

Por isso, peço vênia para discordar do Eminente Procurador, pois não cabe aqui escolher entre aplicar ou não norma exarada deste mesmo Plenário. Afinal, tal escolha também não é dada aos gestores quando da apreciação de suas contas ou atos de gestão.

Assim, ainda que avanços possam ser sugeridos no âmbito da regulamentação norteada por este Tribunal, lembro que a inauguração de nova interpretação deve se voltar para o amanhã, jamais retroagir, sob pena de gerar incerteza e de ameaçar a tão perseguida estabilidade das relações jurídicas.

A esse respeito faço uma pausa para citar o inciso XIII, do parágrafo único, do art. 2º, da Lei Federal 9.784/99, que regulamenta os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal e à qual recorro por analogia, pois em seus termos expressamente veda a aplicação retroativa de nova interpretação.

Ademais, **se a polêmica iniciada pelo Ministério Público de Contas pretende na verdade alterar a orientação dada por este Tribunal de Contas por meio da Resolução TC 238/2012 e alterações posteriores, a via adequada não é a emissão de Parecer Prévio pela rejeição das Contas do Governador, mas a proposição de alteração normativa, nos termos do Regimento Interno desta Casa.**

Dito isso, defendo a rejeição da preliminar suscitada pelo MPC quanto à reabertura da instrução do feito para inclusão deste ponto na análise, pois entendo que a questão já foi devidamente abordada pelo Corpo Técnico, existindo, na realidade, tão somente divergência entre o posicionamento técnico e o ministerial, nada havendo a acrescentar à instrução.

Pelo mesmo motivo, entendo que a solicitação de mesma natureza constante do Processo TC 6099/2015, igualmente não obstaculiza o julgamento desta Prestação de Contas.

Relativamente à inclusão na Prestação de Contas do ponto relativo à **previdência social** – abertura de crédito suplementar para aporte da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao

Fundo Financeiro, inicialmente esclareço que houve análise exaustiva por parte da Área Técnica, de modo que se mostra improcedente tal arguição.

Destaco que corroboro o entendimento exposto no Relatório Técnico, de que embora a LRF não exclua no cômputo de pessoal de cada ente o aporte financeiro realizado ao RPPS, este deveria ser registrado e computado na despesa com pessoal do Executivo, conforme orientação emanada deste Tribunal de Contas, na Decisão Plenária 006/2001, ainda vigente.

Logo, acaso implementadas tais medidas sem a precedência de um estudo e, em especial, um período de adequação, seriam desmedidos os reflexos maléficos que inviabilizariam de imediato o Poder Judiciário e Ministério Público, podendo, em um futuro próximo, também se tornar inexequíveis outros entes que compõem a Administração Pública.

Assim, ainda que a empreendida busca de demonstrar o impacto da adoção de formas de controle da gestão pública pela atuação deste Órgão de Controle Externo por parte da área técnica, bem como as avaliações encartadas pelo MPEC com o objetivo de conferir transparência e previsibilidade às obrigações de natureza previdenciária do Estado, possam ensejar necessárias inovações sobre a matéria no âmbito deste Tribunal, o momento não se mostra adequado.

Nesse passo, entendo que a solicitação de mesma natureza constante do Processo TC 6099/2015, igualmente não obstaculiza o julgamento desta Prestação de Contas, na esteira apresentada pela Comissão Técnica.

Rejeito, da mesma forma, a presente preliminar.

RESTA CLARO QUE ESTAMOS DIANTE DE DOIS ENTENDIMENTOS, UM ESPRAIADO PELA ÁREA TÉCNICA E OUTRO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, ESTE ÚLTIMO FUNDAMENTADO EM DOCUMENTAÇÃO APRESSADAMENTE OBTIDA E EM ENTENDIMENTO CONTRÁRIO ÀS ORIENTAÇÕES DESTA CORTE.

PORTANTO, CONSIDERANDO A MOMENTÂNEA FRAGILIDADE DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELO PARQUET:

1.12.1.5.3 Conclusão

III CONCLUSÃO

Pelo exposto e com fundamento no art. 29 inciso V do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução 261/2013, **VOTO:**

1. Por **REJEITAR AS PRELIMINARES** suscitadas pelo Ministério Público de Contas;

1.12.1.6 Voto do conselheiro em substituição Marco Antônio da Silva

VOTO

O EXMO. SR. CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Tratam os presentes autos da Prestação de Contas Anual do Governo do Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. José Renato Casagrande, então Governador.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público Especial de contas que suscitou duas preliminares subdividas em outros itens, tendo suscitado a realização de diligencias, interrompendo o prazo constitucional para apreciação das contas do Chefe de Poder.

Pugnou, ainda, caso não fossem acolhidas as preliminares pela Emissão de Parecer Prévio pela Rejeição das contas do Sr. José Renato Casagrande, então Governador do Estado.

Após os autos foram encaminhados ao Eminente Relator, tendo se manifestado pelo não acolhimento das preliminares suscitadas, bem como pela aprovação das contas do Chefe de Poder em face de toda a argumentação trazida.

Esta é, pois, a manifestação, em face dos atos e fatos constantes destes autos.

É o sucinto relatório.

V O T O

Verifico que, em sede das preliminares arguidas, fiz ressalva quanto aos termos do art. 117, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte de Contas, Resolução TC nº 261/2013, assim descrito, *verbis:*

Parágrafo único. Será indeferido pelo Presidente, ouvido o Plenário, **qualquer requerimento que possa implicar na impossibilidade de o Tribunal emitir parecer prévio no prazo constitucional.** - grifei e negritei

Assim, conforme legislação de regência será indeferido todo e qualquer requerimento que impune a impossibilidade de o Tribunal emitir Parecer Prévio no prazo constitucional de 60 (sessenta) dias.

Ocorre que fiz esta ressalva exatamente porque em processos que envolvem a matéria destes autos, abordados no voto do eminente Conselheiro Sérgio Borges, que foi a questão da Manutenção do Desenvolvimento do Ensino – MDE e o caso do art. 42 da LRF, quanto às dívidas contraídas em fins de mandato, sem disponibilidade de caixa, tendo havido empenhos, restos a pagar, a esse respeito duas preliminares foram analisadas em conjunto.

Ocorre que na 1ª Câmara, tínhamos alguns processos que tratavam do assunto, e por sugestão do eminente Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun retiramos de pauta, não tendo sido firmado entendimento acerca do tema, mas já havia prolatado o meu voto no sentido de realização de diligência, a fim de que identificássemos as dívidas contraídas a partir de 1º de maio até 31 de dezembro do exercício referente ao final do mandato.

Naqueles casos a matéria enfrentada, mas em face da impossibilidade de realização de diligência, até mesmo por prazo constitucional e por previsão regimental, em tendo sido indeferida a diligência, ou na sua impossibilidade,

entendi que as contas deveriam ser aprovadas, havendo este registro de impossibilidade de aferição das dívidas contraídas.

Disse, também, que quando não fosse possível a realização de diligência, votaria pela aprovação, e este é exatamente o caso, mantendo-se a coerência, em razão da situação em apreço antes referida.

Desta maneira solicito ao Eminente Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, bem como ao Eminente Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel que me permitem tomar de empréstimo suas palavras, para fazer esse registro, já que o próprio Conselheiro Sérgio Borges também já encampou as palavras do Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, com suas palavras assim vazadas, *litteris:*

> [...]
>
> Respeitando a independência do MP de Contas, não posso deixar de registrar, com muito pesar, a sua infelicidade em tecer duas considerações de ordem subjetivas, seja ao sugerir que a escolha da comissão foi por ato do relator, mitigando sua independência, seja por utilizar termos inapropriados ao questionar a honestidade intelectual da mesma.
>
> Ora, a comissão é a mesma que a de muitos anos, com poucas modificações a cada ano por sugestão do relator e, em momento algum ocorreu a dependência sugerida. A atuação pode ser questionada por conceito ou metodologia, jamais por atos que não sejam republicanos.
>
> A apaixonada defesa de nossas convicções não nos dá o direito de construir ilações desrespeitosas, para dizer o mínimo.
>
> No campo técnico, contudo, também merece reparo as argumentações do ilustre procurador ao questionar a necessidade dos aportes dos inativos de cada poder serem contabilizados como limite em cada um. Realmente tem razão em que esse tema seja abordado, atendendo aos preceitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Entretanto há necessidade, em nosso entendimento em se criar uma regra de transição, a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Conta. Não sendo, portanto, aplicável nas contas atuais.
>
> Nos mesmos moldes, o cálculo do aporte dos inativos com a aplicação em Educação. Influenciando inclusive no mínimo constitucional a ser apurado. Nesse caso específico, vale ressaltar a existência de norma desse Tribunal permitindo essa interpretação ora combatida pelo MP. Entendemos como no caso anterior, da necessidade de uma regra de transição, conforme já existe em outros tribunais, seguindo o conceito que sempre defendo: Faz melhor, que copia por último.
>
> Com relação à ausência de parecer conclusivo do órgão de controle interno, é inadequada a cobrança ao gestor responsável pelas contas em análise, visto não ter o mesmo qualquer responsabilidade sobre o fato questionado.

> Não poderia, entretanto, deixar de registrar duas situações que me parecem graves, que foram abordadas pelo digníssimo procurador em seu parecer.
>
> Falo da insuficiência financeira da ordem de 27 Milhões, e das despesas executadas sem empenho da ordem de 295 Milhões.
>
> Inicialmente, vale ressaltar que a insuficiência financeira encontrada, baseia-se em um outro conceito acerca do cálculo da disponibilidade de caixa.
>
> Se é verdade que esta Corte tem aplicado o entendimento de que os recursos das Autarquias, que não sejam vinculados (aplicação definida por Lei) estejam contabilizados de forma total no Poder Executivo, a sua real disponibilidade dependeria de uma autorização legislativa, vide a existência de Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional. O que demonstra na prática que não é tão disponível assim.
>
> Lado outro, ainda me parece mais grave a possível existência de 295 milhões referentes às despesas realizadas sem empenho.
>
> É, com certeza matéria que será objeto de apuração futura, seja em apartados, caso fosse o caminho escolhido pelo Ministério Público de Contas se houvesse protocolado uma representação.
>
> Em sendo verdade, não seria razoável que fosse essa Corte a garantir e respaldar a gravidade da situação.
>
> O entendimento de que a existência de 295 milhões de despesas realizadas sem empenho, ainda que verdadeiras, não acarretaria quaisquer prejuízo a análise das presentes contas, não deve prosperar, absolutamente. Não há metodologia que sustente de forma cabal essa afirmativa em face da significância dos valores envolvidos.
>
> Ressalto, entretanto, mais uma vez, que há efetiva “necessidade de apuração”.
>
> Esclareço, por fim, que o caminho processual pretendido pelo ilustre Procurador, qual seja, o sobrestamento do feito, não encontra o devido amparo legal, seja pelo comando constitucional, seja pela previsão de nossa Lei Orgânica, seja pelo regimento interno.

Com isso, Senhor Presidente, finalizo a minha fala dizendo que estou acompanhando o voto prolatado, com seus acréscimos, pelo eminente Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, parabenizando-o pelo trabalho realizado.

Pelo exposto, acompanho o Voto do Relator, em sua parte dispositiva, **VOTO** no sentido de que o Plenário deste Egrégio Tribunal de Contas emita Parecer Prévio dirigido à Assembleia Legislativa do Estado recomendando a **APROVAÇÃO** das contas em análise, com os registros antes efetuados, preservando esta Corte de Contas que realiza seu trabalho com base nas informações existentes, muitas delas fornecidas pelo próprio ente auditado, respeitando, pois o prazo constitucional de 60 (sessenta) dias que o caso requer.

É como voto.

1.12.1.7 Dispositivo do Parecer Prévio TC 50/2015

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-6016/2015, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em Sessão Especial realizada no dia dezesseis de julho de dois mil e quinze, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que incluiu nos fundamentos de seu voto as manifestações dos demais Conselheiros:

1. Rejeitar as preliminares: 1.1) quanto à necessidade de submeter a julgamento Plenário o Processo TC-6099/15 (que trata de requerimento de inclusão de itens na análise das contas anuais do Governador, relativas ao exercício de 2014, que versam sobre o limite constitucional de aplicação em ensino e abertura de créditos suplementares para coberturas de despesas previdenciárias) e **1.2)** quanto a necessidade de sobrestar a apreciação dos presentes autos, interrompendo o prazo para emissão do Parecer Prévio, haja vista a desnecessidade de complementação do processo e de se aguardar o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa para aferir possíveis irregularidades na emissão de empenhos pelo Executivo em 2014, bem como não ser necessária a reabertura da instrução processual;

2. Recomendar à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a **APROVAÇÃO** das Contas prestadas pelo Governador do Estado do Espírito Santo, Excelentíssimo Senhor **José Renato Casagrande**, referentes ao exercício de 2014, nos termos do artigo 71, inciso I da Constituição Estadual c/c os artigos 72 e 80, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, bem como os artigos 105 e 118, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

3. Recomendar a proposição contida no subitem 3.3.4, alínea "a" do parecer do Ministério Público Especial de Contas, qual seja: para que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo promova a transparência no exercício da atividade de controle externo, disponibilizando, no seu portal, a íntegra dos documentos que compuseram as Prestações de Contas do Governador do Estado dos exercícios de 2010 a 2014 e seguintes;

4. Arquivar os presentes autos, após o trânsito em julgado.

Composição Plenária

Presentes à sessão plenária da apreciação os Srs. Conselheiros Domingos Augusto Taufner, Presidente, Sérgio Manoel Nader Borges, Relator, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, José Antônio Almeida Pimentel, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2015.

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES
Relator

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO DA SILVA
Em substituição

A notificação do Parecer Prévio TC 050/2015 foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nos termos dos art. 62 e 66, parágrafo único, da Lei Complementar estadual 621/2012[165], e art. 5º da Resolução TC 262/2013[166], tendo sido certificada nos autos pela Secretária-geral das Sessões, consoante certidão encartada à fl. 2218 do Processo TC 6016/2015:

[165] Art. 62. A comunicação dos atos e decisões presume-se perfeita com a publicação no Diário Oficial do Estado ou outro meio de divulgação oficial do Tribunal de Contas, salvo as exceções previstas em lei.
Parágrafo único. A comunicação dos atos e decisões ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em qualquer caso, será feita pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista, sob pena de nulidade.
[...]
Art. 66. Os prazos referidos nesta Lei Complementar são peremptórios e contam-se, independente da ordem sequencial, a partir da data:
[...]
Parágrafo único. Para fins de interposição de recurso ou pedido de revisão, os prazos serão contados a partir da publicação da decisão, acórdão ou parecer prévio, salvo disposição legal ou regimental expressa em contrário.

[166] Art. 5º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DOE-TCEES.
Parágrafo único. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data da publicação.

Tribunal de Contas
do Estado do Espírito Santo

SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES

Ao **MPEC**,

Para ciência do Parecer Prévio TC-050/2015, de fls. 2026 a 2217 dos autos.

Após, solicitamos a devolução dos autos a esta Secretaria (Subsetor Recursos).

Certifico que a **NOTIFICAÇÃO** do Parecer Prévio TC-050/2015 foi disponibilizada no Diário Oficial Eletrônico do TCEES no dia 03 de agosto de 2015, considerando-se publicada no dia **04 de agosto de 2015**, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único da Lei Complementar Estadual n° 621/2012 c/c art. 5º da Resolução TC nº 262/2013.

Em 07 de agosto de 2015.

LUCIRLENE SANTOS RIBAS
Secretária Adjunta das Sessões em substituição

1.13 21/08/2015: Ministério Público de Contas opõe Embargos de Declaração objetivando a correção de omissões e de contradições identificadas no Parecer Prévio TC 50/2015

Em 21/08/2015, o Ministério Público de Contas opôs Embargos de Declaração[167] em face do Parecer Prévio TC 50/2015, pleiteando a integração do *decisum* nos seguintes termos:

[167] Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/ministerio-publico-de-contas-questiona-omissoes-em-decisao-do-tce-es-sobre-contas-de-2014-do-governador/. Acesso em: 27 abr. 2016. Fl. 1 a 92 do Processo TC 9974/2015.

3 PEDIDOS

Pelo exposto, sem prejuízo do enfrentamento oportuno das questões de mérito por meio da via recursal aplicável à espécie, considerando preenchidos os requisitos de admissibilidade na forma dos art. 395 e 396, bem como dos art. 411 a 414, todos do Regimento Interno do TCEES[168], porquanto tempestivos, opostos por quem possui legitimidade, redigidos em petição direcionada ao Relator contendo pedidos, causas de pedir e fundamentos jurídicos;

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 constituiu parte integrante do Voto do Relator, como se nele estivesse transcrito;

CONSIDERANDO que o Plenário do TCEES, à unanimidade, emitiu Parecer Prévio pela aprovação das contas do governador José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014, nos termos Voto do Relator;

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio TC 50/2015 compreende apenas a parte dispositiva do que fora decidido na sessão realizada em 16/07/2015, razão pela qual a aferição quanto à existência de possível omissão, contradição ou obscuridade não prescinde do seu confronto com as premissas fáticas e jurídicas contidas no Voto condutor do Relator, seguido à unanimidade pelos demais membros do TCEES, no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, tornado parte integrante do Voto do Relator como se nele estivesse escrito, bem como no Parecer do Ministério Público de Contas;

CONSIDERANDO que a análise dos instrumentos de planejamento, isto é, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), compõe a análise da prestação de contas do governador, motivo pelo qual os referidos processos (TC 1223/2014 e TC 1224/2014) foram considerados na elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG

[168] Art. 395. O recurso deverá revestir-se das seguintes formalidades:
I - ser interposto por escrito;
II - ser apresentado dentro do respectivo prazo;
III - conter a qualificação indispensável à identificação do recorrente;
IV - ser firmado por quem tenha legitimidade e seja parte interessada;
V - conter o pedido, a causa de pedir e fundamento jurídico;
VI - conter os documentos que o instruirão, quando for o caso.
Art. 396. Poderão interpor recurso:
I – os responsáveis pelos atos impugnados;
II – os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo, observado o disposto no art. 159 da Lei Orgânica do Tribunal.
III – o Ministério Público junto ao Tribunal.
[...]
Art. 411. Caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal.
§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito pelo responsável, pelo interessado, pelo sucessor ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, em petição dirigida ao Relator.
§ 2º Os embargos de declaração serão interpostos dentro do prazo improrrogável de cinco dias, contados na forma da Lei Orgânica do Tribunal.
§ 3º Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento do acórdão e parecer prévio embargados, bem como para interposição dos demais recursos previstos na Lei Orgânica do Tribunal.
§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, os prazos recomeçam a contagem a partir da publicação do acórdão que julgou os embargos.
Art. 412. Quando os embargos forem considerados manifestamente protelatórios e o Plenário ou a Câmara assim os tiver declarado, será aplicada multa ao embargante, nos termos do art. 135, inciso XIII, da Lei Orgânica do Tribunal.
Art. 413. Providos os embargos de declaração, a decisão se limitará a corrigir obscuridade, omissão ou contradição apontada pelo recorrente.
Art. 414. É vedada a juntada de documentos nos embargos de declaração.

01/2015, recebendo, inclusive, capítulo específico nessa peça técnica (fl. 129):

> **3 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**
>
> **3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**
>
> Os procedimentos de auditoria destinados à verificação da fidedignidade das informações e registros constantes dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e dos demonstrativos contábeis, apresentados junto à Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014, foram aplicados em consonância com os princípios de contabilidade e com as normas de auditoria geralmente aceitas.
>
> Os procedimentos de auditoria, aplicados por esta Comissão de Análise, consistiram na análise dos Demonstrativos Orçamentários da Administração Direta e Indireta, abrangendo a análise formal de seu conteúdo, referentes às despesas fixadas e às receitas previstas.
>
> Este capítulo é estruturado destacando-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual e tem por base a análise desenvolvida pela 9ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal nos autos do Processo TC - 1224/2014 (análise da LDO) e do Processo TC - 1223/2014 (análise da LOA).

CONSIDERANDO que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (REEO), referente ao 6º bimestre de 2014, Processo **TC 1590/2015**, integrou a análise da prestação de contas do governador, conforme atestado no próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 (fl. 314):

Quadro 5.2.1 – Demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária

PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	BIMESTRAL
ANEXOS	
1	Balanço Orçamentário
2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
4	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos
5	Demonstrativo do Resultado Nominal
6	Demonstrativo do Resultado Primário
7	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
13	Demonstrativo das Parcerias Público - Privadas
14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
PERIODICIDADE DE PUBLICAÇÃO	**ANUAL**
ANEXOS	
9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Por competência definida na alínea “c”, inciso I, do artigo 47 da Resolução TC - 261/13, a 9ª Secretaria de Controle Externo, pertencente à estrutura técnica desta Corte de Contas, e à qual compete o acompanhamento e a fiscalização da gestão do Estado, procedeu, através da equipe técnica responsável pelo

Acompanhamento e Análise da Gestão Fiscal do Estado, à conferência e análise dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do Poder Executivo Estadual, referentes ao exercício de 2014, acostados aos Processos TC - 3244/2014 (1º bimestre), TC - 4377/2014 (2º bimestre), TC - 7128/2014 (3º bimestre), TC - 8927/2014 (4º bimestre), TC - 12038/2014 (5º bimestre) e TC - 1590/2015 (6º bimestre).

Dessa forma, cumpre esclarecer que, esta Comissão, quanto à análise dos demonstrativos da LRF que compõem o RREO, decidiu pela utilização das informações apuradas pela 9ª Secretaria de Controle Externo, tendo sido utilizados os dados publicados relativos ao último período do exercício de 2014, que é o 6º bimestre de 2014, representativo dos valores anuais.

CONSIDERANDO que a análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relativo ao 6º bimestre de 2014[169], Processo **TC 1590/2015**, parte integrante das contas do Governador, detectou grave irregularidade na contabilização do aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência dos servidores estaduais (RPPS), gerando importante recomendação ao atual chefe do Poder Executivo estadual por meio da **Decisão TC 3935/2015** e **Termo de Notificação 1433/2015[170]**, recebido em 19/06/2015[171]:

DECISÃO TC-3935/2015

PROCESSO - TC-1590/2015

ASSUNTO - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE DE 2014 – INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RECOMENDAR – ENCAMINHAR CÓPIAS - APENSAR.

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo.

169 Os dados publicados neste RREO do 6º bimestre (novembro-dezembro) são utilizados como fonte de informação para a análise da prestação de contas do governador do Estado por conter informações relativas ao exato período de doze meses do exercício financeiro em exame.

170 Encaminhado por meio do ofício 219/2015.

171 Data da juntada do mandado cumprido aos autos.

DECIDE, ainda, encaminhar ao atual Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, à Secretaria de Estado da Fazenda, bem como à Secretaria de Estado de Controle e Transparência cópia do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF Nº 7/2015, para ciência.

DECIDE, por fim, sejam os autos encaminhados à 9ª Secretaria de Controle Externo para ser apensado, futuramente, à Prestação de Contas Anual do Governador[172].

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 1433/2015

PROCESSO: TC-1590/2015

ASSUNTO: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

JURISDICIONADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fica o Sr. **Paulo César Hartung Gomes**, Governador do Estado do Espírito Santo, **NOTIFICADO** da Decisão TC-3935/2015 - Plenário, prolatada no processo em epígrafe, que trata de Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Acompanham este Termo cópias da Decisão TC-3935/2015 – Plenário, do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 7/2015.

Vitória, 18 de junho de 2015.

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR
Secretário Geral das Sessões
(Por delegação - Portaria N nº 021/2011)

CONSIDERANDO que a referida decisão ainda não foi efetivamente cumprida pelo Poder Executivo estadual, haja vista que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre de 2015 (maio-junho), publicado em 30/07/2015[173], continuou contabilizando o aporte previdenciário como receita intraorçamentária, não atendendo, portanto, às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Decisão TC 3935/2015 do TCEES, conforme é possível se constatar na contradição aferida mediante cotejo entre as receitas intraorçamentárias constantes: 1)

[172] Apesar do comando contido nesta decisão, os autos do Processo TC 1590/2015, assim como os dos demais feitos relacionados (RREO e RGF), não foram apensados à Prestação de Contas do Governador.
[173] Portanto 41 dias após a notificação do Poder Executivo.

na Lei Orçamentária Anual válida para 2015[174], onde há a inclusão da previsão anual do aporte de todos os Poderes, no valor total de R$ 1.487.078.809,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e sete, setenta e oito mil, e oitocentos e oito reais); 2) no Demonstrativo do Balanço Orçamentário[175], onde, salvo melhor juízo, permaneceu a contabilização do aporte como receita intraorçamentária; e 3) no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores – Plano Financeiro[176]41, onde houve apenas a "adequação" da demonstração dos dados contábeis mediante simples reposicionamento de valores no corpo do demonstrativo sem, contudo, alterar-se efetivamente a contabilização do aporte como receita intraoçamentária:

Lei Orçamentária Anual de 2015

7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	2.053.155.213
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.052.941.076
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076
7210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	2.052.941.076
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	445.959.260
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	119.903.007
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.487.078.809
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.137

Balanço Orçamentário
3º Bimestre de 2015

RECEITAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS (II)	**2.074.986.943,00**
RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	2.074.986.943,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.052.941.076,00
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076,00
RECEITA INDUSTRIAL	12.884.499,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	12.884.499,00
RECEITA DE SERVICOS	8.947.231,00
RECEITA DE SERVICOS	8.947.231,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.137,00
MULTAS E JUROS DE MORA	197.050,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.087,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**16.023.342.194,00**

[174] A receita referente ao aporte vem sendo lançada equivocadamente na Lei Orçamentária Anual como "Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial", conforme demonstrado no Parecer PPJC 3684/2015.

[175] Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/03B2015/01%20-%20ANEXO%201%20-%20BALANCO%20ORCAMENTARIO%20-3_BIM_2015_RECEITA.pdf. Acesso em: 18 ago. 2015.
O valor declarado para as Contribuições Sociais (R$ 2.052.941.076,00) na coluna Previsão Inicial (LOA) do Demonstrativo do Balanço Orçamentário inclui a receita proveniente do aporte previdenciário, evidenciando o não cumprimento da decisão do TCEES:

72 – RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.052.941.076,00
721 – CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076,00
7210 – CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.052.941.076,00
721029 – CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	2.052.941.076,00
72102901 – CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	445.959.260,00
72102902 – CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	119.903.007,00
72102913 – CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.487.078.809,00

[176] Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/03B2015/04%20-%20ANEXO%204%20-%20RPPS%20-%203_BIM_2015_FINANCEIRO.pdf. Acesso em: 18 ago. 2015.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores
3º Bimestre de 2015

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	788.600.276,01
Plano Financeiro	788.600.276,01
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (oriundos de todos os poderes)	788.600.276,01
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Até o Bimestre/2015	Em 31 de dezembro de 2014
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	50.434,58	94.616,72
INVESTIMENTOS	78.322.415,00	71.586.808,02
OUTROS BENS E DIREITOS	33.258.819,00	1.215.271,66

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	**0,00**	**0,00**	**168.197.972,96**	**163.752.374,45**
Receita de Contribuições Patronal	0,00	0,00	168.196.230,40	163.752.374,45
Pessoal Civil	0,00	0,00	130.591.262,19	126.597.381,49
Ativo	0,00	0,00	130.591.262,19	126.597.381,49
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	37.604.968,21	37.154.992,96
Ativo	0,00	0,00	37.604.968,21	37.154.992,96
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	1.742,56	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	**0,00**	**0,00**	**168.197.972,96**	**163.752.374,45**

CONSIDERANDO que a recomendação expedida pela Decisão TC 3935/2015, cuja fiscalização do seu cumprimento se insere nas atribuições deste *Parquet* de Contas, não pode ter recomendado apenas a **alteração formal** do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores, **sem a correspondente correção dos respectivos registros contábeis**, sob pena de esta Corte de Contas consentir no desapreço e desestima aos instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), permitindo que Administração Pública induza a erro a sociedade ao dar publicidade a números que não espelham a realidade das finanças públicas;

CONSIDERANDO que os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) de todos os Poderes, referentes ao exercício de 2014, também foram considerados na elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 (fl. 351):

Quadro 5.3.2 – Relatórios de Gestão Fiscal do Exercício 2014

Poder / Órgão	1º Quadrimestre/2014	2º Quadrimestre/2014	3º Quadrimestre/2014
	Processo TCEES nº	Processo TCEES nº	Processo TCEES nº
Poder Executivo	4381/2014	9144/2014	1591/2015
Assembleia Legislativa	4378/2014	8895/2014	1211/2015
Tribunal de Contas	4092/2014	8882/2014	2324/2015
Poder Judiciário	4379/2014	8897/2014	1715/2015
Ministério Público	4380/2014	8896/2014	1281/2015

Poder / Órgão	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado
	Processo TCEES nº
Poder Executivo	3043/2015

> Conforme competência definida no art. 47, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno (Resolução TC - 261/2013) e na Portaria N nº 041/2013 do TCEES, a 9ª Secretaria de Controle Externo procedeu à conferência e análise dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes/Órgãos do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2014, conforme Quadro 5.3.2, os quais foram considerados na elaboração deste relatório.

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio TC 50/2015 **não incluiu todas as recomendações feitas pela Comissão Técnica do TCEES, tornando-se omisso e contraditório em relação ao que fora decidido na sessão realizada em 16/07/2015**, quando o Plenário desta Corte de contas, à unanimidade, acompanhou o Voto do ilustre Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, o qual, por sua vez, acolheu ***in totum*** o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015, tornando essa peça técnica parte integrante do seu Voto (fl. 2180);

> O Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 é parte integrante deste voto, como se aqui estivesse transcrito.

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio TC 50/2015 não contemplou proposição de recomendação direcionada ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual, formulada pelo *Parquet* de Contas e acolhida à unanimidade pelo Plenário nos termos do Voto do Relator (fl. 792, 793, 794 e 1978):

> **PARECER PPJC 3684/2015**
>
> [...]
>
> **3 CONCLUSÃO**
>
> [...]
>
> **3.3 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**
>
> Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das

irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências:

[...]

3.3.4 Recomende ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual

a) Que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica (fl. 463), a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas[177] (fl. 463 e 464), privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado[178] representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014 (doc. 1), **reavaliem** a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal[179], sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciárias (CRP) previsto no art. 5º,

---

177 "Referente a esta questão, fato comentar a existência de processos judiciais, movidos pelas associações dos magistrados do Tribunal de Justiça (processo 024.04.019300-5) e dos membros do Ministério Público do Estado (processo 024.04.020151-9), que visaram manter, junto ao TJ e ao MP, o controle e a gerência dos inativos destes órgãos.
Como já comentado, a LC 282/2004 conferiu ao Instituto a atribuição constitucional de gestor único de previdência estadual, inclusive das carreiras do Ministério Público e dos Magistrados, bem como os respectivos pensionistas.
Essas demandas judiciais questionaram o dispositivo legal que instituiu o IPAJM como órgão único para gerir a previdência social dos servidores estaduais, argumentando que isso interferiria na autonomia administrativa e financeira dos órgãos. A pretensão seria manter no Poder Judiciário Estadual e no Ministério Público a gestão da previdência de seus inativos e pensionistas.
Essa alternativa jurídica vai de encontro ao texto constitucional ao possibilitar a existência de mais de um órgão para gerir a previdência social dos servidores do estado do Espírito Santo, além de impedir a transparência de informações concernentes ao pagamento de benefícios previdenciários.
Somente com a Unidade Gestora Única, responsável pela concessão, pagamento e manutenção dos benefícios, será possível assegurar que as regras de cálculo, concessão e reajustamento serão aplicadas de modo uniforme para os servidores de todos os órgãos, categorias e Poderes. **Enquanto os benefícios continuarem sendo concedidos e pagos descentralizadamente, poderá haver maior margem para erros, privilégios e fraudes. Dessa forma, a fragmentação e a heterogeneidade sob os aspectos legal e institucional, com a existência de diferentes regras entre poderes, órgãos e categorias profissionais, prejudicam a administração e a transparência do sistema**." (grifou-se)

178 A rigor, associação de direito privado representativa de servidores públicos não possui legitimidade para pleitear judicialmente alteração da estrutura administrativa do Estado, consistente na transferência parcial da gestão do RPPS para instituição distinta do gestor único assegurado pela Constituição Federal. Cabe-lhe, tão-somente, insurgir-se contra possíveis irregularidades praticadas no âmbito da atividade administrativa desempenhada pelo gestor único, no caso, o IPAJM. A mudança pretendida constitui prerrogativa do constituinte derivado, mediante processo legislativo de alteração da Carta da República a ser conduzido perante o Congresso Nacional. Logo, nem mesmo o legislador estadual poderia promover tamanha transformação, mesmo a partir de projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, a quem cabe, com exclusividade, gerir a previdência dos servidores públicos do ente da federação, incluindo todos os Poderes.

179 Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
[...]
§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, **e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008[180], exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria[181].

[...]

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES:

[...]

II - FUNDAMENTAÇÃO

[...]

10 – DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS – PPJC 3684/2015

[...]

A respeito das **recomendações** elaboradas pelo Parquet, ao **Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual**, conforme **subitem 3.3.4 do Parecer Ministerial**, vale dizer:

Considerando os apontamentos do RTCG 01/2015 acerca da gestão previdenciária (fl. 463), em que pese a existência de decisões judiciais que autorizem as circunstâncias que possam representar a gestão fragmentada do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, **aquiesço com a proposta de recomendação contida no subitem 3.3.4, alínea "a"** formulada pelo Ministério Público Especial de Contas.

CONSIDERANDO as limitações de escopo registradas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 (fl. 196 e 197, 360 e 361):

Verifica-se ainda que, na análise da compatibilidade da Lei Orçamentária Anual (LOA) com a LDO Exercício 2014, conforme Quadro 3.12, houve limitação de escopo[182] nos seguintes itens:

---

[180] Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:
[...]
IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

[181] Art. 4º O CRP será exigido nos seguintes casos:
I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
III - liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]

[182] A limitação de escopo gerada pelo SIGEFES também impediu que a Comissão Técnica do TCEES realizasse a análise completa do Demonstrativo da Execução das Despesas Por Função/Subfunção no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 1º Bimestre de 2015, conforme registrado nos autos do Processo TC4955/2015, fl.34:

> A conferência do Anexo 2 (Demonstrativo da Execução da Despesa por Função e Subfunção) foi limitada à verificação dos valores em nível de Funções, não tendo sido aferidas as Subfunções, tendo em vista as dificuldades verificadas para a extração no Sigefes, de forma manual, dos dados necessários à conferência das mesmas.

- ✓ § 1º, inciso I, da Lei nº 10.067/2013 (LDO Exercício 2014) - Não foi possível verificar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, restando prejudicada a verificação do o cumprimento do inciso I, § 1º do art. 15 da Lei nº 10.067/2013.
- ✓ Art. 16 da Lei nº 10.067/2013 (LDO Exercício 2014) - Não foi possível verificar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, até 13/08/2013, restando prejudicada a verificação do o cumprimento do art. 16 da Lei nº 10.067/2013.
- ✓ Art. 16, paragrafo único da Lei nº 10.067/2013 (LDO Exercício 2014) - Não foi possível verificar se os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública encaminharam ao Poder Executivo suas respectivas propostas orçamentárias até 13/09/2013, restando prejudicada a verificação do o cumprimento do art. 16, paragrafo único da Lei nº 10.067/2013. (fl. 195 e 196)

[...]

A inclusão, no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, dos valores referentes aos gastos com a substituição de mão-de-obra decorrente de contratos com as Organizações Sociais (OS) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) não foi objeto de análise quando do acompanhamento quadrimestral efetuado pela equipe técnica da 9ª SCE nos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo, durante o exercício de 2014, pois as citadas análises foram realizadas somente com base nas informações extraídas do Sistema Sigefes, através da ferramenta Flexvision (relatórios disponibilizados pela Sefaz), ao passo que o apontamento do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno detectou tal ocorrência e recomendou à Secretaria de Estado da Fazenda o levantamento de todas as despesas com substituição de mão-de-obra, caracterizando-se, assim, limitação de escopo da análise no presente Relatório Técnico das Contas do Governador quanto a essa situação apontada. (fl. 360 e 361)

CONSIDERANDO que se mostra contraditório expedir recomendações ao Poder Executivo por fatos irregulares constatados ao longo do exercício de 2014 nos processos referentes à LDO, à LOA e aos instrumentos de transparência previstos na LRF (RREO e RGF) e deixar de considerar esses mesmos fatos na **análise consolidada do exercício** pelo simples fato de já terem sido objeto de exame naqueles processos;

CONSIDERANDO que o art. 118 do Regimento Interno do TCEES[183] estabelece que o Parecer Prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal **havida no exercício**, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas;

CONSIDERANDO que o art. 118, § 1º, do Regimento Interno do TCEES, retro transcrito, preconiza que **o Parecer Prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares** na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual, motivo pelo qual não se pode deixar de incluir no corpo do Parecer Prévio49 todos os registros de recomendações decorrentes de fatos ocorridos no exercício de 2014;

CONSIDERANDO o desalinho terminológico no qual esta Corte de Contas incorre ao expedir "**recomendação**" ao Poder Executivo estadual em razão do descumprimento de lei quando, na realidade, deveria expedir "**determinação**", nos exatos termos do art. 329, § 7º, do Regimento Interno do TCEES[184]50, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

CONSIDERANDO a importância em se consignar expressamente as referidas Recomendações **na parte dispositiva do Parecer Prévio**, haja vista que as inclusões das recomendações da Comissão Técnica tão-somente na parte dispositiva das demais decisões do TCEES não têm sido suficiente para compelir o Poder Executivo estadual a adequar sua conduta às normas legais, a exemplo do ocorrido em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme se colhe dos seguintes trechos dos Relatórios Técnicos das Contas do Governador, referentes aos exercícios de 2013 e 2014:

EXERCÍCIO 2013

Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2014

Registra-se que essa questão também foi tratada na análise da LDO Exercício 2012 (Processo TC - 622/2012), quando, após a apresentação das justificativas pelo responsável, o Plenário (Decisão TC - 1294/2013, fls. 141 daqueles autos) recomendou que, nas futuras LDOs, seja dada total transparência, inclusive por meio

183 Art. 118. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas.
§ 1º O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.
§ 2º O relatório, que acompanhará o parecer prévio, conterá as informações exigidas em ato normativo do Tribunal.

184 Art. 329. A apreciação e julgamento dos processos sob a jurisdição do Tribunal observarão as normas relativas aos ritos especiais previstos neste Regimento.
[...]
§ 7º Em todas as hipóteses, o Tribunal poderá expedir **recomendações**, com o objetivo de contribuir para as boas práticas administrativas dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como **determinações** para o exato cumprimento da lei, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

eletrônico, ao demonstrativo supra, informando a relação das empresas beneficiadas, por setor, com o valor do benefício a que cada uma tem direito, possibilitando que seja cumprido o disposto nos arts. 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF, e de que seja proporcionado maior controle social. Essa recomendação constou da análise. (fl. 113; Processo TC 3068/2014)

EXERCÍCIO 2014

Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015

Recomenda-se, ainda, nos termos acatados pela Decisão TC-7727/2014 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1224/2014 (relativo à análise da LDO do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (fl. 559)

E CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de oposição de Embargos de Declaração para suprir as omissões e contradições identificadas no Parecer Prévio TC 50/2015, de modo a evitar que as recomendações propostas pelo corpo de auditores no Relatório Técnico das Contas do Governador deixem de ser incluídas na parte dispositiva do Parecer Prévio, como ocorreu com o Parecer Prévio TC 56/2014, referente ao exercício de 2013, em que houve a omissão de importantes recomendações decorrentes da constatação do **descumprimento da Constituição Estadual e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**[185];

O Ministério Público de Contas pugna a esta Corte de Contas que efetue a correção das omissões identificadas no Parecer Prévio TC 50/2015, bem como das contradições em relação às peças que lhe serviram de fundamento, mediante adoção das seguintes medidas:

---

185 O Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2014 propôs as seguintes recomendações, não incluídas na parte dispositiva do Parecer Prévio TC 56/2014 (fl. 386 e 387 do Processo TC 3068/2014), circunstância que permite a perpetuação das irregularidades:

Por fim, recomenda-se:

- a avaliação e acompanhamento por parte deste Tribunal de Contas da efetiva implantação do sistema informatizado, prevista para 2014, que permitirá a disponibilização dos dados regionalizados referentes à renúncia de receita para atendimento ao disposto no artigo 145, inciso I da Constituição Estadual;
- que seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, às informações que dão suporte ao demonstrativo previsto no art. 5º, inciso II, da LRF, notadamente quanto à relação dos beneficiários da renúncia de receita, por setor, com o valor do benefício a que cada um tem direito, cumprindo o disposto nos arts. 48, § único, II, e 48-A, I, da LRF;
- que se observe o disposto no art. 145, incisos I e II, da CE, dando publicidade aos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os beneficiários e o montante do imposto reduzido/dispensado, bem como às isenções ou reduções de impostos incidentes sobre bens e serviços.

Apesar dessas contundentes proposições feitas pela Comissão Técnica do TCEES, atinentes ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Estadual, o Parecer Prévio TC 56/2014, referente ao exercício de 2013, consignou apenas duas recomendações, a saber:

1. O registro de ajustes da dívida ativa de acordo com os princípios de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP;
2. A melhoria da qualidade da base de dados cadastrais por meio de recadastramentos periódicos dos servidores ativos, inativos e pensionistas a ser realizada pelo Executivo e os Poderes, levando em consideração, sobretudo, as informações essenciais para o cálculo atuarial;

1.13.1 Recomendação expressamente proposta pelo Ministério Público de Contas, acolhida à unanimidade pelo Plenário, mas não incluída no Parecer Prévio TC 50/2015

3.1 Recomendação Expressamente Proposta pelo MPC, Acolhida à Unanimidade pelo Plenário, mas Não Incluída no Parecer Prévio

Promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 da proposição formulada por este *Parquet* de Contas (fl. 792 e 793) com base em irregularidade apontada pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 (fl. 463 e 464), acolhida à unanimidade pelo Plenário do TCEES nos termos do Voto do Relator (fl. 1978), consistente na **expedição de recomendação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual** para que reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal[186], sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008[187], exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria[188];

1.13.2 Recomendações expressamente propostas pela Comissão Técnica, acolhidas à unanimidade pelo Plenário, mas não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015

3.2 Recomendações Expressamente Propostas pela Comissão Técnica, Acolhidas à Unanimidade pelo Plenário, mas Não Incluídas no Parecer Prévio

---

186 Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
[...]
§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, **e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

187 Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:
[...]
IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

188 Art. 4º O CRP será exigido nos seguintes casos:
I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
III - liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]

Tendo em vista que, conquanto tenha sido emitido em consonância com os termos do Voto do Relator, o Parecer Prévio TC 50/2015 não contemplou todas as recomendações expressamente contidas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, as quais foram acolhidas pelo Relator e referendadas à unanimidade pelo Plenário do TCEES, promova a inclusão no Parecer Prévio das seguintes recomendações:

a) Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil (fl. 282 e 283);

b) Que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, do Balanço Patrimonial, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a Norma Contábil NBC TG 25. (fl. 290);

c) Que, para as futuras prestações de contas anuais - o anexo "Quadro do superávit/déficit financeiro", que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea "a" da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis (fl. 294);

d) A inclusão da Defensoria Pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012- DOE 19.4.2012). (fl. 558);

e) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nas situações em que tenha havido necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes. (fl. 558);

f) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN. (fl. 559);

g) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os

objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição. (fl. 559);

h) Nos termos acatados pela Decisão TC-7727/2014 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1224/2014 (relativo à análise da LDO do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF[189]. (fl. 559);

i) Que, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001. (fl. 565);

j) Que, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE. (fl. 565);

k) Nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (fl. 565);

l) Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6 (fl. 575);

m) Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que (fl. 575):

- Após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme

[189] Essa mesma irregularidade foi constatada pela Comissão Técnica no exercício de 2013 e consignada no relatório técnico das contas do governador respectivo.

orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09;

- A regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;

n) Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08 (fl. 575);

o) Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos "precatórios da trimestralidade", que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1) (fl. 575 e 576);

p) Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem a obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas. (fl. 599).

1.13.3 Recomendações logicamente advindas de irregularidades identificadas pela Comissão Técnica, demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, porém não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015

3.3 Recomendações Logicamente Advindas de Irregularidades Identificadas pela Comissão Técnica, Demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador, Não Incluídas no Parecer Prévio

Considerando que algumas irregularidades ou deficiências consignadas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 não foram objeto de recomendação expressa por parte do corpo técnico do TCEES, mas que, pela própria natureza e gravidade demonstrada pelos auditores de controle externo na abordagem dos temas, geram a necessidade de emissão de recomendação por parte desta Corte de Contas, sob risco de que as situações identificadas se repitam nos exercícios seguintes em detrimento do interesse público e do exercício da atividade fiscalizatória realizada por este órgão de controle externo, promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendações pertinentes aos seguintes pontos:

a) Tendo em vista que a Comissão Técnica constatou que o órgão central do sistema de controle interno se absteve de emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas do governador do Estado (fl. 545), promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação no sentido de que o órgão central do sistema de controle interno **volte a emitir**

parecer conclusivo[190] sobre as contas do chefe do Poder Executivo estadual, conforme prescreve o art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013[191];

b) Considerando que a Comissão Técnica responsável pela análise das contas do Governador constatou **e demonstrou** – inclusive com elementos gráficos –, por meio do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, que o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro, integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), **contabilizou incorretamente** o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como **"receita intraorçamentária"**, quando deveria contabilizá-lo como **"aporte para cobertura do déficit financeiro"** (fl. 506 a 509); considerando a gravidade das consequências geradas pela perpetuação dessa irregularidade[192]; considerando que a recomendação expedida no RREO do 6º bimestre de 2014 ainda não foi adimplida, porquanto houve apenas uma realocação de números no demonstrativo publicado[193] sem, no entanto, corrigir-se efetivamente os registros contábeis no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), circunstância que induz a erro o controle social por não retratar a realidade das finanças públicas estaduais; e considerando, ainda, que o Relatório Técnico das Contas do Governador infelizmente não contemplou expressamente recomendação nesse sentido, promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação ao Poder Executivo estadual para que corrija **efetivamente** o registro contábil do

---

190 Na prestação de contas do governador do exercício anterior (2013), o órgão central do sistema de controle interno emitiu, normalmente, parecer conclusivo sobre as contas do governador do Estado:

> **7. Parecer conclusivo**
> Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Renato Casagrande *Governador do Estado do Espírito Santo*, relativa ao exercício de 2013, com objetivo de:
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
> Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam adequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere. (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/01-22-RELOCI.pdf. Acesso em: 19 ago. 2015)

191 Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do ANEXO 01 desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no ANEXO 11 que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

192 Dentre as consequências decorrentes da contabilização do aporte previdenciário como receita intraorçamentária está o desvio de mais de R$ 2,6 bilhões de reais dos recursos destinados á manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), apurados pelo MPC entre 2009 e 2011.

193 Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro, integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 3º bimestre de 2015.

aporte previdenciário no SIGEFES, de modo as alterações afetem todos os demonstrativos relacionados, a exemplo do Demonstrativo do Balanço Orçamentário, integrante do RREO;

c) Considerando as limitações de escopo enfrentadas pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 195 e 196) em razão da ausência dos elementos necessários à verificação de que o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, **promova** a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação ao Poder Executivo estadual para que disponibilize os meios necessários à verificação do adimplemento de todos os pontos contidos nas próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

1.13.4 Recomendações e alertas expedidos pelo Tribunal de Contas ao Longo de 2014 nos demais processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), não registrados no Parecer Prévio TC 50/2015

3.4 Recomendações e Alertas Expedidos pelo TCEES ao Longo de 2014 nos Demais Processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), Não Registrados no Parecer Prévio

Considerando a relevância e a pertinência das recomendações feitas pelo TCEES ao Poder Executivo estadual nos processos referentes às leis orçamentárias (LDO e LOA) e aos instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), cujas análises técnicas subsidiaram a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2014 nos termos do art. 72 da lei complementar estadual 621/2012[194], do art. 105, § 3º, da Resolução TC 261/2013[195], e do art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013[196]; considerando que o Parecer Prévio

[194] Art. 72. As contas anuais do Governador serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento.
§ 1º A composição das contas a que se refere o caput observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas.
§ 2º As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal de Contas.

[195] Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.
[...]
§ 3º A composição das contas a que se refere o caput, observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal.

[196] Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 01** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.
§ 1º **As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado**, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública. (grifou-se)
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas

emitido pelo Tribunal de Contas deve sintetizar todas as ações de controle externo realizadas ao longo do exercício financeiro, de modo a permitir que o Poder Legislativo tenha a exata dimensão e alcance das recomendações emitidas pela Corte de Contas, para fins de julgamento e de acompanhamento parlamentar durante o exercício seguinte; considerando, destarte, o fato de que o Parecer Prévio deve abranger e registrar, consoante previsão contida no art. 118, § 1º, do Regimento Interno do TCEES[197], a totalidade do exercício financeiro do Estado, devendo consolidar com fidedignidade e transparência o resultado de todas as ações de controle externo realizadas pelo TCEES no período em exame, no que se incluem os mencionados processos, **promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 do registro das recomendações e alertas emitidos ao Poder Executivo estadual relacionados ao exercício de 2014**, notadamente das recomendações que se encontram pendentes de comprovação do seu adimplemento, extraídas das decisões dos seguintes processos:

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Processo TC 1224/2014, Decisão TC 7727/2014:

Recomendação no sentido de que na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- Inclua a Defensoria Pública ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (Redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012 - DOE 19.04.2012);
- Nas situações em que haja necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes;
- Seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN;

---

respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

197 Art. 118. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas.
§ 1º O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.
§ 2º O relatório, que acompanhará o parecer prévio, conterá as informações exigidas em ato normativo do Tribunal.

- Seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição;
- No prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014 seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (RAL 1/2014, fl. 66 e 67 do Processo TC 1224/2014)

b) Lei Orçamentária Anual (LOA), Processo TC 1223/2014, Decisão TC 1084/2015:

Recomendação no sentido de que na elaboração das próximas Leis Orçamentárias Anuais (LOA):

- Inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001.
- O projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE.
- No prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (RAL 2/2014, fl. 351 e 352 do Processo TC 1223/2014)

c) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 4º Bimestre de 2014, Processo TC 8927/2014, Decisão TC 1268/2014:

Alerta no sentido de que:

- No Balanço Orçamentário (Anexo 1) relativo ao 4º bimestre de 2014, foi verificado resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO no valor de R$ 505.599.404,64, com receitas orçamentárias realizadas na ordem de R$ 9.972.260.848,97 e despesas orçamentárias executadas correspondentes a R$ 9.466.661.444,33. Em relação ao acompanhamento da meta bimestral de Arrecadação da Receita, disposta no Decreto do Executivo Nº 3487 – R, de 08 de janeiro de 2014, conforme normatização do artigo 13 da LRF e prevista para este bimestre (julho - agosto) no montante de R$ 2.825.753.794,00, comparada com a receita bimestral realizada, que foi de R$ 2.577.236.088,89, acarretou em uma diferença a menor no valor de R$ 248.517.705,11. Esta Corte de Contas, com base no art. 59, §1º, inciso I, c/c art. 9º, todos da LRF, deverá **alertar** o Governo do Estado pelo **não atingimento da Meta Bimestral de Arrecadação da Receita**. (REO 6/2014, fl. 62 do Processo TC 8927/2014)

d) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 5º Bimestre de 2014, Processo TC 12038/2014, Decisão TC 1269/2014:

Alerta no sentido de que:

- No Demonstrativo do Balanço Orçamentário (Anexo 1), relativo ao 5º bimestre de 2014, foi verificado resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO no valor de R$ 280.631.169,44, com receitas orçamentárias realizadas na ordem de R$ 12.193.983.272,79 e despesas orçamentárias executadas correspondentes a R$ 11.913.352.103,35. Em relação ao acompanhamento da meta bimestral de Arrecadação da Receita, disposta no Decreto do Executivo Nº 3487 – R, de 08 de janeiro de 2014, conforme normatização do artigo 13 da LRF e prevista para este bimestre (setembro - outubro) no montante de R$ 2.764.573.047,00, comparada com Proc. TC 12038/2014 Fl. 57 Rubrica a receita bimestral realizada, que foi de R$ 2.221.722.423,82, observou-se uma diferença a menor no valor de R$ 542.850.623,18. Esta Corte de Contas, com base no art. 59, inciso I e §1º, inciso I, c/c art. 9º (segunda parte), todos da LRF, deverá **alertar** o Governo do Estado pelo **não atingimento da Meta Bimestral de Arrecadação da Receita**. (REO 1/2015, fl. 56 e 57 do Processo TC 12038/2014)

e) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, Processo TC 1590/2015, Decisão TC 3935/2015:

Recomendação no sentido de que:

- O Poder Executivo Estadual observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)",

desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo. (REO 2/2015, fl. 82 do Processo TC 1590/2015)

f) Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, 2º Quadrimestre de 2014, Processo TC 9144/2014, Decisão TC 1265/2015:

Posicionamento da Comissão Técnica acolhido pelo Plenário do TCEES:

- Constata-se divergência na apuração do percentual da despesa total com pessoal: o publicado pelo Poder Executivo evidencia o percentual de 42,60%, porém, o apurado pelo TCEES foi de 44,19%. Assim, o percentual da despesa total com pessoal apurado pelo TCEES e o publicado pelo Poder Executivo são inferiores ao limite Legal (49,00%) e ao limite Prudencial (46,55%), contudo, o percentual apurado pelo TCEES encontra-se acima do "limite" de Alerta (44,10%), correspondente à 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "**ALERTA**" ao gestor conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00. (RAF 18/2014, fl. 35 do Processo TC 9144/2014)

g) Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, 3º Quadrimestre de 2014, Processo TC 1591/2015, Decisão TC 3933/2015:

Posicionamento da Comissão Técnica acolhido pelo Plenário do TCEES:

- Constata-se divergência na apuração do percentual da despesa total com pessoal: o publicado pelo Poder Executivo evidencia o percentual de 43,33%, porém, o apurado pelo TCEES foi de 44,82%. Assim, o percentual da despesa total com pessoal apurado pelo TCEES e o publicado pelo Poder Executivo são inferiores ao limite Legal (49,00%) e ao limite Prudencial (46,55%), contudo, o percentual apurado pelo TCEES encontra-se acima do "limite" de Alerta (44,10%), correspondente a 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "**ALERTA**" ao gestor, conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00. Registra-se que, a partir da análise deste RGF (3º quadrimestre de 2014), houve alteração na metodologia de cálculo do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, tanto por parte do Poder Executivo, quanto por parte deste Tribunal, como forma de se eliminar o duplo cômputo dos recursos repassados para cobertura de déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo.

[...]

Recomendação ao Poder Executivo no sentido de que:

- Observe as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a elaboração do Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), quanto ao correto preenchimento da linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" da Despesa Bruta com Pessoal, passando a considerar nessa linha somente os valores da despesa liquidada;
- Adote providências para promover a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado (RGF) no Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo.

1.13.5 Da oportunização de contraditório ao Poder Executivo estadual

3.5 Da Oportunização de Contraditório ao Poder Executivo Estadual

Tendo em vista que o acolhimento das recomendações omitidas no Parecer Prévio TC 50/2015, objeto destes Embargos de Declaração, podem agravar a situação da atual gestão do Poder Executivo estadual – interessado no presente recurso – notadamente devido ao pedido de expedição de recomendação no sentido de que promova a correta contabilização do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), na forma como preconizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo corpo de auditores desta Corte de Contas[198], **oportunize** ao Poder Executivo estadual o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 156 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[199] e do art. 402, inciso III, do Regimento Interno do TCEES[200].

Vitória, 21 de agosto de 2015.

Ministério Público de Contas

1.14 30/09/2015: Unidade Técnica responsável pelo Monitoramento certifica o cumprimento da Decisão TC 3935/2015, a qual determinou ao Poder Executivo

198 A correção do registro contábil do aporte previdenciária foi objeto de recomendação expressa do TCEES nos seguintes processos:
- Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestres de 2014, Processo TC 1590/2015;
- Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 1º bimestre de 2015, Processo TC 4955/2015.

Apesar de ter havido recomendações nos exercícios financeiros de 2014 (RREO do 6º bimestre de 2014) e de 2015 (RREO do 1º bimestre de 2015) visando à correção dos registros contábeis do aporte previdenciário, evidenciando que a irregularidade contatada ultrapassou mandatos, o Parecer Prévio TC 50/2015 não contemplou recomendação nesse sentido.

199 Art. 156. Nos recursos interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é assegurado o contraditório, mediante a concessão de oportunidade para oferecimento de contrarrazões recursais, quando se tratar de recurso tendente a agravar a situação do responsável ou do interessado.

200 Art. 402. Interposto o recurso pelo Ministério Público junto ao Tribunal, serão notificados os demais interessados para se manifestarem, nos termos do art. 156 da Lei Orgânica do Tribunal, nos seguintes prazos:
[...]
III - cinco dias, nos casos de embargos de declaração.

estadual que passasse a observar as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e deixasse de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro como sendo receita previdenciária do RPPS

Em 30/09/2015, a 9ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária REO 5/2015, emitido no Processo TC 8706/2015, relativo ao RREO do 3º bimestre de 2015, certifica o cumprimento da Decisão TC 3935/2015, mediante a qual o TCEES determinara ao Poder Executivo estadual que passasse a observar as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e, por conseguinte, deixasse de considerar os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro como sendo receita previdenciária do RPPS:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9ª Secretaria de Controle Externo

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

REO 5/2015

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

3º BIMESTRE 2015
(Maio - Junho)

Processo TC:	8706/2015
Assunto:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Agentes Responsáveis:	Paulo César Hartung Gomes Ana Paula Vitali James Vescovi
Conselheiro Relator:	Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Equipe:	Beatriz Augusta Simmer Mariza de Souza Macedo
Secretário da 9ª SCE:	Marcelo Lima Fedeszen

[...]

1.1 - METODOLOGIA UTILIZADA

Para realização da análise constante deste relatório técnico, além dos instrumentos legais, Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei n. 4.320/64, Lei Complementar n. 101/00 (LRF), foram observados:

- Os Princípios de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- As regulamentações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial a Portaria nº 553, de 22/09/2014 e alterações, que aprovou a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais;
- Os Conceitos, entendimentos e interpretações desta Corte de Contas, devidamente substanciadas em Pareceres Consulta, Decisões Plenárias, Resoluções, Instruções Normativas e quaisquer outros atos normativos por ela emanados, notadamente as Resoluções TC-248/2012, TC-238/212, 162/2001 e TC-189/2003, bem como a Decisão Plenária TC-006/2001;

Assim, as documentações encaminhadas a este Tribunal, em cumprimento ao artigo 2º da Resolução TCEES nº 162, de 23 de janeiro de 2001, bem como os demonstrativos publicados, foram confrontadas com os procedimentos, normas e conceitos atinentes à elaboração dos demonstrativos que compõe o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Os valores apresentados nos respectivos Demonstrativos que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária foram calculados e conferidos por meio de cotejamento de informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – Sigefes, através de consultas sistêmicas nos seguintes módulos: Execução Orçamentária, Execução Financeira e Contabilidade do subsistema Execução.

E ainda, consultas através da ferramenta Flexvision[5], no módulo Relatórios, cujos filtros e formatação foram previamente definidos pelo órgão gestor do Sigefes (Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz). Adicionalmente são efetuados filtros para obtenção de dados e informações específicas.

[...]

14 – MONITORAMENTO DE DECISÕES ANTERIORES

Nos autos do Processo TC 01590/2015, relativo à análise do RREO referente ao 6º Bimestre de 2014, foi recomendado que o Poder Executivo observasse, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro nacional (STN) contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identificar esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR" do mesmo demonstrativo, através da Decisão TC-3935/2015.

Na análise do presente Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relativo ao 3º Bimestre de 2015, constatou-se o ajuste no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro, nas linhas "Total das Receitas Previdenciárias RPPS (VI) = (IV + V)" e "Total das Receitas Previdenciárias Intraorçamentárias (X) = (VIII + IX)", não sendo computados os valores R$ 696.905.148,95 (coluna até o Bimestre/2015) e R$ 648.032.680,38 (coluna até o Bimestre/2014) em virtude de tais valores referirem-se ao "Aporte para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS". Desta forma, o valor de R$ 696.905.148,95, referente ao aporte realizado até junho/2015 está sendo computado na linha "Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (oriundos de todos os Poderes)".

Diante do exposto, certifica-se o cumprimento da deliberação constante da Decisão TC-3935/2015 nos autos do TC-1590/2015 (RREO do 6º Bimestre de 2014), possibilitando a conclusão do monitoramento, nos termos da Resolução TC nº 278 de 4 de novembro de 2014.

[...]

15 - CONCLUSÃO

A análise das informações provenientes da validação dos anexos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, publicado pelo Poder Executivo referente ao 3º **bimestre de 2015**, permitiu as seguintes constatações:

[...]

Por fim, **registra-se** que a recomendação constante da análise do RREO referente ao 6º Bimestre de 2014 (Processo TC 1590/2015), acatada pela Decisão TC-3935/2015, para que o Poder Executivo observasse, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro nacional (STN) contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identificar esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR" do mesmo demonstrativo, foi atendida segundo a análise presente nestes autos, possibilitando a certificação da conclusão do monitoramento, nos termos da Resolução TC nº 278 de 4 de novembro de 2014.

Vitória, 30 de setembro de 2015.

Esse entendimento também foi certificado no Processo TC 1590/2015, referente ao RREO do 6º bimestre de 2014, **considerando concluído o monitoramento**, conforme se colhe da Certificação de Monitoramento colacionada a seguir:

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
9ª Secretaria de Controle Externo

Proc. TC 1590/2015
Fl. 128
Rubrica

CERTIFICAÇÃO DE MONITORAMENTO

Considerando a Resolução TC 278/2014 que disciplina a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos;

Considerando que a recomendação constante na ITMF 7/2015, fls. 85/91, abaixo transcrita, acatada pela Decisão TC 3935/2015 - Plenário, fls. 106/107, foi atendida conforme análise do Processo TC-8706/2015 (RREO 3º bimestre de 2015), consubstanciada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (REO) 5/2015 e na Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal (ITMF) 16/2015;

• **Recomendar** que o Poder Executivo observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identificar esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo.

Considera-se concluído o monitoramento nos presentes autos, quanto ao item acima transcrito, providenciando-se a presente certificação conforme artigo 5º, inciso I, c/c artigo 4º, inciso I, da Resolução TC 278/2014.

Vitória, 5 de outubro de 2015.

Portanto, de acordo com a metodologia de monitoramento utilizada pela 9ª Secretaria de Controle Externo, unidade técnica responsável pela fiscalização das finanças públicas estaduais, o cumprimento da Decisão TC 3935/2015, a qual recomendou que o Poder Executivo estadual observasse as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e passasse a desconsiderar o aporte como receita intraoçamentária do RPPS, dependeria apenas de uma alteração meramente formal no Demonstrativo das Receitas Previdenciárias do RPPS – Fundo Financeiro, a ser atendida mediante simples reposicionamento de valores nos campos do demonstrativo, não sendo necessária, por conseguinte, a alteração dos respectivos

registros contábeis no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), mesmo que os dados revelados à sociedade por meio desse importante instrumentos de fiscalização previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não refletissem a realidade contábil das finanças públicas estaduais.

Esse posicionamento, salvo melhor juízo, viola os princípios contábeis da **Oportunidade** e da **Informação**, os quais são de observância obrigatória no exercício da profissão e constiuem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), nos termos do § 1º do art. 1º da Resolução CFC 750/1993[201].

Enquanto o princípio da **Oportunidade** encontra-se conceituado no art. 6º da Resolução CFC 750/1993[202], cujo parágrafo uníco, incluído pela Resolução CFC. 1.282/2010[203], estatui que **a falta de integridade na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância**, o princípio fundamental da **Informação**, definido pelo item 1.13 do anexo à Resolução CFC 530/1981[204], Norma NBC T-1, esclarece que **as demonstrações contábeis devem revelar, a quem de direito, todos os fatos que possam influir, significativamente, na sua interpretação**. De acordo com o art. 1º, § 2º, da Resolução CFC 750/1993[205], na aplicação dos princípios da contabilidade, **a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais**. Por fim, de acordo com a Norma NBC T-

[201] Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE (PC) os enunciados por esta Resolução.
§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

[202] Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)
Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.doc. Acesso em: 25 mai. 2016.

[203] Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1282.doc. Acesso em: 25 mai. 2016.

[204] **1.13 DA INFORMAÇÃO** – As demonstrações contábeis devem revelar, a quem de direito, todos os fatos que possam influir, significativamente, na sua interpretação.
Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_530.doc. Acesso em: 25 mai. 2016.

[205] Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE (PC) os enunciados por esta Resolução.
§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).
§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

1, **os princípios visam ao tratamento uniforme dos atos e fatos administrativos e das demonstrações deles decorrentes**.

Destarte, a partir da análise acurada da questão, constata-se que a metodologia de monitoramento empreendida pelo TCEES, que, ao fim, enseja aderência à divulgação de informações inautênticas, carece de aprimoramento, pois dissonante com a missão atribuída aos próprios tribunais de contas de fiscalizar o fiel cumprimento dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante se extrai da previsão contida no art. 73-A da LRF[206].

1.15 16/02/2016: Plenário do Tribunal de Contas emite o Parecer Prévio TC 7/2016 nos Embargos de Declaração TC 9974/2015, alterando parcialmente o Parecer Prévio TC 50/2015

Na sessão realizada em 16/02/2016, ao apreciar os Embargos de Declaração TC 9974/2015 opostos pelo Ministério Público de Contas, o Plenário do TCEES emitiu o **Parecer Prévio TC 7/2016**[207], complementando o Parecer Prévio TC 50/2015 nos seguintes termos:

PARECER PRÉVIO TC-7/2016

PROCESSO	- TC-9974/2015 (APENSOS: TC-3043/2015 E TC-6016/2015)
JURISDICIONADO	- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSUNTO	- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE	- MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS
RESPONSÁVEL	- JOSÉ RENATO CASAGRANDE

EMENTA

CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - EXERCÍCIO DE 2014 - CONFORMIDADE COM

[206] Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo **Tribunal de Contas** e ao órgão competente do Ministério Público **o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar**. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

[207] Fl. 137 a 174 do Processo TC 9974/2015.

DISPOSIÇÕES LEGAIS - 1) REJEITAR PRELIMINARES - 2) PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO - 3) RECOMENDAÇÕES - 4) ARQUIVAR – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS – 1) CONHECER – 2) PROVIMENTO PARCIAL SEM EFEITOS INFRINGENTES – 3) INCLUIR RECOMENDAÇÕES NO PARECER PRÉVIO TC-50/2015 – 4) ARQUIVAR.

1.15.1 Voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges

1.15.1.1 Relatório

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de Embargos de Declaração interposto em face do Parecer Prévio TC-050/2015, constante do Processo TC 6016/2015, que recomendou à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a APROVAÇÃO das contas prestadas pelo Governador do Estado do Espírito Santo, Excelentíssimo Senhor José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014.

O Ministério Público Especial de Contas interpôs embargos de declaração, alegando existir omissões e contradições no Parecer Prévio TC 050/2015, conforme transcrito:

> **3.1 Recomendação Expressamente Proposta pelo MPC, Acolhida à Unanimidade pelo Plenário, mas Não Incluída no Parecer Prévio**
>
> Promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 da proposição formulada por este Parquet de Contas (fl. 792 e 793) com base em irregularidade apontada pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 (fl. 463 e 464), acolhida à unanimidade pelo Plenário do TCEES nos termos do Voto do Relator (fl. 1978), consistente na **expedição de recomendação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual** para que reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria;

3.2 Recomendações Expressamente Propostas pela Comissão Técnica, Acolhidas à Unanimidade pelo Plenário, mas Não Incluídas no Parecer Prévio

Tendo em vista que, conquanto tenha sido emitido em consonância com os termos do Voto do Relator, o Parecer Prévio TC 50/2015 não contemplou todas as recomendações expressamente contidas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, as quais foram acolhidas pelo Relator e referendadas à unanimidade pelo Plenário do TCEES, promova a inclusão no Parecer Prévio das seguintes recomendações:

a) Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil (fl. 282 e 283);

b) Que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, do Balanço Patrimonial, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a Norma Contábil NBC TG 25. (fl. 290);

c) Que, para as futuras prestações de contas anuais - o anexo "Quadro do superávit/déficit financeiro", que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea "a" da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis (fl. 294);

d) A inclusão da Defensoria Pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012- DOE 19.4.2012). (fl. 558);

e) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nas situações em que tenha havido necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes. (fl. 558);

f) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN. (fl. 559);

g) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais

detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição. (fl. 559);

h) Nos termos acatados pela Decisão TC-7727/2014 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1224/2014 (relativo à análise da LDO do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (fl. 559);

i) Que, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001. (fl. 565);

j) Que, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE. (fl. 565);

k) Nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (fl. 565);

l) Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6 (fl. 575);

m) Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que (fl. 575):

- Após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09;
- A regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;

n) Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08 (fl. 575);

o) Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos "precatórios da trimestralidade", que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1) (fl. 575 e 576);

p) Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem a obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas. (fl. 599).

3.3 Recomendações Logicamente Advindas de Irregularidades Identificadas pela Comissão Técnica, Demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador, Não Incluídas no Parecer Prévio

Considerando que algumas irregularidades ou deficiências consignadas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 não foram objeto de recomendação expressa por parte do corpo técnico do TCEES, mas que, pela própria natureza e gravidade demonstrada pelos auditores de controle externo na abordagem dos temas, geram a necessidade de emissão de recomendação por parte desta Corte de Contas, sob risco de que as situações identificadas se repitam nos exercícios seguintes em detrimento do interesse público e do exercício da atividade fiscalizatória realizada por este órgão de controle externo, promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendações pertinentes aos seguintes pontos:

a) Tendo em vista que a Comissão Técnica constatou que o órgão central do sistema de controle interno se absteve de emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas do governador do Estado (fl. 545), promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação no sentido de que o órgão central do sistema de controle interno **volte a emitir parecer conclusivo** sobre as contas

do chefe do Poder Executivo estadual, conforme prescreve o art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013;

b) Considerando que a Comissão Técnica responsável pela análise das contas do Governador constatou **e demonstrou** – inclusive com elementos gráficos –, por meio do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, que o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro, integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), **contabilizou incorretamente** o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como **"receita intraorçamentária"**, quando deveria contabilizá-lo como **"aporte para cobertura do déficit financeiro"** (fl. 506 a 509); considerando a gravidade das consequências geradas pela perpetuação dessa irregularidade; considerando que a recomendação expedida no RREO do 6º bimestre de 2014 ainda não foi adimplida, porquanto houve apenas uma realocação de números no demonstrativo publicado sem, no entanto, corrigir-se efetivamente os registros contábeis no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), circunstância que induz a erro o controle social por não retratar a realidade das finanças públicas estaduais; e considerando, ainda, que o Relatório Técnico das Contas do Governador infelizmente não contemplou expressamente recomendação nesse sentido, promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação ao Poder Executivo estadual para que corrija **efetivamente** o registro contábil do aporte previdenciário no SIGEFES, de modo as alterações afetem todos os demonstrativos relacionados, a exemplo do Demonstrativo do Balanço Orçamentário, integrante do RREO;

c) Considerando as limitações de escopo enfrentadas pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 195 e 196) em razão da ausência dos elementos necessários à verificação de que o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, **promova** a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação ao Poder Executivo estadual para que disponibilize os meios necessários à verificação do adimplemento de todos os pontos contidos nas próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

3.4 Recomendações e Alertas Expedidos pelo TCEES ao Longo de 2014 nos Demais Processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), Não Registrados no Parecer Prévio

Considerando a relevância e a pertinência das recomendações feitas pelo TCEES ao Poder Executivo estadual nos processos referentes às leis orçamentárias (LDO e LOA) e aos instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), cujas análises técnicas subsidiaram a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2014 nos termos do art. 72 da lei complementar estadual 621/2012, do art. 105, § 3º, da Resolução TC 261/2013, e do art. 2º da Instrução Normativa IN

28/2013; considerando que o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas deve sintetizar todas as ações de controle externo realizadas ao longo do exercício financeiro, de modo a permitir que o Poder Legislativo tenha a exata dimensão e alcance das recomendações emitidas pela Corte de Contas, para fins de julgamento e de acompanhamento parlamentar durante o exercício seguinte; considerando, destarte, o fato de que o Parecer Prévio deve abranger e registrar, consoante previsão contida no art. 118, § 1º, do Regimento Interno do TCEES, a totalidade do exercício financeiro do Estado, devendo consolidar com fidedignidade e transparência o resultado de todas as ações de controle externo realizadas pelo TCEES no período em exame, no que se incluem os mencionados processos, **promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 do registro das recomendações e alertas emitidos ao Poder Executivo estadual relacionados ao exercício de 2014**, notadamente das recomendações que se encontram pendentes de comprovação do seu adimplemento, extraídas das decisões dos seguintes processos:

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Processo TC 1224/2014, Decisão TC 7727/2014:

Recomendação no sentido de que na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- Inclua a Defensoria Pública ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (Redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012 - DOE 19.04.2012);
- Nas situações em que haja necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes;
- Seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN;
- Seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição;

- No prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014 seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (RAL 1/2014, fl. 66 e 67 do Processo TC 1224/2014)

b) Lei Orçamentária Anual (LOA), Processo TC 1223/2014, Decisão TC 1084/2015:

Recomendação no sentido de que na elaboração das próximas Leis Orçamentárias Anuais (LOA):

- Inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001.
- O projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE.
- No prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (RAL 2/2014, fl. 351 e 352 do Processo TC 1223/2014)

c) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 4º Bimestre de 2014, Processo TC 8927/2014, Decisão TC 1268/2014:

Alerta no sentido de que:

- No Balanço Orçamentário (Anexo 1) relativo ao 4º bimestre de 2014, foi verificado resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO no valor de R$ 505.599.404,64, com receitas orçamentárias realizadas na ordem de R$ 9.972.260.848,97 e despesas orçamentárias executadas correspondentes a R$ 9.466.661.444,33. Em relação ao acompanhamento da meta bimestral de Arrecadação da Receita, disposta no Decreto do Executivo Nº 3487 – R, de 08 de janeiro de 2014, conforme normatização do artigo 13 da LRF e prevista para este bimestre (julho - agosto) no montante de R$ 2.825.753.794,00, comparada com a receita bimestral realizada, que foi de R$

2.577.236.088,89, acarretou em uma diferença a menor no valor de R$ 248.517.705,11. Esta Corte de Contas, com base no art. 59, §1º, inciso I, c/c art. 9º, todos da LRF, deverá **alertar** o Governo do Estado pelo **não atingimento da Meta Bimestral de Arrecadação da Receita**. (REO 6/2014, fl. 62 do Processo TC 8927/2014)

d) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 5º Bimestre de 2014, Processo TC 12038/2014, Decisão TC 1269/2014:

Alerta no sentido de que:

- No Demonstrativo do Balanço Orçamentário (Anexo 1), relativo ao 5º bimestre de 2014, foi verificado resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO no valor de R$ 280.631.169,44, com receitas orçamentárias realizadas na ordem de R$ 12.193.983.272,79 e despesas orçamentárias executadas correspondentes a R$ 11.913.352.103,35. Em relação ao acompanhamento da meta bimestral de Arrecadação da Receita, disposta no Decreto do Executivo Nº 3487 – R, de 08 de janeiro de 2014, conforme normatização do artigo 13 da LRF e prevista para este bimestre (setembro - outubro) no montante de R$ 2.764.573.047,00, comparada com Proc. TC 12038/2014 Fl. 57 Rubrica a receita bimestral realizada, que foi de R$ 2.221.722.423,82, observou-se uma diferença a menor no valor de R$ 542.850.623,18. Esta Corte de Contas, com base no art. 59, inciso I e §1º, inciso I, c/c art. 9º (segunda parte), todos da LRF, deverá **alertar** o Governo do Estado pelo **não atingimento da Meta Bimestral de Arrecadação da Receita**. (REO 1/2015, fl. 56 e 57 do Processo TC 12038/2014)

e) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2014, Processo TC 1590/2015, Decisão TC 3935/2015:

Recomendação no sentido de que:

- O Poder Executivo Estadual observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS (“Aporte”) do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro “APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR” do mesmo Demonstrativo. (REO 2/2015, fl. 82 do Processo TC 1590/2015)

f) Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, 2º Quadrimestre de 2014, Processo TC 9144/2014, Decisão TC 1265/2015:

Posicionamento da Comissão Técnica acolhido pelo Plenário do TCEES:

- Constata-se divergência na apuração do percentual da despesa total com pessoal: o publicado pelo Poder Executivo evidencia o percentual de 42,60%, porém, o apurado pelo TCEES foi de 44,19%. Assim, o percentual da despesa total com pessoal apurado pelo TCEES e o publicado pelo Poder Executivo são inferiores ao limite Legal (49,00%) e ao limite Prudencial (46,55%), contudo, o percentual apurado pelo TCEES encontra-se acima do "limite" de Alerta (44,10%), correspondente à 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "**ALERTA**" ao gestor conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00. (RAF 18/2014, fl. 35 do Processo TC 9144/2014)

g) Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, 3º Quadrimestre de 2014, Processo TC 1591/2015, Decisão TC 3933/2015:

Posicionamento da Comissão Técnica acolhido pelo Plenário do TCEES:

- Constata-se divergência na apuração do percentual da despesa total com pessoal: o publicado pelo Poder Executivo evidencia o percentual de 43,33%, porém, o apurado pelo TCEES foi de 44,82%. Assim, o percentual da despesa total com pessoal apurado pelo TCEES e o publicado pelo Poder Executivo são inferiores ao limite Legal (49,00%) e ao limite Prudencial (46,55%), contudo, o percentual apurado pelo TCEES encontra-se acima do "limite" de Alerta (44,10%), correspondente a 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "**ALERTA**" ao gestor, conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00. Registra-se que, a partir da análise deste RGF (3º quadrimestre de 2014), houve alteração na metodologia de cálculo do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, tanto por parte do Poder Executivo, quanto por parte deste Tribunal, como forma de se eliminar o duplo cômputo dos recursos repassados para cobertura de déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo.

[...]

Recomendação ao Poder Executivo no sentido de que:

- Observe as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a elaboração do Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), quanto ao correto preenchimento da linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" da Despesa Bruta com Pessoal, passando a considerar nessa linha somente os valores da despesa liquidada;

- Adote providências para promover a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado (RGF) no Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo.

3.5 Da Oportunização de Contraditório ao Poder Executivo Estadual

Tendo em vista que o acolhimento das recomendações omitidas no Parecer Prévio TC 50/2015, objeto destes Embargos de Declaração, podem agravar a situação da atual gestão do Poder Executivo estadual – interessado no presente recurso – notadamente devido ao pedido de expedição de recomendação no sentido de que promova a correta contabilização do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), na forma como preconizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo corpo de auditores desta Corte de Contas, **oportunize** ao Poder Executivo estadual o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 156 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012 e do art. 402, inciso III, do Regimento Interno do TCEES.

É o relatório.

1.15.1.2 Do conhecimento

II – DO CONHECIMENTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, uma vez que o presente recurso se encontra previsto na legislação em vigor (art. 152, III[208] e 167, caput[209], da Lei Orgânica do TCEES (Lei nº 621/2012) e no art. 411 do Regimento Interno – Resolução nº 261/2012[210] deste Tribunal), é tempestivo, possui legitimidade o recorrente, há interesse recursal e ausente qualquer fato extintivo ou impeditivo ao direito de recorrer, entendo que o mesmo deve ser conhecido.

1.15.1.3 Mérito

III – MÉRITO

[208] Art. 152 - Cabem os seguintes recursos nos processos em tramitação no Tribunal de Contas: [...] III – embargos de declaração; [...]

[209] Art. 167 – Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas. [...]

[210] Art. 411. Caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão ou parecer prévio emitido pelo Tribunal. § 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito pelo responsável, pelo interessado, pelo sucessor ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, em petição dirigida ao Relator. § 2º Os embargos de declaração serão interpostos dentro do prazo improrrogável de cinco dias, contados na forma da Lei Orgânica do Tribunal. § 3º Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento do acórdão e parecer prévio embargados, bem como para interposição dos demais recursos previstos na Lei Orgânica do Tribunal. § 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, os prazos recomeçam a contagem a partir da publicação do acórdão que julgou os embargos.

Os embargos de declaração servem como instrumento para que se esclareça eventual ponto da decisão considerado obscuro, contraditório, omisso ou duvidoso. Portanto, não se prestam para rediscutir o que restou decidido pelo Plenário na sessão especial que apreciou as contas do Governador do Estado do Espírito Santo.

Tecidas as considerações acima, passo a **suprir a omissão** apontada à fl. 77 dos presentes Embargos de Declaração – TC 9974/2015, no item **3.1** (**recomendação expressamente proposta pelo Ministério Público Especial de Contas, acolhida à unanimidade pelo Plenário, mas não incluída no parecer prévio)**, eis que foi objeto de apreciação pelo Plenário no contexto do processo da Prestação de Contas Anual do Governador, sendo omitido no Parecer Prévio TC-050/2015 decorrente de **equívoco redacional** na sua elaboração.

Por este motivo, deverá constar no Parecer Prévio TC 50/2015 a proposição formulada pelo *Parquet* de Contas (fls. 792/794 do Processo TC 6016/2015), com base em constatação apontada pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 (fls. 463 e 464 do Processo TC 6016/2015), acolhida à unanimidade pelo Plenário do TCEES nos termos do Voto deste Relator (fl. 1978 do Processo TC 6016/2015), consistente na expedição de recomendação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual para que reavaliem a permanência da gestão fragmentada do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal[211], sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo a não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008[212], exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importantes benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria.

De igual modo, passo a **suprir a omissão** apontada no item **3.2 tão somente no que se refere às alíneas "a", "b", "c", "l", "m", "n", "o" e "p"** dos presentes Embargos de Declaração – TC 9974/2015, eis que constam como recomendações no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015 e foram objeto de apreciação e concordância pelo Plenário durante a sessão plenária especial que apreciou as contas do Governador do Estado. Ademais, é essencial ressaltar que a natureza destas recomendações guarda sintonia com o assunto tratado no âmbito do processo que aprecia as contas do Governador do Estado.

Antes de prosseguir a análise quanto às demais medidas pleiteadas pelo Ministério Público Especial de Contas, descritas nos **itens 3.2 (alíneas d, e,**

---

211 Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
[...]
§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, **e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

212 Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:
[...]
IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

f, g, h, i, j, k), 3.3, 3.4 e 3.5 é importante abordar a **sistemática de trabalho e processamento das informações concernentes à apreciação das contas do Governador do Estado.**

De um lado, existem informações encaminhadas pelo Governo Estadual ao Tribunal de Contas ao longo do período de um ano, que são autuadas nesta Corte em processos designados por "Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)" e "Relatório de Gestão Fiscal (RGF)".

Tais processos demonstram o andamento da gestão fiscal e do planejamento governamental cujas informações são obtidas mediante processos designados por "Plano Plurianual (PPA)", "Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)" e "Lei Orçamentaria Anual (LOA)".

De outro lado, existem informações que são encaminhadas pelo Governo Estadual em determinada época do ano, como, por exemplo, a data limite de 30 de abril para apresentar a "Prestação de Contas Anual do Governador do Estado" que reflete a posição contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro do exercício findado.

O primeiro conjunto de informações (que, conforme citado anteriormente, é encaminhado a este Tribunal de Contas ao longo do período de um ano) é submetido à análise do Corpo Técnico desta Corte que instrui e elabora proposta de encaminhamento.

Neste caso, cabe à **9ª Secretaria de Controle Externo** subsidiar a análise da apreciação das contas anual do Governador do Estado que engloba o exame dos processos de Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme preconiza o artigo 47, inciso I, alínea c, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Resolução TC n. 261/2013).

Feito isso, tais processos são submetidos ao Plenário cujas deliberações são monitoradas por esta Corte, em obediência à Resolução TC n. 278, de 04 de novembro de 2014, o que possibilita a adoção de ações corretivas durante a execução orçamentária e, também, impede a descontinuidade da administração pública na mudança de um exercício financeiro para outro.

Por sua vez, o **segundo conjunto de informações** (que, conforme assinalado anteriormente, deve ser encaminhado a esta Corte em data específica), é analisado por uma **Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador**, com observância aos dispositivos regimentais (artigos 105 a 121 da Resolução TC n. 261/2013), que elabora o Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado, podendo sugerir a expedição de recomendações e determinações.

Por fim, cabe ao Plenário desta Corte de Contas apreciar as contas do Governador do Estado e emitir Parecer Prévio que será submetido à Casa de Leis Estadual. Importante ressaltar que o Plenário, ao apreciar as contas do Governador do Estado, pode expedir recomendações e/ou determinações.

Dessa forma, o conteúdo do Parecer Prévio das Contas do Governador do Estado deve refletir o exato teor da deliberação do Plenário durante a apreciação das contas do Governador do Estado.

O raciocínio acima delineado repercute na elaboração do Parecer Prévio do seguinte modo:

Ao atuar como relator do processo de que trata das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo, **deixei expresso em meu voto a incorporação integral das recomendações constantes no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015**, entretanto, é essencial destacar que **o próprio Relatório Técnico excepcionou as recomendações que já foram objeto de análise prévia nos processos TC 1224/2014 e processo TC 1223/14**, relativos à análise da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), respectivamente, o que também foi acolhido pelo Plenário.

Por conseguinte, revela-se desnecessário repetir recomendação daquilo que o Plenário, preteritamente, o fez, mormente quando o cumprimento de tais recomendações está sendo monitorado nos respectivos processos, conforme estabelece a Resolução TC n. 278[213], de 04 de novembro de 2014.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, não deve ser acatado o pedido formulado pelo Parquet no item 3.2, letras "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k".

A análise das demais medidas propostas pelo Ministério Público Especial de Contas deve guardar simetria com o raciocínio acima delineado. Portanto, na medida em que se torna desnecessário repetir recomendação daquilo que o Plenário, oportunamente, o fez, **com maior razão deve ser mantido o Parecer Prévio sem a inclusão das recomendações sugeridas pelo Ministério Público Especial de Contas no item 3.4 que sequer foram mencionadas no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, bem como não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do Governador do Estado.**

Pelo exposto, deve ser rechaçado o pedido do Ministério Público Especial de Contas que consta no item 3.4 (alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g") cujas recomendações e alertas apontados foram objeto de análise nos processos que tratavam da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, devidamente analisados ao longo do exercício.

Ademais, existem recomendações e alertas que já não guardam sentido na análise do processo que trata da prestação de contas anual do Governador do Estado, conforme os exemplos a seguir:

O prazo de cento e oitenta dias a contar do término do exercício assinalado para cumprir a deliberação quanto à transparência dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, constantes nos autos que analisaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, já expirou. Tais processos estão em fase de monitoramento por esta Corte de Contas, portanto, incluir, novamente, as recomendações e alertas nos autos que tratam da apreciação das contas do Governador do Estado comprometeria o acompanhamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da Resolução TC n. 278/2014.

[213] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/Res278-2014-Disciplina%20o%20monitoramento%20das%20delibera%C3%A7%C3%B5es%20do%20TCEES.pdf. Acesso em: 27 abr. 2016.

O alerta expedido nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 4º e do 5º bimestres, relativos ao não cumprimento da meta de arrecadação bimestral, não foi expedido no 6º bimestre (que expressa a execução orçamentária de janeiro a dezembro de 2014), demonstrando a desnecessidade de expedir alerta nas contas do Governador relativo à meta de arrecadação bimestral. Ademais, mesmo o alerta expedido no 6º bimestre de 2014 (TC-1590/2015), relativo à elaboração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), foi cumprido pelo Poder Executivo após tomar ciência, conforme publicação desse Demonstrativo em 30 de julho de 2015, relativo ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 3º bimestre de 2015, o que corrobora que a ação fiscalizatória realizada ao longo do ano pelo TCEES impede a descontinuidade da administração pública.

Deixo de acolher, de igual modo, **os pedidos formulados pelo Parquet nas alíneas "a", "b" e "c" do item 3.3,** pois, tanto a ausência de parecer conclusivo do órgão central de controle interno (letra "a" do pedido 3.3), quanto a contabilização do aporte (letra "b" do pedido 3.3) e, também, a limitação de escopo (letra "c" do pedido 3.3), **não constituíram recomendações assinaladas no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, bem como não foram deliberadas pelos Conselheiros durante a sessão especial de apreciação das contas do Governador do Estado.**

É oportuno lembrar que o recurso em análise não se presta para inovar ou rediscutir o mérito da decisão plenária.

Vale tecer, ainda, as seguintes considerações sobre o não acolhimento dos pedidos constantes no item 3.3:

A uma, pois a ausência da opinião conclusiva no parecer do órgão de controle interno da Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT não impediu a análise e a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador.

A duas, eis que a evidenciação correta do aporte no Anexo 04 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro) foi tema tratado nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 6º bimestre (TC n. 1590/2015), conforme registrado pelo próprio Parquet no pedido 3.4, alínea "e", em que consta a Decisão Plenária TC-3935/2015.

Por essa razão, o monitoramento nos autos 1590/2015, em obediência à Resolução TC n. 278/2014, tem maior eficácia, pois a decisão é observada tão logo o jurisdicionado tome ciência dela. Não obstante o monitoramento, o Relatório Técnico das Contas do Governador registrou o fato nos "Comentários Técnicos sobre o Aporte para Cobertura de Insuficiências Financeiras", conforme item 7.12.1.3 do Relatório Técnico, às fls. 506/509 do Processo TC 6016/2015, transcrito pelo Ministério Público Especial de Contas, cujo objetivo foi o de revisar e consolidar a metodologia de preenchimento do referido Anexo 04 do RREO.

A três, visto que a limitação de escopo apontada pelo Ministério Público Especial de Contas no pedido constante no item 3.3, alínea "c", mencionada no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, à fl. 196 do Processo TC n. 6016/2015, é situação prevista no

desempenho das atividades exercidas pelos auditores desta Corte, segundo as Normas de Auditoria Governamental, adotadas por meio da Resolução TC n. 233/2012, sendo suficiente o registro do fato, nos moldes da NAG 4409.3.2[214], conforme consta no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, importando ressaltar que tal restrição não impediu a análise e a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015.

Por fim, **não deve ser acatado o pedido constante no item 3.5,** formulado pelo Ministério Público Especial de Contas, pois não vislumbro tratar de recurso tendente a agravar a situação do responsável (Poder Executivo Estadual), razão pela qual o contraditório deve ser dispensado, nos moldes do art. 156 da Lei Complementar nº 621/2012.

1.15.1.4 Conclusão

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **VOTO** para que seja aprovada a decisão que ora submeto ao Colegiado:

I – pelo CONHECIMENTO dos Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Especial de Contas.

II – pelo PROVIMENTO PARCIAL aos Embargos Declaratórios para prestar os esclarecimentos e o suprimento das omissões, **sem conferir efeitos infringentes**, razão pela qual devem constar no Parecer Prévio TC 050/2015 as seguintes recomendações:

- Ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual, que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica, a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas, privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014, reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo a não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e

[214] NAG 4409.3.2 – Quando o profissional de auditoria governamental concluir que não poderá juntar evidência suficiente, deverá mencionar o fato em seu relatório como limitação ao escopo do trabalho.

recebimento de empréstimos, dentre outros importantes benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria;

- Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil;
- Que, respeitando o Princípio da Prudência e Transparência das contas públicas, caso as ações dos precatórios da trimestralidade não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a Norma Contábil NBC TG 25;
- Que, para as futuras prestações de contas anuais, o anexo "Quadro do superávit/déficit financeiro", que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea "a" da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis;
- Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6;
- Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que: a) após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09; b) a regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;
- Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08;
- Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos "precatórios da trimestralidade", que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1); e
- Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem à obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle

adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11, da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas.

1.15.2 Voto-Vista do conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

1.15.2.1 Relatório

VOTO-VISTA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO:

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de Embargos de Declaração interposto em face do Parecer Prévio TC-050/2015, constante do Processo TC 6016/2015, que recomendou à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a APROVAÇÃO das contas prestadas pelo Governador do Estado do Espírito Santo, Excelentíssimo Senhor **José Renato Casagrande**, referente ao exercício de 2014.

Inconformado com a Decisão desta Corte de Contas, o Ministério Público Especial de Contas interpôs embargos de declaração, alegando existirem omissões e contradições no Parecer Prévio TC 050/2015, conforme transcrito no voto do nobre Relator.

A par do exposto pelo órgão ministerial, o Conselheiro Relator, Sérgio Manoel Nader Borges, conheceu do recurso e apresentou **voto** com sólida motivação, da qual entendo oportuno destacar os seguintes pontos:

> [...] como relator do processo de que trata das Contas do Governador [...], **deixei expresso em meu voto a incorporação integral das recomendações constantes no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015**, entretanto, é essencial destacar que **o próprio Relatório Técnico excepcionou as recomendações que já foram objeto de análise prévia nos processos TC 1224/2014 e processo TC 1223/14**, relativos à análise da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), respectivamente, o que também foi acolhido pelo Plenário.
>
> Por conseguinte, revela-se desnecessário repetir recomendação daquilo que o Plenário, preteritamente, o fez, mormente quando o cumprimento de tais recomendações está sendo monitorado nos respectivos processos, conforme estabelece a Resolução TC n. 278, de 04 de novembro de 2014.
>
> **Assim sendo, pelas razões acima expostas, não deve ser acatado o pedido formulado pelo *Parquet* no item 3.2, letras "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k".**
>
> A análise das demais medidas propostas pelo Ministério Público Especial de Contas deve guardar simetria com o raciocínio acima delineado. Portanto, na medida em que se torna desnecessário repetir recomendação daquilo que o Plenário, oportunamente, o fez,

com maior razão deve ser mantido o Parecer Prévio sem a inclusão das recomendações sugeridas pelo Ministério Público Especial de Contas no item 3.4 que sequer foram mencionadas no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, bem como não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do Governador do Estado.

Pelo exposto, deve ser rechaçado o pedido do Ministério Público Especial de Contas que consta no item 3.4 (alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g") cujas recomendações e alertas apontados foram objeto de análise nos processos que tratavam da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, devidamente analisados ao longo do exercício.

Ademais, existem recomendações e alertas que já não guardam sentido na análise do processo que trata da prestação de contas anual do Governador do Estado, conforme os exemplos a seguir:

O prazo de cento e oitenta dias a contar do término do exercício assinalado para cumprir a deliberação quanto à transparência dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, constantes nos autos que analisaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, já expirou. Tais processos estão em fase de monitoramento por esta Corte de Contas, portanto, incluir, novamente, as recomendações e alertas nos autos que tratam da apreciação das contas do Governador do Estado comprometeria o acompanhamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da Resolução TC n. 278/2014.

O alerta expedido nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 4º e do 5º bimestres, relativos ao não cumprimento da meta de arrecadação bimestral, não foi expedido no 6º bimestre (que expressa a execução orçamentária de janeiro a dezembro de 2014), demonstrando a desnecessidade de expedir alerta nas contas do Governador relativo à meta de arrecadação bimestral. Ademais, mesmo o alerta expedido no 6º bimestre de 2014 (TC-1590/2015), relativo à elaboração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), foi cumprido pelo Poder Executivo após tomar ciência, conforme publicação desse Demonstrativo em 30 de julho de 2015, relativo ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 3º bimestre de 2015 [...].

Deixo de acolher, de igual modo, **os pedidos formulados pelo *Parquet* nas alíneas "a", "b" e "c" do item 3.3,** pois, tanto a ausência de parecer conclusivo do órgão central de controle interno (letra "a" do pedido 3.3), quanto a contabilização do aporte (letra "b" do pedido 3.3) e, também, a limitação de escopo (letra "c" do pedido 3.3), **não constituíram recomendações assinaladas no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, bem como não foram deliberadas pelos Conselheiros** [...]

Ainda sobre o não acolhimento dos pedidos constantes no item 3.3, o Relator das contas trouxe as considerações que se seguem.

> [...] a ausência da opinião conclusiva no parecer do órgão de controle interno da Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT não impediu a análise e a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador [...] eis que a evidenciação correta do aporte no Anexo 04 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro) foi tema tratado nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 6º bimestre (TC n. 1590/2015), conforme registrado pelo próprio *Parquet* no pedido 3.4, alínea "e", em que consta a Decisão Plenária TC-3935/2015.
>
> Por essa razão, o monitoramento nos autos 1590/2015, em obediência à Resolução TC n. 278/2014, tem maior eficácia, pois a decisão é observada tão logo o jurisdicionado tome ciência dela. Não obstante o monitoramento, o Relatório Técnico das Contas do Governador registrou o fato nos "Comentários Técnicos sobre o Aporte para Cobertura de Insuficiências Financeiras", conforme item 7.12.1.3 do Relatório Técnico, às fls. 506/509 do Processo TC 6016/2015, transcrito pelo Ministério Público Especial de Contas, cujo objetivo foi o de revisar e consolidar a metodologia de preenchimento do referido Anexo 04 do RREO.
>
> [...] a limitação de escopo apontada pelo Ministério Público Especial de Contas no pedido constante no item 3.3, alínea "c", mencionada no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, à fl. 196 do Processo TC n. 6016/2015, é situação prevista no desempenho das atividades exercidas pelos auditores desta Corte, segundo as Normas de Auditoria Governamental, adotadas por meio da Resolução TC n. 233/2012, sendo suficiente o registro do fato, nos moldes da NAG 4409.3.2[215]7, conforme consta no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, importando ressaltar que tal restrição não impediu a análise e a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015.
>
> Por fim, **não deve ser acatado o pedido constante no item 3.5,** formulado pelo Ministério Público Especial de Contas, pois não vislumbro tratar de recurso tendente a agravar a situação do responsável (Poder Executivo Estadual), razão pela qual o contraditório deve ser dispensado, nos moldes do art. 156 da Lei Complementar nº 621/2012.

Nesse passo, com base na fundamentação ora transcrita, o Relator apresentou voto propondo fosse aprovada a decisão:

> I – pelo CONHECIMENTO dos Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Especial de Contas.
>
> II – pelo PROVIMENTO PARCIAL aos Embargos Declaratórios para prestar os esclarecimentos e o suprimento das omissões, **sem conferir efeitos infringentes**, razão pela qual devem constar no Parecer Prévio TC 050/2015 as recomendações acolhidas.

[215] NAG 4409.3.2 – Quando o profissional de auditoria governamental concluir que não poderá juntar evidência suficiente, deverá mencionar o fato em seu relatório como limitação ao escopo do trabalho.

É o relatório, passo ao voto.

1.15.2.2 Fundamentação

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 Do Conhecimento

No exame da admissibilidade do expediente recursal, acompanho o entendimento do Relator, por entender presentes os requisitos exigidos na LC 621/2012 e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para conhecimento dos Embargos apresentados pelo Ministério Público de Contas.

II.2 – Mérito

Como bem assinalou o Conselheiro Relator, os Embargos de Declaração servem como instrumento para que se esclareça eventual ponto da decisão considerado obscuro, contraditório, omisso ou duvidoso. Portanto, não se prestam para rediscutir, no caso vertente, o que restou decidido pelo Plenário na Sessão Especial que apreciou as contas do Governador do Estado do Espírito Santo.

A propósito do tema posto, vale assinar que a jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que "*O efeito modificativo dos embargos de declaração tem vez quando houver defeito material que, após sanado, obrigue a alteração do resultado do julgamento*" (STJ-Corte Especial ED em AI 305.080-MG-AgRg-EDcl, rel. min. Menezes Direito, j. 19/2/03, DJU 19/5/03, p. 108).

Com efeito, não cabe a oposição de embargos de declaração para rever, pura e simplesmente, decisões proferidas. O objeto dos expedientes aclaratórios nunca é o reexame da decisão, que até pode ocorrer, mas como mera consequência de seu acolhimento.

Aliás, ao discorrer sobre a possibilidade adoção de efeitos modificativos nos embargos, o renomado processualista Nelson Nery Junior a assinala: *"Os EDcl podem ter, excepcionalmente, caráter infringente quando utilizados para: a) correção de erro material manifesto; b) suprimento de omissão; c) extirpação de contradição. A infringência do julgado pode ser apenas a consequência do provimento dos EDcl, mas não seu pedido principal, pois isso caracterizaria pedido de reconsideração, finalidade estranha aos EDcl"*.

Nos casos em que o embargante pretende o reexame da decisão, e não a afirmação de obscuridade, contradição ou omissão, os declaratórios devem ser rejeitados de plano, à falta de seus pressupostos autorizadores.

É que nessa hipótese os embargos de declaração estariam a pretender fazer as vezes de outros recursos, o que não pode ser tolerado à luz do princípio da unirrecorribilidade.[216]

[216] FREDERICO, Guilherme Nascimento. Os efeitos infringentes dos embargos de declaração. 2013. Disponível em: http://www.migalhas.com.br. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

O julgador, ao se deparar com os embargos de declaração, não irá julgar novamente o caso, irá somente integrar a decisão que já havia sido prolatada, ou melhor, ao julgador "não se pede que se **redecida**, pede-se que se **reexprima**" (PONTES DE MIRANDA, 1998, p. 117).

Não são os embargos declaratórios um recurso como os outros. Tem esse expediente recursal *sui generis* a finalidade específica de integrar a decisão recorrida, suprindo uma omissão, afastando uma obscuridade ou desfazendo uma contradição.

A esse respeito é precisa a explicação de GILSON DELGADO MIRANDA, *verbis*:

São três os pressupostos específicos ao cabimento dos embargos, a saber: a) obscuridade; b) contradição; c) omissão.

Nesse passo, ocorre obscuridade quando a redação do julgado não for clara, dificultando, pois, a correta interpretação do conteúdo decisório. Já a contradição existe em razão da incerteza quanto aos termos do julgado, pelo uso de proposições inconciliáveis, podendo acarretar, inclusive, dificuldades a seu cumprimento. Por fim, a omissão se dá quando o julgado não aprecia ponto, ou questão, que deveria ter sido dirimida.[217]

Repassado o balizamento das situações de acolhimento de embargos de declaração, bem como das remotas hipóteses de recebimento destes com efeitos modificativos, passo a abordagem da matéria de fundo do expediente recursal, fazendo consignar de plano que acompanho a fundamentação apresentada pelo eminente Relator, para manter os pontos acolhidos na parte dispositiva de seu voto.

1.15.2.3 Dispositivo

III – DISPOSITIVO

Posto isso, levando em conta tudo que até aqui foi exposto, acompanhando o entendimento do Relator, **VOTO** para que seja aprovada decisão pelo conhecimento do presente Embargos de Declaração, para dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, com a emissão de PARECER PRÉVIO acrescido das seguintes recomendações:

- Ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual, que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica, a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas, privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos

[217] MIRANDA, Gilson Delgado. "Dos Embargos de Declaração". In: MARCATO, Antonio Carlos (Coodenador). Código de Processo Civil Interpretado. São Paulo: Atlas, 2004, p. 1592

Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014, reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo a não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importantes benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria;

- Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil;
- Que, respeitando o Princípio da Prudência e Transparência das contas públicas, caso as ações dos precatórios da trimestralidade não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a Norma Contábil NBC TG 25;
- Que, para as futuras prestações de contas anuais, o anexo “Quadro do superávit/déficit financeiro”, que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea “a” da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis;
- Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6;
- Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que: a) após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09; b) a regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;
- Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08;
- Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos “precatórios da trimestralidade”, que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer

favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1); e

- Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem à obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11, da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas.

1.15.3 Dispositivo do Parecer Prévio TC 7/2016

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-9974/2015, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão plenária realizada no dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, com os acréscimos do Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:

1. Preliminarmente, **conhecer** dos Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Especial de Contas;

2. No mérito, dar **provimento parcial** aos Embargos Declaratórios para prestar os esclarecimentos e o suprimento das omissões, **sem conferir efeitos infringentes**;

3. Inclui no Parecer Prévio TC-50/2015 as seguintes recomendações:

- Ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual, que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica, a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas, privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014, reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo a não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de

recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importantes benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria;

- Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil;
- Que, respeitando o Princípio da Prudência e Transparência das contas públicas, caso as ações dos precatórios da trimestralidade não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a Norma Contábil NBC TG 25;
- Que, para as futuras prestações de contas anuais, o anexo "Quadro do superávit/déficit financeiro", que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea "a" da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis;
- Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6;
- Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que: a) após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09; b) a regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;
- Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08;
- Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos "precatórios da trimestralidade", que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1); e

- Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem à obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11, da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas.

4. Arquivar os presentes autos, após o trânsito em julgado.

Composição Plenária

Presentes à sessão plenária de apreciação os Senhores Conselheiros Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Presidente, Sérgio Manoel Nader Borges, Relator, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, José Antônio Almeida Pimentel, Domingos Augusto Taufner, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador Especial de Contas em substituição Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2016.

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO
Presidente

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES
Relator

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

CONSELHEIRO MARCO ANTÔNIO DA SILVA
Em substituição

Fui presente:

DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA
Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral

Em razão das recomendações contidas no Parecer Prévio TC 7/2016, foram expedidas as seguintes notificações:

1) **Notificação nº 425/2016**[218] ao **Sr. Annibal de Rezende Lima**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Notificação recebida pelo destinatário em 16/03/2016 e juntada aos autos em 27/04/2016;

2) **Notificação nº 426/2016**[219] ao **Sr. Eder Pontes da Silva**, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Notificação recebida pelo destinatário em 16/03/2016 e juntada aos autos em 27/04/2016;

3) **Notificação nº 427/2016**[220] ao **Sr. Paulo César Hartung Gomes**, Governador do Estado do Espírito Santo, Notificação recebida pelo destinatário em 16/03/2016 e juntada aos autos em 27/04/2016;

Após recebimento por parte dos destinatários, as referidas notificações passam a ser objeto de monitoramento nos termos da Resolução TC 278/2014[221], devendo cada

---

218 Fl. 187 do Processo TC 9974/2015.

219 Fl. 184 do Processo TC 9974/2015.

220 Fl. 190 do Processo TC 9974/2015.

221 Art. 1º O monitoramento das deliberações do TCEES observará o disposto nesta Resolução.
Art. 2º Denomina-se monitoramento a ação de verificação do cumprimento de determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
[...]
Art. 3º A realização do monitoramento não interfere no andamento do processo no qual foram efetuadas as deliberações monitoradas, nem impede seu encerramento, a menos que o colegiado ou o relator tenham determinado expressamente o seu processamento nos próprios autos.
Art. 4º A unidade técnica realizará o monitoramento nas seguintes formas e situações:
[...]
II – na instrução de tomadas ou prestações de contas, quando as informações e os documentos comprobatórios do cumprimento das deliberações forem inseridos nesses processos;
[...]
V – por intermédio do instrumento de fiscalização previsto no art. 194 do Regimento Interno, formalizado em processo de fiscalização, nos casos em que a verificação do cumprimento das deliberações não exija trabalho de campo, sendo necessária, porém, a elaboração de instrução para análise de documentação recebida e proposição de adoção de medidas corretivas ou punitivas pelo Tribunal, desde que a relevância e a urgência das deliberações monitoradas desaconselhem a verificação no âmbito das contas do órgão ou entidade.
[...]
Art. 5º Concluído o monitoramento, a unidade técnica:
[...]
II – nos casos do incisos IV e V do art. 4º, proporá ao relator, na instrução de mérito, o apensamento definitivo ao processo no qual foram proferidas as deliberações monitoradas, ou, quando houver mais de um processo originário, a juntada de cópia da deliberação de mérito em cada processo originário.
Parágrafo único. Em qualquer caso, o resultado do monitoramento será registrado no sistema informatizado apropriado.
[...]
Art. 6º A unidade técnica deverá circunscrever o objeto do monitoramento apenas às deliberações com eficácia definitiva, excluindo aquelas em face das quais houver a interposição de recurso com efeito suspensivo.
[...]
Art. 8º A decisão do TCEES, quando ensejar a indicação de elementos relativos a ações, prazos, responsáveis, indicadores, metas ou benefícios, conterá determinação para que o titular da unidade gestora fiscalizada apresente plano de ação.

uma das recomendações ser cumprida espontaneamente na primeira oportunidade de ocorrência dos respectivos eventos (publicação de demonstrativos, prestação contas anual etc.).

Finalmente, os autos dos Embargos de Declaração **TC 9974/2015** foram recebidos no Ministério Público de Contas em **15/03/2016**[222] para ciência do **Parecer Prévio TC 7/2016.**

Por oportuno, registre-se que o prazo de 60 dias para interposição do Recurso de Reconsideração por parte do Ministério Público de Contas foi suspenso entre os dias 14/04/2016 e 25/04/2016 por força da Decisão Plenária TC 06/2016[223], publicada na edição de 20/04/2016 do Diário Oficial Eletrônico do TCEES, Seção Atos do Plenário, ementada nos seguintes termos: ***"Suspende os prazos para interposição de recursos pelo Ministério Público Especial de Contas entre o dia 14/04/2016 e 25/04/2016"***.

2 FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO

2.1 Do Parecer Prévio TC 50/2015 – Prestação de Contas Anual do Governador

Conforme já relatado, após a oposição dos Embargos de Declaração TC 9974/2015 por parte do Ministério Público de Contas em face do Parecer Prévio TC 50/2015,

---

Parágrafo único. O plano de ação conterá, no mínimo, um cronograma em que serão definidos responsáveis, atividades e prazos para a implementação das determinações e/ou recomendações, e deverá ser aprovado pelo TCEES, vinculando os gestores responsáveis, ou quem lhes haja sucedido, sob pena de cominação das sanções previstas na Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

222 Fl. 179 do Processo TC 9974/2015.
Com fundamento no art. 67, *caput* e § único da Lei Complementar nº 621/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES), bem como na Decisão Plenária TC 01/2016 (estabelecendo o calendário de feriados, pontos facultativos e recesso do TCEES), o início do cômputo do prazo de 60 (sessenta) dias para interposição do presente Recurso de Reconsideração ocorreu na data de **16 de março de 2016**, com vencimento em **26 de maio de 2016** - em face da suspensão do prazo para interposição de recursos pelo Ministério Publico de Contas entre os dias **14/04/2016 e 25/04/2016** (**Decisão Plenária TC-06/2016**) -, prorrogando-se até o primeiro dia útil subsequente ao dia **26 de maio de 2016**, ou seja, **30 de maio de 2016**, haja vista o término do prazo coincidir com feriado (dia 26 de maio de 2016 – Quinta-feira - **Feriado de Corpus Christi**); dia em que o Tribunal não estará em funcionamento (dia 27 de maio de 2016 – Sexta-feira – **Ponto Facultativo**), e subsequente final de semana (28/29 de maio de 2016 – **Sábado/Domingo**).

223 Disponível em: http://diario.tce.es.gov.br/Pesquisa/OpenSecao?edicaoJornal=DOETCEES_20160420&paginasEncontradas=1. Acesso em: 27 abr. 2016.

sobreveio o Parecer Prévio TC 7/2016 suprindo omissões do julgado anterior e tornando-o apto a ser desafiado pelo presente Recurso de Reconsideração.

Com o propósito de subsidiar a análise dos pontos controvertidos submetidos mais uma vez ao Plenário do TCEES por meio deste expediente recursal, cumpre resgatar os pleitos formulados pelo Ministério Público de Contas (MPC) no **Parecer PPJC 3684/2015** e nos **Embargos de Declaração TC 9974/2015**, cotejando-os com a decisão e os respectivos fundamentos lançados no **Parecer Prévio TC 50/2015**, emitido na Prestação de Contas Anual (PCA) TC 6016/2015, e no **Parecer Prévio TC 7/2016**, prolatado nos Embargos de Declaração TC 9974/2015, o que se faz por meio dos quadros comparativos apresentados a seguir.

2.1.1 Quadro comparativo entre o Parecer PPJC 3684/2015 do Ministério Público de Contas e o Parecer Prévio TC 50/2015

2.1.1.1 Preliminar de mérito do Parecer PPJC 3684/2015

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.1 Preliminar de Mérito		
a) Por constituir matéria prejudicial à apreciação desta prestação de contas anual do Governador, **submeta a julgamento** por parte do Plenário, como **primeira preliminar a ser analisada**, o **Processo TC 6099/2015**, referente ao Requerimento formulado em 07/05/2015 por meio do qual o Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 3º, incisos I, II, IV e VI, da Lei Complementar Estadual nº 451/2008, formulou os seguintes pedidos: **d)** Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que inexiste previsão regimental para apreciação de requerimento dessa natureza pelo Plenário do TCEES; 2. Que o instrumento adequado para se requerer a inclusão de pontos na análise da prestação de contas seria a Representação; 3. Que a Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015 tornou desnecessário o exame do Requerimento do MPC. • **Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:** 1. Que a Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015 atestou a regularidade formal dos arquivos digitais que integraram a prestação de contas.
III. PREVIDÊNCIA SOCIAL: Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões,	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que abertura de créditos suplementares para a realização de despesas previdenciárias submetem-se a rito específico previsto na Lei Complementar Estadual nº 282/2004; 2. Que a responsabilidade do chefe do Poder Executivo pela expedição

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos: • Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004; • Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964; • Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008; • Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008; • Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN.		de Decreto que abre crédito suplementar deve ser aferida na prestação de contas anual do ordenador de despesa solicitante.
IV. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal, contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos: • Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); • Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007; • Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007; • Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994; • Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a proposta do MPC de negar executoriedade a ato normativo do TCEES (Resolução TC 238/2012) não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do governador; 2. Que não é razoável negar executoriedade a ato normativo do TCEES após o exercício findo, haja vista ter servido de orientação aos jurisdicionados e ter atuado como critério balizador para a apreciação das contas anuais do governador e dos prefeitos, neste exercício e nos anteriores;

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.		
e) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governador do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**, que consideram como destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a proposta do MPC de negar executoriedade a ato normativo do TCEES (Resolução TC 238/2012) não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do governador; 2. Que não é razoável negar executoriedade a ato normativo do TCEES após o exercício findo, haja vista ter servido de orientação aos jurisdicionados e ter atuado como critério balizador para a apreciação das contas anuais do governador e dos prefeitos, neste exercício e nos anteriores. • **Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:** 1. Que não é razoável negar, subitamente e com efeitos retroativos, a incidência de ato normativo do TCEES após o encerramento do exercício, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica e da confiança. • **Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:** 1. Que a via adequada para alterar a orientação contida na Resolução TC 238/2012 não é na emissão de Parecer Prévio, mas sim mediante proposição de alteração normativa, nos termos do Regimento Interno do TCEES.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
f) Com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo desenvolvido por este Tribunal de Contas, desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame.		
b) Promova o **sobrestamento** deste processo de prestação de contas anual do Governador e a **interrupção** do prazo para emissão do Parecer Prévio, determinando:		• **Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:** 1. Que parece descabida a pretensão de sobrestar o exame e emissão de Parecer Prévio por parte do TCEES porque o relator e a área técnica não identificaram pendências que autorizasse o sobrestamento do feito, motivo pelo qual não se tem a situação concreta para a qual o legislador autorizou a prorrogação do prazo para emissão de Parecer Prévio. • **Conselheiros Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Marco Antônio da Silva:** 1. Que o sobrebrestamento do feito não encontra o devido amparo legal, seja pelo comando constitucional, seja pela previsão da Lei Orgânica do TCEES, seja pelo Regimento Interno.
I. **A complementação**, por parte da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), do Relatório Técnico de Análise e Avaliação (doc. 12) em relação aos 22 pontos de controle que deixaram de ser analisados e à ausência de emissão do parecer conclusivo pelo órgão de controle interno do Poder	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não é razoável exigir o cumprimento da Instrução Normativa IN 28/2013 no seu primeiro ano de aplicação;

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Executivo, constatada inclusive pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 545, 546, 598 e 599), sem os quais não é possível emitir juízo de valor acerca de temas relevantes para o julgamento desta prestação de contas, a exemplo da renúncia de receitas, abertura de créditos adicionais, despesas com pessoal e afetação das metas fiscais do Estado;		2. Que o exame dos pontos de controle da IN 28/2013 pelo relatório técnico das contas do governador RTCG 01/2015 supre a omissão do órgão de controle interno do Poder Executivo. • **Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:** 1. Que é o primeiro ano de vigência da IN 28/2013; 2. Que a ausência de parecer conclusivo do órgão de controle interno constitui obrigação do dirigente do controle interno alusiva ao exercício de 2015, não devendo gerar reflexos na prestação de contas de 2014; • **Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:** 1. Que a ausência de manifestação técnica conclusiva no Parecer Conclusivo do órgão de controle interno do Poder Executivo não impediu que a Comissão Técnica do TCEES concluísse sua análise, não tendo comprometido os trabalhos.
II. **O aguardo do relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)** instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) para aferição de possíveis irregularidades na emissão de empenhos por parte do Poder Executivo no exercício de 2014, em atenção ao pedido formulado pelo Poder Legislativo, juiz natural do julgamento da prestação de contas anual do Governador;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não há necessidade de se aguardar o relatório final da CPI dos Empenhos em razão de os fatos terem sido considerados em sua totalidade pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015. • **Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:** 1. Que o TCEES possui competência para realizar de modo autônomo o seu papel de examinar e emitir Parecer Prévio; • **Conselheiros Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Marco Antônio da**

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
		Silva: 1. Que o Ministério Público de Contas deveria ter protocolizado uma Representação para promover a apuração de supostas despesas realizadas sem empenho.
III. **A reabertura da instrução processual** para análise por parte da Comissão Técnica do TCEES, **nos autos desta PCA**, dos seguintes pontos:		
1. **Abertura de crédito suplementar** para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos: • Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004; • Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964; • Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008; • Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008; • Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN.	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a questão possui a mesma identidade da matéria versada no Processo TC 6099/2015, já abordado e refutado quando da análise da primeira preliminar.
2. **Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino**, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a questão possui a mesma identidade da matéria versada no Processo TC 6099/2015, já abordado e refutado quando da análise da primeira preliminar.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), valor inclusive constatado pela Comissão Técnica120 (fl. 430), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal, contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos: • Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); • Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007; • Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007; • Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994; • Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.		
3. **Análise da natureza dos recursos que integram as fontes de recurso "*71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)*" e "*12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11*"**, constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, tendo em vista que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 10/2015 considerou em seu cálculo que essas fontes são formadas apenas por recursos não vinculados, conquanto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), em resposta a requerimento formulado pelo Ministério	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que os Reflexos das Despesas Supostamente Não Empenhadas pelo Poder Executivo Foram Minuciosamente Analisados pela Comissão Técnica; • **Conselheiros Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Marco Antônio da Silva:** 1. Que, se é verdade que esta Corte de Contas tem aplicado o

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Público de Contas (doc. 3), demonstrou que a fonte 71 contém recursos vinculados, a exemplo das multas de trânsito arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), fonte 0271000002, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 69.091.145,14**, e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), fonte 0271000009, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 2.725.140,80**;		entendimento de que os recursos das autarquias, **que não sejam vinculados (aplicação definida por lei)**, estejam contabilizados de forma total no Poder Executivo, **a sua real disponibilidade dependeria de uma autorização legislativa**.
4. Análise do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Empenhos, instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo com o objetivo de apurar supostas irregularidades na emissão de empenhos durante o exercício financeiro de 2014;		
IV. Confirmando-se os indícios de irregularidades, com fundamento no art. 113, § 2º, da Resolução TC 261/2013, promova a oitiva do Governador do Estado no exercício de 2014, Sr. José Renato Casagrande, bem como, caso entenda necessário, do atual Governador, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, responsável pela elaboração da prestação de contas em exame, dando-se prosseguimento à instrução processual com o posterior retorno do feito a este órgão ministerial para emissão de parecer complementar;		

2.1.1.2 Mérito do Parecer PPJC 3684/2015

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.2 Mérito		
Quanto ao mérito, caso este colendo Tribunal de Contas delibere pelo não acolhimento dos pedidos de sobrestamento do feito para complementação da análise por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e reabertura da instrução processual, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no MS 33671, por não restar alternativa, o Ministério Público de Contas pugna pela emissão de Parecer Prévio **CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, **no estado em que ela se encontra**, elaborada pelo seu sucessor, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, pelos seguintes motivos:		
a) Descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, em razão da aplicação insuficiente de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) – foram aplicados **apenas 23,59%** quando o **mínimo** exigido pela Constituição é 25% – decorrente da inclusão indevida nas despesas com MDE de **R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, e dezessete centavos)**, utilizados para pagamento de benefícios previdenciários a servidores públicos inativos e pensionistas durante o exercício de 2014, sujeitando, inclusive, o Estado do	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Questão abordada pelo conselheiro relator apenas em sede de preliminar de mérito. • **Conselheiros Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Marco Antônio da Silva:** 1. Que deve ser criada uma **regra de transição** a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Contas.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Espírito Santo à intervenção federal por violação ao princípio constitucional sensível previsto no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Carta da República;		
b) Inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, procedimento que afronta os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, ocasionado, dentre outras consequências, a apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo das verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de pareceres atinentes aos limites de alerta, nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF, em descompasso com as orientações emanadas pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Questão não abordada pelo conselheiro relator. • **Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:** 1. Que o Tribunal de Contas deve promover os ajustes, com o devido respeito à segurança jurídica, modulando seus efeitos, com **normas de transição** exequíveis pelos órgãos e Poderes do Estado. • **Conselheiros Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Marco Antônio da Silva:** 1. Que há necessidade de ser criada uma **regra de transição** a fim de possibilitar sua implantação. • **Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:** 1. Que as medidas propostas pelo Ministério Público de Contas deveriam ser precedidas de um estudo de caso e, em especial, de um **período de adequação**, sob pena de inviabilizar de imediato o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
c) Ausência de elementos de convicção suficientes para formação do necessário juízo de convencimento acerca da verdade real de fatos relevantes ocorridos no exercício de 2014, **decorrente da apuração insuficiente dos seguintes pontos**: • Realização de despesas sem prévio empenho, no valor aproximado **R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)**, e cancelamento indevido de empenhos, provocando, de forma absolutamente irregular, a não inclusão dos gastos nos demonstrativos ficais do Poder Executivo, além de impossibilitar o conhecimento da real disponibilidade de caixa do Estado ao final do exercício financeiro de 2014 e de gerar a necessidade de reconhecimento forçado (em âmbito administrativo ou judicial) dessas despesas no exercício seguinte; e • Ausência de manifestação conclusiva e de análise de 22 importantes pontos de controle no parecer do órgão de controle interno do Poder Executivo (doc. 12), ensejando a necessidade de sua complementação e **interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio,** consoante previsão contida no art. 106 do Regimento Interno do TCEES, devido ao não cumprimento dos requisitos legais e regulamentares constantes dos art. 2º e 11 da Instrução Normativa IN 28/2013, tendo em vista a possibilidade de que os referidos pontos ocultem graves irregularidades, notadamente no que tange à renúncia de receitas – não analisadas desde 2013 – bem como às despesas com pessoal;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Questão abordada pelo conselheiro relator apenas em sede de preliminar de mérito.

2.1.1.3 Determinações e Recomendações do Parecer PPJC 3684/2015

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.3 Determinações e Recomendações Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências: **3.3.1 <u>Determine</u> ao Poder Executivo:**		
a) Que se abstenha de incluir, nos projetos das leis orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e seguintes, previsão de receita destinada à "*amortização de déficit atuarial*", de modo a evitar que o Poder Legislativo seja induzido, uma vez mais, a inserir nas leis orçamentárias **<u>receita fictícia para cobertura de despesa inexistente</u>**, haja vista que os recursos recebidos pelo regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo, sob essa denominação, não são utilizados em plano de amortização para cobertura de déficit atuarial, mas sim para cobertura do **<u>déficit financeiro</u> mensal do Fundo Financeiro**, conforme constatado pela Comissão Técnica (fl. 430), originário da segregação de massas realizada em 2004, pela Lei Complementar nº 282/2004;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não é razoável expedir determinações com a finalidade de orientar, preventivamente, a elaboração da Lei Orçamentária; 2. Que o tema poderá ser avaliado por meio de instrumentos fiscalizatórios específicos.
b) Que se abstenha de incluir **<u>na execução orçamentária</u>** das unidades gestoras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas, para o	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não é razoável expedir determinações com a finalidade de

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
exercício financeiro de 2016 e seguintes, recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do Fundo Financeiro (aporte), porquanto os mencionados recursos devem ser transferidos diretamente ao RPPS **de forma extraorçamentária**, conforme registrado pela Comissão Técnica (fl. 507), pelo ente da federação, mediante **interferência financeira**, e não por meio de execução orçamentária de suas unidades gestoras;		orientar, preventivamente, a elaboração da Lei Orçamentária; 2. Que o tema poderá ser avaliado por meio de instrumentos fiscalizatórios específicos.
c) Caso o total dos valores que deixaram de ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) em 2015 não sejam compensados dentro do próprio exercício, sem prejuízo das repercussões legais pelo descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, determine ao Poder Executivo estadual que, no exercício financeiro de 2016, acrescente aos 25% da despesa mínima com MDE o mesmo percentual que deixou de ser aplicado em 2015;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que o critério de registro e aferição das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) estão em consonância com a Resolução TC 238/2012.
d) Que promova a imediata correção, no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), dos lançamentos contábeis das despesas destinadas à cobertura do déficit financeiro do RPPS no exercício de 2015 e anteriores – inclusive no portal da transparência do governo do Estado –, excluindo-as da Fonte de Recurso "*2 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino*", de modo a permitir que a sociedade e os órgãos de controle externo, estaduais e federais, tenham conhecimento dos números reais das despesas do Estado com educação;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que o critério de registro e aferição das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) estão em consonância com a Resolução TC 238/2012.
e) Que, após promover a correção dos registros contábeis das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:**

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
SIGEFES: **I.** Republique todos os demonstrativos fiscais afetados pela alteração, integrantes dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) já divulgados em 2015; **II.** Passe a publicar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) com a correta contabilização das despesas destinadas à cobertura do déficit financeiro do RPPS;		1. Que o critério de registro e aferição das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) estão em consonância com a Resolução TC 238/2012.
f) Que passe a disponibilizar, por meio do portal da transparência do governo do Estado, **dados consolidados de todas as receitas e despesas de todos os Poderes do Estado**, conforme determinam os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentados pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, especialmente seu art. 4º, e demais normas aplicáveis;	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. **Acolhida como Recomendação** em razão de não constar nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade, requisito indispensável para assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porquanto consta das obrigações previstas nos art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
g) Que passe a disponibilizar no portal da transparência do governo do Estado a íntegra dos documentos que compuseram a Prestação de Contas Anual (PCA) do Governador do Estado **a partir da data de envio da PCA ao Poder Legislativo**, de modo a permitir o acompanhamento, por parte da sociedade, dos processos de emissão do Parecer Prévio pelo TCEES e de julgamento pelo Poder Legislativo, bem como a análise e emissão de juízo de valor pelo cidadão acerca dos critérios utilizados pelos mencionados órgãos de controle externo;	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. **Acolhida como Recomendação** em razão de não constar nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade, requisito indispensável para assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porquanto consta das obrigações previstas nos art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
h) Que providencie acesso aos bancos de dados do Sistema Integrado Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES) para o corpo de auditores de controle externo deste Tribunal de Contas, proporcionando-lhe a realização de consultas diretas à base de dados que permitam validar os relatórios contábeis gerados pelo referido sistema e apresentados ao TCEES por todas as unidades gestoras do Estado;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que embora pertinente a proposta de melhoria de acesso ao Sigefes, considera prematuro expedir determinações que vinculem obrigações aos atuais gestores do Poder Executivo, pois não constam nos autos evidências que permitam tal entendimento.
i) Que todas as inconsistências, irregularidades e ilegalidades detectadas na análise realizada pelo órgão de controle interno do Poder Executivo sejam consignadas na parte referente à conclusão do seu relatório e parecer conclusivo sobre a prestação de contas do Governador;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Em razão do acolhimento integral do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015.
j) Que se abstenha de incluir nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, por ferir os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e ensejar, eventualmente, que os demais Poderes e órgãos incorram em descumprimento dos limites de despesas com pessoal previstos no art. 20, inciso II, da LRF;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Em razão do acolhimento integral do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015; 2. Que o critério de análise das despesas com pessoal dos Poderes e Órgãos do Estado está de acordo com as orientações decorrentes de atos e decisões normativas deste Tribunal.
3.3.2 Recomende ao Poder Executivo:		

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
a) Que dê continuidade aos estudos que têm por objetivo analisar a viabilidade técnica, econômica e financeira de disponibilização de cópia do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES) a todos os municípios capixabas, mediante aquisição do código-fonte do sistema, medida que produzirá um avanço sem precedentes na história do controle interno das finanças públicas municipais, permitindo a este órgão de controle externo a integração e a consolidação de toda a atividade contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial **do Estado e dos municípios**, gerando economia de recursos públicos para todos os jurisdicionados e ampliando o controle social;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que embora pareça pertinente viabilizar o aprimoramento das técnicas de fiscalização deste órgão de controle externo, a recomendação não é matéria relacionada ao mérito das presentes contas de governo; 2. Que a implementação de iniciativas desta natureza geram despesas e dependem de circunstâncias afetas ao poder discricionário de cada ente, sendo, portanto, prematura a expedição de recomendação.
3.3.3 Recomende aos Poderes Executivo e Legislativo:		
a) Que **envidem esforços conjuntos** no sentido de promover, o mais breve possível, a recomposição integral do débito histórico com a educação capixaba, estimado em mais de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**, a exemplo da proposição de Emenda Constitucional138 que amplie o percentual mínimo das despesas estaduais com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), de modo a assegurar expressamente no texto da Carta Estadual melhores condições de ensino às futuras gerações, sugerindo-se, como parâmetro inicial de estudo, que o percentual a ser acrescido aos 25% corresponda, **no mímino**, à média do percentual anual que deixou de ser aplicado em MDE ao longo dos anos em que ocorreu a manobra.	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que, “pelos motivos anteriormente abordados” (?); 2. Que os pronunciamentos definitivos do TCEES por meio dos Parecer Prévios emitidos em exercícios anteriores e submetidos ao julgamento por parte Assembleia Legislativa inviabilizam o acolhimento.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.3.4 Recomende ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual		
a) Que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica (fl. 463), a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas (fl. 463 e 464), privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014 (doc. 1), **reavaliem** a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de que sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciárias (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria.	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Aquiesce com a proposta de recomendação contida no subitem 3.3.4, alínea “a”.
3.3.5 Recomende a Todos os Poderes e Órgãos		

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
a) CONSIDERANDO que a disponibilidade de caixa líquida de recursos ordinários (não vinculados), declarada pelos Poderes Legislativo (**R$ 54.378.066,22**) e Judiciário (**R$ 200.845.158,90**), pelo Ministério Público (**R$ 36.492.946,47**) e pelo Tribunal de Contas (**R$ 28.202.146,08**) nos Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa que integraram os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2014 totalizou **R$ 319.918.317,67 (trezentos e dezenove milhões, novecentos e dezoito mil, trezentos e dezessete reais, e sessenta e sete centavos)**, recursos constituídos em parte por receitas arrecadadas pelos próprios órgãos; CONSIDERANDO que recursos ordinários podem ser alocados livremente para qualquer espécie de despesa, vinculada ou não vinculada; CONSIDERANDO que o princípio da solidariedade deve pautar a atuação coordenada dos Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo – que é *uno* – em benefício geral da população capixaba, a exemplo da louvável iniciativa do Poder Legislativo de disponibilizar seu superávit financeiro ao Poder Executivo, o qual fora utilizado no início de 2015 para cobrir insuficiência financeira do Fundo Estadual de Saúde (FES); CONSIDERANDO que o superávit financeiro não é incluído na proposta orçamentária do exercício seguinte dos Poderes e órgãos, representando um montante adicional de recursos aos orçamentos anuais dos Poderes e Órgãos, razão pela qual não são incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA); CONSIDERANDO que os recursos previstos na LOA são destinados à cobertura de todas as despesas do exercício; CONSIDERANDO o atual momento de grave crise financeira por que passa não só o Estado do Espírito Santo, mas todos os entes da federação; CONSIDERANDO que os Poderes e órgãos mencionados não	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que esta proposição não trata de assunto a ser apreciado nos autos da prestação de contas anual do governador; 2. Que as disponibilidades financeiras ou superávit financeiros são de competência individualizada de cada poder ou órgão.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
possuem por finalidade a acumulação de recursos financeiros; CONSIDERANDO que a Reserva de Contingência prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) objetiva atender a todos os Poderes e órgãos do Estado; CONSIDERANDO a insuficiência financeira no Poder Executivo aferida ao final do exercício de 2014; E CONSIDERANDO, por fim, a eventual necessidade emergencial de alocação de recursos em áreas prioritárias como saúde, educação e segurança pública, após o esgotamento da Reserva de Contingência; **que envidem esforços conjuntos** no sentido de aprimorar os instrumentos de gestão orçamentária e de alocação de recursos públicos, de modo a viabilizar, se possível, que os superávits financeiros de recursos ordinários dos Poderes e órgãos possam ser remanejados para atender situações emergenciais de outros Poderes e órgãos ou, no caso de recursos vinculados, que sejam incluídos nas despesas orçamentárias do exercício seguinte dos órgãos arrecadadores, gerando, assim, uma economia de recursos para o caixa único do Estado, respeitadas as limitações constitucionais e legais;		
b) Que, em cumprimento ao que determina o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), passem a incluir no cômputo da despesa total com pessoal, publicada nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), os valores referentes a seus servidores inativos e pensionistas, inclusive a parte atinente ao aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RPPS, conforme prescreve o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em consonância com o entendimento esposado pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a proposta de recomendação está em desacordo com o tratamento normatizado por este Tribunal de Contas, nos moldes da Resolução TC 189/2003 e da Decisão Plenária TC 006/2001, devidamente submetidas ao parecer ministerial e acatadas pelo *Parquet*.

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).		
c) Que republiquem todos os Demonstrativos da Despesa com Pessoal, integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), dos exercícios de 2014 e 2015, com a metodologia acima enunciada.	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Simplesmente rejeita a proposição.

2.1.1.4 Pedidos finais do Parecer PPJC 3684/2015

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.4 Pedidos Finais	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Por fim, o Ministério Público de Contas pede a este egrégio Tribunal de Contas que:		
a) Preceda à juntada ou apensamento aos presentes autos dos expedientes endereçados a esta Corte de Contas relacionados a esta prestação de contas anual do Governador;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que os documentos e informações que integram os autos desta prestação de contas anual do governador do Estado são suficientes e possibilitam a apreciação pelo Plenário do TCEES.
b) Diante do objetivo desta colenda Corte de Contas de promover o aprimoramento contínuo da análise das prestações de contas de governo e considerando o grande número de pontos imprescindíveis ao adequado julgamento por parte do parlamento estadual que, até o presente momento, deixaram de ser apreciados pelo órgão de controle interno do Poder Executivo e pelo TCEES na prestação de contas em exame, este órgão ministerial recomenda ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que:		
i. Como forma de promover a transparência no exercício da atividade de controle externo, passe a disponibilizar no portal da TCEES, a íntegra dos documentos que compuseram as Prestações de Contas do Governador dos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e seguintes;	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que seja submetido à administração desta Corte, em momento futuro e oportuno, para avaliar a viabilidade e possibilidade técnica.
ii. Determine a realização de auditoria para levantamento do total de recursos que deixou de ser aplicado na manutenção e	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:**

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.4 Pedidos Finais	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
desenvolvimento do ensino (MDE) ao longo dos anos em razão da contabilização irregular do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa com MDE;		1. Que considerada prejudicado o pedido em razão da linha de raciocínio delineada neste voto (não é tema concernente à prestação de contas anual do governador).
iii. Considerando a importância do **Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES)** para o controle das finanças públicas do Estado do Espírito Santo, bem como as dificuldades enfrentadas pelos auditores de controle externo desta Corte de Contas na instrução dos processos do exercício de 2014, promova a realização de **auditoria de sistema** no SIGEFES, de modo a verificar, dentre outros aspectos, sua integridade, confidencialidade, privacidade, acuidade, disponibilidade, auditabilidade, versatilidade, manutenibilidade, e eventuais vulnerabilidades, adotando-se como parâmetro normativo o Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010, que dispôs sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema **integrado** de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como as demais normas aplicáveis;	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que seja encaminhado à Secretaria Geral de Controle Externo (Segex), em momento posterior e oportuno, com o escopo de avaliar o interesse, conveniência e oportunidade.
iv. Que se abstenha de aceitar relatórios e pareceres conclusivos emitidos pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo quando incompletos, interrompendo o prazo para emissão do Parecer Prévio e estabelecendo prazo para a complementação da análise, nos termos do art. 106 do Regimento Interno do TCEES;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é descabida tal proposição, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno do TCEES, assim como em atos normativos próprios, em especial a Instrução Normativa IN 28/2013 e também em Normas de Auditoria Governamentais (Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.4 Pedidos Finais	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
		de Auditoria de Conformidade (Resolução TC 287/2015).
v. Inclua na parte dispositiva do Parecer Prévio todas as recomendações sugeridas pela área técnica do TCEES, inclusive aquelas que dizem respeito ao parcial cumprimento dos preceptivos legais;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é descabida tal proposição, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno do TCEES, assim como em atos normativos próprios, em especial a Instrução Normativa IN 28/2013 e também em Normas de Auditoria Governamentais (Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual de Auditoria de Conformidade (Resolução TC 287/2015).
vi. Aprimore o procedimento de análise da prestação de contas anual (PCA) do Governador, submetendo o invólucro recebido a uma análise rigorosa das informações rotulares, principalmente quanto à confirmação quanto à veracidade do seu conteúdo;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é descabida tal proposição, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno do TCEES, assim como em atos normativos próprios, em especial a Instrução Normativa IN 28/2013 e também em Normas de Auditoria Governamentais (Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual de Auditoria de Conformidade (Resolução TC 287/2015).
vii. Considerando a complexidade e a extensão da análise da prestação de contas anual (PCA) do Governador do Estado, realize estudo visando à adequação do seu procedimento de apreciação, de modo a eliminar tratamentos subjetivos e sem isonomia em relação à apreciação das contas dos demais chefes dos Poderes Executivos municipais, a exemplo do que ocorre com a indicação, por parte do Relator, dos servidores que	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é descabida tal proposição, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno do TCEES, assim como em atos normativos próprios, em especial a Instrução Normativa IN 28/2013 e também em Normas de Auditoria Governamentais (Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.4 Pedidos Finais	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
integrarão a Comissões Técnicas responsáveis pela análise da PCA do Governador, bem como de eventual recurso de reconsideração, prerrogativas contidas, respectivamente, nos art. 112 e 119, § 2º, do Regimento Interno do TCEES, procedimentos que, pelo seu subjetivismo e parcialidade, não guardam plena sintonia com o caráter objetivo e impessoal que deve nortear o exercício do controle externo, devendo-se assegurar, na medida do possível, principalmente em processos rotineiros como esta PCA, que a vinculação se dê em relação à determinada unidade técnica, integrada por seus "auditores naturais", sujeitos a rodízios periódicos, como ocorre em relação aos demais jurisdicionados, salvo situações excepcionais tecnicamente justificáveis;		de Auditoria de Conformidade (Resolução TC 287/2015).
viii. Recomende a seu corpo de auditores que, diante de eventual conflito entre normas federais e normas do TCEES, apresente as razões de ordem técnica que justificaram a opção pelo posicionamento adotado, de modo a refletir o pleno exercício de sua autonomia, honestidade intelectual e independência no exercício de suas atribuições funcionais, haja vista a insofismável possibilidade de o auditor/auditora de controle externo, legalmente, divergir do posicionamento exarado por esta Corte de Contas, desde que haja a devida motivação e fundamentação em normas válidas e vigentes, não estando obrigado a considerar regular fato que entenda não respaldado pelo ordenamento jurídico aplicável, nos termos preconizados pelas Normas de Auditoria Governamental;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é descabida tal proposição, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno do TCEES, assim como em atos normativos próprios, em especial a Instrução Normativa IN 28/2013 e também em Normas de Auditoria Governamentais (Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual de Auditoria de Conformidade (Resolução TC 287/2015).

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.4 Pedidos Finais	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
ix. Considerando o exíguo prazo de sete dias corridos conferidos pelo art. 114 do Regimento Interno do TCEES ao Ministério Público de Contas para elaboração de parecer sobre a prestação de contas anual do Governador, interstício considerado insuficiente para a análise do grande volume de informações, notadamente em relação a exercícios financeiros atípicos como o de 2014, estude a criação de mecanismos que propiciem um período mais dilatado para exame dos documentos submetidos ao crivo deste *Parquet* de Contas, sob pena de se inviabilizar o aperfeiçoamento da atuação ministerial;	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Propõe a inclusão do tema em pauta da sessão administrativa do corpo deliberativo desta Corte para avaliação, a ser proposta e encaminhada em momento oportuno.
x. Na apreciação da prestação de contas anual do Governador, considere o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como fator determinante para a rejeição das contas ou para a expedição de "determinação" – e não apenas de "recomendação" –, de modo a evitar que o descumprimento reiterado da LRF se perenize no Estado do Espírito Santo, a exemplo da inobservância dos art. 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF, aferidos pela Comissão Técnica nas prestações de contas do Governador nos exercícios de 2013 e de 2014, registrados respectivamente no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2014 (fl. 380 do Processo TC 3068/2014) e no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 (fl. 565), *verbis*: **RTCG 01/2014** (Contas de 2013) • **Seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico**, às informações que dão suporte ao	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é descabida tal proposição, uma vez que se referem a assuntos positivados no Regimento Interno do TCEES, assim como em atos normativos próprios, em especial a Instrução Normativa IN 28/2013 e também em Normas de Auditoria Governamentais (Resolução TC 233/2012), no Código de Ética dos Servidores do TCEES (Resolução TC 232/2012) e no Manual de Auditoria de Conformidade (Resolução TC 287/2015).

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.4 Pedidos Finais	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
demonstrativo previsto no art. 4º, § 2º, V, da LRF (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita), **notadamente quanto à relação dos beneficiários da renúncia de receita, por setor, com o valor do benefício a que cada um tem direito, cumprindo o disposto nos arts. 48, § único, II, e 48-A, I, da LRF**. (grifou-se) **RTCG 01/2015** (Contas de 2014) • Recomenda-se, ainda, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, **seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF**. (grifou-se)		

2.1.1.5 Encaminhamentos do Parecer PPJC 3684/2015

Parecer PPJC 3684/2015		Parecer Prévio TC 50/2015 (PCA)
3.5 Encaminhamentos	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Por fim, independentemente do acolhimento das proposições lançadas neste parecer, o Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas que encaminhe cópia integral deste processo e do seu Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governador de 2014 ao **Ministério Público Federal (MPF)** e ao **Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPEES)** para fins de acompanhamento do fiel cumprimento do art. 212 da Constituição Federal por parte do Estado do Espírito Santo durante o exercício de 2015 e seguintes, bem como de eventual adoção das medidas preventivas e corretivas que entenderem cabíveis no âmbito de atuação de cada *Parquet*, tendo em vista os robustos indicativos de descumprimento reiterado do princípio constitucional sensível esculpido no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Magna Carta, decorrente da não aplicação do percentual mínimo constitucional de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), cujo valor total de recursos públicos que deixaram de ser aplicados pelo Estado na educação entre janeiro de 2009 e junho de 2015 alcança a incrível cifra de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**, gerando uma dívida social histórica com a educação capixaba e um **prejuízo irreparável** ao ensino público ofertado à população.		• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que é prematura a proposição de encaminhamento de cópia integral do processo de Prestação de Contas Anual do Governador do Estado.

2.2 Do Parecer Prévio TC 7/2016 – Embargos de Declaração

Por sua vez, nos mesmos moldes do item anterior, colaciona-se a seguir quadro comparativo entre os pedidos formulados pelo Ministério Público de Contas nos Embargos de Declaração TC 9974/2015 e os fundamentos da decisão do Parecer Prévio TC 7/2016:

2.2.1 Quadro comparativo entre os Embargos de Declaração do Ministério Público de Contas e o Parecer Prévio TC 7/2016

2.2.1.1 Recomendação expressamente proposta pelo MPC, acolhida à unanimidade pelo Plenário, mas não incluída no Parecer Prévio TC 50/2015:

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.1 Recomendação Expressamente Proposta pelo MPC, Acolhida à Unanimidade pelo Plenário, mas Não Incluída no Parecer Prévio Promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 da proposição formulada por este *Parquet* de Contas (fl. 792 e 793) com base em irregularidade apontada pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 (fl. 463 e 464), acolhida à unanimidade pelo Plenário do TCEES nos termos do Voto do Relator (fl. 1978), consistente na **expedição de recomendação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual** para que reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria;	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida em razão de equívoco redacional no Parecer Prévio TC 50/2015.

2.2.1.2 Recomendações expressamente propostas pela Comissão Técnica, acolhidas à unanimidade pelo Plenário, mas não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.2 Recomendações Expressamente Propostas pela Comissão Técnica, Acolhidas à Unanimidade pelo Plenário, mas Não Incluídas no Parecer Prévio Tendo em vista que, conquanto tenha sido emitido em consonância com os termos do Voto do Relator, o Parecer Prévio TC 50/2015 não contemplou todas as recomendações expressamente contidas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, as quais foram acolhidas pelo Relator e referendadas à unanimidade pelo Plenário do TCEES, promova a inclusão no Parecer Prévio das seguintes recomendações:		
a) Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil (fl. 282 e 283);	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.
b) Que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, do Balanço Patrimonial, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Norma Contábil NBC TG 25. (fl. 290);		
c) Que, para as futuras prestações de contas anuais - o anexo "Quadro do superávit/déficit financeiro", que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea "a" da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis (fl. 294);	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.
d) A inclusão da Defensoria Pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012- DOE 19.4.2012). (fl. 558);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que o juízo de valor sobre a prestação de contas anual do governador, para fins de emissão de Parecer Prévio, não deve considerar eventuais irregularidades aferidas nos processos de fiscalização (PPA, LDO, LOA, RGF e RREO); 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
e) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nas situações em que tenha havido necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes. (fl. 558);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
f) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN. (fl. 559);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
g) Que, na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição. (fl. 559);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
h) Nos termos acatados pela Decisão TC-7727/2014 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1224/2014 (relativo à análise da LDO do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF[224]. (fl. 559);		1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
i) Que, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001. (fl. 565);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
j) Que, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC - 1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE. (fl. 565);	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
k) Nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário,	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:**

[224] Essa mesma irregularidade foi constatada pela Comissão Técnica no exercício de 2013 e consignada no relatório técnico das contas do governador respectivo.

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (fl. 565);		1. Que a avaliação da gestão anual do governador está distribuída em dois conjuntos de informações, apreciados em processos distintos: o primeiro formado pelos processos do PPA, LDO, LOA, RGF e o segundo atinente apenas à PCA; 2. Que o próprio Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 excepcionou a inclusão desta recomendação no Parecer Prévio.
l) Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6 (fl. 575);	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.
m) Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que (fl. 575):	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.
• Após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09;		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
• A regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;		
n) Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08 (fl. 575);	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.
o) Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos "precatórios da trimestralidade", que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o termino do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1) (fl. 575 e 576);	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.
p) Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem a obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas. (fl. 599).	**SIM**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Proposição acolhida por constar como recomendação do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015.

2.2.1.3 Recomendações logicamente advindas de irregularidades identificadas pela Comissão Técnica, demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCF 1/2015, porém não incluídas no Parecer Prévio TC 50/2015

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.3 Recomendações logicamente advindas de irregularidades identificadas pela Comissão Técnica, demonstradas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCF 1/2015, porém não incluídas no Parecer Prévio Considerando que algumas irregularidades ou deficiências consignadas no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 não foram objeto de recomendação expressa por parte do corpo técnico do TCEES, mas que, pela própria natureza e gravidade demonstrada pelos auditores de controle externo na abordagem dos temas, geram a necessidade de emissão de recomendação por parte desta Corte de Contas, sob risco de que as situações identificadas se repitam nos exercícios seguintes em detrimento do interesse público e do exercício da atividade fiscalizatória realizada por este órgão de controle externo, promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendações pertinentes aos seguintes pontos:		
a) Tendo em vista que a Comissão Técnica constatou que o órgão central do sistema de controle interno se absteve de emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas do governador do Estado (fl. 545), promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação no sentido de que o órgão central do sistema de controle interno **volte a emitir parecer conclusivo** sobre as contas do chefe do Poder Executivo estadual, conforme prescreve o art. 2º	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a ausência da opinião conclusiva no parecer do órgão de controle interno não impediu a análise e a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador. É possível, no entanto, considerar que essa proposta encontra-se incluída na última recomendação do Parecer Prévio TC 7/2016.

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
da Instrução Normativa IN 28/2013;		
b) Considerando que a Comissão Técnica responsável pela análise das contas do Governador constatou **e demonstrou** – inclusive com elementos gráficos –, por meio do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, que o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro, integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), **contabilizou incorretamente** o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como **"receita intraorçamentária"**, quando deveria contabilizá-lo como **"aporte para cobertura do déficit financeiro"** (fl. 506 a 509); considerando a gravidade das consequências geradas pela perpetuação dessa irregularidade; considerando que a recomendação expedida no RREO do 6º bimestre de 2014 ainda não foi adimplida, porquanto houve apenas uma realocação de números no demonstrativo publicado sem, no entanto, corrigir-se efetivamente os registros contábeis no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), circunstância que induz a erro o controle social por não retratar a realidade das finanças públicas estaduais; e considerando, ainda, que o Relatório Técnico das Contas do Governador infelizmente não contemplou expressamente recomendação nesse sentido, promova a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação ao Poder Executivo estadual para que corrija **efetivamente** o registro contábil do aporte previdenciário no SIGEFES, de modo as alterações afetem todos os demonstrativos relacionados, a exemplo do Demonstrativo do Balanço Orçamentário, integrante do RREO;	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que o monitoramento dessa irregularidade nos autos do RREO (TC 1590/2015) possui maior eficácia. Obs.: Essa importante recomendação possui conteúdo diverso da recomendação expedida no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2014. A ausência do seu enfrentamento permite que o registro do aporte previdenciário continue sendo realizado de forma incorreta, permitindo que os demonstrativos fiscais não evidenciem a realidade das finanças públicas do Estado do Espírito Santo.

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
c) Considerando as limitações de escopo enfrentadas pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 195 e 196) em razão da ausência dos elementos necessários à verificação de que o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, **promova** a inclusão no Parecer Prévio TC 50/2015 de recomendação ao Poder Executivo estadual para que disponibilize os meios necessários à verificação do adimplemento de todos os pontos contidos nas próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que a limitação de escopo é situação prevista no desempenho das atividades exercidas pelos auditores do TCEES, sendo suficiente o registro do fato, nos termos da NAG 4409.3.2.

2.2.1.4 Recomendações e alertas expedidos pelo Tribunal de Contas ao Longo de 2014 nos demais processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), não registrados no Parecer Prévio TC 50/2015

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
3.4 Recomendações e alertas expedidos pelo Tribunal de Contas ao Longo de 2014 nos demais processos da Governadoria (LDO, LOA, RREO e RGF), não registrados no Parecer Prévio Considerando a relevância e a pertinência das recomendações feitas pelo TCEES ao Poder Executivo estadual nos processos referentes às leis orçamentárias (LDO e LOA) e aos instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), cujas análises técnicas subsidiaram a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2014 nos termos do art. 72 da lei complementar estadual 621/2012, do art. 105, § 3º, da Resolução TC 261/2013, e do art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013; considerando que o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas deve sintetizar todas as ações de controle externo realizadas ao longo do exercício financeiro, de modo a permitir que o Poder Legislativo tenha a exata dimensão e alcance das recomendações emitidas pela Corte de Contas, para fins de julgamento e de acompanhamento parlamentar durante o exercício seguinte; considerando, destarte, o fato de que o Parecer Prévio deve abranger e registrar, consoante previsão contida no art. 118, § 1º, do Regimento Interno do TCEES, a totalidade do exercício financeiro do Estado, devendo consolidar com fidedignidade e transparência o resultado de todas as ações de controle externo realizadas pelo TCEES no período em exame, no que se incluem os mencionados processos, **promova a inclusão no Parecer Prévio TC**		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
50/2015 do registro das recomendações e alertas emitidos ao Poder Executivo estadual relacionados ao exercício de 2014, notadamente das recomendações que se encontram pendentes de comprovação do seu adimplemento, extraídas das decisões dos seguintes processos:		
a) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Processo TC 1224/2014, Decisão TC 7727/2014: Recomendação no sentido de que na elaboração das próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO):	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado.
• Inclua a Defensoria Pública ao estabelecer o prazo para a entrega dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) e o artigo 153 da Constituição Estadual (Redação dada pela EC nº 77, de 17.4.2012 - DOE 19.04.2012);		
• Nas situações em que haja necessidade de ajustes das metas fiscais na Lei Orçamentária, restem consignadas de forma expressa e inequívoca, quais foram as alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos do ano anterior e de modificações na legislação que afetaram os parâmetros estabelecidos na LDO, ocasionando ajustes;		
• Seja informado o PIB estadual estimado e realizado em nota		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
explicativa do demonstrativo II (Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior) do Anexo de Metas Fiscais conforme modelo proposto pela STN;		
• Seja incluído no Anexo de Metas Fiscais uma explanação mais detalhada a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para demonstrar com clareza como os valores das metas anuais foram obtidos, acompanhado de análise dos itens que representam parâmetros básicos para se chegar aos valores apresentados como metas, como a taxa de juros, os indicadores de atividade econômica e os objetivos da política fiscal do estado, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5ª edição;		
• No prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014 seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF. (RAL 1/2014, fl. 66 e 67 do Processo TC 1224/2014)		
b) Lei Orçamentária Anual (LOA), Processo TC 1223/2014, Decisão TC 1084/2015: Recomendação no sentido de que na elaboração das próximas Leis	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Orçamentárias Anuais (LOA):		governador do Estado.
• Inclua a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em atendimento às disposições contidas no art. 6º da Portaria Interministerial STN/MPOG nº 163/2001.		
• O projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e art. 150, § 6º, da CE.		
• No prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (RAL 2/2014, fl. 351 e 352 do Processo TC 1223/2014)		
c) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 4º Bimestre de 2014, Processo TC 8927/2014, Decisão TC	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
1268/2014: Alerta no sentido de que:		durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado.
• No Balanço Orçamentário (Anexo 1) relativo ao 4º bimestre de 2014, foi verificado resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO no valor de R$ 505.599.404,64, com receitas orçamentárias realizadas na ordem de R$ 9.972.260.848,97 e despesas orçamentárias executadas correspondentes a R$ 9.466.661.444,33. Em relação ao acompanhamento da meta bimestral de Arrecadação da Receita, disposta no Decreto do Executivo Nº 3487 – R, de 08 de janeiro de 2014, conforme normatização do artigo 13 da LRF e prevista para este bimestre (julho - agosto) no montante de R$ 2.825.753.794,00, comparada com a receita bimestral realizada, que foi de R$ 2.577.236.088,89, acarretou em uma diferença a menor no valor de R$ 248.517.705,11. Esta Corte de Contas, com base no art. 59, §1º, inciso I, c/c art. 9º, todos da LRF, deverá **alertar** o Governo do Estado pelo **não atingimento da Meta Bimestral de Arrecadação da Receita**. (REO 6/2014, fl. 62 do Processo TC 8927/2014)		
d) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 5º Bimestre de 2014, Processo TC 12038/2014, Decisão TC 1269/2014: Alerta no sentido de que:	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado.
• No Demonstrativo do Balanço Orçamentário (Anexo 1), relativo		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
ao 5º bimestre de 2014, foi verificado resultado orçamentário SUPERAVITÁRIO no valor de R$ 280.631.169,44, com receitas orçamentárias realizadas na ordem de R$ 12.193.983.272,79 e despesas orçamentárias executadas correspondentes a R$ 11.913.352.103,35. Em relação ao acompanhamento da meta bimestral de Arrecadação da Receita, disposta no Decreto do Executivo Nº 3487 – R, de 08 de janeiro de 2014, conforme normatização do artigo 13 da LRF e prevista para este bimestre (setembro - outubro) no montante de R$ 2.764.573.047,00, comparada com Proc. TC 12038/2014 Fl. 57 Rubrica a receita bimestral realizada, que foi de R$ 2.221.722.423,82, observou-se uma diferença a menor no valor de R$ 542.850.623,18. Esta Corte de Contas, com base no art. 59, inciso I e §1º, inciso I, c/c art. 9º (segunda parte), todos da LRF, deverá **alertar** o Governo do Estado pelo **não atingimento da Meta Bimestral de Arrecadação da Receita**. (REO 1/2015, fl. 56 e 57 do Processo TC 12038/2014)		
e) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RRESO) do 6º Bimestre de 2014, Processo TC 1590/2015, Decisão TC 3935/2015: Recomendação no sentido de que:	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado.
• O Poder Executivo Estadual observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo. (REO 2/2015, fl. 82 do Processo TC 1590/2015)		
f) **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, 2º Quadrimestre de 2014, Processo TC 9144/2014, Decisão TC 1265/2015:** Posicionamento da Comissão Técnica acolhido pelo Plenário do TCEES:	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado.
• Constata-se divergência na apuração do percentual da despesa total com pessoal: o publicado pelo Poder Executivo evidencia o percentual de 42,60%, porém, o apurado pelo TCEES foi de 44,19%. Assim, o percentual da despesa total com pessoal apurado pelo TCEES e o publicado pelo Poder Executivo são inferiores ao limite Legal (49,00%) e ao limite Prudencial (46,55%), contudo, o percentual apurado pelo TCEES encontra-se acima do "limite" de Alerta (44,10%), correspondente à 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "**ALERTA**" ao gestor conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00. (RAF 18/2014, fl.		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
35 do Processo TC 9144/2014)		
g) Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, 3º Quadrimestre de 2014, Processo TC 1591/2015, Decisão TC 3933/2015: Posicionamento da Comissão Técnica acolhido pelo Plenário do TCEES:	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado.
• Constata-se divergência na apuração do percentual da despesa total com pessoal: o publicado pelo Poder Executivo evidencia o percentual de 43,33%, porém, o apurado pelo TCEES foi de 44,82%. Assim, o percentual da despesa total com pessoal apurado pelo TCEES e o publicado pelo Poder Executivo são inferiores ao limite Legal (49,00%) e ao limite Prudencial (46,55%), contudo, o percentual apurado pelo TCEES encontra-se acima do "limite" de Alerta (44,10%), correspondente a 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "**ALERTA**" ao gestor, conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00. Registra-se que, a partir da análise deste RGF (3º quadrimestre de 2014), houve alteração na metodologia de cálculo do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, tanto por parte do Poder Executivo, quanto por parte deste Tribunal, como forma de se eliminar o duplo cômputo dos recursos repassados para cobertura de déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo.		
Recomendação ao Poder Executivo no sentido de que:		

Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
Pedidos do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
• Observe as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a elaboração do Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), quanto ao correto preenchimento da linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" da Despesa Bruta com Pessoal, passando a considerar nessa linha somente os valores da despesa liquidada;		
• Adote providências para promover a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado (RGF) no Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo.		

2.2.1.5 Da oportunização de contraditório ao Poder Executivo estadual

Nº	Embargos de Declaração		Parecer Prévio TC 7/2016 (Embargos de Declaração)
	Pedido do MPC	**Acolhimento**	**Argumentos utilizados pelos membros do TCEES**
1	**3.5 Da oportunização de contraditório ao Poder Executivo estadual** Tendo em vista que o acolhimento das recomendações omitidas no Parecer Prévio TC 50/2015, objeto destes Embargos de Declaração, podem agravar a situação da atual gestão do Poder Executivo estadual – interessado no presente recurso – notadamente devido ao pedido de expedição de recomendação no sentido de que promova a correta contabilização do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), na forma como preconizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo corpo de auditores desta Corte de Contas, **oportunize** ao Poder Executivo estadual o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 156 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012 e do art. 402, inciso III, do Regimento Interno do TCEES.	**NÃO**	• **Conselheiro Relator Sérgio Manoel Nader Borges:** 1. Que não vislumbra tratar de recurso tendente a agravar a situação do atual responsável pelo Poder Executivo estadual.

2.3 Preliminares recursais

2.3.1 Do requerimento de inclusão de pontos para análise na prestação de contas anual do governador, formulado pelo Ministério Público de Contas

2.3.1.1 Requerimento do MPC

Por meio de Requerimento[225] apresentado ao TCEES em **07/05/2015**, o Ministério Público de Contas pleiteou a inclusão de pontos na análise da prestação de contas anual do governador a ser realizada pela Comissão Técnica especialmente criada para tal finalidade.

Na transcrição da íntegra da conclusão do mencionado Requerimento, reproduzida a seguir, considere-se o fato de que sua protocolização se deu **13 dias antes do recebimento da prestação de contas por parte do TCEES**, ocorrido em **20/05/2015**:

> **3 CONCLUSÃO**
>
> Posto isso, **CONSIDERANDO** que o art. 56, inciso XI, da Constituição do Estado do Espírito Santo[226], atribui à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a competência exclusiva para realizar, **sob o ponto de vista técnico-político**, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Governador;
>
> **CONSIDERANDO** que o art. 71, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo[227], bem como o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[228], estabelecem a competência do Tribunal de Contas

[225] Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.

[226] Art. 56 É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, além de zelar pela preservação da sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes:
[...]
XI - julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

[227] Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).
[...]

[228] Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:
[...]
II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de parecer prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento;

para, no exercício do controle externo, apreciar, **sob o ponto de vista exclusivamente técnico**, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de Parecer Prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento, fornecendo subsídios para o julgamento por parte do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o maior interessado na aferição da regularidade da gestão do Governador do Estado é a sociedade que o elegeu, razão pela qual os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo são submetidos ao crivo do Parlamento Estadual, legítimo representante do povo capixaba;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar o controle social da gestão administrativa do Estado, permitindo-se a participação direta do cidadão no processo de julgamento das contas públicas;

CONSIDERANDO que o art. 72, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[229], prescreve que a composição das contas prestadas pelo Governador do Estado observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que o art. 105, § 1º, do Regimento Interno do TCEES[230], preceitua que as contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública;

CONSIDERANDO que, de acordo com os critérios de indicação previstos no art. 107 do Regimento Interno do TCEES, o Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges irá relatar as constas do Governador do Estado referentes ao exercício financeiro de 2014;

CONSIDERANDO que, à luz do que preconiza o art. 108 do Regimento Interno do TCEES[231], além dos elementos contidos nas contas prestadas, o Relator poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio da unidade técnica competente, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório;

CONSIDERANDO que o art. 109 do Regimento Interno do TCEES[232] estabelece que a unidade técnica competente procederá ao acompanhamento sistemático da gestão fiscal consolidada do Estado e das unidades gestoras, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a

---

229 Art. 72. As contas anuais do Governador serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento.
§ 1º A composição das contas a que se refere o caput observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas.
[...]

230 Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
[...]

231 Art. 108. O Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade técnica competente, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório.

232 Art. 109. A unidade técnica competente procederá ao acompanhamento sistemático da gestão fiscal consolidada do Estado e das contas das unidades gestoras, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se refere, para fins de obtenção de subsídios para a elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais de Governo, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator.

que se refere, para fins de obtenção de subsídios para elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais do Governador, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator;

CONSIDERANDO que o art. 118 do Regimento Interno do TCEES[233] preconiza que o Parecer Prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas, nos termos do art. 132 deste mesmo diploma normativo[234];

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 113, § 2º, do Regimento Interno do TCEES[235], havendo indícios de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador, ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução TC 273/2014[236] reza que os demonstrativos contábeis, os relatórios de gestão e as demais peças e documentos que constituem os processos de tomadas ou prestações de contas serão analisados e instruídos pela área técnica de acordo com as normas legais e constitucionais e as disposições contidas nesta resolução, observando o Regimento Interno, a Instrução Normativa 28/2013, as diretrizes constantes na política de controle externo do TCEES, as normas de auditoria governamental e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público;

---

233 Art. 118. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas.
§ 1º O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.
[...]

234 Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;
II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

235 Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.
[...]
§ 2º Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações.

236 Art. 1º - Os demonstrativos contábeis, os relatórios de gestão e as demais peças e documentos que constituem os processos de tomadas ou prestações de contas serão analisados e instruídos pela área técnica desse Tribunal de acordo com as normas legais e constitucionais e as disposições contidas nesta resolução, observando o Regimento Interno, a Instrução Normativa 28/2013, as diretrizes constantes na política de controle externo deste Tribunal, as normas de auditoria governamental e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

CONSIDERANDO que o *caput* do art. 2º da Resolução TC 273/2014[237] pontifica que na apreciação para fins de emissão de Parecer Prévio o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo **e gestão**;

CONSIDERANDO que o art. 2º, parágrafo único, inciso I, da Resolução TC 273/2014[238], define contas de governo como o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de Parecer Prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o art. 18 da Resolução TC 238/2012[239] prescreve que o demonstrativo das receitas e despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino deve integrar as prestações de contas do Governador do Estado;

CONSIDERANDO o teor do art. 21, §§ 4º e 5º, da Resolução TC 238/2012[240], que, ao promover inovação na ordem jurídica, permitindo que

---

237 Na apreciação para fins de emissão de parecer prévio ou para fins de julgamento das tomadas ou prestações de contas, o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão.
[...]

238 Art. 2º - Na apreciação para fins de emissão de parecer prévio ou para fins de julgamento das tomadas ou prestações de contas, o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão.
Parágrafo único: para o disposto nesta resolução, considera-se:
I – Contas de governo: conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.
[...]

239 **Capítulo II**
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EDUCAÇÃO
Art. 18 O Estado e os Municípios deverão comprovar, anualmente, perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o efetivo cumprimento do disposto no art. 212, da CF, bem como o disposto no art. 60, do ADCT.
§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput do artigo 18, passará a integrar as prestações de contas anuais do Governador e dos Prefeitos, referidas no Regimento Interno do TCEES, o demonstrativo das receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme o modelo integrante do MDF da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, acompanhado do parecer do conselho responsável do FUNDEB nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei n° 11.494/07.
§ 2º A elaboração do demonstrativo referido no § 1º do artigo 18 deverá atender ao disposto nesta Resolução, bem como as demais disposições deste Tribunal de Contas.

240 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º , 9º , 11 , 12 , 15 e 16 , desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70 , respeitadas as vedações impostas pelo art. 71 , ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
§ 1º As despesas com as contribuições previdenciárias de responsabilidade dos entes, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos vinculados ao ensino, poderão ser custeadas com os recursos das respectivas contas bancárias de que trata o caput do artigo 21.
§ 2º O cômputo de que trata o § 1º do artigo 21, em relação ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, condiciona-se ao atendimento, por parte do respectivo ente estatal, dos parâmetros, critérios e alíquotas definidas em lei específica, bem como ao limite estabelecido no caput do art. 2º, da Lei nº 9.717/98, alterada pela Lei nº 10.887/04.
§ 3º As despesas com inativos e pensionistas, originários da educação, não poderão ser custeadas com os recursos de que trata o caput do artigo 21.
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

despesas com servidores inativos e pensionistas fossem consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, ignorou o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[241] (ADCT), bem como o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[242], o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[243] e os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996, colidindo, ainda, com as orientações normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), não podendo, por certo, ser arguida como instrumento de defesa pelos gestores públicos estaduais e municipais para eximir responsabilidades por eventual descumprimento do mandamento constitucional segundo o qual apenas gastos com profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício** podem ser considerados como de manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o expediente acima referido concernente à inclusão indevida da complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões de servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação, transferidos ao Fundo Financeiro, no cômputo das despesas com "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino", representou uma indevida aplicação, no **exercício 2013**, do valor de **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos), e no **exercício 2014**, **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), totalizando **R$ 1.003.535.094,96** (um bilhão, três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, noventa e quatro reais, e noventa e seis centavos); desconsiderando, ainda, os valores indevidamente aplicados pelos municípios, que disponham de regime próprio de previdência e apresentem déficit financeiro no sistema, pois lhes estendido semelhante permissivo;

CONSIDERANDO que a utilização da reserva orçamentária do regime próprio de previdência social dos servidores (RPPS) do Estado do Espírito

---

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

241 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

242 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

243 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei no 11.494, de 2007.

Santo para suprir déficit de caixa do Tesouro do Estado não encontra amparo na legislação federal que rege a matéria, procedimento cuja fiscalização requer especial atenção por parte da sociedade, mormente após os fatos ocorridos recentemente no Estado do Paraná, onde houve alteração da origem do custeio do regime previdenciário, representando verdadeiro confisco de recursos do RPPS dos servidores públicos daquele Estado para cobrir déficit do Tesouro estadual, pela transferência de, aproximadamente, 33.000 (trinta e três mil) beneficiários do Fundo Financeiro (deficitário) para o Fundo Previdenciário (superavitário);

CONSIDERANDO a pertinência e oportunidade dos pontos ora apresentados pelo Ministério Público de Contas com a apreciação das contas do Governador por parte desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO que a prestação de contas do Governador, relativa ao exercício financeiro de 2014, protocolizada nesta Corte de Contas em 29 de abril de 2015 e autuada sob o nº TC 5197/2015[244], ainda não foi remetida à área técnica desta Corte de Contas, havendo, portanto, tempo hábil para inclusão dos pontos indicados por este *Parquet* de Contas na análise a ser empreendida pelo corpo de auditores de controle externo deste Tribunal;

CONSIDERANDO que o teor do art. 134 do Regimento Interno do TCEES[245], o qual prevê a formação de processo apartado quando verificada, nas contas anuais de governo, irregularidade decorrente de ato

---

[244] Por ocasião da elaboração do Requerimento de inclusão de pontos de análise na prestação de contas do governador, consulta realizada pelo MPC ao Sistema de Consulta Processual do TCEES identificou a existência do **Processo TC 5197/2015**, autuado em **29/04/2015** como **Prestação De Contas do Governador**. No entanto, diligências internas posteriores revelaram que o Processo TC 5197/2015 foi originado de uma reautuação de documentos referentes à prestação de contas anual do governador de 1981. O mencionado processo encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação e Arquivo (CDOC) do TCEES.
Registre-se, por oportuno, que os prazos para recebimento e análise da prestação de contas do governador se encontram no art. 91, inciso XVIII, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar estadual 621/2012:

> **Constituição do Estado do Espírito Santo**
> Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
> I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio **a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento**; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).
> [...]
> Art. 91 Compete privativamente ao Governador do Estado:
> [...]
> XVIII - prestar à Assembléia Legislativa **até o dia 30 de abril de cada ano**, as contas relativas ao exercício anterior;
>
> **Lei Complementar estadual 621/2012**
> Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:
> [...]
> II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de parecer prévio **no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento**;

[245] Art. 134. Verificada, no exame das contas anuais de governo, irregularidade decorrente de atos de gestão sujeitos ao julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado, com o objetivo de:
I - quantificar o dano e imputar o débito ao responsável, se verificada irregularidade de que resulte dano ao erário;
II - determinar a adoção de providências com vistas a sanar as impropriedades de atos passíveis de correção;
III - aplicar multas por infrações à norma legal ou regulamentar de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e fiscal, se for o caso.
§ 1º As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de tomada de contas especial, e as demais constituirão processo conforme a sua natureza.
§ 2º A formação de processo apartado dar-se-á mediante a juntada da decisão que determinar a sua constituição e de peças do processo originário ou reprodução de cópias necessárias à sua instrução.

de gestão sujeito ao julgamento pelo próprio Tribunal, não pode ser interpretado de modo a permitir que o Parecer Prévio deixe de apurar ou de considerar indício de irregularidade que envolva a participação direta do Chefe do Poder Executivo Estadual, sob pena de se induzir a erro o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo;

E CONSIDERANDO, por fim, que o descumprimento da Lei Federal nº 11.494/2007, que dispôs sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos do seu art. 28[246], sujeita, inclusive, o Estado do Espírito Santo à intervenção federal, caso seja aplicado o art. 21 da Resolução TC 238/2012;

O Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas, sem prejuízo da apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório autônomo e da sua consideração no parecer ministerial:

a) Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:

I. PREVIDÊNCIA SOCIAL: Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem de **R$ 245.725.000,00**[247] (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:

- Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[248];
- Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964[249];
- Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008[250];

---

246 Art. 28. O descumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei sujeitará os Estados e o Distrito Federal à intervenção da União, e os Municípios à intervenção dos respectivos Estados a que pertencem, nos termos da alínea e do inciso VII do caput do art. 34 e do inciso III do caput do art. 35 da Constituição Federal.

247 Resultante do somatório de R$ 245.275.000,00 da Reserva do Fundo Previdenciário e R$ 450.000,00 da Compensação Previdenciária desse mesmo fundo.

248 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

249 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
[...]

250 Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11, inclusive a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]
§ 2º É vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo, dentre elas consideradas: (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]

- Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008[251];
- Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[252].

II. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[253], contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[254] (ADCT);

III - a transferência de recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, no caso de RPPS com segregação da massa dos segurados; (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
Art. 14. É vedada a utilização de recursos previdenciários para custear ações de assistência social, de saúde, de assistência financeira de qualquer espécie e para concessão de verbas indenizatórias, ainda que decorrentes de acidente em serviço.

251 Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)
[...]
§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo.

252 Da Despesa com Pessoal
[...]
8. Nas situações em que houve a segregação das massas do RPPS, a parte financeira, via de regra deficitária, necessita dos aportes financeiros do tesouro do ente. Por outro lado, a parte previdenciária, no momento da segregação, tende a ser formada por servidores que ainda não estão usando os benefícios previdenciários, ou seja, não existem saídas de recursos, mas apenas receitas decorrentes de contribuições. Nessa situação, os recursos disponíveis na parte previdenciária não poderão ser utilizados para reduzir despesas com pessoal efetuadas pela parte financeira, deficitária, salientando que esta proibição consta, inclusive, da Portaria MPS 403/2008, art. 21.

253 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

254 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]

- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[255];
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[256];
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[257];
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

b) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governado do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**[258], que consideram como destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

255 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

256 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

257 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

258 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;

c) Com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo desenvolvido por este Tribunal de Contas, desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame.

Vitória, 07 de maio de 2015.

2.3.1.2 Razões recursais aos argumentos pertinentes às preliminares de mérito do Parecer Prévio TC 50/2015

Ao enfrentar o pedido formulado pelo Ministério Público de Contas concernente à preliminar de inclusão de pontos na análise da prestação de contas anual do governador (item 3.1, alínea "a" do Parecer PPJC 3684/2015), os votos do ilustre conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges e de seus pares, reproduzidos em sua íntegra no Parecer Prévio TC 50/2015[259], propõe o afastamento da referida preliminar com fundamento nos argumentos que se passa contrastar por meio das presentes razões recursais.

2.3.1.2.1 Do argumento de que inexiste previsão regimental para apreciação de requerimento dessa natureza pelo Plenário do TCEES

Inicia o nobre relator sustentando que ***"inexiste previsão regimental para apreciação de requerimentos desta natureza pelo Plenário, muito menos de julgamento"***[260]. Todavia, não é o que se extrai da literalidade do art. 38, inciso IV,

[259] Fl. 1832 a 1982 do Processo TC 6016/2015.
[260] Fl. 1955 do Processo TC 6016/2015.

da Resolução TC 261/2013, Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. *Verbis*:

> Art. 38. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:
>
> [...]
>
> IV - juntar documentos, produzir provas **e requerer medidas ou diligências que julgar necessárias**;

Até mesmo por ocasião das sessões, faculta o Regimento Interno do TCEES o direito do *Parquet* de Contas de formular requerimentos, consoante se colhe do seu art. 81:

> Art. 81. Nos casos em que **o membro do Ministério Público junto ao Tribunal formular requerimento em sessão**, manifestar-se-á em seguida o Relator, cabendo ao Plenário decidir a questão.

Esclareça-se que a regra insculpida no art. 81 do Regimento Interno possui conteúdo normativo totalmente diverso do constante no parágrafo único do art. 117 do mesmo diploma regulamentar[261]. Certamente, o art. 117 do Regimento Interno não se aplica a requerimento protocolizado pelo MPC **antes da chegada da prestação de contas do governador ao TCEES**, já que não fora formulado durante a sessão de apreciação das contas.

Mas não é só o Regimento Interno do TCEES que confere ao MPC a prerrogativa de formular requerimentos perante esta Corte de Contas em defesa do interesse público. A própria Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, Lei Complementar estadual 451/2008[262], **norma jurídica de hierarquia superior ao regulamento administrativo invocado pelo ilustre relator**, em seu art. 3º, inciso IV, assegura aos procuradores especiais de contas o direito de requerer medidas ou diligências que julgar necessárias, mormente ao

[261] Art. 117. **Durante a apreciação das contas** será assegurado aos Conselheiros e ao Ministério Público junto ao Tribunal o direito de vista do processo pelo prazo de vinte e quatro horas, que será concedida em comum quando solicitada por mais de um Conselheiro ou por um Conselheiro e um membro do Ministério Público junto ao Tribunal, permanecendo o processo, nesse caso, na Secretaria Geral das Sessões.
Parágrafo único. Será indeferido pelo Presidente, ouvido o Plenário, qualquer requerimento que possa implicar na impossibilidade de o Tribunal emitir parecer prévio no prazo constitucional.

[262] Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Lei-Complementar-451-2008-e-alteracoes_EstruturaMPC.pdf. Acesso em: 29 abr. 2016.

órgão de controle externo perante o qual são responsáveis pela guarda da lei fiscal e por sua fiel execução:

> Art. 3º Compete aos Procuradores Especiais de Contas, além de outras atribuições estabelecidas na Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas:
>
> [...]
>
> IV - juntar documentos, produzir provas **e requerer medidas ou diligências que julgar necessárias**;

Corroborando esse entendimento, o art. 32, § 2º, da Lei Complementar estadual 621/2012, Lei Orgânica do TCEES, reconhece a força normativa da Lei Orgânica do MPC-ES, com a qual integra o sistema normativo de controle externo desta Corte de Contas:

> Art. 32. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas compõe-se de três Procuradores nomeados pelo Governador do Estado, cujo provimento do cargo observará as regras previstas na Constituição Federal e Estadual.
>
> [...]
>
> § 2º A estrutura orgânica e as **competências** do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, bem como os direitos, as garantias, as prerrogativas, as vedações e o regime disciplinar dos seus membros, **serão definidos em lei complementar**.

Acrescente-se que o Tribunal de Contas não pode se abster de **apreciar** os requerimentos formulados pelo MPC, hipótese essa que não se confunde com a possibilidade deste órgão de controle externo de **deferir ou não** o pleito formulado.

Portanto, demonstrada a possibilidade legal de o Ministério Público de Contas formular requerimento visando à inclusão de pontos na análise da prestação de contas do governador do Estado, não deve prosperar o argumento em sentido contrário lançado pelo digníssimo conselheiro relator, sob pena de se frustrar a atuação funcional dos membros do *Parquet* de Contas.

2.3.1.2.2 Do argumento de que o instrumento adequado para se requerer a inclusão de pontos na análise da prestação de contas seria a Representação

Em seguida, de acordo com a linha de raciocínio adotada em seu voto, o conselheiro relator conclui que ***"o instrumento apropriado, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, seria a representação, com observância dos requisitos legais"***[263].

Ocorre que o próprio relator determinou a autuação do Requerimento do MPC como **"solicitação de fiscalização"** nos moldes do art. 197, § 4º, da Resolução TC 261/2013[264], e não como Representação – apesar de se tratar de inequívoca comunicação de irregularidades –, reconhecendo a adequação do instrumento utilizado pelo *Parquet* de Contas para postular a inclusão de pontos na análise da prestação de contas do governador e ressaltando, inclusive, que a instrução processual deveria ser realizada pela 9ª Secretaria de Controle Externo – conquanto a análise da prestação de contas do governador estivesse sob os cuidados de uma Comissão Técnica criada especialmente para essa finalidade –, conforme se colhe dos seguintes despachos[265]:

[263] Fl. 1955 do Processo TC 6016/2015.

[264] Art. 197. As auditorias e inspeções constarão no plano de fiscalização elaborado anualmente pela Presidência do Tribunal, mediante consolidação de informações prestadas pela Secretaria Geral de Controle Externo.
[...]
§ 4º Para fins do disposto neste artigo, os Conselheiros, os Auditores **e os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal poderão apresentar propostas de realização de auditoria, inspeção e outros instrumentos de fiscalização previstos neste Regimento**.
[...]

[265] Fl. 201 e 202 do Processo TC 6099/2015.

TCE ES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges

Proc. Nº 55124/2015
Fls. 201
Ass:

PROTOCOLO Nº	**55124/2015**
ASSUNTO	**SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO**
INTERESSADO	**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**

TC 6099/15
FLS. 201

DESPACHO

Ao NCD:

Autue-se como solicitação de fiscalização, nos moldes do art. 197, § 4º, da Resolução TC nº 261/2013.

Após, retornem os autos para este gabinete.

Vitória, 25 de maio de 2015.

Sérgio Manoel Nader Borges
Conselheiro Relator

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges

Proc. Nº 6099/2015
Fls. 202
Ass:

PROTOCOLO Nº	6099/2015
ASSUNTO	SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
INTERESSADO	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral de Controle Externo – SEGEX para instrução na forma regimental.

Cabe ressaltar que **a instrução processual caberá a 9ª Secretaria de Controle Externo**, uma vez que se trata de solicitação de inclusão de pontos para análise na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado (exercício 2014).

Vitória, 26 de março de 2015.

Sérgio Manoel Nader Borges
Conselheiro Relator

A 9ª SCE
Em, 26/03/15.
Adécio de Jesus Santos
Secretário Adjunto de Controle Externo

Inicialmente, constata-se uma contradição no teor do último despacho proferido pelo ilustre conselheiro relator, qual seja, se a análise da prestação de contas anual do governador deve ser realizada por uma Comissão Técnica especialmente instituída para essa finalidade, por que o requerimento de inclusão de pontos foi remetido à 9ª

Secretaria de Controle Externo, unidade técnica desprovida de competência legal para analisar a prestação de contas do governador?

A própria 9ª Secretaria de Controle Externo reconheceu por meio da Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015[266] a sua incompetência para analisar o Requerimento do MPC:

> **2. ANALISE PRELIMINAR**
>
> Preliminarmente, e com as devidas vênias, impõe-se registrar que a análise das Prestações de Contas Anuais de Governadores do Estado **não consta do rol de competências atribuídas à 9ª Secretaria de Controle Externo pelo Regimento Interno deste Tribunal** (*art. 47, inciso I, alínea "c", do RITCEES*). De acordo com o disposto no art. 112 do RITCEES[267] essa competência foi atribuída à Comissão Técnica designada por ato do Presidente do Tribunal, por indicação do Relator, *in casu*, materializada por meio da Portaria N nº 036, de 28.08.2014 e suas alterações. (grifou-se)

O preâmbulo da **Portaria N 036/2014**[268], alterada pela **Portaria N 007/2015**, que instituiu a Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, **das demais peças da prestação de contas anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do governador do Estado**[269], corrobora a referida contradição:

---

266 Fl. 205 do Processo TC 6099/2015.

267 "Regimento Interno do TCE-ES, aprovado por meio da Resolução TC-261/2013.
Art. 112. O Relator indicará servidores para comporem comissão técnica, a ser designada por ato do Presidente, até a última sessão ordinária do mês de janeiro de cada exercício, **a qual será responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da prestação de contas e, se for o caso, dos relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios, com a finalidade de subsidiar o exame das contas, o levantamento de dados e a elaboração do relatório técnico.**" (nota de rodapé constante no documento original)

268 Fl. 1029 e 1030 do Processo TC 6016/2015.

269 Nos quais se incluem, minimamente, os processos referentes:

- à análise do Plano Plurianual (PPA);
- à análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- à análise da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- aos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo (RGF);
- aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO;
- além de eventuais Denúncias e de Representações.

Todos esses processos se submetem ao inequívoco controle externo - sob o ponto de vista estritamente técnico -, realizado pelo TCEES, motivo pelo qual devem ser considerados na prestação de contas anual do governador, sob pena de a análise técnica empreendida, pelo TCEES, nas contas do chefe do Poder Executivo estadual – e que será submetida ao crivo do juiz natural do julgamento da prestação de contas anual do Governador, ou seja, o Parlamento estadual, legítimo representante do povo capixaba -, revelar-se substancialmente empobrecida, pois desprovida de elementos com densidade suficiente a ensejar a escorreita apreciação da sua gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, e destarte, não demonstrar, efetivamente, se este balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública.

PORTARIA N Nº 036, de 28 de agosto de 2014.

DOEL-TCEES 29.8.2014, p. 8

(Alterada pela Port. N nº 007, de 27.2.2015 – DOEL TC 4.3.2015, p. 46)

Institui Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2014.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas que lhe confere o artigo 13, inciso I, da Lei Complementar nº. 621, de 8 de março de 2012, c/c Artigo 20, inciso I e XXIII do Regimento Interno, e:

Considerando o disposto no artigo 112, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, aprovado pela Resolução TC nº 261, de 4 de junho de 2013;

Considerando que na forma do artigo 107, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo a relatoria da Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, restou afeta ao Exmo. Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, conforme Ata da 7ª Sessão Ordinária do Tribunal de Contas, ocorrida no dia 18 de março de 2014;
Considerando, por fim, os termos da Comunicação Interna Eletrônica nº 01354/2014-8, datada de 25 de agosto de 2014, através da qual Sua Excelência o Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges indica servidores desta Corte de Contas para compor a Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, comporem Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2014.

Luiz Guilherme Vieira - Matrícula 202.861;
Fernanda de Barros Coutinho - Matrícula 203.594;
Acyr Rodrigues Pereira Júnior - Matrícula 202.679;
Beatriz Augusta Simmer - Matrícula 202.847;
Cesar Augusto Tononi de Matos - Matrícula 203.091;
Jose Carlos Viana Gonçalves - Matrícula 203.031;
Luis Gustavo Sampaio de Carvalho - Matrícula 202.633;
Pollyanna Brozovic Ferreira - Matrícula 203.102;
Marcia Andréia Nascimento - Matrícula 202.585;
Maria de Fátima Souza Barros - Matrícula 203.081;
Mariza de Souza Macedo - Matrícula 203.535;
Robert Luther Salviato Detoni - Matrícula 202.570;
Luís Emmanuel Kill Guerzert - Matrícula 202.584; *(Incluído pela Port. N nº 007/2015)*
Marcelo Lima Fedeszen - Matrícula 202.865. *(Incluído pela Port. N nº 007/2015)*

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

Em outras palavras, o direcionamento, pelo relator, do expediente do MPC, para a 9ª Secretaria de Controle Externo, por via oblíqua, impediu que a Comissão Técnica analisasse o Requerimento pleiteado pelo Ministério Público de Contas junto à prestação de contas do governador.

Além desse fato, o anômalo encaminhamento adotado acabou por evidenciar mais uma contradição, pois os dois servidores que analisaram o Requerimento do MPC em nome da 9ª Secretaria de Controle Externo também integravam a Comissão Técnica das contas do governador.

Ainda sobre o argumento de que o instrumento adequado para se requerer a inclusão de pontos na análise da prestação de contas do governador seria a Representação, cumpre fazer alguns apontamentos adicionais. De fato, o art. 99 da Lei Complementar estadual 621/2012 estabelece que **serão recebidos como representação** os documentos encaminhados por agentes públicos – incluindo os membros do MPC e os auditores do TCEES – comunicando a ocorrência de (indícios de) ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do cargo:

> Art. 99. **Serão recebidos pelo Tribunal como representação** os documentos encaminhados por agentes públicos **comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades** de que tenham conhecimento em virtude do exercício do cargo, emprego ou função, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma, por força de lei específica.
>
> § 1º Têm legitimidade para representar ao Tribunal:
>
> I - Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
>
> II - Magistrados e membros do Ministério Público;
>
> III - responsáveis pelos órgãos de controle interno, em cumprimento ao artigo 76, § 1º, da Constituição Estadual;
>
> IV - Senadores da República, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores;
>
> V - Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
>
> VI - **membros do Ministério Público junto ao Tribunal**;
>
> VII - unidades técnicas deste Tribunal;
>
> VIII - **as equipes de inspeção ou de auditoria, nos termos do artigo 37, inciso II desta Lei Complementar**[270];
>
> [...]

[270] Art. 37. São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo no Tribunal de Contas:
I - manter, no desempenho de suas atribuições, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
II - representar ao Tribunal contra os responsáveis pelos órgãos e entidades sob sua fiscalização, em casos de falhas e/ou irregularidades, na forma regulamentada no Regimento Interno;

No caso do dispositivo em análise, entenda-se por "recebidos" o ato que **vincula** o Tribunal de Contas a autuar os documentos que comunicam a ocorrência de ilegalidades ou de irregularidades obrigatoriamente como **Processo de Representação**, imprimindo-lhe, naturalmente, o rito processual correspondente, sem prejuízo de que a apuração dos fatos com indícios de irregularidade motive a utilização de um dos **instrumentos de fiscalização** específicos previstos no art. 51 da Lei Complementar estadual 6321/2012[271] ou de que sejam incluídos na análise de processo em curso, desde que demonstrada a pertinência e a tempestividade de sua inclusão, como ocorreu em relação ao Requerimento do MPC (Processo TC **6099/2015**), protocolizado em **07/05/2015**, antes mesmo do recebimento da prestação de contas anual do governador por parte deste órgão de controle externo, conquanto tenha sido autuado somente após as contas do chefe do Poder Executivo, em **20/05/2015** (Processo TC **6016/2015**), conforme se extrai da sequência numérica dos autos.

Desse modo, sempre que houver a comunicação de (indícios de) irregularidade ou de ilegalidade por quaisquer dos legitimados elencados no art. 99 da LC 621/2012, **independentemente do meio utilizado para tanto** (ofício, e-mail, requerimento etc.), **ou do *nomen juris* escolhido pelo subscritor para denominar a peça por meio da qual se fez a comunicação**, **o Tribunal de Contas tem o dever legal de receber o expediente sob a forma de Representação e de aplicar-lhe o rito processual correspondente**, procedimento no qual se inclui o indispensável juízo de admissibilidade de competência exclusiva do conselheiro relator, consoante prescreve o art. 94, § 2º, combinado com o art. 99, § 2º, ambos da Lei Complementar estadual 621/2012[272].

---

[271] Art. 51. Constituem instrumentos de fiscalização: (Redação dada pela LC nº 658/2012 – DOE 21.12.2012)
Redação Anterior:
Art. 51. Constituem instrumentos utilizados para execução dos processos de fiscalização, dentre outros:
I - auditorias;
II - inspeções;
III - levantamentos;
IV - acompanhamentos;
V - monitoramentos.

[272] Art. 94. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:
[...]

Portanto, à luz desse entendimento, este órgão de controle externo não pode deixar de aplicar o procedimento relativo à Denúncia/Representação[273] a uma comunicação de indícios de irregularidade pelo simples fato de o noticiante não ter utilizado a "fórmula correta", isto é, de ter denominado a peça como Denúncia ou como Representação, sob pena de se retroceder ao tempo do medievo sistema feudal europeu, no qual, em matéria processual, **as formas se sobrepunham aos fins**, conforme se depreende do relato feito por Michel Foucault em conferências proferidas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) entre 21 e 25 de maio de 1973, sintetizadas na obra "A Verdade e a Formas Jurídicas"[274].

Outrossim, imperioso destacar que, por meio da **Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015**[275], **a 9ª Secretaria de Controle Externo constatou, efetivamente, a existência de irregularidade em atos de competência privativa do chefe do**

---

§ 2º **Caberá ao Relator o juízo de admissibilidade da denúncia**.
[...]
Art. 99. Serão recebidos pelo Tribunal como representação os documentos encaminhados por agentes públicos comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do exercício do cargo, emprego ou função, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma, por força de lei específica.
[...]
§ 2º Aplicam-se à representação, no que couber, as normas relativas à denúncia.

273 Os procedimentos de apuração de Denúncia e de Representação no âmbito desta Corte de Contas são essencialmente os mesmos, diferindo apenas quanto à denominação que lhes é atribuída pelos art. 93 e 99, parágrafo único, da Lei Complementar estadual 621/2012, de acordo com os respectivos critérios de legitimidade.

274 No direito feudal o litígio entre dois indivíduos era regulamentado pelo sistema da prova (*épreu ve*). Quando um indivíduo se apresentava como portador de urna reivindicação, de uma contestação, acusando um outro de ter matado ou roubado, o litígio entre os dois era resolvido por urna série de provas aceitas por ambos e a que os dois eram submetidos. Esse sistema era urna maneira de provar não a verdade, mas a forca, o peso, a importância de quem dizia.
Havia, em primeiro lugar, provas sociais, provas da importância social de um indivíduo. No velho direito da Borgonha do século XI, quando alguém era acusado de assassinato podia perfeitamente estabelecer sua inocência reunindo a sua volta doze testemunhas que juravam não ter ele cometido o assassinato. O juramento não se fundava, por exemplo, no fato de terem visto, com vida, a pretensa vítima, ou em um álibi para o pretenso assassino. Para prestar juramento, testemunhar que um indivíduo não tinha matado era necessário ser parente do acusado. Era preciso ter com ele relações sociais de parentesco que garantiam não sua inocência, mas sua importância social. Isto mostrava a solidariedade que um determinado indivíduo poderia obter, seu peso, sua influência, a importância do grupo a que pertencia e das pessoas prontas a apoiá-lo em urna batalha ou em um conflito. A prova da inocência, a prova de não se ter cometido o ato em questão não era, de forma alguma, o testemunho.
Havia em segundo lugar provas de tipo verbal. Quando um indivíduo era acusado de alguma coisa - roubo ou assassinato - devia responder a esta acusação com um certo número de fórmulas, garantindo que não havia cometido assassinato ou roubo. Ao pronunciar estas fórmulas podia-se fracassar ou ter sucesso. Em alguns casos pronunciava-se a fórmula e perdia-se. Não por haver dito uma inverdade ou por se provar que havia mentido, mas por não ter pronunciado a fórmula como devia. Um erro de gramática, uma troca de palavras invalidava a fórmula e não a verdade do que se pretendia provar. A confirmação de que ao nível da prova só se tratava de um jogo verbal, é que, no caso de um menor, de uma mulher ou de um padre, o acusado podia ser substituído por outra pessoa. Essa outra pessoa, que mais tarde se tornaria na história do direito o advogado, era quem devia pronunciar as fórmulas no lugar do acusado. Se ele se enganava ao pronuncia-las, aquele em nome de quem falava perdia o processo.
FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1973. p. 58 a 60.
Disponível em: http://www.foucault.ileel.ufu.br/sites/foucault.ileel.ufu.br/files/agenda_ledif_anexos/foucault-m-a-verdade-e-as-formas-juridicas_0.pdf. Acesso em: 1º mai. 2016.

275 Fl. 203 a 220 do Processo TC 6099/2015.

Poder Executivo estadual (Decretos), consistente na movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, mediante abertura de créditos suplementares em desacordo com os limites da autorização legislativa conferida pelo art. 6º da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014[276]**,** Lei estadual 10.164/2014, evidenciada pela documentação trazida ao conhecimento desta Corte de Contas por meio do Requerimento do MPC, conforme demonstram os trechos da referida peça técnica extraídos do voto do próprio conselheiro relator[277]:

Considerando os dispositivos mencionados anteriormente e tendo em vista os decretos listados no quadro a seguir, **foi constatado que houve a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, por meio dos seguintes Decretos**: (grifou-se)

Decreto	DOE	Valor	Órgão	Tipo	Fonte de Recursos
1.982-S	17/09/2014	R$ 218.335.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.436-S	19/11/2014	R$ 15.900.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação
2.751-S	18/12/2014	R$ 14.100.000,00	IPAJM (60.201)	Crédito Suplementar	Anulação parcial de dotação

[...]

Dessa forma, foi possível **constatar** a movimentação de recursos entre o Fundo Previdenciário e o Fundo Financeiro, **movimentações essas não permitidas quando da implementação da segregação de massas**. (grifou-se)

Note-se que houve a **constatação da irregularidade** por parte do TCEES, circunstância que enseja a oitiva do governador ou de seu antecessor, suspendendo-se o prazo para emissão do Parecer Prévio, nos moldes do preconizado pelo § 2º do art. 113 do RITCEES, mormente por não se tratar mais de meros indícios:

[276] Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:
I – até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total da Lei Orçamentária, de acordo com o disposto no § 4º do artigo 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.067/13, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17.3.1964;
[...]

[277] Fl. 1959 e 1961 do Processo TC 6016/2015.

> Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.
>
> § 1º Esse prazo poderá ser ampliado em até cinco dias corridos, por deliberação do Plenário, mediante solicitação do Relator, observados os demais prazos.
>
> § 2º Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações.

Isso significa que, se a **Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015** fosse protocolizada no TCEES pelos auditores de controle externo que a subscreveram – ou por qualquer outro servidor público que tivesse conhecimento do fato em virtude do cargo, emprego ou função –, seria necessariamente autuada como Representação, à luz do que prescreve o art. 99, incisos VII e VIII, da Lei Complementar estadual 621/2012, uma vez que comunicaria ao TCEES a ocorrência de "indícios" de irregularidade:

> Art. 99. **Serão recebidos pelo Tribunal como representação** os documentos encaminhados por agentes públicos **comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do exercício do cargo, emprego ou função**, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma, por força de lei específica.
>
> § 1º Têm legitimidade para representar ao Tribunal:
>
> [...]
>
> VII - **unidades técnicas deste Tribunal**;
>
> VIII - **as equipes de inspeção ou de auditoria, nos termos do artigo 37, inciso II desta Lei Complementar**[278];
>
> [...]

No entanto, conquanto a área técnica tenha identificado irregularidade em atos de competência privativa do chefe do Poder Executivo estadual (movimentação orçamentária indevida mediante expedição de decretos), o Requerimento do MPC,

[278] Art. 37. São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo no Tribunal de Contas:
I - manter, no desempenho de suas atribuições, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
II - representar ao Tribunal contra os responsáveis pelos órgãos e entidades sob sua fiscalização, em casos de falhas e/ou irregularidades, na forma regulamentada no Regimento Interno;

autuado sob o número **TC 6099/2015**, não foi convertido em Representação nem inserido na análise da prestação de contas anual do governador do Estado.

De acordo com o que se colhe do art. 91, inciso III, da Constituição do Estado do Espírito Santo[279], combinado com o art. 42 da Lei federal 4.320/164, os decretos por meio dos quais o chefe do Poder Executivo abre créditos suplementares com base na Lei Orçamentária Anual (LOA) são atos da competência privativa e indelegável do governador do Estado:

> **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**
>
> Art. 91 Compete **privativamente** ao Governador do Estado:
>
> [...]
>
> III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, **bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução**;
>
> **LEI FEDERAL 4.320/1964**
>
> Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
>
> I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;
>
> [...]
>
> Art. 42. **Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo**.

Diante dessas circunstâncias, questiona-se:

1) Por que a apuração dos indícios de irregularidade foi direcionada para 9ª Secretaria de Controle Externo, unidade técnica desprovida de competência para analisar o feito, e não submetida à Comissão Técnica criada especificamente para analisar a prestação de contas do governador?

2) Por que o ilustre conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges, após reconhecer a adequação do Requerimento do MPC, remetendo-o inclusive à 9ª Secretaria de Controle Externo nos termos do art. 197, § 4º do RITCEES,

[279] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/Legislacao/CES.pdf. Acesso em 30 abr. 2016.

reconsidera a posição adotada[280] justamente após a área técnica ter constatado irregularidade em atos praticados pelo governador do Estado durante o exercício financeiro apreciado na presente prestação de contas?

3) Por que o Processo **TC 6099/2015**, referente ao Requerimento do MPC, encontra-se paralisado no gabinete do relator desde **25/05/2015**[281]?

Assim, considerando que o Requerimento do MPC preenche os requisitos de admissibilidade da Representação e que a 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES já constatou a existência de irregularidade nos fatos denunciados pelo *Parquet* de Contas, justifica-se a sua inclusão como ponto de análise da prestação de contas anual do governador, conforme pleiteado pelo MPC por ocasião da emissão do Parecer PPJC 3684/2015, permitindo que o Poder Legislativo possa analisar todos os fatos relevantes ocorridos no exercício financeiro em exame.

2.3.1.2.3 Do argumento de que Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015 tornou desnecessário o exame do Requerimento do MPC

Em prosseguimento a sua análise, o eminente conselheiro relator concluiu que a análise do Requerimento do MPC não seria necessária porque ***"os documentos e informações constantes nestes autos estão aptos a possibilitar a apreciação pelo plenário desta Corte de Contas"***, uma vez que ***"a Comissão Técnica atestou a regularidade dos arquivos que integram a Prestação de Contas Anual***

[280] Voto do eminente Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, à fl. 1955 do Processo TC 6016/2015:

"*A uma, **inexiste previsão regimental para apreciação de requerimentos desta natureza pelo Plenário, muito menos de julgamento**. O **instrumento apropriado**, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, **seria a representação**, com a observância dos requisitos legais*."

"*A duas, convém ressaltar que **a Comissão Técnica atestou a regularidade dos arquivos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado quando exarou a Análise Inicial de Conformidade, AIC nº 65/2015**, conforme verificado às fls. 07/15 destes autos. Pode-se inferir, portanto, que **os documentos e informações constantes nestes autos estão aptos a possibilitar a apreciação pelo plenário desta Corte de Contas***."

"*Dito isso, a proposição formulada pelo Ministério Público Especial de Contas com intuito de **se negar executoriedade a Ato Normativo do TCE/ES**, com efeito a todos os jurisdicionados (estados e municípios), **não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do Governador do Estado***." (grifo nosso)

[281] Andamento processual disponível em: https://servicos.tce.es.gov.br/Publica/Processo/DetalharProcesso?idProcesso=1527073. Acesso em: 22 abr. 2016.

do Governador do Estado quando exarou a Análise Inicial de Conformidade, AIC nº 65/2015"[282].

No mesmo sentido pontuou o conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun em seu voto:

> Quanto à preliminar de sobrestamento da apreciação das contas em face da necessidade de análise anterior do processo TC 6099/2015, destaco que a Análise Inicial de Conformidade, AIC nº 65/2015, emitida pela Comissão Técnica e colacionada às fls. 7 a 15 dos autos, atestou a regularidade formal dos arquivos digitais que integraram a prestação de contas, de modo que nenhum outro documento seria necessário a ponto de obstar a apreciação das contas por este Plenário, tanto, que a Comissão concluiu seu trabalho no prazo regimental.

Com as devidas *venias*, a análise de conformidade elaborada pela Comissão Técnica em observância à Nota Técnica Segex nº 003/2015[283] e ao art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013[284] objetiva, tão-somente, aferir o completo recebimento dos documentos relacionados no ANEXO I da citada instrução

---

[282] Fl. 1955 do Processo TC 6016/2015.

[283] **NOTA TÉCNICA Nº 003/2015**

1 – As prestações de contas anuais relativas ao exercício de 2014, encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo na forma estabelecida pela Instrução Normativa TC 28/2013, serão recebidas e autuadas seguindo as instruções a seguir:
a) Os ofícios de encaminhamento das prestações de contas serão protocolizados e remetidos às Secretarias de Controle Externo responsáveis pela instrução dos processos, acompanhados das mídias contendo os arquivos eletrônicos que integram a prestação de contas anual do jurisdicionado, observando a distribuição de jurisdicionados por Secretaria, na forma da Portaria TC 41/2013.
b) A Secretaria de Controle Externo - SCE solicitará a autuação dos processos de contas, encaminhando ao Núcleo de Controle de Documentos - NCD o despacho padrão apresentado no Anexo 01 desta Nota Técnica, acompanhado do ofício de encaminhamento protocolizado pelo jurisdicionado.
c) O NCD autuará o processo de contas, indicando no campo de observações da etiqueta de autuação, o exercício referência da PCA e a data de vencimento das contas. Após autuação, o NDC deve inserir o despacho de autuação 2 enviado pela SCE como folha 01 do processo e a mensagem de encaminhamento como folha 02 e seguintes, movimentando o processo novamente para a SCE de origem.
d) As Secretarias de Controle Externo avaliarão o conteúdo das mídias eletrônicas com a utilização do sistema validador de mídias, emitindo o Relatório de Conformidade apresentado no Anexo 02 desta Nota Técnica. O Relatório de Conformidade deve ser assinado por Auditor de Controle Externo e dirigido ao Chefe da SCE nos autos do processo de contas.
e) **Serão admitidos como válidos, os arquivos eletrônicos que integram as prestações de contas dos jurisdicionados, desde que estejam assinados eletronicamente**.
[...]

[284] Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 01** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

normativa, bem como as características técnicas dos arquivos digitais recebidos (formatação, existência de assinatura eletrônica etc.), consoante se depreende da própria conclusão da Análise Inicial de Conformidade 65/2015[285]:

> **Conclusão:**
>
> Considerando que os arquivos relacionados na mensagem de encaminhamento da prestação de contas anual do Governador estão devidamente gravados na(s) mídia(s) digital(is) que acompanha(m) a mensagem protocolizada, e atendem às exigências estabelecidas no Anexo 01 da IN TC 28/2013 e suas alterações.
>
> Considerando que as características da documentação apresentada atendem às especificações técnicas mínimas aceitáveis, especificamente para o exercício a que se refere essa prestação de contas, conforme Nota Técnica SEGEX nº 003/2015, **o processo encontra-se apto para análise e instrução técnica na forma regimental**. (grifou-se)

Obviamente, a constatação por parte da Comissão Técnica de que os arquivos que compõem a prestação de contas anual do governador estão em número e em formato corretos ou que possuem as assinaturas eletrônicas exigidas não pode ser utilizada como argumento válido para se fazer qualquer afirmação sobre os fatos demonstrados por meio do **conteúdo** dos documentos digitais que integram a prestação de contas, motivo pelo qual a Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015, de natureza meramente **formal**, não dispensa o exame **material** das irregularidades apontadas pelo *Parquet* Especial de Contas.

Por esses motivos, não assiste razão ao argumento trazido pelo nobre conselheiro relator.

2.3.1.2.4 Do argumento de que a proposta do MPC de negar executoriedade a ato normativo do TCEES (Resolução TC 238/2012) não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do governador

Na sequência, o relator adentra no **mérito** das irregularidades trazidas ao conhecimento desta Corte de Contas por meio do Requerimento do MPC[286],

[285] Fl. 15 do Processo TC 6016/2015.

sustentando que ***"a proposição formulada pelo Ministério Público de Contas com intuito de se negar executoriedade a Ato Normativo do TCE/ES, com efeito abstrato, a todos os jurisdicionados (estado e municípios), não é matéria a ser tratada em sede de apreciação das contas do Governador do Estado"***. O fundamento para o argumento em exame foi extraído da Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015, que assim se pronunciou sobre o tema. *Verbis*:

> A pretensão de negar executoriedade a ato normativo do próprio Tribunal de Contas, *com efeito abstrato e com repercussão geral, de exercício financeiro encerrado (2014),* impõe a formação de uma linha de raciocínio favorável, com fundamento no art. 439 do RITCEES[287], por sugerir a submissão da matéria à consideração superior, com vistas a verificar a necessidade (ou não) de submissão da matéria ao Plenário desta Corte.

Nos mesmos moldes se insurgiu o nobre conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:

> Assim, ainda que avanços possam ser sugeridos no âmbito da regulamentação norteada por este Tribunal, lembro que a inauguração de nova interpretação deve se voltar para o amanhã, jamais retroagir, sob pena de gerar incerteza e de ameaçar a tão perseguida estabilidade das relações jurídicas.
>
> A esse respeito faço uma pausa para citar o inciso XIII, do parágrafo único, do art. 2º, da Lei Federal 9.784/99, que regulamenta os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal e à qual recorro por analogia, pois em seus termos expressamente veda a aplicação retroativa de nova interpretação.
>
> Ademais, **se a polêmica iniciada pelo Ministério Público de Contas pretende na verdade alterar a orientação dada por este Tribunal de Contas por meio da Resolução TC 238/2012 e alterações posteriores, a via adequada não é a emissão de Parecer Prévio pela rejeição das Contas do Governador, mas a proposição de alteração normativa, nos termos do Regimento Interno desta Casa**.
>
> Dito isso, defendo a rejeição da preliminar suscitada pelo MPC quanto à reabertura da instrução do feito para inclusão deste ponto na análise, pois entendo que a questão já foi devidamente abordada pelo Corpo Técnico, existindo, na realidade, tão somente divergência entre o posicionamento técnico e o ministerial, nada havendo a acrescentar à instrução.

---

[286] O mérito do Processo TC 6099/2015 deve ser se submeter a uma análise **prévia** e **conclusiva** por parte da área técnica do TCEES **antes de ser submetido a apreciação por parte do Plenário do TCEES**, motivo pelo qual o Ministério Público de Contas pleiteou sua inclusão na análise da prestação de contas do governador **em sede preliminar**.

[287] "Art. 439. A apresentação de projeto concernente a Resolução e a Instrução Normativa é de iniciativa do Presidente e dos Conselheiros." (Nota de rodapé constante no documento original)

Reportam-se os insignes magistrados à ilegalidade dos §§ 4º e 5º da Resolução TC 238/2012, dispositivos apontados por este órgão ministerial como corresponsáveis pela subtração indevida bilionária de verbas da educação para o pagamento de aposentados e pensionistas.

A controvérsia processual em tela pode ser sintetizada por meio das seguintes questões: **a ilegalidade de dispositivo de ato normativo do Tribunal de Contas pode ser arguida incidentalmente por ocasião da apreciação de caso concreto ou se faz necessário sua provocação por meio de instrumento específico e autônomo? Nesta última hipótese, qual o instrumento que deveria ser utilizado pelo Ministério Público de Contas?**

Pois bem. Com supedâneo no artigo 174 da Lei Orgânica desta Corte[288] e de acordo com o art. 348 do Regimento Interno do TCEES[289], o Ministério Público de Contas possui legitimidade para propor **incidente de prejulgado**, por meio do qual o Plenário desta Corte de Contas se pronuncia sobre a interpretação de **qualquer norma jurídica** – como é o caso da Resolução TC 238/2012 – ou de procedimento da Administração Pública. Para tanto, deve o *Parquet* demonstrar preliminarmente o preenchimento de dois requisitos:

288

TÍTULO IX
DA JURISPRUDÊNCIA E DOS INCIDENTES PROCESSUAIS
[...]
Capítulo II
DOS PREJULGADOS E DA UNIFROMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA
Seção I
Dos Prejulgados

Art. 174. Por iniciativa de Conselheiro, Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, poderá o Plenário, mediante decisão normativa, pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecida a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, observada a forma estabelecida no Regimento Interno.

Parágrafo único. Não poderá atuar como Relator o Conselheiro ou Auditor que suscitar a matéria.

289

CAPÍTULO III
DOS INCIDENTES PROCESSUAIS
[...]
Seção IV
Do Prejulgado

Art. 348. Reconhecida, preliminarmente, a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, o Plenário poderá pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da Administração.

§ 1º Possuem legitimidade para propor o incidente de prejulgado Conselheiro, Auditor ou Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 2º Os requisitos de admissibilidade do incidente de prejulgado deverão ser submetidos à audiência do Ministério Público junto ao Tribunal, quando não for o proponente.

1) Relevância da matéria de direito; e

2) Aplicabilidade de forma geral.

Portanto, mediante incidente processual suscitado durante a apreciação de **caso concreto**, forma-se o prejulgado de caráter normativo e com **efeito abstrato**. Logo, ao contrário do que afirmou o distinto relator, **mostra-se perfeitamente possível o questionamento incidental de ato normativo do TCEES em qualquer processo de controle externo**, inclusive na prestação de contas do governador, a qual não desfruta, por óbvio, de privilégios processuais capazes de torná-la imune aos incidentes processuais.

A partir dessas informações, verifica-se que o Requerimento do MPC, protocolizado em **07/05/2015**, não foi elaborado sob a forma de incidente processual de prejulgado, pois a prestação de contas do governador (Processo TC 6016/2015) sequer existia, uma vez que só seria autuada no TCEES em **20/05/2015**.

Ademais, o objetivo deste órgão ministerial em se antecipar à chegada da prestação de contas foi justamente proporcionar que a Comissão Técnica dispusesse de tempo suficiente para examinar os indícios de irregularidade nos autos da prestação de contas do governador, providência que, infelizmente, não foi levada a efeito pelo relator[290].

No entanto, considerando que o Recurso de Reconsideração devolve ao Tribunal de Contas toda a matéria impugnada e que inexiste momento processual para a suscitação do incidente de prejulgado – por se tratar de controle de legalidade realizado no caso concreto, porém com efeitos abstratos –, mostra-se aberta a via incidental para a suscitação do incidente processual de prejulgado por parte do Ministério Público de Contas, sob a forma regimental, o que se faz por meio de tópico próprio deste Recurso de Reconsideração.

[290] O ilustre conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges optou por não submeter ao Plenário o encaminhamento a ser dado ao Requerimento do MPC, encaminhando monocraticamente os autos à unidade técnica sem atribuição legal para o exame do expediente.

2.3.1.2.5 Do argumento de que não é razoável negar executoriedade a ato normativo do TCEES após o exercício findo

Ainda acerca da irregularidade intrínseca à Resolução TC 238/2012, pontua o conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges:

> A verificação das aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino fez parte da análise realizada pela Comissão Técnica. Ademais, **não é razoável** negar executoriedade a Ato Normativo expedido por este Tribunal, em especial a Resolução TC 238/2012, que disciplina a fiscalização das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no âmbito deste Órgão de Controle Externo, **após o exercício findo,** visto que serviu de **orientação deste Tribunal de Contas aos seus jurisdicionados,** bem como atuou como **critério balizador para a apreciação das contas anuais dos Governadores deste exercício e anteriores** e, também, apreciação das contas de **Prefeitos deste Estado.**
>
> Quanto às aplicações mínimas em Manutenção e Desenvolvimento da Educação a matéria é tratada pela Resolução TC 238/2012, que se encontra em vigor (devidamente apreciada por este Plenário sob a fiscalização do Ministério Público Especial de Contas), abrangendo a utilização e permissão para a realização e consideração de despesas com a contribuição complementar de aporte de recursos financeiros para o regime próprio de previdência de pessoal do Ensino.

Os argumentos trazidos pelo relator ancoram-se no **princípio da segurança jurídica** e no **princípio da confiança**, representados no caso concreto pelo brocardo latino *Tempus Regit Actum*, segundo o qual os atos devem ser regidos pela norma vigente ao tempo da sua prática. De acordo com esse entendimento, o pleito do MPC não poderia ter efeitos retroativos tendentes a penalizar os gestores públicos que balizaram sua conduta durante o exercício financeiro de 2014 pela Resolução TC 238/2012, norma de natureza administrativa que, pela sua natureza, tem por escopo apenas regulamentar as normas jurídicas que lhe são superiores, jamais podendo contrariá-las.

A princípio, **e em tese**, o raciocínio jurídico do nobre conselheiro não merece reparos. De fato, o reconhecimento da nulidade dos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012 não poderia retroagir para prejudicar os gestores que nela depositaram sua confiança. **No entanto**, no caso específico em análise, os

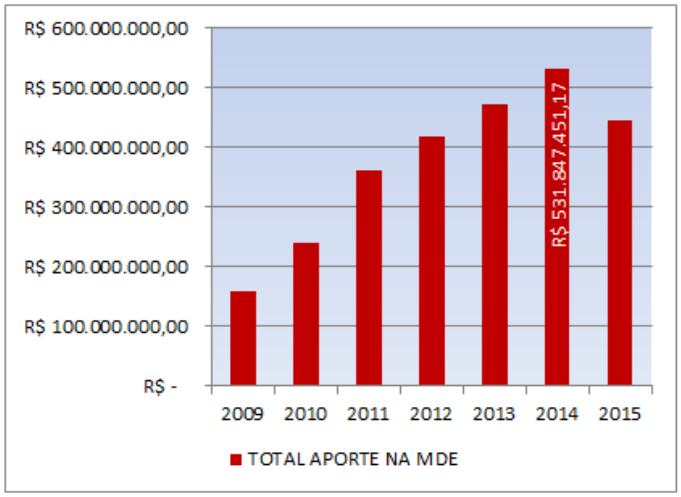
argumentos trazidos pelo nobre relator não podem ser acolhidos pelos motivos que se passa a expor.

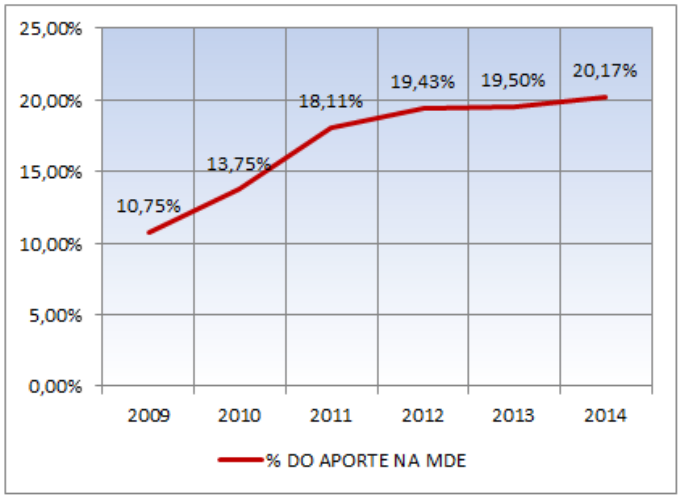
Em primeiro lugar, antes de o relator arguir a inobservância dos princípios da **segurança jurídica** e da **confiança** em defesa do chefe do Poder Executivo, o qual teria pautado sua conduta na Resolução TC 238/2012 editada pelo TCEES, cumpre esclarecer que **o próprio normativo da Corte de Contas que orientou a conduta do gestor público já havia violado esses mesmos princípios, na medida em que descumpriu a legislação federal, usurpando, inclusive a competência legiferante da União Federal**.

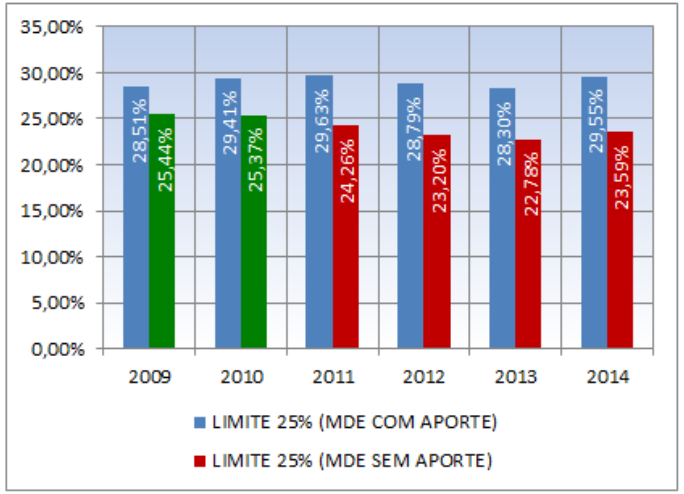
Quando as normas federais foram editadas, havia o compromisso de que **todos os entes federados**, incluindo seus respectivos poderes e órgãos autônomos, deveriam adimplir com as regras federais, sob pena de **ruptura do Pacto Federativo** e, dependendo do caso, sujeitar o Estado do Espírito Santo à perda de sua autonomia, nos termos do art. 34, inciso IV, da Constituição Federal[291], mormente quando se constata que a Resolução TC 238/2012 contribuiu de forma decisiva para a subtração indevida bilionária de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), cujo valor total calculado pelo Ministério Público de Contas por ocasião da elaboração do Parecer PPJC 3684/2015 totalizava, à época, **R$ 2.630.345.630,66** (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir:

[291] Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - **prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial**;

ANO	TOTAL MDE	APORTE SEDU MDE	APORTE FAMES MDE	TOTAL APORTE NA MDE	% DO APORTE NA MDE	LIMITE 25% (MDE COM APORTE)	LIMITE 25% (MDE SEM APORTE)
2009	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.406.736,38	R$ 158.037,45	R$ **159.564.773,83**	10,75%	28,51%	25,44%
2010	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.414.905,04	R$ 372.729,95	R$ **238.787.634,99**	13,75%	29,41%	25,37%
2011	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.393.758,63	R$ 474.941,15	R$ **362.868.699,78**	18,11%	29,63%	24,26%
2012	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.300.389,46	R$ 549.050,92	R$ **417.849.440,38**	19,43%	28,79% Resolução TC 238/2012	23,20%
2013	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.250.380,94	R$ 612.527,57	R$ **472.862.908,51**	19,50%	28,30%	22,78%
2014	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.284.714,02	R$ 562.737,15	R$ **531.847.451,17**	20,17%	29,55%	23,59%
2015		R$ 446.088.722,00	R$ 476.000,00	R$ **446.564.722,00**			
	Total Acumulado:	R$ **2.627.139.606,47**	R$ **3.206.024,19**	R$ **2.630.345.630,66**			







Registre-se, ainda, o completo desassombro e menoscabo do TCEES aos referidos princípios da **segurança jurídica** e da **confiança**, pois, com a idealização da Resolução TC 238/2012 editada pelo próprio TCEES, se ensejou – ao conferir um verniz de aparente legalidade -, que o Estado do Espírito Santo infringisse princípio sensível ao equilíbrio da federação, insculpido na Constituição como de observância obrigatória pelos Estados-membros de um Estado federal, sob a ameaça, inclusive, em razão de seu descumprimento, da mais grave sanção que se pode impor a um Estado membro da Federação: a intervenção federal – por meio da **Representação Interventiva** junto ao **Supremo Tribunal Federal**, de iniciativa do **Procurador-Geral da República**, nos moldes do art. 36, inciso III, da Carta Maior[292] -, retirando-lhe a autonomia organizacional que caracteriza a estrutura federativa brasileira, em face da violação ao princípio constitucional sensível previsto no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Carta da República[293], quebrantado pela subtração indevida bilionária de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), além da mencionada, anteriormente, recusa à execução de lei federal (art. 34, inciso VI, CF/88).

Pois bem.

Observe-se que o início da subtração indevida de recursos da educação são anteriores à edição da Resolução TC 238/2012, iniciando-se no ano de 2009[294], durante a gestão do governador Paulo César Hartung Gomes (2007 a 2010 –

---

[292] **Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:**
[...]
III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de **recusa à execução de lei federal**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

O **inciso III do art. 36** da Constituição Federal foi regulamentado pela **Lei nº 12.562/2011**, que dispôs sobre o processo e julgamento da **Representação Interventiva perante o Supremo Tribunal Federal**.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12562.htm. Acesso em 28 mai. 2016.

[293] **Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para**:
[...]
VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
[...]
e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

[294] O Ministério Público de Contas não analisou os períodos anteriores ao exercício de 2009 em razão da ausência de disponibilização dos respectivos dados no portal da transparência do governo do Estado.

segundo mandato), permanecendo durante a gestão do governador José Renato Casagrande (2011 a 2014) e continuando durante o terceiro mandato do governador Paulo César Hartung Gomes (2015 a 2018)[295], o que demonstra que a irregularidade tornou-se institucionalizada, passando a fazer parte, portanto, do próprio sistema de gestão de recursos públicos implantado no Estado do Espírito Santo, razão pela qual sua aplicação independe da pessoa que dela se beneficie ao ocupar o cargo de governador do Estado.

Por certo, trata-se de vício inerente ao sistema[296], que, se por um lado beneficia o cidadão alçado legitimamente ao **poder** mediante voto popular, independentemente dos matizes de sua flâmula partidária, por outro prejudica milhares de anônimos alunos e professores do ensino público estadual – estes relegados a uma posição inferior no atual e injusto modelo de estratificação social do quadro de servidores do Estado do Espírito Santo –, os quais não possuem o mesmo **poder** de persuasão ou de representação perante esta Corte de Contas para pleitear, por exemplo, a edição de norma proibindo a utilização de estratégias contábeis e orçamentárias[297] que

---

[295] Observe que a constatação de embuste no ciclo orçamentário do microssistema de tutela do custeio do direito fundamental à educação, a despeito de encontrar-se amparado por vinculação constitucional de piso de gasto e de fonte própria de receita, expõe, às escâncaras, que a fragilidade fiscal perpassa governos e governantes, não se constituindo primazia desta ou daquela gestão.

[296] Denota-se, desta forma, que o problema se apresenta de forma sistêmica e institucionalizada, significando que as diversas ações e os diversos elementos que compõem esse problema se inter-relacionam, retroalimentando-se e fortalecendo-se cada vez mais, em uma composição estrutural.
Desse modo, não se apresenta de fácil resolução, pois a solução necessária não permite que se resolva de forma isolada, em face da lógica fundamental que estrutura essa problemática.

[297] Confira interessante excerto de artigo intitulado "**Contas** '**maquiadas**' **não vão tornar nosso pais mais bonito**', da lavra do eminente juiz e professor de direito financeiro José Maurício Conti:
"*[...] Desde a estabilização da moeda, e o aumento no rigor das normas sobre finanças públicas, especialmente a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilização das informações econômicas aumentou substancialmente sua importância, pois passou a produzir dados de extrema relevância para a condução das políticas governamentais e consequente indicação dos rumos do país para o setor público e privado, nacional e estrangeiro.*
As restrições fiscais impostas pelas novas normas, associadas ao rigor da legislação, que contém sanções por vezes bastante severas para o seu descumprimento, bem como a crescente busca por maior transparência, acabaram por intensificar o uso da chamada "contabilidade criativa" no setor público. Na ânsia de cumprir as normas de finanças públicas, ainda que os números não sejam favoráveis, por vezes indicando em sentido oposto ao que se pretende, os operadores da contabilidade pública passaram a se aproveitar das brechas da lei, divergências na interpretação dos textos normativos, lacunas, flexibilidades e toda sorte de possibilidades, para "ajustar" os números aos interesses dos governantes, de modo a "fazer de conta" que os resultados foram alcançados tal como planejados*.[...]*
[...] ***Um verdadeiro arsenal de medidas paliativas que não resolvem o problema de fundo, mas apenas tentam contornar, adiar e alterar dados que não interessam ao governo divulgar.***
[...] Medidas como essa comprometem um dos mais — se não o mais — importante "ativo" de um país, que é sua credibilidade. Mais do que isso, a divulgação de informações imprecisas afronta o princípio da publicidade da administração pública, claramente expresso no artigo 37 de nossa Constituição. E o da transparência fiscal, que os artigos 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal se esmeraram em especificar de modo preciso, detalhando a forma e os meios de divulgação

proporcionam a subtração indevida anual de milhões de reais dos recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE), redigida com o mesmo grau de presteza e de zelo dispensado à feitura da Resolução TC 238/2012 e igualmente defendida pelos membros deste órgão de controle externo com a mesma devoção e entusiasmo.

Em segundo lugar, há evidências de que a norma editada pelo Tribunal de Contas contém vícios materiais[298] que vão ao encontro dos interesses privados dos gestores públicos estaduais, dada a complexidade, a especificidade e a meticulosa articulação dos procedimentos contábeis, orçamentários, legislativos e de controle envolvidos na subtração indevida de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para pagamento de inativos e pensionistas do RPPS do Estado do Espírito Santo, consoante ficou demonstrado no tópico "2.2.6 Do *Modus Operandi*" do Parecer PPJC 3684/2015[299].

Sem dúvida, a análise da aplicação da Resolução TC 238/2012 evidencia um conjunto de procedimentos contábeis, orçamentários, legislativos e de controle externo deliberadamente orquestrado para proporcionar a subtração indevida anual de milhões de reais da educação pública capixaba em benefício exclusivo dos gestores que se sucedem à frente do Poder Executivo estadual.

Trata-se, na realidade, de **três irregularidades autônomas e independentes**, porém manejadas de forma coordenadas, a saber:

---

de todos os demonstrativos e relatórios orçamentários e financeiros, tudo para tornar essas informações públicas, transparentes e confiáveis.
Todo esse esforço pode se tornar inútil com a concretização dessas manobras contábeis, pondo a perder, num único ato, a credibilidade que levou anos, talvez décadas, para ser construída, e poderá levar outro tanto para ser recuperada.
[...] ***Não precisamos embelezar nossos números, não serão algumas contas "maquiadas" que vão tornar nosso país mais bonito***." (grifo nosso)
Disponível em: http://www.conjur.com.br/2013-fev-12/contas-vista-contas-maquiadas-nao-tornar-nosso-pais-bonito. Acesso em 23 mai. 2016.

298 Sem prejuízo da eventual existência de vícios processuais no procedimento administrativo interno do TCEES que originou a Resolução TC 238/2012, ao qual o MPC ainda não teve acesso.

299 Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

Irregularidade nº 1: IPAJM, com a anuência da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento[300] (Sep), cria uma receita fictícia (alíquota de contribuição previdenciária para amortização de déficit atuarial) para atender a uma despesa inexistente (plano de amortização de déficit atuarial) com o propósito de permitir sua inclusão na execução orçamentária do Poder Executivo estadual e assim poder considerar as respectivas despesas como sendo aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Irregularidade nº 2: Unidades Gestoras do Poder Executivo estadual, entre elas a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames), transferem **orçamentariamente** o aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS, quando o procedimento correto estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) seria transferir o aporte e**xtraorçamentariamente**[301];

---

[300] Atualmente, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (Sep) possui como secretário o economista e auditor de controle externo do TCEES Regis Matos Teixeira.

[301] Consoante minudente descrição contida no **Parecer PPJC 3684/2015** (Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015) e reiterada neste **Recurso de Reconsideração**, a razão de os valores em tela terem sido transferidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), por meio de execução **orçamentária,** com vistas à cobertura do *déficit* financeiro do RPPS, e utilizados para pagamento de inativos (aporte), consiste em, para que os recursos pudessem ser considerados como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino torna-se necessário realizar o empenho da despesa e sua posterior liquidação, o que **não se viabilizaria** caso se adotasse o procedimento correto estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de transferência **extraorçamentária**, e contabilizados como interferência financeira.
Registre-se ainda que, em contraste **à Resolução TC 238/2012** do TCEES, toda a legislação federal regente da matéria, a saber:

- art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;
- art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
- bem como os Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB;

somente autoriza a consideração, para fins de cômputo no percentual mínimo constitucional de 25%, de despesa com **servidores ativos e em efetivo exercício**, **não autorizando** a consideração de despesas realizadas com **servidores inativos, e ativos em desvio de função** ou em **atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino** (art. 71, VI, da LDB), razão pela qual o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RRPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos** (se as despesas realizadas com servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino não podem ser computadas no percentual mínimo constitucional, por muito mais razão servidores que sequer estão em atividade) e **pensionistas** (pensionistas não são

Irregularidade nº 3: TCEES edita e aplica a Resolução TC 238/2012, considerando a execução orçamentária do aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Portanto, qualquer uma das três irregularidades isoladamente consideradas é suficiente para tornar ilegal a consideração do aporte previdenciário como despesa com MDE e não apenas a Resolução TC 238/2012, motivo pelo qual todas constituem objeto de incidentes de prejulgado autônomos neste Recurso de Reconsideração.

O quadro a seguir, elaborado a partir das análises empreendidas por este órgão ministerial, sintetiza a participação de todos os agentes envolvidos no *iter* procedimental que permite o descumprimento reiterado do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com educação mediante subtração indevida anual de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para a errônea cobertura do déficit financeiro do RPPS do Estado do Espírito Santo, obrigação financeira de responsabilidade do chefe do Poder Executivo estadual:

***Iter* Procedimental**	**Poder/Órgão/Entidade**	**Forma de Participação**
Procedimento nº 1	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)	Edita a Resolução TC 238/2012 autorizando, especificamente, a contabilização das despesas com o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
Procedimento nº 2	Instituto de Previdência Jerônimo Monteiro (IPAJM), gestor único do RPPS estadual.	Cria uma receita orçamentária fictícia (alíquota de contribuição patronal suplementar para amortização de déficit atuarial) para atender a uma despesa orçamentária inexistente do RPPS (plano de amortização do déficit atuarial).

sequer servidores públicos, no que tange ao vínculo jurídico decorrente do benefício previdenciário recebido a título de pensão), também não pode ser considerado como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
Procedimento nº 3	Secretaria de Estado do Planejamento (Sep)	Inclui no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) a receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 4	Governador do Estado	Envia o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) contendo a receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 5	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales)	Aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA) aquiescendo com a criação de receita fictícia para atender à despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 6	Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCEES)	Analisa a Lei Orçamentária Anual (LOA) atestando a legalidade da receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 7	Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames)	Transferem orçamentariamente o aporte mensal para cobertura do déficit financeiro do RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a seus servidores inativos e pensionistas.
Procedimento nº 8	Sistema de Controle Interno do Poder Executivo[302]	Emite Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 28/2013, atestando o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25 % em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) ou omitindo-se de avalia-lo[303];

[302] O secretário de estado de transparência e controle, responsável pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, é nomeado pelo governador do Estado para avaliar a gestão da própria autoridade que lhe nomeou em confiança, circunstância que demonstra mais um vício do sistema de gestão e controle de recursos públicos.

[303] Essa omissão pode ser verificada na prestação de contas anual de 2014 ao se examinar o item 5.4 – Limites Constitucionais e Legais – do "Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28, de 26/11/2013", fl. 3 do Processo TC 6016/2015 (CD-ROM), referente à prestação de contas anual de 2014.
Já nas prestações de contas anuais do governador do Estado de:

- 2009 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_contas_2010___parte_ii_secont.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2010 (disponível em http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_contas_2010___parte_ii_secont.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
Procedimento nº 9	Governador do Estado	Inclui na prestação de contas anual do governador o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS – transferido orçamentariamente pela Sedu e pela Fames – com o objetivo de alcançar o percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), motivando a aprovação de suas contas por parte do TCEES e da Ales.
Procedimento nº 10	Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador	Com fundamento numa interpretação vinculante que sobrepõe a Resolução TC 238/2012 à legislação federal, elabora análise técnica considerando regular a inclusão no percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS, recomendando a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual do governador.
Procedimento nº 11	Ministério Público de Contas	Em razão do exíguo prazo de sete dias corridos para emissão de parecer sobre as complexas operações envolvidas na prestação de contas do governador, não identifica inconsistências na metodologia utilizada pela Comissão Técnica do TCEES responsável pela elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador[304].
Procedimento nº 12	Plenário do TCEES	Acolhe o posicionamento da Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador acerca do cumprimento

- 2011 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_2011_secont_parte_2.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2012 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_das_contas_2012_parte_2_secont.pdf. Acesso em 5 mai. 2016); e
- 2013 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/01-22-RELOCI.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016),

o mencionado Relatório Técnico de Análise emitido pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo atestou indevidamente o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

[304] A irregularidade no cômputo das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) só foi identificada por este órgão ministerial por ocasião da análise da prestação de contas anual do governador de 2014.

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
		do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e emite Parecer Prévio recomendando à Ales a aprovação da prestação de contas anual do governador.
Procedimento nº 13	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales)	Ratifica o Parecer Prévio do TCEES, reconhecendo o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Note-se que, para que a Resolução TC 238/2012 possa resultar em benefício ao chefe do Poder Executivo estadual por ocasião da apreciação da sua prestação de contas anual, faz-se necessário que ocorra uma sucessão prévia e coordenada de complexos procedimentos contábeis, orçamentários e legislativos, sem os quais o normativo do TCEES não poderia ser aplicável, permitindo-se inferir duas hipóteses não excludentes entre si e igualmente censuráveis:

1ª Hipótese: ou a ideia de se editar uma resolução que permitisse incluir o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) teve sua **gênese espontânea no interior do corpo diretivo/deliberativo do TCEES**;

2ª Hipótese: ou foi **inoculada no órgão de controle externo pelos próprios gestores públicos fiscalizados**, os quais seriam beneficiados pela Resolução quando da apreciação de suas prestações de contas anuais por parte do TCEES e do Poder Legislativo, em detrimento da manutenção e do desenvolvimento do ensino público do Estado do Espírito Santo.

Registre-se que a utilização do estratagema que possibilitou a subtração indevida bilionária de verbas da educação ocasionou, por outro lado, e por óbvio, que os recursos ordinários fossem "*economizados*", e destarte, "*reforçassem*",

inelutavelmente, o orçamento de todas as unidades gestoras estaduais dotadas constitucionalmente de autonomia financeira, uma vez que constituem a principal fonte de recursos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas - órgão responsável pela edição da Resolução TC 238/2012 -, contribuindo, igualmente, assim agindo, pela exacerbação da trágica competição decorrente do conflito distributivo no bojo do orçamento público do Estado, conforme se constata nos dias hodiernos[305]. Atualmente, o total de recursos subtraídos da educação supera meio bilhão de reais por ano.

Acrescente-se que o chefe do Poder Executivo estadual, legítimo representante eleito pela população capixaba, perante a qual assume o **compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo**, consoante dispõe o art. 81 da Constituição do Estado do Espírito Santo[306], torna-se responsável pela escolha consciente e conveniente de ignorar – sem qualquer questionamento – os normativos federais[307] que dispõem em sentido contrário aos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, optando por adimplir com uma norma administrativa criada no intuito específico de beneficia-lo, incorrendo, juntamente com os demais partícipes dos procedimentos mencionados, numa variante da denominada **Teoria da Cegueira Deliberada**. Sobre essa teoria, originária do Direito Penal, porém aplicável em outros ramos do Direito, esclarece Leonardo Fernandes dos Santos em artigo

[305] Todos estes atores dotados de autonomia financeira se constituem, ao fim, em grupos de pressão que se mobilizam legitimamente para assegurar a sua parcela junto ao orçamento público do Estado, com vistas à manutenção de seu *status quo* de despesas decorrentes do exercício de suas competências constitucionais, mas, olvidando, por vezes, de demais despesas igualmente relevantes do conjunto da sociedade, titularizadas por atores sociais pouco competitivos que, infelizmente, se encontram distantes dos centros políticos de decisão para vocalizar seus interesses, a exemplo do segmento da educação pública (pais, alunos e educadores).

[306] Art. 81 O Governador e o Vice-Governador do Estado tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição em sessão solene na Assembléia Legislativa, prestando compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo espírito-santense.

[307]
- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994;
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

intitulado “A Responsabilidade dos Pareceristas Jurídicos e a Teoria da Cegueira Deliberada”[308]:

> A teoria em cotejo é de antiga aplicação no âmbito do direito inglês, sendo depois transportada ao direito norte-americano[309]. Iniciou-se, primeiramente, no direito penal, mas, ao que tudo indica, sua aplicação tem se expandido para outros ramos do direito.
>
> A teoria da cegueira deliberada prega que o agente que, intencionalmente, busca não saber de ilicitude da conduta praticada, criando uma verdadeira barreira intencional, acaba por ser tão responsável quanto, ou seja, também concorre para o resultado. Também conhecida como **instruções de avestruz**, tal alcunha decorre do fato de que o agente acabaria por agir como um avestruz, enfiando a cabeça debaixo da terra a fim de não tomar conhecimento das ilicitudes que o circundam. A *willful blindness* sempre teve destaque, no âmbito do direito criminal, com a questão envolve os crimes de lavagem de dinheiro, nos quais, em geral, os terceiros que auxiliam a lavagem procuram desconhecer o caráter ilícito do dinheiro, mesmo quando assim fortemente previsível[310].
>
> Ocorre que, antes restrita ao âmbito penal, é possível notar a expansão do instituto da cegueira deliberada para outros ramos do direito. O caso mais emblemático, também de origem estadunidense, ocorreu em recente pronunciamento da Suprema Corte Americana, em 2011, no caso *Global-Tech Appliances*, Inc. v. SEB S.A (563, US), no qual a Suprema Corte Americana ratificou o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias no sentido de que a teoria da cegueira deliberada também é aplicável no âmbito dos casos civis. Justice Alito, que foi o relator do caso, assim dispôs em seu voto:
> [...]
>
> Conclui-se que – desde que afastadas quaisquer tentativas de responsabilização objetiva do parecerista – seria possível, ao menos do ponto de vista teórico, aceitar a ideia de que aquele que intencionalmente se blinda, a fim de não enxergar a ilicitude que o circunda, no seu exercício do seu mister profissional, também pode, na seara jus-administrativa, vir a ser responsabilizado. Resta saber, no entanto, se é possível extrair a hipótese da cegueira deliberada de uma cláusula geral de dolo ou se haveria necessidade de tipificação expressa, tema que carece de melhor desenvolvimento teórico.
>
> O dever de probidade do servidor público – mormente daqueles que ocupam carreiras de Estado e que lutam pela autonomia como forma

---

308 Disponível em: http://www.apesp.org.br/comunicados/images/leonardofernandesdossantos_tese_17092014.pdf. Acesso em: 4 mai. 2016.

309 “Cf. ROBBINS, Ira P. **The Ostrich Instructions: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea**. *The Journal Of Criminal Law & Criminology*, Vol. 81, 1990-1991, p. 196.” (nota de rodapé constante no documento original)

310 “A teoria, inclusive, foi objeto de discussão, ainda que em *obter dictum*, no âmbito da ação penal nº 470/STF, neste sentido, remetemos o leitor para: BOTTINI, Pierpaolo Cruz. A Cegueira Deliberada no Julgamento da Ação Penal 470. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2012-set-04/direito-defesa-tal-cegueira-deliberada-lavagem-dinheiro. Acessado em 02/08/2014.
A teoria também foi aplicada no caso do furto à sede do Banco Central de Fortaleza/CE, na qual comerciantes, proprietários de uma revenda de carros, venderam 11 veículos aos acusados da subtração – e receberam em pagamento, dinheiro em espécie pela venda dos 11 veículos -, contribuindo para a lavagem. A sentença, depois, acabou sendo revertida pelo TRF 5.” (nota de rodapé constante no documento original)

> justamente de aprimorar a defesa de atitudes probas do no âmbito da Administração Pública (vide a luta pela PEC 82) - não pode se coadunar com a cegueira deliberada. Como bem já apontava Antônio Vieira: *"(...) A cegueira que cega cerrando os olhos não é a maior cegueira; a que cega deixando os olhos abertos, essa é a mais cega de todas"*[311].

A tese da violação dos princípios da **segurança jurídica** e da **confiança** também se mostra conveniente para tentar afastar o dever, constitucional, legal **e principalmente MORAL** do Estado do Espírito Santo de restituir os bilhões de reais subtraídos da educação estadual com o objetivo exclusivo de beneficiar os chefes do Poder Executivo, hipótese com a qual não se pode anuir, tendo em vista o compromisso deste *Parquet* de Contas de não transigir com o interesse público posto sob a guarda deste Tribunal de Contas. Certamente, o débito histórico com o ensino público não poderá ser reparado em um único exercício, haja vista o expressivo valor a ser ressarcido, circunstância que motivou este *Parquet* de Contas a propor a Recomendação constante no item 3.3.3 do Parecer PPJC 3684/2012[312]:

> **3.3 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**
>
> Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências:
>
> [...]
>
> **3.3.3 Recomende aos Poderes Executivo e Legislativo:**
>
> **a)** Que **envidem esforços conjuntos** no sentido de promover, o mais breve possível, a recomposição integral do débito histórico com a educação capixaba, estimado em mais de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**, a exemplo da proposição de Emenda Constitucional138 que amplie o percentual mínimo das despesas estaduais com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), de modo a assegurar expressamente no texto da Carta Estadual melhores condições de ensino às futuras gerações, sugerindo-se, como parâmetro inicial de estudo, que o percentual a ser acrescido aos 25% corresponda, **no mímino**, à média do percentual anual que deixou de ser aplicado em MDE ao longo dos anos em que ocorreu a manobra.

Finalmente, acrescente-se que a flagrante ilegalidade da subtração indevida de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para

---

311 "VIEIRA, Antonio. **Sermões (Parte I)**. Fundação Biblioteca Nacional, Domínio Público, p. 237." (nota de rodapé constante no documento original)

312 Fl. 792 do Processo TC 6016/2015.

pagamento de aposentados e pensionistas, resultantes da aplicação dos §§ 4º e 5º da Resolução TC 238/2012, desafia a propositura de **Ação Popular** por parte de **qualquer cidadão**, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal[313], combinado com os art. 1º e 2º da Lei federal 4.717/1965[314], bem como da **Ação Civil Pública** disciplinada pela Lei federal 7.347/1985[315], a ser promovida pelo

[313] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

[314] Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita ânua, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.
§ 1º Consideram-se patrimônio público, para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico.
§ 1º - Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico. (Redação dada pela Lei nº 6.513, de 1977)
§ 2º Em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita ânua, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as conseqüências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.
§ 3º A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
§ 4º Para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer às entidades, a que se refere este artigo, as certidões e informações que julgar necessárias, bastando para isso indicar a finalidade das mesmas.
§ 5º As certidões e informações, a que se refere o parágrafo anterior, deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução de ação popular.
§ 6º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.
§ 7º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e salvo em se tratando de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado de sentença condenatória.
Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:
a) incompetência;
b) vício de forma;
c) ilegalidade do objeto;
d) inexistência dos motivos;
e) desvio de finalidade.
Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:
a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
c) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;
e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
Art. 3º Os atos lesivos ao patrimônio das pessoas de direito público ou privado, ou das entidades mencionadas no art. 1º, cujos vícios não se compreendam nas especificações do artigo anterior, serão anuláveis, segundo as prescrições legais, enquanto compatíveis com a natureza deles.

[315] Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).
I - ao meio-ambiente;

Ministério Público Estadual, dentre os demais legitimados no art. 5º do referido diploma normativo.

2.3.1.2.6 Do argumento de que a abertura de créditos suplementares para realização de despesas previdenciárias se submete a rito específico previsto na Lei Complementar estadual nº 282/2004

II - ao consumidor;
III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)
V - por infração da ordem econômica; (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).
VI - à ordem urbanística. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)
VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. (Incluído pela Lei nº 12.966, de 2014)
VIII – ao patrimônio público e social. (Incluído pela Lei nº 13.004, de 2014)
Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)
Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
Parágrafo único A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)
Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
Art. 4o Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)
Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
I - o Ministério Público; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
II - a Defensoria Pública; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).
III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
V - a associação que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).
b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)
§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
§ 2º Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
§ 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)
§ 4.° O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990)
§ 5.° Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990) (Vide Mensagem de veto)
§ 6° Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Incluído pela Lei nª 8.078, de 11.9.1990) (Vide Mensagem de veto)
Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
Art. 7º Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
Art. 8º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.
§ 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
§ 2º Somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, hipótese em que a ação poderá ser proposta desacompanhada daqueles documentos, cabendo ao juiz requisitá-los.

No que tange aos indícios de irregularidade referentes à abertura de créditos suplementares por parte de Decretos expedidos pelo chefe do Poder Executivo estadual, os quais motivaram o MPC a requerer tempestivamente a inclusão de sua análise na prestação de contas anual do governador, **indícios inclusive confirmados pela Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015**, o voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges afastou esta preliminar sob o argumento de que a ***"abertura de créditos suplementares relacionados às dotações para a realização de despesas previdenciárias submetem-se a rito específico previsto na Lei Complementar Estadual nº 282/2004"***. *In verbis*:

> A abertura de créditos suplementares relacionados às dotações para a realização de despesas previdenciárias submetem-se a rito específico previsto na Lei Complementar Estadual nº 282/2004, inclusive com submissão prévia ao Conselho Administrativo, órgão de deliberação e orientação superior do IPAJM e, portanto, deve ser avaliada no âmbito das contas de gestão da respectiva unidade gestora, inclusive com a identificação de todos os responsáveis, se for o caso.
>
> Pelo exposto, **afasto esta preliminar de mérito**, observando que o processo TC 6099/2015 será encaminhado, oportunamente, ao Relator dos processos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) para adoção das providências, porventura, cabíveis.

Ora, apenas o chefe do Poder Executivo possui competência constitucional e legal, privativa e indelegável, para expedir decretos abrindo créditos adicionais, em quaisquer de suas modalidades (complementares, especiais e extraordinários), consoante demonstrado no tópico anterior.

Ademais, o Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013[316] possui, inclusive, item específico prescrevendo a necessidade de o Relatório Técnico a ser emitido pelo órgão responsável pelo controle interno do Poder Executivo (Secont) conter a

[316] Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 01** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

análise dos Decretos emitidos pelo governador do Estado, tendo por fundamento o art. 167 da Constituição Federal e os art. 42 e 43 da Lei federal 4.320/1964:

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	afetação das metas fiscais.		decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	
	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	
	Execução de despesas – créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	
	Execução de despesas – vinculação	CRFB/88, art. 167, inciso IV.	Avaliar se houve vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.	
	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	
	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	
	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	
	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	

Estabelecem os incisos V, VI e VIII do art. 167 da Constituição Federal, referenciados como fundamento pela Instrução Normativa IN 28/2013:

> Art. 167. São vedados:
>
> I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
>
> II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
>
> III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

> IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
>
> V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
>
> VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
>
> VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
>
> VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações **e fundos**, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;
>
> [...]

Por sua vez, dispõem os art. 42 e 43 da Lei federal 4.320/164, igualmente citados pela IN 28/2013:

> Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
>
> I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;
>
> [...]
>
> **TÍTULO V**
> **Dos Créditos Adicionais**
>
> Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
>
> Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
>
> I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
>
> II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
>
> III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
>
> Art. 42. **Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo**.
>
> Art. 43. **A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa** e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

> § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, **desde que não comprometidos**: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
>
> I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
>
> II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
>
> III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, **autorizados em Lei**; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
>
> IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
>
> [...]

No entanto, apesar da previsão constitucional, legal e normativa do TCEES quanto à necessidade de o Relatório Técnico emitido pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle (Secont) aferir a legalidade dos decretos expedidos pelo governador do Estado para abertura de créditos adicionais, o referido órgão de controle interno do Poder Executivo simplesmente deixou de examinar o cumprimento da exigência em tela, além de outros importantes pontos previstos no Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013, conforme demonstrado a seguir:

comparado ao limite mínimo constitucional de 12%, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Percentual de Aplicação em Ações e Serviços de Saúde

Receita Líquida de Impostos e Transferências (I + II - III)	8.925.847.237,39
Despesas Próprias com Ações e Serviços de Saúde	1.645.509.878,14
Percentual de Aplicado em Ações e Serviços de Saúde	18,44%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Estado do Espírito Santo - SIGEFES

Esse percentual diverge em 0,03% do percentual divulgado pela Secretaria da Fazenda, na metodologia TCE, pois nele não foram deduzidas as restituições de convênios e as outras recuperações de exercícios anteriores.

6. Pontos de Controle sem manifestação da Coordenação de Contas de Governo

Considerando a disponibilização de informação incompleta e/ou insuficiente ou a não disponibilização, bem como o tempo exíguo para levantamento, ratificação das informações prestadas não foi possível esta coordenação realizar a análise e avaliação dos procedimentos dos pontos de controle relacionados a seguir:

a) LOA – vinculação de recursos (LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único);

b) Execução de receitas (relativo à arrecadação e ações de fiscalização, combate à sonegação, recuperação de créditos e os resultados alcançados) (LC 101/2000, art. 11);

c) Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);

d) Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);

e) Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);

f) Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);

g) Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);

h) Execução de despesas – vinculação (CRFB/88, art. 167, inc. IV);

i) Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura (CRFB/88, art. 167, inc. V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);

j) Créditos adicionais – decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);

k) Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências (CRFB/88, art. 167, inc. VI);

l) Autorização orçamentária para cobertura de déficit (CRFB/88, art. 167, inc. VIII);

m) Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza (CRFB/88, art. 167, inc. IX);

n) Créditos extraordinários – abertura (CRFB/88, art. 167, §3º);

o) Prestação de contas anual – execução orçamentária (LC 101/2000, art. 58);

p) Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista (CRFB/88, art. 173,§ 2º);

q) Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular (LC 101/2000, art. 11);

r) Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato (LC 101/2000, art. 21);

s) Despesas com pessoal – aumento despesas nos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato (LC101/2000, art. 21, parágrafo único);

t) Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO (CRFB/88, art. 169, § 1º);

Em razão dessas omissões, as contas do governador do Estado de 2014 não deveriam ter sido sequer recebidas pelo TCEES, à luz do que dispõe o art. 138 do Regimento Interno do TCEES, circunstância importantíssima que demonstra a existência de falhas na análise empreendida pela Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador, decorrentes provavelmente ao exíguo prazo constitucional que induz a uma apreciação perfuntória das contas do chefe do Poder Executivo estadual:

> Art. 138. Além dos elementos previstos no artigo anterior, os processos de tomadas e prestações de contas conterão as demonstrações financeiras exigidas em lei e outros demonstrativos definidos em ato normativo específico, que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos, e observarão os princípios fundamentais de contabilidade e outros dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Administração Pública.
>
> [...]
>
> § 1º Nas tomadas e prestações de contas devem ser incluídos todos os recursos, orçamentários e extraorçamentários, utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pela unidade ou entidade ou pelos quais ela responda.
>
> § 2º Os processos de tomadas e prestações de contas deverão conter os demonstrativos relativos a bens e valores não monetários.
>
> § 3º **Serão consideradas não prestadas** as contas que, embora encaminhadas, **não reúnam as informações e os documentos exigidos na legislação em vigor, bem como nos atos normativos próprios do Tribunal**.
>
> § 4º O ato normativo referido no caput deste artigo, considerando a racionalização e a simplificação do exame e do julgamento das tomadas e prestações de Contas pelo Tribunal, estabelecerá também critérios de formalização dos respectivos processos, tendo em vista a materialidade dos recursos públicos geridos, a natureza e a importância socioeconômica dos órgãos e entidades.

Ainda em relação aos indícios de irregularidade atinentes à abertura de crédito suplementar autorizando a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para pagar despesas do Fundo Financeiro de responsabilidade do chefe do Poder Executivo, esclareça-se que a hipótese denunciada pelo MPC e corroborada pela 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES pode configurar inclusive crime de responsabilidade previsto nos art. 10,

item 2, 3, 4 e 6, e 11, itens 1 e 2, da Lei federal 1.079/1950[317], sujeitando o chefe do Poder Executivo, **quando em exercício**, à perda do cargo com inabilitação de até cinco anos para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação na justiça comum, nos seguintes termos:

> Art. 1º São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.
>
> [...]
>
> **CAPÍTULO VI**
> **DOS CRIMES CONTRA A LEI ORÇAMENTÁRIA**
>
> Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:
>
> 1 – Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;
>
> 2 – Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;
>
> 3 – Realizar o estorno de verbas;
>
> 4 – Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.
>
> 5 – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
>
> 6 – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
>
> 7 – deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
>
> 8 – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
>
> 9 – ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
>
> 10 – captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

[317] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm. Acesso em: 5 mai. 2016.

11 – ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

12 – realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

CAPÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A GUARDA E LEGAL EMPREGO DOS DINHEIROS PÚBLICOS:

Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:

1 – ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observânciadas prescrições legais relativas às mesmas;

2 – Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;

3 – Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;

4 – alienar imóveis nacionais ou empenhar rendas públicas sem autorização legal;

5 – negligenciar a arrecadação das rendas impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio nacional.

[...]

CAPÍTULO II
DA DENÚNCIA, ACUSAÇÃO E JULGAMENTO

Art. 75. É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembléia Legislativa, por crime de responsabilidade.

Art. 76. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local em que possam ser encontrados. Nos crimes de que houver prova testemunhal, conterão rol das testemunhas, em número de cinco pelo menos.

Parágrafo único. Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo.

Art. 77. Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembléia Legislativa por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções.

Art. 78. O Governador será julgado nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum.

§ 1º Quando o tribunal de julgamento fôr de jurisdição mista, serão iguais, pelo número, os representantes dos órgãos que o integrarem, excluído o Presidente, que será o Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º Em qualquer hipótese, só poderá ser decretada a condenação pelo voto de dois têrços dos membros de que se compuser o tribunal de julgamento.

> § 3º Nos Estados, onde as Constituições não determinarem o processo nos crimes de responsabilidade dos Governadores, aplicar-se-á o disposto nesta lei, devendo, porém, o julgamento ser proferido por um tribunal composto de cinco membros do Legislativo e de cinco desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate. A escolha desse Tribunal será feita - a dos membros do legislativo, mediante eleição pela Assembléia: a dos desembargadores, mediante sorteio.
>
> § 4º Êsses atos deverão ser executados dentro em cinco dias contados da data em que a Assembléia enviar ao Presidente do Tribunal de Justiça os autos do processo, depois de decretada a procedência da acusação.
>
> Art. 79. No processo e julgamento do Governador serão subsidiários desta lei naquilo em que lhe forem aplicáveis, assim o regimento interno da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça, como o Código de Processo Penal.
>
> Parágrafo único. Os Secretários de Estado, nos crimes conexos com os dos governadores, serão sujeitos ao mesmo processo e julgamento.

2.3.1.2.7 Do argumento de que a responsabilidade do chefe do Poder Executivo pela expedição de Decreto que abre crédito suplementar deve ser aferida na prestação de contas anual do ordenador de despesa solicitante do crédito

No que tange ao argumento colacionado pelo conselheiro relator de que a abertura de créditos suplementares relacionados às dotações para a realização de despesas previdenciárias se submeteriam a rito específico previsto na Lei Complementar Estadual nº 282/2004, devendo a responsabilidade do chefe do Poder Executivo pela expedição de Decretos orçamentários ser aferida na prestação de contas anual da autarquia responsável pela gestão única do RPPS estadual (IPAJM), entidade que sequer faz parte da Administração Pública direta[318], verifica-se que esse fundamento foi extraído da Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015, elaborada pela 9ª Secretaria de Controle Externo, que assim se pronunciou sobre a questão:

> **2.1.1 PREVIDENCIA SOCIAL**
>
> A análise da previdência social do Estado, em especial, o regime próprio de previdência (RPPS), a exemplo de exercícios anteriores, já constitui item de análise da prestação de contas anual do Governador do Estado. Ou seja, uma avaliação da previdência própria do Estado de forma consolidada

[318] Fl. 1668 do Processo TC 6016/2015.

contemplando: o equilíbrio financeiro e atuarial; gestão previdenciária; riscos atuariais, base cadastral de segurados; projeções atuariais, demonstrativos previdenciários, demonstrativos previdenciárias das despesas e receitas previdenciárias (LRF); aporte para a cobertura de insuficiências financeiras; dívida fiscal líquida previdenciária, análise dos investimentos da previdência estadual e da política de investimentos, dentre outras.

Uma análise analítica da movimentação dos créditos orçamentários do RPPS pode ocorrer nas contas anuais do órgão responsável pela sua gestão - o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM). **Nessas contas é que são analisadas e apreciadas a regularidade da movimentação de créditos orçamentários**. No caso de eventuais impropriedades ou irregularidades, a matéria é apreciada observando-se o rito regimental. (grifou-se)

Quadra registrar o que dispõe os artigos 63 e 64 da Lei Complementar Estadual nº 282/2004, no que se refere à abertura de créditos adicionais no âmbito do IPAJM, *verbis*:

> Art. 63 - **O Conselho Administrativo, órgão de deliberação** e orientação superior do IPAJM, terá a participação dos segurados civis, militares e aposentados, com formação superior, de reconhecida capacidade e experiência comprovada, nas áreas de administração, economia, finanças, atuária, contabilidade, direito ou engenharia, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, com a seguinte composição:
>
> [...]
>
> Art. 64 - **Compete ao Conselho Administrativo**, dentre outras atribuições correlatas, as seguintes:
>
> I - analisar e aprovar a proposta orçamentária anual do Instituto, encaminhada pelo Presidente Executivo, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
>
> II - analisar e **aprovar a proposta de abertura de crédito adicional**, **encaminhada pelo Presidente Executivo**, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
>
> III - analisar e deliberar sobre os programas de aplicações financeiras dos recursos dos fundos, bem como do patrimônio, submetidos pelo Presidente Executivo, propondo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
>
> [...]

A partir da leitura do citado art. 64, inciso II, da Lei Complementar estadual 282/2004, constata-se que compete ao Conselho Administrativo do IPAJM aprovar a **proposta de crédito adicional** encaminhada pelo presidente executivo da autarquia. Trata-se, portanto, de **procedimento autônomo e prévio** à expedição do Decreto de abertura do respectivo crédito adicional por parte do chefe do Poder

Executivo, não se confundindo com o ato autorizativo de movimentação orçamentária de competência privativa do governador do Estado.

Em regra, todos os Decretos para abertura de créditos suplementares se originam de uma **proposta apresentada pelo poder, órgão ou entidade solicitante**, concebida a partir de uma necessidade de conhecimento específico do respectivo ordenador de despesas.

Dada relevância e eventual alcance do argumento aduzido, confira adiante junto ao tópico "***2.3.2.2 Incidente de Prejulgado nº 4: competência para apreciação e julgamento de atos privativos do chefe do Poder Executivo***s", maiores argumentações com vistas ao seu adequado e necessário enfrentamento.

2.3.1.2.8 Do Argumento de que não é razoável exigir o cumprimento da Instrução Normativa IN 28/2013 no seu primeiro ano de sua aplicação

Já em relação à preliminar de sobrestamento do processo de prestação de contas anual do governador e a interrupção do prazo para a emissão do respectivo Parecer Prévio, pontua o nobre conselheiro relator[319]:

> Conforme disposto no art. 16 da Instrução Normativa TC 28/2013 e alterações, de 26.11.2013, o relatório e parecer conclusivo do órgão de controle interno passaram a ser exigidos a partir da prestação de contas anual relativa ao exercício de 2014. Sendo assim, está é a primeira oportunidade em que, por exigência normativa deste Tribunal, a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT) atuou em apoio ao Controle Externo na análise das contas anuais do Governador.
>
> Desse modo, **não é razoável exigir extremo rigor** no primeiro ano de implantação da exigência. E, por este motivo, é que os **entes municipais contam com prazos mais flexíveis** para o cumprimento de tal exigência. Ademais, as limitações na primeira versão do relatório foram informadas pela própria SECONT.
>
> Os pontos relacionados aos Instrumentos de Planejamento, a Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária, a Gestão Patrimonial e aos Limites Constitucionais e Legais que deixaram de ser avaliados no relatório e no parecer do órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado, por ocasião da remessa anual das contas oferecidas pelo Governo

[319] Fl. 1969 e 1970 do Processo TC 6016/2015.

> Estadual, **foram analisados em capítulos específicos no relatório técnico RTCG 01/2015.**
>
> Portanto, as impropriedades do relatório do órgão central de controle interno não têm o condão de sobrestar esta análise de Prestação de Contas Anual do Governador do Estado. Além disso, o representante do Ministério Público Especial de Contas não colaciona evidências sobre a ocorrência de irregularidades relacionadas à eventual falha ou omissão do relatório da SECONT que mereçam um minucioso exame, razão pela qual adiro à proposta do relatório da Comissão Técnica no tocante a **expedição de recomendações para as situações futuras**.
>
> Não é demais lembrar que, não obstante a hipótese de ausência do relatório conclusivo do controle interno, o Tribunal de Contas deverá emitir pronunciamento acerca do mérito das contas do governador.

Conquanto os pontos de controle previstos no Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013 para serem avaliados no parecer conclusivo do órgão de controle interno do Poder Executivo estadual em 2014 possuam como fundamento normas de observância obrigatória editadas há mais de uma década, como é o caso da Constituição Federal de 1988, da Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além da quase sexagenária Lei federal 4.320/1964, sua inclusão no relatório do controle interno passou a ser exigida pela Instrução Normativa IN 28/2013.

De acordo com a previsão contida em seu art. 20[320], a IN 28/2013 entrou em vigor na data da sua publicação, ocorrida em **29/11/2013**, antes, portanto, do final do exercício financeiro (**31/12/2014**), que seria analisado pelo órgão de controle interno do Poder Executivo.

No entanto, o não cumprimento do disposto no art. 16, inciso I, da Instrução Normativa IN 28/2013[321], põe à prova, mais uma vez, a autoridade desta Corte de Contas para fazer valer suas próprias normas em face da Administração Pública fiscalizada, mormente quando este órgão de controle externo se sub-roga, inexplicavelmente, na representação do gestor público inadimplente, antecipando-

[320] Art. 20 Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

[321] Art. 16 Tendo em vista o cronograma de implantação do manual de rotinas internas e procedimentos de controle disciplinados no artigo 6º da Resolução TC nº 227/2011, os relatórios e pareceres a serem emitidos pelas unidades de controle interno a que se refere esta Instrução Normativa deverão ser apresentados nos seguintes prazos:
I – A partir da prestação de contas anual relativa ao exercício de 2014 pelas unidades gestoras integrantes da administração pública estadual e pelos órgãos e poderes dos municípios, excetuados as situações enquadradas nos §§ 1º e 2º, do artigo 6º, da Resolução TC nº 227/2011.

lhe os argumentos de defesa como o faz em relação à etérea tese de que não seria razoável exigir o cumprimento de sua própria norma em seu primeiro ano de aplicação. Simplesmente, nos escapa a compreensão.

2.3.1.2.9 Do argumento de que o exame dos pontos de controle da Instrução Normativa IN 28/2013 por parte do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 supre a omissão do órgão de controle interno do Poder Executivo

Na sequência, o voto do conselheiro relator afirma que os pontos que deixaram de ser avaliados no relatório e no parecer do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo estadual – cuja ausência deveria acarretar no não recebimento da prestação de contas – ***"foram analisados em capítulos específicos no relatório técnico RTCG 01/2015"***, dando a entender que estaria suprida a omissão apontada pelo *Parquet* de Contas.

Ocorre que Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG não possui a aptidão legal para **substituir** a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, exercida pelo órgão de controle interno do Poder Executivo estadual, prevista no art. 70 da Constituição do Estado do Espírito Santo[322], sob pena de usurpação da competência constitucional conferida à Administração Pública e de supressão da necessária distinção e independência entre as atribuições dos órgãos de controle interno e externo.

[322] Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos Municípios e das entidades da administração direta e indireta dos seus Poderes constituídos, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmara Municipais, nas suas respectivas jurisdições, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.
Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou os Municípios respondam, ou que em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.

O voto do relator aponta, ainda, que o Ministério Público Especial de Contas não teria colacionado evidências sobre a ocorrência de irregularidades relacionadas à eventual falha ou omissão do relatório da Secont que mereçam um minucioso exame. Acerca das omissões do controle interno do Poder Executivo, assim constou no Parecer ministerial PPJC 3684/2015:

> **2.4 Do Controle Interno**
>
> **2.4.1 Da Ausência de Parecer Conclusivo do Órgão de Controle do Poder Executivo**
>
> Compulsando o Relatório de Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28 (doc. 12), conquanto tenha por finalidade precípua emitir juízo de valor conclusivo sobre a gestão do chefe do Poder Executivo estadual, constata-se que a referida peça técnica restou omissa em relação à sua razão de ser, conforme relatado pela área técnica em seu relatório (fl. 545, 598 e 599):
>
> > **8.3.1.3 Verificação da Análise do Parecer Conclusivo**
> >
> > O Anexo 11 – Relatório e Parecer Conclusivo do órgão central do sistema de controle interno da Instrução Normativa TC 33, de 16 de dezembro de 2014, exige, em seu item 5 – Parecer Conclusivo - que os responsáveis pelo órgão central do sistema de controle interno emitam opinião sobre a prestação de contas do Governador do Estado apresentada ao Poder Legislativo de forma conclusiva, no que se refere à posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício findado.
> >
> > Apesar de o ato exigir do órgão central do sistema de controle interno o parecer opinando conclusivamente sobre as contas apresentadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo Estadual para fins de elaborar o Parecer Prévio no TCEES, vê-se, no entanto, que a equipe responsável pela preparação do relatório de controle interno se absteve de emitir parecer conclusivo, na forma exigida pelo Anexo 11 da Instrução Normativa 33/14, e se limitou a fazer referência às constatações identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, nos termos que se seguem:
> >
> > > [...]
> > >
> > > As análises e auditorias realizadas, nas contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2014, com base no Anexo 11 da Instrução Normativa TCCES nº 28, permitem as seguintes constatações:
> > >
> > > a) No Balanço Orçamentário, o desequilíbrio causado no confronto da previsão atualizada da receita com a dotação atualizada, pela utilização de superávit financeiro e reabertura de créditos adicionais, no valor de R$ 1.411.127 mil, conforme o MCASP 5ª edição, não deveria ser registrado no campo do déficit, pois, o balanço deveria ficar em situação de desequilíbrio nesse montante;

b) As transações e os saldos recíprocos entre entidades do Governo do Estado, assim como a participação na empresa estatal dependente (CEASA), não foram excluídos das demonstrações contábeis consolidadas, que foram publicadas;

c) Ausência de inclusão no demonstrativo da despesa com pessoal (metodologia do Poder Executivo) dos gastos relativos à substituição de mão-de-obra decorrente de contratos com as Organizações Sociais (OS) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esse fato carece de estudos e interpretação jurídica complementar, já comunicado a SEFAZ, quando das análises dos Relatórios da Gestão Fiscal, quadrimestrais;

d) Extrapolação do limite de alerta10 da despesa com pessoal (metodologia do TCEES, que inclui o aporte financeiro dos demais poderes no gasto com pessoal do Poder Executivo), sendo emitido PARECER DE ALERTA ao Poder Executivo por meio do Ofício PTC. DIL. Nº 109/2015 que encaminha Decisão TC 1265/2015 – Plenário, relativa à análise do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2014;

e) Descumprimento do o art. 42 da LRF em R$ 27.813.173,55 (metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional – STN), caso permaneça o montante de R$ 295 milhões sem cobertura de empenho, que está em fase de conclusão das sindicâncias abertas pelas Unidades Gestoras;

f) Descumprimento do Resultado Primário em R$ 23.565.752,78, superando o limite estabelecido na LDO de R$ 471.020.000,00 negativos.

Por fim, caso se confirme o montante de 295 milhões de despesas sem empenho, alguns índices serão alterados, podendo afetar alguns positivamente e outros negativamente.

Há que se registrar que as constatações registradas no item 8 – Conclusões do relatório conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno (arquivo 01-22-RELOCI-02), que tem por objetivo avaliar os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, serão analisadas em tópicos específicos no relatório técnico das contas de Governo guardando-se, para tanto, a devida correlação entre a natureza dos fatos registrados no relatório de controle interno e a especificidade do tema tratado no relatório técnico.

[...]

10.8 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

De acordo com a Instrução Normativa TC 33/2014, depreende-se que o parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado deve estar minimamente instruído com aspectos que dizem respeito ao cumprimento dos princípios que norteiam a Administração pública, ao esforço para a Administração atingir os objetivos que se seguem nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e se executou uma gestão fiscal responsável, revelada pelo equilíbrio orçamentário

e financeiro do exercício, a observância das normas constitucionais e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o cumprimento do limite com operações de crédito, com as despesas com pessoal, com o saldo positivo do resultado primário, com a diminuição da dívida consolidada – comparada com a receita corrente líquida – com o cumprimento dos limites constitucionais (saúde e educação) e com o atendimento das exigências específicas de último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.

Assim, com base nesses aspectos de natureza contábil, financeira, patrimonial e fiscal, o órgão central do sistema de controle interno está licenciado para emitir parecer sobre a prestação anual de contas oferecida pelo Governador do Estado de forma que, **conclusivamente**, poderia garantir a opinião de que as demonstrações financeiras consolidadas se apresentam **adequadamente**, **adequadamente com ressalvas** ou **inadequadamente** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere. (grifou-se)

No entanto, o que se averígua no relatório apresentado pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado é uma referência às constatações e/ou ressalvas apuradas por ocasião do exame levado a efeito nos atos e fatos administrativo-contábeis, econômico-patrimoniais e financeiros consolidados nos balanços gerais do Estado do Espírito Santo no exercício financeiro de 2014, de forma que o parecer conclusivo não atendeu o Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/2014, porque a equipe responsável pela elaboração do relatório de controle interno absteve-se de opinar de maneira conclusiva sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado no exercício de 2014.

Com relação ao subitem 8.3.1.1 Verificação dos Procedimentos de Controle deste relatório, propõe-se ao Plenário a recomendação (Artigo 1º, inciso XXXVI, da Lei Complementar 621/12 c/c artigo 207, inciso V, da Resolução TC 261/13) dos responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno quanto à obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas.

Portanto, a prestação de contas anual do Governador encontra-se incompleta, demandando a sua complementação por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão de Parecer Prévio, haja vista que a análise realizada por esta Corte e Contas não possui o condão de suprir ou substituir as atribuições do controle interno, notadamente quanto à emissão de parecer conclusivo sobre a gestão realizada durante o exercício de 2014.

Desse modo, a omissão em tela não pode ser contornada com uma simples recomendação, conforme proposto pela área técnica, sob pena de se fazer letra morta do ordenamento jurídico e de subjugar a autoridade deste órgão de controle externo, ao qual foi confiada a guarda das finanças públicas estaduais.

2.4.2 Da Ausência de Análise de Pontos de Controle Por Parte do Controle Interno

Outro fato relevante que consta no Relatório de Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28 (doc. 12) consiste na grande quantidade de pontos de controle que deixaram de ser analisados pelo órgão de controle interno do Poder Executivo, conforme se verifica a seguir:

> **6. Pontos de Controle sem manifestação da Coordenação de Contas de Governo**
>
> Considerando a disponibilização de informação incompleta e/ou insuficiente ou a não disponibilização, bem como o tempo exíguo para levantamento, ratificação das informações prestadas não foi possível esta coordenação realizar a análise e avaliação dos procedimentos dos pontos de controle relacionados a seguir:
>
> a) LOA – vinculação de recursos (LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único);
>
> b) Execução de receitas (relativo à arrecadação e ações de fiscalização, combate à sonegação, recuperação de créditos e os resultados alcançados) (LC 101/2000, art. 11);
>
> c) Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);
>
> d) Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);
>
> e) Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);

f) Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);

g) Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);

h) Execução de despesas – vinculação (CRFB/88, art. 167, inc. IV);

i) Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura (CRFB/88, art. 167, inc. V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);

j) Créditos adicionais – decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);

k) Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências (CRFB/88, art. 167, inc. VI);

l) Autorização orçamentária para cobertura de déficit (CRFB/88, art. 167, inc. VIII);

m) Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza (CRFB/88, art. 167, inc. IX);

n) Créditos extraordinários – abertura (CRFB/88, art. 167, §3º);

o) Prestação de contas anual – execução orçamentária (LC 101/2000, art. 58);

p) Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista (CRFB/88, art. 173,§ 2º);

q) Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular (LC 101/2000, art. 11);

r) Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato (LC 101/2000, art. 21);

s) Despesas com pessoal – aumento despesas nos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato (LC101/2000, art. 21, parágrafo único);

t) Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO (CRFB/88, art. 169, § 1º);

u) Operações de crédito – concessão de garantias e contragarantias (LC 101/2000, art. 40. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18);

v) Operações de crédito – cláusulas contratuais vedadas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

O quadro a seguir detalha os pontos de controle omissos, apresentando a base legal e relevante objetivo a que se destinam:

	LOA – vinculação de recursos.	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se a LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.	
	Instituição, previsão e execução de receitas.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados alcançados.	
	Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	
	Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	
	Renúncia de receitas – legislação específica	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.	
	Renúncia de receitas - resultados	CRFB/88, art. 37. Legislação específica.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	
	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa –	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros	

	Execução de despesas – vinculação	CRFB/88, art. 167, inciso IV.	Avaliar se houve vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.	
	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	
	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	
	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	
	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	
	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	
	Créditos extraordinários – abertura	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	
	Prestação de contas anual – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	
	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	
	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	
	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	
	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	

	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e	
	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF.	
	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	

> Examinando os objetivos de cada ponto de controle, extraídos dos diplomas normativos que lhe dão suporte, resta claro a imprescindibilidade de sua análise por parte do controle interno do Poder Executivo, razão pela qual deve este órgão de controle externo exigir a complementação do relatório conclusivo remetido pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT).

Certamente, as falhas e omissões existentes no relatório técnico da Secont não podem ser classificadas como eventuais ou hipotéticas, uma vez que o próprio **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015** reconheceu que ***"o parecer conclusivo não atendeu o Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/2014, porque a equipe responsável pela elaboração do relatório de controle interno absteve-se de opinar de maneira conclusiva sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado no exercício de 2014"***.

Além do mais, ao contrário do que afirma o relator, **o MPC questionou, especificamente, a legalidade da abertura de créditos suplementares por parte de Decretos do chefe do Poder Executivo**, **justamente um dos pontos sobre os quais a Secont não se manifestou**, uma vez que deixou de avaliar:

- ✓ se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);

- ✓ se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);

- ✓ se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CRFB/88, art. 167, inciso VI); e

- ✓ se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88 (CRFB/88, art. 167, inciso VIII).

Portanto, não procede o argumento concebido pelo conselheiro relator de que o MPC não teria colacionado evidências sobre a ocorrência de irregularidades relacionadas à eventual falha ou omissão do relatório da Secont.

Por fim, no que tange à recomendação proposta no **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015** para que a ausência de relatório conclusivo do controle interno do Poder Executivo seja remediada mediante expedição de **recomendação** para situações futuras, cumpre fazer alguns esclarecimentos.

De acordo com os art. 1º, inciso XXXV, 132 e 329, § 7º, da Resolução TC 261/201, Regimento Interno do TCEES (RITCEES), à luz de uma interpretação sistemática desses dispositivos, a emissão de Parecer Prévio por parte deste órgão de controle externo comporta duas possibilidades de provimentos mandamentais: **determinação** e **recomendação**. *In verbis*:

> Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual e na forma estabelecida na sua Lei Orgânica, compete:
>
> [...]

> XXXV - expedir recomendações[323] para a correção de impropriedades verificadas no exercício do controle externo;
>
> [...]
>
> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
>
> I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, **a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais**;
>
> II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de **natureza formal**, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
>
> III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
>
> [...]
>
> Art. 329. A apreciação e julgamento dos processos sob a jurisdição do Tribunal observarão as normas relativas aos ritos especiais previstos neste Regimento.
>
> § 1º O parecer prévio será emitido pela aprovação, pela aprovação com ressalva ou pela rejeição das contas, nos termos dos arts. 118 e 124 deste Regimento.
>
> [...]
>
> § 7º Em todas as hipóteses, o Tribunal poderá expedir recomendações, com o objetivo de **contribuir para as boas práticas administrativas** dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como determinações para o **exato cumprimento da lei**, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

A partir dos dispositivos transcritos é possível relacionar os provimentos mandamentais do TCEES às três hipóteses de Parecer Prévio, a saber:

Aprovação: Ausência de impropriedade ou de qualquer outra falta de natureza formal (art. 132, II, RITCEES, aprovação com ressalva), bem como de grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 132, III, RITCEES, rejeição). Nessa hipótese cabe tão-somente **recomendação**, tendo por consequência a necessária **aprovação das contas**;

[323] Neste dispositivo, o termo correto deveria ser “determinações” e não “recomendações”, pois a necessidade de correção pressupõe a existência de algo a ser corrigido. Para compreender a distinção entre determinação e recomendação, vide § 7º do art. 329 do Regimento Interno do TCEES.

Aprovação com Ressalva: Presença de impropriedade ou de qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário (art. 132, II, RITCEES, aprovação com ressalva) e ausência de grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 132, III, RITCEES, rejeição). Neste caso, impõe-se a expedição de **determinação**, com a consequente **aprovação das contas necessariamente com ressalva** e sem prejuízo de eventual **recomendação** adicional;

Rejeição: Presença de (1) grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 132, III, RITCEES, rejeição), ou de (2) impropriedade ou de qualquer outra falta de natureza formal da qual resulte dano ao erário (art. 132, II, RITCEES, aprovação com ressalva, *a contrario sensu*). Por fim, estes cenários mais gravosos conduzem à inevitável **rejeição das contas**, com expedição de **determinação** e sem prejuízo de eventual **recomendação** adicional.

O quadro a seguir estrutura as três possibilidades de Parecer Prévio a partir das constatações da análise técnica (presença e ausência de pontos de controle), relacionando-os, ainda, com os provimentos mandamentais cabíveis em cada caso e com os dispositivos legais aplicáveis:

Parecer Prévio	Pontos de Controle		Mandamentos Possíveis
	Presença	**Ausência**	
Aprovação	• Demonstração de forma clara e objetiva (art. 132, I, RITCEES, **aprovação**): **1.** Exatidão dos demonstrativos contábeis; **2.** Compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária; **3.** Correta realocação dos créditos orçamentários; **4.** Cumprimento das normas constitucionais e legais.	• Impropriedade ou de qualquer outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário. (art. 132, II, RITCEES, **aprovação com ressalva**). • Grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 132, III, RITCEES, **rejeição**).	Recomendação (Contribuir para as boas práticas, art. 329, § 7º, RITCEES)
Aprovação Com Ressalva	• Impropriedade ou de qualquer outra falta de natureza formal (art. 132, II, RITCEES, **aprovação com ressalva**), da qual não resulte dano ao erário.	• Grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 132, III, RITCEES, **rejeição**).	Determinação (Exato cumprimento da lei, art. 329, § 7º, RITCEES) + Recomendação (Contribuir para as boas práticas, art. 329, § 7º, RITCEES)
Rejeição	• Grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial (art. 132, III, RITCEES, **rejeição**) **ou** impropriedade ou de qualquer outra falta de natureza formal (art. 132, II, RITCEES, **aprovação com ressalva**, *a contrario sensu*), **da qual resulte dano ao erário** (ato culposo).	–	Determinação (Exato cumprimento da lei, art. 329, § 7º, RITCEES) + Recomendação (Contribuir para as boas práticas, art. 329, § 7º, RITCEES)

Partindo dessas premissas, o apontamento constante no **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015**, no sentido de que *"o parecer conclusivo não atendeu o Anexo 11 da Instrução Normativa TC 33/2014, porque a equipe responsável pela elaboração do relatório de controle interno absteve-se de opinar de maneira conclusiva sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado no exercício de 2014"*, **não poderia ser agraciado com uma mera recomendação, pois constitui – no mínimo – inequívoca impropriedade, motivo pelo qual deveria conduzir à expedição de determinação**.

Em outras palavras, ao sugerir a expedição de **recomendação** em razão de a Secont ter elaborado um **parecer conclusivo desprovido de conclusão**, descumprindo a Instrução Normativa IN 28/2013[324], a Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador não considerou a irregularidade em tela **sequer como uma impropriedade de natureza formal**, o que não faz qualquer sentido.

Portanto, mostra-se incoerente a proposta de recomendação sugerida pelo **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015** em face da existência inequívoca de, no mínimo, impropriedade de natureza formal.

Ademais, imperioso destacar que os vícios e omissões existentes no Relatório Técnico da Secont correspondem a atos de competência do órgão de controle

[324] O Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013 apresenta a forma como o órgão de controle interno deve se pronunciar conclusivamente sobre a gestão analisada:

> **5. Parecer conclusivo**
>
> Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. [gestor responsável], [governador do Estado do Espírito Santo ou Prefeito do Município de ...], relativa ao exercício de [exercício a que se refere a prestação de contas], com objetivo de:
>
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;
>
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
>
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;
>
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
>
> Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam [adequadamente, adequadamente com ressalvas ou inadequadamente] a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere.

interno do Poder Executivo, praticados no **exercício seguinte** ao da prestação de contas em referência, motivo pelo qual sua responsabilidade alcança a gestão do chefe do Poder Executivo responsável pela elaboração e apresentação da prestação de contas anual perante o TCEES, circunstância importante que deve ser considerada na hipótese de transição de governo, motivo pelo qual as recomendações decorrentes de vícios no parecer conclusivo elaborado sob a gestão do novo governante não podem ser objeto de ressalva no Parecer Prévio sobre as contas do seu antecessor.

Acrescente-se, por oportuno, que a constatação de irregularidade decorrente de **atos de gestão** por ocasião da apreciação da prestação de **contas de governo**, impõe a formação de processo apartado nos termos do art. 134 do RITCEES:

> Art. 134. Verificada, no exame das contas anuais de governo, irregularidade decorrente de **atos de gestão sujeitos ao julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado**, com o objetivo de:
>
> I - quantificar o dano e imputar o débito ao responsável, se verificada irregularidade de que resulte dano ao erário;
>
> II - determinar a adoção de providências com vistas a sanar as impropriedades de atos passíveis de correção;
>
> III - aplicar multas por infrações à norma legal ou regulamentar de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e fiscal, se for o caso.
>
> § 1º As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de tomada de contas especial, e as demais constituirão processo conforme a sua natureza.
>
> § 2º A formação de processo apartado dar-se-á mediante a juntada da decisão que determinar a sua constituição e de peças do processo originário ou reprodução de cópias necessárias à sua instrução.

2.3.1.2.10 Do argumento de que não há necessidade de se aguardar o Relatório Final da CPI dos Empenhos em razão de os fatos terem sido considerados em sua totalidade pelo Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015

Acerca do pedido do Ministério Público de Contas para que a análise da prestação de contas do governador fosse sobrestada até a divulgação do Relatório Final da

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada com o objetivo de apurar suposta irregularidade na realização de despesas sem prévio empenho (CPI dos Empenhos), o conselheiro relator trouxe os seguintes argumentos[325]:

> Quanto à conjectura relacionada à necessidade de aguardar o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que diz respeito às **supostas** despesas realizadas pelo Governo Estadual sem a existência de prévio empenho, ocorridas no exercício de 2014, amplamente divulgadas na mídia local, repiso que **tal assunto foi objeto de discussão na 3ª sessão ordinária do Plenário desta Corte, ocorrida em 24.02.2015,** oportunidade em que se decidiu pela apreciação do tema no contexto global da Prestação de Contas Anual do Governador Estado, no exercício de 2014.
>
> Nesse sentido, os reflexos decorrentes das despesas **supostamente** não empenhadas, apuradas em levantamento **preliminar** da SECONT, e também informada no relatório do controle interno integrante dos autos da prestação de contas **foram considerados em sua totalidade na análise da gestão fiscal do exercício de 2014, em especial no item 5.3.8 que avalia a disponibilidade líquida de caixa do Poder Executivo e o Consolidado do Ente Federativo, empreendida pela Comissão Técnica.**
>
> No mais, o modelo de organização administrativa adotado pelo Estado do Espírito Santo, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 3043/75 e suas alterações, **não** atribui competência ao Chefe do Poder Executivo para a prática de atos relacionados à ordenação de despesa, portanto, a decisão de empenhar, bem como de determinar o pagamento de despesa pública, cabe aos respectivos ordenadores de despesas das unidades gestoras em suas respectivas pastas e/ou secretarias.

Em complemento, o voto do conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto contemplou os seguintes argumentos:

> Não poderia, entretanto, deixar de registrar duas situações que me parecem graves, que foram abordadas pelo digníssimo procurador em seu parecer.
>
> Falo da alegada insuficiência financeira da ordem de 27 Milhões, e das despesas executadas sem empenho da ordem de 295 Milhões.
>
> Inicialmente, vale ressaltar que a alegada insuficiência financeira encontrada, baseia-se em um conceito acerca da real disponibilidade de caixa.
>
> Se é verdade que esta Corte tem aplicado o entendimento de que os recursos das Autarquias, que não sejam vinculados (aplicação definida por Lei) estejam contabilizados de forma total no Poder Executivo, a sua real disponibilidade dependeria de uma autorização legislativa, vide a existência de Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional. O que demonstra na prática que não é tão disponível assim
>
> Lado outro, ainda me parece mais grave a possível existência de 295 milhões referentes às despesas realizadas sem empenho.

[325] Fl. 1970 e 1971 do Processo TC 6016/2015.

> É, com certeza matéria que será objeto de apuração futura, seja em processo de contas de secretarias individuais, ou em autos apartados, caso fosse o caminho escolhido pelo Ministério Público de Contas se houvesse protocolado uma representação.
>
> Em sendo verdade, não seria razoável que fosse essa Corte a garantir e respaldar a gravidade da situação.
>
> O entendimento de que a possível existência de 295 milhões de despesas realizadas sem empenho, ainda que verdadeiras, não acarretaria quaisquer prejuízo a análise das presentes contas, deve prosperar, relativamente. Não há metodologia que sustente de forma cabal essa afirmativa em face da significância dos valores envolvidos
>
> Ressalto, entretanto, mais uma vez, que há efetiva "necessidade de apuração".
>
> Esclareço, por fim, que o caminho processual pretendido pelo Ilustre Procurador, qual seja, o sobrestamento do feito, não encontra o devido amparo legal, seja pelo comando constitucional, seja pela previsão de nossa Lei Orgânica, seja pelo regimento Interno.

O requerimento do MPC teve como propósito permitir a verificação do cumprimento do art. 42 da Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, exigência prevista, inclusive, no Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013. *Verbis*:

> **Lei de Responsabilidade Fiscal**
>
> Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
>
> Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013

	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

Conforme se colhe do dispositivo transcrito, a vedação se aplica expressamente aos últimos dois quadrimestres do mandato do titular do Poder Executivo estadual, o qual se **responsabiliza de forma objetiva** caso sejam contraídas obrigações de

despesa que não possam ser cumpridas integralmente até o final do mandato, mesmo que a despesa tenha sido formalizada (contratada, empenhada etc.) mediante ato praticado pelos ordenadores de despesa estaduais. Por isso, torna-se irrelevante a autoria do ato que gerou a despesa, uma vez que o chefe do Poder Executivo exerce privativamente a direção superior da administração estadual com o auxílio dos secretários de estado, nos termos do art. 91, inciso I, da Constituição Estadual[326].

Os indícios de existência de despesas realizadas **sem prévio empenho** e **sem lançamento contábil** no Sistema de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes) constitui matéria prejudicial à aferição do cumprimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual entendeu o MPC que se deveria aguardar o final dos trabalhos da mencionada CPI.

Importa destacar que a nova administração estadual reconheceu e pagou no exercício de 2015 despesas não contabilizadas no exercício de 2014, circunstância que denota o comprometimento da fidedignidade dos demonstrativos fiscais publicados pelo Poder Executivo estadual e analisados pelo TCEES para fins de emissão do Parecer Prévio TC 50/2015.

Como exemplo do reconhecimento em 2015 de despesa realizada em 2014, tem-se o **Decreto nº 1043-S**, de 18 de junho de 2015, que abriu crédito suplementar à Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) no valor de **R$ 52.773.343,76** (cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), a partir da anulação parcial da reserva de contingência[327]:

[326] Art. 91 Compete privativamente ao Governador do Estado:
I - exercer, com auxílio dos Secretários de Estado a direção superior da administração estadual;
[...]

[327] A reserva de contingência destina-se ao atendimento de **passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos**, pode ser utilizada para abertura de créditos adicionais, visto que não há execução direta da reserva.

Decretos

DECRETO Nº 1043-S, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Abre à Secretaria de Estado da Saúde o Crédito Suplementar no valor de R$ 52.773.343,76, para o fim que especifica.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso VI da Lei Nº 10.347, de 06 de fevereiro de 2015, e o que consta do Processo Nº 70703434.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Estado da Saúde o Crédito Suplementar no valor de R$ 52.773.343,76 (cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), para atender a programação constante do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Anchieta, em Vitória, aos 18 de junho de 2015, 194º da Independência, 127º da República e 481º do início da Colonização do Solo Espiritossantense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

REGIS MATTOS TEIXEIRA
Secretário de Estado de Economia e Planejamento

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde

No intuito de esclarecer se o crédito suplementar contemplado no Decreto nº 1043-S, de **18/06/2015**, se referia a despesas realizadas no exercício anterior sem prévio empenho ou com dotação orçamentária insuficiente, o Ministério Público de Contas requisitou à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), mediante Ofício 313/2015, datado de **24/06/2015**, informações complementares com o objetivo de subsidiar a emissão do parecer ministerial, no exíguo prazo de sete dias corridos previsto no art. 114 do RITCEES[328], sendo atendido por meio do Ofício OF/Nº 219/GAB/SECONT, de **25/06/2015**, nos seguintes termos:

[328] Art. 114. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao **Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos.**
Parágrafo único. Após a emissão do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, os autos serão conclusos ao Relator.

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Controle e Transparência

TCEES PROC.Nº 6016/2015
Fl.: 1203
Servidor

OF/Nº 219/GAB/SECONT

Vitória, ES, 25 de junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor
LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA
Procurador Geral do Ministério Público de Contas

Senhor Procurador,

Em atendimento ao Ofício nº 313/2015, que requisita informações e documentos acerca do levantamento das despesas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária referentes ao exercício de 2014, encaminho à V. Exa. os esclarecimentos a seguir:

1.a) O Decreto nº 1043-S, de 18 de junho de 2015, referente a crédito suplementar de R$ 52.773.343,76 (cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e três mil e trezentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), destina-se ao pagamento das despesas originárias do exercício de 2014, que não possuíam empenho prévio ou dotação orçamentária suficiente.

Tal afirmação pode ser comprovada consultando as fls. 01-06/09-11 do processo nº 70703434, bem como as Notas de Crédito nº 00015 a 00027 que efetuaram o registro do referido crédito no Sistema Integrado de Gestão das Finanças do Espírito Santo – SIGEFES, conforme Anexo I.

Além do crédito suplementar citado, foram realizados, no exercício de 2015, outros créditos suplementares para cobrir despesas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária, referente ao exercício de 2014, de acordo com o Demonstrativo e as cópias de Decretos que se encontram no Anexo II.

Av. Governador Bley, 236 – Ed. Fábio Ruschi, 6º e 8º andares, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-150
(27) 3636-5353 / 3636-5330 - Fax: (27) 3636-5386
www.secont.es.gov.br – www.transparencia.es.gov.br – www.ouvidoria.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Controle e Transparência

TCEES PROC.Nº 6016/2015
Fl.: 1204
Servid.

1.b) As despesas pagas no exercício de 2015 mediante crédito suplementar aberto por meio do citado decreto e dos demais decretos constantes do Anexo II encontram-se descritas no relatório **Despesa Empenhada e Paga por Subitem e Credor (FES) – Anexo III**, que relaciona os pagamentos efetuados no período de 01/01/2015 a 24/06/2015 nas Unidades Gestoras – UG's vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde no "Elemento de Despesa 92" – Despesas de Exercícios Anteriores.

2) Os outros pagamentos realizados pelas demais UG's, exceto os vinculados ao Fundo Estadual de Saúde (exercício de 2015) referentes às despesas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária, encontram-se descritos no relatório "**Despesa Empenhada e Paga por Subitem e Credor (Exceto FES) – Anexo IV**".

No que se refere aos documentos ou respectivos atos que fundamentam o reconhecimento dessas despesas, somente poderão ser obtidos através de consulta aos inúmeros processos de pagamentos que encontram-se nos diversos órgãos do Poder Executivo, o que demandará outras providências por parte desta Secretaria e maior prazo para atendimento.

Esclareço, ainda, que, além dos pagamentos relativos às despesas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária[1], podem existir alguns poucos pagamentos decorrentes das seguintes situações:

- despesas enquadradas no art. 37 da Lei nº 4.320/64:

  Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente ***poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento****, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.*

[1] **Considerando que os referidos relatórios incluem todas as despesas pagas no Elemento 92, exceto Pessoal e Encargos Sociais.**

TCEES PROC.Nº 6016/2015 Fl.: 1205 Servidor

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Controle e Transparência

- despesas classificadas indevidamente pelas UG's no "Elemento 92".

Informo, por derradeiro, que, devido a não conclusão das análises e das sindicâncias pelas UG's, não foi realizado o confronto entre os valores pagos e os informados inicialmente pelas UG"s como "sem empenho". Tal confronto fica impossibilitado, neste momento, uma vez que na sindicância o valor efetivamente pago pode ter sofrido alteração, bem como as dívidas podem estar sendo pagas parceladamente.

Na oportunidade, informo a V.Exa. que, quando da conclusão das sindicâncias realizadas pelas diversas UG's, a Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT elaborará o "Relatório consolidado do levantamento das despesas realizadas sem emissão de empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária nos exercícios anteriores", em atendimento ao Decreto nº. 3.755-R, de 02 de janeiro de 2015, e encaminhará fotocópia aos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização, inclusive o Ministério Público de Contas.

Ao inteiro dispor para complementação de informações julgadas necessárias e registrando que fotocópia integral dos anexos que acompanham o presente e das informações neste prestadas serão também encaminhadas ao Conselheiro Reator das Contas de Governo - 2014, expressamos nossa elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

MARCELO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

Av. Governador Bley, 236 – Ed. Fábio Ruschi, 6º e 8º andares, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-150
(27) 3636-5353 / 3636-5330 - Fax: (27) 3636-5386
www.secont.es.gov.br – www.transparencia.es.gov.br – www.ouvidoria.es.gov.br

Registre-se, igualmente, que diante da extensão, complexidade e gravidade de alguns pontos tangenciados pelo Relatório Técnico das Contas do Governador

RTCG 01/2015, este *Parquet* também entendeu necessário requisitar documentos e informações complementares à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), mediante Ofício MPC 312/2015[329], datado de **24/06/2015**, com idêntico proposito de subsidiar a emissão do parecer ministerial, no exíguo prazo de sete dias corridos previsto no art. 114 do RITCEES[330], sendo atendido por meio do Ofício OF/SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015, de **25/06/2015**, nos seguintes moldes:

[329] Fl. 1032 e 1033 do Processo TC 6016/2015.

[330] Art. 114. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao **Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos.**
Parágrafo único. Após a emissão do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, os autos serão conclusos ao Relator.

TCE PROC.Nº 6016/2015
Fl.: 1034
Servidor

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

OF/SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015

Vitória – ES, 25 de junho de 2015.

Assunto: Resposta ao Ofício nº 312/2015 – Requisição de Informações e Documentos.

Senhor Procurador,

Reporto-me ao Ofício nº 312/2015, exarado por esse Ministério Público de Contas, o qual solicita informações e Documentos.

Acerca de cada uma das fontes de recursos "12 – Superávit Financeiro – dec. 2829-R, de 17/08/2011" e "71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)", temos a informar:

Os valores consignados à conta das disponibilidades na fonte "**71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)" tratam-se, basicamente, de taxas e multas que são recursos vinculados a Autarquias e Órgãos estaduais, os quais gozam de autonomia administrativa, orçamentária e financeira**, nos termos do Decreto-Lei 200, de 1967 e dos Arts. 107 a 110 da Lei 4320/64.

Segundo o Manual da Secretaria do Tesouro Nacional (6ª Edição, cap 5, pg 113) destinação vinculada é o processo entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma; e **destinação ordinária é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades**. No caso dos recursos arrecadados pelos próprios órgãos, esses não são considerados ordinários.

Na classificação atual do Quadro de Disponibilidades, as receitas arrecadadas pelos próprios órgãos se apresentam como não-vinculados, em fonte específica, para aplicação dentro do próprio órgão. Note-se, no entanto, que não há no citado manual da STN a classificação de recursos "não-vinculados". **Não se pode confundir, portanto, recursos não-vinculados,** sequer previsto no manual de normas contábeis**, com o conceito estrito de recursos ordinários.**

Cópia das Normas **(doc 01)**:
- Decreto 2829, de 17/08/2011 – dispõe sobre a utilização de superávit financeiro relativo a recursos financeiros de entidades da Administração Indireta do Poder Executivo.
- A partir do Decreto 2829/2011, foram editadas as seguintes Portarias pelo Secretário de Estado da Fazenda, determinando aos Dirigentes dos Órgãos da Administração Indireta reverter valores ao Tesouro Estadual:

Av. João Batista Parra, 600 – Enseada do Suá Vitória/ES – CEP 29050-375
Telefone: (27) 3347-5501 – Site: www.sefaz.es.gov.br

TCEES PROC.Nº 6016/2015
Fl.: 1035

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Portaria SEFAZ nº 87-S, de 30 de novembro de 2011;
Portaria SEFAZ nº 96-S, de 27 de dezembro de 2011 (revoga a Portaria nº 87-S);
Portaria SEFAZ nº 75-S, de 12 de setembro de 2013;
Portaria SEFAZ nº 62-S, de 25 de março de 2014;
Portaria SEFAZ nº 137-S, de 31 de outubro de 2014.

SALDO FINANCEIRO DAS FONTES "71" E "12":

Encaminhamos relação da disponibilidade financeira **(doc 04),** indicando por Poder, Órgão, ressaltando que os recursos das autarquias são vinculados seja a uma determinada prestação de serviço ou a manutenção e funcionamento da própria Entidade, em respeito à legislação que lhe outorga autonomia administrativa, orçamentária e financeira **(por Lei).**

GESTÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2014:

Anexamos o Quadro 03 – Fluxo de Caixa do Tesouro Estadual em 2014 **(doc 02)** - que evidencia os sucessivos déficits apurados ao longo do exercício, sem que houvesse edição de atos normativos que limitasse a realização das despesas, visando a retomada do equilíbrio fiscal e o cumprimento das metas estabelecidas, tendo por consequência[1]:
- As receitas de caixa **do exercício** não foram suficientes para cobrir a totalidade das despesas empenhadas;
- Os recursos ordinários[2] nas disponibilidades de caixa (exercícios anteriores) não foram suficientes para cobertura da totalidade das obrigações contraídas no exercício, as quais deveriam incluir as despesas sem empenho (orçamento).
- A realização de despesas sem orçamento é prova material da insuficiência financeira e do desequilíbrio fiscal;

CONSEQUÊNCIAS DO DESEQUILÍBRIO FISCAL:

Considerando-se os valores apurados de R$ 295.965.946,62, de despesas sem prévio empenho em fontes vinculadas e ordinárias, chegou-se às seguintes conclusões:

(i) a existência do valor de R$ 232.742.359 correndo à conta de recursos ordinários do Tesouro **traz insuficiência financeira nessa conta de R$-27.813.173,55, em afronta o art. 42 da LC 101/2000**;

(ii) **o descumprimento do art. 60 da Lei 4320/64**, o qual afirma ser "vedada a realização de despesa sem prévio empenho";

(iii) **o descumprimento da meta fiscal (limite de resultado primário) consignada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014**, conforme expresso no Quadro abaixo.

[1] LRF - Art. 9º: Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

[2] Levamos ao conhecimento público o conteúdo das Notas Explicativas nº 01 e nº 03 do Anexo V do RGF do terceiro quadrimestre de 2014, conforme republicação em 18 de maio de 2015. As notas em tela tratam dos valores de despesas realizadas sem prévio empenho naquele exercício, segundo apuração preliminar realizada pela Secretaria de Controle e Transparência – SECONT

Av. João Batista Parra, 600 – Enseada do Suá Vitória/ES – CEP 29050-375
Telefone: (27) 3347-5501 – Site: www.sefaz.es.gov.br

TCEES PROC.Nº 6016/2015
Fl.: 1036
Servidor

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Quadro: Recálculo do resultado primário após apuração das despesas sem empenho.

R$ milhões

DESCRIÇÃO	2014		Frustração do resultado em relação à meta (2014)	2014		Frustração do resultado em relação à meta (2014)
	META	REALIZADO		Despesas realizadas sem empenho	REALIZADO - COM DESPESAS S/ EMPENHO (SECONT)	
LRF	-471.020	-494.586	-23.566	295.966	-790.552	-319.532
LDO	-471.020	-988.371	-517.351	295.966	-1.284.337	-813.317

Outros Documentos anexados **(doc 05)**:
- Cópia do Ofício SESA/GS/Nº414/2015;
- Cópia do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – pgs 112 e 113.
- Nota Técnica nº 002/2015/SUBSET.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que venham a se fazer necessários e registrando que fotocópia integral dos documentos que acompanham o presente e das informações neste prestadas serão, também, encaminhadas ao Conselheiro Relator das Contas de Governo/2014, expressando nossa elevada consideração e apreço.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor
Luis Henrique Anastácio da Silva
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Av. João Batista Parra, 600 – Enseada do Suá Vitória/ES – CEP 29050-375
Telefone: (27) 3347-5501 – Site: www.sefaz.es.gov.br

A iniciativa do Ministério Público de Contas de tentar esclarecer a questão mediante obtenção de documentos e informações complementares com a urgência que o caso

requeria[331] foi criticada pelo Plenário do TCEES, consoante se colhe do voto do ilustre conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, parte integrante do Parecer Prévio TC 50/2015. *Verbis*:

> **NO MEU ENTENDER, NÃO HÁ IMORALIDADE EM INTERAGIR COM OS AGENTES PÚBLICOS, MUITO PELO CONTRÁRIO, DEVEMOS FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, MAS COM UM ALERTA: CONTROLADOR E CONTROLADO SÃO COMO ÁGUA E ÓLEO, PODEM CONVIVER HARMONICAMENTE NUM MESMO AMBIENTE, MAS NÃO DEVEM SE MISTURAR.**
>
> [...]
>
> Em **22/06/2015**, os autos aportaram no Ministério Público de Contas para emissão de parecer. Naquele momento, o Parquet requisitou documentos e informações complementares à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), mediante Ofício MPC 312/2015, de **24/06/2015**, e à Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), através do Ofício MPC 313/2015, expedido na mesma data.
>
> Em resposta, a SEFAZ encaminhou o ofício OF/SEFAZ/GABSEC/No157/2015, de **25/06/2015**, acompanhado de documentos. Por sua vez, a SECONT também atendeu à solicitação do MPC, através do ofício OF/Nº219/GAB/SECONT, de **25/06/2015**, igualmente ladeado por farta documentação, a saber:
>
> - Ofício SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015;
> - Ofício Gab-ES, remetido pelo Dep. Euclerio Sampaio;
> - Nota Técnica SECONT nº 008/2013, de 23/04/2013, e Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 30/05/2014, lavrado no Processo SEP nº 64634051;
> - Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 16/03/2015, lançado no Processo SEP nº 69493227, e Nota Técnica SECONT 002/2015, de 10/04/2015;
> - Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 14/04/2015, encartado no Processo SEP nº 66278988 e ofício OF/Nº 0358/2015/SEDURB/GABSEC;
> - Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proferida nos autos do Recurso Administrativo em Pedido de Providências nº 200810000017819;
> - Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prolatada nos autos do Pedido de Providência nº 0.00.000.0000188/2010-76;
> - Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28 (Relatório e Parecer Conclusivo);

[331] Registre-se que as informações complementares objetivavam subsidiar a emissão do parecer ministerial, no exíguo prazo de sete dias corridos previsto no art. 114 do RITCEES.

Art. 114. Encerrada a fase instrutória, o Relator determinará a juntada do relatório técnico aos autos e a distribuição de cópias ao Presidente e aos demais Conselheiros, devendo, em seguida, encaminhar o processo ao **Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito no prazo de sete dias corridos**.
Parágrafo único. Após a emissão do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, os autos serão conclusos ao Relator.

- Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas, publicados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º Quadrimestre de 2014;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos;

Alguns dos documentos enviados ao Representante do MPC objetivam a mudança de entendimento desta Corte de Contas em temas de elevada importância ao exercício do controle externo.

[...]

Por fim, é oportuno registrar que a rapidez verificada no caso em tela, lamentavelmente, não é corriqueira na administração pública, ainda mais a de maior porte organizacional, como no caso da União e dos Estados, onde se tem distribuição setorizada, em que por vezes passam dias entre a entrada de um ofício no protocolo até o seu destino, para então prosseguir para os setores competentes para a colheita das informações solicitadas e posterior resposta ao remetente.

O próprio legislador quando previu tempo para o cumprimento de diligências, notificações e citações, o fez por reconhecer que tais trâmites demandam prazos razoáveis para que os jurisdicionados possam ultrapassar as burocracias internas e responder a tempo o requisitante, sem sofrer qualquer sanção.

Não é demais relembrar que o Parquet de Contas, não raras vezes em suas manifestações no Plenário desta Corte, questiona a “celeridade” com que algumas Prefeituras tramitam seus processos administrativos, havendo atos que em regra levariam certo tempo para serem executados, mas que acabam por ser praticados em pouquíssimos dias ou até mesmo em um único dia.

O Representante do Ministério Público de Contas já, inclusive, questionou, aqui neste Plenário, a legitimidade desses atos tão “céleres”. É razoável entendermos, então, que esses gestores seriam dotados da mesma competência que a PGE e SECONT demonstraram no caso presente.

NÃO POSSO DEIXAR DE REGISTRAR, COM CERTA ESTRANHEZA, A TEMPESTIVIDADE DO ENVIO DA COMPLEXA DOCUMENTAÇÃO: APROXIMADAMENTE 24 HORAS. A MEU VER, A COMPETENTE RAPIDEZ DEVE SER MOTIVO DE ELOGIO POR PARTE DESTA CORTE, MUITO EMBORA, LAMENTAVELMENTE, NÃO SEJA USUAL NO COTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Inicialmente, não se ignora que, no afã de se instilar insidiosamente ilações ignominiosas, possam se valer - de maneira velada e sestrosa -, de referências sibilinas, manifestações elogiosas, palavras piedosas, bem como reconhecimento de méritos aos valores técnicos; haja vista vivermos em um estranho país, onde, para se argumentar, acaba-se por ter a obrigação de se fazer uma inútil declaração de

imparcialidade, o que, de *per si*, já constituiria um sinal de que as ideias engendradas seriam previamente acordadas.

Destarte, entendo, por ora, que a manifestação de estranheza do eminente Conselheiro tenha se direcionado, salvo melhor juízo, ao então Secretário de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, senhor **Marcelo Zenkner**, bem como à Secretária de Estado da Fazenda, senhora **Ana Paula Vitali Janes Vescovi** – na qualidade de subscritores dos retro transcritos Ofícios OF/Nº 219/GAB/SECONT e OF/SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015, e responsáveis pelo envio diligente e expedito das informações e documentos solicitados pelo MPC -, a ser equacionada pela oportunização de **contraditório e ampla defesa ao Poder Executivo estadual**, o qual, registre-se, tem sido objeto de pedidos do Ministério Público de Contas - desde o (*i*) **Requerimento**[332] ao TCEES para inclusão de pontos de auditoria na prestação de contas anual do governador (Processo nº **TC 6099/2015**, autuado como "Outros Assuntos"); (*ii*) **Parecer Ministerial PPJC 3684/2015** (Processo **TC 6016/2015**); (*iii*) **Embargos de Declaração**[333] (Processo nº **TC 9974/2015**); (*iv*) e reiterado neste **Recurso de Reconsideração** – porém, sistematicamente ignorado pelo eminente Conselheiro Relator, sempre acompanhado integralmente por todos os demais pares deste Tribunal de Contas.

Pois bem.

Esclareça-se que o reconhecimento das despesas ocorridas indevidamente **só poderia ser realizado pela nova administração estadual <u>após a confirmação</u>**

[332] Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.
O Requerimento do MPC encontra-se pendente de apreciação por parte deste órgão de controle externo e concluso ao ilustre conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges desde 25/05/2015.
Disponível em: https://servicos.tce.es.gov.br/Publica/Processo/DetalharProcesso?idProcesso=1527073. Acesso em: 22 abr. 2016.

[333] Nos termos do Voto do Conselheiro Sergio Manoel Nader Borges: "*Por fim, **não deve ser acatado o pedido constante no item 3.5,** formulado pelo Ministério Público Especial de Contas, pois não vislumbro tratar de recurso tendente a agravar a situação do responsável (Poder Executivo Estadual), **razão pela qual o contraditório deve ser dispensado**, nos moldes do art. 156 da Lei Complementar nº 621/2012.*"

dos valores contratados, consoante recomendação incluída no Parecer Prévio TC 50/2015 por meio do Parecer Prévio TC 7/2016[334]:

> **3. Inclui no Parecer Prévio TC-50/2015 as seguintes recomendações:**
>
> [...]
>
> - Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que: a) após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09; b) a regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;

Desse modo, considerando que o relatório consolidado do levantamento das despesas realizadas sem emissão de empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária **ainda não foi concluído**, a atual administração teria assumido prematuramente a responsabilidade pelo ato de reconhecimento das despesas indevidas realizadas em 2014, utilizando, para tanto, recursos da Reserva de Contingência de 2015, **circunstância que deve necessariamente ser apurada pelo TCEES por ocasião da análise prestação de contas anual de 2015**, haja vista que o reconhecimento indevido de despesas também constitui, de *per si*, irregularidade.

2.3.1.2.11 Do argumento de que os reflexos das despesas supostamente não empenhadas pelo Poder Executivo foram minuciosamente analisados pela Comissão Técnica

O conselheiro relator também afirma que os reflexos decorrentes das despesas supostamente não empenhadas, apuradas em levantamento preliminar da SECONT, ***"foram considerados em sua totalidade na análise da gestão fiscal do exercício de 2014, em especial no item 5.3.8 que avalia a disponibilidade líquida de caixa***

[334] Fl. 171 do Processo TC 9974/2015.

do Poder Executivo e o Consolidado do Ente Federativo, empreendida pela Comissão Técnica" e que ***"tal questão foi minuciosamente analisada pela Comissão Técnica no item 5.3.9 do Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo"***.

Ocorre que a análise constante no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015 admitiu como verdadeira uma premissa sem comprovação e que, infelizmente, o próprio TCEES se exime da responsabilidade de verificar sua veracidade, qual seja, a **real natureza dos recursos que integram as fontes *"12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11"* e *"71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)"***, sobre as quais pairam fundadas dúvidas acerca da natureza dos recursos nelas classificados. Infelizmente, o órgão de controle externo prefere fechar os olhos para a questão, acreditando cegamente no que o Poder Executivo lança em seus demonstrativos fiscais, consoante se colhe do item "5.3.9.1.1 Da Nota Explicativa nº 3", integrante do Relatório Técnico RTCG 01/2015[335]:

> 5.3.9.1.1 Da Nota Explicativa nº 3
>
> A Nota Explicativa 3 do Demonstrativo republicado registra que "... a disponibilidade de caixa líquida na fonte ´01 - Recursos Ordinários´, após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados do Exercício de 2014 e a dedução das despesas sem prévio empenho nas fontes de caixa do tesouro, convênios e saúde, totalizam o déficit de R$ 27.813.173,55 milhões, conforme demonstrado abaixo":

[335] Fl. 392 a 396 do Processo TC 6016/2015.

Especificação	Valor (Em R$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Recursos Ordinários	472.865.740,17
(-) Obrigações Financeiras - Recursos Ordinários	178.865.813,86
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Recursos Ordinários	293.999.926,31
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2014 - Recursos Ordinários (Anexo VI)	89.070.739,58
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - Caixa Tesouro e Convênios Caixa Tesouro	132.987.941,71
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - Ações e Serviços de Saúde - FTE 0104	90.136.267,97
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - SUS Produção - FTE 0135	9.618.150,60
= Disponibilidade de Caixa Líquida Final - Recursos Ordinários	- 27.813.173,55

Quanto aos cálculos apresentados na Nota Explicativa e do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo republicado é importante esclarecer alguns fatos:

1º) Verifica-se que a Nota Explicativa 3 do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo equivoca-se ao iniciar o cálculo da Disponibilidade de Caixa Bruta dos recursos não vinculados com o valor de **R$ 472.865.740,17**, tendo em vista que o valor a ser considerado como recursos livres do Poder Executivo é o declarado por ele na linha "TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) do Demonstrativo republicado, no montante de **R$ 703.732.680,63**. Observa-se que a referida Nota Explicativa excluiu desse montante os valores de R$ 18.601.036,90 e **R$ 212.265.903,56**, constantes, respectivamente, nas linhas "Superávit Financeiro – Decreto 2829-5 de 17/08/11" e "Arrecadado pelo Órgão (exceto RPPS)" que compõem o total de recurso não vinculados do Demonstrativo republicado. Contudo, não é apresentada nenhuma justificativa plausível quanto a isso, à exceção da Nota Explicativa 4 citando que a disponibilidade de caixa líquida das autarquias é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência.

A exclusão desses valores acima citados dos recursos livres não coaduna com a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF), 5ª Edição, o qual deve ser observado para o devido preenchimento do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa. É importante esclarecer que o conceito trazido pelo art. 1º, § 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", da LRF afirma que, no Poder Executivo, estão compreendidos os respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

[...]

Assim, ao estabelecer o nível de detalhamento da fonte e destinação de recursos, para elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, o

> Manual estabelece que a destinação seja classificada em Destinação Vinculada (1ª parte do Demonstrativo, finalizada com a linha "TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)") ou Destinação Ordinária (2ª parte do Demonstrativo, finalizada com a linha "TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)") para, em seguida, apurar o total dos recursos (I + II). Os recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores devem constar separadamente no Demonstrativo.
>
> Portanto, se os recursos arrecadados por uma autarquia ou fundação não possuírem destinação específica estabelecida por lei, os recursos devem ser considerados como livres, constituindo recursos do Tesouro de cada ente. Assim, a criação de vinculações para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos. Destaca-se que, uma vez estabelecidas por lei, às vinculações podem ser operacionalizadas por entes, órgãos, entidades ou fundos. Logo, se os recursos arrecadados por uma autarquia ou fundação possuírem destinação específica, eles devem constar na 1ª parte do Demonstrativo como recursos vinculados.
>
> [...]

A metodologia utilizada pelo Relatório Técnico RTCG 1/2015 para afastar os indícios de irregularidade quanto à possível insuficiência de recursos não enfrenta a natureza dos valores que integram cada fonte, presumindo verdadeiros os números lançados no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, apesar de o próprio Poder Executivo suscitar dúvidas sobre seu conteúdo em sede de nota explicativa, fato que deveria motivar a ação espontânea desta Corte de Contas para corrigir eventuais irregularidades.

Ocorre que as informações obtidas pelo MPC evidenciaram, por exemplo, que pelo menos parte dos **R$ 212.265.903,56**, declarados pelo Poder Executivo como **disponibilidade bruta** de recursos não vinculados contabilizados na fonte ***"71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)"***, consistem, na realidade, em **recursos vinculados para uso exclusivo em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, nos termos do art. 320 da Lei federal 9.503/1997**[336], Código de Trânsito Brasileiro, arrecadados pelo Departamento Estadual de Trânsito (**DETERAN**) (**R$ 72.874.523,94**) e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (**DER**) (**R$ 6.598.703,25**), no valor total de **R$ 79.473.227,19**, conforme informações extraídas do Sistema de Gestão

[336] Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Financeira do Espírito Santo (Sigefes), fornecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) por meio do Ofício OF/SEFAZ/GABSEC/Nº 157/2015[337]:

[337] Fl. 1034 a 1036; 110 e 1010 do Processo TC 6016/2015.

Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro - Poder Executivo - 71

Dezembro de 2014

Unidade Gestora / Fonte Completa	Disponibilidade Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade Líquida
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	**1.167.145,40**	**315.812,20**	**851.333,20**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	1.167.145,40	315.812,20	851.333,20
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	**5.820.816,43**	**654.318,73**	**5.166.497,70**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	5.820.816,43	654.318,73	5.166.497,70
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	**610.611,42**	**1.000,00**	**609.611,42**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	610.611,42	1.000,00	609.611,42
280201 - ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	**2.804,53**	**0,00**	**2.804,53**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	2.804,53	0,00	2.804,53
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	**8.217.965,24**	**2.219.643,31**	**5.998.321,93**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	8.217.924,65	2.219.643,31	5.998.281,34
0271000002 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - MULTAS - DETRAN - MULTAS - DETRAN	40,59	0,00	40,59
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	**17.034.367,63**	**3.969.739,04**	**13.064.628,59**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	17.034.367,63	3.969.739,04	13.064.628,59
300201 - SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	**1.560.696,29**	**297.116,25**	**1.263.580,04**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	1.560.696,29	297.116,25	1.263.580,04
300204 - AGÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA DO ESTADO ESPÍRITO SANTO	**15.720.372,73**	**43.215,12**	**15.677.157,61**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	15.720.372,73	43.215,12	15.677.157,61
300205 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	**568.519,53**	**516.378,22**	**52.141,31**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	568.519,53	452.722,10	115.797,43
4271000000 - OUTRAS CONTRAPARTIDAS - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	63.656,12	-63.656,12
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	**4.602.772,74**	**2.094.355,62**	**2.508.417,12**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	4.518.488,35	2.017.978,96	2.500.509,39
4271000000 - OUTRAS CONTRAPARTIDAS - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	84.284,39	76.376,66	7.907,73
310202 - INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	**4.452.834,40**	**901.232,91**	**3.551.601,49**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	4.452.834,40	901.232,91	3.551.601,49
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	**278.025,21**	**264.521,96**	**13.503,25**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	278.025,21	264.521,96	13.503,25
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**10.673.976,89**	**5.864.283,84**	**4.809.693,05**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	4.075.273,64	1.990.721,39	2.084.552,25
0271000009 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - MULTAS - DER	6.598.703,25	3.873.562,45	2.725.140,80
350207 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	**99.160.576,84**	**22.119.123,58**	**77.041.453,26**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	5.800.614,66	1.310.086,74	4.490.527,92
0271000001 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	20.485.438,24	17.025.658,04	3.459.780,20
0271000002 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - MULTAS - DETRAN	72.874.523,94	3.783.378,80	69.091.145,14

350208 - INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**6.687.968,36**	**6.207.612,82**	**480.355,54**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	346.058,09	143.891,48	202.166,61
0271000675 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - CONTRAT. E CREDORES DE OBRAS - DERTES	-6.341.910,27	6.063.721,34	278.188,93
360203 - AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	**11.666.700,10**	**229.139,28**	**11.437.560,82**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	11.666.700,10	229.139,28	11.437.560,82
410201 - INSTITUTOS ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	**17.687.152,20**	**5.618.174,21**	**12.068.977,99**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	17.615.569,51	5.617.478,61	11.998.090,90
4271000000 - OUTRAS CONTRAPARTIDAS - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	71.582,69	695,60	70.887,09
410202 - AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	**64.309,94**	**0,00**	**64.309,94**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	64.309,94	0,00	64.309,94
420201 - FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	**54.101,34**	**0,00**	**54.101,34**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	54.101,34	0,00	54.101,34
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	**6.177.602,01**	**92.852,10**	**6.084.749,91**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	6.177.602,01	92.852,10	6.084.749,91
450103 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**1.828,15**	**0,00**	**1.828,15**
0271000002 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - MULTAS - DETRAN	1.728,15	0,00	1.728,15
0271000003 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - FUNDO FINANCEIRO	100,00	0,00	100,00
450104 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRIDO SANTO	**8.047,76**	**872,12**	**7.175,64**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	1.863,18	872,12	991,06
0271000675 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO - CONTRAT. E CREDORES DE OBRAS - DERTES	6.184,58	0,00	6.184,58
450901 - FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	**1.107,14**	**0,00**	**1.107,14**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	1.107,14	0,00	1.107,14
460201 - INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	**15.704,25**	**0,00**	**15.704,25**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	15.704,25	0,00	15.704,25
460202 - INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	**9.313,07**	**0,00**	**9.313,07**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	9.313,07	0,00	9.313,07
460901 - FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO	**11.866,89**	**0,00**	**11.866,89**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	11.866,89	0,00	11.866,89
470903 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	**8.717,07**	**0,00**	**8.717,07**
0271000000 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	8.717,07	0,00	8.717,07
Total - Fonte 71 - Poder Executivo	***212.265.903,56***	***51.409.391,31***	***160.856.512,25***

Fonte: SIGEFES

Conforme já mencionado, apesar de enquadradas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo – publicado em 18/05/2015 – como contendo recursos não vinculados, as fontes **12** e **71** não foram consideradas pelo Poder Executivo para fins de apuração das despesas supostamente não empenhadas. Esse ponto foi inclusive questionado pelo Parecer PPJC 3684/2015, por meio do qual o MPC pediu a ***"análise da natureza dos recursos que integram as fontes de recurso '71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)' e '12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11'"***. *Verbis*:

> **3 CONCLUSÃO**
>
> **3.1 PRELIMINAR DE MÉRITO**
>
> [...]
>
> **CONSIDERANDO** que a documentação e informações encaminhadas pela SEFAZ demonstram que a disponibilidade de caixa do Poder Executivo na fonte de recursos "***71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)***", constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, considerada pelo Relatório Técnico do TCEES como contendo apenas recursos ordinários (não vinculados) (fl. 392/393[338]), contempla, na realidade, pelo menos em parte, recursos vinculados, a exemplo das multas previstas no art. 320 da Lei Federal 9.503/1997[339], Código de Trânsito Brasileiro, arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), no valor total de **R$ 71.816.285,94** (setenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais, e noventa e quatro centavos) (doc. 3), carecendo, portanto, de análise adicional por parte do corpo técnico do TCEES;
>
> [...]
>
> O Ministério Público de Contas pugna a este Tribunal de Contas, **em sede de preliminar de mérito**, que:
>
> [...]

[338] Asseverou a área técnica:

> "1º) Verifica-se que a Nota Explicativa 3 do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo equivoca-se ao iniciar o cálculo da Disponibilidade de Caixa Bruta dos recursos não vinculados com o valor de R$ 472.865.740,17, **tendo em vista que o valor a ser considerado como recursos livres do Poder Executivo é o declarado por ele na linha "TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) do Demonstrativo republicado, no montante de R$ 703.732.680,63**. Observa-se que a referida Nota Explicativa excluiu desse montante os valores de R$ 18.601.036,90 e R$ 212.265.903,56, constantes, respectivamente, nas linhas "Superávit Financeiro – Decreto 2829-5 de 17/08/11" e "Arrecadado pelo Órgão (exceto RPPS)" que compõem o total de recurso não vinculados do Demonstrativo republicado. Contudo, não é apresentada nenhuma justificativa plausível quanto a isso, à exceção da Nota Explicativa 4 citando que a disponibilidade de caixa líquida das autarquias é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência." (grifou-se)

[339] Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

> **b)** Promova o **sobrestamento** deste processo de prestação de contas anual do Governador e a **interrupção** do prazo para emissão do Parecer Prévio, determinando:
>
> [...]
>
> **III. A reabertura da instrução processual** para análise por parte da Comissão Técnica do TCEES, **nos autos desta PCA**, dos seguintes pontos:
>
> [...]
>
> 3. **Análise da natureza dos recursos que integram as fontes de recurso ""*71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)*" e "*12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11*"**, constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, tendo em vista que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 10/2015 considerou em seu cálculo que essas fontes são formadas apenas por recursos não vinculados, conquanto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), em resposta a requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas (doc. 3), demonstrou que a fonte 71 contém recursos vinculados, a exemplo das multas de trânsito arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), fonte 0271000002, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 69.091.145,14**, e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), fonte 0271000009, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 2.725.140,80**;

Esclareça-se que o objetivo deste órgão ministerial com a medida foi permitir que o TCEES simplesmente realizasse o **exame do conteúdo dos documentos publicados**, isto é, aferisse a veracidade das informações que subsidiaram a elaboração dos demonstrativos fiscais com a profundidade necessária à emissão de Parecer Prévio com o grau de segurança exigido pela sociedade capixaba, de modo a esclarecer as dúvidas lançadas pelo Poder Executivo estadual acerca da insuficiência de recursos ao final de 2014.

Acrescente-se, por fim, que o conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto registrou em seu voto que, de acordo com a metodologia utilizada pelo TCEES, as receitas das autarquias **que não sejam vinculadas**, isto é, cuja aplicação decorra de previsão legal, são contabilizadas de forma total no Poder Executivo:

> Se é verdade que esta Corte tem aplicado o entendimento de que os recursos das Autarquias, que não sejam vinculados (aplicação definida por Lei) estejam contabilizados de forma total no Poder Executivo, **a sua real disponibilidade dependeria de uma autorização legislativa**, vide a

> existência de Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional. O que demonstra na prática que não é tão disponível assim.

No entanto, conforme já demonstrado, a metodologia empregada pela Comissão Técnica não aferiu a real natureza dos recursos registrados nas fontes "**71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)**" e "**12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11**".

Por essas razões, a análise empreendida pela Comissão Técnica no item 5.3.9 do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 não pode ser acolhida para justificar a ausência de conhecimento, por parte do TCEES, acerca da natureza dos recursos que integram as fontes "**71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)**" e "**12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11**", motivo pelo qual o MPC espera que, em sede de recurso, seja esclarecida a natureza dos recursos que integram as mencionadas fontes, no intuito de verificar a existência de leis que vinculem a utilização, no todo ou em parte, dos recursos integrantes de cada uma das fontes citadas.

2.3.1.2.12 Do argumento de que o relator e a área técnica não identificaram pendências que autorizasse o sobrestamento do feito e, por isso, não se tem a situação concreta para a qual o legislador autorizou a prorrogação do prazo para emissão de Parecer Prévio

O argumento em tela foi trazido pelo ilustre conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo nos seguintes termos:

> Conforme assinalado, o prazo para entrega das contas anuais à Assembleia Legislativa é até o dia 30 de abril do ano seguinte, ao exercício a que se refere, cabendo ao Tribunal de Contas promover o seu exame técnico e conclusivo, e sobre elas, emitir Parecer Prévio, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.
>
> Ressalva o legislador como hipótese de prorrogação do marco limite para cumprimento dessa obrigação, por este órgão de controle, apenas, a situação em que o Tribunal verifique que as contas prestadas não apresentem todo o rol de documentos ou informações exigidos nas normas

> que disciplinam sua composição. Vide o que dispõe o art. 73 e seu parágrafo único, da LC 621/2012.
>
> > Art. 73. Se as contas não forem encaminhadas ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua correta instrução, o Tribunal de Contas comunicará o fato à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
> >
> > Parágrafo único. O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal de Contas.
>
> Pois bem, se as contas foram apresentadas e submetidas ao crivo da área técnica e ao Relator, sem que por estes fossem, até então, acusadas nenhuma pendência, não temos, no caso concreto, a situação para a qual o legislador autorizou a prorrogação do prazo de emissão de Parecer Prévio. DAÍ PORQUE ME PARECE DESCABIDA A PRETENSÃO DE SOBRESTAR O EXAME E EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO.

A aferição da regularidade formal da documentação recebida foi realizada por meio da Análise Inicial de Conformidade AIC 65/2015, a qual atestou que os documentos exigidos pela Instrução Normativa IN 28/2013. Ocorre que o exame formal da documentação apenas verifica se, por exemplo, a prestação de contas anual do governador possui um arquivo digital denominado “RELOCI”, referente ao relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão de controle interno, e se o mesmo encontra-se no formato correto e assinado digitalmente pelos responsáveis. Ou seja, a análise inicial de conformidade não verifica se o relatório possui ou não um juízo de valor acerca da gestão do governador, porquanto algumas omissões só poderão ser identificadas, por óbvio, ao se examinar minuciosamente o documento, tarefa atribuída a etapa seguinte da análise empreendida pela Comissão Técnica.

Pois bem. Ao afirmar que não há pendência a ser suprida simplesmente pelo fato de a área técnica e o relator não terem acusado sua existência na prestação de contas do governador, o nobre magistrado ignora que tal vício possa ser identificado pelo órgão que tem por missão constitucional justamente a guarda das leis fiscais e processuais no âmbito desta Corte de Contas: o Ministério Público de Contas.

Não é por mera veleidade ou capricho que os processos de controle externo são remetidos ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer ao final da instrução processual, momento em que o *Parquet* não só pode, **mas deve** apontar

eventuais vícios identificados ao longo da instrução, sob pena de se convolar a atuação ministerial em mera subserviência institucional, hipótese, por óbvio, inconciliável com a sua missão constitucional.

O próprio dispositivo legal colacionado pelo conselheiro informa que não só o recebimento incompleto da prestação de contas, mas também a sua "regularização" perante o Tribunal e Contas são motivos que autorizam a interrupção do prazo para emissão de Parecer Prévio. Entenda-se por regularização o saneamento do feito em relação a todas as informações necessárias a correta análise dos fatos. Desse modo, questiona-se: como avaliar um relatório que se denomina **conclusivo** se o mesmo encontra-se **desprovido de conclusão**? Como desconsiderar que mais de duas dezenas de pontos de controle, que deveriam ser analisados pelo órgão de controle interno, simplesmente não constam no relatório?

Por sua vez, os art. 105 e 106 evidenciam que não apenas de documentos são constituídas as prestações de contas do governador, mas também – e principalmente – de informações, uma vez que os documentos, sejam eles sob a forma de papel ou digitais, constituem, tão-somente, o suporte material para as informações necessárias à emissão de Parecer Prévio por parte deste órgão de controle externo:

> Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.
>
> § 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
>
> § 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade de os ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres para julgamento.
>
> § 3º A composição das contas a que se refere o *caput,* observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal.

> § 4º As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados no ato normativo previsto no parágrafo anterior.
>
> Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
>
> § 1º O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal.
>
> § 2º Os documentos e informações necessários à regularização de que trata o parágrafo anterior serão aqueles apontados pelo Tribunal.

Por essas razões, não assiste razão ao argumento do ilustre magistrado de contas.

2.3.1.2.13 Do argumento de a ausência de parecer conclusivo do órgão de controle interno constitui obrigação do dirigente do controle interno alusiva ao exercício de 2015, não devendo gerar reflexos na prestação de contas de 2014

O argumento em tela também foi trazido pelo conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo. *Verbis*:

> **Sobre o Parecer do Controle Interno**
>
> Sobre a ausência de Parecer Conclusivo do órgão de Controle Interno completo, lembro que essa exigência passou a constar da composição das contas de governo a partir do exercício de 2014, e, diga-se de passagem, constitui obrigação que recaiu sobre o dirigente do Controle Interno do Estado, na gestão atual, a qual coube a preparação e a remessa da Prestação de Contas, razão pela qual não vejo motivo para a repercussão dessa inadequação procedimental nas contas em apreciação, eis que, a meu sentir, é questão que pode ser saneada com recomendação para que o Poder Executivo, doravante, proceda à sua elaboração nos termos das normas deste Tribunal. (conforme consta do voto do eminente Relator).

Inicialmente, o citado argumento esviscera um problema estrutural do modelo de controle interno estadual: a possibilidade de que, por ocasião da avaliação da gestão do chefe do Poder Executivo, o dirigente do órgão controle interno – pessoa da mais alta confiança do governador[340] e por ele alçado ao cargo de secretário de estado –

[340] O vínculo do ocupante do cargo de secretário de estado com o chefe do Poder Executivo se mostra tão profundo que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), constitui exceção às hipóteses de nepotismo

se omita na avaliação em relação a pontos que possam evidenciar irregularidades de responsabilidade da pessoa que lhe agraciou com tão importante cargo na estrutura administrativa do Estado, mormente diante do elevado grau de independência funcional que deve caracterizar essa função pública, o que lança fundadas dúvidas sobre a natureza do cargo do responsável pelo órgão de controle interno do Poder Executivo.

No que tange a ausência de reflexos do parecer conclusivo do órgão de controle interno na prestação de contas anual por ter sido elaborado no exercício seguinte, assiste razão em parte ao conselheiro. De fato, os fatos e atos sob apreciação pelo TCEES para fins de emissão de Parecer Prévio se confina ao limite temporal do exercício em exame, isto é, 2014. De fato, essa circunstância impõe que certas impropriedades constatadas no relatório conclusivo, desde que não comprometam a avalição da prestação de contas por parte do TCEES e do Poder Legislativo, sejam objeto de recomendação ou determinação, conforme o caso, mormente por ocasião da transição de governo, uma vez que as irregularidades ocorridas na gestão do governante sucessor não podem ser atribuídas à gestão anterior.

No entanto, para que o TCEES possa avaliar com segurança a gestão do governador do Estado e subsidiar o julgamento por parte do Poder Legislativo, a lei – tomada em seu sentido amplo – exige que o órgão de controle interno emita prévio juízo de valor acerca da gestão do chefe do Poder Executivo, mediante avaliação de

---

contempladas na Súmula Vinculante nº 13. O posicionamento do STF equipara o secretário de estado a parente até o terceiro grau do chefe do Poder Executivo, ao qual não se aplica a vedação para ocupar o cargo de secretário de estado.

> **Súmula Vinculante 13**
> A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
>
> **Precedente**
> "Então, quando o art. 37 refere-se a cargo em comissão e função de confiança, está tratando de cargos e funções singelamente administrativos, não de cargos políticos. Portanto, os cargos políticos estariam fora do alcance da decisão que tomamos na ADC nº 12, porque o próprio capítulo VII é Da Administração Pública enquanto segmento do Poder Executivo. E sabemos que os cargos políticos, como por exemplo, o de secretário municipal, são agentes de poder, fazem parte do Poder Executivo. O cargo não é em comissão, no sentido do artigo 37. Somente os cargos e funções singelamente administrativos - é como penso - são alcançados pela imperiosidade do artigo 37, com seus lapidares princípios. Então, essa distinção me parece importante para, no caso, excluir do âmbito da nossa decisão anterior os secretários municipais, que correspondem a secretários de Estado, no âmbito dos Estados, e ministros de Estrado, no âmbito federal." (RE 579951, Voto do Ministro Ayres Britto, Tribunal Pleno, julgamento em 20.8.2008, DJe de 24.10.2008)

importantes pontos de controle[341], e submeta o resultado dessa avaliação ao Tribunal de Contas sob a forma de relatório conclusivo. Em outras palavras, a ausência de avaliação dos pontos de controle por parte do órgão de controle interno ou de relatório conclusivo constitui óbice ao exercício do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas, frustrando o cumprimento do art. 76 da Constituição Estadual que estabelece:

> Art. 76 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada, sistema do controle interno com a finalidade de:
>
> I - avaliar o cumprimento das metes previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;
>
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
>
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos, obrigações e haveres do Estado;
>
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
>
> § 1º - Os responsáveis pelo controle interno darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, de qualquer irregularidade e ilegalidade de que tiverem conhecimento.
>
> § 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei denunciar irregularidade ou ilegalidade ao Tribunal de Contas do Estado.

Transcrevem-se, por oportuno, os **22** pontos de controle que não foram avaliados pelo órgão de controle interno do Poder Executivo:

[341] Todos os pontos de controle elencados na Instrução Normativa IN 28/2013 possuem como fundamento legal normas federais de ordem pública e, portanto, de observância obrigatória por parte de todos os entes da federação, não sendo necessária a existência de norma regulamentar editada pelo TCEES como espécie de condição de validade e de aplicabilidade das normas federais no Estado do Espírito Santo.

6. Pontos de Controle sem manifestação da Coordenação de Contas de Governo

Considerando a disponibilização de informação incompleta e/ou insuficiente ou a não disponibilização, bem como o tempo exíguo para levantamento, ratificação das informações prestadas não foi possível esta coordenação realizar a análise e avaliação dos procedimentos dos pontos de controle relacionados a seguir:

a) LOA – vinculação de recursos (LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único);

b) Execução de receitas (relativo à arrecadação e ações de fiscalização, combate à sonegação, recuperação de créditos e os resultados alcançados) (LC 101/2000, art. 11);

c) Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);

d) Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);

e) Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);

f) Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);

g) Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);

h) Execução de despesas – vinculação (CRFB/88, art. 167, inc. IV);

i) Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura (CRFB/88, art. 167, inc. V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);

j) Créditos adicionais – decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);

k) Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências (CRFB/88, art. 167, inc. VI);

l) Autorização orçamentária para cobertura de déficit (CRFB/88, art. 167, inc. VIII);

m) Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza (CRFB/88, art. 167, inc. IX);

n) Créditos extraordinários – abertura (CRFB/88, art. 167, §3º);

o) Prestação de contas anual – execução orçamentária (LC 101/2000, art. 58);

p) Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista (CRFB/88, art. 173,§ 2º);

q) Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular (LC 101/2000, art. 11);

r) Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato (LC 101/2000, art. 21);

s) Despesas com pessoal – aumento despesas nos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato (LC101/2000, art. 21, parágrafo único);

t) Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO (CRFB/88, art. 169, § 1º);

u) Operações de crédito – concessão de garantias e contragarantias (LC 101/2000, art. 40. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18);

v) Operações de crédito – cláusulas contratuais vedadas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

Acrescente-se que o TCEES ainda não possui condições de acompanhar, por exemplo, a legalidade de todos os decretos que abriram crédito suplementar no exercício, bem como a metodologia de aferição das contrapartidas das receitas renunciadas, circunstâncias que tornam indispensável o apoio do controle interno, conforme preceitua o citado inciso IV do art. 76 da Carta Estadual, sem o qual esta Corte de Contas realiza apenas uma avaliação parcial da gestão do chefe do Poder Executivo.

Ao contrário do que afirmou o conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, os pontos de controle sobre os quais o controle interno não se pronunciou não foram objeto de análise por parte do TCEES. Como exemplo muito claro, pinçam-se os decretos que promoveram a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro do RPPS, constatada pela área técnica desta Corte de Contas, mas que, estranhamente, ficaram fora da análise da prestação de contas anual, apesar de requerimento do Ministério Público de Contas para os decretos em tela fossem objeto de análise por parte da Comissão Técnica competente, formulado antes mesmo da chegada da prestação de contas ao TCEES.

Logo, não merece acolhimento o indigitado argumento.

Por derradeiro, fica a instigação para o bom e necessário debate, que o TCEES formando uma linha de resistência com todos aqueles que demonstrem interesse em

cerrar fileiras, assuma com ênfase a força vinculante do controle interno da administração pública, com o intuito de multiplicar o processo de instituição e fortalecimento dos órgãos de controle interno, em aderência ao art. 74 da Carta Maior[342]. Afinal, esse é um legado republicano, independentemente de agendas partidárias ou governamentais de ocasião.

2.3.2 Da instauração dos incidentes de prejulgado

Conforme já mencionado neste Recurso de Reconsideração, a disciplina jurídica do incidente de prejulgado se encontra no artigo 174 da Lei Orgânica desta Corte[343] e art. 348 e seguintes do Regimento Interno do TCEES[344], incluindo o Ministério Público de Contas como legitimado para suscitar o incidente processual:

---

342 Art. 74. **Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada**, sistema de controle interno com a finalidade de:
I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

343 **TÍTULO IX**
DA JURISPRUDÊNCIA E DOS INCIDENTES PROCESSUAIS
[...]
Capítulo II
DOS PREJULGADOS E DA UNIFROMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA
Seção I
Dos Prejulgados
Art. 174. Por iniciativa de Conselheiro, Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, poderá o Plenário, mediante decisão normativa, pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da administração, reconhecida a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, observada a forma estabelecida no Regimento Interno.
Parágrafo único. Não poderá atuar como Relator o Conselheiro ou Auditor que suscitar a matéria.

344 **CAPÍTULO III**
DOS INCIDENTES PROCESSUAIS
[...]
Seção IV
Do Prejulgado
Art. 348. Reconhecida, preliminarmente, a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, o Plenário poderá pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da Administração.
§ 1º Possuem legitimidade para propor o incidente de prejulgado Conselheiro, Auditor ou Ministério Público junto ao Tribunal.
§ 2º Os requisitos de admissibilidade do incidente de prejulgado deverão ser submetidos à audiência do Ministério Público junto ao Tribunal, quando não for o proponente.

CAPÍTULO III
DOS INCIDENTES PROCESSUAIS

[...]

Seção IV
Do Prejulgado

Art. 348. Reconhecida, preliminarmente, a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, o Plenário poderá pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da Administração.

§ 1º Possuem legitimidade para propor o incidente de prejulgado Conselheiro, Auditor ou Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 2º Os requisitos de admissibilidade do incidente de prejulgado deverão ser submetidos à audiência do Ministério Público junto ao Tribunal, quando não for o proponente.

Art. 349. Não poderá atuar como Relator o Conselheiro que propuser o incidente de prejulgado, sendo sorteado, imediatamente após a proposição, outro Conselheiro para relatar a matéria.

Art. 350. Uma vez admitido pelo Plenário, o incidente de prejulgado será processado em autos apartados e encaminhado ao Relator, que poderá determinar a remessa do processo ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula para os fins do disposto no art. 445, inciso III, deste Regimento[345], e, após, à unidade técnica competente para manifestação[346], no prazo de quinze dias. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).

> *Redação anterior:*
> *Art. 350. Uma vez admitido pelo Plenário, o incidente de prejulgado será processado em autos apartados e encaminhado ao Relator, que poderá determinar a remessa do processo à unidade técnica competente para manifestação, no prazo de quinze dias.*

Parágrafo único. O Relator remeterá ao Ministério Público junto ao Tribunal para manifestação, no prazo de quinze dias.

Art. 351. O Relator do incidente deverá apresentar seus fundamentos até a segunda sessão ordinária subsequente à devolução dos autos pelo Ministério Público junto ao Tribunal, salvo se a complexidade da matéria

---

[345] Art. 445. Compete ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula - NJS: (Redação dada pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).
[...]
III - apresentar, nos processos de consulta e nos incidentes de prejulgado e de uniformização de jurisprudência, no prazo de quinze dias, "Estudo Técnico de Jurisprudência", que conterá a análise da existência, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, acerca de súmulas de jurisprudência, prejulgados ou deliberações sobre o tema;

[346] Acerca da unidade técnica competente para o exame e instrução do incidente de prejulgado, assim dispõe o art. 47, inciso II, do Regimento Interno do TCEES:

> Art. 47. A Secretaria Geral de Controle Externo – SEGEX à qual compete planejar, organizar, coordenar, orientar, gerenciar, dirigir, supervisionar e executar, por intermédio das unidades técnicas subordinadas, todas as atividades e projetos relativos à área técnico-executiva de controle externo e avaliar seus resultados, emitir notas técnicas dirigidas às unidades técnicas com a finalidade uniformizar técnicas e padrões de fiscalização e de análise de contas, propor diretrizes relativas ao controle e a fiscalização a cargo do Tribunal, assessorar o Presidente, os Conselheiros e os Auditores em matéria de sua competência, dispondo da seguinte estrutura: (Artigo retificado pela Emenda Regimental nº 001, de 27.8.2013).
> [...]
> II - **Secretaria de Controle Externo de Recursos - SecexRecursos**, à qual compete a execução das atividades operacionais de exame e instrução de processos de consultas formuladas pelos jurisdicionados, dos recursos interpostos contra deliberações proferidas pelo Tribunal, pedido de revisão, **incidente de prejulgado**, exceto embargos de declaração nos quais não haja efeito modificativo;

indicar a necessidade de dilação do prazo, que não poderá ultrapassar a quarta sessão ordinária.

Art. 352. Proferido o julgamento do incidente pelo Plenário, observado o quorum qualificado previsto no art. 180 da Lei Orgânica do Tribunal, os autos serão devolvidos àquele que suscitou a matéria incidental, para apreciação do mérito do processo.

§ 1º O julgamento que deliberar sobre o incidente processual solucionará a questão levantada, constituindo prejulgado vinculante aos demais casos submetidos ao Tribunal.

§ 2º Dirimida a questão, os respectivos autos serão apensados ao processo em que se originou o incidente.

Art. 353. O prejulgado poderá ser revogado ou reformado sempre que o Tribunal, pronunciando-se em tese, firmar nova interpretação, hipótese em que a decisão fará expressa remissão à reforma ou revogação.

Art. 354. Somente pela maioria absoluta dos Conselheiros poderá o Tribunal estabelecer, reformar ou revogar prejulgado.

§ 1º Os prejulgados serão numerados e estabelecidos por meio de acórdão, com publicação no órgão oficial e no sítio eletrônico do Tribunal, fazendo-se as remissões necessárias à identificação do processo em que se originou. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 004, de 24.2.2015).

Redação Anterior:
§ 1º Os prejulgados serão numerados e estabelecidos por meio de decisão normativa, com publicação no órgão oficial e no sítio eletrônico do Tribunal, fazendo-se as remissões necessárias à identificação do processo em que se originou.

§ 2º A invocação do prejulgado será feita pelo seu número correspondente, com a indicação do processo que o originou.

§ 3º Compete à Secretaria Geral das Sessões numerar os prejulgados em sequência bem como fazer as remissões necessárias à identificação do processo em que se originou o prejulgado e mencionar, inclusive, o respectivo número do acórdão. (Parágrafo acrescido pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).

Art. 355. O prejulgado tem caráter exclusivamente normativo e será aplicado sempre que invocado no exame processual.

Por meio do **incidente de prejulgado**, o Plenário do TCEES se pronuncia sobre a interpretação de **qualquer norma jurídica** ou de **procedimento da Administração Pública**. Para tanto, o suscitante deve demonstrar o preenchimento de dois requisitos:

1) Relevância da matéria de direito; e

2) Aplica

bilidade de forma geral.

Ainda de acordo com os citados dispositivos, o incidente de prejulgado deve ser arguido "preliminarmente", isto é, antes da apreciação do mérito do **caso concreto** em que for suscitado, adquirindo o pronunciamento do Tribunal de Contas caráter normativo com **efeito abstrato e vinculante**.

Delineados os contornos jurídicos do prejulgado, passa-se à exposição dos incidentes dessa espécie suscitados preliminarmente neste Recurso de Reconsideração.

2.3.2.1 Incidentes de Prejulgado nº 1, 2 e 3: Percentual mínimo constitucional de 25% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Incidente de Prejulgado nº 1:

> Questiona a interpretação do procedimento da Administração Pública que cria receita orçamentária fictícia (alíquota de contribuição patronal suplementar para amortização de déficit atuarial) para cobrir despesa orçamentária inexistente (plano de amortização do déficit atuarial) por parte do gestor único do RPPS[347] com a anuência do órgão da administração direta responsável pela elaboração do orçamento no respectivo ente federado[348] em face da Lei Complementar estadual 282/2004 que não estabeleceu plano de amortização como forma de equacionamento do déficit atuarial do RPPS, mas sim a segregação das massas de segurados, evidenciada pela criação dos fundos financeiro e

[347] No caso concreto, o gestor único do RPPS do Estado do Espírito Santo é o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM).
[348] No caso concreto, o órgão da administração direta responsável pela elaboração do orçamento do Estado é a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (Sep).

previdenciário, conforme previsão contida no art. 49 da referida lei complementar[349].

Incidente de Prejulgado nº 2:

Questiona a interpretação do procedimento da Administração Pública que transfere os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS mediante execução orçamentária em face do descumprindo das normas emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial a Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[350].

Incidente de Prejulgado nº 3:

Questiona a interpretação da norma jurídica positivada por meio dos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012[351], os quais autorizam o Estado

---

349 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539/2009).
§ 4º As receitas decorrentes da compensação financeira, relativas à contagem recíproca de tempo de contribuição, de que trata o inciso VIII do artigo 40, serão destinadas ao Fundo Financeiro e ao Fundo Previdenciário, considerando a vinculação dos segurados determinada nos §§ 1º e 2º deste artigo. (incluído pela LC nº 539/2009).

350 Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SEBSECVI/STN

Em 25 de julho de 2011

ASSUNTO: Esclarecimento sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
[...]
Do Equilíbrio Financeiro do RPPS
3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses.

351 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

e os municípios a considerar como aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) as despesas destinadas à cobertura do déficit financeiro do RPPS, em face do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[352] (ADCT), do art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[353], do art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[354], dos art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[355], assim como dos procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos.

---

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

352 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

353 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

354 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

355 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

2.3.2.1.1 Dos requisitos de admissibilidade para os incidentes de prejulgado nº 1, 2 e 3

Para esses três primeiros incidentes de prejulgado, a **relevância da matéria de direito** está demonstrada por meio da afronta às normas federais que disciplinam a matéria de forma diversa, cujo descumprimento permite a subtração indevida de recursos da educação do Estado e dos municípios que possuem RPPS com déficit financeiro. Por sua vez, a **aplicabilidade de forma geral** do prejulgado decorre do fato de que a Resolução do TCEES e os procedimentos contábeis adotados pela Administração Pública estadual podem ser adotados por quaisquer outros jurisdicionados desta Corte de Contas que possuam RPPS com déficit financeiro e que tenham optado pela segregação das massas de segurados.

2.3.2.1.2 Dos fundamentos para os incidentes de prejulgado nº 1, 2 e 3

Estes incidentes de prejulgado possuem relação com o item 3.2, alínea "a", do **Parecer PPJC 3684/2015**, por meio do qual este órgão ministerial pugnou pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação da prestação de contas anual do governador no estado em que se encontra em razão, dentre outros motivos, da aplicação insuficiente de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). *Verbis*:

> **3.2 MÉRITO**
>
> Quanto ao mérito, caso este colendo Tribunal de Contas delibere pelo não acolhimento dos pedidos de sobrestamento do feito para complementação da análise por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e reabertura da instrução processual, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no MS 3367, por não restar alternativa, o Ministério Público de Contas pugna pela emissão de Parecer Prévio **CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, **no estado em que ela se encontra**, elaborada pelo seu sucessor, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, pelos seguintes motivos:
>
> **a)** Descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, em razão da aplicação insuficiente de recursos na manutenção e desenvolvimento

> do ensino (MDE) – foram aplicados **apenas 23,59%** quando o **mínimo** exigido pela Constituição é 25% – decorrente da inclusão indevida nas despesas com MDE de **R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, e dezessete centavos)**, utilizados para pagamento de benefícios previdenciários a servidores públicos inativos e pensionistas durante o exercício de 2014, sujeitando, inclusive, o Estado do Espírito Santo à intervenção federal por violação ao princípio constitucional sensível previsto no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Carta da República;
>
> [...]

Tendo em vista que a demonstração da irregularidade em tela decorre da apreciação de três questões preliminares ao enfrentamento do mérito recursal, em relação às quais se mostra imprescindível a instauração dos correspondentes incidentes de prejulgado.

Inicialmente, em relação ao **incidente de prejulgado nº 3**, mediante o qual se questiona a **interpretação dada pela Resolução TC 238/2012 aos normativos federais que disciplinam a correta utilização dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**, esclareça-se que o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 registrou que a inclusão do repasse para cobertura do déficit financeiro do RRPS nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) possui como fundamento normativo §§ 4º e 6º da Resolução TC 238/2012:

> Cabe registrar, que se observou em consulta ao SIGEFES 2014, conta contábil 351320100, fonte de recursos 0102 – MDE, contribuição complementar, despesa com repasse para cobertura de déficit financeiro do RPPS relativo aos servidores da educação, no montante de R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, dezessete centavos), despesa essa fundamentada no artigo 21, parágrafos 4º e 6º da Resolução TC nº 238[356] de 15/05/2012 do TCEES.

[356] Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

Por sua vez, em seu voto o conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto ressaltou a existência de norma deste Tribunal de Contas permitindo uma interpretação que influencia no cálculo do mínimo constitucional com MDE. Para tanto, o nobre conselheiro vislumbra a necessidade de se criar uma regra de transição[357]. *Verbis*:

> Entretanto **há necessidade, em nosso entendimento em se criar uma regra de transição**, a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Contas. Não sendo portanto aplicável nas contas atuais.
>
> Nos mesmos moldes, o cálculo do aporte dos inativos com aplicação em Educação. Influenciando inclusive no mínimo constitucional a ser apurado. Nesse caso específico, **vale ressaltar a existência de norma desse Tribunal permitindo essa interpretação ora combatida pelo MP**. Entendemos como no caso anterior, da necessidade de uma regra de transição, conforme já existe em outros tribunais, seguindo o conceito que sempre defendo: Faz melhor, quem copia por último.

No que tange ao **incidente de prejulgado nº 2**, por meio do qual se questiona a interpretação conferida pelo procedimento da Administração Pública aos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à **forma correta de transferência do aporte previdenciário para o RPPS**, insta consignar que, ao analisar o tema Previdência, o **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015**[358] sugeriu tratamento **não uniforme** ao procedimento de transferência dos aportes por parte do Poder Executivo em relação aos demais Poderes e Órgãos estaduais:

> Dessa forma, os aportes de recursos serão contabilizados como **receita intraorçamentária** quando recebida do Poder Executivo, e como **receita extraorçamentária**, no caso de Outros Poderes e Órgãos, porém serão demonstrados em conjunto, conforme evidencia o Quadro 7.04. (grifou-se)

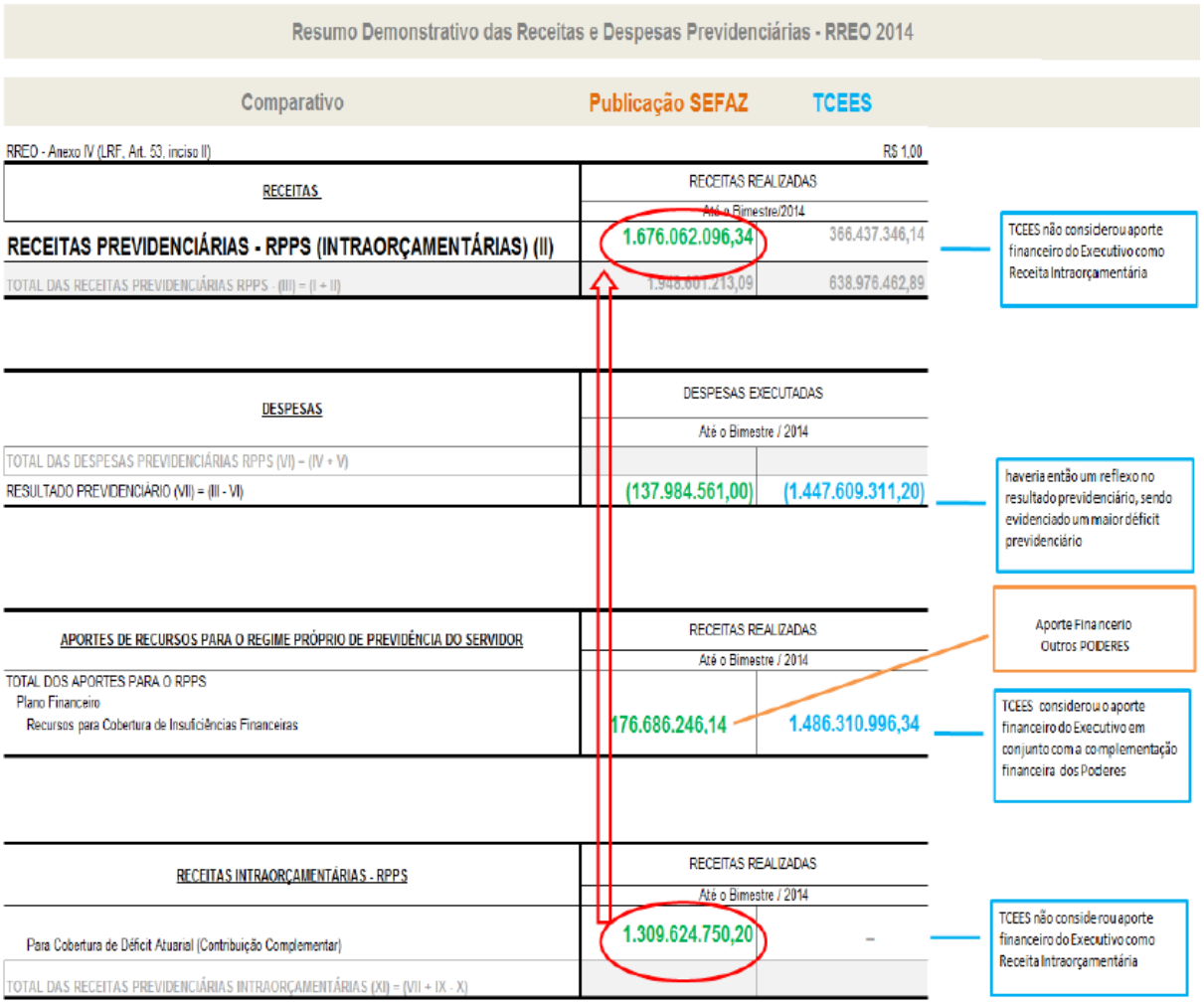
---

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)
§ 6º O disposto no § 4º do artigo 21 não exime os entes federativos da responsabilidade de respeitarem o limite mínimo de aplicação de sessenta por cento dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério – FUNDEB, criado pela EC 53/06, e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/07, na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, nos termos do art. 22, da Lei Federal nº 11.494/07. (Paragrafo 5º renomeado para § 6º pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

357 Salvo melhor juízo, a instituição de regra de transição objetivando o cumprimento progressivo do mínimo constitucional em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) constitui matéria de competência legislativa da União, não sendo possível, portanto, que estados e municípios possam dispor de modo diverso sem autorização expressa do parlamento federal, sob pena se colocar em risco a harmonia do pacto federativo.

358 Fl. 508 do Processo TC 6016/2015.

Quadro 7.04 – Resumo: Evidenciação de Aportes Financeiros



Resumo Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias - RREO 2014

Comparativo	Publicação SEFAZ	TCEES

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.676.062.096,34	366.437.346,14
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	1.948.601.213,09	638.976.462,89

TCEES não considerou aporte financeiro do Executivo como Receita Intraorçamentária

DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS até o Bimestre / 2014	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(137.984.561,00)	(1.447.609.311,20)

haveria então um reflexo no resultado previdenciário, sendo evidenciado um maior déficit previdenciário

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre / 2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		
Plano Financeiro		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	176.686.246,14	1.486.310.996,34

Aporte Financeiro Outros PODERES

TCEES considerou o aporte financeiro do Executivo em conjunto com a complementação financeira dos Poderes

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - RPPS	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre / 2014	
Para Cobertura de Déficit Atuarial (Contribuição Complementar)	1.309.624.750,20	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)		

TCEES não considerou aporte financeiro do Executivo como Receita Intraorçamentária

Fonte: Informações Metodologia Equipe Gestão Fiscal 9ª Secretaria de Controle Externo

Esse posicionamento da Comissão Técnica, além de **não uniforme**, destoa das "Recomendações" expedidas pelo TCEES por meio da **Decisão TC 3935/2015**, prolatada nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do **6º bimestre de 2014** (Processo TC 1590/2015), e da **Decisão TC 4794/2015**, proferida nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do **1º bimestre de 2015** (Processo TC 4955/2015), as quais recomendaram ao **Poder Executivo que deixasse de considerar os aportes previdenciários como receita intraorçamentária do RPPS**:

DECISÃO TC-3935/2015

PROCESSO - TC-1590/2015

ASSUNTO - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE DE 2014 – INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RECOMENDAR – ENCAMINHAR CÓPIAS - APENSAR.

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha *"RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)"*, **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro *"APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR"* do mesmo Demonstrativo. (grifou-se)

[...]

DECISÃO TC – 4794/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO – TC-4955/2015

ASSUNTO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) 1º BIMESTRE 2015 PODER EXECUTIVO ESTADUAL – INTERESSADO: GOVERNADORIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES E ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – ENCAMINHAR CÓPIAS – RECOMENDAR – MPEC.

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, por unanimidade, em sua 25ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que integra esta Decisão, encaminhar cópia do Relatório REO 03/2015, elaborado pela 9ª Secretaria de Controle Externo, e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 9/2015 ao Exmo. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Controle e Transparência, a fim de que tomem ciência.

DECIDE, ainda recomendar ao Executivo Estadual que:

1 Na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04

(Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identificar esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo;

2 Na Elaboração das próximas Leis Orçamentárias, a separação orçamentária dos planos Previdenciário e Financeiro, conforme disposto na Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 (Publicada no D.O.U. de 11/12/2008 e republicada no D.O.U. de 12/12/2008);

3 Nos próximos bimestres, o disposto no § 2º do art. 49 da Lei 10.257/15 (LDO para 2015), quanto a publicação do relatório indicativo de realização da receita, para fins de verificação do estabelecido nos artigos 9º e 13 da Lei complementar Federal nº 101/00.

DECIDE por fim, determino o envio dos autos ao Ministério Público de Contas, para conhecimento e considerações que entender pertinentes, retornando os autos ao gabinete do relator.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

As Recomendações expedidas pelo TCEES ainda não foram atendidas pelo Poder Executivo estadual, uma vez que **os registros contábeis referentes ao aporte no Sistema Integrado Gestão Financeiras do Espírito Santo continuam sendo contabilizados como receita intraoçamentária do RPPS**.

Ao ser incluída apenas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), e portanto excluída do processo de prestação de conta anual do chefe do Poder Executivo, a incorreção do registro contábil do aporte previdenciário – bem como as graves consequências dela advindas – não são levadas ao conhecimento do Poder Legislativo para fins de julgamento, uma vez que as irregularidades detectadas ao longo do exercício financeiro são direcionadas para processos secundários como forma de não macular a prestação de contas anual do chefe do Pode Executivo.

Já em relação ao **incidente de prejulgado nº 1**, referente à interpretação dada pela Administração Púbica às normas que disciplinam o RPPS do Estado do Espírito Santo, **criando uma receita orçamentária fictícia para atender a uma despesa orçamentária inexistente do RPPS**, não houve manifestação específica por parte da Comissão Técnica que analisou a prestação de contas do governador de 2014 em razão da metodologia empregada pelo TCEES no exame da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo.

Pois bem. Os fundamentos jurídicos para a arguição dos prejulgados em tela foram exaustivamente apresentados no Requerimento[359] protocolizado pelo MPC em 07/05/2015 e autuado como **Processo TC 6099/2015**, bem como no Parecer PPJC 3684/2015[360], as quais são reproduzidas a seguir como fundamentação destes três incidentes processuais. Por opção metodológica, foram transcritas as conclusões das duas manifestações ministeriais citadas:

REQUERIMENTO DO MPC[361]

[...]

2 FUNÇÃO DE GOVERNO: EDUCAÇÃO

Ponto para Análise:

- **Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de R$ 531.284.714,02 (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com**

359 Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.
360 Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.
361 Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.

manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[362]**.**

A Lei Orçamentária Anual 2014, Lei Estadual nº 10.164/2014[363], previu em seu art. 3º uma estimativa de arrecadação de **R$ 1.724.140.400,00** (um bilhão, setecentos e vinte e quatro milhões, cento e quarenta mil, e quatrocentos reais), destinada à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quantia referente à contribuição do Estado para o FUNDEB, a ser deduzida da receita bruta do Estado. A contribuição dos municípios para o FUNDEB, também arrecadada pelo Estado, foi contemplada na LOA 2014 inserida na rubrica "Transferências a Municípios":

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminadas em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – RECEITAS DO TESOURO	**12.822.846.910**
1.1 – RECEITAS CORRENTES	**15.109.831.625**
Receita Tributária	10.271.008.910
Receita de Contribuições	346.980
Receita Patrimonial	101.888.880
Receita de Serviços	11.309.923
Transferências Correntes	4.460.185.884
Outras Receitas Correntes	265.091.048
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	**2.172.540.429**
Operações de Crédito	1.677.787.365
Alienação de Bens	3.223.187
Amortização de Empréstimos	-
Transferências de Capital	167.529.877
Outras Receitas de Capital	324.000.000
1.3 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-
1.4 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**(4.459.525.144)**
Transferências a Municípios	(2.735.384.744)
Dedução para formação do FUNDEB	(1.724.140.400)
2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.679.701.453
TOTAL	**15.502.548.363**

A **receita total bruta** prevista para ser arrecadada pelo Estado do Espírito Santo em 2014 foi estimada em **R$ 19.962.073.507** (dezenove bilhões, novecentos e sessenta e dois milhões, setenta e três, quinhentos e sete

362 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

363 Disponível em: http://planejamento.es.gov.br/download/orc2014/LOA_2014_DIO.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015.

reais), enquanto o total de **deduções** relativas às transferências aos municípios – incluindo a contribuição dos municípios para o FUNDEB –, e à contribuição do Estado para o FUNDEB, foi estimado em **R$ 4.459.525.144** (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais), resultando numa **receita total líquida prevista para o Estado de R$ 15.502.548.363** (quinze bilhões, quinhentos e dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais), conforme demonstrativo constante na mencionada lei orçamentária:

Governo do Estado do Espírito Santo

RECEITA TOTAL

Categoria / Origem / Espécie / Rubrica / Alínea	RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00) TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
RECEITA BRUTA	**19.962.073.507**	**17.282.372.054**	**2.679.701.453**
1 - RECEITAS CORRENTES	**16.000.368.379**	**15.109.831.625**	**890.534.754**
11 - RECEITA TRIBUTARIA	10.536.094.305	10.271.008.910	265.085.395
111 - IMPOSTOS	10.046.300.000	10.046.300.000	
1112 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	946.200.000	946.200.000	
------- // -------			
DEDUÇÕES	**4.459.525.144**	**4.459.525.144**	
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	**2.735.384.744**	**2.735.384.744**	
COTA-PARTE DE ICMS	1.692.920.000	1.692.920.000	
COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	156.000.000	156.000.000	
COTA-PARTE DE ICMS MULTA PUNITIVA	1.400.000	1.400.000	
COTA-PARTE DE IPI	52.000.000	52.000.000	
COTA-PARTE DE IPVA	183.040.000	183.040.000	
FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	423.230.000	423.230.000	
FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	39.000.000	39.000.000	
FUNDEB MUNICÍPIO ICMS MULTA PUNITIVA	350.000	350.000	
FUNDEB MUNICÍPIO IPI	13.000.000	13.000.000	
FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	45.760.000	45.760.000	
FUNDO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	128.684.744	128.684.744	
FUNDEB	**1.724.140.400**	**1.724.140.400**	
FUNDEB ESTADO FPE	226.000.000	226.000.000	
FUNDEB ESTADO FUNCOP	6.840.000	6.840.000	
FUNDEB ESTADO ICMS	1.269.690.000	1.269.690.000	
FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	117.000.000	117.000.000	
FUNDEB ESTADO IPI	39.000.000	39.000.000	
FUNDEB ESTADO IPVA	45.760.000	45.760.000	
FUNDEB ESTADO ITCD	7.380.000	7.380.000	
FUNDEB ESTADO LEI KANDIR	12.470.400	12.470.400	
RECEITA LÍQUIDA	**15.502.548.363**	**12.822.846.910**	**2.679.701.453**

Receitas para o FUNDEB (municípios), arrecadada pelo Estado: R$ 521.340.000,00

Colhe-se desse demonstrativo que a contribuição dos municípios para o FUNDEB, arrecada pelo Estado, compreendendo FUNDEB MUNICÍPIO ICMS, FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO, FUNDEB MUNICÍPIO ICMS MULTA PUNITIVA, FUNDEB MUNICÍPIO IPI e FUNDEB MUNICÍPIO IPVA, foi estimada em **R$ 521.340.000** (quinhentos e vinte e um milhões, trezentos e quarenta mil reais), totalizando uma previsão de arrecadação pelo Estado de **R$ 2.245.480.400,00** (dois bilhões, duzentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil, e quatrocentos reais) para o FUNDEB.

Por não se tratarem de recursos arrecadados diretamente pelo Estado, não constam na peça orçamentária de 2014 as seguintes fontes de receitas do FUNDEB:

- 20% do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), nos termos do art. 3º, inciso V, da Lei Federal nº 11.494/2007[364];
- 20% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme previsão contida no art. 3º, inciso VII, da Lei Federal nº 11.494/2007[365]; e
- 20% dos recursos transferidos pela União aos municípios previstos na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), consoante art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 11.494/2007[366].
- 20% da parcela do produto da arrecadação do imposto de renda (IR) e imposto sobre produtos industrializados (IPI) devidos ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), nos moldes preconizados pelo art. 3º, inciso VI, da Lei Federal nº 11.494/2007[367]; e,
- 20% da parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI Exportação), consoante dicção do art. 3º, inciso VIII, da Lei Federal nº 11.494/2007[368];

---

364 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
V - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios, prevista no inciso II do caput do art. 158 da Constituição Federal.

365 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
VII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM e prevista na alínea *b* do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

366 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
§ 1º Inclui-se na base de cálculo dos recursos referidos nos incisos do caput deste artigo o montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

367 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
VI - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e prevista na alínea *a* do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

368 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]

De acordo com demonstrativo extraído do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), a arrecadação total bruta do Estado em 2014 alcançou **R$ 19.375.847.708,08** (dezenove bilhões, trezentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e oito reais, e oito centavos). Já o total de deduções ficou em **R$ 4.371.996.671,62**[369] (quatro bilhões, trezentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta um reais, e sessenta e dois centavos), gerando uma receita líquida para o Estado de **R$ 15.003.851.036,46** (quinze bilhões, três milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trinta e seis reais, e quarenta e seis centavos).

Da arrecadação total bruta do Estado em 2014, foram recolhidos como contribuição do Estado para o FUNDEB **R$ 1.673.128.415,92** (um bilhão, seiscentos e setenta e três milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e quinze reais, e noventa e dois centavos), ficando, portanto, **2,96% abaixo** do valor previsto na LOA 2014 (**R$ 1.724.140.400,00**). Em relação à contribuição dos municípios para o FUNDEB, os registros financeiros apontam para uma arrecadação de **R$ 504.868.947,69** (quinhentos e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais, e sessenta e nove centavos), situando-se **3,16%** abaixo do valor consignado na LOA 2014 (**R$ 521.340.000).**

Desse modo, de acordo com o SIGEFES, o total de recursos do FUNDEB arrecadados pelo Estado no exercício financeiro de 2014 perfez a quantia de **R$ 2.177.997.363,61** (dois bilhões, cento e setenta e sete milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais, e sessenta e um centavos), **3,01% abaixo** da estimativa contida na LOA 2014 (**R$ 2.245.480.400,00)**.

As tabelas a seguir contemplam todos os valores arrecadados pelo Estado em 2014 para o FUNDEB (contribuição do Estado e dos municípios), discriminados por origem de receita. Os recursos integrantes da contribuição dos municípios para o FUNDEB, conquanto as planilhas não apresentem seu valor total, foram destacados na cor amarela para facilitar a identificação de cada verba. A coluna “Fundeb”, localizada à direita no demonstrativo, contempla apenas a contribuição do Estado para o FUNDEB:

VIII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal e prevista no inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

369 Resultado da soma entre o valor total das Transferências Municipais (**R$ 2.664.182.726,95**) e da cota-parte do FUNDEB pertencente ao Estado (**R$ 1.673.128.415,92**), acrescida de restituição no valor de **R$ 24.125.455,98** e outras deduções no valor de **R$ 10.560.072,77**.

Governo do Estado do Espírito Santo

REC.03-GERAL DO ESTADO-Receita Orçada/Arrecadada Bruta e Deduções - Mês 14 / 2014

25/04/2015

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
RECEITA BRUTA	19.962.073.507,00	0,00	19.962.073.507,00	0,00	19.375.847.708,08	0,00	-24.125.455,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.560.072,77	0,00	19.341.162.179,33
1 - RECEITAS CORRENTES	16.000.287.399,00	0,00	16.000.287.399,00	0,00	15.511.953.543,14	0,00	-10.925.272,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.560.072,77	0,00	16.490.468.197,61
11 - RECEITA TRIBUTARIA	10.535.560.953,00	0,00	10.535.560.953,00	0,00	10.285.973.537,13	0,00	-1.757.575,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.284.215.961,63

-------- // --------

- - -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- - -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	0,00	-4.459.525.144,00	-4.459.525.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.664.182.726,95	0,00	-1.673.128.415,92	0,00	0,00	0,00	-4.337.311.142,87
1 - RECEITAS CORRENTES	0,00	-4.459.525.144,00	-4.459.525.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.664.182.726,95	0,00	-1.673.128.415,92	0,00	0,00	0,00	-4.337.311.142,87
11 - RECEITA TRIBUTARIA	0,00	-3.899.300.000,00	-3.899.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.378.578.566,50	0,00	-1.359.893.969,33	0,00	0,00	0,00	-3.738.472.535,83
111 - IMPOSTOS	0,00	-3.899.300.000,00	-3.899.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.378.578.566,50	0,00	-1.359.893.969,33	0,00	0,00	0,00	-3.738.472.535,83

-------- // --------

FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01
Total	19.962.073.507,00	-4.459.525.144,00	15.502.548.363,00	0,00	19.375.847.708,08	0,00	-24.125.455,98	0,00	-2.664.182.726,95	0,00	-1.673.128.415,92	0,00	-10.560.072,77	0,00	15.003.851.036,46

Detalhamento das Deduções – Contribuição dos Municípios para o FUNDEB

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita		Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
							Restituição		Transf. Nun.		Fundeb		Outras Deduções			
		Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
------- // -------																
DEDUÇÕES		**0,00**	**-4.459.525.144,00**	**-4.459.525.144,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.664.182.726,95**	**0,00**	**-1.673.128.415,92**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-4.337.311.142,87**
1 - RECEITAS CORRENTES		**0,00**	**-4.459.525.144,00**	**-4.459.525.144,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.664.182.726,95**	**0,00**	**-1.673.128.415,92**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-4.337.311.142,87**
11 - RECEITA TRIBUTARIA		**0,00**	**-3.899.300.000,00**	**-3.899.300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.378.578.566,50**	**0,00**	**-1.359.893.969,33**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-3.738.472.535,83**
111 - IMPOSTOS		0,00	-3.899.300.000,00	-3.899.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.378.578.566,50	0,00	-1.359.893.969,33	0,00	0,00	0,00	-3.738.472.535,83
111205 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		0,00	-259.200.000,00	-259.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-211.876.500,07	0,00	-42.375.633,35	0,00	0,00	0,00	-254.252.133,42
11120501 - IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-172.800.000,00	-172.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-169.502.419,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-169.502.419,75
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-43.200.000,00	-43.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-42.375.608,42	0,00	0,00	0,00	-42.375.608,42
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-43.200.000,00	-43.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-42.374.080,32	0,00	-24,93	0,00	0,00	0,00	-42.374.105,25

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita		Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
							Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
		Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
11120701 - ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-6.900.000,00	-6.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.118.628,01	0,00	0,00	0,00	-10.118.628,01
11120702 - ITCD - AUTO DE INFRACAO	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23.701,99	0,00	0,00	0,00	-23.701,99
11130201 - ICMS-COMERCIO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-322.000.000,00	-322.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-304.536.157,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-304.536.157,70
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-241.500.000,00	-241.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-228.401.957,39	0,00	0,00	0,00	-228.401.957,39
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-80.500.000,00	-80.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-76.133.962,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-76.133.962,44
11130202 - ICMS-INDUSTRIA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-328.000.000,00	-328.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-293.422.077,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-293.422.077,63
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-246.000.000,00	-246.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-220.066.557,96	0,00	0,00	0,00	-220.066.557,96
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-82.000.000,00	-82.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-73.355.519,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-73.355.519,43
11130203 - ICMS-SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-159.000.000,00	-159.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-153.289.964,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-153.289.964,56
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-119.250.000,00	-119.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-114.967.473,34	0,00	0,00	0,00	-114.967.473,34
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-39.750.000,00	-39.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.322.491,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.322.491,21
11130204 - ICMS-SERVICOS DE COMUNICACAO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-117.000.000,00	-117.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.413.713,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.413.713,22
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-87.750.000,00	-87.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-77.560.284,86	0,00	0,00	0,00	-77.560.284,86
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-29.250.000,00	-29.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.853.427,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.853.427,35
11130205 - ICMS-SERV DE TRANSPORTES - EMPRESAS DO ES	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-52.420.000,00	-52.420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.695.293,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.695.293,33
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-39.315.000,00	-39.315.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.021.469,12	0,00	0,00	0,00	-44.021.469,12
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-13.105.000,00	-13.105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.673.822,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.673.822,75
11130206 - ICMS-SERV DE TRANSP - EMPROUTROS ESTADOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-3.220.000,00	-3.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.728.261,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.728.261,45
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-2.415.000,00	-2.415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.796.196,31	0,00	0,00	0,00	-2.796.196,31
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-805.000,00	-805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-932.079,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-932.079,38
11130207 - ICMS-SERV DE TRANSP - TRANSPORT AUTONOMOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.320.000,00	-2.320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.091.413,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.091.413,44
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.740.000,00	-1.740.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.568.560,79	0,00	0,00	0,00	-1.568.560,79
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-580.000,00	-580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-522.853,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-522.853,60
11130208 - ICMS-DIFERENCIAL DE ALIQUOTA DO COMERCIO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-9.220.000,00	-9.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.219.976,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.219.976,30
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-6.915.000,00	-6.915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.164.983,43	0,00	0,00	0,00	-6.164.983,43
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-2.305.000,00	-2.305.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.055.019,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.055.019,39
11130209 - ICMS-DIFERENCIAL DE ALIQUOTA DA INDUSTRIA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-47.040.000,00	-47.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.896.118,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.896.118,30
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-35.280.000,00	-35.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-26.172.094,63	0,00	0,00	0,00	-26.172.094,63
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-11.760.000,00	-11.760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.724.029,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.724.029,32
11130210 - ICMS-DIFER ALIQUOTA SERV ENERGIA ELETRICA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-1.200.000,00	-1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.547.681,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.547.681,59
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-900.000,00	-900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.160.761,02	0,00	0,00	0,00	-1.160.761,02
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-386.920,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-386.920,07

11130211 - ICMS-DIFER ALIQUOTA SERVICOS DE COMUNICACAO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.200.000,00	-4.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.702.072,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.702.072,88
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.150.000,00	-3.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.554,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.554,58
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.050.000,00	-1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-925.517,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-925.517,94
11130212 - ICMS-DIFER ALIQUOTA SERVICOS DE TRANSPORTES	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-1.940.000,00	-1.940.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.350.982,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.350.982,57
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.455.000,00	-1.455.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.513.236,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.513.236,54
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-485.000,00	-485.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-837.744,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-837.744,55
11130215 - ICMS IMPORTAÇÃO ALIQ. ACIMA DE 4%	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-72.000.000,00	-72.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.290.355,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.290.355,41
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-54.000.000,00	-54.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.967.766,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.967.766,33
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-18.000.000,00	-18.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.322.587,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.322.587,44
11130216 - ICMS-INCENTIVOS FISCAIS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-260.000,00	-260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.390.641,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.390.641,04
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-195.000,00	-195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.042.980,42	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.042.980,42
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-65.000,00	-65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-347.659,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-347.659,51
11130217 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA - OUTROS ESTADOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-232.000.000,00	-232.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-251.774.512,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-251.774.512,80
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-174.000.000,00	-174.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-188.830.884,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-188.830.884,65
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-58.000.000,00	-58.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.943.284,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.943.284,60
11130218 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA-DENTRO DO ESTADO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-170.000.000,00	-170.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-162.046.735,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-162.046.735,60
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-127.500.000,00	-127.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-121.535.284,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-121.535.284,50
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-42.500.000,00	-42.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.511.843,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.511.843,10
11130219 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA - FRONTEIRA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.200.000,00	-2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.191.152,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.191.152,61
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.650.000,00	-1.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.393.364,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.393.364,59
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-550.000,00	-550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-797.788,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-797.788,58
11130223 - ICMS-BOVINOS OPERACOES INTERNAS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-714,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-714,70
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-537,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-537,39
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-177,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-177,50
11130224 - ICMS-BOVINOS OPERACOES INTERESTADUAIS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.437,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.437,59
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.578,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.578,41
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.859,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.859,02
11130225 - ICMS-DEMAIS PRODUTOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.540.000,00	-2.540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.080.076,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.080.076,90
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.905.000,00	-1.905.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.560.058,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.560.058,28
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-635.000,00	-635.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-520.058,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-520.058,31
11130226 - ICMS-AUTO DE INFRACAO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.460.000,00	-4.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.599.729,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.599.729,52
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.345.000,00	-3.345.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.699.797,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.699.797,33
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.115.000,00	-1.115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.899.932,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.899.932,52
11130227 - ICMS-DENUNCIAS ESPONTANEAS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.400.000,00	-2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.540.944,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.540.944,72
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.800.000,00	-1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.905.708,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.905.708,40
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-600.000,00	-600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-635.236,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-635.236,33
11130228 - ICMS-NOTIFICACAO DE DEBITO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-13.080.000,00	-13.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.018.409,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.018.409,72
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-9.810.000,00	-9.810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.013.807,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.013.807,49
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-3.270.000,00	-3.270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.004.602,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.004.602,41

11130230 - ICMS-CONTRIBUINTE CADASTRO ESPECIAL	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.909,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.909,28
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.681,67	0,00	0,00	0,00	-3.681,67
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.228,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.228,50
11130233 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA - AUTOPECAS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-17.460.000,00	-17.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.881.023,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.881.023,72
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-13.095.000,00	-13.095.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.910.767,71	0,00	0,00	0,00	-11.910.767,71
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-4.365.000,00	-4.365.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.970.305,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.970.305,01
11130234 - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA E DES. SOCIAIS	FUNDEB ESTADO FUNCOP	0,00	-6.840.000,00	-6.840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.354.637,93	0,00	0,00	0,00	-7.354.637,93
11130235 - ICMS - DIFERENCIAL ALIQUOTA DE PRODUTOR RURAL	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.213,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.213,59
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.409,93	0,00	0,00	0,00	-5.409,93
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.802,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.802,73
11130236 - ICMS - SIMPLES NACIONAL	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-65.280.000,00	-65.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.051.521,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.051.521,14
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-48.960.000,00	-48.960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.538.640,56	0,00	0,00	0,00	-46.538.640,56
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-16.320.000,00	-16.320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.512.935,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.512.935,85
11130237 - ICMS COMERCIO EXTERIOR	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-64.000.000,00	-64.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.962.104,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.962.104,03
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-48.000.000,00	-48.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.721.577,75	0,00	0,00	0,00	-33.721.577,75
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-16.000.000,00	-16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.240.526,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.240.526,07
11130238 - ICMS - POR APURACAO CAFE ARABICA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-1.240.000,00	-1.240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.095.591,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.095.591,98
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-930.000,00	-930.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.571.693,79	0,00	0,00	0,00	-1.571.693,79
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-310.000,00	-310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-523.897,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-523.897,35
11130239 - ICMS - POR APURACAO CAFE CONILON	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-34.600.000,00	-34.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.642.386,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.642.386,68
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-25.950.000,00	-25.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.981.789,92	0,00	0,00	0,00	-25.981.789,92
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-8.650.000,00	-8.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.660.596,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.660.596,53
11130240 - ICMS IMPORTAÇÃO ALÍQ. ATÉ 4%	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-84.000.000,00	-84.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102.838.545,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102.838.545,17
11130240 - ICMS IMPORTAÇÃO ALÍQ. ATÉ 4%	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-63.000.000,00	-63.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-77.128.908,96	0,00	0,00	0,00	-77.128.908,96
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-21.000.000,00	-21.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.709.636,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.709.636,47
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES		**0,00**	**-471.155.144,00**	**-471.155.144,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-200.256.329,00**	**0,00**	**-266.548.183,65**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-466.804.512,65**
172 - TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	-471.155.144,00	-471.155.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-200.256.329,00	0,00	-266.548.183,65	0,00	0,00	0,00	-466.804.512,65
172101 - PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		0,00	-330.000.000,00	-330.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-61.037.672,36	0,00	-254.077.972,65	0,00	0,00	0,00	-315.115.645,01
17210101 - COTA-PARTE FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS E DF	FUNDEB ESTADO FPE	0,00	-226.000.000,00	-226.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-217.823.091,85	0,00	0,00	0,00	-217.823.091,85
17210112 - COTA-PARTE DO IMPOSTO S/PRODUTOS INDUST - IPI	COTA-PARTE DE IPI	0,00	-52.000.000,00	-52.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.339.841,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.339.841,41
	FUNDEB ESTADO IPI	0,00	-39.000.000,00	-39.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.254.880,80	0,00	0,00	0,00	-36.254.880,80
	FUNDEB MUNICÍPIO IPI	0,00	-13.000.000,00	-13.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.084.960,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.084.960,13
	PASEP MUNICÍPIO IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17210113 - COTA-PARTE CONTRIB. INTERV. DOMINIO ECONOMICO	COTA-PARTE DE CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-612.870,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-612.870,82

172122 - TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA		0,00	-128.684.744,00	-128.684.744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64
17212230 - COTA PARTE ROYALTIES COMP. FINANC. LEI 7990/89	FUNDO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	0,00	-128.684.744,00	-128.684.744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64
172136 - TRANSF FINANC DO ICMS DESONERACAO LC 87/96		0,00	-12.470.400,00	-12.470.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00
17213600 - TRANSF FINANC DO ICMS DESONERACAO LC 87/96	FUNDEB ESTADO LEI KANDIR	0,00	-12.470.400,00	-12.470.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES		**0,00**	**-89.070.000,00**	**-89.070.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-85.347.831,45**	**0,00**	**-46.686.262,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-132.034.094,39**
191 - MULTAS E JUROS DE MORA		0,00	-50.670.000,00	-50.670.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.806.503,26	0,00	-23.708.087,35	0,00	0,00	0,00	-70.514.590,61
191121 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD		0,00	-160.000,00	-160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-524.812,91	0,00	0,00	0,00	-524.812,91
19112101 - MULTAS POR INFRACAO A LEGISLACAO DO ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-130.000,00	-130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-211.081,84	0,00	0,00	0,00	-211.081,84
19112102 - JUROS DE MORA DO ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-313.731,07	0,00	0,00	0,00	-313.731,07
191141 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA		0,00	-14.640.000,00	-14.640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.251.584,89	0,00	-2.450.316,76	0,00	0,00	0,00	-14.701.901,65
19114101 - MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO DO IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-6.840.000,00	-6.840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-1.710.000,00	-1.710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-1.710.000,00	-1.710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19114102 - JUROS DE MORA DO IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-2.840.000,00	-2.840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.600.471,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.600.471,63
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-710.000,00	-710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-650.117,84	0,00	0,00	0,00	-650.117,84
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-710.000,00	-710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-650.117,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-650.117,87
19114103 - MULTA MORATÓRIA DO IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-80.000,00	-80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.200.796,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.200.796,47
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92
191142 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS		0,00	-24.520.000,00	-24.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.467.425,64	0,00	-11.680.462,15	0,00	0,00	0,00	-31.147.887,79
19114202 - MULTAS DE MORA DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-8.600.000,00	-8.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.951.313,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.951.313,95
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-6.450.000,00	-6.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.213.485,39	0,00	0,00	0,00	-8.213.485,39
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-2.150.000,00	-2.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.737.827,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.737.827,89
19114203 - JUROS DE MORA DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-3.600.000,00	-3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.541.304,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.541.304,43
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-2.700.000,00	-2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.405.978,33	0,00	0,00	0,00	-3.405.978,33
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-900.000,00	-900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.135.326,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.135.326,29
19114212 - MULTAS DE MORA DO ICMS FUNDAP	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.008,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.008,38
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.007,59	0,00	0,00	0,00	-36.007,59
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.999,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.999,35

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita		Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
							Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
		Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
19114213 - JUROS DE MORA DO ICMS FUNDAP	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.317,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.317,98
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-24.990,84	0,00	0,00	0,00	-24.990,84
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.327,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.327,37
191315 - MULTAS/JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		0,00	-9.600.000,00	-9.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.087.492,73	0,00	-9.052.495,53	0,00	0,00	0,00	-24.139.988,26
19131500 - MULTAS/JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.800.000,00	-4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.069.993,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.069.993,81
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.600.000,00	-3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.052.495,53	0,00	0,00	0,00	-9.052.495,53
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.200.000,00	-1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.017.498,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.017.498,92
191999 - OUTRAS MULTAS		0,00	-1.750.000,00	-1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19199923 - MULTAS PUNITIVAS PELA INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS MULTA PUNITIVA	0,00	-1.400.000,00	-1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS MULTA PUNITIVA	0,00	-350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
193 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA		0,00	-28.800.000,00	-28.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.881.446,86	0,00	-20.313.559,87	0,00	0,00	0,00	-54.195.006,73
193114 - RECDIVATIVA DO IMPS/PROPRVEICULOS - IPVA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-45.348,18	0,00	-9.069,60	0,00	0,00	0,00	-54.417,78
19311400 - RECDIVATIVA DO IMPS/PROPRVEICULOS - IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.278,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.278,59
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.069,60	0,00	0,00	0,00	-9.069,60
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.069,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.069,59
193115 - RECDIVATIVA DO IMPS/CIRCMERCPSERV-ICMS		0,00	-28.800.000,00	-28.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.836.098,68	0,00	-20.301.659,07	0,00	0,00	0,00	-54.137.757,75
19311500 - RECDIVATIVA DO IMPS/CIRCMERCPSERV-ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-14.400.000,00	-14.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27.068.878,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27.068.878,39
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-10.800.000,00	-10.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20.301.659,07	0,00	0,00	0,00	-20.301.659,07
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-3.600.000,00	-3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.767.220,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.767.220,29
193120 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.831,20	0,00	0,00	0,00	-2.831,20
19312000 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.831,20	0,00	0,00	0,00	-2.831,20
199 - RECEITAS DIVERSAS		0,00	-9.600.000,00	-9.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.659.881,33	0,00	-2.664.615,72	0,00	0,00	0,00	-7.324.497,05
199009 - CORRECAO MONETARIA DE ICMS, IPVA E ITCD		0,00	-9.600.000,00	-9.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.659.881,33	0,00	-2.664.615,72	0,00	0,00	0,00	-7.324.497,05
19900901 - CORRECAO MONETARIA - ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.260.000,00	-4.260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.161.008,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.161.008,01
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.195.000,00	-3.195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.370.756,35	0,00	0,00	0,00	-2.370.756,35
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.065.000,00	-1.065.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-790.252,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-790.252,09
19900902 - CORRECAO MONETARIA - IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-480.000,00	-480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-562.060,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-562.060,55
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-120.000,00	-120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140.514,23	0,00	0,00	0,00	-140.514,23
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-120.000,00	-120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140.514,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140.514,39

19900903 - CORRECAO MONETARIA - ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-320.000,00	-320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-149.717,08	0,00	0,00	0,00	-149.717,08
19900904 - CORRECAO MONETARIA - ICMS FUNDAP	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.837,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.837,28
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.628,06	0,00	0,00	0,00	-3.628,06
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01
Total		**19.962.073.507,00**	**-4.459.525.144,00**	**15.502.548.363,00**	**0,00**	**19.375.847.708,08**	**0,00**	**-24.125.455,98**	**0,00**	**-2.664.182.726,95**	**0,00**	**-1.673.128.415,92**	**0,00**	**-10.560.072,77**	**0,00**	**15.003.851.036,46**

Por sua vez, consoante demonstrativo anual dos valores efetivamente depositados nas contas do FUNDEB pelas Unidades Transferidoras (União e Estado), disponibilizado na internet pelo Banco do Brasil[370], o **total de recursos depositados em 2014 na conta única e exclusiva do FUNDEB do Estado do Espírito Santo**, mantida nessa instituição bancária por força dos art. 16 e 17 da Lei Federal nº 11.494/2007[371] – incluindo os valores depositados pela União, os quais não integraram o orçamento do Estado – finalizou em **R$ 2.447.816.844,85** (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, e oitenta e cinco centavos):

[370] Disponível em: https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/fundebList.bbx?cid=225941. Acesso em: 26 abr. 2015.

[371] Art. 16. Os recursos dos Fundos serão disponibilizados pelas unidades transferidoras ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, que realizará a distribuição dos valores devidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
Parágrafo único. São unidades transferidoras a União, os Estados e o Distrito Federal em relação às respectivas parcelas do Fundo cuja arrecadação e disponibilização para distribuição sejam de sua responsabilidade.
Art. 17. Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 16 desta Lei.
§ 1º Os repasses aos Fundos provenientes das participações a que se refere o inciso II do caput do art. 158 e as alíneas a e b do inciso I do caput e inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, bem como os repasses aos Fundos à conta das compensações financeiras aos Estados, Distrito Federal e Municípios a que se refere a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, constarão dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal e serão creditados pela União em favor dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios nas contas específicas a que se refere este artigo, respeitados os critérios e as finalidades estabelecidas nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação adotados para o repasse do restante dessas transferências constitucionais em favor desses governos.
§ 2º Os repasses aos Fundos provenientes dos impostos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 155 combinados com os incisos III e IV do caput do art. 158 da Constituição Federal constarão dos orçamentos dos Governos Estaduais e do Distrito Federal e serão depositados pelo estabelecimento oficial de crédito previsto no art. 4o da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990, no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada nas contas do Fundo abertas na instituição financeira de que trata o caput deste artigo.
§ 3º A instituição financeira de que trata o caput deste artigo, no que se refere aos recursos dos impostos e participações mencionados no § 2º deste artigo, creditará imediatamente as parcelas devidas ao Governo Estadual, ao Distrito Federal e aos Municípios nas contas específicas referidas neste artigo, observados os critérios e as finalidades estabelecidas nesta Lei, procedendo à divulgação dos valores creditados de forma similar e com a mesma periodicidade utilizada pelos Estados em relação ao restante da transferência do referido imposto.
§ 4º Os recursos dos Fundos provenientes da parcela do imposto sobre produtos industrializados, de que trata o inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, serão creditados pela União em favor dos Governos Estaduais e do Distrito Federal nas contas específicas, segundo os critérios e respeitadas as finalidades estabelecidas nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação previstos na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.
§ 5º Do montante dos recursos do imposto sobre produtos industrializados de que trata o inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal a parcela devida aos Municípios, na forma do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, será repassada pelo Governo Estadual ao respectivo Fundo e os recursos serão creditados na conta específica a que se refere este artigo, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação do restante dessa transferência aos Municípios.
§ 6º A instituição financeira disponibilizará, permanentemente, aos conselhos referidos nos incisos II, III e IV do § 1º do art. 24 desta Lei os extratos bancários referentes à conta do fundo.
§ 7º Os recursos depositados na conta específica a que se refere o caput deste artigo serão depositados pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios na forma prevista no § 5º do art. 69 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Demonstrativo Anual dos valores efetivamente depositados às contas do FUNDEB pelas Unidades Transferidoras, por Unidade Federada e Origem dos recursos

Ano: 2014

UF	Unidades Transferidoras e Origem dos recursos											TOTAL
	Governo Federal								Governos Estaduais			
	FPM	FPE	IPIexp	ITRm	LC 87/96	Compl.União	Compl.União Piso	Ajuste Anual Compl. União	ICMS	IPVA	ITCMD	
AC	81.014.130,08	496.781.865,18	47.492,87	73.810,06	355.054,80	0,00	0,00	0,00	178.780.075,44	10.032.150,31	820.431,74	767.905.012,48
AL	362.299.039,13	604.110.563,41	843.066,42	293.134,08	3.276.832,48	389.352.543,76	51.478.928,52	38.746.328,44	395.483.737,58	38.543.441,12	1.257.698,46	2.105.866.733,40
AM	233.219.571,10	405.299.037,25	7.535.713,67	234.611,11	3.930.729,12	523.048.758,94	50.743.055,95	-27.170.337,18	1.583.056.268,16	55.966.737,32	1.686.365,53	2.837.460.511,97
AP	59.594.334,80	495.474.926,50	1.711.221,17	110.716,27	1.585.271,04	0,00	0,00	0,00	171.857.018,45	12.814.621,80	113.695,11	743.261.805,24
BA	1.391.946.389,85	1.364.472.891,94	54.786.497,74	7.134.393,69	14.494.954,20	2.118.017.998,04	244.486.489,22	56.275.564,84	3.309.611.450,85	193.749.610,17	15.916.646,00	8.770.892.286,54
CE	755.011.463,38	1.065.430.829,49	6.146.660,34	337.234,74	6.352.350,12	1.015.369.296,54	127.485.422,67	86.156.262,58	1.822.323.076,04	119.789.097,96	11.602.166,46	5.016.003.920,32
DF	25.823.211,13	100.227.665,20	1.601.401,75	220.307,57	3.158.923,00	0,00	0,00	0,00	1.268.360.000,00	197.900.000,00	28.495.000,00	1.625.785.610,65
ES	263.530.539,26	217.823.091,85	48.339.840,96	885.632,93	16.626.944,28	0,00	0,00	0,00	1.800.618.857,01	90.012.724,92	9.979.213,64	2.447.816.844,85
GO	337.797.350,19	412.861.888,53	22.946.283,08	15.224.177,35	5.205.396,24	0,00	0,00	0,00	2.337.316.632,51	183.650.392,08	33.831.402,38	3.789.933.762,56
MA	631.778.792,89	1.048.193.762,12	8.622.962,97	859.346,46	6.547.308,96	2.124.881.571,20	235.934.342,00	57.963.689,54	898.902.201,36	64.681.612,78	1.682.520,59	5.080.048.110,87
MG	1.993.241.627,07	646.861.975,85	139.906.057,69	18.545.475,47	50.326.103,40	0,00	0,00	0,00	7.663.913.264,65	761.231.482,22	127.728.221,89	11.401.754.148,04
MS	225.789.957,57	193.426.905,48	17.443.947,15	29.037.038,12	4.815.130,68	0,00	0,00	0,00	1.354.666.022,72	67.581.580,48	19.306.567,24	1.912.067.149,44
MT	277.375.471,32	335.142.609,23	15.066.849,47	20.962.774,29	7.569.385,80	0,00	0,00	0,00	1.442.812.646,73	99.475.961,74	11.103.161,83	2.209.508.862,41
PA	534.321.385,75	887.556.492,46	57.273.521,80	2.714.242,15	17.018.461,08	2.162.713.856,95	235.556.140,78	-34.050.758,88	1.782.680.085,38	85.417.314,51	3.322.412,59	5.734.523.154,57
PB	491.366.083,46	695.422.003,68	1.119.354,93	234.876,28	1.121.238,36	94.181.257,48	20.790.139,94	38.784.184,78	875.294.789,16	42.640.720,25	4.355.785,66	2.265.310.433,48
PE	748.277.905,63	1.002.015.266,53	4.934.867,20	604.655,78	5.794.026,12	422.107.146,94	65.130.314,02	234.466.421,46	2.476.633.613,03	148.378.337,08	16.518.500,89	5.123.961.054,78
PI	403.422.709,40	627.533.806,58	197.175,07	2.304.850,68	1.176.424,48	330.790.239,57	48.914.824,22	73.308.469,01	594.995.522,59	39.346.337,49	3.120.444,55	2.125.110.803,64
PR	1.027.096.051,75	418.683.025,88	76.659.313,43	17.535.129,60	39.321.963,04	0,00	0,00	0,00	4.612.970.161,47	437.010.010,89	68.522.139,44	6.697.799.797,30
RJ	456.154.467,81	221.845.558,25	163.988.646,67	1.516.452,09	22.873.612,80	0,00	0,00	0,00	6.492.805.749,27	466.949.451,67	141.687.431,62	7.967.821.370,18
RN	382.871.303,09	606.695.397,50	835.608,35	324.599,20	1.412.337,96	31.325.923,53	2.245.782,45	20.212.042,84	520.437.927,25	42.570.646,65	4.631.613,79	1.613.561.981,81
RO	128.991.452,79	408.868.465,20	2.773.236,64	468.657,54	972.618,48	0,00	0,00	0,00	607.601.038,16	33.981.277,25	1.316.902,73	1.184.973.648,79
RR	75.731.801,91	360.235.829,52	35.138,48	98.664,57	149.135,04	0,00	0,00	0,00	121.159.741,51	4.151.155,54	256.255,04	561.817.721,61
RS	1.028.638.825,08	341.993.211,30	93.231.820,74	15.911.839,24	39.173.370,72	0,00	0,00	0,00	5.173.331.934,72	464.907.434,73	67.383.873,66	7.224.532.410,19
SC	593.410.243,18	185.846.661,90	51.952.567,56	2.618.797,46	14.006.895,92	0,00	0,00	0,00	3.187.857.623,08	266.771.337,90	34.459.701,05	4.336.923.028,05
SE	226.995.499,43	603.413.529,59	454.499,29	265.572,73	976.907,16	0,00	0,00	0,00	538.025.280,35	26.160.999,19	2.310.916,77	1.398.603.198,51
SP	2.025.101.478,79	145.215.354,44	194.405.069,47	31.505.750,78	121.452.990,36	0,00	0,00	0,00	24.367.590.143,97	2.747.265.956,46	380.668.901,51	30.013.205.685,78
TO	216.157.131,47	630.234.812,96	967.126,03	1.811.042,17	307.040,40	0,00	0,00	0,00	352.416.137,06	27.792.569,93	3.007.247,25	1.232.693.107,27
Total	15.196.958.257,31	14.521.539.467,82	972.025.340,94	171.833.922,41	389.999.730,04	9.211.988.593,95	1.082.765.439,77	564.691.866,13	76.351.480.958,50	6.728.775.182,44	997.083.415,62	126.189.142.174,93

Esse valor de **R$ 2.447.816.844,85** (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, e oitenta e cinco centavos) resulta da aplicação dos parâmetros contidos na Portaria Interministerial nº 19 (MEC/MF)[372], de 27 de dezembro de 2013, complementada pelos dados oriundos da estimativa de receita e coeficientes de distribuição dos recursos[373], publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE na forma do art. 3º da mencionada portaria[374].

Findo o exercício de 2014, a Distribuição do FUNDEB por estados[375], divulgada pelo por portal do FNDE, revela que o Estado do Espírito Santo recebeu do FUNDEB a quantia de **R$ 880.917.053,18** (oitocentos e oitenta milhões, novecentos e dezessete mil, cinquenta e três reais, e dezoito centavos), enquanto que os municípios capixabas receberam do FUNDEB **R$ 1.566.899.791,67** (um bilhão, quinhentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e um reais, e sessenta e sete centavos), conforme demonstrativo extraído do mencionado portal:

372 Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=PIM&num_ato=00000019&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=MF/MEC. Acesso em: 04 mai. 2015.

373 Disponível em: http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/147-matriculas-da-eb-estimativa-e-coeficientes?download=8617:2014-espiritosanto. Acesso em: 04 mai. 2015.

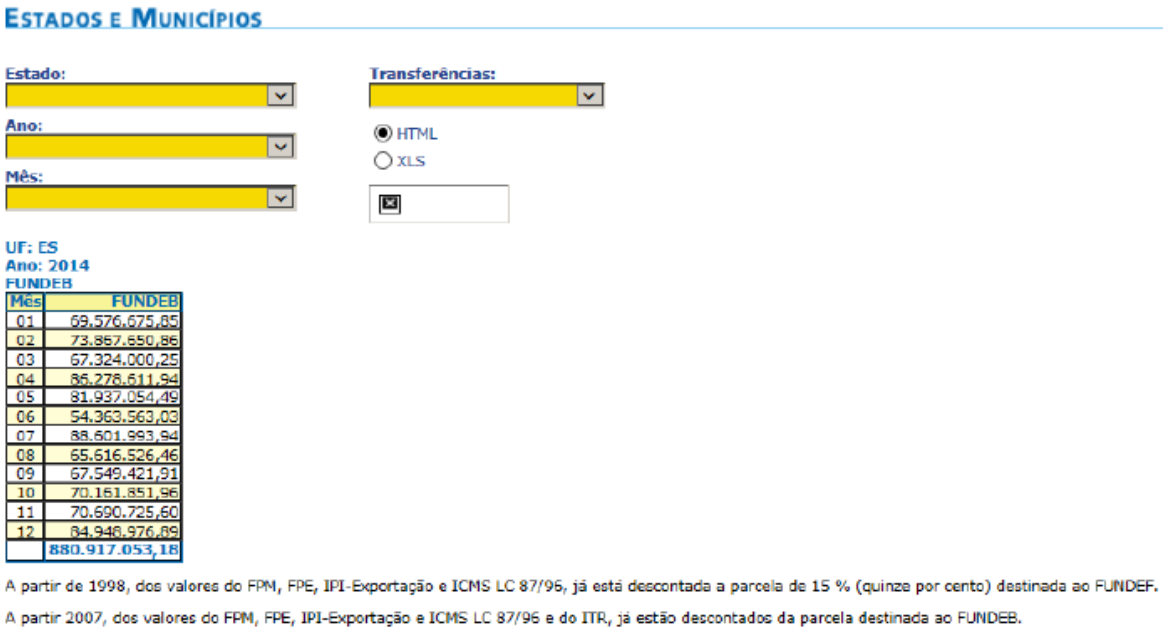
374 Art. 3º Serão divulgados na Internet, no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no endereço eletrônico www.fnde.gov.br, os seguintes dados do FUNDEB, desdobrados por Estado, Distrito Federal e Município:
I - número de alunos considerados na distribuição dos recursos, por segmento da educação básica;
II - coeficientes de distribuição de recursos;
III - receita anual prevista, baseada nos parâmetros anuais do Fundo, divulgados por meio desta Portaria.

375 Disponível em: http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/168-repasses-e-execucao-de-recursos?download=9376:distribuicao-do-fundeb-por-estado-2014-pdf. Acesso em: 04 mai. 2015.

DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEB POR ESTADO - TOTAL 2014

UF	Rede	Matrículas Censo Escolar 2013	Por Origem										Contribuição
			FPE	FPM	L.C. 87	IPI exp	icms	IPVA	ITCMD	ITR	Comp. União	Total	
AC	Est.	157.380,0	309.528.568,42	50.477.260,51	221.223,36	29.591,30	111.463.310,22	6.252.022,73	511.465,61	46.046 67	0,00	478.529.488,82	637.005.341,41
	Mun.	98.558,0	187.253.296,78	30.536.869,57	133.831,44	17.901,57	67.316.765,22	3.780.127,58	308.968,13	27.763 39	0,00	289.375.523,66	130.899.671,07
	Total	255.938,0	496.781.865,13	81.014.130,08	355.054,80	47.492,87	178.780.075,44	10.032.150,31	820.433,74	73.810 06	0,00	767.905.012,48	767.905.012,48
AL	Est.	210.515,5	170.347.695,02	102.161.441,34	924.009,84	237.728,71	168.043.404,32	10.871.132,35	354.732,67	82.820 29	143.170.975,74	596.193.940,28	1.074.328.124,79
	Mun.	572.439,5	433.762.868,39	260.137.597,79	2.352.842,64	605.337,71	427.420.333,26	27.674.308,77	902.365,79	210.333 79	356.606.824,98	1.509.672.813,12	531.760.827,89
	Total	782.955,0	604.110.563,41	362.299.039,13	3.276.852,48	843.066,42	595.463.737,58	38.545.441,12	1.257.098,46	293.154 08	499.777.800,72	2.105.866.753,40	1.606.088.952,68
AM	Est.	469.719,5	184.855.281,03	106.394.145,95	1.793.188,32	3.437.772,19	722.321.073,33	25.536.558,46	789.614,02	107.061 47	249.893.464,26	1.295.108.159,03	1.630.770.804,65
	Mun.	590.956,5	220.353.756,22	126.825.425,15	2.137.540,80	4.097.941,48	860.735.194,83	30.430.178,86	916.751,51	127.549 64	296.728.014,44	1.542.352.352,93	660.068.228,61
	Total	1.060.676,0	405.209.037,25	233.219.571,10	3.930.729,12	7.535.713,67	1.583.056.268,16	55.966.737,32	1.706.365,53	234.611 11	546.621.478,70	2.837.460.511,96	2.290.839.033,26
AP	Est.	135.397,0	329.751.704,43	39.661.610,43	1.055.039,88	1.138.863,03	114.416.894,83	8.545.884,44	75.850,58	74.068 97	0,00	494.719.916,64	633.361.065,61
	Mun.	71.407,0	165.723.222,12	19.932.724,37	530.231,16	572.358,14	57.440.123,62	4.268.737,36	37.844,53	36.647 30	0,00	248.541.888,60	109.900.739,64
	Total	207.104,0	495.474.926,60	59.594.334,80	1.585.271,04	1.711.221,17	171.857.018,45	12.814.621,80	113.695,11	110.716 27	0,00	743.261.805,24	743.261.805,24
BA	Est.	977.987,0	421.012.124,70	429.489.151,67	4.472.460,00	16.904.534,27	1.021.241.999,75	59.786.550,29	4.912.679,67	2.204.643 77	752.434.969,81	2.712.459.113,93	4.011.433.420,12
	Mun.	2.303.435,0	943.460.767,24	962.457.238,18	10.022.494,20	37.881.963,47	2.288.369.451,10	133.963.059,88	11.003.366,33	4.929.749 92	1.666.345.082,29	6.058.433.172,61	2.340.678.814,32
	Total	3.281.422,0	1.364.472.891,94	1.391.946.389,85	14.494.954,20	54.786.497,74	3.309.611.450,85	193.749.610,17	15.916.046,00	7.134.393 69	2.418.780.052,10	8.770.892.286,54	6.352.112.234,44
CE	Est.	448.019,0	279.778.259,41	198.263.263,82	1.668.104,16	1.614.090,40	478.447.208,35	31.454.728,28	3.044.539,21	88.549 49	322.039.033,61	1.316.397.776,73	2.513.044.109,81
	Mun.	1.395.551,0	785.652.570,08	556.748.199,56	4.684.245,96	4.532.569,94	1.343.875.867,69	88.334.369,68	8.557.627,25	248.745 25	906.971.948,18	3.699.606.143,59	1.273.948.828,73
	Total	1.843.570,0	1.065.430.829,49	755.011.463,38	6.352.350,12	6.146.660,34	1.822.323.076,04	119.789.097,96	11.602.166,46	337.294 74	1.229.010.981,79	5.016.003.920,32	3.786.992.938,53
DF [1]	Est.	474.367,0	100.227.665,20	25.823.211,13	3.158.025,00	1.601.401,75	1.268.360.000,00	197.900.000,00	28.495.000,00	220.307 57	0,00	1.625.785.610,65	1.625.785.610,65
	Mun.	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 00	0,00	0,00	0,00
	Total	474.367,0	100.227.665,20	25.823.211,13	3.158.025,00	1.601.401,75	1.268.360.000,00	197.900.000,00	28.495.000,00	220.307 57	0,00	1.625.785.610,65	1.625.785.610,65
ES	Est.	274.568,0	78.389.880,30	94.839.014,40	9.983.081,92	17.390.470,00	648.004.282,50	32.393.057,92	3.091.300,80	318.703 02	0,00	880.917.003,18	1.071.997.899,04
	Mun.	513.166,0	139.433.211,55	168.691.524,80	10.643.262,36	30.943.364,41	1.152.614.574,45	57.619.067,00	6.337.907,79	566.879 31	0,00	1.566.899.791,67	775.818.945,21
	Total	787.724,0	217.823.091,85	263.530.539,26	16.626.944,28	48.339.840,96	1.800.618.857,01	90.012.724,92	9.979.213,64	885.632 93	0,00	2.447.816.844,85	2.447.816.844,85
GO	Est.	497.236,5	186.782.931,97	252.353.231,19	2.354.973,84	9.973.963,58	1.156.970.076,84	83.089.857,16	16.211.926,32	6.891.760 00	0,00	1.714.628.720,90	2.478.944.821,02
	Mun.	655.729,5	226.078.956,56	305.444.159,00	2.850.422,40	12.072.319,50	1.400.346.555,67	100.560.734,92	19.619.476,26	8.332.417 35	0,00	2.075.305.041,66	1.310.988.941,54
	Total	1.152.966,0	412.861.888,53	557.797.390,19	5.205.396,24	22.046.283,08	2.557.316.632,51	183.650.592,08	35.831.402,58	15.224.177 35	0,00	3.789.933.762,56	3.789.933.762,56

Por sua vez, dados divulgados no portal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)[376]70 informam os valores mensais das transferências de recursos do FUNDEB para o Estado do Espírito Santo:



ESTADOS E MUNICÍPIOS

Estado:

Transferências:

Ano:

HTML
XLS

Mês:

UF: ES
Ano: 2014
FUNDEB

Mês	FUNDEB
01	69.576.675,85
02	73.857.650,86
03	67.324.000,25
04	86.276.611,94
05	81.937.054,49
06	54.363.563,03
07	88.601.993,94
08	65.616.526,46
09	67.549.421,91
10	70.161.851,96
11	70.690.725,60
12	84.946.976,89
	880.917.053,18

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Esses dados coincidem com os disponibilizados no SIGEFES, referentes à unidade gestora FUNDEB (UG 420120), cujo demonstrativo das receitas recebidas no exercício de 2014 colaciona-se a seguir, seguido do **detalhamento da execução orçamentária por ação de governo** dessa mesma unidade gestora, também extraído do aludido sistema:

[376] Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/estados_novosite.asp. Acesso em: 04 mai. 2015.

Governo do Estado do Espírito Santo

FDB.08 - Receitas Recebidas do FUNDEB 14 / 2014

26/04/2015

	1 - Janeiro	2 - Fevereiro	3 - Março	4 - Abril	5 - Maio	6 - Junho	7 - Julho	8 - Agosto	9 - Setembro	10 - Outubro	11 - Novembro	12 - Dezembro	Total
	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	
Total	70.104.334,11	74.588.298,07	68.117.144,27	87.124.893,99	82.915.715,72	55.353.852,66	89.497.212,69	66.374.863,23	68.187.646,29	70.656.220,89	71.205.938,60	85.463.254,79	889.589.375,31
Transferências Recebidas	69.576.675,85	73.867.650,86	67.324.000,25	86.278.611,94	81.937.054,49	54.363.563,03	88.601.993,94	65.616.526,46	67.549.421,91	70.161.851,96	70.690.725,60	84.948.976,89	880.917.053,18
Rendimentos	527.658,26	720.647,21	793.144,02	846.282,05	978.661,23	990.289,63	895.218,75	758.336,77	638.224,38	494.368,93	515.213,00	514.277,90	8.672.322,13

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Ação de Governo – Unidade Gestora FUNDEB (UG 420120)

Unidade Gestora / Ação de Governo	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO EXERC
420120 - FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	R$ 900.211.281,12	R$ 900.211.281,12	R$ 900.211.281,12
2087 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 319.281.950,12	R$ 319.281.950,12	R$ 319.281.950,12
2088 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	R$ 251.456.039,51	R$ 251.456.039,51	R$ 251.456.039,51
8675 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 57.363.285,10	R$ 57.363.285,10	R$ 57.363.285,10
8677 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO	R$ 47.666.914,67	R$ 47.666.914,67	R$ 47.666.914,67
2086 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	R$ 34.236.447,84	R$ 34.236.447,84	R$ 34.236.447,84
6671 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 33.361.598,43	R$ 33.361.598,43	R$ 33.361.598,43
8085 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 28.323.082,61	R$ 28.323.082,61	R$ 28.323.082,61
8086 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO	R$ 28.059.136,65	R$ 28.059.136,65	R$ 28.059.136,65
0346 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 25.128.406,18	R$ 25.128.406,18	R$ 25.128.406,18
0347 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	R$ 24.521.695,45	R$ 24.521.695,45	R$ 24.521.695,45
2085 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 16.915.352,72	R$ 16.915.352,72	R$ 16.915.352,72
8667 - APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL	R$ 9.494.751,84	R$ 9.494.751,84	R$ 9.494.751,84
1672 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, REPAROS E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 7.967.390,33	R$ 7.967.390,33	R$ 7.967.390,33
6669 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 4.427.523,36	R$ 4.427.523,36	R$ 4.427.523,36
1673 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, REPAROS E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO	R$ 3.365.206,34	R$ 3.365.206,34	R$ 3.365.206,34
0345 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	R$ 1.902.372,97	R$ 1.902.372,97	R$ 1.902.372,97

Unidade Gestora / Ação de Governo	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO EXERC
E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO			
6666 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$ 1.620.944,40	R$ 1.620.944,40	R$ 1.620.944,40
0344 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 883.473,67	R$ 883.473,67	R$ 883.473,67
0349 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIARIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO	R$ 850.548,14	R$ 850.548,14	R$ 850.548,14
0993 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 793.570,15	R$ 793.570,15	R$ 793.570,15
1674 - GERENCIAMENTO DE OBRAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS	R$ 726.000,00	R$ 726.000,00	R$ 726.000,00
6682 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DAS UNIDADES CENTRAL E REGIONAIS	R$ 620.000,00	R$ 620.000,00	R$ 620.000,00
0348 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIARIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 541.426,06	R$ 541.426,06	R$ 541.426,06
4348 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	R$ 255.000,00	R$ 255.000,00	R$ 255.000,00
4347 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 245.000,00	R$ 245.000,00	R$ 245.000,00
1666 - AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS	R$ 99.000,51	R$ 99.000,51	R$ 99.000,51
4089 - COOPERAÇÃO ESTADO-MUNICIPIOS	R$ 80.542,34	R$ 80.542,34	R$ 80.542,34
0992 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 12.513,32	R$ 12.513,32	R$ 12.513,32
0986 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$ 12.108,41	R$ 12.108,41	R$ 12.108,41
0086 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL-PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0077 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0075 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS	R$ -	R$ -	R$ -

Unidade Gestora / Ação de Governo	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO EXERC
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL- PREVES			
0679 - PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO	R$ -	R$ -	R$ -
0004 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0680 - REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÃO	R$ -	R$ -	R$ -
0012 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0017 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ? PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
1676 - APARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - ENSINO MÉDIO	R$ -	R$ -	R$ -
0021 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ? PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0062 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL- PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0081 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
Total Geral	**R$ 900.211.281,12**	**R$ 900.211.281,12**	**R$ 900.211.281,12**



No detalhamento das ações e dos programas de trabalho do governo do Estado, previstos na LOA 2014, Lei Estadual nº 10.164/2014[377], consta no orçamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), gerido pelo IPAJM, previsão de despesa com **pagamento de benefícios previdenciários a segurados originários do FUNDEB** no valor de **R$ 400.953.763,00** (quatrocentos milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e três reais):

[377] Disponível em: http://www.planejamento.es.gov.br/download/orc2014/LOA_2014_DIO.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

Governo do Estado do Espírito Santo

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Órgão / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	RECURSOS DE TODAS AS FONTES Valor (EM R$ 1,00)
------- // -------	
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**2.157.027.562**
60201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**2.157.027.562**
0530 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.845.967.381
0009 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	26.566.931
0019 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	36.047.878
0028 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	193.446.360
------- // -------	
0624 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	300.169
0644 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	238.523
0682 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	1.443.911
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	130.167.656
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	400.953.763
0729 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	102.587.078
0739 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	8.483.045
0749 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	97.820.576
0759 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	389.640.402
0769 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	17.114.651
0779 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	440.894

Detalhamento das Ações de Governo – LOA 2014

Governo do Estado do Espírito Santo

Programa de Trabalho

RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00)

ÓRGÃO: 60 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE: 60201 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CODIGO	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA/ AÇÃO/ FINALIDADE DA AÇÃO/ PRODUTO/ MICRORREGIÃO/ META FÍSICA/ UN MEDIDA	ESF	GND	MOD	IU	FONTE	VALOR
	------- // -------						
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DA FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO.	S	1-PES	90	0	271	1.443.911
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 15 UN						
60.201.092720530.0683	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						130.167.656
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.	S	1-PES	90	0	271	130.167.656
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 5359 UN						
60.201.092720530.0684	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU						400.953.763
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DO FUNDEB/SEDU.	S	1-PES	90	0	271	400.953.763
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 14334 UN						
60.201.092720530.0729	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						102.587.078
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.	S	1-PES	90	0	271	102.587.078
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 2189 UN						
60.201.092720530.0739	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL						8.483.045
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.	S	1-PES	90	0	271	8.483.045
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 109 UN						

Detalhamento dos Programas de Trabalho – LOA 2014

De acordo com os demonstrativos da execução orçamentária das unidades gestoras Fundo Financeiro (UG 600210) e Fundo Previdenciário (UG 600211), extraídos do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), **durante o exercício de 2014 foram gastos com benefícios previdenciários pagos a segurados originários do FUNDEB o total de R$ 458.235.032,47** (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trinta e dois reais e quarenta a sete centavos), sendo **R$ 457.549.344,61 com recursos do Fundo Financeiro (99,85%)** e **R$ 685.687,86 com recursos do Fundo Previdenciário (0,15%)**, conforme se colhe das planilhas apresentadas a seguir, compiladas a partir dos demonstrativos mencionados e estruturadas em ordem decrescente de valores segundo a unidade gestora, a ação de governo e a natureza da despesa realizada.

Atente-se para o fato de que, tanto no Fundo Financeiro quanto no Fundo Previdenciário, as despesas com **segurados originários do FUNDEB** são sempre maiores do que as despesas com os **segurados originários da Secretaria de Estado da Educação** (ver destaques em amarelo).

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
600210 - FUNDO FINANCEIRO	R$ 2.081.760.122,26	100,00%
0759 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 459.245.513,52	22,06%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 341.689.527,47	16,41%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 104.425.101,71	5,02%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 13.130.884,34	0,63%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	R$ 457.549.344,61	21,98%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 431.348.123,40	20,72%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 15.450.369,26	0,74%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 10.750.851,95	0,52%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0189 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	R$ 255.750.762,12	12,29%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 133.185.974,63	6,40%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 103.089.741,01	4,95%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 19.475.046,48	0,94%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0028 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 196.888.738,14	9,46%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 119.759.713,69	5,75%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 45.191.843,25	2,17%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 31.937.181,20	1,53%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 139.500.397,01	6,70%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 124.743.029,83	5,99%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 12.557.964,61	0,60%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.199.402,57	0,11%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0729 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 127.851.431,82	6,14%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 108.767.924,87	5,22%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 16.914.521,78	0,81%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.168.985,17	0,10%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0749 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 120.351.699,30	5,78%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 86.233.382,61	4,14%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 29.896.530,75	1,44%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 4.221.785,94	0,20%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0059 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	R$ 68.472.421,63	3,29%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 32.548.681,77	1,56%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 19.541.944,21	0,94%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 16.381.795,65	0,79%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0019 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 36.829.276,92	1,77%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 30.564.558,08	1,47%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 5.775.335,92	0,28%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 489.382,92	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0009 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	R$ 34.664.178,02	1,67%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 26.609.040,37	1,28%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 5.664.882,30	0,27%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.390.255,35	0,11%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0769 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 21.409.465,06	1,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 18.914.724,57	0,91%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.898.458,68	0,09%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 596.281,81	0,03%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0259 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	R$ 18.825.645,00	0,90%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 12.674.212,86	0,61%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 5.752.471,51	0,28%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 398.960,63	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0399 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$ 15.531.295,83	0,75%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 14.258.812,95	0,68%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.105.144,98	0,05%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 167.337,90	0,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0169 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	R$ 13.238.949,13	0,64%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 9.597.896,85	0,46%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 3.548.106,66	0,17%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 92.945,62	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0119 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	R$ 12.456.130,29	0,60%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 11.443.118,79	0,55%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 862.122,91	0,04%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 150.888,59	0,01%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0504 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 11.464.512,11	0,55%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 10.054.935,18	0,48%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.072.929,94	0,05%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 336.646,99	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0739 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	R$ 11.417.562,81	0,55%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 6.264.049,69	0,30%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 4.668.164,23	0,22%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 485.348,89	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0029 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS CARTÓRIOS NÃO OFICIALIZADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 11.320.228,69	0,54%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 7.012.285,68	0,34%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 4.237.335,90	0,20%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 70.607,11	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0809 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	R$ 10.231.386,32	0,49%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 9.408.773,29	0,45%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 761.257,23	0,04%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 61.355,80	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0883 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 7.869.920,29	0,38%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 6.323.198,25	0,30%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 998.766,56	0,05%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 547.955,48	0,03%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0519 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	R$ 7.829.704,45	0,38%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 7.516.561,18	0,36%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 301.630,58	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 11.512,69	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0389 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	R$ 7.136.434,48	0,34%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 6.477.980,22	0,31%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 614.928,09	0,03%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 43.526,17	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0244 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	R$ 6.038.652,22	0,29%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 5.785.907,39	0,28%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 237.963,34	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 14.781,49	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0379 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	R$ 5.572.411,92	0,27%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 3.988.803,69	0,19%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.568.878,40	0,08%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 14.729,83	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0819 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 5.376.755,58	0,26%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO		% TOTAL GERAL
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	4.844.699,16	0,23%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	381.050,81	0,02%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	151.005,61	0,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0139 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DO ESPÍRITO SANTO	R$	2.916.447,38	0,14%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	2.259.661,45	0,11%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	655.043,21	0,03%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	1.742,72	0,00%
319012 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	R$	-	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0279 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	R$	2.670.951,30	0,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	2.149.208,87	0,10%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	502.988,28	0,02%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	18.754,15	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0869 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	R$	2.659.220,27	0,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	2.516.672,03	0,12%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	136.113,90	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	6.434,34	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0609 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	R$	2.611.710,54	0,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	2.370.867,96	0,11%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	235.362,48	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	5.480,10	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
0199 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 1.581.523,41	0,08%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 1.466.774,61	0,07%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 111.447,22	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 3.301,58	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0682 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	R$ 1.266.977,31	0,06%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 1.125.256,14	0,05%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 108.161,73	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 33.559,44	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0129 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	R$ 857.034,53	0,04%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 745.840,25	0,04%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 109.406,05	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 1.788,23	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0089 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DA CASA MILITAR	R$ 850.941,56	0,04%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 658.892,87	0,03%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 118.598,77	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 73.449,92	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0099 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	R$ 709.796,60	0,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 588.890,30	0,03%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 119.851,26	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 1.055,04	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
0229 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	R$ 584.681,38	0,03%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 552.068,94	0,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 29.698,08	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.914,36	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0619 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO	R$ 544.528,39	0,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 544.151,22	0,03%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 377,17	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ -	0,00%
0779 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	R$ 404.146,33	0,02%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 375.339,73	0,02%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 28.352,64	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 453,96	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0109 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	R$ 292.177,08	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 249.680,29	0,01%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 42.343,09	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 153,70	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0419 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO	R$ 265.455,85	0,01%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 178.058,94	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 86.806,26	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 590,65	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO		% TOTAL GERAL
0579 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	R$	138.474,35	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	118.746,80	0,01%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	19.040,80	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	686,75	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0624 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R$	110.695,24	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	110.334,31	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	360,93	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0599 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	R$	105.135,14	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	92.915,79	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	12.219,35	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0299 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	R$	104.722,96	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	104.348,21	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	374,75	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0179 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	R$	94.515,00	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	94.420,04	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	94,96	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
0309 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	R$ 78.511,15	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 78.170,79	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 340,36	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ -	0,00%
0644 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R$ 66.252,59	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 39.431,00	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 26.821,59	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0881 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	R$ 22.558,86	0,00%
319091 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R$ 22.558,86	0,00%
0339 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EM REDE DO ESPÍRITO SANTO S/A	R$ 847,77	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 847,77	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO	R$ 3.098.142,93	100,00%
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	R$ 685.687,86	22,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 398.239,59	12,85%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 251.503,02	8,12%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 35.945,25	1,16%
0119 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	R$ 630.414,18	20,35%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 278.007,48	8,97%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 337.940,79	10,91%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 14.465,91	0,47%
0749 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 403.092,23	13,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 403.070,40	13,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 21,83	0,00%
0729 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 351.615,36	11,35%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 221.345,99	7,14%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 116.681,56	3,77%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 13.587,81	0,44%
0759 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 333.237,56	10,76%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 300.491,00	9,70%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 26.986,38	0,87%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO		% TOTAL GERAL
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	5.760,18	0,19%
0809 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	R$	233.726,05	7,54%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	228.166,28	7,36%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	5.559,77	0,18%
0028 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	154.155,80	4,98%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	154.155,80	4,98%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	-	0,00%
0644 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R$	139.301,84	4,50%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	107.680,28	3,48%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	31.327,35	1,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	294,21	0,01%
0399 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$	50.877,70	1,64%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	50.877,70	1,64%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	-	0,00%
0019 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	36.143,47	1,17%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	36.143,47	1,17%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
0819 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 33.203,21	1,07%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 33.203,21	1,07%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
0079 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DA CASA CIVIL	R$ 30.649,24	0,99%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 30.649,24	0,99%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 16.038,43	0,52%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 16.038,43	0,52%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ -	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%

AÇÃO DE GOVERNO	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	R$ 457.549.344,61	R$ 685.687,86	R$ 458.235.032,47
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 139.500.397,01	R$ 16.038,43	R$ 139.516.435,44
		TOTAL:	R$ 597.751.467,91

Total de Benefícios Previdenciários Empenhados pelas Unidades Gestoras FUNDEB e SEDU

Na documentação encaminhada a este Órgão Ministerial pelo IPAJM por meio do **Ofício IPAJM/GPE/N°151/2015**, em anexo, constam demonstrativos da execução orçamentária dos Fundos Financeiro e Previdenciário em 2014 (fls. 169 a 198). Ambos os demonstrativos também apresentam, de forma segregada, as despesas realizadas pelas unidades gestoras **Secretaria de Estado da Educação** e **FUNDEB** com o pagamento de benefícios previdenciários (fl. 175 e 193).

A criação de uma unidade gestora denominada FUNDEB/SEDU[378] (UG 420120), distinta da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação (UG 420101), sugere tratar-se de medida visando atender à segregação do controle orçamentário, contábil e financeiro dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, exigida pela Lei Geral das Finanças Públicas, Lei nº 4.320/1964, bem como pela Lei nº 11.494/2007, que regulamentou o referido fundo, previsto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna[379].

[378] A Secretaria de Estado da Educação (SDEU) é gestora do FUNDEB.

[379] Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
III - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
d) a fiscalização e o controle dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
IV - os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
V - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
VI - até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do caput deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) R$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
VIII - a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
IX - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso VII do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
X - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
XI - o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 3º O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 5º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
I - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
II - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Assim, os recursos públicos administrados pela unidade gestora FUNDEB corresponderiam à parte pertencente ao Estado do Espírito Santo do total proveniente das fontes de receita previstas nos art. 4º a 7º da Lei nº 11.494/2007:

> **CAPÍTULO II**
> **DA COMPOSIÇÃO FINANCEIRA**
>
> **Seção I**
> **Das Fontes de Receita dos Fundos**
>
> **Art. 3º** Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
>
> I - imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos previsto no inciso I do caput do art. 155 da Constituição Federal[380];
>
> II - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação previsto no inciso II do caput do art. 155 combinado com o inciso IV do caput do art. 158 da Constituição Federal[381];
>
> III - imposto sobre a propriedade de veículos automotores previsto no inciso III do caput do art. 155 combinado com o inciso III do caput do art. 158 da Constituição Federal[382];
>
> IV - parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência que lhe é

---

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 6º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 7º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

380 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

381 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
Art. 158. Pertencem aos Municípios:
[...]
IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

382 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
III - propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
Art. 158. Pertencem aos Municípios:
[...]
III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

atribuída pelo inciso I do caput do art. 154 da Constituição Federal prevista no inciso II do caput do art. 157 da Constituição Federal[383];

V - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios, prevista no inciso II do caput do art. 158 da Constituição Federal[384];

VI - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e prevista na alínea a do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal[385] e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

VII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM e prevista na alínea b do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal[386] e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

VIII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal e prevista no inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal[387] e na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989; e

IX - receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas eventualmente incidentes.

§ 1º Inclui-se na base de cálculo dos recursos referidos nos incisos do caput deste artigo o montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios,

---

383 Art. 154. A União poderá instituir:
I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;
[...]
Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:
[...]
II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

384 Art. 158. Pertencem aos Municípios:
[...]
II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

385 Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)
I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)
a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

386 Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)
I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)
[...]
b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

387 Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)
[...]
II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

conforme disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

§ 2º Além dos recursos mencionados nos incisos do caput e no § 1º deste artigo, os Fundos contarão com a complementação da União, nos termos da Seção II deste Capítulo.

Seção II
Da Complementação da União

Art. 4º A União complementará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo desta Lei, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado de forma a que a complementação da União não seja inferior aos valores previstos no inciso VII do caput do art. 60 do ADCT[388].

§ 1º O valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente constitui-se em valor de referência relativo aos anos iniciais do ensino fundamental urbano e será determinado contabilmente em função da complementação da União.

§ 2º O valor anual mínimo por aluno será definido nacionalmente, considerando-se a complementação da União após a dedução da parcela de que trata o art. 7º desta Lei, relativa a programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica.

---

388 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
V - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) R$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]

Art. 5º A complementação da União destina-se exclusivamente a assegurar recursos financeiros aos Fundos, aplicando-se o disposto no caput do art. 160 da Constituição Federal[389].

§ 1º É vedada a utilização dos recursos oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal[390] na complementação da União aos Fundos.

§ 2º A vinculação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal[391] suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União.

Art. 6º A complementação da União será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 60 do ADCT[392].

§ 1º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de

---

389 Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.
Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)
I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)
II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

390 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

391 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

392 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subseqüente.

§ 2º A complementação da União a maior ou a menor em função da diferença entre a receita utilizada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência será ajustada no 1º (primeiro) quadrimestre do exercício imediatamente subseqüente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso.

§ 3º O não-cumprimento do disposto no caput deste artigo importará em crime de responsabilidade da autoridade competente.

Art. 7º Parcela da complementação da União, a ser fixada anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade instituída na forma da Seção II do Capítulo III desta Lei, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Para a distribuição da parcela de recursos da complementação a que se refere o caput deste artigo aos Fundos de âmbito estadual beneficiários da complementação nos termos do art. 4º desta Lei, levar-se-á em consideração:

I - a apresentação de projetos em regime de colaboração por Estado e respectivos Municípios ou por consórcios municipais;

II - o desempenho do sistema de ensino no que se refere ao esforço de habilitação dos professores e aprendizagem dos educandos e melhoria do fluxo escolar;

III - o esforço fiscal dos entes federados;

IV - a vigência de plano estadual ou municipal de educação aprovado por lei.

O quadro a seguir, extraído do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos[393]87, sintetiza as fontes de financiamento do FUNDEB:

[393] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_III_-_PCE.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015. p. 7.

FINANCIAMENTO DO FUNDEB

UNIÃO	EXERCÍCIO			
	2007	2008	2009	2010 - 2020
Complementação ao FUNDEB : a União complementará os recursos dos fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.	R$ 2 bilhões	R$ 3 bilhões	R$ 4,5 bilhões	10% do total dos recursos de impostos e transferências constitucionais destinados ao Fundeb
ESTADOS				
-ICMS -Desoneração ICMS (LC 87/96) -FPE - Cota-Parte IPI Exportação	16,66%	18,33 %	20 %	20 %
-ITCD -IPVA	6,66%	13,33 %	20 %	20 %
MUNICÍPIOS				
-Cota-Parte ICMS -FPM -Desoneração ICMS (LC 87/96) -Cota-Parte IPI Exportação	16,66%	18,33 %	20 %	20 %
- Cota-Parte ITR - Cota-Parte IPVA	6,66%	13,33 %	20 %	20 %

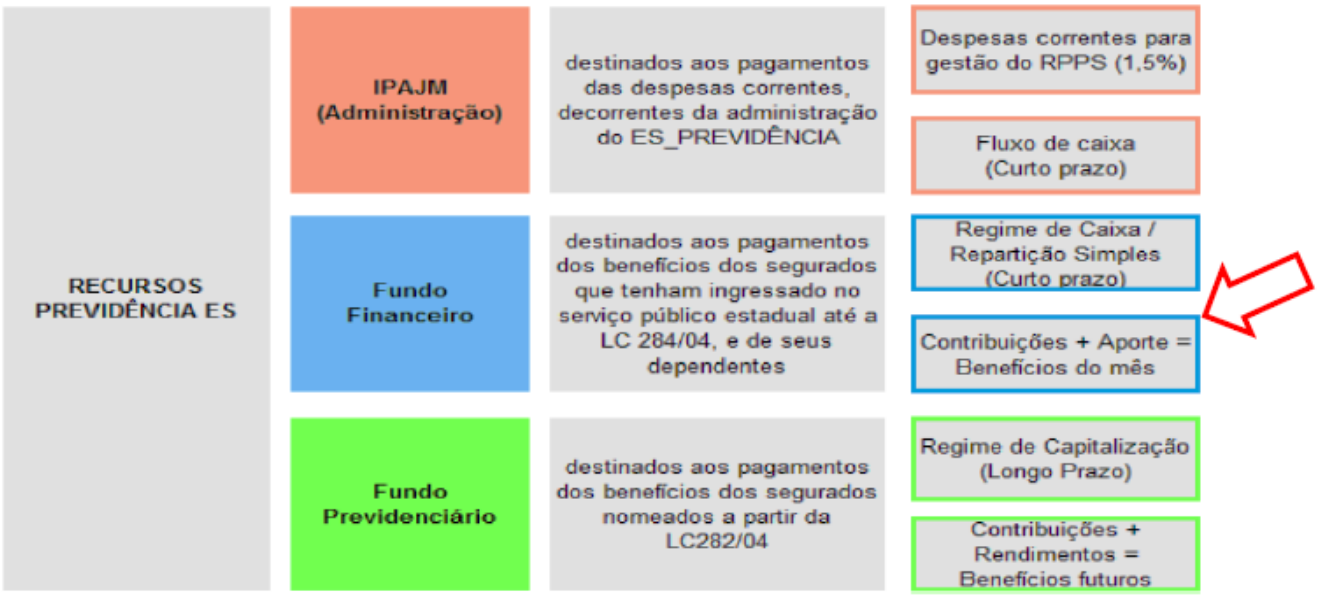
Conforme visto, o pagamento aos servidores inativos originários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi realizado por meio dos fundos que integram o RPPS do Estado do Espírito Santo: **Fundo Financeiro** e **Fundo Previdenciário**.

A receita do **Fundo Financeiro**, estruturado em regime de repartição simples (deficitário), é composta por contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas (11%), acrescida da contribuição patronal sobre servidores ativos (22%) **e dos aportes de recursos realizados mensalmente pelos Poderes do Estado em valores suficientes para a complementação da folha de pagamento dos benefícios previdenciários concedidos**.

Por sua vez, o **Fundo Previdenciário**, estruturado em regime de constituição de reserva de capital (superavitário), possui como fonte de recursos as contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas (11%), acrescida da contribuição patronal sobre servidores ativos (22%). **Devido à característica superavitária desse fundo, não são realizados**

aportes complementares de recursos por parte dos Poderes do Estado.

O quadro a seguir, extraído do Relatório Técnico da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo[394], referente ao exercício de 2013, retrata a destinação dos recursos do RPPS do Estado do Espírito Santo:



Destinação dos Recursos do RPPS por Unidade Gestora – Lei Complementar Estadual nº 282/2004

Observe-se que apenas o Fundo Financeiro, por ser deficitário, recebe aportes financeiros mensais para cobertura das despesas com a folha de pagamento dos benefícios previdenciários.

No exercício de 2014, o governo do Estado empenhou **R$ 1.309.943.631,18** (um bilhão, trezentos e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais, e dezoito centavos) com **contribuição previdenciária para cobertura do déficit financeiro do RPPS (aporte)**, conforme planilha a seguir, extraída da ferramenta de análise do MPC-ES:

394 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=wz_iBVjBKsE%3d&tabid=1777&portalid=14&mid=3106. Acesso em: 24 abr. 2015.

Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	% do Total Geral
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	R$ 1.309.943.631,18	9,53%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL - RPPS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.082.283.528,20	7,87%
SUBSIDIOS - RPPS	R$ 875.950.644,72	6,37%
SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI 8.745/93 - RGPS - SERVICO DE APOIO ADM.TECNI	R$ 621.324.366,89	4,52%
OBRAS RODOVIÁRIAS E VIÁRIAS	R$ 607.684.781,16	4,42%
FUNDAP	R$ 550.269.543,70	4,00%
SUBSIDIOS - PESSOAL MILITAR	R$ 444.801.310,96	3,23%
PROVENTOS - PESSOAL MILITAR	R$ 327.661.775,38	2,38%
VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	R$ 253.055.256,95	1,84%
PENSOES CIVIS - RPPS - PENSOES CIVIS	R$ 248.670.325,42	1,81%
Juros sobre a Dívida Interna por Contrato	R$ 238.266.505,44	1,73%
Precatórios - Envio dos 2% da RCL	R$ 221.998.783,65	1,61%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO - AUXÍLIOS - FUNDOS MUNICIPAIS I	R$ 199.999.999,96	1,45%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - OUTROS SERVIÇOS	R$ 189.622.820,19	1,38%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - OUTROS SERVIÇOS	R$ 177.157.260,82	1,29%
FUNDO FINANCEIRO - ATIVO CIVIL - RPPS	R$ 174.024.882,10	1,27%
OBRAS DE BENFEITORIA OU MELHORIA EM IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	R$ 173.260.281,13	1,26%
EDIFICAÇÕES REFERENTES A IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	R$ 164.552.864,94	1,20%
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	R$ 136.620.706,74	0,99%
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - RPPS	R$ 134.333.899,38	0,98%
OBRIGACOES PATRONAIS DO EXERCÍCIO - RGPS	R$ 133.789.717,35	0,97%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R$ 129.871.335,78	0,94%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	R$ 128.150.673,53	0,93%
SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (LC 101/00) - SERVIÇOS MÉDICOS	R$ 123.921.792,32	0,90%
SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES - GESTÃO PLENA	R$ 122.621.730,68	0,89%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - AUXÍLIOS - MUNICÍPIOS DO ES POR MEIO DE CONVÊN	R$ 121.958.923,03	0,89%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - OUTROS SERVIÇOS	R$ 115.476.609,22	0,84%

Maiores Valores Empenhados entre os Subelementos de Despesa em 2014

Desse valor complementar, **R$ 531.284.997,07** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e sete centavos), equivalentes a **40% do total**, são provenientes de **recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino**, transferidos ao **Fundo Financeiro** pela **Secretaria de Estado da Educação** para pagamento, no exercício de 2014, de inativos e pensionistas, conforme tabela a seguir, elaborada com auxílio da ferramenta de análise do MPC-ES, **sob o ponto de vista do Fundo Financeiro**:

Subelemento Despesa/Favorecido/Ação/Unidade Gestora/Fonte Recurso/Histórico	Valor Empenhado	% do Total Geral
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	R$ 1.309.943.631,18	100,00%
FUNDO FINANCEIRO	R$ 1.309.943.631,18	100,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	R$ 1.293.634.695,69	98,75%
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 531.284.997,07	40,56%
MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R$ 531.284.997,07	40,56%
Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.	R$ 531.284.997,07	40,56%
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 331.350.317,00	25,30%
ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	R$ 266.465.860,15	20,34%
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 71.250.000,00	5,44%
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 46.850.730,52	3,58%
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	R$ 9.660.238,00	0,74%
INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$ 9.269.930,63	0,71%
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRIDO SANTO	R$ 8.548.700,00	0,65%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 5.476.000,00	0,42%
INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 4.744.500,00	0,36%
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	R$ 3.970.000,00	0,30%
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	R$ 2.025.000,00	0,15%
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	R$ 1.211.322,32	0,09%
RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	R$ 800.000,00	0,06%
FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	R$ 645.000,00	0,05%
SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	R$ 82.100,00	0,01%
INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	R$ -	0,00%
MANUTENÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.200.000,00	0,47%

⊞ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	6.200.000,00	0,47%
⊟ CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÀRIA COMPLEMENTAR	R$	4.500.320,28	0,34%
⊞ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R$	4.500.320,28	0,34%
⊟ CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA COMPLEMENTAR	R$	4.395.057,00	0,34%
⊞ INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	R$	4.395.057,00	0,34%
⊟ CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO	R$	1.213.558,21	0,09%
⊞ DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	1.020.757,21	0,08%
⊞ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R$	192.801,00	0,01%
⊞ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	-	0,00%
Total Geral	**R$**	**1.309.943.631,18**	**100,00%**

O exame das despesas **sob o ponto de vista da Secretaria de Estado da Educação – SEDU** também revela que foram empenhados **R$ 531.284.997,07** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e sete centavos) em favor do Fundo Financeiro para cobertura de despesas com o **pagamento de inativos no exercício financeiro de 2014 com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino**.

Essa despesa representou **46,10%** do total de empenhos emitidos pela SEDU em 2014, conforme evidencia a planilha colacionada a seguir, extraída da ferramenta de análise do MPC-ES:

Unidade Gestora/Fonte Recurso/Favorecido/Ação/Histórico	Valor Empenhado	% do Total Geral
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 1.152.392.116,90	100,00%
MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R$ 938.526.832,92	81,44%
FUNDO FINANCEIRO	R$ 540.812.873,17	46,93%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	R$ 531.284.997,07	46,10%
Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.	R$ 531.284.997,07	46,10%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PESSOAL ATIVO	R$ 9.526.728,46	0,83%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	R$ 832,68	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 314,96	0,00%
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 127.781.054,73	11,09%
INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 46.303.058,57	4,02%
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	R$ 7.877.120,01	0,68%
MOVIMENTO DE EDUC.PROM.DO ESP.SANTO - MEPES	R$ 7.813.192,50	0,68%
ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRIC S/A-ESCELSA	R$ 6.402.156,88	0,56%
PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	R$ 5.935.578,44	0,52%
BRASLIMP SERVICOS LTDA	R$ 5.184.008,59	0,45%
GEPLAN - PLANEJ., PROJETOS E GERENC. DE OBRAS	R$ 4.904.646,64	0,43%
RADANA CONSTRUCOES LTDA	R$ 4.579.522,28	0,40%
PREF MUNIC DE LINHARES	R$ 4.241.303,99	0,37%
VIGSERV SERV. DE VIGIL. E SEGURANCA EIRELI	R$ 4.234.802,53	0,37%
AMG - ENGENHARIA LTDA.	R$ 3.831.843,40	0,33%
CONSTRUTORA SCHMIDT LTDA - ME	R$ 3.294.255,51	0,29%
PREF MUNIC DE DOMINGOS MARTINS	R$ 3.283.966,64	0,28%
PREF MUNIC DE ECOPORANGA	R$ 3.030.005,39	0,26%
CONSERVO SERVICOS GERAIS LTDA	R$ 2.837.743,90	0,25%

No portal da transparência do governo do Estado[395] é possível consultar o histórico dos empenhos e respectivos repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Educação ao Fundo Financeiro para complementação (aporte) da folha de pagamento de inativos e pensionistas, no valor total de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos).

As despesas realizadas a título de COMPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR destinaram-se à cobertura do déficit financeiro do Fundo Financeiro do RPPS, previsto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[396].

Ressalte-se que a estimativa de despesa da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação (UG 420101) com complementação previdenciária, prevista na LOA 2014, era de **R$ 368.914.000,00** (trezentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quatorze mil reais).

Reproduz-se a seguir o histórico detalhado dos empenhos e respectivos repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Educação ao Fundo Financeiro, seguido por parte do programa de trabalho extraído da LOA 2014, confirmando a dotação orçamentária inicial para complementação (aporte) do pagamento de benefícios previdenciários, conforme previsto no citado art. 40, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004:

[395] Disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/index.asp. Acesso em: 28 abr. 2015.

[396] Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
[...]
§ 1º - Além das contribuições previstas neste artigo ficam o Poder Executivo e demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.


Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência
O que é o Portal?
Glossário
Legislação
Manual de Navegação
Dados Abertos
Mapa do Site
Acessibilidade
RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Ação
Ação
Função
Favorecido
Dados atualizados em: 28/04/2015
Período da consulta: 01/01/2014 a 31/12/2014
Ação: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR
Função: EDUCAÇÃO
Subfunção: ADMINISTRAÇÃO GERAL
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Total Empenhado pelo Governo:	R$ 531.284.714,02
Total Liquidado pelo Governo:	R$ 531.284.714,02
Total Pago pelo Governo:	R$ 531.284.714,02

CNPJ / CPF / Órgão	Favorecido	Nº do Processo	Tipo de Licitação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
600210	FUNDO FINANCEIRO	65158598	Não Aplicável	531.284.714,02	40.221.856,24	531.284.714,02
600210	FUNDO FINANCEIRO	65545745	Não Aplicável	0,00	32.673.705,86	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	65802691	Não Aplicável	0,00	47.559.276,37	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66137055	Não Aplicável	0,00	44.603.643,69	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66495830	Não Aplicável	0,00	44.965.522,85	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66594944	Não Aplicável	0,00	11.024.991,81	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66786320	Não Aplicável	0,00	43.515.910,88	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	67061052	Não Aplicável	0,00	84.389.692,29	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	67511953	Não Aplicável	0,00	3.526.737,71	0,00

600210	FUNDO FINANCEIRO	67783309	Não Aplicável	0,00	43.246.222,66	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	68091001	Não Aplicável	0,00	44.424.768,57	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	68492685	Não Aplicável	0,00	43.406.525,27	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	68705255	Não Aplicável	0,00	47.725.859,82	0,00



Despesas

Despesas por Ação | Ação | Função | Órgão | Favorecido | Valor Empenhado

Dados atualizados em: **28/04/2015**

Período da consulta: **01/01/2014 a 31/12/2014**

Ação: **CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR**

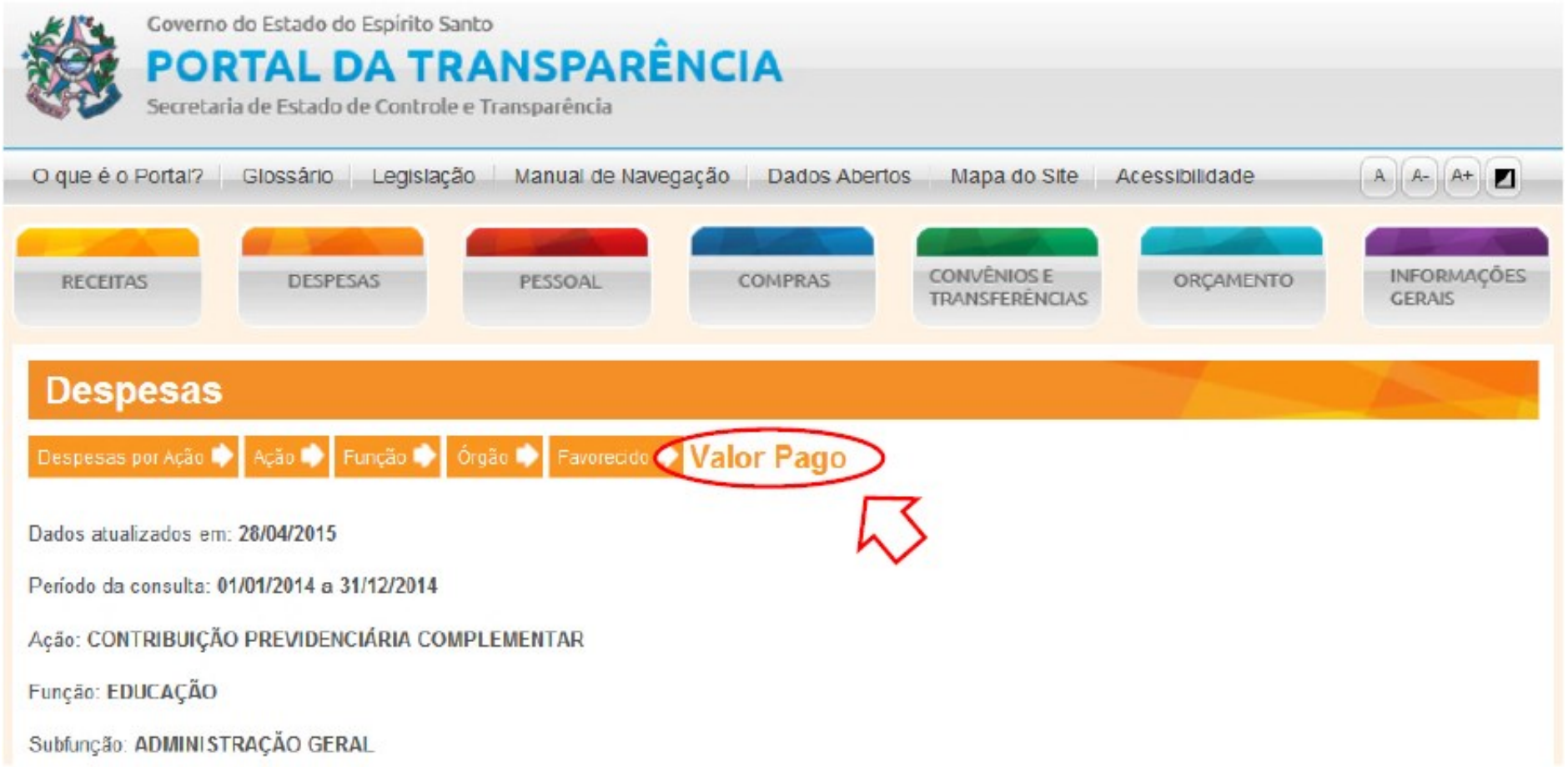
Função: **EDUCAÇÃO**

Subfunção: **ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Órgão: **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Total Empenhado:				R$ 531.284.714,02
Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0800 - APOIO ADMINISTRATIVO	0678 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO
Data	Documento			Valor
22/12/2014	2014NE20407			10.416.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.				
30/12/2014	2014NE20903			-283,04
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.				
30/12/2014	2014NE20716			-0,01
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.				
25/08/2014	2014NE13871			140.000.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.				
22/12/2014	2014NE20340			-5.602,93

HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		
22/01/2014	2014NE00374	245.000.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		
15/12/2014	2014NE20048	31.920.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		
24/06/2014	2014NE08544	102.954.600,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		


Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência
O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade
A A- A+
RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Ação
Ação
Função
Órgão
Favorecido
Valor Pago
Dados atualizados em: 28/04/2015
Período da consulta: 01/01/2014 a 31/12/2014
Ação: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR
Função: EDUCAÇÃO
Subfunção: ADMINISTRAÇÃO GERAL

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Favorecido: FUNDO FINANCEIRO

Total Pago:	R$ 531.284.714,02

Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0800 - APOIO ADMINISTRATIVO	0678 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
22/01/2014	2014OB00400	40.221.856,24
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JANEIRO/2014, CONFORME OF N 020/IPAJM/GFI/2014.		
25/06/2014	2014OB09225	43.515.910,88
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JUNHO/2014, CONFORME OF N 150/IPAJM/GFI/2014		
17/12/2014	2014OB22230	31.914.397,07
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014, CONFORME OF N 380/IPAJM/GFI/2014.		
25/02/2014	2014GD00015	-32.652.352,64

HISTÓRICO: REGISTRO DE DEVOLUÇÃO DE SALDO TENDO EM VISTA O NÃO CUMPRIMENTO DA 2014OB 01425.		
11/03/2014	2014OB01909	21.353,22
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE FEVEREIRO/2014, CONFORME OF N 050/IPAJM/GFI/2014. FC 33		
05/09/2014	2014OB15749	136.865,27
HISTÓRICO: Pgto referente a contribuição complementar (aporte) para pagamento dos inativos no mes de agosto de 2014, conforme OF.N. 236/IPAJM/GFI/2014. Folha Complementar 37.		
20/10/2014	2014OB18901	43.918.650,18
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE OUTUBRO/2014, CONFORME OF N 317/IPAJM/GFI/2014.		
23/12/2014	2014OB22873	10.202.475,92
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014. CONFORME OF N 424/IPAJM/GFI/2014. ABONO		
07/10/2014	2014OB17946	392.459,65
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 277/IPAJM/GFI/2014. FOLHA COMPLEMENTAR 99.		
27/02/2014	2014OB01524	32.652.352,64
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE FEVEREIRO/2014, CONFORME OF N 045/IPAJM/GFI/2014.		

07/10/2014	2014OB18103	2.878,03
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 294/IPAJM/GFI/2014. RECADASTRAMENTO.		
25/02/2014	2014OB01425	32.652.352,64
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE FEVEREIRO/2014, CONFORME OF N 045/IPAJM/GFI/2014.		
23/07/2014	2014OB11953	43.273.643,04
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JULHO/2014, CONFORME OF N 179/IPAJM/GFI/2014.		
06/08/2014	2014OB13500	523.250,41
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JULHO/2014 - Folha Complementar 37. CONFORME OF N 198/IPAJM/GFI/2014.		
02/09/2014	2014OB15562	3.068,61
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE AGOSTO/2014, CONFORME OF N 232/IPAJM/GFI/2014. SUPLEMENTAR FL 31 IPAJM		

26/08/2014	2014OB15161	3.386.803,83
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE AGOSTO/2014, CONFORME OF N 222/IPAJM/GFI/2014.		
27/05/2014	2014OB06383	44.965.522,85
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE MAIO/2014, CONFORME OF N 132/IPAJM/GFI/2014.		
05/11/2014	2014OB19756	81.143,01
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE OUTUBRO/2014, CONFORME OF N 327/IPAJM/GFI/2014. Folha Complementar 37.		
17/12/2014	2014OB22229	5.395.745,79
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014. CONFORME OF N 380/IPAJM/GFI/2014.		
26/03/2014	2014OB02601	47.559.276,37
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE MARÇO/2014. CONFORME OF N 074/IPAJM/GFI/2014.		
04/06/2014	2014OB07464	11.024.991,81
HISTÓRICO: DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA REALIZADA SOBRE A CARGA HORARIA ESPECIAL CONFORME OFICIO SINDIUPES N 170/2014 (REP/SEAF/ N 002/2014)		
26/08/2014	2014OB15160	40.592.798,84

HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE AGOSTO/2014, CONFORME OF N 222/IPAJM/GFI/2014.		
24/04/2014	2014OB04244	44.603.643,69
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE ABRIL/2014, CONFORME OF N 103/IPAJM/GFI/2014.		
24/09/2014	2014OB17029	42.848.991,77
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 269/IPAJM/GFI/2014.		
07/11/2014	2014OB20117	424.975,38
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE OUTUBRO/2014, CONFORME OF N 332/IPAJM/GFI/2014. Recastramento.		
23/12/2014	2014OB22872	213.241,04
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014, CONFORME OF N 390/IPAJM/GFI/2014. RECADASTRAMENTO.		
30/09/2014	2014OB17524	1.893,21
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 274/IPAJM/GFI/2014. FOLHA COMPLEMENTAR RECADASTRAMENTO.		

25/11/2014	2014OB21116	43.406.525,27

HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE NOVEMBRO/2014, CONFORME OF N 382/IPAJM/GFI/2014.

Governo do Estado do Espírito Santo

Programa de Trabalho

RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00)

ÓRGÃO: 42 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 42101 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CODIGO	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA/ AÇÃO/ FINALIDADE DA AÇÃO/ PRODUTO/ MICRORREGIÃO/ META FÍSICA/ UN MEDIDA	ESF	GND	MOD	IU	FONTE	VALOR
	EDUCAÇÃO						1.971.009.963
	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO						5.347.500
	PLANEJAMENTO, GESTÃO E SUPORTE EDUCACIONAL						5.347.500
42.101.121210721.6089	AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO						5.347.500
	AVALIAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESCOLAR PÚBLICA GERANDO INFORMAÇÕES QUE SUBSIDIEM A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	F F	3-ODC 3-ODC	90 90	0 0	102 131	1.500.000 3.847.500

------- // -------

42.101.121220800.0667	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PESSOAL ATIVO						7.800.000
	CUMPRIR COM OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NO INCISO III, ARTIGO 40, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 282, DE 22/04/2004. - CONTRIBUIÇÃO EFETUADA: . ESTADO - 100 PERC	F	1-PES	91	0	102	7.800.000
42.101.121220800.0678	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR						368.914.000
	CUMPRIR COM OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NO PARÁGRAFO 1º, ARTIGO 40, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 282, DE 22/04/2004. - CONTRIBUIÇÃO EFETUADA: . ESTADO - 100 PERC	F	1-PES	91	0	102	368.914.000

A partir do exame do demonstrativo das fontes de receita da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação (UG 420101), extraído do SIGEFES, é possível verificar que a **fonte de recursos denominada "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino"** – principal fonte de recursos da SEDU – contribuiu com **R$ 925.824.679,89** (novecentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais, e oitenta e nove centavos), representando **83,34%** da receita total dessa unidade gestora.

Conforme já demonstrado, **R$ 531.284.997,07** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e sete centavos) foram utilizados pela Secretaria de Estado da Educação como aporte financeiro para pagamento de inativos em 2014. Esse valor equivale a **57,39%** do total de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino contemplados no orçamento da SEDU (**R$ 925.824.679,89),** detalhado a seguir segundo as fontes de recursos:

Governo do Estado do Espírito Santo

DES.19 - Dotação/Empenhada/Liquidada/Paga - Por fonte - Até o mês: 14 / 2014

27/04/2015

Unidade Gestora / Fonte / Fonte Completa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
420101 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	**1.032.009.963,00**	**1.289.819.545,65**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	**73.660.066,00**	**67.912.236,00**	**62.922.938,95**	**62.922.938,95**	**62.922.938,95**
0101000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	73.660.066,00	67.903.345,24	62.920.964,59	62.920.964,59	62.920.964,59
0101000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	8.890,76	1.974,36	1.974,36	1.974,36
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**776.889.897,00**	**949.759.305,35**	**925.824.679,89**	**925.824.679,89**	**925.824.679,89**
0102000000 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	140.000.000,00	140.000.000,00	140.000.000,00	140.000.000,00
0102000001 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	776.846.397,00	807.477.880,35	783.563.488,15	783.563.488,15	783.563.488,15
0102000002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.000.000,00	2.242.715,00	2.242.714,52	2.242.714,52	2.242.714,52
1102000001 - CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS DO BIRD - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102000001 - OUTRAS CONTRAPARTIDAS - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	43.500,00	38.710,00	18.477,22	18.477,22	18.477,22
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0114000001 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**60.000.000,00**	**66.231.610,49**	**47.039.905,73**	**47.039.905,73**	**47.039.905,73**
0131000001 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	60.000.000,00	60.000.000,00	42.905.407,90	42.905.407,90	42.905.407,90
0131000002 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	6.231.610,49	4.134.497,83	4.134.497,83	4.134.497,83
132 - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0132000001 - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	**1.500.000,00**	**1.500.000,00**	**150.144,12**	**150.144,12**	**150.144,12**
0133000001 - CONVÊNIOS - UNIÃO	1.500.000,00	1.450.000,00	110.068,55	110.068,55	110.068,55
0133000002 - CONVÊNIOS - UNIÃO	0,00	50.000,00	40.075,57	40.075,57	40.075,57
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0146000001 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	**22.000.000,00**	**22.000.000,00**	**9.806.195,56**	**9.806.195,56**	**9.806.195,56**
0147000000 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0147000001 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	22.000.000,00	22.000.000,00	9.806.195,56	9.806.195,56	9.806.195,56
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	**80.000,00**	**80.000,00**	**53.333,36**	**53.333,36**	**53.333,36**
0148000001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	80.000,00	80.000,00	53.333,36	53.333,36	53.333,36
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	**3.500.000,00**	**3.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0149000001 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	**58.000.000,00**	**58.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0165000001 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	58.000.000,00	58.000.000,00	0,00	0,00	0,00
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	**34.300.000,00**	**32.854.401,72**	**2.592.096,60**	**2.592.096,60**	**2.592.096,60**

Unidade Gestora / Fonte / Fonte Completa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
0166000001 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	34.300.000,00	32.854.401,72	2.592.096,60	2.592.096,60	2.592.096,60
302 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	**0,00**	**2.914.253,47**	**1.887.666,78**	**1.887.666,78**	**1.887.666,78**
0302000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	0,00	2.227.405,25	1.200.818,56	1.200.818,56	1.200.818,56
0302000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	0,00	686.848,22	686.848,22	686.848,22	686.848,22
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**0,00**	**48.153.060,30**	**39.073.043,77**	**39.073.043,77**	**39.073.043,77**
0331000000 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	471.795,82	285.402,73	285.402,73	285.402,73
0331000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	37.607.302,08	29.951.352,46	29.951.352,46	29.951.352,46
0331000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	10.073.962,40	8.836.288,58	8.836.288,58	8.836.288,58
332 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**0,00**	**6.186,44**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0332000000 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0332000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	6.186,23	0,00	0,00	0,00
0332000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,21	0,00	0,00	0,00
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	**0,00**	**4.327.879,78**	**3.836.119,45**	**3.836.119,45**	**3.836.119,45**
0333000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	4.053.797,79	3.562.037,46	3.562.037,46	3.562.037,46
0333000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	79.947,50	79.947,50	79.947,50	79.947,50
0333000003 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	194.134,49	194.134,49	194.134,49	194.134,49
346 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	**0,00**	**296.692,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0346000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	252.762,90	0,00	0,00	0,00
0346000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	43.929,93	0,00	0,00	0,00
347 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	**0,00**	**19.253.062,19**	**12.139.714,04**	**12.139.714,04**	**12.139.714,04**
0347000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	15.342.757,47	10.073.532,18	10.073.532,18	10.073.532,18
0347000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	3.910.304,72	2.066.181,86	2.066.181,86	2.066.181,86
348 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	**0,00**	**25.457,72**	**13.666,64**	**13.666,64**	**13.666,64**
0348000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	0,00	25.306,09	13.666,64	13.666,64	13.666,64
0348000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	0,00	151,63	0,00	0,00	0,00
349 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	**0,00**	**1.450.237,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0349000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	0,00	1.184.065,16	0,00	0,00	0,00
0349000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	0,00	266.172,15	0,00	0,00	0,00
365 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	**0,00**	**11.263.881,95**	**5.541.567,03**	**5.541.567,03**	**5.541.567,03**
0365000000 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0365000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	0,00	11.263.881,95	5.541.567,03	5.541.567,03	5.541.567,03
366 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PAR	**0,00**	**211.280,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0366000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PAR	0,00	211.280,10	0,00	0,00	0,00
Total	**1.032.009.963,00**	**1.289.819.545,65**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**

Pois bem.

Ocorre que a legislação federal veda expressamente a utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para pagamento de servidores inativos, conforme se demonstra a seguir a partir da análise da **legislação aplicada aos recursos do FUNDEB (em especial a parcela destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública)**, cuja totalidade das receitas se destina à manutenção e desenvolvimento do ensino, servindo, portanto, de parâmetro normativo no que concerne às vedações legais quanto à aplicação dos recursos públicos, em cumprimento à regra contida no *caput* do art. 212 da Constituição Federal[397], bem como no art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)[398], segundo a qual **o Estado do Espírito Santo deve aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino**.

Colhe-se do inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53[399], de 12 de dezembro de 2006, a exigência primária para que 60% dos recursos do FUNDEB sejam destinados ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício**:

> Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
>
> [...]
>
> XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (grifou-se)

Ao regulamentar a Emenda Constitucional 53/2006, disciplinando a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a Lei Federal nº 11.494/2007[400]94 trouxe em seus art. 21 a 23 as seguintes disposições:

CAPÍTULO V
DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

---

397 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

398 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 mai. 2015.

399 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 28 abr. 2015.

400 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 30 abr. 2015.

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, **em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394[401], de 20 de dezembro de 1996**. (grifou-se)

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício na rede pública**. (grifou-se)

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;

III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários[402] previstos em lei, com ônus para o empregador,

401 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

402 O afastamento decorrente da aposentadoria é definitivo – e não temporário –, razão pela qual servidores inativos não podem ser considerados como em efetivo exercício.

> **que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.** (grifou-se)
>
> **Art. 23.** É vedada a utilização dos recursos dos Fundos: (grifou-se)
>
> **I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394[403], de 20 de dezembro de 1996**; (grifou-se)
>
> **II -** como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica.

Regulamentando a Lei Federal nº 11.494/2007, o Decreto Federal nº 6.253[404], de 13 de novembro de 2007, também reproduziu em seus art. 3º, § 3º, e 9º o teor do mandamento constitucional:

> **Art. 3º** Para os fins do disposto no art. 9º, § 1º, da Lei nº 11.494, de 2007, os recursos serão distribuídos considerando-se exclusivamente as matrículas presenciais efetivas nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, da seguinte forma:
>
> **I -** Municípios: educação infantil e ensino fundamental;
>
> **II -** Estados: ensino fundamental e ensino médio; e
>
> **III -** Distrito Federal: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
>
> [...]
>
> **§ 3º Os recursos dos Fundos serão utilizados pelos Municípios, pelos Estados e pelo Distrito Federal em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o disposto nos arts. 70 e 71 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. (grifou-se)
>
> [...]
>
> **Art. 9º** Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício na rede pública**, na forma do art. 22 da Lei no 11.494, de 2007.

Por sua vez, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996[405], Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dispositivos que disciplinam o uso

---

403 Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

404 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em: 30 abr. 2015.

405 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 ami. 2015.

dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, possuem a seguinte redação:

> **Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis**[406], compreendendo as que se destinam a:
>
> **I -** remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
>
> **II -** aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
>
> **III –** uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
>
> **IV -** levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
>
> **V -** realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
>
> **VI -** concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
>
> **VII -** amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
>
> **VIII -** aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
>
> **Art. 71.** Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
>
> **I -** pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
>
> **II -** subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
>
> **III -** formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
>
> **IV -** programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
>
> **V -** obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
>
> **VI -** pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com o intuito de esclarecer o uso dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino disciplinado pelos art. 70 e 71 da LDB, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) incluiu no seu Manual de

[406] O pagamento de benefícios previdenciários não integra os objetivos básicos das instituições educacionais, razão pela qual não pode ser incluído como despesa destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Orientação do FUNDEB[407] instruções acerca da interpretação desses dispositivos, de onde se extrai que tanto a parcela referente aos 60% destinados à remuneração dos profissionais do magistério, quanto os 40% restantes, não podem custear despesas com servidores inativos:

> **4. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PELOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS**
>
> Os recursos do Fundeb devem ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, particularmente na valorização do magistério, devendo ser subdivididos para aplicação, da seguinte forma:
>
> **4.1. PARCELA MÍNIMA DE 60% DO FUNDEB**
>
> Calculada sobre o montante anual dos recursos creditados na conta no exercício, a parcela mínima de 60% do Fundo deve ser destinada à remuneração dos profissionais do magistério **em efetivo exercício na educação básica pública, com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado**, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (grifou-se)
>
> **4.1.1. Remuneração do magistério**
>
> A remuneração compreende o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação básica **em decorrência do efetivo exercício** em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador[408]. De modo geral, os itens que compõem a remuneração, para fins da aplicação do mínimo de 60% do Fundeb, incluem:
>
> - salário ou vencimento;
> - 13º salário, inclusive 13º salário proporcional;
> - 1/3 de adicional de férias;
> - férias vencidas, proporcionais ou antecipadas;
> - gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções de magistério, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia;
> - horas extras, aviso prévio, abono;
> - salário família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador;

---

407 Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirArquivo&num_ato=00000001&seq_ato=001&sgl_tipo=MFB&vlr_ano=2008&sgl_orgao=FNDE&cod_menu=707&cod_modulo=11. Acesso em: 5 mai. 2015.

408 Esclareça-se que a complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários não se insere no conceito de encargos sociais de responsabilidade do Estado, porquanto o recolhimento de contribuições patronais por parte do ente da federação só ocorre durante o período de efetivo exercício do servidor, já que após a sua passagem para a inatividade, não há mais o recolhimento de contribuição patronal por parte do Estado.

- encargos sociais (Previdência e FGTS) devidos pelo empregador, correspondentes à remuneração paga na forma dos itens anteriores, observada a legislação federal, estadual e municipal sobre a matéria.

Não deve compor a remuneração, para fins de cumprimento da aplicação mínima de 60% do Fundeb, as despesas realizadas a título de:

- profissional de ida e volta para o trabalho;
- auxílio-alimentação ou apoio equivalente;
- apoio financeiro para aquisição de vestuário utilizado no trabalho ou benefício equivalente;
- assistência social, médica, psicológica, farmacêutica, odontológica oferecida diretamente pelo empregador ou mediante contratação de serviços oferecidos por entidades especializadas, sob a forma de planos de saúde ou assemelhados, em suas variadas modalidades e formas de pagamento e cobertura;
- previdência complementar;
- PIS/Pasep;
- Serviços de terceiros, ainda que contratados para substituição de profissionais do magistério.

ATENÇÃO

Os professores terceirizados (vinculados a cooperativas ou outras entidades) que eventualmente estejam atuando sem vínculo contratual direto (permanente ou temporário) com o Estado, Distrito Federal ou Município a que prestam serviços não poderão ser remunerados com a parcela de recursos vinculada à remuneração do magistério, pois esses recursos não se destinam ao pagamento de serviços de terceiros, cuja contratação se dá por meio de processo licitatório próprio. Ressalta-se que o ingresso na carreira de magistério deve dar-se por meio de concurso público de provas e títulos, conforme estabelecem a Constituição Federal (art. 37, II) e a LDB (art. 67, I).

4.1.2. Profissionais do magistério[409]

Compreende os professores e os profissionais que exercem as seguintes atividades de suporte e assessoramento pedagógico, em apoio à docência:

- direção ou administração escolar;
- planejamento;
- inspeção;
- supervisão,
- orientação educacional;
- coordenação pedagógica.

[409] Definição detalhada encontra-se na Resolução nº 01/2008, do Conselho Nacional de Educação.

4.1.3. Efetivo exercício dos profissionais do magistério

Corresponde à atuação efetiva no desempenho das atividades ou funções de magistério, associada à sua regular vinculação contratual, em caráter temporário ou permanente, definida em instrumento próprio, com o ente governamental que o remunera, **não sendo descaracterizada por eventuais afastamentos temporários previstos em lei**, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação contratual existente, como férias, licença gestante ou paternidade, licença para tratamento de saúde, entre outras. (grifou-se)

EXCEÇÕES

Os profissionais do magistério:

- **dos municípios e do Distrito Federal**, cedidos para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o Município/DF onde se localiza, para atuação no segmento das creches e da educação especial (infantil e fundamental) e, nos quatro primeiros anos do Fundo, também na educação pré-escolar, serão considerados, no âmbito do respectivo Município/DF, como em efetivo exercício do magistério, para fins de remuneração com a parcela mínima dos 60% do Fundeb;
- **dos estados** cedidos para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o governo estadual, para atuação na educação especial (fundamental e médio), serão considerados, no âmbito do respectivo governo estadual, como em efetivo exercício do magistério, para fins de remuneração com a parcela mínima dos 60% do Fundeb.

4.1.4. Parcela de até 40% do Fundo

Cumprida a exigência mínima relacionada à garantia de 60% para remuneração do magistério, os recursos restantes (de até 40% do total) devem ser direcionados para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), realizadas na educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB), observado o seguinte critério por ente governamental:

- Estados: despesas com MDE no âmbito dos ensinos fundamental e médio;
- Distrito Federal: despesas com MDE no âmbito da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio;
- Municípios: despesas com MDE no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental.

IMPORTANTE

Nas situações em que os governos estaduais e municipais mantiverem convênios com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma prevista no art. 8º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei nº 11.494/2007, os repasses de recursos do Fundeb a essas

instituições, à conta desses convênios, deverão originar-se dessa parcela de 40% do Fundo.

O conjunto de despesas com MDE nas quais essa parcela de 40% do Fundeb deve ser aplicada compreende:

a) Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação, contemplando:

- remuneração e capacitação, sob a forma de formação continuada, de trabalhadores da educação básica, com ou sem cargo de direção e chefia, incluindo os profissionais do magistério e outros servidores que atuam na realização de serviços de apoio técnico-administrativo e operacional, nestes incluída a manutenção de ambientes e instituições do respectivo sistema de ensino básico. Como exemplo, tem-se o auxiliar de serviços gerais (manutenção, limpeza, segurança, preparação da merenda, etc.), o auxiliar de administração (serviços de apoio administrativo), o(a) secretário(a) da escola, dentre outros, lotados e em exercício nas escolas ou órgão/unidade administrativa da educação básica pública;

- remuneração do(a) secretário(a) de Educação do respectivo ente governamental (ou dirigente de órgão equivalente) somente se a atuação deste dirigente se limitar à educação e no segmento da educação básica que compete ao ente governamental oferecer prioritariamente, na forma do art. 211, §§ 2º e 3º da Constituição Federal.

- formação inicial e/ou continuada de professores da educação básica, sendo:

  - formação inicial – relacionada à habilitação para o exercício profissional da docência, em conformidade com o disposto no art. 62 da LDB, que estabelece, para os docentes da educação básica, exigência de formação em nível superior (licenciatura plena, na área exigida) e admite como formação mínima a de nível médio, modalidade normal, para o exercício da docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental;

  - formação continuada – voltada para a atualização, expansão, sistematização e aprofundamento dos conhecimentos, na perspectiva do aperfeiçoamento profissional que, de forma contínua, deve ser promovido pelos estados, Distrito Federal e municípios, mediante programas com esse objetivo, assegurados nos respectivos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério.

  IMPORTANTE:

  - Em relação aos cursos de capacitação utilizados na formação continuada, por se tratar de cursos livres, o MEC não realiza o credenciamento de instituições que os oferecem. No entanto, torna-se necessária a verificação sobre eventuais exigências relacionadas ao funcionamento dessas instituições junto aos Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação. Mas, independentemente de eventuais exigências nesse sentido, é importante atentar para os aspectos da qualidade e da

reconhecida capacidade técnica das pessoas (física ou jurídicas) contratadas para a prestação desses serviços.

- Os profissionais que atuam na assistência social, médico-odontológica, farmacêutica e psicológica oferecida aos alunos da educação básica não poderão ser remunerados e/ou capacitados com os recursos do Fundeb.

b) Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino

- aquisição de imóveis já construídos ou de terrenos para construção de prédios destinados a escolas ou órgãos do sistema de ensino básico;
- ampliação, conclusão e construção de prédios, poços, muros e quadras de esportes nas escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo da educação básica;
- aquisição de mobiliário e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades da educação básica pública (carteiras e cadeiras, mesas, armários, mimeógrafos, retroprojetores, computadores e periféricos, televisores, antenas, etc.);
- manutenção dos equipamentos existentes (máquinas, móveis, equipamentos eletro-eletrônicos, etc.), inclusive com aquisição de produtos/serviços necessários ao seu funcionamento (tintas, graxas, óleos, combustíveis, energia elétrica, assistência técnica, serviços elétricos, mecânicos, hidráulicos, reparos, reformas, reposição de peças, revisões, etc.);
- reforma total ou parcial de instalações físicas (rede elétrica, hidráulica, estrutura interna, pintura, cobertura, pisos, muros, grades, etc.) das instituições de ensino da educação básica.

c) Uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino

- aluguel de imóveis e equipamentos;
- manutenção de bens e equipamentos (mão de obra especializada, materiais e peças de reposição diversas, lubrificantes, combustíveis, reparos, etc.);
- conservação das instalações físicas utilizadas na educação básica (reparos, limpeza, etc.);
- despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto, serviços de comunicação e informática, etc.

d) Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino

- levantamentos estatísticos (relacionados ao sistema de ensino) objetivando o aprimoramento da qualidade e a expansão da educação básica;
- organização de banco de dados, realização de estudos e pesquisas que visem à elaboração de programas, planos e projetos voltados à educação básica.

e) Realização de atividades–meio necessárias ao funcionamento do ensino

- despesas inerentes ao custeio das diversas atividades relacionadas ao adequado funcionamento dos estabelecimentos de ensino da educação básica, entre as quais pode-se destacar: serviços diversos (vigilância, limpeza e conservação, entre outros), aquisição do material de consumo utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema (papel, lápis, canetas, grampos, colas, fitas adesivas, gizes, cartolinas, água, produtos de higiene e limpeza, tintas, etc.).

f) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas

- na LDB encontra-se prevista esta forma de concessão, comumente utilizada no ensino superior. No Fundeb, entretanto, por contemplar o nível básico de ensino, de garantia constitucional integralmente gratuita a todos os cidadãos, não é prevista tal concessão aos alunos beneficiários matriculados na educação infantil e/ou nos ensinos fundamental ou médio.

g) Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos itens acima

- quitação de empréstimos (principal e encargos) destinados a investimentos em educação básica pública (financiamento para construção de escola do ensino fundamental, por exemplo).

h) Aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar

- aquisição de materiais didático-escolares diversos destinados a apoiar o trabalho pedagógico na escola (material desportivo utilizado nas aulas de educação física; acervo da biblioteca da escola, tais como livros, atlas, dicionários, periódicos, etc.; lápis; borrachas; canetas; cadernos; cartolinas; colas, etc.);

- aquisição de veículos escolares apropriados ao transporte de alunos na zona rural, devidamente equipados e identificados como de uso específico nesse tipo de transporte, em observância ao disposto no Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23.09.97). Os tipos de veículos destinados ao transporte de alunos, desde que apropriados ao transporte de pessoas, devem se encontrar licenciados pelos competentes órgãos encarregados da fiscalização e dispor de todos os equipamentos obrigatórios, principalmente no que tange aos itens de segurança. Podem ser adotados tipos, modelos e marcas diferenciadas de veículos, em função da quantidade de pessoas a serem transportadas, das condições das vias de tráfego, dentre outras, podendo, inclusive, ser adotados veículos de transporte hidroviário;

- manutenção de veículos utilizados no transporte escolar, garantindo-se tanto o pagamento da remuneração do(s) motorista(s) quanto os produtos e serviços necessários ao funcionamento e conservação desses veículos, como

combustíveis, óleos lubrificantes, consertos, revisões, reposição de peças, serviços mecânicos, etc.;

- locação de veículos para o transporte de alunos da zona rural, desde que essa solução se mostre mais econômica e o(s) veículo(s) a ser(em) locado(s) reúna(m) as condições necessárias a esse tipo de transporte, de forma idêntica às exigências a serem observadas em relação aos veículos próprios.

IMPORTANTE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996, art. 10, VII, e art. 11, VI, alterada pela Lei n.º 10.709/2003), dispõe que os governos dos estados e dos municípios serão responsáveis pelo transporte escolar dos alunos de suas respectivas redes de ensino.

4.2. IMPEDIMENTOS DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

De modo geral, os recursos do Fundo não podem ser aplicados pelos estados, Distrito Federal e municípios em:

- ações do ensino superior;
- educação oferecida por instituições de ensino de natureza privada que não atendam alunos da educação especial, de creches e pré-escola, e não sejam comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público;
- etapas da educação básica de responsabilidade de outro ente governamental;
- despesas de outros exercícios, ainda que relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica;
- ações não caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

4.2.1. Parcela vinculada à remuneração do magistério (60%)

Considerando a exclusividade de uso da parcela mínima de 60% do Fundeb para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública, essa parcela de recursos **não pode ser destinada ao pagamento de profissionais**:

- integrantes do quadro de magistério do ensino superior ou de etapas da educação básica de responsabilidade de outro ente governamental ou do setor privado (mesmo que de instituição comunitária, confessional ou filantrópica conveniada com o poder público);
- **inativos, mesmo que egressos da educação básica pública**;
- pessoal da educação que não seja integrante do grupo de profissionais do magistério;
- integrantes do magistério que, mesmo em atuação na educação básica, estejam em desvio de função, ou seja, no exercício de função que não se caracteriza como função de

magistério (exemplos: secretária da escola, auxiliar de serviços gerais, agente de vigilância, etc.)

Por oportuno, o referido manual de orientação ainda destaca as penalidades cabíveis no caso de comprovação de irregularidades relacionadas ao FUNDEB:

> **7.5. PENALIDADES EM CASO DE COMPROVADAS IRREGULARIDADES RELACIONADAS AO FUNDEB**
>
> O não cumprimento das disposições legais relacionadas ao Fundeb acarreta sanções administrativas, civis e/ou penais aos responsáveis, cujas penalidades são:
>
> **1) para os estados e municípios:**
>
> - rejeição das contas, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas competente, com o consequente encaminhamento da questão ao respectivo Poder Legislativo e, caso a rejeição seja confirmada, à autoridade competente e ao Ministério Público;
> - impossibilidade de celebração de convênios junto à administração federal (no caso de estados) e junto às administrações federal e estadual (no caso de municípios), quando exigida certidão negativa do respectivo Tribunal de Contas;
> - impossibilidade de realização de operações de crédito junto a instituições financeiras (empréstimos junto a bancos);
> - perda da assistência financeira da União (no caso de estados) e da União e do Estado (no caso de municípios), conforme artigos 76 e 87, § 6º, da LDB;
> - intervenção da União no Estado (CF, art. 34, VII, e) e do Estado no Município (CF, art. 35, III).
>
> **2) para o chefe do Poder Executivo:**
>
> - sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizados os tipos penais previstos no art. 1º, III e XIV do Decreto-lei nº 201/67 (respectivamente, aplicar indevidamente verbas públicas e negar execução à lei federal). Nestes casos, a pena prevista é de detenção de três meses a três anos. A condenação definitiva por estes crimes de responsabilidade acarreta a perda do cargo, a inabilitação para exercício de cargo ou função pública, eletivos ou de nomeação, pelo prazo de cinco anos (art. 1º, § 2º, Decreto-Lei nº 201/67);
> - sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizada a negligência no oferecimento do ensino obrigatório (art. 5º, § 4º, LDB);
> - sujeição a processo penal se caracterizado que a aplicação de verba pública foi diversa à prevista em lei (art. 315 – Código penal). A pena é de um a três meses de detenção ou multa;
> - inelegibilidade, por cinco anos, se suas contas forem rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo

submetida à apreciação do Poder Judiciário (art. 1º, g, Lei Complementar nº 64/90).

Acerca das vedações à utilização de recursos do FUNDEB, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos[410], norma procedimental de observância obrigatória por parte de todos os entes da federação, esclarece:

> **03.01.05 APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
>
> Na Emenda Constitucional n.º 53/2006 e em sua regulamentação houve maior preocupação em detalhar mecanismos eminentemente operacionais, que causavam divergências de entendimento durante a vigência do Fundef. Um exemplo disso refere-se às despesas em que podem ser aplicadas as receitas dos fundos. A lei que regulamentou o Fundef estabelecia que os recursos devessem ser aplicados na "manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental público, e na valorização do seu magistério".
>
> **Na regulamentação do Fundeb se expressa, com clareza, que os recursos deverão ser aplicados na forma do artigo 70 da LDB (art. 21 da Lei nº 11.494/2007), sendo proibidos os gastos citados no art. 71 da LDB (art. 23)**. (grifou-se)
>
> Quanto à parcela destinada à valorização do profissional do magistério, compreendida aquela que será utilizada para pagamento de salários e outras vantagens, **pairavam dúvidas sobre quais seriam os profissionais do magistério, sobre a possibilidade de estender as vantagens a profissionais alheios ao quadro de efetivos e, finalmente, sobre a <u>utilização desta fonte para fazer face às folhas de pagamento de professores aposentados</u>**. (grifou-se)
>
> A Lei nº 11.494/2007 trata dessas questões em seu art. 22:
>
> > *Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.*
> >
> > *Parágrafo único: Para os devidos fins do disposto no caput, considera-se:*
> >
> > *I – remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município,*
> >
> > *conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;*
> >
> > *II – profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica; e*

[410] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_III_-_PCE.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.

> *III – efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.*

Com essa medida, o legislador:

1. Admite a inclusão de profissionais contratados temporariamente;

2. Define remuneração como sendo o total de pagamentos efetuados aos profissionais, incluindo-se os encargos sociais;

3. Expressa a proibição da utilização desta verba para pagamento de inativos. (grifou-se)

Em complemento à linha argumentativa traçada, reproduz-se trecho do documento intitulado Subsídios ao Ministério Público para Acompanhamento do FUNDEB[411], elaborado em conjunto pelo Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal – CNPG e Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude e de Educação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal – FONCAIJE, sobre os **procedimentos necessários à abertura de investigação para apuração da aplicação dos recursos do FUNDEB em ações que não são caracterizadas como Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública**:

> **11.9. Aplicação dos recursos do Fundeb em ações que não são caracterizadas como Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública**
>
> O artigo 212 da Constituição Federal determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino. A definição de quais despesas podem ser caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, encontra-se delineada no art. 70 da LDB, que também se aplica à parcela de recursos do Fundeb (artigo 21 da Lei nº 11.494/2007), **razão pela qual quaisquer despesas realizadas com finalidade diversa encontram-se em discordância com o ordenamento que regulamenta o Fundo, conforme rol exemplificativo, constante do art. 71 da LDB**. (grifou-se)
>
> Deve-se enfatizar que os recursos do Fundeb devem ser direcionados apenas no custeio das despesas efetuadas no âmbito da etapa da educação básica de atuação prioritária do respectivo ente federado.
>
> O Ministério Público tem ressaltado que o custeio de serviços de vigilância, uniforme escolar, pavimentação das ruas de acesso à escola, professores que se encontrem atuando na função de bibliotecário, edificação de quadras esportivas em praça pública,

411 Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirArquivo&num_ato=00000001&seq_ato=001&sgl_tipo=SMP&vlr_ano=2009&sgl_orgao=FNDE&cod_menu=708&cod_modulo=11. Acesso em: 05 mai. 2015.

dentre outras comumente praticadas, não são consideradas como passíveis de realização com recursos do Fundeb.

Documentação necessária à abertura de investigação da ilicitude:

- Ao Chefe do Poder Executivo:

a) balancete ou balanço financeiro analítico e consolidado que contemple as despesas com educação no período investigado;

b) cópias dos demonstrativos contábeis e gerenciais (balancete financeiro mensal, demonstrativo dos recursos públicos destinados à educação, resumos da execução da receita e da despesa orçamentária - agrupados mês a mês) relativas ao período investigado, assim como prova da publicação do relatório bimestral resumido da execução orçamentária (§ 3º do artigo 165 da Constituição Federal);

c) ato de designação ou indicação do responsável pela movimentação da conta única e específica do Fundo;

d) cópias das fichas financeiras e/ou resumos financeiros individuais de todos os profissionais em efetivo exercício no magistério da educação básica pública, prioritária, bem como, dos demais profissionais que exerceram atividades meio, relativas ao período investigado, mês a mês;

e) relação dos profissionais do magistério da educação básica pública, prioritária, onde conste o nome, cargo, função, lotação e remuneração, do exercício a ser investigado, devidamente assinada pelos responsáveis na emissão e elaboração da folha de pagamento. A relação deverá ser apresentada de forma impressa e por meio magnético;

f) cópias dos resumos mensais das folhas de pagamento, detalhados por rubrica, referentes ao período investigado;

g) documentos comprobatórios do investimento na capacitação de professores leigos, se houver, referentes ao exercício a ser investigado;

h) cópias de todos os documentos referentes às despesas realizadas nas rubricas das dotações orçamentárias do Fundeb, tais como: notas de empenhos, liquidações, ordens de pagamentos, cópias de cheques, guias de recolhimento dos encargos sociais com autenticação bancária, notas fiscais e outros documentos ou esclarecimentos tidos como necessários, cujas cópias deverão ser encaminhadas separadamente, mês a mês;

i) cópia integral de procedimentos licitatórios realizados no período investigado, caso tenha sido realizada alguma modalidade de licitação;

j) caso existam valores inscritos na rubrica “restos a pagar”, no exercício investigado, deverão ser encaminhados, separadamente, os empenhos que indiquem e comprovem a referida inscrição, bem como os documentos que comprovem e justifiquem o efetivo pagamento da despesa, tais como: liquidações, ordens de pagamentos, cópias de cheques, guias de recolhimento dos encargos

sociais com autenticação bancária, notas fiscais ou outros documentos que comprovem a despesa;

k) na ocorrência de sobras de recursos do exercício investigado, deverão ser encaminhadas cópias dos documentos que comprovem a sua aplicação no primeiro trimestre do exercício seguinte;

l) certificado de regularidade profissional, emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade, do contador responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis;

m) dados de identificação civil (nome, CPF e RG) do Chefe do Poder Executivo que exerceu o mandato eletivo no período investigado.

- À Secretaria de Educação:

a) relação onde conste o nome de todas as escolas públicas pertencentes à rede de ensino do respectivo ente governamental, assim como o nome dos ocupantes dos cargos de direção, administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação pedagógica e docência, indicando a modalidade de ensino em que atuaram durante o período investigado, o cargo, a função, a lotação e a remuneração (mês a mês), bem assim dos demais profissionais da educação. Tal relação deverá ser impressa e assinada pelo responsável por sua elaboração e pelo Secretário de Educação, além de ser encaminhada por meio magnético.

- Ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb:

a) cópias das atas e pareceres, mensais, relativas à prestação de contas do período investigado.

- À Agência Bancária:

a) cópias dos extratos bancários da conta específica do Fundeb, relativas ao período investigado.

- Ao Tribunal de Contas:

a) cópia da instrução e parecer técnico emitido pela Diretoria de Contas Municipais do Tribunal de Contas competente (do Estado ou Município);

b) cópia do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Portanto, não mais subsistiram dúvidas quanto à expressa proibição de utilização de verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino para pagamento de inativos, sejam elas provenientes ou não do FUNDEB.

Desse modo, caso seja confirmada a utilização de recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino como reforço de caixa para quitar obrigações financeiras do governo do Estado perante o regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo, independentemente de serem ou não originários do FUNDEB, **a quantia usada para pagar benefícios previdenciários deve ser excluída do cálculo do percentual mínimo de gastos com educação, previsto no**

art. 212 da Constituição Federal[412], porquanto em nada contribuiu para a manutenção e desenvolvimento do ensino ou para a valorização dos profissionais do magistério da educação básica, enquanto em atividade.

Caso a exclusão mencionada importe o não atingimento do percentual mínimo previsto na Carta Magna, além dos consectários legais pelo descumprimento do mandamento constitucional, a diferença a menor constatada, estimada em **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), deve ser reinvestida pelo Estado na área da educação, não podendo ser incluída no cálculo do percentual mínimo do exercício em que for aplicada por se tratar de débito oriundo de exercício anterior.

Registre-se que o elevado – e necessário – rigor aplicado ao controle da gestão dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino – entre eles os provenientes do FUNDEB, caracterizado na lei orçamentária anual pela exclusão das suas receitas da receita líquida do Estado –, deve exigir dos gestores públicos e dos órgãos de controle cautelas adicionais por se tratar de investimento direcionado à área prioritária.

Importante ressaltar, ainda, que, em relação aos servidores inativos, o Estado do Espírito Santo não recolhe contribuição patronal para o RPPS, consoante estabelece o art. 40, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[413], haja vista que todo o investimento destinado à formação da reserva financeira, garantidora do pagamento de benefícios previdenciários, deve ser realizado durante o período de atividade dos servidores – e não após a sua aposentadoria –, razão pela qual a valorização dos profissionais do magistério, cujo objetivo principal consiste em promover a melhoria das condições de ensino **em sala de aula**, mostra-se ineficaz quando aplicada aos profissionais que não se encontram mais em efetivo exercício.

Certamente, despesas realizadas com o pagamento de proventos a professores aposentados e pensionistas não são capazes de promover a manutenção e o desenvolvimento do ensino em sala de aula. Ademais, o expressivo e desproporcional valor dispendido de recursos com atividades

---

412 **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

413 **Art. 40 -** O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
[...]
III - contribuição mensal compulsória do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de 22% (vinte e dois por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição do respectivo segurado ativo, de que trata o inciso I deste artigo. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

secundárias na área da educação suscita uma reflexão[414] sobre o modelo educacional adotado no Estado do Espírito Santo, conforme pontua o Professor Roberto Garcia Simões em artigo publica no Jornal A Gazeta, edição de 14 de abril de 2015:

OPINIÃO 15
TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2015 A GAZETA

Roberto Garcia Simões
É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simoes@ufes.br

No chamado orçamento considerável da educação estadual de R$ 2 bilhões, a educação conta pouco, especialmente o que é essencial ao aprendizado

Pobre sala de aula

No orçamento da Secretaria de Estado da Educação, educação contempla o quê? O custo aluno do ensino médio abrange quais itens? Observa-se no trabalho que relaciona o Enem 2013 e o custo aluno (IABDADOS): "É possível que em alguns estados os custos incluam gastos com aposentados; a rigor esses custos não deveriam ser incluídos nos custos correntes do sistema educacional". Logo, comparações entre Enem e custo do aluno no ensino médio precisam considerar os estados que incluem aposentados no orçamento da educação – o que não é informado no referido trabalho.

No orçamento 2015 da Sedu, o maior valor é para "Contribuição Previdenciária Complementar": R$ 446,2 milhões – expressivos 22% do total de R$ 2 bilhões. Há outras "contribuições" afins: a) previdência complementar (Preves); b) "patronal ao fundo previdenciário – pessoal ativo"; e c) "patronal ao fundo previdenciário dos profissionais" (médio, profissional, EJA...). Nessa "torre de babel", os aposentados estão incluídos nos R$ 446,2 milhões? Influenciam o elevado "custo aluno" no ES?

Três outros itens possibilitam o funcionamento da escola, mas não têm influência direta na sala de aula. Não podem ser desconsiderados, pois tornam a escola acessível, complementam a baixa renda de famílias e buscam conter a "entrada" das violências das ruas. É mais uma evidência de que nem todo o dinheiro do orçamento da educação é para educação.

Assim, transporte escolar, alimentação e "serviços terceirizados para unidades escolares" (incluindo o alto valor da segurança) chegam a R$ 326,8 milhões, e correspondem a 16% do total.

Contrastando os valores indiretos acima com os que têm impacto direto na sala de aula, a "remuneração dos profissionais do magistério do ensino médio" é R$ 248 milhões – 12% do total de R$ 2 bilhões; no tipo de ensino que não é a principal atribuição da Sedu, a "remuneração de profissionais do ensino fundamental" ultrapassa R$ 354 milhões.

No ensino médio, a indigência de recursos na veia da educação é notória: a) "valorização das boas práticas de educação": R$ 638 mil; b) "melhoria do desempenho escolar dos estudantes do ensino médio": R$ 534 mil; c) "aperfeiçoamento da gestão escolar": pouco mais de R$ 900 mil; e d) "formação dos profissionais do magistério": R$ 2 milhões.

No chamado orçamento considerável da educação estadual de R$ 2 bilhões, a educação de fato conta pouco, especialmente o que é essencial ao aprendizado na sala de aula.

[414] Atualmente, encontra-se em debate na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo o projeto Escola Viva, proposto pelo governo do Estado.

Para que se tenha uma ideia do impacto negativo da inclusão indevida da complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões no cômputo das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, caso o governo do Estado tivesse seguido rigorosamente a legislação federal no exercício de 2013 – o que parece não ter ocorrido –, não se teria atingido o **percentual mínimo** previsto no art. 212 da Constituição Federal, conforme se passa a demonstrar.

De acordo com a área técnica do TCEES, o **valor mínimo** que deveria ser aplicado pelo governo do Estado com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), correspondente a **25%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, foi calculado em **R$ 2.141.489.487,84** (dois bilhões, cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, e oitenta e quatro centavos).

Por sua vez, o valor efetivamente aplicado em MDE no exercício de 2013 alcançou **R$ 2.424.334.563,20** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais, e vinte centavos), equivalentes a **28,30%**, sendo, portanto, superior ao valor mínimo aferido com base no art. 212 da Constituição Federal, consoante se infere do item 6.1.5.7 do Relatório Técnico da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo[415], referente ao exercício de 2013:

> **6.1.5.7 Detalhamento dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**
>
> Apurados os limites mínimos de aplicação de recursos públicos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e no FUNDEB (Gasto total no FUNDEB e Gasto na Remuneração dos Profissionais), faz-se necessário comparar e averiguar o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais pertinentes à matéria. A Tabela 6.13 demonstra essa situação.

[415] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=wz_iBVjBKsE%3d&tabid=1777&portalid=14&mid=3106. Acesso em: 24 abr. 2015.

Tabela 6.13 - Limites Constitucionais e Aplicações Efetivas no Ensino - Exercício 2013

DESCRIÇÃO	%	TOTAL
Base de Cálculo		
Receita Líquida Impostos e Transf. Contitucionais		8.565.957.951,36
Transferências Recebidas do FUNDEB		863.646.286,46
Aplicação Mínima		
I - Valor Mínimo a ser Aplicado no Ensino	25,00%	2.141.489.487,84
II - Remuneração dos Prof. do Magistério	60,00%	518.187.771,88
III - Valor Mínimo a ser Aplicado (Rec. do FUNDEB)	100,00%	863.646.286,46
Aplicação Efetiva		
I - Valor Efetivamente Aplicado no Ensino	28,30%	2.424.334.563,20
II - Gasto Efetivo com Rem. Magistério	82,19%	709.792.355,40
III - Valor Efetivamente Aplicado - FUNDEB	100,02%	863.847.746,25
III.a - Exercício 2013	97,72%	843.938.595,51
III.b - Exercício 2014	2,31%	19.909.150,74
Aplicação Superavitária/Deficitária		
I - No Ensino Total	*3,30%*	*282.845.075,36*
II - Remuneração dos Prof. do Magistério	*22,19%*	*191.604.583,52*
III - Dos recursos recebidos do FUNDEB	*0,02%*	*201.459,79*

Fonte: RREO 6º Bi 2013 – Processos: TC 3.068/2014.

As despesas aferidas pela área técnica do TCEES com manutenção e desenvolvimento do ensino foram explicitadas no item 6.1.5.3 do mesmo relatório:

6.1.5.3 Gasto Efetivo com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Tabela 6.8, a seguir apresenta as despesas efetivamente realizadas pelo Governo do Estado com ensino, no exercício de 2013.

Tabela 6.8 - Gastos com o Ensino - Exercício 2013

DESPESAS COM ENSINO	VALORES (Jan-Dez / 2013)
DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	
Vinculadas às demais Receitas de Impostos	**843.279.720,95**
Com Educação Infantil	0,00
Com Ensino Fundamental	103.713.464,87
Com Ensino Médio	116.324.955,90
Com Educação Jovens e Adultos	2.178.145,22
Com Educação Especial	1.079.891,61
Com Educação Superior	7.634.854,88
Com Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	23.779.146,46
Outras Despesas com Ensino	588.569.262,01
Vinculadas ao FUNDEB	**874.857.525,10**
Com Educação Infantil	0,00
Com Ensino Fundamental	415.032.721,03
Com Ensino Médio	362.677.637,84
Com Educação Jovens e Adultos	47.072.624,99
Com Educação Especial	50.074.541,24
Com Educação Superior	0,00
Com Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	0,00
Outras Despesas com Ensino	0,00
SOMATÓRIO (Vinculdas às demais Receitas + Vinculadas ao FUNDEB)	**1.718.137.246,05**

Desp. Custeadas com a Aplic. Fin. De Outros Rec. De Imp. Vinc. Ao Ensino	794.662,04
Desp. Custeadas com a Contr. Social do Salário-Educação	48.561.147,65
Desp. Custeadas com Recursos de Operações de Crédito	0,00
Desp. Custeadas com Outras Receitas para Financiamento do Ensino	62.399.441,44
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	1.829.892.497,18
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (GANHO/PERDA) - VALOR LÍQUIDO	
[se II > I] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	759.804.724,43
[se I > II] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00
DEDUÇÕES DAS DESPESAS	
Parcela do Ganho/Complem. FUNDEB aplicada no exercício	0,00
RP Processados Cancelados em 2013 - Computados na Educação	519.020,89
Despesas Excluídas *(Cf. RREO 6º bi 2013)*	53.088.386,39
TOTAL DE DEDUÇÕES	53.607.407,28
RESULTADO DAS DESPESAS COM ENSINO	2.424.334.563,20

Fonte: RREO 6º BI 2013 - Processo: TC 707/2014.

No valor apurado de **R$ 2.424.334.563,20** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais, e vinte centavos) estão incluídos **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos) referentes à complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões de servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação, transferidos ao Fundo Financeiro tendo por fonte de recurso “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”, conforme se constata no demonstrativo extraído do portal da transparência do governo do Estado:

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **05/05/2015**

Período da consulta: **01/01/2013 a 31/12/2013**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 481.691.945,53**
Total Liquidado:	**R$ 481.691.945,53**
Total Pago:	**R$ 481.221.119,95**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	472.250.380,94	472.250.380,94	472.250.380,94

Subtraindo-se o valor de **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos) do total apurado de **R$ 2.424.334.563,20** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais, e vinte centavos), tem-se um valor efetivo gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino de **R$ 1.952.084.182,26** (um bilhão, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitenta e quatro mil, cento e oitenta e dois reais, e vinte e seis centavos), equivalentes a apenas **22,79%**, percentual inferior aos **25%** exigidos pela Constituição Federal, calculados pela equipe técnica do TCEES em **R$ 2.141.489.487,84** (dois bilhões, cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, e oitenta e quatro centavos).

Salvo melhor juízo, o descumprimento da legislação federal por parte do governo do Estado teve como escudo o art. 21 da Resolução TC 238/2012[416], de 15 de maio de 2012, publicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), que, conforme se colhe de sua ementa, instituiu *"novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07*".

A utilização da Resolução TC 238/2012 no cálculo das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino restou consignada no item 5.2.4.8 do Relatório Técnico da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo[417], referente ao exercício de 2013:

> **5.2.4.8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 (Lei nº 9.394, de 20/12/96)**
>
> O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) tem sua apresentação decorrente do ordenamento jurídico. O artigo 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O artigo 165 da Constituição determina a publicação, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Adicionalmente, o artigo 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa o seu alcance. Constitui também fator determinante para a elaboração do demonstrativo o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
>
> O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao Ensino, as despesas com a

[416] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/Res238-FUNDEB.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.
[417] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=wz_iBVjBKsE%3d&tabid=1777&portalid=14&mid=3106. Acesso em: 24 abr. 2015.

MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Registra-se que foi considerada a Resolução TCEES nº 238/2012 para o preenchimento deste Anexo do RREO. (grifou-se)

Limite Constitucional de Gasto Mínimo com Educação - MDE

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 212 que o Estado deve aplicar anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências e excluídos os valores repassados constitucionalmente aos municípios.

Assim, esta Comissão efetuou a analise do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8, com base na metodologia de apuração definida no Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, **considerando a Resolução TCEES nº 238/2012 para o preenchimento deste Anexo do RREO.** (grifou-se)

Dentre as inovações trazidas por essa resolução, as disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21, com a redação dada pela Resolução TC 260/2013[418], permitiram que as despesas do Estado e dos municípios com a contribuição complementar (aporte) destinada a cobrir déficit financeiro do RPPS, no tocante aos inativos e pensionistas originários da educação, custeados, quando em atividade, com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, fossem consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, *verbis*:

Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º[419], 9º[420], 11[421], 12[422], 15[423] e 16[424], desta Resolução, deverão ser

418 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/Res260-2013%20Altera%20Res%20238-12.pdf. Acesso em: 05 mai. 2015.

419 **Art. 8º** O Governo do Estado deverá providenciar a manutenção, junto ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, de conta corrente específica denominada Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**.
§ 1º Essa conta receberá a cota-parte do Estado, conforme os critérios estabelecidos na Lei n° 11.494/07, devendo a mesma ser movimentada pelo Secretário Estadual da Educação e por outro servidor designado para tal finalidade.
§ 2º A Secretaria de Estado da Educação - SEDU providenciará para que a instituição financeira aplique os saldos disponíveis na conta corrente, cuja perspectiva de utilização seja superior a quinze dias, em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados, exclusivamente, para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.
§ 3º A conta do Fundo somente poderá ser movimentada para o pagamento de despesas referentes à manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, para as aplicações financeiras citadas no § 2º do artigo 8.º e transferência para conta corrente citada no art. 9º desta Resolução.
§ 4º Os recursos recebidos à conta do Fundo serão aplicados pelo Estado exclusivamente no respectivo âmbito de atuação prioritária, conforme estabelecido no § 3º do art. 211 da CF;

420 **Art. 9°** Fica facultado ao Governo do Estado providenciar a abertura e manutenção, em qualquer outra instituição financeira oficial, conforme disposto no art. 164, § 3º da CF, de conta corrente específica para pagamento das despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, denominada Fundo de Educação Básica Estadual – **FUNDEB-Estado**, vinculada à conta do **FUNDEB**, desde que atendidos todos os ditames estabelecidos nos parágrafos do art. 8º desta Resolução.
§ 1º Caso o Governo do Estado opte pela faculdade prevista no caput do art. 9º, todos os pagamentos de despesas referentes à manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação deverão ser efetuados exclusivamente por meio dessa conta.

§ 2º Permanece a obrigatoriedade da aplicação de todos os saldos dessa conta, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação.

421 **Art. 11** Cada Prefeitura Municipal deverá providenciar a manutenção, junto ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, de conta corrente específica, denominada Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**.

§ 1º Essa conta receberá a cota-parte do Município, conforme os critérios estabelecidos na Lei n° 11.494/07, devendo a mesma ser movimentada mediante as assinaturas do prefeito e do secretário municipal de educação, e, no caso de desconcentração administrativa, pelo secretário municipal de educação e outro servidor designado para tal finalidade. Em ambos os casos, os signatários responderão solidariamente pelas despesas efetuadas.

§ 2º Cada Secretaria Municipal de Educação providenciará para que a instituição financeira aplique os saldos disponíveis na conta corrente, cuja perspectiva de utilização seja superior a quinze dias, em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.

§ 3º A conta do Fundo somente poderá ser movimentada para o pagamento de despesas referentes à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, para as aplicações financeiras citadas no § 2º deste artigo e transferência para conta corrente citada no art. 12 desta Resolução.

§ 4º Os recursos recebidos à conta do Fundo serão aplicados pelo Município exclusivamente no respectivo âmbito de atuação prioritária, conforme estabelecido no § 2º do art. 211 da CF;

422 **Art. 12** Fica facultado a cada Prefeitura Municipal providenciar abertura e manutenção, em qualquer outra instituição financeira oficial, conforme disposto no art. 164, § 3º da CF, de conta corrente específica para pagamento das despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, denominada Fundo de Educação Básica Municipal – **FUNDEB-Município**, vinculada à conta do **FUNDEB**, desde que atendidos todos os ditames estabelecidos nos parágrafos do art. 11 desta Resolução.

§ 1º Caso a Prefeitura Municipal opte pela faculdade prevista no caput do art. 12, todos os pagamentos de despesas referentes à manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação deverão ser efetuados exclusivamente por meio dessa conta.

§ 2º Permanece a obrigatoriedade da aplicação de todos os saldos dessa conta, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação.

423 **Art. 15** Além da conta referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**, fica o Estado obrigado a manter outra conta, vinculada à Secretaria de Estado da Educação - SEDU, denominada **MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Estadual**.

§ 1º Essa conta prevista no caput do art. 15 deverá ser movimentada pelo Secretário Estadual da Educação e por outro servidor expressamente designado para tal finalidade. Os signatários responderão solidariamente pelas despesas efetuadas, nos termos da lei.

§ 2º Nessa conta prevista no caput do art. 15 serão depositados, no mínimo, a diferença entre os recursos previstos no art. 212 da CF, aplicados conforme a base de cálculo definida no inciso I e no Parágrafo único do art. 3º desta Resolução, e os recursos que foram destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB** a serem utilizados, prioritariamente, no ensino fundamental e médio, conforme disposto no art. 10, VI da Lei nº 9.394/96, dentro do exercício financeiro em que foram creditados.

§ 3º O repasse dos valores referidos no § 2º do artigo 15 deverá ocorrer imediatamente nos prazos estabelecidos no § 5º do art. 69 da Lei n° 9394/96, de 20.12.96.

§ 4º A Secretaria de Estado da Educação - SEDU providenciará para que a instituição financeira em que estejam depositados os recursos de que trata o § 2º do artigo 15 aplique, diariamente, os saldos disponíveis na conta corrente em fundos de aplicação de curto prazo ou em operações de mercado aberto lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados prioritariamente no ensino fundamental e médio, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.

424 **Art. 16** Além da conta referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**, fica o Município obrigado a manter outra conta, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, denominada **MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**.

§ 1º Essa conta prevista no caput do art. 16 deverá ser movimentada mediante as assinaturas do prefeito e do secretário municipal da educação, e, no caso de desconcentração administrativa, pelo secretário municipal de educação e outro servidor expressamente designado para tal finalidade. Em ambos os casos, os signatários responderão solidariamente pelas despesas efetuadas, nos termos da lei.

§ 2º Nessa conta prevista no caput do art. 16 serão depositados, no mínimo, a diferença entre os recursos previstos no art. 212 da CF, conforme a base de cálculo definida no inciso II do art. 3º desta Resolução, e os recursos que foram destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB** a serem aplicados, exclusivamente, no ensino infantil e fundamental, conforme disposto no art. 11, V da Lei nº 9.394/96, dentro do exercício financeiro em que foram creditados.

§ 3º O repasse dos valores referidos no § 2º do artigo 16 deverá ocorrer imediatamente nos prazos estabelecidos no § 5º do art. 69 da Lei n° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

§ 4º A Secretaria Municipal de Educação providenciará para que a instituição financeira em que estejam depositados os recursos de que trata o § 2º do artigo 16 aplique, diariamente, os saldos disponíveis na conta corrente em fundos de aplicação de curto prazo ou em operações de mercado aberto lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados, exclusivamente no ensino infantil e fundamental, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.

aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70[425], respeitadas as vedações impostas pelo art. 71[426], ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º As despesas com as contribuições previdenciárias de responsabilidade dos entes, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos vinculados ao ensino, poderão ser custeadas com os recursos das respectivas contas bancárias de que trata o caput do artigo 21.

§ 2º O cômputo de que trata o § 1º do artigo 21, em relação ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, condiciona-se ao atendimento, por parte do respectivo ente estatal, dos parâmetros, critérios e alíquotas definidas em lei específica, bem como ao limite estabelecido no caput do art. 2º, da Lei nº 9.717/98, alterada pela Lei nº 10.887/04.

§ 3º As despesas com inativos e pensionistas, originários da educação, não poderão ser custeadas com os recursos de que trata o caput do artigo 21.

§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originários da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução. (grifou-se)

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013) (grifou-se)

[425] **Art. 70.** Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

[426] **Art. 71.** Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

De acordo com os dispositivos destacados, os gestores públicos estaduais e municipais estariam autorizados pelo TCEES a computarem como manutenção e desenvolvimento do ensino os recursos destinados a saldar suas obrigações financeiras previdenciárias com a complementação (aporte) da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação.

Sem sombra de dúvidas, esse posicionamento colide frontalmente com todo o arcabouço normativo que regula o correto uso dos recursos públicos vinculados à educação, exaustivamente apresentado neste requerimento. Em outras palavras, ao aplicar os dispositivos citados, o TCEES estaria autorizando o uso inadequado do dinheiro público, tornando-se igualmente responsável pela aplicação insuficiente e irregular de recursos na área da educação, porquanto no âmbito da jurisdição do TCEES, os §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012 podem ser utilizados como óbice à responsabilização ao gestor público que descumpra a legislação federal, conferindo espécie de salvo conduto para o cometimento de irregularidades na gestão dos recursos públicos destinados à educação.

Por oportuno, acrescente-se que mesmo a aplicação do percentual "mínimo" na área da educação pode não ser suficiente para o fornecimento de um ensino público de qualidade, mormente diante do valor reduzido da remuneração dos professores estaduais e do grande número de contratações temporárias irregulares[427], conforme evidenciam dados coletados do portal da transparência do governo do Estado, referentes ao mês de dezembro de 2014 das unidades gestoras FUNDEB (UG 420120) e Secretaria de Estado da Educação (UG 420101):

[427] A irregularidade em tela consiste na substituição da formação de um quadro de servidores efetivos por repetidas contratações temporárias.

Pessoal

Despesas por Órgão e Vínculo → Mês → Órgão → **Tipo de Vínculo**

Dados atualizados até: **31/03/2015**

Total de gastos com pessoal em **2014**:	**R$ 3.143.856.968,28**
Total de gastos com pessoal no mês de **Dezembro**:	**R$ 370.129.236,49**
Total de remunerações pagas pelo órgão **FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB** :	**R$ 113.545.149,26**

Tipo do Vínculo	Qde de Servidores	Total
CONTRATO TEMPORARIO	16738	79.508.287,45
EFETIVO	6415	27.240.645,29
EFETIVO/COMISSIONADO	1	9.109,41
EFETIVO/FUNÇÃO GRATIFICADA	400	2.629.217,73
EFETIVO/FUNÇÃO NÃO REMUNERADA	847	4.157.889,38

Total de gastos com pessoal em **2014**:	**R$ 3.143.856.968,28**
Total de gastos com pessoal no mês de **Dezembro**:	**R$ 370.129.236,49**
Total de remunerações pagas pelo órgão **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** :	**R$ 12.729.191,40**

Tipo do Vínculo	Qde de Servidores	Total
EFETIVO	1062	5.509.710,28
CONTRATO TEMPORARIO	1469	5.016.651,75
ESTAGIARIO	1083	626.644,66
EFETIVO/COMISSIONADO	74	583.842,34
COMISSIONADO	150	568.437,47
BOLSA F PRONATEC DOC	221	152.912,08
VOLUNTARIO ALFABETIZ	208	79.078,00
EFETIVO/FUNÇÃO GRATIFICADA	11	72.804,81
EFETIVO/FUNÇÃO NÃO REMUNERADA	11	41.238,80
TIPO CARGO/FUNCAO NAO ENCONTRADO.	31	33.452,80
REQUISITADO	5	26.290,10
VOLUNTARIO MILITAR	6	18.128,31

3 CONCLUSÃO

Posto isso, **CONSIDERANDO** que o art. 56, inciso XI, da Constituição do Estado do Espírito Santo[428], atribui à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a competência exclusiva para realizar, **sob o ponto de vista técnico-político**, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Governador;

CONSIDERANDO que o art. 71, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo[429], bem como o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[430], estabelecem a competência do Tribunal de Contas para, no exercício do controle externo, apreciar, **sob o ponto de vista exclusivamente técnico**, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de Parecer Prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento, fornecendo subsídios para o julgamento por parte do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o maior interessado na aferição da regularidade da gestão do Governador do Estado é a sociedade que o elegeu, razão pela qual os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo são submetidos ao crivo do Parlamento Estadual, legítimo representante do povo capixaba;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar o controle social da gestão administrativa do Estado, permitindo-se a participação direta do cidadão no processo de julgamento das contas públicas;

CONSIDERANDO que o art. 72, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[431], prescreve que a composição das contas prestadas pelo Governador do Estado observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que o art. 105, § 1º, do Regimento Interno do TCEES[432], preceitua que as contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública;

---

428 **Art. 56** É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, além de zelar pela preservação da sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes:
[...]
XI - julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

429 **Art. 71** O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).

430 **Art. 1º** Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:
[...]
II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de parecer prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento;

431 **Art. 72.** As contas anuais do Governador serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento.
§ 1º A composição das contas a que se refere o caput observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas.
[...]

432 Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
[...]

CONSIDERANDO que, de acordo com os critérios de indicação previstos no art. 107 do Regimento Interno do TCEES, o Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges irá relatar as constas do Governador do Estado referentes ao exercício financeiro de 2014;

CONSIDERANDO que, à luz do que preconiza o art. 108 do Regimento Interno do TCEES[433], além dos elementos contidos nas contas prestadas, o Relator poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio da unidade técnica competente, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório;

CONSIDERANDO que o art. 109 do Regimento Interno do TCEES[434] estabelece que a unidade técnica competente procederá ao acompanhamento sistemático da gestão fiscal consolidada do Estado e das unidades gestoras, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se refere, para fins de obtenção de subsídios para elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais do Governador, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator;

CONSIDERANDO que o art. 118 do Regimento Interno do TCEES[435] preconiza que o Parecer Prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas, nos termos do art. 132 deste mesmo diploma normativo[436];

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 113, § 2º, do Regimento Interno do TCEES[437], havendo indícios de irregularidade, o Plenário poderá

---

433 Art. 108. O Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade técnica competente, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório.

434 Art. 109. A unidade técnica competente procederá ao acompanhamento sistemático da gestão fiscal consolidada do Estado e das contas das unidades gestoras, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se refere, para fins de obtenção de subsídios para a elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais de Governo, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator.

435 Art. 118. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas.
§ 1º O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.
[...]

436 Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;
II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

437 Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.

determinar a oitiva do Governador, ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução TC 273/2014[438] reza que os demonstrativos contábeis, os relatórios de gestão e as demais peças e documentos que constituem os processos de tomadas ou prestações de contas serão analisados e instruídos pela área técnica de acordo com as normas legais e constitucionais e as disposições contidas nesta resolução, observando o Regimento Interno, a Instrução Normativa 28/2013, as diretrizes constantes na política de controle externo do TCEES, as normas de auditoria governamental e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público;

CONSIDERANDO que o *caput* do art. 2º da Resolução TC 273/2014[439] pontifica que na apreciação para fins de emissão de Parecer Prévio o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo **e gestão**;

CONSIDERANDO que o art. 2º, parágrafo único, inciso I, da Resolução TC 273/2014[440], define contas de governo como o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de Parecer Prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o art. 18 da Resolução TC 238/2012[441] prescreve que o demonstrativo das receitas e despesas com a Manutenção e

---

[...]
§ 2º Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações.

438 Art. 1º - Os demonstrativos contábeis, os relatórios de gestão e as demais peças e documentos que constituem os processos de tomadas ou prestações de contas serão analisados e instruídos pela área técnica desse Tribunal de acordo com as normas legais e constitucionais e as disposições contidas nesta resolução, observando o Regimento Interno, a Instrução Normativa 28/2013, as diretrizes constantes na política de controle externo deste Tribunal, as normas de auditoria governamental e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

439 Na apreciação para fins de emissão de parecer prévio ou para fins de julgamento das tomadas ou prestações de contas, o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão.
[...]

440 Art. 2º - Na apreciação para fins de emissão de parecer prévio ou para fins de julgamento das tomadas ou prestações de contas, o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão.
Parágrafo único: para o disposto nesta resolução, considera-se:
I – Contas de governo: conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.
[...]

441 **Capítulo II**
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EDUCAÇÃO
Art. 18 O Estado e os Municípios deverão comprovar, anualmente, perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o efetivo cumprimento do disposto no art. 212, da CF, bem como o disposto no art. 60, do ADCT.
§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput do artigo 18, passará a integrar as prestações de contas anuais do Governador e dos Prefeitos, referidas no Regimento Interno do TCEES, o demonstrativo das receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme o modelo

Desenvolvimento do Ensino deve integrar as prestações de contas do Governador do Estado;

CONSIDERANDO o teor do art. 21, §§ 4º e 5º, da Resolução TC 238/2012[442], que, ao promover inovação na ordem jurídica, permitindo que despesas com servidores inativos e pensionistas fossem consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, ignorou o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[443] (ADCT), bem como o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[444], o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[445] e os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996, colidindo, ainda, com as orientações normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), não podendo, por certo, ser arguida como instrumento de defesa pelos gestores públicos estaduais e municipais para eximir responsabilidades por eventual descumprimento do mandamento constitucional segundo o qual apenas gastos com profissionais do

---

integrante do MDF da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, acompanhado do parecer do conselho responsável do FUNDEB nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei n° 11.494/07.
§ 2º A elaboração do demonstrativo referido no § 1º do artigo 18 deverá atender ao disposto nesta Resolução, bem como as demais disposições deste Tribunal de Contas.

442 **Art. 21** Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º , 9º , 11 , 12 , 15 e 16 , desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70 , respeitadas as vedações impostas pelo art. 71 , ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
§ 1º As despesas com as contribuições previdenciárias de responsabilidade dos entes, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos vinculados ao ensino, poderão ser custeadas com os recursos das respectivas contas bancárias de que trata o caput do artigo 21.
§ 2º O cômputo de que trata o § 1º do artigo 21, em relação ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, condiciona-se ao atendimento, por parte do respectivo ente estatal, dos parâmetros, critérios e alíquotas definidas em lei específica, bem como ao limite estabelecido no caput do art. 2º, da Lei nº 9.717/98, alterada pela Lei nº 10.887/04.
§ 3º As despesas com inativos e pensionistas, originários da educação, não poderão ser custeadas com os recursos de que trata o caput do artigo 21.
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

443 **Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

444 **Art. 22.** Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

445 **Art. 9º** Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei no 11.494, de 2007.

magistério da educação básica **em efetivo exercício** podem ser considerados como de manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o expediente acima referido concernente à inclusão indevida da complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões de servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação, transferidos ao Fundo Financeiro, no cômputo das despesas com "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino", representou uma indevida aplicação, no **exercício 2013**, do valor de **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos), e no **exercício 2014**, **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), totalizando **R$ 1.003.535.094,96** (um bilhão, três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, noventa e quatro reais, e noventa e seis centavos); desconsiderando, ainda, os valores indevidamente aplicados pelos municípios, que disponham de regime próprio de previdência e apresentem déficit financeiro no sistema, pois lhes estendido semelhante permissivo;

[...]

CONSIDERANDO a pertinência e oportunidade dos pontos ora apresentados pelo Ministério Público de Contas com a apreciação das contas do Governador por parte desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO que a prestação de contas do Governador, relativa ao exercício financeiro de 2014, protocolizada nesta Corte de Contas em 29 de abril de 2015 e autuada sob o nº TC 5197/2015[446], ainda não foi remetida à área técnica desta Corte de Contas, havendo, portanto, tempo hábil para inclusão dos pontos indicados por este *Parquet* de Contas na análise a ser empreendida pelo corpo de auditores de controle externo deste Tribunal;

CONSIDERANDO que o teor do art. 134 do Regimento Interno do TCEES[447], o qual prevê a formação de processo apartado quando verificada, nas contas anuais de governo, irregularidade decorrente de ato de gestão sujeito ao julgamento pelo próprio Tribunal, não pode ser interpretado de modo a permitir que o Parecer Prévio deixe de apurar ou de considerar indício de irregularidade que envolva a participação direta do Chefe do Poder Executivo Estadual, sob pena de se induzir a erro o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo;

---

[446] Fonte: Sistema de Consulta Processual do TCEES.
Por ocasião da elaboração do Requerimento de inclusão de pontos de análise na prestação de contas do governador, consulta realizada pelo MPC ao Sistema de Consulta Processual do TCEES identificou a existência do **Processo TC 5197/2015**, autuado em **29/04/2015** como **Prestação e Contas do Governador**. No entanto, diligências internas posteriores revelaram que o Processo TC 5197/2015 foi originado de uma reautuação de documentos referentes à prestação de contas anual do governador de 1981. O mencionado processo encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação e Arquivo (CDOC) do TCEES.

[447] **Art. 134.** Verificada, no exame das contas anuais de governo, irregularidade decorrente de atos de gestão sujeitos ao julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado, com o objetivo de:
I - quantificar o dano e imputar o débito ao responsável, se verificada irregularidade de que resulte dano ao erário;
II - determinar a adoção de providências com vistas a sanar as impropriedades de atos passíveis de correção;
III - aplicar multas por infrações à norma legal ou regulamentar de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e fiscal, se for o caso.
§ 1º As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de tomada de contas especial, e as demais constituirão processo conforme a sua natureza.
§ 2º A formação de processo apartado dar-se-á mediante a juntada da decisão que determinar a sua constituição e de peças do processo originário ou reprodução de cópias necessárias à sua instrução.

E CONSIDERANDO, por fim, que o descumprimento da Lei Federal nº 11.494/2007, que dispôs sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos do seu art. 28[448], sujeita, inclusive, o Estado do Espírito Santo à intervenção federal, caso seja aplicado o art. 21 da Resolução TC 238/2012;

O Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas, sem prejuízo da apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório autônomo e da sua consideração no parecer ministerial:

a) Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:

[...]

II. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[449], contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[450] (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[451];

---

448 **Art. 28.** O descumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei sujeitará os Estados e o Distrito Federal à intervenção da União, e os Municípios à intervenção dos respectivos Estados a que pertencem, nos termos da alínea e do inciso VII do caput do art. 34 e do inciso III do caput do art. 35 da Constituição Federal.

449 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

450 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[452];
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[453];
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

b) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governado do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**[454], que consideram como destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do

---

451 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

452 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

453 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

454 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

> Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;
>
> [...]
>
> Vitória, 07 de maio de 2015.

Por sua vez, o **Parecer PPJC 3684/2015** destacou o *Modus Operandi* dos procedimentos responsáveis pela subtração indevida anual de mais de meio bilhão de reais da educação capixaba, cujo teor agrega-se também como fundamentação destes incidentes de prejulgados:

> **PARECER PPJC 3684/2015**[455]
>
> [...]
>
> **2.2.5 Do Débito Histórico com Educação Capixaba**
>
> Os recentes levantamentos realizados pelo Ministério Público de Contas no portal da transparência do governo do Estado, bem como nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre dos anos de 2009 a 2014, já analisados pelo TCEES[456], trouxeram à tona dados alarmantes. De acordo com demonstrativos colhidos do referido portal, entre janeiro de 2009 e junho de 2015 deixaram de ser efetivamente aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino – conquanto tenham sido contabilizados como MDE – a incrível quantia de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**.
>
> As manobras contábeis em exame foram identificadas no longínquo exercício de 2009, evidenciando que a educação capixaba serviu de ciclovia para um verdadeiro "passeio ciclístico de irregularidades" que se estende até os dias atuais. Infelizmente, não foi possível consultar outros exercícios, tendo em vista que o portal da transparência do governo do Estado ainda não disponibiliza informações anteriores a 2009.
>
> Os valores em tela foram transferidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES) por meio de **execução orçamentária**, uma vez que, conforme já demonstrado, para que os recursos possam ser considerados como MDE é preciso realizar o empenho da despesa e sua posterior liquidação.

[455] Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

[456] Relatórios de Execução Orçamentária (REO) constantes nos Processos TC 757/2010, TC 763/2011, TC 806/2012, TC 1888/2013, TC 707/2014 e TC 1590/2015.

Segue relação dos mencionados demonstrativos, ordenados por exercício financeiro. Têm-se, ao final, os valores sintetizados na forma de planilha[457]:

[457] Pesquisa realizada por órgão, adotando como critério de busca as despesas empenhadas no subelemento de despesa "23-*Contribuição Complementar ao Fundo Financeiro para (Aporte)*" ou "*47-Contribuição Previdenciária para a Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS*" na fonte de recurso "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2009 a 31/12/2009**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 159.406.736,38**
Total Liquidado:	**R$ 159.406.736,38**
Total Pago:	**R$ 159.406.736,38**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	159.406.736,38	159.406.736,38	159.406.736,38



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2009 a 31/12/2009**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 158.037,45**
Total Liquidado:	**R$ 158.037,45**
Total Pago:	**R$ 158.037,45**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	158.037,45	158.037,45	158.037,45



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

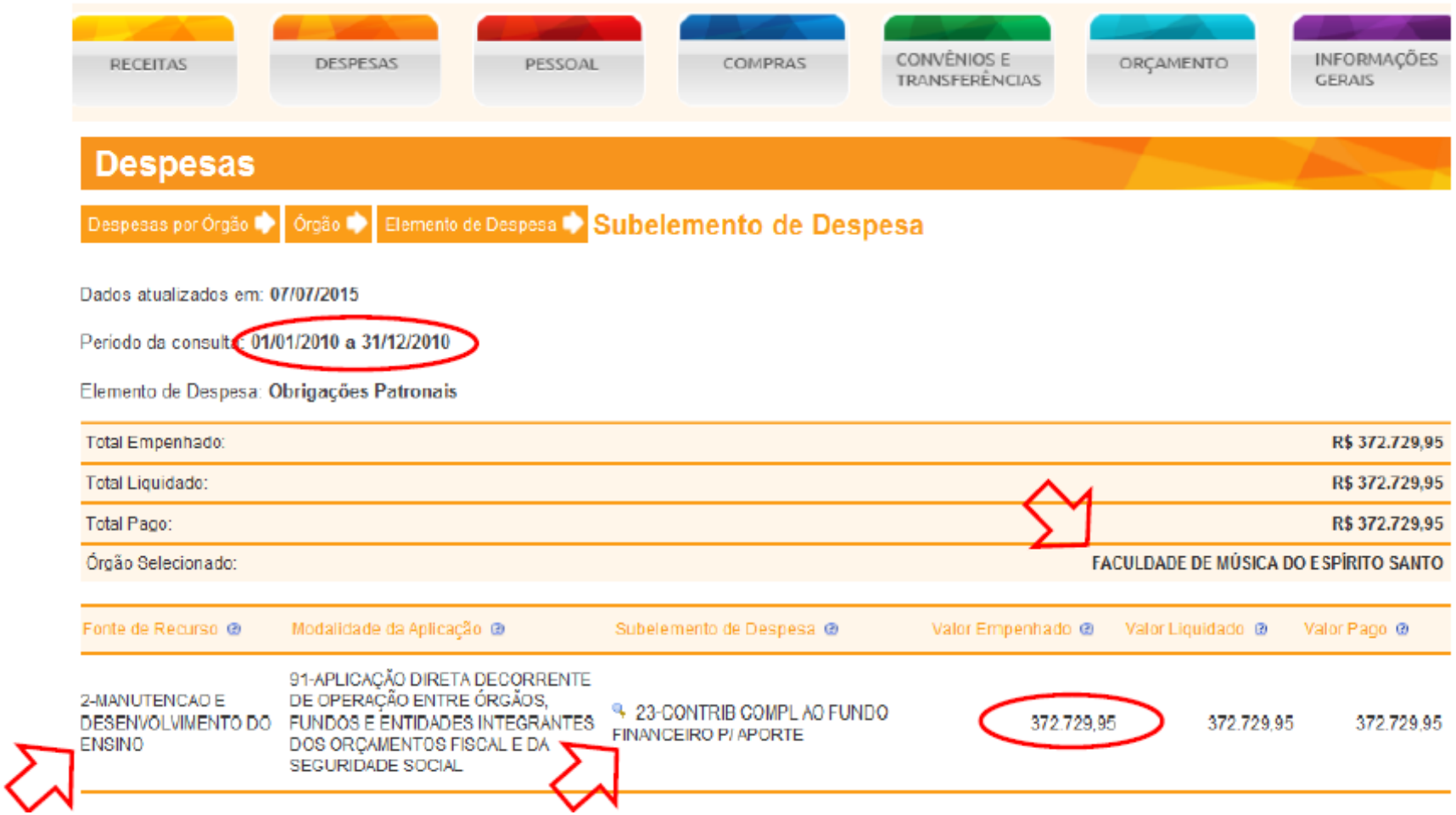
Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2010 a 31/12/2010**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	R$ 238.414.905,04
Total Liquidado:	R$ 238.414.905,04
Total Pago:	R$ 238.414.905,04
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	238.414.905,04	238.414.905,04	238.414.905,04



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2010 a 31/12/2010**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 372.729,95**
Total Liquidado:	**R$ 372.729,95**
Total Pago:	**R$ 372.729,95**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	372.729,95	372.729,95	372.729,95



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2011** a 31/12/2011

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	R$ 362.393.758,63
Total Liquidado:	R$ 362.393.758,63
Total Pago:	R$ 362.393.758,63
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	362.393.758,63	362.393.758,63	362.393.758,63



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2011 a 31/12/2011**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 474.941,15**
Total Liquidado:	**R$ 474.941,15**
Total Pago:	**R$ 474.941,15**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	474.941,15	474.941,15	474.941,15



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

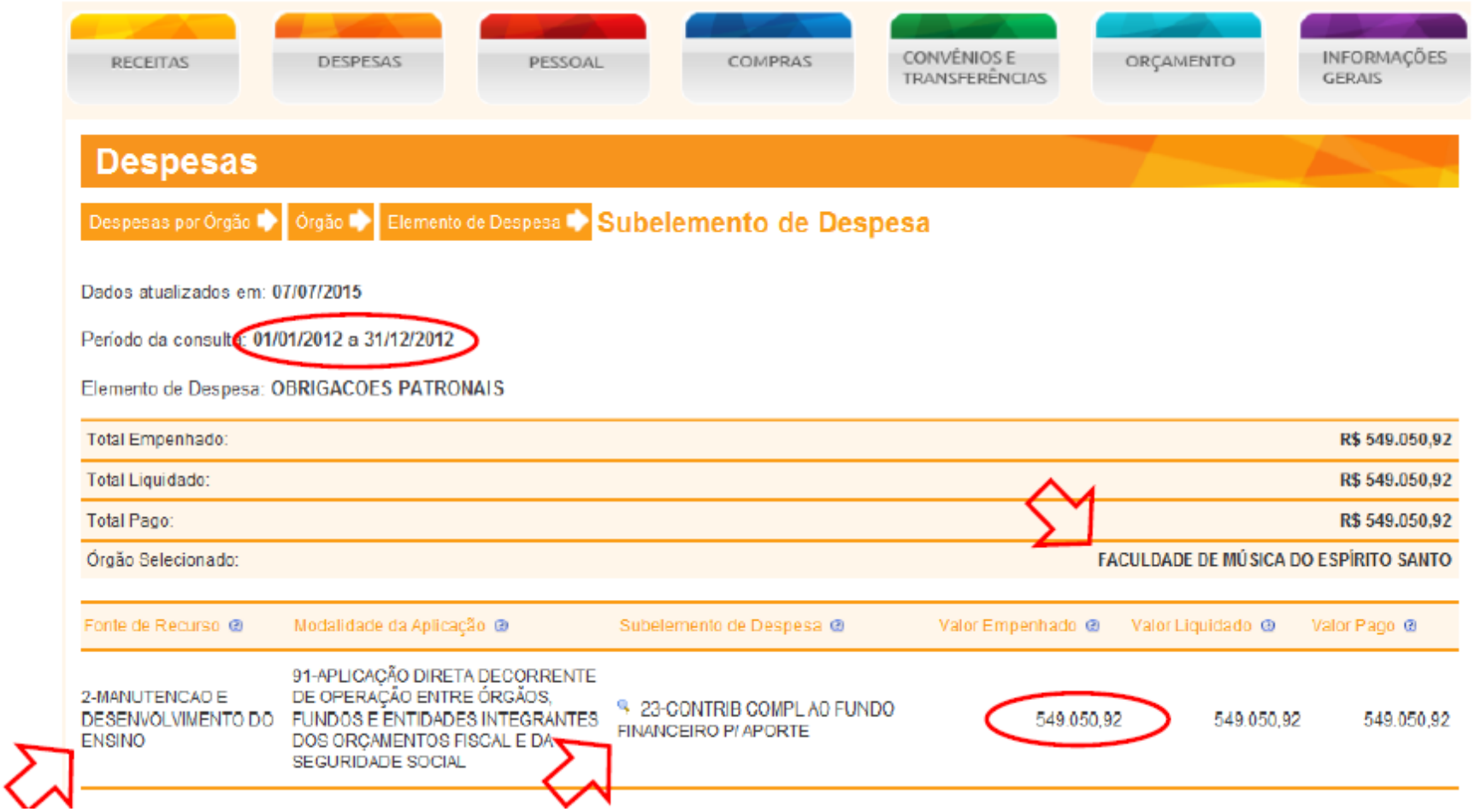
Dados atualizados em: 07/07/2015

Período da consulta: **01/01/2012 a 31/12/2012**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 417.300.389,46**
Total Liquidado:	**R$ 417.300.389,46**
Total Pago:	**R$ 417.300.389,46**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	417.300.389,46	417.300.389,46	417.300.389,46



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: 07/07/2015

Período da consulta: 01/01/2012 a 31/12/2012

Elemento de Despesa: OBRIGACOES PATRONAIS

Total Empenhado:	R$ 549.050,92
Total Liquidado:	R$ 549.050,92
Total Pago:	R$ 549.050,92
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	549.050,92	549.050,92	549.050,92



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2013 a 31/12/2013**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 472.250.380,94**
Total Liquidado:	**R$ 472.250.380,94**
Total Pago:	**R$ 472.250.380,94**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	472.250.380,94	472.250.380,94	472.250.380,94



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2013 a 31/12/2013**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 612.527,57**
Total Liquidado:	**R$ 612.527,57**
Total Pago:	**R$ 612.527,57**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	612.527,57	612.527,57	612.527,57



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

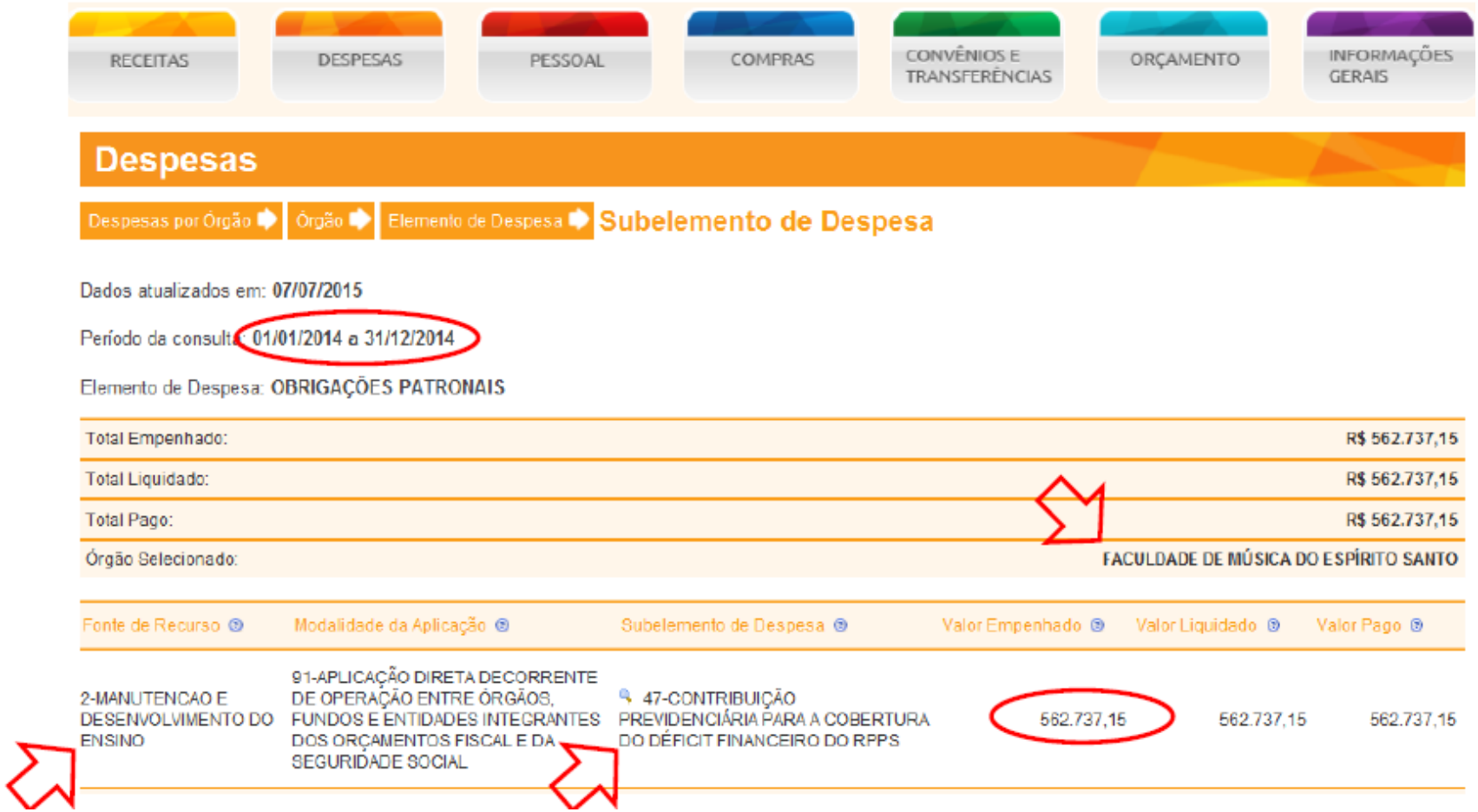
Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2014 a 31/12/2014**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 531.284.714,02**
Total Liquidado:	**R$ 531.284.714,02**
Total Pago:	**R$ 531.284.714,02**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	531.284.714,02	531.284.714,02	531.284.714,02



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

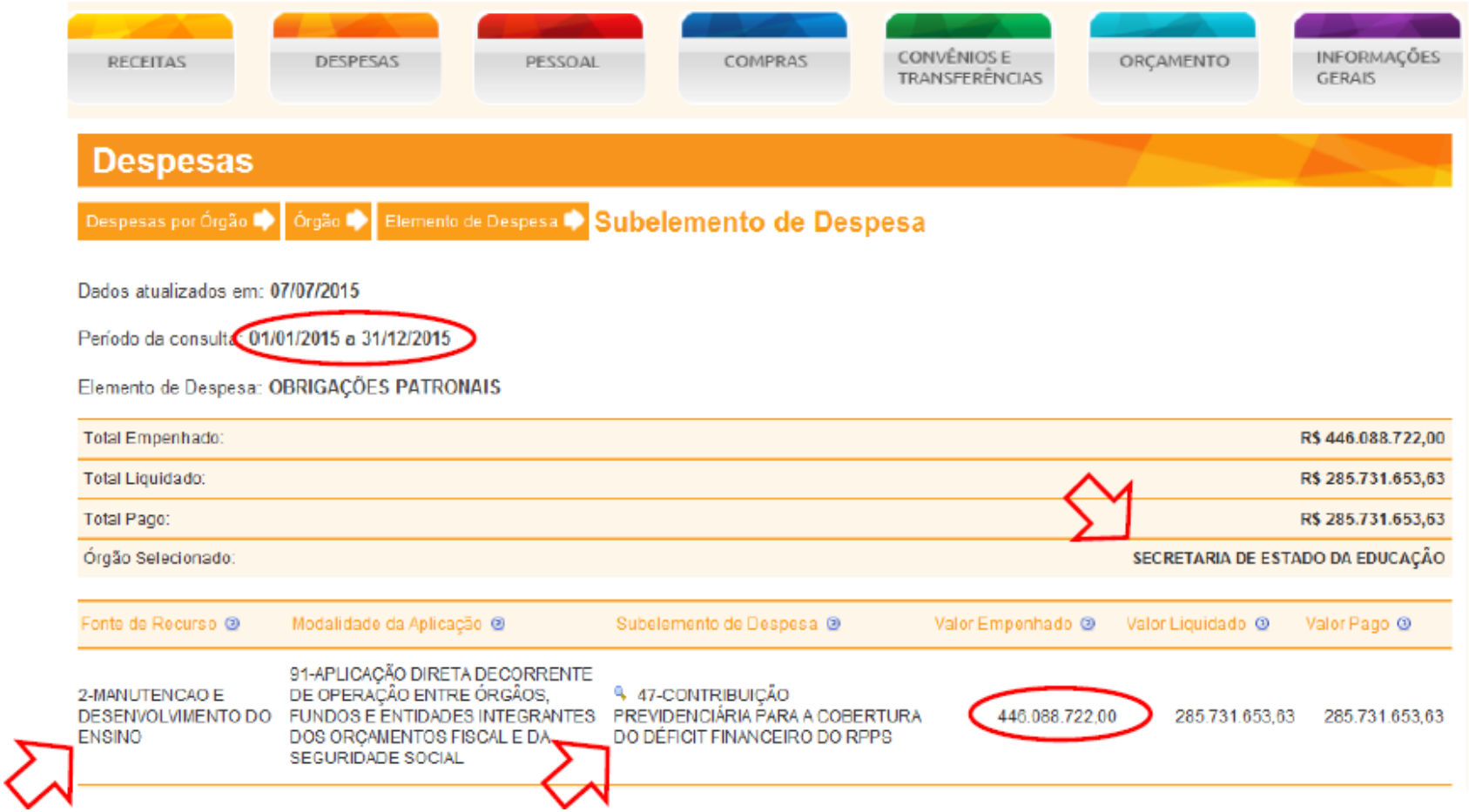
Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2014 a 31/12/2014**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	R$ 562.737,15
Total Liquidado:	R$ 562.737,15
Total Pago:	R$ 562.737,15
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	562.737,15	562.737,15	562.737,15



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

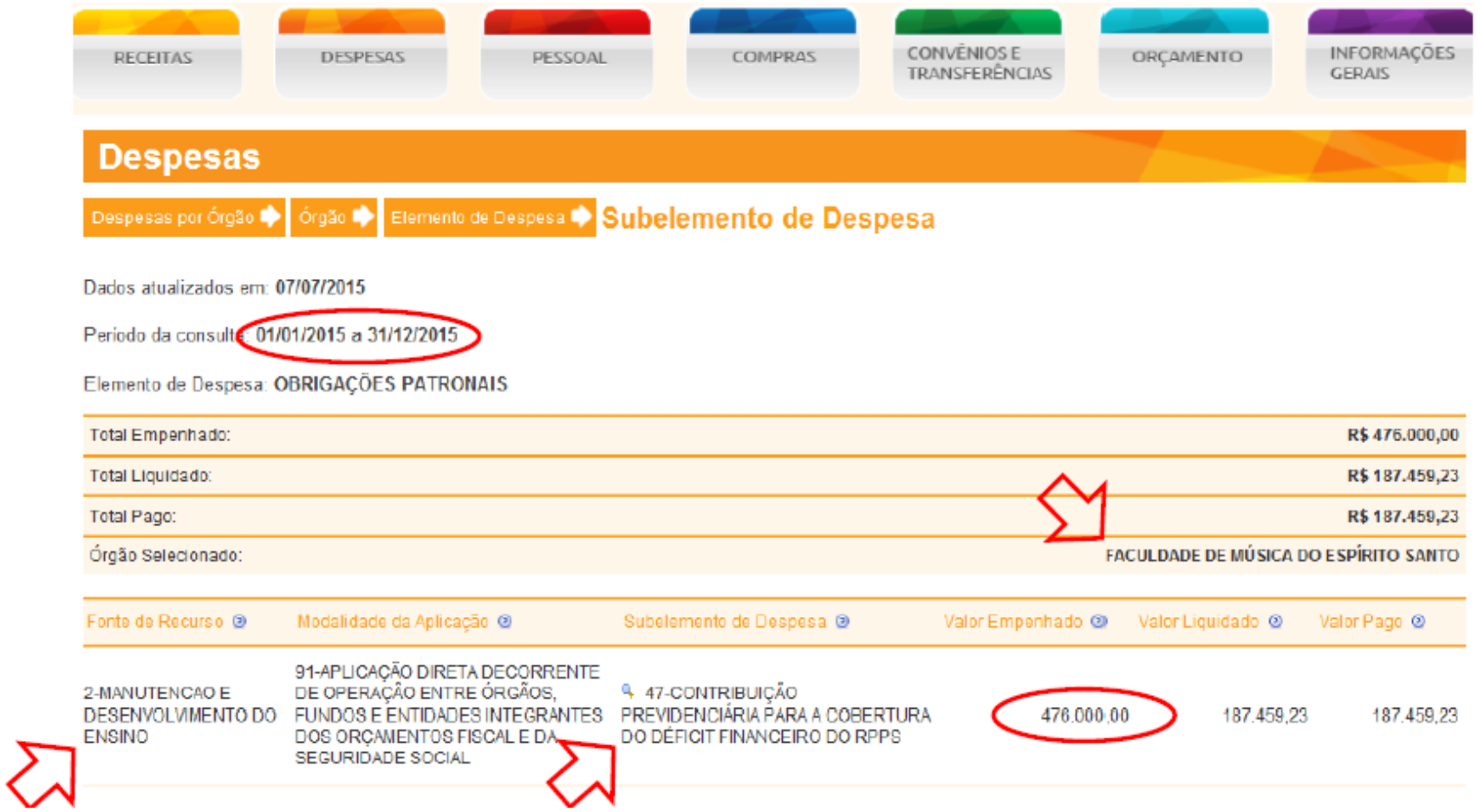
Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 446.088.722,00**
Total Liquidado:	**R$ 285.731.653,63**
Total Pago:	**R$ 285.731.653,63**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	446.088.722,00	285.731.653,63	285.731.653,63



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: **07/07/2015**

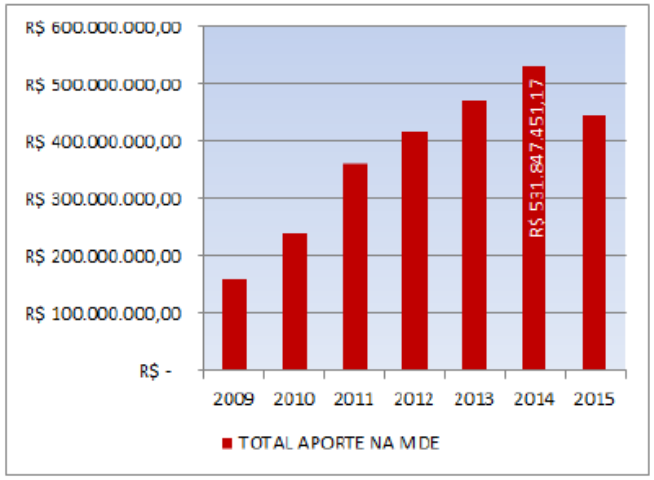
Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

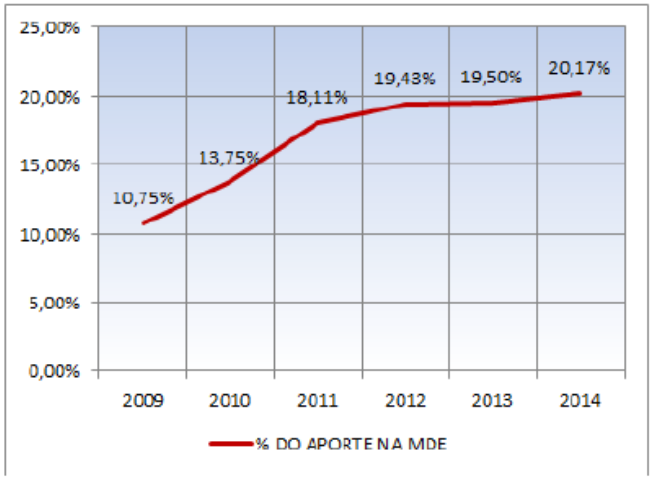
Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

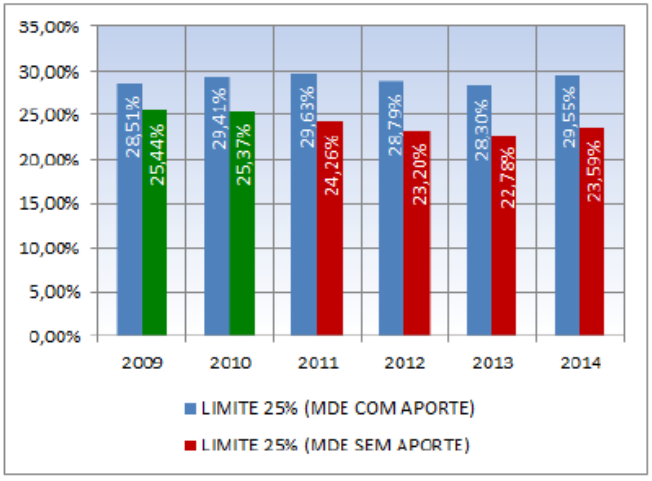
Total Empenhado:	**R$ 476.000,00**
Total Liquidado:	**R$ 187.459,23**
Total Pago:	**R$ 187.459,23**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	476.000,00	187.459,23	187.459,23

ANO	TOTAL MDE	APORTE SEDU MDE	APORTE FAMES MDE	TOTAL APORTE NA MDE	% DO APORTE NA MDE	LIMITE 25% (MDE COM APORTE)	LIMITE 25% (MDE SEM APORTE)
2009	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.406.736,38	R$ 158.037,45	**R$ 159.564.773,83**	10,75%	28,51%	25,44%
2010	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.414.905,04	R$ 372.729,95	**R$ 238.787.634,99**	13,75%	29,41%	25,37%
2011	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.393.758,63	R$ 474.941,15	**R$ 362.868.699,78**	18,11%	29,63%	24,26%
2012	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.300.389,46	R$ 549.050,92	**R$ 417.849.440,38**	19,43%	28,79%	23,20%
2013	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.250.380,94	R$ 612.527,57	**R$ 472.862.908,51**	19,50%	28,30%	22,78%
2014	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.284.714,02	R$ 562.737,15	**R$ 531.847.451,17**	20,17%	29,55%	23,59%
2015		R$ 446.088.722,00	R$ 476.000,00	**R$ 446.564.722,00**			
	Total Acumulado:	**R$ 2.627.139.606,47**	**R$ 3.206.024,19**	**R$ 2.630.345.630,66**			







Evolução Anual dos Aportes Previdenciários nas Despesas com MDE e seu Reflexo no Percentual Mínimo Constitucional de Gastos com MDE[63]

[63] **LEGENDA:**
ANO: Exercício Financeiro; **TOTAL MDE:** Total de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); **APORTE SEDU MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação, considerados como MDE; **APORTE FAMES MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Faculdade de Música do Espírito Santo, considerados como MDE; **TOTAL APORTE NA MDE**: Valor total do aporte, considerado como MDE ; **% DO APORTE NA MDE:** Percentual do aporte no total de despesas com MDE; **LIMITE 25% (MDE COM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, computando-se o valor do aporte; **LIMITE 25% (MDE SEM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, excluindo-se o valor do aporte. Os dados de 2015 contemplam apenas os meses de janeiro a maio.

Observe-se que, no intervalo de seis anos (2009 a 2014), o percentual do aporte aumentou 9,41% em relação ao total de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), saltando de 10,75 % em 2009 para 20,17% em 2014.

Destaque-se, ainda, que, a partir de 2011, o governo do Estado precisou considerar o valor do aporte no total de despesas com MDE para, só assim, atingir o limite constitucional mínimo de 25%, previsto no art. 212 da Carta Magna[458]. Desse modo, a desconsideração dos aportes previdenciários das despesas com MDE poderia, a rigor e *a priori*, acarretar a rejeição das prestações de contas do Governador do Estado dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, esta última ainda pendente de apreciação pelo TCEES no presente feito.

2.2.6 Do *Modus Operandi*

Para entender o *modus operandi* do estratagema que gerou o desvio de recursos da ordem de R$ 2,63 bilhões da área da educação, inicialmente é preciso partir das seguintes premissas:

1) Para que uma despesa possa ser considerada como de **manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)** é necessário incluí-la como despesa orçamentária – empenhada e liquidada –, isto é, os recursos precisam ser transferidos mediante **execução orçamentária**, conforme demonstrado anteriormente;

2) Já no caso do **aporte previdenciário**, sua transferência por parte do Estado para o RPPS deve ser realizada por meio de **interferência financeira**, ou seja, de forma **extraorçamentária**, consoante especifica a Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN, de 25 de julho de 2011:

> Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SEBSECVI/STN
>
> Em 25 de julho de 2011
>
> **ASSUNTO:** Esclarecimento sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
>
> Senhores Gerentes,
>
> 1. Trata-se de esclarecimentos sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial, por meio da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19 de agosto de 2010, que alterou a Portaria Interministerial STN/ nº 163, de 04 de maio de 2001.
>
> 2. Tendo em vista a dinâmica e a necessidade de aperfeiçoamento constante dos procedimentos orçamentários e financeiros da Administração Pública, a Portaria STN/SOF 163/2001 tem sido constantemente atualizada. Uma dessas alterações foi feita com a publicação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 2010, de 4 maio de 2001 [sic]. Esse instrumento normativo criou, dentre outros, o elemento de despesa 97 destinado a registrar o aporte para cobertura

[458] **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

do déficit atuarial do RPPS, cuja finalidade é classificar as despesas orçamentárias com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente da Federação, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar.

Do Equilíbrio Financeiro do RPPS

3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses.

Do Equilíbrio Atuarial do RPPS

4. O equilíbrio atuarial deve ser entendido como a garantia de equivalência, a valor presente, entre a totalidade dos ativos vinculados ao RPPS, acrescidos do fluxo das receitas estimadas comparadas com as obrigações projetadas, apuradas atuarialmente. Para que seja garantido esse equilíbrio, a Lei nº 9.711/1998 determina a necessidade de avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, estabelece que o ente deverá elaborar plano de amortização, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit. O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aporte periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13 – Contribuição Patronais e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.

5. Outra opção para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, estabelecida pela MPS nº 403/2008, é a segregação das massas de segurados, ou seja, a separação, a partir de uma data de corte, dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão, respectivamente, o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário. O primeiro será um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem o objetivo de acumulação de recursos,

> sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo. Já o segundo deverá ser estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, ou seja, deverá ser financeira e atuarialmente equilibrado. Ressalta-se que a segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.
>
> [...]

Conforme se extrai da Nota Técnica da STN, existem três formas de se promover o equilíbrio atuarial do RPPS:

1) Elaboração de plano de amortização e estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar;
2) Elaboração de plano de amortização e estabelecimento de aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial; ou
3) Segregação das massas de segurados, estabelecendo-se uma data de corte e criando o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, com separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

No caso do Estado do Espírito Santo, a Lei Complementar Estadual nº 282/2004 optou pela segregação das massas como forma de equacionar seu déficit atuarial, criando o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, nos termos dos seus art. 49 e 50:

> Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
>
> § 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
>
> § 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
>
> § 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
>
> § 4º As receitas decorrentes da compensação financeira, relativas à contagem recíproca de tempo de contribuição, de que trata o inciso VIII do artigo 40, serão destinadas ao Fundo Financeiro e ao Fundo Previdenciário, considerando a vinculação dos segurados determinada nos §§ 1º e 2º deste artigo. (incluído pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

> Art. 50 - O Fundo Financeiro será estruturado em regime de repartição simples, enquanto que o Fundo Previdenciário será estruturado em regime de constituição de reservas de capital.

Portanto, o RPPS do Estado do Espírito Santo não possui plano de amortização para cobertura do déficit atuarial, tendo em vista que se optou pelo equacionamento mediante segregação das massas de segurados, devendo os aportes para cobertura do déficit financeiro do Plano Financeiro – do qual o Fundo Financeiro faz parte – serem transferidos pelo tesouro do Estado por meio de **interferência financeira**, de forma **extraorçamentária**.

Entretanto, se a transferência dos recursos for realizada por meio de interferência financeira, não será possível incluí-la na execução orçamentária para possibilitar que seja "considerada" como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino, como ocorre em relação ao Poder Executivo.

Mas qual seria o interesse do Poder Executivo em incluir o aporte para cobertura do déficit financeiro na execução orçamentária? Resposta: com a inclusão do aporte na execução orçamentária, e considerando a Resolução TC 238/2012, o Poder Executivo pode utilizar uma mesma quantidade de recursos do Tesouro para saldar duas obrigações distintas ao mesmo tempo, realizando uma espécie de "milagre da multiplicação de recursos públicos".

Funciona assim: inclui-se o aporte para cobertura do déficit financeiro na **execução orçamentária** das unidades gestoras do Poder Executivo, de modo que elas próprias transfiram o aporte para o RPPS orçamentariamente. Esse contorcionismo orçamentário tem por objetivo principal fazer com que a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) – que destacadamente possui o maior aporte dentre todas as unidades gestoras – execute orçamentariamente o aporte relativo aos profissionais da educação - inativos e pensionistas -, empenhando-o para o Fundo Financeiro e saldando a **primeira obrigação** do Poder Executivo.

O quadro a seguir, extraído da ferramenta de análise do MPC, revela que só o aporte da SEDU, no valor de **R$ 531.284.714,02** representa **40,57%** de todo o aporte do Poder Executivo.

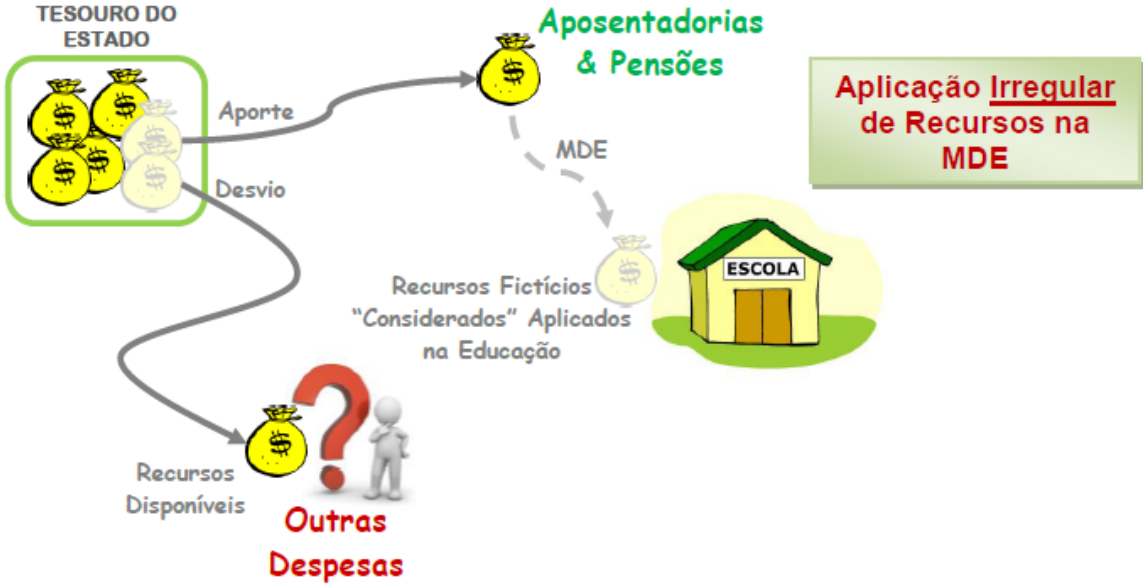
Total Geral: R$ 1.309.651.371,06

Unidade Gestora/Favorecido/Elemento de Despesa/Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	% do Total Geral
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 531.284.714,02	40,57%
FUNDO FINANCEIRO	R$ 531.284.714,02	40,57%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 531.284.714,02	40,57%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	R$ 531.284.714,02	40,57%
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 331.256.363,39	25,29%
ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	R$ 266.465.860,15	20,35%
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 71.221.827,01	5,44%
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 46.850.730,52	3,58%
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	R$ 9.659.990,82	0,74%
INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$ 9.268.906,00	0,71%
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRIDO SANTO	R$ 8.548.700,00	0,65%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.478.478,78	0,49%
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.183.306,87	0,47%
INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 4.739.428,44	0,36%
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R$ 4.693.121,28	0,36%
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	R$ 4.359.865,36	0,33%
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	R$ 3.965.828,13	0,30%
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	R$ 2.025.000,00	0,15%
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	R$ 1.211.322,32	0,09%
RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	R$ 800.000,00	0,06%
FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	R$ 562.737,15	0,04%
SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	R$ 75.190,82	0,01%
INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	R$ -	0,00%
Total Geral	R$ 1.309.651.371,06	100,00%

Como a Resolução TC 238/2012 permite que os valores utilizados para a cobertura do déficit financeiro do RPPS, relativo aos profissionais da educação inativos e pensionistas, sejam considerados, de forma fictícia, como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para fins de atingimento do percentual mínimo constitucional de 25%, a **segunda obrigação** do Poder Executivo acha-se adimplida.

Portanto, com um mesmo volume de recursos é possível saldar duas obrigações de mesmo valor: aporte e despesas com MDE. Com esse procedimento, o gestor 'economiza' um volume de recursos equivalente ao dispendido para utilizar em outras despesas. A ilustração a seguir demonstra a diferença entre as duas formas de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE): aplicação correta e aplicação irregular.





Ao possibilitar que os mesmos recursos utilizados para pagamento de benefícios previdenciários fossem também considerados como de

manutenção e desenvolvimento do ensino, o Poder Executivo proporcionou que o dinheiro público, que deveria ter sido investido na área da educação - prioridade definida em percentual explicitado pela Constituição Federal –, fosse desviado para outras áreas não priorizadas[459].

No entanto, surge a seguinte questão: como o Poder Executivo conseguiu inserir o aporte para cobertura do déficit atuarial na execução orçamentária, tendo em vista que a transferência dos recursos deveria se dar por meio de interferência financeira, de forma extraorçamentária? Resposta: **criando uma receita fictícia para cobertura de uma despesa inexistente**.

A manobra se inicia no IPAJM, que inclui em sua proposta orçamentária uma receita denominada "**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL**".

Conforme visto anteriormente, o RPPS do Estado optou pelo equacionamento do déficit atuarial por meio da segregação de massas, não fazendo uso de nenhuma das modalidades do plano de amortização: alíquota de contribuição patronal suplementar ou aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial.

Portanto, inexiste plano de amortização de déficit atuarial no Fundo Financeiro e, por conseguinte, despesa sob essa rubrica. Ademais, como já demonstrado neste Parecer, os valores repassados para o RPPS destinam-se, na realidade, para cobertura de **déficit financeiro** e não atuarial, conforme registrado na proposta orçamentária do IPAJM e reproduzido na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014:

[459] Por não ser possível identificar onde foram aplicados os recursos financeiros que deveriam ser destinados à educação, não há como afastar a hipótese de que, pelo menos em parte, tenham sido redirecionados para áreas não prioritárias.

Governo do Estado do Espírito Santo

Resumo Geral da Receita

ÓRGÃO 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE 60201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECEITA — RECURSOS : TOTAL EM R$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
RECEITA BRUTA					2.157.027.562
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	5			421.030.166
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	5		311.661.007	
1.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	5		311.661.007	
1.2.1.0.29.00	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS REGIME PROPRIO	5		311.661.007	
1.2.1.0.29.01	CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO CIVIL	5	824.918		
1.2.1.0.29.07	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	5	204.747.911		
1.2.1.0.29.08	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	5	47.494.003		
1.2.1.0.29.09	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	5	32.527.757		
1.2.1.0.29.10	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	5	10.395.073		
1.2.1.0.29.11	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	5	13.519.906		
1.2.1.0.29.12	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA MILITAR	5	2.151.439		
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5		39.305.681	
1.3.2.2.00.00	DIVIDENDOS	5		805	
1.3.2.2.99.00	OUTROS DIVIDENDOS	5	805		
1.3.2.2.99.00	OUTROS DIVIDENDOS	5		805	
1.3.2.8.00.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	5		39.304.876	
1.3.2.8.10.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	5	37.155.127		
1.3.2.8.10.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	5		37.155.127	
1.3.2.8.20.00	REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	5	2.149.749		
1.3.2.8.20.00	REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	5		2.149.749	
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVICOS	5		64.523.135	
1.6.0.0.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5		64.523.135	
1.6.0.0.13.09	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5	64.523.135		
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5		5.540.343	
1.9.2.2.00.00	RESTITUIÇÕES	5		4.959.896	
1.9.2.2.09.00	RESSARCIALSERVIDORES A DISPEM OUTRO ORGAO	5	35.899		
1.9.2.2.09.00	RESSARCIALSERVIDORES A DISPEM OUTRO ORGAO	5		35.899	
1.9.2.2.10.00	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE RGPS E RPPS	5		4.923.997	
1.9.2.2.10.01	COMPENSACOES FINANC ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIP	5	4.923.997		
1.9.9.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS	5		580.447	
1.9.9.0.99.00	OUTRAS RECEITAS	5		580.447	
1.9.9.0.99.99	OUTRAS RECEITAS	5	580.447		
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5			10.623
2.2.0.0.00.00	ALIENACAO DE BENS	5		10.623	
2.2.1.9.00.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5		10.623	
2.2.1.9.99.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5	10.623		
2.2.1.9.99.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5		10.623	
7.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	5			1.735.986.773
7.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	5		1.735.911.976	
7.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	5		1.735.911.976	
7.2.1.0.29.00	CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	5		1.735.911.976	
7.2.1.0.29.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	5	424.329.073		
7.2.1.0.29.02	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	5	94.981.095		
7.2.1.0.29.13	CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	5	1.216.601.808		
7.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5		74.797	
7.9.1.2.00.00	MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIBUICOES	5		74.797	
7.9.1.2.29.00	MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIB PARA O RPPS	5		74.797	
7.9.1.2.29.01	MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	5	74.797		
DEDUÇÕES					
RECEITA LÍQUIDA					2.157.027.562

Ocorre que, se realmente houvesse plano de amortização no RPPS, sua contabilização seria orçamentária no elemento de despesa 13 – Contribuições Patronais para o caso de alíquota de contribuição patronal suplementar, e no elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.

De acordo com o registro contábil dos aportes nos demonstrativos extraídos do portal da transparência do Poder Executivo, as despesas foram lançadas no elemento de despesa 13 – Obrigações Patronais, dando a entender que, como se referiria ao plano de amortização, os aportes seriam, na verdade, alíquota de contribuição patronal suplementar, o que não faz sentido.

Por sua vez, o subelemento de despesa no qual o aporte é registrado denuncia que sua destinação é para cobertura de **déficit financeiro** e não atuarial (evidência constatada nos demonstrativos constantes no item **2.2.5 Do Débito Histórico com Educação Capixaba**, deste Parecer).

Apesar de tudo, a receita fictícia para despesa inexistente do IPAJM é incluída pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEP) no projeto de lei orçamentária remetida à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), induzindo os parlamentares a chancelar o *modus operandi* concebido para permitir o desvio de recursos da educação. Findo o exercício, a aplicação da Resolução TC 238/2012 pelo TCEES considera o aporte como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino para fins de atingimento do percentual mínimo de 25%, posicionamento ratificado em seguida pela ALES no julgamento da prestação de contas anual.

No entanto, para que a Resolução TC 238/2012 possa ser aplicada, é preciso que o aporte seja incluído na execução orçamentária. Logo, se o aporte for corretamente transferido para o RPPS por meio de interferência financeira, de forma extraorçamentária, a aplicação da Resolução torna-se prejudicada.

No item 7.12.1.3 Comentários Técnicos sobre o Aporte para Cobertura de Insuficiências Financeiras, a Comissão Técnica do TCEES identificou que o aporte do Poder Executivo está sendo registrado **indevidamente** como "*Receita Intraorçamentária para Cobertura de Déficit Atuarial (Contribuição Complementar)*", no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos (doc. 13), enquanto o aporte dos demais Poderes e órgãos encontra-se registrado **corretamente** no item "*Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira*".

No entanto, ao final da sua manifestação, de forma incongruente, a área técnica conclui que o aporte do Poder Executivo deve continuar sendo repassado ao RPPS orçamentariamente, enquanto o aporte dos demais Poderes e órgãos continuaria sendo remetido extraorçamentariamente, dando tratamento distinto a recursos de mesma natureza, contrapondo-se, salvo melhor juízo, à própria Nota Técnica nº 633/2011 da STN e ao quadro elaborado para demonstrar sua análise, *verbis* (fl. 506 a 509):

> **7.12.1.3 Comentários Técnicos sobre o Aporte para Cobertura de Insuficiências Financeiras**
>
> O Fundo Financeiro, do seu nascedouro até o presente momento, apresenta-se deficitário, exigindo, em sua assistência, de uma complementação financeira mensal a cargo do Poder Executivo e

demais Poderes e Órgãos conforme determinado na LC nº 282/04, art. 40, §1º[460].

Segundo orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN (5ª Edição), os RPPS possuem caráter contributivo e deverão ser equilibrados financeira e atuarialmente. Contudo, se houver separação das massas, o plano financeiro ficará responsável pelo pagamento dos benefícios que não estão cobertos pela capitalização. Nesse caso, se houver déficit orçamentário (resultado previdenciário negativo), os recursos para cobertura serão aportados pelo orçamento do ente.

Assim, mensalmente são apuradas diferenças a menor entre receitas previdenciárias e despesas com o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pelo IPAJM, referentes ao Plano Financeiro. Esses montantes deficitários são efetivamente aportados pelos Poderes e Órgãos conforme previsto na LC nº 282/04. Dessa forma, compreende-se que o "Aporte" refere-se a recursos para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS.



Destaque-se que a contabilização das transferências de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo é feita por execução orçamentária. Contudo, a Nota Técnica da STN nº 633/2011 estabelece que os repasses efetuados pelos entes deverão ser contabilizados como interferência financeira (de forma extraorçamentária) quando o RPPS apresentar déficit financeiro, o que ocorre nos demais Poderes/Órgãos.

No intuito de revisar e consolidar a metodologia de preenchimento do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), a equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES, afinada com os entendimentos técnicos e padrões de elaboração desse anexo, estabelecidos na 5º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, produziu o demonstrativo previdenciário referente ao Plano Financeiro em observância às orientações técnicas da STN, quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)" e do Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR".

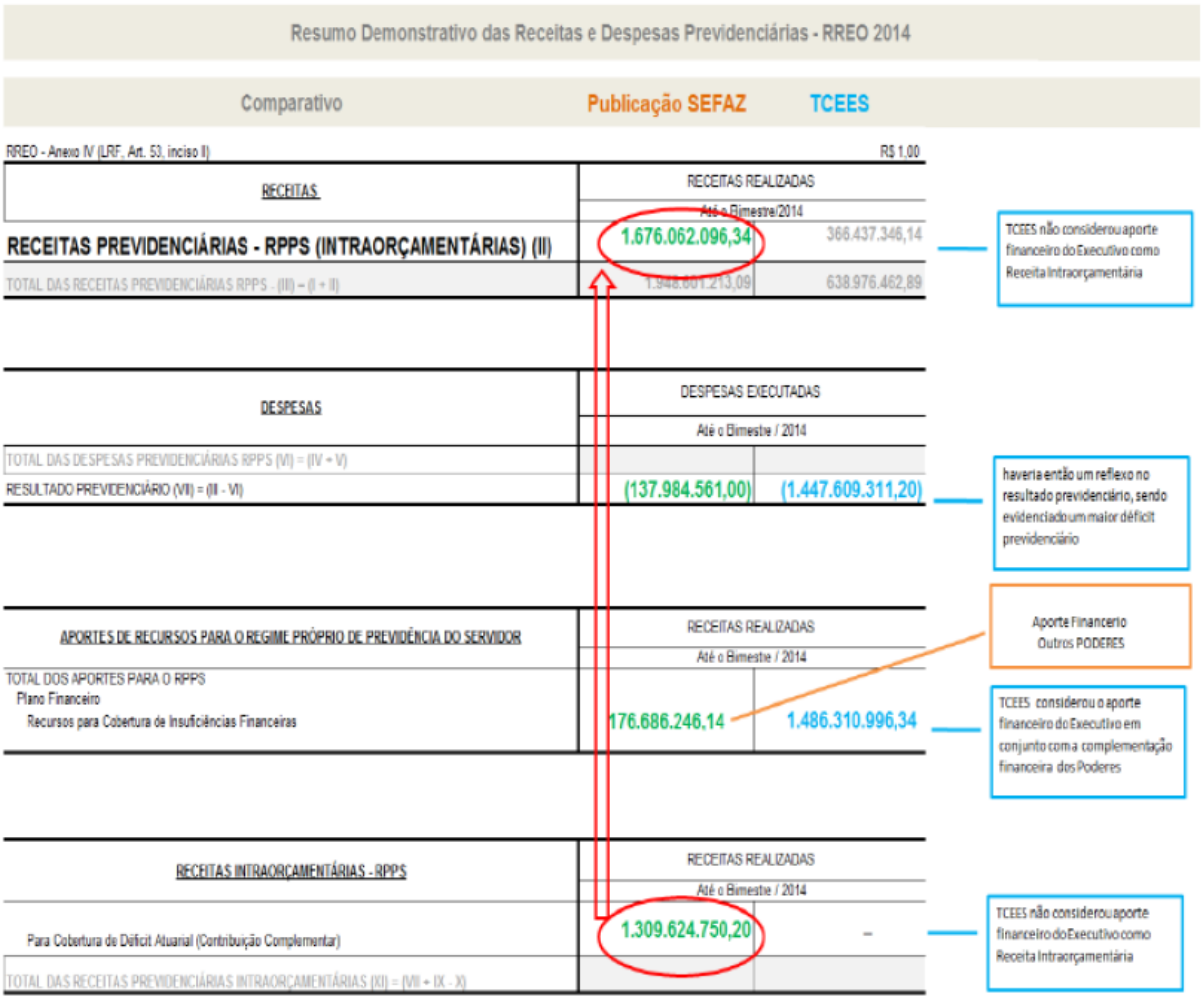
Tomando por base os dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - Sigefes (janeiro a dezembro de 2014), o TCEES apurou para as Receitas Previdenciárias orçamentárias o valor de R$ 638.976.462,89, divergente em R$ 1.309.624.750,20 a menor, do valor publicado pelo

[460] Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
[...]
§ 1º Além das contribuições previstas neste artigo, ficam o Poder Executivo e demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.

Estado, conforme evidenciado na análise do Relatório de Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre de 2014, constante no Processo TC n° 1590/2015.

A diferença encontrada se deve ao fato de o cálculo do TCEES não incluir, na linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", o valor referente ao aporte de recursos financeiros para a cobertura de déficit do RPPS referente ao Poder Executivo, que foi no valor de R$ 1.309.624.750,20, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5º edição (p. 203) que disciplina que: "Não deverão ser incluídos, nessa linha, os repasses para cobertura de insuficiências financeiras, déficits financeiros ou atuariais, visto que o Resultado Previdenciário (item VII) deverá representar a totalidade da necessidade de financiamento do RPPS. Os aportes de recursos para cobertura de insuficiências financeiras, déficits financeiros ou atuariais são demonstrados em tabela específica".

Dessa forma, os aportes de recursos serão contabilizados como receita intraorçamentária quando recebida do Poder Executivo, e como receita extraorçamentária, no caso de Outros Poderes e Órgãos, porém serão demonstrados em conjunto, conforme evidencia o Quadro 7.04.



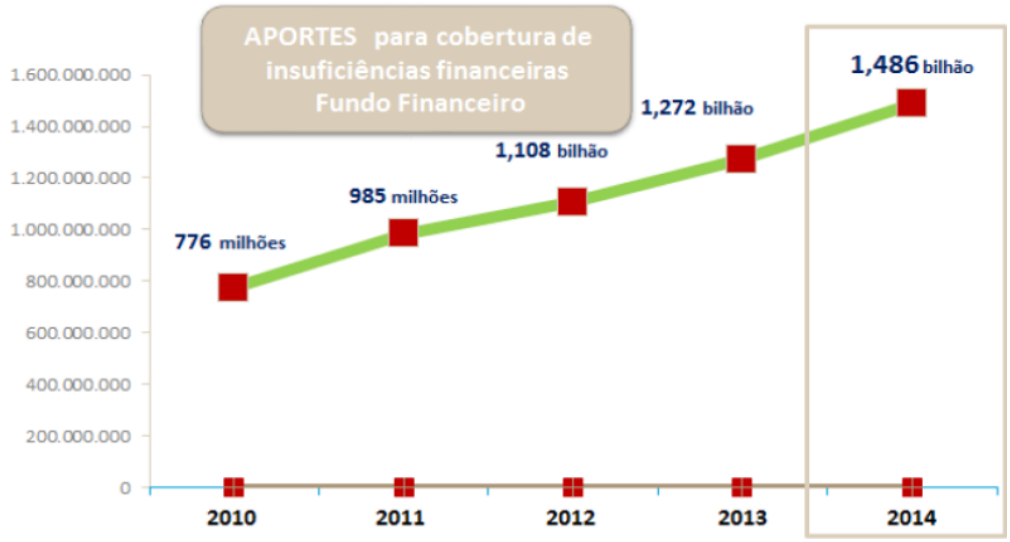
Fonte: Informações Metodologia Equipe Gestão Fiscal 9ª Secretaria de Controle Externo

Diante do exposto acima, e visando priorizar a transparência das informações relativas à Previdência Estadual, seguindo um melhor entendimento técnico, foi calculado pelo TCEES que o valor total dos recursos orçamentários para cobertura de insuficiências financeiras, constante do quadro "Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor", efetivamente utilizados (acumulados até o 6º bimestre) para cobertura dessas insuficiências financeiras entre as receitas e despesas previdenciárias foram no montante total de R$ 1.486.310.996,34, representando então a soma dos aportes de recursos dos Poderes e do Executivo Estadual (R$ 176.686.246,14 somados ao valor de R$ 1.309.624.750,20).

O Gráfico 7.09, a seguir, exibe a análise comparativa dos aportes para cobertura dessas insuficiências financeiras, referentes ao Fundo Financeiro, entre os exercícios de 2010 a 2014, considerando então a soma dos aportes financeiros relativos ao Executivo Estadual e dos Poderes. Observa-se um crescimento significativo desde 2010, chegando ao ápice em 2014, no montante repassado de R$ 1.486.310.996,34. Os números demonstram, no período abrangido,

um crescimento de 51,46% nos montantes aportados ao Fundo Financeiro.

Gráfico 7.09 – Aportes de Recursos - Fundo Financeiro



Fonte: RREO, 6º bim, Anexos Previdência, 2010 a 2014.

Nessa análise relativa a aportes de recursos para coberturas de insuficiências financeiras, cabe ressaltar que só o Fundo Financeiro apresentou valores, tendo em vista que o Fundo Previdenciário tem sido autossustentável, não necessitando, em princípio, de recursos para complementação de seus pagamentos.

Pelo teor da Nota Técnica da STN, a forma de repasse de recursos ao RPPS deve ser uma só: mediante interferência financeira. A conclusão pela permanência de duas formas distintas de registro do aporte – intraorçamentária para o Poder Executivo e extraorçamentária para os demais Poderes – coaduna-se com a intenção de se perpetuar o desvio de recursos na educação no Estado do Espírito Santo, haja vista ser essa a única razão para se incluir o aporte na execução orçamentária das unidades gestoras do Poder Executivo.

Por fim, para demonstrar de forma cabal que o aporte repassado pelo Poder Executivo não se destina a cobertura de déficit atuarial, reproduz-se o inteiro teor da Portaria MPS nº 746[461]67, de 27 de dezembro de 2011, a qual estabelece em seu art. 1º, inciso II, que os recursos destinados à cobertura de déficit atuarial permaneçam devidamente aplicados no mínimo por cinco anos, situação que não se amolda ao caso vertente:

PORTARIA Nº 746, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011
(Publicada no D.O.U. de 28/12/2011)

[461] Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_120116-090914-125.pdf. Acesso em: 8 jul. 2015.

Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS por aporte.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

Art. 1º O Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, de que trata a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010 deverá atender às seguintes condições:

I - se caracterize como despesa orçamentária com aportes destinados, exclusivamente, à cobertura do déficit atuarial do RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei específica do respectivo ente federativo; e

II - sejam os recursos decorrentes do Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário de que trata o art. 2º, inciso XX, da Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008.

§ 1º Os Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:

I - ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos; e

II - permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos.

§ 2º Para fins desta Portaria não se caracterizam como Aporte os repasses feitos à Unidade Gestora em decorrência de alíquota de contribuição normal e suplementar.

Art. 2º A Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social adotará as medidas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

Conquanto a utilização de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para pagamento de servidores inativos e pensionistas alcance Estado e municípios por força da Resolução TC 238/2012, cumpre trazer à colação, a título de exemplo, dados concretos sobre as consequências da subtração indevida de recursos da educação no âmbito específico do Estado do Espírito Santo.

Dados atualizados extraídos do portal da transparência do governo do Estado em **10/05/2016** revelam que no **exercício financeiro de 2015**, primeiro ano de mandato da nova administração estadual, o Poder Executivo declarou ter gasto um total de **R$ 2.620.554.770,38** (dois bilhões, seiscentos e vinte milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e trinta e oito centavos) com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), alcançando o percentual de **27,78%** e, dessa forma, superando o percentual mínimo constitucional de 25%.

No entanto, desse valor total declarado pelo Poder Executivo, **R$ 566.869.011,71** (quinhentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, onze reais e setenta e um centavos) foram usados indevidamente para pagar benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas do RPPS. Esse valor supera em **R$ 35.021.560,54** (trinta e cinco milhões, vinte e um mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos) o total dispendido com a mesma despesa pelo Poder Executivo no exercício anterior (**R$ 531.847.451,17**).

Desse modo, excluindo-se o valor do aporte previdenciário do total de despesas com MDE declarado pelo Poder Executivo, constata-se que **o percentual de despesas com MDE do Poder Executivo estadual no exercício de 2015 atingiu, efetivamente, apenas 21,77%**, ficando, portanto, muito abaixo do percentual mínimo constitucional de 25%[462].

Já em relação ao **exercício financeiro de 2016**, verifica-se que, pelo menos **até 10/05/2016,** foram **empenhados R$ 585.627.835,00** (quinhentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais) para pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos e pensionistas utilizando-se recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Ao se acrescentar esse montante aos valores apurados pelo MPC nos exercícios anteriores a partir de 2009, **o total de recursos subtraídos da educação estadual chega a incríveis R$ 3.336.277.755,37** (três bilhões, trezentos e trinta e

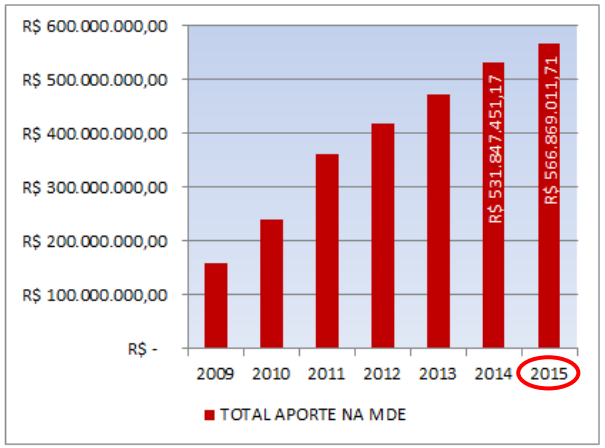
[462] A diferença entre os percentuais corresponde a 14,83%.

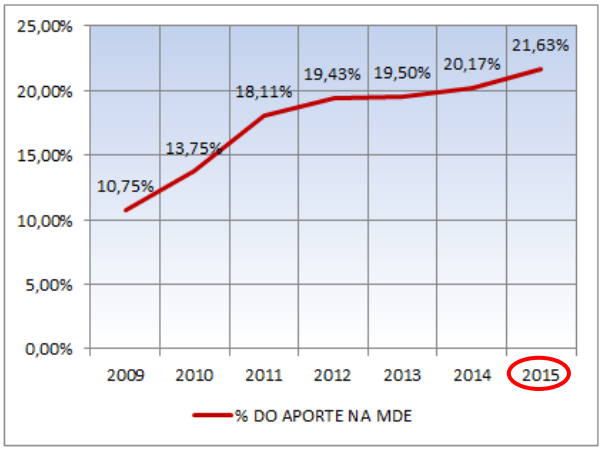
seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

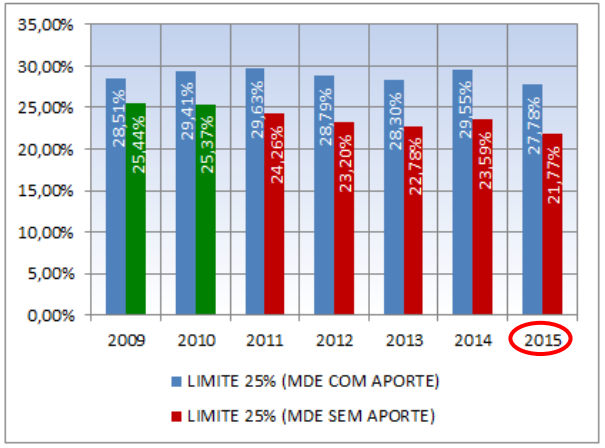
Apenas para se ter uma ideia do ritmo de crescimento deste débito histórico com a educação capixaba, durante a tramitação do presente processo de prestação de contas anual do governador (Processo TC 6016/2015), isto é, entre janeiro de 2015 e maio de 2016, foram subtraídos **R$ 1.152.496.846,71**(um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos). Esse valor corresponde a um **aumento de 52,77% em relação ao saldo acumulado dos recursos que deixaram de ser repassados à educação entre 2009 e 2014 (R$ 2.183.780.908,66)**.

A ilustração a seguir apresenta os valores detalhados das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e com o aporte previdenciário, bem como os respectivos percentuais e o total acumulado dos recursos subtraídos da educação entre 2009 e 2016:

ANO	TOTAL MDE	APORTE SEDU MDE	APORTE FAMES MDE	TOTAL APORTE NA MDE	% DO APORTE NA MDE	LIMITE 25% (MDE COM APORTE)	LIMITE 25% (MDE SEM APORTE)
2009	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.406.736,38	R$ 158.037,45	**R$ 159.564.773,83**	10,75%	28,51%	25,44%
2010	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.414.905,04	R$ 372.729,95	**R$ 238.787.634,99**	13,75%	29,41%	25,37%
2011	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.393.758,63	R$ 474.941,15	**R$ 362.868.699,78**	18,11%	29,63%	24,26%
2012	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.300.389,46	R$ 549.050,92	**R$ 417.849.440,38**	19,43%	28,79%	23,20%
2013	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.250.380,94	R$ 612.527,57	**R$ 472.862.908,51**	19,50%	28,30%	22,78%
2014	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.284.714,02	R$ 562.737,15	**R$ 531.847.451,17**	20,17%	29,55%	23,59%
2015	R$ 2.620.554.770,38	R$ 566.406.110,14	R$ 462.901,57	**R$ 566.869.011,71**	21,63%	27,78%	21,77%
mai/16		R$ 585.228.835,00	R$ 399.000,00	**R$ 585.627.835,00**			
	Total Acumulado:	**R$ 3.332.685.829,61**	**R$ 3.591.925,76**	**R$ 3.336.277.755,37**			



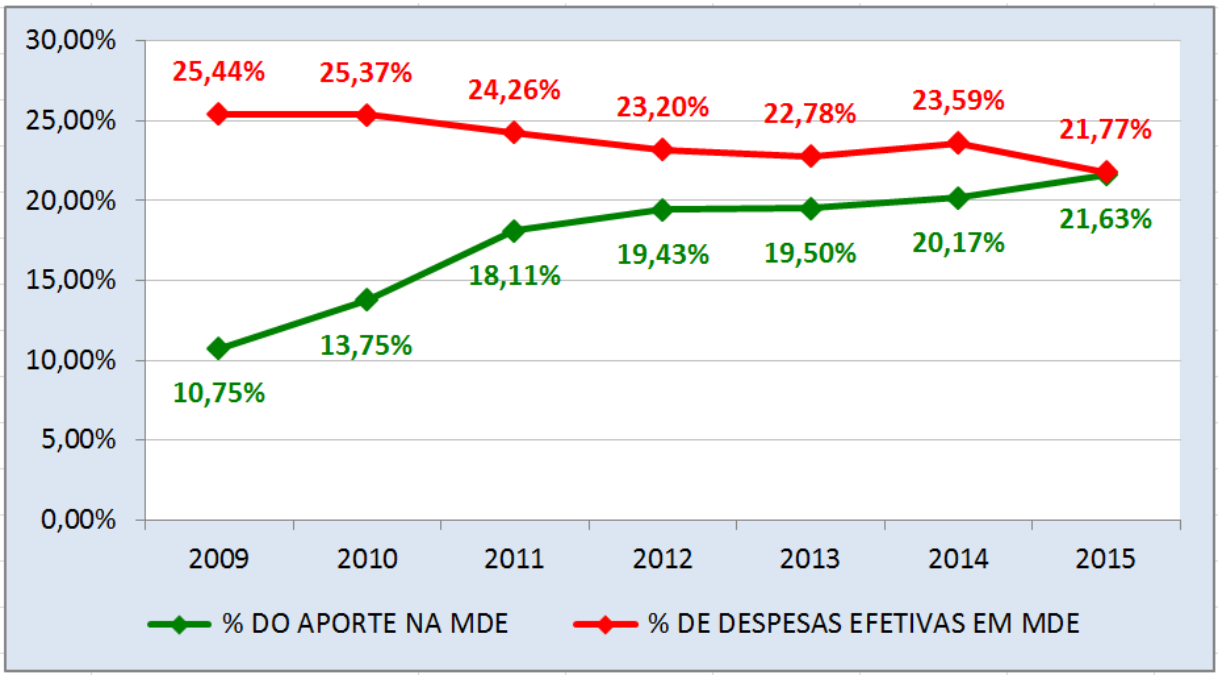




Evolução Anual dos Aportes Previdenciários nas Despesas com MDE e seu Reflexo no Percentual Mínimo Constitucional de Gastos com MDE[463]

[463] **LEGENDA:**
ANO: Exercício Financeiro; **TOTAL MDE:** Total de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); **APORTE SEDU MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação, considerados como MDE; **APORTE FAMES MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Faculdade de Música do Espírito Santo, considerados como MDE; **TOTAL APORTE NA MDE**: Valor total do aporte, considerado como MDE; **% DO APORTE NA MDE:** Percentual do aporte no total de despesas com MDE; **LIMITE 25% (MDE COM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, computando-se o valor do aporte; **LIMITE 25% (MDE SEM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, excluindo-se o valor do aporte. Os dados de 2016 referem-se às despesas empenhadas no período entre 01/01/201 e 10/05/2016.

Note-se que no exercício financeiro de 2015 houve o menor percentual de aplicação efetiva em MDE registrado desde 2009: **apenas 21,77%**. Caso seja mantida a tendência verificada no exercício de 2015, em 2016 o percentual do aporte na MDE superará pela primeira vez o percentual de despesas efetivas em MDE, conforme mostra a ilustração a seguir[464]:



Observe-se, ainda, que a apuração dos fatos pelo MPC permite concluir que a irregularidade em exame tornou-se **institucionalizada no Estado do Espírito Santo**, encontrando-se permanentemente engatilhada para beneficiar qualquer pessoa que ocupe o cargo de chefe do Poder Executivo, não possuindo, portanto, relação direta com as administrações estaduais que se alternaram entre 2009 e 2016, conforme se colhe do quadro a seguir:

Ano	Governador	Total das Despesas com MDE Declaradas pelo Poder Executivo (a)	Parte da MDE Utilizada para Pagamento do Aporte Previdenciário (b)	% do Aporte na MDE (b/a)*100
2009	Paulo Cesar Hartung Gomes	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.564.773,83	10,75

[464] A ilustração realiza uma comparação apenas entre os percentuais, não podendo ser estendida aos valores absolutos (em R$) do aporte na MDE e das despesas efetivas em MDE.

Ano	Governador	Total das Despesas com MDE Declaradas pelo Poder Executivo (a)	Parte da MDE Utilizada para Pagamento do Aporte Previdenciário (b)	% do Aporte na MDE (b/a)*100
2010	Paulo Cesar Hartung Gomes	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.787.634,99	13,75
2011	José Renato Casagrande	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.868.699,78	18,11
2012	José Renato Casagrande	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.849.440,38	19,43
2013	José Renato Casagrande	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.862.908,51	19,50
2014	José Renato Casagrande	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.847.451,17	20,17
2015	Paulo Cesar Hartung Gomes	R$ 2.620.554.770,38	R$ 566.869.011,71	21,63
2016	Paulo Cesar Hartung Gomes	-	R$ 585.627.835,00[465]	-
	TOTAL:	**R$ 15.058.351.215,54**	**R$ 3.336.277.755,37**	**-**

Além do benefício pessoal que alcança com exclusividade a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo estadual, todos os demais Poderes e órgãos estaduais também são beneficiados com a irregularidade – inclusive o próprio Tribunal de Contas, responsável pela fiscalização quanto à correta aplicação dos recursos destinados à MDE –, na medida em que os recursos ordinários subtraídos da educação tornam-se "artificialmente disponíveis" para custear outras despesas, contribuindo, destarte, pela exacerbação da trágica competição decorrente do conflito distributivo no bojo do orçamento público do Estado, conforme se constata nos dias atuais[466].

Esclareça-se que, após detectar essa gravíssima irregularidade por ocasião da prestação de contas de 2014, o objetivo deste órgão ministerial tem sido promover, incansavelmente, o **fim da subtração indevida dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e a reparação integral do débito histórico com a educação capixaba**. Infelizmente, os reflexos dessa prática nociva ao interesse público só são sentidos pela parcela menos favorecida da sociedade, a qual se sente reduzida a um mero número estatístico, sem rosto e sem

[465] Valores empenhados até 10/05/2016.

[466] Todos estes atores dotados de autonomia financeira se constituem, ao fim, em grupos de pressão que se mobilizam legitimamente para assegurar a sua parcela junto ao orçamento público do Estado, com vistas à manutenção de seu *status quo* de despesas decorrentes do exercício de suas competências constitucionais, mas, olvidando, por vezes, de demais despesas igualmente relevantes do conjunto da sociedade, titularizadas por atores sociais pouco competitivos que, infelizmente, se encontram distantes dos centros políticos de decisão para vocalizar seus interesses, a exemplo do segmento da educação pública (pais, alunos e educadores).

voz, não podendo desfrutar da opção de matricular seus filhos na onerosa rede privada de ensino, privilégio, no entanto, assegurado, apenas, a seletos grupos sociais.

As imagens a seguir, extraídas do portal da transparência do governo estadual, demonstram os valores empenhados, liquidados e pagos em **2015** e em **2016** pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames) para custear benefícios previdenciários com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Atente-se para o fato de que em 2016 o Poder Executivo alterou, inexplicavelmente[467], a descrição do detalhamento da despesa, substituindo o subelemento de despesa de ***"47 – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS"***, utilizado em 2015, para ***"80 – DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO"***, usado em 2016.

No entanto, a omissão do subelemento de despesa pode ser facilmente suprida pela consulta do nome do **favorecido (FUNDO FINANCEIRO)** e do **histórico** das respectivas despesas **(CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PODER EXECUTIVO APORTE 2016)**.

[467] Não se afigura crível qualquer possível tentativa de se ocultar a utilização dos recursos destinados à MDE para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

Exercício Financeiro de 2015

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **11/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 579.177.102,61**
Total Liquidado:	**R$ 579.177.102,61**
Total Pago:	**R$ 579.107.454,52**
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	566.406.110,14	566.406.110,14	566.406.110,14

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: **11/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 1.043.833,65**
Total Liquidado:	**R$ 1.043.833,65**
Total Pago:	**R$ 1.043.833,65**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	462.901,57	462.901,57	462.901,57

Exercício Financeiro de 2016

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ Subelemento de Despesa

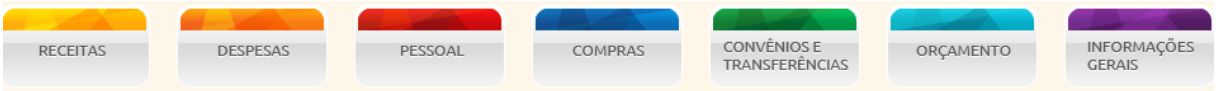
Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 594.936.135,00**
Total Liquidado:	**R$ 199.899.531,17**
Total Pago:	**R$ 199.890.506,87**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	80-DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO	585.228.835,00	197.051.908,89	197.051.908,89



Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa → Tipo Licitação/Favorecido

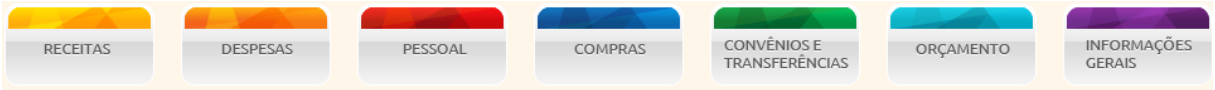
Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Subelemento de Despesa: **DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO**

Total Empenhado:	R$ 585.228.835,00
Total Liquidado:	R$ 197.051.908,89
Total Pago:	R$ 197.051.908,89
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CNPJ / CPF / Órgão	Favorecido	Nº do Processo	Tipo de Licitação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
600210	FUNDO FINANCEIRO	72979089	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	585.228.835,00	197.051.908,89	197.051.908,89



Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa → Tipo Licitação/Favorecido → Valor Empenhado

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Favorecido: **FUNDO FINANCEIRO**

Total Empenhado:	R$ 585.228.835,00
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0002 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0110 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
26/01/2016	2016NE00278	49.000.000,00
HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PODER EXECUTIVO APORTE 2016.		
23/02/2016	2016NE00683	48.000.000,00
HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PODER EXECUTIVO APORTE 2016.		
03/03/2016	2016NE00941	488.228.835,00
HISTÓRICO: Empenho da despesa com folha de pagamento de inativos da sedu (aporte ao ipajm) para o período de março a dezembro/2016.		

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 399.000,00**
Total Liquidado:	**R$ 262.827,91**
Total Pago:	**R$ 262.827,91**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	80-DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO	399.000,00	262.827,91	262.827,91

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ Subelemento de Despesa ➡ **Tipo Licitação/Favorecido**

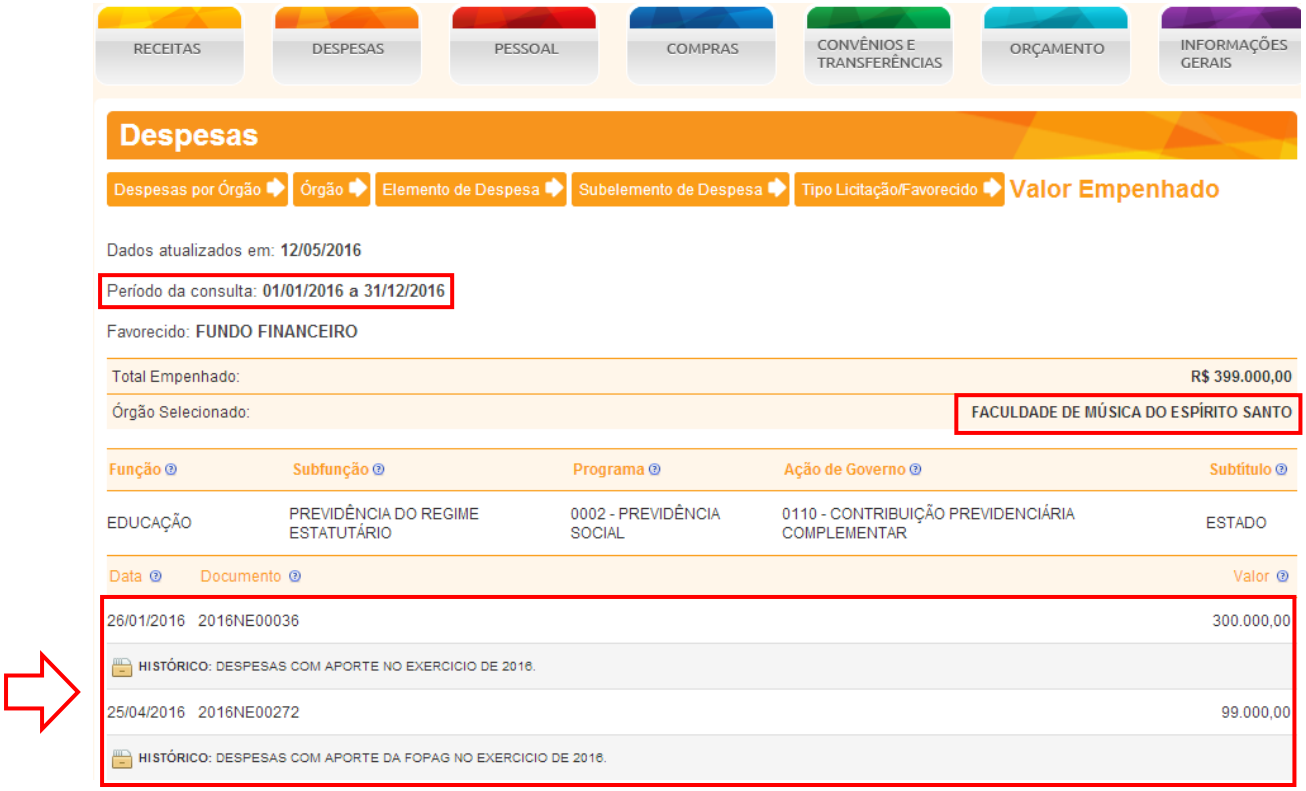
Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Subelemento de Despesa: **DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO**

Total Empenhado:	**R$ 399.000,00**
Total Liquidado:	**R$ 262.827,91**
Total Pago:	**R$ 262.827,91**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

CNPJ / CPF / Órgão	Favorecido	Nº do Processo	Tipo de Licitação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
600210	FUNDO FINANCEIRO	73062553	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	399.000,00	125.880,46	262.827,91
600210	FUNDO FINANCEIRO	73367362	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	0,00	53.922,70	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	74005367	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	0,00	83.024,75	0,00



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão | Órgão | Elemento de Despesa | Subelemento de Despesa | Tipo Licitação/Favorecido | **Valor Empenhado**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Favorecido: **FUNDO FINANCEIRO**

Total Empenhado:	R$ 399.000,00
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0002 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0110 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
26/01/2016	2016NE00036	300.000,00
HISTÓRICO: DESPESAS COM APORTE NO EXERCICIO DE 2016.		
25/04/2016	2016NE00272	99.000,00
HISTÓRICO: DESPESAS COM APORTE DA FOPAG NO EXERCICIO DE 2016.		

Esclareça-se que o início da subtração indevida de recursos da educação são anteriores à edição da Resolução TC 238/2012, iniciando-se no ano de 2009[468], durante a gestão do governador Paulo César Hartung Gomes (2007 a 2010 – segundo mandato), permanecendo durante toda a gestão do governador José Renato Casagrande (2011 a 2014) e continuando no início do terceiro mandato do governador Paulo César Hartung Gomes (2015 a 2018)[469], o que demonstra que **a irregularidade foi erigida à política de estado**, passando a fazer parte, portanto, de forma **institucionalizada**, do próprio sistema de gestão de recursos públicos implantado no Estado do Espírito Santo, razão pela qual sua aplicação independe da

[468] O Ministério Público de Contas não analisou os períodos anteriores ao exercício de 2009 em razão da ausência de disponibilização dos respectivos dados no portal da transparência do governo do Estado.

[469] Observe que a constatação de embuste no ciclo orçamentário do microssistema de tutela do custeio do direito fundamental à educação, a despeito de encontrar-se amparado por vinculação constitucional de piso de gasto e de fonte própria de receita, expõe, às escâncaras, que a fragilidade fiscal perpassa governos e governantes, não se constituindo primazia desta ou daquela gestão.

pessoa que dela se beneficie ao ocupar o cargo de governador ou de prefeito no território sob a jurisdição do TCEES.

Devido ao grande volume de recursos envolvidos (mais de meio bilhão de reais por ano), o próprio sistema possui seus mecanismos – nem sempre legítimos – de neutralização das ações que possam ameaçar a continuidade dessa prática tão nociva à educação pública estadual, da qual muitos se beneficiam de forma oculta por trás da complexidade das finanças públicas, usada como linguagem de dominação social sob o monopólio de poucos. Isso explica a intranquilidade demonstrada por alguns agentes públicos e privados diante dos fatos denunciados por meio do Parecer PPJC 3684/2015 do Ministério Público de Contas.

Por certo, trata-se de vício inerente à estrutura administrativa, que, se por um lado beneficia o cidadão alçado legitimamente ao **poder** mediante voto popular, independentemente dos matizes da sua flâmula partidária, por outro prejudica milhares de anônimos alunos e professores do ensino público estadual – estes relegados a uma posição inferior no atual e injusto modelo de estratificação social do quadro de servidores do Estado do Espírito Santo –, os quais não possuem o mesmo **poder** de persuasão e de representação perante esta Corte de Contas para pleitear, por exemplo, a edição de norma proibindo a utilização de estratégias contábeis e orçamentárias[470] que proporcionam a subtração indevida anual de

[470] Confira interessante excerto de artigo intitulado "**Contas** '**maquiadas**' **não tornar nosso pais mais bonito**', da lavra do eminente juiz e professor de direito financeiro José Maurício Conti:
"*[...] Desde a estabilização da moeda, e o aumento no rigor das normas sobre finanças públicas, especialmente a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilização das informações econômicas aumentou substancialmente sua importância, pois passou a produzir dados de extrema relevância para a condução das políticas governamentais e consequente indicação dos rumos do país para o setor público e privado, nacional e estrangeiro.*
As restrições fiscais impostas pelas novas normas, associadas ao rigor da legislação, que contém sanções por vezes bastante severas para o seu descumprimento, bem como a crescente busca por maior transparência, acabaram por ***intensificar o uso da chamada "contabilidade criativa" no setor público****.* ***Na ânsia de cumprir as normas de finanças públicas, ainda que os números não sejam favoráveis, por vezes indicando em sentido oposto ao que se pretende, os operadores da contabilidade pública passaram a se aproveitar das brechas da lei, divergências na interpretação dos textos normativos, lacunas, flexibilidades e toda sorte de possibilidades, para "ajustar" os números aos interesses dos governantes, de modo a "fazer de conta" que os resultados foram alcançados tal como planejados****.[...]*
[...] ***Um verdadeiro arsenal de medidas paliativas que não resolvem o problema de fundo, mas apenas tentam contornar, adiar e alterar dados que não interessam ao governo divulgar.***
[...] Medidas como essa comprometem um dos mais — se não o mais — importante "ativo" de um país, que é sua credibilidade. Mais do que isso, a divulgação de informações imprecisas afronta o princípio da publicidade da administração pública, claramente expresso no artigo 37 de nossa Constituição. E o da transparência fiscal, que os artigos 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal se esmeraram em especificar de modo preciso, detalhando a forma e os meios de divulgação

milhões de reais dos recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE), norma essa a ser redigida com o mesmo grau de presteza e de zelo dispensado à feitura da Resolução TC 238/2012 e que fosse igualmente defendida pelos membros deste órgão de controle externo com a mesma devoção e entusiasmo.

Há evidências de que a norma editada pelo Tribunal de Contas contém vícios materiais[471] que vão ao encontro dos interesses privados dos gestores públicos, dada a complexidade, a especificidade e a meticulosa articulação dos procedimentos contábeis, orçamentários, legislativos e de controle envolvidos na subtração indevida de recursos constitucionalmente destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), porém redirecionados para pagamento de servidores inativos e pensionistas do RPPS do Estado do Espírito Santo, consoante ficou demonstrado no tópico "2.2.6 Do *Modus Operandi*" do Parecer PPJC 3684/2015[472].

A própria Resolução TC 238/2012, em seu art. 21, § 4º, faz uso do mesmo termo empregado pelo Poder Executivo estadual para designar a receita fictícia concebida para custear despesa inexistente ("contribuição"), conquanto seja sabido que o RPPS do Estado do Espírito Santo não possua previsão de legal para o recebimento de aportes sob a forma de contribuição, uma vez que inexiste plano de amortização para o déficit atuarial. *Verbis*:

> Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70,

---

de todos os demonstrativos e relatórios orçamentários e financeiros, tudo para tornar essas informações públicas, transparentes e confiáveis.
Todo esse esforço pode se tornar inútil com a concretização dessas manobras contábeis, pondo a perder, num único ato, a credibilidade que levou anos, talvez décadas, para ser construída, e poderá levar outro tanto para ser recuperada.
[...] ***Não precisamos embelezar nossos números, não serão algumas contas "maquiadas" que vão tornar nosso país mais bonito***." (grifo nosso)
Disponível em: http://www.conjur.com.br/2013-fev-12/contas-vista-contas-maquiadas-nao-tornar-nosso-pais-bonito. Acesso em 23 mai. 2016.

471 Sem prejuízo da eventual existência de vícios processuais no procedimento administrativo interno do TCEES que originou a Resolução TC 238/2012, ao qual o MPC ainda não teve acesso.

472 Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

> respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
>
> [...]
>
> § 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

Sem dúvida, a análise da aplicação da Resolução TC 238/2012 evidencia um conjunto de procedimentos contábeis, orçamentários, legislativos e de controle externo deliberadamente orquestrado no intuito de se permitir a subtração indevida anual de milhões de reais da educação pública capixaba em benefício dos gestores que se sucedem à frente do Poder Executivo estadual.

Trata-se, na realidade, de **três irregularidades autônomas e independentes**, porém manejadas de forma coordenada e sucessiva, a saber:

Irregularidade nº 1: IPAJM, com a anuência da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento[473] (Sep), cria uma **receita fictícia** (alíquota de contribuição patronal suplementar para amortização de déficit atuarial) para atender a uma **despesa inexistente** (plano de amortização do déficit atuarial) com o propósito de viabilizar sua inclusão na execução orçamentária do Poder Executivo estadual e assim poder considerar as respectivas despesas como sendo aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Irregularidade nº 2: Unidades Gestoras do Poder Executivo estadual, entre elas a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames), transferem **orçamentariamente** o aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS, quando o procedimento correto

[473] Atualmente, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (Sep) possui como secretário o economista e auditor de controle externo do TCEES Regis Matos Teixeira.

estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) seria transferir o aporte **extraorçamentariamente**[474];

Irregularidade nº 3: TCEES edita e aplica a Resolução TC 238/2012, considerando a execução orçamentária do aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Portanto, **qualquer uma das três irregularidades isoladamente consideradas mostra-se suficiente para tornar ilegal a consideração do aporte previdenciário como despesa com MDE** – e não apenas a Resolução TC 238/2012 – e para pôr fim à subtração indevida de recursos da educação, motivo pelo qual todas constituem objeto de arguição de incidentes de prejulgado autônomos neste Recurso de Reconsideração.

O quadro a seguir, elaborado a partir das análises empreendidas por este órgão ministerial, sintetiza a participação de todos os agentes envolvidos no *iter* procedimental que, voluntária ou involuntariamente, permite o descumprimento

---

[474] Consoante minudente descrição contida no **Parecer PPJC 3684/2015** (Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015) e reiterada neste **Recurso de Reconsideração**, a razão de os valores em tela terem sido transferidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), por meio de execução **orçamentária,** com vistas à cobertura do *déficit* financeiro do RPPS, e utilizados para pagamento de inativos (aporte), consiste em, para que os recursos pudessem ser considerados como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino torna-se necessário realizar o empenho da despesa e sua posterior liquidação, o que **não se viabilizaria** caso se adotasse o procedimento correto estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de transferência **extraorçamentária**, e contabilizados como interferência financeira.
Registre-se ainda que, em contraste **à Resolução TC 238/2012** do TCEES, toda a legislação federal regente da matéria, a saber:

- art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;
- art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
- bem como os Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB;

somente autoriza a consideração, para fins de cômputo no percentual mínimo constitucional de 25%, de despesa com **servidores ativos e em efetivo exercício**, **não autorizando** a consideração de despesas realizadas com **servidores inativos, e ativos em desvio de função** ou em **atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino** (art. 71, VI, da LDB), razão pela qual o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RRPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos** (se as despesas realizadas com servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino não podem ser computadas no percentual mínimo constitucional, por muito mais razão servidores que sequer estão em atividade) e **pensionistas** (pensionistas não são sequer servidores públicos, no que tange ao vínculo jurídico decorrente do benefício previdenciário recebido a título de pensão), também não pode ser considerado como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

reiterado do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com educação mediante subtração indevida mensal de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para a cobertura indevida do déficit financeiro do RPPS do Estado do Espírito Santo, obrigação financeira de responsabilidade do chefe do Poder Executivo estadual:

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
Procedimento nº 1	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)	Edita a Resolução TC 238/2012 autorizando, especificamente, a contabilização das despesas com o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
Procedimento nº 2	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Sano (IPAJM), gestor único do RPPS estadual.	Cria uma receita orçamentária fictícia (alíquota de contribuição patronal suplementar para amortização de déficit atuarial) para atender a uma despesa orçamentária inexistente do RPPS (plano de amortização do déficit atuarial).
Procedimento nº 3	Secretaria de Estado do Planejamento (Sep)	Inclui no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) a receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 4	Governador do Estado	Envia o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) contendo a receita fictícia criada pelo IPAJM – e endossada pela Sep – para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 5	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales)	Aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA) aquiescendo com a criação de receita fictícia para atender à despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 6	Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCEES)	Analisa a Lei Orçamentária Anual (LOA) atestando a legalidade da receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 7	Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e Faculdade de Música do	Transferem orçamentariamente o aporte mensal para cobertura do

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
	Espírito Santo (Fames)	déficit financeiro do RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a seus servidores inativos e pensionistas.
Procedimento nº 8	Sistema de Controle Interno do Poder Executivo[475]	Emite Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 28/2013[476], atestando o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25 % em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) ou omitindo-se de avalia-lo[477];
Procedimento nº 9	Governador do Estado	Inclui na prestação de contas anual do governador o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS – transferido orçamentariamente pela Sedu e pela Fames – com o objetivo de alcançar o percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), motivando a aprovação de suas contas por parte do TCEES e da Ales.
Procedimento nº 10	Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador	Com fundamento numa interpretação vinculante que sobrepõe a Resolução TC 238/2012 à legislação federal,

475 O secretário de estado de transparência e controle, responsável pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, é nomeado pelo governador do Estado para avaliar a gestão da própria autoridade que lhe nomeou em confiança, circunstância que demonstra mais um vício do sistema de gestão e controle de recursos públicos.

476 Norma em vigor a partir de 2013.

477 Essa omissão pode ser verificada na prestação de contas anual de 2014 ao se examinar o item 5.4 – Limites Constitucionais e Legais – do "Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28, de 26/11/2013", fl. 3 do Processo TC 6016/2015 (CD-ROM), referente à prestação de contas anual de 2014.
Já nas prestações de contas anuais do governador do Estado de:

- 2009 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_contas_2010___parte_ii_secont.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2010 (disponível em http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_contas_2010___parte_ii_secont.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2011 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_2011_secont_parte_2.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2012 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_das_contas_2012_parte_2_secont.pdf. Acesso em 5 mai. 2016); e
- 2013 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/01-22-RELOCI.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016),

o mencionado Relatório Técnico de Análise emitido pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo **atestou indevidamente o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**.

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
		elabora análise técnica considerando regular a inclusão do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS no percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), recomendando a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual do governador.
Procedimento nº 11	Ministério Público de Contas	Em razão do exíguo prazo de sete dias corridos para emissão de parecer sobre as complexas operações envolvidas na prestação de contas do governador e do grande volume de processos submetidos a sua apreciação, bem como de sua reduzida equipe técnica[478], não identifica inconsistências na metodologia utilizada pela Comissão Técnica do TCEES responsável pela elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador[479].
Procedimento nº 12	Plenário do TCEES	Acolhe o posicionamento da Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador acerca do cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e emite Parecer Prévio recomendando à Ales a aprovação da prestação de contas anual do governador.
Procedimento nº 13	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales)	Ratifica o Parecer Prévio do TCEES, reconhecendo o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

[478] Para se ter uma ideia do quantitativo de técnicos do MPC, somente a Comissão Técnica que analisou a prestação de contas do governador de 2014 contou com mais servidores em dedicação exclusiva (14 auditores de controle externo) do que o quadro total de técnicos do MPC (3 procuradores de contas e 9 assessores técnicos) responsável pela análise de **todos os processos de controle externo que tramitam perante o TCEES ao longo do ano**.
Nesse sentido, vide declaração lançada na Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 pela 9ª Secretaria de Controle Externo às fl. 205 e 206 do Processo TC 6099/2015: *"A Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014, foi protocolizada neste Tribunal e autuada sob o* ***processo TC-6.016/2015 e um representativo número de Auditores desta unidade técnica foram designados para a composição da Comissão Técnica e estão em dedicação integral e diretamente envolvidos com a análise das respectivas demonstrações contábeis e relatórios que compõem a prestação de contas****. [...]"* (grifou-se)

[479] A irregularidade no cômputo das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) só foi identificada por este órgão ministerial por ocasião da análise da prestação de contas anual do governador de 2014.

Note-se que, para que a Resolução TC 238/2012 possa resultar em benefício ao chefe do Poder Executivo estadual por ocasião da apreciação da sua prestação de contas anual, faz-se necessário que ocorra uma sucessão **prévia** e **coordenada** de complexos procedimentos contábeis, orçamentários e legislativos, sem os quais o normativo do TCEES não poderia ser aplicado, permitindo-se inferir duas hipóteses não excludentes entre si e igualmente censuráveis:

1ª Hipótese: ou a ideia de se editar uma Resolução que permitisse incluir o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) teve sua **gênese espontânea no interior do corpo diretivo/deliberativo do TCEES**;

2ª Hipótese: ou foi **inoculada no órgão de controle externo pelos próprios gestores públicos fiscalizados**, os quais seriam beneficiados pela Resolução a ser editada quando da apreciação de suas prestações de contas anuais por parte do TCEES e do Poder Legislativo, em detrimento da manutenção e do desenvolvimento do ensino público do Estado do Espírito Santo.

Registre-se que a utilização do estratagema que possibilitou a subtração indevida bilionária de verbas da educação ocasionou, por outro lado, e por óbvio, que os recursos ordinários fossem "*economizados*", e destarte, "*reforçassem*", inelutavelmente, o orçamento de todas as unidades gestoras estaduais dotadas constitucionalmente de autonomia financeira, uma vez que constituem a principal fonte de recursos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas - órgão responsável pela edição da Resolução TC 238/2012 -, contribuindo, igualmente, assim agindo, pela exacerbação da trágica competição decorrente do conflito distributivo no bojo do orçamento público do Estado, conforme se constata nos dias hodiernos[480].

[480] Todos estes atores dotados de autonomia financeira se constituem, ao fim, em grupos de pressão que se mobilizam legitimamente para assegurar a sua parcela junto ao orçamento público do Estado, com vistas à manutenção de seu *status quo* de despesas decorrentes do exercício de suas competências constitucionais, mas, olvidando, por vezes, de demais

Atualmente, conforme já revelado, o total de recursos subtraídos da educação supera meio bilhão de reais por ano.

Acrescente-se que o chefe do Poder Executivo estadual, legítimo representante eleito pela população capixaba, perante a qual presta o ***"compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo"***, consoante dispõe o art. 81 da Constituição do Estado do Espírito Santo[481], torna-se responsável pela escolha consciente e conveniente de ignorar – sem qualquer questionamento – os normativos federais[482] que dispõem em sentido contrário aos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, optando por adimplir com uma norma criada no intuito específico de beneficia-lo, incorrendo, juntamente com os demais responsáveis pelos procedimentos mencionados, numa variante da denominada **Teoria da Cegueira Deliberada**. Sobre essa teoria, originária do Direito Penal, porém aplicável em outros ramos do Direito, esclarece Leonardo Fernandes dos Santos em artigo intitulado *"A Responsabilidade dos Pareceristas Jurídicos e a Teoria da Cegueira Deliberada"*[483]:

> A teoria em cotejo é de antiga aplicação no âmbito do direito inglês, sendo depois transportada ao direito norte-americano[484]. Iniciou-se, primeiramente, no direito penal, mas, ao que tudo indica, sua aplicação tem se expandido para outros ramos do direito.
>
> A teoria da cegueira deliberada prega que o agente que, intencionalmente, busca não saber de ilicitude da conduta praticada, criando uma verdadeira barreira intencional, acaba por ser tão responsável quanto, ou seja, também

---

despesas igualmente relevantes do conjunto da sociedade, titularizadas por atores sociais pouco competitivos que, infelizmente, se encontram distantes dos centros políticos de decisão para vocalizar seus interesses, a exemplo do segmento da educação pública (pais, alunos e educadores).

481 Art. 81 O Governador e o Vice-Governador do Estado tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição em sessão solene na Assembléia Legislativa, prestando compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo espírito-santense.

482
- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994;
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

483 Disponível em: http://www.apesp.org.br/comunicados/images/leonardofernandesdossantos_tese_17092014.pdf. Acesso em: 4 mai. 2016.

484 "Cf. ROBBINS, Ira P. **The Ostrich Instructions: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea**. *The Journal Of Criminal Law & Criminology*, Vol. 81, 1990-1991, p. 196." (nota de rodapé constante no documento original)

> concorre para o resultado. Também conhecida como **instruções de avestruz**, tal alcunha decorre do fato de que o agente acabaria por agir como um avestruz, enfiando a cabeça debaixo da terra a fim de não tomar conhecimento das ilicitudes que o circundam. A *willful blindness* sempre teve destaque, no âmbito do direito criminal, com a questão envolve os crimes de lavagem de dinheiro, nos quais, em geral, os terceiros que auxiliam a lavagem procuram desconhecer o caráter ilícito do dinheiro, mesmo quando assim fortemente previsível[485].
>
> Ocorre que, antes restrita ao âmbito penal, é possível notar a expansão do instituto da cegueira deliberada para outros ramos do direito. O caso mais emblemático, também de origem estadunidense, ocorreu em recente pronunciamento da Suprema Corte Americana, em 2011, no caso *Global-Tech Appliances*, Inc. v. SEB S.A (563, US), no qual a Suprema Corte Americana ratificou o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias no sentido de que a teoria da cegueira deliberada também é aplicável no âmbito dos casos civis. Justice Alito, que foi o relator do caso, assim dispôs em seu voto:
> [...]
>
> Conclui-se que – desde que afastadas quaisquer tentativas de responsabilização objetiva do parecerista – seria possível, ao menos do ponto de vista teórico, aceitar a ideia de que aquele que intencionalmente se blinda, a fim de não enxergar a ilicitude que o circunda, no seu exercício do seu mister profissional, também pode, na seara jus-administrativa, vir a ser responsabilizado. Resta saber, no entanto, se é possível extrair a hipótese da cegueira deliberada de uma cláusula geral de dolo ou se haveria necessidade de tipificação expressa, tema que carece de melhor desenvolvimento teórico.
>
> O dever de probidade do servidor público – mormente daqueles que ocupam carreiras de Estado e que lutam pela autonomia como forma justamente de aprimorar a defesa de atitudes probas do no âmbito da Administração Pública (vide a luta pela PEC 82) - não pode se coadunar com a cegueira deliberada. Como bem já apontava Antônio Vieira: *"(...) A cegueira que cega cerrando os olhos não é a maior cegueira; a que cega deixando os olhos abertos, essa é a mais cega de todas"*[486].

Por essas razões, o Ministério Público de Contas pugna pelo reconhecimento dos incidentes de prejulgado em comento, bem como para que este colendo Tribunal de Contas pronuncie-se no sentido **considerar *contra legem* a interpretação dos procedimentos da administração pública, trazidos por meio dos incidentes de prejulgado nº 1 e 2, bem como da norma jurídica editada por esta própria Corte**

[485] "A teoria, inclusive, foi objeto de discussão, ainda que em *obter dictum*, no âmbito da ação penal nº 470/STF, neste sentido, remetemos o leitor para: BOTTINI, Pierpaolo Cruz. A Cegueira Deliberada no Julgamento da Ação Penal 470. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2012-set-04/direito-defesa-tal-cegueira-deliberada-lavagem-dinheiro. Acessado em 02/08/2014. A teoria também foi aplicada no caso do furto à sede do Banco Central de Fortaleza, na qual comerciantes, proprietários de uma revenda de carros, venderam 11 veículos aos acusados da subtração, contribuindo para a lavagem. A sentença, depois, acabou sendo revertida pelo TRF 5." (nota de rodapé constante no documento original)

[486] "VIEIRA, Antonio. **Sermões (Parte I)**. Fundação Biblioteca Nacional, Domínio Público, p. 237." (nota de rodapé constante no documento original)

de Contas, ora submetida à nova interpretação por intermédio do incidente de prejulgado nº 3.

2.3.2.2 Incidente de Prejulgado nº 4: competência para apreciação e julgamento de atos privativos do chefe do Poder Executivo

Questiona a interpretação de norma jurídica atribuída pela 9ª Secretaria de Controle Externo e pelo Plenário do TCEES aos art. 63 e 64 da Lei Complementar estadual 282/2004[487], dispositivos que disciplinam o procedimento a ser adotado pelo Conselho de Administração do gestor único do RPPS do Estado do Espírito Santo para elaboração da proposta de abertura de crédito adicional suplementar destinado à cobertura do déficit financeiro do RPPS, em face do controle de legalidade aferido nos termos dos art. 2º e 3º da Instrução Normativa IN 28/2013[488] e dos pontos de

[487] Art. 63 - O Conselho Administrativo, órgão de deliberação e orientação superior do IPAJM, terá a participação dos segurados civis, militares e aposentados, com formação superior, de reconhecida capacidade e experiência comprovada, nas áreas de administração, economia, finanças, atuária, contabilidade, direito ou engenharia, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, com a seguinte composição:
[...]
Art. 64 - Compete ao Conselho Administrativo, dentre outras atribuições correlatas, as seguintes:
I - analisar e aprovar a proposta orçamentária anual do Instituto, encaminhada pelo Presidente Executivo, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
II - analisar e aprovar a proposta de abertura de crédito adicional, encaminhada pelo Presidente Executivo, sugerindo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;
III - analisar e deliberar sobre os programas de aplicações financeiras dos recursos dos fundos, bem como do patrimônio, submetidos pelo Presidente Executivo, propondo alterações que julgar necessárias para sua aprovação;

[488]
CAPÍTULO II
DAS CONTAS DO GOVERNADOR
Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 01** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.
CAPÍTULO III
DAS CONTAS DOS PREFEITOS
Art. 3º O conteúdo das contas a serem prestadas pelos Prefeitos Municipais, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio, pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 02** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Prefeito, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Prefeito abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Município, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo e Legislativo.

controle contidos em seu Anexo 11[489], aplicáveis às prestações de contas do governador e dos prefeitos, dos art. 29, 56, inciso XI, 70, 71, incisos I e II, e 73, todos da Constituição do Estado do Espírito Santo[490], alusivos à atividade

---

§ 2º O disposto neste artigo não exclui a obrigatoriedade de os ordenadores de despesas dos Poderes Executivo e Legislativo encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.
§ 3º Consoante ao disposto no parágrafo anterior, estão sujeitos à prestação de contas prevista no artigo 4º desta Instrução Normativa, em processo específico, sem prejuízo da prestação de contas prevista neste artigo, os Prefeitos que desempenhem a função de ordenador de despesas praticando atos de gestão.
§ 4º Os responsáveis pelas unidades gestoras desconcentradas por meio de lei deverão prestar contas individualmente na forma prevista no artigo 4º desta instrução normativa. (Redação dada pela IN nº 033/2014).
§ 5º Integrarão as tomadas e prestações de contas dos Prefeitos Municipais, para fins de apuração dos limites previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, os demonstrativos fiscais relacionados no Anexo 02 a que se refere o "caput" deste artigo, elaborados de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional em vigor para o exercício a que se refere a prestação de contas, observadas as seguintes disposições:
I – Os demonstrativos fiscais disponíveis para emissão através do sistema LRFWeb - regulamentado pela Resolução TC nº 193/2003 - deverão ser gerados e impressos através desse sistema, assinados pelo gestor, pelo controlador interno e pelo contabilista responsável, e enviados ao Tribunal de Contas na forma estabelecida pelo artigo 14 desta instrução normativa.
II – Os demonstrativos fiscais que não estejam disponíveis para emissão através do sistema LRFWeb, deverão ser gerados a partir do sistema informatizado utilizado pelo jurisdicionado ou através do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN ou outro que venha substituí-lo, assinados pelo gestor, pelo controlador interno e pelo contabilista responsável, e enviados ao Tribunal de Contas na forma estabelecida pelo artigo 14 desta instrução normativa.

489 **Anexo 11**
RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Ponto de controle	Base legal	Procedimento
Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.
Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
Autorização orçamentária para cobertura de déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.

490 Art. 29 A fiscalização financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
§ 2º - O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e o Presidente da Câmara devem, anualmente, prestar, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
§ 3º - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição do contribuinte, para exame e apreciação, podendo qualquer cidadão, nos termos da lei, questionar-lhes a legitimidade.
§ 4º - Fica o Poder Público Municipal obrigado a fornecer ao interessado, no prazo da lei, informações sobre quaisquer despesas ou receitas realizadas.
[...]
Art. 56 É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, além de zelar pela preservação da sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes:
[...]
XI - julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

fiscalizatória do Poder Legislativo, dos art. 42 e 43 da Lei federal 4.320/1964[491] e sua correspondente autorização legislativa contida na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014[492], e do art. 167, incisos V, VI e VIII, da Constituição Federal[493].

[...]
Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos Municípios e das entidades da administração direta e indireta dos seus Poderes constituídos, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmara Municipais, nas suas respectivas jurisdições, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.
Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou os Municípios respondam, ou que em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.
[...]
Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).
II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembléia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos; (Redação dada pela EC nº 74, de 30.11.2011 – DOE 1.12.2011).
[...]
Art. 73 A comissão permanente específica dos Poderes Legislativos Estadual e Municipais, diante de indícios de despesas não autorizadas ainda que sob a forma de investimentos não-programados ou de subsídios não aprovados, poderá, pela maioria absoluta dos seus membros, solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.
§ 1º - Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a comissão a que se refere o caput deste artigo solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de trinta dias.
§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública proporá à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal a sustação da despesa.

491 Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;
[...]

TÍTULO V
Dos Créditos Adicionais

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
[...]

492 Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:
I – até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total da Lei Orçamentária, de acordo com o disposto no § 4º do artigo 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.067/13, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17.3.1964;
[...]

493 Art. 167. São vedados:
I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

De acordo com a interpretação singular conferida pelo TCEES, a aferição da legalidade dos decretos que abrem créditos suplementares, atos de competência **privativa** dos chefes dos Poderes Executivos estadual e municipais, não deve ser objeto de análise na prestação de contas anual do governador e dos prefeitos, mas sim na prestação de contas dos ordenadores de despesas solicitantes da suplementação de recursos orçamentários.

Esse entendimento permite, por exemplo, que eventuais irregularidades constatadas em atos de competência **privativa** e **indelegável** dos chefes dos Poderes Executivos não sejam incluídas no Parecer Prévio emitido pelo TCEES e, portanto, deixem de ser submetidas a análise e julgamento por parte do respectivo **Poder Legislativo**, uma vez que as irregularidades seriam direcionadas, injusta e ilegitimamente, para julgamento apenas por parte do **TCEES** nas prestações de contas anuais dos ordenadores de despesas, processos, por óbvio, de relevância secundária em relação ao do chefe do Poder Executivo estadual.

Esse procedimento de se evitar incluir na prestação de contas anual dos chefes dos Poderes Executivos as irregularidades aferidas pelo TCEES no curso do exercício financeiro em processos de fiscalização ordinária, a exemplo dos Relatórios de

---

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;
IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
[...]

Gestão Fiscal (RGF) e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO), também priva os Poderes Legislativos – juízes naturais do feito - de apreciar e julgar essas irregularidades nos autos das prestações de contas anuais do governador e dos prefeitos. Por esse motivo, por meio do Parecer PPJC 3684/2015, o Ministério Público de Contas pediu a inclusão no parecer prévio sobre as contas do governador de 2014 do resultado das fiscalizações realizadas pelo TCEES nos processos atinentes às leis orçamentárias (LDO e LOA), bem como dos instrumentos de transparência pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quais sejam, Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçametária (RREO), pleitos não atendidos até o momento.

2.3.2.2.1 Dos requisitos de admissibilidade para o incidente de prejulgado nº 4

Para o incidente de prejulgado nº 4, a **relevância da matéria de direito** está evidenciada por meio da afronta às normas federais e estaduais que disciplinam a matéria de forma diversa, principalmente por privar os Poderes Legislativos de analisar a legalidade dos atos de competência privativa dos chefes dos Poderes Executivos, e de aferir, com isso, o correto adimplemento à autorização conferida pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de créditos suplementares. Por seu turno, a **aplicabilidade de forma geral** do prejulgado deriva do fato de que tanto o Estado quanto os municípios, bem como suas respectivas unidades gestoras e orçamentárias, serão alcançados pelo precedente de caráter normativo, evitando-se, com isso, que a verificação quanto à correta alocação dos recursos públicos por parte dos chefes dos Poderes Executivos seja usurpada da apreciação da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais

2.3.2.2.2 Dos fundamentos para o incidente de prejulgado nº 4

Este incidente de prejulgado possui relação com a preliminar de mérito do **Parecer PPJC 3684/2015**, por meio da qual o *Parquet* de Conta pleiteou a reabertura da

instrução processual com o objetivo de que os decretos que realizaram movimentação orçamentária indevida do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro fossem simplesmente incluídos na análise da prestação de contas anual do governador:

> O Ministério Público de Contas pugna a este Tribunal de Contas, **em sede de preliminar de mérito**, que:
>
> **a)** Por constituir matéria prejudicial à apreciação desta prestação de contas anual do Governador, **submeta a julgamento** por parte do Plenário, como **primeira preliminar a ser analisada**, o **Processo TC 6099/2015**, referente ao Requerimento formulado em 07/05/2015 por meio do qual o Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 3º, incisos I, II, IV e VI, da Lei Complementar Estadual nº 451/2008105, formulou os seguintes pedidos:
>
> **d)** Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:
>
> **III. PREVIDÊNCIA SOCIAL:** Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem **R$ 245.725.000,00106** (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:
>
> - Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004;
> - Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964;
> - Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008;
> - Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008;
> - Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN.

Desse modo, sua instauração se reporta aos argumentos utilizados no **Parecer Prévio TC 50/2015** para impedir que a análise dos decretos que promoveram a movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, constatada pela área técnica do TCEES, fosse incluída na prestação de contas anual do chefe do Pode Executivo.

Conforme sustentado alhures neste Recurso de Reconsideração, apenas o chefe do Poder Executivo possui competência constitucional e legal para alterar a estrutura do orçamento - previamente aprovado pelo Parlamento nos moldes da Lei Orçamentária Anual (LOA) -, por intermédio da expedição de decretos que abrem créditos adicionais, em quaisquer de suas modalidades (complementares, especiais e extraordinários). Por esse motivo, o Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013, aplicável à prestação de contas do governador e às dos prefeitos por força dos art. 2º e 3º[494] da citada instrução normativa, contempla pontos de controle específicos sobre a análise de decretos a ser empreendida pelo controle interno do Poder

494

CAPÍTULO II
DAS CONTAS DO GOVERNADOR

Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 01** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.

§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

CAPÍTULO III
DAS CONTAS DOS PREFEITOS

Art. 3º O conteúdo das contas a serem prestadas pelos Prefeitos Municipais, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio, pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 02** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Prefeito, contendo os elementos indicados no **ANEXO 11** que integra esse normativo.

§ 1º As contas apresentadas pelo Prefeito abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Município, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 2º O disposto neste artigo não exclui a obrigatoriedade de os ordenadores de despesas dos Poderes Executivo e Legislativo encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

§ 3º Consoante ao disposto no parágrafo anterior, estão sujeitos à prestação de contas prevista no artigo 4º desta Instrução Normativa, em processo específico, sem prejuízo da prestação de contas prevista neste artigo, os Prefeitos que desempenhem a função de ordenador de despesas praticando atos de gestão.

§ 4º Os responsáveis pelas unidades gestoras desconcentradas por meio de lei deverão prestar contas individualmente na forma prevista no artigo 4º desta instrução normativa. (Redação dada pela IN nº 033/2014).

§ 5º Integrarão as tomadas e prestações de contas dos Prefeitos Municipais, para fins de apuração dos limites previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, os demonstrativos fiscais relacionados no Anexo 02 a que se refere o "caput" deste artigo, elaborados de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional em vigor para o exercício a que se refere a prestação de contas, observadas as seguintes disposições:

I – Os demonstrativos fiscais disponíveis para emissão através do sistema LRFWeb - regulamentado pela Resolução TC nº 193/2003 - deverão ser gerados e impressos através desse sistema, assinados pelo gestor, pelo controlador interno e pelo contabilista responsável, e enviados ao Tribunal de Contas na forma estabelecida pelo artigo 14 desta instrução normativa.

II – Os demonstrativos fiscais que não estejam disponíveis para emissão através do sistema LRFWeb, deverão ser gerados a partir do sistema informatizado utilizado pelo jurisdicionado ou através do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN ou outro que venha substituí-lo, assinados pelo gestor, pelo controlador interno e pelo contabilista responsável, e enviados ao Tribunal de Contas na forma estabelecida pelo artigo 14 desta instrução normativa.

Executivo e pelo TCEES, tendo por base legal o art. 167 da Constituição Federal[495] e os art. 42 e 43 da Lei federal 4.320/1964[496] e sua correspondente autorização legislativa contida na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014[497]:

---

[495] Art. 167. São vedados:
I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;
IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
[...]

[496] Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:
I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;
[...]

TÍTULO V
Dos Créditos Adicionais

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
[...]

[497] Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:
I – até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total da Lei Orçamentária, de acordo com o disposto no § 4º do artigo 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.067/13, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17.3.1964;
[...]

	afetação das metas fiscais.		decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	
	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	
	Execução de despesas – créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	
	Execução de despesas – vinculação	CRFB/88, art. 167, inciso IV.	Avaliar se houve vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.	
	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	
	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	
	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	
	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	

Apesar de os pontos de controle constarem em Instrução Normativa do próprio TCEES, tendo por base legal legislação federal de observância obrigatória por todos os órgão de controle externo da federação, a interpretação dada pelo TCEES aos art. 63 e 64 da Lei Complementar estadual 282/2004, em face da legislação paradigma, frustra o controle externo realizado pelo Poder Legislativo estadual na medida em que retira da prestação de contas anual do governador sua competência para apreciar os atos privativos de movimentação orçamentária, autorizados pelo próprio parlamento na Lei Orçamentária Anual (LOA), transferindo, paradoxalmente, e de maneira injusta e ilegítima, para a prestação de contas das unidades gestoras a análise de ato **privativo** e **indelegável** do chefe do Poder Executivo.

Em regra, o procedimento interno de cada unidade gestora, por meio do qual se afere a necessidade de solicitação de abertura de crédito suplementar para suprir um aumento imprevisto da despesa, resulta apenas em uma **proposta** a ser enviada ao chefe do Poder Executivo, cujo atendimento depende de fatores que escapam à responsabilidade dos gestores solicitantes, a exemplo da disponibilidade de recursos, da correta realocação de recursos orçamentários, na qual se inclui utilização da reserva de contingência dentro dos limites legais.

Por sua vez, no âmbito da administração direta do Poder Executivo origina-se um segundo procedimento que inclui a participação de diversos órgãos, normalmente responsáveis pelo planejamento e controle do orçamento, pelas finanças do ente, bem como pela análise jurídica do procedimento de abertura de crédito suplementar e da minuta do respectivo decreto. Esse procedimento, de natureza independente do que possa existir no âmbito da unidade gestora solicitante, conquanto possa ser instrumentalizado nos mesmos autos em que fora solicitado o crédito suplementar, não é capaz de transferir a responsabilidade do chefe do Poder Executivo para a prestação de contas dos ordenadores de despesa.

Se prevalecer a tese sustentada pela 9ª Secretaria de Controle Externo de que a responsabilidade pela abertura dos créditos adicionais deve ser aferida na prestação de contas do poder, órgão ou entidade solicitante, **nenhum decreto de abertura de crédito adicional seria analisado na prestação de contas do governador do Estado,** hipótese que, além de frustrar a aplicação do art. 167 da Constituição Federal, dos art. 42 e 43 da Lei Federal 4.320/1964, e da própria Instrução Normativa IN 28/2013, blindaria o chefe do Poder Executivo da responsabilidade por eventuais irregularidades identificadas na prestação de contas anual ou em outros procedimentos fiscalizatórios, inclusive quanto à possibilidade de imputação dos crimes de responsabilidade relacionados nos art. 10, itens 2, 3, 4 e 6, e art. 11, itens 1 e 2 da Lei federal 1.079/1950[498], além de usurpar da competência do Poder

[498] Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:
[...]
2 – Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;

Legislativo estadual - juiz natural destinatário da prestação de contas do governador -, para o julgamento de atos privativos do chefe do Poder Executivo, mormente quando delineada a possibilidade de descumprimento do art. 6º, inciso I, da Lei Orçamentária Anual (LOA) e 2014, Lei estadual 10.164/2014, combinado com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal 4.320/1964[499]:

> Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:
>
> I – até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total da Lei Orçamentária, de acordo com o disposto no § 4º do artigo 17, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.067/13, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17.3.1964;
>
> II – a conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do inciso II, § 1º, e §§ 3º e 4º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
>
> III – a conta de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2013, nos termos do inciso I, § 1º, e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
>
> IV – a conta do produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, conforme inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
>
> V – com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:
>
> a) amortização e encargos da dívida;
>
> b) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa, desde que mantido o mesmo valor aprovado para cada Poder;
>
> VI - anulando a reserva de contingência, para utilizar como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares.

A título de exemplo de movimentação orçamentária que não seria analisada na prestação de contas anual do governador, nem pelo TCEES nem pelo Poder

---

3 – Realizar o estorno de verbas;
4 – Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.
[...]
6 – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:
1 – ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observâncias prescrições legais relativas às mesmas;
2 – Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;
[...]

499 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)
[...]
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Legislativo estadual, transcreve-se o inteiro teor do **Decreto 603-S**, de 02 de maio de 2016, publicado na edição de 03/05/2016 do Diário Oficial dos Poderes do Estado, por meio do qual o atual governador do Estado do Espírito Santo Paulo Cesar Hartung Gomes, *"no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual"*[500], e *"tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso III da Lei Nº 10.492*[501]*, de 15 de janeiro de 2016, e o que consta do* ***Processo Nº 73516040"***, abre à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Sesport) crédito suplementar no valor de **R$ 8.123.723,67** (oito milhões, cento e vinte e três mil, setecentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos):

DECRETO Nº 603-S, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Abre à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer o Crédito Suplementar no valor de R$ 8.123.723,67 em recursos da fonte 0342 - Operações de Crédito Internas - Superávit Financeiro e da fonte 0359 - Transferências Financeiras a Fundos - Superávit Financeiro, para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso III da Lei Nº 10.492, de 15 de janeiro de 2016, e o que consta do Processo Nº 73516040;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer o Crédito Suplementar no valor de R$ 8.123.723,67 (oito milhões, cento e vinte e três mil, setecentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, da fonte 0142 - Operações de Crédito Internas e da fonte 0159 - Transferências Financeiras a Fundos, do Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo.

---

500 Art. 91 Compete privativamente ao Governador do Estado:
[...]
III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

501
CAPÍTULO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:
[...]
III - à conta de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso I do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Anchieta, em Vitória, aos 02 de maio de 2016, 195º da Independência, 128º da República e 482º do início da Colonização do Solo Espiritossantense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado
REGIS MATTOS TEIXEIRA
Secretário de Estado de Economia e Planejamento
ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda
GUERINO LUIZ ZANON
Secretário de Estado de Esportes e Lazer

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
39.000 39.901	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
27.811.0159.2061	MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO ESTADUAL KLEBER ANDRADE Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	3.3.90	0359	123.723,67
27.812.0159.1176	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA Obras e instalações Equipamentos e material permanente	4.4.90	0342	8.000.000,00
		TOTAL		8.123.723,67

Em consulta ao portal do Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP) do governo do Estado, a abertura do referido crédito suplementar decorreu de solicitação formulada pela unidade gestora solicitante, qual seja, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sesport), no valor total de **R$ 15.605.007,60** (quinze milhões, seiscentos e cinco mil, sete reais e sessenta centavos):

SEP

Quinta-feira, 05 de maio de 2016

Consultar Processo: 73516040 OK

Processo:	**73516040** autuado em **29/02/2016 15:05:42**
Interessado(s):	**SESPORT - GPO**
Assunto:	**SOLICITACAO**
Resumo:	**CRÉDITO SUPLEMENTAR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R$ 15.605.007,60.**
Situação:	**EM ANDAMENTO**
Último andamento:	Data: **03/05/2016 09:00:00** Órgao: **SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO** Setor: **GABINETE DO SECRETARIO**
Municipio:	**VITÓRIA**

Sistema Eletrônico de Protocolo
© 2016 PRODEST - Direitos Reservados.

Prodest

Registre-se que a sugestão de se remeter a aferição da legalidade dos atos de competência **privativa** e **indelegável** do chefe do Poder Executivo para apreciação na prestação de contas dos ordenador

es de despesas tem como consequência adicional diferir a análise de eventuais irregularidades para momento posterior à apreciação das contas pelo TCEES e pelo Poder Legislativo, impossibilitando sua inclusão tempestiva para fins de emissão de Parecer Prévio e de julgamento por parte do parlamento. No caso da prestação de contas anual de 2014, tendo em vista o cumprimento do prazo constitucional para apreciação e emissão do Parecer Prévio por parte do TCEES, resta prejudicado o argumento utilizado pelo Plenário do TCEES quanto à impossibilidade de reabertura da instrução processual.

Logo, a interpretação singular atribuída pela 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES aos art. 64 e 65 da Lei Complementar estadual 282/2004, afastando a competência deste órgão de controle externo e do Poder Legislativo estadual de, respectivamente, apreciar e julgar tempestiva os atos privativos do chefe do Poder Executivo estadual no bojo da sua prestação de contas anual, posicionamento que não se harmoniza com o que dispõem os art. 71, inciso I, e art. 91, inciso III, da Constituição do Estado do Espírito Santo[502], o art. 42 da Lei federal 4.320/1964[503], o art. 72, § 1º, da Lei Complementar estadual 621/2012[504], o art. 105 do Regimento Interno do TCEES[505], e o art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013[506], autoriza este

[502] Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).
[...]
Art. 91 Compete privativamente ao Governador do Estado:
[...]
III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

[503] Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

[504] Art. 72. As contas anuais do Governador serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento.
§ 1º A composição das contas a que se refere o caput observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas.
§ 2º As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal de Contas.

[505] Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.

Parquet de Contas a instaurar o presente incidente de prejulgado com o objetivo de solucionar a questão controvertida, pugnando para que este Tribunal de Contas confira aos art. 64 e 65 da Lei Complementar estadual 282/2004 interpretação conforme a legislação federal e estadual que disciplina o controle externo dos atos privativos do chefe do Poder Executivo, deixando de prevalecer o entendimento exarado no Parecer Prévio TC 50/2015, segundo o qual os decretos que abrem créditos suplementares devem ser analisados na prestação de contas da unidade gestora solicitante, impossibilitando que o Poder Legislativo verifique, por meio da prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo, o exato cumprimento da autorização conferida na Lei Orçamentária Anual (LOA) para movimentação orçamentária.

2.3.2.3 Incidente de Prejulgado nº 5: responsabilidade fiscal pelas despesas com pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas

Questiona a interpretação de norma jurídica atribuída pelo TCEES aos art. 18, 19 e 20 da Lei Complementar federal 101/2000[507], Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),

---

§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade de os ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres para julgamento.
§ 3º A composição das contas a que se refere o caput, observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal.
§ 4º As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados no ato normativo previsto no parágrafo anterior.

506 Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do ANEXO 01 desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no ANEXO 11 que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

507 **Seção II**
Das Despesas com Pessoal

Subseção I
Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
I - União: 50% (cinqüenta por cento);
II - Estados: 60% (sessenta por cento);
III - Municípios: 60% (sessenta por cento).
§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:
I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;
II - relativas a incentivos à demissão voluntária;
III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;
VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:
a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.
§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
I - na esfera federal:
a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)
d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;
III - na esfera municipal:
a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.
§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.
§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:
I - o Ministério Público;
II - no Poder Legislativo:
a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;
b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;
c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;
d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
III - no Poder Judiciário:
a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;
b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.
§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

em face da **Decisão TC 006/2001** e **Resolução TC 189/2003**, normativos deste órgão de controle externo utilizados pelo Poder Executivo para justificar a inclusão indevida no seu limite de despesas com pessoal de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do próprio Tribunal de Contas.

2.3.2.3.1 Dos requisitos de admissibilidade para o incidente de prejulgado nº 5

Para o incidente de prejulgado nº 5, a **relevância da matéria de direito** está evidenciada por meio da patente afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual estabelece os limites e a fórmula de cálculo das despesas com pessoal de todos os entes da federação, incluindo sublimites específicos para cada um dos Poderes e órgão autônomos, disciplina jurídica diversa da contida na Decisão TC 006/2001 e na Resolução TC 189/2003. Lado outro, a **aplicabilidade de forma geral** do prejulgado dá-se em razão do próprio alcance da LRF, aplicável a todos os entes da federação, conquanto os mencionados normativos do TCEES se reportem, especificamente, a todos os Poderes e órgãos autônomos do Estado do Espírito Santo, circunstância que também evidencia sua aplicabilidade de forma geral no âmbito estadual.

Desse modo, colaciona-se a seguir os fundamentos jurídicos para os mencionados incidentes de prejulgado.

2.3.2.3.2 Dos fundamentos para o incidente de prejulgado nº 5

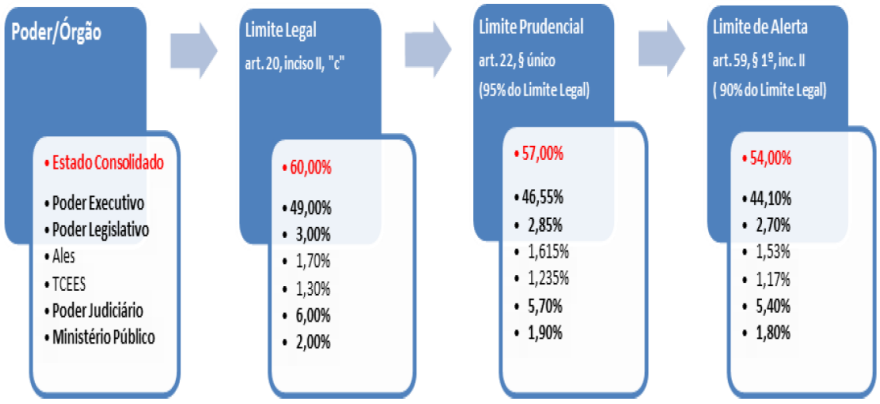
---

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).
§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.
§ 6º (VETADO)

Este incidente de prejulgado relaciona-se com o item 3.2, alínea "b", do **Parecer PPJC 3684/2015**, mediante o qual este *Parquet* de Contas se manifestou pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação da prestação de contas anual do governador em razão da inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal **do Poder Executivo** de parte das despesas com pessoal **dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas**, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS):

> **3.2 MÉRITO**
>
> Quanto ao mérito, caso este colendo Tribunal de Contas delibere pelo não acolhimento dos pedidos de sobrestamento do feito para complementação da análise por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e reabertura da instrução processual, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no MS 3367, por não restar alternativa, o Ministério Público de Contas pugna pela emissão de Parecer Prévio **CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, **no estado em que ela se encontra**, elaborada pelo seu sucessor, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, pelos seguintes motivos:
>
> [...]
>
> **b)** Inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, procedimento que afronta os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, ocasionado, dentre outras consequências, a apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo das verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de pareceres atinentes aos limites de alerta, nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF, em descompasso com as orientações emanadas pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

Como é de praxe na análise da prestação de contas anual do governador, por ocasião da análise das despesas com pessoal o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 fez menção à base normativa utilizada em sua metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal de todos os Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo[508]:

> **5.3.4 ANÁLISE DOS DEMOSTRATIVOS DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO 1 DO RGF - LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")**
>
> A Constituição Federal, em seu artigo 169, estabelece que "a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".
>
> A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 19, fixa o Limite Máximo da despesa total com pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL). Esses percentuais oscilam de acordo com o Ente ou órgão como impõe o art. 20. No Parágrafo único do artigo 22, a LRF estabelece o Limite Prudencial, que corresponde a 95% do valor do Limite Máximo, e, no inciso II do § 1º do artigo 59, dispõe sobre o Limite de "Alerta", que equivale a 90% do limite máximo. O Quadro 5.3.4 resume os percentuais por Poder/Órgão.
>
> **Quadro 5.3.4 – Limites da LRF para as Despesas com Pessoal**
>
> 
>
>
> **Fonte: LRF.**
>
> O Demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá conter os valores da despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos 12 (doze) meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, as despesas não computadas para fins de verificação do limite, despesa líquida com pessoal, percentual da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.

[508] Fl. 361 do Processo TC 6016/2015.

> O Demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá ser elaborado pelos Poderes Executivo, Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário, e o Ministério Público.
>
> Destaca-se que, **por determinação da Decisão Plenária TC 006/2001 c/c Resolução TC nº 189/2003**, para fins de apuração da Despesa com Pessoal, **os recursos financeiros para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas somente são computados no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo**. (grifou-se)

Ainda acerca do tema, assim se posicionou o conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:

> Destaco que corroboro o entendimento exposto no Relatório Técnico, de que embora a LRF não exclua no cômputo de pessoal de cada ente o aporte financeiro realizado ao RPPS, este deveria ser registrado e computado na despesa com pessoal do Executivo, conforme orientação emanada deste Tribunal de Contas, na Decisão Plenária 006/2001, ainda vigente.
>
> Logo, acaso implementadas tais medidas sem a precedência de um estudo e, em especial, um **período de adequação**, seriam desmedidos os reflexos maléficos que **inviabilizariam de imediato o Poder Judiciário e Ministério Público**, podendo, em um futuro próximo, também se tornar inexequíveis outros entes que compõem a Administração Pública.

A flagrante ilegalidade dessa premissa metodológica decorre do entendimento da Comissão Técnica que analisa a prestação de contas anual do governador de que as normas administrativas expedidas por esta Corte de Contas possuem caráter vinculante e insusceptível de qualquer questionamento, mesmo que os normativos do TCEES façam letra morta da legislação federal que disciplina a matéria, *in casu*, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A seguir, apresentam-se os fundamentos para o presente incidente de prejugaldo, extraídos do **Parecer PPJC 3684/2015**, emitido na prestação de contas anual do governador de 2014, bem como dos **Pareceres PPJC 5218/2015**, **PPJC 5219/2015** e **PPJC 5220/2015**, emitidos, respectivamente, nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2015 do Poder Judiciário (Processo TC 6492/2015), do Ministério Público Estadual (Processo TC 6493/2015) e do Poder Legislativo (Processo TC 6269/2015), todos incluídos como anexo deste Recurso de Reconsideração.

Inicialmente, o **Parecer PPJC 3684/2015** abordou a questão nos seguintes termos[509]:

> **2.3 Das Despesas com Pessoal**
>
> Analisando os Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, publicados nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre 2014, colacionados a seguir, percebe-se a adoção de procedimentos distintos no registro dessas despesas, à luz do que preconizam os art. 18 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[510]:

Poder ou Órgão	Total da Despesa Bruta com Inativos e Pensionistas em 2014
Executivo	2.163.211.940,78
Legislativo	6.149.673,26[511]
Judiciário	-
Ministério Público	-
Tribunal de Contas	-

> Observa-se que os Poderes Legislativo (vide nota de rodapé) e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não declaram despesas com seu pessoal inativo e pensionistas, procedimento não amparado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
>
> A situação inusitada foi em parte objeto de consulta jurídica formulada por parte da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), mediante Nota Técnica nº 008/2013, respondida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) nos autos do Processo SEP nº 63761688, datado de 30/05/2014, nos seguintes termos:

---

509 Fl. 733 a 749 do Processo TC 6016/2015.

510 Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: **o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas**, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
[...]
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

511 Despesas referentes ao pagamento de benefícios previdenciários do extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE), não incluindo servidores vinculados ao RPPS do Estado do Espírito Santo.

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

PROCESSO nº 64634051

PARECER

Análise jurídica . "Aporte" financeiro pelo Poder Executivo Estadual para fins de contabilização das despesas de pessoal – inativos e pensionistas – do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Considerações.

Senhor Subprocurador Geral para Assuntos Administrativos,

1. Cuida-se de análise jurídica do procedimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TC/ES, que com base na "decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, passou a incluir a partir de análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, o que acabou por onerar os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal LRF"[1].

O objeto da análise em referência é o mesmo constante do processo Nº 63761688, que tem por órgão consulente a SECONT, pelo que

[1] OF/SEFAZ/GABSEC/ Nº 393/2013, fl.01

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

os fundamentos aqui apresentados serão, da mesma forma, reproduzidos naquela consulta, mediante juntada do presente parecer, que segue apenso ao despacho lá constante.

Juntada às fls. 05/16 Nota Técnica nº 008/2013 da SECONT, em que essa procede a análise da Decisão TC-1297/2013, referente ao Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º quadrimestre de 2012, concluindo que: a decisão e resolução do TCEES é contrária a proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (cópia às fls. 21/30), pelo que pode – dado ser o "aporte" crescente a cada ano – comprometer os limites de pessoal definidos na LRF, recomendando a análise desta PGE acerca do tema.

Fora juntada ainda à fl. 17, cópia da Decisão Plenária do TC, nº 006/2001, que acaba por estabelecer um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000 deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Anexada aos autos ainda cópia da Resolução nº 189/2003, que disciplina o tratamento a ser dado ao aporte financeiro de que trata a Lei complementar Estadual Nº 263/2003 (que fora, diga-se, revogada pela Lei Complementar nº282/2004).

É o relatório, no essencial.

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

2. Inicialmente, destaco que a análise aqui colacionada por esta PGE, limitar-se-á apenas às questões jurídicas constantes da consulta formulada, não sendo nossa a responsabilidade das questões técnicas ou contábeis vinculadas ao objeto da consulta, bem como as de conveniência e oportunidade emitidas pelos Agentes Públicos vinculados aos autos em epígrafe.

Dito isso, passa-se a análise dos pontos jurídicos propriamente ditos. Conforme consubstanciado no Ofício enviado pelo Secretário de Estado da Fazenda, que aponta o início da adoção da metodologia, pelo Tribunal de Contas do Estado[2], *"a partir da análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, onerando, desta forma, os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF"*.

Cumpre esclarecer, inicialmente – para fins de resposta a consulta posta –, com base nos conceitos extraídos da Lei Complementar 101/2000, a definição de Despesa Total com Pessoal.

> ***Lei Complementar n.º 101/2000:***
>
> *"Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies*

[2] Consubstanciado da decisão plenária TC-006/2001 e na Resolução TC-189/2003.

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

63

remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência." (grifo nosso)

Assim, temos que mencionada lei define DTP – Despesa Total com Pessoal como a soma de todas as espécies remuneratórias gastas com ativos, inativos e pensionistas. O conceito, em termos brutos, tem caráter meramente exemplificativo, como se denota pela utilização das expressões abertas "com quaisquer espécies remuneratórias", "tais como" e "vantagens pessoais de qualquer natureza", que tem o claro objetivo de evitar burlas decorrentes da criação de novas terminologias. O princípio, assim, é o da prevalência, da essência, sobre a forma.

A partir do texto da lei, que é explicito quanto a inclusão, resta inadmissível a exclusão de inativos e pensionistas do conceito de DTP, pelo que, desde já, firmo meu entendimento contrário ao do explicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Noutros Estados (em entendimentos, inclusive, já superados), procedeu-se a exclusão dos pensionistas no conceito de DTP mediante utilização do argumento de que os pensionistas não são explicitamente citados no art. 169 da Constituição Federal. Este, assim dispõe:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (destaquei)

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: http://www.pge.es.gov.br

Tal entendimento não encontra amparo dado que a LRF é a lei complementar que estabelece os limites para a DTP e fica patente que, ao remeter o tema para lei complementar, o legislador constituinte entendeu desnecessário alongar-se em considerações conceituais, posto que se a lei complementar pode estabelecer os limites, pode também conceituar a despesa, para que não reste dúvida quanto a que itens considerar. Parte-se do pressuposto de que quem pode o mais, pode o menos.

Temos que as despesas com inativos e pensionistas estão inseridas no conceito do gênero finanças públicas, cujas normas gerais a Constituição reservou à lei complementar, consubstanciada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se a regulamentação tivesse sido por meio de lei ordinária, poder-se-ia questionar o instrumento jurídico, como, por exemplo, ocorreu com o limite de inativos previsto no § 1° do art. 2° e Art. 2°-A da Lei n.° 9.717/1998, revogados pela Lei n.° 10.887/2004, após o Supremo Tribunal Federal-STF ter se pronunciado na ADI 2238, *in verbis*:

> *Prosseguindo no julgamento, o Tribunal conferiu interpretação conforme à Constituição Federal ao inciso II do art. 21 da LC 101/2000 ("Art. 21 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: ... II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo."), para que se entenda como "limite legal" o previsto em lei complementar.*[3] *(destaquei)*

Necessário se destacar, inclusive, que foi nesse mesmo sentido que a LRF **estabeleceu limites por Poder e órgão**, aspecto que

[3] *Informativo STF n.° 297 – ADI 2238, em 12/02/2003.*

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

já foi objeto de questionamento no STF por ocasião da mesma ADI 2238. Na oportunidade, o STF não concedeu liminar para fins de suspensão do art. 18 da LRF, pois não vislumbrou inconstitucionalidade no dispositivo.

Importante destacar que mencionado argumento utilizado para a exclusão indevida de pensionistas não é utilizado para as demais despesas citadas no artigo 18 da LRF, o que sugere o caráter casuístico da alegação, para fins de adequação aos limites estabelecidos na lei complementar. Há que se ressaltar, também, que a LRF é também a lei complementar a que se refere o artigo 163 da Constituição, que cito:

> *Art. 163. Lei complementar disporá sobre:*
> *I - finanças públicas;*
> *II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;*
> *III - concessão de garantias pelas entidades públicas; (...)*

Dito isto, importa frisar, ainda, que em diversas passagens da Constituição o legislador utiliza o termo "inativo" como gênero que contempla as espécies aposentados e pensionistas. A redação do artigo 234 da Constituição não deixa dúvida que a União **não pode assumir** despesas com inativos, tampouco com pensionistas dos Estados que forem criados, até porque tal possibilidade careceria de razoabilidade jurídica. Assim, a título de exemplo merecem citação os artigos 29-A e 234 da Constituição Federal:

> *Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos* ***os gastos com inativos****, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das*

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 25, de 2000) (...)

*Art. 234. **É vedado à União**, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a **despesas com pessoal inativo** e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.* (grifei e destaquei)

Assim, ao estabelecer normas gerais de finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal pode tratar de quaisquer matérias nesse escopo, que não poderia deixar de incluir as despesas com pessoal, com todos os itens que a compõem, pela importância que tem essa variável para o equilíbrio das finanças públicas. Por essas razões, é de se entender como descabida a exclusão de pensionistas do conceito de DTP.

Tal prática, destaque-se, sequer é adotada no âmbito do Estado do Espírito Santo, ao menos não é manifesta na consulta formulada. Importa, contudo, desde já, explicitar tais fundamentos, dado que colaboram para o entendimento firmado face ao objeto da consulta.

Como se vê, ao incluir inativos e pensionistas no conceito de DTP, a Lei de Responsabilidade Fiscal abarcou benefícios tipicamente previdenciários, de caráter contributivo, definidos nas normas gerais de previdência. Fica claro, assim, que todos os benefícios previdenciários devem integrar a DTP, juntamente com a despesa com inativos e pensionistas.

Patente, portanto, pela simples leitura do artigo 18, que não há fundamentação para a exclusão de inativos e pensionistas do

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

conceito de DTP, dado que não constantes das exceções apontadas no artigo 19, §1º, da Lei Complementar 101/2000. **No presente feito, resta evidenciada essa premissa, recaindo o questionamento sobre quem recai a responsabilidade por "contabilizar" a despesa.**

Ao tratar esse ponto, importa destacar que a LRF não apenas fixou o limite global para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas, sobretudo, cuidou de repartir taxativamente os limites **entre os Poderes e órgãos com autonomia funcional, administrativa e financeira** conferida na forma da Constituição, com redação dada pela Emenda 19/1998 (§§ 3º e 4º do art. 169) e fixou o prazo de até dois quadrimestres para recondução ao limite na hipótese de descumprimento, conforme previsto nos artigos 20 e 23 da LRF. Para fins de adequado equilíbrio das contas públicas, há a necessidade de um teto legal às despesas com pessoal dos poderes e órgãos autônomos e das instituições independentes para a contenção da expansão do gasto público. Cito:

> *Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*
> *(...)*
> *II - na esfera estadual:*
> *a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;*
> *b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;*
> *c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;*
> *d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;*
> *(...)*

Como vemos, agiu adequadamente o legislador complementar, visto que a geração de despesas com pessoal decorre da prática de ato de gestão que pressupõe autonomia administrativa e financeira constitucionalmente assegurada a Poderes e órgãos, como ocorre com a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

Público, e o Tribunal de Contas, todos do Estado do Espírito Santo. Indubitavelmente o controle da despesa com pessoal previsto nos §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição passa pela adoção de providências que dependem apenas da iniciativa privativa do titular de cada órgão com Poder de autogoverno.

Em razão disso, estabeleceu-se na Lei de Responsabilidade Fiscal que, nos Poderes Judiciário e Legislativo, os limites são repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida (artigo 19). Ressalte-se, também aqui, que da mesma forma que o artigo 18, o artigo 20 da LRF já foi liminarmente apreciado pelo STF na ADI 2238/2000, que negou sua suspensão.

Desta feita, resta inadmissível o entendimento que adota a prática (chamada) "condominial" para aposentados e pensionistas, de forma a remeter ao Executivo Estadual a despesa que é afeta a um poder ou órgão determinado. Tal prática não coaduna com a lógica jurídica insculpida na LRF. Vejamos o que dispõe o artigo 20 da Lei em referência:

> *§ 1° Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.*
> *(...)*
> *§ 3° Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1°.*
> *§ 4° Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).*

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

Para que não reste dúvida ou surjam argumentos despropositados nesse sentido, desde já importa salientar que não pretendeu o legislador no §5° do artigo 20, acima citado, admitir que a Lei de Diretrizes Orçamentárias pode estabelecer repartição dos limites diferente da LRF, ou em outras palavras, limites por Poder e órgão maiores que os estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui, a intenção do legislador foi abrir a possibilidade de que se estabelecessem limites ainda mais **restritivos** na LDO, posto que esta não tem poderes para estabelecer limites superiores aos estatuídos pela lei complementar prevista constitucionalmente como o instrumento para fazê-lo.

Da leitura das informações constantes do presente processo, é de se verificar que as razões que deram sustento a medida adotada pelo TCES a partir do 2° quadrimestre de 2012 consta de dois instrumentos: 1) Decisão Plenária TC-006/2001; 2) Resolução TC-189/2003.

Ao se proceder a análise de um e de outro instrumento, é de se verificar que **nenhum deles dão azo a prática agora adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**.

A Decisão Plenária TC-006/2001, como dito no relatório da presente manifestação, estabeleceu um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

27
637616

deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Ou seja, mencionada decisão, ainda que tivesse amparo na LRF – que, com todo respeito ao entendimento perfilhado pelo TCES, não há, a meu ver, conforme explicitado no parágrafo que segue –, impõe a cada poder ou órgão a responsabilidade pelas despesas com seus pensionistas e inativos, e cria uma exceção, que são as despesas com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000. Para estes, e somente para estes, estas seriam lançadas no cômputo do Executivo Estadual. Está, segundo as informações constantes do presente feito, não foi a conduta do TCES, que passou a lançar integralmente essas despesas ao Executivo Estadual, sem considerar qualquer marco temporal.

Como dito, em que pese os respeitáveis entendimentos perfilhados pelo TCES, entendo que este **não tem esse poder de conferir interpretação a Lei Complementar – no caso, a própria LRF – que esteja completamente dissociada de seus termos**.

Não há, a partir da leitura da LRF, qualquer dispositivo que possibilite, sob qualquer prisma, firmar os efeitos decorrentes da aplicação das normas impostas tal qual firmados pela Decisão Plenária TC Nº 006/2001. O que temos, aqui, é o TCES assumindo a função do legislador, e atribuindo a lei efeitos que ela própria não tratou, e gerando, a partir daí, manifesta discrepância financeira, dado que determinados órgãos não estariam integralmente sujeitos as diretrizes da LRF, em prejuízos de outros.

Da mesma forma, a Resolução TC-189/2003 não tem o condão de disciplinar o tratamento financeiro referente as despesas

11

28
C576168

com pessoal, face aos limites da LRF, **visto que esta resolução não mais é aplicável**. Isto, dado basear-se em Lei **revogada** (Lei Complementar Nº 263, de 24.10.2003) expressamente pela Lei Complementar Nº 282/2004, de 26.04.2004, que unificou e reorganizou, na forma da Constituição Federal e da legislação federal aplicável, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Referida Lei Complementar 282/2004, que guarda correspondência legal com a LRF e a CF, é explicita em atribuir, a cada poder ou órgão, a responsabilidade pela integral complementação das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuição forem insuficientes para seu pleno atendimento, vejamos:

> ***Art. 40.*** *O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:*
> *(...)*
> ***§ 1º*** *Além das contribuições previstas neste artigo ficam o Poder Executivo* ***e*** *demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral* ***das correspondentes folhas*** *de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.* (grifei e destaquei)

Em assim sendo, é de se observar que os poderes e órgãos mencionados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como no artigo 4º da Lei Complementar 282/2004 **deverão, quando da elaboração do seu Demonstrativo de Despesa com Pessoal, pertencente ao**

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

6376

Relatório de Gestão Fiscal, registrar o total bruto das despesas com seus respectivos inativos e pensionistas.

3. Em razão do exposto, **opino no sentido de que incumbe a cada Poder ou órgão autônomo proceder ao cômputo da respectiva despesa total com pessoal, na qual se inserem as despesas com inativos e pensionistas, não se admitindo a transferência, ao Executivo Estadual, de despesa que não lhe é afeta.**

É o parecer, s.m.j., que submeto à apreciação superior.

Vitória, 28 de maio de 2014.

ELIÉZER LINS SANT'ANNA
Procurador do Estado

De fato, assiste razão ao nobre parecerista. O aporte deve ser computado na despesa com pessoal de cada Poder ou órgão, além das demais despesas com inativos e pensionistas, também ausentes nos demonstrativos, conforme se afere a seguir:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**6.253.617.774,31**	**6.210.983,05**
Pessoal Ativo	3.884.586.216,46	4.974.920,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.163.211.940,78	719.096,29
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	205.819.617,07	316.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**1.147.147.248,43**	**1.032.364,01**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.222.929,89	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	227.023.693,65	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	133.943.446,23	305.888,67
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	779.957.178,66	102.770,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.106.470.525,88**	**5.178.619,04**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**5.111.649.144,92**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**11.798.288.649,28**
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**43,33%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	**5.781.161.438,15**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	**5.492.103.366,24**
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	**5.203.045.294,33**

FONTE: SIAFEM/SIGEFES/GECOG/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.443.841,21
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	121.079,63
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.419.029,49
TOTAL	**5.983.950,33**

3 - Na linha "Pessoal Inativos e Pensionistas" está sendo considerado o valor referente à contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro do RPPS do Poder Executivo - colunas "Liquidadas (a)" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)".

4 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de R$ 20.000.000,00 (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

6 -Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R$ 36.142,64 referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007, por meio dos documentos 2014NL19782 e da 2014NL 20399. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

7 - Com base em orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o montante de R$ 1.309.624.750,20 referente aos inativos e pensionistas custeados com recursos da contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro RPPS não está sendo considerado como recurso vinculado ao RPPS, não sendo, portanto, computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados". Tal montante está sendo considerado na linha "Inativos e Pensionistas" por meio da Natureza de Despesa 319113-3647.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF- ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS *JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014*	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**140.130.817,89**	
Pessoal Ativo	133.981.144,63	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.149.673,26	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**767.440,47**	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	767.440,47	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**139.363.377,42**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**139.363.377,42**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA-RCL (V)	11.798.288.649,28
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,18%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,70%	200.570.907,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,615%	190.542.361,69
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do Art.59 da LRF) – 1,53%	180.513.816,33

FONTE: Sistema SIGEFES **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Diretoria de Finanças
Data da emissão: 26/jan/2015 **hora de emissão:** 10h e 15m

NOTAS:
1) Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, em 23 de janeiro de 2015.
2) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ato nº 159/2015.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o **art. 55**, inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

RESOLVE:
Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	687.326.880,86	1.120.940,25
Pessoal Ativo	686.208.522,05	260.891,03
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.118.358,81	860.049,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**46.402.326,42**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	46.402.326,42	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**640.924.554,44**	**1.120.940,25**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (IV) = (III a + III b)	**642.045.494,69**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.798.288.649,28
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,44%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	707.897.318,96
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 5,7%	672.502.453,01
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 5,4%	637.107.587,06

FONTE: Despesas: Fonte: Sigefes- Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
Receitas: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 22/01/2014, por meio eletrônico.

NOTAS:

Item 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Item 2 - Não incluído no montante da despesa com pessoal o valor da complementação previdenciária (Aporte), considerando o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prolatado no Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, bem como em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, conforme manifestação registrada na Decisão Plenária TC nº 055/2001 e Resolução nº 109/03.

Item 3- Para apuração do valor das despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, com base no § 1ºdo art. 18 da LRF, foi considerado apenas como substituição de mão de obra o quantitativo de postos de trabalho correspondente ao quantitativo de servidores do quadro de pessoal efetivo do órgão com atribuições/funções correspondentes (cargos em vias de extinção, ainda sem a correspondente vacância), conforme Parecer Consulta nº **035/2005** - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. A metodologia de cálculo se baseou no custo do posto de trabalho do contrato terceirizado, sendo:
a)motoristas : Considerado o contrato cuja função se iguala à dos motoristas efetivos (Analista Judiciário I – Função Agente de Segurança), sendo computado o salário de 18 motoristas totalizando o valor mensal de R$ 73.305,90.
b)telefonistas do exercício de 2014. Considerado o contrato de maior valor para a função correspondente ao cargo efetivo de Auxiliar Judiciário – Função Comunicação, sendo computado o salário de 04 telefonistas totalizando o valor mensal de R$ 12.512,52.
Obs: Os valores liquidados apresentados na conta orçamentária 339034 diferem do valor apresentado no Relatório de Gestão Fiscal, no período de setembro e outubro/2014 devido a ajustes orçamentários efetuados, conforme demonstrado no razão da conta contábil 332410100.

Des. Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Presidente

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**238.970.731,45**	**36.605,74**
Pessoal Ativo	236.841.336,78	36.605,74
Pessoal Inativos e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.129.394,67	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**44.123.741,40**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	44.123.741,40	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	194.846.990,05	36.605,74
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**194.883.595,79**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	11.798.288.649,28
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**1,65**
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	235.965.772,98
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	224.167.484,33
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,80%	212.369.195,69

Fonte: SISTEMA SIGEFES **UNIDADE RESPONSÁVEL: Coordenação de Finanças**

Os dados da receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, em 22 de janeiro de 2015.

NOTAS:
Na Despesa Bruta com Pessoal (Anexo I) – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização, são referentes aos seguintes Contratos:
1 – Contrato MP/017/2010 – Elite Serviços Ltda (Serviços Auxiliares Administrativos – Auxiliar de Promotorias) Valor Total (Pago no exercício de 2014) – **2.021.044,15** – Contrato rescindido, unilateralmente, à contar de 26/07/2014, publicado no DIO em 28/07/2014;
2 - Contrato MP/008/2013 – S. A Consultoria em Gestão de Processos e Qualidade LTDA (Contratação de Psicólogos em substituição ao contrato anterior) Valor Total (Pago no exercício de 2014) – **108.350,52** – Término do Contrato em 31/07/2014;
3 - O valor de R$ **36.605,74** inscrito em Restos a Pagar não Processados, refere-se a despesas com servidores cedidos por outros Órgãos para este Ministério Público, conforme Convênios nºs 46/2013 e 006/2012.

Vitória (ES), 29 de janeiro de 2015.

EDER PONTES DA SILVA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RAFAEL CALHAU BASTOS
GERENTE GERAL

MARIA HELENA GASPARINI COLA
GERENTE DE COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

MARIA CRISTINA FAUSTINI DE OLIVEIRA
ASSESSOR-COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

ARILDA MARA FERRREIRA ROCHA
GERENTE DA COORD. DE RECURSOS HUMANOS

LICIA MARA VASCONCELOS DE SOUZA
GERENTE DO CONTROLE INTERNO, EM EXERCÍCIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.694.936,03	476.578,99
Pessoal Ativo	104.612.925,20	469.292,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	81.010,81	7.286,72
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	8.781.644,83	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.781.644,83	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	95.913.291,20	476.578,99
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	96.389.870,19	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	11.798.288.649,28
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,817
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	153.377.752,44
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	145.708.864,82
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,170 %	138.039.977,20

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 22 de janeiro de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

ROMÁRIO FIGUEIREDO
Diretor Geral de Secretaria
Em substituição

MARIA HELENA COSTA SIGNORELLI
Coordenador do Núcleo de Controle Interno

JOSÉ CLÁUDIO DEL PUPO
Secretário Administrativo da 1ª SAD

Por esse motivo, cumpre ao Tribunal de Contas, guardião da Lei de Responsabilidade Fiscal, **determinar ao Poder Executivo que se abstenha de incluir o aporte dos demais Poderes e órgãos no seu demonstrativo da despesa com pessoal**.

Ato contínuo, sem prejuízo da automática inclusão dos aportes por cada Poder e órgão no próximo RGF, deve este órgão de controle externo **promover o recálculo dos limites de despesa com pessoal nos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, incluindo o valor dos respectivos aportes**, de modo a evidenciar se a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo fielmente cumprida pelo Estado do Espírito Santo.

Por fim, resta transcrever os apontamentos realizados pela área técnica em seu Relatório Técnico das Contas de Governo sobre as peculiaridades da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo (fl. 463 e 464):

7.3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espirito Santo, legalmente designado pela sigla IPAJM, sendo entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em relação ao Poder Executivo, é responsável, como Gestor Único pela administração do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

A Emenda Constitucional nº 41/2003 vedou a existência de mais de uma unidade gestora do RPPS, em cada ente estatal, ressalvado o regime de previdência dos servidores militares. Essa inovação teve por objetivo conceder uniformidade ao RPPS de cada ente, evitando que, por meio da criação ou aplicação diferenciada de regras, se criem privilégios em favor de Poderes, órgãos ou categorias, além de possibilitar o desenvolvimento de uma estrutura administrativa com maior grau de especialização, profissionalização e capacitação técnica, tanto no que se refere à concessão dos benefícios como à gestão dos recursos previdenciários.

Referente a esta questão, fato comentar a existência de processos judiciais, movidos pelas associações dos magistrados do Tribunal de Justiça (processo 024.04.019300-5) e dos membros do Ministério Público do Estado (processo 024.04.020151-9), que visaram manter, junto ao TJ e ao MP, o controle e a gerência dos inativos destes órgãos.

Como já comentado, a LC 282/2004 conferiu ao Instituto a atribuição constitucional de gestor único de previdência estadual, inclusive das carreiras do Ministério Público e dos Magistrados, bem como os respectivos pensionistas.

Essas demandas judiciais questionaram o dispositivo legal que instituiu o IPAJM como órgão único para gerir a previdência social dos servidores estaduais, argumentando que isso interferiria na autonomia administrativa e financeira dos órgãos. A pretensão seria manter no Poder Judiciário Estadual e no Ministério Público a gestão da previdência de seus inativos e pensionistas.

Essa alternativa jurídica vai de encontro ao texto constitucional ao possibilitar a existência de mais de um órgão para gerir a previdência social dos servidores do estado do Espírito Santo, além de impedir a transparência de informações concernentes ao pagamento de benefícios previdenciários.

Somente com a Unidade Gestora Única, responsável pela concessão, pagamento e manutenção dos benefícios, será possível assegurar que as regras de cálculo, concessão e reajustamento serão aplicadas de modo uniforme para os servidores de todos os órgãos, categorias e Poderes. Enquanto os benefícios continuarem sendo concedidos e pagos descentralizadamente, poderá haver maior margem para erros, privilégios e fraudes. Dessa forma, a fragmentação e a heterogeneidade sob os aspectos legal e institucional, com a existência de diferentes regras entre poderes, órgãos e categorias profissionais, prejudicam a administração e a transparência do sistema.

As ilegalidades decorrentes da interpretação conjunta da **Decisão TC 006/2001** com a **Resolução TC 189/2003** foram detalhadas por meio de tópico comum incluído nos **Pareceres PPJC 5218/2015**, **PPJC 5219/2015** e **PPJC 5220/2015**, emitidos, respectivamente, nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2015 do Poder Judiciário (Processo TC 6492/2015), do Ministério Público Estadual (Processo TC 6493/2015) e do Poder Legislativo (Processo TC 6269/2015), todos incluídos como anexos deste Recurso de Reconsideração. Transcreve-se, a seguir, tópico extraído do **Parecer PPJC 5218/2015**, emitido no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), **Processo TC 6492/2015**, o qual passa a fazer parte da fundamentação do presente incidente de prejulgado:

Parecer PPJC 5218/2015

[...]

2.3.2 Da Resolução TC 189/2003

Por seu turno, a Resolução TC 189/2003, mencionada no Relatório de Análise Fiscal RAF 7/2015 como **segundo fundamento** para a exclusão do cômputo das despesas de pessoal no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Judiciário, disciplina, de acordo com a sua ementa, o tratamento a ser dado **apenas ao aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS** – e não às despesas com inativos como um todo, como o fez a Decisão TC 006/2001 –, constituindo, portanto, matéria distinta e menos abrangente do que a tratada na mencionada decisão:

RESOLUÇÃO nº 189, 23 de outubro de 2003.

D.O.E. 24.10.2003

DISCIPLINA O TRATAMENTO A SER DADO AO APORTE FINANCEIRO DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 263/03, FACE AOS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/00.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por sua Lei Orgânica e pela Resolução TC Nº 182/02, Regimento Interno,

Considerando a Lei Complementar Estadual nº 263, de 23 de junho de 2003, que traz a **obrigação de complementação** por parte do Poder Executivo Estadual e dos Órgãos que compõem os Poderes Legislativo e Judiciário Estaduais, dos pagamentos dos benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, **que será rateada entre cada Poder e Órgão de acordo com o montante das despesas**

previdenciárias relativas aos servidores cuja aposentadoria no mesmo tenha ocorrido[512]31; (grifou-se)

Considerando que este novo aspecto deve ser avaliado à luz das atribuições constitucionais e infraconstitucionais que cabem ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, notadamente aquelas relativas aos limites com gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o que delimita em seu artigo 2º a Lei Federal nº 9.717/98, que estabelece as regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social;

Considerando que as despesas com servidores inativos estaduais do Estado do Espírito Santo serão realizadas através do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, representando procedimento semelhante à **Decisão Plenária TC nº 006/2001**,

RESOLVE:

Art. 1º. Considerar como "Gasto com Pessoal" a parcela do "aporte" até o limite estabelecido no artigo 2º, da Lei Federal nº 9.717/98.

Parágrafo único. A parcela referida no caput será contabilizada em elemento de despesa específico, utilizando subelemento de despesa diferente da contribuição estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 109, de 17 de dezembro de 1997.

Art. 2º. Fica facultado ao Órgão ou Poder que possua débito até a data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 263, de 23/06/03, o registro e transferência do valor do aporte como Restos a Pagar (despesa extraorçamentária), se tais débitos assim estiverem inscritos, abatendo o débito existente conforme autorização contida no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 263/03.

Parágrafo único. Se os débitos referidos no *caput* deste artigo forem relativos a contribuições não efetivadas em exercícios anteriores e que não se encontram inscritos em Restos a Pagar, poderão ser pagos à conta da dotação Despesas de Exercícios Anteriores, até o limite de seu débito.

Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão classificados e contabilizados, **junto ao FUNPES**, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho

[512] O art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003, revogada pelo art. 81 da Lei Complementar estadual 282/2004, possuía a seguinte redação:

> Art. 3º Além das receitas próprias previstas no art. 34 da Lei Complementar n.º 109 , de 17.12.1997, incumbirá ao Estado o aporte mensal complementar dos recursos necessários para cobrir as despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários, **que será rateado entre os Poderes ou Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas**. (grifou-se)
> Parágrafo único. O aporte de recursos de que trata o "caput" deste artigo, será considerado para o abatimento do débito remanescente relativo às contribuições de que trata o art. 67 da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997, e demais débitos existentes na data de publicação desta Lei.

de 2003, não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes. (grifou-se)

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2003.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2003.

CONSELHEIRO VALCI JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
Presidente

CONSELHEIRO ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Vice-Presidente

CONSELHEIRO MÁRIO ALVES MOREIRA

CONSELHEIRO UMBERTO MESSIAS DE SOUZA

CONSELHEIRO DAILSON LARANJA

CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA

CONSELHEIRO ELCY DE SOUZA

DR. ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA
Procurador Chefe

Neste momento da análise, mostra-se oportuno realizar o resgate histórico da disciplina jurídica do regime próprio de previdência social (RPPS) a partir da criação do aludido Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais (FUNPES), promovida pela Lei Complementar estadual 109/1997, procedimento necessário à interpretação hodierna da Resolução TC 189/2003, à luz das alterações supervenientes da legislação que lhe serviu de suporte normativo.

2.3.2.1 Da Criação do FUNPES pela Lei Complementar Estadual 109/1997

O Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais (FUNPES) foi criado pelos art. 31 e seguintes da Lei Complementar estadual 109/199732 nos seguintes termos:

Art. 31 Fica criado o Fundo de Previdência dos servidores públicos estaduais civis e militares, com a finalidade de custear os atuais e futuros benefícios de responsabilidade do IPAJM, **observando o disposto no art. 10 desta Lei**. (grifou-se)

Art. 32 Participarão para a capitalização do Fundo de Previdência:

I – Os servidores públicos estaduais civis e militares, ativos e inativos;

II – Os Órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive Ministério Público, Tribunal de Contas, Autarquia e Fundações Públicas;

III – As doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias a ele destinadas;

> IV – Os créditos decorrentes de compensação financeira, advindos de sistemas de previdência diversos.
>
> Art. 33 Compete ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro – IPAJM, através de conta específica, administrar o Fundo de Previdência.
>
> Parágrafo Único. As atividades inerentes ao fundo de que trata o "caput" deste artigo são atribuições solidárias do Diretor Presidente do IPAJM e da Diretoria Previdenciária do mesmo.
>
> [...]
>
> Art. 37 O Tesouro Estadual responderá pelos encargos de pagamento dos benefícios previstos nesta Lei, caso a receita do fundo se torne insuficiente.
>
> [...]
>
> Art. 75 Na hipótese de alteração das disposições da Constituição da República e/ou legislação federal referentes à Seguridade Social, que determinem a adaptação desta Lei, o IPAJM, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias contados do início da vigência da modificação constitucional ou da lei federal, proporá à Assembleia Legislativa a necessária compatibilização.

Por sua vez, o art. 10 da referida lei complementar, em sua redação original, previu a responsabilidade do FUNPES para custear **apenas parte do pagamento dos benefícios previdenciários** (vide exceções a seguir), estabelecendo, ainda, **duas datas de corte** a partir das quais o fundo assumiria o custeio dos benefícios:

> Art. 10 A aposentadoria dos servidores admitidos a partir do primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei[513] será **concedida** pelos respectivos Poderes e **custeada** pelo Fundo de Previdência criado por esta Lei, **à exceção das**: (grifou-se)
>
> I – Aposentadorias, reformas ou reservas atualmente existentes;
>
> II – Aposentadorias, reformas ou reservas relativas aos servidores civis e militares que venham ocorrer no prazo de 07 (sete) anos, contados da vigência desta Lei[514];
>
> III – Aposentadorias, reformas ou reservas relativas aos servidores civis e militares admitidos antes do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.
>
> § 1º O custeio das aposentadorias, reformas e transferências para a reserva remunerada de que tratam os incisos anteriores **será de responsabilidade do Tesouro do Estadual**.(grifou-se)
>
> § 2º Havendo reservas técnicas suficientes na conta do Fundo de Previdência, com respaldo em estudo técnico atuarial, serão absorvidos gradativamente as aposentadorias custeadas pelo Tesouro Estadual, na forma da regulamentação específica.

[513] Primeira data de corte: data da publicação, ocorrida em **18/12/1997**.
[514] Segunda data de corte: sete anos após a entrada em vigor da lei complementar, ocorrida em **18/12/2004**.

> § 3º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Nessa quadra da história (1997) ainda não existiam: a **Lei federal 9.717/1998**, que viria dispor sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos; a **Lei Complementar federal 101/2000**, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual criaria limites individuais de despesa com pessoal para cada um dos Poderes e Órgãos autônomos; nem a **Emenda Constitucional 41/2003**, de 19 de dezembro de 2003[515], que incluiria na Magna Carta vedação expressa à existência de mais de uma unidade gestora para o RPPS de cada ente da federação.

2.3.2.2 Da Repartição das Despesas com o Aporte, Promovida pela Lei Complementar Estadual 263/2003

A Lei Complementar estadual 263/2003[516], de 20 de junho de 2003, portanto posterior à Lei federal 9.717/1998 e à Lei Complementar federal 101/2000 (LRF), além de centralizar o custeio dos benefícios previdenciários no FUNPES (art. 2º), porém deixando a gestão do RPPS descentralizada com cada um dos Poderes e Órgãos autônomos (art. 4º), estabeleceu expressamente em seu art. 3º que o aporte mensal complementar dos recursos necessários à cobertura das despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários **seria rateado entre os Poderes e Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas**, *verbis*:

> **LEI COMPLEMENTAR Nº 263**
>
> **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
>
> Altera a Lei Complementar n° 109 de 17.12.1997 para viabilizar a utilização de royalties para abatimento de despesas previdenciárias.
>
> Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
>
> Art. 1º Os créditos decorrentes da alienação à União da participação governamental obrigatória nas modalidades de "royalties", participações especiais e compensações financeiras relativos à exploração de petróleo e gás natural que forem alocados ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais do Estado do Espírito Santo, destinar-se-ão ao abatimento do débito de contribuição a que se refere o art. 67 da Lei Complementar n.º 109[517], de 17.12.1997.

---

515 Publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2003, a partir de quando entrou em vigor.

516 Disponível em: http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC263.html. Acesso em: 10 set. 2015.

517 Art. 67 No prazo improrrogável de 18 (dezoito) meses, contados da publicação desta Lei, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias e fundações públicas estaduais iniciarão o pagamento de débito de contribuição até então existente para com o IPAJM, conforme programa de quitação, que não poderá ultrapassar 50 (cinquenta) anos.

Art. 2º Os benefícios previdenciários dos servidores públicos civis e militares do Estado do Espírito Santo **passam a ser custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais**. (grifou-se)

Art. 3º Além das receitas próprias previstas no art. 34 da Lei Complementar n.º 109[518], de 17.12.1997, **incumbirá ao Estado o aporte mensal complementar dos recursos necessários para cobrir as despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários, que será rateado entre os Poderes ou Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas**. (grifou-se)

Parágrafo único. O aporte de recursos de que trata o "caput" deste artigo, será considerado para o abatimento do débito remanescente relativo às contribuições de que trata o art. 67 da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997, e demais débitos existentes na data de publicação desta Lei[519].

Art. 4º A elaboração das folhas e o respectivo pagamento dos inativos ficarão sob a responsabilidade dos Poderes ou Órgãos Autônomos de origem do vínculo funcional do servidor, que encaminharão os respectivos **resumos** ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro-IPAJM, para a adoção dos procedimentos contábeis pertinentes. (grifou-se)

§ 1º As folhas de pagamento dos inativos serão encaminhadas por meio magnético, **pelos Poderes ou órgãos autônomos ao banco ou instituição pagadora, para efetivação do pagamento**, sendo em

---

§ 1º - Os débitos definidos no "caput" deste artigo poderão ser quitados com imóveis ou outros ativos.
§ 2º - Os recursos recebidos como definidos no "caput" deste artigo destinar-se-ão ao Fundo de Previdência, exceto os valores a que se refere o inciso III do art. 34 desta Lei.
§ 3º - O programa de quitação, mencionado no caput deste artigo, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro – IPAJM.

518 Art. 34 – O custeio do Sistema Previdenciário e Assistencial será constituído pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição mensal do segurado em geral, ativos e inativos, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário de contribuição;
II – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários;
III – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 1% (um por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários, destinada exclusivamente a assistência à saúde;
IV – Juros, cotas, taxas de correção provenientes do investimento de reservas;
V – Receitas de serviços assistenciais;
VI – Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias não previstas nos itens precedentes;
VII – Contribuição mensal de seguro coletivo;
VIII – Receita de concursos de prognósticos;
IX – Rendas patrimoniais, extraordinárias, eventuais ou resultantes de fundos;
X – Reversão de quaisquer importâncias, inclusive em virtude de prescrição;
XI – Outras receitas.
Parágrafo Único – As contribuições sociais de que trata este artigo só serão exigidas a partir do primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei, mantendo-se até então as contribuições mencionadas no art. 23 da Lei nº 4.006, de 17 de dezembro de 1987.

519 O déficit financeiro custeado com o aporte mensal, calculado após a aferição de resultado previdenciário deficitário, não se confunde com o débito previdenciário pré-existente à época. O déficit financeiro custeado pelo aporte mensal constitui nova despesa para os Poderes e Órgãos autônomos, devendo, portanto, ser acrescido ao débito pré-existente, razão pela qual, salvo melhor juízo, o aporte mensal não poderia ser contabilizado para abater o débito pré-existente, sob pena de se promover amortização fictícia mediante dupla contagem dos mesmos recursos financeiros (uma mesma quantidade de recursos quitando duas dívidas distintas: débito pré-existente e aporte).

seguida realizada a compensação contábil com o Fundo de Previdência do Servidor Público Estadual. (grifou-se)

§ 2º O pagamento dos proventos de aposentadoria e de pensões de cada Poder ou órgão autônomo será realizado na mesma data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos a eles vinculados.



Art. 5º O pagamento dos benefícios previdenciários vincula-se aos repasses devidos pelos **Poderes ou órgãos autônomos**, referentes às contribuições previstas nos incisos I e II do art. 34, da Lei Complementar n.º 109[520], de 17.12.1997, complementados pelo aporte de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias no Plano Plurianual do quadriênio 2000-2003 e a abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento da presente Lei, até o limite dos saldos das dotações orçamentárias referentes às ações de pagamento de inativos.



Art. 7º Ficam revogados os incisos I, II e III e os parágrafos 1° e 2° do art. 10 assim como o art. 71, todos da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997.

Art. 8° O "caput" do artigo 10 da Lei Complementar n° 109, de 17.12.1997, passa a ter a seguinte redação:

> "Art. 10. A aposentadoria dos servidores admitidos a partir do primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei será concedida pelos respectivos Poderes e custeada pelo Fundo de Previdência criado por esta Lei."(NR)

Art. 9° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, em 20 de junho de 2003.

(Publicada no DOE - 23.06.2003)

Ao prever que o aporte mensal complementar dos recursos necessários à cobertura das despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários (aporte) seria rateado entre os Poderes e Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas, o art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003 mostrou-se em harmonia com a repartição dos limites globais da

[520] Art. 34 – O custeio do Sistema Previdenciário e Assistencial será constituído pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição mensal do segurado em geral, ativos e inativos, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário de contribuição;
II – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários;
[...]

despesa com pessoal prevista no art. 20, inciso II, da Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:

> Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
>
> [...]
>
> II - na esfera estadual:
>
> a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
>
> b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
>
> c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
>
> d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

O teor do art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003 foi inclusive reproduzido no preâmbulo da Resolução TC 189/2003, conforme transcrição a seguir, haja vista que resolução emanada por órgão de controle externo, norma de natureza essencialmente administrativa, jamais poderia ir de encontro à disciplina contida na lei à qual se propõe regulamentar, sob pena de incorrer em flagrante ilegalidade, além de usurpar a competência legiferante dos parlamentos federal e estadual, conforme o caso:

> **RESOLUÇÃO nº 189, 23 de outubro de 2003.**
>
> [...]
>
> **Considerando** a Lei Complementar Estadual nº 263, de 23 de junho de 2003, que traz a **obrigação de complementação** por parte do Poder Executivo Estadual e dos Órgãos que compõem os Poderes Legislativo e Judiciário Estaduais, dos pagamentos dos benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, **que será rateada entre cada Poder e Órgão de acordo com o montante das despesas previdenciárias relativas aos servidores cuja aposentadoria no mesmo tenha ocorrido**. (grifou-se)

Não há dúvidas de que o rateio das despesas com o aporte financeiro entre os Poderes e Órgãos autônomos, previsto no art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003 – e reproduzido no preâmbulo da Resolução TC 189/2003 –, promove a responsabilidade na gestão fiscal, à qual pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas **e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras**, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar, consoante dicção do § 1º do art. 1º da Lei Complementar federal 101/2000[521].

[521] Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.
§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da

Nessa mesma linha de entendimento, a Resolução TC 189/2003 também fez questão de deixar claro em seu preâmbulo a importância de se adimplir com os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF, destacando a importância desse preceito à luz das atribuições desta Corte de Contas:

RESOLUÇÃO nº 189, 23 de outubro de 2003.

[...]

Considerando que este novo aspecto deve ser avaliado à luz das atribuições constitucionais e infraconstitucionais que cabem ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, notadamente aquelas relativas aos limites com gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por fim, ao ratificar o caráter complementar e individual do aporte financeiro em relação a cada Poder e Órgão autônomo, o art. 5º da Lei Complementar estadual 263/2003 esclarece que a despesa total com o pagamento de benefícios previdenciários vincula-se aos repasses devidos por cada Poder e Órgão, acrescidos da respectiva cota-parte no aporte previsto no art. 3º da mencionada lei:

Art. 5º O pagamento dos benefícios previdenciários vincula-se aos repasses devidos pelos **Poderes ou órgãos autônomos**, referentes às contribuições previstas nos incisos I e II do art. 34, da Lei Complementar n.º 109[522], de 17.12.1997, complementados pelo aporte de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei. (grifou-se)

2.3.2.3 Dos Artigos que Integram a Resolução TC 189/2003

Traçadas as premissas normativas que embasaram a edição da Resolução TC 189/2003, passa-se à análise dos artigos que compõem a referida norma do TCEES.

2.3.2.3.1 Do Artigo 1º da Resolução TC 189/2003

O art. 1º da Resolução TC 189/2003 possui a seguinte redação:

Art. 1º. Considerar como "Gasto com Pessoal" a parcela do "aporte" até o limite estabelecido no artigo 2º, da Lei Federal nº 9.717/98.

Parágrafo único. A parcela referida no caput será contabilizada em elemento de despesa específico, utilizando subelemento de despesa diferente da contribuição estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 109, de 17 de dezembro de 1997.

O limite a que alude o citado artigo encontra-se no § 1º do art. 2º da Lei federal 9.717/1998, cuja redação à época da edição da Resolução TC 189/2003 versava o seguinte teor:

---

seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

522 Art. 34 – O custeio do Sistema Previdenciário e Assistencial será constituído pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição mensal do segurado em geral, ativos e inativos, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário de contribuição;
II – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários;
[...]

> Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.
>
> § 1º A despesa líquida com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares de cada um dos entes estatais **não poderá exceder a doze por cento de sua receita corrente líquida em cada exercício financeiro**, observado o limite previsto no caput, sendo a receita corrente líquida calculada conforme a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995. (grifou-se)
>
> [...]

Ocorre que esse dispositivo teve sua redação alterada pela Medida Provisória MP 167/2004, a qual, por sua vez, restou convertida na Lei federal 10.887/2004[523]43, cuja redação excluiu do seu texto o limite percentual anteriormente previsto no § 1º:

> **LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.**
>
> Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.
>
> [...]
>
> Art. 10. A Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:
>
> [...]
>
> "Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
>
> § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
>
> § 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.
>
> § 3º (revogado)
>
> § 4º (revogado)
>
> § 5º (revogado)

[523] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.887.htm. Acesso em 14 set. 2015.

§ 6º (revogado)

§ 7º (revogado)" (NR)

Portanto, considerando alterado o § 1º do art. 2º da Lei federal 9.717/1998 e suprimido o limite nele anteriormente previsto, acha-se prejudicada a aplicação do limite contido no art. 1º da Resolução TC 189/2003.

Por oportuno, esclareça-se que o aporte financeiro, mencionado no art. 1º da Resolução TC 189/2003, não se confunde com a contribuição patronal previdenciária mencionada no *caput* do art. 2º da Lei federal 9.717/1998. Enquanto a contribuição patronal acha-se **previamente estabelecida** na forma de percentual, tendo por base de cálculo, em regra, o salário de contribuição do servidor ativo ou outro valor referencial, o valor do aporte financeiro complementar é aferido **em momento posterior** ao cálculo do montante de contribuição previdenciária a ser recolhido, mais precisamente por ocasião da apuração de déficit financeiro na folha de pagamento dos benefícios previdenciários do mês de referência. Logo, o limite a que se refere o art. 1º da Resolução TC 189/2003 não poderia se reportar ao limite previsto no *caput* do art. 2º da Lei federal 9.717/1998.

Ademais, a atual disciplina jurídica contendo a metodologia de cálculo para aferição dos limites de despesas com pessoal aplicável a **todos os entes de Federação** – incluindo os Poderes e Órgãos autônomos do Estado do Espírito Santo – encontra-se albergada nos art. 18, 19 e 20 da Lei federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal:

Seção II
Das Despesas com Pessoal

Subseção I
Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinqüenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional no 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

2.3.2.3.2 Do Artigo 2º da Resolução TC 189/2003

O art. 2º da Resolução TC 189/2003 acha-se grafado nos seguintes termos:

Art. 2º. Fica facultado ao Órgão ou Poder que possua débito até a data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 263, de 23/06/03, **o registro e transferência do valor do aporte** como

> Restos a Pagar (despesa extraorçamentária), **se tais débitos assim estiverem inscritos**, abatendo o débito existente conforme autorização contida no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 263/03. (grifou-se)
>
> **Parágrafo único.** Se os débitos referidos no *caput* deste artigo forem relativos a contribuições não efetivadas em exercícios anteriores e que não se encontram inscritos em Restos a Pagar, poderão ser pagos à conta da dotação Despesas de Exercícios Anteriores, até o limite de seu débito.

Em essência, verifica-se que o artigo em comento confere aos Poderes e Órgãos que à época da edição da Resolução TC 189/2003 possuíam débito com o RPPS até a data da publicação da Lei Complementar estadual 263/2003 a faculdade de registrar a transferência do valor do aporte como restos a pagar (despesa extraorçamentária).

Indubitavelmente, o comando para registrar o aporte como restos a pagar foi dirigido aos Poderes e Órgãos autônomos, porquanto eram eles que possuíam débito junto ao RPPS, débito esse cujo parcelamento para amortização foi previsto no art. 67 da Lei Complementar estadual 109/1997[524], dispositivo posteriormente mencionado no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003[525], o qual foi considerado pela Resolução TC 189/2003. Logo, uma vez mais, resta claro que **a Resolução TC 189/2003 admitiu a premissa de que cada Poder e Órgão autônomo deveria registrar sua respectiva cota-parte do aporte financeiro**, porquanto apenas os Poderes e Órgãos, na qualidade de unidades gestoras, podem registrar suas despesas empenhadas[526] como restos a pagar, na forma do art. 36 da Lei federal 4.320/1964:

---

524 Art. 67 No prazo improrrogável de 18 (dezoito) meses, contados da publicação desta Lei, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias e fundações públicas estaduais iniciarão o pagamento de débito de contribuição até então existente para com o IPAJM, conforme programa de quitação, que não poderá ultrapassar 50 (cinquenta) anos.
§ 1º - Os débitos definidos no "caput" deste artigo poderão ser quitados com imóveis ou outros ativos.
§ 2º - Os recursos recebidos como definidos no "caput" deste artigo destinar-se-ão ao Fundo de Previdência, exceto os valores a que se refere o inciso III do art. 34 desta Lei.
§ 3º - O programa de quitação, mencionado no caput deste artigo, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro – IPAJM.

525 Art. 3º Além das receitas próprias previstas no art. 34 da Lei Complementar n.º 109 , de 17.12.1997, incumbirá ao Estado o aporte mensal complementar dos recursos necessários para cobrir as despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários, que será rateado entre os Poderes ou Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas.
Parágrafo único. O aporte de recursos de que trata o "caput" deste artigo, será considerado para o abatimento do débito remanescente relativo às contribuições de que trata o art. 67 da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997, e demais débitos existentes na data de publicação desta Lei.

526 Atualmente, as transferências de recursos para cobertura de déficit financeiro do RPPS devem ser feita mediante interferência financeira e não por meio de execução orçamentária, consoante previsão contida na Nota Técnica 633/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional:

> **Do Equilíbrio Financeiro do RPPS**
> 3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. **Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses**. (grifou-se)

> Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Outrossim, salvo melhor juízo, o art. 2º da Resolução TC 189/2003 trouxe uma **regra de transição** aplicável apenas àquele exercício financeiro (2003), já que seu propósito era facultar a inscrição do aporte – despesa financeira do exercício – como restos a pagar.

Registre-se que os débitos previdenciários em questão foram anistiados no ano seguinte à publicação da Resolução TC 189/2003, por meio do art. 40, § 1º, da Lei Complementar estadual 282/2004:

> Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
>
> I - contribuição mensal compulsória do segurado ativo, no percentual de 11% (onze por cento), deduzida em folha de pagamento, incidente sobre a totalidade da base de contribuição; (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
>
> > *Redação Anterior:*
> >
> > *I - contribuição mensal compulsória, do segurado que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação desta Lei Complementar, e dos pensionistas, deduzida em folha, nos seguintes percentuais:*
> >
> > *a) 11% (onze por cento), calculada sobre a remuneração dos segurados ativos;*
> >
> > *b) 11% (onze por cento), para os aposentados e pensionistas, incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, concedidas de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/03 e pelos artigos 2º e 6º dessa Emenda;*
> >
> > *c) 11% (onze por cento), para os aposentados e os pensionistas, em gozo do benefício na data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41, em 31.12.2003, bem como os alcançados pelo disposto em seu artigo 3º, calculada sobre a parcela dos proventos ou das pensões que supere 50% (cinqüenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.*
>
> II - contribuição mensal compulsória dos aposentados e pensionistas, no percentual de 11% (onze por cento), deduzida em folha de pagamento de benefícios, incidente sobre o valor da parcela dos proventos ou da pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social; (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

Redação Anterior:

II - 11% (onze por cento), de contribuição mensal compulsória, do segurado ativo, que tenha ingressado no serviço público a partir da data da publicação desta Lei Complementar, calculada sobre a remuneração;

III - contribuição mensal compulsória dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de 22% (vinte e dois por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição do respectivo segurado ativo, de que trata o inciso I deste artigo. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

Redação Anterior:

III - o dobro das contribuições estabelecidas nos incisos I e II deste artigo, para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar;

IV - dotações orçamentárias que forem consignadas;

V - saldos de contas bancárias;

VI - rendimentos das aplicações financeiras e dividendos de ações;

VII - rendimentos mobiliário e imobiliário de qualquer natureza;

VIII - receitas decorrentes de compensação financeira com outros regimes de previdência;

IX - doações, subvenções, legados e bens ou direito de qualquer natureza;

X - outros ativos financeiros de qualquer natureza.

§ 1º - Além das contribuições previstas neste artigo **ficam o Poder Executivo e demais Poderes e órgãos** referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, **responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários**, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar. (grifou-se)

§ 2º - Revogado (pela LC nº 548, de 31.3.2010 – D.O.E. 1º.4.2010).

Redação Anterior:

§ 2º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a proceder à retenção nos duodécimos dos demais Poderes e órgãos, das contribuições previdenciárias e da complementação a que estão sujeitos, conforme previsto nos incisos I a III e § 1º deste artigo, e repassá-la ao IPAJM, sendo as possíveis diferenças, que vierem a ocorrer em cada mês, compensadas no mês seguinte.

§ 3º - A contribuição, a que se refere o inciso II deste artigo, incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, quando o

> beneficiário for portador de doença profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, relacionadas no artigo 30 desta Lei Complementar. (Incluído pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
>
> § 4º - A contribuição mensal compulsória do segurado ativo que ingressou no serviço público a partir da data do funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo será no percentual de 11% (onze por cento), deduzida em folha de pagamento, incidente sobre a totalidade da base de contribuição, limitada ao teto previdenciário do Regime Geral de Previdência Social. (Parágrafo incluído pela LC nº 711, de 2.9.2013– D.O.E. 4.9.2013).
>
> § 5º - A contribuição mensal compulsória dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de 22% (vinte e dois por cento), como contrapartida de contribuição previdenciária dos servidores que ingressaram no serviço público a partir da data do funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado, incidirá sobre a totalidade da base de contribuição do respectivo segurado ativo, de que trata o inciso I deste artigo, limitada ao teto previdenciário do Regime Geral de Previdência Social. (Parágrafo incluído pela LC nº 711, de 2.9.2013– D.O.E. 4.9.2013).

Perceba-se, ainda, que o mesmo § 1º do art. 40 da Lei Complementar estadual 282/2004 reafirma a responsabilidade dos Poderes e Órgãos autônomos pela complementação (aporte) do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, repetindo o procedimento de repartição de despesas previsto na Lei Complementar estadual 263/2003.

Em síntese, de acordo com o art. 2º da Resolução TC 189/2003 e normas correlatas vigentes à época, o aporte financeiro deveria ser **rateado** entre os Poderes e Órgãos e por eles **registrado** e **transferido** para o RPPS.

No entanto, esclareça-se que, atualmente, a Nota Técnica 633/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estabelece que o aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS deve ser transferido diretamente pelo tesouro do ente, mediante interferência financeira (de forma extraorçamentária), não repercutindo na metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal dos Poderes e Órgãos, conforme será demonstrado no próximo item.

2.3.2.3.3 Do Artigo 3º da Resolução TC 189/2003

O art. 3º da Resolução TC 189/2003 apresentou a seguinte redação:

> Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão **classificados** e **contabilizados**, **junto ao FUNPES**, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho de 2003, não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes. (grifou-se)

Ao contrário do que enuncia a ementa da Resolução TC 189/2003, esse dispositivo trouxe regra aplicável à matéria distinta do aporte financeiro, porquanto se propõe a disciplinar a classificação e a contabilização de **todas as despesas do FUNPES** com o pagamento dos benefícios previdenciários por ele realizado, o que, de acordo com a interpretação que lhe é conferida pelo TCEES, eximiria os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da obrigação legal de computar e demonstrar **toda e qualquer despesa** com inativos e pensionistas para fins fiscais, razão pela qual esses valores não estão sendo incluídos no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, fazendo com que as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" não apresentem valores ou sequer sejam incluídas no Demonstrativo.

A **parte inicial** do dispositivo reproduziu a inovação trazida pelo art. 2º da Lei Complementar estadual 263/2003[527]47, *verbis*:

> Art. 2º Os benefícios previdenciários dos servidores públicos civis e militares do Estado do Espírito Santo **passam a ser custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais**. (grifou-se)

Para tanto, a Lei Complementar estadual 263/2003 revogou a parte do art. 10 da Lei Complementar estadual 109/1997 que atribuía ao tesouro estadual parcela da responsabilidade primária pelo custeio dos benefícios previdenciários. Assim, a partir de então, todos os benefícios previdenciários do RPPS passariam a ser custeados diretamente pelo FUNPES, cujas fontes de receitas seriam, principalmente, as contribuições previdenciárias acrescidas do aporte financeiro complementar repassado pelos Poderes e Órgãos, haja vista o caráter deficitário global em que se encontrava o RPPS antes da implantação da segregação de massas promovida pela Lei Complementar estadual 282/2004.

Na sequência da sua redação o citado art. 3º da Resolução TC 189/2003 esclarece que **o FUNPES** deveria classificar e contabilizar o pagamento dos benefícios previdenciários como "*Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916*[528]*48, de 17 de julho de 2003*". Observe-se que esse trecho do dispositivo trata da contabilização de despesas **junto ao FUNPES**, ou seja, do registro **pelo FUNPES** do pagamento de benefícios previdenciários e não da contabilização de despesas por parte dos Poderes e Órgãos, relativa às transferências das contribuições e do aporte ao referido fundo previdenciário.

De fato, mesmo há época da edição da Resolução TC 189/2003, não havia correlação direta entre a **forma de contabilização** das despesas por parte do FUNPES com o pagamento de benefícios previdenciários e a **forma de contabilização** das despesas com os repasses das contribuições previdenciárias e do aporte por parte dos Poderes e Órgãos ao FUNPES. Cada unidade gestora deveria registrar a execução do seu orçamento de forma independente, sem se submeter a interferências recíprocas.

---

527 Antes do advento dessa lei complementar a responsabilidade pelo custeio dos benefícios previdenciários era em parte do tesouro estadual, conforme previsão contida no art. 10 da Lei Complementar estadual 109/1997.

528 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2003/916.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

Atualmente, segundo a disciplina contábil estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), válida para o exercício financeiro de 2015, **os recursos referentes ao aporte sequer se submetem à execução orçamentária**[529], uma vez que o repasse desses recursos deve ser realizado diretamente pelo tesouro do ente ao RPPS e não individualmente pelos Poderes ou Órgãos, conforme se colhe de trecho extraído da Nota Técnica STN 633/2011[530], *verbis*:

> **Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SEBSECVI/STN**
>
> Em 25 de julho de 2011.
>
> **ASSUNTO:** Esclarecimento sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
>
> [...]
>
> **Do Equilíbrio Financeiro do RPPS**
>
> 3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, **o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses**. (grifou-se)

Essa não submissão à execução orçamentária torna inaplicável qualquer repercussão da forma de classificação das despesas previdenciárias pelo FUNPES em relação à forma de classificação realizada pelos Poderes e Órgãos, porquanto o aporte financeiro não deve ser transferido pelos Poderes e Órgãos, mas sim diretamente pelo tesouro do Estado, mediante interferência financeira (de forma extraorçamentária), não havendo, portanto, execução orçamentária desses recursos pelos Poderes e Órgãos.

Por sua vez, a Portaria MPS 916/2003[531], citada na Resolução TC 189/2003, aprovou o Plano de Contas, o Manual das Contas, os Demonstrativos e as Normas de Procedimentos Contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Ocorre que a Portaria

---

529 No Estado do Espírito Santo o Poder Executivo tem transferido o aporte financeiro ao RPPS mediante execução orçamentária, descumprindo, portanto, as diretrizes contidas na Nota Técnica 633/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa metodologia de contabilização adotada apenas pelo Poder Executivo permitiu que deixassem de ser aplicados na área da educação mais de R$ 2,6 bilhões de reais entre os anos de 2009 e 2011. Só no exercício financeiro de 2014, R$ 531 milhões foram contabilizados como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) sem terem efetivamente sido aplicados no ensino, o que levou o Ministério Público de Contas a pugnar pela desaprovação da prestação de contas anual do governador do Estado. Informação disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/ministerio-publico-de-contas-opina-pela-desaprovacao-das-contas-de-2014-do-governador-do-estado/. Acesso em: 23 set. 2015.

530 Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Nota_Tecnica_6332011_CCONF_SUBSECVI_STN.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.

531 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2003/916.htm. Acesso em: 23 set. 2015.

MPS 916/2003 foi revogada expressamente pela Portaria MPS 509[532], de 12 de dezembro de 2013, que dispôs sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCAPS) definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS:

> **PORTARIA MPS Nº 509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 - DOU DE 13/12/2013**
>
> ***Dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.***
>
> O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 9° da Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:
>
> Art. 1° Os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 2° Os RPPS adotarão as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP estendido até o 7o nível de classificação, conforme a versão atualizada do Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis no 00 (IPC 00) da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 3° As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP dos RPPS devem seguir as regras e modelos definidos no MCASP, aprovado por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 4° Os RPPS deverão adequar a sua contabilidade ao disposto nos arts. 2° e 3° desta Portaria nos mesmos prazos definidos na Portaria STN n° 634, de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU, de 21 de novembro de 2013.
>
> Art. 5° A Secretaria de Políticas de Previdência Social adotará as medidas necessárias para a prestação de informações sobre a aplicação do PCASP e das DCASP pelos entes federativos detentores de RPPS.
>
> Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
>
> Art. 7° Revoga-se a Portaria MPAS n° 916, de 15 de julho de 2003, e a Portaria MPS n° 95, de 6 de março de 2007.
>
> GARIBALDI ALVES FILHO

Tendo em vista a menção à Portaria STN 634/201353, cumpre transcrever alguns dispositivos desse normativo:

[532] Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2013/509.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

PORTARIA Nº 634, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **sob a mesma base conceitual**. (grifou-se)

[...]

Art. 1º As regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sob a mesma base conceitual são estabelecidas por esta Portaria.

[...]

Art. 3º As diretrizes, conceitos e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, sem prejuízo de outros atos normativos e outras publicações de caráter técnico, são consubstanciados nos seguintes instrumentos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

II - Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC;

III - Notas Técnicas.

§ 1º O MCASP, cuja edição deve ser aprovada em ato normativo específico, é de observância obrigatória pelos entes da Federação[533].

§ 2º As IPC, de observância facultativa e de caráter orientador, são emitidas no intuito de auxiliar os entes da Federação na aplicação e interpretação das diretrizes, normas e procedimentos contábeis relativos à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual.

§ 3º Podem ser criados subgrupos de estudos de procedimentos contábeis, coordenados pela Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON/STN, cujo funcionamento e composição serão definidos em edital, com o intuito de assegurar a participação dos entes federativos no processo de revisão e aperfeiçoamento do MCASP e na elaboração das IPC.

§ 4º As Notas Técnicas são emitidas para elucidar algum ato normativo ou quando algum órgão ou entidade do setor público demandar o entendimento do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal no caso concreto, desde que não haja manifestação anterior aplicável ao mesmo, ou nos casos em que a STN julgar necessário.

---

533 O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) complementa o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Nesse sentido, estabelece o MCASP, 6ª edição, p. 213:

> **3.2.3. Relação com as Informações Fiscais**
> O conteúdo deste capítulo é complementar às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Deste modo ambos os manuais (MCASP e MDF) devem ser analisados de forma integrada, permitindo, assim, a padronização das rotinas contábeis e dos demonstrativos fiscais.
> Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773. Acesso em: 23 set. 2015.

> [...]
>
> Art. 5º As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, estabelecidas no MCASP de acordo com as NBC TSP, devem ser observadas obrigatoriamente pelos entes da Federação, de modo a permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do PCASP.
>
> [...]
>
> Art. 11 O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP deverão ser adotados por todos os entes da Federação até o término do exercício de 2014.

Logo, diante da superveniência da Portaria MPS 509/2013, resta prejudicado o comando normativo do art. 3º da Resolução TC 189/2003, no sentido de se observar a indicação contida na revogada Portaria MPS 916/2003, devendo-se, por conseguinte, adequar a interpretação da Resolução TC 189/2003 à nova Portaria MPS 509/2013, motivo pelo qual se impõe a observância às diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais[534], 6ª edição, válido para 2015, publicado pela Portaria STN 533/2014[535], bem como demais normas correlatas.

Por fim, resta analisar a parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003, em destaque a seguir:

> Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão classificados e contabilizados, junto ao FUNPES, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho de 2003, **não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes**. (grifou-se)

O fragmento em destaque no dispositivo transcrito se propõe a apresentar uma necessária[536] **consequência** para a classificação e contabilização, junto ao FUNPES, dos benefícios previdenciários por ele custeados: a sua não repercussão nos gastos com pessoal dos **demais** Poderes e Órgãos.

A análise empreendida até esse momento nos dispositivo da Resolução TC 189/2003 demonstra que essa norma encontra-se em harmonia com toda a legislação federal e estadual **vigente à época da sua edição**, tornando-se, todavia, inaplicável em relação à legislação superveniente que com ela tenha se mostrado incompatível, conforme demonstrado alhures.

De plano, verifica-se que a utilização do adjetivo indefinido “demais” antes do substantivo composto “Poderes e Órgãos”, enuncia o caráter residual da expressão em relação ao Poder Executivo estadual, fazendo crer, por exclusão, tratar-se especificamente dos Poderes Legislativo e Judiciário, do

---

534 Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 21 set. 2015.

535 Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/Portaria_STN_553_2014_6_edicao_MDF.pdf/82df78a8-4c84-4fd6-880b-fb2e34abfb25. Acesso em: 23 set. 2015.

536 Mostra-se indispensável a existência de correlação lógico-jurídica entre a parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003 e o restante do texto que lhe antecede na redação do dispositivo.

Ministério Público e do Tribunal de Contas. Logo, o dispositivo não alcançaria o Poder Executivo, circunstância que evidencia, no mínimo, **ausência de uniformização no tratamento conferido ao aporte financeiro**, em nítido descompasso com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) fornecidas por meio da Nota Técnica 633/2011, uma vez que o tratamento contábil a ser dado ao aporte deve ser uniforme dentro de cada ente da federação.

Essa ausência de uniformidade de tratamento contábil do aporte fora constatada pela Área Técnica na análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2014, sendo inclusive objeto de recomendação[537] ao atual chefe do Poder Executivo estadual por meio da Decisão TC 3935/2015 e Termo de Notificação 1433/2015, recebido em 19/06/2015:

> **DECISÃO TC-3935/2015**
>
> **PROCESSO** - TC-1590/2015
>
> **ASSUNTO** - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
>
> **RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE DE 2014 – INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RECOMENDAR – ENCAMINHAR CÓPIAS - APENSAR.**
>
> **DECIDE** o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identifique esses recursos como aporte no

[537] De acordo com o art. 207, inciso IV e V, o termo correto seria "determinação" e não "recomendação", por se tratar de descumprimento das orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais:

> Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:
> [...]
> IV - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido, no prazo de até trinta dias, quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, decidindo pelo arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências;
> V - recomendará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, e arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das recomendações;

Ao substituir o termo "determinação" por "recomendação", há a consequente isenção do múnus de incluir ressalva na prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo estadual, contrariando o que estabelece o art. 132, inciso II, da Resolução TC 261/2013, Regimento Interno desta Corte de Contas:

> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
> [...]
> II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

Quadro “APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR” do mesmo Demonstrativo.

DECIDE, ainda, encaminhar ao atual Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, à Secretaria de Estado da Fazenda, bem como à Secretaria de Estado de Controle e Transparência cópia do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF Nº 7/2015, para ciência.

DECIDE, por fim, sejam os autos encaminhados à 9ª Secretaria de Controle Externo para ser apensado, futuramente, à Prestação de Contas Anual do Governador.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 1433/2015

PROCESSO: TC-1590/2015

ASSUNTO: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

JURISDICIONADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fica o Sr. **Paulo César Hartung Gomes**, Governador do Estado do Espírito Santo, **NOTIFICADO** da Decisão TC-3935/2015 - Plenário, prolatada no processo em epígrafe, que trata de Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Acompanham este Termo cópias da Decisão TC-3935/2015 – Plenário, do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 7/2015.

Vitória, 18 de junho de 2015.

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR
Secretário Geral das Sessões
(Por delegação - Portaria N nº 021/2011)

Salvo melhor juízo, a menção aos “demais Poderes e Órgãos” surge como uma forma de compatibilizar a Resolução TC 189/2003 com a transferência de parte da responsabilidade fiscal promovida pela Decisão TC 006/2001, cujos vícios de legalidade foram amplamente demonstrados no item 2.2.1. Corrobora esse entendimento a menção feita à Decisão TC 006/2001 no preâmbulo da Resolução TC 189/2003:

> **Considerando** que as despesas com servidores inativos estaduais do Estado do Espírito Santo serão realizadas através do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, representando procedimento semelhante à **Decisão Plenária TC nº 006/2001**,

No entanto, emerge da análise em curso o seguinte questionamento: a interpretação dada pelo TCEES a esse quase imperceptível fragmento de texto que encerra o art. 3º da Resolução TC 189/2003[538], quando conjugado com os itens 1 e 3 da Decisão TC 006/2001[539], seria capaz de tornar inaplicável aos demais Poderes e Órgãos autônomos do Estado do Espírito Santo a metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal previstos no art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal[540], **no que tange às despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados ao RPPS**, legitimando, ainda, a ausência de inclusão no Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos demais gastos com inativos e pensionistas (despesas bruta e dedutível), e promovendo a desqualificação do instrumento de transparência, controle e fiscalização previsto nos art. 54 e 55 da LRF[541] e a inobservância das diretrizes emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)?

Ao se consultar o Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, publicados nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2015, constata-se que nenhuma dessas instituições deu publicidade às despesas com seus inativos e pensionistas vinculados ao RPPS na forma como preconizada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais

538 "[...] não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes."

539 1 – Considerar excluído dos gastos com pessoal os valores despendidos com inativos, que obtiveram essa condição até a data de 03/05/2000, vinculados aos Poderes Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.
[...]
3 – Os gastos com inativos, até a publicação da Lei Complementar 101/00, independentemente da vinculação com o Poder ou órgão em regime especial, serão computados juntamente com o Poder Executivo, dentro dos limites fixados pelas chamadas Leis Camata I e II.

540 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

541 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
[...]
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
[...]
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]
II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;
III - demonstrativos, no último quadrimestre:
a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
1) liquidadas;
2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.
§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

da Secretaria do Tesouro Nacional[542] (STN). Esse fato pode ser facilmente comprovado por meio das imagens a seguir colacionadas, extraídas dos respectivos portais da transparência:

PODER LEGISLATIVO[543]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS	MAIO/2014 A ABRIL/2015
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	142.591.204,64	0,00
Pessoal Ativo	136.155.015,98	
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.436.188,66	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	569.665,79	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período		
anterior ao da apuração	569.665,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	142.021.538,85	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.756.086.711,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	142.021.538,85	1,21%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	199.853.474,09	1,70%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	189.860.800,39	1,615%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	179.868.126,68	1,53%

[542] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 14 set. 2015.

[543] Demonstrativo Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/orcamento_fiscal/2015%20-%201º%20Quadrimestre%20-%20RGF%20-%20Despesa%20com%20Pessoal.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.
O valor declarado de R$ 6.436.188,66 se refere às despesas com o extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE) e não com o RPPS.
O Poder Legislativo não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

PODER JUDICIÁRIO[544]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ato nº 664 /2015.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o **art. 55**, inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

RESOLVE:
Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 a ABRIL/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (MAIO/2014 à ABRIL/2015)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	738.947.407,62	1.086.123,69
Pessoal Ativo	737.985.511,84	226.074,47
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	961.895,78	860.049,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	40.441.538,99	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	40.441.538,99	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	698.505.868,63	1.086.123,69
DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (IV) = (III a + III b)	699.591.992,32	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.756.086.711,32	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,95	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	705.365.202,68	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 *do* LRF) – 5,7%	670.096.942,55	
LIMITE DE ALERTA (incido II do § 1º do art. 59 *do* LRF) – 5,4%	634.828.682,41	

[544] Demonstrativo disponível em: http://www.tjes.jus.br/PDF/PUBLICACAO%20RGF%20ato_664-2015.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS[545]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 a ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alíena "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	106.499.310,96	272.624,96
Pessoal Ativo	106.418.134,64	265.438,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	81.176,32	7.186,72
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	7.038.080,88	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.038.080,88	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	99.461.230,08	272.624,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	11.756.086.711,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b)	99.733.855,04	0,848
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	152.829.127,25	1,300
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	145.187.670,88	1,235
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	137.546.214,52	1,170

[545] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Relatorios%20Gestao%20Fiscal/RGF_art%2055_I_a%20_1q_2015%20-%20SEM%20INATIVOS%20-%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.
O Tribunal de Contas não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL[546]

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
MINISTERIO PÚBLICO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	246.814.389,46	
Pessoal Ativo	245.559.861,50	
Pessoal Inativos e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	1.254.527,96	
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	45.180.755,09	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores	45.180.755,09	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	201.633.634,37	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**201.633.634,37**	

APURAÇAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL (V)	11.756.086.711,32
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**1,72**
LIMITE MAXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	235.121.734,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	223.365.647,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) – 1,80%	211.609.560,80

Observe-se que os Poderes e Órgãos não estão computando nem demonstrando as despesas com inativos e pensionistas nos respectivos demonstrativos, situação que impossibilita o controle social sobre os limites de gastos com pessoal. Essa situação priva a sociedade de conhecer, por seus próprios meios, a real situação de parte expressiva das despesas públicas estaduais, na medida em que restringe o controle externo à

[546] Disponível em: https://www.mpes.mp.br/transparencia/Informacoes_a_partir_01_2014_ate_08_2015/Execucao_Orcamentaria_e_Financeira/Limite_de_Gastos_com_Pessoal.asp?precommand=Download&folder=2015%5C&file=RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+FISCAL%2D+1%C2%BA+QUADRIM%2E+2015%2Edoc. Acesso em: 14 set. 2015.
O Ministério Público não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

fiscalização institucional realizada pelos próprios Poderes e Órgãos que se beneficiam do procedimento.

Por certo, sem o fornecimento de informação por parte da Administração Pública não há como o cidadão supervisionar o uso do dinheiro público, no que se inclui o acompanhamento à estrita observância aos limites de gastos com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Partindo da premissa de que os valores apresentados nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal devem retratar com fidedignidade os registros contábeis de cada Poder e Órgão autônomo, o cidadão chega à conclusão de que está havendo **omissão na demonstração não só do aporte, mas de todas as despesas com inativos e pensionistas (brutas e dedutíveis)** por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas.

De acordo com os Relatórios de Análise Fiscal (RAF) emitidos pela Área Técnica do TCEES[547] nos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público estadual, verifica-se que esta Corte de Contas, com fundamento na Decisão TC 006/2001 e na Resolução TC 189/2003, está autorizando os referidos Poderes e Órgão, além do próprio Tribunal de Contas, a não demonstrar à sociedade as despesas efetivas com seu pessoal inativo e pensionistas. Esse procedimento desvirtua o objetivo dos percentuais de despesa com pessoal lançados nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, importante instrumento de transparência, controle e fiscalização introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa situação anômala decorre, precisamente, de uma interpretação conjunta dos itens 1 e 3 da Decisão TC 006/2001, combinados com a parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003. De acordo com a interpretação conferida a esses dispositivos pelo TCEES, parte da **responsabilidade fiscal** dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público estadual e do próprio Tribunal de Contas, no que tange ao aporte financeiro mensal, seria transferida para o Poder Executivo (itens 1 e 3 da Decisão TC 189/2001), desobrigando aqueles Poderes e Órgãos de **computar** e de **divulgar** as despesas com seus inativos e pensionistas por meio do Demonstrativo da Despesa com Pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003).

Conforme já mencionado, de acordo com a Nota Técnica 633/2011[548], emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o aporte para cobertura de déficit financeiro deve ser transferido diretamente do tesouro do ente da federação para o RPPS, mediante interferência financeira (de forma extraorçamentária). Por certo, esse procedimento contábil não interfere na metodologia de cálculo das despesas com inativos e pensionistas de cada Poder ou órgão **para fins fiscais**, porquanto os referidos gastos devem ser aferidos, primariamente, a partir da contabilização realizada pelo RPPS,

---

547 Relatório de Analise Fiscal RAF 7/2015, encartado no Processo TC 6492/2015, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Judiciário (1º quadrimestre de 2015);
Relatório de Análise Fiscal RAF 10/2015, encartado no Processo TC 6493/2015, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Ministério Público Estadual (1º quadrimestre de 2015);
Relatório de Análise Fiscal RAF 8/2015, encartado no Processo TC 6269/2015, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Assembleia Legislativa (1º quadrimestre de 2015).

548 Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Nota_Tecnica_6332011_CCONF_SUBSECVI_STN.pdf. Acesso em: 15 set. 2015.

conforme se colhe das orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais[549], publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

> **03.04.02.02 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)**
>
> [...]
>
> **Independentemente do formato administrativo** que assuma no âmbito do ente, seja autarquia, fundação ou fundo previdenciário, o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência, ter caráter contributivo, ser organizado com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em conformidade com o Plano de Contas Aplicado aos RPPS, publicado pelo Ministério da Previdência Social e adotar os procedimentos necessários ao controle da despesa com pessoal previsto na LRF, **inclusive quanto ao registro e evidenciação das receitas e despesas de cada um dos Poderes ou órgãos**. (grifou-se) (p. 181)
>
> [...]
>
> **04.01.01.01 Conteúdo do Demonstrativo**
>
> [...]
>
> **Para permitir a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder, o RPPS deverá manter registros destacados das receitas e despesas de cada um dos Poderes**, podendo ser adotado o critério da identificação orçamentária (ação) ou da unidade gestora especifica, no registro e evidenciação das despesas de cada um dos Poderes. O RPPS deve, ainda, ter condições de **fornecer as informações necessárias que possibilitem ao respectivo Poder ou órgão utilizar tais informações para fins de elaboração do seu RGF, mediante apuração dos valores brutos de inativos e pensionistas, assim como do montante de inativos e pensionistas pagos com recursos do RPPS**, utilizando o plano de contas do RPPS. (grifou-se) (p. 502)

Portanto, o RPPS constitui fonte primária das informações atinentes às receitas e às despesas com inativos e pensionistas dos Poderes e Órgãos, necessárias à elaboração dos respectivos Demonstrativos da Despesa com Pessoal. Apenas o gestor único do RPPS possui condições de precisar o total de despesas com inativos e pensionistas oriundos de cada Poder e Órgão, considerando as possíveis variações mensais dos proventos pagos a cada beneficiário.

A necessidade de tal procedimento decorre do fato de a Lei de Responsabilidade Fiscal ter adotado **critério finalístico** para aferição e demonstração das receitas e das despesas com inativos e pensionistas, isto é, dos recursos que foram efetivamente recebidos ou pagos pelo RPPS. Por esse motivo, os dados necessários ao cálculo dos limites de despesa com inativos e pensionistas, para fins fiscais, devem ser coletados diretamente junto ao gestor único do RPPS – *in casu*, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) –, razão pela qual o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN destaca a importância do papel do RPPS

[549] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 14 set. 2015.

no fornecimento das informações necessárias à elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Isso significa que, **para fins estritamente fiscais**, no caso específico da aferição dos limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se irrelevante a origem do aporte (se proveniente dos Poderes e Órgãos ou do tesouro estadual) ou a forma de sua transferência ao RPPS (se orçamentária ou extraorçamentária), tendo em vista que, em qualquer caso, o cômputo das despesas com seus inativos e pensionistas deve ser atribuído, individualmente, a cada um dos Poderes e Órgãos. Para tanto, o cálculo da despesa total com pessoal de cada Poder e Órgão, em relação ao aporte, deve ser realizado a partir da despesa total do RPPS, considerando os benefícios previdenciários vinculados a cada Poder e Órgão autônomo.

Certamente, a possibilidade de se transferir o aporte mediante execução orçamentária (forma antiga) ou interferência financeira (forma atual) não poderia jamais repercutir na metodologia de cálculo dos limites fiscais, como pretende o TCEES ao conferir à parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003 uma interpretação extensiva que permite a exclusão indevida de valores, sob pena de se admitir a possibilidade de criação de artifícios aptos a frustrar a aplicação da LRF, já que a aferição dos limites fiscais previstos na LRF possui regras próprias que não se subordinam a procedimentos contábeis tendentes a afastar ou transferir, no todo ou em parte, a responsabilidade fiscal dos Poderes e Órgãos.

Nesse sentido, cumpre transcrever trecho do Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aplicável ao exercício de 2015:

> **04.01.02.01 Despesa com Pessoal**
>
> A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), **deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF (despesas deduzidas), não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais**. (p. 502) (grifou-se)

Desse modo, a forma como as despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários são classificadas e contabilizadas junto ao FUNPES não é capaz de alterar a disciplina jurídica prevista nos art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal nem os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), **não repercutindo, portanto, na metodologia de cálculo das despesas com pessoal inativo e pensionistas dos Poderes e Órgãos**, circunstância que não exonera os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas de computar e de demonstrar à sociedade suas despesas com inativos e pensionistas.

À luz da legislação atualmente em vigor, o Ministério Público de Contas entende ser esta a interpretação mais consentânea a ser conferida à parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003, à luz do que prescreve a Lei de Responsabilidade Fiscal e os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

2.3.2.3.4 Do Artigo 4º da Resolução TC 189/2003

Finalmente, chega-se ao art. 4º da Resolução TC 189/2003, *verbis*:

> **Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2003.

O dispositivo em questão encerra a Resolução TC 189/2003, estabelecendo a retroatividade dos seus efeitos para a partir de **01/07/2003**. Logo, a aplicação dessa Resolução alcançaria metade do exercício de 2003 (julho a dezembro). Por outro lado, se a Resolução TC 189/2003 entrasse em vigor na data da sua publicação, ocorrida em **24/10/2003**, seus reflexos seriam sentido no máximo durante os últimos três meses de 2003 (outubro a dezembro). Explicitando.

Por ocasião da publicação da Resolução TC 189/2003, ocorrida em **24/10/2003**, já havia expirado o prazo de trinta dias – findo em **30/09/2003** – para publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º quadrimestre de 2003 (período de apuração: setembro de 2002 a agosto de 2003), conforme previsão contida no § 2º do art. 55 da LRF[550]. Desse modo, a Resolução TC 189/2003 só poderia ser aplicada ao RGF do 3º quadrimestre 2003 (período de apuração: janeiro de 2003 a dezembro 2003), **repercutindo, portanto, nas despesas com pessoal de metade do exercício financeiro de 2003 em relação ao RGF do 3º quadrimestre, o qual coincide com o período integral do exercício financeiro para fins de prestação de contas anual**.

2.3.3 Do Precedente Firmado no Processo TC 6016/2015 – PCA 2014 do Governador do Estado

Como **terceiro fundamento** para a ausência de cômputo e de demonstração das despesas com inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), o Relatório de Análise Fiscal RAF 10/2015 se reportou ao Processo TC 6016/2015, referente à prestação de contas anual (PCA) do governador do Estado, exercício financeiro de 2014, onde, segundo consta na citada peça técnica, o "*Plenário desta Corte corroborou o entendimento de que as despesas de inativos e pensionistas dos demais Poderes e Órgãos sejam consideradas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo estadual,* ***na forma procedida em análises anteriores dos relatórios de gestão fiscal****. Processo apreciado na sessão especial do Plenário do TCE-ES em 16/07/2015, Parecer-Prévio ainda não publicado*". (grifou-se)

De fato, na mencionada prestação de contas o Plenário do TCEES acolheu *in totum*, nos termos do voto do Conselheiro Relator, a análise desenvolvida pela Comissão de Análise das Contas do Governador, a qual se serviu da metodologia extraída da Decisão TC 006/2001 e da Resolução TC 189/2003 para o cálculo da despesa com pessoal do Poder Executivo estadual. De acordo com essa metodologia, a responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, no que tange à obrigação legal de computar e de demonstrar à sociedade suas despesas com inativos e pensionistas vinculados ao RPPS, é transferida para o Poder Executivo estadual. Em síntese, esse procedimento permite que o Poder Executivo inclua em seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal as despesas com os inativos e pensionistas

[550] Art. 55. O relatório conterá:
[...]
§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS) dos demais Poderes e Órgãos autônomos, possibilitando a redução dos gastos com pessoal para fins de aferição dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, cumpre esclarecer que o Processo TC 6016/2015 ainda se encontra em fase recursal, aguardando o julgamento dos embargos de declaração opostos com o propósito de esclarecer pontos omissos e contraditórios identificados pelo Ministério Público de Contas[551], de modo que o mencionado Parecer Prévio TC 50/2015 ainda não representa o posicionamento definitivo deste órgão de controle externo sobre a aludida prestação de contas, carecendo, portanto, de eficácia para subsidiar o julgamento dos atos de governo praticados pelo chefe do Poder Executivo estadual, circunstância que torna prematuro e temerário fazer qualquer prognóstico sobre a sua possível imutabilidade.

2.4 Do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo Estadual, Referente ao 1º Quadrimestre de 2015

Por derradeiro, releva destacar que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, referente ao 1º quadrimestre de 2015[552], onde, de acordo com a Decisão TC 006/2001 e a Resolução TC 189/2003, foram computadas as despesas com os inativos e pensionistas vinculados ao RPPS dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, **não apresenta a segregação das despesas por Poder e Órgão, tornando impossível ao cidadão conhecer o valor individualizado dos gastos com inativos e pensionistas**, frustrando sobremaneira o controle social.

Observe-se na imagem a seguir que não é possível identificar o valor individualizado das despesas com os inativos e pensionistas de cada um dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, seja o valor bruto, o valor deduzido ou o valor do aporte financeiro destinado ao RPPS. Diante dessa visível confusão de despesas, o Poder Executivo se viu forçado a revelar suas despesas com o aporte financeiro, calculado em **R$ 1.347.221.901,72** (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e um reais, e setenta e dois centavos), por meio de nota explicativa (Nota Explicativa nº 6):

---

551 Conquanto o Plenário do TCEES tenha aprovado **sem ressalvas** a prestação de contas anual do governador do Estado, acolhendo *in totum* o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015, nos termos do voto do relator, todas as 17 recomendações constantes no referido relatório deixaram de ser incluídas no Parecer Prévio 50/2015. Caso consistam em impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, cada uma das recomendações será suficiente, por si só, para alterar o resultado do julgamento para aprovação **com ressalva**, nos termos do art. 132, inciso II, da Resolução TC 261/2013, Regimento Interno desta Corte de Contas:

> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
> [...]
> II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

552 Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/01Q2015/01Q2015.zip. Acesso em: 19 set. 2015.

PODER EXECUTIVO[553]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**6.092.820.442,25**	**6.064.248,11**
Pessoal Ativo	3.862.296.943,59	4.828.370,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.014.284.856,68	718.911,58
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	216.238.641,98	516.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**877.221.171,08**	**983.508,15**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.674.671,05	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	234.579.397,94	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	38.385.276,86	257.032,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	594.581.825,23	102.770,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.215.599.271,17**	**5.080.739,96**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**5.220.680.011,13**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**11.756.086.711,32**
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**44,41%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	**5.760.482.488,55**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	**5.472.458.364,12**
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	**5.184.434.239,69**

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.322.259,54
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	88.358,00
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.306.466,31
TOTAL	**5.717.083,85**

3 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de **R$ 10.000.000,00** (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

4 - Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R$ **112.028,07** referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

553 Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/01Q2015/01Q2015.zip. Acesso em: 23 set. 2015.

6 - Na linha "Pessoal *Inativo e Pensionistas*" está sendo computado o montante de **R$ 1.347.221.901,72** (*registrado na Natureza de Despesa 319113-3647*) referente a Contribuição Complementar do Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

7 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF); orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "*Pessoal Inativo e Pensionistas*" e "*Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados*" estão compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	*Últimos 12 Meses em R$*
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	594.581.825,23
+ Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.347.221.901,72
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	72.481.129,73
Total	**2.014.284.856,68**

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	*Últimos 12 Meses em R$*
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.122.738.215,84
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.347.221.901,72
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Demais Poderes	180.934.488,89
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS	**594.581.825,23**

9 - No último quadrimestre de 2014 foi apresentado o montante de R$ **6.210.983,05** referente à coluna INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. Até o primeiro quadrimestre de 2015, foi cancelado R$ **146.734,94** deste montante, conforme abaixo detalhado:

Natureza	Descrição da Conta	Valor Cancelado
319001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	184,71
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	215,63
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	48.394,19
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	19.504,00
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.855,86
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	29.580,55
	TOTAL	**146.734,94**

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Com base nas informações divulgadas por meio desse Demonstrativo, verifica-se, tão-somente, que a **despesa total** dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas com o aporte financeiro no mesmo período (maio de 2014 a abril de 2015) alcançou **R$ 180.934.488,89** (cento e oitenta milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), não sendo possível identificar a cota-parte relativa a cada Poder e Órgão. Portanto, em nenhum dos Demonstrativos publicados consta a segregação das despesas com o aporte financeiro dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, nem a demonstração de suas despesas totais com inativos e pensionistas para fins fiscais.

Ainda, colhe-se da Nota Explicativa nº 7 que a inclusão do aporte financeiro relativo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas no cômputo das despesas com pessoal do Poder Executivo estaria respaldada por três fundamentos, a saber:

1) Art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
2) Orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
3) Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no Processo SEP 64634051[554].

No entanto, a análise empreendida pelo Ministério Público de Contas constatou que os três fundamentos apresentados pelo Poder Executivo preconizam procedimento contrário ao que foi adotado na confecção do

554 Consulta disponível em: http://www.protocolo.es.gov.br/consultarprocessoweb.aspx. Acesso em: 24 set. 2015.

Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, evidenciando uma inegável contradição, conforme se passa a demonstrar.

Ao examinar o parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) – órgão consultivo do Poder Executivo estadual nos termos do art. 122 da Constituição Estadual[555] e do art. 3º, inciso X, da Lei Complementar estadual 88/1996[556] –, exarado em **28 de maio de 2014** no **Processo SEP nº 64634051**, nota-se que houve evidente equívoco por parte do Poder Executivo, porquanto a mencionada peça técnica posiciona-se em sentido diametralmente oposto ao adotado no Demonstrativo em tela, uma vez que opina "***no sentido de que incumbe a cada Poder ou órgão autônomo proceder ao cômputo da respectiva despesa total com pessoal, na qual se inserem as despesas com inativos e pensionistas, não se admitindo a transferência, ao Executivo Estadual, de despesa que não lhe é afeta***", conforme se colhe do seu interior teor:

[555] Art. 122 A Procuradoria-Geral é o órgão que representa o Estado, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhes ainda nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Estadual.

[556] Art. 3º - A Procuradoria Geral do Estado, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, tem a seguinte competência fundamental:
[...]
X - Fixar administrativamente a interpretação da Constituição, das leis, decretos, ajustes, contratos e atos normativos em geral, a ser uniformemente observadas pelos órgãos e entidades da Administração Estadual;

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

PROCESSO nº 64634051

PARECER

Análise jurídica . "Aporte" financeiro pelo Poder Executivo Estadual para fins de contabilização das despesas de pessoal – inativos e pensionistas – do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Considerações.

Senhor Subprocurador Geral para Assuntos Administrativos,

1. Cuida-se de análise jurídica do procedimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TC/ES, que com base na "decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, passou a incluir a partir de análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, o que acabou por onerar os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal LRF"[1].

O objeto da análise em referência é o mesmo constante do processo Nº 63761688, que tem por órgão consulente a SECONT, pelo que

[1] OF/SEFAZ/GABSEC/ Nº 393/2013, fl.01

6376

os fundamentos aqui apresentados serão, da mesma forma, reproduzidos naquela consulta, mediante juntada do presente parecer, que segue apenso ao despacho lá constante.

Juntada às fls. 05/16 Nota Técnica nº 008/2013 da SECONT, em que essa procede a análise da Decisão TC-1297/2013, referente ao Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º quadrimestre de 2012, concluindo que: a decisão e resolução do TCEES é contrária a proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (cópia às fls. 21/30), pelo que pode – dado ser o "aporte" crescente a cada ano – comprometer os limites de pessoal definidos na LRF, recomendando a análise desta PGE acerca do tema.

Fora juntada ainda à fl. 17, cópia da Decisão Plenária do TC, nº 006/2001, que acaba por estabelecer um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000 deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Anexada aos autos ainda cópia da Resolução nº 189/2003, que disciplina o tratamento a ser dado ao aporte financeiro de que trata a Lei complementar Estadual Nº 263/2003 (que fora, diga-se, revogada pela Lei Complementar nº282/2004).

É o relatório, no essencial.

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

2. Inicialmente, destaco que a análise aqui colacionada por esta PGE, limitar-se-á apenas às questões jurídicas constantes da consulta formulada, não sendo nossa a responsabilidade das questões técnicas ou contábeis vinculadas ao objeto da consulta, bem como as de conveniência e oportunidade emitidas pelos Agentes Públicos vinculados aos autos em epígrafe.

Dito isso, passa-se a análise dos pontos jurídicos propriamente ditos. Conforme consubstanciado no Ofício enviado pelo Secretário de Estado da Fazenda, que aponta o início da adoção da metodologia, pelo Tribunal de Contas do Estado[2], *"a partir da análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, onerando, desta forma, os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF"*.

Cumpre esclarecer, inicialmente – para fins de resposta a consulta posta –, com base nos conceitos extraídos da Lei Complementar 101/2000, a definição de Despesa Total com Pessoal.

Lei Complementar n.º 101/2000:

"Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies

[2] Consubstanciado da decisão plenária TC-006/2001 e na Resolução TC-189/2003.

remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência." (grifo nosso)

Assim, temos que mencionada lei define DTP – Despesa Total com Pessoal como a soma de todas as espécies remuneratórias gastas com ativos, inativos e pensionistas. O conceito, em termos brutos, tem caráter meramente exemplificativo, como se denota pela utilização das expressões abertas "com quaisquer espécies remuneratórias", "tais como" e "vantagens pessoais de qualquer natureza", que tem o claro objetivo de evitar burlas decorrentes da criação de novas terminologias. O princípio, assim, é o da prevalência, da essência, sobre a forma.

A partir do texto da lei, que é explicito quanto a inclusão, resta inadmissível a exclusão de inativos e pensionistas do conceito de DTP, pelo que, desde já, firmo meu entendimento contrário ao do explicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Noutros Estados (em entendimentos, inclusive, já superados), procedeu-se a exclusão dos pensionistas no conceito de DTP mediante utilização do argumento de que os pensionistas não são explicitamente citados no art. 169 da Constituição Federal. Este, assim dispõe:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (destaquei)

Tal entendimento não encontra amparo dado que a LRF é a lei complementar que estabelece os limites para a DTP e fica patente que, ao remeter o tema para lei complementar, o legislador constituinte entendeu desnecessário alongar-se em considerações conceituais, posto que se a lei complementar pode estabelecer os limites, pode também conceituar a despesa, para que não reste dúvida quanto a que itens considerar. Parte-se do pressuposto de que quem pode o mais, pode o menos.

Temos que as despesas com inativos e pensionistas estão inseridas no conceito do gênero finanças públicas, cujas normas gerais a Constituição reservou à lei complementar, consubstanciada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se a regulamentação tivesse sido por meio de lei ordinária, poder-se-ia questionar o instrumento jurídico, como, por exemplo, ocorreu com o limite de inativos previsto no § 1° do art. 2° e Art. 2°-A da Lei n.° 9.717/1998, revogados pela Lei n.° 10.887/2004, após o Supremo Tribunal Federal-STF ter se pronunciado na ADI 2238, *in verbis*:

> *Prosseguindo no julgamento, o Tribunal conferiu interpretação conforme à Constituição Federal ao inciso II do art. 21 da LC 101/2000 ("Art. 21 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: ... II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo."), para que se entenda como "limite legal" o previsto em lei complementar.*[3] *(destaquei)*

Necessário se destacar, inclusive, que foi nesse mesmo sentido que a LRF **estabeleceu limites por Poder e órgão**, aspecto que

[3] *Informativo STF n.° 297 – ADI 2238, em 12/02/2003.*

já foi objeto de questionamento no STF por ocasião da mesma ADI 2238. Na oportunidade, o STF não concedeu liminar para fins de suspensão do art. 18 da LRF, pois não vislumbrou inconstitucionalidade no dispositivo.

Importante destacar que mencionado argumento utilizado para a exclusão indevida de pensionistas não é utilizado para as demais despesas citadas no artigo 18 da LRF, o que sugere o caráter casuístico da alegação, para fins de adequação aos limites estabelecidos na lei complementar. Há que se ressaltar, também, que a LRF é também a lei complementar a que se refere o artigo 163 da Constituição, que cito:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:
I - finanças públicas;
II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
III - concessão de garantias pelas entidades públicas; (...)

Dito isto, importa frisar, ainda, que em diversas passagens da Constituição o legislador utiliza o termo "inativo" como gênero que contempla as espécies aposentados e pensionistas. A redação do artigo 234 da Constituição não deixa dúvida que a União **não pode assumir** despesas com inativos, tampouco com pensionistas dos Estados que forem criados, até porque tal possibilidade careceria de razoabilidade jurídica. Assim, a título de exemplo merecem citação os artigos 29-A e 234 da Constituição Federal:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos ***os gastos com inativos****, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das*

6376

transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional n.° 25, de 2000) (...)

*Art. 234. **É vedado à União**, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a **despesas com pessoal inativo** e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.* (grifei e destaquei)

Assim, ao estabelecer normas gerais de finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal pode tratar de quaisquer matérias nesse escopo, que não poderia deixar de incluir as despesas com pessoal, com todos os itens que a compõem, pela importância que tem essa variável para o equilíbrio das finanças públicas. Por essas razões, é de se entender como descabida a exclusão de pensionistas do conceito de DTP.

Tal prática, destaque-se, sequer é adotada no âmbito do Estado do Espírito Santo, ao menos não é manifesta na consulta formulada. Importa, contudo, desde já, explicitar tais fundamentos, dado que colaboram para o entendimento firmado face ao objeto da consulta.

Como se vê, ao incluir inativos e pensionistas no conceito de DTP, a Lei de Responsabilidade Fiscal abarcou benefícios tipicamente previdenciários, de caráter contributivo, definidos nas normas gerais de previdência. Fica claro, assim, que todos os benefícios previdenciários devem integrar a DTP, juntamente com a despesa com inativos e pensionistas.

Patente, portanto, pela simples leitura do artigo 18, que não há fundamentação para a exclusão de inativos e pensionistas do

conceito de DTP, dado que não constantes das exceções apontadas no artigo 19, §1°, da Lei Complementar 101/2000. **No presente feito, resta evidenciada essa premissa, recaindo o questionamento sobre quem recai a responsabilidade por "contabilizar" a despesa.**

Ao tratar esse ponto, importa destacar que a LRF não apenas fixou o limite global para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas, sobretudo, cuidou de repartir taxativamente os limites **entre os Poderes e órgãos com autonomia funcional, administrativa e financeira** conferida na forma da Constituição, com redação dada pela Emenda 19/1998 (§§ 3° e 4° do art. 169) e fixou o prazo de até dois quadrimestres para recondução ao limite na hipótese de descumprimento, conforme previsto nos artigos 20 e 23 da LRF. Para fins de adequado equilíbrio das contas públicas, há a necessidade de um teto legal às despesas com pessoal dos poderes e órgãos autônomos e das instituições independentes para a contenção da expansão do gasto público. Cito:

> *Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*
> *(...)*
> *II - na esfera estadual:*
> *a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;*
> *b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;*
> *c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;*
> *d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;*
> *(...)*

Como vemos, agiu adequadamente o legislador complementar, visto que a geração de despesas com pessoal decorre da prática de ato de gestão que pressupõe autonomia administrativa e financeira constitucionalmente assegurada a Poderes e órgãos, como ocorre com a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério

Público, e o Tribunal de Contas, todos do Estado do Espírito Santo. Indubitavelmente o controle da despesa com pessoal previsto nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição passa pela adoção de providências que dependem apenas da iniciativa privativa do titular de cada órgão com Poder de autogoverno.

Em razão disso, estabeleceu-se na Lei de Responsabilidade Fiscal que, nos Poderes Judiciário e Legislativo, os limites são repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida (artigo 19). Ressalte-se, também aqui, que da mesma forma que o artigo 18, o artigo 20 da LRF já foi liminarmente apreciado pelo STF na ADI 2238/2000, que negou sua suspensão.

Desta feita, resta inadmissível o entendimento que adota a prática (chamada) "condominial" para aposentados e pensionistas, de forma a remeter ao Executivo Estadual a despesa que é afeta a um poder ou órgão determinado. Tal prática não coaduna com a lógica jurídica insculpida na LRF. Vejamos o que dispõe o artigo 20 da Lei em referência:

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.
(...)
§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.
§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

> *§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.*

Para que não reste dúvida ou surjam argumentos despropositados nesse sentido, desde já importa salientar que não pretendeu o legislador no §5º do artigo 20, acima citado, admitir que a Lei de Diretrizes Orçamentárias pode estabelecer repartição dos limites diferente da LRF, ou em outras palavras, limites por Poder e órgão maiores que os estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui, a intenção do legislador foi abrir a possibilidade de que se estabelecessem limites ainda mais **restritivos** na LDO, posto que esta não tem poderes para estabelecer limites superiores aos estatuídos pela lei complementar prevista constitucionalmente como o instrumento para fazê-lo.

Da leitura das informações constantes do presente processo, é de se verificar que as razões que deram sustento a medida adotada pelo TCES a partir do 2º quadrimestre de 2012 consta de dois instrumentos: 1) Decisão Plenária TC-006/2001; 2) Resolução TC-189/2003.

Ao se proceder a análise de um e de outro instrumento, é de se verificar que **nenhum deles dão azo a prática agora adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**.

A Decisão Plenária TC-006/2001, como dito no relatório da presente manifestação, estabeleceu um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000

27
637616

deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Ou seja, mencionada decisão, ainda que tivesse amparo na LRF – que, com todo respeito ao entendimento perfilhado pelo TCES, não há, a meu ver, conforme explicitado no parágrafo que segue –, impõe a cada poder ou órgão a responsabilidade pelas despesas com seus pensionistas e inativos, e cria uma exceção, que são as despesas com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000. Para estes, e somente para estes, estas seriam lançadas no cômputo do Executivo Estadual. Está, segundo as informações constantes do presente feito, não foi a conduta do TCES, que passou a lançar integralmente essas despesas ao Executivo Estadual, sem considerar qualquer marco temporal.

Como dito, em que pese os respeitáveis entendimentos perfilhados pelo TCES, entendo que este **não tem esse poder de conferir interpretação a Lei Complementar – no caso, a própria LRF – que esteja completamente dissociada de seus termos**.

Não há, a partir da leitura da LRF, qualquer dispositivo que possibilite, sob qualquer prisma, firmar os efeitos decorrentes da aplicação das normas impostas tal qual firmados pela Decisão Plenária TC Nº 006/2001. O que temos, aqui, é o TCES assumindo a função do legislador, e atribuindo a lei efeitos que ela própria não tratou, e gerando, a partir daí, manifesta discrepância financeira, dado que determinados órgãos não estariam integralmente sujeitos as diretrizes da LRF, em prejuízos de outros.

Da mesma forma, a Resolução TC-189/2003 não tem o condão de disciplinar o tratamento financeiro referente as despesas

28
C576168

com pessoal, face aos limites da LRF, **visto que esta resolução não mais é aplicável**. Isto, dado basear-se em Lei **revogada** (Lei Complementar Nº 263, de 24.10.2003) expressamente pela Lei Complementar Nº 282/2004, de 26.04.2004, que unificou e reorganizou, na forma da Constituição Federal e da legislação federal aplicável, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Referida Lei Complementar 282/2004, que guarda correspondência legal com a LRF e a CF, é explicita em atribuir, a cada poder ou órgão, a responsabilidade pela integral complementação das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuição forem insuficientes para seu pleno atendimento, vejamos:

> ***Art. 40.*** *O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:*
> *(...)*
> ***§ 1º*** *Além das contribuições previstas neste artigo ficam o Poder Executivo* ***e*** *demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral* ***das correspondentes folhas*** *de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.* (grifei e destaquei)

Em assim sendo, é de se observar que os poderes e órgãos mencionados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como no artigo 4º da Lei Complementar 282/2004 **deverão, quando da elaboração do seu Demonstrativo de Despesa com Pessoal, pertencente ao**

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

Relatório de Gestão Fiscal, registrar o total bruto das despesas com seus respectivos inativos e pensionistas.

3. Em razão do exposto, **opino no sentido de que incumbe a cada Poder ou órgão autônomo proceder ao cômputo da respectiva despesa total com pessoal, na qual se inserem as despesas com inativos e pensionistas, não se admitindo a transferência, ao Executivo Estadual, de despesa que não lhe é afeta.**

É o parecer, s.m.j., que submeto à apreciação superior.

Vitória, 28 de maio de 2014.

ELIÉZER LINS SANT'ANNA
Procurador do Estado

Logo, não assiste razão aos atuais gestores do Poder Executivo estadual quando afirmam ter embasado a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal no "*Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051*", emitido durante a gestão anterior.

Consta ainda no parecer da Procuradoria Geral do Estado que, segundo informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), mediante ofício dirigido à PGE, somente a partir do **2º quadrimestre de 2012** é que o Tribunal de Contas passou a incluir no cômputo da despesa com pessoal do Poder Executivo as despesas com os inativos e pensionistas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. *A contrario sensu* do que foi declarado, infere-se que até o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do **1º quadrimestre de 2012** (inclusive) os demais Poderes e Órgãos autônomos não computavam nem demonstravam à sociedade suas despesas com inativos e pensionistas vinculados ao RPPS. Esse triste fato pode ser comprovado por meio dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo,

relativos ao **1º quadrimestre de 2012** (período de apuração: maio de 2011 a abril de 2012):

PODER LEGISLATIVO[557]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF- ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a ") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS *MAIO/11 A ABRIL/12*	
	LIQUIDADAS(a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.301.581,44	25.317,17
Pessoal Ativo	93.698.341,62	25.317,17
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.603.239,82	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	308.955,63	-
Despesas de Exercícios Anteriores	308.955,63	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	99.992.625,81	25.317,17
DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP (IV)= (IIIa + IIIb)	100.017.942,98	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA-RCL(V)	10.259.232.169,75
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V)*100	0,97%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -1,70%	174.406.946,88
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1,615%	165.686.599,54

FONTE: Siafem **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Diretoria de Finanças
Data da emissão: 22/mai/2012 **hora de emissão:** 11h e 21m

[557] Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/orcamento_fiscal/1%20QUAD.12%20G.PESSOAL(RGF).pdf. Acesso em: 22 set. 2015.
O valor declarado de R$ 6.603.239,82 se refere às despesas com o extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE) e não com o RPPS.
O Poder Legislativo não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

PODER JUDICIÁRIO[558]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 À ABRIL/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Maio/2011 à Abril/2012)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**535.118.007,62**	**426.163,55**
Pessoal Ativo	530.030.023,89	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	5.087.983,73	426.163,55
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**52.951.236,42**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	52.951.236,42	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**482.166.771,20**	**426.163,55**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	**482.592.934,75**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**10.259.232.169,75**
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**4,70%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	615.553.930,19
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%	584.776.233,68

FONTE: Despesas: Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Receitas: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 29/05/2012, por meio eletrônico.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Não incluído no montante da despesa com pessoal o valor da complementação previdenciária (Aporte), considerando o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prolatado no Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, bem como em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, conforme manifestação registrada na Decisão Plenária TC nº 006/2001 e Resolução nº 189/03.

[558] Disponível em: http://www.tjes.jus.br/PDF/gestaofiscal/RGF_primeiro_quadrimestre_2012.pdf. Acesso em: 22 set. 2015. Após consulta realizada no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não foi possível localizar a decisão final do Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, citado na Nota Explicativa 2 do demonstrativo do Poder Judiciário. No entanto, este *Parquet* de Contas localizou o seguinte julgado do CNJ:

> **RECURSO ADMINISTRATIVO NO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 2008.10.00.001781-9**
> **Relator:** Conselheiro JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
> **Requerente:** Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás
> **Requerido:** Conselho Nacional de Justiça
> **CERTIFICO** que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
> "*O Conselho, por unanimidade, deu provimento ao recurso e julgou parcialmente procedente o pedido de providências, nos termos do voto do Relator no sentido de recomendar aos Tribunais a estrita observância da disciplina do artigo 18 da Lei Complementar n. 101/2000 e das normas gerais para consolidação das contas públicas veiculadas no manual editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no tocante à fórmula de cálculo e parcelas que integram a despesa total com pessoal, exceto quanto a matéria objeto da ADI nº 3998. Presidiu o julgamento o Conselheiro Ministro Gilson Dipp. Plenário, 24 de novembro de 2009.*"

Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ecnj/download.php?num_protocolo=100012591802885&seq_documento=1. Acesso em: 22 set. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL[559]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	193.878.612,46	
Pessoal Ativo	190.019.815,03	11.275,29
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.858.797,43	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	32.026.594,29	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	28.674.847,14	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
EXCLUSÕES CONFORME DECISÕES, PARECERES DO TCEES	3.351.747,15	-
Ajuda de Custo	3.351.747,15	-
		-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	161.852.018,17	11.275,29
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	**161.863.293,46**	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	**10.259.232.169,75**
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**1,58**
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF – 2%	205.184.643,39
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,90	194.925.411,22

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

559 Disponível em: https://www.mpes.mp.br/transparencia/Informacoes_ate_12_2013/Despesa_com_Pessoal.asp?precommand=Download&folder=2012%5C&file=RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+FISCAL+%2D+1%C2%BA+QUADRIM%2E+2012%2E.pdf. Acesso em: 22 set. 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS[560]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 a ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alíena "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	66.784.155,76	163.661,31
Pessoal Ativo	66.759.751,27	154.039,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	24.404,49	9.621,97
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	3.020.007,99	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.020.007,99	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	63.764.147,77	163.661,31
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	63.927.809,08	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	10.259.232.169,75
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,623
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	133.370.018,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	126.701.517,30

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 28 de maio de 2012.

Nota:

Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:
a) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R$ 6.331,48 (seis mil e trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2011 e consideradas como despesa realizada no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no primeiro quadrimestre de 2012.

Considerando que as despesas com inativos e pensionistas relativas ao **1º quadrimestre de 2012** não foram incluídas nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo referente ao mesmo período fiscal, conclui-se que os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não computavam nem divulgavam seus gastos com inativos e pensionistas, mantendo-os à margem do que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, inviabilizando, com isso, o exercício do controle social.

No que diz respeito à menção feita pelo Poder Executivo aos art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, além da primorosa análise desses

[560] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Relatorios%20Gestao%20Fiscal/RGF_art%2055_I_a%20_1q_2012.pdf Acesso em: 18 de setembro de 2015.
O Tribunal de Contas não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

dispositivos realizada pela PGE no parecer encartado ao Processo SEP 64634051, seu enfrentamento já foi objeto dos itens anteriores deste parecer ministerial, procedido à luz do que preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, válido para 2015, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Por fim, no que tange ao último fundamento lançado na Nota Explicativa nº 7, este *Parquet* de Contas desconhece a existência de orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que desautorize a aplicação das orientações contidas no seu próprio Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e que ampare a metodologia de cálculo adotada pelo Poder Executivo na apuração das despesas com inativos e pensionistas constante no seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no sentido de excluir a responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas em relação às despesas com seus inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), transferindo-a para o Poder Executivo.

3 CONCLUSÃO

Postas essas premissas fáticas e jurídicas,

CONSIDERANDO que a Decisão TC 4842/2015 (fl. 52 e 53) foi prolatada sem a necessária manifestação prévia do Ministério Público de Contas, portanto sem a observância do devido processo legal emoldurado no art. 55 da Lei Complementar estadual 621/2012[561], no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar estadual 451/2008[562], e nos art. 38, 287, inciso II, e 303 da Resolução TC 261/2013[563], Regimento Interno do TCEES;

CONSIDERANDO que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal publicado pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2015[564] encontra-se fora do padrão estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme se constata mediante comparação

---

561 Art. 55. São etapas do processo:
I - a instrução técnica;
II - o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas em lei ou no Regimento Interno;
III - a apreciação ou o julgamento;
IV - os eventuais recursos.

562 Art. 3º Compete aos Procuradores Especiais de Contas, além de outras atribuições estabelecidas na Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas:
II - emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal na forma que dispuser a Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, com exceção dos processos administrativos internos;

563 Art. 38. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:
[...]
II – emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal, com exceção dos processos administrativos internos;
[...]
Art. 287. São etapas do processo:
[...]
II – o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas em lei ou neste Regimento;
[...]
Art. 303. Encerrada a instrução, os autos serão remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito.

564 O RGF do 1º quadrimestre de 2015 adota o período de apuração compreendido entre os meses de maio de 2014 e abril de 2015.

entre o Demonstrativo publicado pelo Poder Judiciário (fl. 6) e o Demonstrativo elaborado pela Área Técnica do TCEES[565] (fl. 44);

CONSIDERANDO que, para fins fiscais, o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal[566] (LRF) define despesa total com pessoal como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, na qual se inclui, indubitavelmente, o aporte mensal para cobertura do déficit financeiro do RPPS;

CONSIDERANDO que os itens 1 e 3 da Decisão TC 006/2001, prolatada em 26/06/2001[567], autorizou a transferência para o Poder Executivo estadual da responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas em relação às despesas com seu pessoal inativo e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), permitindo a exclusão indevida de gastos com pessoal para fins de aferição dos limites previstos no art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal[568], em desacordo com o art. 18 da LRF;

CONSIDERANDO que a interpretação atualmente conferida pelo TCEES ao art. 3º da Resolução TC 189/2003[569] autoriza os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas a não divulgar à sociedade as despesas com seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), bem como a não computar essas despesas no cálculo dos seus respectivos limites de gastos com pessoal, procedimento que desatende os comandos normativos contidos nos art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como

---

565 Observe-se que o Poder Judiciário suprimiu a coluna **"% SOBRE A RCL**", transferindo os percentuais que deveriam ficar nessa coluna parte para a coluna "**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**" e parte para a coluna "**VALOR**". Ademais, a linha "**DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b)**" foi retirada da parte final do Demonstrativo e reposicionada – e renomeada – como "**DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)**", além de ter havido a mescla de suas duas últimas colunas ("**VALOR**" e "**% SOBRE A RCL**").

566 Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

567 Este *Parquet* de Contas não conseguiu obter informações acerca da data de publicação da Decisão TC 006/2001.

568 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

569 Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão classificados e contabilizados, junto ao FUNPES, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho de 2003, não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes.

ignora as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) constantes do seu Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);

CONSIDERANDO que a combinação entre a Decisão TC 006/2001 e a Resolução TC 189/2003, ao autorizar o descumprimento dos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), notadamente as diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), permite que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal publicado pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pelo próprio Tribunal de Contas não contabilize nem demonstre as despesas brutas e dedutíveis com seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), impossibilitando, por conseguinte, o conhecimento dos valores reais da despesa com pessoal para fins de aferição dos limites estabelecidos no art. 20, inciso II, da LRF;

CONSIDERANDO a superveniência da Portaria MPS 509/2013[570] e da Portaria STN 533/2014[571] – portanto posteriores à Decisão TC 006/2001 e à Resolução TC 189/2003 – as quais padronizaram a metodologia de cálculo e o formato do Demonstrativo da Despesa com Pessoal que integra o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos Poderes e Órgãos autônomos, circunstância que compele esta Corte de Contas a revisar seu posicionamento em relação às referidas decisão e resolução com a finalidade de adequar sua metodologia de cálculo ao padrão nacionalmente estabelecido pela STN;

CONSIDERANDO a prerrogativa funcional do corpo técnico do TCEES para propor a revisão das resoluções e decisões desta Corte de Contas visando adequá-las à nova disciplina jurídica introduzida por **instrumentos normativos supervenientes** – a exemplo da Portaria MPS/**2013** e da Portaria STN 533/**2014** em relação à Decisão TC 006/**2001** e à Resolução TC 189/**2003** – ou até mesmo com fundamento em jurisprudência não vinculante emanada por tribunal judiciário superior, abalizada por entendimento doutrinário[572];

CONSIDERANDO que o Poder Executivo estadual incluiu em seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal do 1º quadrimestre de 2015 as despesas com inativos e pensionistas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, fundamentando sua metodologia de cálculo em parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral

---

570 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2013/509.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

571 Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 17 set. 2015.

572 No Processo TC 6755/2015, autuado como Consulta nesta Corte de Contas, o auditor de controle externo subscritor da Orientação Técnica de Consulta OTC 40/2015, no lídimo exercício de sua independência funcional (vide art. 7º, § 3º da Lei Complementar estadual 622/2012 e Norma de Auditoria Governamental NAG 3300 e seguintes), ao detectar novos posicionamentos jurisprudencial (do Superior Tribunal de Justiça – STJ) e doutrinário que, ao seu juízo, justificavam a revisão de decisão normativa (Decisão TC 293/2012, prolatada em sede de Estudo de Caso Especial), propôs a revisão da citada decisão no sentido de harmonizá-la com a novel interpretação conferida à Constituição Federal que melhor satisfaz o interesse público.
Portanto, considerando que entendimentos doutrinário e jurisprudencial não vinculante podem subsidiar a propositura de revisão de decisões normativas no âmbito do TCEES, por muito mais razão a alteração de diplomas normativos federais – a exemplo da Portaria MPS 509/2013 e da Portaria STN 533/2014 – enseja pelo menos a reabertura das discussões acerca da possibilidade de revogação de atos normativos expedidos por este órgão de controle externo há mais de uma década (Decisão TC 006/2001, embasada na Lei Complementar federal 96/1999, sendo esta revogada pela Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; e Resolução TC 189/2003, fundamentada na Portaria MPS 916/2003, a qual foi revogada posteriormente pela Portaria MPS 509/2013), os quais se mostram em desacordo com a atual disciplina jurídica que rege a matéria.

do Estado (PGE), o qual **desautoriza expressamente "*a transferência, ao Executivo, de despesa que não lhe é afeta*"**, consistindo em erro que afeta a exatidão e clareza das informações publicadas;

CONSIDERANDO a intrínseca e indissociável relação existente entre o procedimento de excluir as despesas com inativos e pensionistas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para incluí-las nas despesas com pessoal do Poder Executivo, prática "condominial" considerada irregular pela própria Procuradoria Geral do Estado (PGE) no parecer exarado no Processo SEP 64634051;

CONSIDERANDO que, dentre outros motivos, o Ministério Público de Contas pugnou pela desaprovação da prestação de contas anual do governador, referente ao exercício financeiro de 2014, em razão da inclusão indevida nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo estadual de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS), procedimento que afronta os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[573], ocasionado, dentre outras consequências, a **apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal**, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo da verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de pareceres atinentes aos limites de alerta[574], nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF[575], em descompasso com as

---

[573] Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

[574] Como se infere do enunciado do § 1º do art. 59 da LRF ("§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:"), a lei introduziu um instrumento novo no universo das competências dos tribunais de contas: o Alerta.
Então, como corolário, compreende-se que o legislador deixou a cargo dos tribunais de contas a fiscalização do cumprimento dos ditames da LRF.

[575] Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
[...]
II – Estados: 60% (sessenta por cento);
[...]
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

orientações emanadas pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

CONSIDERANDO que o corpo de auditores do TCEES constatou que o Poder Judiciário ultrapassou o limite prudencial de despesas com pessoal no 1º quadrimestre de 2015 (fl. 40):

> Assim, embora se tenha verificado divergência na apuração da **Despesa Total com Pessoal**, constata-se que o percentual da despesa total com pessoal, para fins de apuração do limite, de **5,95%**, publicado pelo Poder Judiciário, é o mesmo apurado pelo TCEES, sendo inferior ao limite Legal (6,00%), **contudo, encontra-se acima do limite Prudencial (5,70%), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal estabelecido na LRF, e do "limite" de Alerta (5,40%), correspondente a 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "ALERTA" ao gestor, conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00.**
>
> Ressalta-se que, enquanto perdurar o excesso em relação ao limite prudencial, o Poder Judiciário do Estado está sujeito à necessária observância das vedações impostas pelo parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:
>
> > Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

---

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;
Art. 59. [...]
[...]
§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:
[...]
II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;
Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.
§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
I - receber transferências voluntárias;
II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

> Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
>
> I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
>
> II - criação de cargo, emprego ou função;
>
> III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
>
> IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
>
> V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
>
> As vedações acima persistem enquanto perdurar o excesso em relação ao limite prudencial e objetivam impedir o aumento da despesa com pessoal a fim de que não venha ultrapassar o limite máximo.

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário não atendeu à recomendação do constante da análise do RGF do 2º quadrimestre de 2014, proferida pela Decisão TC 002/2015 (Processo TC 8897/20114), referente à necessidade de inclusão da identificação do ente da federação e do Poder no cabeçalho do Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO), conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;

E CONSIDERANDO, por fim, que o art. 12 da Resolução TC 162/2001[576] estabelece que o Tribunal de Contas expedirá notificação, em diligência externa, aos chefes dos Poderes e Órgãos quando constatados erros ou omissões nos relatórios ou demonstrativos que possam afetar sua exatidão e clareza ou induzir a conclusões distorcidas;

O Ministério Público de Contas, divergindo em parte do douto posicionamento da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES, pugna no sentido de que:

a) **<u>Preliminarmente</u>**, mediante revisão do posicionamento desta Corte de Contas, seja reconhecida a atual inaplicabilidade dos **itens 1 e 3 da**

[576] Art. 12 - Constatado erros ou omissões nos relatórios ou demonstrativos exigidos por esta Resolução que possam afetar sua exatidão e clareza, ou induzir a conclusões distorcidas, o Tribunal de Contas expedirá Notificação, em diligência externa, aos Chefes de Poderes ou Órgãos.
§ 1º - As autoridades referidas no caput terão prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Notificação para proceder as correções indicadas e republicar os relatórios ou demonstrativos alterados, na sua íntegra, pelos mesmos meios de divulgação dos anteriores, assinalando-se com suficiente clareza que se trata de republicação, quais fatos a motivaram e quais alterações foram realizadas.
§ 2º - No prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do prazo concedido no parágrafo anterior, as alterações deverão ser comunicadas ao Tribunal de Contas, remetendo-se cópia dos relatórios e demonstrativos ajustados.

Decisão TC 006/2001[577], por autorizar a transferência de parte da responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas para o Poder Executivo estadual, impossibilitando, com isso, o conhecimento dos valores reais da despesa com pessoal para fins de aferição dos limites previstos no art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal[578]. Por conseguinte, seja expedida Notificação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que republique o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao 1º quadrimestre de 2015, promovendo sua adequação de modo a incluir na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" o valor correspondente ao total dos benefícios previdenciários relativo a todos os seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), efetuando as respectivas deduções na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", quando cabíveis, e recalculando o limite de despesa com pessoal na forma como estabelecida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), considerando a inclusão do respectivo aporte financeiro;

b) **Preliminarmente**, mediante revisão do posicionamento desta Corte de Contas, seja conferida interpretação conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal ao **art. 3º da Resolução TC 189/2001**, de modo a afastar qualquer interpretação que autorize os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas a não incluir em seus Demonstrativos da Despesa com Pessoal os respectivos gastos com inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS). Por conseguinte, seja expedida Notificação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que republique o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao 1º quadrimestre de 2015, promovendo sua adequação de modo a incluir na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" o valor correspondente ao total dos benefícios previdenciários referente a todos os seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), efetuando as respectivas deduções na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", quando cabíveis, e recalculando o limite de despesa com pessoal na forma como estabelecida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), considerando a inclusão do respectivo aporte financeiro;

c) Como consectário lógico e indissociável do acolhimento da preliminar que questiona a legalidade da transferência de parte da responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para o Poder Executivo, seja expedida Notificação ao

---

577 1 – Considerar excluído dos gastos com pessoal os valores despendidos com inativos, que obtiveram essa condição até a data de 03/05/2000, vinculados aos Poderes Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.
[...]
3 – Os gastos com inativos, até a publicação da Lei Complementar 101/00, independentemente da vinculação com o Poder ou órgão em regime especial, serão computados juntamente com o Poder Executivo, dentro dos limites fixados pelas chamadas Leis Camata I e II.

578 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

chefe do **Poder Executivo do Estado do Espírito Santo** para que adeque o cômputo das despesas com inativos e pensionistas no seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal à metodologia de cálculo constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e ao parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) exarado no Processo SEP 64634051, excluindo de sua responsabilidade as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS) dos demais Poderes e Órgãos;

d) Seja dado cumprimento ao disposto no item 2 da Decisão TC 006/2001[579], segundo o qual as despesas com servidores que passaram para a condição de inativo após a publicação da Lei Complementar federal 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, ocorrida em 05/05/2000, devem ser computadas e demonstradas integralmente junto ao Poder ou Órgão que concedeu a aposentadoria, adequando sua interpretação ao art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao procedimento de transferência do aporte financeiro previsto na Nota Técnica 633/2011 e aos demais normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

e) Com fundamento no art. 207, inciso IV, da Resolução TC 261/2013[580], seja expedida determinação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que passe a publicar seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal observando o modelo de diagramação prescrito no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de modo a facilitar ao cidadão a compreensão das informações demonstradas;

f) Considerando a divergência identificada pela Área Técnica do TCEES, com fundamento no art. 207, inciso IV, da Resolução TC 261/2013, seja expedida determinação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que, a partir da elaboração do próximo RGF, apresente a identificação do ente da Federação e do Poder no cabeçalho do Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO), conforme modelo padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

g) Prestigiando o controle social, expeça recomendação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que passe a disponibilizar em seu portal da transparência, em formato aberto e conforme definição constante no portal brasileiro de dados abertos[581], arquivo contendo base de dados extraída do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES) com os registros contábeis individualizados

---

579 2 – As despesas com servidores que passaram, ou vierem a passar para a condição de inativo, após a publicação da Lei Complementar 101/00, deverão ser computadas integralmente junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

580 Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:
[...]
IV - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido, no prazo de até trinta dias, quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, decidindo pelo arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências;
V - recomendará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, e arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das recomendações;

581 Disponível em: http://dados.gov.br/dados-abertos/. Acesso em: 9 set. 2015.

referentes às despesas com pessoal brutas e não computadas (§ 1º do art. 19 da LRF), de modo a permitir que o cidadão, servindo-se do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e demais normas correlatas, possa aferir, de forma independente e por seus próprios meios, a metodologia empregada no cálculo dos valores demonstrados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), possibilitando o contraste com as análises procedidas pelo TCEES e pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo;

h) Considerando que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo também carece de ajustes, seja promovida a sua adequação ao padrão de diagramação e à metodologia de cálculo constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de modo a incluir à linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" o valor correspondente ao total dos benefícios previdenciários referente a todos os seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), efetuando as respectivas deduções na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", quando cabíveis, e recalculando o limite de despesa com pessoal na forma como estabelecida no MDF considerando a inclusão do respectivo aporte financeiro, evitando, com isso, repercussões futuras em sua prestação de contas anual, submetida à apreciação do Poder Legislativo estadual na forma do art. 71, § 4º, da Constituição Estadual[582];

i) Por fim, considerando a ausência de padronização constatada no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**, seja incluída na metodologia de análise do TCEES consulta aos portais de transparência dos Poderes e Órgãos estaduais **e municipais**[583], com o intuito de verificar a adequação da publicidade conferida aos instrumentos de transparência, controle e fiscalização previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF) –, nos termos do art. 48 da LRF[584]106, em especial a observância quanto ao formato padronizado e à metodologia de cálculo estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);

Vitória, 02 de outubro de 2015.

Procurador Especial de Contas

---

582 Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
[...]
§ 4º O Tribunal de Contas, trimestral e anualmente, encaminhará relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa, à qual prestará contas, cabendo a sua comissão específica de caráter permanente, prevista no artigo 151, deliberar sobre as contas prestadas. (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).

583 Destes em relação aos demonstrativos que integram o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), principalmente por não serem encaminhados ao TCEES em meio físico, circunstância que, salvo melhor juízo, desatende a Lei de Responsabilidade Fiscal por não permitir que o órgão de controle externo verifique se os documentos publicados no veículo de comunicação oficial, ou disponibilizados em seu portal da transparência, encontram-se de acordo com o modelo padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

584 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
[...]

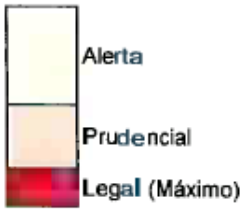
Registre-se, ainda, que o descumprimento das normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por parte do Poder Executivo estadual foi inclusive objeto de consideração no voto do insigne conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, cujo **Anexo 1** trouxe informações reveladoras fornecidas pela **Equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo em 14/04/2015**, segundo a qual "***o Poder Executivo não observa a Decisão TC 006/2001 e Resolução TC 189/2003 para efeito de publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal***":

Anexo 1

RESUMO

SIMULAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL - 2011 a 2014 - em % da RCL										
ENTIDADE			"SEM APORTE NOS DEMAIS PODERES" E COM APORTE DOS DEMAIS PODERES INCLUSO NO PODER EXECUTIVO E NO ENTE				"COM APORTE INCLUSO NOS DEMAIS PODERES" E NO ENTE E SEM APORTE DOS DEMAIS PODERES NO EXECUTIVO			
Alerta	Prudencial	Máximo	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
ALES										
1,53	1,615	1,70	1,02%	0,95%	1,15%	1,18%	1,12%	1,06%	1,28%	1,34%
TCEES										
1,170	1,235	1,30	0,64%	0,69%	0,83%	0,82%	0,85%	0,89%	1,03%	1,01%
TJ										
5,40	5,70	6,00	4,85%	4,89%	5,59%	5,44%	5,48%	5,55%	6,46%	6,26%
MP										
1,80	1,90	2,00	1,60%	1,50%	1,71%	1,65%	1,86%	1,79%	2,09%	1,98%
EXECUTIVO										
44,10	46,55	49,00	37,67%	37,59%	44,00%	44,82%	36,47%	36,32%	42,42%	43,33%
ENTE			Não há impacto nos percentuais do Ente, pois, na metodologia do TCEES, o "Aporte dos demais Poderes" ou está incluso diretamente no Poder Executivo, ou, esta inclusos nos respectivos poderes.							
54,00	57,00	60,00	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%

Legenda: Ultrapassou o limite



Nota: Tabela elaborada com base no Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo 1) de 2011 a 2014.

1) Conforme Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, o "Aporte" representa o somatório dos recursos repassados para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

a) O aporte do Executivo é contabilizado orçamentariamente.

b) O aporte dos demais Poderes é contabilizado extraorçamentariamente.

2) O Poder Executivo não observa a Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003 para efeito de publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal.

Vitória, 14 de abril de 2015

Equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES

Ora, se a **9ª Secretaria de Controle Externo** afirma que o Poder Executivo descumpre os **questionáveis** normativos do TCEES, por que a **Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador**, formada basicamente por auditores dessa mesma unidade técnica, entendeu correto o cálculo dos limites de despesas com pessoal do Poder Executivo no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, datado de **08/06/2015**[585], permitindo que o Parecer Prévio remetido ao Poder Legislativo contenha informações imprecisas sobre os limites de gastos com pessoal?

Por que a área técnica adotou para fins de aferição dos limites de gastos com pessoal do Poder Executivo **o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 4º quadrimestre de 2014**, considerando que, segundo a própria área técnica nas informações prestadas ao conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, **os Demonstrativos da Despesa com Pessoal estão sendo publicados em desacordo com os normativos do próprio TCEES**?

Por que as irregularidades informadas ao conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo[586] não foram consideradas pela Comissão Técnica na análise da prestação de contas anual do governador[587], conforme se colhe do trecho a seguir, extraído do Relatório Técnico das Contas do Governador RTG 1/2015?

> Destaca-se que, **por determinação da Decisão Plenária TC 006/2001 c/c Resolução TC nº 189/2003**, **para fins de apuração da Despesa com Pessoal**, os recursos financeiros para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas **somente são computados no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo**.
>
> [...]
>
> **5.3.4.2 Poder Executivo**
>
> O acompanhamento da gestão fiscal do Poder Executivo referente ao exercício de 2014 foi executado no âmbito dos Processos nº TC-4381/2014, TC-9144/2014 e TC-1591/2015. A seguir, o **Erro! Autoreferência de**

585 Fl. 356 do Processo TC 6016/2015.

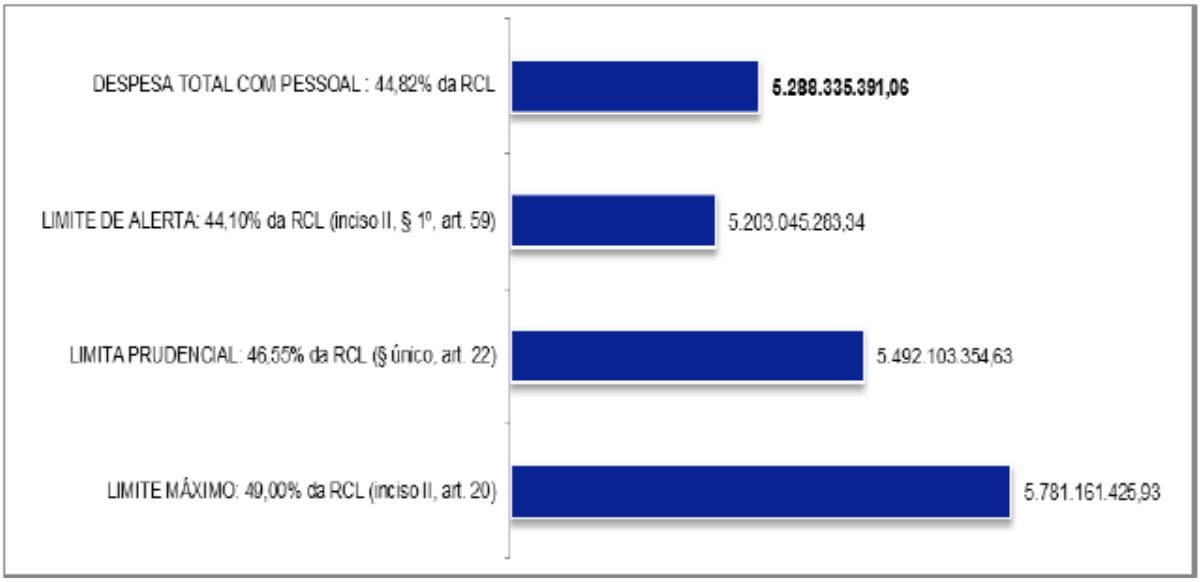
586 Que os Demonstrativos da Despesa com pessoal estão sendo publicados **em desacordo** com a Decisão Plenária TC 006/2001 e com a Resolução TC 189/2003 do TCEES.

587

indicador não válida [sic].[588] demonstra o cálculo do limite de despesas com pessoal ao final do 3º quadrimestre de 2014.

Gráfico 5.3.4 – Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo – 2014

em R$ 1,00



FONTE: Anexo 1 do RGF 3º Quadrimestre de 2014 – Processo TC-1591/2015

No Gráfico 5.3.4, verifica-se que, em 2014, o Poder Executivo estadual aplicou 44,82%[589] (R$ 5.288.335.391,06) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 49% (R$ 5.781.161.425,93) estabelecido para o Poder Executivo estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "c", da LRF, e o limite prudencial de 46,55% (R$ 5.492.103.354,63), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF. Contudo, encontra-se acima do "limite" de Alerta de 44,10% (R$ 5.203.045.283,34), conforme disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF.

Todas essas divergências justificam a instauração de incidente de prejulgado objetivando adequar a interpretação conferida à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelos normativos do TCEES, conformando-os à interpretação constante nos Manuais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

588 A exprssão *"Erro! Autoreferência de indicador não válida."* decorre de erro gerado pelo editor de texto utilizado na redação do relatório.

589 Esse percentual não se refere apenas às despesas com pessoal do Poder Executivo, porquanto nele está incluída parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do próprio Tribunal de Contas, consistindo numa forma indevida de transferência da responsabilidade fiscal dos demais Poderes e órgãos para o Poder Executivo e de burla às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelecem os limites de despesa com pessoal.

Portanto, **a interpretação conferida pelo TCEES aos artigos da Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mediante Decisão TC 006/2001 e Resolução TC 189/2003[590], além de violar frontalmente os dispositivos da legislação federal que disciplinam as despesas com pessoal, desvirtua completamente o conceito de "responsabilidade na gestão fiscal" definido no § 1º do art. 1º da LRF**, segundo o qual '*a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar*'.

Logo, impõe-se ao TCEES que adeque seu posicionamento à Lei de Responsabilidade Fiscal, deixando de aplicar a **Decisão TC 006/2001** e a **Resolução TC 189/2003**, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo a mais grave sanção que se pode impor a um Estado membro da Federação: a intervenção federal – por meio da **Representação Interventiva** junto ao **Supremo Tribunal Federal**, de iniciativa do **Procurador-Geral da República**, nos moldes do art. 36, inciso III, da Carta Maior[591] - retirando-lhe a autonomia organizacional que caracteriza a estrutura federativa brasileira, em face da violação ao art. 34, inciso VI, da Constituição Federal[592], ao recusar execução à lei federal, decorrente da autorização a todos os Poderes e órgãos estaduais a descumprirem os ditames da

590 Tanto a Decisão quanto a Resolução constituem positivações da interpretação atribuída à metodologia de cálculo e limites de aos artigos da LRF

591 **Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:**
[...]
III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de **recusa à execução de lei federal**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

O **inciso III do art. 36** da Constituição Federal foi regulamentado pela **Lei nº 12.562/2011**, que dispôs sobre o processo e julgamento da **Representação Interventiva perante o Supremo Tribunal Federal**.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12562.htm. Acesso em 28 mai. 2016.

592 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - **prover a execução de lei federal**, ordem ou decisão judicial;

LRF, permitindo, inclusive, que a sociedade não tenha conhecimento da real situação fiscal dos Poderes e órgãos estaduais.

2.3.3 Da instauração de Incidente de uniformização de jurisprudência: divergência na aplicação de Determinações e de Recomendações

O incidente de uniformização de jurisprudência encontra-se disciplinado nos art. 356 e 357 do Regimento Interno do TCEES. *Verbis*:

> **Seção V**
> **Do Incidente de Uniformização de Jurisprudência**
>
> Art. 356. Ao apreciar processo em que seja suscitada divergência entre deliberações anteriores do Tribunal, poderá o colegiado, a requerimento de Conselheiro, Auditor, do Ministério Público junto ao Tribunal, responsável ou interessado, decidir pela apreciação preliminar da controvérsia, em autos apartados, retirando-se a matéria de pauta.
>
> § 1º Na arguição do incidente de uniformização de jurisprudência, o suscitante deverá indicar expressamente as decisões nas quais tenha ocorrido a divergência.
>
> § 2º Admitido o incidente de uniformização pelo Relator, ficam sobrestados o julgamento do processo principal e a tramitação daqueles que versarem sobre matéria similar, podendo ser determinada a remessa do processo ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula para os fins do disposto no art. 445, inciso III, deste Regimento. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).
>
> > *Redação anterior:*
> > *§ 2º Admitido o incidente de uniformização pelo Relator, ficam sobrestados o julgamento do processo principal e a tramitação daqueles que versarem sobre matéria similar.*
>
> § 3º O Relator solicitará a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de quinze dias, submetendo a questão à deliberação do Plenário até a segunda sessão ordinária subsequente à devolução dos autos, salvo se a complexidade da matéria indicar a necessidade de dilação do prazo, que não poderá ultrapassar a quarta sessão ordinária.
>
> § 4º Dirimida a divergência jurisprudencial pelo Plenário, a apreciação do processo quanto ao mérito terá prosseguimento na sessão do colegiado competente.
>
> § 5º Não reconhecendo a divergência jurisprudencial, o Relator levará seu voto ao Plenário que, se acolhido, terá prosseguimento na apreciação do mérito do processo, se matéria de sua competência, ou encaminhá-lo-á à Câmara originária.
>
> § 6º Se o Plenário, dissentindo do Relator, entender pela existência de divergência jurisprudencial, passará a funcionar como novo Relator para o incidente o Conselheiro que primeiro proferir o voto dissidente.

> § 7º Da decisão do Plenário sobre a divergência, caberá apenas o recurso de embargos de declaração.
>
> § 8º A decisão que resolver a divergência será remetida ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula, para oportuna apreciação da possibilidade de elaboração de enunciado de súmula sobre a matéria. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).
>
> > *Redação anterior:*
> > *§ 8º A decisão que resolver a divergência será remetida à Comissão de Jurisprudência, para oportuna apreciação da necessidade de elaboração de enunciado de súmula sobre a matéria.*
>
> Art. 357. Proferido o julgamento do incidente pelo Plenário, observado o quorum qualificado previsto no art. 180 da Lei Orgânica do Tribunal, os autos serão devolvidos àquele que suscitou a matéria incidental, para apreciação do mérito do processo.
>
> Parágrafo único. Dirimida a questão, os respectivos autos serão apensados ao processo em que se originou o incidente.

De acordo com o § 1º do citado artigo, na arguição do incidente de uniformização de jurisprudência, o suscitante deverá indicar expressamente as decisões nas quais tenha ocorrido a divergência.

Pois bem. Por ocasião da emissão do **Parecer Prévio TC 7/2016**, prolatado em **16/02/2016** na **prestação de contas anual do governador**, Processo TC 6016/2015, restou decidida a expedição de **"Recomendação"** ao Poder Executivo estadual objetivando seu adimplemento ao **cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)**:

> **PARECER PRÉVIO**
>
> Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-9974/2015, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão plenária realizada no dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, com os acréscimos do Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:
>
> **1.** Preliminarmente, **conhecer** dos Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Especial de Contas;
>
> **2.** No mérito, dar **provimento parcial** aos Embargos Declaratórios para prestar os esclarecimentos e o suprimento das omissões, **sem conferir efeitos infringentes**;

3. Inclui no Parecer Prévio TC-50/2015 as seguintes recomendações:

- Ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual, que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica, a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas, privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014, reavaliem a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal, sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo a não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008, exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importantes benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria;
- Que, para as futuras prestações de contas anuais do Governador do Estado, as informações inerentes à depreciação, exaustão e amortização acumuladas sejam detalhadas nas Notas Explicativas à demonstração contábil;
- Que, respeitando o Princípio da Prudência e Transparência das contas públicas, caso as ações dos precatórios da trimestralidade não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que o Estado faça constar, das Notas Explicativas aos demonstrativos contábeis desse ano, informações a respeito dos precatórios da trimestralidade, tendo em vista se tratar de uma contingência passiva com provável realização, conforme determina a Norma Contábil NBC TG 25;
- Que, para as futuras prestações de contas anuais, o anexo “Quadro do superávit/déficit financeiro”, que integra e complementa o Balanço patrimonial, seja publicado na imprensa oficial, conforme dispõe o item 11, alínea “a” da Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis;
- Que as Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2015 e os quadros complementares às demonstrações financeiras sejam publicados na imprensa oficial, conforme dispõe a Norma de Contabilidade – NBCT 16.6;
- Caso as contratações de despesas sem prévio empenho e/ou com insuficiência de dotação orçamentária realizadas pelas diversas Unidades Gestoras se confirmem, que: a) após a conclusão das sindicâncias e confirmação dos valores contratados, reconhecer as despesas ocorridas indevidamente e regularizá-las contabilmente no Sigefes – Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do

Espírito Santo, em 2015, conforme orienta a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 23, aprovada pela Resolução CFC 1.179/09; b) a regularização dos valores seja acompanhada pelo órgão central do sistema de controle interno do Governo do Estado;

- Em relação à depreciação, exaustão e amortização acumuladas, que os critérios para os cálculos sejam divulgados de forma detalhada em notas explicativas a partir da demonstração contábil do exercício de 2015, conforme orienta o item 16 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08;
- Em relação aos 29 (vinte e nove) processos ainda pendentes de provisão contábil, referentes aos "precatórios da trimestralidade", que, caso as ações não tenham transitado em julgado, com parecer favorável ao Estado, até o término do exercício de 2015, que a informação conste das notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2015, conforme orienta o Princípio Contábil da Prudência e a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1); e
- Que os responsáveis pela elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno observem à obrigatoriedade de avaliar todos os procedimentos de controle adotados pelo Governo do Estado, na forma do Anexo 11, da Instrução Normativa TC 33/04, por ocasião do envio ao TCEES das futuras prestações de contas.

4. Arquivar os presentes autos, após o trânsito em julgado.

[...]

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2016.

Ocorre que, por ocasião da emissão dos **Pareceres Prévios TC 2/2015 – Plenário**, de 27/01/2015, **TC 20/2015 – Plenário**, de 31/03/2015, **TC 37/2015 – Plenário**, de 26/05/2015, **TC 44/2015 - Plenário**, de 16/06/2015, e **TC 64/2015 – Plenário**, de 25/08/2015, todos referentes a **prestações de contas anuais de prefeitos**, os provimentos mandamentais objetivando o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) acarretaram a expedição de **"Determinação"**, conforme se colhe de trechos dos citados Pareceres Prévios:

PARECER PRÉVIO TC-002/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO - TC-3935/2008 (APENSO: TC-2686/2007)

JURISDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ASSUNTO - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

RECORRENTE - HELDER IGNÁCIO SALOMÃO

ADVOGADO - FRANCISCO JOSÉ BOTURÃO FERREIRA (OAB/ES Nº 8483) E ALOIR ZAMPROGNO FILHO (OAB/ES Nº 11169)

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2006 - PREFEITO: HELDER IGNÁCIO SALOMÃO - PARECER PELA REJEIÇÃO - RECOMENDAÇÃO AO GESTOR – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – 1) CONHECER – DAR PROVIMENTO – 2) MANTER IRREGULARIDADES – 3) REFORMULAR PARECER PRÉVIO TC-080/2008 – APROVAÇÃO COM RESSALVAS – 4) DETERMINAÇÕES – 5) ARQUIVAR.

[...]

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3935/2008, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão Plenária realizada no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e quinze, por maioria, nos termos do voto vencedor do Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto:

1. Conhecer o presente Recurso de Reconsideração, dando-lhe provimento total;
2. **Manter as seguintes irregularidades**, as quais não foram capazes de comprometer os objetivos centrais da Lei de Responsabilidade Fiscal:
   a) Balanço Financeiro apresenta saldo financeiro do exercício anterior divergente do saldo financeiro evidenciado no Balanço financeiro do exercício anterior.
   b) Movimentação significativa através da conta “devedores diversos” sem nota explicativa .
   c) Registro de pagamento de valores de forma extra-orçamentária através da conta denominada “Despesa a regularizar” .
   d) Existência da conta denominada “Despesas a regularizar” que se mantém no Realizável do Balanço Patrimonial por vários exercícios, tendo, inclusive, recebido incremento no exercício de 2006.
   e) Conciliação bancária apresenta dados inconsistentes.
   f) Anexos da PCA divergem quanto à movimentação e saldo da dívida ativa
3. Reformular o Parecer Prévio TC-080/2008, no sentido de emitir Parecer Prévio pela **aprovação com ressalva** das contas do Município de Cariacica, referentes ao exercício de 2006, sob a responsabilidade do Sr. Helder Ignácio Salomão, com fundamento no artigo 80, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012;
4. **Determinar** ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Cariacica que:

4.1. Cumpra as disposições contidas na NBC T 16.6 (Resolução CFC Nº. 1.133/08), sobretudo, naquilo que versa sobre ajustes contábeis decorrentes de exercícios encerrados;

4.2. Cumpra as disposições contidas na Lei 4.320/64 no que tange a organização dos serviços contábeis constantes do Art. 85 e à demonstração das execuções orçamentária e extraorçamentária definidas no Art.103;

5. Arquivar os presentes autos, após o trânsito em julgado.

Vencido o Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou pelo provimento parcial do recurso, mantendo a rejeição das contas.

Composição Plenária

Presentes à sessão plenária da apreciação os Senhores Conselheiros Sérgio Manoel Nader Borges, no exercício da Presidência, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Relator, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Luciano Vieira, Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 27 de janeiro de 2015.

PARECER PRÉVIO TC-020/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO - TC-7509/2010 (APENSO: TC-1973/2009)

JURISDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO

ASSUNTO - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

RESPONSÁVEL - ANTERO ANTENOR DE ABREU

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2008 - CONTAS IRREGULARES - PARECER PELA REJEIÇÃO - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO - 1) CONHECER - DAR PROVIMENTO - REFORMULAR PARECER PRÉVIO TC-048/2010 - APROVAÇÃO COM RESSALVA - 2) DETERMINAÇÃO - 3) ARQUIVAR.

[...]

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-7509/2010, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão Plenária realizada no dia trinta e um de março de dois mil e quinze, por maioria, nos termos do voto do Relator, Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva:

1. **Afastar as irregularidades** dos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.10, e **manter as irregularidades**, porém mitigando seus efeitos, dos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 e 1.9 do Parecer Prévio TC-048/2010;

2. **Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração e, no mérito, dar-lhe **provimento total**, tornando insubsistente o Parecer Prévio TC-048/2010, no sentido de emitir novo Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de São José do Calçado a **aprovação com ressalva** das contas da

Prefeitura Municipal de São José do Calçado, referente ao exercício de 2008, sob a responsabilidade do Sr. Antero Antenor de Abreu, então Prefeito Municipal;

3. Determinar ao atual Prefeito Municipal de São José do Calçado que promova, junto ao setor contábil, nos próximos processos de contas anuais, os ajustes nas contas contábeis supraelencadas, na forma das NBC T nº 16.5 e 16.6 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC;

4. Arquivar os presentes autos após o trânsito em julgado.

Vencido o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que acompanhou, na íntegra, a área técnica e o Ministério Público Especial de Contas.

[...]

Sala das Sessões, 31 de março de 2015.

PARECER PRÉVIO TC-037/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO - TC-2000/2011

INTERESSADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO 2010

RESPONSÁVEL - CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2010 – 1) AFASTAR IRREGULARIDADES – 2) PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVA – 3) DETERMINAÇÃO – 4) ARQUIVAR.

[...]

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-2000/2011, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, por maioria, nos termos do voto do Relator, Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva:

1. Afastar as irregularidades elencadas na Instrução Técnica Conclusiva – ITC nº6504/2012 e na Manifestação Técnica de Defesa nº 14/2014 relativas aos itens **1.2.2.1, 1.2.3.1, 1.2.3.2, 1.3.2, 1.3.7.1, 1.3.7.2, 1.4.3, 1.5.1, 1.5.2, 1.7.1, 2.3.2, 2.4, 1.3.1, 1.3.3, 1.3.4, 1.3.5, 1.3.6, 1.4.1 e 1.4.2**, em face das razões expendidas no voto do Relator;

2. Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim a **aprovação com ressalva** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao exercício de 2010, sob a responsabilidade do Sr. Carlos Roberto Casteglione Dias, então Prefeito Municipal;

3. Determinar ao atual Prefeito que promova, junto ao setor contábil do Município, a escrituração com a máxima transparência, nos Anexos 15 e 16, da movimentação das contas neles contidos, bem como a observância das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, quando da escrituração e ajustes de exercícios anteriores nas demonstrações contábeis;

4. Arquivar os presentes autos após o trânsito em julgado.

Vencido o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo que acompanhou a área técnica e o Ministério Público Especial de Contas pela rejeição das contas.

[...]

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

PARECER PRÉVIO TC-044/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO - TC-2914/2012

INTERESSADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO 2011

RESPONSÁVEL - NEUCIMAR FERREIRA FRAGA

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2011 - 1) PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVA - 2) DETERMINAÇÕES - 3) INCLUIR COMO PONTO DE AUDITORIA - 4) ARQUIVAR.

[...]

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-2914/2012, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia dezesseis de junho de dois mil e quinze, por maioria, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges:

1. Emitir Parecer Prévio recomendando-se ao Legislativo Municipal a **aprovação com ressalva** das contas do Sr. Neucimar Ferreira Fraga, Prefeito Municipal, frente à Prefeitura Municipal de Vila Velha, no exercício de 2011, nos termos do art. 80, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012;

2. Determinar ao gestor atual, com fundamento no artigo 86 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012:

2.1 Que mantenha conciliadas as contas contábeis e efetue a regularização dos saldos, bem como o recolhimento dos valores retidos dos servidores no vencimento das obrigações, conforme dispõem os arts. 85, 88, 89, 93, 101, 103 e 105 da Lei nº 4.320/1964 c/c o art. 30, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.212/1991 e com o art. 158, inciso I, da Constituição Federal/1988;

> **2.2** Que providencie o retorno ao passivo dos débitos que não puderam ter sua inexistência devidamente identificada e comprovada por documentos (Res. CFC 1.111/07 e 1.367/2011);
>
> **2.3** Que elabore demonstrativos consolidados do município em acordo com a NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis;
>
> **3. Incluir como ponto de auditoria no Município** a matéria referente ao repasse das contribuições previdenciárias;
>
> **4. Arquivar** os presentes autos após o trânsito em julgado.
>
> Parcialmente vencido o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, em relação aos fundamentos do voto do Relator.
>
> [...]
>
> Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

A partir das decisões colacionadas, constata-se que o tratamento dado pelo TCEES à correção das irregularidades aferidas na prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo estadual (inobservância às NBC 16) contrasta com o tratamento conferido às mesmas irregularidades quando identificadas nas prestações de contas anuais dos chefes dos Poderes Executivos municipais, evidenciando a necessidade de se unificar o entendimento desta Corte de Contas acerca da aplicação dos institutos da “Recomendação” e da “Determinação”.

Os conceitos de Recomendação e de Determinação são extraídos dos art. 207, incisos IV e V, 329, § 7º, do Regimento Interno do TCEES:

> **CAPÍTULO V**
> **DA FISCALIZAÇÃO**
>
> [...]
>
> **Seção V**
> **Do Objeto da Fiscalização**
>
> **Subseção I**
> **Das Disposições Gerais**
>
> [...]
>
> Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:
>
> [...]
>
> IV - **determinará** a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido, no prazo de até trinta dias, quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras

> impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, decidindo pelo arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências;
>
> V - **recomendará** ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, e arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das recomendações;
>
> [...]
>
> **CAPÍTULO II**
> **DAS ETAPAS E DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO**
>
> [...]
>
> **Seção XII**
> **Da Apreciação e Julgamento**
>
> [...]
>
> Art. 329. A apreciação e julgamento dos processos sob a jurisdição do Tribunal observarão as normas relativas aos ritos especiais previstos neste Regimento.
>
> [...]
>
> § 7º Em todas as hipóteses, o Tribunal poderá expedir **recomendações**, com o objetivo de contribuir para as boas práticas administrativas dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como **determinações** para o exato cumprimento da lei, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

Inicialmente, para fins da análise acerca da diferença entre os institutos, são adotadas as seguintes premissas:

1) Que as irregularidades identificadas por meio dos processos de fiscalização possuem a mesma natureza ontológica das irregularidades aferidas nos processos de prestação de contas anual e de tomada de contas especial, merecendo, portanto, o mesmo tratamento corretivo por parte do TCEES;

2) Que o termo “lei”, presente no § 7º do art. 329 do RITCEES, refere-se não apenas à lei em sentido estrito, isto é, à norma decorrente do processo legislativo previsto no art. 59 da Constituição Federal[593], mas também às

[593] Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:
I - emendas à Constituição;
II - leis complementares;
III - leis ordinárias;
IV - leis delegadas;
V - medidas provisórias;

> normas de natureza administrativa, editadas por autorização das primeiras com o objetivo de lhes regulamentar ou disciplinar a matéria, a exemplo dos manuais de contabilidade pública publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A partir de uma análise sistemática dos dois artigos transcritos, depreende-se que as "**Recomendações**" são expedidas com o ***"objetivo de contribuir para as boas práticas administrativas"*** (art. 329, § 7º, do RITCEES) ***"quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho"*** (art. 207, inciso V, do RITCEES).

Por sua vez, as "**Determinações**" tem lugar ***"quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito"*** (art. 207, inciso IV, do RITCEES), bem como ***"para o exato cumprimento da lei"*** (art. 329, § 7º, do RITCEES).

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC 16), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), são utilizadas como fundamento técnico para a padronização normativa dos registros contáveis disciplinados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compêndio de observância obrigatória pela União, Estados e Municípios.

Portanto, a observância às NBC constitui, no mínimo, uma falha de natureza formal, impondo-se a expedição de "**Determinação**" por parte desta Corte de Contas nos exatos termos do art. 207, inciso IV, do RITCEES.

Os conceitos de "**Determinação**" e de "**Recomendação**", extraídos dos dispositivos transcritos, mostram-se especialmente importantes quando cotejados com o art. 132

VI - decretos legislativos;
VII - resoluções.
Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

do RITCEES, mormente em relação à hipótese de aprovação com ressalvas aplicável quando ficar caracterizada **qualquer falta de natureza formal**:

> **CAPÍTULO III**
>
> **DAS DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS CONTAS DOS GOVERNOS ESTADUAL E MUNICIPAL**
>
> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
>
> I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;
>
> II - **pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal**, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal; (grifou-se)
>
> III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

À luz do art. 132, inciso II, do RITCEES, chega-se à seguinte conclusão:

- Quando constatada **falha de natureza formal** em atos praticados **no exercício** sob apreciação por parte do TCEES, o Parecer Prévio deve ser emitido pela **aprovação com ressalva** da prestação de contas anual, expedindo-se a correspondente "**Determinação**";

- Quando constatada **falha de natureza formal** em atos praticados **no exercício seguinte** ao que se encontra sob apreciação por parte do TCEES, o Parecer Prévio deve ser emitido pela **aprovação** (sem ressalva) da prestação de contas anual, sem prejuízo de que a falha identificada seja considerada no Parecer Prévio do exercício seguinte. Essa particularidade merece especial atenção quando a responsabilidade pela elaboração e apresentação da prestação de contas anual recai sobre pessoa distinta daquela cuja gestão encontra-se sob apreciação;

Por essas razões, entendo o Ministério Público de Contas que a correta aplicação dos institutos da "Determinação" e da "Recomendação" devem ser objeto de uniformização de jurisprudência por parte desta Corte de Contas, à luz do que preceituam os art. 132, inciso II, 207, incisos IV e V, e 329, § 7º, todos do Regimento Interno do TCEES.

2.4 Mérito recursal

2.4.1 Razões recursais aos argumentos pertinentes ao mérito do Parecer Prévio TC 50/2015

O Parecer PPJC 3684/2015, por meio do qual este órgão ministerial pugnou pela emissão Parecer Prévio contrário à aprovação da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, **no estado em que ela se encontrava**, teve seu posicionamento meritório pautado nos seguintes motivos:

> **3.2 MÉRITO**
>
> Quanto ao mérito, caso este colendo Tribunal de Contas delibere pelo não acolhimento dos pedidos de sobrestamento do feito para complementação da análise por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, com a consequente interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio e reabertura da instrução processual, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no MS 33671[594], por não restar alternativa,

[594] "**Notícias STF**
Quarta-feira, 01 de julho de 2015
Negada liminar contra ato do TCU que deu prazo à presidente para se manifestar sobre contas de 2014
O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou a liminar pedida pelo deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE) no Mandado de Segurança (MS) 33671, impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União (TCU), que concedeu prazo de 30 dias à presidente Dilma Rousseff para que se pronuncie acerca de indícios de irregularidades nas contas do governo referentes a 2014.
Ao pedir a suspensão dos efeitos do ato da corte de contas, Jungmann alegou que a decisão do TCU afrontou o devido processo legal, em especial o prazo de 60 dias para a elaboração do parecer técnico necessário para que o Congresso Nacional aprecie as contas da presidente, embora não vincule a decisão dos parlamentares. Mas, de acordo com o ministro Barroso, à primeira vista, não há impossibilidade de haver contraditório no caso em questão.
"Ademais, parece-me que a medida encontra respaldo no artigo 224 do Regimento Interno do TCU, segundo o qual o relator [na corte de contas] pode 'solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade própria, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório'. Nessa linha, eventual extrapolação do prazo de sessenta dias previsto no artigo 71, I, da Constituição, justificável à luz das circunstâncias do caso concreto, não parece servir de óbice ao exercício do contraditório e da ampla defesa", afirmou o ministro do STF.
Em sua decisão, Barroso cita entendimento do ministro Celso de Mello no processo que tinha por objeto parecer prévio que rejeitava, sem contraditório, as contas do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes (Suspensão de Segurança 1197), em que o decano do STF afirma que "a ausência de caráter deliberativo do parecer prévio não dispensa o órgão de controle do dever de observar o contraditório e a ampla defesa".

o Ministério Público de Contas pugna pela emissão de Parecer Prévio **CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo no exercício de 2014, **no estado em que ela se encontra**, elaborada pelo seu sucessor, Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, pelos seguintes motivos:

a) Descumprimento do art. 212 da Constituição Federal[595], em razão da aplicação insuficiente de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) – foram aplicados **apenas 23,59%** quando o **mínimo** exigido pela Constituição é 25% – decorrente da inclusão indevida nas despesas com MDE de **R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, e dezessete centavos)**, utilizados para pagamento de benefícios previdenciários a servidores públicos inativos e pensionistas durante o exercício de 2014, sujeitando, inclusive, o Estado do Espírito Santo à intervenção federal por violação ao princípio constitucional sensível previsto no art. 34, inciso VII, alínea "e", da Carta da República[596];

b) Inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, procedimento que afronta os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[597], ocasionado, dentre outras consequências, a apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF)

VP/AD
Processos relacionados
MS 33671"

595 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

596 **Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para**:
[...]
VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
[...]
e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

597 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo das verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de pareceres atinentes aos limites de alerta[598], nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF[599], em descompasso com as orientações emanadas pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho

[598] Como se infere do enunciado do § 1º do art. 59 da LRF *("§ 1o Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:"*), a lei introduziu um instrumento novo no universo das competências dos tribunais de contas: o Alerta.
Então, como corolário, compreende-se que o legislador deixou a cargo dos tribunais de contas a fiscalização do cumprimento dos ditames da LRF.

[599] Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
[...]
II – Estados: 60% (sessenta por cento);
[...]
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;
Art. 59. [...]
[...]
§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:
[...]
II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;
Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição.
§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.(Vide ADIN 2.238-5)
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
I - receber transferências voluntárias;
II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

c) Ausência de elementos de convicção suficientes para formação do necessário juízo de convencimento acerca da verdade real de fatos relevantes ocorridos no exercício de 2014, **decorrente da apuração insuficiente dos seguintes pontos**:

- Realização de despesas sem prévio empenho, no valor aproximado **R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)**, e cancelamento indevido de empenhos, provocando, de forma absolutamente irregular, a não inclusão dos gastos nos demonstrativos ficais do Poder Executivo, além de impossibilitar o conhecimento da real disponibilidade de caixa do Estado ao final do exercício financeiro de 2014 e de gerar a necessidade de reconhecimento forçado (em âmbito administrativo ou judicial) dessas despesas no exercício seguinte; e

- Ausência de manifestação conclusiva e de análise de 22 importantes pontos de controle[600] no parecer do órgão de controle interno do Poder Executivo (doc. 12), ensejando a necessidade de sua complementação e **interrupção do prazo para emissão do Parecer Prévio,** consoante previsão contida no art. 106 do Regimento Interno do TCEES[601], devido ao não cumprimento dos requisitos legais e regulamentares constantes dos art. 2º e 11 da Instrução

---

600 a) LOA – vinculação de recursos (LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único);
b) Execução de receitas (relativo à arrecadação e ações de fiscalização, combate à sonegação, recuperação de créditos e os resultados alcançados) (LC 101/2000, art. 11);
c) Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);
d) Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);
e) Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);
f) Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);
g) Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);
h) Execução de despesas – vinculação (CRFB/88, art. 167, inc. IV);
i) Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura (CRFB/88, art. 167, inc. V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64);
j) Créditos adicionais – decreto executivo (Lei nº 4.320/64, art. 42);
k) Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências (CRFB/88, art. 167, inc. VI);
l) Autorização orçamentária para cobertura de déficit (CRFB/88, art. 167, inc. VIII);
m) Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza (CRFB/88, art. 167, inc. IX);
n) Créditos extraordinários – abertura (CRFB/88, art. 167, §3º);
o) Prestação de contas anual – execução orçamentária (LC 101/2000, art. 58);
p) Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista (CRFB/88, art. 173,§ 2º);
q) Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular (LC 101/2000, art. 11);
r) Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato (LC 101/2000, art. 21);
s) Despesas com pessoal – aumento despesas nos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato (LC101/2000, art. 21, parágrafo único);
t) Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO (CRFB/88, art. 169, § 1º);
u) Operações de crédito – concessão de garantias e contragarantias (LC 101/2000, art. 40. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18);
v) Operações de crédito – cláusulas contratuais vedadas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

601 Art. 106. Se as contas não forem encaminhadas, ou se não forem cumpridos os requisitos legais e regulamentares relativos a sua formalização, o Tribunal comunicará o fato ao Governador e à Assembleia Legislativa, para fins de direito.
§ 1º O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir do completo recebimento das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal.
§ 2º Os documentos e informações necessários à regularização de que trata o parágrafo anterior serão aqueles apontados pelo Tribunal.

> Normativa IN 28/2013[602], tendo em vista a possibilidade de que os referidos pontos ocultem graves irregularidades, notadamente no que tange à renúncia de receitas – não analisadas desde 2013 – bem como às despesas com pessoal;

As razões recursais meritórias para o descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) possuem como questões prévias a serem analisadas pelo Plenário desta Corte de Contas os incidentes de prejulgado nº 1, 2 e 3 deste Recurso de Reconsideração (item 2.3.2.1). O acolhimento de qualquer um desses incidentes processuais, por si só, mostra-se suficiente para demonstrar a ilegalidade da consideração dos recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa com MDE, motivo pelo qual, este *Parquet* de Contas reitera no mérito todos os argumentos já alinhavados no Parecer PPJC 3684/2015, considerando que, em observância ao princípio da imparcialidade expressamente previsto no art. 47, § 4º, do RITCEES, seja nomeada nova Comissão Técnica para análise do mérito deste Recurso de Reconsideração, composta por auditores de controle externo que não tenham se manifestado na instrução do prestação de contas do governador de 2014.

Por sua vez, as razões recursais atinentes à Inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas também possui questão prévia a ser examinada pelo TCEES mediante incidente de

---

602 Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do ANEXO 01 desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no ANEXO 11 que integra esse normativo.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
§ 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.
[...]
Art. 11 Os registros e fatos evidenciados nos documentos e nas demonstrações encaminhados a este Tribunal de Contas por imposição desta Instrução Normativa deverão ser apresentados em obediência às normas constitucionais e infraconstitucionais, observadas as normas brasileiras de contabilidade e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

prejulgado nº 5. O acolhimento desse incidente processual acarreta a reabertura da instrução processual, razão pela qual se reiteram igualmente os argumentos lançados no parecer ministerial.

No que tange à apuração insuficiente dos fatos alusivos à realização de despesas sem prévio empenho e de ausência de manifestação conclusiva e de análise de 22 pontos de controle por parte do órgão de controle interno do Poder Executivo, seu enfrentamento foi realizado no tópico pertinente às preliminares recursais por constituir matéria prejudicial ao exame do mérito.

Desse modo, na sequência serão apresentadas as razões recursais aos argumentos pertinentes ao mérito do **Parecer Prévio TC 50/2015**, seguidas de tópicos específicos tratando do descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e a inclusão indevida de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo.

2.4.1.1 Do argumento de que a correta contabilização das despesas com pessoal em 2014 inviabilizaria a atuação do Pode Judiciário e do Ministério Público Estadual, sendo necessária a criação de normas de transição

O argumento foi inicialmente colhido do voto do eminente conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, cujo trecho em comento colaciona-se a seguir:

> **EFEITOS DA IMEDIATA ADOÇÃO DA PROPOSTA DO MPC**
>
> Caso seja admitida, por hipótese, a aplicação retroativa para 2014, da proposta do Ministério Público, teríamos inviabilizada a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual, com fortes consequências e prejuízos graves para a prestação jurisdicional e prestação dos serviços essenciais à população capixaba, conforme Quadro em Anexo.
>
> **QUADRO LIMITES COM E SEM APORTE - ANEXO 1 deste voto.**
>
> **O que se propõe, neste voto, que o Tribunal de Contas promova os ajustes, com o devido respeito à segurança jurídica, modulando seus**

efeitos, com normas de transição exequíveis pelos órgãos e Poderes do Estado.

RESUMO

SIMULAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL - 2011 a 2014 - em % da RCL									
ENTIDADE			"SEM APORTE NOS DEMAIS PODERES" E COM APORTE DOS DEMAIS PODERES INCLUSO NO PODER EXECUTIVO E NO ENTE				"COM APORTE INCLUSO NOS DEMAIS PODERES" E NO ENTE, E SEM APORTE DOS DEMAIS PODERES NO EXECUTIVO			
Alerta	Prudencial	Máximo	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
ALES										
1,53	1,615	1,70	1,02%	0,95%	1,15%	1,18%	1,12%	1,06%	1,28%	1,34%
TCEES										
1,170	1,235	1,30	0,64%	0,69%	0,83%	0,82%	0,85%	0,89%	1,03%	1,01%
TJ										
5,40	5,70	6,00	4,85%	4,89%	5,59%	5,44%	5,48%	5,55%	6,46%	6,26%
MP										
1,80	1,90	2,00	1,60%	1,50%	1,71%	1,65%	1,86%	1,79%	2,09%	1,98%
EXECUTIVO										
44,10	46,55	49,00	37,67%	37,59%	44,00%	44,82%	36,47%	36,32%	42,42%	43,33%
ENTE			Não há impacto nos percentuais do Ente, pois, na metodologia do TCEES, o "Aporte dos demais Poderes" ou está incluso diretamente no Poder Executivo, ou, esta inclusos nos respectivos poderes.							
54,00	57,00	60,00	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%

Legenda: Ultrapassou o limite



Nota: Tabela elaborada com base no Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo 1) de 2011 a 2014.

1) Conforme Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, o "Aporte" representa o somatório dos recursos repassados para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

a) O aporte do Executivo é contabilizado orçamentariamente.

b) O aporte dos demais Poderes é contabilizado extraorçamentariamente.

2) O Poder Executivo não observa a Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003 para efeito de publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal.

Vitória, 14 de abril de 2015

Equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES

Em sentido idêntico pontuou o conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto em seu voto:

> No campo técnico, contudo, também merece reparo as argumentações do ilustre procurador ao questionar a necessidade dos aportes dos inativos de cada poder serem contabilizados como limite em cada um. Realmente tem razão em que esse tema seja abordado, atendendo aos preceitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Entretanto **há necessidade, em nosso entendimento em se criar uma regra de transição**, a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Contas. Não sendo portanto aplicável nas contas atuais. (grifou-se)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, destacou o conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:

> Destaco que corroboro o entendimento exposto no Relatório Técnico, de que embora a LRF não exclua no cômputo de pessoal de cada ente o aporte financeiro realizado ao RPPS, este deveria ser registrado e computado na despesa com pessoal do Executivo, conforme orientação emanada deste Tribunal de Contas, na Decisão Plenária 006/2001, ainda vigente.
>
> Logo, acaso implementadas tais medidas sem a precedência de um estudo e, em especial, um **período de adequação**, seriam desmedidos os reflexos maléficos que inviabilizariam de imediato o Poder Judiciário e Ministério Público, podendo, em um futuro próximo, também se tornar inexequíveis outros entes que compõem a Administração Pública. (grifou-se)

Inicialmente, esclareça-se que a competência primária para legislar sobre limites das despesas com pessoal foi reservada ao parlamento federal por força do art. 169 da Carta da República, dispositivo que estabelece, inclusive, a sanção aplicável aos entes da federação que não se adaptaram aos prazos previstos na referida lei complementar[603]:

> Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar**. (Redação dada pela pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[603] O art. 169 da Constituição Federal foi regulamentado pela Lei Complementar federal 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, **serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, **durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

O art. 169 da Constituição Federal foi regulamentado pela Lei Complementar federal 101/**2000**, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que em seu art.

70 estabeleceu, **há dezesseis anos**, os prazos para o almejado período de transição:

> Art. 70. O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 **deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios**, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinqüenta por cento ao ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23.
>
> Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

Verifica-se, portanto, que nem mesmos os Poderes Legislativos dos estados e dos municípios possuem competência constitucional para legislar sobre a matéria, tendo em vista que os interesses da União formada pelos entes federados perpassam suas esferas particulares. Por esse motivo, este órgão ministerial não vislumbra a possibilidade de o Poder Legislativo estadual – e muito menos esta Corte de Contas – editar (novas) regras de transição visando o cumprimento progressivo dos limites de despesa com pessoal por parte dos Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo, sob pena sujeitar a esta unidade federada à perda de sua autonomia com graves consequências para o pacto federativo.

Portanto, a solução para eventual inobservância aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal comporta apenas duas alternativas: o cumprimento da legislação federal ou a sua alteração por parte do Congresso Nacional.

Com todo o respeito a quem pensa de modo diverso, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não comporta mais período de transição, uma vez que a própria norma federal estabeleceu em seu art. 70 o período de transição **até dois anos** para enquadramento aos novos limites legais:

> Art. 70. O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 **deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios**, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinqüenta por cento ao

> ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23. (grifou-se)
>
> Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

Segundo registros históricos contidos no preâmbulo da **Decisão TC 006/2001**, prolatada por esta Corte de Contas em **26/06/2001**, as dificuldades dos Poderes e órgãos estaduais em cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) têm sido amparadas por meio de estranhos expedientes normativos emanados desta Corte de Contas, **Decisão TC 006/2001** e **Resolução TC 189/2003**, consoante demonstrado em detalhes no tópico pertinente ao incidente de prejulgado nº 5.

Diante desse dilatado período de transição de quase **quinze anos**, e partindo da premissa de que o Estado do Espírito Santo não possui competência para editar regras gerais sobre a matéria, a hipótese de transigir com o interesse público federal não parece ser a melhor escolha para solução do problema, uma vez que a história prova exatamente o contrário.

Por fim, o argumento de inviabilização da atuação dos poderes remete a um triste incidente ocorrido recentemente em outro estado da federação, conforme se colhe de notícia veiculada no portal do jornal O Estado de São Paulo[604]. Advirta-se, no entanto, que, guardada as devidas proporções, qualquer semelhança com a subtração indevida de **R$ 3,3 bilhões** de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) capixaba, verba constitucional igualmente destinada à educação, terá sido apenas uma mera coincidência.

Roraima Bloqueia pagamento de merenda e dinheiro vai para outros poderes

[604] Disponível em: http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,roraima-bloqueia-pagamento-de-merenda-e-dinheiro-vai-para-outros-poderes,10000048669. Acesso em 19 mai. 2016.

Segundo auditoria, R$ 21 mi foram destinados para pagamento da Assembleia, de Tribunais locais, do MP e do TCE



Verba para merenda em Roraima foi bloqueada

BRASÍLIA - Auditorias da Controladoria Geral da União comprovaram que R$ 21 milhões destinados pelo Ministério merenda escolar e o transporte de alunos de Roraima foram bloqueados pelo Tribunal de Justiça do Estado passado. O bloqueio do repasse foi para que o dinheiro, ao invés de ser usado para alimentar as crianças nas transportá-las, fosse usado para garantir o funcionamento da Assembleia Legislativa, dos Tribunais locais, Tribunal de Contas.

"O bloqueio é grave porque esta é uma verba federal com destinação constitucional para a educação. A situação o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ao **Estado**, acentuando que esta atitude é "imoral". "Isso é um absurdo porque está acontecendo em um Estado pequeno, em uma região carente", disse o ministro, acrescentando que, uma das destinações do dinheiro é a Assembleia Legislativa e, segundo dados que podem ser acessados pelo Portal da Transparência, o gasto pessoal estadual de Roraima é de R$ 95.580,00 sendo o subsídio de R$ 25.322,00, mais verba indenizatória de R$ R$ 20.200,00.

"É de longe a maior gratificação paga no parlamento brasileiro e o Poder legislativo mais caro, proporcionalmente, ele, depois de lembrar que só a Assembleia Legislativa de Roraima consome 9,5% do orçamento do presidente do Tribunal deu uma decisão judicial que está retirando todo o dinheiro que a gente manda para transporte das crianças para a sustentação orçamentária e financeira desses Poderes, o que é inaceitável".

R$ 21 milhões é o total dos recursos enviados nestes sete meses e bloqueados pela Justiça de Roraima. "São 20 milhões da merenda escolar e R$ 1 milhão do transporte. Compete ao MEC discutir isso porque está

> tirando merenda da boca das está comprometendo o transporte escolar porque se não tem transporte, a criança que mora na zona rural não pode ir para a escola. Esse repasse de verba é vinculado a esses programas, a educação não para nem em País em guerra", desabafou o ministro.
>
> Mercadante anunciou que o MEC entrou com representação junto ao Ministério Público Federal e também pedindo que o governo federal e o MPF promova uma ação e restitua estes valores para a educação e impeça este bloqueio absurdo. Este bloqueio, segundo o ministro, se estende a outros setores e outras receitas, mas o que interessa ao MEC é a educação e o problema de que há quase sete meses as crianças não tem transporte e a merenda não chega às crianças nas escolas.
>
> "Por mais que seja necessária a manutenção dos órgãos estaduais, é inadmissível que crianças e adolescentes sejam privados do direito fundamental à alimentação e ao transporte escolar, razão pela qual a Pasta Ministerial repudia veementemente essa atitude, que, além de imoral, viola frontalmente os direitos e garantias fundamentais dos estudantes de Roraima", diz o documento enviado à Advocacia Geral da União. O documento pede ainda "providências judiciais cabíveis para desbloqueio recursos federais utilizados de forma indevida, bem como para que sejam evitados novos bloqueios".
>
> **TJRR**. Em nota enviada ao Estado, o Tribunal de Justiça de Roraima contesta a versão do MEC e aponta que é do Pode Executivo a responsabilidade pela indicação da conta a ser bloqueada. A nota diz que "os bloqueios foram feitos via Bacenjud, sistema eletrônico de comunicação entre o Poder Judiciário e as instituições financeiras, por intermédio do Banco Central, sendo possível à autoridade judiciária encaminhar ordens de bloqueios de valores disponíveis em conta". Esclarece ainda que "a informação sistema não possibilita a distinção da origem e destinação dos recursos contidos nas contas do Poder Executivo inexistindo determinação judicial de bloqueio de verbas federais com destinação específica". E completa: "toda responsabilidade pela indicação de conta que contenha verba federal, é do Poder Executivo".
>
> Na nota, o Tribunal de Roraima salienta ainda que "caso ocorra ou venha ocorrer o bloqueio em verbas federais em conta do Estado de Roraima, basta a Procuradoria Geral do Estado fazer uma simples petição ao juiz competente". Segundo a explicação, "o que se buscou com os bloqueios foi o repasse do duodécimo previsto na Constituição da República".

Desse modo, considerando que os Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo não possuem competência para editar normas que autorizem o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, refuta-se o presente argumento.

2.4.1.2 Do argumento de que o juízo de valor sobre a prestação de contas anual do governador, para fins de emissão de Parecer Prévio, não deve

considerar eventuais irregularidades aferidas nos processos de fiscalização (PPA, LDO, LOA, RGF e RREO)

Ao detectar que as recomendações constantes no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 foram omitidas no Parecer Prévio TC 50/2015, o Ministério Público de Contas opôs embargos de declaração pleiteando a correção da omissão por meio do item 3.3, alíneas "a" a "p", do Parecer PPJC 3684/2015. Enquanto os embargos foram acolhidos em relação às alíneas "a", "b", "c", "l", "m", "n", "o", e "p", as recomendações contidas nas alíneas "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j" e "k" foram rejeitadas pelo conselheiro relator nos seguintes termos:

> Antes de prosseguir a análise quanto às demais medidas pleiteadas pelo Ministério Público Especial de Contas, descritas nos **itens 3.2 (alíneas d, e, f, g, h, i, j, k), 3.3, 3.4 e 3.5** é importante abordar a **sistemática de trabalho e processamento das informações concernentes à apreciação das contas do Governador do Estado.**
>
> **De um lado**, existem informações encaminhadas pelo Governo Estadual ao Tribunal de Contas ao longo do período de um ano, que são autuadas nesta Corte em processos designados por "Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)" e "Relatório de Gestão Fiscal (RGF)".
>
> Tais processos demonstram o andamento da gestão fiscal e do planejamento governamental cujas informações são obtidas mediante processos designados por "Plano Plurianual (PPA)", "Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)" e "Lei Orçamentaria Anual (LOA)".
>
> **De outro lado**, existem informações que são encaminhadas pelo Governo Estadual em determinada época do ano, como, por exemplo, a data limite de 30 de abril para apresentar a "Prestação de Contas Anual do Governador do Estado" que reflete a posição contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro do exercício findado.
>
> **O primeiro conjunto de informações** (que, conforme citado anteriormente, é encaminhado a este Tribunal de Contas ao longo do período de um ano) é submetido à análise do Corpo Técnico desta Corte que instrui e elabora proposta de encaminhamento.
>
> Neste caso, cabe à **9ª Secretaria de Controle Externo** subsidiar a análise da apreciação das contas anual do Governador do Estado que engloba o exame dos processos de Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme preconiza o artigo 47, inciso I, alínea c, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Resolução TC n. 261/2013).
>
> Feito isso, tais processos são submetidos ao Plenário cujas deliberações são monitoradas por esta Corte, em obediência à Resolução TC n. 278, de 04 de novembro de 2014, o que possibilita a adoção de ações corretivas

durante a execução orçamentária e, também, impede a descontinuidade da administração pública na mudança de um exercício financeiro para outro.

Por sua vez, o **segundo conjunto de informações** (que, conforme assinalado anteriormente, deve ser encaminhado a esta Corte em data específica), é analisado por uma **Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador**, com observância aos dispositivos regimentais (artigos 105 a 121 da Resolução TC n. 261/2013), que elabora o Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado, podendo sugerir a expedição de recomendações e determinações.

Por fim, cabe ao Plenário desta Corte de Contas apreciar as contas do Governador do Estado e emitir Parecer Prévio que será submetido à Casa de Leis Estadual. Importante ressaltar que o Plenário, ao apreciar as contas do Governador do Estado, pode expedir recomendações e/ou determinações.

Dessa forma, o conteúdo do Parecer Prévio das Contas do Governador do Estado deve refletir o exato teor da deliberação do Plenário durante a apreciação das contas do Governador do Estado.

O raciocínio acima delineado repercute na elaboração do Parecer Prévio do seguinte modo:

Ao atuar como relator do processo de que trata das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo, **deixei expresso em meu voto a incorporação integral das recomendações constantes no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015**, entretanto, é essencial destacar que **o próprio Relatório Técnico excepcionou as recomendações que já foram objeto de análise prévia nos processos TC 1224/2014 e processo TC 1223/14**, relativos à análise da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), respectivamente, o que também foi acolhido pelo Plenário.

Por conseguinte, revela-se desnecessário repetir recomendação daquilo que o Plenário, preteritamente, o fez, mormente quando o cumprimento de tais recomendações está sendo monitorado nos respectivos processos, conforme estabelece a Resolução TC n. 278, de 04 de novembro de 2014.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, não deve ser acatado o pedido formulado pelo Parquet no item 3.2, letras "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k".

O raciocínio delineado pelo ilustre relator acerca dos dois conjuntos de informações encaminhados a esta Corte de Contas ao longo da execução orçamentária (PPA, LDO, LOA, RGF e RREO) e ao final do exercício financeiro (PCA) conclui pela ausência de necessidade de se reexpedir, por meio do Parecer Prévio, as recomendações já expedidas em processos de fiscalização ao longo do exercício. De fato, em razão do seu efeito prospectivo – e não retroativo – a expedição de recomendações ou de determinações possui como destinatário o gestor que se se

encontre à frente da Administração Pública no momento da notificação da decisão, pressupondo-se que a estrutura administrativa, formada por servidores permanentes (efetivos), notadamente integrantes do órgão de controle interno, velará pelo seu cumprimento por ocasião do desligamento dos efêmeros ocupantes de cargos políticos[605]. Acrescente-se, por oportuno, o monitoramento que é realizado pelo próprio TCEES quanto ao exato cumprimento dos provimentos mandamentais. Sob esse ponto de vista, procede a consideração do ilustre relator quanto à desnecessidade se expedir nova recomendação.

No entanto, a proposta do Ministério Público de Contas para que o Parecer Prévio inclua todas as recomendações expedidas ao longo do exercício possui como fundamento o fato de o Parecer Prévio ter como principal destinatário não o chefe do Poder Executivo, já regularmente notificado das irregularidades detectadas pelo TCEES, mas sim os membros do Poder Legislativo que possuem como instrumento próprio de avaliação da gestão do governador o processo de prestação de contas anual.

Ademais, o pleito do MPC busca evitar que o exame da gestão do chefe do Poder Executivo seja fragmentado em vários processos de fiscalização instaurados ao longo do exercício e, em razão dessa fragmentação, eventuais irregularidades identificadas nos referidos processos deixem de repercutir no resultado da apreciação da prestação de contas anual. Esse procedimento poderia ser utilizado para retirar, do Poder Legislativo, a prerrogativa constitucional de avaliar e julgar todas as irregularidades detectadas ao longo do exercício por parte do TCEES.

---

605 A cultura político-administrativa brasileira, infelizmente, nos tem revelado que a debilidade, por vezes proposital, da máquina administrativa gera a sedutora ilusão de que a solução para os problemas sociais dependeria da atuação messiânica do gestor público e de sua equipe de correligionários – temporariamente alocados na estrutura de poder do Estado –, o que, se sabe, não se mostra verdadeiro.
Quando a Administração Pública se encontra adequadamente estruturada, composta, principalmente, por servidores com vínculo permanente, selecionados por meio de idôneo concurso público, de elevado padrão ético e moral, dotados de prerrogativas que lhes confere a independência funcional necessária para que não permitam ou pactuem com a prática de ilegalidades, não se abre espaço para atuação em desconformidade com o interesse público. Nessas circunstâncias, a própria máquina administrativa trata de voltar-se contra este administrador ou qualquer outro que tente enfraquecê-la, criando uma espécie de blindagem ético-institucional em face das constantes tentativas de cooptação e manipulação da Administração Pública advinda de pretensões governamentais inconfessáveis, ou mesmo por recônditos desejos de dominação política e/ou econômica.

Como exemplo dessa fragmentação inapropriada, tem-se que as irregularidades detectadas pelo TCEES nos processos de fiscalização das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) não serão submetidas ao conhecimento do Parlamento estadual porque foram direcionadas para processos secundários, deixando, portanto, de figurar no processo de prestação de contas anual e no Parecer Prévio encaminhado ao Poder Legislativo. Por certo, não parece correto fragmentar a atividade de controle externo "em tiras", promovendo-se recortes temporais no exercício financeiro.

Ao contrário do entendimento albergado pelo ilustre relator, salvo melhor juízo, **a prestação de contas anual deve incluir a avaliação da totalidade do exercício financeiro**, consoante se extrai do § 1º do art. 2º da Instrução Normativa IN 28/2013, que dispõe sobre a composição e a forma de envio das prestações de contas anuais dos Chefes dos Poderes para fins de apreciação e julgamento pelo TCEES:

> **CAPÍTULO II**
> **DAS CONTAS DO GOVERNADOR**
>
> Art. 2º O conteúdo das contas a serem prestadas pelo Governador do Estado, para fins de apreciação e emissão de Parecer Prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, compreenderá o rol de documentos integrantes do **ANEXO 01** desta Instrução Normativa, acompanhados do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno sobre as contas do Governador, contendo os elementos indicados no ANEXO 11 que integra esse normativo.
>
> § 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão **a totalidade do exercício financeiro do Estado**, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública. (grifou-se)
>
> § 2º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigatoriedade dos ordenadores de despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública, encaminharem suas respectivas prestações de contas decorrentes de atos, contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, para julgamento pelo Tribunal de Contas nos termos do art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

Desse modo, considerando que o Parecer Prévio deve refletir com fidedignidade o resultado de todas as fiscalizações realizadas pelo TCEES ao longo do exercício

financeiro, devem as recomendações expedidas nos processos de fiscalização serem incluídas na deliberação do Tribunal de Contas.

2.4.1.3 Do argumento de que não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado

Acerca da suposta impossibilidade de se incluir recomendações em sede recursal, assim se pronunciou o ilustre conselheiro relator:

> A análise das demais medidas propostas pelo Ministério Público Especial de Contas deve guardar simetria com o raciocínio acima delineado. Portanto, na medida em que se torna desnecessário repetir recomendação daquilo que o Plenário, oportunamente, o fez, **com maior razão deve ser mantido o Parecer Prévio sem a inclusão das recomendações sugeridas pelo Ministério Público Especial de Contas no item 3.4 que sequer foram mencionadas no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, bem como não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do Governador do Estado.**
>
> **Pelo exposto, deve ser rechaçado o pedido do Ministério Público Especial de Contas que consta no item 3.4 (alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g")** cujas recomendações e alertas apontados foram objeto de análise nos processos que tratavam da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, devidamente analisados ao longo do exercício.
>
> Ademais, existem recomendações e alertas que já não guardam sentido na análise do processo que trata da prestação de contas anual do Governador do Estado, conforme os exemplos a seguir:
>
> O prazo de cento e oitenta dias a contar do término do exercício assinalado para cumprir a deliberação quanto à transparência dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, constantes nos autos que analisaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, já expirou. Tais processos estão em fase de monitoramento por esta Corte de Contas, portanto, incluir, novamente, as recomendações e alertas nos autos que tratam da apreciação das contas do Governador do Estado comprometeria o acompanhamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da Resolução TC n. 278/2014.
>
> O alerta expedido nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 4º e do 5º bimestres, relativos ao não cumprimento da meta de arrecadação bimestral, não foi expedido no 6º bimestre (que expressa a execução orçamentária de janeiro a dezembro de 2014), demonstrando a desnecessidade de expedir alerta nas contas do

> Governador relativo à meta de arrecadação bimestral. Ademais, mesmo o alerta expedido no 6º bimestre de 2014 (TC-1590/2015), relativo à elaboração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), **foi cumprido pelo Poder Executivo após tomar ciência**, conforme publicação desse Demonstrativo em 30 de julho de 2015, relativo ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 3º bimestre de 2015, o que corrobora que a ação fiscalizatória realizada ao longo do ano pelo TCEES impede a descontinuidade da administração pública. (grifou-se)
>
> Deixo de acolher, de igual modo, **os pedidos formulados pelo Parquet nas alíneas "a", "b" e "c" do item 3.3,** pois, tanto a ausência de parecer conclusivo do órgão central de controle interno (letra "a" do pedido 3.3), quanto a contabilização do aporte (letra "b" do pedido 3.3) e, também, a limitação de escopo (letra "c" do pedido 3.3), **não constituíram recomendações assinaladas no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado – RTCG 01/2015, bem como não foram deliberadas pelos Conselheiros durante a sessão especial de apreciação das contas do Governador do Estado.**

De acordo com o mencionado argumento, a sessão plenária **especial** de apreciação das contas do governador possuiria, talvez, uma particularidade processual que impediria a inclusão de recomendações por ocasião da sessão plenária **ordinária** que aprecia os embargos de declaração. No entanto, ao contrário do que sustenta o nobre magistrado de contas, praticamente todas as recomendações incluídas por meio do Parecer Prévio TC 7/2016 não foram deliberadas na sessão especial de apreciação das contas do governador, uma vez que o Plenário do TCEES se limitou a acolher *in totum* o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 e enfrentar apenas as recomendações formuladas pelo *Parquet* de Contas, o que evidencia uma incoerência no argumento em tela: se não devem ser incluídas recomendações não deliberadas durante a sessão plenária especial de apreciação das contas do governador do Estado, por que foram incluídas no Parecer Prévio TC 7/2016 recomendações não deliberadas na sessão plenária especial que originou o Parecer Prévio TC 50/2015?

Esclareça-se que a expedição de recomendação ou de determinação deriva da constatação do descumprimento de normas de ordem pública aplicáveis ao caso concreto. Assim, verificada a desobediência legal, impõe-se ao Tribunal de Contas o

dever – e não faculdade – de expedir determinação para o exato cumprimento da lei. Por essa razão, mesmo que a área técnica descreva em detalhes uma irregularidade, porém deixe de fazer menção expressa à necessidade de correção, permanece o dever legal do Plenário do TCEES de expedir a correspondente determinação, desde que o equívoco seja detectado a tempo por qualquer conselheiro ou membro do Ministério Público de Contas. Ademais, seria no mínimo estranho imaginar que o órgão responsável pela fiscalização das finanças públicas detectou uma irregularidade, porém deixou de promover as medidas necessárias à sua correção.

2.4.1.4 Do argumento de que as Determinações propostas pelo Ministério Público de Contas no subitem 3.1.1, alíneas "f" e "g", do Parecer PPJC 3684/2015 foram acolhidas apenas como Recomendação em razão de não constar nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade prevista nos art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Por meio do **Parecer PPJC 3684/2015**, o Ministério Público de Contas pugnou pela expedição de **Determinação** ao Poder Executivo estadual nos seguintes termos:

> **3.3 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**
>
> Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências:
>
> **3.3.1 Determine ao Poder Executivo:**
>
> [...]
>
> **f)** Que passe a disponibilizar, por meio do portal da transparência do governo do Estado, **dados consolidados de todas as receitas e despesas de todos os Poderes do Estado**[606], conforme determinam os **art. 48 e 48-A** da Lei Complementar nº 101/2000[607], Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentados pelo

[606] Atualmente, o Poder Executivo não divulga dados consolidados de todos os Poderes conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, dificultando o acesso à informação.

[607] Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o

Decreto Federal nº 7.185/2010, especialmente seu art. 4º[608], e demais normas aplicáveis;

g) Que passe a disponibilizar no portal da transparência do governo do Estado a íntegra dos documentos que compuseram a Prestação de Contas Anual (PCA) do Governador do Estado **a partir da data de envio da PCA ao Poder Legislativo**[609], de modo a permitir o acompanhamento, por parte da sociedade, dos processos de emissão do Parecer Prévio pelo TCEES e de julgamento pelo Poder Legislativo, bem como a análise e emissão de juízo de valor pelo cidadão acerca dos critérios utilizados pelos mencionados órgãos de controle externo;

No entanto, em razão de não ter identificado nos autos a confirmação da irregularidade que desafia os art. 48 e 48 da LRF, o eminente conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges consignou em voto o acolhimento das referidas propostas do MPC **apenas como Recomendação**. *Verbis*:

> Rejeito, também, a proposição de **determinação** do **subitem 3.3.1, alíneas "f" e "g", acolhendo-as como recomendação**, pois não consta nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade, requisito indispensável para assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porquanto consta das obrigações previstas no art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)
Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

608 Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:
I - disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado;
II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e
III - possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.

609 A **disponibilização prévia** da documentação que compôs a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado constitui um avanço significativo para o aprimoramento do controle social da gestão pública.

Conquanto tenham sido acolhidas como Recomendação, a mencionadas proposições ministeriais restaram ausentes no Parecer Prévio TC 50/2015, o qual contemplou apenas a Recomendação relativa ao item 3.3.4, alínea "a", do Parecer PPJC 3684/2015, conquanto tenha se reportado, por equívoco, a outro pedido do MPC:

> **3. Recomendar** a proposição contida no subitem 3.3.4, alínea "a" do parecer do Ministério Público Especial de Contas, qual seja: para que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo promova a transparência no exercício da atividade de controle externo, disponibilizando, no seu portal, a íntegra dos documentos que compuseram as Prestações de Contas do Governador do Estado dos exercícios de 2010 a 2014 e seguintes;

Por ocasião da oposição dos Embargos de Declaração TC 9974/2015, este *Parquet* de Contas não observou o equívoco do Tribunal de Contas em ter deixado de incluir no Parecer Prévio TC 50/2015 as Recomendações alusivas ao item 3.3.1, alíneas "f" e "g", do Parecer PPJC 3684/2015.

Portanto, são dois os pontos a serem abordados neste tópico:

1) Ausência de inclusão das Recomendações no Parecer Prévio TC 50/2015; e

2) Não acolhimento das propostas do MPC como Determinação em razão não constar nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade prevista nos art. 48 e 48-A da LRF.

Pois bem. No que tange à ausência de inclusão das Recomendações no Parecer Prévio TC 50/2015 por equívoco do Tribunal de Contas, esclareça-se que os provimentos mandamentais expedidos por este órgão de controle externo, consistentes, normalmente, em obrigações de fazer ou de não fazer, não se submetem à preclusão, podendo ser expedidas de ofício sem a necessidade de provocação externa em qualquer momento do rito processual, uma vez que decorre logicamente da constatação de uma falha que **"deve ser corrigida",** no caso de Determinação, ou de um procedimento que **"pode ser melhorado"**, na hipótese de cabimento de Recomendação.

Ademais, os dispositivos que disciplinam a expedição de Determinação ou de Recomendação constituem **normas de ordem pública**, as quais possuem como destinatário da sua aplicação o próprio Tribunal de Contas. Portanto, diante da constatação de fatos que comportem as mencionadas espécies de provimentos mandamentais, não resta alternativa a esta Corte de Contas senão expedir a respectiva decisão promovendo a correção da falha ou a melhoria do procedimento.

Desse modo, o fato de as Recomendações constantes no item 3.1.1, alíneas "f" e "g", do Parecer PPJC 3684/2015, terem sido devidamente acolhidas pelo Plenário do TCEES nos termos do voto conselheiro relator, porém deixado de figurar nos Pareceres Prévio TC 50/2015 e TC 7/2015, não impede que sejam incluídas por ocasião do Parecer Prévio a ser emitido em razão deste Recurso de Reconsideração, independentemente do sentido da deliberação plenária (provimento total ou parcial do recurso, não provimento etc.).

Por sua vez, em relação ao não acolhimento das propostas do MPC (item 3.1.1, alíneas "f" e "g"), especificamente como Determinação, em razão não constar nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade prevista nos art. 48 e 49 da LRF, cumpre fazer os seguintes esclarecimentos.

2.4.1.4.1 Da determinação contida na alínea "f" do item 3.1.1 Parecer PPC 3684/2015:

> **3.3 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**
>
> Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências:
>
> **3.3.1 <u>Determine</u> ao Poder Executivo:**
>
> [...]
>
> **f)** Que passe a disponibilizar, por meio do portal da transparência do governo do Estado, **<u>dados consolidados de todas as receitas e</u>**

despesas de todos os Poderes do Estado[610], conforme determinam os **art. 48 e 48-A** da Lei Complementar nº 101/2000[611], Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentados pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, especialmente seu art. 4º[612], e demais normas aplicáveis;

Inicialmente, ressalte-se que a ausência de manifestação prévia da área técnica sobre pontos relevantes somente suscitados pelo *Paquet* de Contas por ocasião da emissão do seu parecer não pode ser utilizada como forma de impedir a reabertura da instrução processual, sob pena de se inviabilizar a atuação ministerial. Por esse motivo, o MPC protocolizou **Requerimento** pleiteando a inclusão de pontos para análise antes mesmo da chegada da prestação de contas anual do governador ao TCEES, uma vez que o rito especial a que se submetem as referidas contas, bem como o exíguo prazo para exame da extensa e complexa documentação que as compõe, restringe sobremaneira a atuação deste órgão ministerial, circunstância que motivou, inclusive, a formulação de pedido específico no sentido de que este órgão de controle externo estude a criação de mecanismos que propiciem um período mais

610 Atualmente, o Poder Executivo não divulga dados consolidados de todos os Poderes conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, dificultando o acesso à informação.

611 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)
Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

612 Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:
I - disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado;
II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e
III - possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.

dilatado para exame dos documentos submetidos ao crivo deste *Parquet* de Contas (item 3.4, alínea "b", subalínea "viii", do Parecer PPJC 3684/2015).

No caso da proposta contida na citada alínea, incluída no Parecer PPJC 3684/2015 somente emitido após a elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, os referidos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 48 e 48-A) constam expressamente como pontos de análise no Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013, integrando, portanto, objeto de exame obrigatório por parte da Comissão Técnica do TCEES, argumento esse inclusive utilizado pelos nobres membros desta Corte de Contas para afastar a obrigatoriedade de manifestação do órgão de controle do Poder Executivo, que por sinal é também responsável pela transparência dos dados questionados:

ANEXO 11
RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

[...]

Ponto de controle	Base legal	Procedimento
Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.

Ocorre que este Parquet de Contas não localizou no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015 qualquer menção ao cumprimento do procedimento descrito no Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2013, que tem por objetivo *"avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF"*.

Já o Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2015 afirma que somente os dados da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo encontram-se disponibilizados diariamente no Portal da Transparência:

5.2.8.2. Divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira (LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58)

Conforme manifestação encaminhada pelo gestor do Portal da Transparência, a divulgação das informações pormenorizadas que compõe a execução orçamentária e financeira no âmbito do Poder Executivo é realizada diariamente, nos termos do Decreto Federal nº 7.185/2010, ou seja, no primeiro dia útil subsequente à data do registro no SIGEFES.

Note-se que a referência ao Decreto federal 7.185/2010[613] se restringiu a período de atualização dos dados, omitindo-se acerca do cumprimento dos demais requisitos exigidos por essa norma regulamentar, a saber:

DECRETO Nº 7.185, DE 27 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre o **padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação**, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, **referentes à receita e à despesa**, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em

[613] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm. Acesso em 23 mai. 2016.

conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - sistema integrado: as soluções de tecnologia da informação que, no todo ou em parte, funcionando em conjunto, suportam a execução orçamentária, financeira e contábil do ente da Federação, bem como a geração dos relatórios e demonstrativos previstos na legislação;

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, **até o primeiro dia útil subseqüente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA**, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - unidade gestora: a unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial, cujo titular, em conseqüência, está sujeito à tomada de contas anual.

Art. 3º O padrão mínimo de qualidade do SISTEMA, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, é regulado na forma deste Decreto.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Seção I
Das Características do Sistema

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - **disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado**;

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.

Art. 5º O SISTEMA atenderá, preferencialmente, aos padrões de arquitetura e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, que define conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Governo Federal, estabelecendo as condições de interação entre os Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Seção II
Da Geração de Informação para o Meio Eletrônico de Acesso Público

Art. 6º O SISTEMA deverá permitir a **integração com meio eletrônico** que possibilite amplo acesso público, assegurando à sociedade o acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira conforme o art. 48,

parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, as quais serão disponibilizadas no âmbito de cada ente da Federação.

Parágrafo único. A disponibilização em meio eletrônico de acesso público deverá:

I - aplicar soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; e

II - atender, preferencialmente, ao conjunto de recomendações para acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro, de forma padronizada e de fácil implementação, conforme o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), estabelecido pela Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007[614], da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Governo Federal.

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

614 Disponível em: http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/legislacao/portaria-no-03-de-07-de-maio-de-2007. Acesso em: 23 mai. 2016.

> Art. 8º No prazo de cento e oitenta dias a contar da data de publicação deste Decreto, ouvidas representações dos entes da Federação, ato do Ministério da Fazenda estabelecerá requisitos tecnológicos adicionais, inclusive relativos à segurança do SISTEMA, e requisitos contábeis, considerando os prazos de implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Comparando-se o teor do Decreto federal 7.185/2010 com o respectivo tópico do Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 da Instrução Normativa IN 28/2015, verifica-se de plano que o Poder Executivo descumpre a exigência contida no art. 4º, inciso I, pois **não disponibiliza ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado, mas tão-somente os dados do Poder Executivo**.

Essa informação pode ser facilmente constatada ao se acessar o Portal da Transparência do governo do Estado, no qual não contam, por exemplo, dados relativos às despesas realizadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas, conforme imagem extraída do referido portal[615]:

[615] Disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_despesas/siafemorgaounidadesgestoras.asp?tipo=diario&ano=2016&datainicio=0101&datafim=3112&ordem=2&Pagina=1. Acesso em: 23 mai. 2016.



Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

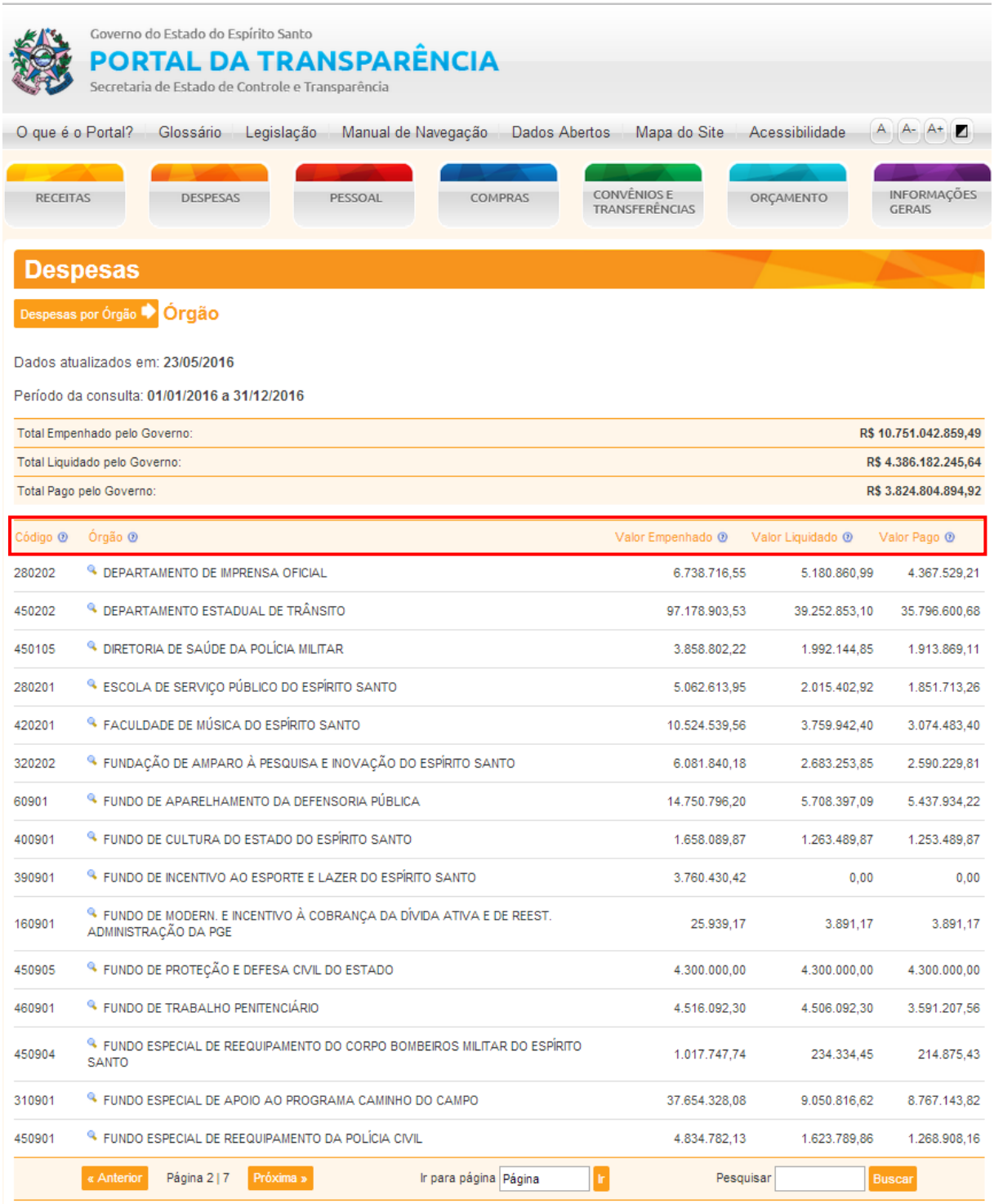
Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	**R$ 10.751.042.859,49**
Total Liquidado pelo Governo:	**R$ 4.386.182.245,64**
Total Pago pelo Governo:	**R$ 3.824.804.894,92**

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
800102	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	1.527.695.025,73	521.904.185,22	463.922.528,31
800101	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	169.426.305,00	119.834.488,22	96.020.352,57
300205	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	7.629.464,87	5.921.838,79	5.687.168,82
300204	AGÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA DO ESTADO ESPÍRITO SANTO	1.041.055,37	573.345,05	570.220,67
410202	AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1.752.243,69	681.704,23	585.886,89
360203	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	3.230.386,14	1.169.846,11	1.041.166,13
400102	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1.211.566,84	515.445,43	431.999,50
310203	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	5.158.995,69	5.142.132,52	5.112.340,41
440918	CENTRO DE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	1.227.629,61	635.020,34	576.952,56
440913	CENTRO DE REABILITACAO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3.363.961,22	1.378.808,19	1.346.268,67
440919	COLONIA PEDRO FONTES	1.017.782,91	526.505,58	526.505,58
450106	COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	15.169,26	6.438,26	6.219,86
450104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRIDO SANTO	100.679.448,56	45.335.693,21	42.257.675,21
60101	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	18.533.291,67	15.907.793,44	15.003.704,80
350201	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	220.214.023,63	93.950.616,06	87.653.162,05

Página 1 | 7 Próxima » Ir para página Página Ir Pesquisar Buscar



Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência

O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade | A | A- | A+

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

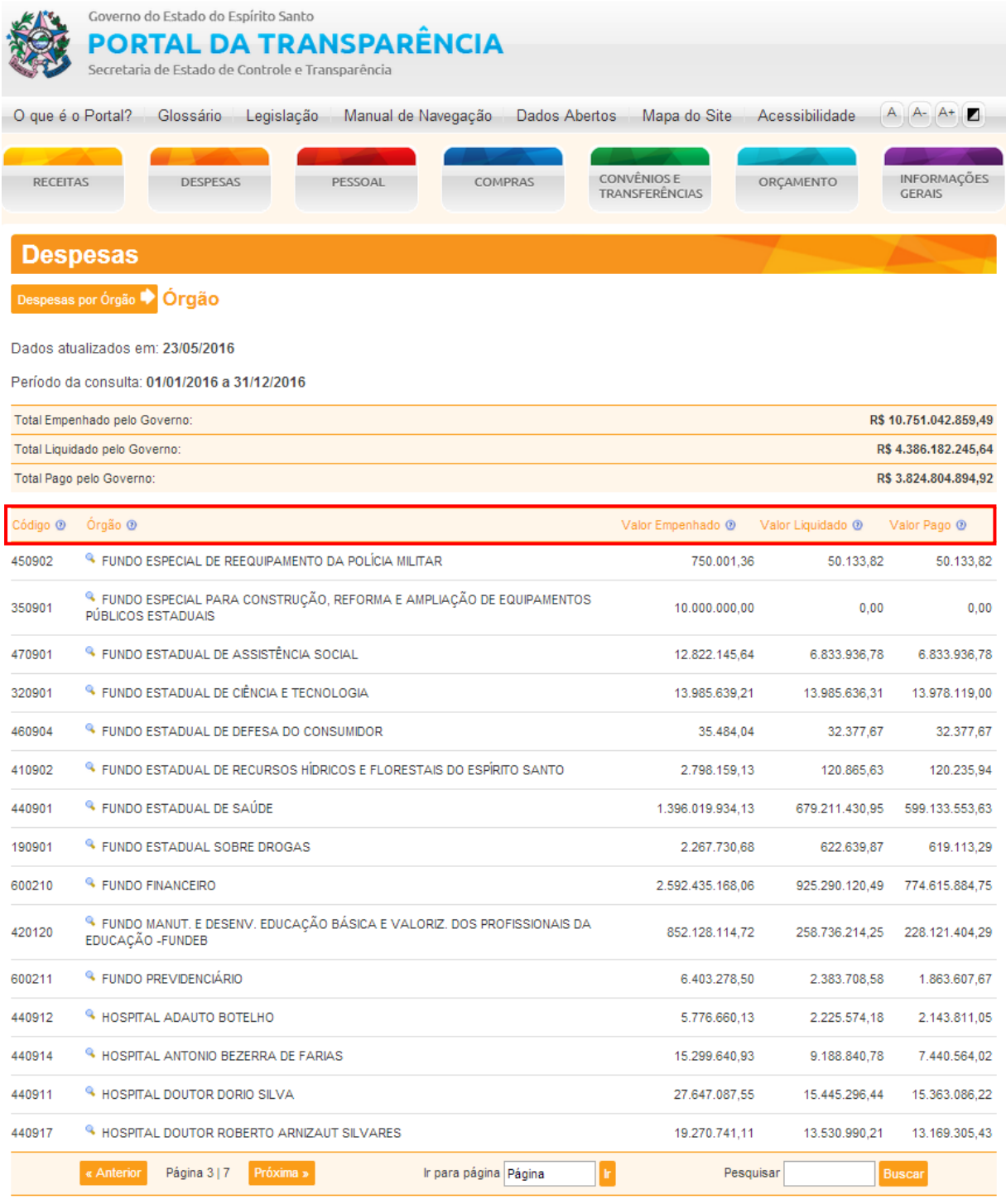
Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	**R$ 10.751.042.859,49**
Total Liquidado pelo Governo:	**R$ 4.386.182.245,64**
Total Pago pelo Governo:	**R$ 3.824.804.894,92**

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
280202	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	6.738.716,55	5.180.860,99	4.367.529,21
450202	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	97.178.903,53	39.252.853,10	35.796.600,68
450105	DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	3.858.802,22	1.992.144,85	1.913.869,11
280201	ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	5.062.613,95	2.015.402,92	1.851.713,26
420201	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	10.524.539,56	3.759.942,40	3.074.483,40
320202	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	6.081.840,18	2.683.253,85	2.590.229,81
60901	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	14.750.796,20	5.708.397,09	5.437.934,22
400901	FUNDO DE CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1.658.089,87	1.263.489,87	1.253.489,87
390901	FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DO ESPÍRITO SANTO	3.760.430,42	0,00	0,00
160901	FUNDO DE MODERN. E INCENTIVO À COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E DE REEST. ADMINISTRAÇÃO DA PGE	25.939,17	3.891,17	3.891,17
450905	FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO	4.300.000,00	4.300.000,00	4.300.000,00
460901	FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO	4.516.092,30	4.506.092,30	3.591.207,56
450904	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	1.017.747,74	234.334,45	214.875,43
310901	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA CAMINHO DO CAMPO	37.654.328,08	9.050.816,62	8.767.143,82
450901	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	4.834.782,13	1.623.789,86	1.268.908,16

« Anterior | Página 2 | 7 | Próxima » | Ir para página Página Ir | Pesquisar Buscar



Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência

O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade | A | A- | A+

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

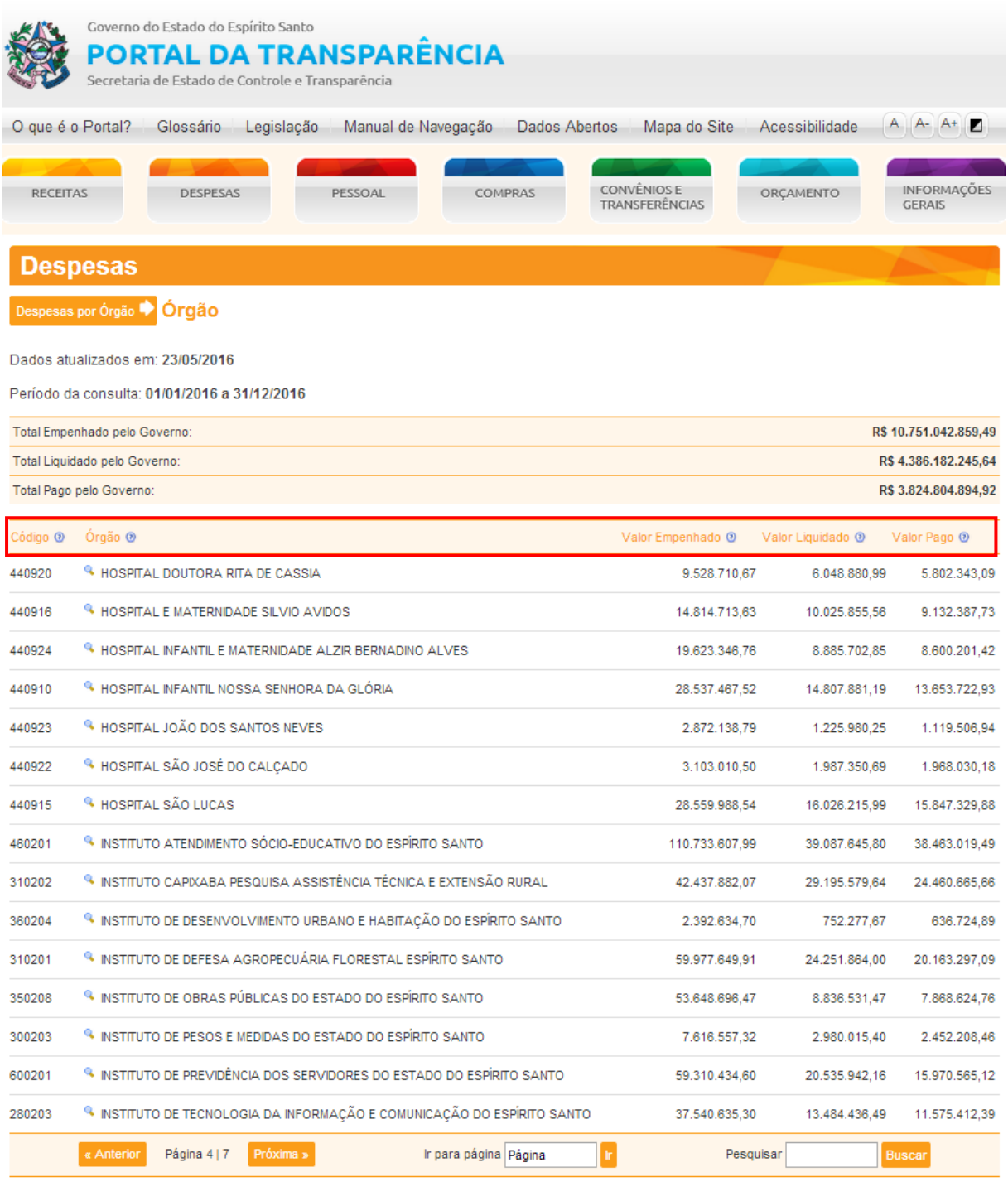
Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	**R$ 10.751.042.859,49**
Total Liquidado pelo Governo:	**R$ 4.386.182.245,64**
Total Pago pelo Governo:	**R$ 3.824.804.894,92**

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
450902	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	750.001,36	50.133,82	50.133,82
350901	FUNDO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS	10.000.000,00	0,00	0,00
470901	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.822.145,64	6.833.936,78	6.833.936,78
320901	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.985.639,21	13.985.636,31	13.978.119,00
460904	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	35.484,04	32.377,67	32.377,67
410902	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS DO ESPÍRITO SANTO	2.798.159,13	120.865,63	120.235,94
440901	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.396.019.934,13	679.211.430,95	599.133.553,63
190901	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	2.267.730,68	622.639,87	619.113,29
600210	FUNDO FINANCEIRO	2.592.435.168,06	925.290.120,49	774.615.884,75
420120	FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB	852.128.114,72	258.736.214,25	228.121.404,29
600211	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	6.403.278,50	2.383.708,58	1.863.607,67
440912	HOSPITAL ADAUTO BOTELHO	5.776.660,13	2.225.574,18	2.143.811,05
440914	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS	15.299.640,93	9.188.840,78	7.440.564,02
440911	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA	27.647.087,55	15.445.296,44	15.363.086,22
440917	HOSPITAL DOUTOR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES	19.270.741,11	13.530.990,21	13.169.305,43

« Anterior | Página 3 | 7 | Próxima » | Ir para página Página Ir | Pesquisar Buscar



Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência

O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade | A | A- | A+

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	**R$ 10.751.042.859,49**
Total Liquidado pelo Governo:	**R$ 4.386.182.245,64**
Total Pago pelo Governo:	**R$ 3.824.804.894,92**

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
440920	HOSPITAL DOUTORA RITA DE CASSIA	9.528.710,67	6.048.880,99	5.802.343,09
440916	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS	14.814.713,63	10.025.855,56	9.132.387,73
440924	HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNADINO ALVES	19.623.346,76	8.885.702,85	8.600.201,42
440910	HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	28.537.467,52	14.807.881,19	13.653.722,93
440923	HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	2.872.138,79	1.225.980,25	1.119.506,94
440922	HOSPITAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO	3.103.010,50	1.987.350,69	1.968.030,18
440915	HOSPITAL SÃO LUCAS	28.559.988,54	16.026.215,99	15.847.329,88
460201	INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	110.733.607,99	39.087.645,80	38.463.019,49
310202	INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	42.437.882,07	29.195.579,64	24.460.665,66
360204	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	2.392.634,70	752.277,67	636.724,89
310201	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	59.977.649,91	24.251.864,00	20.163.297,09
350208	INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	53.648.696,47	8.836.531,47	7.868.624,76
300203	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	7.616.557,32	2.980.015,40	2.452.208,46
600201	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	59.310.434,60	20.535.942,16	15.970.565,12
280203	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	37.540.635,30	13.484.436,49	11.575.412,39

« Anterior | Página 4 | 7 | Próxima » | Ir para página Página Ir | Pesquisar Buscar

Governo do Estado do Espírito Santo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Secretaria de Estado de Controle e Transparência

O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade | A | A- | A+

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	**R$ 10.751.042.859,49**
Total Liquidado pelo Governo:	**R$ 4.386.182.245,64**
Total Pago pelo Governo:	**R$ 3.824.804.894,92**

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
460202	INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	2.082.545,25	814.487,73	784.359,47
270201	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	17.548.156,04	8.316.850,41	6.936.259,33
410201	INSTITUTOS ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	35.442.701,67	11.898.215,96	11.524.927,78
220202	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	9.645.481,57	3.259.673,65	2.907.284,65
450102	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	435.341.103,52	155.215.909,16	146.124.970,23
450103	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	915.495.514,92	482.375.399,21	393.978.378,00
160101	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	48.213.530,80	21.328.457,53	18.067.375,81
100201	RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	6.991.247,33	4.523.946,27	3.732.731,29
100101	SECRETARIA DA CASA CIVIL	3.778.205,19	3.225.645,51	3.018.225,54
100102	SECRETARIA DA CASA MILITAR	9.104.191,05	5.234.805,07	4.651.917,61
450101	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	38.889.987,44	15.811.980,77	14.020.125,71
360101	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	63.388.596,80	42.659.332,48	40.994.070,73
350101	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	94.784.757,89	44.463.820,28	44.367.602,27
310101	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,ABASTECIMENTO,AQUICULTURA E PESCA	18.066.984,11	6.198.576,37	5.299.044,37
400101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	10.869.130,40	7.070.882,91	5.899.700,15

« Anterior | Página 5 | 7 | Próxima » | Ir para página Página Ir | Pesquisar Buscar



Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

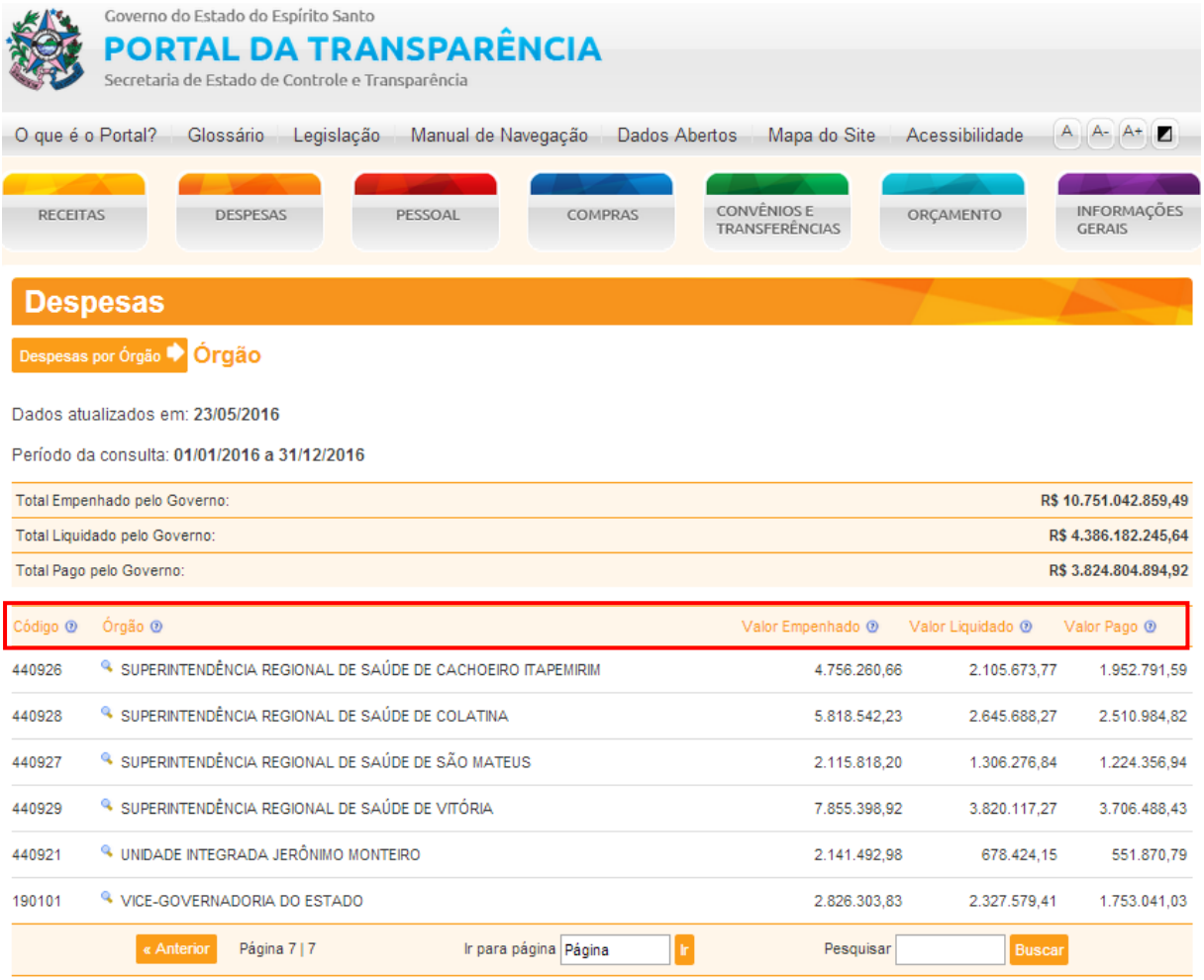
Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	**R$ 10.751.042.859,49**
Total Liquidado pelo Governo:	**R$ 4.386.182.245,64**
Total Pago pelo Governo:	**R$ 3.824.804.894,92**

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
420101	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	866.320.952,64	334.843.068,68	282.085.374,86
220101	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	125.098.308,70	61.164.841,80	52.589.057,62
460101	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	200.203.687,67	99.489.593,11	98.717.021,97
470101	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES	10.047.689,54	3.320.594,60	3.304.805,60
320101	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	14.264.984,02	3.404.113,14	3.239.353,43
100103	SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	19.305.550,20	8.013.982,60	6.772.704,79
300101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	4.082.259,17	2.133.757,35	1.878.382,39
270101	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	7.527.262,36	2.358.232,57	2.340.174,32
390101	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	6.394.272,49	3.577.426,73	3.343.327,96
280101	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	23.657.502,05	8.334.883,74	8.231.576,66
410101	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	2.309.337,29	735.444,12	728.877,42
100109	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	17.698.093,41	7.217.549,76	6.326.331,83
370101	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	4.895.364,26	2.007.728,21	1.790.725,31
300201	SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	1.157.386,15	726.627,89	575.254,08
100104	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.427.026,69	2.723.602,09	2.502.218,82

« Anterior | Página 6 | 7 | Próxima » | Ir para página Página Ir | Pesquisar Buscar



Governo do Estado do Espírito Santo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Secretaria de Estado de Controle e Transparência

O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão

Dados atualizados em: **23/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Total Empenhado pelo Governo:	R$ 10.751.042.859,49
Total Liquidado pelo Governo:	R$ 4.386.182.245,64
Total Pago pelo Governo:	R$ 3.824.804.894,92

Código	Órgão	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
440926	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO ITAPEMIRIM	4.756.260,66	2.105.673,77	1.952.791,59
440928	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	5.818.542,23	2.645.688,27	2.510.984,82
440927	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS	2.115.818,20	1.306.276,84	1.224.356,94
440929	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE VITÓRIA	7.855.398,92	3.820.117,27	3.706.488,43
440921	UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	2.141.492,98	678.424,15	551.870,79
190101	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	2.826.303,83	2.327.579,41	1.753.041,03

« Anterior | Página 7 | 7 | Ir para página Página Ir | Pesquisar Buscar

Essas informações incontroversas são de natureza pública e se encontram disponíveis para consulta 24 horas por dia no portal da transparência do governo do Estado.

Portanto, a ausência de confirmação nos autos da ilegalidade apontada pelo MPC decorre da existência de falha nas metodologias científicas de análise adotadas pelo órgão de controle interno do Poder Executivo e pela Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador, falha essa representada pela omissão na verificação do cumprimento do art. 4º, inciso I, do Decreto federal 7.185/2010, norma regulamentadora dos art. 48 e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Registre-se que a Lei federal 131/2009, que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu em seus art. 73-B e 73-C o prazo de um ano para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A da LRF:

> Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A[616]: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
>
> I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
>
> II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
>
> III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
>
> Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
>
> Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único

[616] Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)
Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

> do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23[617]. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Em complemento, dispõe o mencionado inciso I do § 3º do art. 23 da LRF:

> Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.
>
> [...]
>
> § 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
>
> I - receber transferências voluntárias;
>
> [...]

Desse modo, resta evidente a gravidade da irregularidade que está sujeitando o Estado do Espírito Santo à suspensão do recebimento de transferências voluntárias. Essa possibilidade foi inclusive considerada pelo voto do conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges quando, a apreciar outra irregularidade apontada pelo Ministério Público de Contas, deferiu recomendação ministerial formulada por meio do item 3.3.1, alínea "a", do Parecer PPJC 3684/2015:

> **3.3.4 Recomende ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Estadual**
>
> **a)** Que, considerando a análise da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores estaduais realizada pela Comissão Técnica (fl. 463), a qual constatou violação ao texto constitucional decorrente da gestão descentralizada do RPPS por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual em relação aos seus servidores inativos e pensionistas[618]

617

618 "Referente a esta questão, fato comentar a existência de processos judiciais, movidos pelas associações dos magistrados do Tribunal de Justiça (processo 024.04.019300-5) e dos membros do Ministério Público do Estado (processo 024.04.020151-9), que visaram manter, junto ao TJ e ao MP, o controle e a gerência dos inativos destes órgãos.
Como já comentado, a LC 282/2004 conferiu ao Instituto a atribuição constitucional de gestor único de previdência estadual, inclusive das carreiras do Ministério Público e dos Magistrados, bem como os respectivos pensionistas.
Essas demandas judiciais questionaram o dispositivo legal que instituiu o IPAJM como órgão único para gerir a previdência social dos servidores estaduais, argumentando que isso interferiria na autonomia administrativa e financeira dos órgãos. A pretensão seria manter no Poder Judiciário Estadual e no Ministério Público a gestão da previdência de seus inativos e pensionistas.
Essa alternativa jurídica vai de encontro ao texto constitucional ao possibilitar a existência de mais de um órgão para gerir a previdência social dos servidores do estado do Espírito Santo, além de impedir a transparência de informações concernentes ao pagamento de benefícios previdenciários.
Somente com a Unidade Gestora Única, responsável pela concessão, pagamento e manutenção dos benefícios, será possível assegurar que as regras de cálculo, concessão e reajustamento serão aplicadas de modo uniforme para os

> (fl. 463 e 464), privilégio legalmente obtido mediante ações judiciais promovidas por associações de direito privado[619] representativas dos membros ativos e inativos do Poder Judiciário e do Ministério Público (processos 024.04.019300-5 e 024.04.020151-9), situação que confirma os fatos registrados em ata pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) no final de 2014 (doc. 1), **reavaliem** a permanência da gestão fragmentada do RPPS em relação a seus servidores inativos e pensionistas, reunificando a gestão única com o IPAJM, conforme preceitua o art. 40, § 20, da Constituição Federal[620], sob pena de que sujeitar o Estado do Espírito Santo à não emissão do Certificado de Regularidade Previdenciárias (CRP) previsto no art. 5º, inciso IV, da Portaria MPS nº 204/2008[621], **exigido para recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União**, bem como para a celebração de acordos, contratos, convênios, ajustes e recebimento de empréstimos, dentre outros importante benefícios listados no art. 4º da mencionada portaria[622].

Observe-se que, mesmo diante da existência de decisão judicial em sentido contrário, respeitando a separação das instâncias, o voto do ilustre conselheiro relator reconheceu a gravidade da situação e aquiesceu com o pedido do MPC. *Verbis*:

---

servidores de todos os órgãos, categorias e Poderes. **Enquanto os benefícios continuarem sendo concedidos e pagos descentralizadamente, poderá haver maior margem para erros, privilégios e fraudes. Dessa forma, a fragmentação e a heterogeneidade sob os aspectos legal e institucional, com a existência de diferentes regras entre poderes, órgãos e categorias profissionais, prejudicam a administração e a transparência do sistema**." (grifou-se)

619 A rigor, associação de direito privado representativa de servidores públicos não possui legitimidade para pleitear judicialmente alteração da estrutura administrativa do Estado, consistente na transferência parcial da gestão do RPPS para instituição distinta do gestor único assegurado pela Constituição Federal. Cabe-lhe, tão-somente, insurgir-se contra possíveis irregularidades praticadas no âmbito da atividade administrativa desempenhada pelo gestor único, no caso, o IPAJM. A mudança pretendida constitui prerrogativa do constituinte derivado, mediante processo legislativo de alteração da Carta da República a ser conduzido perante o Congresso Nacional. Logo, nem mesmo o legislador estadual poderia promover tamanha transformação, mesmo a partir de projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, a quem cabe, com exclusividade, gerir a previdência dos servidores públicos do ente da federação, incluindo todos os Poderes.

620 Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)
[...]
§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, **e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal**, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

621 Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinará o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:
[...]
IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

622 Art. 4º O CRP será exigido nos seguintes casos:
I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
III - liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]

> Considerando os apontamentos do RTCG01/2015 acerca da gestão previdenciária (fl. 463), em que pese a existência de decisões judiciais que autorizem as circunstâncias que possam representar a gestão fragmentada do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, **aquiesço com a proposta de recomendação contida no subitem 3.3.4, alínea "a"** formulada pelo Ministério Público Especial de Contas.

Em atenção à Recomendação expedida pelo TCEES por meio do Parecer Prévio TC 7/2016, a Procuradoria Geral de Justiça encaminhou a decisão do Procurador-Geral de Justiça que determinou a **reunificação da gestão da folha de pagamento de todos os membros, servidores, aposentados e pensionistas do Ministério Público Estadual junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), gestor único do RPPS**, consoante se colhe da parte dispositiva da referida Decisão do Procurador-Geral do MPEES:

> Após detida análise do presente procedimento, dos documentos que o integram e das manifestações lançadas às fls. 86/88, **acolho** a manifestação da Assessoria de Auditoria Interna e Controle do MPES e **determino**:
>
> a) Seja expedido ofício ao **IPAJM** para ciência e adoção dos preparativos necessários ao recebimento e processamento de informações para que a gestão integral do regime próprio de previdência social (RPPS) dos membros inativos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo passe a ser de responsabilidade da referida autarquia previdenciária;
>
> b) Seja expedido ofício à **Folha de Pagamento do MPES**, com cópia da manifestação de fls. 88, para que adote as providências necessárias junto ao IPAJM, consoante referido no item acima;
>
> c) Por fim, seja oficiado ao **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, a fim de informar que se encontravam sob gestão da Coordenação de Recursos Humanos do MPES tão somente as folhas de pagamento dos membros inativos e das diferenças de exercícios anteriores pagas aos pensionistas, em razão de decisão judicial, consignando, ainda, que as providências administrativas para a remessa desse remanescente ao IPAJM estão sendo adotadas.

Dê-se ciência à AESMP acerca da presente decisão.

Em seguida, remetam-se os autos à ASCI para acompanhar o processo de implementação da recomendação contida no Parecer Prévio TC 50/2015 relativamente à gestão integral do regime próprio de previdência social (RPPS) dos membros inativos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo por parte do IPAJM.

CUMPRA-SE.

Vitória, 25 de abril de 2016.

EDER PONTES DA SILVA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Por essas razões, impõe-se a esta Corte de Contas o dever de expedir a correspondente **Determinação** – e não Recomendação, como consta na fundamentação do Parecer Prévio TC 50/2015, porém restou omisso em sua parte dispositiva –, incluindo-a no novo Parecer Prévio a ser lavrado em decorrência deste Recurso de Reconsideração.

2.4.1.4.2 Da determinação contida na alínea "g" do item 3.1.1 Parecer PPC 3684/2015:

3.3 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo do manejo oportuno de outros instrumentos jurídicos por parte deste *Parquet* de Contas visando à correção das irregularidades identificadas, pede-se a este Tribunal que adote as seguintes providências:

3.3.1 Determine ao Poder Executivo:

[...]

g) Que passe a disponibilizar no portal da transparência do governo do Estado a íntegra dos documentos que compuseram a Prestação de Contas Anual (PCA) do Governador do Estado **a**

> **partir da data de envio da PCA ao Poder Legislativo**[623], de modo a permitir o acompanhamento, por parte da sociedade, dos processos de emissão do Parecer Prévio pelo TCEES e de julgamento pelo Poder Legislativo, bem como a análise e emissão de juízo de valor pelo cidadão acerca dos critérios utilizados pelos mencionados órgãos de controle externo;

Por sua vez, a proposta de Determinação contida na alínea "g" do item 3.1.1 do Parecer PPJC 3684/2015, segundo a qual o Poder Executivo tem o dever legal de disponibilizar ao cidadão a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo já a partir do momento do seu envio ao Poder Legislativo, ampara-se numa **interpretação sistemática dos dispositivos constitucionais e legais que asseguram o direito fundamental de acesso a informações públicas**, previsto no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal[624], e regulamentado, em especial, pelos seguintes artigos da Lei federal 12.527/2011[625], Lei de Acesso à Informação (LAI):

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
>
> Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:
>
> I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;
>
> II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
>
> [...]
>
> Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

---

623 A **disponibilização prévia** da documentação que compôs a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado constitui um avanço significativo para o aprimoramento do controle social da gestão pública.

624 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

625 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 mai. 2016.

I - **observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção**;

II - **divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações**;

III - **utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação**;

IV - **fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública**;

V - **desenvolvimento do controle social da administração pública**.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - **primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações**.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

[...]

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - **informação primária, íntegra, autêntica e atualizada**;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

[...]

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, **independentemente de requerimentos**, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, **de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas**.

[...]

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, **sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores** (internet).

[...]

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

> VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
>
> VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.
>
> § 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no **caput** serão consideradas:
>
> I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou
>
> II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.
>
> § 2º Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

A partir da leitura sistemática dos dispositivos transcritos, é possível concluir que a disponibilização da prestação de contas anual do governador no portal de transparência do Poder Executivo estadual no momento do seu envio ao Poder Legislativo assegurará o **pleno exercício do direito fundamental a informações públicas** por parte do cidadão na medida em que, observando-se a **publicidade como preceito geral** e o sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse geral – como é o caso da prestação de contas do governador – deve ser realizada **independentemente de solicitações** e mediante utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, de modo a fomentar não só o **desenvolvimento da cultura da transparência pública**, mas também – e principalmente – do **controle social da administração pública**. Por isso, constitui dever do Estado garantir ao cidadão o acesso a **dados primários**, isto é, informações coletadas na fonte, com o máximo de detalhamento possível e sem modificações, sendo **obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores**.

Desse modo, qualquer interpretação em sentido contrário, a exemplo de só se disponibilizar os documentos que integraram a prestação de contas anual do governador somente ao final do processo de apreciação e julgamento por parte do

TCEES e da Ales, respectivamente, além de poder configurar retardamento intencional e injustificado no fornecimento da informação, não se coaduna com o princípio republicano, porquanto não permitiria o acompanhamento tempestivo do processo de análise das contas do governador por parte da sociedade, frustrando o controle social sobre o exercício do controle externo realizado pelo Poder Legislativo estadual com o auxílio do Tribunal de Contas.

Portanto, à luz de uma interpretação sistemática dos citados dispositivos da Constituição Federal e da Lei de Acesso à Informação (LAI), deve esta Corte de Contas expedir **Determinação** ao Poder Executivo estadual para que passe a disponibilizar, em seu portal da transparência, **a íntegra da documentação que compôs a prestação de contas anual do governador do Estado já a partir do momento do seu envio ao Poder Legislativo**, sob pena de que qualquer tentativa de se privar a sociedade do **conhecimento prévio dos dados primários** que subsidiam a emissão do Parecer Prévio por parte do Tribunal de Contas possa ser interpretada como uma forma provinciana de se monopolizar o conhecimento empregado no processo de exame da prestação de contas do governador, tendo em vista que o **controle institucional** realizado pelos Tribunais de Contas não substitui nem elimina a necessidade do **controle social**.

2.4.2 Do Descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

A **primeira razão** para a emissão de Parece Prévio contrário à aprovação da prestação de contas do governador decorre do descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Ao aperfeiçoar sua metodologia de análise das despesas com MDE no exercício de 2014, o Ministério Público de Contas identificou a utilização indevida de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil,

setecentos e quatorze reais, e dois centavos) para complementação da folha de pagamento de benefícios previdenciários de servidores inativos e pensionistas. Diante da gravidade do fato, até então não identificada por este órgão ministerial, fora protocolizado Requerimento[626] em **07/05/2015**, antes, portanto, do protocolo da prestação de contas anual do governador no TCEES, ocorrido em **20/05/2015**, pedindo a inclusão de ponto para análise por parte da Comissão Técnica das Contas do Governador.

O pleito do MPC foi autuado como **"Outros Assuntos"** sob o nº **TC 6099/2015**, cujos fundamentos inseridos no item "2 Função Educação", os quais não foram analisados pela Comissão Técnica das Contas do Governador pelas razões já expostas neste recurso, passam a integrar o presente expediente recursal[627]:

> **REQUERIMENTO DO MPC[628]**
>
> [...]
>
> **2 FUNÇÃO DE GOVERNO: EDUCAÇÃO**
>
> **Ponto para Análise:**
>
> - **Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de R$ 531.284.714,02 (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[629].**

---

626 Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.

627 Quando a prestação de contas anual do governador é encaminhada ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer, a instrução processual já se encontra encerrada, motivo pelo qual o Recurso de Reconsideração submete à apreciação da área técnica do TCEES os fundamentos trazidos pelo MPC em seu parecer, os quais ainda não foram examinados por parte do órgão técnico competente.

628 Disponível em: https://docs.google.com/uc?id=0Bx-iIBJg3SOPendnRmdiTjd6ckU&export=download. Acesso em: 27 abr. 2016.

629 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Lei Orçamentária Anual 2014, Lei Estadual nº 10.164/2014[630], previu em seu art. 3º uma estimativa de arrecadação de **R$ 1.724.140.400,00** (um bilhão, setecentos e vinte e quatro milhões, cento e quarenta mil, e quatrocentos reais), destinada à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quantia referente à contribuição do Estado para o FUNDEB, a ser deduzida da receita bruta do Estado. A contribuição dos municípios para o FUNDEB, também arrecadada pelo Estado, foi contemplada na LOA 2014 inserida na rubrica "Transferências a Municípios":

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminadas em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – RECEITAS DO TESOURO	**12.822.846.910**
1.1 – RECEITAS CORRENTES	**15.109.831.625**
Receita Tributária	10.271.008.910
Receita de Contribuições	346.980
Receita Patrimonial	101.888.880
Receita de Serviços	11.309.923
Transferências Correntes	4.460.185.884
Outras Receitas Correntes	265.091.048
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	**2.172.540.429**
Operações de Crédito	1.677.787.365
Alienação de Bens	3.223.187
Amortização de Empréstimos	-
Transferências de Capital	167.529.877
Outras Receitas de Capital	324.000.000
1.3 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	-
1.4 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**(4.459.525.144)**
Transferências a Municípios	(2.735.384.744)
Dedução para formação do FUNDEB	(1.724.140.400)
2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.679.701.453
TOTAL	**15.502.548.363**

A **receita total bruta** prevista para ser arrecadada pelo Estado do Espírito Santo em 2014 foi estimada em **R$ 19.962.073.507** (dezenove bilhões, novecentos e sessenta e dois milhões, setenta e três, quinhentos e sete reais), enquanto o total de **deduções** relativas às transferências aos municípios – incluindo a contribuição dos municípios para o FUNDEB –, e à contribuição do Estado para o FUNDEB, foi estimado em **R$ 4.459.525.144** (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

630 Disponível em: http://planejamento.es.gov.br/download/orc2014/LOA_2014_DIO.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015.

vinte e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais), resultando numa **receita total líquida prevista para o Estado de R$ 15.502.548.363** (quinze bilhões, quinhentos e dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais), conforme demonstrativo constante na mencionada lei orçamentária:

Governo do Estado do Espírito Santo

RECEITA TOTAL

Categoria / Origem / Espécie / Rubrica / Alínea	RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00) TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
RECEITA BRUTA	**19.962.073.507**	**17.282.372.054**	**2.679.701.453**
1 - RECEITAS CORRENTES	**16.000.368.379**	**15.109.831.625**	**890.534.754**
11 - RECEITA TRIBUTARIA	10.536.094.305	10.271.008.910	265.085.395
111 - IMPOSTOS	10.046.300.000	10.046.300.000	
1112 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	946.200.000	946.200.000	
------- // -------			
DEDUÇÕES	**4.459.525.144**	**4.459.525.144**	
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	**2.735.384.744**	**2.735.384.744**	
COTA-PARTE DE ICMS	1.692.920.000	1.692.920.000	
COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	156.000.000	156.000.000	
COTA-PARTE DE ICMS MULTA PUNITIVA	1.400.000	1.400.000	
COTA-PARTE DE IPI	52.000.000	52.000.000	
COTA-PARTE DE IPVA	183.040.000	183.040.000	
FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	423.230.000	423.230.000	
FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	39.000.000	39.000.000	
FUNDEB MUNICÍPIO ICMS MULTA PUNITIVA	350.000	350.000	
FUNDEB MUNICÍPIO IPI	13.000.000	13.000.000	
FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	45.760.000	45.760.000	
FUNDO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	128.684.744	128.684.744	
FUNDEB	**1.724.140.400**	**1.724.140.400**	
FUNDEB ESTADO FPE	226.000.000	226.000.000	
FUNDEB ESTADO FUNCOP	6.840.000	6.840.000	
FUNDEB ESTADO ICMS	1.269.690.000	1.269.690.000	
FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	117.000.000	117.000.000	
FUNDEB ESTADO IPI	39.000.000	39.000.000	
FUNDEB ESTADO IPVA	45.760.000	45.760.000	
FUNDEB ESTADO ITCD	7.380.000	7.380.000	
FUNDEB ESTADO LEI KANDIR	12.470.400	12.470.400	
RECEITA LÍQUIDA	**15.502.548.363**	**12.822.846.910**	**2.679.701.453**

Receitas para o FUNDEB (municípios), arrecadada pelo Estado: R$ 521.340.000,00

Colhe-se desse demonstrativo que a contribuição dos municípios para o FUNDEB, arrecada pelo Estado, compreendendo FUNDEB MUNICÍPIO ICMS, FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO, FUNDEB MUNICÍPIO ICMS MULTA PUNITIVA, FUNDEB MUNICÍPIO IPI e FUNDEB MUNICÍPIO IPVA, foi estimada em **R$ 521.340.000** (quinhentos e vinte e um milhões, trezentos e quarenta mil reais), totalizando uma previsão de arrecadação pelo Estado de **R$ 2.245.480.400,00** (dois bilhões, duzentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil, e quatrocentos reais) para o FUNDEB.

Por não se tratarem de recursos arrecadados diretamente pelo Estado, não constam na peça orçamentária de 2014 as seguintes fontes de receitas do FUNDEB:

- 20% do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), nos termos do art. 3º, inciso V, da Lei Federal nº 11.494/2007[631];
- 20% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme previsão contida no art. 3º, inciso VII, da Lei Federal nº 11.494/2007[632]; e
- 20% dos recursos transferidos pela União aos municípios previstos na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), consoante art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 11.494/2007[633].
- 20% da parcela do produto da arrecadação do imposto de renda (IR) e imposto sobre produtos industrializados (IPI) devidos ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), nos moldes preconizados pelo art. 3º, inciso VI, da Lei Federal nº 11.494/2007[634]; e,

631 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
V - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios, prevista no inciso II do caput do art. 158 da Constituição Federal.

632 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
VII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM e prevista na alínea *b* do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

633 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
§ 1º Inclui-se na base de cálculo dos recursos referidos nos incisos do caput deste artigo o montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

634 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
VI - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e prevista na alínea *a* do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

- 20% da parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI Exportação), consoante dicção do art. 3º, inciso VIII, da Lei Federal nº 11.494/2007[635];

De acordo com demonstrativo extraído do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), a arrecadação total bruta do Estado em 2014 alcançou **R$ 19.375.847.708,08** (dezenove bilhões, trezentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e oito reais, e oito centavos). Já o total de deduções ficou em **R$ 4.371.996.671,62**[636] (quatro bilhões, trezentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta um reais, e sessenta e dois centavos), gerando uma receita líquida para o Estado de **R$ 15.003.851.036,46** (quinze bilhões, três milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trinta e seis reais, e quarenta e seis centavos).

Da arrecadação total bruta do Estado em 2014, foram recolhidos como contribuição do Estado para o FUNDEB **R$ 1.673.128.415,92** (um bilhão, seiscentos e setenta e três milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e quinze reais, e noventa e dois centavos), ficando, portanto, **2,96% abaixo** do valor previsto na LOA 2014 (**R$ 1.724.140.400,00**). Em relação à contribuição dos municípios para o FUNDEB, os registros financeiros apontam para uma arrecadação de **R$ 504.868.947,69** (quinhentos e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais, e sessenta e nove centavos), situando-se **3,16%** abaixo do valor consignado na LOA 2014 (**R$ 521.340.000).**

Desse modo, de acordo com o SIGEFES, o total de recursos do FUNDEB arrecadados pelo Estado no exercício financeiro de 2014 perfez a quantia de **R$ 2.177.997.363,61** (dois bilhões, cento e setenta e sete milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais, e sessenta e um centavos), **3,01% abaixo** da estimativa contida na LOA 2014 (**R$ 2.245.480.400,00)**.

As tabelas a seguir contemplam todos os valores arrecadados pelo Estado em 2014 para o FUNDEB (contribuição do Estado e dos municípios), discriminados por origem de receita. Os recursos integrantes da contribuição dos municípios para o FUNDEB, conquanto as planilhas não apresentem seu valor total, foram destacados na cor amarela para facilitar a identificação de cada verba. A coluna "Fundeb", localizada à direita no demonstrativo, contempla apenas a contribuição do Estado para o FUNDEB:

635 Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:
[...]
VIII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal e prevista no inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

636 Resultado da soma entre o valor total das Transferências Municipais (**R$ 2.664.182.726,95**) e da cota-parte do FUNDEB pertencente ao Estado (**R$ 1.673.128.415,92**), acrescida de restituição no valor de **R$ 24.125.455,98** e outras deduções no valor de **R$ 10.560.072,77**.

Governo do Estado do Espírito Santo

REC.03-GERAL DO ESTADO-Receita Orçada/Arrecadada Bruta e Deduções - Mês 14 / 2014

25/04/2015

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita	Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
						Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
	Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
RECEITA BRUTA	19.962.073.507,00	0,00	19.962.073.507,00	0,00	19.375.847.708,08	0,00	-24.125.455,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.560.072,77	0,00	19.341.162.179,33
1 - RECEITAS CORRENTES	16.000.287.399,00	0,00	16.000.287.399,00	0,00	15.511.953.543,14	0,00	-10.925.272,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.560.072,77	0,00	16.490.468.197,61
11 - RECEITA TRIBUTARIA	10.535.560.953,00	0,00	10.535.560.953,00	0,00	10.285.973.537,13	0,00	-1.757.575,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.284.215.961,63

-------- // --------

- - -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- - -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	0,00	-4.459.525.144,00	-4.459.525.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.664.182.726,95	0,00	-1.673.128.415,92	0,00	0,00	0,00	-4.337.311.142,87
1 - RECEITAS CORRENTES	0,00	-4.459.525.144,00	-4.459.525.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.664.182.726,95	0,00	-1.673.128.415,92	0,00	0,00	0,00	-4.337.311.142,87
11 - RECEITA TRIBUTARIA	0,00	-3.899.300.000,00	-3.899.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.378.578.566,50	0,00	-1.359.893.969,33	0,00	0,00	0,00	-3.738.472.535,83
111 - IMPOSTOS	0,00	-3.899.300.000,00	-3.899.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.378.578.566,50	0,00	-1.359.893.969,33	0,00	0,00	0,00	-3.738.472.535,83

-------- // --------

FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01
Total	19.962.073.507,00	-4.459.525.144,00	15.502.548.363,00	0,00	19.375.847.708,08	0,00	-24.125.455,98	0,00	-2.664.182.726,95	0,00	-1.673.128.415,92	0,00	-10.560.072,77	0,00	15.003.851.036,46

Detalhamento das Deduções – Contribuição dos Municípios para o FUNDEB

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita		Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
							Restituição		Transf. Nun.		Fundeb		Outras Deduções			
		Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
------- // -------																
DEDUÇÕES		**0,00**	**-4.459.525.144,00**	**-4.459.525.144,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.664.182.726,95**	**0,00**	**-1.673.128.415,92**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-4.337.311.142,87**
1 - RECEITAS CORRENTES		**0,00**	**-4.459.525.144,00**	**-4.459.525.144,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.664.182.726,95**	**0,00**	**-1.673.128.415,92**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-4.337.311.142,87**
11 - RECEITA TRIBUTARIA		**0,00**	**-3.899.300.000,00**	**-3.899.300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-2.378.578.566,50**	**0,00**	**-1.359.893.969,33**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-3.738.472.535,83**
111 - IMPOSTOS		0,00	-3.899.300.000,00	-3.899.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.378.578.566,50	0,00	-1.359.893.969,33	0,00	0,00	0,00	-3.738.472.535,83
111205 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES		0,00	-259.200.000,00	-259.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-211.876.500,07	0,00	-42.375.633,35	0,00	0,00	0,00	-254.252.133,42
11120501 - IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-172.800.000,00	-172.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-169.502.419,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-169.502.419,75
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-43.200.000,00	-43.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-42.375.608,42	0,00	0,00	0,00	-42.375.608,42
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-43.200.000,00	-43.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-42.374.080,32	0,00	-24,93	0,00	0,00	0,00	-42.374.105,25

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita		Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
							Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
		Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
11120701 - ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-6.900.000,00	-6.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.118.628,01	0,00	0,00	0,00	-10.118.628,01
11120702 - ITCD - AUTO DE INFRACAO	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23.701,99	0,00	0,00	0,00	-23.701,99
11130201 - ICMS-COMERCIO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-322.000.000,00	-322.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-304.536.157,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-304.536.157,70
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-241.500.000,00	-241.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-228.401.957,39	0,00	0,00	0,00	-228.401.957,39
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-80.500.000,00	-80.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-76.133.962,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-76.133.962,44
11130202 - ICMS-INDUSTRIA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-328.000.000,00	-328.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-293.422.077,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-293.422.077,63
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-246.000.000,00	-246.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-220.066.557,96	0,00	0,00	0,00	-220.066.557,96
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-82.000.000,00	-82.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-73.355.519,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-73.355.519,43
11130203 - ICMS-SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-159.000.000,00	-159.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-153.289.964,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-153.289.964,56
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-119.250.000,00	-119.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-114.967.473,34	0,00	0,00	0,00	-114.967.473,34
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-39.750.000,00	-39.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.322.491,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.322.491,21
11130204 - ICMS-SERVICOS DE COMUNICACAO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-117.000.000,00	-117.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.413.713,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.413.713,22
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-87.750.000,00	-87.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-77.560.284,86	0,00	0,00	0,00	-77.560.284,86
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-29.250.000,00	-29.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.853.427,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.853.427,35
11130205 - ICMS-SERV DE TRANSPORTES - EMPRESAS DO ES	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-52.420.000,00	-52.420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.695.293,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.695.293,33
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-39.315.000,00	-39.315.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.021.469,12	0,00	0,00	0,00	-44.021.469,12
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-13.105.000,00	-13.105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.673.822,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14.673.822,75
11130206 - ICMS-SERV DE TRANSP - EMPROUTROS ESTADOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-3.220.000,00	-3.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.728.261,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.728.261,45
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-2.415.000,00	-2.415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.796.196,31	0,00	0,00	0,00	-2.796.196,31
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-805.000,00	-805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-932.079,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-932.079,38
11130207 - ICMS-SERV DE TRANSP - TRANSPORT AUTONOMOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.320.000,00	-2.320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.091.413,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.091.413,44
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.740.000,00	-1.740.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.568.560,79	0,00	0,00	0,00	-1.568.560,79
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-580.000,00	-580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-522.853,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-522.853,60
11130208 - ICMS-DIFERENCIAL DE ALIQUOTA DO COMERCIO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-9.220.000,00	-9.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.219.976,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.219.976,30
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-6.915.000,00	-6.915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.164.983,43	0,00	0,00	0,00	-6.164.983,43
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-2.305.000,00	-2.305.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.055.019,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.055.019,39
11130209 - ICMS-DIFERENCIAL DE ALIQUOTA DA INDUSTRIA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-47.040.000,00	-47.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.896.118,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.896.118,30
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-35.280.000,00	-35.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-26.172.094,63	0,00	0,00	0,00	-26.172.094,63
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-11.760.000,00	-11.760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.724.029,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.724.029,32
11130210 - ICMS-DIFER ALIQUOTA SERV ENERGIA ELETRICA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-1.200.000,00	-1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.547.681,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.547.681,59
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-900.000,00	-900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.160.761,02	0,00	0,00	0,00	-1.160.761,02
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-386.920,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-386.920,07

11130211 - ICMS-DIFER ALIQUOTA SERVICOS DE COMUNICACAO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.200.000,00	-4.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.702.072,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.702.072,88
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.150.000,00	-3.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.554,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.554,58
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.050.000,00	-1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-925.517,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-925.517,94
11130212 - ICMS-DIFER ALIQUOTA SERVICOS DE TRANSPORTES	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-1.940.000,00	-1.940.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.350.982,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.350.982,57
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.455.000,00	-1.455.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.513.236,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.513.236,54
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-485.000,00	-485.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-837.744,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-837.744,55
11130215 - ICMS IMPORTAÇÃO ALIQ. ACIMA DE 4%	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-72.000.000,00	-72.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.290.355,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53.290.355,41
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-54.000.000,00	-54.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.967.766,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-39.967.766,33
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-18.000.000,00	-18.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.322.587,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.322.587,44
11130216 - ICMS-INCENTIVOS FISCAIS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-260.000,00	-260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.390.641,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.390.641,04
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-195.000,00	-195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.042.980,42	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.042.980,42
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-65.000,00	-65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-347.659,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-347.659,51
11130217 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA - OUTROS ESTADOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-232.000.000,00	-232.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-251.774.512,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-251.774.512,80
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-174.000.000,00	-174.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-188.830.884,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-188.830.884,65
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-58.000.000,00	-58.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.943.284,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.943.284,60
11130218 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA-DENTRO DO ESTADO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-170.000.000,00	-170.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-162.046.735,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-162.046.735,60
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-127.500.000,00	-127.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-121.535.284,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-121.535.284,50
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-42.500.000,00	-42.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.511.843,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.511.843,10
11130219 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA - FRONTEIRA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.200.000,00	-2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.191.152,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.191.152,61
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.650.000,00	-1.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.393.364,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.393.364,59
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-550.000,00	-550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-797.788,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-797.788,58
11130223 - ICMS-BOVINOS OPERACOES INTERNAS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-714,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-714,70
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-537,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-537,39
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-177,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-177,50
11130224 - ICMS-BOVINOS OPERACOES INTERESTADUAIS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.437,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.437,59
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.578,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.578,41
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.859,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.859,02
11130225 - ICMS-DEMAIS PRODUTOS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.540.000,00	-2.540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.080.076,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.080.076,90
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.905.000,00	-1.905.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.560.058,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.560.058,28
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-635.000,00	-635.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-520.058,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-520.058,31
11130226 - ICMS-AUTO DE INFRACAO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.460.000,00	-4.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.599.729,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.599.729,52
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.345.000,00	-3.345.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.699.797,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.699.797,33
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.115.000,00	-1.115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.899.932,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.899.932,52
11130227 - ICMS-DENUNCIAS ESPONTANEAS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-2.400.000,00	-2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.540.944,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.540.944,72
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-1.800.000,00	-1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.905.708,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.905.708,40
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-600.000,00	-600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-635.236,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-635.236,33
11130228 - ICMS-NOTIFICACAO DE DEBITO	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-13.080.000,00	-13.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.018.409,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.018.409,72
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-9.810.000,00	-9.810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.013.807,49	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.013.807,49
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-3.270.000,00	-3.270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.004.602,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.004.602,41

11130230 - ICMS-CONTRIBUINTE CADASTRO ESPECIAL	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.909,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.909,28
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.681,67	0,00	0,00	0,00	-3.681,67
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.228,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.228,50
11130233 - ICMS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA - AUTOPECAS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-17.460.000,00	-17.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.881.023,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.881.023,72
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-13.095.000,00	-13.095.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.910.767,71	0,00	0,00	0,00	-11.910.767,71
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-4.365.000,00	-4.365.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.970.305,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.970.305,01
11130234 - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA E DES. SOCIAIS	FUNDEB ESTADO FUNCOP	0,00	-6.840.000,00	-6.840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.354.637,93	0,00	0,00	0,00	-7.354.637,93
11130235 - ICMS - DIFERENCIAL ALIQUOTA DE PRODUTOR RURAL	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.213,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.213,59
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.409,93	0,00	0,00	0,00	-5.409,93
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.802,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.802,73
11130236 - ICMS - SIMPLES NACIONAL	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-65.280.000,00	-65.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.051.521,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.051.521,14
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-48.960.000,00	-48.960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.538.640,56	0,00	0,00	0,00	-46.538.640,56
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-16.320.000,00	-16.320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.512.935,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.512.935,85
11130237 - ICMS COMERCIO EXTERIOR	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-64.000.000,00	-64.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.962.104,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44.962.104,03
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-48.000.000,00	-48.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.721.577,75	0,00	0,00	0,00	-33.721.577,75
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-16.000.000,00	-16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.240.526,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.240.526,07
11130238 - ICMS - POR APURACAO CAFE ARABICA	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-1.240.000,00	-1.240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.095.591,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.095.591,98
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-930.000,00	-930.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.571.693,79	0,00	0,00	0,00	-1.571.693,79
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-310.000,00	-310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-523.897,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-523.897,35
11130239 - ICMS - POR APURACAO CAFE CONILON	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-34.600.000,00	-34.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.642.386,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.642.386,68
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-25.950.000,00	-25.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.981.789,92	0,00	0,00	0,00	-25.981.789,92
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-8.650.000,00	-8.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.660.596,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.660.596,53
11130240 - ICMS IMPORTAÇÃO ALÍQ. ATÉ 4%	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-84.000.000,00	-84.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102.838.545,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-102.838.545,17
11130240 - ICMS IMPORTAÇÃO ALÍQ. ATÉ 4%	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-63.000.000,00	-63.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-77.128.908,96	0,00	0,00	0,00	-77.128.908,96
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	-21.000.000,00	-21.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.709.636,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25.709.636,47
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES		**0,00**	**-471.155.144,00**	**-471.155.144,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-200.256.329,00**	**0,00**	**-266.548.183,65**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-466.804.512,65**
172 - TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	-471.155.144,00	-471.155.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-200.256.329,00	0,00	-266.548.183,65	0,00	0,00	0,00	-466.804.512,65
172101 - PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		0,00	-330.000.000,00	-330.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-61.037.672,36	0,00	-254.077.972,65	0,00	0,00	0,00	-315.115.645,01
17210101 - COTA-PARTE FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS E DF	FUNDEB ESTADO FPE	0,00	-226.000.000,00	-226.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-217.823.091,85	0,00	0,00	0,00	-217.823.091,85
17210112 - COTA-PARTE DO IMPOSTO S/PRODUTOS INDUST - IPI	COTA-PARTE DE IPI	0,00	-52.000.000,00	-52.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.339.841,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.339.841,41
	FUNDEB ESTADO IPI	0,00	-39.000.000,00	-39.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.254.880,80	0,00	0,00	0,00	-36.254.880,80
	FUNDEB MUNICÍPIO IPI	0,00	-13.000.000,00	-13.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.084.960,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.084.960,13
	PASEP MUNICÍPIO IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17210113 - COTA-PARTE CONTRIB. INTERV. DOMINIO ECONOMICO	COTA-PARTE DE CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-612.870,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-612.870,82

172122 - TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA		0,00	-128.684.744,00	-128.684.744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64
17212230 - COTA PARTE ROYALTIES COMP. FINANC. LEI 7990/89	FUNDO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	0,00	-128.684.744,00	-128.684.744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-139.218.656,64
172136 - TRANSF FINANC DO ICMS DESONERACAO LC 87/96		0,00	-12.470.400,00	-12.470.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00
17213600 - TRANSF FINANC DO ICMS DESONERACAO LC 87/96	FUNDEB ESTADO LEI KANDIR	0,00	-12.470.400,00	-12.470.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00	0,00	0,00	0,00	-12.470.211,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES		**0,00**	**-89.070.000,00**	**-89.070.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-85.347.831,45**	**0,00**	**-46.686.262,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-132.034.094,39**
191 - MULTAS E JUROS DE MORA		0,00	-50.670.000,00	-50.670.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.806.503,26	0,00	-23.708.087,35	0,00	0,00	0,00	-70.514.590,61
191121 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD		0,00	-160.000,00	-160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-524.812,91	0,00	0,00	0,00	-524.812,91
19112101 - MULTAS POR INFRACAO A LEGISLACAO DO ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-130.000,00	-130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-211.081,84	0,00	0,00	0,00	-211.081,84
19112102 - JUROS DE MORA DO ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-313.731,07	0,00	0,00	0,00	-313.731,07
191141 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA		0,00	-14.640.000,00	-14.640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.251.584,89	0,00	-2.450.316,76	0,00	0,00	0,00	-14.701.901,65
19114101 - MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO DO IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-6.840.000,00	-6.840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-1.710.000,00	-1.710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-1.710.000,00	-1.710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19114102 - JUROS DE MORA DO IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-2.840.000,00	-2.840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.600.471,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.600.471,63
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-710.000,00	-710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-650.117,84	0,00	0,00	0,00	-650.117,84
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-710.000,00	-710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-650.117,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-650.117,87
19114103 - MULTA MORATÓRIA DO IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-80.000,00	-80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.200.796,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.200.796,47
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.800.198,92
191142 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS		0,00	-24.520.000,00	-24.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.467.425,64	0,00	-11.680.462,15	0,00	0,00	0,00	-31.147.887,79
19114202 - MULTAS DE MORA DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-8.600.000,00	-8.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.951.313,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.951.313,95
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-6.450.000,00	-6.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.213.485,39	0,00	0,00	0,00	-8.213.485,39
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-2.150.000,00	-2.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.737.827,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.737.827,89
19114203 - JUROS DE MORA DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-3.600.000,00	-3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.541.304,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.541.304,43
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-2.700.000,00	-2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.405.978,33	0,00	0,00	0,00	-3.405.978,33
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-900.000,00	-900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.135.326,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.135.326,29
19114212 - MULTAS DE MORA DO ICMS FUNDAP	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.008,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.008,38
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.007,59	0,00	0,00	0,00	-36.007,59
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.999,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.999,35

Categoria / Origem / Espécie / Alínea / Natureza da Receita		Previsão Atualizada			Receita Arrecadada Bruta		Deduções da Receita								Total Líquido	
							Restituição		Transf. Mun.		Fundeb		Outras Deduções			
		Bruta	Dedução	Líquida	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês
19114213 - JUROS DE MORA DO ICMS FUNDAP	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.317,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.317,98
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-24.990,84	0,00	0,00	0,00	-24.990,84
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.327,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.327,37
191315 - MULTAS/JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS		0,00	-9.600.000,00	-9.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.087.492,73	0,00	-9.052.495,53	0,00	0,00	0,00	-24.139.988,26
19131500 - MULTAS/JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.800.000,00	-4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.069.993,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.069.993,81
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.600.000,00	-3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.052.495,53	0,00	0,00	0,00	-9.052.495,53
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.200.000,00	-1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.017.498,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.017.498,92
191999 - OUTRAS MULTAS		0,00	-1.750.000,00	-1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19199923 - MULTAS PUNITIVAS PELA INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DO ICMS	COTA-PARTE DE ICMS MULTA PUNITIVA	0,00	-1.400.000,00	-1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS MULTA PUNITIVA	0,00	-350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
193 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA		0,00	-28.800.000,00	-28.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.881.446,86	0,00	-20.313.559,87	0,00	0,00	0,00	-54.195.006,73
193114 - RECDIVATIVA DO IMPS/PROPRVEICULOS - IPVA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-45.348,18	0,00	-9.069,60	0,00	0,00	0,00	-54.417,78
19311400 - RECDIVATIVA DO IMPS/PROPRVEICULOS - IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.278,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.278,59
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.069,60	0,00	0,00	0,00	-9.069,60
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.069,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.069,59
193115 - RECDIVATIVA DO IMPS/CIRCMERCPSERV-ICMS		0,00	-28.800.000,00	-28.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-33.836.098,68	0,00	-20.301.659,07	0,00	0,00	0,00	-54.137.757,75
19311500 - RECDIVATIVA DO IMPS/CIRCMERCPSERV-ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-14.400.000,00	-14.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27.068.878,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27.068.878,39
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-10.800.000,00	-10.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20.301.659,07	0,00	0,00	0,00	-20.301.659,07
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-3.600.000,00	-3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.767.220,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.767.220,29
193120 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.831,20	0,00	0,00	0,00	-2.831,20
19312000 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.831,20	0,00	0,00	0,00	-2.831,20
199 - RECEITAS DIVERSAS		0,00	-9.600.000,00	-9.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.659.881,33	0,00	-2.664.615,72	0,00	0,00	0,00	-7.324.497,05
199009 - CORRECAO MONETARIA DE ICMS, IPVA E ITCD		0,00	-9.600.000,00	-9.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.659.881,33	0,00	-2.664.615,72	0,00	0,00	0,00	-7.324.497,05
19900901 - CORRECAO MONETARIA - ICMS	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-4.260.000,00	-4.260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.161.008,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.161.008,01
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-3.195.000,00	-3.195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.370.756,35	0,00	0,00	0,00	-2.370.756,35
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-1.065.000,00	-1.065.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-790.252,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-790.252,09
19900902 - CORRECAO MONETARIA - IPVA	COTA-PARTE DE IPVA	0,00	-480.000,00	-480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-562.060,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-562.060,55
	FUNDEB ESTADO IPVA	0,00	-120.000,00	-120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140.514,23	0,00	0,00	0,00	-140.514,23
	FUNDEB MUNICÍPIO IPVA	0,00	-120.000,00	-120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140.514,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-140.514,39

19900903 - CORRECAO MONETARIA - ITCD	FUNDEB ESTADO ITCD	0,00	-320.000,00	-320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-149.717,08	0,00	0,00	0,00	-149.717,08
19900904 - CORRECAO MONETARIA - ICMS FUNDAP	COTA-PARTE DE ICMS	0,00	-20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COTA-PARTE DE ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.837,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.837,28
	FUNDEB ESTADO ICMS	0,00	-15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB ESTADO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.628,06	0,00	0,00	0,00	-3.628,06
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS	0,00	-5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDEB MUNICÍPIO ICMS IMPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.209,01
Total		**19.962.073.507,00**	**-4.459.525.144,00**	**15.502.548.363,00**	**0,00**	**19.375.847.708,08**	**0,00**	**-24.125.455,98**	**0,00**	**-2.664.182.726,95**	**0,00**	**-1.673.128.415,92**	**0,00**	**-10.560.072,77**	**0,00**	**15.003.851.036,46**

Por sua vez, consoante demonstrativo anual dos valores efetivamente depositados nas contas do FUNDEB pelas Unidades Transferidoras (União e Estado), disponibilizado na internet pelo Banco do Brasil[637], o **total de recursos depositados em 2014 na conta única e exclusiva do FUNDEB do Estado do Espírito Santo**, mantida nessa instituição bancária por força dos art. 16 e 17 da Lei Federal nº 11.494/2007[638] – incluindo os valores depositados pela União, os quais não integraram o orçamento do Estado – finalizou em **R$ 2.447.816.844,85** (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, e oitenta e cinco centavos):

[637] Disponível em: https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/fundebList.bbx?cid=225941. Acesso em: 26 abr. 2015.

[638] Art. 16. Os recursos dos Fundos serão disponibilizados pelas unidades transferidoras ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, que realizará a distribuição dos valores devidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
Parágrafo único. São unidades transferidoras a União, os Estados e o Distrito Federal em relação às respectivas parcelas do Fundo cuja arrecadação e disponibilização para distribuição sejam de sua responsabilidade.
Art. 17. Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 16 desta Lei.
§ 1º Os repasses aos Fundos provenientes das participações a que se refere o inciso II do caput do art. 158 e as alíneas a e b do inciso I do caput e inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, bem como os repasses aos Fundos à conta das compensações financeiras aos Estados, Distrito Federal e Municípios a que se refere a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, constarão dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal e serão creditados pela União em favor dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios nas contas específicas a que se refere este artigo, respeitados os critérios e as finalidades estabelecidas nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação adotados para o repasse do restante dessas transferências constitucionais em favor desses governos.
§ 2º Os repasses aos Fundos provenientes dos impostos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 155 combinados com os incisos III e IV do caput do art. 158 da Constituição Federal constarão dos orçamentos dos Governos Estaduais e do Distrito Federal e serão depositados pelo estabelecimento oficial de crédito previsto no art. 4o da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990, no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada nas contas do Fundo abertas na instituição financeira de que trata o caput deste artigo.
§ 3º A instituição financeira de que trata o caput deste artigo, no que se refere aos recursos dos impostos e participações mencionados no § 2º deste artigo, creditará imediatamente as parcelas devidas ao Governo Estadual, ao Distrito Federal e aos Municípios nas contas específicas referidas neste artigo, observados os critérios e as finalidades estabelecidas nesta Lei, procedendo à divulgação dos valores creditados de forma similar e com a mesma periodicidade utilizada pelos Estados em relação ao restante da transferência do referido imposto.
§ 4º Os recursos dos Fundos provenientes da parcela do imposto sobre produtos industrializados, de que trata o inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, serão creditados pela União em favor dos Governos Estaduais e do Distrito Federal nas contas específicas, segundo os critérios e respeitadas as finalidades estabelecidas nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação previstos na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.
§ 5º Do montante dos recursos do imposto sobre produtos industrializados de que trata o inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal a parcela devida aos Municípios, na forma do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, será repassada pelo Governo Estadual ao respectivo Fundo e os recursos serão creditados na conta específica a que se refere este artigo, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação do restante dessa transferência aos Municípios.
§ 6º A instituição financeira disponibilizará, permanentemente, aos conselhos referidos nos incisos II, III e IV do § 1º do art. 24 desta Lei os extratos bancários referentes à conta do fundo.
§ 7º Os recursos depositados na conta específica a que se refere o caput deste artigo serão depositados pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios na forma prevista no § 5º do art. 69 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Demonstrativo Anual dos valores efetivamente depositados às contas do FUNDEB pelas Unidades Transferidoras, por Unidade Federada e Origem dos recursos

Ano: 2014

UF	Unidades Transferidoras e Origem dos recursos											TOTAL
	Governo Federal								Governos Estaduais			
	FPM	FPE	IPIexp	ITRm	LC 87/96	Compl.União	Compl.União Piso	Ajuste Anual Compl. União	ICMS	IPVA	ITCMD	
AC	81.014.130,08	496.781.865,18	47.492,87	73.810,06	355.054,80	0,00	0,00	0,00	178.780.075,44	10.032.150,31	820.431,74	767.905.012,48
AL	362.299.039,13	604.110.563,41	843.066,42	293.134,08	3.276.832,48	389.352.543,76	51.478.928,52	38.746.328,44	395.483.737,58	38.543.441,12	1.257.698,46	2.105.866.733,40
AM	233.219.571,10	405.299.037,25	7.535.713,67	234.611,11	3.930.729,12	523.048.758,94	50.743.055,95	-27.170.337,18	1.583.056.268,16	55.966.737,32	1.686.365,53	2.837.460.511,97
AP	59.594.334,80	495.474.926,50	1.711.221,17	110.716,27	1.585.271,04	0,00	0,00	0,00	171.857.018,45	12.814.621,80	113.695,11	743.261.805,24
BA	1.391.946.389,85	1.364.472.891,94	54.786.497,74	7.134.393,69	14.494.954,20	2.118.017.998,04	244.486.489,22	56.275.564,84	3.309.611.450,85	193.749.610,17	15.916.646,00	8.770.892.286,54
CE	755.011.463,38	1.065.430.829,49	6.146.660,34	337.294,74	6.352.350,12	1.015.369.296,54	127.485.422,67	86.156.262,58	1.822.323.076,04	119.789.097,96	11.602.166,46	5.016.003.920,32
DF	25.823.211,13	100.227.665,20	1.601.401,75	220.307,57	3.158.923,00	0,00	0,00	0,00	1.268.360.000,00	197.900.000,00	28.495.000,00	1.625.785.610,65
ES	263.530.539,26	217.823.091,85	48.339.840,96	885.632,93	16.626.944,28	0,00	0,00	0,00	1.800.618.857,01	90.012.724,92	9.979.213,64	2.447.816.844,85
GO	337.797.350,19	412.861.888,53	22.946.283,08	15.224.177,35	5.205.396,24	0,00	0,00	0,00	2.337.316.632,51	183.650.392,08	35.831.402,38	3.789.933.762,56
MA	631.778.792,89	1.048.193.762,12	8.622.962,97	859.346,46	6.547.308,96	2.124.881.571,20	235.934.342,00	57.963.689,54	898.902.201,36	64.681.612,78	1.682.520,59	5.080.048.110,87
MG	1.993.241.627,07	646.861.975,85	139.906.057,69	18.545.475,47	50.326.103,40	0,00	0,00	0,00	7.663.913.264,65	761.231.482,22	127.728.221,89	11.401.754.148,04
MS	225.789.957,57	193.426.905,48	17.443.947,15	29.037.038,12	4.815.130,68	0,00	0,00	0,00	1.354.666.022,72	67.581.580,48	19.306.567,24	1.912.067.149,44
MT	277.375.471,32	335.142.609,23	15.066.849,47	20.962.774,29	7.569.385,80	0,00	0,00	0,00	1.442.812.646,73	99.475.961,74	11.103.161,83	2.209.508.862,41
PA	534.321.385,75	887.556.492,46	57.273.521,80	2.714.242,15	17.018.461,08	2.162.713.856,95	235.556.140,78	-34.050.758,88	1.782.680.085,38	85.417.314,51	3.322.412,59	5.734.523.154,57
PB	491.366.083,46	695.422.003,68	1.119.354,93	234.876,28	1.121.238,36	94.181.257,48	20.790.139,94	38.784.184,78	875.294.789,16	42.640.720,25	4.355.785,66	2.265.310.433,48
PE	748.277.905,63	1.002.015.266,53	4.934.867,20	604.655,78	5.794.026,12	422.107.146,94	65.130.314,02	234.466.421,46	2.476.633.613,03	148.378.337,08	16.518.500,89	5.123.961.054,78
PI	403.422.709,40	627.533.806,58	197.175,07	2.304.850,68	1.176.424,48	330.790.239,57	48.914.824,22	73.308.469,01	594.995.522,59	39.346.337,49	3.120.444,55	2.125.110.803,64
PR	1.027.096.051,75	418.683.025,88	76.659.313,43	17.535.129,60	39.321.963,04	0,00	0,00	0,00	4.612.970.161,47	437.010.010,89	68.522.139,44	6.697.799.797,30
RJ	456.154.467,81	221.845.558,25	163.988.646,67	1.516.452,09	22.873.612,80	0,00	0,00	0,00	6.492.805.749,27	466.949.451,67	141.687.431,62	7.967.821.370,18
RN	382.871.303,09	606.695.397,50	835.608,35	324.599,20	1.412.337,96	31.325.923,53	2.245.782,45	20.212.042,84	520.437.927,25	42.570.646,65	4.631.613,79	1.613.561.981,81
RO	128.991.452,79	408.868.465,20	2.773.236,64	468.657,54	972.618,48	0,00	0,00	0,00	607.601.038,16	33.981.277,25	1.316.902,73	1.184.973.648,79
RR	75.731.801,91	360.235.829,52	35.138,48	98.664,57	149.135,04	0,00	0,00	0,00	121.159.741,51	4.151.155,54	256.255,04	561.817.721,61
RS	1.028.638.825,08	341.993.211,30	93.231.820,74	15.911.839,24	39.173.370,72	0,00	0,00	0,00	5.173.331.934,72	464.907.434,73	67.383.873,66	7.224.532.410,19
SC	593.410.243,18	185.846.661,90	51.952.567,56	2.618.797,46	14.006.895,92	0,00	0,00	0,00	3.187.857.623,08	266.771.337,90	34.459.701,05	4.336.923.028,05
SE	226.995.499,43	603.413.529,59	454.499,29	265.572,73	976.907,16	0,00	0,00	0,00	538.025.280,35	26.160.999,19	2.310.916,77	1.398.603.198,51
SP	2.025.101.478,79	145.215.354,44	194.405.069,47	31.505.750,78	121.452.990,36	0,00	0,00	0,00	24.367.590.143,97	2.747.265.956,46	380.668.901,51	30.013.205.685,78
TO	216.157.131,47	630.234.812,96	967.126,03	1.811.042,17	307.040,40	0,00	0,00	0,00	352.416.137,06	27.792.569,93	3.007.247,25	1.232.693.107,27
Total	15.196.958.257,31	14.521.539.467,82	972.025.340,94	171.833.922,41	389.999.730,04	9.211.988.593,95	1.082.765.439,77	564.691.866,13	76.351.480.958,50	6.728.775.182,44	997.083.415,62	126.189.142.174,93

Esse valor de **R$ 2.447.816.844,85** (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, e oitenta e cinco centavos) resulta da aplicação dos parâmetros contidos na Portaria Interministerial nº 19 (MEC/MF)[639], de 27 de dezembro de 2013, complementada pelos dados oriundos da estimativa de receita e coeficientes de distribuição dos recursos[640], publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE na forma do art. 3º da mencionada portaria[641].

Findo o exercício de 2014, a Distribuição do FUNDEB por estados[642], divulgada pelo por portal do FNDE, revela que o Estado do Espírito Santo recebeu do FUNDEB a quantia de **R$ 880.917.053,18** (oitocentos e oitenta milhões, novecentos e dezessete mil, cinquenta e três reais, e dezoito centavos), enquanto que os municípios capixabas receberam do FUNDEB **R$ 1.566.899.791,67** (um bilhão, quinhentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e um reais, e sessenta e sete centavos), conforme demonstrativo extraído do mencionado portal:

639 Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=PIM&num_ato=00000019&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=MF/MEC. Acesso em: 04 mai. 2015.

640 Disponível em: http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/147-matriculas-da-eb-estimativa-e-coeficientes?download=8617:2014-espiritosanto. Acesso em: 04 mai. 2015.

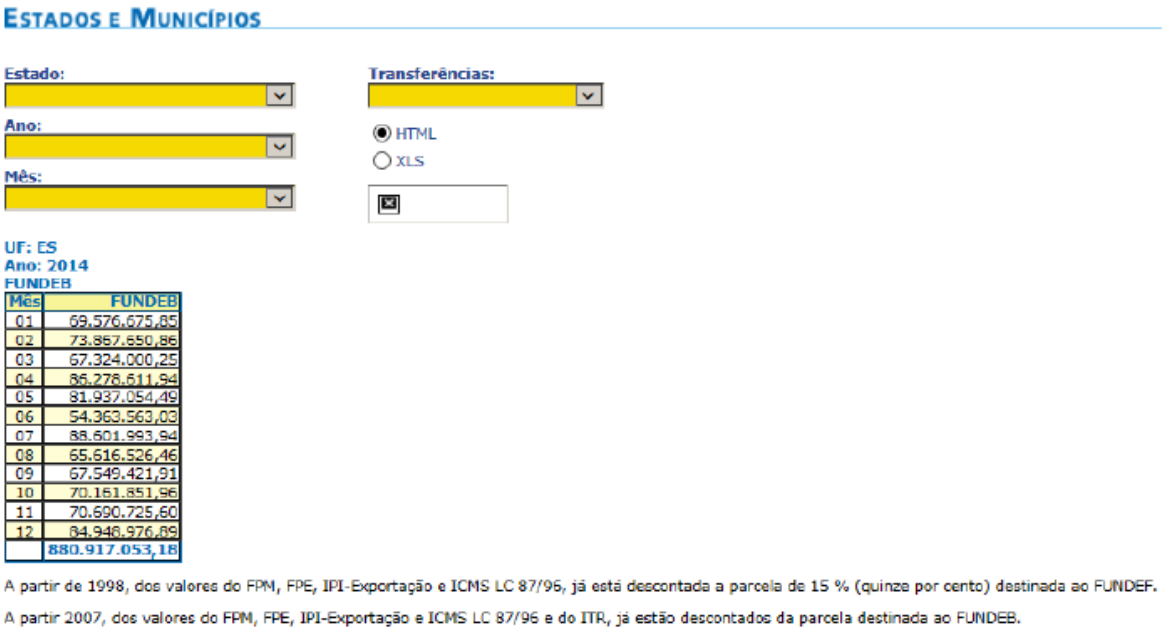
641 Art. 3º Serão divulgados na Internet, no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no endereço eletrônico www.fnde.gov.br, os seguintes dados do FUNDEB, desdobrados por Estado, Distrito Federal e Município:
I - número de alunos considerados na distribuição dos recursos, por segmento da educação básica;
II - coeficientes de distribuição de recursos;
III - receita anual prevista, baseada nos parâmetros anuais do Fundo, divulgados por meio desta Portaria.

642 Disponível em: http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/168-repasses-e-execucao-de-recursos?download=9376:distribuicao-do-fundeb-por-estado-2014-pdf. Acesso em: 04 mai. 2015.

DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEB POR ESTADO - TOTAL 2014

UF	Rede	Matrículas Censo Escolar 2013	Por Origem										Contribuição
			FPE	FPM	L.C. 87	IPI exp	icms	IPVA	ITCMD	ITR	Comp. União	Total	
AC	Est.	157.380,0	309.528.568,42	50.477.260,51	221.223,36	29.591,30	111.463.310,22	6.252.022,73	511.465,61	46.046 67	0,00	478.529.488,82	637.005.341,41
	Mun.	98.558,0	187.253.296,78	30.536.869,57	133.831,44	17.901,57	67.316.765,22	3.780.127,58	308.968,13	27.763 39	0,00	289.375.523,66	130.899.671,07
	Total	255.938,0	496.781.865,18	81.014.130,08	355.054,80	47.492,87	178.780.075,44	10.032.150,31	820.433,74	73.810 06	0,00	767.905.012,48	767.905.012,48
AL	Est.	210.515,5	170.347.695,02	102.161.441,34	924.009,84	237.728,71	168.043.404,32	10.871.132,35	354.732,67	82.820 29	143.170.975,74	596.193.940,28	1.074.328.124,79
	Mun.	572.439,5	433.762.868,39	260.137.597,79	2.352.842,64	605.337,71	427.420.333,26	27.674.308,77	902.365,79	210.333 79	356.606.824,98	1.509.672.813,12	531.760.827,89
	Total	782.955,0	604.110.563,41	362.299.039,13	3.276.852,48	843.066,42	595.463.737,58	38.545.441,12	1.257.098,46	293.154 08	499.777.800,72	2.105.866.753,40	1.606.088.952,68
AM	Est.	469.719,5	184.855.281,03	106.394.145,95	1.793.188,32	3.437.772,19	722.321.073,33	25.536.558,46	789.614,02	107.061 47	249.893.464,26	1.295.108.159,03	1.630.770.804,65
	Mun.	590.956,5	220.353.756,22	126.825.425,15	2.137.540,80	4.097.941,48	860.735.194,83	30.430.178,86	916.751,51	127.549 64	296.728.014,44	1.542.352.352,93	660.068.228,61
	Total	1.060.676,0	405.209.037,25	233.219.571,10	3.930.729,12	7.535.713,67	1.583.056.268,16	55.966.737,32	1.706.365,53	234.611 11	546.621.478,70	2.837.460.511,96	2.290.839.033,26
AP	Est.	135.397,0	329.751.704,43	39.661.610,43	1.055.039,88	1.138.863,03	114.416.894,83	8.545.884,44	75.850,58	74.068 97	0,00	494.719.916,64	633.361.065,61
	Mun.	71.407,0	165.723.222,12	19.932.724,37	530.231,16	572.358,14	57.440.123,62	4.268.737,36	37.844,53	36.647 30	0,00	248.541.888,60	109.900.739,64
	Total	207.104,0	495.474.926,60	59.594.334,80	1.585.271,04	1.711.221,17	171.857.018,45	12.814.621,80	113.695,11	110.716 27	0,00	743.261.805,24	743.261.805,24
BA	Est.	977.987,0	421.012.124,70	429.489.151,67	4.472.460,00	16.904.534,27	1.021.241.999,75	59.786.550,29	4.912.679,67	2.204.643 77	752.434.969,81	2.712.459.113,93	4.011.433.420,12
	Mun.	2.303.435,0	943.460.767,24	962.457.238,18	10.022.494,20	37.881.963,47	2.288.369.451,10	133.963.059,88	11.003.366,33	4.929.749 92	1.666.345.082,29	6.058.433.172,61	2.340.678.814,32
	Total	3.281.422,0	1.364.472.891,94	1.391.946.389,85	14.494.954,20	54.786.497,74	3.309.611.450,85	193.749.610,17	15.916.046,00	7.134.393 69	2.418.780.052,10	8.770.892.286,54	6.352.112.234,44
CE	Est.	448.019,0	279.778.259,41	198.263.263,82	1.668.104,16	1.614.090,40	478.447.208,35	31.454.728,28	3.044.539,21	88.549 49	322.039.033,61	1.316.397.776,73	2.513.044.109,81
	Mun.	1.395.551,0	785.652.570,08	556.748.199,56	4.684.245,96	4.532.569,94	1.343.875.867,69	88.334.369,68	8.557.627,25	248.745 25	906.971.948,18	3.699.606.143,59	1.273.948.828,73
	Total	1.843.570,0	1.065.430.829,49	755.011.463,38	6.352.350,12	6.146.660,34	1.822.323.076,04	119.789.097,96	11.602.166,46	337.294 74	1.229.010.981,79	5.016.003.920,32	3.786.992.938,53
DF [1]	Est.	474.367,0	100.227.665,20	25.823.211,13	3.158.025,00	1.601.401,75	1.268.360.000,00	197.900.000,00	28.495.000,00	220.307 57	0,00	1.625.785.610,65	1.625.785.610,65
	Mun.	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 00	0,00	0,00	0,00
	Total	474.367,0	100.227.665,20	25.823.211,13	3.158.025,00	1.601.401,75	1.268.360.000,00	197.900.000,00	28.495.000,00	220.307 57	0,00	1.625.785.610,65	1.625.785.610,65
ES	Est.	274.568,0	78.389.880,30	94.839.014,40	9.983.081,92	17.390.470,00	648.004.282,50	32.393.057,92	3.091.300,80	318.703 02	0,00	880.917.003,18	1.071.997.899,04
	Mun.	513.166,0	139.433.211,55	168.691.524,80	10.643.262,36	30.943.364,41	1.152.614.574,45	57.619.067,00	6.337.907,79	566.879 31	0,00	1.566.899.791,67	775.818.945,21
	Total	787.724,0	217.823.091,85	263.530.539,26	16.626.944,28	48.339.840,96	1.800.618.857,01	90.012.724,92	9.979.213,64	885.632 93	0,00	2.447.816.844,85	2.447.816.844,85
GO	Est.	497.236,5	186.782.931,97	252.353.231,19	2.354.973,84	9.973.963,58	1.156.970.076,84	83.089.857,16	16.211.926,32	6.891.760 00	0,00	1.714.628.720,90	2.478.944.821,02
	Mun.	655.729,5	226.078.956,56	305.444.159,00	2.850.422,40	12.072.319,50	1.400.346.555,67	100.560.734,92	19.619.476,26	8.332.417 35	0,00	2.075.305.041,66	1.310.988.941,54
	Total	1.152.966,0	412.861.888,53	557.797.390,19	5.205.396,24	22.046.283,08	2.557.316.632,51	183.650.592,08	35.831.402,58	15.224.177 35	0,00	3.789.933.762,56	3.789.933.762,56

Por sua vez, dados divulgados no portal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)[643]70 informam os valores mensais das transferências de recursos do FUNDEB para o Estado do Espírito Santo:



ESTADOS E MUNICÍPIOS

Estado:

Transferências:

Ano:

HTML
XLS

Mês:

UF: ES
Ano: 2014
FUNDEB

Mês	FUNDEB
01	69.576.675,85
02	73.857.650,86
03	67.324.000,25
04	86.276.611,94
05	81.937.054,49
06	54.363.563,03
07	88.601.993,94
08	65.616.526,46
09	67.549.421,91
10	70.161.851,96
11	70.690.725,60
12	84.946.976,89
	880.917.053,18

A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

A partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Esses dados coincidem com os disponibilizados no SIGEFES, referentes à unidade gestora FUNDEB (UG 420120), cujo demonstrativo das receitas recebidas no exercício de 2014 colaciona-se a seguir, seguido do **detalhamento da execução orçamentária por ação de governo** dessa mesma unidade gestora, também extraído do aludido sistema:

643 Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/estados_novosite.asp. Acesso em: 04 mai. 2015.

Governo do Estado do Espírito Santo

FDB.08 - Receitas Recebidas do FUNDEB 14 / 2014

26/04/2015

	1 - Janeiro	2 - Fevereiro	3 - Março	4 - Abril	5 - Maio	6 - Junho	7 - Julho	8 - Agosto	9 - Setembro	10 - Outubro	11 - Novembro	12 - Dezembro	Total
	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	Receita Arrecadada Líquida	
Total	70.104.334,11	74.588.298,07	68.117.144,27	87.124.893,99	82.915.715,72	55.353.852,66	89.497.212,69	66.374.863,23	68.187.646,29	70.656.220,89	71.205.938,60	85.463.254,79	889.589.375,31
Transferências Recebidas	69.576.675,85	73.867.650,86	67.324.000,25	86.278.611,94	81.937.054,49	54.363.563,03	88.601.993,94	65.616.526,46	67.549.421,91	70.161.851,96	70.690.725,60	84.948.976,89	880.917.053,18
Rendimentos	527.658,26	720.647,21	793.144,02	846.282,05	978.661,23	990.289,63	895.218,75	758.336,77	638.224,38	494.368,93	515.213,00	514.277,90	8.672.322,13

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Ação de Governo – Unidade Gestora FUNDEB (UG 420120)

Unidade Gestora / Ação de Governo	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO EXERC
420120 - FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	R$ 900.211.281,12	R$ 900.211.281,12	R$ 900.211.281,12
2087 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 319.281.950,12	R$ 319.281.950,12	R$ 319.281.950,12
2088 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	R$ 251.456.039,51	R$ 251.456.039,51	R$ 251.456.039,51
8675 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 57.363.285,10	R$ 57.363.285,10	R$ 57.363.285,10
8677 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO	R$ 47.666.914,67	R$ 47.666.914,67	R$ 47.666.914,67
2086 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	R$ 34.236.447,84	R$ 34.236.447,84	R$ 34.236.447,84
6671 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 33.361.598,43	R$ 33.361.598,43	R$ 33.361.598,43
8085 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 28.323.082,61	R$ 28.323.082,61	R$ 28.323.082,61
8086 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO	R$ 28.059.136,65	R$ 28.059.136,65	R$ 28.059.136,65
0346 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 25.128.406,18	R$ 25.128.406,18	R$ 25.128.406,18
0347 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	R$ 24.521.695,45	R$ 24.521.695,45	R$ 24.521.695,45
2085 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 16.915.352,72	R$ 16.915.352,72	R$ 16.915.352,72
8667 - APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL	R$ 9.494.751,84	R$ 9.494.751,84	R$ 9.494.751,84
1672 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, REPAROS E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 7.967.390,33	R$ 7.967.390,33	R$ 7.967.390,33
6669 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR - EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 4.427.523,36	R$ 4.427.523,36	R$ 4.427.523,36
1673 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, REPAROS E ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO	R$ 3.365.206,34	R$ 3.365.206,34	R$ 3.365.206,34
0345 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	R$ 1.902.372,97	R$ 1.902.372,97	R$ 1.902.372,97

Unidade Gestora / Ação de Governo	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO EXERC
E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO			
6666 - REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$ 1.620.944,40	R$ 1.620.944,40	R$ 1.620.944,40
0344 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 883.473,67	R$ 883.473,67	R$ 883.473,67
0349 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIARIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO	R$ 850.548,14	R$ 850.548,14	R$ 850.548,14
0993 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 793.570,15	R$ 793.570,15	R$ 793.570,15
1674 - GERENCIAMENTO DE OBRAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS	R$ 726.000,00	R$ 726.000,00	R$ 726.000,00
6682 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DAS UNIDADES CENTRAL E REGIONAIS	R$ 620.000,00	R$ 620.000,00	R$ 620.000,00
0348 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIARIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 541.426,06	R$ 541.426,06	R$ 541.426,06
4348 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	R$ 255.000,00	R$ 255.000,00	R$ 255.000,00
4347 - APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 245.000,00	R$ 245.000,00	R$ 245.000,00
1666 - AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS	R$ 99.000,51	R$ 99.000,51	R$ 99.000,51
4089 - COOPERAÇÃO ESTADO-MUNICIPIOS	R$ 80.542,34	R$ 80.542,34	R$ 80.542,34
0992 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 12.513,32	R$ 12.513,32	R$ 12.513,32
0986 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	R$ 12.108,41	R$ 12.108,41	R$ 12.108,41
0086 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO FUNDAMENTAL-PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0077 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0075 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS	R$ -	R$ -	R$ -

Unidade Gestora / Ação de Governo	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO EXERC
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL- PREVES			
0679 - PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO	R$ -	R$ -	R$ -
0004 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ENSINO MÉDIO - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0680 - REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÃO	R$ -	R$ -	R$ -
0012 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0017 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ? PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
1676 - APARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR, MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - ENSINO MÉDIO	R$ -	R$ -	R$ -
0021 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ? PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0062 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL- PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
0081 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO - PREVES	R$ -	R$ -	R$ -
Total Geral	**R$ 900.211.281,12**	**R$ 900.211.281,12**	**R$ 900.211.281,12**



No detalhamento das ações e dos programas de trabalho do governo do Estado, previstos na LOA 2014, Lei Estadual nº 10.164/2014[644], consta no orçamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), gerido pelo IPAJM, previsão de despesa com **pagamento de benefícios previdenciários a segurados originários do FUNDEB** no valor de **R$ 400.953.763,00** (quatrocentos milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e três reais):

644 Disponível em: http://www.planejamento.es.gov.br/download/orc2014/LOA_2014_DIO.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

Governo do Estado do Espírito Santo

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Órgão / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	RECURSOS DE TODAS AS FONTES Valor (EM R$ 1,00)
------- // -------	
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**2.157.027.562**
60201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	**2.157.027.562**
0530 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.845.967.381
0009 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	26.566.931
0019 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	36.047.878
0028 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	193.446.360
------- // -------	
0624 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	300.169
0644 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	238.523
0682 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	1.443.911
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	130.167.656
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	400.953.763
0729 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	102.587.078
0739 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	8.483.045
0749 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	97.820.576
0759 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	389.640.402
0769 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	17.114.651
0779 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	440.894

Detalhamento das Ações de Governo – LOA 2014

Governo do Estado do Espírito Santo

Programa de Trabalho

RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00)

ÓRGÃO: 60 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE: 60201 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CODIGO	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA/ AÇÃO/ FINALIDADE DA AÇÃO/ PRODUTO/ MICRORREGIÃO/ META FÍSICA/ UN MEDIDA	ESF	GND	MOD	IU	FONTE	VALOR
	------- // -------						
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DA FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO.	S	1-PES	90	0	271	1.443.911
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 15 UN						
60.201.092720530.0683	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						130.167.656
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.	S	1-PES	90	0	271	130.167.656
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 5359 UN						
60.201.092720530.0684	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU						400.953.763
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DO FUNDEB/SEDU.	S	1-PES	90	0	271	400.953.763
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 14334 UN						
60.201.092720530.0729	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE						102.587.078
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.	S	1-PES	90	0	271	102.587.078
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 2189 UN						
60.201.092720530.0739	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL						8.483.045
	PAGAR BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEGURADOS ORIGINÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.	S	1-PES	90	0	271	8.483.045
	- BENEFÍCIO PAGO:						
	. ESTADO - 109 UN						

Detalhamento dos Programas de Trabalho – LOA 2014

De acordo com os demonstrativos da execução orçamentária das unidades gestoras Fundo Financeiro (UG 600210) e Fundo Previdenciário (UG 600211), extraídos do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES), **durante o exercício de 2014 foram gastos com benefícios previdenciários pagos a segurados originários do FUNDEB o total de R$ 458.235.032,47** (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trinta e dois reais e quarenta a sete centavos), sendo **R$ 457.549.344,61 com recursos do Fundo Financeiro (99,85%)** e **R$ 685.687,86 com recursos do Fundo Previdenciário (0,15%)**, conforme se colhe das planilhas apresentadas a seguir, compiladas a partir dos demonstrativos mencionados e estruturadas em ordem decrescente de valores segundo a unidade gestora, a ação de governo e a natureza da despesa realizada.

Atente-se para o fato de que, tanto no Fundo Financeiro quanto no Fundo Previdenciário, as despesas com **segurados originários do FUNDEB** são sempre maiores do que as despesas com os **segurados originários da Secretaria de Estado da Educação** (ver destaques em amarelo).

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
600210 - FUNDO FINANCEIRO	R$ 2.081.760.122,26	100,00%
0759 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 459.245.513,52	22,06%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 341.689.527,47	16,41%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 104.425.101,71	5,02%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 13.130.884,34	0,63%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	R$ 457.549.344,61	21,98%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 431.348.123,40	20,72%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 15.450.369,26	0,74%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 10.750.851,95	0,52%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0189 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	R$ 255.750.762,12	12,29%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 133.185.974,63	6,40%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 103.089.741,01	4,95%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 19.475.046,48	0,94%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0028 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 196.888.738,14	9,46%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 119.759.713,69	5,75%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 45.191.843,25	2,17%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 31.937.181,20	1,53%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 139.500.397,01	6,70%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 124.743.029,83	5,99%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 12.557.964,61	0,60%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.199.402,57	0,11%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0729 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 127.851.431,82	6,14%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 108.767.924,87	5,22%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 16.914.521,78	0,81%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.168.985,17	0,10%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0749 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 120.351.699,30	5,78%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 86.233.382,61	4,14%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 29.896.530,75	1,44%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 4.221.785,94	0,20%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0059 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	R$ 68.472.421,63	3,29%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 32.548.681,77	1,56%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 19.541.944,21	0,94%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 16.381.795,65	0,79%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0019 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 36.829.276,92	1,77%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 30.564.558,08	1,47%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 5.775.335,92	0,28%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 489.382,92	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0009 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	R$ 34.664.178,02	1,67%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 26.609.040,37	1,28%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 5.664.882,30	0,27%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.390.255,35	0,11%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0769 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 21.409.465,06	1,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 18.914.724,57	0,91%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.898.458,68	0,09%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 596.281,81	0,03%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0259 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	R$ 18.825.645,00	0,90%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 12.674.212,86	0,61%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 5.752.471,51	0,28%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 398.960,63	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0399 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$ 15.531.295,83	0,75%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 14.258.812,95	0,68%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.105.144,98	0,05%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 167.337,90	0,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0169 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	R$ 13.238.949,13	0,64%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 9.597.896,85	0,46%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 3.548.106,66	0,17%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 92.945,62	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0119 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	R$ 12.456.130,29	0,60%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 11.443.118,79	0,55%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 862.122,91	0,04%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 150.888,59	0,01%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0504 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 11.464.512,11	0,55%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 10.054.935,18	0,48%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.072.929,94	0,05%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 336.646,99	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0739 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	R$ 11.417.562,81	0,55%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 6.264.049,69	0,30%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 4.668.164,23	0,22%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 485.348,89	0,02%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0029 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS CARTÓRIOS NÃO OFICIALIZADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 11.320.228,69	0,54%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 7.012.285,68	0,34%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 4.237.335,90	0,20%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 70.607,11	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0809 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	R$ 10.231.386,32	0,49%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 9.408.773,29	0,45%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 761.257,23	0,04%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 61.355,80	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0883 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 7.869.920,29	0,38%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 6.323.198,25	0,30%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 998.766,56	0,05%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 547.955,48	0,03%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0519 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	R$ 7.829.704,45	0,38%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 7.516.561,18	0,36%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 301.630,58	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 11.512,69	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0389 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	R$ 7.136.434,48	0,34%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 6.477.980,22	0,31%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 614.928,09	0,03%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 43.526,17	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0244 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	R$ 6.038.652,22	0,29%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 5.785.907,39	0,28%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 237.963,34	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 14.781,49	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0379 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	R$ 5.572.411,92	0,27%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 3.988.803,69	0,19%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 1.568.878,40	0,08%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 14.729,83	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0819 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 5.376.755,58	0,26%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 4.844.699,16	0,23%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 381.050,81	0,02%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 151.005,61	0,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0139 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 2.916.447,38	0,14%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 2.259.661,45	0,11%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 655.043,21	0,03%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 1.742,72	0,00%
319012 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	R$ -	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0279 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	R$ 2.670.951,30	0,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 2.149.208,87	0,10%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 502.988,28	0,02%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 18.754,15	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0869 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	R$ 2.659.220,27	0,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 2.516.672,03	0,12%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 136.113,90	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 6.434,34	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0609 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	R$ 2.611.710,54	0,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 2.370.867,96	0,11%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 235.362,48	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 5.480,10	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
0199 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 1.581.523,41	0,08%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 1.466.774,61	0,07%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 111.447,22	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 3.301,58	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0682 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	R$ 1.266.977,31	0,06%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 1.125.256,14	0,05%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 108.161,73	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 33.559,44	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0129 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	R$ 857.034,53	0,04%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 745.840,25	0,04%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 109.406,05	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 1.788,23	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0089 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DA CASA MILITAR	R$ 850.941,56	0,04%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 658.892,87	0,03%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 118.598,77	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 73.449,92	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0099 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	R$ 709.796,60	0,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 588.890,30	0,03%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 119.851,26	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 1.055,04	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
0229 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	R$ 584.681,38	0,03%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 552.068,94	0,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 29.698,08	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 2.914,36	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0619 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO	R$ 544.528,39	0,03%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 544.151,22	0,03%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 377,17	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ -	0,00%
0779 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	R$ 404.146,33	0,02%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 375.339,73	0,02%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 28.352,64	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 453,96	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0109 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	R$ 292.177,08	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 249.680,29	0,01%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 42.343,09	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 153,70	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
0419 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO	R$ 265.455,85	0,01%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 178.058,94	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 86.806,26	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 590,65	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO		% TOTAL GERAL
0579 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	R$	138.474,35	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	118.746,80	0,01%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	19.040,80	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	686,75	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0624 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R$	110.695,24	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	110.334,31	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	360,93	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0599 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	R$	105.135,14	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	92.915,79	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	12.219,35	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0299 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	R$	104.722,96	0,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	104.348,21	0,01%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	374,75	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0179 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	R$	94.515,00	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	94.420,04	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	94,96	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO		% TOTAL GERAL
0309 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	R$	78.511,15	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	78.170,79	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	340,36	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
0644 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R$	66.252,59	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	39.431,00	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	26.821,59	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	-	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
0881 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	R$	22.558,86	0,00%
319091 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R$	22.558,86	0,00%
0339 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EM REDE DO ESPÍRITO SANTO S/A	R$	847,77	0,00%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	847,77	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO	R$ 3.098.142,93	100,00%
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	R$ 685.687,86	22,13%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 398.239,59	12,85%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 251.503,02	8,12%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 35.945,25	1,16%
0119 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	R$ 630.414,18	20,35%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 278.007,48	8,97%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 337.940,79	10,91%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 14.465,91	0,47%
0749 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 403.092,23	13,01%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 403.070,40	13,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 21,83	0,00%
0729 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 351.615,36	11,35%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 221.345,99	7,14%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 116.681,56	3,77%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 13.587,81	0,44%
0759 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 333.237,56	10,76%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 300.491,00	9,70%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 26.986,38	0,87%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO		% TOTAL GERAL
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	5.760,18	0,19%
0809 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	R$	233.726,05	7,54%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	228.166,28	7,36%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	5.559,77	0,18%
0028 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	154.155,80	4,98%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	154.155,80	4,98%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	-	0,00%
0644 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	R$	139.301,84	4,50%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	107.680,28	3,48%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	31.327,35	1,01%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	294,21	0,01%
0399 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$	50.877,70	1,64%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	-	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	50.877,70	1,64%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	-	0,00%
0019 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	36.143,47	1,17%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$	36.143,47	1,17%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$	-	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$	-	0,00%

UNIDADE GESTORA / AÇÃO / NATUREZA	VALOR EMPENHADO	% TOTAL GERAL
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
0819 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 33.203,21	1,07%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 33.203,21	1,07%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
0079 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DA CASA CIVIL	R$ 30.649,24	0,99%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ -	0,00%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ 30.649,24	0,99%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 16.038,43	0,52%
319001 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	R$ 16.038,43	0,52%
319003 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$ -	0,00%
319005 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R$ -	0,00%
319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ -	0,00%

AÇÃO DE GOVERNO	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
0684 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDEB/SEDU	R$ 457.549.344,61	R$ 685.687,86	R$ 458.235.032,47
0683 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 139.500.397,01	R$ 16.038,43	R$ 139.516.435,44
		TOTAL:	R$ 597.751.467,91

Total de Benefícios Previdenciários Empenhados pelas Unidades Gestoras FUNDEB e SEDU

Na documentação encaminhada a este Órgão Ministerial pelo IPAJM por meio do **Ofício IPAJM/GPE/N°151/2015**, em anexo, constam demonstrativos da execução orçamentária dos Fundos Financeiro e Previdenciário em 2014 (fls. 169 a 198). Ambos os demonstrativos também apresentam, de forma segregada, as despesas realizadas pelas unidades gestoras **Secretaria de Estado da Educação** e **FUNDEB** com o pagamento de benefícios previdenciários (fl. 175 e 193).

A criação de uma unidade gestora denominada FUNDEB/SEDU[645] (UG 420120), distinta da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação (UG 420101), sugere tratar-se de medida visando atender à segregação do controle orçamentário, contábil e financeiro dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, exigida pela Lei Geral das Finanças Públicas, Lei nº 4.320/1964, bem como pela Lei nº 11.494/2007, que regulamentou o referido fundo, previsto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna[646].

[645] A Secretaria de Estado da Educação (SDEU) é gestora do FUNDEB.

[646] Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
III - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
d) a fiscalização e o controle dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
IV - os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
V - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
VI - até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do caput deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) R$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
VIII - a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
IX - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso VII do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
X - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
XI - o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 3º O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta Emenda Constitucional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 5º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
I - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
II - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Assim, os recursos públicos administrados pela unidade gestora FUNDEB corresponderiam à parte pertencente ao Estado do Espírito Santo do total proveniente das fontes de receita previstas nos art. 4º a 7º da Lei nº 11.494/2007:

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO FINANCEIRA

Seção I
Das Fontes de Receita dos Fundos

Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:

I - imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos previsto no inciso I do caput do art. 155 da Constituição Federal[647];

II - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação previsto no inciso II do caput do art. 155 combinado com o inciso IV do caput do art. 158 da Constituição Federal[648];

III - imposto sobre a propriedade de veículos automotores previsto no inciso III do caput do art. 155 combinado com o inciso III do caput do art. 158 da Constituição Federal[649];

IV - parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência que lhe é

---

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 6º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
§ 7º (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

647 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

648 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
Art. 158. Pertencem aos Municípios:
[...]
IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

649 Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
III - propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
[...]
Art. 158. Pertencem aos Municípios:
[...]
III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

atribuída pelo inciso I do caput do art. 154 da Constituição Federal prevista no inciso II do caput do art. 157 da Constituição Federal[650];

V - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios, prevista no inciso II do caput do art. 158 da Constituição Federal[651];

VI - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e prevista na alínea a do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal[652] e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

VII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM e prevista na alínea b do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal[653] e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

VIII - parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal e prevista no inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal[654] e na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989; e

IX - receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas eventualmente incidentes.

§ 1º Inclui-se na base de cálculo dos recursos referidos nos incisos do caput deste artigo o montante de recursos financeiros transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios,

650 Art. 154. A União poderá instituir:
I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;
[...]
Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:
[...]
II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

651 Art. 158. Pertencem aos Municípios:
[...]
II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

652 Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)
I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)
a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

653 Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)
I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014)
[...]
b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

654 Art. 159. A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)
[...]
II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

conforme disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

§ 2º Além dos recursos mencionados nos incisos do caput e no § 1º deste artigo, os Fundos contarão com a complementação da União, nos termos da Seção II deste Capítulo.

Seção II
Da Complementação da União

Art. 4º A União complementará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo desta Lei, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado de forma a que a complementação da União não seja inferior aos valores previstos no inciso VII do caput do art. 60 do ADCT[655].

§ 1º O valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente constitui-se em valor de referência relativo aos anos iniciais do ensino fundamental urbano e será determinado contabilmente em função da complementação da União.

§ 2º O valor anual mínimo por aluno será definido nacionalmente, considerando-se a complementação da União após a dedução da parcela de que trata o art. 7º desta Lei, relativa a programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica.

---

655 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
V - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
a) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
b) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
c) R$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]

Art. 5º A complementação da União destina-se exclusivamente a assegurar recursos financeiros aos Fundos, aplicando-se o disposto no caput do art. 160 da Constituição Federal[656].

§ 1º É vedada a utilização dos recursos oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal[657] na complementação da União aos Fundos.

§ 2º A vinculação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal[658] suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União.

Art. 6º A complementação da União será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 60 do ADCT[659].

§ 1º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de

656 Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.
Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)
I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)
II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

657 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

658 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

659 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subseqüente.

§ 2º A complementação da União a maior ou a menor em função da diferença entre a receita utilizada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência será ajustada no 1º (primeiro) quadrimestre do exercício imediatamente subseqüente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso.

§ 3º O não-cumprimento do disposto no caput deste artigo importará em crime de responsabilidade da autoridade competente.

Art. 7º Parcela da complementação da União, a ser fixada anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade instituída na forma da Seção II do Capítulo III desta Lei, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Para a distribuição da parcela de recursos da complementação a que se refere o caput deste artigo aos Fundos de âmbito estadual beneficiários da complementação nos termos do art. 4º desta Lei, levar-se-á em consideração:

I - a apresentação de projetos em regime de colaboração por Estado e respectivos Municípios ou por consórcios municipais;

II - o desempenho do sistema de ensino no que se refere ao esforço de habilitação dos professores e aprendizagem dos educandos e melhoria do fluxo escolar;

III - o esforço fiscal dos entes federados;

IV - a vigência de plano estadual ou municipal de educação aprovado por lei.

O quadro a seguir, extraído do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos[660]87, sintetiza as fontes de financiamento do FUNDEB:

[660] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_III_-_PCE.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015. p. 7.

FINANCIAMENTO DO FUNDEB

UNIÃO	EXERCÍCIO			
	2007	2008	2009	2010 - 2020
Complementação ao FUNDEB : a União complementará os recursos dos fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.	R$ 2 bilhões	R$ 3 bilhões	R$ 4,5 bilhões	10% do total dos recursos de impostos e transferências constitucionais destinados ao Fundeb
ESTADOS				
-ICMS -Desoneração ICMS (LC 87/96) -FPE - Cota-Parte IPI Exportação	16,66%	18,33 %	20 %	20 %
-ITCD -IPVA	6,66%	13,33 %	20 %	20 %
MUNICÍPIOS				
-Cota-Parte ICMS -FPM -Desoneração ICMS (LC 87/96) -Cota-Parte IPI Exportação	16,66%	18,33 %	20 %	20 %
- Cota-Parte ITR - Cota-Parte IPVA	6,66%	13,33 %	20 %	20 %

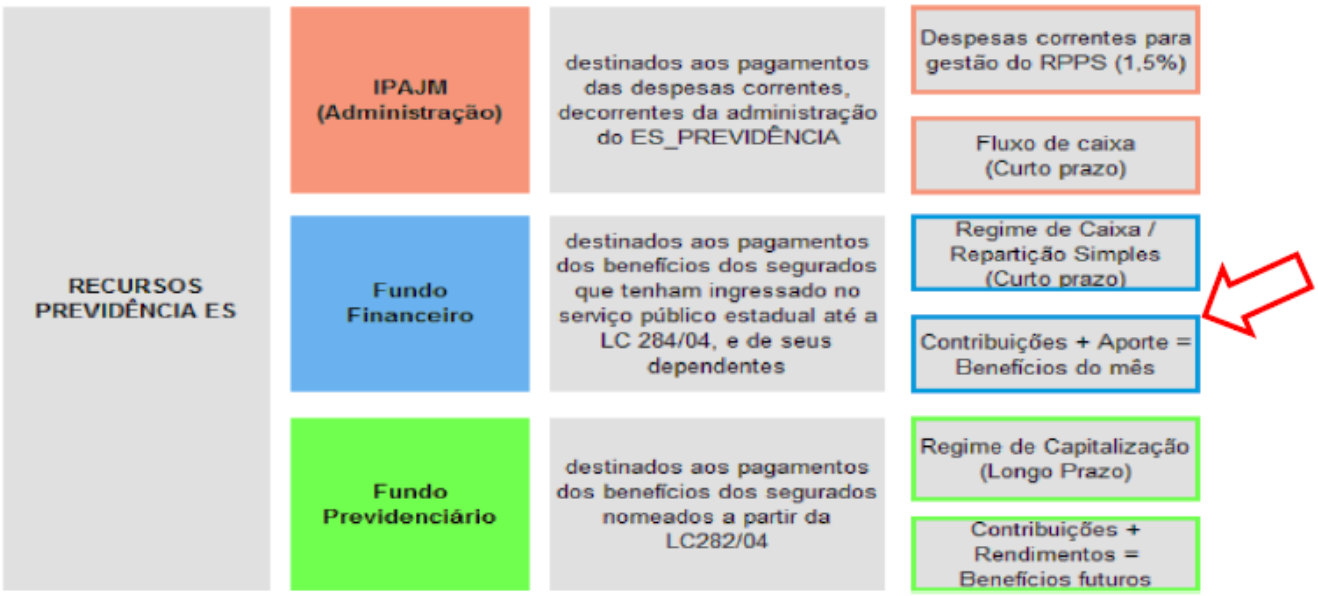
Conforme visto, o pagamento aos servidores inativos originários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi realizado por meio dos fundos que integram o RPPS do Estado do Espírito Santo: **Fundo Financeiro** e **Fundo Previdenciário**.

A receita do **Fundo Financeiro**, estruturado em regime de repartição simples (deficitário), é composta por contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas (11%), acrescida da contribuição patronal sobre servidores ativos (22%) **e dos aportes de recursos realizados mensalmente pelos Poderes do Estado em valores suficientes para a complementação da folha de pagamento dos benefícios previdenciários concedidos**.

Por sua vez, o **Fundo Previdenciário**, estruturado em regime de constituição de reserva de capital (superavitário), possui como fonte de recursos as contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas (11%), acrescida da contribuição patronal sobre servidores ativos (22%). **Devido à característica superavitária desse fundo, não são realizados**

aportes complementares de recursos por parte dos Poderes do Estado.

O quadro a seguir, extraído do Relatório Técnico da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo[661], referente ao exercício de 2013, retrata a destinação dos recursos do RPPS do Estado do Espírito Santo:



Destinação dos Recursos do RPPS por Unidade Gestora – Lei Complementar Estadual nº 282/2004

Observe-se que apenas o Fundo Financeiro, por ser deficitário, recebe aportes financeiros mensais para cobertura das despesas com a folha de pagamento dos benefícios previdenciários.

No exercício de 2014, o governo do Estado empenhou **R$ 1.309.943.631,18** (um bilhão, trezentos e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais, e dezoito centavos) com **contribuição previdenciária para cobertura do déficit financeiro do RPPS (aporte)**, conforme planilha a seguir, extraída da ferramenta de análise do MPC-ES:

661 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=wz_iBVjBKsE%3d&tabid=1777&portalid=14&mid=3106. Acesso em: 24 abr. 2015.

Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	% do Total Geral
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	R$ 1.309.943.631,18	9,53%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL - RPPS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.082.283.528,20	7,87%
SUBSIDIOS - RPPS	R$ 875.950.644,72	6,37%
SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI 8.745/93 - RGPS - SERVICO DE APOIO ADM.TECNI	R$ 621.324.366,89	4,52%
OBRAS RODOVIÁRIAS E VIÁRIAS	R$ 607.684.781,16	4,42%
FUNDAP	R$ 550.269.543,70	4,00%
SUBSIDIOS - PESSOAL MILITAR	R$ 444.801.310,96	3,23%
PROVENTOS - PESSOAL MILITAR	R$ 327.661.775,38	2,38%
VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	R$ 253.055.256,95	1,84%
PENSOES CIVIS - RPPS - PENSOES CIVIS	R$ 248.670.325,42	1,81%
Juros sobre a Dívida Interna por Contrato	R$ 238.266.505,44	1,73%
Precatórios - Envio dos 2% da RCL	R$ 221.998.783,65	1,61%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO - AUXÍLIOS - FUNDOS MUNICIPAIS I	R$ 199.999.999,96	1,45%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - OUTROS SERVIÇOS	R$ 189.622.820,19	1,38%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - OUTROS SERVIÇOS	R$ 177.157.260,82	1,29%
FUNDO FINANCEIRO - ATIVO CIVIL - RPPS	R$ 174.024.882,10	1,27%
OBRAS DE BENFEITORIA OU MELHORIA EM IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	R$ 173.260.281,13	1,26%
EDIFICAÇÕES REFERENTES A IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	R$ 164.552.864,94	1,20%
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	R$ 136.620.706,74	0,99%
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - RPPS	R$ 134.333.899,38	0,98%
OBRIGACOES PATRONAIS DO EXERCÍCIO - RGPS	R$ 133.789.717,35	0,97%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R$ 129.871.335,78	0,94%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	R$ 128.150.673,53	0,93%
SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (LC 101/00) - SERVIÇOS MÉDICOS	R$ 123.921.792,32	0,90%
SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES - GESTÃO PLENA	R$ 122.621.730,68	0,89%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - AUXÍLIOS - MUNICÍPIOS DO ES POR MEIO DE CONVÊN	R$ 121.958.923,03	0,89%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - OUTROS SERVIÇOS	R$ 115.476.609,22	0,84%

Maiores Valores Empenhados entre os Subelementos de Despesa em 2014

Desse valor complementar, **R$ 531.284.997,07** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e sete centavos), equivalentes a **40% do total**, são provenientes de **recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino**, transferidos ao **Fundo Financeiro** pela **Secretaria de Estado da Educação** para pagamento, no exercício de 2014, de inativos e pensionistas, conforme tabela a seguir, elaborada com auxílio da ferramenta de análise do MPC-ES, **sob o ponto de vista do Fundo Financeiro**:

Subelemento Despesa/Favorecido/Ação/Unidade Gestora/Fonte Recurso/Histórico	Valor Empenhado	% do Total Geral
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	R$ 1.309.943.631,18	100,00%
FUNDO FINANCEIRO	R$ 1.309.943.631,18	100,00%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	R$ 1.293.634.695,69	98,75%
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 531.284.997,07	40,56%
MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R$ 531.284.997,07	40,56%
Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.	R$ 531.284.997,07	40,56%
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 331.350.317,00	25,30%
ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	R$ 266.465.860,15	20,34%
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 71.250.000,00	5,44%
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 46.850.730,52	3,58%
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	R$ 9.660.238,00	0,74%
INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$ 9.269.930,63	0,71%
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRIDO SANTO	R$ 8.548.700,00	0,65%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 5.476.000,00	0,42%
INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 4.744.500,00	0,36%
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	R$ 3.970.000,00	0,30%
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	R$ 2.025.000,00	0,15%
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	R$ 1.211.322,32	0,09%
RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	R$ 800.000,00	0,06%
FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	R$ 645.000,00	0,05%
SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	R$ 82.100,00	0,01%
INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	R$ -	0,00%
MANUTENÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.200.000,00	0,47%

⊞ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	6.200.000,00	0,47%
⊟ CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÀRIA COMPLEMENTAR	R$	4.500.320,28	0,34%
⊞ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R$	4.500.320,28	0,34%
⊟ CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA COMPLEMENTAR	R$	4.395.057,00	0,34%
⊞ INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	R$	4.395.057,00	0,34%
⊟ CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO	R$	1.213.558,21	0,09%
⊞ DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	1.020.757,21	0,08%
⊞ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R$	192.801,00	0,01%
⊞ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$	-	0,00%
Total Geral	**R$**	**1.309.943.631,18**	**100,00%**

O exame das despesas **sob o ponto de vista da Secretaria de Estado da Educação – SEDU** também revela que foram empenhados **R$ 531.284.997,07** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e sete centavos) em favor do Fundo Financeiro para cobertura de despesas com o **pagamento de inativos no exercício financeiro de 2014 com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino**.

Essa despesa representou **46,10%** do total de empenhos emitidos pela SEDU em 2014, conforme evidencia a planilha colacionada a seguir, extraída da ferramenta de análise do MPC-ES:

Unidade Gestora/Fonte Recurso/Favorecido/Ação/Histórico	Valor Empenhado	% do Total Geral
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 1.152.392.116,90	100,00%
MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	R$ 938.526.832,92	81,44%
FUNDO FINANCEIRO	R$ 540.812.873,17	46,93%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	R$ 531.284.997,07	46,10%
Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.	R$ 531.284.997,07	46,10%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PESSOAL ATIVO	R$ 9.526.728,46	0,83%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	R$ 832,68	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R$ 314,96	0,00%
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 127.781.054,73	11,09%
INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 46.303.058,57	4,02%
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	R$ 7.877.120,01	0,68%
MOVIMENTO DE EDUC.PROM.DO ESP.SANTO - MEPES	R$ 7.813.192,50	0,68%
ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRIC S/A-ESCELSA	R$ 6.402.156,88	0,56%
PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	R$ 5.935.578,44	0,52%
BRASLIMP SERVICOS LTDA	R$ 5.184.008,59	0,45%
GEPLAN - PLANEJ., PROJETOS E GERENC. DE OBRAS	R$ 4.904.646,64	0,43%
RADANA CONSTRUCOES LTDA	R$ 4.579.522,28	0,40%
PREF MUNIC DE LINHARES	R$ 4.241.303,99	0,37%
VIGSERV SERV. DE VIGIL. E SEGURANCA EIRELI	R$ 4.234.802,53	0,37%
AMG - ENGENHARIA LTDA.	R$ 3.831.843,40	0,33%
CONSTRUTORA SCHMIDT LTDA - ME	R$ 3.294.255,51	0,29%
PREF MUNIC DE DOMINGOS MARTINS	R$ 3.283.966,64	0,28%
PREF MUNIC DE ECOPORANGA	R$ 3.030.005,39	0,26%
CONSERVO SERVICOS GERAIS LTDA	R$ 2.837.743,90	0,25%

No portal da transparência do governo do Estado[662] é possível consultar o histórico dos empenhos e respectivos repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Educação ao Fundo Financeiro para complementação (aporte) da folha de pagamento de inativos e pensionistas, no valor total de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos).

As despesas realizadas a título de COMPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR destinaram-se à cobertura do déficit financeiro do Fundo Financeiro do RPPS, previsto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[663].

Ressalte-se que a estimativa de despesa da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação (UG 420101) com complementação previdenciária, prevista na LOA 2014, era de **R$ 368.914.000,00** (trezentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quatorze mil reais).

Reproduz-se a seguir o histórico detalhado dos empenhos e respectivos repasses efetuados pela Secretaria de Estado da Educação ao Fundo Financeiro, seguido por parte do programa de trabalho extraído da LOA 2014, confirmando a dotação orçamentária inicial para complementação (aporte) do pagamento de benefícios previdenciários, conforme previsto no citado art. 40, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004:

662 Disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/index.asp. Acesso em: 28 abr. 2015.

663 Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
[...]
§ 1º - Além das contribuições previstas neste artigo ficam o Poder Executivo e demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.


Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência
O que é o Portal?
Glossário
Legislação
Manual de Navegação
Dados Abertos
Mapa do Site
Acessibilidade
RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Ação
Ação
Função
Favorecido
Dados atualizados em: 28/04/2015
Período da consulta: 01/01/2014 a 31/12/2014
Ação: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR
Função: EDUCAÇÃO
Subfunção: ADMINISTRAÇÃO GERAL
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Total Empenhado pelo Governo:	R$ 531.284.714,02
Total Liquidado pelo Governo:	R$ 531.284.714,02
Total Pago pelo Governo:	R$ 531.284.714,02

CNPJ / CPF / Órgão	Favorecido	Nº do Processo	Tipo de Licitação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
600210	FUNDO FINANCEIRO	65158598	Não Aplicável	531.284.714,02	40.221.856,24	531.284.714,02
600210	FUNDO FINANCEIRO	65545745	Não Aplicável	0,00	32.673.705,86	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	65802691	Não Aplicável	0,00	47.559.276,37	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66137055	Não Aplicável	0,00	44.603.643,69	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66495830	Não Aplicável	0,00	44.965.522,85	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66594944	Não Aplicável	0,00	11.024.991,81	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	66786320	Não Aplicável	0,00	43.515.910,88	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	67061052	Não Aplicável	0,00	84.389.692,29	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	67511953	Não Aplicável	0,00	3.526.737,71	0,00

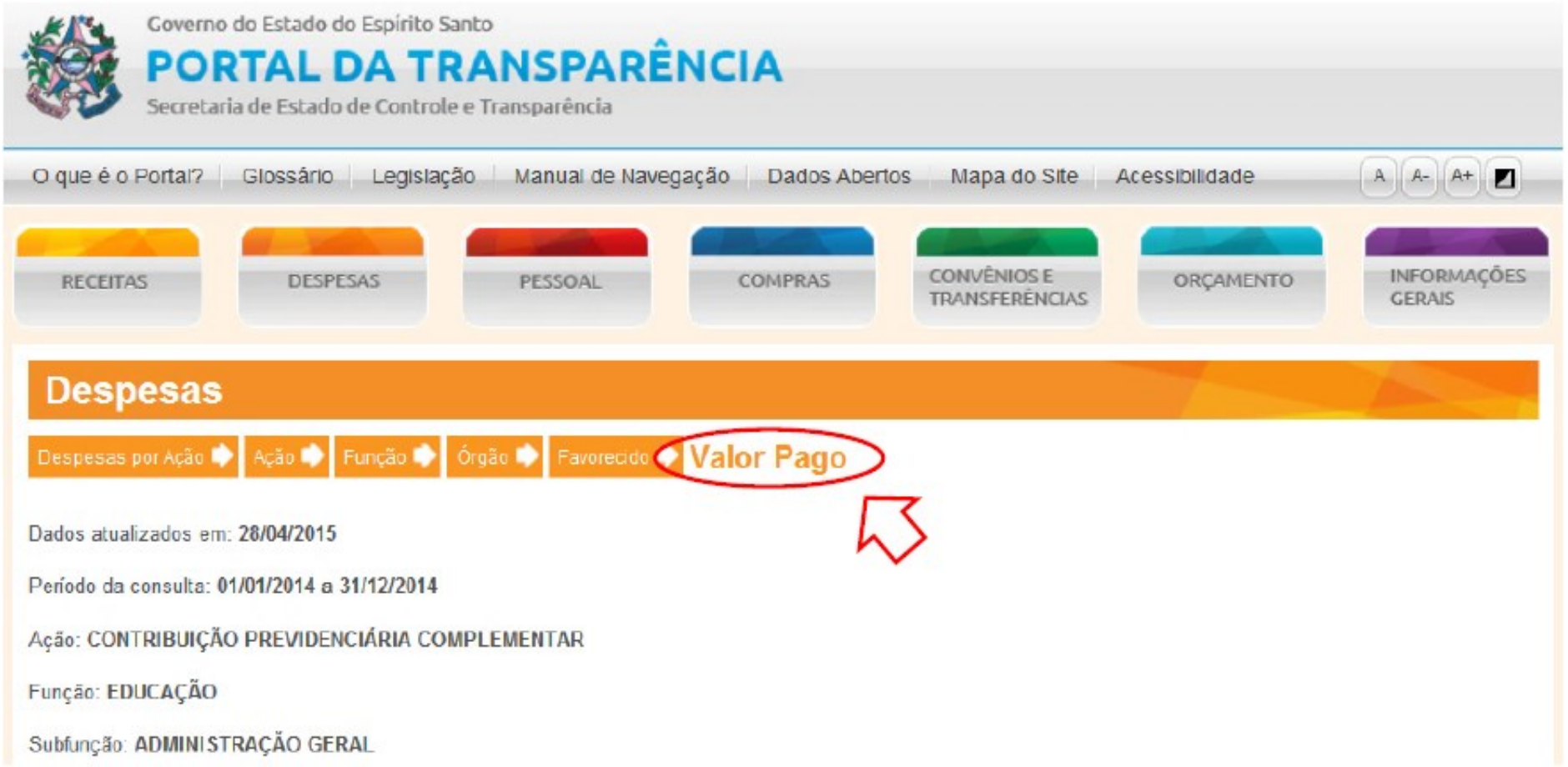
600210	FUNDO FINANCEIRO	67783309	Não Aplicável	0,00	43.246.222,66	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	68091001	Não Aplicável	0,00	44.424.768,57	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	68492685	Não Aplicável	0,00	43.406.525,27	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	68705255	Não Aplicável	0,00	47.725.859,82	0,00


Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência
O que é o Portal?
Glossário
Legislação
Manual de Navegação
Dados Abertos
Mapa do Site
Acessibilidade
A
A-
A+
RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Ação
Ação
Função
Órgão
Favorecido
Valor Empenhado
Dados atualizados em: 28/04/2015
Período da consulta: 01/01/2014 a 31/12/2014
Ação: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR
Função: EDUCAÇÃO
Subfunção: ADMINISTRAÇÃO GERAL
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Total Empenhado:				R$ 531.284.714,02
Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtitulo
EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0800 - APOIO ADMINISTRATIVO	0678 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
22/12/2014	2014NE20407	10.416.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.		
30/12/2014	2014NE20903	-283,04
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.		
30/12/2014	2014NE20716	-0,01
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.		
25/08/2014	2014NE13871	140.000.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercicio de 2014. Contribuição Complementar.		
22/12/2014	2014NE20340	-5.602,93

HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		
22/01/2014	2014NE00374	245.000.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		
15/12/2014	2014NE20048	31.920.000,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		
24/06/2014	2014NE08544	102.954.600,00
HISTÓRICO: Despesa com o pagamento dos inativos (aporte) no exercício de 2014. Contribuição Complementar.		


Governo do Estado do Espírito Santo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Secretaria de Estado de Controle e Transparência
O que é o Portal? | Glossário | Legislação | Manual de Navegação | Dados Abertos | Mapa do Site | Acessibilidade
A A- A+
RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Ação
Ação
Função
Órgão
Favorecido
Valor Pago
Dados atualizados em: 28/04/2015
Período da consulta: 01/01/2014 a 31/12/2014
Ação: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR
Função: EDUCAÇÃO
Subfunção: ADMINISTRAÇÃO GERAL

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Favorecido: FUNDO FINANCEIRO

Total Pago:	R$ 531.284.714,02

Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0800 - APOIO ADMINISTRATIVO	0678 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
22/01/2014	2014OB00400	40.221.856,24
	HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JANEIRO/2014, CONFORME OF N 020/IPAJM/GFI/2014.	
25/06/2014	2014OB09225	43.515.910,88
	HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JUNHO/2014, CONFORME OF N 150/IPAJM/GFI/2014	
17/12/2014	2014OB22230	31.914.397,07
	HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014, CONFORME OF N 380/IPAJM/GFI/2014.	
25/02/2014	2014GD00015	-32.652.352,64

HISTÓRICO: REGISTRO DE DEVOLUÇÃO DE SALDO TENDO EM VISTA O NÃO CUMPRIMENTO DA 2014OB 01425.		
11/03/2014	2014OB01909	21.353,22
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE FEVEREIRO/2014, CONFORME OF N 050/IPAJM/GFI/2014. FC 33		
05/09/2014	2014OB15749	136.865,27
HISTÓRICO: Pgto referente a contribuição complementar (aporte) para pagamento dos inativos no mes de agosto de 2014, conforme OF.N. 236/IPAJM/GFI/2014. Folha Complementar 37.		
20/10/2014	2014OB18901	43.918.650,18
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE OUTUBRO/2014, CONFORME OF N 317/IPAJM/GFI/2014.		
23/12/2014	2014OB22873	10.202.475,92
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014. CONFORME OF N 424/IPAJM/GFI/2014. ABONO		
07/10/2014	2014OB17946	392.459,65
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 277/IPAJM/GFI/2014. FOLHA COMPLEMENTAR 99.		
27/02/2014	2014OB01524	32.652.352,64
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE FEVEREIRO/2014, CONFORME OF N 045/IPAJM/GFI/2014.		

07/10/2014	2014OB18103	2.878,03
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 294/IPAJM/GFI/2014. RECADASTRAMENTO.		
25/02/2014	2014OB01425	32.652.352,64
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE FEVEREIRO/2014, CONFORME OF N 045/IPAJM/GFI/2014.		
23/07/2014	2014OB11953	43.273.643,04
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JULHO/2014, CONFORME OF N 179/IPAJM/GFI/2014.		
06/08/2014	2014OB13500	523.250,41
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE JULHO/2014 - Folha Complementar 37. CONFORME OF N 198/IPAJM/GFI/2014.		
02/09/2014	2014OB15562	3.068,61
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE AGOSTO/2014, CONFORME OF N 232/IPAJM/GFI/2014. SUPLEMENTAR FL 31 IPAJM		

26/08/2014	2014OB15161	3.386.803,83
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE AGOSTO/2014, CONFORME OF N 222/IPAJM/GFI/2014.		
27/05/2014	2014OB06383	44.965.522,85
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE MAIO/2014, CONFORME OF N 132/IPAJM/GFI/2014.		
05/11/2014	2014OB19756	81.143,01
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE OUTUBRO/2014, CONFORME OF N 327/IPAJM/GFI/2014. Folha Complementar 37.		
17/12/2014	2014OB22229	5.395.745,79
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014. CONFORME OF N 380/IPAJM/GFI/2014.		
26/03/2014	2014OB02601	47.559.276,37
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE MARÇO/2014. CONFORME OF N 074/IPAJM/GFI/2014.		
04/06/2014	2014OB07464	11.024.991,81
HISTÓRICO: DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA REALIZADA SOBRE A CARGA HORARIA ESPECIAL CONFORME OFICIO SINDIUPES N 170/2014 (REP/SEAF/ N 002/2014)		
26/08/2014	2014OB15160	40.592.798,84

HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE AGOSTO/2014, CONFORME OF N 222/IPAJM/GFI/2014.		
24/04/2014	2014OB04244	44.603.643,69
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE ABRIL/2014, CONFORME OF N 103/IPAJM/GFI/2014.		
24/09/2014	2014OB17029	42.848.991,77
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 269/IPAJM/GFI/2014.		
07/11/2014	2014OB20117	424.975,38
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE OUTUBRO/2014, CONFORME OF N 332/IPAJM/GFI/2014. Recastramento.		
23/12/2014	2014OB22872	213.241,04
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE DEZEMBRO/2014, CONFORME OF N 390/IPAJM/GFI/2014. RECADASTRAMENTO.		
30/09/2014	2014OB17524	1.893,21
HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE SETEMBRO/2014, CONFORME OF N 274/IPAJM/GFI/2014. FOLHA COMPLEMENTAR RECADASTRAMENTO.		

25/11/2014	2014OB21116	43.406.525,27

HISTÓRICO: PGTO DO APORTE IPAJM REF MES DE NOVEMBRO/2014, CONFORME OF N 382/IPAJM/GFI/2014.

Governo do Estado do Espírito Santo

Programa de Trabalho

RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00)

ÓRGÃO: 42 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 42101 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CODIGO	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA/ AÇÃO/ FINALIDADE DA AÇÃO/ PRODUTO/ MICRORREGIÃO/ META FÍSICA/ UN MEDIDA	ESF	GND	MOD	IU	FONTE	VALOR
	EDUCAÇÃO						1.971.009.963
	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO						5.347.500
	PLANEJAMENTO, GESTÃO E SUPORTE EDUCACIONAL						5.347.500
42.101.121210721.6089	AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO						5.347.500
	AVALIAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESCOLAR PÚBLICA GERANDO INFORMAÇÕES QUE SUBSIDIEM A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	F F	3-ODC 3-ODC	90 90	0 0	102 131	1.500.000 3.847.500
	------- // -------						
42.101.121220800.0667	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PESSOAL ATIVO						7.800.000
	CUMPRIR COM OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NO INCISO III, ARTIGO 40, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 282, DE 22/04/2004. - CONTRIBUIÇÃO EFETUADA: . ESTADO - 100 PERC	F	1-PES	91	0	102	7.800.000
42.101.121220800.0678	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR						368.914.000
	CUMPRIR COM OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NO PARÁGRAFO 1º, ARTIGO 40, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 282, DE 22/04/2004. - CONTRIBUIÇÃO EFETUADA: . ESTADO - 100 PERC	F	1-PES	91	0	102	368.914.000

A partir do exame do demonstrativo das fontes de receita da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação (UG 420101), extraído do SIGEFES, é possível verificar que a **fonte de recursos denominada "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino"** – principal fonte de recursos da SEDU – contribuiu com **R$ 925.824.679,89** (novecentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais, e oitenta e nove centavos), representando **83,34%** da receita total dessa unidade gestora.

Conforme já demonstrado, **R$ 531.284.997,07** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais, e sete centavos) foram utilizados pela Secretaria de Estado da Educação como aporte financeiro para pagamento de inativos em 2014. Esse valor equivale a **57,39%** do total de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino contemplados no orçamento da SEDU (**R$ 925.824.679,89),** detalhado a seguir segundo as fontes de recursos:

Governo do Estado do Espírito Santo

DES.19 - Dotação/Empenhada/Liquidada/Paga - Por fonte - Até o mês: 14 / 2014

27/04/2015

Unidade Gestora / Fonte / Fonte Completa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
420101 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	**1.032.009.963,00**	**1.289.819.545,65**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	**73.660.066,00**	**67.912.236,00**	**62.922.938,95**	**62.922.938,95**	**62.922.938,95**
0101000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	73.660.066,00	67.903.345,24	62.920.964,59	62.920.964,59	62.920.964,59
0101000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	8.890,76	1.974,36	1.974,36	1.974,36
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**776.889.897,00**	**949.759.305,35**	**925.824.679,89**	**925.824.679,89**	**925.824.679,89**
0102000000 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	140.000.000,00	140.000.000,00	140.000.000,00	140.000.000,00
0102000001 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	776.846.397,00	807.477.880,35	783.563.488,15	783.563.488,15	783.563.488,15
0102000002 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.000.000,00	2.242.715,00	2.242.714,52	2.242.714,52	2.242.714,52
1102000001 - CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMOS DO BIRD - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102000001 - OUTRAS CONTRAPARTIDAS - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	43.500,00	38.710,00	18.477,22	18.477,22	18.477,22
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0114000001 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**60.000.000,00**	**66.231.610,49**	**47.039.905,73**	**47.039.905,73**	**47.039.905,73**
0131000001 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	60.000.000,00	60.000.000,00	42.905.407,90	42.905.407,90	42.905.407,90
0131000002 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	6.231.610,49	4.134.497,83	4.134.497,83	4.134.497,83
132 - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0132000001 - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	**1.500.000,00**	**1.500.000,00**	**150.144,12**	**150.144,12**	**150.144,12**
0133000001 - CONVÊNIOS - UNIÃO	1.500.000,00	1.450.000,00	110.068,55	110.068,55	110.068,55
0133000002 - CONVÊNIOS - UNIÃO	0,00	50.000,00	40.075,57	40.075,57	40.075,57
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0146000001 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	**22.000.000,00**	**22.000.000,00**	**9.806.195,56**	**9.806.195,56**	**9.806.195,56**
0147000000 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0147000001 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	22.000.000,00	22.000.000,00	9.806.195,56	9.806.195,56	9.806.195,56
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	**80.000,00**	**80.000,00**	**53.333,36**	**53.333,36**	**53.333,36**
0148000001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	80.000,00	80.000,00	53.333,36	53.333,36	53.333,36
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	**3.500.000,00**	**3.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0149000001 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	**58.000.000,00**	**58.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0165000001 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	58.000.000,00	58.000.000,00	0,00	0,00	0,00
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	**34.300.000,00**	**32.854.401,72**	**2.592.096,60**	**2.592.096,60**	**2.592.096,60**

Unidade Gestora / Fonte / Fonte Completa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
0166000001 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	34.300.000,00	32.854.401,72	2.592.096,60	2.592.096,60	2.592.096,60
302 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	**0,00**	**2.914.253,47**	**1.887.666,78**	**1.887.666,78**	**1.887.666,78**
0302000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	0,00	2.227.405,25	1.200.818,56	1.200.818,56	1.200.818,56
0302000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	0,00	686.848,22	686.848,22	686.848,22	686.848,22
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**0,00**	**48.153.060,30**	**39.073.043,77**	**39.073.043,77**	**39.073.043,77**
0331000000 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	471.795,82	285.402,73	285.402,73	285.402,73
0331000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	37.607.302,08	29.951.352,46	29.951.352,46	29.951.352,46
0331000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	10.073.962,40	8.836.288,58	8.836.288,58	8.836.288,58
332 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	**0,00**	**6.186,44**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0332000000 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0332000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	6.186,23	0,00	0,00	0,00
0332000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,21	0,00	0,00	0,00
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	**0,00**	**4.327.879,78**	**3.836.119,45**	**3.836.119,45**	**3.836.119,45**
0333000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	4.053.797,79	3.562.037,46	3.562.037,46	3.562.037,46
0333000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	79.947,50	79.947,50	79.947,50	79.947,50
0333000003 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	194.134,49	194.134,49	194.134,49	194.134,49
346 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	**0,00**	**296.692,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0346000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	252.762,90	0,00	0,00	0,00
0346000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	43.929,93	0,00	0,00	0,00
347 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	**0,00**	**19.253.062,19**	**12.139.714,04**	**12.139.714,04**	**12.139.714,04**
0347000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	15.342.757,47	10.073.532,18	10.073.532,18	10.073.532,18
0347000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	3.910.304,72	2.066.181,86	2.066.181,86	2.066.181,86
348 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	**0,00**	**25.457,72**	**13.666,64**	**13.666,64**	**13.666,64**
0348000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	0,00	25.306,09	13.666,64	13.666,64	13.666,64
0348000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	0,00	151,63	0,00	0,00	0,00
349 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	**0,00**	**1.450.237,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0349000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	0,00	1.184.065,16	0,00	0,00	0,00
0349000002 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	0,00	266.172,15	0,00	0,00	0,00
365 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	**0,00**	**11.263.881,95**	**5.541.567,03**	**5.541.567,03**	**5.541.567,03**
0365000000 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0365000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	0,00	11.263.881,95	5.541.567,03	5.541.567,03	5.541.567,03
366 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PAR	**0,00**	**211.280,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0366000001 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PAR	0,00	211.280,10	0,00	0,00	0,00
Total	**1.032.009.963,00**	**1.289.819.545,65**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**	**1.110.881.071,92**

Pois bem.

Ocorre que a legislação federal veda expressamente a utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para pagamento de servidores inativos, conforme se demonstra a seguir a partir da análise da **legislação aplicada aos recursos do FUNDEB (em especial a parcela destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública)**, cuja totalidade das receitas se destina à manutenção e desenvolvimento do ensino, servindo, portanto, de parâmetro normativo no que concerne às vedações legais quanto à aplicação dos recursos públicos, em cumprimento à regra contida no *caput* do art. 212 da Constituição Federal[664], bem como no art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)[665], segundo a qual **o Estado do Espírito Santo deve aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino**.

Colhe-se do inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53[666], de 12 de dezembro de 2006, a exigência primária para que 60% dos recursos do FUNDEB sejam destinados ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício**:

> Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Vide Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
>
> [...]
>
> XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (grifou-se)

Ao regulamentar a Emenda Constitucional 53/2006, disciplinando a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a Lei Federal nº 11.494/2007[667]94 trouxe em seus art. 21 a 23 as seguintes disposições:

CAPÍTULO V
DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

---

664 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

665 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 mai. 2015.

666 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 28 abr. 2015.

667 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 30 abr. 2015.

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, **em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394[668], de 20 de dezembro de 1996**. (grifou-se)

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício na rede pública**. (grifou-se)

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;

III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários[669] previstos em lei, com ônus para o empregador,

668 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

669 O afastamento decorrente da aposentadoria é definitivo – e não temporário –, razão pela qual servidores inativos não podem ser considerados como em efetivo exercício.

> **que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.** (grifou-se)
>
> **Art. 23.** É vedada a utilização dos recursos dos Fundos: (grifou-se)
>
> **I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394[670], de 20 de dezembro de 1996**; (grifou-se)
>
> **II -** como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica.

Regulamentando a Lei Federal nº 11.494/2007, o Decreto Federal nº 6.253[671], de 13 de novembro de 2007, também reproduziu em seus art. 3º, § 3º, e 9º o teor do mandamento constitucional:

> **Art. 3º** Para os fins do disposto no art. 9º, § 1º, da Lei nº 11.494, de 2007, os recursos serão distribuídos considerando-se exclusivamente as matrículas presenciais efetivas nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, da seguinte forma:
>
> **I -** Municípios: educação infantil e ensino fundamental;
>
> **II -** Estados: ensino fundamental e ensino médio; e
>
> **III -** Distrito Federal: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
>
> [...]
>
> **§ 3º Os recursos dos Fundos serão utilizados pelos Municípios, pelos Estados e pelo Distrito Federal em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o disposto nos arts. 70 e 71 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. (grifou-se)
>
> [...]
>
> **Art. 9º** Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica **em efetivo exercício na rede pública**, na forma do art. 22 da Lei no 11.494, de 2007.

Por sua vez, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996[672], Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dispositivos que disciplinam o uso

---

670 Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

671 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em: 30 abr. 2015.

672 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 ami. 2015.

dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, possuem a seguinte redação:

> **Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis**[673], compreendendo as que se destinam a:
>
> **I -** remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
>
> **II -** aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
>
> **III –** uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
>
> **IV -** levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
>
> **V -** realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
>
> **VI -** concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
>
> **VII -** amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
>
> **VIII -** aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
>
> **Art. 71.** Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
>
> **I -** pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
>
> **II -** subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
>
> **III -** formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
>
> **IV -** programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
>
> **V -** obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
>
> **VI -** pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com o intuito de esclarecer o uso dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino disciplinado pelos art. 70 e 71 da LDB, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) incluiu no seu Manual de

[673] O pagamento de benefícios previdenciários não integra os objetivos básicos das instituições educacionais, razão pela qual não pode ser incluído como despesa destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Orientação do FUNDEB[674] instruções acerca da interpretação desses dispositivos, de onde se extrai que tanto a parcela referente aos 60% destinados à remuneração dos profissionais do magistério, quanto os 40% restantes, não podem custear despesas com servidores inativos:

> **4. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PELOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS**
>
> Os recursos do Fundeb devem ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, particularmente na valorização do magistério, devendo ser subdivididos para aplicação, da seguinte forma:
>
> **4.1. PARCELA MÍNIMA DE 60% DO FUNDEB**
>
> Calculada sobre o montante anual dos recursos creditados na conta no exercício, a parcela mínima de 60% do Fundo deve ser destinada à remuneração dos profissionais do magistério **em efetivo exercício na educação básica pública, com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado**, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (grifou-se)
>
> **4.1.1. Remuneração do magistério**
>
> A remuneração compreende o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação básica **em decorrência do efetivo exercício** em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador[675]. De modo geral, os itens que compõem a remuneração, para fins da aplicação do mínimo de 60% do Fundeb, incluem:
>
> - salário ou vencimento;
> - 13º salário, inclusive 13º salário proporcional;
> - 1/3 de adicional de férias;
> - férias vencidas, proporcionais ou antecipadas;
> - gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções de magistério, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia;
> - horas extras, aviso prévio, abono;
> - salário família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador;

674 Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirArquivo&num_ato=00000001&seq_ato=001&sgl_tipo=MFB&vlr_ano=2008&sgl_orgao=FNDE&cod_menu=707&cod_modulo=11. Acesso em: 5 mai. 2015.

675 Esclareça-se que a complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários não se insere no conceito de encargos sociais de responsabilidade do Estado, porquanto o recolhimento de contribuições patronais por parte do ente da federação só ocorre durante o período de efetivo exercício do servidor, já que após a sua passagem para a inatividade, não há mais o recolhimento de contribuição patronal por parte do Estado.

- encargos sociais (Previdência e FGTS) devidos pelo empregador, correspondentes à remuneração paga na forma dos itens anteriores, observada a legislação federal, estadual e municipal sobre a matéria.

Não deve compor a remuneração, para fins de cumprimento da aplicação mínima de 60% do Fundeb, as despesas realizadas a título de:

- profissional de ida e volta para o trabalho;
- auxílio-alimentação ou apoio equivalente;
- apoio financeiro para aquisição de vestuário utilizado no trabalho ou benefício equivalente;
- assistência social, médica, psicológica, farmacêutica, odontológica oferecida diretamente pelo empregador ou mediante contratação de serviços oferecidos por entidades especializadas, sob a forma de planos de saúde ou assemelhados, em suas variadas modalidades e formas de pagamento e cobertura;
- previdência complementar;
- PIS/Pasep;
- Serviços de terceiros, ainda que contratados para substituição de profissionais do magistério.

ATENÇÃO

Os professores terceirizados (vinculados a cooperativas ou outras entidades) que eventualmente estejam atuando sem vínculo contratual direto (permanente ou temporário) com o Estado, Distrito Federal ou Município a que prestam serviços não poderão ser remunerados com a parcela de recursos vinculada à remuneração do magistério, pois esses recursos não se destinam ao pagamento de serviços de terceiros, cuja contratação se dá por meio de processo licitatório próprio. Ressalta-se que o ingresso na carreira de magistério deve dar-se por meio de concurso público de provas e títulos, conforme estabelecem a Constituição Federal (art. 37, II) e a LDB (art. 67, I).

4.1.2. Profissionais do magistério[676]

Compreende os professores e os profissionais que exercem as seguintes atividades de suporte e assessoramento pedagógico, em apoio à docência:

- direção ou administração escolar;
- planejamento;
- inspeção;
- supervisão,
- orientação educacional;
- coordenação pedagógica.

[676] Definição detalhada encontra-se na Resolução nº 01/2008, do Conselho Nacional de Educação.

4.1.3. Efetivo exercício dos profissionais do magistério

Corresponde à atuação efetiva no desempenho das atividades ou funções de magistério, associada à sua regular vinculação contratual, em caráter temporário ou permanente, definida em instrumento próprio, com o ente governamental que o remunera, **não sendo descaracterizada por eventuais afastamentos temporários previstos em lei**, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação contratual existente, como férias, licença gestante ou paternidade, licença para tratamento de saúde, entre outras. (grifou-se)

EXCEÇÕES

Os profissionais do magistério:

- **dos municípios e do Distrito Federal**, cedidos para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o Município/DF onde se localiza, para atuação no segmento das creches e da educação especial (infantil e fundamental) e, nos quatro primeiros anos do Fundo, também na educação pré-escolar, serão considerados, no âmbito do respectivo Município/DF, como em efetivo exercício do magistério, para fins de remuneração com a parcela mínima dos 60% do Fundeb;
- **dos estados** cedidos para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o governo estadual, para atuação na educação especial (fundamental e médio), serão considerados, no âmbito do respectivo governo estadual, como em efetivo exercício do magistério, para fins de remuneração com a parcela mínima dos 60% do Fundeb.

4.1.4. Parcela de até 40% do Fundo

Cumprida a exigência mínima relacionada à garantia de 60% para remuneração do magistério, os recursos restantes (de até 40% do total) devem ser direcionados para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), realizadas na educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB), observado o seguinte critério por ente governamental:

- Estados: despesas com MDE no âmbito dos ensinos fundamental e médio;
- Distrito Federal: despesas com MDE no âmbito da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio;
- Municípios: despesas com MDE no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental.

IMPORTANTE

Nas situações em que os governos estaduais e municipais mantiverem convênios com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma prevista no art. 8º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei nº

11.494/2007, os repasses de recursos do Fundeb a essas instituições, à conta desses convênios, deverão originar-se dessa parcela de 40% do Fundo.

O conjunto de despesas com MDE nas quais essa parcela de 40% do Fundeb deve ser aplicada compreende:

a) Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais da educação, contemplando:

- remuneração e capacitação, sob a forma de formação continuada, de trabalhadores da educação básica, com ou sem cargo de direção e chefia, incluindo os profissionais do magistério e outros servidores que atuam na realização de serviços de apoio técnico-administrativo e operacional, nestes incluída a manutenção de ambientes e instituições do respectivo sistema de ensino básico. Como exemplo, tem-se o auxiliar de serviços gerais (manutenção, limpeza, segurança, preparação da merenda, etc.), o auxiliar de administração (serviços de apoio administrativo), o(a) secretário(a) da escola, dentre outros, lotados e em exercício nas escolas ou órgão/unidade administrativa da educação básica pública;

- remuneração do(a) secretário(a) de Educação do respectivo ente governamental (ou dirigente de órgão equivalente) somente se a atuação deste dirigente se limitar à educação e no segmento da educação básica que compete ao ente governamental oferecer prioritariamente, na forma do art. 211, §§ 2º e 3º da Constituição Federal.

- formação inicial e/ou continuada de professores da educação básica, sendo:

  - formação inicial – relacionada à habilitação para o exercício profissional da docência, em conformidade com o disposto no art. 62 da LDB, que estabelece, para os docentes da educação básica, exigência de formação em nível superior (licenciatura plena, na área exigida) e admite como formação mínima a de nível médio, modalidade normal, para o exercício da docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental;

  - formação continuada – voltada para a atualização, expansão, sistematização e aprofundamento dos conhecimentos, na perspectiva do aperfeiçoamento profissional que, de forma contínua, deve ser promovido pelos estados, Distrito Federal e municípios, mediante programas com esse objetivo, assegurados nos respectivos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério.

  IMPORTANTE:

  - Em relação aos cursos de capacitação utilizados na formação continuada, por se tratar de cursos livres, o MEC não realiza o credenciamento de instituições que os oferecem. No entanto, torna-se necessária a verificação sobre eventuais exigências relacionadas ao funcionamento dessas instituições junto aos Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação. Mas, independentemente de eventuais exigências nesse sentido, é

importante atentar para os aspectos da qualidade e da reconhecida capacidade técnica das pessoas (física ou jurídicas) contratadas para a prestação desses serviços.

- Os profissionais que atuam na assistência social, médico-odontológica, farmacêutica e psicológica oferecida aos alunos da educação básica não poderão ser remunerados e/ou capacitados com os recursos do Fundeb.

b) Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino

- aquisição de imóveis já construídos ou de terrenos para construção de prédios destinados a escolas ou órgãos do sistema de ensino básico;
- ampliação, conclusão e construção de prédios, poços, muros e quadras de esportes nas escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo da educação básica;
- aquisição de mobiliário e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades da educação básica pública (carteiras e cadeiras, mesas, armários, mimeógrafos, retroprojetores, computadores e periféricos, televisores, antenas, etc.);
- manutenção dos equipamentos existentes (máquinas, móveis, equipamentos eletro-eletrônicos, etc.), inclusive com aquisição de produtos/serviços necessários ao seu funcionamento (tintas, graxas, óleos, combustíveis, energia elétrica, assistência técnica, serviços elétricos, mecânicos, hidráulicos, reparos, reformas, reposição de peças, revisões, etc.);
- reforma total ou parcial de instalações físicas (rede elétrica, hidráulica, estrutura interna, pintura, cobertura, pisos, muros, grades, etc.) das instituições de ensino da educação básica.

c) Uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino

- aluguel de imóveis e equipamentos;
- manutenção de bens e equipamentos (mão de obra especializada, materiais e peças de reposição diversas, lubrificantes, combustíveis, reparos, etc.);
- conservação das instalações físicas utilizadas na educação básica (reparos, limpeza, etc.);
- despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto, serviços de comunicação e informática, etc.

d) Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino

- levantamentos estatísticos (relacionados ao sistema de ensino) objetivando o aprimoramento da qualidade e a expansão da educação básica;

- organização de banco de dados, realização de estudos e pesquisas que visem à elaboração de programas, planos e projetos voltados à educação básica.

e) Realização de atividades–meio necessárias ao funcionamento do ensino

- despesas inerentes ao custeio das diversas atividades relacionadas ao adequado funcionamento dos estabelecimentos de ensino da educação básica, entre as quais pode-se destacar: serviços diversos (vigilância, limpeza e conservação, entre outros), aquisição do material de consumo utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema (papel, lápis, canetas, grampos, colas, fitas adesivas, gizes, cartolinas, água, produtos de higiene e limpeza, tintas, etc.).

f) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas

- na LDB encontra-se prevista esta forma de concessão, comumente utilizada no ensino superior. No Fundeb, entretanto, por contemplar o nível básico de ensino, de garantia constitucional integralmente gratuita a todos os cidadãos, não é prevista tal concessão aos alunos beneficiários matriculados na educação infantil e/ou nos ensinos fundamental ou médio.

g) Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos itens acima

- quitação de empréstimos (principal e encargos) destinados a investimentos em educação básica pública (financiamento para construção de escola do ensino fundamental, por exemplo).

h) Aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar

- aquisição de materiais didático-escolares diversos destinados a apoiar o trabalho pedagógico na escola (material desportivo utilizado nas aulas de educação física; acervo da biblioteca da escola, tais como livros, atlas, dicionários, periódicos, etc.; lápis; borrachas; canetas; cadernos; cartolinas; colas, etc.);

- aquisição de veículos escolares apropriados ao transporte de alunos na zona rural, devidamente equipados e identificados como de uso específico nesse tipo de transporte, em observância ao disposto no Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23.09.97). Os tipos de veículos destinados ao transporte de alunos, desde que apropriados ao transporte de pessoas, devem se encontrar licenciados pelos competentes órgãos encarregados da fiscalização e dispor de todos os equipamentos obrigatórios, principalmente no que tange aos itens de segurança. Podem ser adotados tipos, modelos e marcas diferenciadas de veículos, em função da quantidade de pessoas a serem transportadas, das condições das vias de tráfego, dentre outras, podendo, inclusive, ser adotados veículos de transporte hidroviário;

- manutenção de veículos utilizados no transporte escolar, garantindo-se tanto o pagamento da remuneração do(s)

motorista(s) quanto os produtos e serviços necessários ao funcionamento e conservação desses veículos, como combustíveis, óleos lubrificantes, consertos, revisões, reposição de peças, serviços mecânicos, etc.;

- locação de veículos para o transporte de alunos da zona rural, desde que essa solução se mostre mais econômica e o(s) veículo(s) a ser(em) locado(s) reúna(m) as condições necessárias a esse tipo de transporte, de forma idêntica às exigências a serem observadas em relação aos veículos próprios.

IMPORTANTE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996, art. 10, VII, e art. 11, VI, alterada pela Lei n.º 10.709/2003), dispõe que os governos dos estados e dos municípios serão responsáveis pelo transporte escolar dos alunos de suas respectivas redes de ensino.

4.2. IMPEDIMENTOS DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

De modo geral, os recursos do Fundo não podem ser aplicados pelos estados, Distrito Federal e municípios em:

- ações do ensino superior;
- educação oferecida por instituições de ensino de natureza privada que não atendam alunos da educação especial, de creches e pré-escola, e não sejam comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público;
- etapas da educação básica de responsabilidade de outro ente governamental;
- despesas de outros exercícios, ainda que relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica;
- ações não caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

4.2.1. Parcela vinculada à remuneração do magistério (60%)

Considerando a exclusividade de uso da parcela mínima de 60% do Fundeb para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública, essa parcela de recursos **não pode ser destinada ao pagamento de profissionais**:

- integrantes do quadro de magistério do ensino superior ou de etapas da educação básica de responsabilidade de outro ente governamental ou do setor privado (mesmo que de instituição comunitária, confessional ou filantrópica conveniada com o poder público);
- **inativos, mesmo que egressos da educação básica pública**;
- pessoal da educação que não seja integrante do grupo de profissionais do magistério;
- integrantes do magistério que, mesmo em atuação na educação básica, estejam em desvio de função, ou seja, no

exercício de função que não se caracteriza como função de magistério (exemplos: secretária da escola, auxiliar de serviços gerais, agente de vigilância, etc.)

Por oportuno, o referido manual de orientação ainda destaca as penalidades cabíveis no caso de comprovação de irregularidades relacionadas ao FUNDEB:

7.5. PENALIDADES EM CASO DE COMPROVADAS IRREGULARIDADES RELACIONADAS AO FUNDEB

O não cumprimento das disposições legais relacionadas ao Fundeb acarreta sanções administrativas, civis e/ou penais aos responsáveis, cujas penalidades são:

1) para os estados e municípios:

- rejeição das contas, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas competente, com o consequente encaminhamento da questão ao respectivo Poder Legislativo e, caso a rejeição seja confirmada, à autoridade competente e ao Ministério Público;
- impossibilidade de celebração de convênios junto à administração federal (no caso de estados) e junto às administrações federal e estadual (no caso de municípios), quando exigida certidão negativa do respectivo Tribunal de Contas;
- impossibilidade de realização de operações de crédito junto a instituições financeiras (empréstimos junto a bancos);
- perda da assistência financeira da União (no caso de estados) e da União e do Estado (no caso de municípios), conforme artigos 76 e 87, § 6º, da LDB;
- intervenção da União no Estado (CF, art. 34, VII, e) e do Estado no Município (CF, art. 35, III).

2) para o chefe do Poder Executivo:

- sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizados os tipos penais previstos no art. 1º, III e XIV do Decreto-lei nº 201/67 (respectivamente, aplicar indevidamente verbas públicas e negar execução à lei federal). Nestes casos, a pena prevista é de detenção de três meses a três anos. A condenação definitiva por estes crimes de responsabilidade acarreta a perda do cargo, a inabilitação para exercício de cargo ou função pública, eletivos ou de nomeação, pelo prazo de cinco anos (art. 1º, § 2º, Decreto-Lei nº 201/67);
- sujeição a processo por crime de responsabilidade, se caracterizada a negligência no oferecimento do ensino obrigatório (art. 5º, § 4º, LDB);
- sujeição a processo penal se caracterizado que a aplicação de verba pública foi diversa à prevista em lei (art. 315 – Código penal). A pena é de um a três meses de detenção ou multa;
- inelegibilidade, por cinco anos, se suas contas forem rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo

submetida à apreciação do Poder Judiciário (art. 1º, g, Lei Complementar nº 64/90).

Acerca das vedações à utilização de recursos do FUNDEB, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos[677], norma procedimental de observância obrigatória por parte de todos os entes da federação, esclarece:

> **03.01.05 APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
>
> Na Emenda Constitucional n.º 53/2006 e em sua regulamentação houve maior preocupação em detalhar mecanismos eminentemente operacionais, que causavam divergências de entendimento durante a vigência do Fundef. Um exemplo disso refere-se às despesas em que podem ser aplicadas as receitas dos fundos. A lei que regulamentou o Fundef estabelecia que os recursos devessem ser aplicados na "manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental público, e na valorização do seu magistério".
>
> **Na regulamentação do Fundeb se expressa, com clareza, que os recursos deverão ser aplicados na forma do artigo 70 da LDB (art. 21 da Lei nº 11.494/2007), sendo proibidos os gastos citados no art. 71 da LDB (art. 23)**. (grifou-se)
>
> Quanto à parcela destinada à valorização do profissional do magistério, compreendida aquela que será utilizada para pagamento de salários e outras vantagens, **pairavam dúvidas sobre quais seriam os profissionais do magistério, sobre a possibilidade de estender as vantagens a profissionais alheios ao quadro de efetivos e, finalmente, sobre a utilização desta fonte para fazer face às folhas de pagamento de professores aposentados**. (grifou-se)
>
> A Lei nº 11.494/2007 trata dessas questões em seu art. 22:
>
> > *Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.*
> >
> > *Parágrafo único: Para os devidos fins do disposto no caput, considera-se:*
> >
> > *I – remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município,*
> >
> > *conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;*
> >
> > *II – profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica; e*

[677] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_III_-_PCE.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.

> *III – efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.*

Com essa medida, o legislador:

1. Admite a inclusão de profissionais contratados temporariamente;

2. Define remuneração como sendo o total de pagamentos efetuados aos profissionais, incluindo-se os encargos sociais;

3. Expressa a proibição da utilização desta verba para pagamento de inativos. (grifou-se)

Em complemento à linha argumentativa traçada, reproduz-se trecho do documento intitulado Subsídios ao Ministério Público para Acompanhamento do FUNDEB[678], elaborado em conjunto pelo Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal – CNPG e Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude e de Educação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal – FONCAIJE, sobre os **procedimentos necessários à abertura de investigação para apuração da aplicação dos recursos do FUNDEB em ações que não são caracterizadas como Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública**:

> **11.9. Aplicação dos recursos do Fundeb em ações que não são caracterizadas como Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública**
>
> O artigo 212 da Constituição Federal determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino. A definição de quais despesas podem ser caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, encontra-se delineada no art. 70 da LDB, que também se aplica à parcela de recursos do Fundeb (artigo 21 da Lei nº 11.494/2007), **razão pela qual quaisquer despesas realizadas com finalidade diversa encontram-se em discordância com o ordenamento que regulamenta o Fundo, conforme rol exemplificativo, constante do art. 71 da LDB**. (grifou-se)
>
> Deve-se enfatizar que os recursos do Fundeb devem ser direcionados apenas no custeio das despesas efetuadas no âmbito da etapa da educação básica de atuação prioritária do respectivo ente federado.
>
> O Ministério Público tem ressaltado que o custeio de serviços de vigilância, uniforme escolar, pavimentação das ruas de acesso à escola, professores que se encontrem atuando na função de bibliotecário, edificação de quadras esportivas em praça pública,

678 Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirArquivo&num_ato=00000001&seq_ato=001&sgl_tipo=SMP&vlr_ano=2009&sgl_orgao=FNDE&cod_menu=708&cod_modulo=11. Acesso em: 05 mai. 2015.

dentre outras comumente praticadas, não são consideradas como passíveis de realização com recursos do Fundeb.

Documentação necessária à abertura de investigação da ilicitude:

- Ao Chefe do Poder Executivo:

a) balancete ou balanço financeiro analítico e consolidado que contemple as despesas com educação no período investigado;

b) cópias dos demonstrativos contábeis e gerenciais (balancete financeiro mensal, demonstrativo dos recursos públicos destinados à educação, resumos da execução da receita e da despesa orçamentária - agrupados mês a mês) relativas ao período investigado, assim como prova da publicação do relatório bimestral resumido da execução orçamentária (§ 3º do artigo 165 da Constituição Federal);

c) ato de designação ou indicação do responsável pela movimentação da conta única e específica do Fundo;

d) cópias das fichas financeiras e/ou resumos financeiros individuais de todos os profissionais em efetivo exercício no magistério da educação básica pública, prioritária, bem como, dos demais profissionais que exerceram atividades meio, relativas ao período investigado, mês a mês;

e) relação dos profissionais do magistério da educação básica pública, prioritária, onde conste o nome, cargo, função, lotação e remuneração, do exercício a ser investigado, devidamente assinada pelos responsáveis na emissão e elaboração da folha de pagamento. A relação deverá ser apresentada de forma impressa e por meio magnético;

f) cópias dos resumos mensais das folhas de pagamento, detalhados por rubrica, referentes ao período investigado;

g) documentos comprobatórios do investimento na capacitação de professores leigos, se houver, referentes ao exercício a ser investigado;

h) cópias de todos os documentos referentes às despesas realizadas nas rubricas das dotações orçamentárias do Fundeb, tais como: notas de empenhos, liquidações, ordens de pagamentos, cópias de cheques, guias de recolhimento dos encargos sociais com autenticação bancária, notas fiscais e outros documentos ou esclarecimentos tidos como necessários, cujas cópias deverão ser encaminhadas separadamente, mês a mês;

i) cópia integral de procedimentos licitatórios realizados no período investigado, caso tenha sido realizada alguma modalidade de licitação;

j) caso existam valores inscritos na rubrica “restos a pagar”, no exercício investigado, deverão ser encaminhados, separadamente, os empenhos que indiquem e comprovem a referida inscrição, bem como os documentos que comprovem e justifiquem o efetivo pagamento da despesa, tais como: liquidações, ordens de pagamentos, cópias de cheques, guias de recolhimento dos encargos

sociais com autenticação bancária, notas fiscais ou outros documentos que comprovem a despesa;

k) na ocorrência de sobras de recursos do exercício investigado, deverão ser encaminhadas cópias dos documentos que comprovem a sua aplicação no primeiro trimestre do exercício seguinte;

l) certificado de regularidade profissional, emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade, do contador responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis;

m) dados de identificação civil (nome, CPF e RG) do Chefe do Poder Executivo que exerceu o mandato eletivo no período investigado.

- À Secretaria de Educação:

a) relação onde conste o nome de todas as escolas públicas pertencentes à rede de ensino do respectivo ente governamental, assim como o nome dos ocupantes dos cargos de direção, administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação pedagógica e docência, indicando a modalidade de ensino em que atuaram durante o período investigado, o cargo, a função, a lotação e a remuneração (mês a mês), bem assim dos demais profissionais da educação. Tal relação deverá ser impressa e assinada pelo responsável por sua elaboração e pelo Secretário de Educação, além de ser encaminhada por meio magnético.

- Ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb:

a) cópias das atas e pareceres, mensais, relativas à prestação de contas do período investigado.

- À Agência Bancária:

a) cópias dos extratos bancários da conta específica do Fundeb, relativas ao período investigado.

- Ao Tribunal de Contas:

a) cópia da instrução e parecer técnico emitido pela Diretoria de Contas Municipais do Tribunal de Contas competente (do Estado ou Município);

b) cópia do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Portanto, não mais subsistiram dúvidas quanto à expressa proibição de utilização de verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino para pagamento de inativos, sejam elas provenientes ou não do FUNDEB.

Desse modo, caso seja confirmada a utilização de recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino como reforço de caixa para quitar obrigações financeiras do governo do Estado perante o regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo, independentemente de serem ou não originários do FUNDEB, **a quantia usada para pagar benefícios previdenciários deve ser excluída do cálculo do percentual mínimo de gastos com educação, previsto no**

art. 212 da Constituição Federal[679], porquanto em nada contribuiu para a manutenção e desenvolvimento do ensino ou para a valorização dos profissionais do magistério da educação básica, enquanto em atividade.

Caso a exclusão mencionada importe o não atingimento do percentual mínimo previsto na Carta Magna, além dos consectários legais pelo descumprimento do mandamento constitucional, a diferença a menor constatada, estimada em **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), deve ser reinvestida pelo Estado na área da educação, não podendo ser incluída no cálculo do percentual mínimo do exercício em que for aplicada por se tratar de débito oriundo de exercício anterior.

Registre-se que o elevado – e necessário – rigor aplicado ao controle da gestão dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino – entre eles os provenientes do FUNDEB, caracterizado na lei orçamentária anual pela exclusão das suas receitas da receita líquida do Estado –, deve exigir dos gestores públicos e dos órgãos de controle cautelas adicionais por se tratar de investimento direcionado à área prioritária.

Importante ressaltar, ainda, que, em relação aos servidores inativos, o Estado do Espírito Santo não recolhe contribuição patronal para o RPPS, consoante estabelece o art. 40, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[680], haja vista que todo o investimento destinado à formação da reserva financeira, garantidora do pagamento de benefícios previdenciários, deve ser realizado durante o período de atividade dos servidores – e não após a sua aposentadoria –, razão pela qual a valorização dos profissionais do magistério, cujo objetivo principal consiste em promover a melhoria das condições de ensino **em sala de aula**, mostra-se ineficaz quando aplicada aos profissionais que não se encontram mais em efetivo exercício.

Certamente, despesas realizadas com o pagamento de proventos a professores aposentados e pensionistas não são capazes de promover a manutenção e o desenvolvimento do ensino em sala de aula. Ademais, o expressivo e desproporcional valor dispendido de recursos com atividades

---

679 **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

680 **Art. 40 -** O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
[...]
III - contribuição mensal compulsória do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de 22% (vinte e dois por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição do respectivo segurado ativo, de que trata o inciso I deste artigo. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

secundárias na área da educação suscita uma reflexão[681] sobre o modelo educacional adotado no Estado do Espírito Santo, conforme pontua o Professor Roberto Garcia Simões em artigo publica no Jornal A Gazeta, edição de 14 de abril de 2015:

OPINIÃO 15
TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2015 A GAZETA

Roberto Garcia Simões
É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simoes@ufes.br

No chamado orçamento considerável da educação estadual de R$ 2 bilhões, a educação conta pouco, especialmente o que é essencial ao aprendizado

Pobre sala de aula

No orçamento da Secretaria de Estado da Educação, educação contempla o quê? O custo aluno do ensino médio abrange quais itens? Observa-se no trabalho que relaciona o Enem 2013 e o custo aluno (IABDADOS): "É possível que em alguns estados os custos incluam gastos com aposentados; a rigor esses custos não deveriam ser incluídos nos custos correntes do sistema educacional". Logo, comparações entre Enem e custo do aluno no ensino médio precisam considerar os estados que incluem aposentados no orçamento da educação – o que não é informado no referido trabalho.

No orçamento 2015 da Sedu, o maior valor é para "Contribuição Previdenciária Complementar": R$ 446,2 milhões – expressivos 22% do total de R$ 2 bilhões. Há outras "contribuições" afins: a) previdência complementar (Preves); b) "patronal ao fundo previdenciário – pessoal ativo"; e c) "patronal ao fundo previdenciário dos profissionais" (médio, profissional, EJA...). Nessa "torre de babel", os aposentados estão incluídos nos R$ 446,2 milhões? Influenciam o elevado "custo aluno" no ES?

Três outros itens possibilitam o funcionamento da escola, mas não têm influência direta na sala de aula. Não podem ser desconsiderados, pois tornam a escola acessível, complementam a baixa renda de famílias e buscam conter a "entrada" das violências das ruas. É mais uma evidência de que nem todo o dinheiro do orçamento da educação é para educação.

Assim, transporte escolar, alimentação e "serviços terceirizados para unidades escolares" (incluindo o alto valor da segurança) chegam a R$ 326,8 milhões, e correspondem a 16% do total.

Contrastando os valores indiretos acima com os que têm impacto direto na sala de aula, a "remuneração dos profissionais do magistério do ensino médio" é R$ 248 milhões – 12% do total de R$ 2 bilhões; no tipo de ensino que não é a principal atribuição da Sedu, a "remuneração de profissionais do ensino fundamental" ultrapassa R$ 354 milhões.

No ensino médio, a indigência de recursos na veia da educação é notória: a) "valorização das boas práticas de educação": R$ 638 mil; b) "melhoria do desempenho escolar dos estudantes do ensino médio": R$ 534 mil; c) "aperfeiçoamento da gestão escolar": pouco mais de R$ 900 mil; e d) "formação dos profissionais do magistério": R$ 2 milhões.

No chamado orçamento considerável da educação estadual de R$ 2 bilhões, a educação de fato conta pouco, especialmente o que é essencial ao aprendizado na sala de aula.

[681] Atualmente, encontra-se em debate na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo o projeto Escola Viva, proposto pelo governo do Estado.

Para que se tenha uma ideia do impacto negativo da inclusão indevida da complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões no cômputo das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, caso o governo do Estado tivesse seguido rigorosamente a legislação federal no exercício de 2013 – o que parece não ter ocorrido –, não se teria atingido o **percentual mínimo** previsto no art. 212 da Constituição Federal, conforme se passa a demonstrar.

De acordo com a área técnica do TCEES, o **valor mínimo** que deveria ser aplicado pelo governo do Estado com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), correspondente a **25%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, foi calculado em **R$ 2.141.489.487,84** (dois bilhões, cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, e oitenta e quatro centavos).

Por sua vez, o valor efetivamente aplicado em MDE no exercício de 2013 alcançou **R$ 2.424.334.563,20** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais, e vinte centavos), equivalentes a **28,30%**, sendo, portanto, superior ao valor mínimo aferido com base no art. 212 da Constituição Federal, consoante se infere do item 6.1.5.7 do Relatório Técnico da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo[682], referente ao exercício de 2013:

> **6.1.5.7 Detalhamento dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**
>
> Apurados os limites mínimos de aplicação de recursos públicos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e no FUNDEB (Gasto total no FUNDEB e Gasto na Remuneração dos Profissionais), faz-se necessário comparar e averiguar o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais pertinentes à matéria. A Tabela 6.13 demonstra essa situação.

[682] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=wz_iBVjBKsE%3d&tabid=1777&portalid=14&mid=3106. Acesso em: 24 abr. 2015.

Tabela 6.13 - Limites Constitucionais e Aplicações Efetivas no Ensino - Exercício 2013

DESCRIÇÃO	%	TOTAL
Base de Cálculo		
Receita Líquida Impostos e Transf. Contitucionais		8.565.957.951,36
Transferências Recebidas do FUNDEB		863.646.286,46
Aplicação Mínima		
I - Valor Mínimo a ser Aplicado no Ensino	25,00%	2.141.489.487,84
II - Remuneração dos Prof. do Magistério	60,00%	518.187.771,88
III - Valor Mínimo a ser Aplicado (Rec. do FUNDEB)	100,00%	863.646.286,46
Aplicação Efetiva		
I - Valor Efetivamente Aplicado no Ensino	28,30%	2.424.334.563,20
II - Gasto Efetivo com Rem. Magistério	82,19%	709.792.355,40
III - Valor Efetivamente Aplicado - FUNDEB	100,02%	863.847.746,25
III.a - Exercício 2013	97,72%	843.938.595,51
III.b - Exercício 2014	2,31%	19.909.150,74
Aplicação Superavitária/Deficitária		
I - No Ensino Total	*3,30%*	*282.845.075,36*
II - Remuneração dos Prof. do Magistério	*22,19%*	*191.604.583,52*
III - Dos recursos recebidos do FUNDEB	*0,02%*	*201.459,79*

Fonte: RREO 6º Bi 2013 – Processos: TC 3.068/2014.

As despesas aferidas pela área técnica do TCEES com manutenção e desenvolvimento do ensino foram explicitadas no item 6.1.5.3 do mesmo relatório:

6.1.5.3 Gasto Efetivo com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Tabela 6.8, a seguir apresenta as despesas efetivamente realizadas pelo Governo do Estado com ensino, no exercício de 2013.

Tabela 6.8 - Gastos com o Ensino - Exercício 2013

DESPESAS COM ENSINO	VALORES (Jan-Dez / 2013)
DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	
Vinculadas às demais Receitas de Impostos	**843.279.720,95**
Com Educação Infantil	0,00
Com Ensino Fundamental	103.713.464,87
Com Ensino Médio	116.324.955,90
Com Educação Jovens e Adultos	2.178.145,22
Com Educação Especial	1.079.891,61
Com Educação Superior	7.634.854,88
Com Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	23.779.146,46
Outras Despesas com Ensino	588.569.262,01
Vinculadas ao FUNDEB	**874.857.525,10**
Com Educação Infantil	0,00
Com Ensino Fundamental	415.032.721,03
Com Ensino Médio	362.677.637,84
Com Educação Jovens e Adultos	47.072.624,99
Com Educação Especial	50.074.541,24
Com Educação Superior	0,00
Com Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	0,00
Outras Despesas com Ensino	0,00
SOMATÓRIO (Vinculdas às demais Receitas + Vinculadas ao FUNDEB)	**1.718.137.246,05**

Desp. Custeadas com a Aplic. Fin. De Outros Rec. De Imp. Vinc. Ao Ensino	794.662,04
Desp. Custeadas com a Contr. Social do Salário-Educação	48.561.147,65
Desp. Custeadas com Recursos de Operações de Crédito	0,00
Desp. Custeadas com Outras Receitas para Financiamento do Ensino	62.399.441,44
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	1.829.892.497,18
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (GANHO/PERDA) - VALOR LÍQUIDO	
[se II > I] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	759.804.724,43
[se I > II] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00
DEDUÇÕES DAS DESPESAS	
Parcela do Ganho/Complem. FUNDEB aplicada no exercício	0,00
RP Processados Cancelados em 2013 - Computados na Educação	519.020,89
Despesas Excluídas *(Cf. RREO 6º bi 2013)*	53.088.386,39
TOTAL DE DEDUÇÕES	53.607.407,28
RESULTADO DAS DESPESAS COM ENSINO	2.424.334.563,20

Fonte: RREO 6º BI 2013 - Processo: TC 707/2014.

No valor apurado de **R$ 2.424.334.563,20** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais, e vinte centavos) estão incluídos **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos) referentes à complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões de servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação, transferidos ao Fundo Financeiro tendo por fonte de recurso “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”, conforme se constata no demonstrativo extraído do portal da transparência do governo do Estado:

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **05/05/2015**

Período da consulta: **01/01/2013 a 31/12/2013**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 481.691.945,53**
Total Liquidado:	**R$ 481.691.945,53**
Total Pago:	**R$ 481.221.119,95**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	472.250.380,94	472.250.380,94	472.250.380,94

Subtraindo-se o valor de **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos) do total apurado de **R$ 2.424.334.563,20** (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais, e vinte centavos), tem-se um valor efetivo gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino de **R$ 1.952.084.182,26** (um bilhão, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitenta e quatro mil, cento e oitenta e dois reais, e vinte e seis centavos), equivalentes a apenas **22,79%**, percentual inferior aos **25%** exigidos pela Constituição Federal, calculados pela equipe técnica do TCEES em **R$ 2.141.489.487,84** (dois bilhões, cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, e oitenta e quatro centavos).

Salvo melhor juízo, o descumprimento da legislação federal por parte do governo do Estado teve como escudo o art. 21 da Resolução TC 238/2012[683], de 15 de maio de 2012, publicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), que, conforme se colhe de sua ementa, instituiu *"novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07*".

A utilização da Resolução TC 238/2012 no cálculo das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino restou consignada no item 5.2.4.8 do Relatório Técnico da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo[684], referente ao exercício de 2013:

> **5.2.4.8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 (Lei nº 9.394, de 20/12/96)**
>
> O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) tem sua apresentação decorrente do ordenamento jurídico. O artigo 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O artigo 165 da Constituição determina a publicação, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Adicionalmente, o artigo 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa o seu alcance. Constitui também fator determinante para a elaboração do demonstrativo o disposto no artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
>
> O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao Ensino, as despesas com a

683 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/Res238-FUNDEB.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.

684 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=wz_iBVjBKsE%3d&tabid=1777&portalid=14&mid=3106. Acesso em: 24 abr. 2015.

MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Registra-se que foi considerada a Resolução TCEES nº 238/2012 para o preenchimento deste Anexo do RREO. (grifou-se)

Limite Constitucional de Gasto Mínimo com Educação - MDE

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 212 que o Estado deve aplicar anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências e excluídos os valores repassados constitucionalmente aos municípios.

Assim, esta Comissão efetuou a analise do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8, com base na metodologia de apuração definida no Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, **considerando a Resolução TCEES nº 238/2012 para o preenchimento deste Anexo do RREO.** (grifou-se)

Dentre as inovações trazidas por essa resolução, as disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21, com a redação dada pela Resolução TC 260/2013[685], permitiram que as despesas do Estado e dos municípios com a contribuição complementar (aporte) destinada a cobrir déficit financeiro do RPPS, no tocante aos inativos e pensionistas originários da educação, custeados, quando em atividade, com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, fossem consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, *verbis*:

Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º[686], 9º[687], 11[688], 12[689], 15[690] e 16[691], desta Resolução, deverão ser

685 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Biblioteca/AtosNormativos/Res260-2013%20Altera%20Res%20238-12.pdf. Acesso em: 05 mai. 2015.

686 **Art. 8º** O Governo do Estado deverá providenciar a manutenção, junto ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, de conta corrente específica denominada Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**.
§ 1º Essa conta receberá a cota-parte do Estado, conforme os critérios estabelecidos na Lei n° 11.494/07, devendo a mesma ser movimentada pelo Secretário Estadual da Educação e por outro servidor designado para tal finalidade.
§ 2º A Secretaria de Estado da Educação - SEDU providenciará para que a instituição financeira aplique os saldos disponíveis na conta corrente, cuja perspectiva de utilização seja superior a quinze dias, em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados, exclusivamente, para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.
§ 3º A conta do Fundo somente poderá ser movimentada para o pagamento de despesas referentes à manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, para as aplicações financeiras citadas no § 2º do artigo 8.º e transferência para conta corrente citada no art. 9º desta Resolução.
§ 4º Os recursos recebidos à conta do Fundo serão aplicados pelo Estado exclusivamente no respectivo âmbito de atuação prioritária, conforme estabelecido no § 3º do art. 211 da CF;

687 **Art. 9°** Fica facultado ao Governo do Estado providenciar a abertura e manutenção, em qualquer outra instituição financeira oficial, conforme disposto no art. 164, § 3º da CF, de conta corrente específica para pagamento das despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, denominada Fundo de Educação Básica Estadual – **FUNDEB-Estado**, vinculada à conta do **FUNDEB**, desde que atendidos todos os ditames estabelecidos nos parágrafos do art. 8º desta Resolução.
§ 1º Caso o Governo do Estado opte pela faculdade prevista no caput do art. 9º, todos os pagamentos de despesas referentes à manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação deverão ser efetuados exclusivamente por meio dessa conta.

§ 2º Permanece a obrigatoriedade da aplicação de todos os saldos dessa conta, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação.

688 **Art. 11** Cada Prefeitura Municipal deverá providenciar a manutenção, junto ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, de conta corrente específica, denominada Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**.

§ 1º Essa conta receberá a cota-parte do Município, conforme os critérios estabelecidos na Lei n° 11.494/07, devendo a mesma ser movimentada mediante as assinaturas do prefeito e do secretário municipal de educação, e, no caso de desconcentração administrativa, pelo secretário municipal de educação e outro servidor designado para tal finalidade. Em ambos os casos, os signatários responderão solidariamente pelas despesas efetuadas.

§ 2º Cada Secretaria Municipal de Educação providenciará para que a instituição financeira aplique os saldos disponíveis na conta corrente, cuja perspectiva de utilização seja superior a quinze dias, em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.

§ 3º A conta do Fundo somente poderá ser movimentada para o pagamento de despesas referentes à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, para as aplicações financeiras citadas no § 2º deste artigo e transferência para conta corrente citada no art. 12 desta Resolução.

§ 4º Os recursos recebidos à conta do Fundo serão aplicados pelo Município exclusivamente no respectivo âmbito de atuação prioritária, conforme estabelecido no § 2º do art. 211 da CF;

689 **Art. 12** Fica facultado a cada Prefeitura Municipal providenciar abertura e manutenção, em qualquer outra instituição financeira oficial, conforme disposto no art. 164, § 3º da CF, de conta corrente específica para pagamento das despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, denominada Fundo de Educação Básica Municipal – **FUNDEB-Município**, vinculada à conta do **FUNDEB**, desde que atendidos todos os ditames estabelecidos nos parágrafos do art. 11 desta Resolução.

§ 1º Caso a Prefeitura Municipal opte pela faculdade prevista no caput do art. 12, todos os pagamentos de despesas referentes à manutenção e o desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação deverão ser efetuados exclusivamente por meio dessa conta.

§ 2º Permanece a obrigatoriedade da aplicação de todos os saldos dessa conta, exclusivamente, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação.

690 **Art. 15** Além da conta referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**, fica o Estado obrigado a manter outra conta, vinculada à Secretaria de Estado da Educação - SEDU, denominada **MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Estadual**.

§ 1º Essa conta prevista no caput do art. 15 deverá ser movimentada pelo Secretário Estadual da Educação e por outro servidor expressamente designado para tal finalidade. Os signatários responderão solidariamente pelas despesas efetuadas, nos termos da lei.

§ 2º Nessa conta prevista no caput do art. 15 serão depositados, no mínimo, a diferença entre os recursos previstos no art. 212 da CF, aplicados conforme a base de cálculo definida no inciso I e no Parágrafo único do art. 3º desta Resolução, e os recursos que foram destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB** a serem utilizados, prioritariamente, no ensino fundamental e médio, conforme disposto no art. 10, VI da Lei nº 9.394/96, dentro do exercício financeiro em que foram creditados.

§ 3º O repasse dos valores referidos no § 2º do artigo 15 deverá ocorrer imediatamente nos prazos estabelecidos no § 5º do art. 69 da Lei n° 9394/96, de 20.12.96.

§ 4º A Secretaria de Estado da Educação - SEDU providenciará para que a instituição financeira em que estejam depositados os recursos de que trata o § 2º do artigo 15 aplique, diariamente, os saldos disponíveis na conta corrente em fundos de aplicação de curto prazo ou em operações de mercado aberto lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados prioritariamente no ensino fundamental e médio, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.

691 **Art. 16** Além da conta referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**, fica o Município obrigado a manter outra conta, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, denominada **MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**.

§ 1º Essa conta prevista no caput do art. 16 deverá ser movimentada mediante as assinaturas do prefeito e do secretário municipal da educação, e, no caso de desconcentração administrativa, pelo secretário municipal de educação e outro servidor expressamente designado para tal finalidade. Em ambos os casos, os signatários responderão solidariamente pelas despesas efetuadas, nos termos da lei.

§ 2º Nessa conta prevista no caput do art. 16 serão depositados, no mínimo, a diferença entre os recursos previstos no art. 212 da CF, conforme a base de cálculo definida no inciso II do art. 3º desta Resolução, e os recursos que foram destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB** a serem aplicados, exclusivamente, no ensino infantil e fundamental, conforme disposto no art. 11, V da Lei nº 9.394/96, dentro do exercício financeiro em que foram creditados.

§ 3º O repasse dos valores referidos no § 2º do artigo 16 deverá ocorrer imediatamente nos prazos estabelecidos no § 5º do art. 69 da Lei n° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

§ 4º A Secretaria Municipal de Educação providenciará para que a instituição financeira em que estejam depositados os recursos de que trata o § 2º do artigo 16 aplique, diariamente, os saldos disponíveis na conta corrente em fundos de aplicação de curto prazo ou em operações de mercado aberto lastreadas em títulos da dívida pública, sendo os seus resultados financeiros utilizados, exclusivamente no ensino infantil e fundamental, dentro do exercício financeiro em que foram auferidos.

aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70[692], respeitadas as vedações impostas pelo art. 71[693], ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º As despesas com as contribuições previdenciárias de responsabilidade dos entes, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos vinculados ao ensino, poderão ser custeadas com os recursos das respectivas contas bancárias de que trata o caput do artigo 21.

§ 2º O cômputo de que trata o § 1º do artigo 21, em relação ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, condiciona-se ao atendimento, por parte do respectivo ente estatal, dos parâmetros, critérios e alíquotas definidas em lei específica, bem como ao limite estabelecido no caput do art. 2º, da Lei nº 9.717/98, alterada pela Lei nº 10.887/04.

§ 3º As despesas com inativos e pensionistas, originários da educação, não poderão ser custeadas com os recursos de que trata o caput do artigo 21.

§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originários da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução. (grifou-se)

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013) (grifou-se)

692 **Art. 70.** Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

693 **Art. 71.** Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

De acordo com os dispositivos destacados, os gestores públicos estaduais e municipais estariam autorizados pelo TCEES a computarem como manutenção e desenvolvimento do ensino os recursos destinados a saldar suas obrigações financeiras previdenciárias com a complementação (aporte) da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação.

Sem sombra de dúvidas, esse posicionamento colide frontalmente com todo o arcabouço normativo que regula o correto uso dos recursos públicos vinculados à educação, exaustivamente apresentado neste requerimento. Em outras palavras, ao aplicar os dispositivos citados, o TCEES estaria autorizando o uso inadequado do dinheiro público, tornando-se igualmente responsável pela aplicação insuficiente e irregular de recursos na área da educação, porquanto no âmbito da jurisdição do TCEES, os §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012 podem ser utilizados como óbice à responsabilização ao gestor público que descumpra a legislação federal, conferindo espécie de salvo conduto para o cometimento de irregularidades na gestão dos recursos públicos destinados à educação.

Por oportuno, acrescente-se que mesmo a aplicação do percentual "mínimo" na área da educação pode não ser suficiente para o fornecimento de um ensino público de qualidade, mormente diante do valor reduzido da remuneração dos professores estaduais e do grande número de contratações temporárias irregulares[694], conforme evidenciam dados coletados do portal da transparência do governo do Estado, referentes ao mês de dezembro de 2014 das unidades gestoras FUNDEB (UG 420120) e Secretaria de Estado da Educação (UG 420101):

694 A irregularidade em tela consiste na substituição da formação de um quadro de servidores efetivos por repetidas contratações temporárias.

Pessoal

Despesas por Órgão e Vínculo → Mês → Órgão → **Tipo de Vínculo**

Dados atualizados até: **31/03/2015**

Total de gastos com pessoal em **2014**:	**R$ 3.143.856.968,28**
Total de gastos com pessoal no mês de **Dezembro**:	**R$ 370.129.236,49**
Total de remunerações pagas pelo órgão **FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB** :	**R$ 113.545.149,26**

Tipo do Vínculo	Qde de Servidores	Total
CONTRATO TEMPORARIO	16738	79.508.287,45
EFETIVO	6415	27.240.645,29
EFETIVO/COMISSIONADO	1	9.109,41
EFETIVO/FUNÇÃO GRATIFICADA	400	2.629.217,73
EFETIVO/FUNÇÃO NÃO REMUNERADA	847	4.157.889,38

Total de gastos com pessoal em **2014**:	**R$ 3.143.856.968,28**
Total de gastos com pessoal no mês de **Dezembro**:	**R$ 370.129.236,49**
Total de remunerações pagas pelo órgão **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** :	**R$ 12.729.191,40**

Tipo do Vínculo	Qde de Servidores	Total
EFETIVO	1062	5.509.710,28
CONTRATO TEMPORARIO	1469	5.016.651,75
ESTAGIARIO	1083	626.644,66
EFETIVO/COMISSIONADO	74	583.842,34
COMISSIONADO	150	568.437,47
BOLSA F PRONATEC DOC	221	152.912,08
VOLUNTARIO ALFABETIZ	208	79.078,00
EFETIVO/FUNÇÃO GRATIFICADA	11	72.804,81
EFETIVO/FUNÇÃO NÃO REMUNERADA	11	41.238,80
TIPO CARGO/FUNCAO NAO ENCONTRADO.	31	33.452,80
REQUISITADO	5	26.290,10
VOLUNTARIO MILITAR	6	18.128,31

3 CONCLUSÃO

Posto isso, **CONSIDERANDO** que o art. 56, inciso XI, da Constituição do Estado do Espírito Santo[695], atribui à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a competência exclusiva para realizar, **sob o ponto de vista técnico-político**, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Governador;

CONSIDERANDO que o art. 71, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo[696], bem como o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[697], estabelecem a competência do Tribunal de Contas para, no exercício do controle externo, apreciar, **sob o ponto de vista exclusivamente técnico**, as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de Parecer Prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento, fornecendo subsídios para o julgamento por parte do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o maior interessado na aferição da regularidade da gestão do Governador do Estado é a sociedade que o elegeu, razão pela qual os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo são submetidos ao crivo do Parlamento Estadual, legítimo representante do povo capixaba;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar o controle social da gestão administrativa do Estado, permitindo-se a participação direta do cidadão no processo de julgamento das contas públicas;

CONSIDERANDO que o art. 72, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012[698], prescreve que a composição das contas prestadas pelo Governador do Estado observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que o art. 105, § 1º, do Regimento Interno do TCEES[699], preceitua que as contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública;

---

695 **Art. 56** É de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, além de zelar pela preservação da sua competência legislativa em face de atribuição normativa dos outros Poderes:
[...]
XI - julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

696 **Art. 71** O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento; (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).

697 **Art. 1º** Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:
[...]
II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, com a emissão de parecer prévio no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento;

698 **Art. 72.** As contas anuais do Governador serão examinadas pelo Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento.
§ 1º A composição das contas a que se refere o caput observará o disposto no Regimento Interno e em atos normativos do Tribunal de Contas.
[...]

699 Art. 105. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu regular recebimento.
§ 1º As contas apresentadas pelo Governador abrangerão a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.
[...]

CONSIDERANDO que, de acordo com os critérios de indicação previstos no art. 107 do Regimento Interno do TCEES, o Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges irá relatar as constas do Governador do Estado referentes ao exercício financeiro de 2014;

CONSIDERANDO que, à luz do que preconiza o art. 108 do Regimento Interno do TCEES[700], além dos elementos contidos nas contas prestadas, o Relator poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio da unidade técnica competente, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório;

CONSIDERANDO que o art. 109 do Regimento Interno do TCEES[701] estabelece que a unidade técnica competente procederá ao acompanhamento sistemático da gestão fiscal consolidada do Estado e das unidades gestoras, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se refere, para fins de obtenção de subsídios para elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais do Governador, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator;

CONSIDERANDO que o art. 118 do Regimento Interno do TCEES[702] preconiza que o Parecer Prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas, nos termos do art. 132 deste mesmo diploma normativo[703];

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 113, § 2º, do Regimento Interno do TCEES[704], havendo indícios de irregularidade, o Plenário poderá

---

700 Art. 108. O Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar, por intermédio de unidade técnica competente, fiscalizações que entenda necessárias à elaboração do seu relatório.

701 Art. 109. A unidade técnica competente procederá ao acompanhamento sistemático da gestão fiscal consolidada do Estado e das contas das unidades gestoras, periodicamente, no decorrer do exercício financeiro a que se refere, para fins de obtenção de subsídios para a elaboração do relatório técnico sobre as contas anuais de Governo, sem prejuízo da observância das diretrizes que forem estabelecidas pelo Relator.

702 Art. 118. O parecer prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com os princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalva ou rejeição das contas.
§ 1º O parecer prévio conterá registros sobre a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos estaduais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.
[...]

703 Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;
II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

704 Art. 113. O Relator terá prazo de trinta dias corridos para apresentar o relatório técnico sobre o exame das contas, contados da data de entrada dos documentos respectivos no Tribunal, observado o disposto no § 1º do art. 106 deste Regimento.

determinar a oitiva do Governador, ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução TC 273/2014[705] reza que os demonstrativos contábeis, os relatórios de gestão e as demais peças e documentos que constituem os processos de tomadas ou prestações de contas serão analisados e instruídos pela área técnica de acordo com as normas legais e constitucionais e as disposições contidas nesta resolução, observando o Regimento Interno, a Instrução Normativa 28/2013, as diretrizes constantes na política de controle externo do TCEES, as normas de auditoria governamental e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público;

CONSIDERANDO que o *caput* do art. 2º da Resolução TC 273/2014[706] pontifica que na apreciação para fins de emissão de Parecer Prévio o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo **e gestão**;

CONSIDERANDO que o art. 2º, parágrafo único, inciso I, da Resolução TC 273/2014[707], define contas de governo como o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de Parecer Prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o art. 18 da Resolução TC 238/2012[708] prescreve que o demonstrativo das receitas e despesas com a Manutenção e

---

[...]
§ 2º Havendo indício de irregularidade, o Plenário poderá determinar a oitiva do Governador ou de seu antecessor, para manifestação no prazo fixado, suspendendo-se o prazo para emissão do parecer prévio até a prestação das informações.

705 Art. 1º - Os demonstrativos contábeis, os relatórios de gestão e as demais peças e documentos que constituem os processos de tomadas ou prestações de contas serão analisados e instruídos pela área técnica desse Tribunal de acordo com as normas legais e constitucionais e as disposições contidas nesta resolução, observando o Regimento Interno, a Instrução Normativa 28/2013, as diretrizes constantes na política de controle externo deste Tribunal, as normas de auditoria governamental e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

706 Na apreciação para fins de emissão de parecer prévio ou para fins de julgamento das tomadas ou prestações de contas, o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão.
[...]

707 Art. 2º - Na apreciação para fins de emissão de parecer prévio ou para fins de julgamento das tomadas ou prestações de contas, o Tribunal de Contas levará em consideração os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, moralidade e eficiência dos atos de governo e gestão.
Parágrafo único: para o disposto nesta resolução, considera-se:
I – Contas de governo: conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento levado a efeito pelo Poder Legislativo.
[...]

708 **Capítulo II**
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EDUCAÇÃO
Art. 18 O Estado e os Municípios deverão comprovar, anualmente, perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o efetivo cumprimento do disposto no art. 212, da CF, bem como o disposto no art. 60, do ADCT.
§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput do artigo 18, passará a integrar as prestações de contas anuais do Governador e dos Prefeitos, referidas no Regimento Interno do TCEES, o demonstrativo das receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme o modelo

Desenvolvimento do Ensino deve integrar as prestações de contas do Governador do Estado;

CONSIDERANDO o teor do art. 21, §§ 4º e 5º, da Resolução TC 238/2012[709], que, ao promover inovação na ordem jurídica, permitindo que despesas com servidores inativos e pensionistas fossem consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, ignorou o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[710] (ADCT), bem como o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[711], o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[712] e os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996, colidindo, ainda, com as orientações normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), não podendo, por certo, ser arguida como instrumento de defesa pelos gestores públicos estaduais e municipais para eximir responsabilidades por eventual descumprimento do mandamento constitucional segundo o qual apenas gastos com profissionais do

---

integrante do MDF da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, acompanhado do parecer do conselho responsável do FUNDEB nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei n° 11.494/07.
§ 2º A elaboração do demonstrativo referido no § 1º do artigo 18 deverá atender ao disposto nesta Resolução, bem como as demais disposições deste Tribunal de Contas.

709 **Art. 21** Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º , 9º , 11 , 12 , 15 e 16 , desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70 , respeitadas as vedações impostas pelo art. 71 , ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
§ 1º As despesas com as contribuições previdenciárias de responsabilidade dos entes, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos vinculados ao ensino, poderão ser custeadas com os recursos das respectivas contas bancárias de que trata o caput do artigo 21.
§ 2º O cômputo de que trata o § 1º do artigo 21, em relação ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, condiciona-se ao atendimento, por parte do respectivo ente estatal, dos parâmetros, critérios e alíquotas definidas em lei específica, bem como ao limite estabelecido no caput do art. 2º, da Lei nº 9.717/98, alterada pela Lei nº 10.887/04.
§ 3º As despesas com inativos e pensionistas, originários da educação, não poderão ser custeadas com os recursos de que trata o caput do artigo 21.
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

710 **Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

711 **Art. 22.** Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

712 **Art. 9º** Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei no 11.494, de 2007.

magistério da educação básica **em efetivo exercício** podem ser considerados como de manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o expediente acima referido concernente à inclusão indevida da complementação (aporte) da folha de pagamento de aposentadorias e pensões de servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação, transferidos ao Fundo Financeiro, no cômputo das despesas com "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino", representou uma indevida aplicação, no **exercício 2013**, do valor de **R$ 472.250.380,94** (quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais, e noventa e quatro centavos), e no **exercício 2014**, **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), totalizando **R$ 1.003.535.094,96** (um bilhão, três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, noventa e quatro reais, e noventa e seis centavos); desconsiderando, ainda, os valores indevidamente aplicados pelos municípios, que disponham de regime próprio de previdência e apresentem déficit financeiro no sistema, pois lhes estendido semelhante permissivo;

CONSIDERANDO que a utilização da reserva orçamentária do regime próprio de previdência social dos servidores (RPPS) do Estado do Espírito Santo para suprir déficit de caixa do Tesouro do Estado não encontra amparo na legislação federal que rege a matéria, procedimento cuja fiscalização requer especial atenção por parte da sociedade, mormente após os fatos ocorridos recentemente no Estado do Paraná, onde houve alteração da origem do custeio do regime previdenciário, representando verdadeiro confisco de recursos do RPPS dos servidores públicos daquele Estado para cobrir déficit do Tesouro estadual, pela transferência de, aproximadamente, 33.000 (trinta e três mil) beneficiários do Fundo Financeiro (deficitário) para o Fundo Previdenciário (superavitário);

CONSIDERANDO a pertinência e oportunidade dos pontos ora apresentados pelo Ministério Público de Contas com a apreciação das contas do Governador por parte desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO que a prestação de contas do Governador, relativa ao exercício financeiro de 2014, protocolizada nesta Corte de Contas em 29 de abril de 2015 e autuada sob o nº TC 5197/2015[713], ainda não foi remetida à área técnica desta Corte de Contas, havendo, portanto, tempo hábil para inclusão dos pontos indicados por este *Parquet* de Contas na análise a ser empreendida pelo corpo de auditores de controle externo deste Tribunal;

CONSIDERANDO que o teor do art. 134 do Regimento Interno do TCEES[714], o qual prevê a formação de processo apartado quando

[713] Fonte: Sistema de Consulta Processual do TCEES.
Por ocasião da elaboração do Requerimento de inclusão de pontos de análise na prestação de contas do governador, consulta realizada pelo MPC ao Sistema de Consulta Processual do TCEES identificou a existência do **Processo TC 5197/2015**, autuado em **29/04/2015** como **Prestação e Contas do Governador**. No entanto, diligências internas posteriores revelaram que o Processo TC 5197/2015 foi originado de uma reautuação de documentos referentes à prestação de contas anual do governador de 1981. O mencionado processo encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação e Arquivo (CDOC) do TCEES.

[714] **Art. 134.** Verificada, no exame das contas anuais de governo, irregularidade decorrente de atos de gestão sujeitos ao julgamento do Tribunal, será determinada a formação de processo apartado, com o objetivo de:
I - quantificar o dano e imputar o débito ao responsável, se verificada irregularidade de que resulte dano ao erário;
II - determinar a adoção de providências com vistas a sanar as impropriedades de atos passíveis de correção;
III - aplicar multas por infrações à norma legal ou regulamentar de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e fiscal, se for o caso.

verificada, nas contas anuais de governo, irregularidade decorrente de ato de gestão sujeito ao julgamento pelo próprio Tribunal, não pode ser interpretado de modo a permitir que o Parecer Prévio deixe de apurar ou de considerar indício de irregularidade que envolva a participação direta do Chefe do Poder Executivo Estadual, sob pena de se induzir a erro o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo;

E CONSIDERANDO, por fim, que o descumprimento da Lei Federal nº 11.494/2007, que dispôs sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos do seu art. 28[715], sujeita, inclusive, o Estado do Espírito Santo à intervenção federal, caso seja aplicado o art. 21 da Resolução TC 238/2012;

O Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas, sem prejuízo da apuração dos fatos narrados mediante procedimento fiscalizatório autônomo e da sua consideração no parecer ministerial:

a) Inclusão na apreciação da Prestação de Contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 2014, dos seguintes pontos para análise:

I. PREVIDÊNCIA SOCIAL: Abertura de crédito suplementar para complementação (aporte) da folha de pagamento de servidores públicos inativos e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro, mediante utilização de recursos da reserva orçamentária do Fundo Previdenciário, da ordem de **R$ 245.725.000,00**[716] (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), em desacordo com os seguintes normativos:

- Art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[717];
- Art. 43, caput, da Lei Federal nº 4.320/1964[718];
- Art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008[719];

---

§ 1º As irregularidades de que resulte dano ao erário serão examinadas em processo de tomada de contas especial, e as demais constituirão processo conforme a sua natureza.
§ 2º A formação de processo apartado dar-se-á mediante a juntada da decisão que determinar a sua constituição e de peças do processo originário ou reprodução de cópias necessárias à sua instrução.

715 **Art. 28.** O descumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei sujeitará os Estados e o Distrito Federal à intervenção da União, e os Municípios à intervenção dos respectivos Estados a que pertencem, nos termos da alínea e do inciso VII do caput do art. 34 e do inciso III do caput do art. 35 da Constituição Federal.

716 Resultante do somatório de R$ 245.275.000,00 da Reserva do Fundo Previdenciário e R$ 450.000,00 da Compensação Previdenciária desse mesmo fundo.

717 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

718 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
[...]

719 Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11, inclusive a totalidade dos créditos do ente

- Art. 21, caput e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008[720];
- Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[721].

II. EDUCAÇÃO: Utilização de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, da ordem de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos), para complementação (aporte) da folha de pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos (aposentadorias e pensões), passíveis de restituição por parte do Tesouro estadual à área da educação, bem como de exclusão do respectivo valor do percentual mínimo de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 212 da Constituição Federal[722], contrapondo-se aos comandos emanados dos seguintes normativos:

---

instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]
§ 2º É vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo, dentre elas consideradas: (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
III - a transferência de recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, no caso de RPPS com segregação da massa dos segurados; (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
Art. 14. É vedada a utilização de recursos previdenciários para custear ações de assistência social, de saúde, de assistência financeira de qualquer espécie e para concessão de verbas indenizatórias, ainda que decorrentes de acidente em serviço.

720 Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)
[...]
§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo.

721 Da Despesa com Pessoal
[...]
8. Nas situações em que houve a segregação das massas do RPPS, a parte financeira, via de regra deficitária, necessita dos aportes financeiros do tesouro do ente. Por outro lado, a parte previdenciária, no momento da segregação, tende a ser formada por servidores que ainda não estão usando os benefícios previdenciários, ou seja, não existem saídas de recursos, mas apenas receitas decorrentes de contribuições. Nessa situação, os recursos disponíveis na parte previdenciária não poderão ser utilizados para reduzir despesas com pessoal efetuadas pela parte financeira, deficitária, salientando que esta proibição consta, inclusive, da Portaria MPS 403/2008, art. 21.

722 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[723] (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[724];
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[725];
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[726];
- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

b) Para fins de apreciação das Prestações de Contas do Governado do Estado e dos Prefeitos relativas ao exercício financeiro de 2014, a **não aplicação das disposições contidas nos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012**[727], que consideram como destinado à

---

723 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

724 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

725 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

726 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

727 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

manutenção e desenvolvimento do ensino o aporte de recursos realizado pelo Poder Executivo para complementação da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas originários da educação, por afrontar o que preceituam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007, os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, assim como os procedimentos contábeis normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elevando indevidamente o percentual mínimo de gastos efetivos com educação previsto no art. 212 da Constituição Federal, de responsabilidade exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivos;

c) Com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo desenvolvido por este Tribunal de Contas, desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame.

Vitória, 07 de maio de 2015.

Em **09/06/2015**, o Requerimento do MPC recebeu a **Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015** com a seguinte proposta de encaminhamento:

3. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, impõe-se submeter à consideração superior a seguinte proposta de encaminhamento:

a) Cientificar o Ministério Público Especial de Contas que os temas "**Previdência Social do Estado**" e "**Aplicações Constitucionais mínimas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**" constituem objetos de análise e abordagem na Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2014, protocolizada nesta Corte em 19.05.2015 e autuada sob o processo TC-6.016/2015, abalizadas pelas normas constitucionais e legais vigentes aplicáveis a cada objeto analisado, inclusive pelos atos normativos vigentes expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

b) De submissão à Administração do Tribunal de Contas dos pedidos que dizem respeito a:

b.1) avaliação quanto ao juízo de conveniência, oportunidade, necessidade e possibilidade de adoção de medidas administrativas para o desenvolvimento de mecanismos para viabilizar a participação popular no processo de apreciação da

§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

prestações de contas de Governadores do Estado, disponibilizando um espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro;

b.2) A pretensão de negar executoriedade a dispositivos de ato normativo vigente do próprio Tribunal de Contas, com efeito concreto e abstrato e de repercussão geral, com reflexos nos atos praticados pelos jurisdicionados no exercício financeiro encerrado (2014), com vistas a verificar a necessidade (ou não) de submissão da matéria ao Plenário desta Corte;

c) Indeferimento da proposição de inclusão de item relacionado aos indícios de movimentação indevida de créditos orçamentários entre os Fundos Previdenciário e Financeiro do Regime Próprio de Previdência (RPPS) do Estado, sob a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), na análise consolidada das contas anuais do Governador do Estado, por representar assunto específico que pode ser examinado e apreciado nas contas anuais de gestão ou em fiscalização, observando-se o rito previsto no Regimento Interno do Tribunal para a identificação dos responsáveis;

d) A proposição de remessa do pedido de fiscalização, no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), ao juízo de admissibilidade do Relator competente;

À Secretaria Geral de Controle Externo, propondo a remessa ao Gabinete do Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges.

Em 9 de junho de 2015.

Ocorre que a Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 foi emitida pela 9ª Secretaria de Controle Externo e não pela Comissão Técnica das Contas do Governador, conquanto tenha sido subscrita por dois integrantes da referida comissão, destacados para examinar o Requerimento do MPC fora da prestação de contas anual. Esse fato demonstra que os argumentos lançados pelo *Parquet* de Contas, tanto no Requerimento como no Parecer PPJC 3684/2015, ainda não foram examinados pela comissão técnica competente nos autos da prestação de contas do governador.

Por sua vez, o Parecer PPJC 3684/2015[728] trouxe em detalhes os procedimentos responsáveis pela subtração indevida bilionária de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). *Verbis*:

> **PARECER PPJC 3684/2015**[729]
>
> [...]
>
> **2.2.5 Do Débito Histórico com Educação Capixaba**
>
> Os recentes levantamentos realizados pelo Ministério Público de Contas no portal da transparência do governo do Estado, bem como nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre dos anos de 2009 a 2014, já analisados pelo TCEES[730], trouxeram à tona dados alarmantes. De acordo com demonstrativos colhidos do referido portal, entre janeiro de 2009 e junho de 2015 deixaram de ser efetivamente aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino – conquanto tenham sido contabilizados como MDE – a incrível quantia de **R$ 2.630.345.630,66 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais, e sessenta e seis centavos)**.
>
> As manobras contábeis em exame foram identificadas no longínquo exercício de 2009, evidenciando que a educação capixaba serviu de ciclovia para um verdadeiro "passeio ciclístico de irregularidades" que se estende até os dias atuais. Infelizmente, não foi possível consultar outros exercícios, tendo em vista que o portal da transparência do governo do Estado ainda não disponibiliza informações anteriores a 2009.
>
> Os valores em tela foram transferidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES) por meio de **execução orçamentária**, uma vez que, conforme já demonstrado, para que os recursos possam ser considerados como MDE é preciso realizar o empenho da despesa e sua posterior liquidação.
>
> Segue relação dos mencionados demonstrativos, ordenados por exercício financeiro. Têm-se, ao final, os valores sintetizados na forma de planilha[731]:

728 Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

729 Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

730 Relatórios de Execução Orçamentária (REO) constantes nos Processos TC 757/2010, TC 763/2011, TC 806/2012, TC 1888/2013, TC 707/2014 e TC 1590/2015.

731 Pesquisa realizada por órgão, adotando como critério de busca as despesas empenhadas no subelemento de despesa "23-*Contribuição Complementar ao Fundo Financeiro para (Aporte)*" ou "*47-Contribuição Previdenciária para a Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS*" na fonte de recurso "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2009 a 31/12/2009**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 159.406.736,38**
Total Liquidado:	**R$ 159.406.736,38**
Total Pago:	**R$ 159.406.736,38**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	159.406.736,38	159.406.736,38	159.406.736,38


RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Órgão
Órgão
Elemento de Despesa
Subelemento de Despesa
Dados atualizados em: 07/07/2015
Período da consulta: 01/01/2009 a 31/12/2009
Elemento de Despesa: Obrigações Patronais
Total Empenhado: R$ 158.037,45
Total Liquidado: R$ 158.037,45
Total Pago: R$ 158.037,45
Órgão Selecionado: FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO
Fonte de Recurso
Modalidade da Aplicação
Subelemento de Despesa
Valor Empenhado
Valor Liquidado
Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE
158.037,45
158.037,45
158.037,45



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

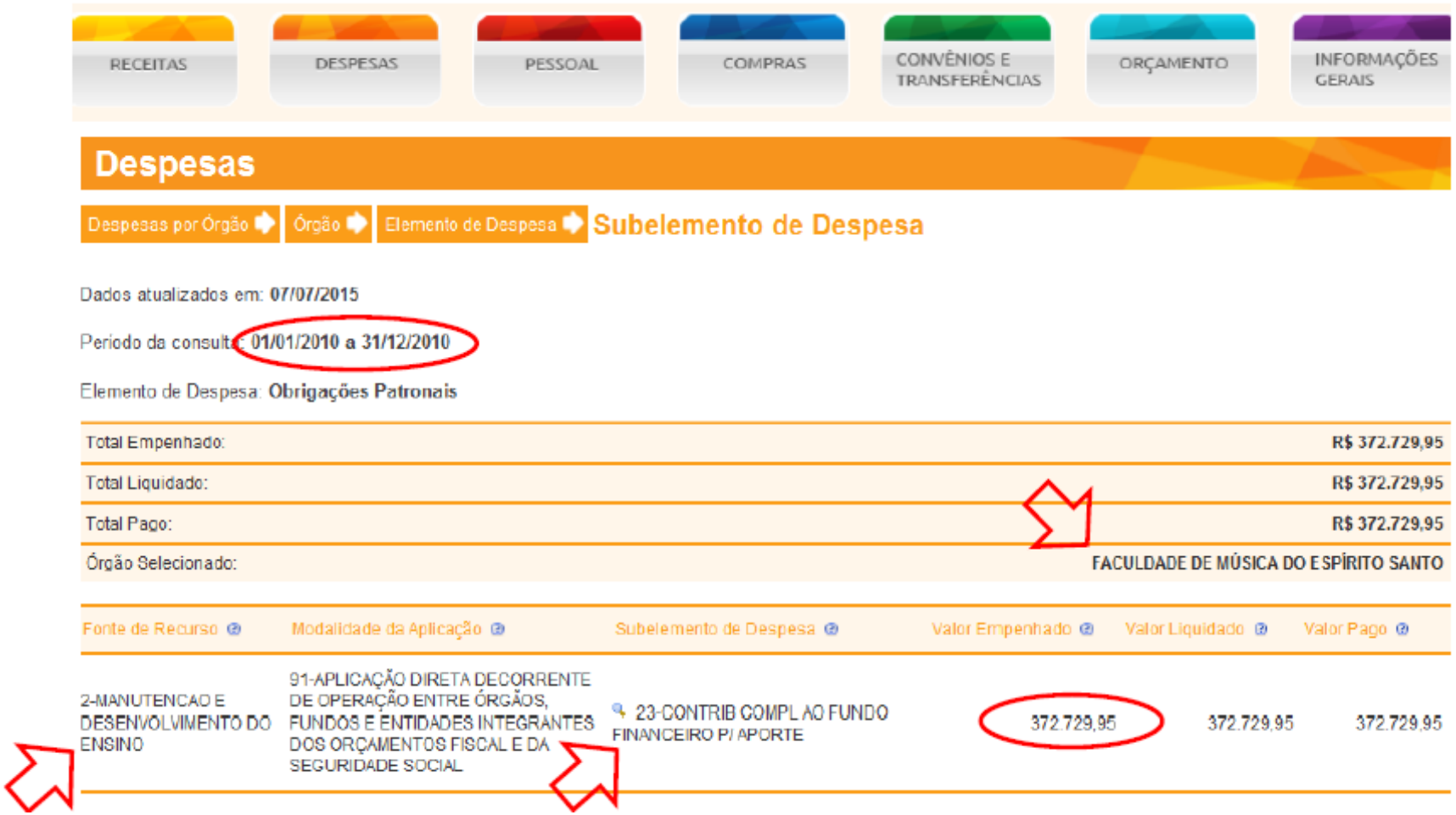
Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2010 a 31/12/2010**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	R$ 238.414.905,04
Total Liquidado:	R$ 238.414.905,04
Total Pago:	R$ 238.414.905,04
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	238.414.905,04	238.414.905,04	238.414.905,04



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2010 a 31/12/2010**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 372.729,95**
Total Liquidado:	**R$ 372.729,95**
Total Pago:	**R$ 372.729,95**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	372.729,95	372.729,95	372.729,95



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2011** a 31/12/2011

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	R$ 362.393.758,63
Total Liquidado:	R$ 362.393.758,63
Total Pago:	R$ 362.393.758,63
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	362.393.758,63	362.393.758,63	362.393.758,63



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2011 a 31/12/2011**

Elemento de Despesa: **Obrigações Patronais**

Total Empenhado:	**R$ 474.941,15**
Total Liquidado:	**R$ 474.941,15**
Total Pago:	**R$ 474.941,15**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	474.941,15	474.941,15	474.941,15



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

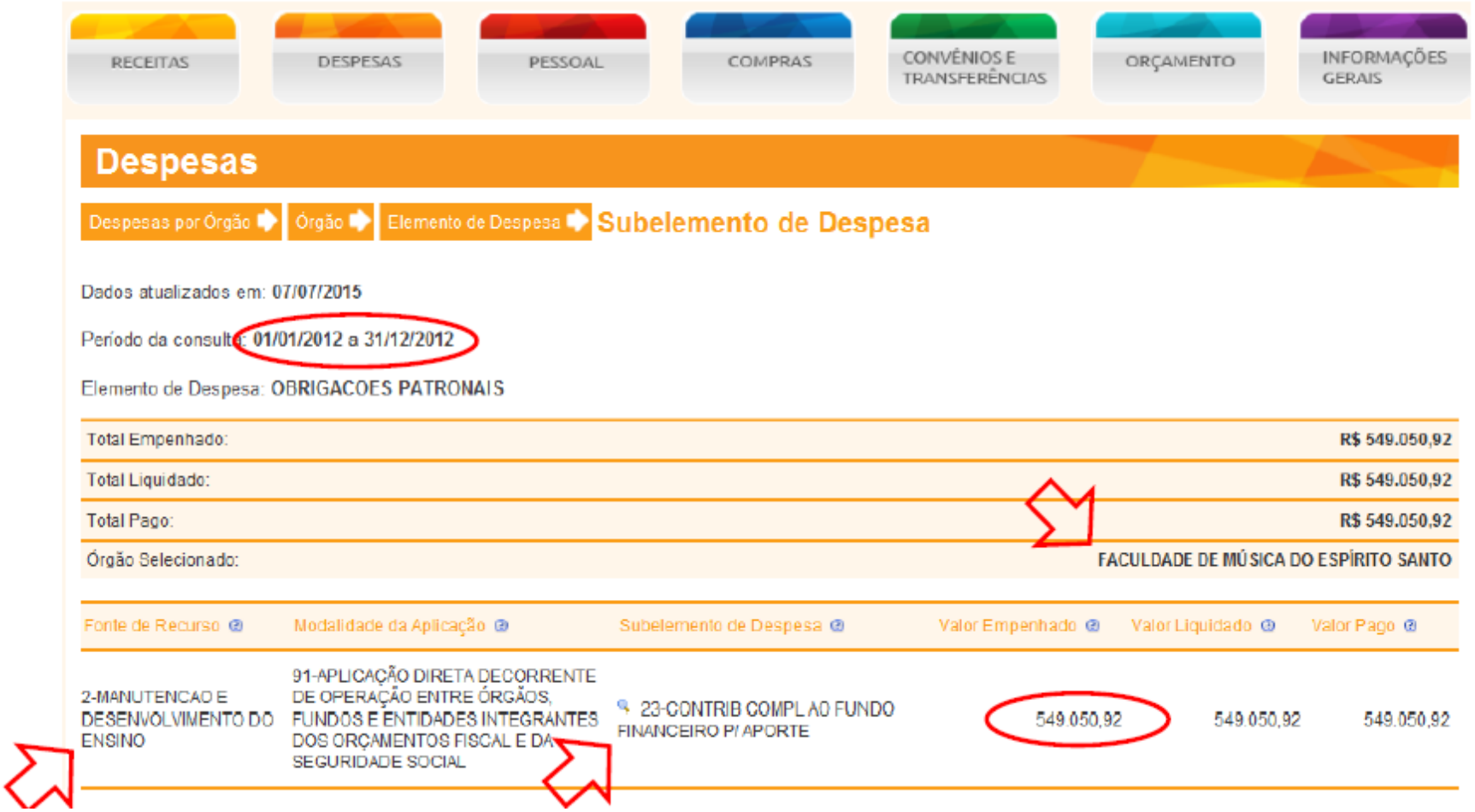
Dados atualizados em: 07/07/2015

Período da consulta: **01/01/2012 a 31/12/2012**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 417.300.389,46**
Total Liquidado:	**R$ 417.300.389,46**
Total Pago:	**R$ 417.300.389,46**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	417.300.389,46	417.300.389,46	417.300.389,46



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: 07/07/2015

Período da consulta: 01/01/2012 a 31/12/2012

Elemento de Despesa: OBRIGACOES PATRONAIS

Total Empenhado:	R$ 549.050,92
Total Liquidado:	R$ 549.050,92
Total Pago:	R$ 549.050,92
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	549.050,92	549.050,92	549.050,92


RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Órgão
Órgão
Elemento de Despesa
Subelemento de Despesa
Dados atualizados em: 07/07/2015
Período da consulta: 01/01/2013 a 31/12/2013
Elemento de Despesa: OBRIGACOES PATRONAIS
Total Empenhado: R$ 472.250.380,94
Total Liquidado: R$ 472.250.380,94
Total Pago: R$ 472.250.380,94
Órgão Selecionado: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Fonte de Recurso
Modalidade da Aplicação
Subelemento de Despesa
Valor Empenhado
Valor Liquidado
Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE
472.250.380,94
472.250.380,94
472.250.380,94



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2013 a 31/12/2013**

Elemento de Despesa: **OBRIGACOES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 612.527,57**
Total Liquidado:	**R$ 612.527,57**
Total Pago:	**R$ 612.527,57**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	23-CONTRIB COMPL AO FUNDO FINANCEIRO P/ APORTE	612.527,57	612.527,57	612.527,57



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

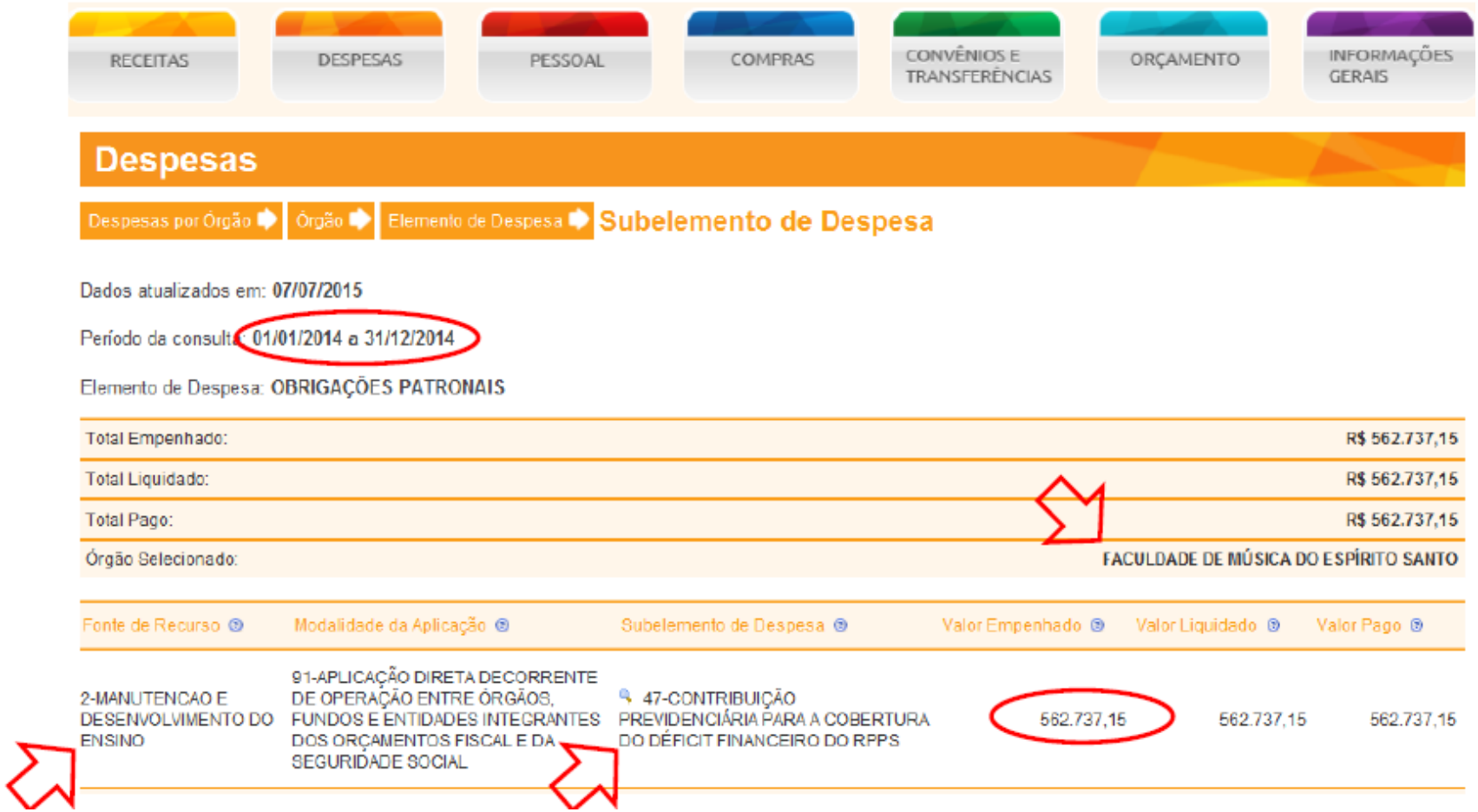
Dados atualizados em: **07/07/2015**

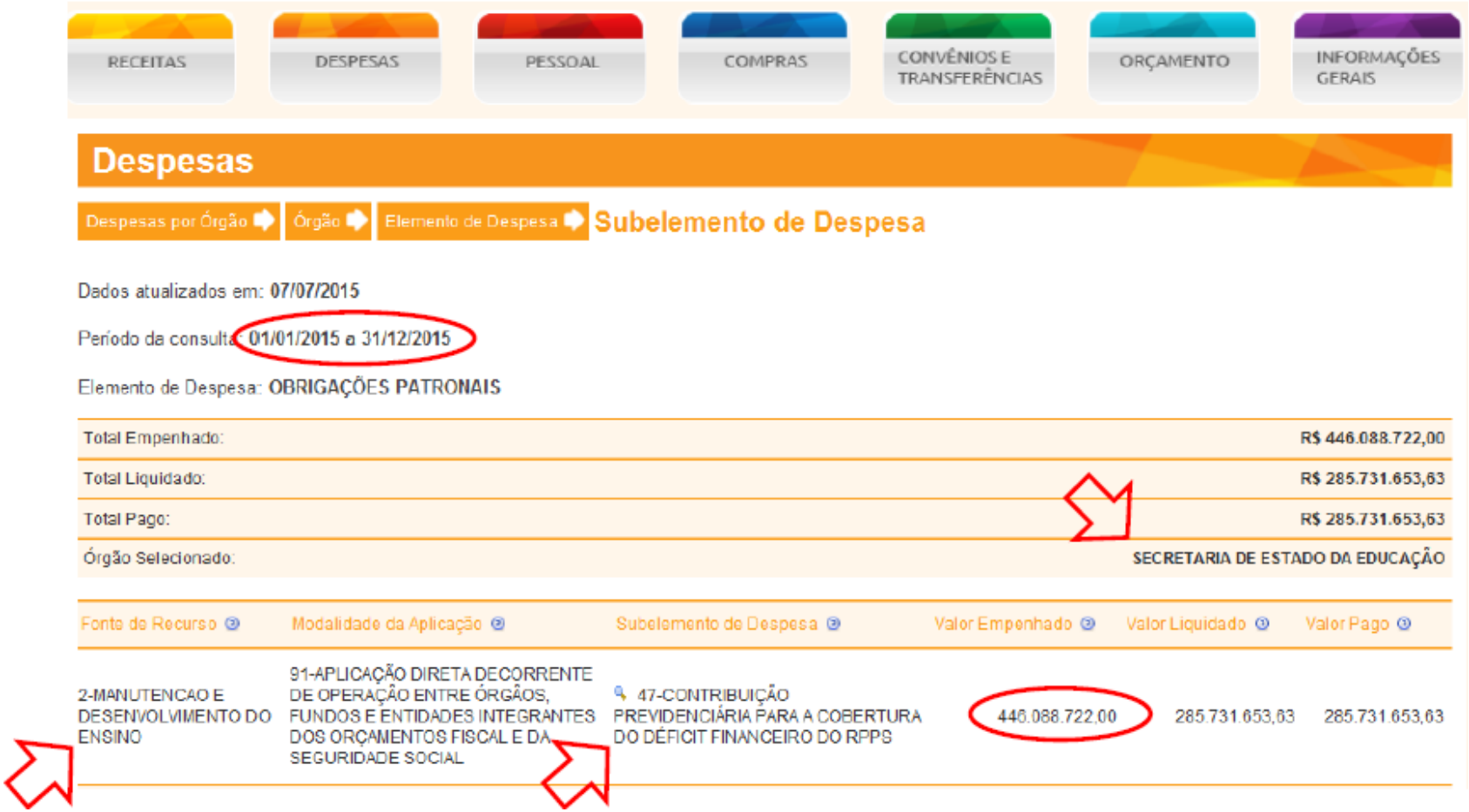
Período da consulta: **01/01/2014 a 31/12/2014**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 531.284.714,02**
Total Liquidado:	**R$ 531.284.714,02**
Total Pago:	**R$ 531.284.714,02**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	531.284.714,02	531.284.714,02	531.284.714,02


RECEITAS
DESPESAS
PESSOAL
COMPRAS
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS
ORÇAMENTO
INFORMAÇÕES GERAIS
Despesas
Despesas por Órgão
Órgão
Elemento de Despesa
Subelemento de Despesa
Dados atualizados em: 07/07/2015
Período da consulta: 01/01/2014 a 31/12/2014
Elemento de Despesa: OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Total Empenhado: R$ 562.737,15
Total Liquidado: R$ 562.737,15
Total Pago: R$ 562.737,15
Órgão Selecionado: FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO
Fonte de Recurso
Modalidade da Aplicação
Subelemento de Despesa
Valor Empenhado
Valor Liquidado
Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS
562.737,15
562.737,15
562.737,15



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão ➡ Órgão ➡ Elemento de Despesa ➡ **Subelemento de Despesa**

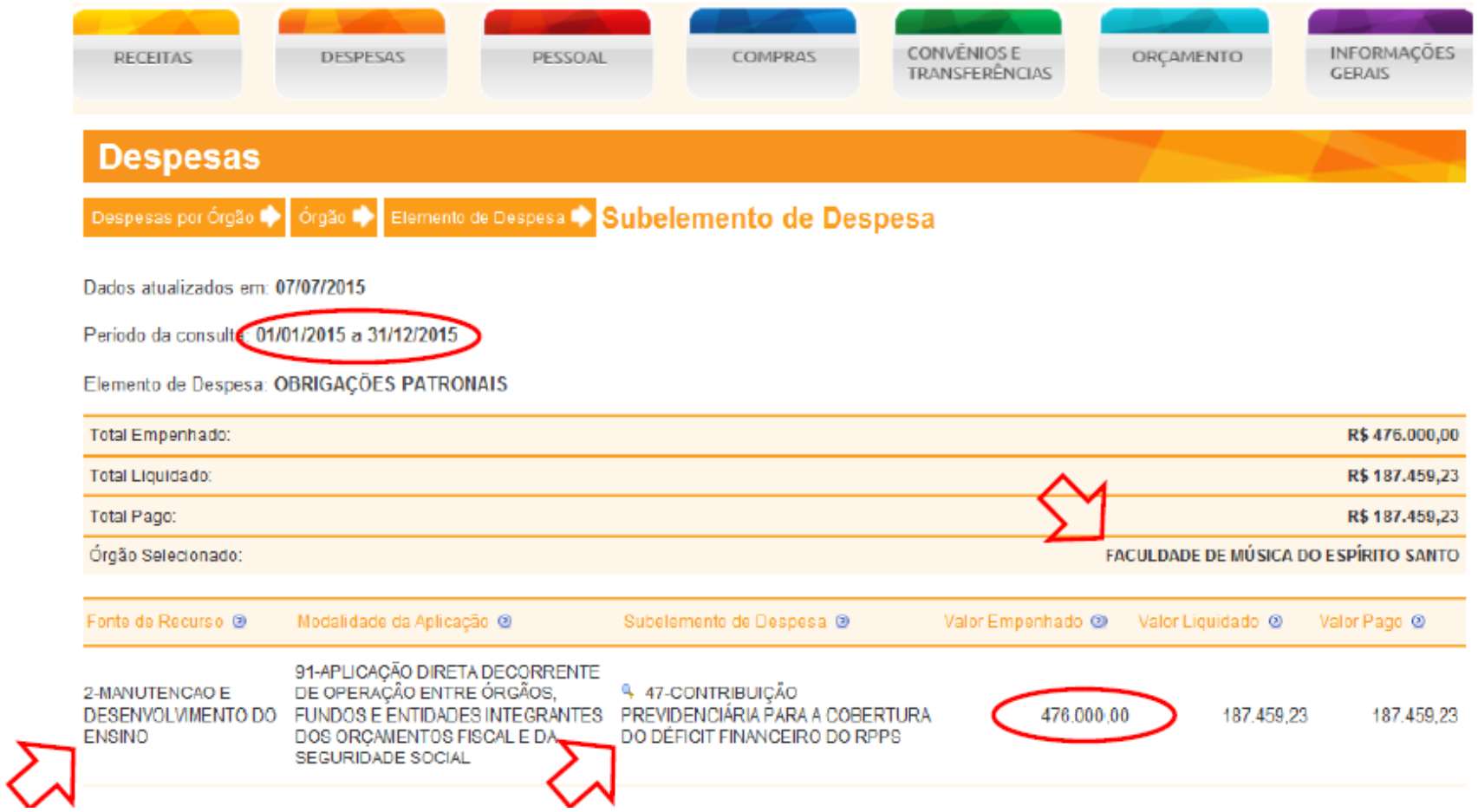
Dados atualizados em: **07/07/2015**

Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 446.088.722,00**
Total Liquidado:	**R$ 285.731.653,63**
Total Pago:	**R$ 285.731.653,63**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	446.088.722,00	285.731.653,63	285.731.653,63



RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: **07/07/2015**

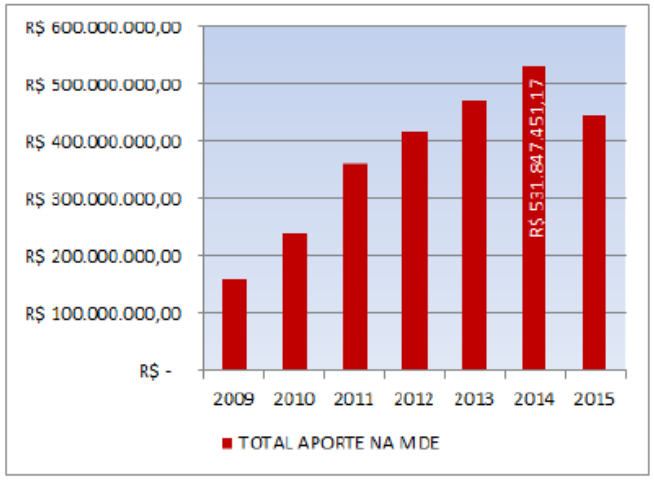
Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

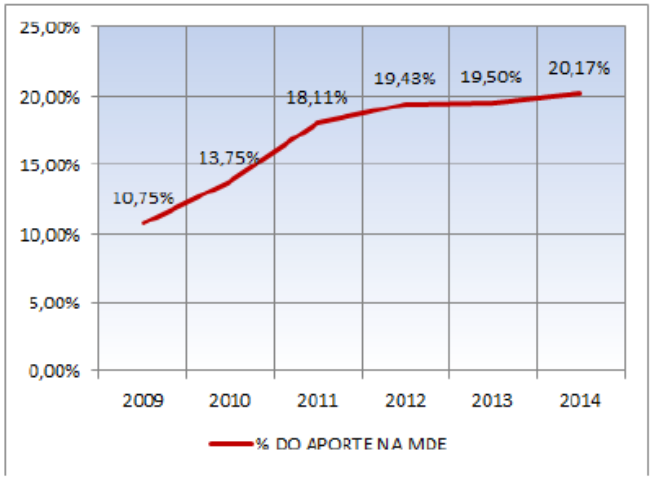
Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

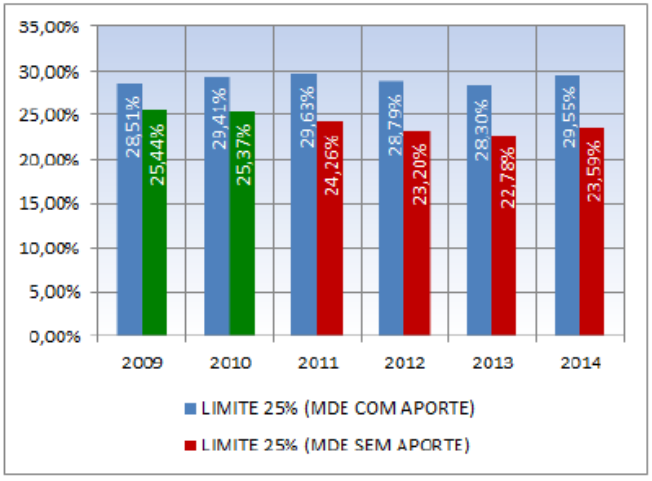
Total Empenhado:	**R$ 476.000,00**
Total Liquidado:	**R$ 187.459,23**
Total Pago:	**R$ 187.459,23**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	476.000,00	187.459,23	187.459,23

ANO	TOTAL MDE	APORTE SEDU MDE	APORTE FAMES MDE	TOTAL APORTE NA MDE	% DO APORTE NA MDE	LIMITE 25% (MDE COM APORTE)	LIMITE 25% (MDE SEM APORTE)
2009	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.406.736,38	R$ 158.037,45	**R$ 159.564.773,83**	10,75%	28,51%	25,44%
2010	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.414.905,04	R$ 372.729,95	**R$ 238.787.634,99**	13,75%	29,41%	25,37%
2011	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.393.758,63	R$ 474.941,15	**R$ 362.868.699,78**	18,11%	29,63%	24,26%
2012	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.300.389,46	R$ 549.050,92	**R$ 417.849.440,38**	19,43%	28,79%	23,20%
2013	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.250.380,94	R$ 612.527,57	**R$ 472.862.908,51**	19,50%	28,30%	22,78%
2014	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.284.714,02	R$ 562.737,15	**R$ 531.847.451,17**	20,17%	29,55%	23,59%
2015		R$ 446.088.722,00	R$ 476.000,00	**R$ 446.564.722,00**			
	Total Acumulado:	**R$ 2.627.139.606,47**	**R$ 3.206.024,19**	**R$ 2.630.345.630,66**			







Evolução Anual dos Aportes Previdenciários nas Despesas com MDE e seu Reflexo no Percentual Mínimo Constitucional de Gastos com MDE[63]

[63] **LEGENDA:**
ANO: Exercício Financeiro; **TOTAL MDE:** Total de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); **APORTE SEDU MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação, considerados como MDE; **APORTE FAMES MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Faculdade de Música do Espírito Santo, considerados como MDE; **TOTAL APORTE NA MDE**: Valor total do aporte, considerado como MDE ; **% DO APORTE NA MDE:** Percentual do aporte no total de despesas com MDE; **LIMITE 25% (MDE COM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, computando-se o valor do aporte; **LIMITE 25% (MDE SEM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, excluindo-se o valor do aporte. Os dados de 2015 contemplam apenas os meses de janeiro a maio.

Observe-se que, no intervalo de seis anos (2009 a 2014), o percentual do aporte aumentou 9,41% em relação ao total de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), saltando de 10,75 % em 2009 para 20,17% em 2014.

Destaque-se, ainda, que, a partir de 2011, o governo do Estado precisou considerar o valor do aporte no total de despesas com MDE para, só assim, atingir o limite constitucional mínimo de 25%, previsto no art. 212 da Carta Magna[732]. Desse modo, a desconsideração dos aportes previdenciários das despesas com MDE poderia, a rigor e *a priori*, acarretar a rejeição das prestações de contas do Governador do Estado dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, esta última ainda pendente de apreciação pelo TCEES no presente feito.

2.2.6 Do *Modus Operandi*

Para entender o *modus operandi* do estratagema que gerou o desvio de recursos da ordem de R$ 2,63 bilhões da área da educação, inicialmente é preciso partir das seguintes premissas:

1) Para que uma despesa possa ser considerada como de **manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)** é necessário incluí-la como despesa orçamentária – empenhada e liquidada –, isto é, os recursos precisam ser transferidos mediante **execução orçamentária**, conforme demonstrado anteriormente;

2) Já no caso do **aporte previdenciário**, sua transferência por parte do Estado para o RPPS deve ser realizada por meio de **interferência financeira**, ou seja, de forma **extraorçamentária**, consoante especifica a Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN, de 25 de julho de 2011:

> Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SEBSECVI/STN
>
> Em 25 de julho de 2011
>
> **ASSUNTO:** Esclarecimento sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
>
> Senhores Gerentes,
>
> 1. Trata-se de esclarecimentos sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial, por meio da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19 de agosto de 2010, que alterou a Portaria Interministerial STN/ nº 163, de 04 de maio de 2001.
>
> 2. Tendo em vista a dinâmica e a necessidade de aperfeiçoamento constante dos procedimentos orçamentários e financeiros da Administração Pública, a Portaria STN/SOF 163/2001 tem sido constantemente atualizada. Uma dessas alterações foi feita com a publicação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 2010, de 4 maio de 2001 [sic]. Esse instrumento normativo criou, dentre outros, o elemento de despesa 97 destinado a registrar o aporte para cobertura

[732] **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
[...]

do déficit atuarial do RPPS, cuja finalidade é classificar as despesas orçamentárias com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente da Federação, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar.

Do Equilíbrio Financeiro do RPPS

3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses.

Do Equilíbrio Atuarial do RPPS

4. O equilíbrio atuarial deve ser entendido como a garantia de equivalência, a valor presente, entre a totalidade dos ativos vinculados ao RPPS, acrescidos do fluxo das receitas estimadas comparadas com as obrigações projetadas, apuradas atuarialmente. Para que seja garantido esse equilíbrio, a Lei nº 9.711/1998 determina a necessidade de avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, estabelece que o ente deverá elaborar plano de amortização, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit. O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aporte periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13 – Contribuição Patronais e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.

5. Outra opção para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, estabelecida pela MPS nº 403/2008, é a segregação das massas de segurados, ou seja, a separação, a partir de uma data de corte, dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão, respectivamente, o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário. O primeiro será um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem o objetivo de acumulação de recursos,

> sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo. Já o segundo deverá ser estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, ou seja, deverá ser financeira e atuarialmente equilibrado. Ressalta-se que a segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.
>
> [...]

Conforme se extrai da Nota Técnica da STN, existem três formas de se promover o equilíbrio atuarial do RPPS:

4) Elaboração de plano de amortização e estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar;

5) Elaboração de plano de amortização e estabelecimento de aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial; ou

6) Segregação das massas de segurados, estabelecendo-se uma data de corte e criando o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, com separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

No caso do Estado do Espírito Santo, a Lei Complementar Estadual nº 282/2004 optou pela segregação das massas como forma de equacionar seu déficit atuarial, criando o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, nos termos dos seus art. 49 e 50:

> Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
>
> § 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
>
> § 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
>
> § 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
>
> § 4º As receitas decorrentes da compensação financeira, relativas à contagem recíproca de tempo de contribuição, de que trata o inciso VIII do artigo 40, serão destinadas ao Fundo Financeiro e ao Fundo Previdenciário, considerando a vinculação dos segurados determinada nos §§ 1º e 2º deste artigo. (incluído pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

> Art. 50 - O Fundo Financeiro será estruturado em regime de repartição simples, enquanto que o Fundo Previdenciário será estruturado em regime de constituição de reservas de capital.

Portanto, o RPPS do Estado do Espírito Santo não possui plano de amortização para cobertura do déficit atuarial, tendo em vista que se optou pelo equacionamento mediante segregação das massas de segurados, devendo os aportes para cobertura do déficit financeiro do Plano Financeiro – do qual o Fundo Financeiro faz parte – serem transferidos pelo tesouro do Estado por meio de **interferência financeira**, de forma **extraorçamentária**.

Entretanto, se a transferência dos recursos for realizada por meio de interferência financeira, não será possível incluí-la na execução orçamentária para possibilitar que seja "considerada" como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino, como ocorre em relação ao Poder Executivo.

Mas qual seria o interesse do Poder Executivo em incluir o aporte para cobertura do déficit financeiro na execução orçamentária? Resposta: com a inclusão do aporte na execução orçamentária, e considerando a Resolução TC 238/2012, o Poder Executivo pode utilizar uma mesma quantidade de recursos do Tesouro para saldar duas obrigações distintas ao mesmo tempo, realizando uma espécie de "milagre da multiplicação de recursos públicos".

Funciona assim: inclui-se o aporte para cobertura do déficit financeiro na **execução orçamentária** das unidades gestoras do Poder Executivo, de modo que elas próprias transfiram o aporte para o RPPS orçamentariamente. Esse contorcionismo orçamentário tem por objetivo principal fazer com que a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) – que destacadamente possui o maior aporte dentre todas as unidades gestoras – execute orçamentariamente o aporte relativo aos profissionais da educação - inativos e pensionistas -, empenhando-o para o Fundo Financeiro e saldando a **primeira obrigação** do Poder Executivo.

O quadro a seguir, extraído da ferramenta de análise do MPC, revela que só o aporte da SEDU, no valor de **R$ 531.284.714,02** representa **40,57%** de todo o aporte do Poder Executivo.

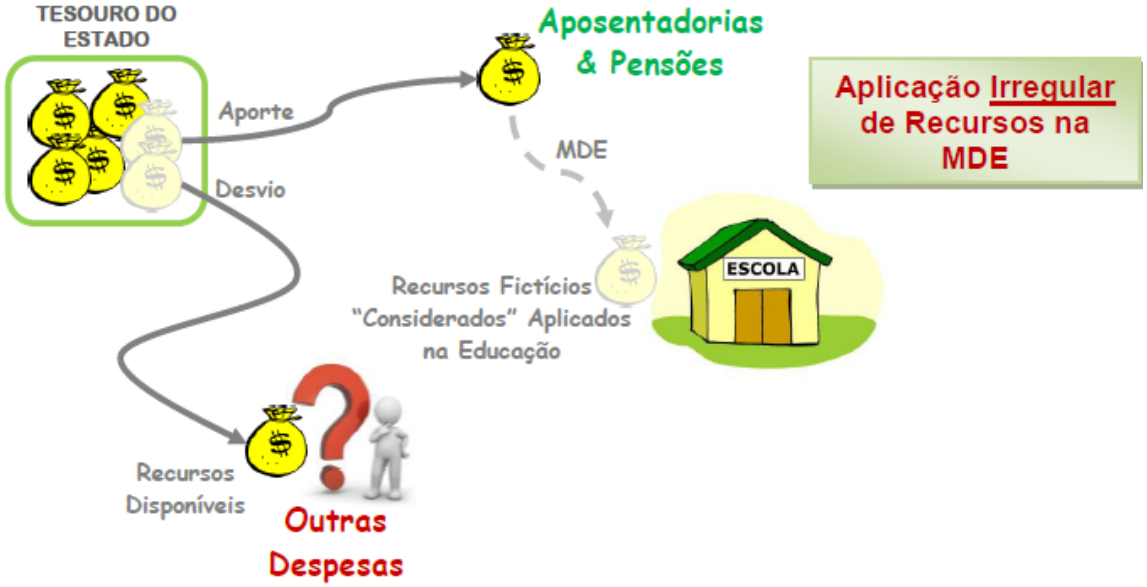
Total Geral: R$ 1.309.651.371,06

Unidade Gestora/Favorecido/Elemento de Despesa/Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	% do Total Geral
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	R$ 531.284.714,02	40,57%
FUNDO FINANCEIRO	R$ 531.284.714,02	40,57%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 531.284.714,02	40,57%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	R$ 531.284.714,02	40,57%
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 331.256.363,39	25,29%
ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	R$ 266.465.860,15	20,35%
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 71.221.827,01	5,44%
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 46.850.730,52	3,58%
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	R$ 9.659.990,82	0,74%
INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	R$ 9.268.906,00	0,71%
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRIDO SANTO	R$ 8.548.700,00	0,65%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.478.478,78	0,49%
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.183.306,87	0,47%
INSTITUTO ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	R$ 4.739.428,44	0,36%
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R$ 4.693.121,28	0,36%
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	R$ 4.359.865,36	0,33%
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	R$ 3.965.828,13	0,30%
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	R$ 2.025.000,00	0,15%
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	R$ 1.211.322,32	0,09%
RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	R$ 800.000,00	0,06%
FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	R$ 562.737,15	0,04%
SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL	R$ 75.190,82	0,01%
INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	R$ -	0,00%
Total Geral	R$ 1.309.651.371,06	100,00%

Como a Resolução TC 238/2012 permite que os valores utilizados para a cobertura do déficit financeiro do RPPS, relativo aos profissionais da educação inativos e pensionistas, sejam considerados, de forma fictícia, como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para fins de atingimento do percentual mínimo constitucional de 25%, a **segunda obrigação** do Poder Executivo acha-se adimplida.

Portanto, com um mesmo volume de recursos é possível saldar duas obrigações de mesmo valor: aporte e despesas com MDE. Com esse procedimento, o gestor 'economiza' um volume de recursos equivalente ao dispendido para utilizar em outras despesas. A ilustração a seguir demonstra a diferença entre as duas formas de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE): aplicação correta e aplicação irregular.





Ao possibilitar que os mesmos recursos utilizados para pagamento de benefícios previdenciários fossem também considerados como de

manutenção e desenvolvimento do ensino, o Poder Executivo proporcionou que o dinheiro público, que deveria ter sido investido na área da educação - prioridade definida em percentual explicitado pela Constituição Federal –, fosse desviado para outras áreas não priorizadas[733].

No entanto, surge a seguinte questão: como o Poder Executivo conseguiu inserir o aporte para cobertura do déficit atuarial na execução orçamentária, tendo em vista que a transferência dos recursos deveria se dar por meio de interferência financeira, de forma extraorçamentária? Resposta: **criando uma receita fictícia para cobertura de uma despesa inexistente**.

A manobra se inicia no IPAJM, que inclui em sua proposta orçamentária uma receita denominada "**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL**".

Conforme visto anteriormente, o RPPS do Estado optou pelo equacionamento do déficit atuarial por meio da segregação de massas, não fazendo uso de nenhuma das modalidades do plano de amortização: alíquota de contribuição patronal suplementar ou aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial.

Portanto, inexiste plano de amortização de déficit atuarial no Fundo Financeiro e, por conseguinte, despesa sob essa rubrica. Ademais, como já demonstrado neste Parecer, os valores repassados para o RPPS destinam-se, na realidade, para cobertura de **déficit financeiro** e não atuarial, conforme registrado na proposta orçamentária do IPAJM e reproduzido na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014:

[733] Por não ser possível identificar onde foram aplicados os recursos financeiros que deveriam ser destinados à educação, não há como afastar a hipótese de que, pelo menos em parte, tenham sido redirecionados para áreas não prioritárias.

Governo do Estado do Espírito Santo

Resumo Geral da Receita

ÓRGÃO 60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIDADE 60201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECEITA — RECURSOS : TOTAL EM R$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
RECEITA BRUTA					2.157.027.562
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	5			421.030.166
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	5		311.661.007	
1.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	5		311.661.007	
1.2.1.0.29.00	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS REGIME PROPRIO	5		311.661.007	
1.2.1.0.29.01	CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO CIVIL	5	824.918		
1.2.1.0.29.07	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	5	204.747.911		
1.2.1.0.29.08	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	5	47.494.003		
1.2.1.0.29.09	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	5	32.527.757		
1.2.1.0.29.10	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	5	10.395.073		
1.2.1.0.29.11	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	5	13.519.906		
1.2.1.0.29.12	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA MILITAR	5	2.151.439		
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5		39.305.681	
1.3.2.2.00.00	DIVIDENDOS	5		805	
1.3.2.2.99.00	OUTROS DIVIDENDOS	5	805		
1.3.2.2.99.00	OUTROS DIVIDENDOS	5		805	
1.3.2.8.00.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	5		39.304.876	
1.3.2.8.10.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	5	37.155.127		
1.3.2.8.10.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	5		37.155.127	
1.3.2.8.20.00	REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	5	2.149.749		
1.3.2.8.20.00	REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	5		2.149.749	
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVICOS	5		64.523.135	
1.6.0.0.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5		64.523.135	
1.6.0.0.13.09	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5	64.523.135		
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5		5.540.343	
1.9.2.2.00.00	RESTITUIÇÕES	5		4.959.896	
1.9.2.2.09.00	RESSARCIALSERVIDORES A DISPEM OUTRO ORGAO	5	35.899		
1.9.2.2.09.00	RESSARCIALSERVIDORES A DISPEM OUTRO ORGAO	5		35.899	
1.9.2.2.10.00	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE RGPS E RPPS	5		4.923.997	
1.9.2.2.10.01	COMPENSACOES FINANC ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIP	5	4.923.997		
1.9.9.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS	5		580.447	
1.9.9.0.99.00	OUTRAS RECEITAS	5		580.447	
1.9.9.0.99.99	OUTRAS RECEITAS	5	580.447		
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5			10.623
2.2.0.0.00.00	ALIENACAO DE BENS	5		10.623	
2.2.1.9.00.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5		10.623	
2.2.1.9.99.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5	10.623		
2.2.1.9.99.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	5		10.623	
7.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	5			1.735.986.773
7.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	5		1.735.911.976	
7.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	5		1.735.911.976	
7.2.1.0.29.00	CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	5		1.735.911.976	
7.2.1.0.29.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	5	424.329.073		
7.2.1.0.29.02	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	5	94.981.095		
7.2.1.0.29.13	CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	5	1.216.601.808		
7.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5		74.797	
7.9.1.2.00.00	MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIBUICOES	5		74.797	
7.9.1.2.29.00	MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIB PARA O RPPS	5		74.797	
7.9.1.2.29.01	MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	5	74.797		
DEDUÇÕES					
RECEITA LÍQUIDA					2.157.027.562

Ocorre que, se realmente houvesse plano de amortização no RPPS, sua contabilização seria orçamentária no elemento de despesa 13 – Contribuições Patronais para o caso de alíquota de contribuição patronal suplementar, e no elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.

De acordo com o registro contábil dos aportes nos demonstrativos extraídos do portal da transparência do Poder Executivo, as despesas foram lançadas no elemento de despesa 13 – Obrigações Patronais, dando a entender que, como se referiria ao plano de amortização, os aportes seriam, na verdade, alíquota de contribuição patronal suplementar, o que não faz sentido.

Por sua vez, o subelemento de despesa no qual o aporte é registrado denuncia que sua destinação é para cobertura de **déficit financeiro** e não atuarial (evidência constatada nos demonstrativos constantes no item **2.2.5 Do Débito Histórico com Educação Capixaba**, deste Parecer).

Apesar de tudo, a receita fictícia para despesa inexistente do IPAJM é incluída pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEP) no projeto de lei orçamentária remetida à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), induzindo os parlamentares a chancelar o *modus operandi* concebido para permitir o desvio de recursos da educação. Findo o exercício, a aplicação da Resolução TC 238/2012 pelo TCEES considera o aporte como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino para fins de atingimento do percentual mínimo de 25%, posicionamento ratificado em seguida pela ALES no julgamento da prestação de contas anual.

No entanto, para que a Resolução TC 238/2012 possa ser aplicada, é preciso que o aporte seja incluído na execução orçamentária. Logo, se o aporte for corretamente transferido para o RPPS por meio de interferência financeira, de forma extraorçamentária, a aplicação da Resolução torna-se prejudicada.

No item 7.12.1.3 Comentários Técnicos sobre o Aporte para Cobertura de Insuficiências Financeiras, a Comissão Técnica do TCEES identificou que o aporte do Poder Executivo está sendo registrado **indevidamente** como "*Receita Intraorçamentária para Cobertura de Déficit Atuarial (Contribuição Complementar)*", no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos (doc. 13), enquanto o aporte dos demais Poderes e órgãos encontra-se registrado **corretamente** no item "*Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira*".

No entanto, ao final da sua manifestação, de forma incongruente, a área técnica conclui que o aporte do Poder Executivo deve continuar sendo repassado ao RPPS orçamentariamente, enquanto o aporte dos demais Poderes e órgãos continuaria sendo remetido extraorçamentariamente, dando tratamento distinto a recursos de mesma natureza, contrapondo-se, salvo melhor juízo, à própria Nota Técnica nº 633/2011 da STN e ao quadro elaborado para demonstrar sua análise, *verbis* (fl. 506 a 509):

> **7.12.1.3 Comentários Técnicos sobre o Aporte para Cobertura de Insuficiências Financeiras**
>
> O Fundo Financeiro, do seu nascedouro até o presente momento, apresenta-se deficitário, exigindo, em sua assistência, de uma complementação financeira mensal a cargo do Poder Executivo e

demais Poderes e Órgãos conforme determinado na LC nº 282/04, art. 40, §1º[734].

Segundo orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN (5ª Edição), os RPPS possuem caráter contributivo e deverão ser equilibrados financeira e atuarialmente. Contudo, se houver separação das massas, o plano financeiro ficará responsável pelo pagamento dos benefícios que não estão cobertos pela capitalização. Nesse caso, se houver déficit orçamentário (resultado previdenciário negativo), os recursos para cobertura serão aportados pelo orçamento do ente.

Assim, mensalmente são apuradas diferenças a menor entre receitas previdenciárias e despesas com o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pelo IPAJM, referentes ao Plano Financeiro. Esses montantes deficitários são efetivamente aportados pelos Poderes e Órgãos conforme previsto na LC nº 282/04. Dessa forma, compreende-se que o "Aporte" refere-se a recursos para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS.



Destaque-se que a contabilização das transferências de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo é feita por execução orçamentária. Contudo, a Nota Técnica da STN nº 633/2011 estabelece que os repasses efetuados pelos entes deverão ser contabilizados como interferência financeira (de forma extraorçamentária) quando o RPPS apresentar déficit financeiro, o que ocorre nos demais Poderes/Órgãos.

No intuito de revisar e consolidar a metodologia de preenchimento do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), a equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES, afinada com os entendimentos técnicos e padrões de elaboração desse anexo, estabelecidos na 5º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, produziu o demonstrativo previdenciário referente ao Plano Financeiro em observância às orientações técnicas da STN, quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)" e do Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR".

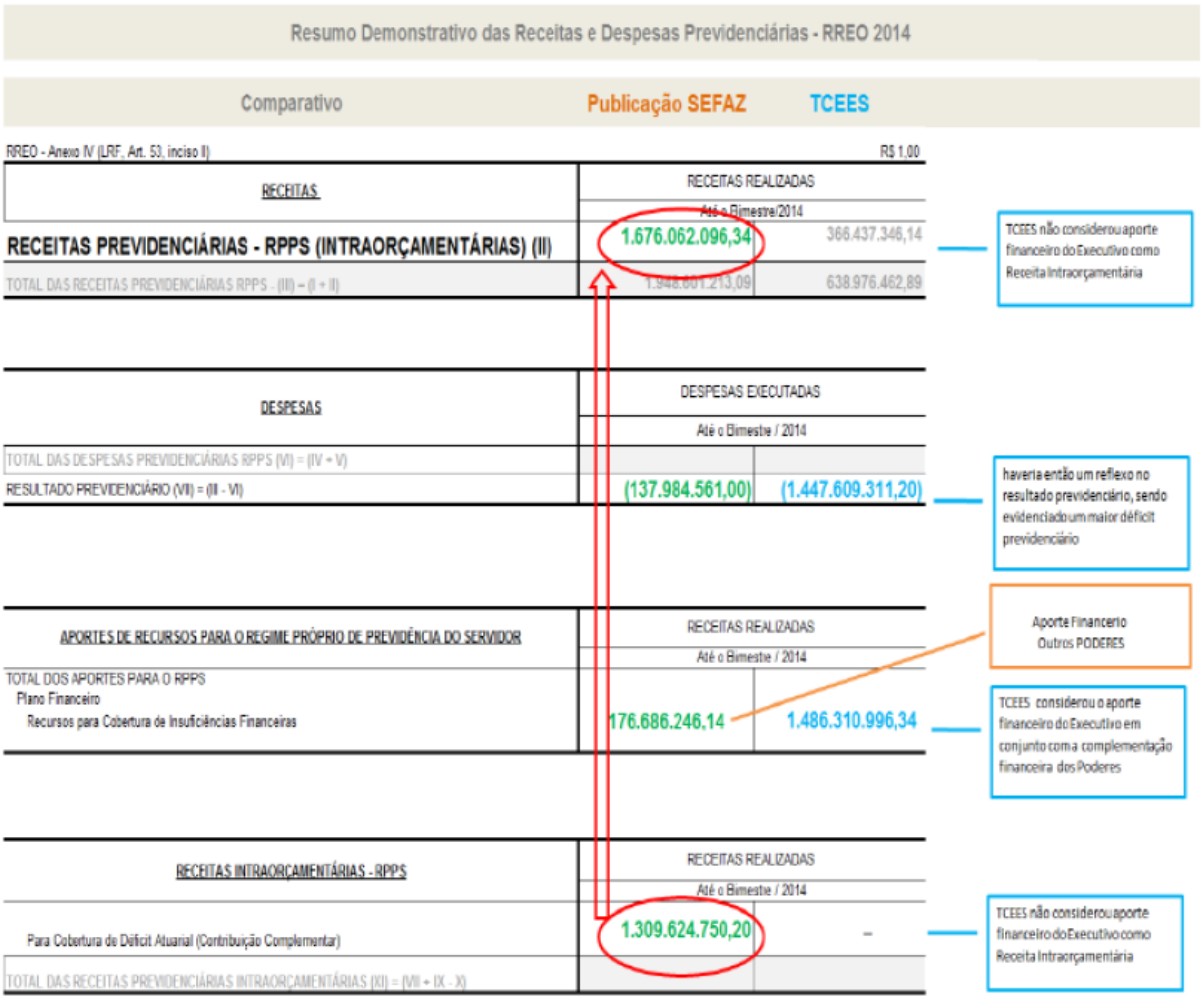
Tomando por base os dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - Sigefes (janeiro a dezembro de 2014), o TCEES apurou para as Receitas Previdenciárias orçamentárias o valor de R$ 638.976.462,89, divergente em R$ 1.309.624.750,20 a menor, do valor publicado pelo

[734] Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
[...]
§ 1º Além das contribuições previstas neste artigo, ficam o Poder Executivo e demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.

Estado, conforme evidenciado na análise do Relatório de Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre de 2014, constante no Processo TC n° 1590/2015.

A diferença encontrada se deve ao fato de o cálculo do TCEES não incluir, na linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", o valor referente ao aporte de recursos financeiros para a cobertura de déficit do RPPS referente ao Poder Executivo, que foi no valor de R$ 1.309.624.750,20, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, 5º edição (p. 203) que disciplina que: "Não deverão ser incluídos, nessa linha, os repasses para cobertura de insuficiências financeiras, déficits financeiros ou atuariais, visto que o Resultado Previdenciário (item VII) deverá representar a totalidade da necessidade de financiamento do RPPS. Os aportes de recursos para cobertura de insuficiências financeiras, déficits financeiros ou atuariais são demonstrados em tabela específica".

Dessa forma, os aportes de recursos serão contabilizados como receita intraorçamentária quando recebida do Poder Executivo, e como receita extraorçamentária, no caso de Outros Poderes e Órgãos, porém serão demonstrados em conjunto, conforme evidencia o Quadro 7.04.



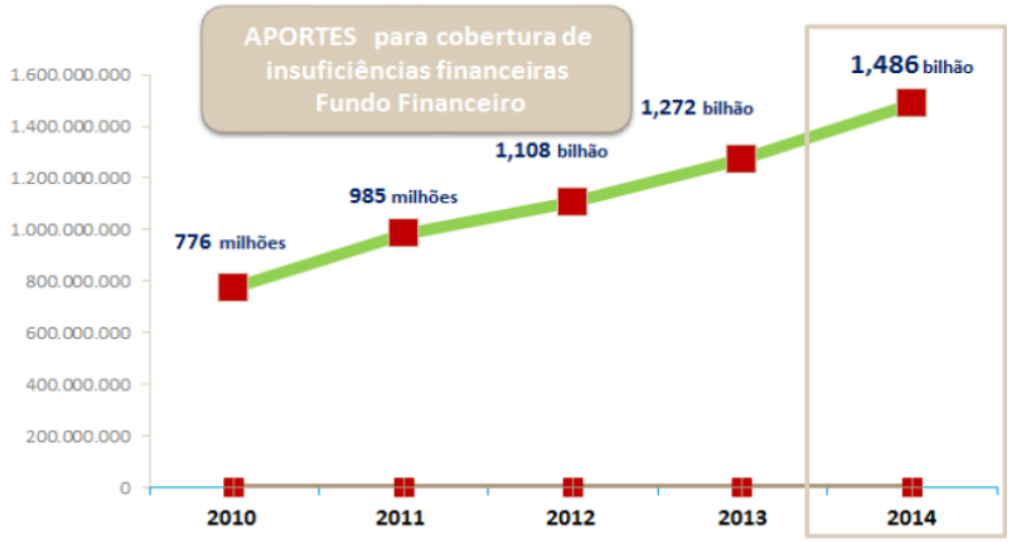
Fonte: Informações Metodologia Equipe Gestão Fiscal 9ª Secretaria de Controle Externo

Diante do exposto acima, e visando priorizar a transparência das informações relativas à Previdência Estadual, seguindo um melhor entendimento técnico, foi calculado pelo TCEES que o valor total dos recursos orçamentários para cobertura de insuficiências financeiras, constante do quadro "Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor", efetivamente utilizados (acumulados até o 6º bimestre) para cobertura dessas insuficiências financeiras entre as receitas e despesas previdenciárias foram no montante total de R$ 1.486.310.996,34, representando então a soma dos aportes de recursos dos Poderes e do Executivo Estadual (R$ 176.686.246,14 somados ao valor de R$ 1.309.624.750,20).

O Gráfico 7.09, a seguir, exibe a análise comparativa dos aportes para cobertura dessas insuficiências financeiras, referentes ao Fundo Financeiro, entre os exercícios de 2010 a 2014, considerando então a soma dos aportes financeiros relativos ao Executivo Estadual e dos Poderes. Observa-se um crescimento significativo desde 2010, chegando ao ápice em 2014, no montante repassado de R$ 1.486.310.996,34. Os números demonstram, no período abrangido,

um crescimento de 51,46% nos montantes aportados ao Fundo Financeiro.

Gráfico 7.09 – Aportes de Recursos - Fundo Financeiro



Fonte: RREO, 6º bim, Anexos Previdência, 2010 a 2014.

Nessa análise relativa a aportes de recursos para coberturas de insuficiências financeiras, cabe ressaltar que só o Fundo Financeiro apresentou valores, tendo em vista que o Fundo Previdenciário tem sido autossustentável, não necessitando, em princípio, de recursos para complementação de seus pagamentos.

Pelo teor da Nota Técnica da STN, a forma de repasse de recursos ao RPPS deve ser uma só: mediante interferência financeira. A conclusão pela permanência de duas formas distintas de registro do aporte – intraorçamentária para o Poder Executivo e extraorçamentária para os demais Poderes – coaduna-se com a intenção de se perpetuar o desvio de recursos na educação no Estado do Espírito Santo, haja vista ser essa a única razão para se incluir o aporte na execução orçamentária das unidades gestoras do Poder Executivo.

Por fim, para demonstrar de forma cabal que o aporte repassado pelo Poder Executivo não se destina a cobertura de déficit atuarial, reproduz-se o inteiro teor da Portaria MPS nº 746[735]67, de 27 de dezembro de 2011, a qual estabelece em seu art. 1º, inciso II, que os recursos destinados à cobertura de déficit atuarial permaneçam devidamente aplicados no mínimo por cinco anos, situação que não se amolda ao caso vertente:

PORTARIA Nº 746, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011
(Publicada no D.O.U. de 28/12/2011)

[735] Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_120116-090914-125.pdf. Acesso em: 8 jul. 2015.

Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS por aporte.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

Art. 1º O Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, de que trata a Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010 deverá atender às seguintes condições:

I - se caracterize como despesa orçamentária com aportes destinados, exclusivamente, à cobertura do déficit atuarial do RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei específica do respectivo ente federativo; e

II - sejam os recursos decorrentes do Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário de que trata o art. 2º, inciso XX, da Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008.

§ 1º Os Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:

I - ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos; e

II - permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos.

§ 2º Para fins desta Portaria não se caracterizam como Aporte os repasses feitos à Unidade Gestora em decorrência de alíquota de contribuição normal e suplementar.

Art. 2º A Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social adotará as medidas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

Dados atualizados extraídos do portal da transparência do governo do Estado em **10/05/2016** revelam que no **exercício financeiro de 2015**, primeiro ano de mandato da nova administração estadual, o Poder Executivo declarou ter gasto um total de **R$ 2.620.554.770,38** (dois bilhões, seiscentos e vinte milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e trinta e oito centavos) com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), alcançando o percentual de **27,78%** e, dessa forma, superando o percentual mínimo constitucional de 25%.

No entanto, desse valor total declarado pelo Poder Executivo, **R$ 566.869.011,71** (quinhentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, onze reais e setenta e um centavos) foram usados indevidamente para pagar benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas do RPPS. Esse valor supera em **R$ 35.021.560,54** (trinta e cinco milhões, vinte e um mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos) o total dispendido com a mesma despesa pelo Poder Executivo no exercício anterior (**R$ 531.847.451,17**).

Desse modo, excluindo-se o valor do aporte previdenciário do total de despesas com MDE declarado pelo Poder Executivo, constata-se que **o percentual de despesas com MDE do Poder Executivo estadual no exercício de 2015 atingiu apenas 21,77%**, ficando, portanto, muito abaixo do percentual mínimo constitucional de 25%[736].

Já em relação ao **exercício financeiro de 2016**, verifica-se que, pelo menos **até 10/05/2016,** foram **empenhados R$ 585.627.835,00** (quinhentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais) para pagamento de benefícios previdenciários a servidores inativos e pensionistas utilizando-se recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Ao se acrescentar esse montante aos valores apurados pelo MPC nos exercícios anteriores a partir de 2009, **o total de recursos subtraídos da educação estadual chega a incríveis R$ 3.336.277.755,37** (três bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

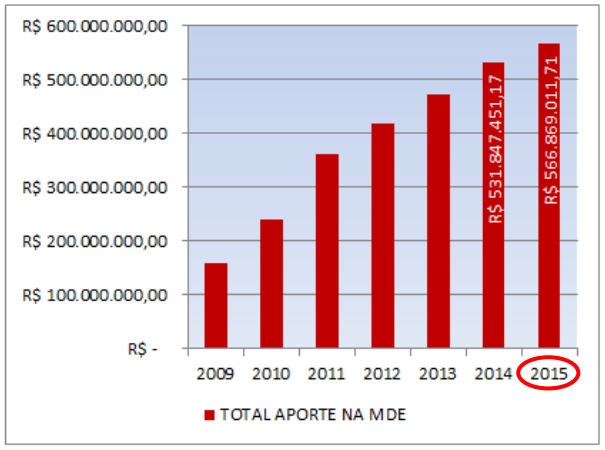
Apenas para se ter uma ideia do ritmo de crescimento deste débito histórico com a educação capixaba, durante a tramitação do presente processo de prestação de contas anual do governador (Processo TC 6016/2015), isto é, entre janeiro de 2015 e maio de 2016, foram subtraídos **R$ 1.152.496.846,71**(um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais

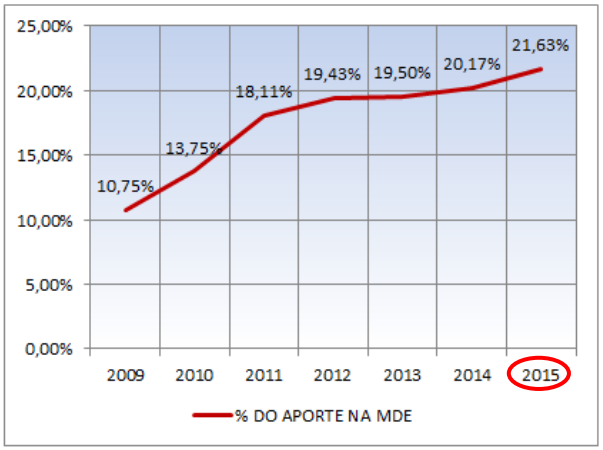
[736] A diferença entre os percentuais corresponde a 14,83%.

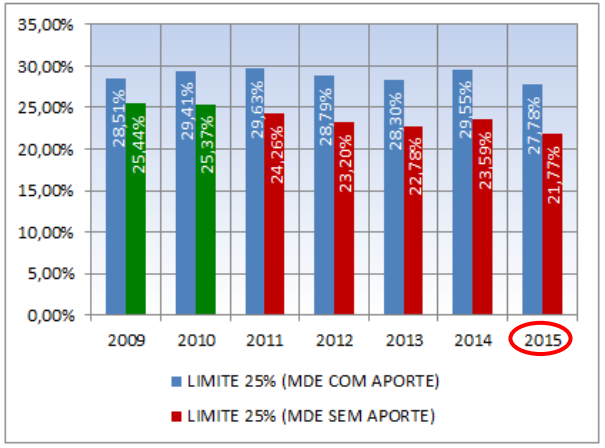
e setenta e um centavos). Esse valor corresponde a um **aumento de 52,77% em relação ao saldo acumulado dos recursos que deixaram de ser repassados à educação entre 2009 e 2014 (R$ 2.183.780.908,66)**.

A ilustração a seguir apresenta os valores detalhados das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e com o aporte previdenciário, bem como os respectivos percentuais e o total acumulado dos recursos subtraídos da educação entre 2009 e 2016:

ANO	TOTAL MDE	APORTE SEDU MDE	APORTE FAMES MDE	TOTAL APORTE NA MDE	% DO APORTE NA MDE	LIMITE 25% (MDE COM APORTE)	LIMITE 25% (MDE SEM APORTE)
2009	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.406.736,38	R$ 158.037,45	**R$ 159.564.773,83**	10,75%	28,51%	25,44%
2010	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.414.905,04	R$ 372.729,95	**R$ 238.787.634,99**	13,75%	29,41%	25,37%
2011	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.393.758,63	R$ 474.941,15	**R$ 362.868.699,78**	18,11%	29,63%	24,26%
2012	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.300.389,46	R$ 549.050,92	**R$ 417.849.440,38**	19,43%	28,79%	23,20%
2013	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.250.380,94	R$ 612.527,57	**R$ 472.862.908,51**	19,50%	28,30%	22,78%
2014	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.284.714,02	R$ 562.737,15	**R$ 531.847.451,17**	20,17%	29,55%	23,59%
2015	R$ 2.620.554.770,38	R$ 566.406.110,14	R$ 462.901,57	**R$ 566.869.011,71**	21,63%	27,78%	21,77%
mai/16		R$ 585.228.835,00	R$ 399.000,00	**R$ 585.627.835,00**			
	Total Acumulado:	**R$ 3.332.685.829,61**	**R$ 3.591.925,76**	**R$ 3.336.277.755,37**			



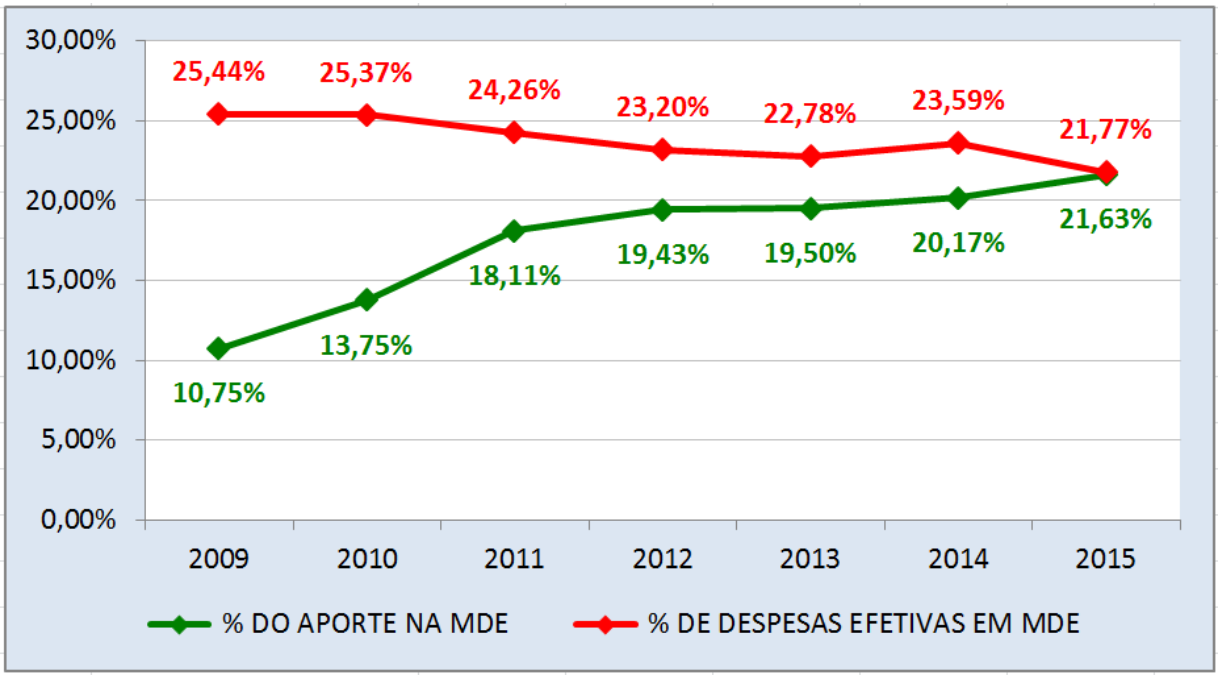




Evolução Anual dos Aportes Previdenciários nas Despesas com MDE e seu Reflexo no Percentual Mínimo Constitucional de Gastos com MDE[737]

[737] **LEGENDA:**
ANO: Exercício Financeiro; **TOTAL MDE:** Total de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); **APORTE SEDU MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Secretaria de Estado da Educação, considerados como MDE; **APORTE FAMES MDE:** Valor do aporte com recursos da unidade gestora Faculdade de Música do Espírito Santo, considerados como MDE; **TOTAL APORTE NA MDE**: Valor total do aporte, considerado como MDE; **% DO APORTE NA MDE:** Percentual do aporte no total de despesas com MDE; **LIMITE 25% (MDE COM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, computando-se o valor do aporte; **LIMITE 25% (MDE SEM APORTE):** Percentual de despesas com MDE para fins do limite mínimo constitucional de 25%, excluindo-se o valor do aporte. Os dados de 2016 referem-se às despesas empenhadas no período entre 01/01/201 e 10/05/2016.

Note-se que no exercício financeiro de 2015 houve o menor percentual de aplicação efetiva em MDE registrado desde 2009: **apenas 21,77%**. Caso seja mantida a tendência verificada no exercício de 2015, em 2016 o percentual do aporte na MDE superará pela primeira vez o percentual de despesas efetivas em MDE, conforme mostra a ilustração a seguir[738]:



Observe-se, ainda, que a apuração dos fatos pelo MPC permite concluir que a irregularidade em exame tornou-se **institucionalizada no Estado do Espírito Santo**, encontrando-se permanentemente engatilhada para beneficiar qualquer pessoa que ocupe o cargo de chefe do Poder Executivo, não possuindo, portanto, relação direta com as administrações estaduais que se alternaram entre 2009 e 2016, conforme se colhe do quadro a seguir:

Ano	Governador	Total das Despesas com MDE Declaradas pelo Poder Executivo (a)	Parte da MDE Utilizada para Pagamento do Aporte Previdenciário (b)	% do Aporte na MDE (b/a)*100
2009	Paulo Cesar Hartung Gomes	R$ 1.483.822.597,73	R$ 159.564.773,83	10,75

738 A ilustração realiza uma comparação apenas entre os percentuais, não podendo ser estendida aos valores absolutos (em R$) do aporte na MDE e das despesas efetivas em MDE.

Ano	Governador	Total das Despesas com MDE Declaradas pelo Poder Executivo (a)	Parte da MDE Utilizada para Pagamento do Aporte Previdenciário (b)	% do Aporte na MDE (b/a)*100
2010	Paulo Cesar Hartung Gomes	R$ 1.737.265.655,46	R$ 238.787.634,99	13,75
2011	José Renato Casagrande	R$ 2.003.958.690,76	R$ 362.868.699,78	18,11
2012	José Renato Casagrande	R$ 2.151.032.803,78	R$ 417.849.440,38	19,43
2013	José Renato Casagrande	R$ 2.424.334.563,20	R$ 472.862.908,51	19,50
2014	José Renato Casagrande	R$ 2.637.382.134,23	R$ 531.847.451,17	20,17
2015	Paulo Cesar Hartung Gomes	R$ 2.620.554.770,38	R$ 566.869.011,71	21,63
2016	Paulo Cesar Hartung Gomes	-	R$ 585.627.835,00[739]	-
	TOTAL:	**R$ 15.058.351.215,54**	**R$ 3.336.277.755,37**	**-**

Além do benefício pessoal que alcança com exclusividade a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo estadual, todos os demais Poderes e órgãos estaduais também são beneficiados com a irregularidade – inclusive o próprio Tribunal de Contas, responsável pela fiscalização quanto à correta aplicação dos recursos destinados à MDE –, na medida em que os recursos ordinários subtraídos da educação tornam-se "artificialmente disponíveis" para custear outras despesas, contribuindo, destarte, pela exacerbação da trágica competição decorrente do conflito distributivo no bojo do orçamento público do Estado, conforme se constata nos dias hodiernos[740].

Esclareça-se que, após detectar essa gravíssima irregularidade por ocasião da prestação de contas de 2014, o objetivo deste órgão ministerial tem sido promover, incansavelmente, o **fim da subtração indevida dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e a reparação integral do débito histórico com a educação capixaba**. Infelizmente, os reflexos dessa prática nociva ao interesse público só são sentidos pela parcela menos favorecida da

[739] Valores empenhados até 10/05/2016.

[740] Todos estes atores dotados de autonomia financeira se constituem, ao fim, em grupos de pressão que se mobilizam legitimamente para assegurar a sua parcela junto ao orçamento público do Estado, com vistas à manutenção de seu *status quo* de despesas decorrentes do exercício de suas competências constitucionais, mas, olvidando, por vezes, de demais despesas igualmente relevantes do conjunto da sociedade, titularizadas por atores sociais pouco competitivos que, infelizmente, se encontram distantes dos centros políticos de decisão para vocalizar seus interesses, a exemplo do segmento da educação pública (pais, alunos e educadores).

.

sociedade, a qual se sente reduzida a um mero número estatístico, sem rosto e sem voz, não podendo desfrutar da opção de matricular seus filhos na onerosa rede privada de ensino, privilégio, no entanto, assegurado, apenas, a seletos grupos sociais.

As imagens a seguir, extraídas do portal da transparência do governo estadual, demonstram os valores empenhados, liquidados e pagos em **2015** e em **2016** pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames) para custear benefícios previdenciários com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Atente-se para o fato de que em 2016 o Poder Executivo alterou, inexplicavelmente[741], a descrição do detalhamento da despesa, substituindo o subelemento de despesa de ***"47 – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS"***, utilizado em 2015, para ***"80 – DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO"***, usado em 2016.

No entanto, a omissão do subelemento de despesa pode ser facilmente suprida pela consulta do nome do **favorecido (FUNDO FINANCEIRO)** e do **histórico** das respectivas despesas **(CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PODER EXECUTIVO APORTE 2016)**.

[741] Não se afigura crível qualquer possível tentativa de se ocultar a utilização dos recursos destinados à MDE para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

Exercício Financeiro de 2015

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: **11/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 579.177.102,61**
Total Liquidado:	**R$ 579.177.102,61**
Total Pago:	**R$ 579.107.454,52**
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	566.406.110,14	566.406.110,14	566.406.110,14

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa

Dados atualizados em: **11/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2015 a 31/12/2015**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 1.043.833,65**
Total Liquidado:	**R$ 1.043.833,65**
Total Pago:	**R$ 1.043.833,65**
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	47-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS	462.901,57	462.901,57	462.901,57

Exercício Financeiro de 2016

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	R$ 594.936.135,00
Total Liquidado:	R$ 199.899.531,17
Total Pago:	R$ 199.890.506,87
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	80-DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO	585.228.835,00	197.051.908,89	197.051.908,89

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa → **Tipo Licitação/Favorecido**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Subelemento de Despesa: **DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO**

Total Empenhado:	R$ 585.228.835,00
Total Liquidado:	R$ 197.051.908,89
Total Pago:	R$ 197.051.908,89
Órgão Selecionado:	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CNPJ / CPF / Órgão	Favorecido	Nº do Processo	Tipo de Licitação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
600210	FUNDO FINANCEIRO	72979089	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	585.228.835,00	197.051.908,89	197.051.908,89

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa → Tipo Licitação/Favorecido → **Valor Empenhado**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Favorecido: **FUNDO FINANCEIRO**

Total Empenhado:	**R$ 585.228.835,00**
Órgão Selecionado:	**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0002 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0110 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
26/01/2016	2016NE00278	49.000.000,00
HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PODER EXECUTIVO APORTE 2016.		
23/02/2016	2016NE00683	48.000.000,00
HISTÓRICO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO RPPS - PODER EXECUTIVO APORTE 2016.		
03/03/2016	2016NE00941	488.228.835,00
HISTÓRICO: Empenho da despesa com folha de pagamento de inativos da sedu (aporte ao ipajm) para o período de março a dezembro/2016.		

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → **Subelemento de Despesa**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Elemento de Despesa: **OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Total Empenhado:	**R$ 399.000,00**
Total Liquidado:	**R$ 262.827,91**
Total Pago:	**R$ 262.827,91**
Órgão Selecionado:	**FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO**

Fonte de Recurso	Modalidade da Aplicação	Subelemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2-MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	91-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	80-DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO	399.000,00	262.827,91	262.827,91

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa → **Tipo Licitação/Favorecido**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Subelemento de Despesa: **DESCRIÇÃO PENDENTE DE DEFINIÇÃO**

Total Empenhado:	R$ 399.000,00
Total Liquidado:	R$ 262.827,91
Total Pago:	R$ 262.827,91
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ / CPF / Órgão	Favorecido	Nº do Processo	Tipo de Licitação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
600210	FUNDO FINANCEIRO	73062553	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	399.000,00	125.880,46	262.827,91
600210	FUNDO FINANCEIRO	73367362	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	0,00	53.922,70	0,00
600210	FUNDO FINANCEIRO	74005367	NÃO APLICÁVEL - DEMAIS CASOS	0,00	83.024,75	0,00

RECEITAS | DESPESAS | PESSOAL | COMPRAS | CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS | ORÇAMENTO | INFORMAÇÕES GERAIS

Despesas

Despesas por Órgão → Órgão → Elemento de Despesa → Subelemento de Despesa → Tipo Licitação/Favorecido → **Valor Empenhado**

Dados atualizados em: **12/05/2016**

Período da consulta: **01/01/2016 a 31/12/2016**

Favorecido: **FUNDO FINANCEIRO**

Total Empenhado:	R$ 399.000,00
Órgão Selecionado:	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

Função	Subfunção	Programa	Ação de Governo	Subtítulo
EDUCAÇÃO	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0002 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0110 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR	ESTADO

Data	Documento	Valor
26/01/2016	2016NE00036	300.000,00
HISTÓRICO: DESPESAS COM APORTE NO EXERCICIO DE 2016.		
25/04/2016	2016NE00272	99.000,00
HISTÓRICO: DESPESAS COM APORTE DA FOPAG NO EXERCICIO DE 2016.		

Esclareça-se que o início da subtração indevida de recursos da educação são anteriores à edição da Resolução TC 238/2012, iniciando-se no ano de 2009[742], durante a gestão do governador Paulo César Hartung Gomes (2007 a 2010 – segundo mandato), permanecendo durante toda a gestão do governador José Renato Casagrande (2011 a 2014) e continuando no início do terceiro mandato do governador Paulo César Hartung Gomes (2015 a 2018) [743], o que demonstra que **a irregularidade foi erigida à política de estado**, passando a fazer parte, portanto, de forma **institucionalizada**, do próprio sistema de gestão de recursos públicos implantado no Estado do Espírito Santo, razão pela qual sua aplicação independe da pessoa que dela se beneficie ao ocupar o cargo de governador ou de prefeito no território sob a jurisdição do TCEES.

Devido ao grande volume de recursos envolvidos (mais de meio bilhão de reais por ano), o próprio sistema possui seus mecanismos – nem sempre legítimos – de neutralização das ações que possam ameaçar a continuidade dessa prática tão nociva à educação pública estadual, da qual muitos se beneficiam de forma oculta por trás da complexidade das finanças públicas, usada como linguagem de dominação social sob o monopólio de poucos. Isso explica a intranquilidade demonstrada por alguns agentes públicos e privados diante dos fatos denunciados por meio do Parecer PPJC 3684/2015 do Ministério Público de Contas.

Por certo, trata-se de vício inerente à estrutura administrativa[744], que, se por um lado beneficia o cidadão alçado legitimamente ao **poder** mediante voto popular, independentemente dos matizes da sua flâmula partidária, por outro prejudica milhares de anônimos alunos e professores do ensino público estadual – estes

742 O Ministério Público de Contas não analisou os períodos anteriores ao exercício de 2009 em razão da ausência de disponibilização dos respectivos dados no portal da transparência do governo do Estado.

743 Observe que a constatação de embuste no ciclo orçamentário do microssistema de tutela do custeio do direito fundamental à educação, a despeito de encontrar-se amparado por vinculação constitucional de piso de gasto e de fonte própria de receita, expõe, às escâncaras, que a fragilidade fiscal perpassa governos e governantes, não se constituindo primazia desta ou daquela gestão.

744 Denota-se, desta forma, que o problema se apresenta de forma sistêmica e institucionalizada, significando que as diversas ações e os diversos elementos que compõem esse problema se inter-relacionam, retroalimentando-se e fortalecendo-se cada vez mais, em uma composição estrutural.
Desse modo, não se apresenta de fácil resolução, pois a solução necessária não permite que se resolva de forma isolada, em face da lógica fundamental que estrutura essa problemática.

relegados a uma posição inferior no atual e injusto modelo de estratificação social do quadro de servidores do Estado do Espírito Santo –, os quais não possuem o mesmo **poder** de persuasão e de representação perante esta Corte de Contas para pleitear, por exemplo, a edição de norma proibindo a utilização de estratégias contábeis e orçamentárias[745] que proporcionam a subtração indevida anual de milhões de reais dos recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE), norma essa a ser redigida com o mesmo grau de presteza e de zelo dispensado à feitura da Resolução TC 238/2012 e que fosse igualmente defendida pelos membros deste órgão de controle externo com a mesma devoção e entusiasmo.

Há evidências de que a norma editada pelo Tribunal de Contas contém vícios materiais[746] que vão ao encontro dos interesses privados dos gestores públicos, dada a complexidade, a especificidade e a meticulosa articulação dos procedimentos contábeis, orçamentários, legislativos e de controle envolvidos na subtração indevida de recursos constitucionalmente destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), porém redirecionados para pagamento de

---

[745] Confira interessante excerto de artigo intitulado "**Contas** '**maquiadas**' **não vão tornar nosso pais mais bonito**', da lavra do eminente juiz e professor de direito financeiro José Maurício Conti:
"*[...] Desde a estabilização da moeda, e o aumento no rigor das normas sobre finanças públicas, especialmente a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilização das informações econômicas aumentou substancialmente sua importância, pois passou a produzir dados de extrema relevância para a condução das políticas governamentais e consequente indicação dos rumos do país para o setor público e privado, nacional e estrangeiro.*
As restrições fiscais impostas pelas novas normas, associadas ao rigor da legislação, que contém sanções por vezes bastante severas para o seu descumprimento, bem como a crescente busca por maior transparência, acabaram por intensificar o uso da chamada "contabilidade criativa" no setor público. Na ânsia de cumprir as normas de finanças públicas, ainda que os números não sejam favoráveis, por vezes indicando em sentido oposto ao que se pretende, os operadores da contabilidade pública passaram a se aproveitar das brechas da lei, divergências na interpretação dos textos normativos, lacunas, flexibilidades e toda sorte de possibilidades, para "ajustar" os números aos interesses dos governantes, de modo a "fazer de conta" que os resultados foram alcançados tal como planejados*.[...]*
[...] ***Um verdadeiro arsenal de medidas paliativas que não resolvem o problema de fundo, mas apenas tentam contornar, adiar e alterar dados que não interessam ao governo divulgar.***
[...] Medidas como essa comprometem um dos mais — se não o mais — importante "ativo" de um país, que é sua credibilidade. Mais do que isso, a divulgação de informações imprecisas afronta o princípio da publicidade da administração pública, claramente expresso no artigo 37 de nossa Constituição. E o da transparência fiscal, que os artigos 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal se esmeraram em especificar de modo preciso, detalhando a forma e os meios de divulgação de todos os demonstrativos e relatórios orçamentários e financeiros, tudo para tornar essas informações públicas, transparentes e confiáveis.
Todo esse esforço pode se tornar inútil com a concretização dessas manobras contábeis, pondo a perder, num único ato, a credibilidade que levou anos, talvez décadas, para ser construída, e poderá levar outro tanto para ser recuperada.
[...] ***Não precisamos embelezar nossos números, não serão algumas contas "maquiadas" que vão tornar nosso país mais bonito****.*" (grifo nosso)
Disponível em: http://www.conjur.com.br/2013-fev-12/contas-vista-contas-maquiadas-nao-tornar-nosso-pais-bonito. Acesso em 23 mai. 2016.

[746] Sem prejuízo da eventual existência de vícios processuais no procedimento administrativo interno do TCEES que originou a Resolução TC 238/2012, ao qual o MPC ainda não teve acesso.

servidores inativos e pensionistas do RPPS do Estado do Espírito Santo, consoante ficou demonstrado no tópico "2.2.6 Do *Modus Operandi*" do Parecer PPJC 3684/2015[747].

A própria Resolução TC 238/2012, em seu art. 21, § 4º, faz uso do mesmo termo empregado pelo Poder Executivo estadual para designar a receita fictícia concebida para custear despesa inexistente ("contribuição"), conquanto seja sabido que o RPPS do Estado do Espírito Santo não possua previsão de legal para o recebimento de aportes sob a forma de contribuição, uma vez que inexiste plano de amortização para o déficit atuarial. *Verbis*:

> Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
>
> [...]
>
> § 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.

Sem dúvida, a análise da aplicação da Resolução TC 238/2012 evidencia um conjunto de procedimentos contábeis, orçamentários, legislativos e de controle externo deliberadamente orquestrado no intuito de se permitir a subtração indevida anual de milhões de reais da educação pública capixaba em benefício dos gestores que se sucedem à frente do Poder Executivo estadual.

Trata-se, na realidade, de **três irregularidades autônomas e independentes**, porém manejadas de forma coordenada e sucessiva, a saber:

Irregularidade nº 1: IPAJM, com a anuência da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento[748] (Sep), cria uma **receita fictícia**

[747] Disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Parecer-MPC-3684-2015-no-processo-TC-6016-2015-PCA-Governador.pdf. Acessso em: 27 abr. 2016.
Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015.

(alíquota de contribuição patronal suplementar para amortização de déficit atuarial) para atender a uma **despesa inexistente** (plano de amortização do déficit atuarial) com o propósito de viabilizar sua inclusão na execução orçamentária do Poder Executivo estadual e assim poder considerar as respectivas despesas como sendo aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Irregularidade nº 2: Unidades Gestoras do Poder Executivo estadual, entre elas a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames), transferem **orçamentariamente** o aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS, quando o procedimento correto estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) seria transferir o aporte **extraorçamentariamente**[749];

---

[748] Atualmente, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (Sep) possui como secretário o economista e auditor de controle externo do TCEES Regis Matos Teixeira.

[749] Consoante minudente descrição contida no **Parecer PPJC 3684/2015** (Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015) e reiterada neste **Recurso de Reconsideração**, a razão de os valores em tela terem sido transferidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), por meio de execução **orçamentária,** com vistas à cobertura do *déficit* financeiro do RPPS, e utilizados para pagamento de inativos (aporte), consiste em, para que os recursos pudessem ser considerados como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino torna-se necessário realizar o empenho da despesa e sua posterior liquidação, o que **não se viabilizaria** caso se adotasse o procedimento correto estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de transferência **extraorçamentária**, e contabilizados como interferência financeira.
Registre-se ainda que, em contraste **à Resolução TC 238/2012** do TCEES, toda a legislação federal regente da matéria, a saber:

- art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;
- art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
- bem como os Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB;

somente autoriza a consideração, para fins de cômputo no percentual mínimo constitucional de 25%, de despesa com **servidores ativos e em efetivo exercício**, **não autorizando** a consideração de despesas realizadas com **servidores inativos, e ativos em desvio de função** ou em **atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino** (art. 71, VI, da LDB), razão pela qual o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RRPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos** (se as despesas realizadas com servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino não podem ser computadas no percentual mínimo constitucional, por muito mais razão servidores que sequer estão em atividade) e **pensionistas** (pensionistas não são sequer servidores públicos, no que tange ao vínculo jurídico decorrente do benefício previdenciário recebido a título de pensão), também não pode ser considerado como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Irregularidade nº 3: TCEES edita e aplica a Resolução TC 238/2012, considerando a execução orçamentária do aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

Portanto, **qualquer uma das três irregularidades isoladamente consideradas mostra-se suficiente para tornar ilegal a consideração do aporte previdenciário como despesa com MDE** – e não apenas a Resolução TC 238/2012 – e para pôr fim à subtração indevida de recursos da educação, motivo pelo qual todas constituem objeto de arguição de incidentes de prejulgado autônomos neste Recurso de Reconsideração.

O quadro a seguir, elaborado a partir das análises empreendidas por este órgão ministerial, sintetiza a participação de todos os agentes envolvidos no *iter* procedimental que, voluntária ou involuntariamente, permite o descumprimento reiterado do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com educação mediante subtração indevida de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para a cobertura indevida do déficit financeiro do RPPS do Estado do Espírito Santo, obrigação financeira de responsabilidade do chefe do Poder Executivo estadual:

***Iter* Procedimental**	**Poder/Órgão/Entidade**	**Forma de Participação**
Procedimento nº 1	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)	Edita a Resolução TC 238/2012 autorizando, especificamente, a contabilização das despesas com o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
Procedimento nº 2	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Sano (IPAJM), gestor único do RPPS estadual.	Cria uma receita orçamentária fictícia (alíquota de contribuição patronal suplementar para amortização de déficit atuarial) para atender a uma despesa orçamentária inexistente do RPPS (plano de amortização do déficit atuarial).

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
Procedimento nº 3	Secretaria de Estado do Planejamento (Sep)	Inclui no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) a receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 4	Governador do Estado	Envia o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) contendo a receita fictícia criada pelo IPAJM – e endossada pela Sep – para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 5	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales)	Aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA) aquiescendo com a criação de receita fictícia para atender à despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 6	Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCEES)	Analisa a Lei Orçamentária Anual (LOA) atestando a legalidade da receita fictícia criada pelo IPAJM para atender à respectiva despesa orçamentária inexistente do RPPS.
Procedimento nº 7	Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames)	Transferem orçamentariamente o aporte mensal para cobertura do déficit financeiro do RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a seus servidores inativos e pensionistas.
Procedimento nº 8	Sistema de Controle Interno do Poder Executivo[750]	Emite Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 da Instrução Normativa TC 28/2013[751], atestando o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25 % em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) ou omitindo-se de avalia-lo[752];

[750] O secretário de estado de transparência e controle, responsável pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, é nomeado pelo governador do Estado para avaliar a gestão da própria autoridade que lhe nomeou em confiança, circunstância que demonstra mais um vício do sistema de gestão e controle de recursos públicos.

[751] Norma em vigor a partir de 2013.

[752] Essa omissão pode ser verificada na prestação de contas anual de 2014 ao se examinar o item 5.4 – Limites Constitucionais e Legais – do "Relatório Técnico de Análise e Avaliação dos Procedimentos Relativos aos Pontos de Controle do Anexo 11 – IN TCEES Nº 28, de 26/11/2013", fl. 3 do Processo TC 6016/2015 (CD-ROM), referente à prestação de contas anual de 2014.
Já nas prestações de contas anuais do governador do Estado de:

- 2009 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_contas_2010___parte_ii_secont.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
Procedimento nº 9	Governador do Estado	Inclui na prestação de contas anual do governador o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS – transferido orçamentariamente pela Sedu e pela Fames – com o objetivo de alcançar o percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), motivando a aprovação de suas contas por parte do TCEES e da Ales.
Procedimento nº 10	Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador	Com fundamento numa interpretação vinculante que sobrepõe a Resolução TC 238/2012 à legislação federal, elabora análise técnica considerando regular a inclusão do aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS no percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), recomendando a aprovação sem ressalvas da prestação de contas anual do governador.
Procedimento nº 11	Ministério Público de Contas	Em razão do exíguo prazo de sete dias corridos para emissão de parecer sobre as complexas operações envolvidas na prestação de contas do governador e do grande volume de processos submetidos a sua apreciação, bem como de sua reduzida equipe técnica[753], não

- 2010 (disponível em http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_contas_2010___parte_ii_secont.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2011 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_2011_secont_parte_2.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016);
- 2012 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/relatorio_das_contas_2012_parte_2_secont.pdf. Acesso em 5 mai. 2016); e
- 2013 (disponível em: http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/PrestacaoContas/01-22-RELOCI.pdf. Acesso em: 5 mai. 2016),

o mencionado Relatório Técnico de Análise emitido pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo **atestou indevidamente o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**.

[753] Para se ter uma ideia do quantitativo de técnicos do MPC, somente a Comissão Técnica que analisou a prestação de contas do governador de 2014 contou com mais servidores em dedicação exclusiva (14 auditores de controle externo) do que o quadro total de técnicos do MPC (3 procuradores de contas e 9 assessores técnicos) responsável pela análise de **todos os processos de controle externo que tramitam perante o TCEES ao longo do ano**.
Nesse sentido, vide declaração lançada na Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015 pela 9ª Secretaria de Controle Externo às fl. 205 e 206 do Processo TC 6099/2015: *"A Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2014, foi protocolizada neste Tribunal e autuada sob o* ***processo TC-6.016/2015 e um representativo***

Iter Procedimental	Poder/Órgão/Entidade	Forma de Participação
		identifica inconsistências na metodologia utilizada pela Comissão Técnica do TCEES responsável pela elaboração do Relatório Técnico das Contas do Governador[754].
Procedimento nº 12	Plenário do TCEES	Acolhe o posicionamento da Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador acerca do cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e emite Parecer Prévio recomendando à Ales a aprovação da prestação de contas anual do governador.
Procedimento nº 13	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales)	Ratifica o Parecer Prévio do TCEES, reconhecendo o cumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Note-se que, para que a Resolução TC 238/2012 possa resultar em benefício ao chefe do Poder Executivo estadual por ocasião da apreciação da sua prestação de contas anual, faz-se necessário que ocorra uma sucessão **prévia** e **coordenada** de complexos procedimentos contábeis, orçamentários e legislativos, sem os quais o normativo do TCEES não poderia ser aplicado, permitindo-se inferir duas hipóteses não excludentes entre si e igualmente censuráveis:

1ª Hipótese: ou a ideia de se editar uma Resolução que permitisse incluir o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) teve sua **gênese espontânea no interior do corpo diretivo/deliberativo do TCEES**;

2ª Hipótese: ou foi **inoculada no órgão de controle externo pelos próprios gestores públicos fiscalizados**, os quais seriam beneficiados pela

número de Auditores *desta unidade técnica foram designados para a composição da Comissão Técnica e estão em* ***dedicação integral*** *e diretamente envolvidos com a análise das respectivas demonstrações contábeis e relatórios que compõem a prestação de contas. [...]"*" (grifou-se)

754 A irregularidade no cômputo das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) só foi identificada por este órgão ministerial por ocasião da análise da prestação de contas anual do governador de 2014.

> Resolução a ser editada quando da apreciação de suas prestações de contas anuais por parte do TCEES e do Poder Legislativo, em detrimento da manutenção e do desenvolvimento do ensino público do Estado do Espírito Santo.

Registre-se que a utilização do estratagema que possibilitou a subtração indevida bilionária de verbas da educação ocasionou, por outro lado, e por óbvio, que os recursos ordinários fossem "*economizados*", e destarte, "*reforçassem*", inelutavelmente, o orçamento de todas as unidades gestoras estaduais dotadas constitucionalmente de autonomia financeira, uma vez que constituem a principal fonte de recursos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas - órgão responsável pela edição da Resolução TC 238/2012 -, contribuindo, igualmente, assim agindo, pela exacerbação da trágica competição decorrente do conflito distributivo no bojo do orçamento público do Estado, conforme se constata nos dias hodiernos[755]. Atualmente, o total de recursos subtraídos da educação supera meio bilhão de reais por ano

Acrescente-se que o chefe do Poder Executivo estadual, legítimo representante eleito pela população capixaba, perante a qual presta o ***"compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo"***, consoante dispõe o art. 81 da Constituição do Estado do Espírito Santo[756], torna-se responsável pela escolha consciente e conveniente de ignorar – sem qualquer questionamento – os normativos federais[757]

---

755 Todos estes atores dotados de autonomia financeira se constituem, ao fim, em grupos de pressão que se mobilizam legitimamente para assegurar a sua parcela junto ao orçamento público do Estado, com vistas à manutenção de seu *status quo* de despesas decorrentes do exercício de suas competências constitucionais, mas, olvidando, por vezes, de demais despesas igualmente relevantes do conjunto da sociedade, titularizadas por atores sociais pouco competitivos que, infelizmente, se encontram distantes dos centros políticos de decisão para vocalizar seus interesses, a exemplo do segmento da educação pública (pais, alunos e educadores).

756 Art. 81 O Governador e o Vice-Governador do Estado tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição em sessão solene na Assembléia Legislativa, prestando compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo espírito-santense.

757

- Art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);
- Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- Art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- Art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994;

que dispõem em sentido contrário aos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012, optando por adimplir com uma norma criada no intuito específico de beneficia-lo, incorrendo, juntamente com os demais responsáveis pelos procedimentos mencionados, numa variante da denominada **Teoria da Cegueira Deliberada**. Sobre essa teoria, originária do Direito Penal, porém aplicável em outros ramos do Direito, esclarece Leonardo Fernandes dos Santos em artigo intitulado *"A Responsabilidade dos Pareceristas Jurídicos e a Teoria da Cegueira Deliberada"*[758]:

> A teoria em cotejo é de antiga aplicação no âmbito do direito inglês, sendo depois transportada ao direito norte-americano[759]. Iniciou-se, primeiramente, no direito penal, mas, ao que tudo indica, sua aplicação tem se expandido para outros ramos do direito.
>
> A teoria da cegueira deliberada prega que o agente que, intencionalmente, busca não saber de ilicitude da conduta praticada, criando uma verdadeira barreira intencional, acaba por ser tão responsável quanto, ou seja, também concorre para o resultado. Também conhecida como **instruções de avestruz**, tal alcunha decorre do fato de que o agente acabaria por agir como um avestruz, enfiando a cabeça debaixo da terra a fim de não tomar conhecimento das ilicitudes que o circundam. A *willful blindness* sempre teve destaque, no âmbito do direito criminal, com a questão envolve os crimes de lavagem de dinheiro, nos quais, em geral, os terceiros que auxiliam a lavagem procuram desconhecer o caráter ilícito do dinheiro, mesmo quando assim fortemente previsível[760].
>
> Ocorre que, antes restrita ao âmbito penal, é possível notar a expansão do instituto da cegueira deliberada para outros ramos do direito. O caso mais emblemático, também de origem estadunidense, ocorreu em recente pronunciamento da Suprema Corte Americana, em 2011, no caso *Global-Tech Appliances*, Inc. v. SEB S.A (563, US), no qual a Suprema Corte Americana ratificou o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias no sentido de que a teoria da cegueira deliberada também é aplicável no âmbito dos casos civis. Justice Alito, que foi o relator do caso, assim dispôs em seu voto:
> [...]

- Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB.

758 Disponível em: http://www.apesp.org.br/comunicados/images/leonardofernandesdossantos_tese_17092014.pdf. Acesso em: 4 mai. 2016.

759 "Cf. ROBBINS, Ira P. **The Ostrich Instructions: Deliberate Ignorance as a Criminal Mens Rea**. *The Journal Of Criminal Law & Criminology*, Vol. 81, 1990-1991, p. 196." (nota de rodapé constante no documento original)

760 "A teoria, inclusive, foi objeto de discussão, ainda que em *obter dictum*, no âmbito da ação penal nº 470/STF, neste sentido, remetemos o leitor para: BOTTINI, Pierpaolo Cruz. A Cegueira Deliberada no Julgamento da Ação Penal 470. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2012-set-04/direito-defesa-tal-cegueira-deliberada-lavagem-dinheiro. Acessado em 02/08/2014.
A teoria também foi aplicada no caso do furto à sede do Banco Central de Fortaleza/ CE, na qual comerciantes, proprietários de uma revenda de carros, venderam 11 veículos aos acusados da subtração – e receberam em pagamento, dinheiro em espécie pela venda dos 11 veículos -, contribuindo para a lavagem. A sentença, depois, acabou sendo revertida pelo TRF 5." (nota de rodapé constante no documento original)

> Conclui-se que – desde que afastadas quaisquer tentativas de responsabilização objetiva do parecerista – seria possível, ao menos do ponto de vista teórico, aceitar a ideia de que aquele que intencionalmente se blinda, a fim de não enxergar a ilicitude que o circunda, no seu exercício do seu mister profissional, também pode, na seara jus-administrativa, vir a ser responsabilizado. Resta saber, no entanto, se é possível extrair a hipótese da cegueira deliberada de uma cláusula geral de dolo ou se haveria necessidade de tipificação expressa, tema que carece de melhor desenvolvimento teórico.
>
> O dever de probidade do servidor público – mormente daqueles que ocupam carreiras de Estado e que lutam pela autonomia como forma justamente de aprimorar a defesa de atitudes probas do no âmbito da Administração Pública (vide a luta pela PEC 82) - não pode se coadunar com a cegueira deliberada. Como bem já apontava Antônio Vieira: *"(...) A cegueira que cega cerrando os olhos não é a maior cegueira; a que cega deixando os olhos abertos, essa é a mais cega de todas"*[761].

Por fim, cumpre abordar os apontamentos feitos pelo ilustre conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto acerca da possibilidade de se criar uma regra de transição objetivando estabelecer um período de adequação para o Poder Executivo passar a cumprir a Constituição Federal de 1988:

> No campo técnico, contudo, também merece reparo as argumentações do ilustre procurador ao questionar a necessidade dos aportes dos inativos de cada poder serem contabilizados como limite em cada um. Realmente tem razão em que esse tema seja abordado, atendendo aos preceitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Entretanto **há necessidade, em nosso entendimento em se criar uma regra de transição**, a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Contas. Não sendo portanto aplicável nas contas atuais.
>
> **Nos mesmos moldes, o cálculo do aporte dos inativos com aplicação em Educação. Influenciando inclusive no mínimo constitucional a ser apurado. Nesse caso específico, vale ressaltar a existência de norma desse Tribunal permitindo essa interpretação ora combatida pelo MP**. Entendemos como no caso anterior, da necessidade de uma **regra de transição**, conforme já existe em outros tribunais, seguindo o conceito que sempre defendo: **Faz melhor, quem copia por último**.

Esclareça-se que a disciplina jurídica primária para as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), na que se inclui o estabelecimento de **percentuais mínimos** de aplicação por parte de cada ente da federação, encontra-se prevista na própria Carta da República, decorrendo, portanto, dos termos do

[761] "VIEIRA, Antonio. **Sermões (Parte I)**. Fundação Biblioteca Nacional, Domínio Público, p. 237." (nota de rodapé constante no documento original)

pacto federativo celebrado em 1988, do qual o Estado do Espírito Santo foi signatário e cujo adimplemento pressupõe o cumprimento das normas aplicáveis a todos os entes federados, sob pena se submeter o Estado do Espírito Santo a mais grave sanção que se pode impor a um Estado membro da Federação: a intervenção federal – por meio da **Representação Interventiva** junto ao **Supremo Tribunal Federal**, de iniciativa do **Procurador-Geral da República**, nos moldes do art. 36, inciso III, da Carta Maior[762] - retirando-lhe a autonomia organizacional que caracteriza a estrutura federativa brasileira, em face da violação ao **art. 34, incisos VI** e **VII, alínea "e"**, da Carta da República[763], respectivamente, em decorrência de **recusa à execução de lei federal** – ao TCEES falece competência no sentido de autorizar todos os Poderes e órgãos estaduais a descumprirem os ditames da LRF, impossibilitando, inclusive, que a sociedade tenha conhecimento da real situação fiscal dos Poderes e órgãos estaduais -, e em face da violação ao princípio constitucional sensível de garantia de **aplicação mínima de 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino**, quebrantado pela subtração indevida bilionária de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Por seu turno, a regulamentação geral do referido dispositivo constitucional também ficou sob a competência da União, consoante estabeleceu o art. 214 da Constituição Federal[764], combinado com o art. 24[765], § 1º, ensejando a edição da Lei federal

---

762 **Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:**
[...]
III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de **recusa à execução de lei federal**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

O **inciso III do art. 36** da Constituição Federal foi regulamentado pela **Lei nº 12.562/2011**, que dispôs sobre o processo e julgamento da **Representação Interventiva perante o Supremo Tribunal Federal**.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12562.htm. Acesso em 28 mai. 2016.

763 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
[...]
e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

764 Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações

9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de observância obrigatória por todos os entes da federação.

Ocorre que, se nem mesmos os Poderes Legislativos dos estados e dos municípios possuem competência constitucional para legislar em sentido contrário às normas gerais editadas pelo parlamento federal, tendo em visa que os interesses da União perpassam as esferas particulares de cada ente, muito menos os Tribunais de Contas, órgãos de natureza administrativa desprovidos de competência legislativa.

No que tange ao argumento de que ***"faz melhor quem copia por último"***, pois outros Tribunais de Contas[766] já teriam estabelecido um **período de transição** para o cumprimento do **percentual mínimo constitucional** de 25% em despesas com Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (MDE), tal assertiva pode ser considerada válida apenas para a hipótese de se reproduzir **bons exemplos e práticas**, não se aplicando, por certo, ao ato de se plagiar condutas vedadas por lei, como seria o caso de se insurgir contra as regras federais, ajustando seu cumprimento com Estado e municípios. O foro competente para se legislar sobre questões de interesse de todas as unidades federadas não seria, por óbvio, os órgãos de controle externo estaduais, mas sim o parlamento federal.

---

integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - melhoria da qualidade do ensino;
IV - formação para o trabalho;
V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

765 Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
II - orçamento;
[...]
IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)
[...]
§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

766 Há, somente, a menção '*conforme já existe em outros tribunais*'; não havendo maiores comprovações, documentada nos autos, da informação.

Destarte, com as vênias àqueles que comungam entendimento dessemelhante, salvo melhor juízo, a instituição de regra de transição objetivando o cumprimento progressivo do mínimo constitucional em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) constitui matéria de competência legislativa da União, não sendo possível, portanto, que estados e municípios – e órgãos de controle externo, com menos razão ainda -, possam dispor de modo diverso sem autorização expressa do parlamento federal, sob pena se colocar em risco a harmonia do pacto federativo.

Além de ferir a Constituição Federal e de usurpar a competência legiferante da União federal, a hipótese de criação de regras de transição no âmbito do Estado do Espírito Santo beneficiaria diretamente apenas o chefe do Poder Executivo, principal responsável pelo cumprimento do mínimo constitucional em MDE perante a federação, e indiretamente os demais Poderes e órgãos estaduais – incluindo o próprio TCEES, autor da proposta –, os quais disporiam, por mais algum tempo, da possibilidade de reforçar seus orçamentos com os recursos subtraídos da educação[767], cujo montante atual supera meio bilhão de reais por ano. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que prioriza interesses privados em detrimento da **aplicação mínima** na melhoria e no desenvolvimento do ensino público estadual.

A utilização de artifícios orçamentários, contábeis e de controle utilizados para dissimular o cumprimento do **percentual mínimo** de aplicação em MDE sinaliza a existência de graves problemas na gestão das finanças públicas estaduais, devendo ser motivo de preocupação por parte da sociedade.

Por esse motivo, o Ministério Público de Contas não vislumbra a possibilidade lícita de o Poder Legislativo estadual ou desta Corte de Contas editar normas de transição

[767] Não se olvide, por outro lado, da exacerbação da trágica competição decorrente do conflito distributivo no bojo do orçamento público do Estado, conforme se constata atualmente.
Todos os atores dotados de autonomia financeira se constituem, ao fim, em grupos de pressão que se mobilizam legitimamente para assegurar a sua parcela junto ao orçamento público do Estado, com vistas à manutenção de seu *status quo* de despesas decorrentes do exercício de suas competências constitucionais, mas, olvidando, por vezes, de demais despesas igualmente relevantes do conjunto da sociedade, titularizadas por atores sociais pouco competitivos que, infelizmente, se encontram distantes dos centros políticos de decisão para vocalizar seus interesses, a exemplo do segmento da educação pública (pais, alunos e educadores).

visando o cumprimento progressivo do percentual mínimo constitucional de 25% de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), razão pela qual reitera os termos do Parecer PPJC 3684/2015, **sob pena deste órgão ministerial assentir com irregularidade capaz de sujeitar o Estado do Espírito Santo à sanção prevista no art. 34, incisos VI e VII, alíena "e", da Constituição Federal, além de permitir que a sociedade não tenha conhecimento dos valores efetivamente aplicados na educação estadual.**

Aliás, inclusive, consigna-se que a proposição defendida pelo ilustre conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto de se criar uma regra de transição objetivando estabelecer um período de adequação para o Poder Executivo passar a cumprir a Constituição Federal de 1988 se revela inconciliável ao seu recente pronunciamento no sentido da impossibilidade de se flexibilizar normativos legais e constitucionais, defendida recentemente junto ao 1º Fórum dos Prefeitos, em Guarapari - evento promovido pela Associação dos Municípios Capixabas -, mas, por óbvio, entendimento direcionado a Estado e Municípios.

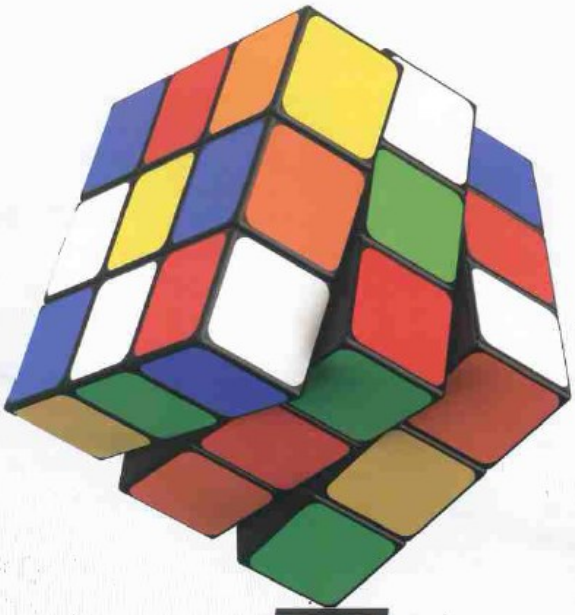
Confira:

aconTeCE

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Mala Direta Postal Básica
9912341001/2013
T.C.E.E.S.
CORREIOS

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - ano XVII - nº 101 - março/abril de 2016



AUDITORIA

Especialização vai aprimorar o controle

6

Limites da LRF não serão flexibilizados 3

Corte implanta modelo de gestão estratégica 4

Corte não vai flexibilizar limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Convidado pela Associação dos Municípios Capixabas para falar na abertura do 1º Fórum dos Prefeitos, em Guarapari, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conselheiro Sérgio Aboudib, disse que, como guardiã da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Corte cumprirá seu papel e não flexibilizará limites que a própria Lei não flexibilizou".

Ele destacou o curso de uma crise sem precedentes na história do país e recomendou que os prefeitos produzam orçamentos conservadores. "A crise é fiscal, é econômica, é política, é ética", declarou ele, ao alertar que as "incertezas afastam os investidores".

Ao lamentar que o país esteja paralisado, Aboudib comparou a realidade do Brasil de hoje à de uma família que perdeu o controle das suas finanças: "Ao exceder os gastos com o cartão de crédito, o governo federal usou o cheque especial; para pagar o cheque especial, deu cheque sem fundos de outro banco; e acabou fazendo empréstimo com um agiota para resolver o problema".

> *Crise mostra quem sabe e quem não sabe administrar. Navegar com vento a favor é mole.*

O presidente do Tribunal revelou que nos dois primeiros meses deste ano o Estado arrecadou quase 500 milhões de reais a menos do que o previsto e que as transferências federais foram zero, destacando as consequências da paralisação da Samarco, da diminuição das atividades da Petrobras e do Estaleiro Jurong, das ameaças à Vale e dos efeitos da seca.

O conselheiro advertiu os prefeitos a que usem o bom senso ao fazerem seus orçamentos, produzindo expectativas conservadoras que possam ser suplementadas no futuro, caso haja excesso de arrecadação, o que não vai ocorrer, segundo ele, que enfatizou: "Esse é o ponto. Não haverá excesso de arrecadação".



E desafiou: "É hora do gestor aparecer. A crise mostra quem sabe e quem não sabe administrar. Navegar com vento a favor é mole. Difícil é navegar em mares agitados. Está na hora de buscar receitas. Atualizar a planta de valores imobiliários, que é base para cobrança do IPTU. E desenvolver parcerias com o Sebrae, buscando incentivar o empreendedorismo, gerando atividades econômicas novas".

"Acima de tudo, está na hora de rever despesas. Há que se fazer um esforço diário para o pé caber dentro do sapato. E cada dia o sapato fica menor. O país que sairá dessa crise terá que rever o seu tamanho, e escolher onde deseja ver o dinheiro dos impostos sendo aplicado. No mundo real, estão acontecendo demissões; pensar em aumentar a folha de pagamento agora é contratar o fracasso", disse o conselheiro.

Aboudib destacou sua certeza de que "a atuação de um gestor atento, que corta despesas, gerará inclusive dividendos eleitorais. O eleitor conhece a crise. Mas precisamos nos preparar para o momento em que ela passar, pois, quem se posicionar bem saberá aproveitar melhor as oportunidades".

Aboudib acha que o Brasil vai ser cada vez mais rigoroso com a utilização dos recursos públicos. "É preciso melhorar a instrução processual, o que estamos fazendo. Toda a área técnica do Tribunal já está sendo capacitada visando à implantação do manual de auditoria de conformidade, como previsto no nosso Plano Estratégico".

2.4.3 Da inclusão nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas

A **segunda razão** para a emissão de Parece Prévio contrário à aprovação da prestação de contas resulta do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na medida em que parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas foi irregularmente inserida no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, possibilitando o descumprimento dos limites legais de despesa com pessoal por parte dos demais Poderes e órgãos estaduais e induzindo em erro toda a sociedade capixaba.

O aperfeiçoamento da metodologia de análise, por parte do Ministério Público de Contas, dos instrumentos de transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal, previstos no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) resultou na identificação de grave irregularidade na **contabilização**[768], **demonstração**[769] e **transferência**[770] do aporte mensal destinado à cobertura do déficit financeiro do RPPS do Estado do Espírito Santo.

Pois bem. Como é de praxe na análise da prestação de contas anual do governador, por ocasião da análise das despesas com pessoal o **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015** fez menção à base normativa utilizada em sua

768 O aporte previdenciário está sendo **contabilizado** de forma incorreta no Sistema de Gestão Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes) como receita intraorçamentária do RPPS, descumprindo os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

769 O aporte previdenciário está **deixando de ser incluído** nos demonstrativos fiscais publicados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas e sendo incluído indevidamente como despesa com pessoal do Poder Executivo.
Esse procedimento de transferência da responsabilidade fiscal não se harmoniza com a metodologia de repartição dos limites de despesa com pessoal disciplinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal e regulamentada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

770 A transferência do aporte previdenciário para o RPPS está sendo **realizada de duas formas distintas**: orçamentariamente pelo Poder Executivo e extraorçamentariamente pelos demais Poderes e órgãos.
Esse procedimento não atende aos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os quais preconizam que o aporte deve ser transferido apenas extraorçamentariamente mediante interferência financeira.

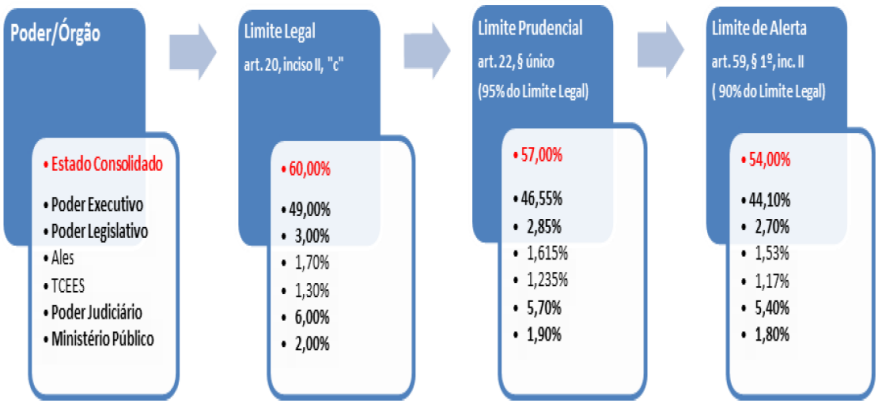
metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal de todos os Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo[771]:

5.3.4 ANÁLISE DOS DEMOSTRATIVOS DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO 1 DO RGF - LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")

A Constituição Federal, em seu artigo 169, estabelece que "a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 19, fixa o Limite Máximo da despesa total com pessoal em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL). Esses percentuais oscilam de acordo com o Ente ou órgão como impõe o art. 20. No Parágrafo único do artigo 22, a LRF estabelece o Limite Prudencial, que corresponde a 95% do valor do Limite Máximo, e, no inciso II do § 1º do artigo 59, dispõe sobre o Limite de "Alerta", que equivale a 90% do limite máximo. O Quadro 5.3.4 resume os percentuais por Poder/Órgão.

Quadro 5.3.4 – Limites da LRF para as Despesas com Pessoal



Fonte: LRF.

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá conter os valores da despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos 12 (doze) meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, as despesas não computadas para fins de verificação do limite, despesa líquida com pessoal, percentual da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá ser elaborado pelos Poderes Executivo, Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário, e o Ministério Público.

Destaca-se que, **por determinação da Decisão Plenária TC 006/2001 c/c Resolução TC nº 189/2003**, para fins de apuração da Despesa com Pessoal, **os recursos financeiros para cobertura do déficit financeiro do**

[771] Fl. 361 do Processo TC 6016/2015.

> **RPPS ("Aporte") dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas somente são computados no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo**. (grifou-se)

A flagrante ilegalidade dessa premissa metodológica decorre do entendimento da Comissão Técnica que analisa a prestação de contas anual do governador de que as normas administrativas expedidas por esta Corte de Contas possuem caráter vinculante e insusceptível de qualquer questionamento, mesmo que os normativos do TCEES façam letra morta da legislação federal que disciplina a matéria, *in casu*, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A seguir, apresentam-se os fundamentos para o presente incidente de prejugaldo, extraídos do **Parecer PPJC 3684/2015**, emitido na prestação de contas anual do governador de 2014, bem como dos **Pareceres PPJC 5218/2015**, **PPJC 5219/2015** e **PPJC 5220/2015**, emitidos, respectivamente, nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2015 do Poder Judiciário (Processo TC 6492/2015), do Ministério Público Estadual (Processo TC 6493/2015) e do Poder Legislativo (Processo TC 6269/2015), todos incluídos como anexo deste Recurso de Reconsideração.

Inicialmente, o Parecer PPJC 3684/2015 abordou a questão nos seguintes termos[772]:

> **2.3 Das Despesas com Pessoal**
>
> Analisando os Demonstrativos da Despesa com Pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, publicados nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre 2014, colacionados a seguir, percebe-se a adoção de procedimentos distintos no registro dessas despesas, à luz do que preconizam os art. 18 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[773]:

[772] Fl. 733 a 749 do Processo TC 6016/2015.

[773] Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: **o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas**, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais,

Poder ou Órgão	Total da Despesa Bruta com Inativos e Pensionistas em 2014
Executivo	2.163.211.940,78
Legislativo	6.149.673,26[774]
Judiciário	-
Ministério Público	-
Tribunal de Contas	-

Observa-se que os Poderes Legislativo (vide nota de rodapé) e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não declaram despesas com seu pessoal inativo e pensionistas, procedimento não amparado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A situação inusitada foi em parte objeto de consulta jurídica formulada por parte da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), mediante Nota Técnica nº 008/2013, respondida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) nos autos do Processo SEP nº 63761688, datado de 30/05/2014, nos seguintes termos:

gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
[...]
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

774 Despesas referentes ao pagamento de benefícios previdenciários do extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE), não incluindo servidores vinculados ao RPPS do Estado do Espírito Santo.

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

PROCESSO nº 64634051

PARECER

Análise jurídica . "Aporte" financeiro pelo Poder Executivo Estadual para fins de contabilização das despesas de pessoal – inativos e pensionistas – do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Considerações.

Senhor Subprocurador Geral para Assuntos Administrativos,

1. Cuida-se de análise jurídica do procedimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TC/ES, que com base na "decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, passou a incluir a partir de análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, o que acabou por onerar os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal LRF"[1].

O objeto da análise em referência é o mesmo constante do processo Nº 63761688, que tem por órgão consulente a SECONT, pelo que

[1] OF/SEFAZ/GABSEC/ Nº 393/2013, fl.01

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

os fundamentos aqui apresentados serão, da mesma forma, reproduzidos naquela consulta, mediante juntada do presente parecer, que segue apenso ao despacho lá constante.

Juntada às fls. 05/16 Nota Técnica nº 008/2013 da SECONT, em que essa procede a análise da Decisão TC-1297/2013, referente ao Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º quadrimestre de 2012, concluindo que: a decisão e resolução do TCEES é contrária a proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (cópia às fls. 21/30), pelo que pode – dado ser o "aporte" crescente a cada ano – comprometer os limites de pessoal definidos na LRF, recomendando a análise desta PGE acerca do tema.

Fora juntada ainda à fl. 17, cópia da Decisão Plenária do TC, nº 006/2001, que acaba por estabelecer um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000 deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Anexada aos autos ainda cópia da Resolução nº 189/2003, que disciplina o tratamento a ser dado ao aporte financeiro de que trata a Lei complementar Estadual Nº 263/2003 (que fora, diga-se, revogada pela Lei Complementar nº282/2004).

É o relatório, no essencial.

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

2. Inicialmente, destaco que a análise aqui colacionada por esta PGE, limitar-se-á apenas às questões jurídicas constantes da consulta formulada, não sendo nossa a responsabilidade das questões técnicas ou contábeis vinculadas ao objeto da consulta, bem como as de conveniência e oportunidade emitidas pelos Agentes Públicos vinculados aos autos em epígrafe.

Dito isso, passa-se a análise dos pontos jurídicos propriamente ditos. Conforme consubstanciado no Ofício enviado pelo Secretário de Estado da Fazenda, que aponta o início da adoção da metodologia, pelo Tribunal de Contas do Estado[2], *"a partir da análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, onerando, desta forma, os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF"*.

Cumpre esclarecer, inicialmente – para fins de resposta a consulta posta –, com base nos conceitos extraídos da Lei Complementar 101/2000, a definição de Despesa Total com Pessoal.

> ***Lei Complementar n.º 101/2000:***
>
> *"Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies*

[2] Consubstanciado da decisão plenária TC-006/2001 e na Resolução TC-189/2003.

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência." (grifo nosso)

Assim, temos que mencionada lei define DTP – Despesa Total com Pessoal como a soma de todas as espécies remuneratórias gastas com ativos, inativos e pensionistas. O conceito, em termos brutos, tem caráter meramente exemplificativo, como se denota pela utilização das expressões abertas "com quaisquer espécies remuneratórias", "tais como" e "vantagens pessoais de qualquer natureza", que tem o claro objetivo de evitar burlas decorrentes da criação de novas terminologias. O princípio, assim, é o da prevalência, da essência, sobre a forma.

A partir do texto da lei, que é explicito quanto a inclusão, resta inadmissível a exclusão de inativos e pensionistas do conceito de DTP, pelo que, desde já, firmo meu entendimento contrário ao do explicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Noutros Estados (em entendimentos, inclusive, já superados), procedeu-se a exclusão dos pensionistas no conceito de DTP mediante utilização do argumento de que os pensionistas não são explicitamente citados no art. 169 da Constituição Federal. Este, assim dispõe:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (destaquei)

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website: http://www.pge.es.gov.br

Tal entendimento não encontra amparo dado que a LRF é a lei complementar que estabelece os limites para a DTP e fica patente que, ao remeter o tema para lei complementar, o legislador constituinte entendeu desnecessário alongar-se em considerações conceituais, posto que se a lei complementar pode estabelecer os limites, pode também conceituar a despesa, para que não reste dúvida quanto a que itens considerar. Parte-se do pressuposto de que quem pode o mais, pode o menos.

Temos que as despesas com inativos e pensionistas estão inseridas no conceito do gênero finanças públicas, cujas normas gerais a Constituição reservou à lei complementar, consubstanciada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se a regulamentação tivesse sido por meio de lei ordinária, poder-se-ia questionar o instrumento jurídico, como, por exemplo, ocorreu com o limite de inativos previsto no § 1° do art. 2° e Art. 2°-A da Lei n.° 9.717/1998, revogados pela Lei n.° 10.887/2004, após o Supremo Tribunal Federal-STF ter se pronunciado na ADI 2238, *in verbis*:

> *Prosseguindo no julgamento, o Tribunal conferiu interpretação conforme à Constituição Federal ao inciso II do art. 21 da LC 101/2000 ("Art. 21 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: ... II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo."), para que se entenda como "limite legal" o previsto em lei complementar.*[3] *(destaquei)*

Necessário se destacar, inclusive, que foi nesse mesmo sentido que a LRF **estabeleceu limites por Poder e órgão**, aspecto que

[3] *Informativo STF n.° 297 – ADI 2238, em 12/02/2003.*

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

já foi objeto de questionamento no STF por ocasião da mesma ADI 2238. Na oportunidade, o STF não concedeu liminar para fins de suspensão do art. 18 da LRF, pois não vislumbrou inconstitucionalidade no dispositivo.

Importante destacar que mencionado argumento utilizado para a exclusão indevida de pensionistas não é utilizado para as demais despesas citadas no artigo 18 da LRF, o que sugere o caráter casuístico da alegação, para fins de adequação aos limites estabelecidos na lei complementar. Há que se ressaltar, também, que a LRF é também a lei complementar a que se refere o artigo 163 da Constituição, que cito:

> *Art. 163. Lei complementar disporá sobre:*
> *I - finanças públicas;*
> *II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;*
> *III - concessão de garantias pelas entidades públicas; (...)*

Dito isto, importa frisar, ainda, que em diversas passagens da Constituição o legislador utiliza o termo "inativo" como gênero que contempla as espécies aposentados e pensionistas. A redação do artigo 234 da Constituição não deixa dúvida que a União **não pode assumir** despesas com inativos, tampouco com pensionistas dos Estados que forem criados, até porque tal possibilidade careceria de razoabilidade jurídica. Assim, a título de exemplo merecem citação os artigos 29-A e 234 da Constituição Federal:

> *Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos* ***os gastos com inativos****, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das*

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 25, de 2000) (...)

*Art. 234. **É vedado à União**, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a **despesas com pessoal inativo** e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.* (grifei e destaquei)

Assim, ao estabelecer normas gerais de finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal pode tratar de quaisquer matérias nesse escopo, que não poderia deixar de incluir as despesas com pessoal, com todos os itens que a compõem, pela importância que tem essa variável para o equilíbrio das finanças públicas. Por essas razões, é de se entender como descabida a exclusão de pensionistas do conceito de DTP.

Tal prática, destaque-se, sequer é adotada no âmbito do Estado do Espírito Santo, ao menos não é manifesta na consulta formulada. Importa, contudo, desde já, explicitar tais fundamentos, dado que colaboram para o entendimento firmado face ao objeto da consulta.

Como se vê, ao incluir inativos e pensionistas no conceito de DTP, a Lei de Responsabilidade Fiscal abarcou benefícios tipicamente previdenciários, de caráter contributivo, definidos nas normas gerais de previdência. Fica claro, assim, que todos os benefícios previdenciários devem integrar a DTP, juntamente com a despesa com inativos e pensionistas.

Patente, portanto, pela simples leitura do artigo 18, que não há fundamentação para a exclusão de inativos e pensionistas do

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

conceito de DTP, dado que não constantes das exceções apontadas no artigo 19, §1º, da Lei Complementar 101/2000. **No presente feito, resta evidenciada essa premissa, recaindo o questionamento sobre quem recai a responsabilidade por "contabilizar" a despesa.**

Ao tratar esse ponto, importa destacar que a LRF não apenas fixou o limite global para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas, sobretudo, cuidou de repartir taxativamente os limites **entre os Poderes e órgãos com autonomia funcional, administrativa e financeira** conferida na forma da Constituição, com redação dada pela Emenda 19/1998 (§§ 3º e 4º do art. 169) e fixou o prazo de até dois quadrimestres para recondução ao limite na hipótese de descumprimento, conforme previsto nos artigos 20 e 23 da LRF. Para fins de adequado equilíbrio das contas públicas, há a necessidade de um teto legal às despesas com pessoal dos poderes e órgãos autônomos e das instituições independentes para a contenção da expansão do gasto público. Cito:

> *Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*
> *(...)*
> *II - na esfera estadual:*
> *a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;*
> *b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;*
> *c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;*
> *d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;*
> *(...)*

Como vemos, agiu adequadamente o legislador complementar, visto que a geração de despesas com pessoal decorre da prática de ato de gestão que pressupõe autonomia administrativa e financeira constitucionalmente assegurada a Poderes e órgãos, como ocorre com a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

Público, e o Tribunal de Contas, todos do Estado do Espírito Santo. Indubitavelmente o controle da despesa com pessoal previsto nos §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição passa pela adoção de providências que dependem apenas da iniciativa privativa do titular de cada órgão com Poder de autogoverno.

Em razão disso, estabeleceu-se na Lei de Responsabilidade Fiscal que, nos Poderes Judiciário e Legislativo, os limites são repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida (artigo 19). Ressalte-se, também aqui, que da mesma forma que o artigo 18, o artigo 20 da LRF já foi liminarmente apreciado pelo STF na ADI 2238/2000, que negou sua suspensão.

Desta feita, resta inadmissível o entendimento que adota a prática (chamada) "condominial" para aposentados e pensionistas, de forma a remeter ao Executivo Estadual a despesa que é afeta a um poder ou órgão determinado. Tal prática não coaduna com a lógica jurídica insculpida na LRF. Vejamos o que dispõe o artigo 20 da Lei em referência:

> *§ 1° Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.*
> *(...)*
> *§ 3° Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1°.*
> *§ 4° Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).*

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

> *§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.*

Para que não reste dúvida ou surjam argumentos despropositados nesse sentido, desde já importa salientar que não pretendeu o legislador no §5° do artigo 20, acima citado, admitir que a Lei de Diretrizes Orçamentárias pode estabelecer repartição dos limites diferente da LRF, ou em outras palavras, limites por Poder e órgão maiores que os estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui, a intenção do legislador foi abrir a possibilidade de que se estabelecessem limites ainda mais **restritivos** na LDO, posto que esta não tem poderes para estabelecer limites superiores aos estatuídos pela lei complementar prevista constitucionalmente como o instrumento para fazê-lo.

Da leitura das informações constantes do presente processo, é de se verificar que as razões que deram sustento a medida adotada pelo TCES a partir do 2° quadrimestre de 2012 consta de dois instrumentos: 1) Decisão Plenária TC-006/2001; 2) Resolução TC-189/2003.

Ao se proceder a análise de um e de outro instrumento, é de se verificar que **nenhum deles dão azo a prática agora adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**.

A Decisão Plenária TC-006/2001, como dito no relatório da presente manifestação, estabeleceu um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

27
637616

deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Ou seja, mencionada decisão, ainda que tivesse amparo na LRF – que, com todo respeito ao entendimento perfilhado pelo TCES, não há, a meu ver, conforme explicitado no parágrafo que segue –, impõe a cada poder ou órgão a responsabilidade pelas despesas com seus pensionistas e inativos, e cria uma exceção, que são as despesas com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000. Para estes, e somente para estes, estas seriam lançadas no cômputo do Executivo Estadual. Está, segundo as informações constantes do presente feito, não foi a conduta do TCES, que passou a lançar integralmente essas despesas ao Executivo Estadual, sem considerar qualquer marco temporal.

Como dito, em que pese os respeitáveis entendimentos perfilhados pelo TCES, entendo que este **não tem esse poder de conferir interpretação a Lei Complementar – no caso, a própria LRF – que esteja completamente dissociada de seus termos**.

Não há, a partir da leitura da LRF, qualquer dispositivo que possibilite, sob qualquer prisma, firmar os efeitos decorrentes da aplicação das normas impostas tal qual firmados pela Decisão Plenária TC Nº 006/2001. O que temos, aqui, é o TCES assumindo a função do legislador, e atribuindo a lei efeitos que ela própria não tratou, e gerando, a partir daí, manifesta discrepância financeira, dado que determinados órgãos não estariam integralmente sujeitos as diretrizes da LRF, em prejuízos de outros.

Da mesma forma, a Resolução TC-189/2003 não tem o condão de disciplinar o tratamento financeiro referente as despesas

11

28
C357616

com pessoal, face aos limites da LRF, **visto que esta resolução não mais é aplicável**. Isto, dado basear-se em Lei **revogada** (Lei Complementar Nº 263, de 24.10.2003) expressamente pela Lei Complementar Nº 282/2004, de 26.04.2004, que unificou e reorganizou, na forma da Constituição Federal e da legislação federal aplicável, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Referida Lei Complementar 282/2004, que guarda correspondência legal com a LRF e a CF, é explicita em atribuir, a cada poder ou órgão, a responsabilidade pela integral complementação das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuição forem insuficientes para seu pleno atendimento, vejamos:

> ***Art. 40.*** *O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:*
> *(...)*
> ***§ 1º*** *Além das contribuições previstas neste artigo ficam o Poder Executivo* ***e*** *demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral* ***das correspondentes folhas*** *de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.* (grifei e destaquei)

Em assim sendo, é de se observar que os poderes e órgãos mencionados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como no artigo 4º da Lei Complementar 282/2004 **deverão, quando da elaboração do seu Demonstrativo de Despesa com Pessoal, pertencente ao**

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo
Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590 – Barro Vermelho – Vitória – ES – Cep: 29057-550
Tel: 27-3636-5050 – Fax: 27-3636-5056 – e-mail: pge@pge.es.gov.br – Website:http://www.pge.es.gov.br

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

6376

Relatório de Gestão Fiscal, registrar o total bruto das despesas com seus respectivos inativos e pensionistas.

3. Em razão do exposto, **opino no sentido de que incumbe a cada Poder ou órgão autônomo proceder ao cômputo da respectiva despesa total com pessoal, na qual se inserem as despesas com inativos e pensionistas, não se admitindo a transferência, ao Executivo Estadual, de despesa que não lhe é afeta.**

É o parecer, s.m.j., que submeto à apreciação superior.

Vitória, 28 de maio de 2014.

ELIÉZER LINS SANT'ANNA
Procurador do Estado

De fato, assiste razão ao nobre parecerista. O aporte deve ser computado na despesa com pessoal de cada Poder ou órgão, além das demais despesas com inativos e pensionistas, também ausentes nos demonstrativos, conforme se afere a seguir:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**6.253.617.774,31**	**6.210.983,05**
Pessoal Ativo	3.884.586.216,46	4.974.920,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.163.211.940,78	719.096,29
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	205.819.617,07	516.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**1.147.147.248,43**	**1.032.364,01**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.222.929,89	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	227.023.693,65	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	133.943.446,23	305.888,67
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	779.957.178,66	102.770,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.106.470.525,88**	**5.178.619,04**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**5.111.649.144,92**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**11.798.288.649,28**
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**43,33%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	**5.781.161.438,15**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	**5.492.103.366,24**
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	**5.203.045.294,33**

FONTE: SIAFEM/SIGEFES/GECOG/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.443.841,21
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	121.079,63
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.419.029,49
TOTAL	**5.983.950,33**

3 - Na linha "Pessoal Inativos e Pensionistas" está sendo considerado o valor referente à contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro do RPPS do Poder Executivo - colunas "Liquidadas (a)" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)".

4 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de R$ 20.000.000,00 (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

6 -Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R$ 36.142,64 referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007, por meio dos documentos 2014NL19782 e da 2014NL 20399. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

7 - Com base em orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o montante de R$ 1.309.624.750,20 referente aos inativos e pensionistas custeados com recursos da contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro RPPS não está sendo considerado como recurso vinculado ao RPPS, não sendo, portanto, computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados". Tal montante está sendo considerado na linha "Inativos e Pensionistas" por meio da Natureza de Despesa 319113-3647.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF- ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS *JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014*	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**140.130.817,89**	
Pessoal Ativo	133.981.144,63	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.149.673,26	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**767.440,47**	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	767.440,47	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**139.363.377,42**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**139.363.377,42**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA-RCL (V)	11.798.288.649,28
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,18%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,70%	200.570.907,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,615%	190.542.361,69
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do Art.59 da LRF) – 1,53%	180.513.816,33

FONTE: Sistema SIGEFES **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Diretoria de Finanças
Data da emissão: 26/jan/2015 **hora de emissão:** 10h e 15m

NOTAS:
1) Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, em 23 de janeiro de 2015.
2) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ato nº 159/2015.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o **art. 55**, inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

RESOLVE:
Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (JANEIRO/2014 a DEZEMBRO/2014)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	687.326.880,86	1.120.940,25
Pessoal Ativo	686.208.522,05	260.891,03
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.118.358,81	860.049,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**46.402.326,42**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	46.402.326,42	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**640.924.554,44**	**1.120.940,25**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (IV) = (III a + III b)	**642.045.494,69**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.798.288.649,28
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,44%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	707.897.318,96
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 5,7%	672.502.453,01
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 5,4%	637.107.587,06

FONTE: Despesas: Fonte: Sigaflex- Sistema de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
Receitas: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 22/01/2014, por meio eletrônico.

NOTAS:

Item 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas ao encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Item 2 - Não incluído no montante da despesa com pessoal o valor da complementação previdenciária (Aporte), considerando o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prolatado no Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, bem como em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, conforme manifestação registrada na Decisão Plenária TC nº 055/2001 e Resolução nº 109/03.

Item 3- Para apuração do valor das despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, com base no § 1ºdo art. 18 da LRF, foi considerado apenas como substituição de mão de obra o quantitativo de postos de trabalho correspondente ao quantitativo de servidores do quadro de pessoal efetivo do órgão com atribuições/funções correspondentes (cargos em vias de extinção, ainda sem a correspondente vacância), conforme Parecer Consulta nº **035/2005** - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. A metodologia de cálculo se baseou no custo do posto de trabalho do contrato terceirizado, sendo:
a)motoristas : Considerado o contrato cuja função se iguala à dos motoristas efetivos (Analista Judiciário I – Função Agente de Segurança), sendo computado o salário de 18 motoristas totalizando o valor mensal de R$ 73.305,90.
b)telefonistas do exercício de 2014. Considerado o contrato de maior valor para a função correspondente ao cargo efetivo de Auxiliar Judiciário – Função Comunicação, sendo computado o salário de 04 telefonistas totalizando o valor mensal de R$ 12.512,52.
Obs: Os valores liquidados apresentados na conta orçamentária 339034 diferem do valor apresentado no Relatório de Gestão Fiscal, no período de setembro e outubro/2014 devido a ajustes orçamentários efetuados, conforme demonstrado no razão da conta contábil 332410100.

Vitória, 29 de janeiro de 2015.

Des. Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Presidente

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**238.970.731,45**	**36.605,74**
Pessoal Ativo	236.841.336,78	36.605,74
Pessoal Inativos e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.129.394,67	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**44.123.741,40**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	44.123.741,40	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	194.846.990,05	36.605,74
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**194.883.595,79**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	11.798.288.649,28
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**1,65**
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	235.965.772,98
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	224.167.484,33
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,80%	212.369.195,69

Fonte: SISTEMA SIGEFES **UNIDADE RESPONSÁVEL: Coordenação de Finanças**

Os dados da receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, em 22 de janeiro de 2015.

NOTAS:
Na Despesa Bruta com Pessoal (Anexo I) – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização, são referentes aos seguintes Contratos:
1 – Contrato MP/017/2010 – Elite Serviços Ltda (Serviços Auxiliares Administrativos – Auxiliar de Promotorias) Valor Total (Pago no exercício de 2014) – **2.021.044,15** – Contrato rescindido, unilateralmente, à contar de 26/07/2014, publicado no DIO em 28/07/2014;
2 - Contrato MP/008/2013 – S. A Consultoria em Gestão de Processos e Qualidade LTDA (Contratação de Psicólogos em substituição ao contrato anterior) Valor Total (Pago no exercício de 2014) – **108.350,52** – Término do Contrato em 31/07/2014;
3 - O valor de R$ **36.605,74** inscrito em Restos a Pagar não Processados, refere-se a despesas com servidores cedidos por outros Órgãos para este Ministério Público, conforme Convênios nºs 46/2013 e 006/2012.

Vitória (ES), 29 de janeiro de 2015.

EDER PONTES DA SILVA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RAFAEL CALHAU BASTOS
GERENTE GERAL

MARIA HELENA GASPARINI COLA
GERENTE DE COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

MARIA CRISTINA FAUSTINI DE OLIVEIRA
ASSESSOR-COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

ARILDA MARA FERRREIRA ROCHA
GERENTE DA COORD. DE RECURSOS HUMANOS

LICIA MARA VASCONCELOS DE SOUZA
GERENTE DO CONTROLE INTERNO, EM EXERCÍCIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.694.936,03	476.578,99
Pessoal Ativo	104.612.925,20	469.292,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	81.010,83	7.286,72
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	8.781.644,83	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.781.644,83	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	95.913.291,20	476.578,99
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	96.389.870,19	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	11.798.288.649,28
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,817
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	153.377.752,44
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	145.708.864,82
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 1,170 %	138.039.977,20

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 22 de janeiro de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

ROMÁRIO FIGUEIREDO
Diretor Geral de Secretaria
Em substituição

MARIA HELENA COSTA SIGNORELLI
Coordenador do Núcleo de Controle Interno

JOSÉ CLÁUDIO DEL PUPO
Secretário Administrativo da 1ª SAD

Por esse motivo, cumpre ao Tribunal de Contas, guardião da Lei de Responsabilidade Fiscal, **determinar ao Poder Executivo que se abstenha de incluir o aporte dos demais Poderes e órgãos no seu demonstrativo da despesa com pessoal**.

Ato contínuo, sem prejuízo da automática inclusão dos aportes por cada Poder e órgão no próximo RGF, deve este órgão de controle externo **promover o recálculo dos limites de despesa com pessoal nos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, incluindo o valor dos respectivos aportes**, de modo a evidenciar se a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo fielmente cumprida pelo Estado do Espírito Santo.

Por fim, resta transcrever os apontamentos realizados pela área técnica em seu Relatório Técnico das Contas de Governo sobre as peculiaridades da gestão do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo (fl. 463 e 464):

7.3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espirito Santo, legalmente designado pela sigla IPAJM, sendo entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em relação ao Poder Executivo, é responsável, como Gestor Único pela administração do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

A Emenda Constitucional nº 41/2003 vedou a existência de mais de uma unidade gestora do RPPS, em cada ente estatal, ressalvado o regime de previdência dos servidores militares. Essa inovação teve por objetivo conceder uniformidade ao RPPS de cada ente, evitando que, por meio da criação ou aplicação diferenciada de regras, se criem privilégios em favor de Poderes, órgãos ou categorias, além de possibilitar o desenvolvimento de uma estrutura administrativa com maior grau de especialização, profissionalização e capacitação técnica, tanto no que se refere à concessão dos benefícios como à gestão dos recursos previdenciários.

Referente a esta questão, fato comentar a existência de processos judiciais, movidos pelas associações dos magistrados do Tribunal de Justiça (processo 024.04.019300-5) e dos membros do Ministério Público do Estado (processo 024.04.020151-9), que visaram manter, junto ao TJ e ao MP, o controle e a gerência dos inativos destes órgãos.

Como já comentado, a LC 282/2004 conferiu ao Instituto a atribuição constitucional de gestor único de previdência estadual, inclusive das carreiras do Ministério Público e dos Magistrados, bem como os respectivos pensionistas.

Essas demandas judiciais questionaram o dispositivo legal que instituiu o IPAJM como órgão único para gerir a previdência social dos servidores estaduais, argumentando que isso interferiria na autonomia administrativa e financeira dos órgãos. A pretensão seria manter no Poder Judiciário Estadual e no Ministério Público a gestão da previdência de seus inativos e pensionistas.

Essa alternativa jurídica vai de encontro ao texto constitucional ao possibilitar a existência de mais de um órgão para gerir a previdência social dos servidores do estado do Espírito Santo, além de impedir a transparência de informações concernentes ao pagamento de benefícios previdenciários.

Somente com a Unidade Gestora Única, responsável pela concessão, pagamento e manutenção dos benefícios, será possível assegurar que as regras de cálculo, concessão e reajustamento serão aplicadas de modo uniforme para os servidores de todos os órgãos, categorias e Poderes. Enquanto os benefícios continuarem sendo concedidos e pagos descentralizadamente, poderá haver maior margem para erros, privilégios e fraudes. Dessa forma, a fragmentação e a heterogeneidade sob os aspectos legal e institucional, com a existência de diferentes regras entre poderes, órgãos e categorias profissionais, prejudicam a administração e a transparência do sistema.

As ilegalidades decorrentes da interpretação conjunta da **Decisão TC 006/2001** com a **Resolução TC 189/2003** foram detalhadas por meio de tópico comum incluído nos **Pareceres PPJC 5218/2015**, **PPJC 5219/2015** e **PPJC 5220/2015**, emitidos, respectivamente, nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2015 do Poder Judiciário (Processo TC 6492/2015), do Ministério Público Estadual (Processo TC 6493/2015) e do Poder Legislativo (Processo TC 6269/2015), todos incluídos como anexos deste Recurso de Reconsideração. Transcreve-se, a seguir, tópico extraído do **Parecer PPJC 5218/2015**, emitido no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), **Processo TC 6492/2015**, o qual passa a fazer parte da fundamentação do presente incidente de prejulgado:

Parecer PPJC 5218/2015

[...]

2.3.2 Da Resolução TC 189/2003

Por seu turno, a Resolução TC 189/2003, mencionada no Relatório de Análise Fiscal RAF 7/2015 como **segundo fundamento** para a exclusão do cômputo das despesas de pessoal no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Judiciário, disciplina, de acordo com a sua ementa, o tratamento a ser dado **apenas ao aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS** – e não às despesas com inativos como um todo, como o fez a Decisão TC 006/2001 –, constituindo, portanto, matéria distinta e menos abrangente do que a tratada na mencionada decisão:

RESOLUÇÃO nº 189, 23 de outubro de 2003.

D.O.E. 24.10.2003

DISCIPLINA O TRATAMENTO A SER DADO AO APORTE FINANCEIRO DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 263/03, FACE AOS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/00.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por sua Lei Orgânica e pela Resolução TC Nº 182/02, Regimento Interno,

Considerando a Lei Complementar Estadual nº 263, de 23 de junho de 2003, que traz a **obrigação de complementação** por parte do Poder Executivo Estadual e dos Órgãos que compõem os Poderes Legislativo e Judiciário Estaduais, dos pagamentos dos benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, **que será rateada entre cada Poder e Órgão de acordo com o montante das despesas**

previdenciárias relativas aos servidores cuja aposentadoria no mesmo tenha ocorrido[775]31; (grifou-se)

Considerando que este novo aspecto deve ser avaliado à luz das atribuições constitucionais e infraconstitucionais que cabem ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, notadamente aquelas relativas aos limites com gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o que delimita em seu artigo 2º a Lei Federal nº 9.717/98, que estabelece as regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social;

Considerando que as despesas com servidores inativos estaduais do Estado do Espírito Santo serão realizadas através do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, representando procedimento semelhante à **Decisão Plenária TC nº 006/2001**,

RESOLVE:

Art. 1º. Considerar como "Gasto com Pessoal" a parcela do "aporte" até o limite estabelecido no artigo 2º, da Lei Federal nº 9.717/98.

Parágrafo único. A parcela referida no caput será contabilizada em elemento de despesa específico, utilizando subelemento de despesa diferente da contribuição estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 109, de 17 de dezembro de 1997.

Art. 2º. Fica facultado ao Órgão ou Poder que possua débito até a data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 263, de 23/06/03, o registro e transferência do valor do aporte como Restos a Pagar (despesa extraorçamentária), se tais débitos assim estiverem inscritos, abatendo o débito existente conforme autorização contida no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 263/03.

Parágrafo único. Se os débitos referidos no *caput* deste artigo forem relativos a contribuições não efetivadas em exercícios anteriores e que não se encontram inscritos em Restos a Pagar, poderão ser pagos à conta da dotação Despesas de Exercícios Anteriores, até o limite de seu débito.

Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão classificados e contabilizados, **junto ao FUNPES**, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho

[775] O art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003, revogada pelo art. 81 da Lei Complementar estadual 282/2004, possuía a seguinte redação:

> Art. 3º Além das receitas próprias previstas no art. 34 da Lei Complementar n.º 109 , de 17.12.1997, incumbirá ao Estado o aporte mensal complementar dos recursos necessários para cobrir as despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários, **que será rateado entre os Poderes ou Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas**. (grifou-se)
>
> Parágrafo único. O aporte de recursos de que trata o "caput" deste artigo, será considerado para o abatimento do débito remanescente relativo às contribuições de que trata o art. 67 da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997, e demais débitos existentes na data de publicação desta Lei.

de 2003, não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes. (grifou-se)

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2003.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2003.

CONSELHEIRO VALCI JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
Presidente

CONSELHEIRO ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Vice-Presidente

CONSELHEIRO MÁRIO ALVES MOREIRA

CONSELHEIRO UMBERTO MESSIAS DE SOUZA

CONSELHEIRO DAILSON LARANJA

CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA

CONSELHEIRO ELCY DE SOUZA

DR. ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA
Procurador Chefe

Neste momento da análise, mostra-se oportuno realizar o resgate histórico da disciplina jurídica do regime próprio de previdência social (RPPS) a partir da criação do aludido Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais (FUNPES), promovida pela Lei Complementar estadual 109/1997, procedimento necessário à interpretação hodierna da Resolução TC 189/2003, à luz das alterações supervenientes da legislação que lhe serviu de suporte normativo.

2.3.2.1 Da Criação do FUNPES pela Lei Complementar Estadual 109/1997

O Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais (FUNPES) foi criado pelos art. 31 e seguintes da Lei Complementar estadual 109/199732 nos seguintes termos:

Art. 31 Fica criado o Fundo de Previdência dos servidores públicos estaduais civis e militares, com a finalidade de custear os atuais e futuros benefícios de responsabilidade do IPAJM, **observando o disposto no art. 10 desta Lei**. (grifou-se)

Art. 32 Participarão para a capitalização do Fundo de Previdência:

I – Os servidores públicos estaduais civis e militares, ativos e inativos;

II – Os Órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive Ministério Público, Tribunal de Contas, Autarquia e Fundações Públicas;

III – As doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias a ele destinadas;

> IV – Os créditos decorrentes de compensação financeira, advindos de sistemas de previdência diversos.
>
> Art. 33 Compete ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro – IPAJM, através de conta específica, administrar o Fundo de Previdência.
>
> Parágrafo Único. As atividades inerentes ao fundo de que trata o "caput" deste artigo são atribuições solidárias do Diretor Presidente do IPAJM e da Diretoria Previdenciária do mesmo.
>
> [...]
>
> Art. 37 O Tesouro Estadual responderá pelos encargos de pagamento dos benefícios previstos nesta Lei, caso a receita do fundo se torne insuficiente.
>
> [...]
>
> Art. 75 Na hipótese de alteração das disposições da Constituição da República e/ou legislação federal referentes à Seguridade Social, que determinem a adaptação desta Lei, o IPAJM, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias contados do início da vigência da modificação constitucional ou da lei federal, proporá à Assembleia Legislativa a necessária compatibilização.

Por sua vez, o art. 10 da referida lei complementar, em sua redação original, previu a responsabilidade do FUNPES para custear **apenas parte do pagamento dos benefícios previdenciários** (vide exceções a seguir), estabelecendo, ainda, **duas datas de corte** a partir das quais o fundo assumiria o custeio dos benefícios:

> Art. 10 A aposentadoria dos servidores admitidos a partir do primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei[776] será **concedida** pelos respectivos Poderes e **custeada** pelo Fundo de Previdência criado por esta Lei, **à exceção das**: (grifou-se)
>
> I – Aposentadorias, reformas ou reservas atualmente existentes;
>
> II – Aposentadorias, reformas ou reservas relativas aos servidores civis e militares que venham ocorrer no prazo de 07 (sete) anos, contados da vigência desta Lei[777];
>
> III – Aposentadorias, reformas ou reservas relativas aos servidores civis e militares admitidos antes do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.
>
> § 1º O custeio das aposentadorias, reformas e transferências para a reserva remunerada de que tratam os incisos anteriores **será de responsabilidade do Tesouro do Estadual**.(grifou-se)
>
> § 2º Havendo reservas técnicas suficientes na conta do Fundo de Previdência, com respaldo em estudo técnico atuarial, serão absorvidos gradativamente as aposentadorias custeadas pelo Tesouro Estadual, na forma da regulamentação específica.

[776] Primeira data de corte: data da publicação, ocorrida em **18/12/1997**.
[777] Segunda data de corte: sete anos após a entrada em vigor da lei complementar, ocorrida em **18/12/2004**.

> § 3º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Nessa quadra da história (1997) ainda não existiam: a **Lei federal 9.717/1998**, que viria dispor sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos; a **Lei Complementar federal 101/2000**, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual criaria limites individuais de despesa com pessoal para cada um dos Poderes e Órgãos autônomos; nem a **Emenda Constitucional 41/2003**, de 19 de dezembro de 2003[778], que incluiria na Magna Carta vedação expressa à existência de mais de uma unidade gestora para o RPPS de cada ente da federação.

2.3.2.2 Da Repartição das Despesas com o Aporte, Promovida pela Lei Complementar Estadual 263/2003

A Lei Complementar estadual 263/2003[779], de 20 de junho de 2003, portanto posterior à Lei federal 9.717/1998 e à Lei Complementar federal 101/2000 (LRF), além de centralizar o custeio dos benefícios previdenciários no FUNPES (art. 2º), porém deixando a gestão do RPPS descentralizada com cada um dos Poderes e Órgãos autônomos (art. 4º), estabeleceu expressamente em seu art. 3º que o aporte mensal complementar dos recursos necessários à cobertura das despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários **seria rateado entre os Poderes e Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas**, *verbis*:

> **LEI COMPLEMENTAR Nº 263**
>
> **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
>
> Altera a Lei Complementar n° 109 de 17.12.1997 para viabilizar a utilização de royalties para abatimento de despesas previdenciárias.
>
> Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
>
> Art. 1º Os créditos decorrentes da alienação à União da participação governamental obrigatória nas modalidades de "royalties", participações especiais e compensações financeiras relativos à exploração de petróleo e gás natural que forem alocados ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais do Estado do Espírito Santo, destinar-se-ão ao abatimento do débito de contribuição a que se refere o art. 67 da Lei Complementar n.º 109[780], de 17.12.1997.

---

778 Publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2003, a partir de quando entrou em vigor.

779 Disponível em: http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC263.html. Acesso em: 10 set. 2015.

780 Art. 67 No prazo improrrogável de 18 (dezoito) meses, contados da publicação desta Lei, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias e fundações públicas estaduais iniciarão o pagamento de débito de contribuição até então existente para com o IPAJM, conforme programa de quitação, que não poderá ultrapassar 50 (cinquenta) anos.

Art. 2º Os benefícios previdenciários dos servidores públicos civis e militares do Estado do Espírito Santo **passam a ser custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais**. (grifou-se)



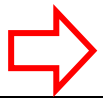
Art. 3º Além das receitas próprias previstas no art. 34 da Lei Complementar n.º 109[781], de 17.12.1997, **incumbirá ao Estado o aporte mensal complementar dos recursos necessários para cobrir as despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários, que será rateado entre os Poderes ou Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas**. (grifou-se)



Parágrafo único. O aporte de recursos de que trata o "caput" deste artigo, será considerado para o abatimento do débito remanescente relativo às contribuições de que trata o art. 67 da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997, e demais débitos existentes na data de publicação desta Lei[782].



Art. 4º A elaboração das folhas e o respectivo pagamento dos inativos ficarão sob a responsabilidade dos Poderes ou Órgãos Autônomos de origem do vínculo funcional do servidor, que encaminharão os respectivos **resumos** ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro-IPAJM, para a adoção dos procedimentos contábeis pertinentes. (grifou-se)



§ 1º As folhas de pagamento dos inativos serão encaminhadas por meio magnético, **pelos Poderes ou órgãos autônomos ao banco ou instituição pagadora, para efetivação do pagamento**, sendo em

---

§ 1º - Os débitos definidos no "caput" deste artigo poderão ser quitados com imóveis ou outros ativos.
§ 2º - Os recursos recebidos como definidos no "caput" deste artigo destinar-se-ão ao Fundo de Previdência, exceto os valores a que se refere o inciso III do art. 34 desta Lei.
§ 3º - O programa de quitação, mencionado no caput deste artigo, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro – IPAJM.

781 Art. 34 – O custeio do Sistema Previdenciário e Assistencial será constituído pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição mensal do segurado em geral, ativos e inativos, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário de contribuição;
II – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários;
III – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 1% (um por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários, destinada exclusivamente a assistência à saúde;
IV – Juros, cotas, taxas de correção provenientes do investimento de reservas;
V – Receitas de serviços assistenciais;
VI – Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias não previstas nos itens precedentes;
VII – Contribuição mensal de seguro coletivo;
VIII – Receita de concursos de prognósticos;
IX – Rendas patrimoniais, extraordinárias, eventuais ou resultantes de fundos;
X – Reversão de quaisquer importâncias, inclusive em virtude de prescrição;
XI – Outras receitas.
Parágrafo Único – As contribuições sociais de que trata este artigo só serão exigidas a partir do primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei, mantendo-se até então as contribuições mencionadas no art. 23 da Lei nº 4.006, de 17 de dezembro de 1987.

782 O déficit financeiro custeado com o aporte mensal, calculado após a aferição de resultado previdenciário deficitário, não se confunde com o débito previdenciário pré-existente à época. O déficit financeiro custeado pelo aporte mensal constitui nova despesa para os Poderes e Órgãos autônomos, devendo, portanto, ser acrescido ao débito pré-existente, razão pela qual, salvo melhor juízo, o aporte mensal não poderia ser contabilizado para abater o débito pré-existente, sob pena de se promover amortização fictícia mediante dupla contagem dos mesmos recursos financeiros (uma mesma quantidade de recursos quitando duas dívidas distintas: débito pré-existente e aporte).

seguida realizada a compensação contábil com o Fundo de Previdência do Servidor Público Estadual. (grifou-se)

§ 2º O pagamento dos proventos de aposentadoria e de pensões de cada Poder ou órgão autônomo será realizado na mesma data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos a eles vinculados.

Art. 5º O pagamento dos benefícios previdenciários vincula-se aos repasses devidos pelos **Poderes ou órgãos autônomos**, referentes às contribuições previstas nos incisos I e II do art. 34, da Lei Complementar n.º 109[783], de 17.12.1997, complementados pelo aporte de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias no Plano Plurianual do quadriênio 2000-2003 e a abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento da presente Lei, até o limite dos saldos das dotações orçamentárias referentes às ações de pagamento de inativos.

Art. 7º Ficam revogados os incisos I, II e III e os parágrafos 1° e 2° do art. 10 assim como o art. 71, todos da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997.

Art. 8° O "caput" do artigo 10 da Lei Complementar n° 109, de 17.12.1997, passa a ter a seguinte redação:

> "Art. 10. A aposentadoria dos servidores admitidos a partir do primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data da publicação desta Lei será concedida pelos respectivos Poderes e custeada pelo Fundo de Previdência criado por esta Lei."(NR)

Art. 9° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, em 20 de junho de 2003.

(Publicada no DOE - 23.06.2003)

Ao prever que o aporte mensal complementar dos recursos necessários à cobertura das despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários (aporte) seria rateado entre os Poderes e Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas, o art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003 mostrou-se em harmonia com a repartição dos limites globais da

783 Art. 34 – O custeio do Sistema Previdenciário e Assistencial será constituído pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição mensal do segurado em geral, ativos e inativos, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário de contribuição;
II – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários;
[...]

despesa com pessoal prevista no art. 20, inciso II, da Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:

> Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
>
> [...]
>
> II - na esfera estadual:
>
> a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
>
> b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
>
> c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
>
> d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

O teor do art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003 foi inclusive reproduzido no preâmbulo da Resolução TC 189/2003, conforme transcrição a seguir, haja vista que resolução emanada por órgão de controle externo, norma de natureza essencialmente administrativa, jamais poderia ir de encontro à disciplina contida na lei à qual se propõe regulamentar, sob pena de incorrer em flagrante ilegalidade, além de usurpar a competência legiferante dos parlamentos federal e estadual, conforme o caso:

> **RESOLUÇÃO nº 189, 23 de outubro de 2003.**
>
> [...]
>
> **Considerando** a Lei Complementar Estadual nº 263, de 23 de junho de 2003, que traz a **obrigação de complementação** por parte do Poder Executivo Estadual e dos Órgãos que compõem os Poderes Legislativo e Judiciário Estaduais, dos pagamentos dos benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, **que será rateada entre cada Poder e Órgão de acordo com o montante das despesas previdenciárias relativas aos servidores cuja aposentadoria no mesmo tenha ocorrido**. (grifou-se)

Não há dúvidas de que o rateio das despesas com o aporte financeiro entre os Poderes e Órgãos autônomos, previsto no art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003 – e reproduzido no preâmbulo da Resolução TC 189/2003 –, promove a responsabilidade na gestão fiscal, à qual pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas **e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras**, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar, consoante dicção do § 1º do art. 1º da Lei Complementar federal 101/2000[784].

[784] Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.
§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da

Nessa mesma linha de entendimento, a Resolução TC 189/2003 também fez questão de deixar claro em seu preâmbulo a importância de se adimplir com os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF, destacando a importância desse preceito à luz das atribuições desta Corte de Contas:

RESOLUÇÃO nº 189, 23 de outubro de 2003.

[...]

Considerando que este novo aspecto deve ser avaliado à luz das atribuições constitucionais e infraconstitucionais que cabem ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, notadamente aquelas relativas aos limites com gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por fim, ao ratificar o caráter complementar e individual do aporte financeiro em relação a cada Poder e Órgão autônomo, o art. 5º da Lei Complementar estadual 263/2003 esclarece que a despesa total com o pagamento de benefícios previdenciários vincula-se aos repasses devidos por cada Poder e Órgão, acrescidos da respectiva cota-parte no aporte previsto no art. 3º da mencionada lei:

Art. 5º O pagamento dos benefícios previdenciários vincula-se aos repasses devidos pelos **Poderes ou órgãos autônomos**, referentes às contribuições previstas nos incisos I e II do art. 34, da Lei Complementar n.º 109[785], de 17.12.1997, complementados pelo aporte de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei. (grifou-se)

2.3.2.3 Dos Artigos que Integram a Resolução TC 189/2003

Traçadas as premissas normativas que embasaram a edição da Resolução TC 189/2003, passa-se à análise dos artigos que compõem a referida norma do TCEES.

2.3.2.3.1 Do Artigo 1º da Resolução TC 189/2003

O art. 1º da Resolução TC 189/2003 possui a seguinte redação:

Art. 1º. Considerar como "Gasto com Pessoal" a parcela do "aporte" até o limite estabelecido no artigo 2º, da Lei Federal nº 9.717/98.

Parágrafo único. A parcela referida no caput será contabilizada em elemento de despesa específico, utilizando subelemento de despesa diferente da contribuição estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 109, de 17 de dezembro de 1997.

O limite a que alude o citado artigo encontra-se no § 1º do art. 2º da Lei federal 9.717/1998, cuja redação à época da edição da Resolução TC 189/2003 versava o seguinte teor:

---

seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

785 Art. 34 – O custeio do Sistema Previdenciário e Assistencial será constituído pelas seguintes fontes de receita:
I – Contribuição mensal do segurado em geral, ativos e inativos, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário de contribuição;
II – Contribuição mensal do Estado, através dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Tribunal de Contas, Ministério Público, Autarquias e Fundações Públicas, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o total da folha de pagamento dos servidores estatutários;
[...]

> Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.
>
> § 1º A despesa líquida com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares de cada um dos entes estatais **não poderá exceder a doze por cento de sua receita corrente líquida em cada exercício financeiro**, observado o limite previsto no caput, sendo a receita corrente líquida calculada conforme a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995. (grifou-se)
>
> [...]

Ocorre que esse dispositivo teve sua redação alterada pela Medida Provisória MP 167/2004, a qual, por sua vez, restou convertida na Lei federal 10.887/2004[786]43, cuja redação excluiu do seu texto o limite percentual anteriormente previsto no § 1º:

> **LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.**
>
> Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.
>
> [...]
>
> Art. 10. A Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:
>
> [...]
>
> "Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
>
> § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
>
> § 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.
>
> § 3º (revogado)
>
> § 4º (revogado)
>
> § 5º (revogado)

[786] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.887.htm. Acesso em 14 set. 2015.

§ 6º (revogado)

§ 7º (revogado)" (NR)

Portanto, considerando alterado o § 1º do art. 2º da Lei federal 9.717/1998 e suprimido o limite nele anteriormente previsto, acha-se prejudicada a aplicação do limite contido no art. 1º da Resolução TC 189/2003.

Por oportuno, esclareça-se que o aporte financeiro, mencionado no art. 1º da Resolução TC 189/2003, não se confunde com a contribuição patronal previdenciária mencionada no *caput* do art. 2º da Lei federal 9.717/1998. Enquanto a contribuição patronal acha-se **previamente estabelecida** na forma de percentual, tendo por base de cálculo, em regra, o salário de contribuição do servidor ativo ou outro valor referencial, o valor do aporte financeiro complementar é aferido **em momento posterior** ao cálculo do montante de contribuição previdenciária a ser recolhido, mais precisamente por ocasião da apuração de déficit financeiro na folha de pagamento dos benefícios previdenciários do mês de referência. Logo, o limite a que se refere o art. 1º da Resolução TC 189/2003 não poderia se reportar ao limite previsto no *caput* do art. 2º da Lei federal 9.717/1998.

Ademais, a atual disciplina jurídica contendo a metodologia de cálculo para aferição dos limites de despesas com pessoal aplicável a **todos os entes de Federação** – incluindo os Poderes e Órgãos autônomos do Estado do Espírito Santo – encontra-se albergada nos art. 18, 19 e 20 da Lei federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal:

Seção II
Das Despesas com Pessoal

Subseção I
Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinqüenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional no 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

2.3.2.3.2 Do Artigo 2º da Resolução TC 189/2003

O art. 2º da Resolução TC 189/2003 acha-se grafado nos seguintes termos:

Art. 2º. Fica facultado ao Órgão ou Poder que possua débito até a data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 263, de 23/06/03, **o registro e transferência do valor do aporte** como

> Restos a Pagar (despesa extraorçamentária), **se tais débitos assim estiverem inscritos**, abatendo o débito existente conforme autorização contida no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 263/03. (grifou-se)
>
> **Parágrafo único.** Se os débitos referidos no *caput* deste artigo forem relativos a contribuições não efetivadas em exercícios anteriores e que não se encontram inscritos em Restos a Pagar, poderão ser pagos à conta da dotação Despesas de Exercícios Anteriores, até o limite de seu débito.

Em essência, verifica-se que o artigo em comento confere aos Poderes e Órgãos que à época da edição da Resolução TC 189/2003 possuíam débito com o RPPS até a data da publicação da Lei Complementar estadual 263/2003 a faculdade de registrar a transferência do valor do aporte como restos a pagar (despesa extraorçamentária).

Indubitavelmente, o comando para registrar o aporte como restos a pagar foi dirigido aos Poderes e Órgãos autônomos, porquanto eram eles que possuíam débito junto ao RPPS, débito esse cujo parcelamento para amortização foi previsto no art. 67 da Lei Complementar estadual 109/1997[787], dispositivo posteriormente mencionado no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar estadual 263/2003[788], o qual foi considerado pela Resolução TC 189/2003. Logo, uma vez mais, resta claro que **a Resolução TC 189/2003 admitiu a premissa de que cada Poder e Órgão autônomo deveria registrar sua respectiva cota-parte do aporte financeiro**, porquanto apenas os Poderes e Órgãos, na qualidade de unidades gestoras, podem registrar suas despesas empenhadas[789] como restos a pagar, na forma do art. 36 da Lei federal 4.320/1964:

---

787 Art. 67 No prazo improrrogável de 18 (dezoito) meses, contados da publicação desta Lei, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias e fundações públicas estaduais iniciarão o pagamento de débito de contribuição até então existente para com o IPAJM, conforme programa de quitação, que não poderá ultrapassar 50 (cinquenta) anos.
§ 1º - Os débitos definidos no "caput" deste artigo poderão ser quitados com imóveis ou outros ativos.
§ 2º - Os recursos recebidos como definidos no "caput" deste artigo destinar-se-ão ao Fundo de Previdência, exceto os valores a que se refere o inciso III do art. 34 desta Lei.
§ 3º - O programa de quitação, mencionado no caput deste artigo, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro – IPAJM.

788 Art. 3º Além das receitas próprias previstas no art. 34 da Lei Complementar n.º 109 , de 17.12.1997, incumbirá ao Estado o aporte mensal complementar dos recursos necessários para cobrir as despesas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais com o pagamento de benefícios previdenciários, que será rateado entre os Poderes ou Órgãos autônomos, de acordo com o montante de suas respectivas despesas.
Parágrafo único. O aporte de recursos de que trata o "caput" deste artigo, será considerado para o abatimento do débito remanescente relativo às contribuições de que trata o art. 67 da Lei Complementar n.º 109, de 17.12.1997, e demais débitos existentes na data de publicação desta Lei.

789 Atualmente, as transferências de recursos para cobertura de déficit financeiro do RPPS devem ser feita mediante interferência financeira e não por meio de execução orçamentária, consoante previsão contida na Nota Técnica 633/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional:

> **Do Equilíbrio Financeiro do RPPS**
> 3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. **Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses**. (grifou-se)

> Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Outrossim, salvo melhor juízo, o art. 2º da Resolução TC 189/2003 trouxe uma **regra de transição** aplicável apenas àquele exercício financeiro (2003), já que seu propósito era facultar a inscrição do aporte – despesa financeira do exercício – como restos a pagar.

Registre-se que os débitos previdenciários em questão foram anistiados no ano seguinte à publicação da Resolução TC 189/2003, por meio do art. 40, § 1º, da Lei Complementar estadual 282/2004:

> Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:
>
> I - contribuição mensal compulsória do segurado ativo, no percentual de 11% (onze por cento), deduzida em folha de pagamento, incidente sobre a totalidade da base de contribuição; (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
>
> > *Redação Anterior:*
> >
> > *I - contribuição mensal compulsória, do segurado que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação desta Lei Complementar, e dos pensionistas, deduzida em folha, nos seguintes percentuais:*
> >
> > *a) 11% (onze por cento), calculada sobre a remuneração dos segurados ativos;*
> >
> > *b) 11% (onze por cento), para os aposentados e pensionistas, incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, concedidas de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/03 e pelos artigos 2º e 6º dessa Emenda;*
> >
> > *c) 11% (onze por cento), para os aposentados e os pensionistas, em gozo do benefício na data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41, em 31.12.2003, bem como os alcançados pelo disposto em seu artigo 3º, calculada sobre a parcela dos proventos ou das pensões que supere 50% (cinqüenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.*
>
> II - contribuição mensal compulsória dos aposentados e pensionistas, no percentual de 11% (onze por cento), deduzida em folha de pagamento de benefícios, incidente sobre o valor da parcela dos proventos ou da pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social; (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

Redação Anterior:

II - 11% (onze por cento), de contribuição mensal compulsória, do segurado ativo, que tenha ingressado no serviço público a partir da data da publicação desta Lei Complementar, calculada sobre a remuneração;

III - contribuição mensal compulsória dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de 22% (vinte e dois por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição do respectivo segurado ativo, de que trata o inciso I deste artigo. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).

Redação Anterior:

III - o dobro das contribuições estabelecidas nos incisos I e II deste artigo, para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar;

IV - dotações orçamentárias que forem consignadas;

V - saldos de contas bancárias;

VI - rendimentos das aplicações financeiras e dividendos de ações;

VII - rendimentos mobiliário e imobiliário de qualquer natureza;

VIII - receitas decorrentes de compensação financeira com outros regimes de previdência;

IX - doações, subvenções, legados e bens ou direito de qualquer natureza;

X - outros ativos financeiros de qualquer natureza.

§ 1º - Além das contribuições previstas neste artigo **ficam o Poder Executivo e demais Poderes e órgãos** referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, **responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários**, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar. (grifou-se)

§ 2º - Revogado (pela LC nº 548, de 31.3.2010 – D.O.E. 1º.4.2010).

Redação Anterior:

§ 2º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a proceder à retenção nos duodécimos dos demais Poderes e órgãos, das contribuições previdenciárias e da complementação a que estão sujeitos, conforme previsto nos incisos I a III e § 1º deste artigo, e repassá-la ao IPAJM, sendo as possíveis diferenças, que vierem a ocorrer em cada mês, compensadas no mês seguinte.

§ 3º - A contribuição, a que se refere o inciso II deste artigo, incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, quando o

> beneficiário for portador de doença profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, relacionadas no artigo 30 desta Lei Complementar. (Incluído pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
>
> § 4º - A contribuição mensal compulsória do segurado ativo que ingressou no serviço público a partir da data do funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo será no percentual de 11% (onze por cento), deduzida em folha de pagamento, incidente sobre a totalidade da base de contribuição, limitada ao teto previdenciário do Regime Geral de Previdência Social. (Parágrafo incluído pela LC nº 711, de 2.9.2013– D.O.E. 4.9.2013).
>
> § 5º - A contribuição mensal compulsória dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de 22% (vinte e dois por cento), como contrapartida de contribuição previdenciária dos servidores que ingressaram no serviço público a partir da data do funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Estado, incidirá sobre a totalidade da base de contribuição do respectivo segurado ativo, de que trata o inciso I deste artigo, limitada ao teto previdenciário do Regime Geral de Previdência Social. (Parágrafo incluído pela LC nº 711, de 2.9.2013– D.O.E. 4.9.2013).

Perceba-se, ainda, que o mesmo § 1º do art. 40 da Lei Complementar estadual 282/2004 reafirma a responsabilidade dos Poderes e Órgãos autônomos pela complementação (aporte) do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, repetindo o procedimento de repartição de despesas previsto na Lei Complementar estadual 263/2003.

Em síntese, de acordo com o art. 2º da Resolução TC 189/2003 e normas correlatas vigentes à época, o aporte financeiro deveria ser **rateado** entre os Poderes e Órgãos e por eles **registrado** e **transferido** para o RPPS.

No entanto, esclareça-se que, atualmente, a Nota Técnica 633/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estabelece que o aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS deve ser transferido diretamente pelo tesouro do ente, mediante interferência financeira (de forma extraorçamentária), não repercutindo na metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal dos Poderes e Órgãos, conforme será demonstrado no próximo item.

2.3.2.3.3 Do Artigo 3º da Resolução TC 189/2003

O art. 3º da Resolução TC 189/2003 apresentou a seguinte redação:

> Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão **classificados** e **contabilizados**, **junto ao FUNPES**, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho de 2003, não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes. (grifou-se)

Ao contrário do que enuncia a ementa da Resolução TC 189/2003, esse dispositivo trouxe regra aplicável à matéria distinta do aporte financeiro, porquanto se propõe a disciplinar a classificação e a contabilização de **todas as despesas do FUNPES** com o pagamento dos benefícios previdenciários por ele realizado, o que, de acordo com a interpretação que lhe é conferida pelo TCEES, eximiria os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da obrigação legal de computar e demonstrar **toda e qualquer despesa** com inativos e pensionistas para fins fiscais, razão pela qual esses valores não estão sendo incluídos no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, fazendo com que as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" não apresentem valores ou sequer sejam incluídas no Demonstrativo.

A **parte inicial** do dispositivo reproduziu a inovação trazida pelo art. 2º da Lei Complementar estadual 263/2003[790]47, *verbis*:

> Art. 2º Os benefícios previdenciários dos servidores públicos civis e militares do Estado do Espírito Santo **passam a ser custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais**. (grifou-se)

Para tanto, a Lei Complementar estadual 263/2003 revogou a parte do art. 10 da Lei Complementar estadual 109/1997 que atribuía ao tesouro estadual parcela da responsabilidade primária pelo custeio dos benefícios previdenciários. Assim, a partir de então, todos os benefícios previdenciários do RPPS passariam a ser custeados diretamente pelo FUNPES, cujas fontes de receitas seriam, principalmente, as contribuições previdenciárias acrescidas do aporte financeiro complementar repassado pelos Poderes e Órgãos, haja vista o caráter deficitário global em que se encontrava o RPPS antes da implantação da segregação de massas promovida pela Lei Complementar estadual 282/2004.

Na sequência da sua redação o citado art. 3º da Resolução TC 189/2003 esclarece que **o FUNPES** deveria classificar e contabilizar o pagamento dos benefícios previdenciários como "*Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916*[791]*48, de 17 de julho de 2003*". Observe-se que esse trecho do dispositivo trata da contabilização de despesas **junto ao FUNPES**, ou seja, do registro **pelo FUNPES** do pagamento de benefícios previdenciários e não da contabilização de despesas por parte dos Poderes e Órgãos, relativa às transferências das contribuições e do aporte ao referido fundo previdenciário.

De fato, mesmo há época da edição da Resolução TC 189/2003, não havia correlação direta entre a **forma de contabilização** das despesas por parte do FUNPES com o pagamento de benefícios previdenciários e a **forma de contabilização** das despesas com os repasses das contribuições previdenciárias e do aporte por parte dos Poderes e Órgãos ao FUNPES. Cada unidade gestora deveria registrar a execução do seu orçamento de forma independente, sem se submeter a interferências recíprocas.

---

790 Antes do advento dessa lei complementar a responsabilidade pelo custeio dos benefícios previdenciários era em parte do tesouro estadual, conforme previsão contida no art. 10 da Lei Complementar estadual 109/1997.

791 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2003/916.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

Atualmente, segundo a disciplina contábil estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), válida para o exercício financeiro de 2015, **os recursos referentes ao aporte sequer se submetem à execução orçamentária**[792], uma vez que o repasse desses recursos deve ser realizado diretamente pelo tesouro do ente ao RPPS e não individualmente pelos Poderes ou Órgãos, conforme se colhe de trecho extraído da Nota Técnica STN 633/2011[793], *verbis*:

> **Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SEBSECVI/STN**
>
> Em 25 de julho de 2011.
>
> **ASSUNTO:** Esclarecimento sobre a criação do elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
>
> [...]
>
> **Do Equilíbrio Financeiro do RPPS**
>
> 3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, **o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses**. (grifou-se)

Essa não submissão à execução orçamentária torna inaplicável qualquer repercussão da forma de classificação das despesas previdenciárias pelo FUNPES em relação à forma de classificação realizada pelos Poderes e Órgãos, porquanto o aporte financeiro não deve ser transferido pelos Poderes e Órgãos, mas sim diretamente pelo tesouro do Estado, mediante interferência financeira (de forma extraorçamentária), não havendo, portanto, execução orçamentária desses recursos pelos Poderes e Órgãos.

Por sua vez, a Portaria MPS 916/2003[794], citada na Resolução TC 189/2003, aprovou o Plano de Contas, o Manual das Contas, os Demonstrativos e as Normas de Procedimentos Contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Ocorre que a Portaria

---

792 No Estado do Espírito Santo o Poder Executivo tem transferido o aporte financeiro ao RPPS mediante execução orçamentária, descumprindo, portanto, as diretrizes contidas na Nota Técnica 633/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa metodologia de contabilização adotada apenas pelo Poder Executivo permitiu que deixassem de ser aplicados na área da educação mais de R$ 2,6 bilhões de reais entre os anos de 2009 e 2011. Só no exercício financeiro de 2014, R$ 531 milhões foram contabilizados como despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) sem terem efetivamente sido aplicados no ensino, o que levou o Ministério Público de Contas a pugnar pela desaprovação da prestação de contas anual do governador do Estado. Informação disponível em: http://www.mpc.es.gov.br/ministerio-publico-de-contas-opina-pela-desaprovacao-das-contas-de-2014-do-governador-do-estado/. Acesso em: 23 set. 2015.

793 Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Nota_Tecnica_6332011_CCONF_SUBSECVI_STN.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.

794 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2003/916.htm. Acesso em: 23 set. 2015.

MPS 916/2003 foi revogada expressamente pela Portaria MPS 509[795], de 12 de dezembro de 2013, que dispôs sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCAPS) definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS:

> **PORTARIA MPS Nº 509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 - DOU DE 13/12/2013**
>
> ***Dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.***
>
> O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 9° da Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:
>
> Art. 1° Os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 2° Os RPPS adotarão as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP estendido até o 7o nível de classificação, conforme a versão atualizada do Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis no 00 (IPC 00) da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 3° As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP dos RPPS devem seguir as regras e modelos definidos no MCASP, aprovado por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.
>
> Art. 4° Os RPPS deverão adequar a sua contabilidade ao disposto nos arts. 2° e 3° desta Portaria nos mesmos prazos definidos na Portaria STN n° 634, de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU, de 21 de novembro de 2013.
>
> Art. 5° A Secretaria de Políticas de Previdência Social adotará as medidas necessárias para a prestação de informações sobre a aplicação do PCASP e das DCASP pelos entes federativos detentores de RPPS.
>
> Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
>
> Art. 7° Revoga-se a Portaria MPAS n° 916, de 15 de julho de 2003, e a Portaria MPS n° 95, de 6 de março de 2007.
>
> GARIBALDI ALVES FILHO

Tendo em vista a menção à Portaria STN 634/201353, cumpre transcrever alguns dispositivos desse normativo:

795 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2013/509.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

PORTARIA Nº 634, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **sob a mesma base conceitual**. (grifou-se)

[...]

Art. 1º As regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sob a mesma base conceitual são estabelecidas por esta Portaria.

[...]

Art. 3º As diretrizes, conceitos e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, sem prejuízo de outros atos normativos e outras publicações de caráter técnico, são consubstanciados nos seguintes instrumentos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

II - Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC;

III - Notas Técnicas.

§ 1º O MCASP, cuja edição deve ser aprovada em ato normativo específico, é de observância obrigatória pelos entes da Federação[796].

§ 2º As IPC, de observância facultativa e de caráter orientador, são emitidas no intuito de auxiliar os entes da Federação na aplicação e interpretação das diretrizes, normas e procedimentos contábeis relativos à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual.

§ 3º Podem ser criados subgrupos de estudos de procedimentos contábeis, coordenados pela Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON/STN, cujo funcionamento e composição serão definidos em edital, com o intuito de assegurar a participação dos entes federativos no processo de revisão e aperfeiçoamento do MCASP e na elaboração das IPC.

§ 4º As Notas Técnicas são emitidas para elucidar algum ato normativo ou quando algum órgão ou entidade do setor público demandar o entendimento do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal no caso concreto, desde que não haja manifestação anterior aplicável ao mesmo, ou nos casos em que a STN julgar necessário.

---

796 O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) complementa o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Nesse sentido, estabelece o MCASP, 6ª edição, p. 213:

> **3.2.3. Relação com as Informações Fiscais**
> O conteúdo deste capítulo é complementar às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Deste modo ambos os manuais (MCASP e MDF) devem ser analisados de forma integrada, permitindo, assim, a padronização das rotinas contábeis e dos demonstrativos fiscais.
> Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773. Acesso em: 23 set. 2015.

> [...]
>
> Art. 5º As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, estabelecidas no MCASP de acordo com as NBC TSP, devem ser observadas obrigatoriamente pelos entes da Federação, de modo a permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do PCASP.
>
> [...]
>
> Art. 11 O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP deverão ser adotados por todos os entes da Federação até o término do exercício de 2014.

Logo, diante da superveniência da Portaria MPS 509/2013, resta prejudicado o comando normativo do art. 3º da Resolução TC 189/2003, no sentido de se observar a indicação contida na revogada Portaria MPS 916/2003, devendo-se, por conseguinte, adequar a interpretação da Resolução TC 189/2003 à nova Portaria MPS 509/2013, motivo pelo qual se impõe a observância às diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais[797], 6ª edição, válido para 2015, publicado pela Portaria STN 533/2014[798], bem como demais normas correlatas.

Por fim, resta analisar a parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003, em destaque a seguir:

> Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão classificados e contabilizados, junto ao FUNPES, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho de 2003, **não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes**. (grifou-se)

O fragmento em destaque no dispositivo transcrito se propõe a apresentar uma necessária[799] **consequência** para a classificação e contabilização, junto ao FUNPES, dos benefícios previdenciários por ele custeados: a sua não repercussão nos gastos com pessoal dos **demais** Poderes e Órgãos.

A análise empreendida até esse momento nos dispositivo da Resolução TC 189/2003 demonstra que essa norma encontra-se em harmonia com toda a legislação federal e estadual **vigente à época da sua edição**, tornando-se, todavia, inaplicável em relação à legislação superveniente que com ela tenha se mostrado incompatível, conforme demonstrado alhures.

De plano, verifica-se que a utilização do adjetivo indefinido “demais” antes do substantivo composto “Poderes e Órgãos”, enuncia o caráter residual da expressão em relação ao Poder Executivo estadual, fazendo crer, por exclusão, tratar-se especificamente dos Poderes Legislativo e Judiciário, do

---

797 Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 21 set. 2015.

798 Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/Portaria_STN_553_2014_6_edicao_MDF.pdf/82df78a8-4c84-4fd6-880b-fb2e34abfb25. Acesso em: 23 set. 2015.

799 Mostra-se indispensável a existência de correlação lógico-jurídica entre a parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003 e o restante do texto que lhe antecede na redação do dispositivo.

Ministério Público e do Tribunal de Contas. Logo, o dispositivo não alcançaria o Poder Executivo, circunstância que evidencia, no mínimo, **ausência de uniformização no tratamento conferido ao aporte financeiro**, em nítido descompasso com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) fornecidas por meio da Nota Técnica 633/2011, uma vez que o tratamento contábil a ser dado ao aporte deve ser uniforme dentro de cada ente da federação.

Essa ausência de uniformidade de tratamento contábil do aporte fora constatada pela Área Técnica na análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2014, sendo inclusive objeto de recomendação[800] ao atual chefe do Poder Executivo estadual por meio da Decisão TC 3935/2015 e Termo de Notificação 1433/2015, recebido em 19/06/2015:

> **DECISÃO TC-3935/2015**
>
> **PROCESSO** - TC-1590/2015
>
> **ASSUNTO** - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
>
> **RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE DE 2014 – INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RECOMENDAR – ENCAMINHAR CÓPIAS - APENSAR.**
>
> **DECIDE** o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS, bem como identifique esses recursos como aporte no

[800] De acordo com o art. 207, inciso IV e V, o termo correto seria "determinação" e não "recomendação", por se tratar de descumprimento das orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais:

> Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:
> [...]
> IV - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido, no prazo de até trinta dias, quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, decidindo pelo arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências;
> V - recomendará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, e arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das recomendações;

Ao substituir o termo "determinação" por "recomendação", há a consequente isenção do múnus de incluir ressalva na prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo estadual, contrariando o que estabelece o art. 132, inciso II, da Resolução TC 261/2013, Regimento Interno desta Corte de Contas:

> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
> [...]
> II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

Quadro “APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR” do mesmo Demonstrativo.

DECIDE, ainda, encaminhar ao atual Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, à Secretaria de Estado da Fazenda, bem como à Secretaria de Estado de Controle e Transparência cópia do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF Nº 7/2015, para ciência.

DECIDE, por fim, sejam os autos encaminhados à 9ª Secretaria de Controle Externo para ser apensado, futuramente, à Prestação de Contas Anual do Governador.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 1433/2015

PROCESSO: TC-1590/2015

ASSUNTO: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

JURISDICIONADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fica o Sr. **Paulo César Hartung Gomes**, Governador do Estado do Espírito Santo, **NOTIFICADO** da Decisão TC-3935/2015 - Plenário, prolatada no processo em epígrafe, que trata de Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Acompanham este Termo cópias da Decisão TC-3935/2015 – Plenário, do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 7/2015.

Vitória, 18 de junho de 2015.

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR
Secretário Geral das Sessões
(Por delegação - Portaria N nº 021/2011)

Salvo melhor juízo, a menção aos “demais Poderes e Órgãos” surge como uma forma de compatibilizar a Resolução TC 189/2003 com a transferência de parte da responsabilidade fiscal promovida pela Decisão TC 006/2001, cujos vícios de legalidade foram amplamente demonstrados no item 2.2.1. Corrobora esse entendimento a menção feita à Decisão TC 006/2001 no preâmbulo da Resolução TC 189/2003:

> **Considerando** que as despesas com servidores inativos estaduais do Estado do Espírito Santo serão realizadas através do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES, representando procedimento semelhante à **Decisão Plenária TC nº 006/2001**,

No entanto, emerge da análise em curso o seguinte questionamento: a interpretação dada pelo TCEES a esse quase imperceptível fragmento de texto que encerra o art. 3º da Resolução TC 189/2003[801], quando conjugado com os itens 1 e 3 da Decisão TC 006/2001[802], seria capaz de tornar inaplicável aos demais Poderes e Órgãos autônomos do Estado do Espírito Santo a metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal previstos no art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal[803], **no que tange às despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados ao RPPS**, legitimando, ainda, a ausência de inclusão no Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos demais gastos com inativos e pensionistas (despesas bruta e dedutível), e promovendo a desqualificação do instrumento de transparência, controle e fiscalização previsto nos art. 54 e 55 da LRF[804] e a inobservância das diretrizes emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)?

Ao se consultar o Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, publicados nos respectivos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2015, constata-se que nenhuma dessas instituições deu publicidade às despesas com seus inativos e pensionistas vinculados ao RPPS na forma como preconizada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais

---

801 "[...] não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes."

802 1 – Considerar excluído dos gastos com pessoal os valores despendidos com inativos, que obtiveram essa condição até a data de 03/05/2000, vinculados aos Poderes Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.
[...]
3 – Os gastos com inativos, até a publicação da Lei Complementar 101/00, independentemente da vinculação com o Poder ou órgão em regime especial, serão computados juntamente com o Poder Executivo, dentro dos limites fixados pelas chamadas Leis Camata I e II.

803 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

804 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
[...]
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
[...]
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]
II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;
III - demonstrativos, no último quadrimestre:
a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
1) liquidadas;
2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.
§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

da Secretaria do Tesouro Nacional[805] (STN). Esse fato pode ser facilmente comprovado por meio das imagens a seguir colacionadas, extraídas dos respectivos portais da transparência:

PODER LEGISLATIVO[806]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS	MAIO/2014 A ABRIL/2015
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	142.591.204,64	0,00
Pessoal Ativo	136.155.015,98	
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.436.188,66	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	569.665,79	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período		
anterior ao da apuração	569.665,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	142.021.538,85	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.756.086.711,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	142.021.538,85	1,21%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	199.853.474,09	1,70%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	189.860.800,39	1,615%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	179.868.126,68	1,53%

[805] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 14 set. 2015.

[806] Demonstrativo Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/orcamento_fiscal/2015%20-%201º%20Quadrimestre%20-%20RGF%20-%20Despesa%20com%20Pessoal.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.
O valor declarado de R$ 6.436.188,66 se refere às despesas com o extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE) e não com o RPPS.
O Poder Legislativo não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

PODER JUDICIÁRIO[807]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ato nº 664 /2015.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o **art. 55**, inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

RESOLVE:
Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 a ABRIL/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (MAIO/2014 à ABRIL/2015)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	738.947.407,62	1.086.123,69
Pessoal Ativo	737.985.511,84	226.074,47
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	961.895,78	860.049,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	40.441.538,99	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	40.441.538,99	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	698.505.868,63	1.086.123,69
DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (IV) = (III a + III b)	699.591.992,32	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.756.086.711,32	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,95	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	705.365.202,68	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 *do* LRF) – 5,7%	670.096.942,55	
LIMITE DE ALERTA (incido II do § 1º do art. 59 *do* LRF) – 5,4%	634.828.682,41	

[807] Demonstrativo disponível em: http://www.tjes.jus.br/PDF/PUBLICACAO%20RGF%20ato_664-2015.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS[808]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 a ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alíena "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	106.499.310,96	272.624,96
Pessoal Ativo	106.418.134,64	265.438,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	81.176,32	7.186,72
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	7.038.080,88	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.038.080,88	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	99.461.230,08	272.624,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	11.756.086.711,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b)	99.733.855,04	0,848
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	152.829.127,25	1,300
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	145.187.670,88	1,235
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	137.546.214,52	1,170

808 Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Relatorios%20Gestao%20Fiscal/RGF_art%2055_I_a%20_1q_2015%20-%20SEM%20INATIVOS%20-%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.
O Tribunal de Contas não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL[809]

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
MINISTERIO PÚBLICO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Ultimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	246.814.389,46	
Pessoal Ativo	245.559.861,50	
Pessoal Inativos e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF)	1.254.527,96	
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	45.180.755,09	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores	45.180.755,09	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	201.633.634,37	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**201.633.634,37**	

APURAÇAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL (V)	11.756.086.711,32
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**1,72**
LIMITE MAXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	235.121.734,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	223.365.647,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) – 1,80%	211.609.560,80

Observe-se que os Poderes e Órgãos não estão computando nem demonstrando as despesas com inativos e pensionistas nos respectivos demonstrativos, situação que impossibilita o controle social sobre os limites de gastos com pessoal. Essa situação priva a sociedade de conhecer, por seus próprios meios, a real situação de parte expressiva das despesas públicas estaduais, na medida em que restringe o controle externo à

[809] Disponível em: https://www.mpes.mp.br/transparencia/Informacoes_a_partir_01_2014_ate_08_2015/Execucao_Orcamentaria_e_Financeira/Limite_de_Gastos_com_Pessoal.asp?precommand=Download&folder=2015%5C&file=RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+FISCAL%2D+1%C2%BA+QUADRIM%2E+2015%2Edoc. Acesso em: 14 set. 2015.
O Ministério Público não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

fiscalização institucional realizada pelos próprios Poderes e Órgãos que se beneficiam do procedimento.

Por certo, sem o fornecimento de informação por parte da Administração Pública não há como o cidadão supervisionar o uso do dinheiro público, no que se inclui o acompanhamento à estrita observância aos limites de gastos com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Partindo da premissa de que os valores apresentados nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal devem retratar com fidedignidade os registros contábeis de cada Poder e Órgão autônomo, o cidadão chega à conclusão de que está havendo **omissão na demonstração não só do aporte, mas de todas as despesas com inativos e pensionistas (brutas e dedutíveis)** por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas.

De acordo com os Relatórios de Análise Fiscal (RAF) emitidos pela Área Técnica do TCEES[810] nos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público estadual, verifica-se que esta Corte de Contas, com fundamento na Decisão TC 006/2001 e na Resolução TC 189/2003, está autorizando os referidos Poderes e Órgão, além do próprio Tribunal de Contas, a não demonstrar à sociedade as despesas efetivas com seu pessoal inativo e pensionistas. Esse procedimento desvirtua o objetivo dos percentuais de despesa com pessoal lançados nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, importante instrumento de transparência, controle e fiscalização introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa situação anômala decorre, precisamente, de uma interpretação conjunta dos itens 1 e 3 da Decisão TC 006/2001, combinados com a parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003. De acordo com a interpretação conferida a esses dispositivos pelo TCEES, parte da **responsabilidade fiscal** dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público estadual e do próprio Tribunal de Contas, no que tange ao aporte financeiro mensal, seria transferida para o Poder Executivo (itens 1 e 3 da Decisão TC 189/2001), desobrigando aqueles Poderes e Órgãos de **computar** e de **divulgar** as despesas com seus inativos e pensionistas por meio do Demonstrativo da Despesa com Pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003).

Conforme já mencionado, de acordo com a Nota Técnica 633/2011[811], emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o aporte para cobertura de déficit financeiro deve ser transferido diretamente do tesouro do ente da federação para o RPPS, mediante interferência financeira (de forma extraorçamentária). Por certo, esse procedimento contábil não interfere na metodologia de cálculo das despesas com inativos e pensionistas de cada Poder ou órgão **para fins fiscais**, porquanto os referidos gastos devem ser aferidos, primariamente, a partir da contabilização realizada pelo RPPS,

---

[810] Relatório de Analise Fiscal RAF 7/2015, encartado no Processo TC 6492/2015, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Judiciário (1º quadrimestre de 2015);
Relatório de Análise Fiscal RAF 10/2015, encartado no Processo TC 6493/2015, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Ministério Público Estadual (1º quadrimestre de 2015);
Relatório de Análise Fiscal RAF 8/2015, encartado no Processo TC 6269/2015, referente ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Assembleia Legislativa (1º quadrimestre de 2015).

[811] Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Nota_Tecnica_6332011_CCONF_SUBSECVI_STN.pdf. Acesso em: 15 set. 2015.

conforme se colhe das orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais[812], publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

> **03.04.02.02 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)**
>
> [...]
>
> **Independentemente do formato administrativo** que assuma no âmbito do ente, seja autarquia, fundação ou fundo previdenciário, o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência, ter caráter contributivo, ser organizado com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em conformidade com o Plano de Contas Aplicado aos RPPS, publicado pelo Ministério da Previdência Social e adotar os procedimentos necessários ao controle da despesa com pessoal previsto na LRF, **inclusive quanto ao registro e evidenciação das receitas e despesas de cada um dos Poderes ou órgãos**. (grifou-se) (p. 181)
>
> [...]
>
> **04.01.01.01 Conteúdo do Demonstrativo**
>
> [...]
>
> **Para permitir a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder, o RPPS deverá manter registros destacados das receitas e despesas de cada um dos Poderes**, podendo ser adotado o critério da identificação orçamentária (ação) ou da unidade gestora especifica, no registro e evidenciação das despesas de cada um dos Poderes. O RPPS deve, ainda, ter condições de **fornecer as informações necessárias que possibilitem ao respectivo Poder ou órgão utilizar tais informações para fins de elaboração do seu RGF, mediante apuração dos valores brutos de inativos e pensionistas, assim como do montante de inativos e pensionistas pagos com recursos do RPPS**, utilizando o plano de contas do RPPS. (grifou-se) (p. 502)

Portanto, o RPPS constitui fonte primária das informações atinentes às receitas e às despesas com inativos e pensionistas dos Poderes e Órgãos, necessárias à elaboração dos respectivos Demonstrativos da Despesa com Pessoal. Apenas o gestor único do RPPS possui condições de precisar o total de despesas com inativos e pensionistas oriundos de cada Poder e Órgão, considerando as possíveis variações mensais dos proventos pagos a cada beneficiário.

A necessidade de tal procedimento decorre do fato de a Lei de Responsabilidade Fiscal ter adotado **critério finalístico** para aferição e demonstração das receitas e das despesas com inativos e pensionistas, isto é, dos recursos que foram efetivamente recebidos ou pagos pelo RPPS. Por esse motivo, os dados necessários ao cálculo dos limites de despesa com inativos e pensionistas, para fins fiscais, devem ser coletados diretamente junto ao gestor único do RPPS – *in casu*, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) –, razão pela qual o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN destaca a importância do papel do RPPS

[812] Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 14 set. 2015.

no fornecimento das informações necessárias à elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Isso significa que, **para fins estritamente fiscais**, no caso específico da aferição dos limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se irrelevante a origem do aporte (se proveniente dos Poderes e Órgãos ou do tesouro estadual) ou a forma de sua transferência ao RPPS (se orçamentária ou extraorçamentária), tendo em vista que, em qualquer caso, o cômputo das despesas com seus inativos e pensionistas deve ser atribuído, individualmente, a cada um dos Poderes e Órgãos. Para tanto, o cálculo da despesa total com pessoal de cada Poder e Órgão, em relação ao aporte, deve ser realizado a partir da despesa total do RPPS, considerando os benefícios previdenciários vinculados a cada Poder e Órgão autônomo.

Certamente, a possibilidade de se transferir o aporte mediante execução orçamentária (forma antiga) ou interferência financeira (forma atual) não poderia jamais repercutir na metodologia de cálculo dos limites fiscais, como pretende o TCEES ao conferir à parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003 uma interpretação extensiva que permite a exclusão indevida de valores, sob pena de se admitir a possibilidade de criação de artifícios aptos a frustrar a aplicação da LRF, já que a aferição dos limites fiscais previstos na LRF possui regras próprias que não se subordinam a procedimentos contábeis tendentes a afastar ou transferir, no todo ou em parte, a responsabilidade fiscal dos Poderes e Órgãos.

Nesse sentido, cumpre transcrever trecho do Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aplicável ao exercício de 2015:

> **04.01.02.01 Despesa com Pessoal**
>
> A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), **deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF (despesas deduzidas), não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais**. (p. 502) (grifou-se)

Desse modo, a forma como as despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários são classificadas e contabilizadas junto ao FUNPES não é capaz de alterar a disciplina jurídica prevista nos art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal nem os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), **não repercutindo, portanto, na metodologia de cálculo das despesas com pessoal inativo e pensionistas dos Poderes e Órgãos**, circunstância que não exonera os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas de computar e de demonstrar à sociedade suas despesas com inativos e pensionistas.

À luz da legislação atualmente em vigor, o Ministério Público de Contas entende ser esta a interpretação mais consentânea a ser conferida à parte final do art. 3º da Resolução TC 189/2003, à luz do que prescreve a Lei de Responsabilidade Fiscal e os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

2.3.2.3.4 Do Artigo 4º da Resolução TC 189/2003

Finalmente, chega-se ao art. 4º da Resolução TC 189/2003, *verbis*:

> **Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2003.

O dispositivo em questão encerra a Resolução TC 189/2003, estabelecendo a retroatividade dos seus efeitos para a partir de **01/07/2003**. Logo, a aplicação dessa Resolução alcançaria metade do exercício de 2003 (julho a dezembro). Por outro lado, se a Resolução TC 189/2003 entrasse em vigor na data da sua publicação, ocorrida em **24/10/2003**, seus reflexos seriam sentido no máximo durante os últimos três meses de 2003 (outubro a dezembro). Explicitando.

Por ocasião da publicação da Resolução TC 189/2003, ocorrida em **24/10/2003**, já havia expirado o prazo de trinta dias – findo em **30/09/2003** – para publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º quadrimestre de 2003 (período de apuração: setembro de 2002 a agosto de 2003), conforme previsão contida no § 2º do art. 55 da LRF[813]. Desse modo, a Resolução TC 189/2003 só poderia ser aplicada ao RGF do 3º quadrimestre 2003 (período de apuração: janeiro de 2003 a dezembro 2003), **repercutindo, portanto, nas despesas com pessoal de metade do exercício financeiro de 2003 em relação ao RGF do 3º quadrimestre, o qual coincide com o período integral do exercício financeiro para fins de prestação de contas anual**.

2.3.3 Do Precedente Firmado no Processo TC 6016/2015 – PCA 2014 do Governador do Estado

Como **terceiro fundamento** para a ausência de cômputo e de demonstração das despesas com inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), o Relatório de Análise Fiscal RAF 10/2015 se reportou ao Processo TC 6016/2015, referente à prestação de contas anual (PCA) do governador do Estado, exercício financeiro de 2014, onde, segundo consta na citada peça técnica, o "*Plenário desta Corte corroborou o entendimento de que as despesas de inativos e pensionistas dos demais Poderes e Órgãos sejam consideradas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo estadual,* ***na forma procedida em análises anteriores dos relatórios de gestão fiscal****. Processo apreciado na sessão especial do Plenário do TCE-ES em 16/07/2015, Parecer-Prévio ainda não publicado*". (grifou-se)

De fato, na mencionada prestação de contas o Plenário do TCEES acolheu *in totum*, nos termos do voto do Conselheiro Relator, a análise desenvolvida pela Comissão de Análise das Contas do Governador, a qual se serviu da metodologia extraída da Decisão TC 006/2001 e da Resolução TC 189/2003 para o cálculo da despesa com pessoal do Poder Executivo estadual. De acordo com essa metodologia, a responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, no que tange à obrigação legal de computar e de demonstrar à sociedade suas despesas com inativos e pensionistas vinculados ao RPPS, é transferida para o Poder Executivo estadual. Em síntese, esse procedimento permite que o Poder Executivo inclua em seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal as despesas com os inativos e pensionistas

[813] Art. 55. O relatório conterá:
[...]
§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS) dos demais Poderes e Órgãos autônomos, possibilitando a redução dos gastos com pessoal para fins de aferição dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, cumpre esclarecer que o Processo TC 6016/2015 ainda se encontra em fase recursal, aguardando o julgamento dos embargos de declaração opostos com o propósito de esclarecer pontos omissos e contraditórios identificados pelo Ministério Público de Contas[814], de modo que o mencionado Parecer Prévio TC 50/2015 ainda não representa o posicionamento definitivo deste órgão de controle externo sobre a aludida prestação de contas, carecendo, portanto, de eficácia para subsidiar o julgamento dos atos de governo praticados pelo chefe do Poder Executivo estadual, circunstância que torna prematuro e temerário fazer qualquer prognóstico sobre a sua possível imutabilidade.

2.4 Do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo Estadual, Referente ao 1º Quadrimestre de 2015

Por derradeiro, releva destacar que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, referente ao 1º quadrimestre de 2015[815], onde, de acordo com a Decisão TC 006/2001 e a Resolução TC 189/2003, foram computadas as despesas com os inativos e pensionistas vinculados ao RPPS dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, **não apresenta a segregação das despesas por Poder e Órgão, tornando impossível ao cidadão conhecer o valor individualizado dos gastos com inativos e pensionistas**, frustrando sobremaneira o controle social.

Observe-se na imagem a seguir que não é possível identificar o valor individualizado das despesas com os inativos e pensionistas de cada um dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, seja o valor bruto, o valor deduzido ou o valor do aporte financeiro destinado ao RPPS. Diante dessa visível confusão de despesas, o Poder Executivo se viu forçado a revelar suas despesas com o aporte financeiro, calculado em **R$ 1.347.221.901,72** (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e um reais, e setenta e dois centavos), por meio de nota explicativa (Nota Explicativa nº 6):

---

814 Conquanto o Plenário do TCEES tenha aprovado **sem ressalvas** a prestação de contas anual do governador do Estado, acolhendo *in totum* o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 01/2015, nos termos do voto do relator, todas as 17 recomendações constantes no referido relatório deixaram de ser incluídas no Parecer Prévio 50/2015. Caso consistam em impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, cada uma das recomendações será suficiente, por si só, para alterar o resultado do julgamento para aprovação **com ressalva**, nos termos do art. 132, inciso II, da Resolução TC 261/2013, Regimento Interno desta Corte de Contas:

> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
> [...]
> II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

815 Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/01Q2015/01Q2015.zip. Acesso em: 19 set. 2015.

PODER EXECUTIVO[816]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**6.092.820.442,25**	**6.064.248,11**
Pessoal Ativo	3.862.296.943,59	4.828.370,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.014.284.856,68	718.911,58
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	216.238.641,98	516.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**877.221.171,08**	**983.508,15**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.674.671,05	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	234.579.397,94	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	38.385.276,86	257.032,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	594.581.825,23	102.770,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.215.599.271,17**	**5.080.739,96**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**5.220.680.011,13**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**11.756.086.711,32**
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**44,41%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	**5.760.482.488,55**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	**5.472.458.364,12**
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	**5.184.434.239,69**

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.322.259,54
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	88.358,00
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.306.466,31
TOTAL	**5.717.083,85**

3 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de **R$ 10.000.000,00** (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

4 - Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R$ **112.028,07** referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

816 Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/01Q2015/01Q2015.zip. Acesso em: 23 set. 2015.

6 - Na linha "Pessoal *Inativo e Pensionistas*" está sendo computado o montante de **R$ 1.347.221.901,72** (*registrado na Natureza de Despesa 319113-3647*) referente a Contribuição Complementar do Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

7 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF); orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "*Pessoal Inativo e Pensionistas*" e "*Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados*" estão compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	*Últimos 12 Meses em R$*
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	594.581.825,23
+ Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.347.221.901,72
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	72.481.129,73
Total	**2.014.284.856,68**

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	*Últimos 12 Meses em R$*
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.122.738.215,84
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.347.221.901,72
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Demais Poderes	180.934.488,89
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS	**594.581.825,23**

9 - No último quadrimestre de 2014 foi apresentado o montante de R$ **6.210.983,05** referente à coluna INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. Até o primeiro quadrimestre de 2015, foi cancelado R$ **146.734,94** deste montante, conforme abaixo detalhado:

Natureza	Descrição da Conta	Valor Cancelado
319001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	184,71
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	215,63
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	48.394,19
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	19.504,00
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.855,86
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	29.580,55
	TOTAL	**146.734,94**

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Com base nas informações divulgadas por meio desse Demonstrativo, verifica-se, tão-somente, que a **despesa total** dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas com o aporte financeiro no mesmo período (maio de 2014 a abril de 2015) alcançou **R$ 180.934.488,89** (cento e oitenta milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), não sendo possível identificar a cota-parte relativa a cada Poder e Órgão. Portanto, em nenhum dos Demonstrativos publicados consta a segregação das despesas com o aporte financeiro dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, nem a demonstração de suas despesas totais com inativos e pensionistas para fins fiscais.

Ainda, colhe-se da Nota Explicativa nº 7 que a inclusão do aporte financeiro relativo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas no cômputo das despesas com pessoal do Poder Executivo estaria respaldada por três fundamentos, a saber:

1) Art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
2) Orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
3) Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no Processo SEP 64634051[817].

No entanto, a análise empreendida pelo Ministério Público de Contas constatou que os três fundamentos apresentados pelo Poder Executivo preconizam procedimento contrário ao que foi adotado na confecção do

[817] Consulta disponível em: http://www.protocolo.es.gov.br/consultarprocessoweb.aspx. Acesso em: 24 set. 2015.

Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, evidenciando uma inegável contradição, conforme se passa a demonstrar.

Ao examinar o parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) – órgão consultivo do Poder Executivo estadual nos termos do art. 122 da Constituição Estadual[818] e do art. 3º, inciso X, da Lei Complementar estadual 88/1996[819] –, exarado em **28 de maio de 2014** no **Processo SEP nº 64634051**, nota-se que houve evidente equívoco por parte do Poder Executivo, porquanto a mencionada peça técnica posiciona-se em sentido diametralmente oposto ao adotado no Demonstrativo em tela, uma vez que opina "***no sentido de que incumbe a cada Poder ou órgão autônomo proceder ao cômputo da respectiva despesa total com pessoal, na qual se inserem as despesas com inativos e pensionistas, não se admitindo a transferência, ao Executivo Estadual, de despesa que não lhe é afeta***", conforme se colhe do seu interior teor:

[818] Art. 122 A Procuradoria-Geral é o órgão que representa o Estado, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhes ainda nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Estadual.

[819] Art. 3º - A Procuradoria Geral do Estado, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, tem a seguinte competência fundamental:
[...]
X - Fixar administrativamente a interpretação da Constituição, das leis, decretos, ajustes, contratos e atos normativos em geral, a ser uniformemente observadas pelos órgãos e entidades da Administração Estadual;

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

17
63761688

PROCESSO nº 64634051

PARECER

Análise jurídica . "Aporte" financeiro pelo Poder Executivo Estadual para fins de contabilização das despesas de pessoal – inativos e pensionistas – do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Considerações.

Senhor Subprocurador Geral para Assuntos Administrativos,

1. Cuida-se de análise jurídica do procedimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TC/ES, que com base na "decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, passou a incluir a partir de análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, o que acabou por onerar os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal LRF"[1].

O objeto da análise em referência é o mesmo constante do processo Nº 63761688, que tem por órgão consulente a SECONT, pelo que

[1] OF/SEFAZ/GABSEC/ Nº 393/2013, fl.01

6376

os fundamentos aqui apresentados serão, da mesma forma, reproduzidos naquela consulta, mediante juntada do presente parecer, que segue apenso ao despacho lá constante.

Juntada às fls. 05/16 Nota Técnica nº 008/2013 da SECONT, em que essa procede a análise da Decisão TC-1297/2013, referente ao Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º quadrimestre de 2012, concluindo que: a decisão e resolução do TCEES é contrária a proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (cópia às fls. 21/30), pelo que pode – dado ser o "aporte" crescente a cada ano – comprometer os limites de pessoal definidos na LRF, recomendando a análise desta PGE acerca do tema.

Fora juntada ainda à fl. 17, cópia da Decisão Plenária do TC, nº 006/2001, que acaba por estabelecer um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000 deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Anexada aos autos ainda cópia da Resolução nº 189/2003, que disciplina o tratamento a ser dado ao aporte financeiro de que trata a Lei complementar Estadual Nº 263/2003 (que fora, diga-se, revogada pela Lei Complementar nº282/2004).

É o relatório, no essencial.

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

2. Inicialmente, destaco que a análise aqui colacionada por esta PGE, limitar-se-á apenas às questões jurídicas constantes da consulta formulada, não sendo nossa a responsabilidade das questões técnicas ou contábeis vinculadas ao objeto da consulta, bem como as de conveniência e oportunidade emitidas pelos Agentes Públicos vinculados aos autos em epígrafe.

Dito isso, passa-se a análise dos pontos jurídicos propriamente ditos. Conforme consubstanciado no Ofício enviado pelo Secretário de Estado da Fazenda, que aponta o início da adoção da metodologia, pelo Tribunal de Contas do Estado[2], "*a partir da análise do 2º quadrimestre de 2012, no cômputo da despesa de pessoal do Poder Executivo, o valor referente à 'Contribuição Complementar para Cobertura de Déficit Financeiro' pertinente aos inativos e pensionistas do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público, onerando, desta forma, os limites do Poder Executivo definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF*".

Cumpre esclarecer, inicialmente – para fins de resposta a consulta posta –, com base nos conceitos extraídos da Lei Complementar 101/2000, a definição de Despesa Total com Pessoal.

Lei Complementar n.º 101/2000:

"*Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies*

[2] Consubstanciado da decisão plenária TC-006/2001 e na Resolução TC-189/2003.

remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência." (grifo nosso)

Assim, temos que mencionada lei define DTP – Despesa Total com Pessoal como a soma de todas as espécies remuneratórias gastas com ativos, inativos e pensionistas. O conceito, em termos brutos, tem caráter meramente exemplificativo, como se denota pela utilização das expressões abertas "com quaisquer espécies remuneratórias", "tais como" e "vantagens pessoais de qualquer natureza", que tem o claro objetivo de evitar burlas decorrentes da criação de novas terminologias. O princípio, assim, é o da prevalência, da essência, sobre a forma.

A partir do texto da lei, que é explicito quanto a inclusão, resta inadmissível a exclusão de inativos e pensionistas do conceito de DTP, pelo que, desde já, firmo meu entendimento contrário ao do explicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Noutros Estados (em entendimentos, inclusive, já superados), procedeu-se a exclusão dos pensionistas no conceito de DTP mediante utilização do argumento de que os pensionistas não são explicitamente citados no art. 169 da Constituição Federal. Este, assim dispõe:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (destaquei)

Tal entendimento não encontra amparo dado que a LRF é a lei complementar que estabelece os limites para a DTP e fica patente que, ao remeter o tema para lei complementar, o legislador constituinte entendeu desnecessário alongar-se em considerações conceituais, posto que se a lei complementar pode estabelecer os limites, pode também conceituar a despesa, para que não reste dúvida quanto a que itens considerar. Parte-se do pressuposto de que quem pode o mais, pode o menos.

Temos que as despesas com inativos e pensionistas estão inseridas no conceito do gênero finanças públicas, cujas normas gerais a Constituição reservou à lei complementar, consubstanciada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se a regulamentação tivesse sido por meio de lei ordinária, poder-se-ia questionar o instrumento jurídico, como, por exemplo, ocorreu com o limite de inativos previsto no § 1° do art. 2° e Art. 2°-A da Lei n.° 9.717/1998, revogados pela Lei n.° 10.887/2004, após o Supremo Tribunal Federal-STF ter se pronunciado na ADI 2238, *in verbis*:

> *Prosseguindo no julgamento, o Tribunal conferiu interpretação conforme à Constituição Federal ao inciso II do art. 21 da LC 101/2000 ("Art. 21 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: ... II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo."), para que se entenda como "limite legal" o previsto em lei complementar.*[3] *(destaquei)*

Necessário se destacar, inclusive, que foi nesse mesmo sentido que a LRF **estabeleceu limites por Poder e órgão**, aspecto que

[3] *Informativo STF n.° 297 – ADI 2238, em 12/02/2003.*

já foi objeto de questionamento no STF por ocasião da mesma ADI 2238. Na oportunidade, o STF não concedeu liminar para fins de suspensão do art. 18 da LRF, pois não vislumbrou inconstitucionalidade no dispositivo.

Importante destacar que mencionado argumento utilizado para a exclusão indevida de pensionistas não é utilizado para as demais despesas citadas no artigo 18 da LRF, o que sugere o caráter casuístico da alegação, para fins de adequação aos limites estabelecidos na lei complementar. Há que se ressaltar, também, que a LRF é também a lei complementar a que se refere o artigo 163 da Constituição, que cito:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:
I - finanças públicas;
II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;
III - concessão de garantias pelas entidades públicas; (...)

Dito isto, importa frisar, ainda, que em diversas passagens da Constituição o legislador utiliza o termo "inativo" como gênero que contempla as espécies aposentados e pensionistas. A redação do artigo 234 da Constituição não deixa dúvida que a União **não pode assumir** despesas com inativos, tampouco com pensionistas dos Estados que forem criados, até porque tal possibilidade careceria de razoabilidade jurídica. Assim, a título de exemplo merecem citação os artigos 29-A e 234 da Constituição Federal:

*Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos **os gastos com inativos**, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das*

transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional n.° 25, de 2000) (...)

*Art. 234. **É vedado à União**, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a **despesas com pessoal inativo** e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.* (grifei e destaquei)

Assim, ao estabelecer normas gerais de finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal pode tratar de quaisquer matérias nesse escopo, que não poderia deixar de incluir as despesas com pessoal, com todos os itens que a compõem, pela importância que tem essa variável para o equilíbrio das finanças públicas. Por essas razões, é de se entender como descabida a exclusão de pensionistas do conceito de DTP.

Tal prática, destaque-se, sequer é adotada no âmbito do Estado do Espírito Santo, ao menos não é manifesta na consulta formulada. Importa, contudo, desde já, explicitar tais fundamentos, dado que colaboram para o entendimento firmado face ao objeto da consulta.

Como se vê, ao incluir inativos e pensionistas no conceito de DTP, a Lei de Responsabilidade Fiscal abarcou benefícios tipicamente previdenciários, de caráter contributivo, definidos nas normas gerais de previdência. Fica claro, assim, que todos os benefícios previdenciários devem integrar a DTP, juntamente com a despesa com inativos e pensionistas.

Patente, portanto, pela simples leitura do artigo 18, que não há fundamentação para a exclusão de inativos e pensionistas do

conceito de DTP, dado que não constantes das exceções apontadas no artigo 19, §1°, da Lei Complementar 101/2000. **No presente feito, resta evidenciada essa premissa, recaindo o questionamento sobre quem recai a responsabilidade por "contabilizar" a despesa.**

Ao tratar esse ponto, importa destacar que a LRF não apenas fixou o limite global para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas, sobretudo, cuidou de repartir taxativamente os limites **entre os Poderes e órgãos com autonomia funcional, administrativa e financeira** conferida na forma da Constituição, com redação dada pela Emenda 19/1998 (§§ 3° e 4° do art. 169) e fixou o prazo de até dois quadrimestres para recondução ao limite na hipótese de descumprimento, conforme previsto nos artigos 20 e 23 da LRF. Para fins de adequado equilíbrio das contas públicas, há a necessidade de um teto legal às despesas com pessoal dos poderes e órgãos autônomos e das instituições independentes para a contenção da expansão do gasto público. Cito:

> *Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*
> *(...)*
> *II - na esfera estadual:*
> *a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;*
> *b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;*
> *c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;*
> *d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;*
> *(...)*

Como vemos, agiu adequadamente o legislador complementar, visto que a geração de despesas com pessoal decorre da prática de ato de gestão que pressupõe autonomia administrativa e financeira constitucionalmente assegurada a Poderes e órgãos, como ocorre com a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério

Público, e o Tribunal de Contas, todos do Estado do Espírito Santo. Indubitavelmente o controle da despesa com pessoal previsto nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição passa pela adoção de providências que dependem apenas da iniciativa privativa do titular de cada órgão com Poder de autogoverno.

Em razão disso, estabeleceu-se na Lei de Responsabilidade Fiscal que, nos Poderes Judiciário e Legislativo, os limites são repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida (artigo 19). Ressalte-se, também aqui, que da mesma forma que o artigo 18, o artigo 20 da LRF já foi liminarmente apreciado pelo STF na ADI 2238/2000, que negou sua suspensão.

Desta feita, resta inadmissível o entendimento que adota a prática (chamada) "condominial" para aposentados e pensionistas, de forma a remeter ao Executivo Estadual a despesa que é afeta a um poder ou órgão determinado. Tal prática não coaduna com a lógica jurídica insculpida na LRF. Vejamos o que dispõe o artigo 20 da Lei em referência:

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.
(...)
§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.
§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do caput serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

> *§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.*

Para que não reste dúvida ou surjam argumentos despropositados nesse sentido, desde já importa salientar que não pretendeu o legislador no §5º do artigo 20, acima citado, admitir que a Lei de Diretrizes Orçamentárias pode estabelecer repartição dos limites diferente da LRF, ou em outras palavras, limites por Poder e órgão maiores que os estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui, a intenção do legislador foi abrir a possibilidade de que se estabelecessem limites ainda mais **restritivos** na LDO, posto que esta não tem poderes para estabelecer limites superiores aos estatuídos pela lei complementar prevista constitucionalmente como o instrumento para fazê-lo.

Da leitura das informações constantes do presente processo, é de se verificar que as razões que deram sustento a medida adotada pelo TCES a partir do 2º quadrimestre de 2012 consta de dois instrumentos: 1) Decisão Plenária TC-006/2001; 2) Resolução TC-189/2003.

Ao se proceder a análise de um e de outro instrumento, é de se verificar que **nenhum deles dão azo a prática agora adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**.

A Decisão Plenária TC-006/2001, como dito no relatório da presente manifestação, estabeleceu um "marco temporal" adstrito à Lei Complementar 101/2000, afirmando, em suma, que: a despesa com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000

27
637616

deverá ser computada juntamente com os do Poder Executivo; a despesa para custear aqueles servidores que vierem a se aposentar após referida data, deverão ser computados junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

Ou seja, mencionada decisão, ainda que tivesse amparo na LRF – que, com todo respeito ao entendimento perfilhado pelo TCES, não há, a meu ver, conforme explicitado no parágrafo que segue –, impõe a cada poder ou órgão a responsabilidade pelas despesas com seus pensionistas e inativos, e cria uma exceção, que são as despesas com servidores inativos, que obtiveram essa condição até a dada de 03/05/2000. Para estes, e somente para estes, estas seriam lançadas no cômputo do Executivo Estadual. Está, segundo as informações constantes do presente feito, não foi a conduta do TCES, que passou a lançar integralmente essas despesas ao Executivo Estadual, sem considerar qualquer marco temporal.

Como dito, em que pese os respeitáveis entendimentos perfilhados pelo TCES, entendo que este **não tem esse poder de conferir interpretação a Lei Complementar – no caso, a própria LRF – que esteja completamente dissociada de seus termos**.

Não há, a partir da leitura da LRF, qualquer dispositivo que possibilite, sob qualquer prisma, firmar os efeitos decorrentes da aplicação das normas impostas tal qual firmados pela Decisão Plenária TC Nº 006/2001. O que temos, aqui, é o TCES assumindo a função do legislador, e atribuindo a lei efeitos que ela própria não tratou, e gerando, a partir daí, manifesta discrepância financeira, dado que determinados órgãos não estariam integralmente sujeitos as diretrizes da LRF, em prejuízos de outros.

Da mesma forma, a Resolução TC-189/2003 não tem o condão de disciplinar o tratamento financeiro referente as despesas

28
C576168

com pessoal, face aos limites da LRF, **visto que esta resolução não mais é aplicável**. Isto, dado basear-se em Lei **revogada** (Lei Complementar Nº 263, de 24.10.2003) expressamente pela Lei Complementar Nº 282/2004, de 26.04.2004, que unificou e reorganizou, na forma da Constituição Federal e da legislação federal aplicável, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Referida Lei Complementar 282/2004, que guarda correspondência legal com a LRF e a CF, é explicita em atribuir, a cada poder ou órgão, a responsabilidade pela integral complementação das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuição forem insuficientes para seu pleno atendimento, vejamos:

> ***Art. 40.*** *O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:*
> *(...)*
> ***§ 1º*** *Além das contribuições previstas neste artigo ficam o Poder Executivo* ***e*** *demais Poderes e órgãos referidos no artigo 4º desta Lei Complementar, responsáveis pela complementação do valor integral* ***das correspondentes folhas*** *de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as receitas de contribuições forem insuficientes, dando-se por extintos os débitos existentes, ainda que parcelados, decorrentes de suas contribuições dos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei Complementar.* (grifei e destaquei)

Em assim sendo, é de se observar que os poderes e órgãos mencionados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como no artigo 4º da Lei Complementar 282/2004 **deverão, quando da elaboração do seu Demonstrativo de Despesa com Pessoal, pertencente ao**

Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Estado

Relatório de Gestão Fiscal, registrar o total bruto das despesas com seus respectivos inativos e pensionistas.

3. Em razão do exposto, **opino no sentido de que incumbe a cada Poder ou órgão autônomo proceder ao cômputo da respectiva despesa total com pessoal, na qual se inserem as despesas com inativos e pensionistas, não se admitindo a transferência, ao Executivo Estadual, de despesa que não lhe é afeta.**

É o parecer, s.m.j., que submeto à apreciação superior.

Vitória, 28 de maio de 2014.

ELIÉZER LINS SANT'ANNA
Procurador do Estado

Logo, não assiste razão aos atuais gestores do Poder Executivo estadual quando afirmam ter embasado a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal no "*Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051*", emitido durante a gestão anterior.

Consta ainda no parecer da Procuradoria Geral do Estado que, segundo informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), mediante ofício dirigido à PGE, somente a partir do **2º quadrimestre de 2012** é que o Tribunal de Contas passou a incluir no cômputo da despesa com pessoal do Poder Executivo as despesas com os inativos e pensionistas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. *A contrario sensu* do que foi declarado, infere-se que até o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do **1º quadrimestre de 2012** (inclusive) os demais Poderes e Órgãos autônomos não computavam nem demonstravam à sociedade suas despesas com inativos e pensionistas vinculados ao RPPS. Esse triste fato pode ser comprovado por meio dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo,

relativos ao **1º quadrimestre de 2012** (período de apuração: maio de 2011 a abril de 2012):

PODER LEGISLATIVO[820]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF- ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a ") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS *MAIO/11 A ABRIL/12*	
	LIQUIDADAS(a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.301.581,44	25.317,17
Pessoal Ativo	93.698.341,62	25.317,17
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.603.239,82	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	308.955,63	-
Despesas de Exercícios Anteriores	308.955,63	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	99.992.625,81	25.317,17
DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP (IV)= (IIIa + IIIb)	100.017.942,98	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA-RCL(V)	10.259.232.169,75
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V)*100	0,97%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -1,70%	174.406.946,88
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1,615%	165.686.599,54

FONTE: Siafem **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Diretoria de Finanças
Data da emissão: 22/mai/2012 **hora de emissão:** 11h e 21m

[820] Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/orcamento_fiscal/1%20QUAD.12%20G.PESSOAL(RGF).pdf. Acesso em: 22 set. 2015.
O valor declarado de R$ 6.603.239,82 se refere às despesas com o extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE) e não com o RPPS.
O Poder Legislativo não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

PODER JUDICIÁRIO[821]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 À ABRIL/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Maio/2011 à Abril/2012)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**535.118.007,62**	**426.163,55**
Pessoal Ativo	530.030.023,89	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	5.087.983,73	426.163,55
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**52.951.236,42**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	52.951.236,42	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**482.166.771,20**	**426.163,55**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	**482.592.934,75**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**10.259.232.169,75**
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**4,70%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	615.553.930,19
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%	584.776.233,68

FONTE: Despesas: Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Receitas: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 29/05/2012, por meio eletrônico.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Não incluído no montante da despesa com pessoal o valor da complementação previdenciária (Aporte), considerando o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prolatado no Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, bem como em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, conforme manifestação registrada na Decisão Plenária TC nº 006/2001 e Resolução nº 189/03.

[821] Disponível em: http://www.tjes.jus.br/PDF/gestaofiscal/RGF_primeiro_quadrimestre_2012.pdf. Acesso em: 22 set. 2015. Após consulta realizada no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não foi possível localizar a decisão final do Pedido de Providência nº 0001738-04.2010.2.00.0000, citado na Nota Explicativa 2 do demonstrativo do Poder Judiciário. No entanto, este *Parquet* de Contas localizou o seguinte julgado do CNJ:

> **RECURSO ADMINISTRATIVO NO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 2008.10.00.001781-9**
> **Relator:** Conselheiro JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
> **Requerente:** Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás
> **Requerido:** Conselho Nacional de Justiça
> **CERTIFICO** que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
> "*O Conselho, por unanimidade, deu provimento ao recurso e julgou parcialmente procedente o pedido de providências, nos termos do voto do Relator no sentido de recomendar aos Tribunais a estrita observância da disciplina do artigo 18 da Lei Complementar n. 101/2000 e das normas gerais para consolidação das contas públicas veiculadas no manual editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no tocante à fórmula de cálculo e parcelas que integram a despesa total com pessoal, exceto quanto a matéria objeto da ADI nº 3998. Presidiu o julgamento o Conselheiro Ministro Gilson Dipp. Plenário, 24 de novembro de 2009.*"

Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ecnj/download.php?num_protocolo=100012591802885&seq_documento=1. Acesso em: 22 set. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL[822]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	193.878.612,46	
Pessoal Ativo	190.019.815,03	11.275,29
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.858.797,43	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	32.026.594,29	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	28.674.847,14	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
EXCLUSÕES CONFORME DECISÕES, PARECERES DO TCEES	3.351.747,15	-
Ajuda de Custo	3.351.747,15	-
		-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	161.852.018,17	11.275,29
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	**161.863.293,46**	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	**10.259.232.169,75**
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**1,58**
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF – 2%	205.184.643,39
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,90	194.925.411,22

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

[822] Disponível em: https://www.mpes.mp.br/transparencia/Informacoes_ate_12_2013/Despesa_com_Pessoal.asp?precommand=Download&folder=2012%5C&file=RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+FISCAL+%2D+1%C2%BA+QUADRIM%2E+2012%2E.pdf. Acesso em: 22 set. 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS[823]

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 a ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alíena "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	66.784.155,76	163.661,31
Pessoal Ativo	66.759.751,27	154.039,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	24.404,49	9.621,97
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	3.020.007,99	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.020.007,99	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	63.764.147,77	163.661,31
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	63.927.809,08	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	10.259.232.169,75
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,623
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	133.370.018,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	126.701.517,30

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 28 de maio de 2012.

Nota:

Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:
a) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R$ 6.331,48 (seis mil e trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2011 e consideradas como despesa realizada no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no primeiro quadrimestre de 2012.

Considerando que as despesas com inativos e pensionistas relativas ao **1º quadrimestre de 2012** não foram incluídas nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo referente ao mesmo período fiscal, conclui-se que os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não computavam nem divulgavam seus gastos com inativos e pensionistas, mantendo-os à margem do que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, inviabilizando, com isso, o exercício do controle social.

No que diz respeito à menção feita pelo Poder Executivo aos art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, além da primorosa análise desses

[823] Disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/Portals/14/Arquivos/Relatorios%20Gestao%20Fiscal/RGF_art%2055_I_a%20_1q_2012.pdf Acesso em: 18 de setembro de 2015.
O Tribunal de Contas não incluiu no campo "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

dispositivos realizada pela PGE no parecer encartado ao Processo SEP 64634051, seu enfrentamento já foi objeto dos itens anteriores deste parecer ministerial, procedido à luz do que preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, válido para 2015, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Por fim, no que tange ao último fundamento lançado na Nota Explicativa nº 7, este *Parquet* de Contas desconhece a existência de orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que desautorize a aplicação das orientações contidas no seu próprio Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e que ampare a metodologia de cálculo adotada pelo Poder Executivo na apuração das despesas com inativos e pensionistas constante no seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no sentido de excluir a responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas em relação às despesas com seus inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), transferindo-a para o Poder Executivo.

3 CONCLUSÃO

Postas essas premissas fáticas e jurídicas,

CONSIDERANDO que a Decisão TC 4842/2015 (fl. 52 e 53) foi prolatada sem a necessária manifestação prévia do Ministério Público de Contas, portanto sem a observância do devido processo legal emoldurado no art. 55 da Lei Complementar estadual 621/2012[824], no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar estadual 451/2008[825], e nos art. 38, 287, inciso II, e 303 da Resolução TC 261/2013[826], Regimento Interno do TCEES;

CONSIDERANDO que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal publicado pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2015[827] encontra-se fora do padrão estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme se constata mediante comparação

---

824 Art. 55. São etapas do processo:
I - a instrução técnica;
II - o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas em lei ou no Regimento Interno;
III - a apreciação ou o julgamento;
IV - os eventuais recursos.

825 Art. 3º Compete aos Procuradores Especiais de Contas, além de outras atribuições estabelecidas na Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas:
II - emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal na forma que dispuser a Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, com exceção dos processos administrativos internos;

826 Art. 38. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:
[...]
II – emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal, com exceção dos processos administrativos internos;
[...]
Art. 287. São etapas do processo:
[...]
II – o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas em lei ou neste Regimento;
[...]
Art. 303. Encerrada a instrução, os autos serão remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito.

827 O RGF do 1º quadrimestre de 2015 adota o período de apuração compreendido entre os meses de maio de 2014 e abril de 2015.

entre o Demonstrativo publicado pelo Poder Judiciário (fl. 6) e o Demonstrativo elaborado pela Área Técnica do TCEES[828] (fl. 44);

CONSIDERANDO que, para fins fiscais, o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal[829] (LRF) define despesa total com pessoal como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, na qual se inclui, indubitavelmente, o aporte mensal para cobertura do déficit financeiro do RPPS;

CONSIDERANDO que os itens 1 e 3 da Decisão TC 006/2001, prolatada em 26/06/2001[830], autorizou a transferência para o Poder Executivo estadual da responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas em relação às despesas com seu pessoal inativo e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), permitindo a exclusão indevida de gastos com pessoal para fins de aferição dos limites previstos no art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal[831], em desacordo com o art. 18 da LRF;

CONSIDERANDO que a interpretação atualmente conferida pelo TCEES ao art. 3º da Resolução TC 189/2003[832] autoriza os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas a não divulgar à sociedade as despesas com seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), bem como a não computar essas despesas no cálculo dos seus respectivos limites de gastos com pessoal, procedimento que desatende os comandos normativos contidos nos art. 18, 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como

---

828 Observe-se que o Poder Judiciário suprimiu a coluna **"% SOBRE A RCL**", transferindo os percentuais que deveriam ficar nessa coluna parte para a coluna "**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**" e parte para a coluna "**VALOR**". Ademais, a linha "**DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b)**" foi retirada da parte final do Demonstrativo e reposicionada – e renomeada – como "**DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)**", além de ter havido a mescla de suas duas últimas colunas ("**VALOR**" e "**% SOBRE A RCL**").

829 Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

830 Este *Parquet* de Contas não conseguiu obter informações acerca da data de publicação da Decisão TC 006/2001.

831 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

832 Art. 3º. Os benefícios previdenciários a serem custeados pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPES serão classificados e contabilizados, junto ao FUNPES, como Outras Despesas Correntes, conta 3.3.3.9.0.01, conforme indicação contida na Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916, de 17 de julho de 2003, não repercutindo nos gastos com pessoal dos demais Órgãos e Poderes.

ignora as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) constantes do seu Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);

CONSIDERANDO que a combinação entre a Decisão TC 006/2001 e a Resolução TC 189/2003, ao autorizar o descumprimento dos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), notadamente as diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), permite que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal publicado pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pelo próprio Tribunal de Contas não contabilize nem demonstre as despesas brutas e dedutíveis com seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), impossibilitando, por conseguinte, o conhecimento dos valores reais da despesa com pessoal para fins de aferição dos limites estabelecidos no art. 20, inciso II, da LRF;

CONSIDERANDO a superveniência da Portaria MPS 509/2013[833] e da Portaria STN 533/2014[834] – portanto posteriores à Decisão TC 006/2001 e à Resolução TC 189/2003 – as quais padronizaram a metodologia de cálculo e o formato do Demonstrativo da Despesa com Pessoal que integra o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos Poderes e Órgãos autônomos, circunstância que compele esta Corte de Contas a revisar seu posicionamento em relação às referidas decisão e resolução com a finalidade de adequar sua metodologia de cálculo ao padrão nacionalmente estabelecido pela STN;

CONSIDERANDO a prerrogativa funcional do corpo técnico do TCEES para propor a revisão das resoluções e decisões desta Corte de Contas visando adequá-las à nova disciplina jurídica introduzida por **instrumentos normativos supervenientes** – a exemplo da Portaria MPS/**2013** e da Portaria STN 533/**2014** em relação à Decisão TC 006/**2001** e à Resolução TC 189/**2003** – ou até mesmo com fundamento em jurisprudência não vinculante emanada por tribunal judiciário superior, abalizada por entendimento doutrinário[835];

CONSIDERANDO que o Poder Executivo estadual incluiu em seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal do 1º quadrimestre de 2015 as despesas com inativos e pensionistas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, fundamentando sua metodologia de cálculo em parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral

---

833 Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/66/mps/2013/509.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

834 Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 17 set. 2015.

835 No Processo TC 6755/2015, autuado como Consulta nesta Corte de Contas, o auditor de controle externo subscritor da Orientação Técnica de Consulta OTC 40/2015, no lídimo exercício de sua independência funcional (vide art. 7º, § 3º da Lei Complementar estadual 622/2012 e Norma de Auditoria Governamental NAG 3300 e seguintes), ao detectar novos posicionamentos jurisprudencial (do Superior Tribunal de Justiça – STJ) e doutrinário que, ao seu juízo, justificavam a revisão de decisão normativa (Decisão TC 293/2012, prolatada em sede de Estudo de Caso Especial), propôs a revisão da citada decisão no sentido de harmonizá-la com a novel interpretação conferida à Constituição Federal que melhor satisfaz o interesse público.
Portanto, considerando que entendimentos doutrinário e jurisprudencial não vinculante podem subsidiar a propositura de revisão de decisões normativas no âmbito do TCEES, por muito mais razão a alteração de diplomas normativos federais – a exemplo da Portaria MPS 509/2013 e da Portaria STN 533/2014 – enseja pelo menos a reabertura das discussões acerca da possibilidade de revogação de atos normativos expedidos por este órgão de controle externo há mais de uma década (Decisão TC 006/2001, embasada na Lei Complementar federal 96/1999, sendo esta revogada pela Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; e Resolução TC 189/2003, fundamentada na Portaria MPS 916/2003, a qual foi revogada posteriormente pela Portaria MPS 509/2013), os quais se mostram em desacordo com a atual disciplina jurídica que rege a matéria.

do Estado (PGE), o qual **desautoriza expressamente "*a transferência, ao Executivo, de despesa que não lhe é afeta*"**, consistindo em erro que afeta a exatidão e clareza das informações publicadas;

CONSIDERANDO a intrínseca e indissociável relação existente entre o procedimento de excluir as despesas com inativos e pensionistas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para incluí-las nas despesas com pessoal do Poder Executivo, prática "condominial" considerada irregular pela própria Procuradoria Geral do Estado (PGE) no parecer exarado no Processo SEP 64634051;

CONSIDERANDO que, dentre outros motivos, o Ministério Público de Contas pugnou pela desaprovação da prestação de contas anual do governador, referente ao exercício financeiro de 2014, em razão da inclusão indevida nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo estadual de parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência social (RPPS), procedimento que afronta os art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[836], ocasionado, dentre outras consequências, a **apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal**, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo da verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de pareceres atinentes aos limites de alerta[837], nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF[838], em descompasso com as

---

836 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

837 Como se infere do enunciado do § 1º do art. 59 da LRF ("§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:"), a lei introduziu um instrumento novo no universo das competências dos tribunais de contas: o Alerta.
Então, como corolário, compreende-se que o legislador deixou a cargo dos tribunais de contas a fiscalização do cumprimento dos ditames da LRF.

838 Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
[...]
II – Estados: 60% (sessenta por cento);
[...]
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

orientações emanadas pela Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

CONSIDERANDO que o corpo de auditores do TCEES constatou que o Poder Judiciário ultrapassou o limite prudencial de despesas com pessoal no 1º quadrimestre de 2015 (fl. 40):

> Assim, embora se tenha verificado divergência na apuração da **Despesa Total com Pessoal**, constata-se que o percentual da despesa total com pessoal, para fins de apuração do limite, de **5,95%**, publicado pelo Poder Judiciário, é o mesmo apurado pelo TCEES, sendo inferior ao limite Legal (6,00%), **contudo, encontra-se acima do limite Prudencial (5,70%), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal estabelecido na LRF, e do "limite" de Alerta (5,40%), correspondente a 90% (noventa por cento) do limite legal estabelecido na LRF, devendo ser emitido "ALERTA" ao gestor, conforme determina o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar 101/00.**
>
> Ressalta-se que, enquanto perdurar o excesso em relação ao limite prudencial, o Poder Judiciário do Estado está sujeito à necessária observância das vedações impostas pelo parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:
>
> > Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

---

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;
Art. 59. [...]
[...]
§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:
[...]
II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;
Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.
§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
I - receber transferências voluntárias;
II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

> Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
>
> I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
>
> II - criação de cargo, emprego ou função;
>
> III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
>
> IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
>
> V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
>
> As vedações acima persistem enquanto perdurar o excesso em relação ao limite prudencial e objetivam impedir o aumento da despesa com pessoal a fim de que não venha ultrapassar o limite máximo.

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário não atendeu à recomendação do constante da análise do RGF do 2º quadrimestre de 2014, proferida pela Decisão TC 002/2015 (Processo TC 8897/20114), referente à necessidade de inclusão da identificação do ente da federação e do Poder no cabeçalho do Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO), conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;

E CONSIDERANDO, por fim, que o art. 12 da Resolução TC 162/2001[839] estabelece que o Tribunal de Contas expedirá notificação, em diligência externa, aos chefes dos Poderes e Órgãos quando constatados erros ou omissões nos relatórios ou demonstrativos que possam afetar sua exatidão e clareza ou induzir a conclusões distorcidas;

O Ministério Público de Contas, divergindo em parte do douto posicionamento da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES, pugna no sentido de que:

a) **<u>Preliminarmente</u>**, mediante revisão do posicionamento desta Corte de Contas, seja reconhecida a atual inaplicabilidade dos **itens 1 e 3 da**

839 Art. 12 - Constatado erros ou omissões nos relatórios ou demonstrativos exigidos por esta Resolução que possam afetar sua exatidão e clareza, ou induzir a conclusões distorcidas, o Tribunal de Contas expedirá Notificação, em diligência externa, aos Chefes de Poderes ou Órgãos.
§ 1º - As autoridades referidas no caput terão prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Notificação para proceder as correções indicadas e republicar os relatórios ou demonstrativos alterados, na sua íntegra, pelos mesmos meios de divulgação dos anteriores, assinalando-se com suficiente clareza que se trata de republicação, quais fatos a motivaram e quais alterações foram realizadas.
§ 2º - No prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do prazo concedido no parágrafo anterior, as alterações deverão ser comunicadas ao Tribunal de Contas, remetendo-se cópia dos relatórios e demonstrativos ajustados.

Decisão TC 006/2001[840], por autorizar a transferência de parte da responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas para o Poder Executivo estadual, impossibilitando, com isso, o conhecimento dos valores reais da despesa com pessoal para fins de aferição dos limites previstos no art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal[841]. Por conseguinte, seja expedida Notificação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que republique o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao 1º quadrimestre de 2015, promovendo sua adequação de modo a incluir na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" o valor correspondente ao total dos benefícios previdenciários relativo a todos os seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), efetuando as respectivas deduções na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", quando cabíveis, e recalculando o limite de despesa com pessoal na forma como estabelecida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), considerando a inclusão do respectivo aporte financeiro;

b) **Preliminarmente**, mediante revisão do posicionamento desta Corte de Contas, seja conferida interpretação conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal ao **art. 3º da Resolução TC 189/2001**, de modo a afastar qualquer interpretação que autorize os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas a não incluir em seus Demonstrativos da Despesa com Pessoal os respectivos gastos com inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS). Por conseguinte, seja expedida Notificação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que republique o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao 1º quadrimestre de 2015, promovendo sua adequação de modo a incluir na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" o valor correspondente ao total dos benefícios previdenciários referente a todos os seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), efetuando as respectivas deduções na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", quando cabíveis, e recalculando o limite de despesa com pessoal na forma como estabelecida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), considerando a inclusão do respectivo aporte financeiro;

c) Como consectário lógico e indissociável do acolhimento da preliminar que questiona a legalidade da transferência de parte da responsabilidade fiscal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para o Poder Executivo, seja expedida Notificação ao

---

840 1 – Considerar excluído dos gastos com pessoal os valores despendidos com inativos, que obtiveram essa condição até a data de 03/05/2000, vinculados aos Poderes Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado.
[...]
3 – Os gastos com inativos, até a publicação da Lei Complementar 101/00, independentemente da vinculação com o Poder ou órgão em regime especial, serão computados juntamente com o Poder Executivo, dentro dos limites fixados pelas chamadas Leis Camata I e II.

841 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

chefe do **Poder Executivo do Estado do Espírito Santo** para que adeque o cômputo das despesas com inativos e pensionistas no seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal à metodologia de cálculo constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e ao parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) exarado no Processo SEP 64634051, excluindo de sua responsabilidade as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS) dos demais Poderes e Órgãos;

d) Seja dado cumprimento ao disposto no item 2 da Decisão TC 006/2001[842], segundo o qual as despesas com servidores que passaram para a condição de inativo após a publicação da Lei Complementar federal 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, ocorrida em 05/05/2000, devem ser computadas e demonstradas integralmente junto ao Poder ou Órgão que concedeu a aposentadoria, adequando sua interpretação ao art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao procedimento de transferência do aporte financeiro previsto na Nota Técnica 633/2011 e aos demais normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

e) Com fundamento no art. 207, inciso IV, da Resolução TC 261/2013[843], seja expedida determinação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que passe a publicar seu Demonstrativo da Despesa com Pessoal observando o modelo de diagramação prescrito no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de modo a facilitar ao cidadão a compreensão das informações demonstradas;

f) Considerando a divergência identificada pela Área Técnica do TCEES, com fundamento no art. 207, inciso IV, da Resolução TC 261/2013, seja expedida determinação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que, a partir da elaboração do próximo RGF, apresente a identificação do ente da Federação e do Poder no cabeçalho do Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO), conforme modelo padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

g) Prestigiando o controle social, expeça recomendação ao chefe do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para que passe a disponibilizar em seu portal da transparência, em formato aberto e conforme definição constante no portal brasileiro de dados abertos[844], arquivo contendo base de dados extraída do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (SIGEFES) com os registros contábeis individualizados

---

842 2 – As despesas com servidores que passaram, ou vierem a passar para a condição de inativo, após a publicação da Lei Complementar 101/00, deverão ser computadas integralmente junto ao Poder ou órgão que concedeu sua aposentadoria.

843 Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:
[...]
IV - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido, no prazo de até trinta dias, quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, decidindo pelo arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências;
V - recomendará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, e arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das recomendações;

844 Disponível em: http://dados.gov.br/dados-abertos/. Acesso em: 9 set. 2015.

referentes às despesas com pessoal brutas e não computadas (§ 1º do art. 19 da LRF), de modo a permitir que o cidadão, servindo-se do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e demais normas correlatas, possa aferir, de forma independente e por seus próprios meios, a metodologia empregada no cálculo dos valores demonstrados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), possibilitando o contraste com as análises procedidas pelo TCEES e pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo;

h) Considerando que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo também carece de ajustes, seja promovida a sua adequação ao padrão de diagramação e à metodologia de cálculo constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de modo a incluir à linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" o valor correspondente ao total dos benefícios previdenciários referente a todos os seus servidores inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social (RPPS), efetuando as respectivas deduções na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", quando cabíveis, e recalculando o limite de despesa com pessoal na forma como estabelecida no MDF considerando a inclusão do respectivo aporte financeiro, evitando, com isso, repercussões futuras em sua prestação de contas anual, submetida à apreciação do Poder Legislativo estadual na forma do art. 71, § 4º, da Constituição Estadual[845];

i) Por fim, considerando a ausência de padronização constatada no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do **Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**, seja incluída na metodologia de análise do TCEES consulta aos portais de transparência dos Poderes e Órgãos estaduais **e municipais**[846], com o intuito de verificar a adequação da publicidade conferida aos instrumentos de transparência, controle e fiscalização previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF) –, nos termos do art. 48 da LRF[847]106, em especial a observância quanto ao formato padronizado e à metodologia de cálculo estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);

Vitória, 02 de outubro de 2015.

HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

---

845 Art. 71 O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete:
[...]
§ 4º O Tribunal de Contas, trimestral e anualmente, encaminhará relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa, à qual prestará contas, cabendo a sua comissão específica de caráter permanente, prevista no artigo 151, deliberar sobre as contas prestadas. (Redação dada pela EC nº 63, de 30.11.2009 – DOE 2.12.2009).

846 Destes em relação aos demonstrativos que integram o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), principalmente por não serem encaminhados ao TCEES em meio físico, circunstância que, salvo melhor juízo, desatende a Lei de Responsabilidade Fiscal por não permitir que o órgão de controle externo verifique se os documentos publicados no veículo de comunicação oficial, ou disponibilizados em seu portal da transparência, encontram-se de acordo com o modelo padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

847 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
[...]

Procurador Especial de Contas

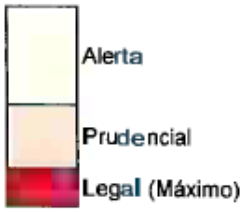
Registre-se, ainda, que o descumprimento das normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por parte do Poder Executivo estadual foi inclusive objeto de consideração no voto do insigne conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, cujo **Anexo 1** trouxe informações reveladoras fornecidas pela **Equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo em 14/04/2015**, segundo a qual "***o Poder Executivo não observa a Decisão TC 006/2001 e Resolução TC 189/2003 para efeito de publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal"***:

Anexo 1

RESUMO

SIMULAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL - 2011 a 2014 - em % da RCL										
ENTIDADE			"SEM APORTE NOS DEMAIS PODERES" E COM APORTE DOS DEMAIS PODERES INCLUSO NO PODER EXECUTIVO E NO ENTE				"COM APORTE INCLUSO NOS DEMAIS PODERES" E NO ENTE E SEM APORTE DOS DEMAIS PODERES NO EXECUTIVO			
Alerta	Prudencial	Máximo	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
ALES										
1,53	1,615	1,70	1,02%	0,95%	1,15%	1,18%	1,12%	1,06%	1,28%	1,34%
TCEES										
1,170	1,235	1,30	0,64%	0,69%	0,83%	0,82%	0,85%	0,89%	1,03%	1,01%
TJ										
5,40	5,70	6,00	4,85%	4,89%	5,59%	5,44%	5,48%	5,55%	6,46%	6,26%
MP										
1,80	1,90	2,00	1,60%	1,50%	1,71%	1,65%	1,86%	1,79%	2,09%	1,98%
EXECUTIVO										
44,10	46,55	49,00	37,67%	37,59%	44,00%	44,82%	36,47%	36,32%	42,42%	43,33%
ENTE			Não há impacto nos percentuais do Ente, pois, na metodologia do TCEES, o "Aporte dos demais Poderes" ou está incluso diretamente no Poder Executivo, ou, esta inclusos nos respectivos poderes.							
54,00	57,00	60,00	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%	45,78%	45,62%	53,28%	53,91%

Legenda: Ultrapassou o limite



Nota: Tabela elaborada com base no Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo 1) de 2011 a 2014.

1) Conforme Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003, o "Aporte" representa o somatório dos recursos repassados para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

a) O aporte do Executivo é contabilizado orçamentariamente.

b) O aporte dos demais Poderes é contabilizado extraorçamentariamente.

2) O Poder Executivo não observa a Decisão Plenária TC-006/2001 e Resolução TC-189/2003 para efeito de publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo e do Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal.

Vitória, 14 de abril de 2015

Equipe de Gestão Fiscal da 9ª Secretaria de Controle Externo do TCEES

Ora, se a **9ª Secretaria de Controle Externo** afirma que o Poder Executivo descumpre os **questionáveis** normativos do TCEES, por que a **Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador**, formada basicamente por auditores dessa mesma unidade técnica, entendeu correto o cálculo dos limites de despesas com pessoal do Poder Executivo no Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, datado de **08/06/2015**[848], permitindo que o Parecer Prévio remetido ao Poder Legislativo contenha informações imprecisas sobre os limites de gastos com pessoal?

Por que a área técnica adotou para fins de aferição dos limites de gastos com pessoal do Poder Executivo **o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 4º quadrimestre de 2014**, considerando que, segundo a própria área técnica nas informações prestadas ao conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, **os Demonstrativos da Despesa com Pessoal estão sendo publicados em desacordo com os normativos do próprio TCEES**?

Por que as irregularidades informadas ao conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo [849] não foram consideradas pela Comissão Técnica na análise da prestação de contas anual do governador[850], conforme se colhe do trecho a seguir, extraído do Relatório Técnico das Contas do Governador RTG 1/2015?

> Destaca-se que, **por determinação da Decisão Plenária TC 006/2001 c/c Resolução TC nº 189/2003**, **para fins de apuração da Despesa com Pessoal**, os recursos financeiros para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas **somente são computados no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo**.
>
> [...]
>
> **5.3.4.2 Poder Executivo**
>
> O acompanhamento da gestão fiscal do Poder Executivo referente ao exercício de 2014 foi executado no âmbito dos Processos nº TC-4381/2014, TC-9144/2014 e TC-1591/2015. A seguir, o **Erro! Autoreferência de**

848 Fl. 356 do Processo TC 6016/2015.

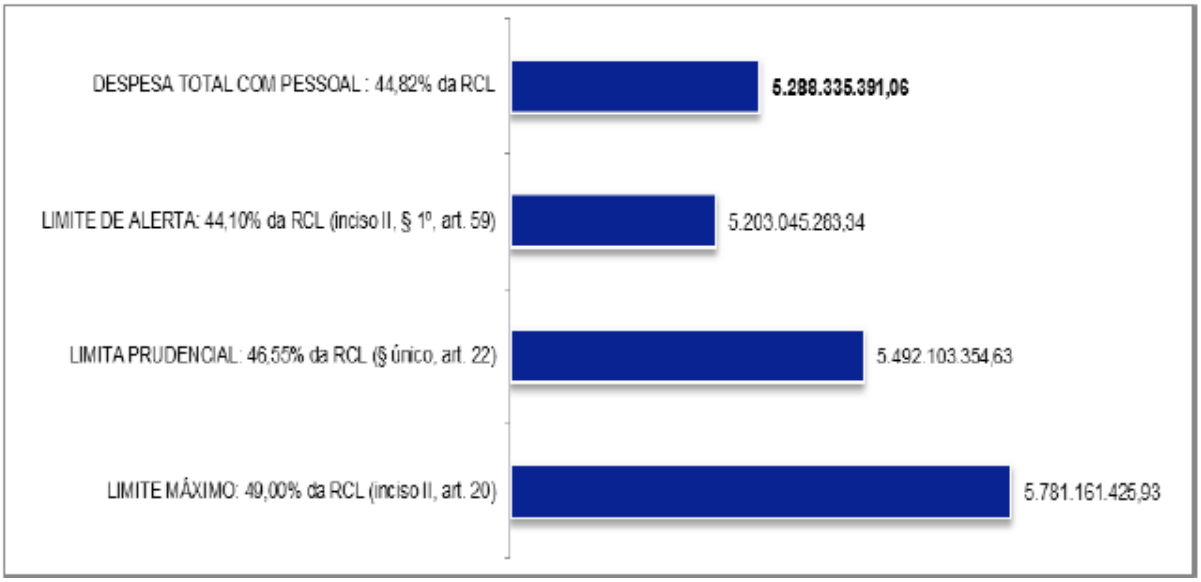
849 Que os Demonstrativos da Despesa com pessoal estão sendo publicados **em desacordo** com a Decisão Plenária TC 006/2001 e com a Resolução TC 189/2003 do TCEES.

850

indicador não válida [sic].[851] demonstra o cálculo do limite de despesas com pessoal ao final do 3º quadrimestre de 2014.

Gráfico 5.3.4 – Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo – 2014

em R$ 1,00



FONTE: Anexo 1 do RGF 3º Quadrimestre de 2014 – Processo TC-1591/2015

No Gráfico 5.3.4, verifica-se que, em 2014, o Poder Executivo estadual aplicou 44,82%[852] (R$ 5.288.335.391,06) da RCL em despesa com pessoal, respeitando o limite legal de 49% (R$ 5.781.161.425,93) estabelecido para o Poder Executivo estadual, em consonância com o artigo 20, inciso II, alínea "c", da LRF, e o limite prudencial de 46,55% (R$ 5.492.103.354,63), em conformidade com o § único do artigo 22 da LRF. Contudo, encontra-se acima do "limite" de Alerta de 44,10% (R$ 5.203.045.283,34), conforme disposto no inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF.

Portanto, **o descumprimento dos dispositivos da Lei Complementar federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelecem limites de despesa com pessoal desvirtua completamente o conceito de "responsabilidade" definido no § 1º do art. 1º da LRF**, segundo o qual '*a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em*

851 A exprssão *"Erro! Autoreferência de indicador não válida."* decorre de erro gerado pelo editor de texto utilizado na redação do relatório.

852 Esse percentual não se refere apenas às despesas com pessoal do Poder Executivo, porquanto nele está incluída parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e do próprio Tribunal de Contas, consistindo numa forma indevida de transferência da responsabilidade fiscal dos demais Poderes e órgãos para o Poder Executivo e de burla às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelecem os limites de despesa com pessoal.

que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas ***e a obediência a limites e condições no que tange*** *a renúncia de receita,* ***geração de despesas com pessoal****, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar'*.

Acrescente-se, por oportuno, o unissonante entendimento verbalizado nos votos dos eminentes conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, além do conselheiro relator Sergio Manoel Nader Borges e do conselheiro substituto Marco Antônio da Silva[853], acerca da necessidade de se estabelecer um **novo período de transição para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, aplicável apenas ao Estado do Espírito Santo:

> **Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo:**
>
> Caso seja admitida, por hipótese, a aplicação retroativa para 2014, da proposta do Ministério Público, teríamos inviabilizada a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual, com fortes consequências e prejuízos graves para a prestação jurisdicional e prestação dos serviços essenciais à população capixaba, conforme Quadro em Anexo.
>
> **QUADRO LIMITES COM E SEM APORTE - ANEXO 1 deste voto.**
>
> **O que se propõe, neste voto, que o Tribunal de Contas promova os ajustes, com o devido respeito à segurança jurídica, modulando seus efeitos, com normas de transição exequíveis pelos órgãos e Poderes do Estado.**

> **Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto:**
>
> No campo técnico, contudo, também merece reparo as argumentações do ilustre procurador ao questionar a necessidade dos aportes dos inativos de cada poder serem contabilizados como limite em cada um. Realmente tem razão em que esse tema seja abordado, **atendendo aos preceitos da Secretaria do Tesouro Nacional**. (grifou-se)

[853] O conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges e o conselheiro substituto Marco Antônio da Silva incluíram em seus votos os fundamentos do voto do conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto.

> Entretanto há necessidade, em nosso entendimento em se criar uma **regra de transição**, a fim de possibilitar sua implantação, nos moldes de outros Tribunais de Contas. Não sendo portanto aplicável nas contas atuais. (grifou-se)

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun:

> Destaco que corroboro o entendimento exposto no Relatório Técnico, de que embora a LRF não exclua no cômputo de pessoal de cada ente o aporte financeiro realizado ao RPPS, este deveria ser registrado e computado na despesa com pessoal do Executivo, conforme orientação emanada deste Tribunal de Contas, na Decisão Plenária 006/2001, ainda vigente.
>
> Logo, acaso implementadas tais medidas sem a precedência de um estudo e, em especial, um **período de adequação**, seriam desmedidos os reflexos maléficos que inviabilizariam de imediato o Poder Judiciário e Ministério Público, podendo, em um futuro próximo, também se tornar inexequíveis outros entes que compõem a Administração Pública. (grifou-se)

Essa possibilidade já foi devidamente abordada neste Recurso de Reconsideração por ocasião do enfrentamento do argumento meritório de que o imediato cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal inviabilizaria a atuação dos Poderes estaduais.

Desse modo, diante do inequívoco descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não resta alternativa ao Ministério Público de Contas senão reiterar os termos do Parecer PPJC 3684/2015, **sob pena deste órgão ministerial assentir com irregularidade capaz de sujeitar o Estado do Espírito Santo à sanção prevista no art. 34, inciso VI, da Constituição Federal**[854], além de permitir que a sociedade não tenha conhecimento da real situação fiscal dos Poderes e órgãos estaduais.

3 PEDIDOS

Ante o exposto,

[854] Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

CONSIDERANDO que, por meio do Ofício OF/PGJ/Nº 931/2016, datado de 28 de abril de 2016, a Procuradoria Geral de Justiça encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo decisão do Procurador-Geral de Justiça, a qual determinou a **reunificação da gestão da folha de pagamento de todos os membros, servidores, aposentados e pensionistas do Ministério Público Estadual junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), gestor único do RPPS**, em atenção à Recomendação expedida pelo TCEES por meio do Parecer Prévio TC 7/2016, prolatado em acolhimento a pedido formulado pelo Ministério Público de Contas no Parecer PPJC 3684/2015, consoante se colhe da parte dispositiva da referida Decisão do Procurador-Geral do MPEES:

> Após detida análise do presente procedimento, dos documentos que o integram e das manifestações lançadas às fls. 86/88, **acolho** a manifestação da Assessoria de Auditoria Interna e Controle do MPES e **determino**:
>
> a) Seja expedido ofício ao **IPAJM** para ciência e adoção dos preparativos necessários ao recebimento e processamento de informações para que a gestão integral do regime próprio de previdência social (RPPS) dos membros inativos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo passe a ser de responsabilidade da referida autarquia previdenciária;
> b) Seja expedido ofício à **Folha de Pagamento do MPES**, com cópia da manifestação de fls. 88, para que adote as providências necessárias junto ao IPAJM, consoante referido no item acima;
> c) Por fim, seja oficiado ao **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, a fim de informar que se encontravam sob gestão da Coordenação de Recursos Humanos do MPES tão somente as folhas de pagamento dos membros inativos e das diferenças de exercícios anteriores pagas aos pensionistas, em razão de decisão judicial, consignando, ainda,

que as providências administrativas para a remessa desse remanescente ao IPAJM estão sendo adotadas.

Dê-se ciência à AESMP acerca da presente decisão.

Em seguida, remetam-se os autos à ASCI para acompanhar o processo de implementação da recomendação contida no Parecer Prévio TC 50/2015 relativamente à gestão integral do regime próprio de previdência social (RPPS) dos membros inativos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo por parte do IPAJM.

CUMPRA-SE.

Vitória, 25 de abril de 2016.

EDER PONTES DA SILVA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

CONSIDERANDO que a institucionalização do procedimento de subtração indevida de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para pagamento de benefícios previdenciários, pratica irregular que permite o descumprimento reiterado do percentual mínimo constitucional de 25% com MDE, encontra-se permanentemente engatilhado para beneficiar qualquer pessoa que ocupe o cargo de chefe do Poder Executivo estadual, independentemente de suas cores partidárias;

CONSIDERANDO que no **exercício financeiro de 2014** o total dos recursos **declarados** pelo Poder Executivo estadual como despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) alcançou **R$ 2.637.382.134,23** (dois bilhões, seiscentos e trinta e sete reais, trezentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e vinte e três centavos), perfazendo um **percentual declarado** de gastos com MDE de **29,55%**;

CONSIDERANDO que desse total de **R$ 2.637.382.134,23** (dois bilhões, seiscentos e trinta e sete reais, trezentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e vinte

e três centavos), declarados pelo Poder Executivo estadual, **R$ 531.847.451,17** (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos) foram subtraídos indevidamente para pagamento de aposentadorias e pensões, reduzindo o **percentual real** de gastos com MDE para apenas **23,59%**, abaixo, portanto, do mínimo constitucional de **25%**;

CONSIDERANDO que no **exercício financeiro de 2015** o total dos recursos **declarados** pelo Poder Executivo estadual como despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) atingiu **R$ 2.620.554.770,38** (dois bilhões, seiscentos e vinte milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e trinta e oito centavos), perfazendo um **percentual declarado** de gastos do MDE de **27,78%**;

CONSIDERANDO que desse total de **R$ 2.620.554.770,38** (dois bilhões, seiscentos e vinte milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e trinta e oito centavos), declarados pelo Poder Executivo estadual, **R$ 566.869.011,71** (quinhentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, onze reais e setenta e um centavos) foram subtraídos indevidamente para pagamento de aposentadorias e pensões, reduzindo o **percentual real** de gastos com MDE para apenas **21,77%**, abaixo, portanto, do mínimo constitucional de **25%**;

CONSIDERANDO que no **exercício financeiro de 2016**[855] o Poder Executivo estadual já empenhou **R$ 585.627.835,00** (quinhentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais) para pagamento de aposentadorias e pensões com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), ampliando o débito histórico com a educação estadual para **R$ 3.336.277.755,37** (três bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos) somente entre os anos de 2009 e 2016, recursos ordinários que foram destinados prioritariamente para pagamento de outras despesas dos Poderes e

[855] Dados coletados do portal da transparência do governo do Estado em 11/05/2016, referentes aos empenhos emitidos pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames) entre 01/01/2016 e 10/05/2016.

órgãos estaduais em detrimento da melhoria e do desenvolvimento do ensino público capixaba;

CONSIDERANDO que a análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relativo ao **6º bimestre de 2014**[856], **Processo TC 1590/2015**, parte integrante das contas do Governador, detectou grave irregularidade na contabilização do aporte para cobertura do déficit financeiro do regime próprio de previdência dos servidores estaduais (RPPS), gerando importante recomendação ao atual chefe do Poder Executivo estadual por meio da **Decisão TC 3935/2015** e **Termo de Notificação 1433/2015**[857], recebida em 19/06/2015[858]:

> **DECISÃO TC-3935/2015**
>
> **PROCESSO** - TC-1590/2015
>
> **ASSUNTO - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
>
> **RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 6º BIMESTRE DE 2014 – INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RECOMENDAR – ENCAMINHAR CÓPIAS - APENSAR.**
>
> **DECIDE** o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 19ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, que integra esta Decisão, **recomendar** ao Poder Executivo Estadual que observe, na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária, as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identifique esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo. (grifou-se)
>
> **DECIDE**, ainda, encaminhar ao atual Chefe do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, à Secretaria de Estado da Fazenda, bem como à Secretaria de Estado de Controle e Transparência cópia do Relatório

[856] Os dados publicados neste RREO do 6º bimestre (novembro-dezembro) são utilizados como fonte de informação para a análise da prestação de contas do governador do Estado por conter informações relativas ao exato período de doze meses do exercício financeiro em exame.
[857] Encaminhado por meio do ofício 219/2015.
[858] Data da juntada do mandado cumprido aos autos.

Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF Nº 7/2015, para ciência.

DECIDE, por fim, sejam os autos encaminhados à 9ª Secretaria de Controle Externo para ser apensado, futuramente, à Prestação de Contas Anual do Governador[859].

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 1433/2015

PROCESSO: TC-1590/2015

ASSUNTO: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

JURISDICIONADO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fica o Sr. **Paulo César Hartung Gomes**, Governador do Estado do Espírito Santo, **NOTIFICADO** da Decisão TC-3935/2015 - Plenário, prolatada no processo em epígrafe, que trata de Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Acompanham este Termo cópias da Decisão TC-3935/2015 – Plenário, do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO 2/2015 e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 7/2015.

Vitória, 18 de junho de 2015.

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR
Secretário Geral das Sessões
(Por delegação - Portaria N nº 021/2011)

CONSIDERANDO que no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do **1º bimestre de 2015**, analisado no **Processo TC 4955/2015**, o TCEES prolatou a **Decisão TC 4794/2015**, expedindo nova recomendação ao Poder Executivo estadual de **conteúdo idêntico ao recomendado mediante Decisão TC 3935/2015**, no sentido de se desconsiderar os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS (“Aporte”) do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS:

[859] Apesar do comando contido nesta decisão, os autos do Processo TC 1590/2015, assim como os dos demais feitos relacionados (RREO e RGF), **não foram apensados à Prestação de Contas do Governador**.

DECISÃO TC – 4794/2015 - PLENÁRIO

PROCESSO – TC-4955/2015

ASSUNTO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) 1º BIMESTRE 2015 PODER EXECUTIVO ESTADUAL – INTERESSADO: GOVERNADORIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – RESPONSÁVEL: PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES E ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI – ENCAMINHAR CÓPIAS – RECOMENDAR – MPEC.

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, por unanimidade, em sua 25ª sessão ordinária, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que integra esta Decisão, encaminhar cópia do Relatório REO 03/2015, elaborado pela 9ª Secretaria de Controle Externo, e da Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal ITMF 9/2015 ao Exmo. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Controle e Transparência, a fim de que tomem ciência.

DECIDE, ainda recomendar ao Executivo Estadual que:

1 Na elaboração dos próximos relatórios de execução orçamentária as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, para a apuração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), quanto ao correto preenchimento da linha "RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)", **desconsiderando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária do RPPS**, bem como identificar esses recursos como aporte no Quadro "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR" do mesmo Demonstrativo;

2 Na Elaboração das próximas Leis Orçamentárias, a separação orçamentária dos planos Previdenciário e Financeiro, conforme disposto na Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 (Publicada no D.O.U. de 11/12/2008 e republicada no D.O.U. de 12/12/2008);

3 Nos próximos bimestres, o disposto no § 2º do art. 49 da Lei 10.257/15 (LDO para 2015), quanto a publicação do relatório indicativo de realização da receita, para fins de verificação do estabelecido nos artigos 9º e 13 da Lei complementar Federal nº 101/00.

DECIDE por fim, determino o envio dos autos ao Ministério Público de Contas, para conhecimento e considerações que entender pertinentes, retornando os autos ao gabinete do relator.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2015.

Conselheiro DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
Presidente

CONSIDERANDO que, de acordo com a metodologia de monitoramento utilizada pela 9ª Secretaria de Controle Externo, unidade técnica responsável pela fiscalização das finanças públicas estaduais, o cumprimento da **Decisão TC 3935/2015,** a qual recomendou que o Poder Executivo estadual observasse as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e passasse a desconsiderar o aporte como receita intraoçamentária do RPPS, dependeria apenas de uma alteração meramente formal no Demonstrativo das Receitas Previdenciárias do RPPS – Fundo Financeiro, a ser atendida mediante simples reposicionamento de valores nos campos do demonstrativo, não sendo necessária, por conseguinte, a alteração dos respectivos registros contábeis no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), mesmo que os dados revelados à sociedade por meio desse importante instrumentos de fiscalização previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não refletissem a realidade contábil das finanças públicas estaduais.

CONSIDERANDO que, ao contrário do que afirma o conselheiro relator Sérgio Manoel Nader Borges no voto proferido nos Embargos de Declaração TC 9974/2015[860], a referida decisão **ainda não foi efetivamente cumprida pelo Poder Executivo estadual**, haja vista que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do **1º bimestre de 2016** (janeiro-fevereiro), publicado em 30/03/2016[861], **continuou considerando os recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo como receita previdenciária intraorçamentária do RPPS**, não atendendo, portanto, às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Decisão TC 3935/2015 do TCEES, conforme é

[860] Trecho do voto do conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges nos Embargos de Declaração TC 9974/2015:
> "O alerta expedido nos autos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 4º e do 5º bimestres, relativos ao não cumprimento da meta de arrecadação bimestral, não foi expedido no 6º bimestre (que expressa a execução orçamentária de janeiro a dezembro de 2014), demonstrando a desnecessidade de expedir alerta nas contas do Governador relativo à meta de arrecadação bimestral. Ademais, mesmo o alerta expedido no 6º bimestre de 2014 (TC-1590/2015), relativo à elaboração do Anexo 04 (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Plano Financeiro), **foi cumprido pelo Poder Executivo após tomar ciência**, conforme publicação desse Demonstrativo em 30 de julho de 2015, relativo ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 3º bimestre de 2015, o que corrobora que a ação fiscalizatória realizada ao longo do ano pelo TCEES impede a descontinuidade da administração pública." (grifou-se)

[861] Portanto, nove meses depois da notificação do chefe do Poder Executivo estadual.

possível se constatar a partir da **contradição** aferida do cotejo entre as receitas intraorçamentárias constantes nos seguintes documentos:

1) **Lei Orçamentária Anual (LOA) válida para 2016**[862], Lei estadual 10.492/2016, onde o aporte anual de todos os Poderes e órgãos estaduais está previsto como receita intraorçamentária, no valor total de **R$ 1.884.471.000,00** (um bilhão, oitocentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e um mil reais):

Lei Orçamentária Anual de 2016

Categoria / Origem / Espécie / Rubrica / Alínea	RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R$ 1,00) TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
2430 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.339.000	6.100.000	5.239.000
243001 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.339.000	6.100.000	5.239.000
24300100 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.339.000	6.100.000	5.239.000
247 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	284.721.000	264.061.000	20.660.000
2471 - TRANSFCONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENTIDADES	284.221.000	263.561.000	20.660.000
247102 - CONVENIO DA UNIAO DESTA PROGRAMA DE EDUCACAO	120.000	120.000	
24710200 - CONVENIO DA UNIAO DESTA PROGRAMA DE EDUCACAO	120.000	120.000	
247106 - CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADO A PROGRAMA DO FRD	10.000.000		10.000.000
24710600 - CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADO A PROGRAMA DO FRD	10.000.000		10.000.000
247199 - OUTRAS TRANSF CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENT	274.101.000	263.441.000	10.660.000
24719900 - OUTRAS TRANSF CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENT	274.101.000	263.441.000	10.660.000
2473 - TRANSFCONVENIOS DOS MUNICIP E SUAS ENTIDADES	500.000	500.000	
247399 - OUTRAS TRANSFDE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS	500.000	500.000	
24739900 - OUTRAS TRANSFDE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS	500.000	500.000	
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	60.053.102	60.053.102	
259 - OUTRAS RECEITAS	60.053.102	60.053.102	
2599 - OUTRAS RECEITAS	60.053.102	60.053.102	
259901 - RECEITA DE LEILAO FUNDAP	59.072.786	59.072.786	
25990100 - RECEITA DE LEILAO FUNDAP	59.072.786	59.072.786	
259999 - OUTRAS RECEITAS	980.316	980.316	
25999900 - OUTRAS RECEITAS	980.316	980.316	
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**2.540.370.000**		**2.540.370.000**
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.520.071.000		2.520.071.000
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.520.071.000		2.520.071.000
7210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.520.071.000		2.520.071.000
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	2.520.071.000		2.520.071.000
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	492.183.000		492.183.000
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	143.417.000		143.417.000
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.884.471.000		1.884.471.000
75 - RECEITA INDUSTRIAL	12.445.000		12.445.000

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) o aporte está previsto como receita intraorçamentária

862 A receita referente ao aporte vem sendo lançada equivocadamente na Lei Orçamentária Anual como "Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial", conforme demonstrado no Parecer PPJC 3684/2015.

2) **Demonstrativo do Balanço Orçamentário publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 1º bimestre de 2016**[863], onde, salvo melhor juízo, permaneceu a contabilização do aporte como receita intraorçamentária, uma vez que, dos **R$ 314.105.908,04** (trezentos e quatorze milhões, cento e cinco mil, novecentos e oito reais e quatro centavos) arrecadados a título de **receita intraorçamentária originária de contribuições sociais**, **R$ 282.721.655,08**[864] (duzentos e oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos) são provenientes de recursos para cobertura de insuficiência financeira do RPPS, conforme demonstrado no ponto seguinte:

Balanço Orçamentário do 1º Bimestre de 2016

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 14, de 28 de março de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2016 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**14.510.495.636,00**	**14.510.495.636,00**	**2.031.728.844,40**	**14,00**	**2.031.728.844,40**
RECEITAS CORRENTES	12.995.866.036,00	12.995.866.036,00	1.991.879.372,66	15,33	1.991.879.372,66
RECEITA TRIBUTARIA	7.314.873.843,00	7.314.873.843,00	1.110.141.561,90	15,18	1.110.141.561,90
IMPOSTOS	6.690.230.440,00	6.690.230.440,00	1.038.659.845,93	15,53	1.038.659.845,93
TAXAS	624.643.403,00	624.643.403,00	71.481.715,97	11,44	71.481.715,97
RECEITA DE CONTRIBUICOES	381.182.206,00	381.182.206,00	44.593.079,05	11,70	44.593.079,05
CONTRIBUICOES SOCIAIS	381.182.206,00	381.182.206,00	44.593.079,05	11,70	44.593.079,05
RECEITA PATRIMONIAL	444.946.763,00	444.946.763,00	134.423.320,33	30,21	134.423.320,33
RECEITAS IMOBILIARIAS	201.095,00	201.095,00	116.640,63	58,00	116.640,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	444.745.668,00	444.745.668,00	134.246.709,98	30,19	134.246.709,98
RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	-	-	59.969,72		59.969,72
RECEITA AGROPECUARIA	600.000,00	600.000,00	88,20	0,01	88,20
RECEITA DE PRODUCAO VEGETAL	350.000,00	350.000,00	88,20	0,03	88,20
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	250.000,00	250.000,00	-	0,00	-
RECEITA INDUSTRIAL	10.261.000,00	10.261.000,00	740.095,91	7,21	740.095,91
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	10.261.000,00	10.261.000,00	740.095,91	7,21	740.095,91
RECEITA DE SERVICOS	126.849.810,00	126.849.810,00	6.509.132,54	5,13	6.509.132,54
RECEITA DE SERVICOS	126.849.810,00	126.849.810,00	6.509.132,54	5,13	6.509.132,54
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.443.502.527,00	4.443.502.527,00	659.427.191,72	14,84	659.427.191,72
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.393.311.527,00	4.393.311.527,00	656.714.929,86	14,95	656.714.929,86
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	5.452.183,00	5.452.183,00	389.047,58	7,14	389.047,58
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS			450,00		450,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	44.738.817,00	44.738.817,00	2.322.764,28	5,19	2.322.764,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	273.649.887,00	273.649.887,00	36.044.903,01	13,17	36.044.903,01

863 Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/01B2016/Anexo%20I_Balanco_Orcamentario_Receitas.pdf Acesso em: 22 mai. 2016.

864 Valor colhido do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores – Plano Financeiro, do 1º bimestre de 2016.

MULTAS E JUROS DE MORA	118.576.213,00	118.576.213,00	14.316.433,31	12,07	14.316.433,31
INDENIZACOES E RESTITUICOES	50.682.195,00	50.682.195,00	11.007.872,93	21,72	11.007.872,93
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	61.967.285,00	61.967.285,00	6.216.931,04	10,03	6.216.931,04
RECEITAS DIVERSAS	42.424.194,00	42.424.194,00	4.503.665,73	10,62	4.503.665,73
RECEITAS DE CAPITAL	1.514.629.600,00	1.514.629.600,00	39.849.471,74	2,63	39.849.471,74
OPERACOES DE CREDITO	1.148.368.000,00	1.148.368.000,00	29.929.702,50	2,61	29.929.702,50
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	947.742.000,00	947.742.000,00	18.000.000,00	1,90	18.000.000,00
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	200.626.000,00	200.626.000,00	11.929.702,50	5,95	11.929.702,50
ALIENACAO DE BENS	168.498,00	168.498,00	460.130,16	273,08	460.130,16
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	72.313,00	72.313,00	457.240,49	632,31	457.240,49
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	96.185,00	96.185,00	2.889,67	3,00	2.889,67
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	306.040.000,00	306.040.000,00	1.698.829,48	0,56	1.698.829,48
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.980.000,00	9.980.000,00	9.322,41	0,09	9.322,41
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	11.339.000,00	11.339.000,00	-	0,00	-
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	284.721.000,00	284.721.000,00	1.689.507,07	0,59	1.689.507,07
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	60.053.102,00	60.053.102,00	7.760.809,60	12,92	7.760.809,60
RESTITUICOES	-	-	58.211,39		58.211,39
OUTRAS RECEITAS	60.053.102,00	60.053.102,00	7.702.598,21	12,83	7.702.598,21
RECEITAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS (II)	**2.540.370.000,00**	**2.540.370.000,00**	**317.481.178,88**	**12,50**	**317.481.178,88**
RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	2.540.370.000,00	2.540.370.000,00	317.481.178,88	12,50	317.481.178,88
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.520.071.000,00	2.520.071.000,00	314.105.908,04	12,46	314.105.908,04
CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.520.071.000,00	2.520.071.000,00	314.105.908,04	12,46	314.105.908,04
RECEITA INDUSTRIAL	12.445.000,00	12.445.000,00	2.074.734,07	16,67	2.074.734,07

No Balanço Orçamentário do 1º bimestre de 2016 o aporte está contabilizado como receita intraorçamentária

3) **Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores – Plano Financeiro, do 1º bimestre de 2016**[865], onde o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS de todos os Poderes e órgãos estaduais, no valor total de **R$ 282.721.655,08** (duzentos e oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos) **não foi registrado como receita intraorçamentária**, omissão que evidencia ter havido apenas uma "**adequação formal**" da demonstração dos dados contábeis mediante simples reposicionamento de valores no corpo desse demonstrativo sem, contudo, deixar-se **efetivamente** de registrar o aporte como receita intraoçamentária no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), permitindo, desse modo, a ocultação da real situação das finanças públicas do Estado do Espírito Santo:

865 Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/01B2016/Anexo%20IV_RPPS_Financeiro.pdf. Acesso em: 22 mai. 2016.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS – Fundo Financeiro – do 1º Bimestre de 2016

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 14, de 28 de março de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PLANO FINANCEIRO
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	**295.955.206,00**	**295.955.206,00**	**38.991.527,69**	**35.135.772,73**
RECEITAS CORRENTES	**295.955.206,00**	**295.955.206,00**	**38.991.527,69**	**35.135.772,73**
Receita de Contribuições dos Segurados	275.184.206,00	275.184.206,00	32.560.980,24	32.807.706,36
Pessoal Civil	212.195.206,00	212.195.206,00	26.127.271,67	26.399.346,70
Ativo	153.512.206,00	153.512.206,00	17.074.167,43	17.179.943,97
Inativo	42.351.000,00	42.351.000,00	6.623.624,82	6.757.120,36
Pensionista	16.332.000,00	16.332.000,00	2.429.479,42	2.462.282,37
Pessoal Militar	62.989.000,00	62.989.000,00	6.433.708,57	6.408.359,66
Ativo	45.238.000,00	45.238.000,00	3.922.858,77	3.758.956,99
Inativo	15.021.000,00	15.021.000,00	2.162.140,08	2.233.600,17
Pensionista	2.730.000,00	2.730.000,00	348.709,72	415.802,50
Outras Receitas de Contribuições	965.000,00	965.000,00	151.001,39	111.705,29
Receita Patrimonial	10.078.000,00	10.078.000,00	1.374.827,93	1.162.702,06
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	10.078.000,00	10.078.000,00	1.374.827,93	1.162.702,06
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	9.728.000,00	9.728.000,00	4.904.718,13	1.053.659,02
Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS	9.105.000,00	9.105.000,00	4.322.537,22	965.421,59
Demais Receitas Correntes	623.000,00	623.000,00	582.180,91	88.237,43
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	**426.410.000,00**	**426.410.000,00**	**40.693.269,59**	**42.009.692,98**
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS -(III) = (I + II)	**722.365.206,00**	**722.365.206,00**	**79.684.797,28**	**77.145.465,71**

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IV)	**2.602.536.206,00**	**2.602.536.206,00**	**2.592.414.569,86**	**2.172.141.923,35**	**376.434.212,78**	**357.389.757,04**
ADMINISTRAÇÃO	**3.000.000,00**	**3.000.000,00**	**9.399,36**	**8.487,61**	**9.399,36**	**8.487,61**
Despesas Correntes	3.000.000,00	3.000.000,00	9.399,36	8.487,61	9.399,36	8.487,61
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	**2.599.536.206,00**	**2.599.536.206,00**	**2.592.405.170,50**	**2.172.133.435,74**	**376.424.813,42**	**357.381.269,43**
Pessoal Civil	2.510.400.759,00	2.504.853.759,00	1.892.239.906,00	1.513.328.422,50	282.898.112,63	266.279.709,29
Aposentadorias	2.030.954.155,00	2.026.032.155,00	1.558.999.559,00	1.211.206.942,83	233.736.861,92	218.972.330,75
Pensões	479.446.604,00	478.821.604,00	333.240.347,00	302.121.479,67	49.161.250,71	47.307.378,54
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	498.927.535,00	0,00	80.393.993,93
Reformas	0,00	0,00	0,00	387.924.174,00	0,00	61.496.808,23
Pensões	0,00	0,00	0,00	111.003.361,00	0,00	18.897.185,70
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	89.135.447,00	94.682.447,00	700.165.264,50	159.877.478,24	93.526.700,79	10.707.566,21
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	87.035.447,00	92.582.447,00	700.165.264,50	159.877.478,24	93.526.700,79	10.707.566,21
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (V)	**4.300.000,00**	**4.300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	**2.606.836.206,00**	**2.606.836.206,00**	**2.592.414.569,86**	**2.172.141.923,35**	**376.434.212,78**	**357.389.757,04**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	**- 1.884.471.000,00**	**- 1.884.471.000,00**	**-2.512.729.772,58**	**-2.094.996.457,64**	**-296.749.415,50**	**-280.244.291,33**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	**282.721.655,08**
Plano Financeiro	**282.721.655,08**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (oriundos de todos os Poderes)	282.721.655,08
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	15.772,44	52.911,32
INVESTIMENTOS	69.801.728,21	63.659.918,13
OUTROS BENS E DIREITOS	32.276.077,06	1.877.230,45

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	**426.410.000,00**	**426.410.000,00**	**40.693.269,59**	**42.009.692,98**
Receita de Contribuições Patronal	426.397.000,00	426.397.000,00	40.531.308,77	42.009.510,93
Pessoal Civil	321.174.000,00	321.174.000,00	32.681.246,55	34.491.321,64
Ativo	321.174.000,00	321.174.000,00	32.681.246,55	34.491.321,64
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	105.223.000,00	105.223.000,00	7.850.062,22	7.518.189,29
Ativo	105.223.000,00	105.223.000,00	7.850.062,22	7.518.189,29
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00

Apenas no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS do 1º bimestre de 2016 o aporte não está contabilizado como receita intraorçamentária

CONSIDERANDO que as recomendações expedidas pelas **Decisões TC 3935/2015** e **TC 4794/2015**, cuja fiscalização do seu cumprimento se insere nas atribuições deste *Parquet* de Contas, não podem ter recomendado **apenas a alteração formal** do Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores, **sem a correspondente e efetiva correção dos respectivos registros contábeis no Sistema Integrado de Gestão Fiscal do Espírito Santo (Sigefes)**, sob pena desta Corte de Contas consentir no desapreço e desestima aos instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), permitindo que Administração Pública induza a erro a sociedade ao dar publicidade a números que não espelham a realidade das finanças públicas;

CONSIDERANDO que o descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), decorrente dos procedimentos da Administração Pública estadual de criar receita fictícia para cobrir despesa inexistente do RPPS e de transferir orçamentariamente os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do RPPS, bem como da aplicação do art. 21, §§ 4º e 5º da Resolução TC 238/2012[866], dispositivos segundo os quais os recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do RPPS são considerados como aplicação em MDE, permitem, em seu conjunto, a subtração indevida anual de mais de meio bilhão de reais de recursos da educação estadual, **sujeitando, inclusive, o Estado do Espírito Santo a mais grave sanção que se pode impor a um Estado membro da Federação: a intervenção federal – por meio da Representação Interventiva junto ao Supremo Tribunal Federal, de iniciativa do Procurador-Geral da República,** nos moldes do **art. 36, inciso III, da**

[866] Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

Carta Maior[867]-, retirando-lhe a autonomia organizacional que caracteriza a estrutura federativa brasileira, em face da violação ao princípio constitucional sensível previsto no art. **art. 34, inciso VII, alínea "e", da Constituição Federal**[868];

CONSIDERANDO que o total dos recursos subtraídos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos da educação e respectivos pensionistas**, apurados pelo Ministério Público de Contas **entre janeiro de 2009 e maio de 2016**, chega a **R$ 3.336.277.755,37** (três bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos);

CONSIDERANDO que admitir que os recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários a servidores **inativos** da educação e a seus respectivos **pensionistas**[869], recursos utilizados pelos beneficiários para o custeio de suas despesas privadas, sejam capazes de **manter** e de **desenvolver** a educação pública constitui erro lógico elementar que desafia o intelecto do mais simples cidadão capixaba, inclusive daquele cujos filhos ainda não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola pública em razão da insuficiente aplicação de recursos estaduais na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino (MDE);

CONSIDERANDO que a atual inobservância dos limites de despesa com pessoal por parte dos Poderes e órgãos estaduais, decorrente da aplicação da **Decisão TC**

---

867 Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:
[...]
III de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

O **inciso III do art. 36** da Constituição Federal foi regulamentado pela **Lei nº 12.562/2011**, que dispôs sobre o processo e julgamento da Representação Interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12562.htm. Acesso em 28 mai. 2016.

868 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VII - assegurar a observância dos seguintes **princípios constitucionais**:
a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
b) direitos da pessoa humana;
c) autonomia municipal;
d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
e) **aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino** e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

869 Os pensionistas, a rigor, não contribuem ou contribuíram com seu trabalho para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

006/2001 e da **Resolução TC 189/2003**, normativos editados por esta Corte de Contas que autorizam todos os Poderes e órgãos estaduais a descumprirem os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conferindo um verniz de aparente legalidade à contabilização de parte das despesas com pessoal dos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, do **Ministério Público** e do próprio **Tribunal de Contas** dentro do limite de despesa com pessoal do **Poder Executivo**, transferindo indevidamente parte da responsabilidade fiscal dos demais poderes e órgãos para o Poder Executivo e desconsiderando a repartição dos limites de despesa com pessoal prevista no art. 20, inciso II, da Lei Complementar federal 101/2000[870], Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), **sujeita o Estado do Espírito Santo a mais grave sanção que se pode impor a um Estado membro da Federação: a intervenção federal – por meio da Representação Interventiva junto ao Supremo Tribunal Federal, de iniciativa do Procurador-Geral da República,** nos moldes do **art. 36, inciso III, da Carta Maior**[871]- retirando-lhe a autonomia organizacional que caracteriza a estrutura federativa brasileira, em face da **recusa à execução de lei federal (no caso a LRF), nos termos do art. 34, inciso VI, da Constituição Federal**[872]**, bem como à suspensão do recebimento de todos os repasses de verbas federais e estaduais, consoante estabelece o art. 169, § 2º,**

---

870 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

871 Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:
[...]
III de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

O **inciso III do art. 36** da Constituição Federal foi regulamentado pela **Lei nº 12.562/2011**, que dispôs sobre o processo e julgamento da Representação Interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12562.htm. Acesso em 28 mai. 2016.

872 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
[...]
Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:
[...]
III de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

da Carta da República[873], uma vez o período de dois anos para adequação aos limites de despesa com pessoal, estabelecidos pela LRF, **expirou há mais de uma década**[874], conforme regra de transição contida no art. 70 dessa mesma lei complementar[875];

CONSIDERANDO que não se está diante de uma pontual e justificável inobservância dos limites constitucionais e legais de despesas com educação e com pessoal, mas sim de um **descumprimento institucionalizado e ininterrupto da legislação federal envolvendo a participação de todos os Poderes e órgãos do Estado do Espírito Santo, inclusive, paradoxalmente, sob autorização expressa do órgão guardião das finanças públicas estaduais e municipais** [876];

CONSIDERANDO a competência concorrente da União para editar normas sobre Direito Financeiro e Orçamento, nos termos do art. 24, incisos I e II, §§ 1º a 4º, da Constituição Federal[877], dispositivos que, diante do exercício da prerrogativa

---

873 Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar**. (Redação dada pela pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
[...]
§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, **serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
[...]

874 A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar federal 101/200, foi publicada em **05/05/2000**, entrando em vigor na data de sua publicação, conforme estabelecido em seu art. 74.

875 Art. 70. O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinqüenta por cento ao ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23.
Parágrafo único. A inobservância do disposto no *caput*, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

876 Como se infere do enunciado do § 1º do art. 59 da LRF (*"§ 1o Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem*:"), a lei introduziu um instrumento novo no universo das competências dos tribunais de contas: o Alerta.
Ademais, prescreve o art. 73-A da LRF: "*Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo* ***Tribunal de Contas*** *e ao órgão competente do Ministério Público* ***o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar***. *(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009)*".
Então, como corolário, compreende-se que o legislador deixou a cargo dos tribunais de contas a fiscalização do cumprimento dos ditames da LRF.

877 Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
II - orçamento;
[...]
§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

conferida à União de editar normas gerais, constituem óbice instransponível ao poder normativo dos tribunais de contas para dispor em sentido contrário à Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e aos demais normativos federais, em especial à padronização disciplinada pelas portarias e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do art. 50, § 2º, da LRF[878] e do art. 6º, inciso I, do Decreto Federal nº 6.976[879], de 07 de outubro de 2009;

CONSIDERANDO que **qualquer medida de natureza institucional**, consubstanciada em lei ou em ato administrativo normativo estadual, concebida no intuito de impedir, frustrar ou retardar o imediato cumprimento tanto do percentual mínimo constitucional de 25% com despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) quanto da repartição dos limites de despesa com pessoal entre os Poderes e órgãos, seja por meio da criação de regras transição ou de outro expediente de conteúdo semelhante, consistiria em verdadeira afronta ao pacto federativo, na medida em que, além de ignorar os esforços realizados pelos demais entes da federação para adimplir com os referidos limites, usurparia a competência legislativa da União, **sujeitando, por mais esse motivo, o Estado do Espírito Santo à sanção prevista no art. 34, inciso VI, e processada nos moldes do art. 36, inciso III, ambos da Constituição Federal**[880];

O Ministério Público de Contas pugna a este egrégio Tribunal de Contas, reiterando as considerações e os pedidos constantes no **Parecer PPJC 3684/2015**,

---

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

878 Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
[...]
§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

879 Art. 6º Integram o Sistema de Contabilidade Federal:
I - a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central; e

880 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
[...]
Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:
[...]
III de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

complementados pela fundamentação trazida por meio deste Recurso de Reconsideração:

1) **<u>Preliminarmente</u>**:

a) **O sorteio de novo relator** para presidir a instrução deste Recurso de Reconsideração, nos termos do art. 119 do Regimento Interno do TCEES[881];

b) **O conhecimento dos incidentes de prejulgado** arguidos pelo Ministério Público de Contas e o seu processamento nos moldes do art. 348 e seguintes do Regimento Interno do TCEES[882] ou, caso esta Corte de Contas entenda que os incidentes de prejulgado suscitados já figurem como prejulgados deste Tribunal[883],seja o pleito preliminar do MPC recebido como pedido de reforma ou de revogação de prejulgados, a teor do art. 353 do Regimento Interno do TCEES[884];

c) **O encaminhamento dos autos dos prejulgados** suscitados pelo Ministério Público de Contas para **análise <u>dessas preliminares</u>** por parte da Secretaria de Controle Externo de Recursos - SecexRecursos, à qual compete, com exclusividade, a execução das atividades operacionais de

---

881 Art. 119. Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador cabe recurso de reconsideração, no prazo previsto neste Regimento.
§ 1º A distribuição do recurso far-se-á por **sorteio de novo Relator**, excetuado o Conselheiro que tenha proferido voto vencedor na deliberação recorrida.
§ 2º É facultado ao Relator do recurso solicitar a nomeação de nova comissão técnica.

882 Art. 348. Reconhecida, preliminarmente, a relevância da matéria de direito e sua aplicabilidade de forma geral, o Plenário poderá pronunciar-se sobre a interpretação de qualquer norma jurídica ou procedimento da Administração.
§ 1º Possuem legitimidade para propor o incidente de prejulgado Conselheiro, Auditor ou Ministério Público junto ao Tribunal.
[...]

883 De acordo com pesquisa realizada pelo MPC no portal do TCEES, existem apenas seis prejulgados emitidos por esta Corte de Contas, todos disponível em: http://www.tce.es.gov.br/portais/njs/prejulgados.aspx, acesso em 20/05/2016, sendo que nenhum deles guarda identidade com os que estão sendo arguidos por meio deste Recurso de Reconsideração.

884 Art. 353. O prejulgado poderá ser revogado ou reformado sempre que o Tribunal, pronunciando-se em tese, firmar nova interpretação, hipótese em que a decisão fará expressa remissão à reforma ou revogação.

exame e instrução de processos de incidente de prejulgado[885], nos termos do art. 47, inciso II, do Regimento Interno do TCEES[886];

d) **A nomeação de nova comissão técnica para análise <u>do mérito</u> deste Recurso de Reconsideração**, nos termos do art. 119, § 2º, do Regimento Interno do TCEES[887], em homenagem aos princípios da imparcialidade e da isonomia que devem orientar a instrução de **todos** os processos de controle externo no âmbito desta Corte de Contas, consoante se extrai, exemplificativamente, da redação do art. 47, § 4º[888], do mesmo diploma normativo, segundo o qual as Instruções Técnicas Conclusivas (ITC) deverão ser elaboradas por auditor de controle externo **que não tenha se manifestado na instrução do processo em etapas anteriores**, não sendo razoável admitir que o referido **vetor normativo** não se aplique à prestação de contas anual do governador em razão de o procedimento regimental de apreciação das contas de governo do chefe do Poder Executivo estadual não ter previsto expressamente a possibilidade de

---

885 Incidentes processuais não possuem a natureza de recurso, motivo pelo qual não pode ser aplicado o § 2º do art. 119 do Regimento Interno do TCEES.

886 Art. 47. A Secretaria Geral de Controle Externo – SEGEX à qual compete planejar, organizar, coordenar, orientar, gerenciar, dirigir, supervisionar e executar, por intermédio das unidades técnicas subordinadas, todas as atividades e projetos relativos à área técnico-executiva de controle externo e avaliar seus resultados, emitir notas técnicas dirigidas às unidades técnicas com a finalidade uniformizar técnicas e padrões de fiscalização e de análise de contas, propor diretrizes relativas ao controle e a fiscalização a cargo do Tribunal, assessorar o Presidente, os Conselheiros e os Auditores em matéria de sua competência, dispondo da seguinte estrutura: (Artigo retificado pela Emenda Regimental nº 001, de 27.8.2013).
[...]
II - Secretaria de Controle Externo de Recursos - SecexRecursos, à qual compete a execução das atividades operacionais de exame e instrução de processos de consultas formuladas pelos jurisdicionados, dos recursos interpostos contra deliberações proferidas pelo Tribunal, pedido de revisão, incidente de prejulgado, exceto embargos de declaração nos quais não haja efeito modificativo;

887 Art. 119. Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador cabe recurso de reconsideração, no prazo previsto neste Regimento.
§ 1º A distribuição do recurso far-se-á por sorteio de novo Relator, excetuado o Conselheiro que tenha proferido voto vencedor na deliberação recorrida.
§ 2º É facultado ao Relator do recurso solicitar a nomeação de nova comissão técnica.

888 Art. 47. A Secretaria Geral de Controle Externo – SEGEX à qual compete planejar, organizar, coordenar, orientar, gerenciar, dirigir, supervisionar e executar, por intermédio das unidades técnicas subordinadas, todas as atividades e projetos relativos à área técnico-executiva de controle externo e avaliar seus resultados, emitir notas técnicas dirigidas às unidades técnicas com a finalidade uniformizar técnicas e padrões de fiscalização e de análise de contas, propor diretrizes relativas ao controle e a fiscalização a cargo do Tribunal, assessorar o Presidente, os Conselheiros e os Auditores em matéria de sua competência, dispondo da seguinte estrutura: (Artigo retificado pela Emenda Regimental nº 001, de 27.8.2013).
[...]
§ 4º. As Instruções Técnicas Conclusivas deverão ser elaboradas por Auditor de Controle Externo que não tenha se manifestado na instrução do processo em etapas anteriores, exceto em processos sujeitos a registro pelo Tribunal. (Redação de Incisos, alíneas e parágrafos do Art. 47 dados pela Emenda Regimental nº 006, de 12.4.2016).

elaboração de Instrução Técnica Conclusiva (ITC) para análise de eventual defesa apresentada em decorrência de irregularidade identificada na prestação de contas anual[889], lacuna regulamentar colmatada pela força normativa dos referidos princípios, invocados à luz de uma interpretação sistemática dos dispositivos que integram o Regimento Interno do TCEES;

e) Com fundamento no art. 277, do Regimento Interno do TCEES[890], **o apensamento provisório dos Processos TC 6016/2015** (prestação de contas anual do governador de 2014), **TC 6099/2015** (requerimento do MPC) e **TC 9974/2015** (embargos de declaração) ao processo originado dos incidentes processuais de prejulgado suscitados pelo Ministério Público de Contas, tendo em vista o vasto acervo documental acostado a estes autos;

f) **O conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência** arguido pelo Ministério Público de Contas e o seu processamento de acordo com os art. 356 e 357 do Regimento Interno do TCEES[891],

---

889 Curiosamente, o procedimento de análise da prestação de contas do governador, contido nos art. 105 a 121 e 132 a 134 do Regimento Interno do TCEES, prevê apenas a designação de duas Comissões Técnicas, sendo a primeira responsável pela elaborado Relatório Técnico de Análise das Contas do Governador e a segunda incumbida da análise de eventual Recurso de Reconsideração.

890 Art. 277. O apensamento de processos, em caráter definitivo ou temporário, decorrente da conexão ou continência, observará as disposições específicas do Código de Processo Civil. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 001, de 27.8.2013).
[...]
§ 2º O apensamento provisório é a junção temporária de um processo a outro, por conveniência para a instrução ou em razão de dificuldades técnicas ou operacionais, com a finalidade de conferir uniformidade de tratamento a matéria.
(Redação dada pela Emenda Regimental nº 001, de 27.8.2013).
Art. 278. Compete ao Relator determinar o apensamento de processos da sua relatoria.
Parágrafo único. O apensamento poderá ser solicitado por Auditor, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, chefia de unidade técnica e pela parte.
[...]

891 Art. 356. Ao apreciar processo em que seja suscitada divergência entre deliberações anteriores do Tribunal, poderá o colegiado, a requerimento de Conselheiro, Auditor, do Ministério Público junto ao Tribunal, responsável ou interessado, decidir pela apreciação preliminar da controvérsia, em autos apartados, retirando-se a matéria de pauta.
§ 1º Na arguição do incidente de uniformização de jurisprudência, o suscitante deverá indicar expressamente as decisões nas quais tenha ocorrido a divergência.
§ 2º Admitido o incidente de uniformização pelo Relator, ficam sobrestados o julgamento do processo principal e a tramitação daqueles que versarem sobre matéria similar, podendo ser determinada a remessa do processo ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula para os fins do disposto no art. 445, inciso III, deste Regimento. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).
§ 3º O Relator solicitará a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de quinze dias, submetendo a questão à deliberação do Plenário até a segunda sessão ordinária subsequente à devolução dos autos, salvo se a complexidade da matéria indicar a necessidade de dilação do prazo, que não poderá ultrapassar a quarta sessão ordinária.

pugnando-se pela solução da divergência no sentido de que **falhas de natureza formal que representem o descumprimento de normas legais ou regulamentares sejam objeto de Determinação e não de Recomendação por parte desta Corte de Contas**, nos termos da fundamentação apresentada por este órgão ministerial (subitem 2.3.3);

g) **A complementação da instrução processual** para exame como ponto de análise da prestação de contas anual do governador de 2014 dos **atos de competência privativa do chefe do Poder Executivo estadual** (Decretos) responsáveis pela movimentação indevida de recursos orçamentários do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro do RPPS por parte da mesma Comissão Técnica que elaborou o Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 1/2015, **caso seja acolhido o incidente de prejulgado nº 4** suscitado pelo Ministério de Contas, cuja irregularidade inclusive já fora preliminarmente constatada pelo corpo técnico do TCEES por meio da Manifestação Técnica Preliminar MTP 438/2015, encartada ao Processo TC 6099/2015, a qual viola o art. 49, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 282/2004[892], o art. 43, *caput*,

---

§ 4º Dirimida a divergência jurisprudencial pelo Plenário, a apreciação do processo quanto ao mérito terá prosseguimento na sessão do colegiado competente.
§ 5º Não reconhecendo a divergência jurisprudencial, o Relator levará seu voto ao Plenário que, se acolhido, terá prosseguimento na apreciação do mérito do processo, se matéria de sua competência, ou encaminhá-lo-á à Câmara originária.
§ 6º Se o Plenário, dissentindo do Relator, entender pela existência de divergência jurisprudencial, passará a funcionar como novo Relator para o incidente o Conselheiro que primeiro proferir o voto dissidente.
§ 7º Da decisão do Plenário sobre a divergência, caberá apenas o recurso de embargos de declaração.
§ 8º A decisão que resolver a divergência será remetida ao Núcleo de Jurisprudência e Súmula, para oportuna apreciação da possibilidade de elaboração de enunciado de súmula sobre a matéria. (Redação dada pela Emenda Regimental nº 003, de 7.10.2014).
Art. 357. Proferido o julgamento do incidente pelo Plenário, observado o quorum qualificado previsto no art. 180 da Lei Orgânica do Tribunal, os autos serão devolvidos àquele que suscitou a matéria incidental, para apreciação do mérito do processo.
Parágrafo único. Dirimida a questão, os respectivos autos serão apensados ao processo em que se originou o incidente.

892 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

da Lei Federal nº 4.320/1964[893], o art. 13, § 2º, inciso III, e art. 14 da Portaria MPS nº 402/2008[894]; o art. 21, *caput* e § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008[895] e a Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[896];

h) **A complementação da instrução processual** para análise, por parte da Comissão Técnica de Análise das Contas do Governador, da natureza dos recursos que integram as fontes de recurso "***71 – Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)***" e "***12 – Superávit Financeiro – Decreto 2829-R de 17/08/11***", constante no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Poder Executivo, tendo em vista que o **Relatório Técnico das Contas do Governador RTCG 10/2015** considerou em seu cálculo que essas fontes são formadas apenas por recursos **não** vinculados, conquanto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), em resposta a requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas, demonstrou que a fonte **71** contém recursos **vinculados**, a exemplo das multas de trânsito

---

893 Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
[...]

894 Art. 13. São considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo de previdência de que trata o art. 11 , inclusive a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.
[...]
§ 2º É vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo, dentre elas consideradas: (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
III - a transferência de recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, no caso de RPPS com segregação da massa dos segurados; (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)
[...]
Art. 14. É vedada a utilização de recursos previdenciários para custear ações de assistência social, de saúde, de assistência financeira de qualquer espécie e para concessão de verbas indenizatórias, ainda que decorrentes de acidente em serviço.

895 Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)
[...]
§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo.

896 **Da Despesa com Pessoal**
[...]
8. Nas situações em que houve a segregação das massas do RPPS, a parte financeira, via de regra deficitária, necessita dos aportes financeiros do tesouro do ente. Por outro lado, a parte previdenciária, no momento da segregação, tende a ser formada por servidores que ainda não estão usando os benefícios previdenciários, ou seja, não existem saídas de recursos, mas apenas receitas decorrentes de contribuições. Nessa situação, os recursos disponíveis na parte previdenciária não poderão ser utilizados para reduzir despesas com pessoal efetuadas pela parte financeira, deficitária, salientando que esta proibição consta, inclusive, da Portaria MPS 403/2008, art. 21.

arrecadadas pelo Departamento Estadual de Trânsito (**DETRAN**), fonte 0271000002, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 69.091.145,14**, e pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (**DER**), fonte 0271000009, com disponibilidade de caixa líquida de **R$ 2.725.140,80**;

i) **A complementação da instrução processual** com o objetivo de que a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT) possa finalizar o Relatório Técnico de Análise e Avaliação, examinando os 22 pontos de controle que deixaram de ser analisados[897] e emitindo a conclusão ausente no parecer conclusivo[898] remetido a esta Corte de Contas pelo órgão de controle interno do Poder Executivo[899], irregularidades constatadas inclusive pela Comissão Técnica do TCEES (fl. 545, 546, 598 e 599), **complementação sem a qual não é possível emitir juízo de valor acerca de temas relevantes para o julgamento desta prestação de contas**, a exemplo da renúncia de receitas, **abertura de créditos adicionais**, **despesas com pessoal** – temas onde foram

[897] No Relatório e Parecer da SECONT referente à Prestação de Contas Anual do Governador de 2013 também deixaram de ser analisados os seguintes pontos:
- Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro (LC 101/2000, art. 14);
- Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo (LC 101/2000, art. 14, § 2º);
- Renúncia de receitas – legislação específica (CRFB/88, art. 150, § 6º);
- Renúncia de receitas – resultado (CRFB/88, art. 37 e legislação específica);
- Existência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 16);
- Afetação das Metas Fiscais por criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (LC 101/2000, art. 17, § 3º);
- Execução de programas ou projetos de governo não incluídos na LOA (CRFB/88, art. 167, I);
- Existência de autorização legislativa para cobertura de déficit de empresas, fundações e fundos (CRFB/88, art. 167, inciso VIII);
- Realização de investimentos plurianuais sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão (CRFB/88, art. 167, § 1º);
- Realização de operação de crédito estando impossibilitado por descumprimento das regras estabelecidas (Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º);
- Realização de operação de crédito estando incorrendo nas vedações previstas (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º);
- Inclusão de cláusulas vedadas nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado (Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20).

[898] Desse modo, questiona-se: como avaliar um relatório que se denomina conclusivo se o mesmo encontra-se desprovido de conclusão? Como desconsiderar que mais de duas dezenas de pontos de controle, que deveriam ser analisados pelo órgão de controle interno, simplesmente não constam no relatório?

[899] O Parecer Conclusivo emitido pelo órgão de controle interno do Poder Executivo simplesmente não possui conclusão, situação que pode ser comparada à inconcebível hipótese de o Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas não concluir pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas do Governador.

identificadas graves irregularidades – e afetação das metas fiscais do Estado;

j) **A solicitação do relatório final da CPI dos Empenhos à Assembleia Legislativa** com o objetivo de subsidiar a reanálise dos fatos submetidos a esta Corte de Contas por meio deste Recurso de Reconsideração.

2) **Quanto ao mérito recursal**, o Ministério Público de Contas pugna e este Tribunal:

a) **O total provimento deste Recurso de Reconsideração**, alterando-se os Pareceres Prévios **TC 50/2015** e **TC 7/2016** para:

i) **Reformar os Pareceres Prévios TC 50/2015 e TC 7/2016** para que seja recomendada ao Poder Legislativo estadual a **rejeição** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014, apresentada a esta Corte de Contas pelo Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, em razão do descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), ferindo o art. 212 da Constituição Federal[900], **caso sejam acolhidos quaisquer dos seguintes incidentes de prejulgado** suscitados pelo Ministério de

[900] Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Contas, cujas interpretações questionadas proporcionaram em **2014** a subtração indevida de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos) dos recursos destinados à educação para pagamento de benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas:

- **Incidente de prejulgado nº 1:** questiona a legalidade da interpretação dada pela Administração Pública estadual ao art. 49 da Lei Complementar estadual nº 282/2004[901], aos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial à Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[902], e ao art. 20 da Portaria

[901] Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

[902] **Do Equilíbrio Atuarial do RPPS**
4. O equilíbrio atuarial deve ser entendido como a garantia de equivalência, a valor presente, entre a totalidade dos ativos vinculados ao RPPS, acrescidos do fluxo das receitas estimadas comparadas com as obrigações projetadas, apuradas atuarialmente. Para que seja garantido esse equilíbrio, a Lei nº 9.711/1998 determina a necessidade de avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a **Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008**, estabelece que o ente deverá elaborar **plano de amortização**, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit. O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aporte periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13 – Contribuição Patronais e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
5. Outra opção para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, estabelecida pela MPS nº 403/2008, é a **segregação das massas de segurados**, ou seja, a separação, a partir de uma data de corte, dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão, respectivamente, o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário. O primeiro será um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem o objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo. Já o segundo deverá ser estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, ou seja, deverá ser financeira e atuarialmente equilibrado. Ressalta-se que a segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

MPS 403/2008[903], do Ministério da Previdência Social, os quais **não autorizam** a criação de **receita orçamentária fictícia** (alíquota de contribuição patronal suplementar) destinada a custear **despesa orçamentária inexistente** do RPPS (plano de amortização do déficit atuarial[904]);

- **Incidente de prejulgado nº 2:** questiona a legalidade da interpretação dada pela Administração Pública estadual à Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[905], a qual **não**

903

Seção VI - Da Segregação da Massa

Art. 20. Na hipótese da inviabilidade do plano de amortização previsto nos art. 18 e 19 para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregação da massa de seus segurados, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocação dos recursos financeiros do RPPS e na composição das submassas, e os demais parâmetros estabelecidos nesta Portaria. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

Art. 20. Alternativamente ao plano de amortização previsto nos art. 18 e 19, o ente federativo poderá optar pelo equacionamento do déficit atuarial do seu RPPS por intermédio de segregação da massa de seus segurados, observados os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º A segregação da massa existente na data de publicação da lei que a instituir poderá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, a idade do segurado ou a sua condição de servidor em atividade, aposentado ou pensionista, admitindo-se a conjugação desses parâmetros, para fins de alocação dos segurados ao Plano Financeiro e ao Plano Previdenciário. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

§ 1º A segregação da massa deverá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo, na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, não podendo a data de corte ser superior a data de implementação da segregação.

§ 2º O Plano Financeiro deve ser constituído por um grupo fechado em extinção sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais serão alocados no Plano Previdenciário. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

§ 2º Os servidores admitidos anteriormente à data de corte integrarão o Plano Financeiro e os admitidos a partir desta integrarão o Plano Previdenciário.

§3º Revogado pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013

Redação original:

§ 3º Os beneficiários de aposentadorias e pensões concedidas entre a data de corte e a data de implementação da segregação da massa, se admitidos após a data de corte, poderão ser alocados ao Plano Previdenciário ou destinados em sua totalidade ao Plano Financeiro.

§ 4º A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS deverá ser submetida à aprovação da SPPS, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo. (Incluído pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

§ 5º A justificativa técnica de que trata o parágrafo anterior deverá demonstrar a viabilidade orçamentária e financeira da segregação para o ente federativo, por meio dos fluxos das receitas e despesas do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, inclusive os impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

§ 6º Não serão admitidos como forma de equacionamento do déficit atuarial quaisquer outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas ou submassas de segurados ou a adoção de datas futuras, que contrariem o disposto neste artigo. (Incluído pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

904 O RPPS dos servidores públicos estaduais não possui plano de amortização do déficit atuarial.

905 **Do Equilíbrio Financeiro do RPPS**

3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o

autoriza a transferência do aporte destinado à cobertura de déficit financeiro do RPPS mediante execução orçamentária;

- **Incidente de prejulgado nº 3:** questiona a legalidade da interpretação dada pelo TCEES, mediante aplicação dos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012[906], ao art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[907] (ADCT), ao art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[908], ao art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[909], aos art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[910],

---

RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. **Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses**.

906 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

907 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

908 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - **efetivo exercício**: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, **não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei**, com ônus para o empregador, **que não impliquem rompimento da relação jurídica existente**.

909 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

910 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como aos Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB, os quais autorizam a consideração, para fins de cômputo no percentual mínimo constitucional de 25%, **apenas** de despesa com **servidores ativos e em efetivo exercício**, **não autorizando** a consideração de despesas realizadas com **servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 71, VI, da LDB)**, razão pela qual o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RRPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos**[911] e **pensionistas**[912], também não pode ser considerado como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

ii) **Reformar os Pareceres Prévios TC 50/2015 e TC 7/2016** para que seja recomendada ao Poder Legislativo estadual a **rejeição** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014, apresentada a esta Corte de Contas pelo Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, **caso seja acolhido o incidente de**

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

911 Se as despesas realizadas com servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino não podem ser computadas no percentual mínimo constitucional, por muito mais razão servidores que sequer estão em atividade.

912 Pensionistas não são sequer servidores públicos, no que tange ao vínculo jurídico decorrente do benefício previdenciário recebido a título de pensão.

prejulgado nº 5, arguido pelo Ministério de Contas, que questiona a legalidade da interpretação conferida pelo TCEES, por meio da Decisão TC 006/2001 e da Resolução TC 189/2003, ao art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[913] e à metodologia de cálculo constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), permitindo a inclusão indevida nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de parte das despesas com pessoal dos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, do **Ministério Público** e do **Tribunal de Contas**, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS, devendo-se proceder, por conseguinte, à imediata contabilização do aporte previdenciário de cada Poder e órgão estadual nos respectivos limites de despesa com pessoal, tendo em vista o fato de o Poder Executivo estadual ter incluído indevidamente, no seu limite de despesa com pessoal, parte das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, **sujeitando o Estado do Espírito Santo à sanção prevista no art. 34, inciso VI, da Constituição Federal**[914] por permitir que os demais Poderes e órgãos possam descumprir os limites de despesa com pessoal previstos na LRF, propiciando que a sociedade não tenha conhecimento da real situação fiscal dos Poderes e órgãos estaduais;

iii) **Na remota hipótese de não serem conhecidos os incidentes de prejulgado nº 1, 2 e 3**, **reformar os Pareceres Prévios TC 50/2015**

---

913 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

914 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

e TC 7/2016 para que, nos termos da fundamentação meritória deste Recurso de Reconsideração (subitem 2.4.2), seja recomendada ao Poder Legislativo estadual a **rejeição** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014, apresentada a esta Corte de Contas pelo Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, **em razão do descumprimento do percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE),** ferindo o art. 212 da Constituição Federal[915], decorrente das seguintes irregularidades, exaustivamente abordadas na fundamentação meritória deste Recurso de Reconsideração (subitem 2.4.2) e responsáveis pelo desvio de **R$ 531.284.714,02** (quinhentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, e dois centavos) dos recursos destinados à educação para pagamento de benefícios previdenciários a aposentados e pensionistas durante o exercício de 2014:

- **Criação de receita orçamentária fictícia (alíquota de contribuição patronal suplementar[916]) destinada a custear despesa orçamentária inexistente do RPPS**

[915] Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.
§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.
§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

[916] Chamada pelo Poder Executivo de ***"CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL"***, em alusão a uma suposta **contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial**.

(plano de amortização do déficit atuarial[917]), violando o art. 49 da Lei Complementar estadual nº 282/2004[918], os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial à Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[919], e o art. 20 da Portaria MPS 403/2008[920], do Ministério da Previdência Social;

---

917 O RPPS dos servidores públicos estaduais não possui plano de amortização do déficit atuarial.

918 Art. 49 - O IPAJM constituirá um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário.
§ 1º - O Fundo Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 2º - O Fundo Previdenciário destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação desta Lei Complementar, e aos seus respectivos dependentes.
§ 3º - As contribuições estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 40, em relação aos segurados previstos no § 1º deste artigo, serão destinadas ao Fundo Financeiro, enquanto que em relação aos segurados previstos no § 2º, serão destinadas ao Fundo Previdenciário. (Redação dada pela LC nº 539, de 28.12.2009– D.O.E. 29.12.2009).
[...]

919 **Do Equilíbrio Atuarial do RPPS**
4. O equilíbrio atuarial deve ser entendido como a garantia de equivalência, a valor presente, entre a totalidade dos ativos vinculados ao RPPS, acrescidos do fluxo das receitas estimadas comparadas com as obrigações projetadas, apuradas atuarialmente. Para que seja garantido esse equilíbrio, a Lei nº 9.711/1998 determina a necessidade de avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a **Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008**, estabelece que o ente deverá elaborar **plano de amortização**, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit. O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aporte periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13 – Contribuição Patronais e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento de despesa 97 – Aportes para cobertura de Déficit Atuarial.
5. Outra opção para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, estabelecida pela MPS nº 403/2008, é a **segregação das massas de segurados**, ou seja, a separação, a partir de uma data de corte, dos segurados vinculados ao RPPS em grupos distintos que integrarão, respectivamente, o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário. O primeiro será um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem o objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo. Já o segundo deverá ser estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, ou seja, deverá ser financeira e atuarialmente equilibrado. Ressalta-se que a segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

920

Seção VI - Da Segregação da Massa

Art. 20. Na hipótese da inviabilidade do plano de amortização previsto nos art. 18 e 19 para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregação da massa de seus segurados, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocação dos recursos financeiros do RPPS e na composição das submassas, e os demais parâmetros estabelecidos nesta Portaria. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

Art. 20. Alternativamente ao plano de amortização previsto nos art. 18 e 19, o ente federativo poderá optar pelo equacionamento do déficit atuarial do seu RPPS por intermédio de segregação da massa de seus segurados, observados os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º A segregação da massa existente na data de publicação da lei que a instituir poderá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, a idade do segurado ou a sua condição de servidor em atividade, aposentado ou pensionista, admitindo-se a conjugação desses parâmetros, para fins de alocação dos segurados ao Plano Financeiro e ao Plano Previdenciário. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

- **Transferência do aporte destinado à cobertura de déficit financeiro do RPPS mediante execução orçamentária**[921]**,** descumprindo o que dispõe a Nota Técnica nº 633/2011/CCONF/SUBSECVI/STN[922];

---

§ 1º A segregação da massa deverá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo, na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, não podendo a data de corte ser superior a data de implementação da segregação.

§ 2º O Plano Financeiro deve ser constituído por um grupo fechado em extinção sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais serão alocados no Plano Previdenciário. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

§ 2º Os servidores admitidos anteriormente à data de corte integrarão o Plano Financeiro e os admitidos a partir desta integrarão o Plano Previdenciário.

§3º Revogado pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013

Redação original:

§ 3º Os beneficiários de aposentadorias e pensões concedidas entre a data de corte e a data de implementação da segregação da massa, se admitidos após a data de corte, poderão ser alocados ao Plano Previdenciário ou destinados em sua totalidade ao Plano Financeiro.

§ 4º A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS deverá ser submetida à aprovação da SPPS, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo. (Incluído pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

§ 5º A justificativa técnica de que trata o parágrafo anterior deverá demonstrar a viabilidade orçamentária e financeira da segregação para o ente federativo, por meio dos fluxos das receitas e despesas do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, inclusive os impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

§ 6º Não serão admitidos como forma de equacionamento do déficit atuarial quaisquer outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas ou submassas de segurados ou a adoção de datas futuras, que contrariem o disposto neste artigo. (Incluído pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

921 Consoante minudente descrição contida no **Parecer PPJC 3684/2015** (Fl. 605 e 805 do Processo TC 6016/2015) e reiterada neste **Recurso de Reconsideração**, a razão de os valores em tela terem sido transferidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), por meio de execução **orçamentária,** com vistas à cobertura do *déficit* financeiro do RPPS, e utilizados para pagamento de inativos (aporte), consiste em, para que os recursos pudessem ser considerados como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino torna-se necessário realizar o empenho da despesa e sua posterior liquidação, o que **não se viabilizaria** caso se adotasse o procedimento correto estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de transferência **extraorçamentária**, e contabilizados como interferência financeira.

Registre-se ainda que, em contraste **à Resolução TC 238/2012** do TCEES, toda a legislação federal regente da matéria, a saber:

- art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;
- art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007;
- art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007;
- art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
- bem como os Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB;

somente autoriza a consideração, para fins de cômputo no percentual mínimo constitucional de 25%, de despesa com **servidores ativos e em efetivo exercício**, **não autorizando** a consideração de despesas realizadas com **servidores inativos, e ativos em desvio de função** ou em **atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino** (art. 71, VI, da LDB), razão pela qual o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RRPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos** (se as despesas realizadas com servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino não podem ser computadas no percentual mínimo constitucional, por muito mais razão servidores que sequer estão em atividade) e **pensionistas** (pensionistas não são sequer servidores públicos, no que tange ao vínculo jurídico decorrente do benefício previdenciário recebido a título de pensão), também não pode ser considerado como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Destarte, o pagamento de benefícios previdenciários não integra os objetivos básicos da educação, razão pela qual não pode ser incluído como despesa destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

922 **Do Equilíbrio Financeiro do RPPS**

- **Consideração do aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RPPS como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**, mediante aplicação dos §§ 4º e 5º do art. 21 da Resolução TC 238/2012[923], dispositivos que afrontam o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[924] (ADCT), o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007[925], o art. 9º do Decreto Federal nº 6.253/2007[926], os art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1994[927], bem como os Procedimentos normatizados

---

3. Consoante o disposto no art. 40 da Constituição Federal, a Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. A avaliação financeira do RPPS leva em consideração as receitas e as despesas apuradas no exercício financeiro, podendo haver superávit ou déficit financeiro. Assim, nos casos em que o RPPS apresente déficit financeiro, ou seja, quando as receitas auferidas não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro do ente deverá repassar o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro. **Portanto, esse repasse deverá ser efetuado por interferência financeira, não acarretando o registro de receitas e despesas orçamentárias relativas aos repasses**.

923 Art. 21 Os recursos disponíveis nas contas citadas nos art. 8º, 9º, 11, 12, 15 e 16, desta Resolução, deverão ser aplicados diretamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme especificado no art. 70, respeitadas as vedações impostas pelo art. 71, ambos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º As despesas com contribuição complementar destinadas a cobrir déficit financeiro do RPPS, estabelecidas na lei complementar estadual 282/2004, no tocante aos inativos e pensionistas originário da educação, custeados com os recursos de que trata o caput do artigo 21, serão consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta Resolução.
§ 5° Aplica-se a exceção prevista no paragrafo anterior também no âmbito dos municípios que disponham de regime próprio de previdência social, caso haja déficit financeiro no sistema e expressa previsão em lei. (Parágrafo acrescido pela Resolução nº 260/2013 – DOE 22.5.2013)

924 Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
[...]
XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

925 Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. (grifou-se)
Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:
I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;
II - profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

926 Art. 9º Pelo menos sessenta por cento dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, na forma do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

927 Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), 5ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item 03.01.00 FUNDEB, os quais autorizam a consideração, para fins de cômputo no percentual mínimo constitucional de 25%, **apenas** de despesa com **servidores ativos e em efetivo exercício**, **não autorizando** a consideração de despesas realizadas com **servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 71, VI, da LDB)**, razão pela qual o aporte destinado à cobertura do déficit financeiro do RRPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários a **servidores inativos**[928] e **pensionistas**[929], também não pode ser considerado como despesa em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);

iv) **Na remota hipótese de não ser conhecido o incidente de prejulgado nº 5**, **reformar os Pareceres Prévios TC 50/2015 e TC 7/2016** para que, nos termos da fundamentação meritória deste Recurso de Reconsideração (subitem 2.4.3), seja recomendada ao Poder Legislativo estadual a **rejeição** da prestação de contas anual do Sr. José Renato Casagrande, referente ao exercício de 2014,

---

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:
I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

928 Se as despesas realizadas com servidores ativos em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino não podem ser computadas no percentual mínimo constitucional, por muito mais razão servidores que sequer estão em atividade.

929 Pensionistas não são sequer servidores públicos, no que tange ao vínculo jurídico decorrente do benefício previdenciário recebido a título de pensão.

apresentada a esta Corte de Contas pelo Sr. Paulo Cesar Hartung Gomes, em razão da inclusão indevida nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), de parte das despesas com pessoal dos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, do **Ministério Público** e do **Tribunal de Contas**, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro RPPS, procedimento que afronta diretamente o art. 20, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[930] e a metodologia de cálculo constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além dos art. 54 e 55, inciso I, alínea "a", da LRF[931], ocasionando, dentre outras consequências, a apuração fictícia e irreal das despesas totais com pessoal, as quais, com as respectivas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos referidos Poderes e Órgãos, esvaziam a eficácia dos relevantes instrumentos de fiscalização da gestão fiscal, concernentes ao controle das despesas totais com pessoal, a exemplo das verificação dos exatos limites globais e específicos preconizados pelos artigos 19, inciso II; art. 20, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d", para fins de emissão de

930 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

931 Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

pareceres atinentes aos limites de alerta[932], nos moldes do art. 59, §1º, inciso II (atingimento de 90% do limite legal), e limites prudenciais, com fulcro no art. 22, § único e incisos do art. 23, todos da LRF[933], em descompasso com as orientações emanadas pela **Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES)**, pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e pelo **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, sujeitando o Estado do Espírito Santo à

[932] Como se infere do enunciado do § 1º do art. 59 da LRF *("§ 1o Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:"*), a lei introduziu um instrumento novo no universo das competências dos tribunais de contas: o Alerta.
Então, como corolário, compreende-se que o legislador deixou a cargo dos tribunais de contas a fiscalização do cumprimento dos ditames da LRF.

[933] Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
[...]
II – Estados: 60% (sessenta por cento);
[...]
Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;
Art. 59. [...]
[...]
§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:
[...]
II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;
Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição.
§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)
§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.(Vide ADIN 2.238-5)
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
I - receber transferências voluntárias;
II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

sanção prevista no art. 34, inciso VI, da Constituição Federal[934], propiciando que a sociedade não tenha conhecimento da real situação fiscal dos Poderes e órgãos estaduais.

v) Com fundamento no **incidente de uniformização de jurisprudência** suscitado pelo Ministério Público de Contas, o qual propõe uma interpretação sistemática do art. 132, inciso II, do art. 207, incisos IV e V, e do art. 329, § 7º, todos do Regimento Interno do TCEES[935], **converter para "Determinação" todas as "Recomendações"** constantes nos Pareceres Prévios TC 50/2015 e TC 7/2016 que representem o **descumprimento de normas legais ou regulamentares**, a exemplo da inobservância aos normativos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional[936] (STN) e pelo Conselho Federal de Contabilidade[937] (CFC), estabelecendo prazos para adimplemento;

---

934 Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
[...]
VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

935 Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:
[...]
II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada **impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal**, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;
[...]
Art. 207. Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:
[...]
IV - **determinará** a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido, no prazo de até trinta dias, quando verificadas tão somente **falhas de natureza formal ou outras impropriedades** que não ensejem a aplicação de multa ou que não configurem indícios de débito, decidindo pelo arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo das demais providências;
V - **recomendará** ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, e arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das recomendações;
[...]
Art. 329. A apreciação e julgamento dos processos sob a jurisdição do Tribunal observarão as normas relativas aos ritos especiais previstos neste Regimento.
§ 1º O parecer prévio será emitido pela aprovação, pela aprovação com ressalva ou pela rejeição das contas, nos termos dos arts. 118 e 124 deste Regimento.
[...]
§ 7º Em todas as hipóteses, o Tribunal poderá expedir **recomendações**, com o objetivo de contribuir para as boas práticas administrativas dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como **determinações** para o exato cumprimento da lei, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

936 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) notas técnicas, dentre outros.

937 Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

vi) **Incluir como "Determinação"** as alíneas "f" e "g" do item 3.3.1 do Parecer PPJC 3684/2015 do Ministério Público de Contas[938], reproduzidas a seguir, **cujas proposições direcionadas ao Poder Executivo estadual restaram acolhidas pelo Relator e pelo Plenário do TCEES, porém, por equívoco do Tribunal, não foram inseridas nos Pareceres Prévios TC 50/2015 e TC 7/2015**:

- Que passe a disponibilizar, por meio do portal da transparência do governo do Estado, **dados consolidados de todas as receitas e despesas de todos os Poderes do Estado**, conforme determinam os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000[939], Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), regulamentados pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, especialmente seu art. 4º, inciso I[940] (item 3.3.1, alínea "f", do

938 Fl. 789 e 790 do Processo TC 6016/2015.

939 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)
Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

940 **CAPÍTULO II**
DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Seção I
Das Características do Sistema

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:
I - **disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado**;

Parece PPJC 3684/2015)[941], **sob pena de sujeitar o Estado do Espírito Santo ao não recebimento de transferências voluntárias**, nos termos da sanção prevista nos art. 73-B, 73-C e 23, § 3º, inciso I, todos da LRF[942];

- Que passe a disponibilizar no portal da transparência do governo do Estado **a íntegra dos documentos que compuseram a Prestação de Contas Anual (PCA) do Governador do Estado <u>já a partir da data de envio da PCA pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo</u>**, de modo a permitir o acompanhamento, por parte da sociedade, dos processos de emissão do Parecer Prévio pelo TCEES e de julgamento pelo Poder Legislativo, bem como a análise e emissão de juízo de valor por parte do cidadão acerca dos critérios utilizados pelos mencionados órgãos de controle externo (item 3.3.1, alínea "g", do Parece PPJC 3684/2015)[943], como forma de garantir o **direito fundamental de acesso a informações públicas** previsto no art. 5º, inciso XXXIII, da

---

941 Trecho do voto do conselheiro relator à fl. 1976 do Processo TC 6016/2015:
> Rejeito, também, a proposição de **determinação** do **subitem 3.3.1, alíneas "f" e "g", acolhendo-as como recomendação**, pois não consta nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade, requisito indispensável para assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porquanto consta das obrigações previstas no art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

942 Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).
Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres [...]
§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:
I - receber transferências voluntárias;

943 Trecho do voto do conselheiro relator à fl. 1976 do Processo TC 6016/2015:
> Rejeito, também, a proposição de **determinação** do **subitem 3.3.1, alíneas "f" e "g", acolhendo-as como recomendação**, pois não consta nos autos a confirmação de ocorrência da ilegalidade, requisito indispensável para assinar prazo para o exato cumprimento da lei, porquanto consta das obrigações previstas no art. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Constituição Federal[944], e regulamentado pela Lei federal 12.527/2011[945], Lei de Acesso à Informação (LAI) em especial pelos seus art. 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º e 32[946];

---

944 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

945 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 mai. 2016.

946 Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:
I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;
II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
[...]
Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
I - **observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção**;
II - **divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações**;
III - **utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação**;
IV - **fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública**;
V - **desenvolvimento do controle social da administração pública**.
Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
IX - **primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações**.
Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
[...]
Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:
I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;
IV - **informação primária, íntegra, autêntica e atualizada**;
V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;
VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e
VII - informação relativa:

vii) **Incluir Determinação ao Poder Executivo estadual** no sentido de que:

- **Promova a efetiva alteração do registro contábil do aporte previdenciário no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes), deixando de considerá-lo como receita intraoçamentária do RPPS**, tendo em vista o descumprimento das **Decisões TC 3935/2015** e **TC 4794/2015** verificado **em todos** os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) publicados **a partir do 3º bimestre de 2015**, uma vez **que o mencionado aporte permanece sendo contabilizado indevidamente como receita intraorçamentária**

---

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
[...]
Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, **independentemente de requerimentos**, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, **de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas**.
[...]
§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, **sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores** (internet).
[...]
Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:
I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;
IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.
§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no **caput** serão consideradas:
I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou
II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.
§ 2º Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

no Sigefes, evidenciada por meio dos Demonstrativos do Balanço Orçamentário[947];

- Que, após promover a correção dos registros contábeis das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no SIGEFES:

  - ✓ **Republique** todos os demonstrativos fiscais afetados pela alteração, integrantes dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) já divulgados em 2015;

  - ✓ **Passe a publicar** os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) com a correta contabilização das despesas destinadas à cobertura do déficit financeiro do RPPS;

- **Abstenha-se de incluir <u>nos projetos das leis orçamentárias</u>** para o exercício financeiro de 2017 e seguintes, previsão de receita destinada à "*amortização de déficit atuarial*", de modo a evitar que o Poder Legislativo seja induzido, uma vez mais, a inserir nas leis orçamentárias **<u>receita fictícia para cobertura de despesa inexistente</u>**, haja vista que os recursos recebidos pelo regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores do Estado do Espírito Santo, sob essa denominação, não são utilizados em plano de amortização para cobertura de déficit

[947] A partir do 3º bimestre de 2015 o Poder Executivo passou a publicar o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS – Fundo Financeiro com dados divergentes dos registros contábeis constantes no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Espírito Santo (Sigefes).
Esse procedimento meramente formal de dissimular que o aporte não estaria mais sendo contabilizado como receita intraorçamentária do RPPS teve como propósito atender às Recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas, o qual, por sua vez, de acordo com informações colhidas do voto do conselheiro relator Sergio Manoel Nader Borges nos Embargos de Declaração TC 9974/2015 e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária REO 5/2015 emitido no Processo TC 1590/2015, também teria aquiescido, satisfazendo-se com a simples alteração formal.

atuarial, mas sim para cobertura do **déficit financeiro mensal do Fundo Financeiro**, conforme constatado pela Comissão Técnica[948] (fl. 430), originário da segregação de massas realizada em 2004, pela Lei Complementar nº 282/2004;

- **Abstenha-se de incluir na execução orçamentária** das unidades gestoras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas, para o exercício financeiro de **2017** e seguintes, recursos destinados à cobertura do déficit financeiro do Fundo Financeiro (aporte), porquanto os mencionados recursos devem ser transferidos diretamente ao RPPS **de forma extraorçamentária** - conforme registrado pela Comissão Técnica[949] (fl. 507) -, pelo ente da federação, mediante **interferência financeira**, e não por meio de execução orçamentária de suas unidades gestoras;

- **Abstenha-se de incluir nos Demonstrativos das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**, integrantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), parte das despesas com pessoal dos **Poderes Legislativo** e **Judiciário**, do **Ministério Público** e do **Tribunal de Contas**, especificamente o aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS, por ferir os art. no art. 20, inciso II, 54 e 55, inciso I, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal[950]

---

948 "Cabe registrar, que se observou em consulta ao SIGEFES 2014, conta contábil 351320100, fonte de recursos 0102 – MDE, contribuição complementar, despesa com repasse para cobertura de déficit financeiro do RPPS relativo aos servidores da educação, no montante de R$ 531.847.451,17 (quinhentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta um reais, dezessete centavos), despesa essa fundamentada no artigo 21, parágrafos 4º e 6º da Resolução TC nº 238 de 15/05/2012 do TCEES."

949 "Destaque-se que a contabilização das transferências de recursos para cobertura do déficit financeiro do RPPS ("Aporte") do Poder Executivo **é feita por execução orçamentária. Contudo, a Nota Técnica da STN nº 633/2011 estabelece que os repasses efetuados pelos entes deverão ser contabilizados como interferência financeira (de forma extraorçamentária) quando o RPPS apresentar déficit financeiro**, o que ocorre nos demais Poderes/Órgãos."

950 Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
[...]
II - na esfera estadual:
a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

(LRF), e ensejar, eventualmente, que os demais Poderes e órgãos incorram em descumprimento dos limites de despesas com pessoal previstos na LRF;

- Para o exercício financeiro de 2017, **acrescente ao percentual mínimo constitucional de 25% em despesas com MDE** os percentuais que deixaram de ser aplicados em 2014 (1,41%[951]), em 2015 (3,23%[952]) e em 2016 (exercício não encerrado), sem prejuízo das repercussões legais pelo descumprimento do art. 212 da Constituição Federal;

Por fim, com o intuito de estimular a participação social no exercício do controle externo, o Ministério Público de Contas **requer a este Tribunal de Contas que:**

a) **Desenvolva mecanismos para oportunizar ao cidadão capixaba a possibilidade de indicar pontos para análise técnica por ocasião da apreciação da prestação de contas do Governador do Estado**, sugerindo-se, para tanto, a disponibilização de espaço no portal do TCEES destinado a colher indicações ao longo de todo o exercício financeiro em exame que possam subsidiar o escopo da análise empreendida pela Comissão Técnica de Análise das Contas o Governador (item a, III, c, do Requerimento do MPC, autuado como Processo TC 6099/2015);

[...]
Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:
I - Chefe do Poder Executivo;
II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.
Art. 55. O relatório conterá:
I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:
a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
[...]

951 Resultante da **diferença** entre o percentual mínimo constitucional de **25%** em MDE o percentual efetivamente aplicado em MDE em 2014: **23,59%**.

952 Resultante da **diferença** entre o percentual mínimo constitucional de **25%** em MDE o percentual efetivamente aplicado em MDE em 2015: **21,77%**.

b) Na apreciação da prestação de contas anual do Governador, **considere o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ou de qualquer outra norma federal, como fator determinante para a possível rejeição das contas ou para a expedição de "determinação"** – e não apenas de "recomendação" –, de modo a evitar que o descumprimento reiterado da legislação federal se perenize no Estado do Espírito Santo, a exemplo da inobservância dos art. 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF, aferidos pela Comissão Técnica nas prestações de contas do Governador nos exercícios de 2013 e de 2014, registrados respectivamente no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2014 (fl. 380 do Processo TC 3068/2014) e no Relatório Técnico das Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – RTCG 01/2015 (fl. 565), *verbis*:

> **RTCG 01/2014** (Contas de 2013)
>
> - **Seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico**, às informações que dão suporte ao demonstrativo previsto no art. 4º, § 2º, V, da LRF (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita), **notadamente quanto à relação dos beneficiários da renúncia de receita, por setor, com o valor do benefício a que cada um tem direito, cumprindo o disposto nos arts. 48, § único, II, e 48-A, I, da LRF**. (grifou-se)
>
> **RTCG 01/2015** (Contas de 2014)
>
> - Recomenda-se, ainda, nos termos acatados pela Decisão TC-1084/2015 – Plenário, prolatada nos autos do Processo TC-1223/2014 (relativo à análise da LOA do exercício 2014), que, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro de 2014, **seja dada total transparência, inclusive por meio eletrônico, dos benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado, e as isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços, em cumprimento ao disposto no art. 145 da Constituição Estadual e aos artigos 48, parágrafo único, inciso II, e 48-A, inciso I, da LRF**. (grifou-se)

Vitória, 30 de maio de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

ANEXO COM ROL DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO
1	Requerimento do Ministério Público de Contas pedindo a inclusão de pontos na análise da prestação de contas anual do governador de 2014
2	Parecer PPJC 3684/2015 do Ministério Público de Contas na prestação de contas anual do governador de 2014
3	Embargos de Declaração do Ministério Público de Contas em face do Parecer Prévio TC 50/2015
4	Parecer PPJC 5218/2015 do Ministério Público de Contas no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – 1º quadrimestre de 2015
5	Parecer PPJC 5219/2015 do Ministério Público de Contas no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – 1º quadrimestre de 2015
6	Parecer PPJC 5220/2015 do Ministério Público de Contas no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Legislativo do Estado do Espírito Santo – 1º quadrimestre de 2015
7	Íntegra dos documentos que compuseram a prestação de contas anual do governador de 2014, encaminhada ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas